

HERÓDOTO

Volume 9, Número 1, Julho de 2024

ISSN Eletrônico – 2448-2609

SUMÁRIO

EXPEDIENTE_____01-06

EDITORIAL_____07

NOTA INTRODUTÓRIA AO DOSSIÊ ANIHO

Antonio Duplá_____08-10

NOTA INTRODUCTORIA AL DOSSIER ANIHO

Antonio Duplá_____08-10

ENTREVISTA/ INTERVIEW

PROJETO ANIHO - ANTIGUIDADE, NACIONALISMOS E IDENTIDADES COMPLEXAS NA HISTORIOGRAFIA OCIDENTAL: DA HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA À CULTURA DE MASSAS NA EUROPA E NA AMÉRICA LATINA (1870-2020)

Antonio Duplá_____11-26

PROYECTO ANIHO - ANTIGÜEDAD, NACIONALISMOS E IDENTIDADES COMPLEJAS EN LA HISTORIOGRAFÍA OCCIDENTAL: DE LA HISTORIOGRAFÍA ACADÉMICA A LA CULTURA DE MASAS EN EUROPA Y AMÉRICA LATINA (1870-2020)

Antonio Duplá_____11-26

DOSSIÊ/DOSSIER

REVISITANDO UMA POLÊMICA SECULAR NA HISTORIOGRAFIA BASCA: A RECEPÇÃO DOS TEXTOS CLÁSSICOS NO DEBATE SOBRE OS LIMITES DA ANTIGA CANTÁBRIA

Jonatan Pérez Mostazo_____27-51

REVISITANDO UNA CONTROVERSIA SECULAR EN LA HISTORIOGRAFÍA VASCA: LA RECEPCIÓN DE LOS TEXTOS CLÁSICOS EN EL DEBATE SOBRE LOS LÍMITES DE LA ANTIGUA CANTABRIA

Jonatan Pérez Mostazo_____27-51

A CONTRIBUIÇÃO DA ANTIGUIDADE NA CONSTRUÇÃO DA CATALUNHA MODERNA (1814-1936)

Jordi Cortadella Morral_____52-77

LA CONTRIBUCIÓN DE LA ANTIGÜEDAD EN LA CONSTRUCCIÓN DE LA CATALUÑA MODERNA (1814-1936)

Jordi Cortadella Morral_____57-77

A CORRESPONDÊNCIA DE PIERRE PARIS (1859-1931): ESTADO DOS LOCAIS DE UMA INVESTIGAÇÃO

Grégory Reimond_____78-101

LA CORRESPONDANCE DE PIERRE PARIS (1859-1931): ETAT DES LIEUX D'UNE ENQUETE

Grégory Reimond_____78-101

URALES CONTRA OS FILÓSOFOS: A HISTÓRIA DO PENSAMENTO GREGO SEGUNDO UM TANOEIRO ANARQUISTA

Tomás Aguilera Durán_____102-126

URALES CONTRA LOS FILÓSOFOS: LA HISTORIA DEL PENSAMIENTO GRIEGO SEGÚN UN TONELERO ANARQUISTA

Tomás Aguilera Durán_____102-126

DALLA CIVILTÀ ROMANA ALLA CIVILTÀ LATINA. METAMORFOSI DEL MITO DI ROMA IN ITALIA DAL 1911 AL 1952

Anna Maria Liberati_____127-159

DA CIVILIZAÇÃO ROMANA À CIVILIZAÇÃO LATINA. METAMORFOSES DO MITO DE ROMA NA ITÁLIA, DE 1911 A 1952

Anna Maria Liberati_____127-159

MIGRAÇÕES GERMÂNICAS - RECEPÇÃO E AUTOPERCEPÇÃO NA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Martin Lindner/Nils Steffensen_____160-185

GERMANIC MIGRATIONS – RECEPTION AND SELF-PERCEPTION IN THE FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY

Martin Lindner/Nils Steffensen_____160-185

A RECEÇÃO DA FIGURA DE VIRIATO NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO: ENTRE AS ARTES E AS LETRAS (UM PRIMEIRO TENTÂME)

Ana Cristina Martins_____186-211

THE RECEPTION OF VIRIATHUS' FIGURE IN CONTEMPORARY PORTUGAL: BETWEEN THE ARTS AND LETTERS (A FIRST ATTEMPT)

Ana Cristina Martins_____186-211

RELIGIÃO, NAÇÃO E HISTÓRIA ANTIGA. UMA ABORDAGEM À OBRA DE AGUSTÍN RIVERA

Héctor A. Vega Rodríguez_____212-236

RELIGIÓN, NACIÓN E HISTORIA ANTIGUA. UNA APROXIMACIÓN A LA OBRA DE AGUSTÍN RIVERA

Héctor A. Vega Rodríguez_____212-236

A ANTIGUIDADE CLÁSSICA NA DIPLOMACIA CULTURAL DA GUATEMALA DURANTE A PRESIDÊNCIA DE MANUEL ESTRADA CABRERA: O CASO DOS *ÁLBUNS DE MINERVA* (1898-1911)

Ricardo Del Molino García_____237-266

LA ANTIGÜEDAD CLÁSICA EN LA DIPLOMACIA CULTURAL DURANTE LA PRESIDENCIA DE MANUEL ESTRADA CABRERA EL CASO DE LOS *ÁLBUMES DE MINERVA* (1898-1911)

Ricardo Del Molino García_____237-266

SOMOS DE PEDRA: A LINGUAGEM DA ALEGORIA CLÁSSICA NAS ESTÁTUAS CÍVICAS DE BUENOS AIRES (1890–1915)

Eleonora Dell´Elicine_____267-288

DE PIEDRA SOMOS: EL LENGUAJE DE LA ALEGORÍA CLÁSICA EN LAS ESTATUAS CÍVICAS DE BUENOS AIRES (1890-1915)

Eleonora Dell´Elicine_____267-288

O CULTO E A DESTRUIÇÃO DAS ESTÁTUAS ANTIGAS NAS SOCIEDADES ÁRABE-ISLÂMICAS CONTEMPORÂNEAS: HISTORIOGRAFIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO.

Jorge Elices Ocón_____289-318

EL CULTO Y LA DESTRUCCIÓN DE LA ESCULTURA ANTIGUA EN LAS SOCIEDADES ARABO-ISLÁMICAS CONTEMPORÁNEAS: HISTORIOGRAFÍA, IDENTIDAD Y PATRIMONIO

Jorge Elices Ocón_____289-318

REUTILIZAÇÃO E REINTERPRETAÇÃO DO CLÁSSICO NO PROTESTO SOCIAL: A REVOLTA SOCIAL CHILENA DE 2019

Carolina Valenzuela Matus_____319-342

REUTILIZACIÓN Y REINTERPRETACIÓN DE LO CLÁSICO EN LA PROTESTA SOCIAL: EL ESTALLIDO SOCIAL CHILENO DE 2019

Carolina Valenzuela Matus_____319-342

ARTIGOS

A COMUNICAÇÃO. MITOLOGIA NOS MUSEUS. PROBLEMATIZAÇÃO

Filomena Barata_____343-363

DOCUMENTOS

GESTA APUD ZENOPHILUM: AUTOS DE UM PROCESSO JUDICIAL PRESERVADOS EM UMA COLETÂNEA SOBRE AS ORIGENS DA CONTROVÉRSIA DONATISTA (SÉCULO IV D.C.). EDIÇÃO CRÍTICA, TRADUÇÃO E COMENTÁRIOS

Julio Cesar Magalhães de Oliveira_____364-445

HERÓDOTO

Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afro-Asiáticas
http://mundoclassiconectado.unifesp.br/

V.9, N. 1/julho de 2023 – Brasil
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História



Imagem da capa disponível em:
https://fineartamerica.com/art/herodotus

Editor de Layout\Layout Editor
Prof. Glaydson José da Silva
sglaydson@hotmail.com
Prof. Filipe Noé da Silva
fnd.silva@udesc.br

Suporte Técnico\Technical Support
Glaydson José da Silva
sglaydson@hotmail.com

Responsável\Principal Contact
Glaydson José da Silva
mundoclassiconetado@unifesp.br

Heródoto [recurso eletrônico]: revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas conexões afro-asiáticas / Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História . – v. 4, n. 2 (março 2016) . – Guarulhos : UNIFESP/EFLCH, 2016-

Anual, v. 1, n.1 (2016)

Semestral, v. 9, n.1 (2023)

ISSN 2448-2609

Modo de acesso: World Wide Web.
Disponível em: <http://www.herodoto.unifesp.br>

1. História Antiga - Periódicos. I. Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História. II. Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História.

HERÓDOTO

Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afro-Asiáticas. Volume 8, Número 1 - Julho/2023 Unifesp/Guarulhos/Brasil.

EQUIPE EDITORIAL - EDITORIAL STAFF

EDITORS-IN-CHIEF

Prof. Glaydson José da Silva, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

EDITOR ASSOCIADO - ASSOCIATE EDITOR

Prof. Filipe Noé da Silva, Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

AVALIADORES - REVIEWERS

Prof. Airton Brazil Pollini Junior, Université de Haute Alsace, França

Prof. Anderson de Araujo Martins Esteves, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. André Leonardo Chevitarese, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Profa. Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi, Universidade Estadual Paulista, Brasil

Profa. Camila Aline Zanon, Universidade de São Paulo, Brasil

Profa. Camila Condilo, Universidade de São Paulo, Brasil

Prof. Delfim Leão, Universidade de Coimbra, Portugal

Profa. Esther Paglialunga, Universidad de los Andes, Venezuela

Prof. Fábio Augusto Morales, Pontifícia Universidade Católica (Campinas), Brasil

Prof. Fábio Vergara Cerqueira, Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Prof. Gustavo Junqueira Duarte Oliveira, Universidade de São Paulo, Brasil

Prof. Ivan Esperança Rocha, Universidade Estadual Paulista, Brasil

Prof. José Antonio Alves Torrano, Universidade de São Paulo, Brasil

Pofa. Juliana Caldeira Monzani, Universidade de São Paulo, Brasil

Prof. Julio César Mendonça Gralha, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Profa. Kátia Maria Paim Pozzer, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Profa. Leonor Santa Bárbara, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Profa. Lorena Lopes da Costa, Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil
Prof. Manuel Albaladejo Vivero, Universidad de Valencia, Espanha
Profa. Margaret Marchiori Bakos, Universidade Estadual de Londrina, Brasil
Profa. Margarida Maria de Carvalho, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Profa. Maria Aparecida de Oliveira Silva, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Profa. Maria Cecilia Colombani, Universidad de Morón, Argentina
Profa. Maria Regina Cândido, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Marcelo Rede, Universidade de São Paulo, Brasil
Prof. Pedro Paulo Abreu Funari, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Profa. Raquel dos Santos Funari, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Profa. Regina Maria da Cunha Bustamante, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Profa. Renata Senna Garraffoni, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Prof. Renato Pinto, Universidade Federal de Pernanbuco, Brasil
Profa. Silvia Calosso, Universidad Nacional del Litoral, Argentina
Profa. Typhaine Haziza, Univeristé de Caen, França
Prof. Uiran Gebara. Universidade de São Paulo, Brasil
Prof. Vagner Cavalheiro Porto, Universidade de São Paulo, Brasil

CONSELHO EDITORIAL EDITORIAL ADVISORY BOARD

Prof. Gilberto da Silva Francisco, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Prof. Glaydson José da Silva, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Prof. Julio César Magalhães de Oliveira, Universidade de São Paulo, Brasil
Profa. Maria Aparecida de Oliveira Silva, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

REDE UNIVERSITÁRIA

Ion CreangăPedagogical State University, Moldávia
Museu Nacional de Arqueologia, Portugal

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil

PontificiaUniversidad Católica Argentina "Santa María de los Buenos Aires"

Univeristé de Caen, França

Universida El Bosque, Colômbia

Universidad de Barcelona, Espanha

Universidad de los Andes, Venezuela

Universidad de Morón, Argentina

Universidad de Salamanca, Espanha

Universidad de Valencia, Espanha

Universidad Nacional de Cuyo, Argentina

Universidad Nacional del Litoral, Argentina

Universidade de Coimbra, Portugal

Universidade de Lisboa, Portugal

Universidade de São Paulo, Brasil

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Universidade Estadual de Londrina, Brasil

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil

Universidade Estadual Paulista, Brasil

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Universidade Federal de Alfenas, Brasil

Universidade Federal de Goiás, Brasil

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Universidade Federal de Pernanbuco, Brasil

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Universidade Federal Fluminense, Brasil
Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Università degli Studi di Perugia, Itália
Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha
Université Cheikh Anta Diop, Senegal
Université de Haute Alsace, França
Université de Tours, França
University College London, Reino Unido
Unversidad del Pais Vasco, Espanha

EDITORIAL

Antonio Duplá-Ansuatégui é catedrático de História Antiga da Faculdade Letras da Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea (Vitoria-Gasteiz), estudioso das crises da República romana e um dos principais especialistas contemporâneos da recepção moderna do mundo antigo. É coordenador, na Espanha, do Proyecto ANIHO – Antigüedad, Nacionalismos e Identidades Complejas en la Historiografía Occidental: De la Historiografía Académica a la Cultura de Masas en Europa Y América Latina (1870-2020). Nesta edição da Heródoto, Duplá nos prestigia com a organização de um dossiê voltado para o escopo temático de seu grupo de pesquisa, estabelecido por meio de uma ampla cooperação internacional que se estende da Europa à América Latina. Marcadas por diferenças do ponto de vista temático, as investigações que compõem este dossiê encontram-se aqui reunidas sob a guarida da recepção da Antiguidade em suas mais diversas manifestações. A organização e publicação do dossiê foram recebidas com grande satisfação pela Heródoto, uma vez que fortalece o vínculo de pesquisas entre nossos grupos e possibilita o estabelecimento de novas parcerias entre o ANIHO e instituições brasileiras.

Na seção *Documentos*, este número apresenta a tradução comentada, inédita em língua portuguesa, dos *Gesta apud Zenophilium* realizada por Julio Cesar Magalhães de Oliveira (Universidade de São Paulo). Além de uma contextualização histórica referente ao conflito entre donatistas e cecilianistas no Norte da África (séculos IV e V d.C.), a publicação apresenta o texto latino referente aos autos do processo julgado por Domício Zenófilo em uma versão com aparato crítico, tradução e notas explicativas contendo informações históricas e filológicas. A magnitude desta tradução e sua disponibilização na Heródoto, se por um lado nos enche de orgulho, em virtude da revista ter sido escolhida para custodiar o trabalho, por outro, indica uma direção que almejamos seguir trilhando nos próximos volumes: a publicação de documentos antigos traduzidos e analisados por pesquisadores estudiosos da Antiguidade.

O artigo de Filomena Barata, por fim, discute os mitos gregos e romanos na tradição textual antiga e suas leituras ainda na Antiguidade, mas também sua recepção na Idade Média e no Renascimento, destacando a perenidade dos mitos antigos e sua relevância no mundo contemporâneo.

Desejamos a todos uma excelente leitura das contribuições disponibilizadas.
Cordialmente,

Glaydson José da Silva/Filipe Noé da Silva
Editores

EDITORIAL

Antonio Duplá-Ansuatégui es catedrático de Historia Antigua en la Facultad de Letras de la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea (Vitoria-Gasteiz), estudioso de las crisis de la República romana y uno de los principales especialistas contemporáneos en la recepción moderna del mundo antiguo. Es coordinador, en España, del Proyecto ANIHO - Antigüedad, Nacionalismos e Identidades Complejas en la Historiografía Occidental: De la Historiografía Académica a la Cultura de Masas en Europa Y América Latina (1870-2020). En este número de Heródoto, Duplá nos honra con la organización de un dossier centrado en el ámbito temático de su grupo de investigación, establecido a través de una amplia cooperación internacional que se extiende desde Europa hasta América Latina. Marcadas por las diferencias desde el punto de vista temático, las investigaciones que componen este dossier se reúnen aquí bajo el concepto de la recepción de la Antigüedad en sus más diversas manifestaciones. La organización y publicación del dossier ha sido recibida con gran satisfacción por Heródoto, ya que refuerza los lazos de investigación entre nuestros grupos y permite establecer nuevas colaboraciones entre ANIHO e instituciones brasileñas.

En la sección *Documentos*, este número presenta la traducción anotada del documento Gesta apud Zenophilium, inédita en portugués, realizada por Julio Cesar Magalhães de Oliveira (Universidad de São Paulo). Además de una contextualización histórica del conflicto entre donatistas y cecilianos en el norte de África (siglos IV y V d.C.), la publicación presenta el texto latino de las actas juzgadas por Domitius Zenophilus en una versión con aparato crítico, traducción y notas explicativas con información histórica y filológica. La magnitud de esta traducción y su disponibilidad en Heródoto, si por un lado nos llena de orgullo por haber sido elegida la revista para albergar la obra, por otro, indica una dirección que esperamos seguir en futuros volúmenes: la publicación de documentos antiguos traducidos y analizados por investigadores que estudian la Antigüedad.

Por último, el artículo de Filomena Barata aborda los mitos griegos y romanos en la tradición textual antigua y sus lecturas en la Antigüedad, pero también su recepción en la Edad Media y el Renacimiento, poniendo de relieve la pervivencia de los mitos antiguos y su relevancia en el mundo contemporáneo.

Les deseamos a todos una excelente lectura de las contribuciones puestas a su disposición.
Atentamente

Glaydson José da Silva/Filipe Noé da Silva
Editores

EDITOR'S NOTE

Antonio Duplá-Ansuatégui is Professor of Ancient History at the Faculty of Arts of the Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea (Vitoria-Gasteiz), a researcher on the crises of the Roman Republic and one of the main contemporary specialists in the modern reception of the ancient world. He is the coordinator of the ANIHO Project in Spain - Antigüedad, Nacionalismos y Identidades Complejas en la Historiografía Occidental: De la Historiografía Académica a la Cultura de Masas en Europa Y América Latina (1870-2020). In this edition of Heródoto, Duplá honors us with the organization of a dossier focused on the thematic scope of his research group, established through extensive international cooperation that extends from Europe to Latin America. Characterized by differences in subject matter, the investigations that comprise this dossier are gathered here under the theme of the reception of Antiquity in its most diverse manifestations. The organization and publication of the dossier was received with great enthusiasm by Heródoto, as it reinforces the research links between our groups and enables the establishment of new partnerships between ANIHO and Brazilian institutions.

In the section *Documents*, this edition presents the commented translation, unpublished in Portuguese, of the *Gesta apud Zenophilium* carried out by Julio Cesar Magalhães de Oliveira (University of São Paulo). In addition to a historical contextualization of the conflict between the Donatists and the Caecilianists in North Africa (4th and 5th centuries AD), the publication presents the Latin text of the case judged by Domitius Zenophilus in a version with a critical apparatus, translation and explanatory notes containing historical and philological information. The magnitude of this translation and its availability in Heródoto, while on the one hand fills us with pride, as the journal was chosen to hold the work, on the other, indicates a direction that we hope to continue to follow in future volumes: the publication of ancient documents translated and analyzed by researchers studying Antiquity.

Finally, Filomena Barata's paper discusses Greek and Roman myths in the ancient textual tradition and their readings in Antiquity, but also their reception in the Middle Ages and the Renaissance, highlighting the perennial nature of ancient myths and their relevance in the contemporary world.

We wish you an excellent reading of the contributions available.

Glaydson José da Silva/Filipe Noé da Silva

Editors

Antonio Duplá[1]

Sem o planejamento prévio nestes termos, pode-se afirmar que o resultado do conjunto de colaborações deste dossiê da *Heródoto* reflete perfeitamente as linhas de trabalho, as inquietações e preocupações do projeto ANIHO nos domínios da historiografia e da recepção clássica desde seu início em 2012 <https://aniho.hypotheses.org>. É o caso dos diferentes temas desenvolvidos no dossiê.[2]

Primeiramente, encontramos estudos sobre a presença da Antiguidade, de uma forma ou de outra, nos processos de construção nacional no marco plurinacional espanhol, com referência a historiografias e culturas históricas periféricas, ou melhor, alternativas, mais proeminentes, como a catalã (Jordi Cortadella Morral, *La contribución de la Antigüedad a la construcción de la Cataluña moderna (1814–1936)* e a basca (Jonatan Pérez Mostazo, *Revisitando una controversia secular en la historiografía vasca: la recepción de los textos clásicos en el debate sobre los límites de la antigua Cantabria).*

Nesta mesma linha de pesquisa, estuda-se a presença da Antiguidade nesses processos de construção nacional em outros países, em diferentes épocas e sob diferentes ângulos. Anna María Liberati estuda a evolução do conceito de civilização romana e do "culto della romanità" na primeira metade do século XX na Itália (*Dalla civiltà romana alla civiltà latina. Metamorfosi del mito di Roma in Italia dal 1911 al 1952*). Por sua vez, tanto Martin Lindner como Nils Steffensen (*Germanic Migrations – Reception and Self-perception in the Federal Republic of Germany*) e Ana Cristina Martins (*A receção da figura de Viriato no Portugal contemporâneo: entre as artes e as letras (um primeiro tentâme)* abordam os processos de recepção de figuras emblemáticas como Arminius-Hermann e Viriato nos seus respectivos países, a Alemanha, mais especificamente a República Federal da Alemanha, depois a Alemanha unificada, sendo a primeira e Portugal a segunda. Por fim, em outro estudo de caso, Ricardo del Molino estuda, em seus termos, o "classicismo estradacabrerista" na Guatemala, com a figura de Minerva como catalisadora de um discurso de ordem e progresso com o qual o ditador

[1] Professor Titular – Universidad do País Basco, Vitoria-Gasteiz, Espanha. **Proyecto ANIHO: PID2020-113314GB-I00; Grupo GIU21/009**. E-mail: antonio.dupla@ehu.eus

[2] Se a ordem dos artigos no dossiê segue uma ordem cronológica mais ou menos flexível, nesta apresentação oferecemos uma lista segundo um critério temático igualmente flexível.

guatemalteco Manuel Estrada Cabrera quer se apresentar ao mundo no início do século XX (*La antigüedad grecorromana en la diplomacia cultural decimonónica de las repúblicas hispanoamericanas: el caso de los álbumes de Minerva en Guatemala)*.

É também abordada a própria historiografia, sempre entendida com uma dimensão contextual, enquadrando um autor e a sua obra no seu contexto e nas suas circunstâncias históricas, sociopolíticas e culturais, para além de uma mera reconstrução biográfica ou de uma lista comentada de obras e trabalhos. É o caso aqui da figura do historiador e divulgador, o padre mexicano Agustín Rivera (1824–1916) que Héctor A. Vega estuda (*Religión, nación e historia antigua. Una aproximación a la obra de Agustín Rivera*).

A recepção da Antiguidade no imaginário coletivo e na ideologia dos grupos progressistas, de esquerda, apoiantes das reformas sociais, face à ideia tradicional de um classicismo limitado às elites e de orientação fundamentalmente conservadora, constitui outra preocupação permanente da ANIHO. Neste dossiê, isso se reflete no estudo do líder e teórico anarquista Federico Urales, pseudônimo de Joan Montseny (1864–1942), realizado por Tomás Aguilera (*Urales contra los filósofos: la historia del pensamiento griego según un tonelero anarquista*).

Metodologicamente falando, a importância do trabalho arquivístico, aspecto insistido repetidas vezes pelo destacado historiógrafo da Universidade de Saragoça, Ignacio Peiró, fica evidente no estudo da correspondência, que apresenta dificuldades especiais, do hispanista francês Pierre Paris, por Grégory Reimond (*La correspondance de Pierre Paris (1859–1931): état des lieux d'une enquête*). Este material é essencial para conhecer a evolução de um personagem de referência na história da arqueologia espanhola e também francesa, sua personalidade, suas relações e as redes nas quais esteve imerso

Outro conjunto de artigos confirma a importância, nos processos de recepção clássica, da cultura material e, principalmente, dos monumentos em espaços públicos, como elementos colaboradores na transmissão de uma determinada mensagem, moldando tradicionalmente identidades nacionais, elitistas e homogeneizadoras, que, em um determinado momento, podem ser questionadas e ressignificadas. Neste dossiê, podemos confirmar esse interesse pelo tema através de três artigos, dois deles do campo latino-americano, o terceiro em uma área muito distante dos espaços tradicionais de estudo da recepção clássica, como o mundo árabe.

Assim, Eleonora Dell' Elicine (*De piedra somos: el lenguaje de la alegoría clásica en las estatuas cívicas de Buenos Aires (1890–1915*)) estuda uma seleção de estatuária classicista na capital argentina, e Carolina Valenzuela aborda o problema da rejeição e/ou ressignificação de monumentos de ordem clássica em um contexto de revolta social (*Reutilización y reinterpretación de lo clásico en la protesta social: el estallido social chileno de 2019*).

Por sua vez, Jorge Elices nos leva, como dissemos, a um contexto estranho, em princípio, à tradição cultural ocidental, como as sociedades árabes, em uma linha de investigação muito nova, de enorme interesse e possibilidades e de pulsante relevância política (*El culto y la destrucción de la escultura antigua en las sociedades arabo-islámicas contemporáneas: historiografía, identidad y patrimonio*).

Em relação aos últimos artigos citados, de Jorge Elices sobre o mundo árabe contemporâneo e de Carolina Valenzuela sobre o Chile mais recente, destaco como refletem outra preocupação permanente no trabalho do projeto ANIHO, como a procura da ligação com e o possível protagonismo da Antiguidade na realidade política e social mais atual.

Para finalizar esta breve apresentação, gostaria de salientar que o dossiê também reflete outras características do nosso projeto. Estas seriam, por um lado e desde o início e cada vez mais, a estreita relação com os colegas e as questões latino-americanas; por outro lado, é evidente o nosso interesse e a nossa capacidade, em incluir nas nossas iniciativas, e temos feito isso desde o início, convidando colegas juntamente com colegas do projeto.

Neste caso, dos 13 signatários, 6 estão fora do projeto ANIHO, vindos de Espanha, Itália, Portugal e Alemanha; por fim, outro aspecto de interesse seria incentivar a colaboração de investigadores seniores com outros mais jovens, embora já com um currículo de investigação importante; também nesta ocasião, a combinação é quase igual entre estes dois blocos possíveis.

Em resumo, como coordenador do dossiê e Investigador Principal do projeto ANIHO, creio que, relativamente a uma primeira impressão de excessiva dispersão temática, o conjunto, para além da qualidade indubitável de cada um dos artigos, reflete com muita precisão o conjunto das preocupações e áreas de trabalho do nosso projeto. Nesse sentido, a minha avaliação é altamente satisfatória e espero e confio que este sentimento seja partilhado pelos responsáveis pela *Heródoto* a quem, em particular ao nosso colega Glaydson José da Silva, agradecemos sinceramente o convite para colaborar com a sua revista.

(Julho de 2024)

NOTA INTRODUCTORIA AL DOSSIER ANIHO

Antonio Duplá[1]

Sin haberlo planificado previamente en esos términos, cabe afirmar que el resultado del conjunto de colaboraciones de este dossier en *Heródoto* refleja perfectamente las líneas de trabajo, las inquietudes y las preocupaciones del proyecto ANIHO en los terrenos de la historiografía y la recepción clásica desde sus inicios en 2012 (https://aniho.hypotheses.org). Y esto es así desgranando los distintos temas abordados en el dossier.[2]

En primer lugar encontramos estudios sobre la presencia de la Antigüedad, de una forma u otra, en los procesos de construcción nacional en el marco plurinacional español, con referencia a las historiografías y las culturas históricas periféricas, o mejor, alternativas, más destacadas, como son la catalana (Jordi Cortadella Morral, *La contribución de la Antigüedad a la construcción de la Cataluña moderna (1814-1936)* y la vasca (Jonatan Pérez Mostazo, *Revisitando una controversia secular en la historiografía vasca: la recepción de los textos clásicos en el debate sobre los límites de la antigua Cantabria).*

En esa misma línea de investigación se estudia la presencia de la Antigüedad en esos procesos de construcción nacional de otros países, en diferentes momentos y desde diferentes ángulos. Anna María Liberati estudia la evolución del concepto de civilización romana y del "culto della romanità" en la primera mitad del siglo XX en Italia (*Dalla civiltà romana alla civiltà latina. Metamorfosi del mito di Roma in Italia dal 1911 al 1952*). Por su parte, tanto Martin Lindner y Nils Steffensen (*Germanic Migrations – Reception and Self-perception in the Federal Republic of Germany*) como Ana Cristina Martins (*A receção da figura de Viriato no Portugal contemporâneo: entre as artes e as letras (um primeiro tentâme)* abordan los procesos de recepción de personajes emblemáticos como Arminius-Hermann y Viriato em sus respectivos países, Alemania, más en concreto la República Federal Alemana, después la Alemania unificada, los primeros y Portugal la segunda. Finalmente, en otro estudio de caso, Ricardo del Molino estudia el, en sus términos, "clasicismo estradacabrerista" en Guatemala, con la figura de Minerva como catalizadora de un discurso de orden y progreso con el que el dictador guatemalteco Manuel Estrada Cabrera se quiere presentar ante el mundo a comienzos del siglo XX (*La antigüedad grecorromana en la diplomacia*

[1] Profesor Catedrático – Universidad do País Basco, Vitoria-Gasteiz, Espanha. **Proyecto ANIHO: PID2020-113314GB-I00 / Grupo GIU21/009**. E-mail: antonio.dupla@ehu.eus

[2] Si el orden de los artículos en el dossier sigue un orden cronológico más o menos flexible, en esta presentación ofrecemos una relación según un criterio temático igualmente flexible.

cultural decimonónica de las repúblicas hispanoamericanas: el caso de los álbumes de Minerva en Guatemala).

Se aborda igualmente la historiografía propiamente dicha, siempre entendida con una dimensión contextual, enmarcando un autor y su obra en su contexto y sus circunstancias históricas, sociopolíticas y culturales, más allá de una mera reconstrucción biográfica o una relación comentada de obras y trabajos. Es el caso aquí de la figura del historiador y divulgador, el sacerdote mejicano Agustín Rivera (1824-1916) que estudia Héctor A. Vega (*Religión, nación e historia antigua. Una aproximación a la obra de Agustín Rivera*).

La recepción de la Antigüedad en los imaginarios colectivos y en la ideología de los grupos progresistas, de izquierda, partidarios de las reformas sociales, frente a la idea tradicional de un clasicismo limitados a las elites y de orientación fundamentalmente conservadora, constituye otra de las inquietudes permanentes de ANIHO. En este dossier se refleja en el estudio del dirigente y teórico anarquista Federico Urales, seudónimo de Joan Montseny (1864-1942), a cargo de Tomás Aguilera (*Urales contra los filósofos: la historia del pensamiento griego según un tonelero anarquista*).

Metodológicamente hablando, la importancia del trabajo de archivo, aspecto en el que insiste una y otra vez el destacado historiógrafo de la Universidad de Zaragoza Ignacio Peiró, queda evidente en el estudio de la correspondencia, que presenta especiales dificultades, del hispanista francés Pierre Paris, por Grégory Reimond (*La correspondance de Pierre Paris (1859-1931): état des lieux d'une enquête*). Este material resulta fundamental para conocer la evolución de un personaje referencial en la historia de la arqueología española, y también francesa, de su personalidad, de sus relaciones y las redes en las que estaba inmerso

Otro conjunto de artículos confirma la importancia, en los procesos de recepción clásica, de la cultura material y en particular de los monumentos en los espacios públicos, como elementos colaboradores en la transmisión de un determinado mensaje, tradicionalmente conformador de identidades nacionales, elitista y homogeneizador, que en un momento dado puede ser cuestionado y resignificado. En este dossier podemos confirmar ese interés del tema de la mano de tres artículos, dos de ellos del ámbito latinoamericano, el tercero en un ámbito alejado de los espacios tradicionales del estudio de la recepción clásica, como es el mundo árabe.

Así, Eleonora Dell' Elicine (*De piedra somos: el lenguaje de la alegoría clásica en las estatuas cívicas de Buenos Aires (1890- 1915*)) estudia una selección de la estatuaria de corte clasicista en la capital argentina, y Carolina Valenzuela aborda el problema del rechazo y/o resignificación de los monumentos de orden clásico en un contexto de revuelta social (*Reutilización y reinterpretación de lo clásico en la protesta social: el estallido social chileno de 2019*).

Por su parte, Jorge Elices nos traslada, como decíamos, a un contexto ajeno, en principio, a la tradición cultural occidental, como pueden ser las sociedades árabes, en una línea de investigación muy novedosa, de enorme interés y posibilidades y de palpitante actualidad política (*El culto y la destrucción de la escultura antigua en las sociedades arabo-islámicas contemporáneas: historiografía, identidad y patrimonio*).

En relación con los últimos artículos citados, de Jorge Elices sobre el mundo árabe contemporáneo y de Carolina Valenzuela sobre el Chile más reciente, señalaría cómo reflejan otra inquietud permanente en los trabajos del proyecto ANIHO, como es el buscar la conexión con y el posible protagonismo de la Antigüedad en la realidad política y social más actual.

Para terminar esta breve presentación, quisiera apuntar que el dossier refleja igualmente otras características de nuestro proyecto. Estas serían, por un lado y desde un primer momento y de manera creciente, la estrecha relación con los colegas y la temática latinoamericana; por otro lado, resulta evidente nuestro interés, y nuestra capacidad, para incluir en nuestras iniciativas, y así lo hemos hecho igualmente desde el comienzo, a colegas invitados junto a colegas miembros del proyecto. En este caso, de 13 firmantes, 6 son ajenos al proyecto ANIHO, procedentes de España, Italia, Portugal y Alemania; finalmente, otra característica de interés sería la de fomentar la colaboración de investigadores senior con otros más jóvenes, aunque ya con un importante CV investigador; en esta ocasión también la combinación es casi paritaria entre esos dos posibles bloques.

En resumen, como coordinador del dossier e Investigador Principal del proyecto ANIHO, creo que, frente a una primera impresión de excesiva dispersión temática, el conjunto, más allá de la indudable calidad de cada uno de los artículos, refleja de manera muy acertada el conjunto de preocupaciones y ámbitos de trabajo de nuestro proyecto. En ese sentido, mi balance es altamente satisfactorio y espero y confío en que esta sensación sea compartida por los responsables de *Heródoto* a quienes, en particular al colega Glaydson José da Silva, agradecemos muy sinceramente la invitación a colaborar con su revista.

(Julio de 2024)

EDITORIAL

Antonio Duplá-Ansuatégui é catedrático de História Antiga da Faculdade Letras da Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea (Vitoria-Gasteiz), estudioso das crises da República romana e um dos principais especialistas contemporâneos da recepção moderna do mundo antigo. É coordenador, na Espanha, do Proyecto ANIHO – Antigüedad, Nacionalismos e Identidades Complejas en la Historiografía Occidental: De la Historiografía Académica a la Cultura de Masas en Europa Y América Latina (1870-2020). Nesta edição da Heródoto, Duplá nos prestigia com a organização de um dossiê voltado para o escopo temático de seu grupo de pesquisa, estabelecido por meio de uma ampla cooperação internacional que se estende da Europa à América Latina. Marcadas por diferenças do ponto de vista temático, as investigações que compõem este dossiê encontram-se aqui reunidas sob a guarida da recepção da Antiguidade em suas mais diversas manifestações. A organização e publicação do dossiê foram recebidas com grande satisfação pela Heródoto, uma vez que fortalece o vínculo de pesquisas entre nossos grupos e possibilita o estabelecimento de novas parcerias entre o ANIHO e instituições brasileiras.

Na seção *Documentos*, este número apresenta a tradução comentada, inédita em língua portuguesa, dos *Gesta apud Zenophilium* realizada por Julio Cesar Magalhães de Oliveira (Universidade de São Paulo). Além de uma contextualização histórica referente ao conflito entre donatistas e cecilianistas no Norte da África (séculos IV e V d.C.), a publicação apresenta o texto latino referente aos autos do processo julgado por Domício Zenófilo em uma versão com aparato crítico, tradução e notas explicativas contendo informações históricas e filológicas. A magnitude desta tradução e sua disponibilização na Heródoto, se por um lado nos enche de orgulho, em virtude da revista ter sido escolhida para custodiar o trabalho, por outro, indica uma direção que almejamos seguir trilhando nos próximos volumes: a publicação de documentos antigos traduzidos e analisados por pesquisadores estudiosos da Antiguidade.

O artigo de Filomena Barata, por fim, discute os mitos gregos e romanos na tradição textual antiga e suas leituras ainda na Antiguidade, mas também sua recepção na Idade Média e no Renascimento, destacando a perenidade dos mitos antigos e sua relevância no mundo contemporâneo.

Desejamos a todos uma excelente leitura das contribuições disponibilizadas.
Cordialmente,

Glaydson José da Silva/Filipe Noé da Silva
Editores

PROYECTO ANIHO - ANTIGÜEDAD, NACIONALISMOS E IDENTIDADES COMPLEJAS EN LA HISTORIOGRAFÍA OCCIDENTAL: DE LA HISTORIOGRAFÍA ACADÉMICA A LA CULTURA DE MASAS EN EUROPA Y AMÉRICA LATINA (1870-2020)

Antonio Duplá[1]

Glaydson José da Silva[2]

Filipe Noé da Silva[3]



Entrevista realizada en español, transcrita por Filipe Noé da Silva. Hecha el 30 de julio de 2024. Duración: 52 minutos y 07 segundos. Enlace al video de la entrevista: **[https://www.youtube.com/watch?v=hg_Cq1vZHWE&list=PLB5xu4FW7EGvpwKSysS7paPBoGMgQnJGq]**

[1] Profesor Catedrático de Historia Antigua– Universidad do País Vasco, Vitoria-Gasteiz, Espanha. **Proyecto ANIHO: PID2020-113314GB-I00 / Grupo GIU21/009**. E-mail: antonio.dupla@ehu.eus

[2] Profesor de Historia Antigua – Universidad Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: sglaydson@hotmail.com

[3] Profesor de Historia Antigua y Medieval – Universidad del Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. E-mail: fnd.silva@udesc.br

Revista Heródoto (Glaydson José da Silva) ¡Hola! Estamos reunidos para una entrevista de la Revista Heródoto con el profesor Antonio Duplá Ansuátegui, de la Universidad del País Vasco. La entrevista será conducida por mí mismo, Glaydson José da Silva, profesor de Historia Antigua de la Universidad Federal de San Pablo, y por el profesor Filipe Noé da Silva, profesor de la Universidad del Estado de Santa Catarina. Una vez más, muchas gracias, profesor por haber aceptado nuestra invitación. ¡Muchas gracias!

Antonio Duplá Ansuátegui

Gracias a ustedes.

Glaydson José da Silva (Revista Heródoto) La primera cuestión es acerca de tu trayectoria personal e intelectual. Si posible, quisiéramos saber un poco más acerca del camino que ha recurrido, en la universidad, hasta los días actuales, ya como catedrático de la Universidad del País Vasco.

Antonio Duplá Ansuátegui

Muy bien. Gracias de nuevo por la invitación a participar en esta entrevista de una revista tan prestigiosa como Heródoto. Yo estudié en la Universidad de Zaragoza a mediados de los años 70. Eran momentos del tardofranquismo, de los estertores del Franquismo, aunque todavía un franquismo muy cruel. De hecho, en el primer año de curso tuvo lugar la ejecución de Salvador Puig Antich, una de las últimas ejecuciones, y luego en septiembre del 1975 hubo nuevas ejecuciones por parte del régimen franquista. Yo creo que ese momento de ebullición política en aquellos tiempos es lo que ha sido un factor importante en mi opción por combinar la, digamos, actividad académica e intelectual con el compromiso político y cívico. Desde el punto de vista de mi opción en un momento dado por la historia antigua, yo creo que tuvo importancia un profesor de Historia Antigua, el profesor Guillermo Fatás (Cabeza), que luego sería mi director de tesis, catedrático de Historia Antigua de la Universidad de Zaragoza y una persona que ha sido siempre, sigue siéndolo, un referente por su rigor académico, por su curiosidad intelectual y también por su compromiso cívico. Era un profesor muy duro, yo creo que teníamos un poco de miedo, pero un excelente profesor. Y también tuve la fortuna de estudiar en un área de historia antigua de la Universidad de Zaragoza, que ya era

entonces y luego se ha ido consolidando-como, yo diría, uno de los grupos, de los equipos de trabajo en el ámbito de las Ciencias de la Antigüedad más interesantes, internacionalmente hablando, y no solo en el ámbito español. Y yo he tenido la fortuna de poder seguir colaborando con ellos posteriormente.

Desde el punto de vista de mi trayectoria, yo creo que, desde un primer momento, mis inquietudes académicas han estado también en parte mediatizadas por mis inquietudes intelectuales y políticas más generales, por los conflictos sociales de la actividad política, por la historia contemporánea o incluso también como cinéfilo, pues eso me ha acercado desde un momento temprano, por ejemplo, a la recepción en el caso del cine. Y desde un momento muy temprano, mi actividad investigadora se ha desarrollado en dos grandes líneas. Una está centrada en la crisis de la República Romana y en particular en los conflictos políticos y sociales de *optimates* y *populares*, entendidos como auténticos conflictos de índole política y con planteamientos alternativos a los de la aristocracia senatorial dirigente, aunque, eso sí, reconociendo que las circunstancias son muy distintas a los conflictos actuales y, por ejemplo, no cabe hablar en ningún caso de partidos políticos en aquella época. Y también en el ámbito de la República Romana me ha interesado desde un momento muy temprano la violencia. La violencia entendida como violencia política, es decir, una violencia que tiene su explicación y su justificación, incluso su legitimación (y luego podemos hablar un poco más de ello) políticamente hablando. Desde el punto de vista de la investigación, el otro gran bloque sería el de la historiografía y la recepción, digamos, centrado en estudios propiamente historiográficos, de historiografía moderna sobre el mundo antiguo, tanto en el siglo XIX como en el siglo XX. Como fenómenos de recepción, por ejemplo, en particular, me han interesado y me siguen interesando las relaciones entre clasicismo y fascismo y franquismo en particular, como un ámbito específico de la recepción. Por otra parte, (y lógicamente de la mano de mi tesis doctoral, que versaba sobre las medidas de excepción en la crisis de la República Romana y que se publicó en la Universidad de Zaragoza en 1990) desde muy pronto me sentí interesado por la historiografía, simplemente casi de una manera natural, buscando estudiar qué se había escrito previamente sobre un tema determinado e intentando contextualizar esas aportaciones previas. Y creo que, de esa manera, casi diría natural, la historiografía pasó a ser un campo específico. Y, de hecho, mi primer artículo era una especie de reseña amplia de un número monográfico de la Revista de Derecho Romano LABEO que estaba centrada en los 40 años de la publicación de *La Revolución Romana* de Ronald Syme y que giraba en torno al concepto de revolución romana. Y desde entonces, pues he seguido en esa línea.

En mi carrera académica, quizás más en particular en relación con este segundo ámbito historiográfico y de recepción, señalaría los hitos que me parecen importantes. Uno sería un congreso de historiografía, de la arqueología e historia antigua, que tiene lugar en Madrid, organizado por el Consejo Superior de Investigaciones Científicas, en 1988, y que se publica en 1991 y en el que, entre otras cosas, tuvimos el privilegio de conocer a Mario Torelli y a Ronald Syme, que moriría no mucho tiempo después. Fue una cita en la que nos encontramos colegas, entonces muy jóvenes, que empezábamos nuestra andadura investigadora y que, en el caso de algunos de ellos, hemos seguido conectados en proyecto ANIHO o en iniciativas del proyecto desde entonces. Y eso nos ha permitido desarrollar unos lazos de complicidad académica, pero también de afectividad, muy interesantes. Y luego, quizá el segundo momento interesante sería en el 2011, cuando empezamos, en parte con algunos de esos colegas que nos conocemos en 1988, comenzamos a preparar la solicitud de un proyecto, que es el primer proyecto ANIHO, en la convocatoria de 2012. Y desde entonces de alguna manera ese es un campo fundamental de mi trabajo. En 2016 accedo a la cátedra, lo cual, pues se podría decir que quizá me proporciona una cierta mayor tranquilidad y cierta sensación de culminar una carrera académica, pero que, en la práctica, desde el punto de vista ni docente ni investigador, no representa un cambio significativo. Yo creo que esos son algunos elementos de mi carrera académica.

Filipe Noé da Silva (Revista Heródoto)

Vale, perfecto. Gracias, profesor. Mi hombre es Filipe Silva, soy profesor de Historia Antigua y Medieval en la Universidad del Estado de Santa Catarina y también es un honor poder hablar con usted, profesor. Muchas gracias desde el luego. Ahora tenemos una segunda pregunta. El profesor forma parte del proyecto científico ANIHO, como ha dicho ahora mismo, y el proyecto es dedicado al tema Antigüedad, Nacionalismos e Identidades Complejas en la Historiografía Occidental. Bueno, si es posible, profesor, nos interesaría conocer un poco más sobre la experiencia de este proyecto, sus características, su histórico y proposiciones para el presente y el futuro.

Antonio Duplá Ansuátegui

En relación con el proyecto ANIHO, que de alguna manera es uno de los campos fundamentales de mi trabajo desde 2011, en los momentos previos, y desde 2012, ya administrativamente, institucionalmente organizado, antes que nada, yo quería decir que la constitución de este grupo, de este equipo de trabajo, es uno de los elementos más satisfactorios de mi currículum, tanto en el terreno académico, como en el terreno humano, porque yo creo que desde un primer momento conseguimos crear un auténtico equipo. Un equipo que se ha ido ampliando, desde los primeros momentos, pero un equipo en el que ha habido unas dinámicas de trabajo absolutamente fluidas, distendidas, sin ningún tipo de tensiones, con un acuerdo altísimo en lo que serían, digamos, las líneas de trabajo fundamentales. Y desde ese punto de vista, yo me siento absolutamente orgulloso en el mejor sentido del término y enormemente satisfecho con este trabajo, porque creo que hemos creado un equipo de trabajo que trabaja mucho, eso, por un lado, pero que trabaja yo creo que muy bien. No hay más que ver los resultados colectivos de publicaciones que hemos hecho desde 2014, hasta los que estamos preparando en estos momentos, dos libros[4] de nuestros últimos dos congresos, y en ese sentido me parece que es un referente, que puede ser interesante porque ya digo por cómo se ha ido conformando el grupo, cómo se ha ido incorporando gente nueva, se han leído tesis doctorales, se han establecido redes y conexiones. Y en ese sentido creo que es un equipo muy interesante.

Institucionalmente hablando, como decía, la primera convocatoria a la que nos presentamos es de 2012 y desde entonces hemos conseguido cuatro proyectos sucesivos en convocatorias ministeriales, en 2012, 2016 y 2020. Y el último del que acabamos de recibir la noticia de la concesión en la convocatoria de 2023 que dará comienzo el proyecto, el nuevo proyecto, en septiembre del 2024. De alguna manera, hemos jugado siempre con un mismo título con diferentes subtítulos. Entonces el título yo creo que expresa muy bien la línea de trabajo fundamental, la Antigüedad, nacionalismos e identidades complejas en la historiografía occidental. En las diferentes convocatorias hemos ido, digamos, avanzando progresivamente también en el ámbito cronológico. Comenzamos en 1700 - 1900, después lo hemos ido acotando a finales del XVIII y extendiéndose hacia el siglo XXI. Y en este último proyecto nos queremos mover

[4] Oskar Aguado, Paloma Martín-Esperanza, Mikel Gago, A. Duplá (eds.), *Historiografía de la Historia Antigua en España y América Latina (siglos XIX-XXI)*, Anejos de Revista de Historiografía 12, Madrid, Dykinson, 2024; Oskar Aguado, Tomás Aguilera, Paloma Martín-Esperanza, A. Duplá (eds.), *Héroes y heroínas de la Antigüedad en el imaginario contemporáneo*, Madrid, Silex (en prensa).

propiamente en la situación actual y en los últimos debates. También lo hemos ampliado de alguna manera espacialmente, fundamentalmente en el sentido de ampliar nuestra red y la composición del propio equipo hacia América Latina con la incorporación de nuevos colegas. En el primer equipo había una colega argentina, Eleonora Dell' Elicine, pero luego se han incorporado también colegas de Colombia y de Chile. En la convocatoria de 2020 introdujimos también, digamos, un subtítulo, que es ya un programa en sí mismo, pues seguíamos hablando de antigüedad, nacionalismos e identidades complejas en la historiografía occidental, pero decíamos de la historiografía académica a la cultura de masas en Europa Occidental y en América Latina. Introducíamos entonces ese concepto de Cultura de Masas, entendiendo que propiamente se podía hablar ya de cómo frente a una idea de un clasicismo más centrado en el ámbito de las élites, cosa que lógicamente siempre ha existido, se podría hablar apropiadamente, también, de un clasicismo de masas en el que lo clásico se reinterpretaba y se resignificaba y se recibía en diferentes ámbitos de la cultura de masas, algunos conocidos desde hacía tiempo y que de hecho, ya habíamos trabajado desde un primer momento como pudiera ser el cine o incluso la novela histórica. Pero progresivamente se va ampliando el campo de estudio hacia la música, la música moderna, hacia la publicidad, hacia la moda, hacia los videojuegos. Es decir, que la cultura de masas con esos matices particulares del consumismo, de la reproducción inmediata por las redes sociales ha facilitado que se constituya un nuevo campo de estudio.

Y nos preguntábamos también, en esa convocatoria del 2020, si, precisamente no era el momento de preguntarse si nuestros antiguos parámetros, que fundamentalmente giraban en torno a los ámbitos nacionales y los procesos de construcción nacional, en un mundo posmoderno, en un mundo de Cultura de Masas, seguían siendo vigentes o estaban siendo transformados. Y si, de alguna manera, cabía hablar ya de unos parámetros nuevos. En cierto modo, pensábamos que seguía habiendo una coexistencia, es decir, los primeros seguían utilizándose, por un lado, al modo podríamos decir, más tradicional, y por otro, había otro campo de estudio nuevo, muy interesante, que implicaba nuevos objetos de estudio, implicaba nuevos medios de transmisión de lo clásico o de recepción e implicaba nuevos públicos también Y finalmente, en el último proyecto aprobado, que implica ya un grupo de trabajo que de 7 iniciales ha pasado a 17 miembros, hemos ampliado mucho el equipo, de nuevo hemos jugado con el subtítulo. En este momento, el subtítulo sería "Desigualdades modernas y nuevos paradigmas identitarios" y de alguna manera responde a la pregunta de: ¿qué Ciencias de la Antigüedad o qué Historia Antigua, qué tipo de recepción para el siglo XXI? Sobre todo,

pensando en las dos respuestas quizá más extremas, pero de mucho predicamento, como pueden ser una, la del cuestionamiento de nuestra disciplina, como un producto del macho, el blanco o eurocéntrico y racista o, en el otro extremo, el seguir reivindicando, digamos, la herencia clásica como casi el pilar básico y único de la cultura occidental. Pues ninguna de esas dos posiciones es satisfactoria y responde a las necesidades actuales.

Pero es verdad que hay un debate importante en el que interesa intervenir y plantear en la medida de lo posible, si no respuestas, porque no se trata solo de encontrar respuestas, sí de formular nuevas preguntas, nuevos interrogantes, abrir puertas, eso sería lo interesante. Y en ese marco, en ese nuevo proyecto nos planteamos estudiar la Antigüedad Clásica y las identidades líquidas en el siglo XXI, de etnia, de clase, de raza, las apropiaciones políticas, en el siglo XXI, sobre todo de signo ultra conservador y reaccionario de la Antigüedad Clásica, los posibles valores cívicos que podemos encontrar en el mundo antiguo y que podamos utilizar como referentes en el mundo moderno, por ejemplo, quizás, el concepto de la ciudadanía romana como igualdad jurídica y legal frente a componentes étnicos y culturales. Y también la recepción de la antigüedad como herramienta de educación y transferencia, con especial atención a las redes sociales. Varios de los miembros del grupo (debo reconocer que yo no), algunos también de los más jóvenes, navegan perfectamente en el mundo de las redes sociales. Tienen un activismo en relación con recepción y con la antigüedad clásica muy notable. Han intervenido ya en varios de los debates que ha habido en este campo y, por lo tanto, están particularmente cualificados para abordar ese tema de estudio que nos parece muy importante y que independientemente de la mayor o menor torpeza que podamos tener algunos o ignorancia en relación con ese mundo, es un mundo que hay que abordar. Y comenzaremos este último proyecto, el cuarto que nos han concedido, en septiembre y estamos muy ilusionados con esta perspectiva.

Glaydson José da Silva (Revista Heródoto)

Gracias, profesor. Otra cuestión, relacionada a los estudios de recepción de la Antigüedad: entre los temas en lo que ha trabajado en los últimos años hay un destaque para los llamados estudios de recepción de la Antigüedad, y que también se denomina a veces como los Usos del Pasado. En su opinión, ¿cuál es la importancia de esos estudios en los días actuales y para el futuro? ¿Hay especificidades de los estudios desarrollados en Europa o en América, por ejemplo?

Antonio Duplá Ansuátegui

Yo creo que es cierto que la llamada recepción clásica, o incluso recepciones clásicas por subrayar digamos lo plural de este campo, es uno de los temas hoy más interesantes, más dinámicos, más prometedores y más nuevos del ámbito de las Ciencias de la Antigüedad. Es cierto que el punto de partida es un punto de partida fundamentalmente literario, pero que, en el ámbito de las Ciencias de la Antigüedad, desde la primera década de este siglo XXI, ya se plantean con una perspectiva más amplia, con autores como Charles Martindale o Lorna Hardwick, y realmente eso supone un punto de inflexión en las Ciencias de la Antigüedad. Y yo creo que es interesante ver las diferencias entre la llamada tradición clásica y los estudios de recepción. Pienso que la tradición nos remite más, digamos, a un ámbito de invariabilidad, de transmisión de un legado, de algo relativamente fijo que hay que preservar, que goza de un prestigio tradicional, secular y que en cierta medida implica una cierta pasividad o, por lo menos una preocupación, sobre todo por la fijación y por la transmisión y protección, incluso podríamos decir de ese canon. Y que podríamos retrotraer, lógicamente, al mundo intelectual alejandrino de los últimos siglos antes de la Era. De alguna manera, ahora el énfasis y la perspectiva cambian. Lo fundamental es el proceso de recepción de personajes, eventos, ideas de la Antigüedad y, sobre todo, las transformaciones que sufre en ese proceso de recepción, y cuál es la actitud del receptor ante esa presencia de la Antigüedad. Implica un cambio de perspectiva, implica una nueva actitud, implica una relación, yo creo se podría decir más fluida entre receptor y objeto recibido, e incluso yo creo que implica (frente al propio mundo antiguo) una perspectiva más histórica, no tan fija y tan selectiva y tan a-histórica como pudiera ser el ámbito de la tradición.

En ese sentido, tradición y recepción pueden coexistir, pero son dos ámbitos distintos. Y lo interesante es que la recepción liga mucho más ese mundo antiguo (que lógicamente siempre responde a alguna selección en función de inquietudes, de necesidades, de preocupaciones, de la sociedad receptora y de los grupos receptores), pero amplía el campo de estudio e implica nuevos públicos, nuevos medios, nuevas perspectivas. En ese sentido, yo creo que es particularmente sugerente y particularmente interesante y que nos traslada de un clasicismo tradicionalmente muy ligado a las elites al conjunto de la sociedad. En ese sentido, creo que es particularmente interesante. En cierta medida responde a un proceso de cuestionamiento de esa tradición que autores, intelectuales como Nietzsche o como el propio Marx o como Freud, ya habían señalado en las limitaciones del acercamiento tradicional a la Antigüedad y que ahora ya se plantea abiertamente. Y se ha hablado incluso en el mundo de la

recepción de un *democratic turn*, de un giro democrático que ilustraría esta ampliación en todos los sentidos del campo de estudio. Y realmente yo casi diría que es un soplo de aire fresco desde el punto de vista de la investigación y desde el punto de vista de la reflexión intelectual en el ámbito de las Ciencias de la Antigüedad, en un momento en el que precisamente esas Ciencias de la Antigüedad están atravesando una crisis en el ámbito académico, en su concepción más tradicional. Y yo creo que, sin renunciar a lo anterior, esto abre, digamos, nuevas posibilidades. Nosotros abordamos, por ejemplo, en un libro publicado en 2022, que titulábamos "*Del clasicismo de élite al clasicismo de masas*" precisamente este fenómeno de ampliación de nuestro campo de estudio. Por otra parte, en el contexto incluso de las tendencias más recientes de estudios poscoloniales, la recepción se abre, también de forma casi natural, a estudiar cómo lo clásico ha podido ser recibido en ambientes presuntamente insospechados, es decir, en comunidades, sociedades, en principio supuestamente ajenas a la tradición cultural canónica occidental. Entonces, en ese sentido es un campo, yo creo muy prometedor y con muchas posibilidades.

Y respondiendo a la última parte de la pregunta, se trata de un campo en el que quizá uno de los elementos, de los aspectos más interesantes de los últimos tiempos es la colaboración muy estrecha entre colegas a ambos lados del Atlántico. El proyecto ANIHO en cierta medida es resultado y se beneficia también de esa creciente colaboración. Otra cosa es que quizá en las distintas sociedades a uno y otro lado del Atlántico, desde el momento en que presentan características históricas distintas, pues también los procesos de recepción, los problemas que se plantean, son distintos, son diferentes.

Glaydson José da Silva (Revista Heródoto)

Muchas gracias, profesor. Tengo una cuestión y voy hacerla en portugués y (el profesor) Filipe me ayudará con la traducción: la Historia de la Antigüedad en Europa, de manera general, todavía sigue siendo percibida como una Historia nacional. En su opinión, ¿esa es una característica que diferencia la Historia de la Antigüedad en Europa e en América?

Antonio Duplá Ansuátegui

Sí, absolutamente. Yo creo que cuando hablaba de cómo los diferentes procesos históricos previos son distintos, me refería exactamente a cómo si

en Europa se puede jugar en muchos casos, en unos de manera más evidente que en otros en relación con la Antigüedad Clásica, con una idea de continuidad que, además, implicaría a toda la sociedad en su conjunto, la situación es muy distinta en América Latina, en Iberoamérica. Si en el caso de las élites yo creo que sí, que hay unos parámetros relativamente similares desde el punto de vista de la recepción de lo clásico, si abordamos las sociedades en su conjunto las diferencias son grandes. Los regímenes de historicidad de unas sociedades muy plurales étnica y culturalmente son distintos de los de las sociedades europeas. Y en ese sentido hay una diferencia notable. E incluso yo creo que allí se podrían analizar determinados fenómenos que son mucho más escasos o casi diría inexistentes en Europa, como son los fenómenos de rechazo, digamos, de lo clásico en general, como algo absolutamente ajeno a una tradición cultural propia distinta. Y en ese sentido, yo creo que hay un reto de cómo abordar esa reacción que es absolutamente comprensible. Puede ser discutible en el sentido de que habría que intentar ver de qué manera cabe explorar esa presencia de lo clásico en el conjunto también en América Latina, pero evidentemente teniendo muy en cuenta esas diferencias y el hecho de que, si desde Europa vemos casi como algo natural esa continuidad, no tienen por qué verlo así otras tradiciones y otras sociedades que responden a otra línea de desarrollo histórico.

Entonces yo creo que hay un reto importante, interesante, que hay que abordar. Es curioso, en estos últimos debates que tienen que ver también con este cuestionamiento de lo clásico, de las Ciencias de la Antigüedad, de la Historia Antigua, el protagonismo de determinados sectores muy activos, por ejemplo, en Estados Unidos. En Europa, en cambio, ese fenómeno no se ha dado. Ha llegado en todo caso indirectamente vía sus protagonistas, en particular estadounidenses, pero que aquí no lo han sido tanto. Incluso si nos vamos un poco atrás, recuerdo algunas reacciones un tanto indignadas, yo creo que equivocadamente indignadas o muy críticas bastante antes cuando se publica *Atenea Negra*, de Martín Bernal, que también provocó algunas reacciones. Sobre todo por parte del mundo no tanto de la Historia Antigua como de la Filología Clásica, que muchas veces se ha autoproclamado como el guardián de la tradición y a quienes aquello les parecía un disparate, algo absolutamente fuera de lugar, cuando en realidad, aunque quizá algunas de sus conclusiones eran muy discutibles, toda la introducción previa, historiográfica, que hacía Martín Bernal en *Atenea Negra* era muy interesante. Yo creo que es muy razonable y muy coherente hablar de los prejuicios de la historiografía occidental europea desde el siglo XVIII, por ejemplo. Esos son debates, supongo, desde mi ignorancia, muy importantes en países como Bolivia, Colombia, Brasil, en los que hay que intervenir, lógicamente.

Filipe Noé da Silva (Revista Heródoto)

Perfecto, profesor. Ahora tengo una pregunta que, creo, no está directamente relacionada al tema de recepción de los clásicos. Pero, es un tema que sabemos que ha investigado hace ya algún tiempo. En sus estudios sobre los antiguos romanos, profesor, siempre recurre al tema de la violencia, como ha dicho en el inicio de nuestra entrevista. También me acuerdo de un texto de tu autoría donde trata del tema de la escalada de la violencia y su impacto sobre el destino de la República Romana. Bueno, nos gustaría saber un poco más sobre las características de esta violencia antigua, romana, que ha estudiado, y si hay alguna similitud o diferencia entre esa violencia antigua y la que se practica en el mundo contemporáneo. ¿Cómo pensar la violencia antigua desde el presente, desde los retos de nuestra propia época? Bueno, ¿lo que decir sobre la actualidad del tema de modo general?

Antonio Duplá Ansuátegui

Sí, el tema de la violencia ha sido un tema que me ha interesado desde las investigaciones con la tesis doctoral que, como he comentado antes, versaba sobre las medidas de excepción en la crisis de la República Romana, una serie de procedimientos, todos ellos muy vidriosos legalmente, aunque justificados por los sectores más conservadores del Senado, en defensa de la centralidad absoluta del Senado romano como elemento clave de las instituciones republicanas. En relación con la violencia, quizá lo primero que habría que ver son algunas diferencias importantes entre la situación antigua y la moderna. La primera es que en el mundo antiguo no hay, no existe la noción de los derechos humanos. Es más, podemos decir que, salvo alguna reflexión, sin ninguna consecuencia práctica, no existe la noción de igualdad de los seres humanos, lo cual tiene su, digamos, aplicación para el caso de la violencia.

Por otra parte, en el caso romano en particular, también otro elemento a tener en cuenta, distintivo, sería el de la licitud del uso de la violencia, en numerosos casos, incluso regulados por la ley, como mecanismo de autodefensa, cosa que, en las sociedades modernas, tiende a estar cada vez más regulado e incluso limitado a unos agentes determinados. Y también, algo que, en cualquier caso, es una especificidad republicana, porque sí que hay un cambio al respecto en época de Augusto, la ausencia, durante la República Romana, de mecanismos e instituciones o personal responsable de la preservación del orden público. Cosa que también, desde el momento en que en la última centuria republicana la violencia casi se podría decir

que se generaliza es otro elemento tener en cuenta. Si estas son diferencias, sin embargo, y sin entrar en detalles muy concretos, quizá la similitud mayor sería la posibilidad de hablar (frente a la opinión de algunos estudiosos que lo cuestionan), de violencia política, la violencia de intencionalidad política, también en la República Romana y en particular en la época tardorrepublicana. Cuando digo violencia política me refiero a una violencia calculada, a una violencia racional frente a la pretendida descalificación por parte de Cicerón de sus adversarios políticos, como elementos claramente irracionales y enloquecidos que actúan de una manera por encima de la razón. Yo creo que hay una violencia, ya digo, calculada, racional, con un discurso justificatorio y legitimador que ha calculado incluso, se podría decir, los daños colaterales y que está al servicio de un determinado discurso político. Y, por ejemplo, en relación con esto, un elemento también muy interesante que vuelve a conectar el mundo antiguo con el mundo moderno sería cómo, dentro de ese argumento justificador para aquellos que son partidarios y para los teóricos de esa justificación, especialmente el caso de Cicerón es muy claro, se juega con la presunción de que aquellos contra quienes se ejerce esa violencia son una amenaza, una amenaza radical para la seguridad y la estabilidad del Estado, de la *Res Publica* en el caso romano, y que por sus actos se han colocado automáticamente fuera de los mecanismos de protección, por ejemplo, los mecanismos que protegían al ciudadano romano de la pena capital, que era una prerrogativa del *populus*. Yo creo que ese mecanismo justificatorio es jugar con la presunción de que aquellos individuos constituyen una amenaza y que han perdido sus garantías jurídicas, la *provocatio ad populum* en el caso de los ciudadanos romanos, el derecho de apelación al pueblo ante una sentencia capital, o simplemente los derechos humanos en el caso del siglo XX, el siglo XXI, como ser humano, ya que somos titulares de esos derechos simplemente como seres humanos que habitamos en el planeta. Pues es un elemento que une a las realidades antiguas y modernas, salvando todas las distancias. De hecho, en alguna publicación, en alguna conferencia, me he permitido hablar de la conexión entre Cicerón y Guantánamo, porque pienso que se puede establecer esa conexión jugando, digamos, con esa argumentación y que cómo se entenderían por parte de Cicerón en su caso, o por parte de la administración Bush, pero incluso también, lamentablemente, de la administración Obama después, que los individuos implicados se han colocado ellos mismos fuera de la ley y de las garantías jurídicas. Es una interpretación peligrosísima legalmente, absolutamente cuestionable, pero que sin embargo vemos que lamentablemente sigue funcionando. Y en ese sentido, ya digo, salvando todas las distancias, cabe hacer siempre con la necesaria prudencia unos ejercicios comparativos que pueden ser sugerentes.

Filipe Noé da Silva (Revista Heródoto)

Vale. Muchas gracias, profesor.

Glaydson José da Silva (Revista Heródoto)

Por último, profesor, nos gustaría un comentario acerca de los estudios que componen el dossier de Heródoto. ¿De qué manera los artículos publicados pueden contribuir a los estudios de recepción e usos de la Antigüedad?

Antonio Duplá Ansuátegui

Sí, lo primero que le diría es que realmente sin haberlo planificado estrictamente en esos términos, pero visto en conjunto y visto el resultado final, con las distintas aportaciones de los distintos colaboradores y colaboradoras del dossier, creo que refleja perfectamente las líneas de trabajo y las inquietudes del proyecto ANIHO en esas dos grandes líneas, en esas dos grandes ideas fuerza que serían la propiamente historiográfica y la de la recepción. Y en ese sentido constituyen un conjunto de trabajos muy interesante Voy a ir desgranando ciertos apartados temáticos que podemos deducir de los diferentes artículos del dossier. En el dossier podemos encontrar, por un lado, algo que responde al momento inicial de ANIHO, que serían los estudios sobre la presencia de la Antigüedad en procesos de construcción nacional en el marco nacional español. Con especial referencia a esos procesos desde las historiografías que nosotros, en un primer momento llamábamos periféricas en relación a la historiografía nacional central española, pero que también desde hace tiempo ya, por indicación del colega Jordi Cortadella, que es un viejo miembro de ANIHO, preferimos llamar alternativas. En este caso se estudian por parte del propio Jordi Cortadella y por Jonatan Pérez en los ámbitos ~~en~~ catalán y vasco, sobre Cataluña y sobre Euskadi. Pero también en relación con los procesos de recepción de la Antigüedad en procesos de construcción nacional, tenemos varios ejemplos aplicables a otros países y además también con perspectivas distintas. En algunos casos puede ser el estudio de la recepción de un personaje significativo, como pueda ser Viriato en el caso portugués, por parte de la colega Ana Cristina Martins. También en relación con un personaje significativo, pero del que precisamente se cuestiona el que sea tan significativo estudiando en concreto ese proceso de recepción, tenemos el estudio de Martin Lindner y Nils Steffensen sobre la figura de Armínio-Hermann en el cine y también

en el mundo educativo alemán de la República Federal Alemana desde la posguerra. También lo hace la colega Ana Maria Liberati, para el caso italiano, esto es el estudio de la evolución de lo que se ha venido en llamar también el culto de la *Romanità* en Italia desde finales del siglo XIX hasta la época de la posguerra, en los años 50 del siglo XX. O si nos vamos al otro lado del Atlántico, de nuevo jugando con lo clásico en los procesos de construcción y afirmación nacional, en este caso en Guatemala, tenemos el estudio de Ricardo Del Molino sobre lo que él llama el *Clasicismo Estradacabrerista* y cómo el dictador Manuel Estrada Cabrera, en los comienzos del siglo XX, utiliza la figura de Minerva y las fiestas de Minerva como vehículo de transmisión de un discurso de orden y de progreso y casi se podría decir de presentación de Guatemala ante el mundo, con el estudio concreto que hace de los álbumes de Minerva en la primera década del siglo.

Pero también encontramos estudios, vamos a decirlo así, estrictamente historiográficos, y sería el caso del estudio que hace el colega Héctor Vega, de la UNAM, sobre Agustín de Rivera, historiador y divulgador, sacerdote mexicano y una figura particularmente importante del siglo XIX y comienzos del XX. En un planteamiento que me parece interesante porque desde luego sigue las pautas de ANIHO en el sentido de ir más allá de una mera reconstrucción biográfica, de una mera relación comentada de obras y se plantea una contextualización de su producción historiográfica. Pero igualmente interesante es un ángulo que comenzamos a ver también a partir del segundo proyecto de ANIHO, que sería el de la recepción de la Antigüedad, frente al clasicismo elitista tradicional, en los grupos sociales reformistas y progresistas de izquierda y que en este caso concreto estaría representado por el estudio de un destacado dirigente y teórico anarquista español que hace Tomás Aguilera, que es un estudioso de este campo. Y, por ejemplo, metodológicamente hablando, tenemos otro capítulo muy interesante que nos muestra la importancia del trabajo de archivo, en este caso del estudio de la correspondencia de un personaje referencial en la historia de la arqueología española y, de alguna manera, de la arqueología francesa también y del hispanismo en francés, como sería Pierre Paris, que lo hace un miembro de ANIHO que es Grégory Reimond, que es un especialista en la figura de Pierre Paris. El estudio es muy interesante porque nos muestra las posibilidades que ofrece el estudio de una correspondencia en particular para acabar de entender el carácter del personaje, de conocer las redes con las que trabaja, los contactos que tiene, etc. Alguna vez, hablando con algunos colegas, comentábamos cómo en este mundo moderno del correo electrónico, estos estudios de la correspondencia entre sabios, o entre literatos o entre artistas, que tan fructíferos han sido aplicados al siglo XIX o al siglo XX, desaparecen, pues

ahora en cambio no dejamos rastro, con lo cual no somos conscientes de que estamos perdiendo esa fuente de información tan interesante. Y este artículo de Grégory Reimond creo que es muy interesante al respecto. Por otra parte, tenemos también otra serie de artículos que nos hablan de otra perspectiva fundamental, que es el interés y la importancia de la cultura material, como en este caso de los monumentos, de las estatuas como vehículos también de esa recepción de lo antiguo y cómo además estamos asistiendo a unos procesos, por una parte, de recepción y ahora también de resignificación, incluso de esos mismos monumentos. En este caso tenemos tres ejemplos, Eleonora Dell' Elicine estudia una selección de la estatuaria de tradición clásica en Buenos Aires. Jorge Elices, un colega del Consejo Superior del CSIC de Madrid, es protagonista de una línea de trabajo absolutamente interesantísima y sugerente en el mundo de la recepción clásica, que es el estudio de la recepción clásica en el mundo árabe, algo que tradicionalmente no se había considerado. Él es un destacadísimo especialista en ese campo y lo hace aquí en relación con la utilización, la destrucción en algunos casos, de esta estatuaria clásica en algunos momentos concretos del mundo árabe contemporáneo. Y finalmente, Carolina Valenzuela, colega de la Universidad de Chile, lo que hace es analizar también el proceso completo que ha habido de rechazo y de resignificación de elementos clásicos en el estallido social de Chile de 2019. Desde ese punto de vista, tanto en el caso de Jorge Elices como en el caso de Carolina, también me gustaría destacar el hecho de que su trabajo coincide con otra línea, con otra preocupación permanente de ANIHO que es la de buscar esa conexión y ese posible protagonismo de la Antigüedad Clásica en los procesos de recepción en la realidad política y social más actual.

Apuntaría después de esta mínima revisión del contenido de los artículos que yo creo que el dossier así, ya digo que no es que estuviera planificado desde un primer momento en estos términos, refleja también otras características de ANIHO, la primera y más evidente, la estrecha relación con los colegas latinoamericanos en preocupaciones, temáticas, colaboraciones conjuntas. El otro sería el interés que hemos tenido siempre por incluir en las iniciativas de ANIHO a colegas invitados. En este caso también hay una combinación de miembros del proyecto ANIHO y colegas invitados de Portugal, de España también, además de Italia y de Alemania. Y luego una tercera característica que me gustaría señalar es la combinación, con resultados felices, el fomentar la colaboración de investigadores sénior con investigadores más jóvenes, que es algo que yo creo que se cumple también en este caso. Con investigadores ya con un largo currículum investigador, con otros que ya tienen un importante bagaje académico, pero que están todavía en las fases iniciales de su

investigación. Y también en este caso casi se podría decir que la combinación es paritaria. En ese sentido, frente a una primera impresión que puede dar de excesiva dispersión, el dossier me parece que refleja muy bien estos aspectos. Dejo aparte, porque es evidente la calidad de cada uno de los trabajos, pero creo que el conjunto refleja muy bien las preocupaciones, inquietudes y líneas de trabajo de ANIHO, y en ese sentido mi balance es muy satisfactorio y confío en que lo sea también por parte de los responsables de Heródoto, a quienes lógicamente aprovecho para agradecer muy vivamente la invitación a elaborar este dossier.

Glaydson José da Silva (Revista Heródoto)

Gracias, profesor, gracias por su amabilidad, su disponibilidad. Nos sentimos muy honrados por su entrevista. ¡Muchas gracias!

Antonio Duplá Ansuátegui

Gracias a ustedes.

Filipe Noé da Silva (Revista Heródoto)

Gracias, profesor Antonio Duplá, fue un honor. Creo que la persona que asistir a la presentación, la charla, la entrevista, después, seguramente podrá aprender mucho con todo lo que dije. Son mensajes creo que positivas acerca de la actualidad, de la originalidad de los estudios clásicos, acerca de lo que los estudios clásicos pueden ofrecer al tiempo presente, a nuestra propia época. Creo que eso es algo positivo a nosotros todos. El profesor dije sobre el proceso de trabajar en redes, construir puentes, hacer alianzas y conexiones en los dos lados del Atlántico y más allá. Eso es algo inspirador para nosotros todos. Entonces, desde luego, una vez más, muchas gracias.

Antonio Duplá Ansuátegui

Muchísimas gracias por la invitación y por las preguntas.

Recebido: 31 de julho de 2024 | Aceito: 27 de setembro de 2024

REVISITANDO UMA POLÊMICA SECULAR NA HISTORIOGRAFIA BASCA: A RECEPÇÃO DOS TEXTOS CLÁSSICOS NO DEBATE SOBRE OS LIMITES DA ANTIGA CANTÁBRIA

Jonatan Pérez Mostazo[1]

Resumo

A historiografia da Antiguidade dos territórios bascos foi durante séculos marcada por uma disputa geográfica: a dos limites da antiga Cantábria. Com objetivos políticos e ideológicos, os bascos defenderam a descendência dos antigos cântabros, enquanto várias vozes se opuseram à ideia. Embora este episódio da historiografia basca tenha sido estudado, raramente se prestou atenção ao papel que os textos greco-latinos desempenharam nos argumentos apresentados pelos cantabristas e anticantabristas, sobre como as fontes antigas condicionaram o debate ou sobre como estas foram selecionadas, priorizadas e interpretadas para criar visões divergentes sobre a antiga geografia da região. Ao longo deste capítulo será aplicada esta perspectiva, em consonância com os pressupostos da Recepção Clássica. Desta forma, espera-se destacar aspectos que até agora passaram despercebidos em um debate que condicionou durante séculos os discursos sobre o passado antigo, os direitos políticos e a identidade moderna dos bascos.

Palavras-chave

Historiografia basca; Cantábria; basco-cantabrismo; Recepção; geografia antiga.

[1] Professor Doutor – Universidad do País Basco, Vitoria-Gasteiz, Espanha. **Proyecto ANIHO: PID2020-113314GB-I00**. E-mail: jonatan.perezmostazo@ehu.eus

Resumen

La historiografía sobre la Antigüedad de los territorios vascos estuvo durante siglos marcada por una disputa geográfica: la de los límites de la antigua Cantabria. Con objetivos políticos e ideológicos, los vascos defendieron descender de los antiguos cántabros, mientras diversas voces se oponían a la idea. Aunque este episodio de la historiografía vasca ha sido estudiado, pocas veces se ha prestado atención al papel que jugaron los textos greco-latinos en las argumentaciones desplegadas por cantabristas y anti-cantabristas, sobre cómo las fuentes antiguas condicionaron el debate o sobre cómo estas fueron seleccionadas, priorizadas e interpretadas para crear visiones divergentes sobre la geografía antigua de la región. A lo largo de este capítulo se aplicará esta perspectiva, deudora de los presupuestos de la Recepción Clásica. Así se espera señalar aspectos que hasta ahora han podido pasar desapercibidos en un debate que condicionó secularmente los discursos sobre el pasado antiguo, los derechos políticos y la identidad moderna de los vascos.

Palabras claves

Historiografía vasca; Cantabria; vasco-cantabrismo; Recepción; geografía antigua.

Introdução

Os bascos são uma comunidade que, com limites geográficos e marcadores identitários variáveis, se localiza, pelo menos desde o início da Modernidade, nos territórios envolventes aos Pirenéus Ocidentais, entre os rios Ebro e Adour[2]. Estas populações, como muitas outras, têm-se caracterizado nos últimos séculos por uma constante reformulação dos seus elementos identitários, entre os quais se encontra uma determinada cultura histórica, por vezes também referente à Antiguidade. Assim, durante a Modernidade, a elite acadêmica basca, em colaboração com a historiografia da corte castelhana, encontrou nos antigos cantábricos uma das primeiras referências unificadoras da incipiente consciência etnorregional basca (Larrañaga, 1996). Uma referência que, com altos e baixos, manteve a sua validade até finais do século XIX (Pérez Mostazo, 2019). Assim, a historiografia sobre a Antiguidade teve, e em certa medida continua a ter, um papel proeminente nos discursos sobre a identidade basca.

A identificação dos bascos com os antigos cantábricos baseava-se na presença no seu território de uma língua não latina, o basco, na qual pretendiam ver a prova de uma independência secular, também contra o Império Romano. Assim, os cantábricos teriam mantido incontaminadas as essências trazidas por Túbal, neto de Noé e alegado primeiro colonizador da Península Ibérica. Esta visão do passado foi elaborada e instrumentalizada a partir dos territórios bascos para justificar e defender certas prerrogativas coletivas em contextos diversos e em mudança, como a Monarquia Imperial da Áustria, o estabelecimento da dinastia Bourbon e, ao longo do século XIX, os ciclos revolucionários, a implementação do Estado Liberal ou a defesa da autonomia regional. Além disso, foi também uma visão adotada em momentos diferentes da cultura histórica dos restantes territórios hispânicos, ansiosa por justificar a sua preeminência no contexto europeu com base em referências de prestígio presentes e passadas (Mañaricúa, 1971; Duplá; Emborujo, 1991).

No entanto, a hipótese cantábrica, tal como foi inicialmente formulada, teve pouco apoio nos textos greco-latinos. Assim, um elemento identitário, político e de prestígio tão fundamental para os territórios bascos foi desde cedo suscetível ao escrutínio da crítica acadêmica e teve de recorrer a

[2] Os atuais territórios da Comunidade Autônoma de Euskadi e da Comunidade Foral de Navarra, na Espanha, além dos territórios históricos de Labort, Baixa Navarra e Sola, na França. A seguinte análise historiográfica incidirá sobre os territórios ao sul dos Pirenéus.

autores antigos em busca de novos argumentos para reforçar as suas posições. Começou, assim, uma das polêmicas mais duradouras sobre a Antiguidade Basca, a dos limites da antiga Cantábria e a sua extensão ou não às terras bascas. Um debate secular que, em grande medida, se baseou em diferentes propostas de reconstrução da antiga geografia da região a partir de testemunhos clássicos.

Diferentes historiadores analisaram esta controvérsia historiográfica, especialmente a partir da década de 1970 (Pérez Mostazo; Duplá, 2023). Estas investigações apontaram corretamente as suas condições ideológicas, enquadrando-o em um confronto político e identitário entre diferentes tradições historiográficas provinciais, entre estudiosos bascos e estudiosos próximos da corte e mesmo entre membros de diferentes ordens religiosas (Iglesias, 1994; Duplá; Emborujo, 1991; González Echegaray, 1974; Mañaricúa, 1971). No entanto, não tem sido dada a devida atenção ao papel que os textos greco-latinos e a sua interpretação desempenharam na disputa, aspecto que tentaremos abordar nesta contribuição, esperando apontar aspectos da disputa que podem ter passado despercebidos até agora[3]. E, seguindo os postulados da Recepção Clássica formulados por Charles Martindale (2006; 2007), no diálogo bidirecional entre as evidências do passado e seus intérpretes modernos, os primeiros não são objetos que podem ser manipulados à vontade, mas pelo contrário, têm uma certa capacidade de orientar e condicionar as suas interpretações. Ainda mais quando essas interpretações são apresentadas como base de uma certa verdade histórica. É o caso do debate sobre os limites da antiga Cantábria, que, embora tivesse motivações claramente ideológicas, ocorreu no campo da reconstrução de uma geografia antiga preparada principalmente a partir da seleção, leitura e interpretação de textos gregos-latinos.

A polêmica

Os primeiros registros de identificação entre os antigos cantábricos e os habitantes das atuais terras bascas datam da última década do século XV[4]. A ideia difundiu-se rapidamente durante o século seguinte, tanto entre os estudiosos provinciais, principalmente de Bizkaia e Gipuzkoa, interessados em fundamentar historicamente a nobreza universal que

[3] Abordamos o tema, para o século XIX, em Pérez Mostazo, 2019: 267-283.
[4] Para um desenvolvimento mais detalhado da disputa, González Echegaray, 1974; Mañaricúa, 1971.

reivindicavam perante a coroa castelhana, como entre os principais historiadores da corte. Uma combinação de ambos foi Esteban de Garibay, cronista de Filipe II e originário de Gipuzkoa, que, no seu *Compendio Historial* de 1571, se mostrou um convicto defensor do cantabrismo. Como muitos outros estudiosos provinciais da época, fez esta associação com base em etimologias mais ou menos forçadas, e mesmo em tradições apócrifas que narravam alegados combates entre cantábricos e romanos. Nas últimas décadas do século foram formulados os primeiros discursos críticos ao cantabrismo basco, sendo pioneira a obra *Cantabria. Descripción de sus verdaderos límites* pelo cronista aragonês Jerónimo de Zurita, escrita em 1580, embora tenha sido publicada somente em 1683.

Durante o século XVII, a tese cantabrista continuou em vigor, estendendo-se mesmo a Navarra e ao País Basco francês. No entanto, apresentou menor implementação nestes últimos territórios, a partir dos quais diferentes vozes o criticaram ou qualificaram, recorrendo a uma análise conscienciosa dos textos clássicos e apostando na ascendência vascona dos bascos ou navarros. Foi o caso dos basco-franceses Arnaud d'Oihenart (1638) e Paul Marca (1640) ou do navarro José de Moret (1665; 1684). Por sua vez, as obras que nesta época defendiam a extensão da antiga Cantábria aos territórios bascos também se apoiavam em um conjunto cada vez mais rico de evidências textuais. Exemplo disso foram as *Averiguaciones de Cantabria* do jesuíta vallisoletano Gabriel de Henao (1689).

O século XVIII lançou um novo panorama institucional ao sul dos Pirenéus, com a unificação jurídica da Monarquia Hispânica promovida pela recém-criada dinastia Bourbon. As Províncias Bascas e Navarra continuaram a ser os únicos territórios que mantiveram as suas jurisdições particulares, situação que levou a um rearmamento do discurso provincial face ao potencial centralismo da corte. O passado antigo referente aos cantábricos foi um dos recursos postos ao serviço deste discurso foralista, como mostra o *Discurso de la antigua famosa Cantabria* do jesuíta guipuzcoano Manuel de Larramendi (1736), que respondeu, entre outros, à postura anticantabrista da *Historia de España Vindicada,* publicada por Pedro de Peralta (1730).

A disputa atingiu seu auge após a publicação, em 1768, de *La Cantabria* na forma de um volume da *España Sagrada* pelo estudioso agostiniano Enrique Flórez. Este procurou esclarecer definitivamente a diversidade de opiniões sobre os limites da antiga Cantábria, com base em um estudo cuidadoso de textos clássicos. Concluiu negando a inclusão do território basco nesta antiga região e defendendo a sua conquista por Roma. Das províncias

bascas, a obra foi recebida como um ataque às bases do discurso foralista, e uma resposta foi considerada necessária. Os arquivos da *Real Sociedad Bascongada de Amigos del País*, instituição que reunia a elite esclarecida basca, preservam diversos manuscritos com este fim[5]. No entanto, divergências internas deixaram a resposta nas mãos de um indivíduo, José Hipólito de Ozaeta, ex-integrante da RSBAP e autor, em 1779, de *La Cantabria vindicada y demostrada según la extensión que tuvo en diferentes tiempos*. A publicação foi respondida nesse mesmo ano pelo agostiniano Manuel Risco, sucessor da *España Sagrada* após a morte de Flórez. Pouco depois abordou também o assunto em *La Vasconia* (1779), volume XXXII da *España Sagrada*, chegando a conclusões diferentes das de seu mentor, um pouco mais conciliatórias com a hipótese do cantabrismo.

Os primeiros anos do século XIX assistiram a um certo prolongamento da disputa com a publicação do *Diccionario histórico-geográfico de la RAH* em 1802 e do primeiro volume das *Noticias históricas de las tres Provincias Vascongadas* de Juan Antonio Llorente (1806), também respondidas pelas instituições e estudiosos bascos. Algumas décadas depois, entre as décadas de 40 e 70 do século XIX, a geração romântica basca tentou retomar o debate, embora, desde a incipiente República das Letras nacional espanhola, não houvesse interesse em abordá-lo, considerando-o ultrapassado. Assim, a controvérsia durou quase quatro séculos, embora os argumentos e posições fossem frequentemente retomados e repetidos. Nas linhas seguintes centraremos a nossa análise nas principais obras publicadas entre meados do século XVII e início do século XIX, altura em que as fontes clássicas tiveram um papel especial na argumentação desta disputa histórica, mas também política e identitária.

Fontes para debate

Os estudiosos modernos fizeram muitas menções aos cantábricos e à Cantábria ao investigarem a extensão de seu território. Contudo, a maioria é breve e fragmentária, exceto algumas passagens referentes às guerras de conquista na época de Augusto (Marcos, 1988). As primeiras referências remontam aos séculos II e I AEC, quando alguns autores fornecem dados geográficos ou etnogeográficos ligados a este grupo populacional, que já parecia fazer parte do imaginário etnogeográfico da Hispânia Citerior. A menção mais antiga deve-se a um fragmento das *Origines* de Catão (110, 1) que situa a nascente do rio *Iberus*, atual Ebro, entre os cântabros De

[5] Sobre sua concepção de História, Antiguidade e nação, Duplá, 2018.

Estrabão (III, 3, 4; 4, 3), sabemos que tanto Posidônio quanto Asclepíades de Mirlea os mencionaram no século I AEC Júlio César também faz referência a este grupo populacional: a princípio, sendo derrotado por Crasso junto com os aquitanos, ao norte dos Pirenéus (*Gál.* III, 26, 3). Um pouco mais tarde, no relato da guerra contra Pompeu, recrutado como auxiliar pelo seu legado Afrânio (*Ciu*. I, 38, 3).

A presença dos cântabros e do seu território multiplica-se consideravelmente nas fontes contemporâneas ou posteriores a Augusto. São mencionados nas biografias do primeiro imperador e na historiografia da época, destacando-se a obra de Tito Lívio, cujo relato da guerra cantábrica não se conserva, mas foi utilizado por autores posteriores como Floro (*Epit.* II, 33, 1–33) (século II EC) e Orósio (*Hist.* VI, 21, 1–11) (século V EC). Historiadores posteriores como Dião Cássio (séculos II–III EC) também fornecem dados relevantes sobre o conflito[6]. Estrabão (III, 3, 8; 4, 17–18), autor grego do período Augusto, inclui passagens e anedotas referentes à guerra em sua obra geográfica. Por fim, o poeta Horácio faz eco às imagens contemporâneas difundidas sobre os cantábricos, cunhando temas que são repetidos por escritores posteriores como Lucano e Sílio Itálico (século I EC)[7].

A presença dos cântabros nas fontes greco-latinas do período Augusto explica-se, em grande parte, pela relevância política e propagandística que o primeiro imperador deu às guerras de conquista do norte da Hispânia, contra os ástures e os cântabros, entre 29 e 19 AEC, que ele liderou pessoalmente. Estas campanhas tiveram uma importante dimensão ideológica e política, visando principalmente o fortalecimento do poder pessoal do recém-intitulado Augusto. Por um lado, o novo líder absoluto de Roma procurou ganhar prestígio militar como general vitorioso face às ameaças externas, deixando para trás a memória dos conflitos civis. Por outro lado, as guerras no norte da Península mostraram-se como o primeiro passo na missão pacificadora em virtude da qual Augusto gozava do controle sobre os exércitos romanos. Assim, igualando e até superando os feitos dos grandes generais da era republicana, Augusto teria alcançado a pacificação definitiva da guerreira Hispânia, conseguindo impor a sua

[6] D.C. LI, 20; LIII, 22; 25, 2-8; 29, 1-2; LIV 5, 1-3; 11, 1-6. Há breves menções à campanha de Augusto em outros autores, como Veleio Patérculo (II, 90, 1) (século I EC) e Apiano (*Hisp.* 102) (século II EC), que também mencionou os cantábricos por ocasião do cerco de Numância (App. *Hisp.* 80).

[7] Hor. *Carm*. II, 6, 1-4; 11, 1-5; III, 4, 33-36; 8, 17-24; IV, 14, 41-44; *Epist.* I, 12, 25-29; 18, 54-57. Lucan. VI, 257-259. Sil. III, 325-331; V, 197; V, 639; IX, 232; X, 16; XV, 413; XVI, 44-77.

tão celebrada *Pax Augusta* (Griffiths, 2013: 6-39; Rich, 2009; Salinas de Frías, 1998).

Em ambos os casos, a narrativa augusta exigia um inimigo temível e guerreiro, o que explica em certa medida as imagens transmitidas pela historiografia, pela poesia ou pelas descrições etnográficas, que enfatizavam a selvageria e a ferocidade dos cantábricos. Essas descrições, relidas a partir de uma perspectiva heroica, tinham o potencial de se tornarem referências atraentes de prestígio aos olhos da erudição moderna, como sinos de glória para aqueles que conseguiram mostrar-se como seus descendentes. Assim, os bascos, mas também outros territórios do norte da Península, lutaram para se apropriar desta referência (Suárez Cortina, 1996).

Os cântabros e a Cantábria também são mencionados em uma série de textos greco-latinos que abordam a descrição geral do ecúmeno sob diferentes perspectivas, coincidindo com o momento de maior extensão e estabilidade do Império Romano, entre os séculos I e II EC a *Geographiká* de Estrabão de Amásia é o mais antigo dos preservados. Este autor helenístico compôs a sua obra no início do século I EC, reunindo muito do conhecimento geográfico da época com a vontade de o colocar ao serviço do Império Romano e dos seus governantes. Para isso, descreveu o mundo habitado em seções, prestando atenção também aos seus habitantes e à influência benéfica da conquista romana sobre eles (Dueck, 2000). Embora a obra não tenha tido grande aceitação durante a Antiguidade, a partir do século XV tornou-se uma referência indesculpável para o conhecimento da história antiga de vários territórios, como a Península Ibérica (Álvarez Martí-Aguilar, 1999).

Cronologicamente é seguida por *De Chorographia* de Pomponio Mela, escrito em latim na época do imperador Cláudio como um exercício retórico que testaria a habilidade literária do autor, ao descrever o mundo através de uma sucessão de nomes de lugares que, no entanto, deveriam ser agradáveis para o leitor. Apesar do seu caráter retórico, ou talvez justamente por causa dele, a obra foi conhecida e tratada durante a Antiguidade e ganhou ampla circulação desde o Renascimento (Romer, 1998; Silberman, 1988). Um pouco mais tarde foi publicada a *Naturalis Historia* de Gaius Plinius Secundus, conhecido como Plínio, o Velho (23-79 EC), membro de uma rica família equestre dedicada à administração imperial. Sua obra enciclopédica em 37 livros buscou compilar o conhecimento de sua época para preservá-lo de forma organizada, dedicando os livros III–VI à descrição do mundo. Ao contrário de Mela,

confessa que pretende fazer uma lista de topônimos, previamente selecionados, sem se deter nas razões que os tornam famosos, aspectos que espera abordar em outros livros (Armani, 2017; Murphy, 2004). Intensamente utilizada como autoridade científica ao longo da Idade Média, a obra de Plínio continuou a ser uma fonte inesgotável de informação para estudiosos e historiadores durante a Modernidade, também no caso hispânico (Doody, 2010; Moure, 2008).

Por fim, *Geographike Hyphegesis* ou *Geografía* do alexandrino Cláudio Ptolomeu, datada da primeira metade do século II EC, forneceu numerosos dados sobre a localização e extensão da Cantábria. Sendo o único tratado de cartografia preservado desde a Antiguidade, contém instruções para desenhar um mapa-múndi a partir de mais de 8.000 pontos localizados através de um sistema de paralelos e meridianos, referentes a cidades e características geográficas. O tratado reúne o conhecimento astronômico, geográfico e cartográfico da época, embora as limitações técnicas para calcular com precisão as latitudes e, sobretudo, as longitudes, o tenham tornado objeto de inúmeras correções desde a Antiguidade (Marcotte, 2007; Berggren; Jones, 2000). A obra tornou-se especialmente popular a partir do final do século XIII, sendo uma referência fundamental no desenvolvimento cartográfico do Renascimento europeu (Gautier Dalché, 2009).

Todos estes textos utilizam categorias geoetnográficas para estruturar e articular a descrição do mundo, mesmo nos territórios integrados nas estruturas cívicas e administrativas romanas. Consequentemente, contêm menções aos cantábricos e à Cantábria, tornando-os suscetíveis de serem utilizados no debate que se desenvolveria séculos depois. E, segundo a concepção geográfica antiga, o espaço estava intimamente ligado ao elemento humano, de modo que, muitas vezes, eram os seus habitantes que davam nome ao território, enquanto um componente espacial estava associado a cada etnônimo. Ainda mais nas regiões onde o fenômeno urbano estava menos estabelecido, como no norte da Península Ibérica (Gómez Fraile, 2001).

No caso de Estrabão, as referências oro-hidrográficas são os principais recursos para estruturar os espaços. No entanto, na ausência destes, recorre aos grupos étnicos que os habitam ou rodeiam. Também associa regiões a amplos grupos étnicos que apresenta como protagonistas de diferentes processos históricos e civilizacionais, dando uma imagem dinâmica da construção dos espaços ibéricos (Castro-Páez, 2023; Cruz Andreotti, 2014; Pérez Vilatela, 1990). Mela, por sua vez, menciona os diferentes grupos

populacionais que ocupavam os espaços descritos, especialmente as costas, atribuindo-lhes populações ou características geográficas (Parroni, 2007). No caso de Plínio, o Velho, embora retire as suas principais referências do mapa cívico e administrativo romano, recorre também a elementos etno-corográficos, especialmente na descrição do litoral e na articulação das zonas menos urbanizadas da Hispânia Citerior (Ciprés, 2017; González Rodríguez, 2017). Por fim, para Ptolomeu, as unidades espaciais nomeadas por um etnônimo constituem o principal elemento de articulação do espaço de cada uma das províncias e territórios do mundo, dentro do qual ele localiza os pontos que compõem o seu mapa (Beltrán, 2012; Gómez Fraile, 1997).

A utilização de categorias geoetnográficas para estruturar espaços e sua descrição, mesmo em territórios já integrados nas estruturas administrativas romanas, permitiu aos estudiosos modernos procurarem os seus antepassados remotos em fontes clássicas. Por um lado, projetaram estes etnônimos para o passado pré-romano; por outro lado, construíram ligações genéticas entre grupos populacionais passados e presentes com base na ocupação do mesmo espaço, quando as fontes não mencionavam explicitamente os movimentos populacionais. Consequentemente, a geografia antiga foi um conhecimento muitas vezes contestado durante a Modernidade, como ocorreu no caso basco, quando foi concebida como um instrumento para legitimar ou desacreditar certas identidades e as referências de prestígio em que se baseavam.

As abordagens anticantabristas

Enrique Flórez foi quem desenvolveu de forma mais sistemática o argumento anticantabrista, repetindo ideias presentes em autores anteriores como Zurita e sendo a base de autores posteriores como Llorente. Para o estudioso agostiniano, a principal controvérsia sobre a antiga Cantábria residia na "sua localização e extensão". Para resolvê-la, foi necessário esclarecer "se abraçou ou chegou aos Pirenéus" (1768: 1-2), determinando assim se incluía também os territórios bascos. Assim, embora tenha fornecido alguns dados sobre a sua extensão no interior, centrou as suas análises no litoral, "sobre o qual os antigos escreveram mais" (1768: 7). Não em vão, devedores da tradição dos périplos, tanto Estrabão como Mela, Plínio e Ptolomeu deram grande importância à definição do litoral nas suas representações do mundo, elencando na ordem linear marcada pelas costas os diferentes elementos oro-hidrográficos, urbanos e etnográficos que poderiam ser usados para

desenhar um mapa da região (Dueck; Brodersen, 2012: 52-59). E estes autores desenharam uma costa povoada por diferentes grupos populacionais desde a Cantábria até aos Pirenéus, portanto, para os anticantabristas, os cantábricos não poderiam ter povoado as terras bascas durante a Antiguidade.

Para estes autores, Ptolomeu foi quem melhor ilustrou esta diversidade étnica (Flórez, 1768: 7-17; Llorente, 1806: 20). Antes de abordar cada uma das províncias hispânicas, o geógrafo alexandrino deu os pontos que definiam a costa peninsular, atribuindo a diferentes etnônimos cidades, fozes de rios, promontórios ou portos. Para o trecho de costa que era de interesse na disputa, Ptolomeu enumera desde os cântabros até os Pirenéus, no sentido oeste-leste, até quatro grupos populacionais diferentes: autrigones, caristos, várdulos e vascões (*Geog.* II, 6, 6-10). O testemunho de Plínio também foi esclarecedor a este respeito (Zurita, 1683: 12; Flórez, 1768: 17-25). Na sua descrição da costa norte da Hispânia Citerior, no sentido leste-oeste, e portanto começando pelos Pirenéus, enumera os *saltus* dos vascões, Olarso e os *oppida* dos várdulos e Flaviobriga antes de mencionar as nove *civitates* da *regio* dos cântabros (*Nat.* IV, 110–111). Para autores como Peralta (1730: 605-606), o testemunho conjunto destes autores foi suficiente para mostrar a exclusão das terras bascas da antiga Cantábria.

Mesmo assim, Zurita (1683: 8-12), Flórez (1768: 25-34) ou Llorente (1806: 3-12) também recorreu aos textos de Mela e Estrabão, embora as suas características os tornassem menos atrativos para mostrar a separação entre a Cantábria e os Pirenéus. No caso do primeiro, o périplo transmite toda a sua descrição do mundo. Além disso, é de especial interesse para a costa norte da Hispânia, uma vez que apresenta alguns dados posteriores à conquista e ignorados pelas fontes gregas anteriores (Silberman, 1988: XVI, XL-XLI). No entanto, a passagem referente ao setor mais oriental da costa norte chegou até nós corrompida, com inúmeras variantes que desde o Renascimento têm tentado ser corrigidas à luz de outros autores como Plínio e Ptolomeu, sendo fonte de múltiplas confusões (Santos, 2006). Ainda assim, o autor deixa clara a distribuição desta faixa costeira entre cântabros e várdulos, sendo estes últimos os que, formando uma única *gens,* fecham as Hispânias (III, 14-15). Um testemunho que apontava para as teses anticantabristas, mas que minimizava a diversidade étnica interposta entre a Cantábria e os Pirenéus.

Estrabão também dá destaque às costas na descrição dos diferentes espaços provinciais da Península Ibérica, os quais aborda desde a costa, para depois

se aventurar pelo interior. Contudo, a norma não é cumprida no caso do litoral norte, uma vez que é tratado como parte de uma excursão etnográfica referente à Lusitânia que a estende às populações das montanhas do norte da Península Ibérica, elencando-as de oeste para leste (Castro-Páez, 2023: 190-193). Cita, entre estas, "galaicos, ástures e cântabros, até os vascões e aos Pireneus", desculpando-se por não mencionar outros nomes de transcrição incômoda como pletauros, bardietas e alotrigues (III, 3, 7). Os autores anticantabristas compreenderam que estas cidades com nomes incômodos ficavam entre os cantábricos e os Pirenéus (Flórez, 1768: 30), mas a indefinição da passagem tornou possíveis leituras alternativas.

Destes textos, Llorente concluiu "que dos Pirenéus às Astúrias havia na costa marítima uma parte da Vascônia e as diferentes regiões de várdulos, caristos, autrigones e cantábricos" (1806: 12). No entanto, os eruditos cantabristas esforçaram-se para provar que todos estes etnônimos se referiam a populações integradas na Cantábria. Era, portanto, necessário demonstrar que eram populações diferentes e separadas dos cantábricos. Neste caso, a "evidência decisiva" foi encontrada nos historiadores latinos Floro e Orósio, narradores das conquistas de Augusto no norte da Península. Segundo ambos, a guerra começou em resposta à hostilização que os cântabros exerceram sobre os seus vizinhos váceos, turmogos e autrigones, povos aliados de Roma (Flo. *Epit.* II, 33, 8; Oros. *Hist.* VI, 3). Portanto, sendo opostos, autrigones e cantábricos não poderiam ser o mesmo povo, especialmente aqueles localizados mais a leste, "porque os cantábricos não fizeram guerra aos cantábricos" (Flórez, 1768: 16; Llorente, 1806: 17).

A defesa do cantabrismo pelos bascos

Entre os autores cântabros, o estudo cuidadoso da geografia antiga não foi visto como necessário até que a ascendência cantábrica dos bascos foi posta em causa pelo recurso a esta disciplina. Até agora, a própria existência da língua basca, de etimologias mais ou menos forçadas, de certas tradições apócrifas ou do mito da independência secular basca tinha sido considerada um apoio suficiente, e continuaria a sê-lo, para alguns, durante muito tempo. No entanto, pelo menos desde o século XVII, foram obrigados a desenvolver um discurso erudito que justificasse a inclusão das terras bascas na antiga Cantábria, recorrendo a textos clássicos.

O principal objetivo destes autores foi demonstrar a extensão da Cantábria aos Pirenéus e, portanto, a inclusão dos territórios bascos nesta antiga região. Entre os textos de natureza geográfica, Estrabão contribuiu com o seu principal argumento, partindo de uma leitura radicalmente oposta à dos anticantabristas. Se, para estes últimos, o autor grego mostrou que entre os cantábricos e os Pirenéus havia uma série de cidades cujos nomes tinham uma transcrição incômoda, para os cantabristas deixou claro que os cantábricos se estendiam "até os vascões e aos Pireneus", e incluíam tanto as terras bascas até a cordilheira que os vascões povoariam (Henao, 1689: 308; Larramendi, 1736: 200-204; Ozaeta, 1779: 93-94). Ozaeta quis interpretar o testemunho de Mela no mesmo sentido, minimizando o território ocupado pelos várdulos e deslocando-os para o interior montanhoso, deixando para os cantábricos a costa da Hispânia até à fronteira com a Gália (1779: 82-86).

Voltando-se também para Plínio, procurou-se minimizar a presença de vascões e várdulos, de forma a estender o domínio dos cantábricos para leste. No entanto, o autor foi mais frequentemente referido pela menção a uma montanha inteira de veios metálicos localizada na Cantábria (*Nat.* XXXIV, 149). Apesar da parcimônia das suas descrições geográficas nos livros III e IV, o resto da sua obra contém inúmeros dados curiosos e surpreendentes sobre fenômenos humanos e naturais, respondendo ao gosto pelo extraordinário típico da paradoxografia greco-latina (Murphy, 2004: 18-23). A menção à montanha metálica não foi localizada, portanto, na descrição da Hispânia Citerior, onde teria um contexto geográfico mais preciso, mas como um fato curioso referente aos metais. Assim, a passagem ajudou os autores cantábricos a localizar a jazida metálica na localidade biscaia de Somorrostro, famosa pelas suas minas de ferro, o que comprovaria a inclusão da província na Cantábria (Emborujo; Emborujo, 2017: 308).

A descrição geográfica de Plínio também foi utilizada para destacar as suas contradições com a fornecida por Ptolomeu e, assim, pôr em causa a fiabilidade de ambos os autores. Não em vão, o testemunho de Ptolomeu foi constantemente questionado, pois era considerado o principal suporte das teses anticantabristas. Larramendi (1736: 126-145) apontou a pequena extensão costeira atribuída pelo alexandrino à Cantábria, fato pouco plausível na sua opinião, dada a resistência duradoura do território à conquista romana. Além disso, Ozaeta (1779: 34-38) deu especial ênfase à natureza imperfeita da obra de Ptolomeu, que teria centrado o seu interesse na matemática, e não na geografia, e que da distante Alexandria não teria dados de qualidade disponíveis, razão dos seus inúmeros erros. Assim,

para a retificação de Flórez, seria impossível conciliar o testemunho deste autor com o de Plínio e dos restantes textos clássicos, apesar das tentativas do agostiniano (1779: 75-82).

Outra estratégia dos autores cantábricos, complementar à anterior, foi explicar a diversidade étnica presente nos textos clássicos de natureza geográfica como subdivisões territoriais ou étnicas integradas nos termos genéricos de cantábricos, ou Cantábria. O testemunho de Estrabão (III, 4, 12) teria tornado esta possibilidade plausível, ao mencionar alguns "cantábricos coniscos" como vizinhos dos berones, habitantes da região mais setentrional da Celtibéria. Esta possibilidade seria reforçada pelos processos de construção de espaços e imaginários etnogeográficos refletidos em textos greco-latinos para outras regiões. No entanto, nenhum testemunho antigo alude explicitamente à inclusão de autrigones, caristios, várdulos ou vascões entre os cantábricos, de modo que os autores cantábricos só puderam defender esta ideia a partir de uma comparação com outras áreas peninsulares.

Efetivamente, vários textos antigos mostram para a Península Ibérica uma definição progressiva de espaços geoétnicos mais ou menos amplos com base na classificação, seleção e hierarquização de realidades pré-existentes observadas durante o processo de conquista. Consequentemente, este imaginário geográfico articulou-se em torno de espaços nomeados a partir de etnônimos ou corônimos gerais que integravam realidades diversas, como ocorreu com a Turdetânia, a Lusitânia ou a Celtibéria, e mesmo áreas mais próximas e semelhantes à Cantábria como a Galécia e as Astúrias. (Santos; Cruz Andreotti, 2012; Cruz Andreotti; Le Roux; Moret, 2006; 2007). Mas, ao mesmo tempo, em grandes áreas da Península mantinham-se em vigor identificações étnicas menores, que muitas vezes serviam de base à organização cívica das comunidades peregrinas, como mostram fontes literárias como Plínio ou Ptolomeu, além de algumas evidências epigráficas (Ciprés, 2023).

Os autores cantabristas do século XVIII souberam intuir estes processos de criação do imaginário geográfico e colocá-los ao serviço da sua argumentação. Assim, a ausência de dados suficientes nas fontes literárias sobre o processo de construção do espaço cantábrico permitiu propor a integração de autrigones, caristios e várdulos na Cantábria com base em um argumento *ex silentio*. Respondendo a Oihenart, Larramendi (1736: 149-153) propôs que as referências de Ptolomeu aos cantábricos fossem entendidas da mesma forma que as que fazia aos galaicos lucenses ou aos ástures, entre os quais, além da foz dos rios e das cidades, incluía vários

etnônimos. Da mesma forma, as menções de autrigones, caristios e várdulos tiveram que ser inseridas no território dos cantábricos. Portanto, "os galegos eram uma nação grande, que com o seu nome incluía outras nações menores, e o mesmo dos asturianos, e o mesmo dos cantábricos". Por sua vez, Ozaeta (1779: 91-104) partiu do texto de Estrabão para identificar as diferentes "regiões" em que ele teria dividido a Península Ibérica, cada uma delas composta por grupos populacionais menores. A Cantábria seria a sétima destas regiões, contendo no seu interior as populações que se localizavam entre as Astúrias e os Pirenéus, com exceção dos vascões, que pertenceriam à região dos ilergetes[8]. Assim, consideraram comprovada a existência de uma extensa Cantábria que, transcendendo os limites marcados por Ptolomeu, integrou os antigos habitantes das terras bascas.

No entanto, as teses cantabristas encontraram apoio mais sólido em textos de caráter historiográfico, sendo o mais recorrente entre eles uma passagem dos *Comentarii* de Júlio César. Em um dos episódios da conquista da Gália, referindo-se à campanha de Crasso contra os aquitanos, César (*Gál.* III, 23, 3-5) menciona que, antes de enfrentar os exércitos romanos, enviaram legados às comunidades fronteiriças da Hispânia Citerior solicitando tropas e líderes para liderá-los. Alguns parágrafos depois (26, 6), ele menciona a derrota e morte de três quartos do exército reunido pelos aquitanos, que contava com 50.000 homens entre os vindos da Aquitânia e do território dos cantábricos[9]. Do testemunho de Henao (1689: 309-311) defendeu, contra as teses de Zurita, que os cantábricos mencionados por César eram precisamente os vascões que habitavam o extremo oriental da província de Guipúzcoa e a parte de Navarra adjacente aos Pirenéus. E que, portanto, as populações que se sucederam ao longo da costa em direção a oeste até às Astúrias também o devem ter sido. O argumento foi repetido ao longo do século XVIII, destacando a fiabilidade de César não só pela sua fama, mas também pelas suas estadias na Península e por ser um testemunho mais antigo que os geográficos, a tal ponto que Flórez (1768: 93) considerou isso "muito transcendental para aqueles que contestamos". Porém, para o agostiniano, César só teria mencionado os cantábricos por serem mais famosos, ignorando os nomes de outras populações menos conhecidas excluídas do território da Cantábria.

Para os cantabristas, não só César apoiou as suas teses, mas também os três principais historiadores das guerras Cantábricas, Floro, Dião Cássio e

[8] Contudo, essas regiões apresentam divergências importantes daquelas indicadas pelas pesquisas atuais, como em Cruz Andreotti, 2014.
[9] A mesma informação é coletada por Orósio (*Hist.* VI, 8, 19-23).

Orósio, ao localizar geograficamente os ástures e cantábricos em relação aos Pireneus. Floro atribui-lhes o território que "a partir do sopé dos Pireneus, banhava a costa mais próxima do Oceano" (*Epit.* II, 33, 1–3). Orósio, por sua vez, considera que constituíam "uma parte da província da Galícia, zona onde se estende ao norte a extensão da cordilheira dos Pirenéus, não muito longe do Segundo Oceano" (*Hist.* VI, 21, 2). Dião Cássio também os situa "na parte mais selvagem dos Pirenéus" (LIII, 25, 2). A historiografia cantábrica não precisou forçar muito a leitura destes textos para apontar a extensão da Cantábria aos Pirenéus. No entanto, a crítica anticantábrica considerou estas menções como secundárias e não decisivas à luz de outros testemunhos desses mesmos autores que falavam de alguns cantábricos que perseguiam os seus vizinhos, os autrigones (Flórez, 1768: 34-39, 100-104; Llorente, 1806: 17).

Assim, nenhum dos autores participantes na polêmica notou a evolução na delimitação dos Pirenéus que deriva das fontes clássicas, e que explica em grande parte a relação estabelecida por estes historiadores entre os cantábricos e os Pirenéus. Para os autores modernos, esta cadeia montanhosa estendia-se do cabo de Creus ao cabo Higuer, fronteira norte da Península Ibérica, da mesma forma que se configurava no imaginário político e geográfico latino da época imperial (Rico, 2006; Beltrán; Pina, 1994). No entanto, esta imagem só se consolidaria após a concretização da conquista romana e a individualização da cordilheira cantábrica. Até então, esta última teria sido considerada uma extensão ocidental dos Pirenéus, dada a continuidade orográfica apresentada por ambas as cadeias montanhosas. Esta última é a imagem transmitida pela maioria das fontes da época augusta e mesmo júlio-claudiana, como Pompeu Trogo ou Tito Lívio, principal fonte do relato das guerras cantábricas preservado pelos referidos historiadores (Beltrán; Pina, 1994).

Nuances e hipóteses intermediárias

No desenvolvimento da polêmica, houve também autores que qualificaram as posições dos anticantabristas e dos cantabristas, propondo por vezes terceiras vias, com o objetivo de conciliar as incoerências entre as antigas descrições geográficas, principal suporte das primeiras, e os testemunhos dos historiadores greco-latinos, especialmente César, profusamente aludido por este último. Estas interpretações não foram bem recebidas entre os cantabristas pelo menos até ao início do século XIX, pois levantaram objeções em maior ou menor grau à ascendência cantábrica dos bascos. Assim, a historiografia da disputa tendeu a considerá-los entre os

autores anticantabristas, embora uma leitura mais detalhada permita estabelecer nuances.

Foi o caso de José de Moret, cronista do Reino de Navarra na segunda metade do século XVII. Nas suas *Investigaciones históricas* concordou com Oihenart e outros que "a Cantábria, tomada rigorosamente, no sentido exato dos geógrafos, não tocava os Pirenéus a uma boa distância", pois interpuseram inúmeros grupos populacionais como autrigones, caristios, várdulos e vascões. No entanto, acreditava que a polêmica sobre os limites da Cantábria poderia ser resolvida com base no testemunho de Estrabão, que na sua descrição etnográfica dos povos do norte da Península Ibérica apontou as suas muitas semelhanças. Isto teria levado à inclusão de diversas cidades sob o nome de Cantábria "no estilo familiar dos historiadores e de uso comum" (1665: 113-121). Na realidade, o historiador navarro defendia que todas as populações do norte da Península, da Galícia aos Pirenéus, teriam participado na guerra contra Augusto, incluindo, portanto, as do território basco e navarro (1665: 128-138). Mesmo assim, Moret serviu de base para as abordagens anticantabristas de Peralta (1730) às quais Larramendi (1736) responderia pouco depois.

Uma alternativa diferente foi proposta em 1779 por Manuel Risco no volume XXXII da *España Sagrada*, dedicado à Vascônia. Embora tenha sido encarregado de defender a obra do falecido Flórez contra as críticas de Ozaeta, não concordou plenamente com as abordagens do seu antecessor. Na sua reivindicação, Risco considerou que Flórez tinha delimitado magistralmente os limites da Cantábria que confrontava Augusto, negando a associação entre este território e as províncias bascas (1779a: 3-6). No entanto, no seu trabalho sobre os antigos vascões, tinha defendido que, em uma época anterior, o termo cantábricos teria dado nome a "todos os povos que habitavam a costa norte desde as Astúrias até ao promontório do Oeaso", sendo uma nomenclatura geral que teria abrangido "muitas regiões particulares" como a Vascônia, que ainda não aparecia individualizada nos textos clássicos. Isto deve ser derivado do testemunho de César e da sua menção às *civitates* finítimas aos aquitanos que ele ligou aos cantábricos (1779b: 34-39). Portanto, Risco viu a cronologia como o elemento chave para harmonizar os testemunhos greco-latinos, diferenciando várias etapas. Para os mais antigos, assumiu alguns postulados cantabristas. No entanto, na época de maior prestígio, a das guerras cantábricas, a Cantábria teria sido reduzida a uma região bem definida separada de autrigones, caristios, várdulos e vascões. Isto teria permanecido assim durante toda a era imperial, até que só recuperou a sua extensão original após a queda do Império Romano (1779b: 67-69).

A formulação de Risco ganhou notável aceitação entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Juan Antonio Llorente, defensor inabalável das teses de Flórez em sua publicação de 1806, tinha certeza nas primeiras versões manuscritas de sua obra que, antes da guerra civil entre César e Pompeu, "os territórios que constituíam parte da Cantábria eram agora chamados de biscaios, alaveses, guipuzcoanos, riojanos e navarros" (1796: 17). Além disso, alguns dos estudiosos bascos que colaboraram na elaboração do *Diccionario Geográfico-Histórico de España* da Academia Real de História endossaram esta periodização. Porém, quando o acadêmico Francisco Martínez Marina (1802: 18-20) fez o verbete referente a Álava no referido *Diccionario*, introduziu uma nova nuance, de natureza geográfica, que recuperou um certo prestígio para os bascos devido à sua ascendência cantábrica. Por um lado, os cantábricos orientais, ancestrais dos bascos e navarros, teriam realizado grandes feitos como a sua participação nas Guerras Púnicas referidas por Sílio Itálico ou a ajuda aos aquitanos mencionada por César. Desde a época de Augusto, geógrafos e historiadores greco-latinos os teriam individualizado por meio de nomes particulares. Por outro lado, os cantábricos ocidentais, localizados na província de Santander, teriam permanecido "enterrados na barbárie e nas trevas do seu estreito país" até enfrentarem os exércitos de Augusto, protagonizando as histórias de Floro, Orósio e Dião Cássio.

Conclusões

Como foi demonstrado ao longo das linhas anteriores, a conservação e recepção de determinados textos greco-latinos que mencionavam os cantábricos e a Cantábria possibilitaram, condicionaram e orientaram a abordagem e o desenvolvimento de uma prolongada disputa na historiografia basca. Ainda mais quando as diferentes posições reivindicavam a veracidade dos seus discursos sobre o passado antigo baseados, em grande medida, na autoridade destes testemunhos escritos. Por um lado, textos de caráter historiográfico, poético ou etnográfico levaram à conversão do antigo cantábrico em uma referência atrativa aos olhos da erudição moderna preocupada em cimentar o seu prestígio coletivo no passado remoto, como consequência do papel ideologia e de propaganda que conquistou na época de Augusto. Por outro lado, os textos e passagens geográficas de alguns historiadores antigos permitiram debater contra ou a favor da inclusão das terras bascas na antiga Cantábria graças à presença de categorias geoetnográficas na estruturação e articulação da descrição do mundo, mesmo naqueles territórios já integrados nas estruturas cívicas e administrativas romanas, permitindo,

assim, recriar laços genéticos a partir da ocupação do mesmo espaço. Assim, estes textos não só possibilitaram a polêmica, como também forneceram alguns dos elementos que transformaram a antiga geografia das terras bascas em um tema controverso, com importantes prestígios, identidade e repercussões políticas.

Mas, além disso, os depoimentos clássicos também nortearam os principais eixos da disputa. Por exemplo, a influência da tradição dos périplos na geografia greco-latina levou ao debate mais intenso centrado na extensão costeira dos cantábricos, sobre se ocupariam o litoral situado entre as Astúrias e os Pirenéus. Os autores anticantabristas basearam a sua posição principalmente em fontes geográficas, que ilustravam a diversidade étnica deste trecho de costa, enquanto os cantabristas desenvolveram os seus principais argumentos com base em testemunhos historiográficos, e especialmente em uma passagem de César, usada para prolongar a presença cantábrica até a fronteira com a Gália. Além disso, ao longo da disputa, os cantabristas tiveram que sofisticar seus argumentos através da seleção, classificação e interpretação dos testemunhos clássicos, com base nos elementos por eles oferecidos. Assim, a definição progressiva de corônimos aglutinantes de uma realidade geoetnográfica diversa, perceptível nas fontes greco-latinas referentes à Península Ibérica, permitiu-lhes propor um processo análogo para a Cantábria, que integraria os vários etnônimos localizados na costa basca, embora nenhuma fonte antiga o tenha explicitado. Outrossim, a individualização progressiva dos Pirenéus e a sua separação tardia da costa cantábrica permitiram-lhes alegar a extensão dos cantábricos à cordilheira que separava a Hispânia da Gália.

Contudo, os cantabristas não foram os únicos que selecionaram, hierarquizaram e interpretaram as fontes disponíveis conforme sua conveniência. Os anticantabristas também tomaram como principais autoridades os textos geográficos que lhes permitiram uma defesa mais eficaz da sua posição, minimizando a relevância de outros testemunhos, especialmente os historiográficos. Isto foi notado pelos autores que, embora não assumissem integralmente os postulados cantábricos, tentaram conciliar um espectro maior de testemunhos antigos, resultando em algumas nuances ou hipóteses intermediárias que gozaram de menor destaque em um contexto de debate polarizado. Portanto, embora a recepção dos textos clássicos tenha sido sempre mediada pelas implicações políticas, identitárias e emocionais do debate, a autoridade que lhes foi conferida para determinar a verdade histórica fez com que também

mediassem, em maior ou menor grau, a viabilidade, a orientação e até os argumentos desta controvérsia historiográfica secular.

Fontes

FLÓREZ, Enrique. *La Cantabria. Disertación sobre el sitio y extensión que tuvo en tiempos de los Romanos la región de los cántabros, con noticia de las Regiones confinantes y de varias poblaciones antiguas*. Madrid: Antonio Marín, 1768.

HENAO, Gabriel de. *Averiguaciones de las Antigüedades de Cantabria*. Salamanca: Eugenio Antonio García, 1689.

LARRAMENDI, Miguel de. *Discurso histórico sobre la antigua famosa Cantabria*. Madrid: Juan de Zúñiga, 1736.

LLORENTE, Juan Antonio. *Historia crítica del vasallaje de las tres Provincias Cantábricas y del origen de sus fueros etc*. Archivo Histórico Nacional de España, Consejos, leg. 50825, 1796.

LLORENTE, Juan Antonio. *Noticias históricas de las tres provincias vascongadas, en que se procura investigar el estado civil antiguo de Álava, Guipúzcoa y Vizcaya y el origen de sus fueros. Tomo I*. Madrid: Imprenta Real, 1806.

MARTÍNEZ MARINA, Francisco. Álava. In: *Diccionario Geográfico - Histórico de España. Por la Real Academia de la Historia etc. Tomo I*. Madrid: Viuda de D. Joaquín Ibarra, 1803: 13-54.

MORET, José de. *Investigaciones históricas de las antigüedades del Reyno de Navarra*. Pamplona: Gaspar Martínez, 1665.

OZAETA, José Hipólito de. *La Cantabria vindicada, y demostrada, según la extensión que tuvo en diferentes tiempos etc.* Madrid: Pedro Marín, 1779.

PERALTA, Pedro de. *Historia de España vindicada etc.* Lima: Francisco Sobrino, 1730.

RISCO, Manuel. *El R.P.M. Fr. Henrique Flórez vindicado etc.* Madrid: Pedro Marín, 1779a.

RISCO, Manuel. *España Sagrada. Tomo XXXII. La Vasconia. Tratado preliminar a las santas iglesias de Calahorra, y de Pamplona* etc. Madrid: Imprenta de Miguel Escribano, 1779b.

ZURITA, Gerónimo. Cantabria. Descripción de sus verdaderos límites. In: DORMER, Diego José (ed.): *Discursos varios de historias*. Zaragoza: Herederos de Diego Dormer, 1683.

Referências bibliográficas

ÁLVAREZ MARTÍ-AGUILAR, Manuel. Notas sobre el papel de Estrabón en la historiografía española, del Renacimiento a la Ilustración. In: CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (ed.). *Estrabón e Iberia: Nuevas perspectivas de estudio*. Málaga: Universidad de Málaga, 1999: 31-61.

ARMANI, Sabine. La méthode dans les livres géographiques de Pline l´Ancien. Dits et non-dits dans la description de l´Hispania Citerior. In: CIPRÉS, Pilar (ed.). *Plinio el Viejo y la construcción de la Hispania Citerior*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2017: 105-123.

BELTRÁN, Francisco; PINA, Francisco. Roma y los Pirineos: la formación de una frontera. *Chiron*, 24, 1994: 103-133.

BELTRÁN, Francisco. Plinio versus Ptolomeo. Geografía y etnicidad en la Hispania del Principado. In: SANTOS, Juan; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (eds.). *Romanización, fronteras y etnias en la Roma antigua: El caso hispano*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2012: 477-498.

BERGGREN, J. Lennart; JONES, Alexander. *Ptolemy´s Geography. An annotated translation of the theorical chapters*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CASTRO-PÁEZ, Encarnación. *De Tartesos a Hispania. Geografía y etnografía en la literatura greco-latina.* Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2023.

CIPRÉS, Pilar. Epigrafía, etnografía e identidad en el interior peninsular. *Gerión,* 41, 2, 2023: 365-389.

CIPRÉS, Pilar. Las regiones en la descripción de Hispania Citerior. In: CIPRÉS, Pilar (ed.). *Plinio el Viejo y la construcción de la Hispania Citerior*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2017: 199-220.

CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick; MORET, Pierre (eds.). *La invención de una geografía de la Península Ibérica II. La época imperial*. Málaga/Madrid: Diputación de Málaga & Casa de Velázquez, 2007.

CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick; MORET, Pierre (eds.). *La invención de una geografía de la Península Ibérica I. La época republicana*. Málaga/Madrid: Diputación de Málaga & Casa de Velázquez, 2006.

CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo. Estrabón e Iberia. La construcción de una identidad histórica. *Studia Historica. Historia Antigua*, 32, 2014: 143-152.

DOODY, Aude. *Pliny's encyclopedia: the reception of the Natural History*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2010.

DUECK, Daniela; BRODERSEN, Kai. *Geography in Classical Antiquity*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2012.

DUECK, Daniela. *Strabo of Amasia. A Greek man of letters in Augustan Rome*. Lodon/New York: Routledge, 2000.

DUPLÁ, Antonio; EMBORUJO, Amalia. El Vascocantabrismo: mito y realidad en la historiografía sobre el País Vasco en la Antigüedad. In: ARCE, Javier; OLMOS, Ricardo (eds.). *Historiografía de la Arqueología y de la Historia Antigua en España (siglos XVIII-XIX)*. Madrid: Ministerio de Cultura, 1991: 107-111.

DUPLÁ, Antonio. Algunas consideraciones sobre la concepción de la historia, la Antigüedad y la nación en la Real Sociedad Bascongada de Amigos del País. In: DUPLÁ, Antonio; DELL´ELICINE, Eleonora; PÉREZ MOSTAZO, Jonatan (eds.). *Antigüedad clásica y naciones modernas en el Viejo y el Nuevo Mundo*. Madrid: Polifemo: 31-54.

EMBORUJO, Amalia; EMBORUJO, Isidora. Los territorios vascos en la Naturalis Historia de Plinio: aproximación historiográfica. In: CIPRÉS, Pilar (ed.). *Plinio el Viejo y la construcción de la Hispania Citerior*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2017: 293-311.

GAUTIER DALCHÉ, Patrick. *La géographie de Ptolémée en Occident (IVe-XVIe siècle)*. Turnhout: Brepols, 2009.

GÓMEZ FRAILE, José María. La geografía de la Hispania Citerior en C. Tolomeo: análisis de sus elementos descriptivos y aproximación a su proceso de elaboración. *Polis*, 9, 1997: 183-247.

GÓMEZ FRAILE, José María. Reflexiones críticas en torno al antiguo ordenamiento étnico de la Península Ibérica. *Polis*, 13, 2001: 69-98.

GONZÁLEZ ECHEGARAY, Joaquín. Algunos aspectos menos conocidos de la polémica sobre los límites de Cantabria. *Estudios Vizcaínos*, 9-10, 1974: 23-43.

GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, María Cruz. Grupos de población en la descripción de Plinio. In: CIPRÉS, Pilar (ed.). *Plinio el Viejo y la construcción de la Hispania Citerior*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2017: 127-152.

GRIFFITHS, David. *Augustus and the Roman provinces of Iberia*. Tesis doctoral. University of Liverpool, 2013.

IGLESIAS, José Manuel. El territorio de la Cantabria romana en la historiografía moderna. In: *Homenaje al Dr. Joaquín González Echegaray*. Santander: Museo y Centro de Investigación de Altamira, 1994: 397-403.

LARRAÑAGA, Koldo. W. von Humboldt y el proceso de definición de Euskal Herria como sujeto del discurso historiográfico. *RIEV*, 41, 2, 1996: 477-510.

MAÑARICÚA, Andrés. *Historiografía de Vizcaya. Desde Lope García de Salazar a Labayru*. Bilbao: La Gran Enciclopedia Vasca, 1971.

MARCOS GARCÍA, Miguel Ángel. Un enfoque crítico sobre los textos antiguos de la Cantabria romana. *Studia Historica. Historia Antigua*, 6, 1988: 81-96.

MARCOTTE, Didier. Ptolémée et la constitution d´une cartographie régionale. In: CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick; MORET, Pierre (eds.). *La invención de una geografía de la Península Ibérica II. La época imperial*. Málaga/Madrid: Diputación de Málaga & Casa de Velázquez, 2007: 161-172.

MARTINDALE, Charles. Introduction: Thinking Through Reception. In: MARTINDALE, Charles; THOMAS, Richard F. (eds.). *Classics and the Use of Reception*. Malden etc.: Blackwell, 2006: 1-13.

MARTINDALE, Charles. Reception. In: KALLENDORF, Craig W. (ed.). *A Companion to the Classical Tradition*. Malden etc.: Blackwell, 2007: 297-311.

MOURE, Ana. Plinio en España: panorama general. *Revista de Estudios Latinos*, 8, 2008: 203-237.

MURPHY, Trevor. *Pliny the Elder's Natural History. The Empire in the encyclopedia*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2004.

PARRONI, Piergiorgio. La Spagna di Pomponio Mela. In: CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick; MORET, Pierre (eds.). *La invención de una geografía de la Península Ibérica II. La época imperial*. Málaga/Madrid: Diputación de Málaga & Casa de Velázquez, 2007: 81-93.

PÉREZ MOSTAZO, Jonatan; DUPLÁ, Antonio. Recepciones de la Antigüedad vascona y aquitana. De la historiografía a las redes sociales (siglos XV-XXI): Una introducción. In: PÉREZ MOSTAZO, Jonatan; DUPLÁ, Antonio (eds.). *Recepciones de la Antigüedad vascona y aquitana. De la historiografía a las redes sociales (siglos XV-XXI)*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2022: 9-17.

PÉREZ MOSTAZO, Jonatan. *Lustrando las raíces. Antigüedad vasca, política e identidades en el siglo XIX*. Pamplona: Urgoiti Editores.

PÉREZ VILATELA, Luciano. Etnias y divisiones interprovinciales Hispano-romanas en Estrabón. *Kalathos*, 9-10, 1990: 205-214.

RICH, John. Cantabrian closure: Augustus' Spanish war and the ending of his memoirs. In: SMITH, Christopher; POWELL, Anton (eds.). *The Lost Memoirs of Augustus and the Developmento of Roman Autobiography*. Oxford: The Classical Press of Wales, 2009: 145-172.

RICO, Christian. L'"invention" romaine des Pyrénées, ou les étapes de la formation d'une frontière. In: CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick; MORET, Pierre (eds.). *La invención de una geografía de la Península Ibérica I. La época republicana*. Málaga/Madrid: Diputación de Málaga & Casa de Velázquez, 2006: 199-216.

ROMER, Frank Edward. Introduction. In: ROMER, Frank Edward (ed.) *Pomponius Mela´s Description of the World*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998: 1-32.

SALINAS DE FRÍAS, Manuel. La guerra de los cántabros y astures, la etnografía de España y la propaganda de Augusto. In: HIDALGO, María José; PÉREZ, Dionisio; GERVÁS, Manuel (eds.). *Romanización y Reconquista en la Península Ibérica: nuevas perspectivas*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1998: 155-170.

SANTOS, Juan; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (eds.). *Romanización, fronteras y etnias en la Roma antigua: el caso hispano*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2012.

SANTOS, Juan. Los pueblos del País Vasco en las fuentes antiguas. In: ALDAY RUIZ, Alfonso et al. (eds.). *Historia del País Vasco. Prehistoria y Antigüedad*. Donostia-San Sebastián: Hiria, 2006: 171-194.

SILBERMAN, Alain. Introduction. In: SILBERMAN, Alain (ed.). *Pomponius Mela. Chorographie*. Paris: Les Belles Lettres, 1988: VII–LXXIII.

SUÁREZ CORTINA, Manuel. La elaboración del discurso histórico en Cantabria. In: GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (ed.). *La memoria histórica de Cantabria*. Santander: Universidad de Cantabria & Asamblea Regional de Cantabria, 1996: 227-239.

Recibido: 31 de julio de 2024 | Aceptado: 27 de septiembre 2024

REVISITANDO UNA CONTROVERSIA SECULAR EN LA HISTORIOGRAFÍA VASCA: LA RECEPCIÓN DE LOS TEXTOS CLÁSICOS EN EL DEBATE SOBRE LOS LÍMITES DE LA ANTIGUA CANTABRIA

Jonatan Pérez Mostazo[1]

Resumen

La historiografía sobre la Antigüedad de los territorios vascos estuvo durante siglos marcada por una disputa geográfica: la de los límites de la antigua Cantabria. Con objetivos políticos e ideológicos, los vascos defendieron descender de los antiguos cántabros, mientras diversas voces se oponían a la idea. Aunque este episodio de la historiografía vasca ha sido estudiado, pocas veces se ha prestado atención al papel que jugaron los textos greco-latinos en las argumentaciones desplegadas por cantabristas y anti-cantabristas, sobre cómo las fuentes antiguas condicionaron el debate o sobre cómo estas fueron seleccionadas, priorizadas e interpretadas para crear visiones divergentes sobre la geografía antigua de la región. A lo largo de este capítulo se aplicará esta perspectiva, deudora de los presupuestos de la Recepción Clásica. Así se espera señalar aspectos que hasta ahora han podido pasar desapercibidos en un debate que condicionó secularmente los discursos sobre el pasado antiguo, los derechos políticos y la identidad moderna de los vascos.

Palabras claves

Historiografía vasca; Cantabria; vasco-cantabrismo; Recepción; geografía antigua.

[1] Profesor Doctor - Universidad del País Vasco, Vitoria-Gasteiz, España. **Proyecto ANIHO: PID2020-113314GB-I00**. E-mail: jonatan.perezmostazo@ehu.eus

Resumo

A historiografia da Antiguidade dos territórios bascos foi durante séculos marcada por uma disputa geográfica: a dos limites da antiga Cantábria. Com objetivos políticos e ideológicos, os bascos defenderam a descendência dos antigos cantábricos, enquanto várias vozes se opuseram à ideia. Embora este episódio da historiografia basca tenha sido estudado, raramente se prestou atenção ao papel que os textos greco-latinos desempenharam nos argumentos apresentados pelos cantabristas e anticantabristas, sobre como as fontes antigas condicionaram o debate ou sobre como estas foram selecionadas, priorizadas e interpretadas para criar visões divergentes sobre a antiga geografia da região. Ao longo deste capítulo será aplicada esta perspectiva, em consonância com os pressupostos da Recepção Clássica. Desta forma, espera-se destacar aspectos que até agora passaram despercebidos em um debate que condicionou durante séculos os discursos sobre o passado antigo, os direitos políticos e a identidade moderna dos bascos.

Palavras-chave

Historiografia basca; Cantábria; vasco-cantabrismo; Recepção; geografia antiga.

Introducción

Los vascos son una colectividad que, con límites geográficos y marcadores de identidad variables, se localiza, al menos desde los inicios de la Modernidad, en los territorios circundantes al Pirineo Occidental, entre los ríos Ebro y Adour[2]. Estas poblaciones, como otras tantas, se han caracterizado durante los últimos siglos por una constante reformulación de sus elementos identitarios, entre los que se encuentra cierta cultura histórica, en ocasiones también referida a la Antigüedad. Así, durante la Modernidad, la élite erudita vasca, en colaboración con la historiografía cortesana castellana, encontraron en los antiguos cántabros uno de los primeros referentes aglutinadores de la incipiente conciencia etno-regional vasca (Larrañaga, 1996). Un referente que, con altibajos, mantuvo su vigencia hasta las postrimerías del siglo XIX (Pérez Mostazo, 2019). Es así que la historiografía sobre la Antigüedad tuvo, y hasta cierto punto sigue teniendo, un papel destacado en los discursos sobre la identidad vasca.

La identificación de los vascos con los antiguos cántabros partió de la presencia en su territorio de una lengua no latina, el euskera, en la que se quiso ver la prueba de una secular independencia, también frente al Imperio romano. Así, los cántabros habrían mantenido incontaminadas las esencias traídas por Túbal, nieto de Noé y pretendido primer poblador de la Península Ibérica. Esta visión del pasado fue elaborada e instrumentalizada desde los territorios vascos para justificar y defender ciertas prerrogativas colectivas en contextos diversos y cambiantes, como la Monarquía imperial de los Austria, el establecimiento de la dinastía borbónica, y, a lo largo del siglo XIX, los ciclos revolucionarios, la implantación del Estado Liberal o la defensa de la autonomía foral. Además, también fue una visión adoptada en diferentes momentos desde la cultura histórica del resto de territorios hispánicos, ávidos de justificar su preeminencia en el contexto europeo a partir de referentes de prestigio presentes y pasados (Mañaricúa, 1971; Duplá; Emborujo, 1991).

No obstante, la hipótesis cantabrista, tal como se formuló en sus inicios, contaba con escaso sustento en los textos greco-latinos. Así, un elemento identitario, político y de prestigio tan cardinal para los territorios vascos fue desde temprano susceptible al escrutinio de la crítica erudita y debió buscar en los autores antiguos nuevos argumentos para reforzar sus

[2] Los actuales territorios de la Comunidad Autónoma de Euskadi y la Comunidad Foral de Navarra en España, además de los territorios históricos de Labort, Baja Navarra y Sola en Francia. El siguiente análisis historiográfico se centrará en los territorios del sur de los Pirineos.

posiciones. De este modo se inició una de las controversias más duraderas sobre la Antigüedad vasca, la de los límites de la antigua Cantabria y su extensión o no a las tierras vascas. Un debate secular que, en buena medida, se sustanció en diferentes propuestas de reconstrucción de la geografía antigua de la región a partir de los testimonios clásicos.

Diferentes historiadores se han ocupado de analizar esta controversia historiográfica, especialmente a partir de los años 70 del siglo XX (Pérez Mostazo; Duplá, 2023). Estas investigaciones han señalado acertadamente sus condicionantes ideológicos, enmarcándola en un enfrentamiento político e identitario entre diferentes tradiciones historiográficas provinciales, entre los eruditos vascos y los estudiosos cercanos a la corte e incluso entre miembros de diferentes órdenes religiosas (Iglesias, 1994; Duplá; Emborujo, 1991; González Echegaray, 1974; Mañaricúa, 1971). Sin embargo, no se ha prestado atención suficiente al papel que jugaron los textos greco-latinos y su interpretación en la disputa, aspecto que trataremos de abordar en la presente contribución, esperando señalar aspectos de la disputa que han podido pasar desapercibidos hasta el momento[3]. Y es que, siguiendo los postulados de la Recepción Clásica tal como la formuló Charles Martindale (2006; 2007), en el diálogo bidireccional entre las evidencias del pasado y sus intérpretes modernos, las primeras no son objetos manipulables a voluntad, sino que poseen cierta capacidad de orientar y condicionar sus interpretaciones. Más si cabe cuando estas interpretaciones se presentan como fundamento de cierta verdad histórica. Este es el caso del debate sobre los límites de la antigua Cantabria, que, si bien tuvo motivaciones claramente ideológicas, se dio en el terreno de la reconstrucción de una geografía antigua elaborada principalmente a partir de la selección, lectura e interpretación de los textos greco-latinos.

La controversia

Las primeras constancias de la identificación entre los antiguos cántabros y los habitantes de las actuales tierras vascas datan de la última década del siglo XV[4]. La idea se difundió con rapidez durante la centuria siguiente tanto entre los eruditos provinciales, principalmente vizcaínos y guipuzcoanos, interesados en fundamentar históricamente la hidalguía

[3] Hemos abordado la temática, para el siglo XIX, en Pérez Mostazo, 2019: 267-283.
[4] Para un desarrollo más detallado de la disputa, González Echegaray, 1974; Mañaricúa, 1971.

universal que reivindicaban ante la corona castellana, como entre los principales historiadores cortesanos. Combinación de ambos fue Esteban de Garibay, cronista de Felipe II y originario de Guipúzcoa, quien en su *Compendio Historial* de 1571 se mostraba como convencido defensor del cantabrismo. Al igual que muchos otros eruditos provinciales del momento, realizó esta asociación a partir de etimologías más o menos forzadas, e incluso sobre tradiciones apócrifas que narraban pretendidos combates entre cántabros y romanos. En las últimas décadas de la centuria se formularon los primeros discursos críticos con el cantabrismo vasco, siendo pionera la obra *Cantabria. Descripción de sus verdaderos límites* del cronista aragonés Jerónimo de Zurita, escrita en 1580, aunque no publicada hasta 1683.

Durante el siglo XVII, la tesis cantabrista continuó vigente, extendiéndose incluso a Navarra y el País Vasco-francés. Sin embargo, mostró menor implantación en estos últimos territorios, desde los que diferentes voces lo criticaron o matizaron, acudiendo para ello a un concienzudo análisis de los textos clásicos y apostando por la ascendencia vascona de vascos o navarros. Ese fue el caso de los vasco-franceses Arnaud d'Oihenart (1638) y Paul Marca (1640) o del navarro José de Moret (1665; 1684). Por su lado, las obras que en esta época defendieron la extensión de la antigua Cantabria a los territorios vascos también recurrieron a un conjunto cada vez más nutrido de evidencias textuales. Ejemplo de ello fueron las *Averiguaciones de Cantabria* del jesuita vallisoletano Gabriel de Henao (1689).

El siglo XVIII estrenó un nuevo panorama institucional al sur de los Pirineos, con la unificación jurídica de la Monarquía Hispánica impulsada por la recién implantada dinastía de los Borbones. Las Provincias Vascas y Navarra quedaron como los únicos territorios que mantuvieron sus fueros particulares, coyuntura que propició un rearme del discurso provincial frente al potencial centralismo de la corte. El pasado antiguo referido a los cántabros fue uno de los recursos puestos al servicio de este discurso foralista, como muestra el *Discurso de la antigua famosa Cantabria* del jesuita guipuzcoano Manuel de Larramendi (1736), que respondía, entre otras, a la postura anti-cantabrista de la *Historia de España Vindicada* publicada por Pedro de Peralta (1730).

La disputa llegó a su momento álgido tras la publicación en 1768 de *La Cantabria* como tomo de la *España Sagrada* del erudito agustino Enrique Flórez. Este pretendía aclarar de manera definitiva la diversidad de opiniones en torno a los límites de la antigua Cantabria, basándose para

ello en un detenido estudio de los textos clásicos. Concluía negando la inclusión del territorio vasco en esta región antigua y defendiendo su conquista por parte de Roma. Desde las provincias vascas la obra fue recibida como un ataque a las bases del discurso foralista, considerándose necesaria una respuesta. Los archivos de la Real Sociedad Bascongada de Amigos del País, institución que agrupaba a la élite ilustrada vasca, conservan numerosos manuscritos con ese objetivo[5]. Sin embargo, las desavenencias internas dejaron la respuesta en manos de un particular, José Hipólito de Ozaeta, antiguo miembro de la RSBAP y autor en 1779 de *La Cantabria vindicada y demostrada según la extensión que tuvo en diferentes tiempos*. La publicación fue respondida ese mismo año por el agustino Manuel Risco, continuador de la *España Sagrada* tras la muerte de Flórez. Poco después también abordó el tema en *La Vasconia* (1779), tomo XXXII de la *España Sagrada*, llegando a conclusiones diferentes a las de su mentor, algo más conciliadoras con la hipótesis del cantabrismo.

Los primeros años del siglo XIX conocieron cierta prolongación de la disputa con la publicación del *Diccionario histórico-geográfico de la RAH* en 1802 y el primer tomo de las *Noticias históricas de las tres Provincias Vascongadas* por Juan Antonio Llorente (1806), contestadas también desde las instituciones y la erudición vascas. Algunas décadas después, entre los años 40 y 70 del siglo XIX, la generación romántica vasca trató de retomar el debate, aunque desde la incipiente República de las Letras nacional española no hubo interés en abordarlo, al considerarse superado. Así, la controversia abarcó casi cuatro siglos, aunque los argumentos y las posiciones fueron a menudo retomadas y repetidas. A lo largo de las siguientes líneas centraremos nuestro análisis en las principales obras publicadas entre mediados del siglo XVII e inicios del XIX, cuando las fuentes clásicas tuvieron especial protagonismo en la argumentación de esta disputa histórica, pero también política e identitaria.

Las fuentes para el debate

Los eruditos de la Modernidad contaron con no pocas menciones a los cántabros y Cantabria a la hora de indagar sobre la extensión de su territorio. Sin embargo, la mayoría son breves y fragmentarias, exceptuando algunos pasajes referentes a las guerras de conquista de época de Augusto (Marcos, 1988). Las primeras referencias se remontan a los siglos II y I a.e.c., cuando algunos autores dan datos de carácter geográfico

[5] Sobre su concepción de la Historia, la Antigüedad y la nación, Duplá, 2018.

o etnográfico vinculados a este grupo de población, que ya parecía formar parte del imaginario etno-geográfico de Hispania Citerior. La mención más antigua se debe a un fragmento de *Origines* de Catón (110, 1) que sitúa el nacimiento del río *Iberus*, actual Ebro, entre los cántabros. Por Estrabón (III, 3, 4; 4, 3) sabemos que tanto Posidonio como Asclepíades de Mirlea los mencionaron en el siglo I a.e.c. También Julio César hace referencia a este grupo de población: en un primer momento, siendo vencido por Craso junto a los aquitanos, al norte de los Pirineos (*Gal*. III, 26, 3). Algo más tarde, en el relato de la guerra contra Pompeyo, reclutados como auxiliares por su legado Afranio (*Ciu*. I, 38, 3).

La presencia de los cántabros y su territorio se multiplica considerablemente en las fuentes contemporáneas o posteriores a Augusto. Son mencionados en las biografías del primer emperador y en la historiografía del momento, destacando la obra de Tito Livio, cuyo relato de la guerra cantábrica no se conserva, pero fue utilizado por autores posteriores como Floro (*Epit.* II, 33, 1-33) (s. II e.c.) y Orosio (*Hist.* VI, 21, 1-11) (s. V e.c.). Historiadores más tardíos como Dion Casio (s. II-III e.c.) también aportan datos relevantes sobre el enfrentamiento[6]. Estrabón (III, 3, 8; 4, 17-18), autor griego de época augustea, incluye pasajes y anécdotas referentes a la guerra en su obra geográfica. Finalmente, el poeta Horacio se hace eco de las imágenes contemporáneas difundidas sobre los cántabros, acuñando tópicos que son repetidos por literatos posteriores como Lucano y Silio Itálico (s. I e.c.)[7].

La presencia de los cántabros en las fuentes greco-latinas de época augustea se explica en buena medida por la relevancia política y propagandística que el primer emperador otorgó a las guerras de conquista del norte de Hispania, contra ástures y cántabros, entre el 29 y el 19 a.e.c., que llegó a dirigir personalmente. Estas campañas tuvieron una importante dimensión ideológica y política, encaminada principalmente a afianzar el poder personal del recién intitulado Augusto. Por un lado, el nuevo líder absoluto de Roma pretendió dotarse de prestigio militar como general victorioso ante las amenazas externas, dejando atrás el recuerdo de las contiendas civiles. Por el otro lado, las guerras en el norte peninsular se mostraron como el primer paso de la misión pacificadora en virtud de la

[6] D.C. LI, 20; LIII, 22; 25, 2-8; 29, 1-2; LIV 5, 1-3; 11, 1-6. Hay menciones breves a la campaña de Augusto en otros autores como Veleyo Patérculo (II, 90, 1) (s. I e.c.) y Apiano (*Hisp.* 102) (s. II. e.c.), quien también mencionó a los cántabros con motivo del cerco de Numancia (App. *Hisp.* 80).

[7] Hor. *Carm*. II, 6, 1-4; 11, 1-5; III, 4, 33-36; 8, 17-24; IV, 14, 41-44; *Epist.* I, 12, 25-29; 18, 54-57. Lucan. VI, 257-259. Sil. III, 325-331; V, 197; V, 639; IX, 232; X, 16; XV, 413; XVI, 44-77.

cual Augusto gozaba del control sobre los ejércitos romanos. Así, equiparándose e incluso superando las hazañas de los grandes generales de época republicana, Augusto habría logrado la pacificación definitiva de la belicosa Hispania, logrando imponer su tan celebrada *Pax Augusta* (Griffiths, 2013: 6-39; Rich, 2009; Salinas de Frías, 1998).

En ambos casos, la narrativa augustea requería de un temible y belicoso enemigo, lo que explica en cierta medida las imágenes transmitidas desde la historiografía, la poesía o las descripciones etnográficas, que hacían hincapié en el salvajismo y ferocidad de los cántabros. Estas descripciones, releídas desde una perspectiva heroica, tuvieron el potencial de convertirse en referentes de prestigio atractivos a ojos de la erudición moderna, como timbres de gloria para quienes consiguieran mostrarse como sus descendientes. Es así que los vascos, pero también otros territorios del norte peninsular, pugnaron por apropiarse de este referente (Suárez Cortina, 1996).

Los cántabros y Cantabria también se mencionan en una serie de textos greco-latinos que abordan la descripción general de la ecúmene desde diferentes perspectivas, coincidiendo con el momento de mayor extensión y estabilidad del Imperio romano, entre los siglos I y II e.c. La *Geographiká* de Estrabón de Amasia es el más temprano de los conservados. Este autor helenístico compuso su obra a inicios del siglo I e.c., reuniendo gran parte del conocimiento geográfico de la época con la voluntad de ponerlo al servicio del Imperio romano y sus gobernantes. Para ello, describió el mundo habitado por secciones, prestando atención también a sus habitantes y al influjo beneficioso de la conquista romana sobre ellos (Dueck, 2000). Aunque la obra no tuvo gran acogida durante la Antigüedad, desde el siglo XV se convirtió en una referencia inexcusable para el conocimiento de la historia antigua de diversos territorios, como es el caso de la Península Ibérica (Álvarez Martí-Aguilar, 1999).

Cronológicamente le sigue *De Chorographia* de Pomponio Mela, escrita en latín en tiempos del emperador Claudio como ejercicio retórico que probaría la destreza literaria del autor, al describir el mundo mediante una sucesión de nombres de lugares que, sin embargo, debía resultar amena para el lector. A pesar de su carácter retórico, o quizás precisamente por ello, la obra fue conocida y manejada durante la Antigüedad y adquirió gran difusión desde el Renacimiento (Romer, 1998; Silberman, 1988). Algo posterior fue la *Naturalis Historia* de Gaius Plinius Secundus, conocido como Plinio el Viejo (ca. 23-79 e.c.) miembro de una familia ecuestre de gran fortuna dedicada a la administración imperial. Su obra enciclopédica

en 37 libros pretendía compilar el conocimiento de su época para conservarlo de manera organizada, dedicando los libros III-VI a la descripción del mundo. A diferencia de Mela, confiesa querer realizar una enumeración de nombres de lugares, previamente seleccionados, sin detenerse en los motivos que los hacen célebres, aspectos que espera tratar en otros libros (Armani, 2017; Murphy, 2004). Intensamente utilizada como autoridad científica a lo largo de la Edad Media, la obra de Plinio siguió siendo cantera inagotable de información para eruditos e historiadores durante la Modernidad, también en el caso hispano (Doody, 2010; Moure, 2008).

Por último, *Geographike Hyphegesis* o *Geografía* del alejandrino Claudio Ptolomeo, datada en la primera mitad del siglo II e.c., aportaba numerosos datos sobre la localización y extensión de Cantabria. Siendo el único tratado de cartografía conservado de la Antigüedad, contiene las instrucciones para dibujar un mapa del mundo a partir de más de 8000 puntos localizados mediante un sistema de paralelos y meridianos, referentes a ciudades y accidentes geográficos. El tratado aúna el conocimiento astronómico, geográfico y cartográfico de la época, aunque las limitaciones técnicas para calcular con precisión las latitudes y, sobre todo, las longitudes, lo hicieron objeto de numerosas correcciones desde la Antigüedad (Marcotte, 2007; Berggren; Jones, 2000). La obra se popularizó especialmente desde finales del siglo XIII, siendo referente fundamental en el desarrollo cartográfico del Renacimiento europeo (Gautier Dalché, 2009).

Todos estos textos acuden a categorías geo-etnográficas a la hora de estructurar y articular la descripción del orbe, incluso en aquellos territorios integrados en las estructuras cívicas y administrativas romanas. En consecuencia, contienen menciones a los cántabros y a Cantabria, haciéndolos susceptibles de ser utilizados en el debate que se desarrollaría siglos después. Y es que, según la concepción geográfica antigua, el espacio estaba estrechamente vinculado al elemento humano, de modo que a menudo eran sus pobladores quienes daban nombre al territorio, al tiempo que a cada etnónimo se le asociaba un componente espacial. Más si cabe en aquellas regiones donde el fenómeno urbano tuvo una menor implantación, como en el norte de la Península Ibérica (Gómez Fraile, 2001).

En el caso de Estrabón, los referentes oro-hidrográficos son los principales recursos para estructurar los espacios. Sin embargo, a falta de estos, acude a los grupos étnicos que los habitan o circundan. También asocia regiones

a grupos étnicos amplios que presenta como protagonistas de diferentes procesos históricos y civilizatorios, dando una imagen dinámica de la construcción de los espacios ibéricos (Castro-Páez, 2023; Cruz Andreotti, 2014; Pérez Vilatela, 1990). Mela, por su parte, menciona los diferentes grupos de población que ocupaban los espacios descritos, especialmente las costas, adjudicándoles poblaciones o accidentes geográficos (Parroni, 2007). En el caso de Plinio el Viejo, aunque toma sus referencias principales del mapa cívico y administrativo romano, también recurre a elementos etno-corográficos, especialmente en la descripción del litoral y en la articulación de áreas menos urbanizadas de Hispania Citerior (Ciprés, 2017; González Rodríguez, 2017). Finalmente, para Ptolomeo las unidades espaciales nombradas mediante un etnónimo constituyen el principal elemento de articulación del espacio de cada una de las provincias y territorios del orbe, dentro de los cuales localiza los puntos que conforman su mapa (Beltrán, 2012; Gómez Fraile, 1997).

La utilización de categorías geo-etnográficas para estructurar los espacios y su descripción, incluso en territorios ya integrados en las estructuras administrativas romanas, permitió a la erudición moderna buscar a sus ancestros remotos en las fuentes clásicas. Por un lado, proyectaron estos etnónimos al pasado prerromano; por el otro, construyeron vínculos genéticos entre grupos de población pasados y presentes a partir de la ocupación de un mismo espacio, cuando las fuentes no mencionaban explícitamente movimientos de población. En consecuencia, la geografía antigua fue un conocimiento a menudo disputado durante la Modernidad, como ocurrió en el caso vasco, al concebirse como instrumento para legitimar o desacreditar determinadas identidades y los referentes de prestigio sobre los que se cimentaban.

Las posturas anti-cantabristas

Enrique Flórez fue quien de manera más sistemática desarrolló el argumentario anti-cantabrista, repitiendo ideas presentes en autores anteriores como Zurita y siendo base de autores posteriores como Llorente. Para el erudito agustino, la principal controversia acerca de la Cantabria antigua radicaba en "su situación y extensión". Para resolverla, se hacía necesario esclarecer "si abrazó o llegó hasta los Pirineos" (1768: 1-2), determinando así si comprendió también los territorios vascos. Por tanto, aunque aportó algunos datos sobre su extensión por el interior, centró sus análisis en la costa, "de que escribieron más los antiguos" (1768: 7). No en vano, deudores de la tradición de los periplos, tanto Estrabón como Mela,

Plinio o Ptolomeo otorgaron gran importancia a la definición del litoral en sus representaciones del orbe, enumerando en el orden lineal marcado por las costas los diferentes elementos oro-hidrográficos, urbanos y etnográficos que podían servir para trazar un mapa de la región (Dueck; Brodersen, 2012: 52-59). Y estos autores dibujaban una costa poblada por diferentes grupos de población desde Cantabria al Pirineo, por lo que, para los anti-cantabristas, los cántabros no podrían haber poblado las tierras vascas durante la Antigüedad.

Para estos autores, Ptolomeo era quien mejor ilustraba esta diversidad étnica (Flórez, 1768: 7-17; Llorente, 1806: 20). Antes de abordar cada una de las provincias hispanas, el geógrafo alejandrino daba los puntos que definían la costa peninsular, adscribiendo las ciudades, desembocaduras de ríos, promontorios o puertos a diferentes etnónimos. Para el tramo de litoral que interesaba en la disputa, Ptolomeo enumera desde los cántabros hasta el Pirineo, en sentido oeste-este, hasta cuatro grupos de población distintos: autrigones, caristos, várdulos y vascones (*Geog.* II, 6, 6-10). El testimonio de Plinio también resultaba esclarecedor en este aspecto (Zurita, 1683: 12; Flórez, 1768: 17-25). En su descripción del litoral septentrional de la Hispania Citerior, en una dirección este-oeste, y por tanto comenzando por los Pirineos, enumera el *saltus* de los vascones, Olarso y los *oppida* de los várdulos y Flavióbriga antes de mencionar las nueve *civitates* de la *regio* de los cántabros (*Nat.* IV, 110-111). Para autores como Peralta (1730: 605-606), el testimonio conjunto de estos autores era suficiente para mostrar la exclusión de las tierras vascas de la Cantabria antigua.

Aun así, Zurita (1683: 8-12), Flórez (1768: 25-34) o Llorente (1806: 3-12) recurrieron también a los textos de Mela y Estrabón, aunque sus características los hicieran menos atractivos para mostrar la separación entre Cantabria y los Pirineos. En el caso del primero, el periplo vehicula toda su descripción del orbe. Además, resulta de especial interés para la costa norte de Hispania, pues muestra algunos datos posteriores a la conquista e ignoradas por las fuentes griegas anteriores (Silberman, 1988: XVI, XL-XLI). Sin embargo, el pasaje referente al sector más oriental de la costa norte nos ha llegado corrupto, con numerosas variantes que desde el Renacimiento han intentado corregirse a la luz de otros autores como Plinio y Ptolomeo, siendo origen de múltiples confusiones (Santos, 2006). Aun así, el autor deja claro el reparto de esta franja costera entre cántabros y várdulos, siendo estos últimos los que, formando una sola *gens,* cierran las Hispanias (III, 14-15). Un testimonio que apuntaba a las tesis anti-cantabristas, pero que minimizaba la diversidad étnica interpuesta entre Cantabria y el Pirineo.

Estrabón también da protagonismo a las costas en su descripción de los diferentes espacios provinciales de la Península Ibérica, que aborda desde el litoral, para adentrarse posteriormente hacia el interior. Sin embargo, la norma no se cumple en el caso de la costa septentrional, pues la trata como parte de un excurso etnográfico referente a Lusitania que hace extensible a las poblaciones de las montañas septentrionales de Iberia, enumerándolas de oeste a este (Castro-Páez, 2023: 190-193). Cita entre estas a "galaicos, ástures y cántabros hasta los vascones y el Pirineo", excusándose por no mencionar otros nombres de fastidiosa transcripción como pletauros, bardietas y alótrigues (III, 3, 7). Los autores anti-cantabristas entendieron que estos pueblos de nombre molesto se interponían entre los cántabros y el Pirineo (Flórez, 1768: 30), pero la indefinición del pasaje hizo posibles lecturas alternativas.

A partir de estos textos concluía Llorente "que desde el Pirineo hasta las Asturias estaban en la costa marítima una parte de la Vasconia y las regiones distintas de várdulos, caristos, autrigones y cántabros" (1806: 12). Sin embargo, la erudición cantabrista se había esforzado por probar que todos estos etnónimos hacían referencia a poblaciones integradas dentro de Cantabria. Era por ello necesario demostrar que se trataba de poblaciones diferentes y separadas de los cántabros. En este caso, la "prueba decisiva" se encontró en los historiadores latinos Floro y Orosio, narradores de las conquistas de Augusto en el norte peninsular. Según ambos, la guerra había comenzado como respuesta al hostigamiento que los cántabros ejercían sobre sus vecinos vacceos, turmogos y autrigones, pueblos aliados de Roma (Flo. *Epit.* II, 33, 8; Oros. *Hist.* VI, 3). Por tanto, estando enfrentados, autrigones y cántabros no podían ser un mismo pueblo, menos los situados más al oriente, "porque el cántabro no hizo guerra al cántabro" (Flórez, 1768: 16; Llorente, 1806: 17).

La defensa del cantabrismo de los vascos

Entre los autores cantabristas, el estudio detenido de la geografía antigua no se vio necesario hasta que la ascendencia cántabra de los vascos fue puesta en duda recurriendo a esta disciplina. Hasta el momento, la propia existencia del euskera, etimologías más o menos forzadas, ciertas tradiciones apócrifas o el mito de la secular independencia vasca se habían considerado sustento suficiente, y todavía lo sería para algunos durante tiempo. Sin embargo, desde al menos el siglo XVII, se vieron forzados a elaborar un discurso erudito que justificara la inclusión de las tierras vascas en la antigua Cantabria, acudiendo para ello a los textos clásicos.

El objetivo principal de estos autores fue demostrar la extensión de Cantabria hasta el Pirineo y, por tanto, la inclusión de los territorios vascos en esta región antigua. Entre los textos de carácter geográfico, Estrabón aportó su principal argumento, partiendo de una lectura radicalmente opuesta a la de los anti-cantabristas. Si para estos últimos el autor griego mostraba que entre los cántabros y el Pirineo se situaban una serie de pueblos cuyos nombres tenían una transcripción fastidiosa, para los cantabristas dejaba claro que los cántabros se extendían "hasta los vascones y el Pirineo", e incluían por tanto las tierras vascas hasta la cadena montañosa, que poblarían los vascones (Henao, 1689: 308; Larramendi, 1736: 200-204; Ozaeta, 1779: 93-94). En un mismo sentido quiso interpretar Ozaeta el testimonio de Mela, minimizando el territorio ocupado por los várdulos y trasladándolos al interior montañoso, quedando para los cántabros la costa de Hispania hasta el límite con la Galia (1779: 82-86).

También acudiendo a Plinio se intentó minimizar la presencia de vascones y várdulos, para así extender hacia el oriente el dominio de los cántabros. Sin embargo, el autor fue más frecuentemente aludido por su mención a un monte entero de vena de metal situado en Cantabria (*Nat.* XXXIV, 149). A pesar la parquedad de sus descripciones geográficas de los libros III y IV, el resto de su obra contiene numerosos datos curiosos y sorprendentes sobre fenómenos humanos y naturales, respondiendo al gusto por lo extraordinario propio de la paradoxografía greco-latina (Murphy, 2004: 18-23). La mención al monte de metal no se situaba, por tanto, en la descripción de Hispania Citerior, donde habría tenido un contexto geográfico más preciso, sino como un dato curioso referido a los metales. Así, el pasaje sirvió a los autores cantabristas para localizar el yacimiento metalífero en la localidad vizcaína de Somorrostro, célebre por sus minas de hierro, lo que probaría la inclusión de la provincia en Cantabria (Emborujo; Emborujo, 2017: 308).

La descripción geográfica de Plinio también se utilizó para destacar sus contradicciones con la aportada por Ptolomeo y así poner en cuestión la fiabilidad de ambos autores. No en vano, el testimonio de Ptolomeo fue constantemente cuestionado, al considerarse el principal apoyo de las tesis anti-cantabristas. Larramendi (1736: 126-145) señalaba la poca extensión costera asignada por el alejandrino a Cantabria, dato inverosímil en su opinión, habida cuenta de la duradera resistencia del territorio a la conquista romana. También Ozaeta (1779: 34-38) hizo especial hincapié en el carácter imperfecto de la obra de Ptolomeo, quien habría centrado su interés en la matemática, no en la geografía, y que desde la lejana Alejandría no habría dispuesto de datos de calidad, motivo de sus

numerosos errores. Así, para el enmendador de Flórez, resultaría imposible conciliar el testimonio de este autor con los de Plinio y el resto de los textos clásicos, pese a los intentos del agustino (1779: 75-82).

Otra de las estrategias de los autores cantabristas, complementaria a la anterior, fue explicar la diversidad étnica presente en los textos clásicos de carácter geográfico como subdivisiones territoriales o étnicas integradas en los términos genéricos de cántabros o Cantabria. El testimonio de Estrabón (III, 4, 12) habría hecho verosímil esta posibilidad, al mencionar a unos "cántabros coniscos" como vecinos de los berones, habitantes de la región más septentrional de Celtiberia. Reforzarían esta posibilidad los procesos de construcción de los espacios e imaginarios etno-geográficos reflejados en los textos greco-latinos para otras regiones. Sin embargo, ningún testimonio antiguo alude explícitamente a la inclusión de autrigones, caristios, várdulos o vascones entre los cántabros, por lo que los autores cantabristas solo pudieron defender esta idea desde la comparación con otras áreas peninsulares.

En efecto, diversos textos antiguos muestran para la Península Ibérica una progresiva definición de espacios geo-étnicos más o menos amplios a partir de la clasificación, selección y jerarquización de las realidades preexistentes observadas durante el proceso de conquista. En consecuencia, este imaginario geográfico se articuló en torno a espacios denominados a partir de entónimos o corónimos generales que integraban realidades diversas, como ocurrió con Turdetania, Lusitania o Celtiberia, e incluso áreas más próximas y similares a la cántabra como Gallaecia y Asturia (Santos; Cruz Andreotti, 2012; Cruz Andreotti; Le Roux; Moret, 2006; 2007;). Sin embargo, al mismo tiempo, en amplias zonas de la Península se mantuvieron vigentes las identificaciones étnicas menores, que sirvieron a menudo de base para la organización cívica de las comunidades peregrinas, como lo muestran fuentes literarias como Plinio o Ptolomeo, además de algunas evidencias epigráficas (Ciprés, 2023).

Los autores cantabristas del siglo XVIII pudieron intuir estos procesos de creación del imaginario geográfico y ponerlo al servicio de su argumentación. Así, la ausencia de datos suficientes en las fuentes literarias sobre el proceso de construcción del espacio cántabro hizo posible plantear la integración de autrigones, caristios y várdulos en Cantabria a partir de un argumento *ex silentio*. Respondiendo a Oihenart, Larramendi (1736: 149-153) propuso que las referencias de Ptolomeo a los cántabros debían entenderse de la misma manera que las que hacía a los galaicos lucenses o a los ástures, entre los que, además de desembocaduras de ríos

y ciudades, incluía diversos etnónimos. De igual manera, las menciones a autrigones, caristios y várdulos se debían insertar en el territorio de los cántabros. Por tanto, "los gallegos era una nación mayor, que con su nombre comprehendía otras naciones menores, y lo mismo de los asturianos, y lo mismo de los cántabros". Por su parte, Ozaeta (1779: 91-104) partió del texto de Estrabón para identificar las diferentes "regiones" en las que este habría dividido Iberia, comprendiendo cada una de ellas grupos de población menores. Cantabria sería la séptima de estas regiones, conteniendo en su seno las poblaciones que se situaban entre Asturias y el Pirineo, a excepción de los vascones, que pertenecerían a la región de los ilergetes[8]. Así, consideraban demostrado la existencia de una Cantabria extensa que, trascendiendo los límites marcados por Ptolomeo, integraba los habitantes antiguos de las tierras vascas.

Sin embargo, las tesis cantabristas encontraron un apoyo más sólido en los textos de carácter historiográfico, siendo el más recurrente entre ellos un pasaje de los *Comentarii* de Julio César. En uno de los episodios de la conquista de las Galias, referente a la campaña de Craso contra los aquitanos, César (*Gal.* III, 23, 3-5) menciona que, antes de enfrentarse a los ejércitos romanos, estos enviaron legados a las comunidades limítrofes de Hispania Citerior en petición de tropas y jefes que las lideraran. Unos párrafos más adelante (26, 6), menciona la derrota y muerte de tres cuartas partes del ejército reunido por los aquitanos, que contaba con 50.000 hombres entre los venidos de Aquitania y del territorio de los cántabros[9]. A partir del testimonio, Henao (1689: 309-311) defendía, contra las tesis de Zurita, que los cántabros mencionados por César eran precisamente los vascones que habitaban el extremo oriental de la provincia de Guipúzcoa y la parte de Navarra contigua a los Pirineos. Y que, por tanto, las poblaciones que se sucedían por la costa hacia el occidente hasta Asturias debían serlo también. El argumento fue repetido a lo largo del siglo XVIII, destacando la fiabilidad de César no solo por su fama, sino también por sus estancias en la Península y por ser un testimonio más antiguo que los geográficos, hasta el punto de que Flórez (1768: 93) lo consideró "muy trascendental a los que impugnamos". Sin embargo, para el agustino, César solo habría mencionado a los cántabros por ser más célebres, ignorando los nombres de otras poblaciones menos conocidas y excluidas del territorio de Cantabria.

[8] Sin embargo, estas regiones muestran divergencias importantes respecto a las señaladas por la investigación actual, como en Cruz Andreotti, 2014.
[9] La misma información es recogida por Orosio (*Hist.* VI, 8, 19-23).

Para los cantabristas, no sólo César apoyaba sus tesis, sino también los tres principales historiadores de las guerras cántabras, Floro, Dion Casio y Orosio, al localizar geográficamente a ástures y cántabros en relación con los Pirineos. Floro les adjudica el territorio que "partiendo de las estribaciones del Pirineo, bañaba la orilla más próxima del Océano" (*Epit.* II, 33, 1-3). Orosio, por su parte, considera que constituían "una parte de la provincia de Galicia, la zona por donde se extiende al norte, no lejos del segundo Océano, la prolongación de la cordillera Pirenaica" (*Hist.* VI, 21, 2). También Dion Casio los sitúa en "la parte más agreste de los Pirineos" (LIII, 25, 2). La historiografía cantabrista no tuvo que forzar demasiado la lectura de estos textos para señalar la extensión de Cantabria hasta los Pirineos. Sin embargo, la crítica anti-cantabrista consideró estas menciones como secundarias y no determinantes a la luz de otros testimonios de esos mismos autores que hablaban de unos cántabros que hostigaban a sus vecinos, los autrigones (Flórez, 1768: 34-39, 100-104; Llorente, 1806: 17).

Así, ninguno de los autores participantes en la controversia se percató de la evolución en la delimitación de los Pirineos que se deriva de las fuentes clásicas, y que en buena medida explica la relación establecida por estos historiadores entre los cántabros y el Pirineo. Para los autores modernos, esta cadena montañosa se extendía desde el cabo de Creus hasta el de Higer, frontera septentrional de la Península Ibérica, del mismo modo que fue configurándose en el imaginario político y geográfico latino de época imperial (Rico, 2006; Beltrán; Pina, 1994). Sin embargo, esta imagen se habría consolidado únicamente tras la finalización de la conquista romana y la individualización de la Cordillera Cantábrica. Hasta entonces, esta última habría sido considerada una prolongación occidental del Pirineo, dada la continuidad orográfica que muestran ambas cadenas montañosas. Esta última es la imagen transmitida por la mayoría de las fuentes de época augustea e incluso julio-claudia como Pompeyo Trogo o Tito Livio, fuente principal del relato de las guerras cántabras conservado a través de los historiadores mencionados (Beltrán; Pina, 1994).

Matizaciones e hipótesis intermedias

En el desarrollo de la controversia, también hubo autores que matizaron las posiciones de anti-cantabristas y cantabristas, proponiendo en ocasiones terceras vías, con ánimo de conciliar las incongruencias existentes entre las descripciones geográficas antiguas, principal apoyo de los primeros, y los testimonios de los historiadores greco-latinos, especialmente César, profusamente aludidos por los segundos. Estas

interpretaciones no tuvieron buena acogida entre los cantabristas hasta al menos inicios del siglo XIX, pues planteaban objeciones en mayor o menor grado a la ascendencia cántabra de los vascos. Es así que la historiografía sobre la disputa ha solido considerarlos entre los autores anti-cantabristas, aunque una lectura más detallada permite establecer matices.

Este fue el caso de José de Moret, cronista del Reino de Navarra en la segunda mitad del siglo XVII. En sus *Investigaciones históricas* convenía con Oihenart y otros en que "la Cantabria rigurosamente tomada, en sentido exacto de geógrafos, no tocaba con buen trecho al Pirineo", al interponerse numerosos grupos de población como autrigones, caristios, várdulos y vascones. Sin embargo, creía que la controversia sobre los límites de Cantabria podía resolverse atendiendo al testimonio de Estrabón, quien en su descripción etnográfica de los pueblos del norte de la Península Ibérica señalaba sus muchas semejanzas. Eso habría llevado a incluir a pueblos diversos bajo la denominación de Cantabria "en estilo familiar de los historiadores y uso común" (1665: 113-121). De hecho, el historiador navarro defendía que todas las poblaciones del norte peninsular, desde Galicia hasta el Pirineo, habrían participado en la guerra contra Augusto, incluyendo por tanto a las del territorio vasco y navarro (1665: 128-138). Aun así, Moret sirvió de base para los planteamientos anti-cantabristas de Peralta (1730) al que poco después respondería Larramendi (1736).

Una alternativa diferente planteó en 1779 Manuel Risco en el tomo XXXII de la *España Sagrada*, dedicado a Vasconia. Aunque fue el encargado de defender de la obra del fallecido Flórez frente a las críticas de Ozaeta, no coincidió plenamente con los planteamientos de su antecesor. En su vindicación, Risco consideraba que Flórez había delimitado magistralmente los límites de la Cantabria que se enfrentó a Augusto, desmintiendo la asociación entre este territorio y las provincias vascas (1779a: 3-6). Sin embargo, en su trabajo sobre los antiguos vascones, había defendido que, en una época anterior, el término de cántabros habría dado nombre a "todas las gentes que habitaban la costa septentrional desde las Asturias hasta el promontorio Oeaso", siendo una denominación general que habría abrazado "muchas regiones particulares" como la de Vasconia, que todavía no aparecían individualizadas en los textos clásicos. Así debía derivarse del testimonio de César y su mención a las *civitates* finítimas a los aquitanos que vinculaba a los cántabros (1779b: 34-39). Por tanto, Risco vio en la cronología el elemento clave para armonizar los testimonios greco-latinos, diferenciando varias etapas. Para la más antigua, asumía algunos postulados cantabristas. Sin embargo, para la época más prestigiada, la de las guerras cántabras, Cantabria se habría visto reducida a una región bien

delimitada y separada de autrigones, caristios, várdulos y vascones. Así se habría mantenido durante toda la época imperial, hasta recuperar su extensión original solo tras la caída del Imperio romano (1779b: 67-69).

La formulación de Risco obtuvo una notable aceptación entre finales del siglo XVIII y principios del XIX. Juan Antonio Llorente, defensor sin fisuras de las tesis de Flórez en su publicación de 1806, tenía por cierto en las primeras versiones manuscritas de su obra que, antes de la guerra civil entre César y Pompeyo, "constituían parte de la Cantabria los territorios que ahora llamamos de vizcaínos, alaveses, guipuzcoanos, riojanos y navarros" (1796: 17). También algunos de los eruditos vascos que colaboraron en la elaboración del *Diccionario Geográfico-Histórico de España* de la Real Academia de la Historia hacían suya esta periodización. Sin embargo, cuando el académico Francisco Martínez Marina (1802: 18-20) confeccionó la entrada referente a Álava en dicho *Diccionario*, introdujo un nuevo matiz, de carácter geográfico, que recuperaba cierto prestigio para los vascos por su ascendencia cántabra. Por un lado, los cántabros orientales, ancestros de vascos y navarros, habrían protagonizado grandes gestas como su participación en las Guerras Púnicas referida por Silio Itálico o el auxilio a los aquitanos mencionado por César. Desde la época de Augusto, los geógrafos e historiadores greco-latinos los habrían individualizado mediante denominaciones particulares. Por otro lado, los cántabros occidentales, situados en la provincia de Santander, habrían permanecido "sepultados en la barbarie y obscuridad de su estrecho país" hasta enfrentarse a los ejércitos de Augusto, protagonizando las narraciones de Floro, Orosio y Dion Casio.

Conclusiones

Como se ha mostrado a lo largo de las líneas precedentes, la conservación y recepción de ciertos textos greco-latinos que mencionaban a los cántabros y Cantabria hicieron posible, condicionaron y orientaron el planteamiento y desarrollo de una prolongada disputa en la historiografía vasca. Más si cabe cuando las diferentes posturas reivindicaron la veracidad de sus discursos sobre el pasado antiguo a partir, en buena medida, de la autoridad de estos testimonios escritos. Por un lado, los textos de carácter historiográfico, poético o etnográfico propiciaron la conversión del antiguo cántabro en un referente atractivo a ojos de la erudición moderna preocupada por cimentar su prestigio colectivo en el pasado remoto, como consecuencia del papel ideológico y propagandístico que la conquista de estas poblaciones tuvo en época augustea. Por otro lado, los textos

geográficos y los pasajes de algunos historiadores antiguos permitieron debatir en contra o a favor de la inclusión de las tierras vascas en la antigua Cantabria gracias a la presencia de categorías geo-etnográficas a la hora de estructurar y articular la descripción del orbe, incluso en aquellos territorios ya integrados en las estructuras cívicas y administrativas romanas, permitiendo recrear vínculos genéticos a partir de la ocupación de un mismo espacio. Así, estos textos no solo hicieron posible la controversia, sino que aportaron algunos de los elementos que convirtieron la geografía antigua de las tierras vascas en un tópico disputado, con importantes repercusiones de prestigio, identitarias y políticas.

Pero, además, los testimonios clásicos también orientaron los principales ejes de la disputa. Por ejemplo, la influencia de la tradición de los periplos en la geografía greco-latina propició que el debate más intenso se centrara en la extensión costera de los cántabros, en si estos ocuparían el litoral situado entre los ástures y los Pirineos. Los autores anti-cantabristas sustentaron su posición mayoritariamente en las fuentes geográficas, que ilustraban la diversidad étnica de este tramo de costa, mientras que los cantabristas elaboraron sus principales argumentos a partir de los testimonios historiográficos, y especialmente un pasaje de César, utilizados para prolongar la presencia cántabra hasta la frontera con la Galia. Además, en el transcurrir de la disputa, los cantabristas debieron sofisticar sus argumentos mediante la selección, jerarquización e interpretación de los testimonios clásicos, a partir de los elementos ofrecidos por estos. Así, la progresiva definición de corónimos aglutinantes de una realidad geo-etnográfica diversa, perceptible en las fuentes greco-latinas referentes a la Península Ibérica, les posibilitó plantear un proceso análogo para Cantabria, que integraría los diversos etnónimos localizados en la costa vascas, a pesar de que ninguna fuente antigua lo explicitara. También la progresiva individualización de los Pirineos y su separación tardía de la Cornisa Cantábrica les permitió alegar la extensión de los cántabros hasta la cadena montañosa que separaba Hispania de la Galia.

Sin embargo, no fueron los cantabristas los únicos que seleccionaron, jerarquizaron e interpretaron las fuentes disponibles a conveniencia. También los anti-cantabristas tomaron como principales autoridades los textos geográficos que les permitían una defensa más efectiva de su postura, minimizando la relevancia de otros testimonios, especialmente los historiográficos. Así lo hicieron notar los autores que, aunque no asumieron plenamente los postulados cantabristas, intentaron conciliar un mayor espectro de testimonios antiguos, dando como resultado algunas

matizaciones o hipótesis intermedias que gozaron de menor protagonismo en un contexto de debate polarizado. Por tanto, si bien la recepción de los textos clásicos estuvo en todo momento mediatizada por las implicaciones políticas, identitarias y emotivas del debate, la autoridad que se les confirió para determinar la verdad histórica produjo que estos también mediatizaran, en mayor o menor mediad, la viabilidad, la orientación e incluso los argumentos de esta controversia historiográfica secular.

Fuentes

FLÓREZ, Enrique. *La Cantabria. Disertación sobre el sitio y extensión que tuvo en tiempos de los Romanos la región de los cántabros, con noticia de las Regiones confinantes y de varias poblaciones antiguas*. Madrid: Antonio Marín, 1768.

HENAO, Gabriel de. *Averiguaciones de las Antigüedades de Cantabria*. Salamanca: Eugenio Antonio García, 1689.

LARRAMENDI, Miguel de. *Discurso histórico sobre la antigua famosa Cantabria*. Madrid: Juan de Zúñiga, 1736.

LLORENTE, Juan Antonio. *Historia crítica del vasallaje de las tres Provincias Cantábricas y del origen de sus fueros etc*. Archivo Histórico Nacional de España, Consejos, leg. 50825, 1796.

LLORENTE, Juan Antonio. *Noticias históricas de las tres provincias vascongadas, en que se procura investigar el estado civil antiguo de Álava, Guipúzcoa y Vizcaya y el origen de sus fueros. Tomo I*. Madrid: Imprenta Real, 1806.

MARTÍNEZ MARINA, Francisco. Álava. In: *Diccionario Geográfico - Histórico de España. Por la Real Academia de la Historia etc. Tomo I*. Madrid: Viuda de D. Joaquín Ibarra, 1803, 13-54.

MORET, José de. *Investigaciones históricas de las antigüedades del Reyno de Navarra*. Pamplona: Gaspar Martínez, 1665.

OZAETA, José Hipólito de. *La Cantabria vindicada, y demostrada, según la extensión que tuvo en diferentes tiempos etc.* Madrid: Pedro Marín, 1779.

PERALTA, Pedro de. *Historia de España vindicada etc.* Lima: Francisco Sobrino, 1730.

RISCO, Manuel. *El R.P.M. Fr. Henrique Flórez vindicado etc.* Madrid: Pedro Marín, 1779a.

RISCO, Manuel. *España Sagrada. Tomo XXXII. La Vasconia. Tratado preliminar a las santas iglesias de Calahorra, y de Pamplona* etc. Madrid: Imprenta de Miguel Escribano, 1779b.

ZURITA, Gerónimo. Cantabria. Descripción de sus verdaderos límites. In: DORMER, Diego José (ed.): *Discursos varios de historias*. Zaragoza: Herederos de Diego Dormer, 1683.

Referencias bibliográficas

ÁLVAREZ MARTÍ-AGUILAR, Manuel. Notas sobre el papel de Estrabón en la historiografía española, del Renacimiento a la Ilustración. In: CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (ed.). *Estrabón e Iberia: Nuevas perspectivas de estudio*. Málaga: Universidad de Málaga, 1999: 31-61.

ARMANI, Sabine. La méthode dans les livres géographiques de Pline l´Ancien. Dits et non-dits dans la description de l´Hispania Citerior. In: CIPRÉS, Pilar (ed.). *Plinio el Viejo y la construcción de la Hispania Citerior*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2017: 105-123.

BELTRÁN, Francisco. Plinio versus Ptolomeo. Geografía y etnicidad en la Hispania del Principado. In: SANTOS, Juan; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (eds.). *Romanización, fronteras y etnias en la Roma antigua: El caso hispano*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2012: 477-498.

BELTRÁN, Francisco; PINA, Francisco. Roma y los Pirineos: la formación de una frontera. *Chiron*, 24, 1994: 103-133.

BERGGREN, J. Lennart; JONES, Alexander. *Ptolemy´s Geography. An annotated translation of the theorical chapters*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CASTRO-PÁEZ, Encarnación. *De Tartesos a Hispania. Geografía y etnografía en la literatura greco-latina.* Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2023.

CIPRÉS, Pilar. Epigrafía, etnografía e identidad en el interior peninsular. *Gerión,* 41, 2, 2023: 365-389.

CIPRÉS, Pilar. Las regiones en la descripción de Hispania Citerior. In: CIPRÉS, Pilar (ed.). *Plinio el Viejo y la construcción de la Hispania Citerior*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2017: 199-220.

CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo. Estrabón e Iberia. La construcción de una identidad histórica. *Studia Historica. Historia Antigua*, 32, 2014: 143-152.

CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick; MORET, Pierre (eds.). *La invención de una geografía de la Península Ibérica II. La época imperial*. Málaga/Madrid: Diputación de Málaga & Casa de Velázquez, 2007.

CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick; MORET, Pierre (eds.). *La invención de una geografía de la Península Ibérica I. La época republicana*. Málaga/Madrid: Diputación de Málaga & Casa de Velázquez, 2006.

DOODY, Aude. *Pliny's encyclopedia: the reception of the Natural History*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2010.

DUECK, Daniela. *Strabo of Amasia. A Greek man of letters in Augustan Rome*. Lodon/New York: Routledge, 2000.

DUECK, Daniela; BRODERSEN, Kai. *Geography in Classical Antiquity*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2012.

DUPLÁ, Antonio. Algunas consideraciones sobre la concepción de la historia, la Antigüedad y la nación en la Real Sociedad Bascongada de Amigos del País. In: DUPLÁ, Antonio; DELL´ELICINE, Eleonora; PÉREZ MOSTAZO, Jonatan (eds.). *Antigüedad clásica y naciones modernas en el Viejo y el Nuevo Mundo*. Madrid: Polifemo: 31-54.

DUPLÁ, Antonio; EMBORUJO, Amalia. El Vascocantabrismo: mito y realidad en la historiografía sobre el País Vasco en la Antigüedad. In: ARCE, Javier; OLMOS, Ricardo (eds.). *Historiografía de la Arqueología y de la Historia Antigua en España (siglos XVIII-XIX)*. Madrid: Ministerio de Cultura, 1991: 107-111.

EMBORUJO, Amalia; EMBORUJO, Isidora. Los territorios vascos en la Naturalis Historia de Plinio: aproximación historiográfica. In: CIPRÉS, Pilar (ed.). *Plinio el Viejo y la construcción de la Hispania Citerior*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2017: 293-311.

GAUTIER DALCHÉ, Patrick. *La géographie de Ptolémée en Occident (IVe-XVIe siècle)*. Turnhout: Brepols, 2009.

GÓMEZ FRAILE, José María. Reflexiones críticas en torno al antiguo ordenamiento étnico de la Península Ibérica. *Polis*, 13, 2001: 69-98.

GÓMEZ FRAILE, José María. La geografía de la Hispania Citerior en C. Tolomeo: análisis de sus elementos descriptivos y aproximación a su proceso de elaboración. *Polis*, 9, 1997: 183-247.

GONZÁLEZ ECHEGARAY, Joaquín. Algunos aspectos menos conocidos de la polémica sobre los límites de Cantabria. *Estudios Vizcaínos*, 9-10, 1974: 23-43.

GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, María Cruz. Grupos de población en la descripción de Plinio. In: CIPRÉS, Pilar (ed.). *Plinio el Viejo y la construcción de la Hispania Citerior*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2017: 127-152.

GRIFFITHS, David. *Augustus and the Roman provinces of Iberia*. Tesis doctoral. University of Liverpool, 2013.

IGLESIAS, José Manuel (1994). El territorio de la Cantabria romana en la historiografía moderna. In: *Homenaje al Dr. Joaquín González Echegaray*. Santander: Museo y Centro de Investigación de Altamira, 1994: 397-403.

LARRAÑAGA, Koldo. W. von Humboldt y el proceso de definición de Euskal Herria como sujeto del discurso historiográfico. *RIEV*, 41, 2, 1996: 477-510.

MAÑARICÚA, Andrés. *Historiografía de Vizcaya. Desde Lope García de Salazar a Labayru*. Bilbao: La Gran Enciclopedia Vasca, 1971.

MARCOS GARCÍA, Miguel Ángel. Un enfoque crítico sobre los textos antiguos de la Cantabria romana. *Studia Historica. Historia Antigua*, 6, 1988: 81-96.

MARCOTTE, Didier. Ptolémée et la constitution d´une cartographie régionale. In: CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick; MORET, Pierre (eds.). *La invención de una geografía de la Península Ibérica II. La época imperial*. Málaga/Madrid: Diputación de Málaga & Casa de Velázquez, 2007: 161-172.

MARTINDALE, Charles. Reception. In: KALLENDORF, Craig W. (ed.). *A Companion to the Classical Tradition*. Malden etc.: Blackwell, 2007: 297-311.

MARTINDALE, Charles. Introduction: Thinking Through Reception. In: MARTINDALE, Charles; THOMAS, Richard F. (eds.). *Classics and the Use of Reception*. Malden etc.: Blackwell, 2006: 1-13.

MOURE, Ana. Plinio en España: panorama general. *Revista de Estudios Latinos*, 8, 2008: 203-237.

MURPHY, Trevor. *Pliny the Elder's Natural History. The Empire in the encyclopedia*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2004.

PARRONI, Piergiorgio. La Spagna di Pomponio Mela. In: CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick; MORET, Pierre (eds.). *La invención de una geografía de la Península Ibérica II. La época imperial*. Málaga/Madrid: Diputación de Málaga & Casa de Velázquez, 2007: 81-93.

PÉREZ MOSTAZO, Jonatan; DUPLÁ, Antonio. Recepciones de la Antigüedad vascona y aquitana. De la historiografía a las redes sociales (siglos XV-XXI): Una introducción. In: PÉREZ MOSTAZO, Jonatan; DUPLÁ, Antonio (eds.). *Recepciones de la Antigüedad vascona y aquitana. De la historiografía a las redes sociales (siglos XV-XXI)*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2022: 9-17.

PÉREZ MOSTAZO, Jonatan. *Lustrando las raíces. Antigüedad vasca, política e identidades en el siglo XIX*. Pamplona: Urgoiti Editores.

PÉREZ VILATELA, Luciano. Etnias y divisiones interprovinciales Hispano-romanas en Estrabón. *Kalathos*, 9-10, 1990: 205-214.

RICH, John. Cantabrian closure: Augustus' Spanish war and the ending of his memoirs. In: SMITH, Christopher; POWELL, Anton (eds.). *The Lost Memoirs of Augustus and the Developmento of Roman Autobiography*. Oxford: The Classical Press of Wales, 2009: 145-172.

RICO, Christian. L'"invention" romaine des Pyrénées, ou les étapes de la formation d'une frontière. In: CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick; MORET, Pierre (eds.). *La invención de una geografía de la Península Ibérica I. La época republicana*. Málaga/Madrid: Diputación de Málaga & Casa de Velázquez, 2006: 199-216.

ROMER, Frank Edward. Introduction. In: ROMER, Frank Edward (ed.) *Pomponius Mela´s Description of the World*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998: 1-32.

SALINAS DE FRÍAS, Manuel. La guerra de los cántabros y astures, la etnografía de España y la propaganda de Augusto. In: HIDALGO, María José; PÉREZ, Dionisio; GERVÁS, Manuel (eds.). *Romanización y Reconquista en la Península Ibérica: nuevas perspectivas*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1998: 155-170.

SANTOS, Juan; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (eds.). *Romanización, fronteras y etnias en la Roma antigua: el caso hispano*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2012.

SANTOS, Juan. Los pueblos del País Vasco en las fuentes antiguas. In: ALDAY RUIZ, Alfonso et al. (eds.). *Historia del País Vasco. Prehistoria y Antigüedad*. Donostia-San Sebastián: Hiria, 2006: 171-194.

SILBERMAN, Alain. Introduction. In: SILBERMAN, Alain (ed.). *Pomponius Mela. Chorographie*. Paris: Les Belles Lettres, 1988: VII-LXXIII.

SUÁREZ CORTINA, Manuel. La elaboración del discurso histórico en Cantabria. In: GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (ed.). *La memoria histórica de Cantabria*. Santander: Universidad de Cantabria & Asamblea Regional de Cantabria, 1996: 227-239.

Recebido: 31 de julho de 2024 | Aceito: 27 de setembro de 2024

A CONTRIBUIÇÃO DA ANTIGUIDADE NA CONSTRUÇÃO DA CATALUNHA MODERNA (1814-1936)

Jordi Cortadella Morral[1]

Resumo

Através do interesse pela Antiguidade na Catalunha do século XIX e primeira metade do século XX, propomos abordar a evolução do patriotismo e a emergência do nacionalismo catalão. Para isso, analisaremos a percepção da Grécia e de Roma e o impacto da etnicidade nas sínteses historiográficas de V. Balaguer, A. de Bofarull e A. Aulestia i Pijoan. Todas estas contribuições precipitaram o pensamento de E. Prat de la Riba e do *Novecentismo*, movimento cultural que suscitou importantes reflexões sobre o classicismo na história e na cultura catalã por parte de arqueólogos (P. Bosch Gimpera) e historiadores da arquitetura (J. Puig i Cadafalch), bem como de medievalistas (F. Soldevila), jornalistas (A. Rovira i Virgili) e romanistas (G. Mª de Brocá). Como resultado deste processo, antes da eclosão da Guerra Civil, a Catalunha criou as suas próprias instituições acadêmicas e uma elite intelectual que confrontou os seus homólogos espanhóis e europeus.

Palavras-chave

Nacionalismo catalão; Novecentismo; Classicismo; Bosch Gimpera; Puig i Cadafalch; etnia.

[1] Professor Titular – Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, Espanha. **Proyecto ANIHO: PID2020-113314GB-I00**. E-mail: jordi.cortadella@uab.cat

Resumen

A través del interés por la Antigüedad en la Cataluña del siglo XIX y primera mitad del XX, nos proponemos abordar la evolución del patriotismo y el surgimiento del nacionalismo catalán. Para ello, analizaremos la percepción de Grecia y Roma y el impacto de la etnicidad en las síntesis historiográficas de V. Balaguer, A. de Bofarull, y A. Aulestia i Pijoan. Todas estas contribuciones precipitaron en el pensamiento de E. Prat de la Riba y el *Noucentisme*, movimiento cultural que suscitó importantes reflexiones en torno al clasicismo en la historia y la cultura catalana por parte de arqueólogos (P. Bosch Gimpera) e historiadores de la arquitectura (J. Puig i Cadafalch), así como de medievalistas (F. Soldevila), periodistas (A. Rovira i Virgili) y romanistas (G. Mª de Brocá). Como resultado de este proceso, antes del estallido de la Guerra Civil, en Cataluña se habían creado instituciones académicas propias y una élite intelectual que se confrontaba con sus homólogos españoles y europeos.

Palabras clave

Nacionalismo catalán; Noucentisme; Clasicismo; Bosch Gimpera; Puig i Cadafalch; etnicidad.

1. História, valor e uso

Paul Valéry dizia que a história foi o produto mais perigoso que a química do intelecto produziu porque fazia sonhar, embriagava-os, dava-lhes falsas memórias, exagerava os seus costumes, mantinha as suas velhas feridas, atormentava-os no descanso, levava-os à ilusão de grandeza ou de perseguição, e tornou as nações amargas, orgulhosas, insuportáveis e vaidosas. Concluiu que a história justificava o que quiséssemos e não ensinava rigorosamente nada, porque continha tudo e dava exemplos de tudo (Valéry, 1931: 63-64).

Podemos compreender o pessimismo de Valéry, depois de ter vivido as lutas políticas e intelectuais da Terceira República Francesa, com o seu nacionalismo exacerbado, depois da derrota contra a Alemanha de Bismark, o seu "Afer Dreyfus", a terrível experiência da Primeira Guerra Mundial e a crise econômica, social e política entre as guerras, mas não partilhamos dos seus pontos de vista.

Em um determinado momento da história, o triunfo político de uma consciência de grupo nunca é explicável sem fundamentos objetivos e, portanto, analisável historicamente. Especificamente, é evidente que o "fato catalão" existe como uma realidade etnolinguística duradoura e constitui a condição necessária da realidade política da atual Catalunha, embora não seja uma condição suficiente.

Compartilho com Pierre Vilar a ideia de que o "fato catalão" nasce de certas relações que existem entre um território, uma língua, um substrato cultural comum e toda uma série de grupos históricos mais amplos, tais como: 1) os pequenos estados feudais e repúblicas urbanas que se estabeleceram em torno do Mediterrâneo medieval; 2) os primeiros grandes estados territoriais modernos que lutaram pela sua constituição (Espanha e França); 3) a Europa da revolução industrial e do capitalismo (Vilar, 1992). O "fato catalão" insere-se assim em cada uma destas fases e em cada um destes grupos com diferentes graus de coesão, sem nunca se deixar absorver totalmente ou integrar passivamente nestas órbitas.

Não há dúvida de que na consciência histórica catalã contemporânea o período medieval ocupou o mesmo lugar que, em Castela, representou a sua "Idade de Ouro" ou que, na França, significa o seu "Século de Luís XIV" (Sabaté, 2015). Isto responde ao fato de que os antecedentes históricos do

nascimento da Catalunha, como comunidade política com pleno poder público e dotada de um sistema jurídico próprio, devem ser procurados no processo de independência do Império Carolíngio. Mas os condados catalães não surgem do nada. Foram construídos sobre um substrato cultural anterior, sobre uma Antiguidade que se manteve viva através dos seus monumentos, dos seus vestígios arqueológicos e de uma tradição historiográfica que preservou a memória daqueles tempos remotos. Como foi proposto, o estudo do substrato antigo e qual o papel que desempenhou na configuração da consciência coletiva da Catalunha moderna é o objetivo do nosso artigo, seguindo na esteira das reflexões que temos vindo a considerar há alguns anos (Cortadella, 2016).

2. A historiografia do novo estado burguês

A historiografia liberal espanhola incorporou a noção de povo e o conceito de progresso como objetivos da História. Embora não tenha sido a primeira do gênero, a obra de Modesto Lafuente (*Historia General de España*, 1850-1859) foi o protótipo da história que todo espanhol deveria conhecer. O tema de sua história não era mais a monarquia, mas a Nação. Lafuente estruturou o trabalho com base em dois parâmetros: a origem e evolução da nação espanhola e os fatores que aceleraram ou atrasaram o seu processo unificador. Aos três momentos-chave da história de Espanha (monarquia goda, Reis Católicos, Guerra da Independência) foi acrescentado o conceito de "caráter espanhol" que remontava aos tempos primitivos e que os invasores não teriam modificado porque alguns foram assimilados (romanos e godos) e outros expulsos (cartagineses e árabes). Os romanos teriam proporcionado a unidade cultural, e os visigodos a unidade religiosa e a soberania nacional. Esta visão da história da Espanha e do lugar ocupado pela história antiga foi a dominante, apesar das tentativas dos foralistas e federalistas de apresentar outras alternativas historiográficas (Pérez, 2003).

Diante do novo Estado burguês, as demais historiografias hispânicas reagiram de formas diferentes. Tal como a historiografia espanhola, também saíram golpeados pela crítica do século XVIII e pelo seu esforço para construir uma nova história purificada dos mitos e lendas anteriores, de acordo com as novas exigências de rigor histórico.

Na Catalunha, a resposta a Lafuente pelo foralismo tradicionalista veio da mão do carlista Víctor Gebhardt (*Historia general de España y de sus Indias*, vol. I, 1861), defensor da monarquia regional contra o Estado unificador. A resposta federalista a Lafuente partiu de Fernando Patxot (*Anales de España, desde sus orígenes hasta el tiempo presente*, 1857-1859), que traçou paralelos entre o "espírito tribal" ibérico e o ideal federalista contemporâneo. Segundo Patxot, a unidade espanhola (compreendida como Estado federal) veio da Ibéria primitiva, onde o sentimento nacional estava latente. Assim, Roma e os godos teriam sido tempos de cativeiro para a Espanha. A reconquista representaria, portanto, um regresso à verdadeira Península Ibérica e não um processo de recuperação da antiga unidade. Estamos, em suma, perante um novo conceito de Nação e da sua construção e constituição, diferente do centralismo jacobino (Vilallonga, 2011).

Esta reivindicação dos povos pré-romanos teve um dos seus primeiros representantes no liberal e fundador da Academia de Ciências de Barcelona, José Antoni Llobet y Vall-llosera (*De los pueblos que han invadido, conquistado o dominado Cataluña*, 1847), seguidor do Basco-Iberianismo (Domingo; Cubeles, 2011-2012). Os ibéricos (os atuais bascos, segundo ele) eram a suposta população indígena de toda a Península. As invasões posteriores teriam modificado e qualificado a homogeneidade primitiva de tal forma que a classe agrícola catalã pertenceria à raça celtibera e teria permanecido fora dos romanos, godos e francos.

Por sua vez, a obra do primeiro historiador geral da Catalunha do século XIX, Víctor Balaguer (*Historia de Cataluña y de la Corona de Aragón*, 1860), respondeu ao mesmo modelo federalista de Patxot. A história da Catalunha, para Balaguer, começou com os primeiros condes soberanos e, portanto, os tempos anteriores pertenciam à história universal (não à história da Espanha). Contudo, segundo ele, as tribos ibéricas já teriam manifestado o seu espírito de independência contra os cartagineses e romanos, e a reconquista teria significado a reconstituição das nacionalidades pré-romanas que Roma não teria conseguido sufocar. Pelo contrário, para Antonio Bofarull (*Historia crítica, civil y eclesiástica, de Cataluña*, 1876-1878), partidário da monarquia constitucional de Isabel II, confinado a uma erudição estrita, considerava que tudo o que não estava refletido nos documentos se tratava de calúnias e mentiras. Bofarull também considerava que a Catalunha nasceu na Idade Média mas, ao contrário dos anteriores, viu nos romanos os introdutores do espírito nacional entre os povos indígenas bárbaros e incivilizados. A invasão

árabe, mais do que o renascimento de antigas liberdades, teria significado para ele o desaparecimento definitivo das diferenças entre os povos indígenas. Antes dos árabes, todos seriam "homens da Espanha" unidos contra o invasor comum (Grau, 2004).

A historiografia catalã nas décadas finais do século XIX conheceu um notável desenvolvimento metodológico graças à influência de um contexto científico marcado pelo positivismo, que a distinguiu da historiografia anterior, mais descritiva e narrativa. Em relação ao estudo da Antiguidade, a manifestação mais clara desta mudança foi observada nos estudos sobre a vertente étnica. Seu desenvolvimento esteve diretamente relacionado aos avanços da biologia e às controvérsias entre franceses e alemães a respeito da supremacia racial dos celtas ou germânicos. Na Catalunha, Salvador Sanpere i Miquel (*Orígens i fonts de la nació catalana*, 1878) acreditava na existência de uma raça peninsular primitiva (ancestral dos atuais bascos) que teria se misturado aos diferentes invasores da península, formando os grupos étnicos das diversas nacionalidades, entre elas a catalã (mistura de indígenas e semitas). Por sua vez, Joan Maluquer i Viladot (*Aborígens catalans*, 1880) considerava que os primeiros habitantes da Catalunha eram de raça ariana e, portanto, falavam sânscrito. Quanto a José Pella y Forgas (*Història de l'Empordà*, 1883), baseava a origem da nação catalã na chegada dos fenícios, que teriam formado a confederação ibérica (do Ebro ao Ródano). Para ele, desde que os romanos acabaram com a autonomia do povo catalão e criaram uma centralização uniformitária, a história política da Catalunha foi uma repetição contínua da luta contra o centralismo. Em suma, foi a continuidade da origem étnica, e não a chegada ou influência de gregos ou romanos, que teria contribuído para a continuidade do caráter nacional e da unidade territorial catalã (Duplá; Cortadella, 2014: 268-273).

A transferência desta historiografia positivista para a história geral da Catalunha veio das mãos de Antonio Aulèstia y Pijoan (*Història de Catalunya*, 1887). Com base nos novos dados fornecidos pela ciência positivista e de acordo com os postulados políticos federalistas de Valentí Almirall, na sua visão histórica Aulestia defendia que a Catalunha tinha um espaço de ação particular, diferente do resto de Espanha. Aulestia acreditava, assim como Sanpere e Pella, em um substrato comum a toda a península, semelhante ao atual basco, sobre o qual atuavam diferentes influências externas, provocando a sua diversificação. Na Catalunha, segundo Aulestia, no substrato indígena, sentiam-se muitas influências asiáticas, ao contrário do resto da península,

onde predominava o elemento celta. Gregos e romanos teriam matizado o substrato étnico sem alterar o seu caráter. O contato com a civilização romana teria produzido, portanto, um amálgama entre o espírito da terra e as novas ideias e costumes que fortaleceram os catalães. A luta contra os árabes teria, por fim, dado ao povo catalão a mesma língua, religião, arte e ideal político (Cortadella, 2018: 59-65).

3. Classicismo na Catalunha, entre *o Modernismo* e *o Novecentismo*

Tradicionalmente, o classicismo na cultura catalã contemporânea está diretamente ligado ao movimento cultural desenvolvido nas primeiras décadas do século XX que adotou o nome *Novecentismo*. Tal ligação não é gratuita porque os próprios novecentistas acompanharam-se conscientemente com a estética clássica e fizeram da recuperação da tradição greco-latina uma das suas principais reivindicações contra os movimentos culturais que os precederam e especialmente *o Modernismo*. No entanto, modernistas e novecentistas concordaram com o propósito de modernizar a sociedade catalã, que consideravam ancorada no passado (Marfany, 1980: 11-60).

O Modernismo surgiu no final da década de 1980 como um confronto intelectual com o primeiro movimento histórico-literário de recuperação da identidade nacional catalã, a *Renaixença*. Não devemos esquecer que, em 1888, houve uma certa oficialização da *Renaixença*. Os Jogos Florais desse ano, símbolo da recuperação cultural do país, foram presididos pela Rainha Regente e Marcelino Menéndez Pelayo. A partir da década de noventa, os modernistas enfrentaram a imobilidade da Restauração e abalaram o conformismo da cultura oficial catalã da época. Neste aspecto, o movimento pode ser interpretado como a vertente catalã do Regeneracionismo espanhol. Para os membros do *Modernismo* regeneracionista, os intelectuais foram chamados a formular os princípios teóricos e criar os ingredientes emocionais da ideologia catalã. *O Modernismo* Regeneracionista correspondeu às primeiras etapas do desenvolvimento de uma ideologia nacionalista baseada na tradição federal. Queria ser o reencontro entre os intelectuais e a burguesia (o modelo a imitar era D'Annunzio e a sua ideia do intelectual como guia e profeta da comunidade). Foi, portanto, na sua concepção e no uso da Antiguidade, um antecedente direto do *Novecentismo* (Sunyer, 2015).

Seguindo as ideias de Josep Murgades, por Novecentismo entendo o fenômeno ideológico que, aproximadamente, entre 1906 e 1923, moldou as aspirações ideológicas dos núcleos mais ativos da burguesia catalã, agrupados em torno da Lliga Regionalista e dos seus dirigentes, com Enric Prat de la Riba na frente. O novecentismo poderia ser considerado encerrado quando a burguesia catalã aceitou a ditadura de Primo de Ribera (1923-1930) como o mal menor face à crescente agitação social. No entanto, a erosão do movimento foi ocorrendo gradativamente desde a morte de Prat de la Riba (1917) e a queda em desgraça de Eugeni d'Ors (1920) com uma importante ruptura em 1922, com a criação do Acció Catalana, partido fundamentalista da Liga (Murgades, 1976; Murgades, 2003).

O Novecentismo procurava libertar a Catalunha das ilusões românticas e estruturá-la de acordo com os modelos europeus. Um dos meios utilizados para o conseguir foi restabelecer os laços com a cultura greco-romana. A empreitada se concretizou como um grande projeto social. Eugeni d'Ors, na sua função de agitador cultural, foi responsável pela propaganda estrangeira. Escultores como Josep Clarà e pintores como Joan Llaveries, Joaquim Torres García e Joaquim Sunyer praticaram a definição de diretrizes estéticas. O helenista Lluís Segalà e seus colaboradores da Universidade de Barcelona ficaram encarregados da parte filológica, traduzindo os clássicos para o catalão a fim de revitalizar a literatura catalã.[2] Os novos quadros intelectuais foram formados nos *Estudis Universitaris Catalans* (1903) e com bolsas no exterior concedidas pela Junta para a expansão dos estudos. O órgão coordenador do trabalho institucional na área cultural foi o *Institut d'Estudis Catalans* (IEC), fundado em 1907. Com poucas exceções, *o Novecentismo* alcançou a coesão interna da comunidade científica e intelectual catalã. Através das suas instituições proporcionava recursos financeiros, meios materiais e, algo muito importante, reconhecimento internacional do trabalho realizado. Dessa forma, conseguiu formar novos quadros de liderança e contribuiu para a profissionalização dos historiadores nativos. A partir de 1923, com a ditadura de Primo de Ribera e o desmantelamento institucional

[2] Em *El renacimiento helénico en Cataluña* (1916-1917), Segalà apresentou a ideia segundo a qual a Grécia, a Itália e a Península Ibérica foram destinadas pela Providência a sintetizar, aumentar e difundir a cultura do Oriente. Segundo ele, a Grécia impôs proporção e bom gosto, Roma civilizou e unificou o mundo para a implementação do Cristianismo e a nossa Península foi a "salvadora de Cristo" contra o Islã, e a transmissora da cultura na América.

que ela provocou, o mecenato de Francisco Cambó tentou substituir parte deste trabalho institucional.

No ano seguinte à criação do IEC, o Conselho de Museus e Belas Artes, órgão composto pela Câmara Municipal e pelo Conselho Provincial de Barcelona, iniciou escavações sistemáticas do sítio greco-romano de Ampúrias (em catalão: Empúries) sob a direção do arquiteto Josep Puig e Cadafalch. Estes vestígios arqueológicos estavam destinados a alimentar o mito da Catalunha grega. Os exemplos a este respeito são abundantes e variados. Basta lembrar que um ano antes das escavações havia surgido uma revista cultural mensal intitulada *Empori*. Da mesma forma, a efígie de Artemis-Afrodite encontrada em Empúries apareceu na capa do *Almanac del noucentisme* (1911) editado por Eugeni d'Ors e, em 1922, quando Francesc Cambó concebeu a ideia de criar a fundação Bernat Metge para tradução dos clássicos greco-latinos para o catalão, escolheu como logotipo a efígie da estátua de Esculápio encontrada em Empúries. Na poesia, em 1919, Carles Riba publicou a sua primeira versão catalã da *Odissea* (obra na qual trabalhou toda a vida, com uma última edição, em versos catalães, em 1953) (Malé, 2003); e em um âmbito mais popular, o jornalista Manuel Brunet, no seu romance *El meravellós desembarcament dels grecs a Empúries* (1925), converteu os focenses em feirantes de aldeia e resumiu a relação entre os gregos e os indígenas nos amores entre os o jovem Mariner e a ousada Tamariu.

No centro de todo este movimento político-cultural estava a figura de Eugeni d'Ors. Foi ele quem articulou *o Novecentismo*, começando pela invenção do nome. Ors doutorou-se em direito com a tese *Genealogía ideal del Imperialismo: teoría del Estado-Héroe* (1905). Nela, defendia que existiam "povos-heróis" que tinham o direito de predominar sobre os outros e apresentava a política como uma missão espiritual destinada a colonizar os "incivis". Uma de suas referências ideológicas foi o pensador escocês Thomas Carlyle. Nesses primeiros trabalhos foram notados alguns de seus temas mais discutidos, especialmente a ideia de Império e seus conceitos relacionados como: política missionária, paternalismo, despotismo esclarecido e o culto à personalidade (o herói). A partir de 1906, patrocinado por Prat de la Riba, Eugeni d'Ors iniciou a sua colaboração *com La Veu de Catalunya*, jornal editado pela Lliga Regionalista, onde, sob o pseudónimo Xenius, publicou uma coluna de opinião diária intitulada *Glosari*, que passou a exercer grande influência entre os jovens intelectuais da época. Cinco anos depois, em 1911, foi eleito secretário do IEC, iniciando assim o seu trabalho como organizador cultural

da Catalunha. Nesse mesmo ano publicou um conjunto de crônicas sob o título de *La Ben Plantada*. Sua protagonista era uma personagem feminina ideal, Teresa, chamada a se tornar a personificação do classicismo catalão. Em *Glosari*, Ors apresentou uma imagem do clássico como algo perene, uma constante histórica, sempre presente, mesmo que relegada ou ocultada. Para ele, o que não era clássico (ordem) era romântico (caos). Ors interpretou o clássico como uma realidade que se elevava acima de todas as épocas, até mesmo da era greco-romana. O classicismo orsiano foi acima de tudo uma atitude mental. Ele viu na era clássica e no classicismo o triunfo da razão sobre a irracionalidade e, em sua obra, uma luta constante para fazer triunfar a luz da razão, uma "heliomaquia" como gostava de chamar (Garriga, 1981).

Na sua carreira ascendente, Eugeni d'Ors atingiu o seu apogeu em 1917, com o cargo de diretor da Instrução Pública da Mancomunidade da Catalunha, mas ao mesmo tempo começou a sua queda em desgraça, pois, com a morte de Prat de la Riba nesse mesmo ano, o seu confronto progressivo com Puig i Cadafalch, sucessor de Prat à frente da Mancomunidade, levou-o a renunciar a todos os seus cargos e, por fim, a exilar-se em Madrid, de onde continuou o seu trabalho jornalístico e intelectual em espanhol. Como classicista, Ors apresentou sua versão de todas essas questões na forma de uma tragédia clássica. Assim, em 1920, publicou *El nou Prometeu encadenat*, obra em que recriou o tema imortalizado por Esquilo, assumindo o papel de Prometeu, injustamente condenado pela cólera de um colérico Puig i Cadafalch, transfigurado em Zeus (Terricabras, 2010).

Não devemos subestimar o enorme trabalho do *Novecentismo* como organizador das instituições culturais catalãs. No entanto, a mensagem classicista que transmitiu foi de caráter marcadamente conservador, um classicismo hipertrofiado, formal, acadêmico e pouco documentado. Por exemplo, Josep Farran Mayoral, um dos mais fervorosos acólitos de Eugeni d'Ors, afirmou que os antigos gregos eram a saúde das raças e que dez anos consecutivos de helenismo regenerariam os valores catalães na literatura, nos costumes e no pensamento. Para esse mesmo autor, classicismo, na religião, significava catolicismo; na filosofia, a escolástica; na ciência, não se deixar levar por hipóteses (ou seja, ideias evolutivas); e na política, ditadura espiritual dos mais preparados, dos competentes (Farràn, 1917).[3]

[3] Farràn foi o tradutor do conhecido manual de Léon Homo, *Nueva Historia de Roma* (1943). Léon Homo e especialmente Jérôme Carcopino viram uma estreita relação entre a Roma

Em suma, os novecentistas partiram do princípio de que a modernidade deveria avançar a partir de uma tradição específica e, no caso da Catalunha, esta era o "Mediterranismo", com a importante nuance de que a modernidade não eram as formas clássicas em si, mas o espírito que as criou (o espírito clássico definido como o gosto pela moderação em relação ao excesso). Com o classicismo pretendiam recuperar o que era eterno (isto é, clássico) na Catalunha, devolver à Catalunha o que deveria ser e sempre foi. Deste contexto clássico queriam extrair mitos e essências para construir a coesão cultural e social. O mundo clássico passou assim de designar um período histórico a significar um sistema político, filosófico, ético e estético baseado no equilíbrio, na ordem, na medida, na razão e na harmonia. Estes eram os lemas válidos tanto para a arte como para a política e a vida social em geral.

4. A arqueologia do *Novecentismo*

Até aqui o esforço de compreensão do classicismo novecentista limitou-se ao âmbito da ação institucional, da cultura literária e do pensamento em geral. O que proponho a seguir é um panorama do impacto que esta atitude classicista teve na historiografia e na arqueologia. Em que medida o classicismo, entendido como atitude mental, influenciou o campo de estudos da antiguidade catalã em geral e da investigação arqueológica em particular?

A consciência do patrimônio arqueológico por parte da sociedade catalã é uma constante ao longo do século XIX. Os vestígios da cidade greco-romana de Empúries, emblema mais eminente do interesse das novas instituições novecentistas pela arqueologia, foram objeto de diversas escavações e fortes polêmicas seguidas de um estudo detalhado do historiador gerundense Joaquim Botet i Sisó (*Noticia histórica y arqueológica de la antigua ciudad Emporion*, 1879) (Aquilué; Monturiol, 2008). A epigrafia do local foi recolhida pelo jesuíta Fidel Fita, diretor da Real Academia de História, e por Ramon Font, e os diversos achados foram, em grande parte, para o Museu Arqueológico Provincial de Girona. Temos a prova da paixão que Empúries despertou entre os intelectuais pré-novecentismo no caso da escritora modernista Caterina Albert (Víctor Català), filha de ricos proprietários rurais de Empordà (Cortadella, 2009).

antiga e o colonialismo francês (Bernard, 2017).

Por outro lado, em Tarragona, a Sociedade Arqueológica Tarraconense, sob o impulso do incansável Bonaventura Hernández Sanahuja, realizou importantes trabalhos de recuperação, inventariação e estudo do património arqueológico que, no final do século XIX, foi sintetizado pelo arqueólogo político Emili Morera em suas obras *Tarragona Antiga i Moderna* (1894) e *Tarragona Cristiana* (vol. I, 1897; vol. II, 1898) (Ferrer; Dasca; Rovira, 1994). Os achados subsequentes foram coletados e estudados no Boletim Arqueológico, fundado pelo próprio Morera em 1901. Apesar da eminente presença romana em Tarragona, não faltaram estudiosos locais, como o médico-arqueólogo Agustí Maria Gibert (*Ciutats focenses del litoral cosetà*, 1900), que acreditavam ver a sombra dos gregos por trás de cada um dos vestígios do passado da cidade.

Quanto a Barcelona, os vestígios romanos que surgiram aleatoriamente como resultado dos confiscos e durante a remodelação do centro histórico foram depositados no Museu Arqueológico Provincial de Barcelona, e foram incluídos no catálogo de Antoni Elias de Molins (1888), membro do Corpo de Arquivistas, Bibliotecários e Antiquários (Barral, 1993). Anteriormente, em 1835, os vestígios do templo romano de Barcelona tinham sido objeto de um relatório, de mentalidade neoclássica, do arquiteto Antoni Cellers, mas, no último quartel do século, a autoridade em antiguidades romanas em Barcelona e arredores foi inquestionavelmente Fidel Fita (Abascal, 1998).[4]

Para finalizar este breve passeio pelos principais sítios da arqueologia clássica do século XIX na Catalunha, vale a pena mencionar o templo romano de Vic, descoberto em 1882 em um ambiente cultural favorável que gerou a criação do Museu Arqueológico Artístico Episcopal desta cidade (1889) e, ao seu lado, uma próspera arqueologia eclesiástica, cujo principal representante foi Josep Gudiol i Cunill (Fontbona, 2008; Lorés; Guardia, 2014).

Diante deste panorama, fica claro que *o Novecentismo* não atuou sobre uma paisagem desértica e que, em geral, não quebrou padrões nem representou

[4] Dentre as inúmeras obras de Fidel Fita, muitas delas inéditas, vale destacar: As antigas muralhas de Barcelona (*Revista Histórica*, 1876); Barcelona Romana, seu primeiro período histórico (*Boletim da Real Academia de História*, 1903). A ideia apresentada por Fita, e reunida em 1882 pelo estudioso barcelonês Andreu Balaguer (Lo temple greco-romà dit d'Hércules en lo carrer del Paradís de Barcelona*, La Renaixensa*, 12, 1882), era reconstruir o templo romano e criar um "Museu Latino" como o do teatro romano de Arles ou o da Maison Carrée de Nimes.

uma mudança nos projetos, preocupações e esperanças dos grupos mais ativos de historiadores e arqueólogos catalães. Pelo contrário, como em outros domínios, promoveu iniciativas já existentes, proporcionando-lhes o necessário apoio institucional e uma gestão profissional. No domínio da salvaguarda do patrimônio arqueológico, as iniciativas do IEC vieram substituir, ao longo do tempo, o trabalho desenvolvido por algumas personalidades eminentes e diversas entidades privadas, entre as quais se destacaram as associações de andarilhos.

Inicialmente, o IEC era composto por quatro seções: Literatura, História, Direito e Arqueologia, composta, esta última, pelo arquiteto Josep Puig i Cadafalch e pelo jovem e versátil ativista cultural Josep Pijoan (Balcells; Pujol, 2002). Pijoan parecia ser o escolhido para levar a cabo esta política cultural até cair em desgraça devido ao escândalo amoroso com Teresa Mestres, casada com o industrialista Jaume Baladia e a mulher que inspirou a obra *La Ben Plantada* de Eugeni d'Ors (Baladia, 2010), embora as razões do seu ostracismo não pareçam dever-se exclusivamente à esfera privada (Vilanou, 2004).

As referências à arqueologia clássica são relativamente abundantes nos primeiros oito volumes de *Anuari* do IEC (1907-1931). Como seria de esperar, a maior parte da informação corresponde às escavações de Empúries. Como já vimos, o interesse pelo local era latente desde os trabalhos de Botet e Sisó, embora as primeiras intervenções novecentistas tenham sido realizadas sob o patrocínio científico dos prestigiados estudiosos alemães Adolf Schulten e August Frieckenhaus. Dos estudiosos locais, além dos artigos e resenhas de Puig i Cadafalch, encontramos apenas os trabalhos de Ramon Casellas (*Anuari*, 1910–1911), crítico e historiador da arte, sobre as emblemáticas esculturas emporitanas, e de Manuel Cazurro y Emili Gandia (*Anuari*, 1909-1910; 1913-1914) sobre a cerâmica de Empúries e seu contexto arqueológico. Quanto à notícia arqueológica, ou seja, a comunicação de notícias arqueológicas que surgiram na Catalunha, começa a ter relevância apenas a partir do *Anuário* de 1911-1912, e adquire um papel forte com a criação do Serviço de Escavações, fundado em 1914, sob a direção de Pere Bosch Gimpera. A crescente importância das notícias arqueológicas acompanharia a consolidação do IEC como estruturador da arqueologia catalã. Contudo, com exceção do noticiário sobre Empúries, as restantes referências parecem dever-se mais ao acaso dos resultados do que a uma política consciente de recuperação e salvaguarda do patrimônio clássico. Somente a partir de 1927 se percebe uma clara intervenção da escola Bosch Gimpera nos trabalhos de

arqueologia clássica, com uma série de relatórios assinados por seu discípulo Josep de C. Serra Ràfols (Gracia; Cortadella, 2007; Cortadella, 2011; Gracia, 2018).

Em suma, e relativamente aos anos centrais da atividade do IEC, apenas as escavações de Empúries parecem responder a uma aplicação estrita no campo arqueológico dos ideais classicistas defendidos pelo *Novecentismo*, e em nenhum momento parece afetar diretamente os restantes sítios significativos da antiguidade greco-romana catalã. No período abrangido, as grandes obras de síntese da arqueologia clássica e da história antiga peninsular continuaram a ser obra de investigadores estrangeiros. Em primeiro lugar, os alemães, com a grande compilação epigráfica de Emil Hübner e as contribuições de August Frieckenhaus e Adolf Schulten. Entre os franceses, destacam-se as obras da *École des Hautes Études Hispaniques* (Burdeos) e de seu principal representante na Espanha, Eugène Albertini, com seus estudos sobre epigrafia e escultura, e sua obra fundamental, *Les divisions administratives de l'Espagne romaine* (1923). Quanto aos anglo-saxões, as suas contribuições são posteriores e, na área catalã, só conheço o estudo de Ian A. Richmond sobre as muralhas romanas de Barcelona (Richmond, 1931) e o trabalho do americano R. Carpenter, *The Greeks in Spain* (1925), que, sem dúvida, influenciou os helenistas catalães, especialmente Ll. Nicolás de Olwer (Miralles, 2003).

É claro que o IEC não ficou alheio à atividade destes investigadores estrangeiros. Em geral, suas obras foram resenhadas em seu *Anuari* e algumas delas foram publicadas na íntegra (Frieckenhaus, Albertini, Schramm, Philadelpheus). Precisamente, uma das premissas da criação do Instituto foi a internacionalização da ciência catalã. No entanto, a colaboração do Instituto nas iniciativas da União Acadêmica Internacional só começou em 1923 e, em grande medida, como resposta à repressão cultural imposta pela ditadura de Primo de Ribera.

Em geral, o trabalho realizado no domínio do mundo antigo foi louvável, mas de resultados limitados. Na própria Empúries, os estudos de em numismática grega publicados por Pujol e Camps (*Estudio de las monedas de Emporias y Rhode con sus imitaciones*, 1876) só continuaram na década de 1930 com as obras de Josep Amorós (*Les dracmes emporitanes*, 1933) e na consolidação do Gabinete Numismático da Catalunha (Prevosti, 2013). No que diz respeito à epigrafia de Empúries, a primeira obra global é posterior à Guerra Civil e foi obra de Martín Almagro Basch (*Las inscripciones amporitanas griegas, ibéricas y latinas*,

1952). Em Tarragona, o panorama não era muito melhor. Nas primeiras décadas do século XX, o Museu Arqueológico Provincial de Tarragona parece estar em um estado lastimável. Tanto é que, em 1928 e 1929, os responsáveis pelo Museu queixaram-se de que a umidade derrubava um mosaico da parede e descolava as etiquetas das peças, impossibilitando a sua identificação. Só quando o Cardeal Vidal i Barraquer chamou Joan Serra i Vilaró para se encarregar das escavações da necrópole cristã primitiva é que a situação começou a mudar (VV.AA, 1994), e para as grandes sínteses teremos que esperar pelo trabalho dos alemães Theodor Hauschild (*Arquitectura romana de Tarragona*, 1983) e Geza Alföldi (*Die römischen Inschripften von Tarraco*, 1975). No que diz respeito a Barcelona, tudo o que se sabia sobre a cidade romana foi reunido por Francesc Carreras i Candi na sua obra *La ciutat de Barcelona* (1916). As primeiras intervenções arqueológicas sistemáticas começaram tardiamente, com a remodelação do Arquivo Histórico, graças à obra de Agustí Duran y Sanpere, (*Vestigios de la Barcelona romana en la Plaza del Rey*, 1944) e a criação do Museu Histórico de Barcelona (1943), embora as primeiras sínteses tenham sido obra de Antonio Balil (*Las murallas romanas de Barcelona*, 1961 e *Colonia Iulia Augusta Paterna Faventia Barcino*, 1964) e Sebastià Mariner (*Inscripciones romanas de Barcelona*, 1973).

Esta sucinta revisão dos principais estudos arqueológicos realizados no domínio da antiguidade clássica na Catalunha durante a primeira metade do século corrobora que, com exceção de Empúries, a maior parte das iniciativas não respondeu a um planeamento consistente com os postulados classicistas defendidos pelo *Novecentismo*. As razões que explicam esta contradição podem ser diversas: escassez de recursos materiais, falta de tempo e de pessoal qualificado etc. Sem descartar completamente estas ou outras razões, convém considerar o quadro historiográfico em que se inseriu a investigação arqueológica, ou seja, que importância foi dada à antiguidade clássica no nascimento e formação da Catalunha?

5. De Roma à Catalunha

Os dados reunidos nos parágrafos anteriores fornecem informações sobre o interesse pela arqueologia clássica na Catalunha, mas seria aconselhável ir mais longe e enquadrar esta produção arqueológica nas grandes sínteses publicadas no período estudado. A partir da revolução de 1868, a

historiografia catalã distanciou-se das abordagens românticas. O positivismo na Catalunha procurou converter as intuições românticas em fatos empiricamente comprovados. O objetivo era reconhecer os fatos positivos subjacentes à 'Nação' (território, raça, língua). Consequentemente, houve um importante desenvolvimento da arqueologia e da etnologia. Os estudos mais inovadores foram realizados no domínio da arqueologia pré-histórica, tema praticamente inexplorado no cenário peninsular. Contudo, a predominância de concepções a priori, aliada à escassez de fontes e às dificuldades metodológicas e técnicas, fizeram com que os resultados deste primeiro esforço positivista fossem fortemente questionados pela geração posterior (Pujol, 1996).

Nas obras sumárias do período, *a Història de Catalunya* (1887) de Antoni Aulèstia i Pijoan é especialmente interessante para o nosso tema. Como já comentamos no final da terceira seção, nela o autor defendeu a continuidade do espírito de independência catalão, desde Indíbil e Mandonio até à geração da reconquista, passando pelas revoltas de Bagaude contra os visigodos. Para Aulestia, foi a luta contra os árabes que unificou os catalães que, por outro lado, já tinham características étnicas próprias e um território delimitado. Os dados empíricos fornecidos em defesa destas opiniões provêm em grande parte dos estudos acima mencionados de Salvador Sanpere i Miquel (Pomés, 2020).

Uma década depois, a influência de Aulestia era perceptível no pensamento político de Enric Prat de la Riba. Prat considerava o fato nacional como resultado da natureza das coisas, independentemente da consciência e da vontade humana (Cortadella, 2018: 69-70). Na sua opinião, a história da Espanha foi mal interpretada. Dela se deduziu a existência de uma unidade política que unia as diferentes cidades peninsulares desde os tempos mais remotos. Pelo contrário, Prat defendia que a invasão árabe permitiu aos povos ou nacionalidades ibéricas manterem as suas inclinações naturais, congênitas, espontâneas, acima das quais tinham passado, sem destruí-las, os fenícios, gregos, cartagineses, romanos, visigodos, suevos, vândalos, alanos, árabes, sírios e berberes. A importância dada por Prat à durabilidade do elemento indígena não deve fazer esquecer que, para ele, Empúries exercia uma certa 'capitalidade' no mundo indígena e que os elementos impostos por Roma se adaptaram ao próprio caráter indígena (Prat, 1906: 93-95).

Entre os arqueólogos enquadrados no *Novecentismo*, ou seja, aqueles que partilhavam o mesmo programa de normalização da cultura catalã e o desejo de alcançar uma disciplina científica, a atitude perante a História Antiga seguiu basicamente os mesmos parâmetros desenvolvidos pelo positivismo do século XIX. Com o aumento dos contatos internacionais, os métodos melhoraram, ganhando rigor e precisão, e com a transição do diletantismo para a profissionalização garantiram a sua situação econômica. Mas, a nível histórico, o que ficou interessante sobretudo foi a determinação da origem étnica catalã (megalitismo, vaso campaniforme, os campos de urnas e, sobretudo, a cultura ibérica), e como esta origem étnica soube adaptar-se aos elementos transmitidos ou impostos de Empúries ou de Roma.

Vejamos o caso do eminente arquiteto e político Josep Puig i Cadafalch, conhecido como colaborador próximo de Prat de la Riba, membro fundador do IEC, historiador da arquitetura e diretor das escavações de Empúries desde 1908. Para explicar as mudanças nos estilos artísticos, ele gerou um modelo biológico-evolutivo no qual cada forma arquitetônica, assim como as espécies biológicas, era o resultado de uma adaptação ao meio ambiente. Por outro lado, a sua componente nacionalista fê-lo ver no românico a arte que mais fielmente refletia a alma da Catalunha. Daí o seu constante interesse pelo estudo da origem, desenvolvimento, periodização e evolução da arquitetura românica na Catalunha, que culminou na sua obra monumental: *L'arquitectura romànica a Catalunya* (1909-1918). Segundo Puig, para explicar a gênese do românico foi necessário estudar as contribuições das arquiteturas anteriores, desenvolvidas no mesmo local: a indígena, a grega e a romana. Neste aspecto, a conclusão de Puig foi clara: o românico só herdou de Roma a solidez estrutural. Considerava que Roma tinha sido uma formação política com pouca coerência interna, uma criação artificial, como qualquer unidade que justapõe diferentes povos, ou como todos os ideais administrativos uniformitários. Por isso, defendeu a opinião de que, com a invasão dos bárbaros, o Império se desintegrou e o estilo arquitetônico de Roma se transformou em algo mais rude e austero, sem dúvida, mas mais autêntico porque respondia ao modo de ser do povo antes dominado. Consequentemente, para Puig, a personalidade de uma arte nacional não era apreciada na arte romana da Catalunha. Era mais uma arte falsa e colonial. Mais do que nos elementos fornecidos por Roma, Puig insistiu nos limites da romanização. Em primeiro lugar, um limite territorial, uma vez que, segundo ele, as terras do interior dos Pirenéus teriam permanecido praticamente intocadas. Em segundo lugar, um limite na intensidade da romanização, uma

vez que, comparativamente, a Catalunha teria permanecido excepcionalmente rústica em comparação com a refinada vida romana da Gália Narbonense e da Bética. Precisamente, este caráter rústico se tornaria, para Puig, uma virtude, uma vez que o desaparecimento da administração romana teria significado a revitalização das formas populares e teria facilitado a entrada de novas formas que obedecessem a influências distantes. É significativo que, na reedição revista e ampliada da sua arquitetura românica, o primeiro volume (o único que publicou) tenha sido intitulado *L'arquitectura romana a Catalunya* (1934). Esta grande obra, digna de um estudo mais detalhado, continua a ser a única síntese sobre o assunto realizada até à data e, juntamente com as escavações de Empúries, pode ser considerada a maior contribuição do Novecentismo para a arqueologia clássica. No entanto, é evidente a intenção do autor de separar a arquitetura romana da arte românica posterior, para deixar claro que se trata de fenômenos sem linha direta de continuidade. A sua mudança de atitude deveu-se, sem dúvida, ao progresso da investigação, mas também a uma nova concepção elitista da evolução histórica. Nas suas últimas obras (*La geografia i els orígens del primer art romànic*, Barcelona: 1930; e *Lleis històriques de la vida dels estils arquitectònics*, 1935), a arte românica já não era o resultado de uma evolução interna linear, mas nascida em pontos isolados onde foram criadas grandes obras, fruto de brilhantes concepções individuais. A partir daí, expandiu-se pelas grandes vias de transmissão de ideias artísticas para posteriormente se popularizar em todas as direções. Ou seja, a nova arte nasceu das elites para finalmente chegar ao povo, que a acolheu e reproduziu mecanicamente (Grau, 2003; Riu, 2018). No entanto, é revelador que esta teoria da captura das massas populares pelas minorias criativas surja em um momento de crise do modelo político, social e cultural gerado pelo *Novecentismo*.

Entre as histórias gerais da Catalunha publicadas neste período encontramos abordagens semelhantes. Por um lado, a influência espiritual grega é mais valorizada do que a presença no terreno do elemento helênico. Assim o expressou claramente Antoni Rovira i Virgili na sua *Història nacional de Catalunya*:

> Un temps hi hagué, no gaire llunyà, en què per tot arreu es creia trobar antics establiments grecs. Nombroses ciutats ibèriques del litoral català eren convertides en colònies gregues. Fou allò una il·lusòria hel·lenització excessiva de Catalunya. De les suposicions i hipòtesis i de les afirmacions temeràries no queda avui gairebé cosa.

> Predomina el parer que el nombre de les factories gregues va ser reduït, tot i ser molt àmplia la seva influència cultural i comercial (Rovira, 1922a: 597-598).[5]

Estamos muito longe dos excessos filelênicos típicos das últimas décadas do século XIX de autores como Agustí Maria Gibert. Os dados fornecidos pela arqueologia restringiram enormemente a extensão física da presença grega, mas em troca forneceram novos argumentos, baseados em estudos cerâmicos, em relação à influência "espiritual" grega no mundo indígena, na medida em que as cerâmicas gregas (ou de inspiração grega) foram amplamente distribuídas pelos sítios ibéricos do país.

Quanto a Roma, as suas contribuições foram valorizadas com nuances. Rovira i Virgili foi um dos que mais apreciou o peso decisivo da conquista romana para o futuro desenvolvimento institucional da Catalunha, a tal ponto que, na sua opinião, os ibéricos não tinham sentimento de patriotismo, nem sentimento nacional. Tinham apenas o instinto de independência, a agressividade belicosa e a aversão a estrangeiros. Deste ponto de vista, a maior glória do povo romano teria sido a elaboração de doutrinas e fórmulas jurídicas, das quais Roma teria deixado uma forte marca na Catalunha, na medida em que as instituições catalãs seriam filhas do direito romano (Rovira, 1922b: 39, 144).

Mais tarde, Ferran Soldevila, na sua *Història de Catalunya* (1934-1935), escrita a pedido de Francesc Cambó para sintetizar os episódios mais notáveis da história do país, fez um balanço positivo da romanização na criação da Catalunha, na medida em que, com a dominação romana, surgiria pela primeira vez uma entidade que, segundo Soldevila, ligaria e moldaria a Catalunha, embora ainda não com o seu nome (Soldevila, 1938: 13-17). Argumentou também que o culto ao imperador divinizado deu origem à reunião de assembleias ou conselhos provinciais *(conventus tarraconensis*), com a presença de delegados de todas as comunidades rurais e urbanas. Acrescentou que as funções inicialmente religiosas destas assembleias teriam se expandido e que, uma vez que o cristianismo suplantou a religião pagã, os

[5] "Houve um tempo, não muito tempo atrás, em que você pensava que poderia encontrar estabelecimentos gregos antigos em todos os lugares. Numerosas cidades ibéricas na costa catalã foram convertidas em colônias gregas. Esta foi uma helenização excessiva e ilusória da Catalunha. Hoje quase não resta nada de suposições, hipóteses e afirmações imprudentes. Prevalece a opinião de que o número de feitorias gregas era pequeno, embora a sua influência cultural e comercial fosse muito ampla" [trad. do autor].

conselhos perderam todo o caráter religioso e tornaram-se corporações de administração pública. Ou seja, Soldevila interpretava estes conselhos provinciais como se fossem tribunais protetores e, portanto, parecia ver no *conventus tarraconensis* um embrião institucional da futura Catalunha. Da mesma forma, observou que, dentro do território catalão, Roma reconheceu as regiões e estabeleceu os *populi*, preparando assim o surgimento dos condados medievais. Portanto, juntamente com o suposto precedente territorial, a influência de Roma teria sido sentida nos aspectos étnicos, linguísticos, jurídicos e eclesiásticos da Catalunha (Cortadella; Masat, 2017: 61).

O surpreendente é que, com estas abordagens, não tenham sido esbanjados mais estudos sobre a história romana, tendo em conta que entre os fundadores do IEC estava o historiador jurídico Gillem Mª de Brocà, que tinha uma boa base em estudos romanos (Mas Solench, 2006). Brocà foi o autor da fundamental *Historia del derecho de Cataluña, especialmente del Civil* (1918). Nesta obra, destacou a importância do direito romano na época em que se configuraram as instituições civis catalãs, mas alertou que não havia vestígios de direito romano no período entre a invasão árabe e o conde Ramón Berenguer I (1035). Brocà sabe perfeitamente que, na Catalunha, o direito romano foi introduzido no século XIII, fruto de um movimento erudito, constituído pelo alto clero, dos centros de Montpellier e Bolonha. Nos capítulos iniciais de sua obra, Borcà trata das divisões territoriais e da organização provincial romana, do regime municipal, da enfiteuse, da colônia e da servidão *anexa* (antecedente da servidão da gleba catalã). Como fontes para o estudo da época romana, a *Historia de Roma* (vol. V) e o direito público romano de Theodor Mommsen; o CIL. II, de E. Hübner; as obras jurídicas de M. Rodríguez de Berlanga; e ainda cita Mikhaïl Rostóvtsev, *Studien zur Geschichte des romischen kolonates*, (1910), o que demonstra que tem perfeito conhecimento do assunto. Na mesma época, arqueólogos profissionais, emergindo da nova cátedra ocupada por Bosch Gimpera, dedicaram-se principalmente ao estudo da base étnica catalã.

6. Catalunha e o espírito clássico

Para o *Novecentismo*, a cultura clássica não era algo que tivesse chegado historicamente à Catalunha e permanecido por um certo tempo até

desaparecer. Pelo contrário, os novecentistas acreditavam na existência de um contato espiritual constante entre a cultura catalã e o classicismo que só havia sido quebrado nos últimos séculos e precisava ser recuperado. Mas há um ponto de desencanto no classicismo novecentista, quando observam que, historicamente, o elemento indígena parece ter sido refratário ao movimento de alta cultura inspirado no classicismo. Em nossa opinião, isto foi afirmado pelo arqueólogo e político Pere Bosch Gimpera. Em todo o seu trabalho científico, Bosch demonstrou especial interesse pela realidade indígena pré-romana. Isto é visto em suas principais obras de síntese: *Prehistòria catalana* (1919), *Etnologia de la Península Ibèrica* (1932) e *El poblamiento antiguo y la formación de los pueblos de España* (1944). Do estudo dos povos pré-romanos extraiu sua teoria da base indígena e das superestruturas políticas, segundo a qual o processo da História da Espanha foi o jogo e a ação mútua da Espanha indígena, racial, primitiva e da superestrutura. Especificamente, para Bosch, a romanização teria provocado uma profunda transformação no modo de ser do povo hispânico, de tal forma que Roma teria absorvido os elementos privilegiados da sociedade para distanciá-los de forma sensível e progressiva da massa popular e integrá-los na casta dominante. Bosch especificou que, em algumas ocasiões, este fato foi frutífero no enriquecimento dos valores culturais indígenas. Contudo, em certos casos, gerou conflitos e perturbações trágicas no processo de ascensão histórica.

A mudança de atitude de Puig i Cadafalch em relação ao protagonismo do artista (a elite) na formação de novos estilos artísticos ou aos perigos da desnaturalização da base indígena, apontados por Bosch, poderia ter sido resultado do desencanto com o fracasso do "espírito clássico" e do modelo social de harmonia que dele se pretendia derivar.

Voltando às ideias de Pierre Vilar, a realidade do "fato catalão" tem fundamentos objetivos e, portanto, pode ser analisada historicamente. Não há dúvida de que parte do seu substrato cultural provém, de fato, da Antiguidade. Essa complexa e variada realidade étnica deve ter sido profundamente transformada após o contato com fenícios e gregos, e sob prolongado domínio romano, antes de ser inserida nos três grandes grupos históricos indicados no início (medieval, moderno e contemporâneo), que deram ao "fato catalão" a sua forma atual, que não é unívoca nem definitiva e, claro, não independente da vontade dos seus membros. Esta "vontade de ser" pode expressar-se de muitas maneiras e assumir diferentes formas, entre as quais está a própria historiografia, que é, ao mesmo tempo, um instrumento

de análise da realidade, como afirmou P. Vilar, e o produto mais perigoso que a química do intelecto gerou, como lamentou P. Valéry.

Referências bibliográficas

ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel. *Fidel Fita (1835-1918): su legado documental en la Real Academia de la Historia*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1998.

AQUILUÉ, Xavier; MONTURIOL, Joaquim (dirs.). *100 anys d' excavacions arqueològiques a Empúries (1908-2008)*. Girona: Museu Arqueològic de Catalunya, 2008.

BALADIA MESTRE, Xavier. *Antes de que el tiempo lo borre: Recuerdos de los años de esplendor y bohemia de la burguesía catalana*. Barcelona: Juventud, 2003: 130-136.

BALCELLS, Albert; PUJOL, Enric. *Història de l'Institut d'Estudis Catalans (vol 1, 1907-1942)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2002.

BARRAL ALTET, Xavier. Recuperar el passat, instruir els 'antiquaris' i codificar l'arqueologia: el catàleg del Museu d'Antiguitats de Barcelona (1888). *Estudis Universitaris Catalans (Homenatge a Miquel Tarradell)*. Barcelona: Curial, 29, 1993: 63-80.

BERNARD, Gwladys. Roma aeterna: l'Antiquité romaine et l'extrême-droite française. *Cahiers d'Histoire. Revue d'histoire critique*. Paris: Association Paul Langevin, 135, 2017: 147-166

CORTADELLA MORRAL, Jordi. L'Empúries imaginada: músics, erudits i lletraferits. *Faventia*. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, 31 (1-2), 2009: 253-262.

CORTADELLA MORRAL, Jordi. Pere Bosch Gimpera: el més jove, vital i escandalòs de la "colla de l'Ateneu". *Butlletí de la Societat Catalana d'Estudis Històrics*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 22, 2011: 201-234.

CORTADELLA MORRAL, Jordi. Història antiga i classicisme a Catalunya. dels orígens a la Segona República. *Afers: fulls de recerca i pensament*. Catarroja: Editorial Afers, 31 (85), 2016: 665-695.

CORTADELLA MORRAL, Jordi. Entre Ilerda y Emporion: etnicidad y clasicismo en las raíces del nacionalismo catalán. En: DUPLÁ, Antonio; DELL'ELICINE, Eleonora; PÉREZ Jonatan (eds.). *Antigüedad clásica y naciones modernas en el Viejo y el Nuevo Mundo*. Madrid: Polifemo, 2018: 55-73.

CORTADELLA, Jordi; MASAT, Albert. Augusto e historiografías periféricas: estudio de la figura de Augusto en la historiografía catalana. *Revista de historiografia*. Madrid: Universidad Carlos III, 27, 2017: 49-62.

DOMINGO, Marc; CUBELES, Albert. El projecte historiogràfic de Josep Antoni Llobet i Vall-llosera. La transició de la Il·lustració al Romanticisme en el si de l'Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona. *Butlletí de la Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona*. Barcelona: Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona, 53, 2011-2012: 181-214.

DUPLÁ, Antonio; CORTADELLA, Jordi. Nota sobre Antigüedad, nacionalismo(s) e historiografía: dos estudios de caso en las Historiografías vasca y catalana. *Veleia: Revista de prehistoria, historia antigua, arqueología y filología clásicas*. Vitoria: Universidad del País Vasco, 31, 2014: 261-276.

FARRÀN MAYORAL, Josep. Les idees. *La Revista: quaderns de publicació quinzenal*. Barcelona: La revista, 30, enero 1917: 15-18.

FERRER, Maria Antònia; DASCA, Andreu; ROVIRA, Jordi. *CL anys de la Reial Societat Arqueològica Tarraconense. Una aproximació a la seva historia (1844-1994)*. Tarragona: Reial Societat Arqueològica Tarraconense, 1994.

FONTBONA DE VALLESCAR, Francesc. Context historicoartístic de la descoberta del temple romà de Vic. *Ausa*. Vic: Patronat d'Estudis Osonencs 23 (162), 2008: 455-470.

GARRIGA SANS, Carles. *La restauració clàssica d'Eugeni d'Ors*. Barcelona: Curial, 1981.

GRACIA ALONSO. Francisco. *La construcción de una identidad nacional: Arqueología, patrimonio y nacionalismo en Cataluña (1850-1939)*. Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona, 2018.

GRACIA, Francesc y CORTADELLA, Jordi. La institucionalización de la arqueología en Cataluña: el Servei d'Investigacions Arqueològiques del Institut d'Estudis catalans. *Spal-Monografías*. Sevilla, Universidad de sevilla, 10, 2007: 257-321.

GRAU FERNÁNDEZ, Ramon. El positivisme historiogràfic de Puig i Cadafalch i l'arquitectura catalana. En: BALCELLS, Albert (ed.). *Puig i Cadafalch i la Catalunya contemporània*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2003: 97-107.

GRAU FERNÁNDEZ, Ramon. La historiografia del romanticisme (de Pròsper de Bofarull a Víctor Balaguer). En: BALCELLS, Albert (coord.). *Història de la historiografia catalana*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2004: 141-159.

LORÉS, Immaculada; GUARDIA, Milagros. Les recerques i les publicacions de Josep Gudiol i Cunill en el context científic i cultural català. *Quaderns del Museu Episcopal de Vic*, 7, 2014: 51-65.

MALÉ PEGUEROLES, Jordi. L'humanisme ribià com a principi educatiu i de construcció nacional. En: CABRÉ, Rosa; JUFRESA, Montserrat; MALÉ, Jordi (coords.). *Polis i nació: política i literatura (1900-1939)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2003: 143-163.

MARFANY GARCIA, Joan Lluís. *Aspectes del Modernisme*. Barcelona: Curial, 1980.

MAS SOLENCH, Josep Maria. L'advocat i la Història. *Revista de Dret Històric Català*. Barcelona: Societat Catalana d'Estudis Jurídics, 6, 2006: 47-61.

MIRALLES SOLÁ, Carles. "És per això, diria un feixista, que Atenes caigué sota el jou de Roma". Nicolau d'Olwer, Els clàssics i la construcció d'una ideologia nacional. En: CABRÉ, Rosa; JUFRESA, Montserrat; MALÉ, Jordi (coords.). *Polis i nació: política i literatura (1900-1939)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2003: 87-113.

MURGADES BARCELÓ, Josep. Assaig de revisió del Noucentisme. *Els Marges: revista de llengua i literatura*. Barcelona: L'Avenç, 7, 1976: 35-53.

MURGADES BARCELÓ, Josep. Ús ideològic del concepte de "classicisme" durant el Noucentisme. En: CABRÉ, Rosa; JUFRESA, Montserrat; MALÉ,

Jordi (coords.). *Polis i nació: política i literatura (1900-1939)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2003: 9-32.

PÉREZ GARZÓN, Juan Sisinio. *Modesto Lafuente, artífice de la historia de España*. Pamplona: Urgoiti, 2003.

POMÉS VIVES, Jordi. El savi Salvador Sanpere i Miquel (1840-1915): republicà, socialista, federal i catalanista benevolent. En: GABRIEL, Pere (coord.). *Republicans catalans del segle XIX: Espanya i nació a Catalunya*. Barcelona: Publicaciones de la Abadía de Montserrat, 2020: 51-106.

PRAT DE LA RIBA, Enric: *La nacionalitat catalana*. Barcelona: L'Anuari de la Exportació, 1906.

PREVOSTI MONCLÚS, Marta. Forma Conventus Tarraconensis I: Baetulo-Blanda. La primera carta arqueològica de la Península Ibèrica. *Butlletí de la Societat Catalana d'Estudis Històrics*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 24, 2013: 67-84.

PUJOL CASADEMONT, Enric. La historiografia a les primeres dècades del segle XX. En: GABRIEL, Pere (dir.). *Història de la cultura catalana*. Vol. 7, *El Noucentisme: 1906-1918*. Barcelona: Edicions 62, 1996: 81-104.

RICHMOND, Ian A. Five town-walls in Hispania Citerior. *The Journal of Roman Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 21, 1931: 86-100.

RIU-BARRERA, Eduard. El discurs acadèmic de J. Puig i Cadafalch de 1935 sobre Les lleis històriques de la vida dels estils arquitectònics. Butlletí de la Reial Acadèmia Catalana de Belles Arts de Sant Jordi. Barcelona: *Reial Acadèmia Catalana de Belles Arts de Sant Jordi*, 32, 2018: 120-136.

ROVIRA I VIRGILI, Antoni. *Història nacional de Catalunya*. Vol. 1. Barcelona: Edicions Pàtria, 1922a.

ROVIRA I VIRGILI, Antoni. *Història nacional de Catalunya*. Vol. 2. Barcelona: Edicions Pàtria, 1922b.

SABATÉ CURULL, Flocel. L'origen medieval de la identitat catalana. En: SABATÉ F. (coord.), *Anàlisi històrica de la identitat catalana*. Barcelona: IEC, 2015: 19-49.

SOLDEVILA ZUBIBURU, Ferran. *Història de Catalunya*. Vol. 1. Barcelona: Editorial Alpha, 1934 [la referencia de la 2a ed., Barcelona: Editorial Alpha, 1938].

SUNYER MOLNÉ, Magi. La Renaixença, una paradoxa en tres actes i un pròleg. *Butlletí de la Societat Catalana d'Estudis Històrics*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 26, 2015: 94-114.

TERRICABRAS NOGUERAS, Josep-Maria (ed.). *El pensament d'Eugeni d'Ors*. Barcelona: Documenta, 2010.

VALÉRY, Paul. *Regards sur le monde actuel*. Paris: Librairie Stok, 1931.

VILALLONGA, Borja. Compitiendo en españolidad. El nacionalismo español de la intelectualidad catalana del Ochocientos. *Alcores, revista de historia contemporània*. León: Fundación Fermín Carnero, 12, 2011: 75-95.

VILANOU TORRANO, Conrad. Reseña a Xavier Baladi. Antes de que el tiempo lo borre. *Educació i Història: Revista d'Història de l'Educació*. Barcelona: Institut d'Estudis catalans, 7, 2004: 425-428.

VILAR, Pierre. Introducción: el "hecho catalán". En: NADAL, Joaquim; WOLFF, Philippe (dir.). *Historia de Cataluña*. Barcelona: Oikos-Tau, 1992: 7-36.

VV.AA. *Revelar el passat: homenatge a Joan Serra i Vilaró en el XXV aniversari de la seva mort*. Tarragona: Museu Nacional Arqueològic de Tarragona y Museu Diocesà i Comarcal de Solsona, 1994.

Recibido: 31 de julio de 2024 | Aceptado: 27 de septiembre 2024

LA CONTRIBUCIÓN DE LA ANTIGÜEDAD EN LA CONSTRUCCIÓN DE LA CATALUÑA MODERNA (1814-1936)

Jordi Cortadella Morral[1]

Resumen

A través del interés por la Antigüedad en la Cataluña del siglo XIX y primera mitad del XX, nos proponemos abordar la evolución del patriotismo y el surgimiento del nacionalismo catalán. Para ello, analizaremos la percepción de Grecia y Roma y el impacto de la etnicidad en las síntesis historiográficas de V. Balaguer, A. de Bofarull, y A. Aulestia i Pijoan. Todas estas contribuciones precipitaron en el pensamiento de E. Prat de la Riba y el *Noucentisme*, movimiento cultural que suscitó importantes reflexiones en torno al clasicismo en la historia y la cultura catalana por parte de arqueólogos (P. Bosch Gimpera) e historiadores de la arquitectura (J. Puig i Cadafalch), así como de medievalistas (F. Soldevila), periodistas (A. Rovira i Virgili) y romanistas (G. Mª de Brocá). Como resultado de este proceso, antes del estallido de la Guerra Civil, en Cataluña se habían creado instituciones académicas propias y una élite intelectual que se confrontaba con sus homólogos españoles y europeos.

Palabras clave

Nacionalismo catalán; Noucentisme; Clasicismo; Bosch Gimpera; Puig i Cadafalch; etnicidad.

[1] Profesor Titular – Universidad Autónoma de Barcelona, Barcelona, España. **Proyecto ANIHO: PID2020-113314GB-I00**. E-mail: jordi.cortadella@uab.cat

Resumo

Através do interesse pela Antiguidade na Catalunha do século XIX e primeira metade do século XX, propomos abordar a evolução do patriotismo e a emergência do nacionalismo catalão. Para isso, analisaremos a percepção da Grécia e de Roma e o impacto da etnicidade nas sínteses historiográficas de V. Balaguer, A. de Bofarull e A. Aulestia i Pijoan. Todas estas contribuições precipitaram o pensamento de E. Prat de la Riba e do *Novecentismo*, movimento cultural que suscitou importantes reflexões sobre o classicismo na história e na cultura catalã por parte de arqueólogos (P. Bosch Gimpera) e historiadores da arquitetura (J. Puig i Cadafalch), bem como de medievalistas (F. Soldevila), jornalistas (A. Rovira i Virgili) e romanistas (G. Mª de Brocá). Como resultado deste processo, antes da eclosão da Guerra Civil, a Catalunha criou as suas próprias instituições acadêmicas e uma elite intelectual que confrontou os seus homólogos espanhóis e europeus.

Palavras-chave

Nacionalismo catalão; Novecentismo; Classicismo; Bosch Gimpera; Puig i Cadafalch; etnia.

1. La Historia, valor y uso

Paul Valéry decía que la historia era el producto más peligroso que había producido la química del intelecto porque hacía soñar a los pueblos, los embriagaba, les daba recuerdos falsos, exageraba sus costumbres, mantenía sus viejas heridas, los atormentaba en su descanso, los llevaba al delirio de grandeza o al de la persecución, y volvía a las naciones amargas, orgullosas, insoportables y vanas. Concluía que la historia justificaba lo que quisiéramos y no enseñaba estrictamente nada, porque lo contenía todo y de todo daba ejemplos (Valéry, 1931: 63-64).

Podemos llegar a entender el pesimismo de Valéry, después de haber vivido las luchas políticas e intelectuales de la Tercera República francesa, con su exacerbado nacionalismo, posterior a la derrota frente a la Alemania de Bismark, su "Afer Dreyfus", la terrible experiencia de la Primera Guerra mundial y la crisis económica, social y política de entreguerras, pero no compartimos sus puntos de vista.

En un momento dado de la historia, el triunfo político de una conciencia de grupo nunca es explicable sin unos fundamentos objetivos y, por tanto, analizables históricamente. En concreto, es evidente que el "hecho catalán" existe como realidad etnolingüística de larga duración y constituye la condición necesaria de la realidad política de la Cataluña actual, aunque no sea una condición suficiente.

Comparto con Pierre Vilar, la idea que el "hecho catalán" nace de unas determinadas relaciones existentes entre un territorio, una lengua, un sustrato cultural común, y toda una serie de conjuntos históricos más amplios, como son: 1) los pequeños estados feudales y las repúblicas urbanas que se establecieron en el entorno del Mediterráneo medieval; 2) los primeros grandes estados territoriales modernos en lucha por su constitución (España y Francia); 3) la Europa de la revolución industrial y del capitalismo (Vilar, 1992). El "hecho catalán" se inserta así en cada una de estas fases y en cada uno de estos conjuntos con diversos grados de cohesión, sin dejarse absorber nunca totalmente ni integrarse pasivamente en estas órbitas.

Es indudable que en de la conciencia histórica catalana contemporánea el período medieval ha ocupa el mismo lugar que, en Castilla, ha representado su "Siglo de Oro" o que, en Francia, significa su "Siglo de Luis XIV" (Sabaté, 2015). Ello responde al hecho de que los antecedentes históricos del

nacimiento de Cataluña, como comunidad política con plenitud de poder público y dotada de un ordenamiento jurídico propio, hay que buscarlos en el proceso de independencia respecto del Imperio carolingio. Pero los condados catalanes no aparecen de la nada. Se levantaron sobre un sustrato cultural anterior, sobre una Antigüedad que se mantenía viva a través de sus monumentos, sus restos arqueológicos y una tradición historiográfica que conservaba el recuerdo de aquellos tiempos remotos. Cómo se planteó el estudio del sustrato antiguo y qué papel jugó en la configuración de la conciencia colectiva de la Cataluña moderna es el propósito de nuestro artículo, siguiendo la estela de las reflexiones que llevamos planteandonos desde hace unos años (Cortadella, 2016).

2. La Historiografía del nuevo Estado burgués

La historiografía liberal española incorporó la noción de pueblo y el concepto de progreso como metas de la Historia. Aunque no fue la primera en su género, la obra de Modesto Lafuente (*Historia General de España*, 1850-1859) era el prototipo de la historia que todo español debía conocer. El sujeto de su relato ya no era la monarquía, sino la Nación. Lafuente estructuró la obra en base a dos parámetros: el origen y evolución de la Nación española y los factores que aceleraron o retrasaron su proceso unificador. A los tres momentos clave de la historia de España (monarquía goda, Reyes Católicos, Guerra de la Independencia) se unía el concepto de "carácter español" que remontaba a los tiempos primitivos y que los invasores no habrían modificado porque unos fueron asimilados (romanos y godos) y otros expulsados (cartagineses y árabes). Los romanos habrían aportado la unidad cultural, y los visigodos la unidad religiosa y la soberanía nacional. Esta visión de la historia de España y el lugar ocupado por la historia antigua fue el dominante, a pesar de los intentos de foralistas y federalistas por presentar otras alternativas historiográficas (Pérez, 2003).

Ante el nuevo Estado burgués, las demás historiografías hispánicas reaccionaron de distinta forma. Como la historiografía española, también ellas habían salido maltrechas de la crítica del XVIII y su esfuerzo por construir un nuevo relato depurado de los anteriores mitos y leyendas, acorde con las nuevas exigencias de rigor histórico.

En Cataluña, la respuesta a Lafuente por parte del foralismo tradicionalista vino de la mano del carlista Víctor Gebhardt (*Historia general de España y de sus Indias*, vol. I, 1861), defensor de la monarquía foral frente al Estado unificador. La réplica federalista a Lafuente surgió de Fernando Patxot (*Anales de España, desde sus orígenes hasta el tiempo presente*, 1857-1859), quien hacía el paralelismo entre el "espíritu tribal" ibérico y el ideal federalista contemporáneo. Según Patxot, la unidad española (entendida como Estado federal) provenía de la primitiva Iberia, donde se hallaba latente el sentimiento nacional. Así pues, Roma y los godos habrían sido épocas de cautiverio para España. La reconquista representaría por tanto un retorno a la verdadera Península Ibérica, no un proceso para la recuperación de la vieja unidad. Estamos, en definitiva, ante un nuevo concepto de Nación y su construcción y constitución, diferente al centralismo jacobino (Vilallonga, 2011).

Esta reivindicación de los pueblos prerromanos tuvo uno de sus primeros representantes en el liberal y fundador de la Academia de Ciencias de Barcelona, José Antoni Llobet y Vall-llosera (*De los pueblos que han invadido, conquistado o dominado Cataluña*, 1847), seguidor vasco-iberismo (Domingo; Cubeles, 2011-2012). Los íberos (los vascos actuales, según él) fueron la supuesta población autóctona de toda la Península. Las invasiones posteriores habrían modificado y matizado la homogeneidad primitiva de tal modo que la clase agrícola catalana pertenecería a la raza celtibérica y habría quedado al margen de romanos, godos y francos.

Por su parte, la obra del primer historiador general de Cataluña del XIX, Víctor Balaguer (*Historia de Cataluña y de la Corona de Aragón*, 1860), respondía al mismo modelo federalista de Patxot. La historia de Catalunya, para Balaguer, empezó con los primeros condes soberanos, y por tanto los tiempos anteriores pertenecían a la historia universal (no a la historia de España). Sin embargo, según él, las tribus ibéricas ya habrían manifestado su espíritu de independencia frente a cartagineses y romanos, y la reconquista habría supuesto la reconstitución de las nacionalidades prerromanas que Roma no habría logrado ahogar. Por el contrario, para Antonio Bofarull (*Historia crítica, civil y eclesiástica, de Cataluña*, 1876-1878), partidario de la monarquía constitucional de Isabel II, confinado en la estricta erudición, consideraba que todo lo que no se reflejaba en los documentos eran calumnias y mentiras. Bofarull también consideraba que Cataluña había nacido en la Edad Media pero, a diferencia de los anteriores, veía en los romanos a los introductores del espíritu nacional entre unos indígenas bárbaros e incivilizados. La

invasión árabe, más que el renacimiento de las antiguas libertades habría supuesto para él la desaparición definitiva de las diferencias entre los pueblos indígenas. Ante los árabes, todos serían "hombres de España" unidos contra el invasor común (Grau, 2004).

La historiografía catalana de las décadas finales del siglo XIX experimentó un notable desarrollo metodológico gracias a la influencia de un contexto científico marcado por el positivismo, lo que la distinguió de la historiografía anterior, más descriptiva y narrativa. En relación con el estudio de la Antigüedad, la manifestación más clara de este cambio se observó en los estudios sobre el componente étnico. Su desarrollo estuvo directamente relacionado con los avances en biología y en las polémicas entre franceses y alemanes en torno a la supremacía racial de celtas o germánicos. En Cataluña, Salvador Sanpere i Miquel (*Orígens i fonts de la nació catalana*, 1878) creía en la existencia de una raza primitiva peninsular (antecesora de los vascos actuales) que se habría mezclado con los diferentes invasores de la península, formando las etnias de las diversas nacionalidades, entre ellas la catalana (mezcla de indígenas y semitas). Por su parte, Joan Maluquer i Viladot (*Aborígens catalans*, 1880) consideraba que los primeros habitantes de Cataluña fueron de raza aria y, por tanto, hablaban sánscrito. En cuanto a José Pella y Forgas (*Història de l'Empordà*, 1883), basaba el origen de la nación catalana en la llegada de los fenicios, que habrían formado la confederación ibérica (del Ebro al Ródano). Para él, desde que los romanos acabaron con la autonomía del pueblo catalán y crearon una centralización uniformista, la historia política de Cataluña fue una continua repetición de la lucha contra el centralismo. En definitiva, fue la continuidad del fondo étnico, y no la llegada o influencia de griegos o romanos, lo que habría contribuido a la continuidad del carácter nacional y de la unidad territorial catalanas (Duplá; Cortadella, 2014: 268-273).

El traslado de esta historiografía positivista a la historia general de Cataluña vino de la mano de Antonio Aulèstia y Pijoan (*Història de Catalunya*, 1887). Basándose en los nuevos datos aportados por la ciencia positivista y de acuerdo con los postulados políticos federalistas de Valentí Almirall, en su visión histórica Aulestia defendía que Cataluña tenía un espacio de actuación propio y particular, diferente del resto de España. Aulestia creía, como Sanpere y Pella, en un sustrato común a toda la península, similar al vasco actual, sobre el que actuaron diferentes influencias exteriores provocando su diversificación. En Catalunya, según Aulestia, sobre el sustrato indígena, se dejaron sentir un cúmulo de influencias asiáticas, a diferencia del resto de la

península, donde predominó el elemento celta. Griegos y romanos habrían matizado el sustrato étnico sin alterar su carácter. El contacto con la civilización romana habría producido, por tanto, una amalgama entre el espíritu de la tierra y las nuevas ideas y costumbres que fortalecieron a los catalanes. La lucha contra los árabes habría dado finalmente al pueblo catalán una misma lengua, religión, arte e ideal político (Cortadella, 2018: 59-65).

3. El clasicismo en Cataluña, entre *Modernisme* i *Noucentisme*

Tradicionalmente, el clasicismo en la cultura catalana contemporánea se vincula directamente con el movimiento cultural desarrollado en los primeros decenios del siglo XX que adoptó el nombre de *Novecentisme*. Tal vinculación no es gratuita porque los propios novecentistas se acompañaron conscientemente de la estética clásica e hicieron de la recuperación de la tradición grecolatina una de sus principales reivindicaciones frente a los movimientos culturales que les habían precedido y especialmente del *Modernisme*. Sin embargo, modernistas y novecentistas coincidían en el propósito de modernizar la sociedad catalana, que ellos consideraban anclada en el pasado (Marfany, 1980: 11-60).

El *Modernisme* surgió a finales de la década de los años ochenta del siglo XIX como enfrentamiento intelectual frente al primer movimiento histórico-literario de recuperación de la identidad nacional catalana, la *Renaixença*. No hay que olvidar que en 1888 se había producido una cierta oficialización de la *Renaixença*. Los Juegos Florales de ese año, símbolo de la recuperación cultural del país, fueron presididos por la Reina regente y por Marcelino Menéndez Pelayo. A partir de la década de los noventa, los modernistas se enfrentaron al inmovilismo de la Restauración e hicieron tambalear el conformismo de la cultura oficial catalana del momento. En este aspecto, el movimiento puede ser interpretado como la vertiente catalana del Regeneracionismo español. Para los integrantes del *Modernisme* regeneracionista, los intelectuales estaban llamados a formular los principios teóricos y crear los ingredientes emotivos de la ideología catalanista. El *Modernisme* regeneracionista correspondía a los primeros estadios de elaboración de una ideología nacionalista basada en la tradición federal. Quería ser el reencuentro entre intelectuales y burguesía (el modelo a imitar era D'Annunzio y su idea del intelectual como guía y profeta

de la comunidad). Se trataba pues, en su concepción y en la utilización de laAntigüedad, de un antecedente directo del *Noucentisme* (Sunyer, 2015).

Siguiendo las ideas de Josep Murgades, por *Noucentisme* entiendo el fenómeno ideológico que, aproximadamente, entre 1906 y 1923 dio forma a las aspiraciones ideológicas de los núcleos más activos de la burguesía catalana, agrupados en torno a la Lliga Regionalista y a sus dirigentes, con Enric Prat de la Riba al frente. El novecentismo puede darse por finalizado cuando la burguesía catalana aceptó la dictadura de Primo de Ribera (1923-1930) como mal menor frente a la creciente agitación social. Sin embargo, la erosión del movimiento se estaba produciendo de manera gradual desde la muerte de Prat de la Riba (1917) y la caída en desgracia de Eugeni d'Ors (1920) con un punto de inflexión importante en 1922, con la creación de Acció Catalana, partido escindido de la Liga (Murgades, 1976; Murgades, 2003).

El *Noucentisme* pretendía liberar Cataluña de las ilusiones románticas y estructurarla según modelos europeos. Uno de los medios empleado para ello fue el de restablecer los vínculos con la cultura grecorromana. La empresa se llevó a cabo como una gran obra social. Eugeni d'Ors, en su papel de agitador cultural, se ocupaba de la propaganda exterior. Escultores como Josep Clarà y pintores como Joan Llaveries, Joaquim Torres García y Joaquim Sunyer se ejercitaban en marcar las pautas estéticas. El helenista Lluís Segalà y sus colaboradores de la Universidad de Barcelona se encargaban de la parte filológica, traduciendo los clásicos al catalán para revitalizar la literatura catalana.[2] Los nuevos cuadros intelectuales se formaban en los *Estudis Universitaris Catalans* (1903) y con becas en el extranjero concedidas por la Junta para la Ampliación de Estudios. El organismo coordinador del trabajo institucional en el ámbito cultural era el *Institut d'Estudis Catalans* (IEC) fundado en 1907. Con pocas excepciones, el *Noucentisme* logró la cohesión interna de la comunidad científica e intelectual catalana. A través de sus instituciones aportaba recursos financieros, medios materiales y, algo muy importante, el reconocimiento internacional de la labor realizada. Consiguió así formar nuevos cuadros dirigentes y contribuyó a la profesionalización de

[2] En *El renacimiento helénico en Cataluña* (1916-1917), Segalà expuso la idea según la cual Grecia, Italia y la Península Ibérica estaban destinadas por la Providencia a sintetizar, aumentar y difundir la cultura procedente de Oriente. Según él, Grecia impuso la proporción y buen gusto, Roma civilizó y unificó el mundo para la implantación del cristianismo y nuestra Península fue la «salvadora de Cristo» contra el Islam, y la transmisora de la cultura en América.

los historiadores autóctonos. A partir de 1923, con la dictadura de Primo de Ribera y el desmantelamiento institucional que ésta provocó, el mecenazgo de Francisco Cambó intentó sustituir una parte de esta obra institucional.

Al año siguiente de la creación del IEC, la Junta de Museos y Bellas Artes, organismo integrado por el Ayuntamiento y la Diputación de Barcelona, inició las excavaciones sistemáticas del yacimiento greco-romano de Empúries bajo la dirección del arquitecto Josep Puig y Cadafalch. Estos restos arqueológicos estaban llamados a alimentar al mito de la Cataluña griega. Los ejemplos al respecto son abundantes y variados. No hay más que recordar que un año antes de las excavaciones había surgido una revista cultural mensual que llevaba por título *Empori*. Asimismo, la efigie del Artemis-Afrodita hallada en Empúries figuró en la portada del *Almanac del noucentisme* (1911) editado por Eugeni d'Ors, y en 1922, cuando Francesc Cambó concibió la idea de crear la fundación Bernat Metge para traducir los clásicos grecolatinos al catalán, escogió como logotipo la efigie de la estatua de Esculapio hallada en Empúries. En poesía, en 1919 Carles Riba publicó su primera versión catalana de la *Odissea* (obra en la que trabajó toda su vida, con una última edición, en versos catalanes, de 1953) (Malé, 2003); y en un ámbito más popular, el periodista Manuel Brunet, en su novela *El meravellós desembarcament dels grecs a Empúries* (1925), convertía a los focenses en feriantes de pueblo y resumía la relación de los griegos con los indígenas en los amores entre el joven Mariner y la atrevida Tamariu.

En el centro de todo este movimiento político-cultural se hallaba la figura de Eugeni d'Ors. Él fue quien articuló el *Noucentisme*, empezando por inventarse el nombre. Ors se doctoró en derecho con la tesis *Genealogía ideal del Imperialismo: teoría del Estado-Héroe* (1905). En ella defendía que existían "pueblos-héroes" que tenían el derecho de predominar sobre los demás y presentaba la política como una misión espiritual destinada a colonizar a los "inciviles". Una de sus referentes ideológicos era el pensador escocés Thomas Carlyle. En ese trabajo temprano quedaban apuntados algunos de sus temas más tratados, especialmente la idea de Imperio y sus conceptos afines como: política de misión, paternalismo, despotismo ilustrado, y el culto a la personalidad (el héroe). A partir de 1906, apadrinado por Prat de la Riba, Eugeni d'Ors empezó su colaboración *La Veu de Catalunya*, periódico editado por la Lliga Regionalista, donde, con el pseudónimo de Xenius, publicaba diariamente una sección de opinión con el título de *Glosari* que llegó a ejercer una gran influencia entre los jóvenes intelectuales del momento. Cinco años

después, en 1911, fue elegido secretario del IEC, empezando así su labor como ordenador cultural de Cataluña. Ese mismo año publicó un conjunto de glosas bajo el título de *La Ben Plantada*. Su protagonista era un personaje femenino ideal, Teresa, llamado a convertirse en la personificación del clasicismo catalán. En el *Glosari*, Ors presentaba una imagen del clásico como algo perenne, una constante histórica, siempre presente, aunque estuviera relegada u escondida. Para él, lo que no era clásico (orden) era romántico (caos). Ors interpretaba lo clásico como una realidad que se alzaba por encima de todas las épocas, incluso de la época grecorromana. El clasicismo orsiano era sobre todo una actitud mental. Veía en la época clásica y en el clasicismo el triunfo de la razón sobre la irracionalidad y, en su labor, una lucha constante por hacer triunfar la luz de la razón, una «heliomaquia» como a él le gustaba llamarla(Garriga, 1981).

En su carrera ascendente, Eugeni d'Ors logró su cenit en 1917, con el cargo de director de Instrucción Pública de la Mancomunidad de Cataluña, pero al mismo tiempo se produjo el inicio de su caída en desgracia ya que, a la muerte de Prat de la Riba en ese mismo año, su progresivo enfrentamiento con Puig i Cadafalch, sucesor de Prat al frente de la Mancomunidad, le llevó a dimitir de todos sus cargos y, finalmente, a exiliarse a Madrid, desde donde siguió su labor periodística e intelectual en español. Como clasicista que era, Ors dio su versión de todos aquellos asuntos en forma de tragedia clásica. Así, en 1920, publicó *El nou Prometeu encadenat*, obra en la que recreaba el tema inmortalizado por Esquilo, asumiendo él mismo el papel de Prometeo, condenado injustamente por la cólera de un colérico Puig i Cadafalch, transfigurado en Zeus (Terricabras, 2010).

No debemos menospreciar la ingente labor del *Noucentisme* como organizador de las instituciones culturales catalanas. Sin embargo, el mensaje clasicista que transmitió fue de un marcado cariz conservador, un clasicismo hipertrofiado, formal, académico y poco documentado. Por ejemplo, Josep Farran Mayoral, uno de los más fervientes acólitos de Eugeni d'Ors, afirmaba que los griegos antiguos eran la salud de las razas y que diez años seguidos de helenismo regenerarían los valores catalanes en literatura, costumbres y pensamiento. Para ese mismo autor, clasicismo, en religión, significaba catolicismo; en filosofía, escolástica; en ciencias, no dejarse llevar por hipótesis

(evolucionistas, se entiende); y en política, dictadura espiritual de los más preparados, de los competentes (Farràn, 1917).[3]

En definitiva, los noucentistas partían del principio de que la modernidad debía avanzar desde una tradición determinada y, en el caso de Cataluña, ésta era el "mediterraneísmo", con el matiz importante por el que lo moderno no eran las formas clásicas en ellas mismas sino el espíritu que las había creado (el espíritu clásico definido como el gusto por la contención frente a la desmesura). Con el clasicismo pretendían recuperar lo que de eterno (es decir, de clásico) había en Cataluña, devolver a Cataluña lo que se suponía que era y había sido desde siempre. De ese trasfondo clásico se querían extraer mitos y esencias con las que construir la cohesión cultural y social. El mundo clásico pasó así de designar un período histórico a significar un sistema político, filosófico, ético y estético basado en el equilibrio, el orden, la medida, la razón y la armonía. Éstas eran las consignas válidas tanto para el arte como para la política y la vida social en general.

4. La arqueología del *Noucentisme*

Hasta aquí el esfuerzo por entender el clasicismo novecentista se ha ceñido al ámbito de la actuación institucional, la cultura literaria y el pensamiento en general. Lo que planteo a continuación es una recorrido por la repercusión que tuvo esta actitud clasicista en la historiografía y la arqueología ¿Hasta qué punto el clasicismo, entendido como actitud mental, influyó en el campo de los estudios sobre la antigüedad catalana en general y sobre la investigación arqueológica en particular?

La toma de conciencia del patrimonio arqueológico por parte de la sociedad catalana es una constante a lo largo del siglo XIX. Los restos de la ciudad grecorromana de Empúries, el emblema más preclaro del interés de las nuevas instituciones novecentistas por la arqueología, habían sido objeto de diversas excavaciones y de fuertes polémicas seguidas de un detallado estudio por parte del historiador gerundense Joaquim Botet i Sisó (*Noticia histórica y arqueológica de la antigua ciudad Emporion*, 1879) (Aquilué; Monturiol,

[3] Farràn fue el traductor del conocido manual de Léon Homo, *Nueva Historia de Roma* (1943). Léon Homo y especialmente Jérôme Carcopino veían una estrecha relación entre la antigua Roma y el colonialismo francés (Bernard, 2017).

2008). La epigrafía del lugar fue recogida por el jesuita Fidel Fita, director de la Real Academia de la Historia, y por Ramon Font, y los diferentes hallazgos pasaron, en buena parte, a engrosar el Museo Arqueológico Provincial de Girona. Prueba de la pasión que despertaba Empúries entre los intelectuales anteriores al *Noucentisme* la tenemos en el caso de la escritora modernista Caterina Albert (Víctor Català), hija de ricos propietarios rurales del Empordà (Cortadella, 2009).

Por otra parte, en Tarragona, la Sociedad Arqueológica Tarraconense, bajo el empuje del incansable Bonaventura Hernández Sanahuja, había realizado una importante labor de recuperación, inventario y estudio del patrimonio arqueológico que, a finales del siglo XIX, sintetizó el político-arqueólogo Emili Morera en sus obras *Tarragona Antiga i Moderna* (1894) y *Tarragona Cristiana* (vol. I, 1897; vol. II, 1898) (Ferrer; Dasca; Rovira, 1994). Los hallazgos posteriores fueron recogidos y estudiados en el Boletín Arqueológico, fundado por el propio Morera en 1901. A pesar de la eminente presencia romana en Tarragona, no faltaron los eruditos locales, como el médico-arqueólogo Agustí Maria Gibert (*Ciutats focenses del litoral cosetà*, 1900), que creían ver la sombra de los griegos detrás de cada uno de los vestigios del pasado de la ciudad.

En cuanto a Barcelona, los restos romanos aparecidos al azar a raíz de las desamortizaciones y durante las remodelaciones del casco antiguo habían sido depositados en el Museo Arqueológico Provincial de Barcelona, y fueron incluidos en el catálogo de Antoni Elias de Molins (1888), miembro del Cuerpo de Archiveros, Bibliotecarios y Anticuarios (Barral, 1993). Anteriormente, en 1835, los vestigios del templo romano de Barcelona habían sido objeto de una memoria, con mentalidad neoclásica, obra del arquitecto Antoni Cellers, pero en el último cuarto del siglo la autoridad en temas de antigüedades romanas de Barcelona y alrededores era indiscutiblemente Fidel Fita (Abascal, 1998).[4]

[4] Entre los numerosos trabajos de Fidel Fita, muchos de ellos inéditos, cabe destacar: Las antiguas murallas de Barcelona (*Revista Histórica*, 1876); Barcelona romana, su primer período histórico (*Boletín de la Real Academia de la Historia*, 1903). La idea expuesta por Fita, y recogida en 1882 por el erudito barcelonés Andreu Balaguer (Lo temple greco-romà dit d'Hércules en lo carrer del Paradís de Barcelona*, La Renaixensa*, 12, 1882), era la de reconstruir el templo romano para crear un "Museo Latino" como el del teatro romano de Arles o el de la Maison Carrée de Nimes.

Para terminar este breve recorrido por los principales lugares de la arqueología clásica decimonónica en Cataluña, cabe mencionar el templo romano de Vic, descubierto en 1882 en un ambiente cultural propicio que generó la creación del Museo Arqueológico Artístico Episcopal de esta ciudad (1889) y, a su lado, una próspera arqueología eclesiástica, cuyo máximo representante fue Josep Gudiol i Cunill (Fontbona, 2008; Lorés; Guardia, 2014).

Ante este panorama, queda claro que el *Noucentisme* no actuó sobre un paisaje desértico y que, en general, no rompió esquemas ni representó un vuelco en los proyectos, inquietudes y esperanzas de los grupos más activos de historiadores y arqueólogos catalanes. Por el contrario, como en otros campos, potenció iniciativas ya existentes, dotándolas del necesario apoyo institucional y de una dirección profesionalizada. En el ámbito de la salvaguardia del patrimonio arqueológico, las iniciativas del IEC vinieron a sustituir, con el tiempo, la labor realizada por algunas individualidades eminentes y diversas entidades privadas entre las que destacaban las asociaciones excursionistas.

Inicialmente, el IEC se componía de cuatro secciones: Literatura, Historia, Derecho y Arqueología, compuesta, esta última por el arquitecto Josep Puig i Cadafalch y el joven y polifacético activista cultural Josep Pijoan (Balcells; Pujol, 2002). Pijoan parecía ser el elegido para llevar a término esta política cultural hasta que cayó en desgracia a causa del escándalo amoroso con Teresa Mestres, casada con el industrial Jaume Baladia y la mujer que había inspirado a Eugeni d'Ors su obra *La Ben Plantada* (Baladia, 2010), aunque las razones de su ostracismo no parecen ser debidas exclusivamente al ámbito privado (Vilanou, 2004).

Las referencias a la arqueología clásica son relativamente abundantes en los ocho primeros tomos del *Anuari* del IEC (1907-1931). Como es de suponer, el grueso de la información corresponde a las excavaciones de Empúries. Como ya hemos visto, el interés por el lugar era latente desde los trabajos de Botet y Sisó, aunque las primeras intervenciones novecentistas se realizaron bajo el apadrinamiento científico de los prestigiosos sabios alemanes Adolf Schulten y August Frieckenhaus. De los estudiosos locales, aparte de los artículos y reseñas de Puig i Cadafalch, sólo encontramos los trabajos de Ramon Casellas (*Anuari*, 1910-1911), crítico e historiador del arte, sobre las emblemáticas esculturas emporitanas, y de Manuel Cazurro y Emili Gandia (*Anuari*, 1909-

1910; 1913-1914) sobre la cerámica de Empúries y su contexto arqueológico. En cuanto al noticiario arqueológico, es decir, la comunicación de las novedades arqueológicas aparecidas en Cataluña, comienza a ser relevante sólo a partir del *Anuari* de 1911-1912, y adquiere un fuerte protagonismo con la creación del Servicio de Excavaciones, fundado en 1914, bajo la dirección de Pere Bosch Gimpera. La creciente importancia del noticiario arqueológico iría paralela a la consolidación del IEC como organismo vertebrador de la arqueología catalana. Sin embargo, salvo el noticiario sobre Empúries, las demás referencias parecen debidas más al azar de los hallazgos que a una política consciente de recuperación y salvaguarda del patrimonio clásico. Sólo a partir de 1927 se percibe una clara intervención de la escuela de Bosch Gimpera en los trabajos de arqueología clásica, con una serie de noticias firmadas por su discípulo Josep de C. Serra Ràfols (Gracia; Cortadella, 2007; Cortadella, 2011; Gracia, 2018).

En definitiva, y en cuanto a los años centrales de la actividad del IEC, únicamente las excavaciones amporitanas parecen responder a una aplicación estricta en el ámbito arqueológico de los ideales clasicistas defendidos por el *Nouecentisme*, y en ningún momento parece afectar directamente a los demás yacimientos significativos de la antigüedad grecorromana catalana. Durante el período tratado, los grandes trabajos de síntesis de la arqueología clásica y la historia antigua peninsular seguían siendo obra de investigadores extranjeros. En primer lugar, los alemanes, con la gran recopilación epigráfica de Emil Hübner y las contribuciones de August Frieckenhaus y Adolf Schulten. De los franceses destacan los trabajos de la *École des Hautes Études Hispaniques* (Burdeos) y de su principal representante en España, Eugène Albertini, con sus estudios sobre epigrafía y escultura, y su obra fundamental, *Les divisions administratives de l'Espagne romaine* (1923). En cuanto a los anglosajones, sus aportaciones son posteriores y, en el ámbito catalán, sólo me consta el estudio de Ian A. Richmond sobre las murallas romanas de Barcelona (Richmond, 1931) y el trabajo del estadounidense R. Carpenter, *The Greeks in Spain* (1925), que sin duda influenció en los helenistas catalanes, especialmente en Ll. Nicolás de Olwer (Miralles, 2003).

Por supuesto que el IEC no permaneció ajeno a la actividad de estos investigadores foráneos. Por lo general sus trabajos fueron reseñados en su *Anuari* y algunos de ellos los publicó íntegramente (Frieckenhaus, Albertini, Schramm, Philadelpheus). Precisamente, una de las premisas de la creación del Instituto era la internacionalización de la ciencia catalana. Sin embargo, la

colaboración del Instituto en las iniciativas de la Unión Académica Internacional sólo se iniciaron a partir de 1923 y, en buena medida, como respuesta a la represión cultural impuesta por la dictadura de Primo de Ribera.

Por lo general, la tarea realizada en el campo del mundo antiguo fue meritoria pero de resultados escasos. En la misma Empúries, los estudios de la numismática griega publicados por Pujol y Camps (*Estudio de las monedas de Emporias y Rhode con sus imitaciones*, 1876) no tuvieron continuidad hasta los años treinta del siglo XX con los trabajos de Josep Amorós (*Les dracmes emporitanes*, 1933) y en la consolidación del Gabinete Numismático de Cataluña (Prevosti, 2013). En cuanto a la epigrafía emporitana, la primera obra de conjunto es posterior a la Guerra Civil y fue obra de Martín Almagro Basch (*Las inscripciones amporitanas griegas, ibéricas y latinas*, 1952). En Tarragona el panorama no era mucho mejor. En las primeras décadas del siglo XX, el Museo Arqueológico Provincial de Tarragona parece estar en un estado lamentable. Tanto es así que en 1928 y 1929, los responsables del Museo se quejaban de que la humedad derribaba un mosaico de la pared y desprendía las etiquetas de las piezas, lo que imposibilitaba su identificación. Sólo cuando el cardenal Vidal i Barraquer llamó a Joan Serra i Vilaró para que se ocupara de las excavaciones de la necrópolis paleocristiana empezó a cambiar la situación (VV.AA, 1994), y para las grandes síntesis habrá que esperar a los trabajos de los alemanes Theodor Hauschild (*Arquitectura romana de Tarragona*, 1983) y Geza Alföldi (*Die römischen Inschripften von Tarraco*, 1975). Por lo que respecta a Barcelona, todo lo que se sabía de la ciudad romana quedó recogido por Francesc Carreras i Candi en su obra *La ciutat de Barcelona* (1916). Las primeras intervenciones arqueológicas sistemáticas empezaron tardíamente, con la remodelación del Archivo Histórico, gracias a los trabajos de Agustí Duran y Sanpere, (*Vestigios de la Barcelona romana en la Plaza del Rey*, 1944) y la creación del Museo de Historia de Barcelona (1943), aunque las primeras síntesis fueron obra de Antonio Balil (*Las murallas romanas de Barcelona*, 1961 y *Colonia Iulia Augusta Paterna Faventia Barcino*, 1964) y de Sebastià Mariner (*Inscripciones romanas de Barcelona*, 1973) .

Este sucinto repaso por los principales estudios arqueológicos realizados en el ámbito de la antigüedad clásica en Cataluña durante la primera mitad de siglo viene a corroborar que, con la excepción de Empúries, la mayoría de las iniciativas no respondían a una planificación coherente con los postulados clasicistas defendidos por el *Noucentisme*. Las razones que explican esta

contradicción pueden ser diversas: escasez de medios materiales, carencia del tiempo necesario y del personal capacitado, etc. Sin descartar completamente estas u otras razones, es conveniente considerar el marco historiográfico en el que se insertaba la investigación arqueológica, es decir, ¿qué importancia se concedió a la antigüedad clásica en el nacimiento y formación de Cataluña?

5. Roma a Catalunya

Los datos recogidos en los párrafos anteriores aportan información sobre el interés por la arqueología clásica en Cataluña, pero convendría ir más lejos y enmarcar esta producción arqueológica dentro de las grandes síntesis publicadas durante el período estudiado. A partir de la revolución de 1868, la historiografía catalana se distanció de los planteamientos románticos. El positivismo en Cataluña pretendió convertir las intuiciones románticas en hechos empíricamente comprobados. El objetivo era reconocer los hechos positivos subyacentes a la 'Nación' (territorio, raza, idioma). Consecuentemente, se produjo un importante desarrollo de la arqueología y la etnología. Los estudios más innovadores se realizaron en el campo de la arqueología prehistórica, tema prácticamente virgen en el marco peninsular. Sin embargo, el predominio de concepciones apriorísticas, junto con la escasez de fuentes y las dificultades metodológicas y técnicas hicieron que los resultados de este primer esfuerzo positivista fueran fuertemente cuestionados por la generación posterior (Pujol, 1996).

En las obras de síntesis del período es especialmente interesante para nuestro tema la de Antoni Aulèstia i Pijoan, *Història de Catalunya* (1887). Como ya hemos comentado al final del tercer apartado, en ella el autor defendía la continuidad del espíritu de independencia catalán, desde Indíbil y Mandonio hasta la generación de la reconquista, pasando por las revueltas bagaudas contra los visigodos. Para Aulestia, fue la lucha contra los árabes la que unificó a los catalanes que, por otra parte, ya poseían unas características étnicas propias y un territorio delimitado. Los datos empíricos aportados en defensa de estas opiniones procedían en buena parte de los ya mencionados estudios de Salvador Sanpere i Miquel (Pomés, 2020).

Un decenio más tarde, la influencia de Aulestia se hacía notar en el pensamiento político de Enric Prat de la Riba. Prat consideraba el hecho nacional como el resultado de la naturaleza de las cosas, con independencia

de la conciencia y la voluntad humanas (Cortadella, 2018: 69-70). A su juicio, la historia de España había sido interpretada erróneamente. De ella se había deducido la existencia de una unidad política que cohesionaba a los diferentes pueblos peninsulares desde los tiempos más remotos. Por el contrario, Prat defendía que la invasión árabe permitió a los pueblos o nacionalidades ibéricas mantener sus inclinaciones naturales, congénitas, espontáneas, por encima de las cuales habían pasado, sin destruirlas, fenicios, griegos, cartagineses, romanos, visigodos, suevos, vándalos, alanos, árabes, sirios y bereberes. La importancia concedida por Prat a la perdurabilidad del elemento indígena no debe hacernos pasar por alto que, para él, Empúries ejercía cierta 'capitalidad' en el mundo indígena y que los elementos impuestos por Roma, se habían amoldado al propio carácter indígena (Prat, 1906: 93-95).

Entre los arqueólogos encuadrados en el *Noucentisme*, es decir, aquellos que compartían un mismo programa de normalización de la cultura catalana y un afán por conseguir una disciplina científica, la actitud frente a la Historia Antigua siguió básicamente los mismos parámetros elaborados por el positivismo decimonónico. Con el aumento de contactos internacionales mejoraron los métodos, que ganaron en rigor y precisión, y con el paso del diletantismo a la profesionalización aseguraron su situación económica. Pero, a nivel histórico, lo que les siguió interesante por encima de todo fue la determinación del fondo étnico catalán (el megalitismo, el vaso campaniforme, los campos de urnas y la cultura ibérica, especialmente), y cómo este fondo étnico supo amoldarse a los elementos transmitidos o impuestos desde Empúries o desde Roma.

Tomemos el caso del eminente arquitecto y político Josep Puig i Cadafalch, bien conocido como estrecho colaborador de Prat de la Riba, miembro fundador del IEC, historiador de la arquitectura y director de las excavaciones de Empúries des de 1908. Para explicar los cambios en los estilos artísticos, había generado un modelo biológico-evolucionista en el que toda forma arquitectónica, como las especies biológicas, era fruto de una adaptación al medio. Por otro lado, su componente nacionalista le hacía ver en el románico el arte que reflejaba con mayor fidelidad el alma de Catalunya. De ahí su constante interés por el estudio del origen, desarrollo, periodización y evolución de la arquitectura románica en Cataluña, que culminó con su monumental obra: *L'arquitectura romànica a Catalunya* (1909-1918). Según Puig, para explicar la génesis del románico era necesario estudiar las

aportaciones de las arquitecturas anteriores, desarrolladas en el mismo lugar: la indígena, la griega y la romana. En este aspecto, la conclusión de Puig estaba clara: el románico sólo heredó de Roma la solidez estructural. Consideraba que Roma había sido una formación política de escasa coherencia interna, una creación artificial, como toda unidad que yuxtapone pueblos distintos, o como todos los ideales administrativos uniformistas. Por tanto, defendía la opinión de que con la invasión de los bárbaros el Imperio se disgregó y el estilo arquitectónico de Roma se transformó en algo más rudo y austero, sin duda, pero más auténtico porque respondía a la manera de ser de los pueblos antes dominados. En consecuencia, para Puig, en el arte romano de Catalunya no se apreciaba la personalidad de un arte nacional. Era más bien un arte postizo, colonial. Más que en los elementos aportados por Roma, Puig insistía en los límites de la romanización. En primer lugar, un límite territorial, puesto que -según él- las tierras del interior pirenaico habrían permanecido en gran parte al margen. En segundo lugar, un límite en la intensidad romanizadora, pues, comparativamente, Cataluña habría permanecido excepcionalmente rústica frente a la refinada vida romana de la Galia Narbonense y de la Bética. Precisamente, este carácter rústico se convertiría, para Puig, en una virtud, puesto que la desaparición de la administración romana habría supuesto la revitalización de las formas populares y habría facilitado la entrada de nuevas formas que obedecían a influencias lejanas. Es significativo que, en la reedición, revisada y aumentada, de su arquitectura románica, el primer volumen (el único que llegó a publicar) llevaba el título de *L'arquitectura romana a Catalunya* (1934). Esta magna obra, digna de un estudio más detallado, sigue siendo la única síntesis sobre el tema realizada hasta el momento y, junto a las excavaciones de Empúries, puede considerarse como la mayor aportación del *Noucentisme* a la arqueología clásica. Sin embargo, es evidente la intención del autor de separar la arquitectura romana del posterior arte románico, de dejar bien claro que se trata de fenómenos sin una directa línea de continuidad. Su cambio de actitud se debía sin duda al progreso de la investigación, pero también a una nueva concepción elitista de la evolución histórica. En sus últimos trabajos (*La geografia i els orígens del primer art romànic*, Barcelona: 1930; y *Lleis històriques de la vida dels estils arquitectònics*, 1935), el arte románico ya no era resultado de una evolución interna lineal, sino que nacía en puntos aislados donde se creaban las grandes obras, fruto de geniales concepciones individuales; de allí se expandía por las grandes vías de transmisión de ideas artísticas para popularizarse posteriormente en todas direcciones. Es decir, el nuevo arte

nacía de las élites para llegar finalmente al pueblo, que lo acogía y reproducía de forma mecánica (Grau, 2003; Riu, 2018). No deja de ser revelador que esta teoría de la captación de las masas populares por parte de las minorías creadoras aparezca en un momento de crisis del modelo político, social y cultural generado por el *Noucentisme*.

Entre las historias generales de Cataluña editadas durante este período encontramos planteamientos similares. Por un lado, se valora más la influencia espiritual griega que la presencia sobre el terreno del elemento helénico. Así lo expresaba claramente Antoni Rovira i Virgili en su *Història nacional de Catalunya*:

> Un temps hi hagué, no gaire llunyà, en què per tot arreu es creia trobar antics establiments grecs. Nombroses ciutats ibèriques del litoral català eren convertides en colònies gregues. Fou allò una il·lusòria hel·lenització excessiva de Catalunya. De les suposicions i hipòtesis i de les afirmacions temeràries no queda avui gairebé cosa. Predomina el parer que el nombre de les factories gregues va ser reduït, tot i ser molt àmplia la seva influència cultural i comercial (Rovira, 1922a: 597-598).[5]

Estamos muy lejos de los excesos filohelénicos propios de las últimas décadas del siglo XIX de autores como Agustí Maria Gibert. Los datos aportados por la arqueología restringían enormemente la extensión física de la presencia griega, pero en contrapartida daban nuevos argumentos, basados en los estudios cerámicos, con relación a la influencia 'espiritual' griega sobre el mundo indígena en la medida en que la cerámica griega (o de inspiración griega) se encontraba ampliamente repartida por los yacimientos ibéricos del país.

Por lo que respecta a Roma, sus aportaciones se valoraban con matices. Rovira i Virgili era uno de los que más apreciaban el peso decisivo de la conquista romana para el futuro desarrollo institucional de Cataluña hasta el punto de que, a su juicio, los íberos no tenían sentimiento de patriotismo, ni sentimiento nacional. Tenían tan sólo instinto de independencia, belicosa agresividad y aversión a los extranjeros. Desde este punto de vista, la gloria más alta del

[5] "Hubo un tiempo, no muy lejano, en el que por todas partes se creían encontrar antiguos establecimientos griegos. Numerosas ciudades ibéricas del litoral catalán eran convertidas en colonias griegas. Fue esto una ilusoria helenización excesiva de Cataluña. De las suposiciones e hipótesis y de las afirmaciones temerarias no queda hoy apenas nada. Predomina el parecer que el número de las factorías griegas fue reducido, aun siendo muy amplia su influencia cultural y comercial" [trad. del autor].

pueblo romano habría sido la elaboración de las doctrinas y fórmulas jurídicas, de las que Roma habría dejado una fuerte impronta en Cataluña en la medida en que las instituciones catalanas serían hijas del derecho romano (Rovira, 1922b: 39, 144).

Más adelante, Ferran Soldevila, en su *Història de Catalunya* (1934-1935), escrita por encargo de Francesc Cambó para sintetizar los episodios más destacados de la historia del país, hacía un balance positivo de la romanización en la gestación de Cataluña, en la medida en que, con la dominación romana, aparecería, por primera vez, una entidad que –según Soldevila– enlazaría y plasmaría Cataluña, aunque todavía no con su nombre (Soldevila, 1938: 13-17). Argumentaba, además, que el culto al emperador deificado dio lugar a la reunión de las asambleas o concilios provinciales *(conventus tarraconensis*), a los que acudían los delegados de todas las comunidades rurales y urbanas. Añadía que las funciones, inicialmente religiosas, de estas asambleas se habrían ido ampliando, y que, una vez el cristianismo suplantó a la religión pagana, los concilios perdieron todo carácter religioso y se convirtieron en corporaciones de la administración pública. Es decir, Soldevila interpretaba estos concilios provinciales como si de unas prot-ocortes se tratase y, por tanto, parecía ver en el *conventus tarraconensis* un embrión institucional de la futura Cataluña. Asimismo, hacía notar que, en su interior del territoriocatalán, Roma reconoció las comarcas y fijó los *populi*, preparando así la eclosión de los condados medievales. Por tanto, junto al supuesto precedente territorial, la influencia de Roma se habría hecho sentir en los aspectos étnicos, lingüísticos, jurídicos y eclesiásticos de Cataluña (Cortadella; Masat, 2017: 61).

Lo sorprendente del caso es que, con estos planteamientos, no se hubieran prodigado más los estudios sobre la historia romana, teniendo en cuenta que entre los padres fundadores del IEC estaba el historiador del derecho Gillem Mª de Brocà, que disponía de una buena base romanística (Mas Solench, 2006). Brocà fue autor de la fundamental *Historia del derecho de Cataluña, especialmente del Civil* (1918). En esta obra ponía de evidencia la importancia del derecho romano en el momento en que se configuraron las instituciones civiles catalanas, pero advertía que no existían rastros del derecho romano en el período comprendido entre la invasión árabe y el conde Ramón Berenguer I (1035). Brocà es perfectamente conocedor de que, en la Cataluña condal, el derecho romano fue introducido en el siglo XIII, fruto de un movimiento erudito, compuesto por el alto clero, desde los centros de Montpellier y

Bolonia. En los capítulos iniciales de su obra, Borcà trata de las divisiones territoriales y la organización provincial romana, del régimen municipal, de la enfiteusis, del colonato y de la servidumbre *adscripta* (antecedente de la servidumbre de la gleba catalana). Como fuentes para el estudio de la época romana a sigue la *Historia de Roma* (vol. V) y el derecho público romano de Theodor Mommsen; el CIL. II, de E. Hübner; las obras jurídicas de M. Rodríguez de Berlanga; e incluso cita a Mikhaïl Rostóvtsev, *Studien zur Geschichte des romischen kolonates*, (1910), con lo que demuestra estar perfectamente al corriente de temática. Por las mismas fechas, los arqueólogos profesionales, surgidos de la nueva cátedra ocupada por Bosch Gimpera, se dedicaban prioritariamente al estudio de la base étnica catalana.

6. Cataluña y el espíritu clásico

Para el *Noucentisme*, la cultura clásica no era algo que había llegado históricamente a Cataluña y había permanecido un cierto tiempo hasta desaparecer. Más bien, los novecentistas creían en la existencia de un constante contacto, espiritual, entre la cultura catalana y el clasicismo que sólo se habría roto en los últimos siglos y debía recuperarse. Pero hay un punto de desencanto en el clasicismo novecentista, cuando constatan que, históricamente, el elemento indígena parece haber sido refractario al movimiento de alta cultura inspirado por el clasicismo. A nuestro parecer, así lo puso de manifiesto el arqueólogo y político Pere Bosch Gimpera. Bosch mostró en toda su obra científica un especial interés por la realidad indígena prerromana. Así se aprecia en sus principales trabajos de síntesis: *Prehistòria catalana* (1919), *Etnologia de la Península Ibèrica* (1932), y *El poblamiento antiguo y la formación de los pueblos de España* (1944). Del estudio de los pueblos prerromanos extrajo su teoría de la base indígena y las superestructuras políticas, según la cual el proceso de la Historia de España era el juego y la acción mutua de la España indígena, racial, primitiva, y de la superestructura. En concreto, para Bosch, la romanización habría operado una transformación profunda en la forma de ser de los pueblos hispánicos de tal modo que Roma habría absorbido los elementos privilegiados de la sociedad para alejarlos sensible y progresivamente de la masa del pueblo e integrarlos los en la casta dominadora. Bosch precisaba que, en ocasiones, este hecho había sido fecundo para enriquecer los valores culturales indígenas. Sin embargo, en

determinados casos había engendrado conflictos trágicos y perturbaciones del proceso histórico ascensional.

El cambio de actitud de Puig i Cadafalch en relación al protagonismo del artista (la élite) en la formación de los nuevos estilos artísticos o los peligros de la desnaturalización de la base indígena, apuntados por Bosch, pudieron ser fruto del desencanto ante el fracaso del 'espíritu clásico' y del modelo social de concordia que se quería derivar del él.

Retomando las ideas de Pierre Vilar, la realidad del "hecho catalán" tiene unos fundamentos objetivos y, por tanto, analizables históricamente. No cabe duda de que una parte de su substrato cultural proviene, efectivamente, de la Antigüedad. Aquella compleja y variada realidad étnica debió transformase profundamente tras el contacto con fenicios y griegos, y bajo el prolongado dominio romano, antes de inserirse en los tres grandes conjuntos históricos señalados al principio (medieval, moderno y contemporáneo), los que le han dado al "hecho catalán" su forma actual, que no es ni unívoca ni definitiva, y por supuesto tampoco ajena de la voluntad de sus miembros. Esta "voluntad de ser" se puede expresar de muchas maneras y puede tomar diferentes formas, entre las cuales está la misma historiografía, que es, al mismo tiempo, un instrumento de análisis de la realidad, como afirmaba P. Vilar, y el producto más peligroso que ha generado la química del intelecto, como se lamentaba P. Valéry.

Referencias bibliográficas

ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel. *Fidel Fita (1835-1918): su legado documental en la Real Academia de la Historia*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1998.

AQUILUÉ, Xavier; MONTURIOL, Joaquim (dirs.). *100 anys d' excavacions arqueològiques a Empúries (1908-2008)*. Girona: Museu Arqueològic de Catalunya, 2008.

BALADIA MESTRE, Xavier. *Antes de que el tiempo lo borre: Recuerdos de los años de esplendor y bohemia de la burguesía catalana*. Barcelona: Juventud, 2003: 130-136.

BALCELLS, Albert; PUJOL, Enric. *Història de l'Institut d'Estudis Catalans (vol 1, 1907-1942)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2002.

BARRAL ALTET, Xavier. Recuperar el passat, instruir els 'antiquaris' i codificar l'arqueologia: el catàleg del Museu d'Antiguitats de Barcelona (1888). *Estudis Universitaris Catalans (Homenatge a Miquel Tarradell)*. Barcelona: Curial, 29, 1993: 63-80.

BERNARD, Gwladys. Roma aeterna : l'Antiquité romaine et l'extrême-droite française. *Cahiers d'Histoire. Revue d'histoire critique*. Paris: Association Paul Langevin, 135, 2017: 147-166

CORTADELLA MORRAL, Jordi. L'Empúries imaginada: músics, erudits i lletraferits. *Faventia*. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, 31 (1-2), 2009: 253-262.

CORTADELLA MORRAL, Jordi. Pere Bosch Gimpera: el més jove, vital i escandalòs de la "colla de l'Ateneu". *Butlletí de la Societat Catalana d'Estudis Històrics*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 22, 2011: 201-234.

CORTADELLA MORRAL, Jordi. Història antiga i classicisme a Catalunya. dels orígens a la Segona República. *Afers: fulls de recerca i pensament*. Catarroja: Editorial Afers, 31 (85), 2016: 665-695.

CORTADELLA MORRAL, Jordi. Entre Ilerda y Emporion: etnicidad y clasicismo en las raíces del nacionalismo catalán. En: DUPLÁ, Antonio; DELL'ELICINE, Eleonora; PÉREZ Jonatan (eds.). *Antigüedad clásica y naciones modernas en el Viejo y el Nuevo Mundo*. Madrid: Polifemo, 2018: 55-73.

CORTADELLA, Jordi y MASAT, Albert. Augusto e historiografías periféricas: estudio de la figura de Augusto en la historiografía catalana. *Revista de historiografia*. Madrid: Universidad Carlos III, 27, 2017: 49-62.

DOMINGO, Marc y CUBELES, Albert. El projecte historiogràfic de Josep Antoni Llobet i Vall-llosera. La transició de la Il·lustració al Romanticisme en el si de l'Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona. *Butlletí de la Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona*. Barcelona: Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona, 53, 2011-2012: 181-214.

DUPLÁ, Antonio; CORTADELLA, Jordi. Nota sobre Antigüedad, nacionalismo(s) e historiografía: dos estudios de caso en las Historiografías

vasca y catalana. *Veleia: Revista de prehistoria, historia antigua, arqueología y filología clásicas*. Vitoria: Universidad del País Vasco, 31, 2014: 261-276.

FARRÀN MAYORAL, Josep. Les idees. *La Revista: quaderns de publicació quinzenal*. Barcelona: La revista, 30, enero 1917: 15-18.

FERRER, Maria Antònia; DASCA, Andreu; ROVIRA, Jordi. *CL anys de la Reial Societat Arqueològica Tarraconense. Una aproximació a la seva historia (1844-1994)*. Tarragona: Reial Societat Arqueològica Tarraconense, 1994.

FONTBONA DE VALLESCAR, Francesc. Context historicoartístic de la descoberta del temple romà de Vic. *Ausa*. Vic: Patronat d'Estudis Osonencs 23 (162), 2008: 455-470.

GARRIGA SANS, Carles. *La restauració clàssica d'Eugeni d'Ors*. Barcelona: Curial, 1981.

GRACIA ALONSO. Francisco. *La construcción de una identidad nacional: Arqueología, patrimonio y nacionalismo en Cataluña (1850-1939)*. Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona, 2018.

GRACIA, Francesc; CORTADELLA, Jordi. La institucionalización de la arqueología en Cataluña: el Servei d'Investigacions Arqueològiques del Institut d'Estudis catalans. *Spal-Monografías*. Sevilla, Universidad de sevilla, 10, 2007: 257-321.

GRAU FERNÁNDEZ, Ramon. El positivisme historiogràfic de Puig i Cadafalch i l'arquitectura catalana. En: BALCELLS, Albert(ed.), *Puig i Cadafalch i la Catalunya contemporània*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2003: 97-107.

GRAU FERNÁNDEZ, Ramon. La historiografia del romanticisme (de Pròsper de Bofarull a Víctor Balaguer). En: BALCELLS, Albert (coord.). *Història de la historiografia catalana*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2004: 141-159.

LORÉS, Immaculada; GUARDIA, Milagros. Les recerques i les publicacions de Josep Gudiol i Cunill en el context científic i cultural català, *Quaderns del Museu Episcopal de Vic,* 7, 2014: 51-65.

MALÉ PEGUEROLES, Jordi. L'humanisme ribià com a principi educatiu i de construcció nacional. En: CABRÉ, Rosa; JUFRESA, Montserrat; MALÉ, Jordi

(coords.). *Polis i nació: política i literatura (1900-1939)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2003: 143-163.

MARFANY GARCIA, Joan Lluís. *Aspectes del Modernisme*, Barcelona: Curial, 1980.

MAS SOLENCH, Josep Maria. L'advocat i la Història. *Revista de Dret Històric Català*. Barcelona: Societat Catalana d'Estudis Jurídics, 6, 2006: 47-61.

MIRALLES SOLÁ, Carles. "És per això, diria un feixista, que Atenes caigué sota el jou de Roma". Nicolau d'Olwer, Els clàssics i la construcció d'una ideologia nacional. En: CABRÉ, Rosa; JUFRESA, Montserrat; MALÉ, Jordi (coords.). *Polis i nació: política i literatura (1900-1939)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2003: 87-113.

MURGADES BARCELÓ, Josep. Assaig de revisió del Noucentisme. *Els Marges: revista de llengua i literatura*. Barcelona: L'Avenç, 7, 1976: 35-53.

MURGADES BARCELÓ, Josep. Ús ideològic del concepte de "classicisme" durant el Noucentisme. En: CABRÉ, Rosa; JUFRESA, Montserrat; MALÉ, Jordi (coords.). *Polis i nació: política i literatura (1900-1939)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2003: 9-32.

PÉREZ GARZÓN, Juan Sisinio. *Modesto Lafuente, artífice de la historia de España*. Pamplona: Urgoiti, 2003.

POMÉS VIVES, Jordi. El savi Salvador Sanpere i Miquel (1840-1915): republicà, socialista, federal i catalanista benevolent. En: GABRIEL, Pere (coord.). *Republicans catalans del segle XIX: Espanya i nació a Catalunya*. Barcelona: Publicaciones de la Abadía de Montserrat, 2020: 51-106.

PRAT DE LA RIBA, Enric: *La nacionalitat catalana*. Barcelona: L'Anuari de la Exportació, 1906.

PREVOSTI MONCLÚS, Marta. Forma Conventus Tarraconensis I: Baetulo-Blanda. La primera carta arqueològica de la Península Ibèrica. *Butlletí de la Societat Catalana d'Estudis Històrics*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 24, 2013: 67-84.

PUJOL CASADEMONT, Enric. La historiografia a les primeres dècades del segle XX. En: GABRIEL, Pere (dir.). *Història de la cultura catalana*. Vol. 7, *El Noucentisme: 1906-1918*. Barcelona: Edicions 62, 1996: 81-104.

RICHMOND, Ian A. Five town-walls in Hispania Citerior. *The Journal of Roman Studies.* Cambridge: Cambridge University Press, 21, 1931: 86-100.

RIU-BARRERA, Eduard. El discurs acadèmic de J. Puig i Cadafalch de 1935 sobre Les lleis històriques de la vida dels estils arquitectònics. Butlletí de la Reial Acadèmia Catalana de Belles Arts de Sant Jordi. Barcelona: *Reial Acadèmia Catalana de Belles Arts de Sant Jordi*, 32, 2018: 120-136.

ROVIRA I VIRGILI, Antoni. *Història nacional de Catalunya*. Vol. 1. Barcelona: Edicions Pàtria, 1922a.

ROVIRA I VIRGILI, Antoni. *Història nacional de Catalunya*. Vol. 2. Barcelona: Edicions Pàtria, 1922b.

SABATÉ CURULL, Flocel. L'origen medieval de la identitat catalana. En: SABATÉ F. (coord.). *Anàlisi històrica de la identitat catalana*. Barcelona: IEC, 2015: 19-49.

SOLDEVILA ZUBIBURU, Ferran. *Història de Catalunya*. Vol. 1. Barcelona: Editorial Alpha, 1934 [la referencia de la 2a ed., Barcelona: Editorial Alpha, 1938].

SUNYER MOLNÉ, Magi. La Renaixença, una paradoxa en tres actes i un pròleg. *Butlletí de la Societat Catalana d'Estudis Històrics*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 26, 2015: 94-114.

TERRICABRAS NOGUERAS, Josep-Maria (ed.). *El pensament d'Eugeni d'Ors*. Barcelona: Documenta, 2010.

VALÉRY, Paul. *Regards sur le monde actuel*. Paris: Librairie Stok, 1931.

VILALLONGA, Borja. Compitiendo en españolidad. El nacionalismo español de la intelectualidad catalana del Ochocientos. *Alcores, revista de historia contemporània.* León: Fundación Fermín Carnero, 12, 2011: 75-95.

VILANOU TORRANO, Conrad. Reseña a Xavier Baladi,. Antes de que el tiempo lo borre. *Educació i Història: Revista d'Història de l'Educació*. Barcelona: Institut d'Estudis catalans, 7, 2004: 425-428.

VILAR, Pierre. Introducción: el "hecho catalán". En: NADAL, Joaquim; WOLFF, Philippe (dir.). *Historia de Cataluña*. Barcelona: Oikos-Tau, 1992: 7-36.

VV.AA. *Revelar el passat: homenatge a Joan Serra i Vilaró en el XXV aniversari de la seva mort*. Tarragona: Museu Nacional Arqueològic de Tarragona y Museu Diocesà i Comarcal de Solsona, 1994.

Recebido: 31 de julho de 2024 | Aceito: 27 de setembro de 2024

A CORRESPONDÊNCIA DE PIERRE PARIS (1859-1931): ESTADO DOS LOCAIS DE UMA INVESTIGAÇÃO[1]

Grégory Reimond[2]

Resumo

A tese que defendemos em novembro de 2021, cuja publicação está em andamento, consistiu em uma biografia intelectual do arqueólogo e historiador da arte Pierre Paris. Nossas pesquisas nos permitiram notadamente reunir um certo número de documentos epistolares, uma seleção de 1.082 cartas escritas entre 1876 e 1931. Essencialmente, trata-se dos fragmentos da correspondência ativa de Pierre Paris, dos quais propomos uma edição crítica no volume 3 de nossa tese. É às características desse corpus, que não será publicado no livro que estamos preparando, que dedicaremos este artigo. Esforçar-nos-emos em destacar sua riqueza e seus limites, ao mesmo tempo mostrando que seria desejável, a médio prazo, torná-lo acessível por meio de uma publicação online.

Palavras-chave

Arqueologia; hispanismo; história cultural; biografia intelectual; Casa de Velázquez.

[1] Tradução por Lucas Arantes Lorga, Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (PPGH-Unifesp), com financiamento da **FAPESP (Processo nº 2022/10825-6)**. E-mail: lucaslorga1@gmail.com .

[2] Doutor em História – Universidade de Toulouse – Jean Jaurès, Toulouse, França. PLH-ERASME. E-mail: gregoryreimond@icloud.com

Résumé

La thèse que nous avons soutenue en novembre 2021, et dont la publication est en cours, a consisté en une biographie intellectuelle de l'archéologue et historien de l'art Pierre Paris. Nos recherches nous ont notamment permis de rassembler un certain nombre de documents épistolaires, un choix de 1 082 lettres écrites entre 1876 et 1931. Pour l'essentiel, il s'agit des lambeaux de la correspondance active de Pierre Paris dont nous proposons une édition critique dans le volume 3 de notre thèse. C'est aux caractéristiques de ce corpus, lequel ne sera pas publié dans le livre que nous préparons, que nous consacrerons cet article. Nous nous efforcerons de souligner sa richesse et ses limites, tout en montrant qu'il serait souhaitable, à moyen terme, de le rendre accessible grâce à une publication en ligne.

Mots clés

Archéologie; hispanisme; histoire culturelle; biographie intellectuelle; Casa de Velázquez.

Arqueólogo, historiador da arte, acadêmico, diretor de uma escola de Belas Artes, a de Bordeaux, primeiro diretor da casa comum dos hispanistas franceses em Madri — a Escola de Altos Estudos Hispânicos, integrada à Casa de Velázquez em 1928 —, Pierre Paris (1859-1931) é uma figura complexa e multifacetada (ver em primeiro lugar Delaunay, 1994; Niño Rodríguez, 1988; Rouillard, 2009). Dedicamos a ele nossa tese de doutorado, que consistiu na redação de uma biografia intelectual (Reimond, 2020), a qual deverá ser publicada pela Casa de Velázquez em 2025 (Reimond, no prelo). No presente ensaio, desejamos retomar um dos produtos dessa investigação, agora concluída. Nosso *corpus* de fontes se baseou em três conjuntos principais (trabalhos publicados, arquivos privados, arquivos institucionais). Os acervos dos arquivos privados e públicos nos permitiram reunir um certo número de documentos epistolares, uma seleção de 1.082 cartas escritas entre 1876 e 1931. É a uma apresentação da correspondência do estudioso de Bordeaux que conseguimos localizar que será dedicado este artigo.

Cinquenta e seis anos. Esse é o número de anos que se passam entre o envio da primeira e da última carta de nosso corpus. Cinco décadas de trocas epistolares que permitem acompanhar Pierre Paris através dos meandros de uma longa e rica carreira científica. Ao longo das missivas, ano após ano, o historiador vê surgir, acumular-se e frequentemente entrelaçar-se as diferentes camadas que dão sua forma definitiva à trajetória e à obra do homem de ciência. Nesse sentido, como lembra Laurent Olivier, «A História *é* arqueológica, pois é feita da acumulação de produções que constroem e transmitem uma *memória*» (Olivier, 2018: 289). Ora, a memória que a correspondência de Pierre Paris preservou não se confunde totalmente com aquela que seus trabalhos impressos mostram. Embora fragmentária, a memória epistolar de Paris é certamente mais completa; ela permite apreender aspectos que é difícil, ou mesmo impossível, captar através da obra publicada apenas. Esses dois conjuntos de fontes são, portanto, fundamentalmente complementares. Retomemos a bela imagem de Lucien Febvre: o historiador-biógrafo encontra nessas cartas flores novas «para fabricar seu mel» (Febvre, 1953: 428).

Não retomaremos as possibilidades heurísticas oferecidas pelas correspondências. Elas já são bem conhecidas. Mais do que uma reflexão teórica, desejamos apresentar aqui um estado das coisas destinado a explicar o que se pode esperar encontrar neste corpus (que foi objeto de uma edição crítica no terceiro volume de nossa tese de doutorado), o que

está ausente, o que constitui o sucesso de nosso trabalho de coleta e quais são seus limites ou suas insuficiências (Reimond, 2021, vol. 3). De maneira mais ampla, trata-se também de recordar a forma como o concebemos, as escolhas que tivemos de fazer e de permitir, assim, ao leitor curioso apropriar-se desta ferramenta. Uma apresentação e um modo de uso, por assim dizer.

À procura de uma correspondência perdida. Sucesso e limites de uma coleta

A ideia de trabalhar sobre a correspondência de Pierre Paris acompanhou o nascimento de nosso projeto de pesquisa. Admitamos, entretanto, que não pensávamos ter que empreender o trabalho de longo fôlego que a preparação de nossa tese acabou por tornar necessário. As informações de que dispúnhamos nos haviam levado a renunciar à esperança de exumar uma quantidade volumosa de cartas dos arquivos franceses ou espanhóis. Os papéis pessoais do primeiro diretor da Casa de Velázquez, e, portanto, sua correspondência passiva, pareciam irremediavelmente perdidos. Instalado em Madri desde 1913 como diretor da Escola de Altos Estudos Hispânicos, Pierre Paris residia no Instituto Francês, no edifício – hoje desaparecido – construído por Albert Galeron e Daniel Zavala, na rua Marqués de la Ensenada. No outono de 1928, a conclusão da ala principal da Casa de Velázquez o levou a deixar o Instituto, cedido à Universidade de Toulouse, para se instalar no deslumbrante palácio de estilo Século de Ouro que a França construía ao noroeste de Madri. Seus papéis pessoais obviamente haviam se mudado com ele, e tudo leva a crer que o essencial desses arquivos ainda era conservado na Casa quando a morte surpreendeu Pierre Paris ali, em 20 de outubro de 1931 (Legendre, 1933: 164-166).

Nada indica que esses papéis mudaram então de localização, tanto mais que sua filha, Isabelle, um de seus filhos (René) e sua viúva, Eva Pradelles, permaneceram próximos ao local (Delaunay, 1994, cap. 6) [3]. Eles deveriam,

[3] Em suas memórias, André Paris indica: «Meu querido pai acabava de morrer, mal retornado a Madri, após sua estadia anual em Beyssac. [...] Mas eu não podia deixar de pensar em minha irmã Isabelle e em sua mãe, deixadas em uma situação que se anunciava crítica. Tudo acabou se resolvendo mais ou menos bem, minha irmã continuando seu serviço como Secretária da Casa Velázquez. Esta foi inteiramente destruída pelas operações da guerra civil. Mãe e filha transportaram seus pertences para uma casa alugada para esse fim. Felizmente, meu pai não viu a ruína de sua obra, que ele havia levado a bom termo, apesar das inúmeras dificuldades que encontrara pelo

portanto, ainda estar na Casa quando o edifício, cuja segunda inauguração, em 1935, acabara de celebrar a conclusão, encontrou-se no centro dos combates da batalha de Madri no outono de 1936. Tomada pelos insurgentes, a Casa, um ponto estratégico que oferecia uma excelente vista, foi submetida ao fogo da artilharia republicana: nos dias 19 e 20 de novembro, o palácio Século de Ouro de Pierre Paris era consumido pelas chamas. As fotografias datadas da guerra civil ou do imediato pós-guerra permitem medir a extensão dos danos, especialmente na ala que abrigava os apartamentos do diretor e a biblioteca. Durante mais de dez anos, o local permaneceu em ruínas antes que a França decidisse empreender a reconstrução do edifício. É evidente que os arquivos privados do primeiro diretor da Casa sofreram o mesmo destino que os da instituição que ele ajudou a fundar: a destruição. Assim, recordava Jean-Marc Delaunay: aqueles que se interessavam por essa história deveriam "colher nos campos de arquivos, mas o fogo ou o esquecimento já haviam devastado uma parte considerável" (Delaunay, 1994: 13). De fato — e sem que se saiba realmente por qual milagre — a Casa de Velázquez conserva hoje apenas alguns documentos relativos à primeira fase de sua história. Quanto à correspondência de Pierre Paris, trata-se de sete cartas assinadas por François Dumas, Jean-Auguste Brutails, Josep Pijoan e Manuel Cazurro y Ruiz. É preciso fazer o melhor da má situação[4]: seu conteúdo é interessante para o historiador da arqueologia, mas para uma carreira de quase sessenta anos, a colheita foi bem escassa.

Esse início um tanto desencorajador — pois foi nosso primeiro contato com os arquivos de Pierre Paris — logo tomou um rumo mais favorável. Uma informação que Pierre Rouillard nos transmitiu sobre a correspondência Paris-Heuzey preservada na Biblioteca do Instituto da França, assim como o pedido de ajuda que Jorge Maier Allende nos enviou, por intermédio de Laurent Callegarin, para transcrever as cartas Paris-Hübner que ele localizou na Staatsbibliothek de Berlim, nos mostraram que, se as cartas pessoais de Pierre Paris nos escapavam, tínhamos, em contrapartida, algumas chances de encontrar parte de sua correspondência ativa. Restava ainda localizá-las e poder acessá-las. Alguns trabalhos publicados (os de Jean-Marc Delaunay, Pierre Rouillard, Antonio Niño ou Trinidad Tortosa, por exemplo) mencionavam e citavam cartas preservadas em diversos acervos. Quanto a Jorge Maier Allende, ele foi o único a ter publicado

caminho» (Memórias, datilografado inédito de 203 páginas, acervo Paris-Philippe, s. c., Beyssac, 1975, cap. 24).

[4] N.T.: O autor, nesta passagem, utiliza-se da expressão "contre mauvaise fortune bon cœur". Ainda que não tenha uma tradução exata para o português, ela leva o sentido de manter a disposição diante de eventuais contratempos.

integralmente, no contexto da tese de doutorado que empreendeu, um conjunto de cartas inéditas, aquelas dirigidas a George E. Bonsor, figura essencial da arqueologia espanhola do final do século XIX e do primeiro quarto do século XX (Maier Allende, 1996; 1999). Durante os três anos de duração do contrato de doutorado que recebemos (2017-2020), grande parte de nossa energia, de nosso tempo e de nossos recursos foi dedicada à localização, catalogação e transcrição das cartas que conseguíamos reunir.

Houve, na abordagem implementada, muito empirismo. 1. Primeiro, tivemos que contatar as instituições das quais tínhamos certeza de que conservavam documentos relativos a Pierre Paris (Arquivos Nacionais da França, Arquivos Departamentais da Gironde, Biblioteca do Instituto da França, etc.). 2. As cartas exumadas mencionando novos correspondentes, foi necessário verificar se seus papéis eram preservados e acessíveis, sem sempre obter a informação desejada; ao mesmo tempo, as trocas que tivemos com vários responsáveis de arquivos muitas vezes nos conduziram a novas pistas. 3. Por outro lado, o trabalho paralelo que realizávamos sobre os trabalhos impressos de Pierre Paris nos sugeriu verificar se ele havia tido trocas epistolares com os principais estudiosos que mencionava. 4. Muitas informações também nos foram transmitidas por colegas que, em suas próprias pesquisas, encontraram documentos referentes a Pierre Paris (nós os citamos e agradecemos sistematicamente em nossa edição crítica). 5. O acaso às vezes foi generoso: por exemplo, a consulta das cartas enviadas a Maurice Barrès e preservadas pela Biblioteca Nacional da França — seu conteúdo revelou-se bastante decepcionante — permitiu-nos encontrar uma interessante carta escrita a Hippolyte Taine em 1882.

Não nos bastava, portanto, penetrar nas paredes de uma instituição que teria guardado cuidadosamente os papéis de Pierre Paris para encontrar nosso corpus de fontes já constituído. Foi necessário, ao contrário, realizar uma verdadeira caça aos arquivos. Em dois anos, exploramos mais de setenta acervos pertencentes a cerca de trinta instituições (figura 01). Com algumas exceções (Berlim, Viena, Roma e Nápoles), foi preciso ir ao local.

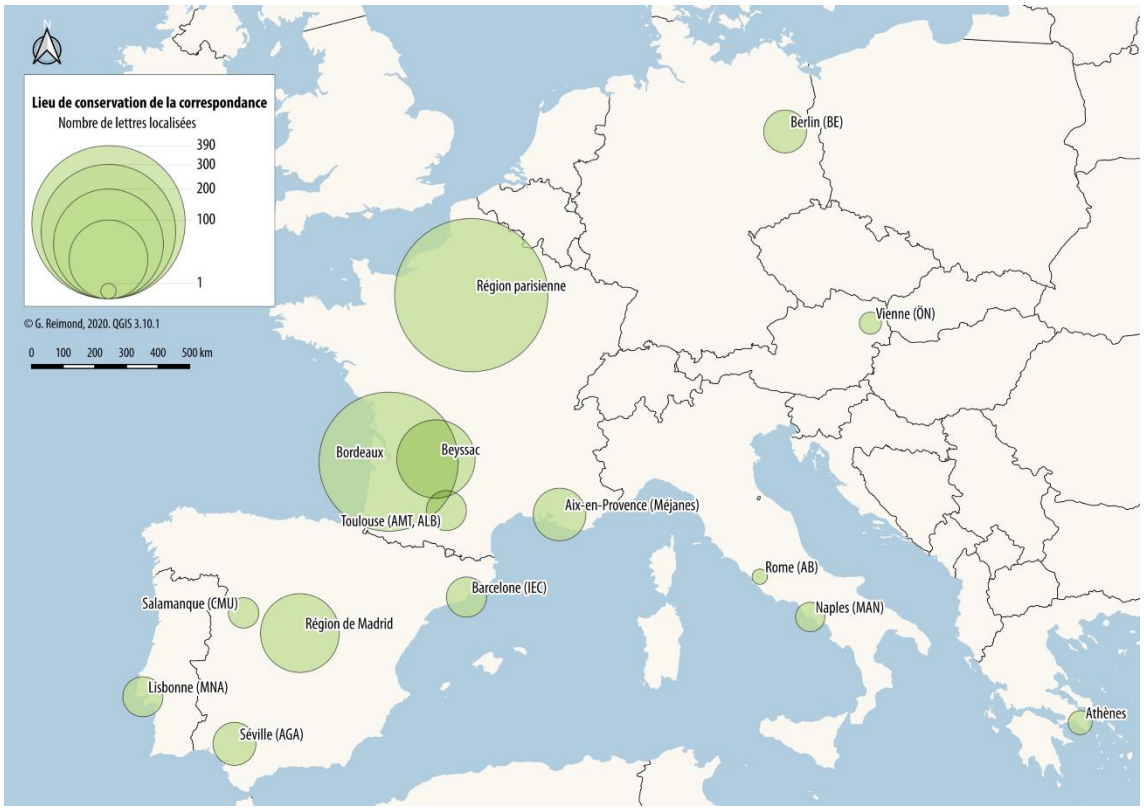


Figura 01: A correspondência localizada de Pierre Paris, uma une coleção internacional.

No final da primavera de 2018, os contatos estabelecidos com os descendentes de Pierre Paris, graças ao intermédio de Laurent Callegarin, então diretor de estudos na Casa de Velázquez, deram um novo fôlego ao nosso trabalho de coleta. Françoise e Raphaël Navarra-Conte nos receberam em Bordeaux, Élisabeth e Bernard Philippe no castelo de Beyssac. À correspondência ativa que havíamos reunido, acrescentou-se enfim um número considerável de cartas pertencentes à correspondência passiva de Pierre Paris, vestígios de seus arquivos pessoais. Recordamos que, a partir de 1913, o diretor da Escola de Altos Estudos Hispânicos residia na Espanha. Na realidade, ele passava ali apenas uma parte do ano: de julho a outubro, isto é, durante o longo período das férias de verão, ele fugia do calor sufocante madrileno e se instalava com sua família no castelo de Beyssac, próximo de Eyzies (Dordogne), que ele havia comprado no final do ano de 1904. Não havia, portanto, nada de surpreendente que alguns de seus papéis pessoais, e não apenas cartas, tivessem permanecido ali. Esse sucesso certo, no entanto, nos deixou um gosto amargo: o vivo interesse desses documentos, que representavam evidentemente apenas alguns fragmentos dos arquivos privados de Pierre Paris, deixava entrever, indiretamente, tudo o que havia sido perdido no incêndio e na destruição quase completa da Casa de Velázquez durante a guerra civil espanhola. Uma última boa surpresa nos aguardava no acervo antigo do Instituto Francês de Madri: ele também nos forneceu um certo número de cartas

dirigidas a Pierre Paris, presumivelmente confiadas à instituição por um de seus filhos, René Paris.

A coleta foi, portanto, internacional. O mapa da figura 01 destaca, no entanto, alguns centros principais: a região parisiense e Bordeaux, mas também Beyssac e Madri. Em termos de instituições, os desequilíbrios são igualmente marcantes (figura 02). Os Arquivos Departamentais da Gironde (onde foram depositados os arquivos do reitorado de Bordeaux) e a Biblioteca do Instituto da França nos forneceram um grande número de cartas (mais de duzentas cada). Isso não é surpreendente, já que Pierre Paris fez sua carreira na faculdade de letras de Bordeaux e sempre esteve muito ligado à Academia das Inscrições e Belas-Letras (a partir de 1882 como Ateniense — membro da Escola Francesa de Atenas —, a partir de 1897 por suas missões científicas, após 1920 como membro livre da companhia). Além dos arquivos privados, destacam-se também, de maneira bastante evidente, as cartas conservadas pelos Arquivos da Metrópole de Bordeaux, pelos Arquivos Nacionais de Pierrefitte e pelo Instituto Francês de Madri. Mais uma vez, a importância desses acervos reflete o que foi a trajetória de Pierre Paris: diretor da escola municipal de Belas-Artes e Artes Decorativas da capital girondina, funcionário da Instrução Pública, diretor da Escola de Altos Estudos Hispânicos, uma das duas seções do Instituto Francês de Madri antes de ser vinculada à Casa de Velázquez.

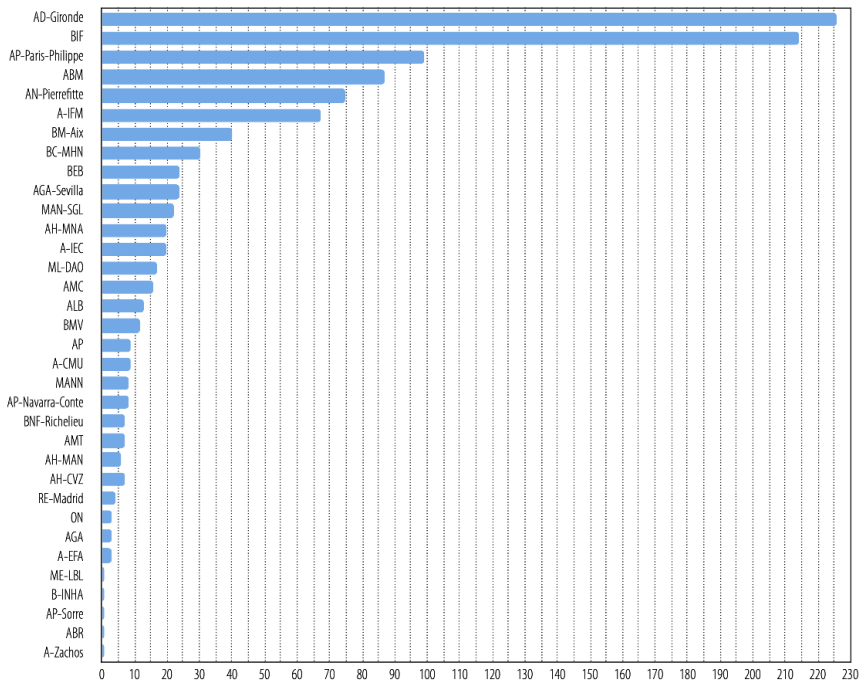


Figura 02: Distribuição das cartas do *corpus* em função do local de conservação.

Se o resultado ao qual chegamos não é desprezível, ele não deixa de ser imperfeito. O corpus reunido não pode ser considerado exaustivo e encerrado. É evidente que cartas nos escaparam, e só podemos esperar não ter passado ao largo de um acervo importante. Por outro lado, o trabalho de coleta, transcrição e edição foi extremamente demorado: foi necessário parar. Paramos sabendo da existência de cartas que não pudemos consultar. Trata-se, em particular, dos acervos depositados pela embaixada da França na Espanha e conservados no Centro de Arquivos Diplomáticos de Nantes. A falta de tempo, somada ao fato de que Jean-Marc Delaunay já havia explorado essas fontes enquanto preparava sua história da EHEH e da Casa de Velázquez, nos levou a renunciar a integrá-las ao nosso corpus. Além disso, os Arquivos da Metrópole de Bordeaux conservam, entre os acervos relativos à escola municipal de Belas-Artes e Artes Decorativas da cidade, uma cópia das cartas provenientes da direção da escola na época em que Pierre Paris era seu diretor (redigidas por ele ou pelo secretário-geral). Tratam-se de volumes encadernados contendo cópias carbono em papel fino, praticamente ilegíveis hoje. Infelizmente, fomos forçados a deixar esse acervo de lado, sem poder utilizá-lo.

Uma geografia epistolar multipolar

O trabalho de coleta que acabamos de descrever nos permitiu reunir 1.082 cartas escritas entre 1876 e 1931. A correspondência ativa domina: ela representa 815 cartas contra 267 para a correspondência passiva (figura 03). O corpus é suficientemente rico para permitir ilustrar as diferentes facetas que compõem a trajetória de Pierre Paris. Ele aparece ora como estudante de ensino médio, *normalien*[5], ateniense, professor, administrador, propagandista; como arqueólogo e historiador da arte, helenista e hispanista; ele é adolescente, depois adulto, torna-se um homem maduro e, em seguida, idoso; solteiro, o encontramos casado, pai de família, viúvo e depois recasado.

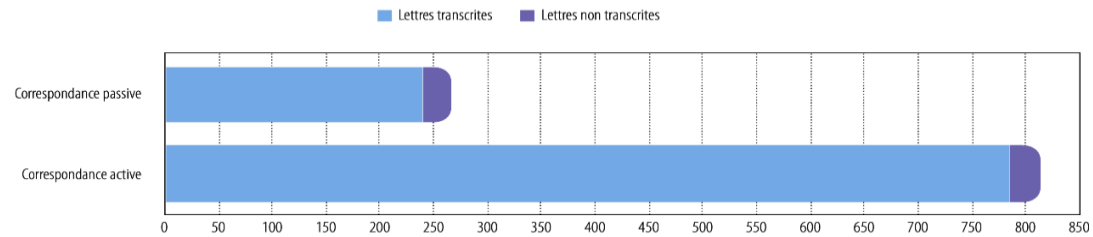


Figura 03: A correspondência de Pierre Paris: estrutura do *corpus* organizado

[5] N.T.: Termo usado para descrever os estudantes da *École Normale Supérieure*.

A temporalidade: seis momentos distintos

A riqueza do percurso de Pierre Paris é, no entanto, muito desigualmente documentada por sua correspondência. A distribuição cronológica anual das cartas reunidas confirma isso (figura 04); quanto à distribuição quinquenal que propomos (figura 05), ela tem apenas a utilidade de facilitar a leitura desses dados no conjunto. Sua representação destaca de forma muito clara diferentes momentos na trajetória de Pierre Paris, bem como as lacunas de nosso corpus referentes a essas sucessivas fases de vida, uma falta de informações que buscamos preencher recorrendo a outras fontes, institucionais na maioria das vezes.

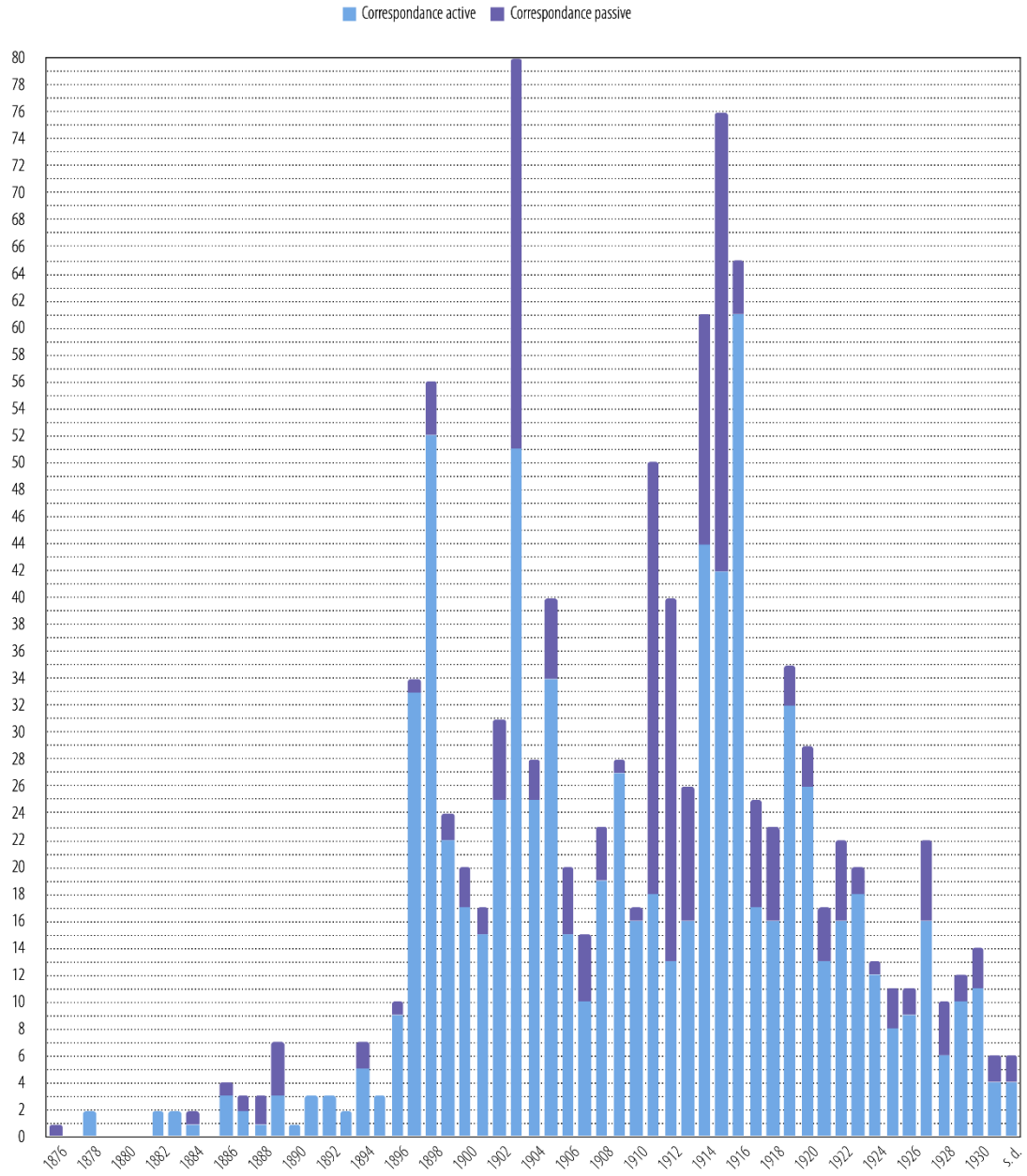


Figura 04: Distribuição anual das cartas do *corpus*.

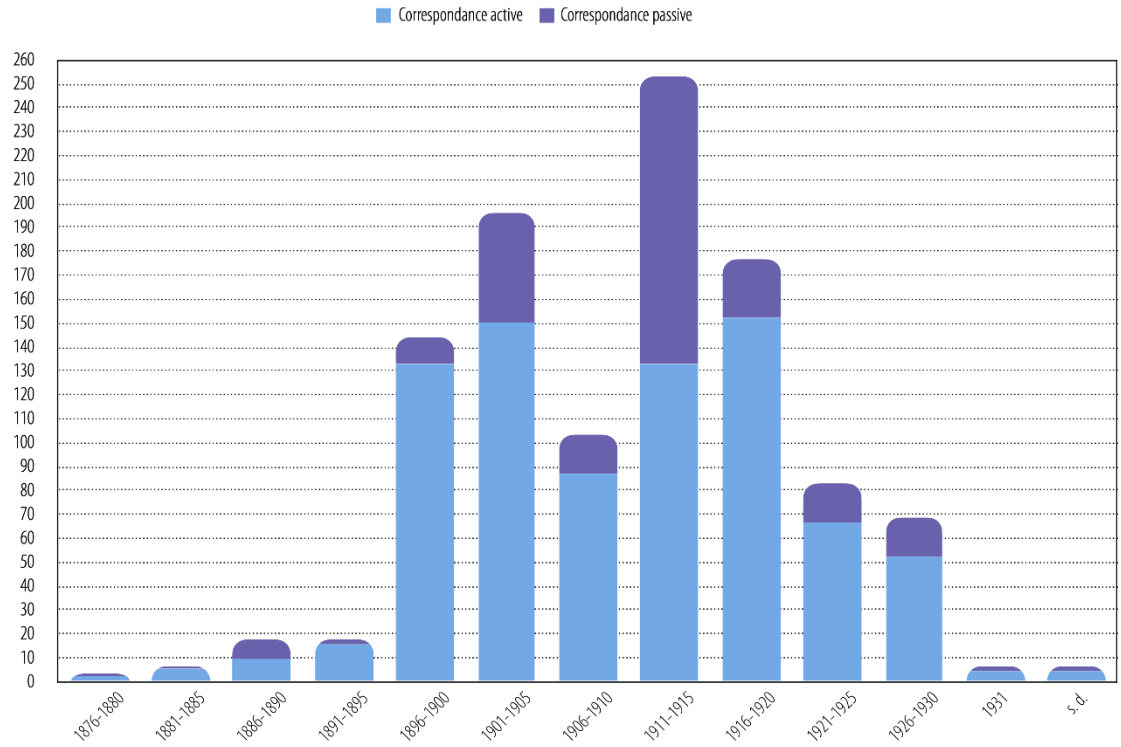


Figura 05: Distribuição quinquenal das cartas do *corpus*.

Seis sequências temporais podem ser identificadas. 1. Os anos de formação (1876-1885) infelizmente deixaram apenas raros testemunhos epistolares. 2. São mais numerosos para o período de 1885-1895, que corresponde à entrada de Pierre Paris na carreira universitária. É então que ele organiza o ensino de arqueologia e história da arte na faculdade de letras de Bordeaux. 3. Os anos de 1895-1905 estão, por outro lado, entre os mais bem documentados. Eles correspondem à época em que a estatura de Pierre Paris se amplia. Às suas funções universitárias soma-se a direção da escola municipal de Belas-Artes e Artes Decorativas de Bordeaux (1898); sobretudo, é o momento da guinada hispanista (1895), das primeiras viagens arqueológicas à Espanha (1896, 1897, 1898 e 1899), da compra da Dama de Elche para o museu do Louvre (1897), das escavações de Osuna (1903), Almedinilla (1904) e Elche (1905), uma conversão ao hispanismo arqueológico consagrada em 1903-1904 pela publicação em dois volumes do *Essai sur l'art et l'industrie de l'Espagne primitive*. 4. Após 1905 e até o início dos anos 1910, as cartas são novamente menos numerosas. Na carreira de Pierre Paris, esses anos parecem corresponder a uma calmaria. Ele colhe os frutos dos trabalhos iniciados desde a primeira viagem além-Pirinéus (1896), antes que a criação da Escola de Altos Estudos Hispânicos e do Instituto Francês de Madri (1909) venha dar novo impulso aos seus projetos. 5. Estes últimos inserem-se em uma dinâmica coletiva impulsionada por Bordeaux e Toulouse. Entre 1911 e 1920, as cartas

conservadas são bem mais numerosas. Esse período marca uma nova etapa para Pierre Paris. Os projetos se multiplicam e são dos mais variados. Troca-se muito sobre a construção do edifício em Madri para abrigar as duas seções do Instituto Francês (1911-1913); é necessário dar vida à jovem EHEH, recrutando e orientando membros; também é o momento em que o arqueólogo retoma o trabalho de campo e organiza a escavação da cidade hispano-romana de Baelo Claudia (1914-1917); durante a Primeira Guerra Mundial, grande parte da energia do diretor da Escola é dedicada à propaganda francesa na Espanha; finalmente, durante os anos 1916-1920, toma forma o último grande projeto de Pierre Paris: construir uma "Villa Velázquez" que logo se tornará a Casa de Velázquez. 6. A partir de 1920, as cartas são novamente menos numerosas, e a tendência é de declínio. Tal como nos anos 1905-1910, isso parece sugerir que os novos projetos são menos numerosos: impulsionado pela dinâmica virtuosa iniciada no período anterior, Pierre Paris dedica os últimos anos de sua vida a concretizar os projetos iniciados na época da Grande Guerra.

No plano quantitativo, as cartas conservadas correspondem, portanto, razoavelmente bem à temporalidade da trajetória de Paris. De modo geral, os períodos de intensa atividade são aqueles para os quais as missivas são mais numerosas. No entanto, há exceções importantes. Elas se explicam em parte, mas apenas em parte, pela história conturbada das instituições que conservam esses acervos. É evidente que o período de 1916-1931 está subdocumentado, e de forma considerável, devido ao desaparecimento dos arquivos da Casa de Velázquez. A observação também é válida para os anos anteriores a 1895. Gostaríamos de ter encontrado mais cartas escritas pelo pensionista da Escola Francesa de Atenas, pelo jovem universitário de Bordeaux ou pelo estudioso que começava a direcionar seu olhar ao sul dos Pirineus antes de se engajar na guinada hispanista.

Situações de enunciação múltiplas

Levantar a questão da situação de enunciação das cartas do corpus (quem se dirige a quem?), em outras palavras, tentar classificar os interlocutores de Pierre Paris em uma categoria precisa, não é tarefa fácil (figuras 06 e 07). Seja o autor da missiva ou seu destinatário, muitos podem se enquadrar em vários grupos de correspondentes. A síntese a que chegamos é, portanto, antes de tudo indicativa, especialmente no que diz respeito ao gráfico da figura 07.

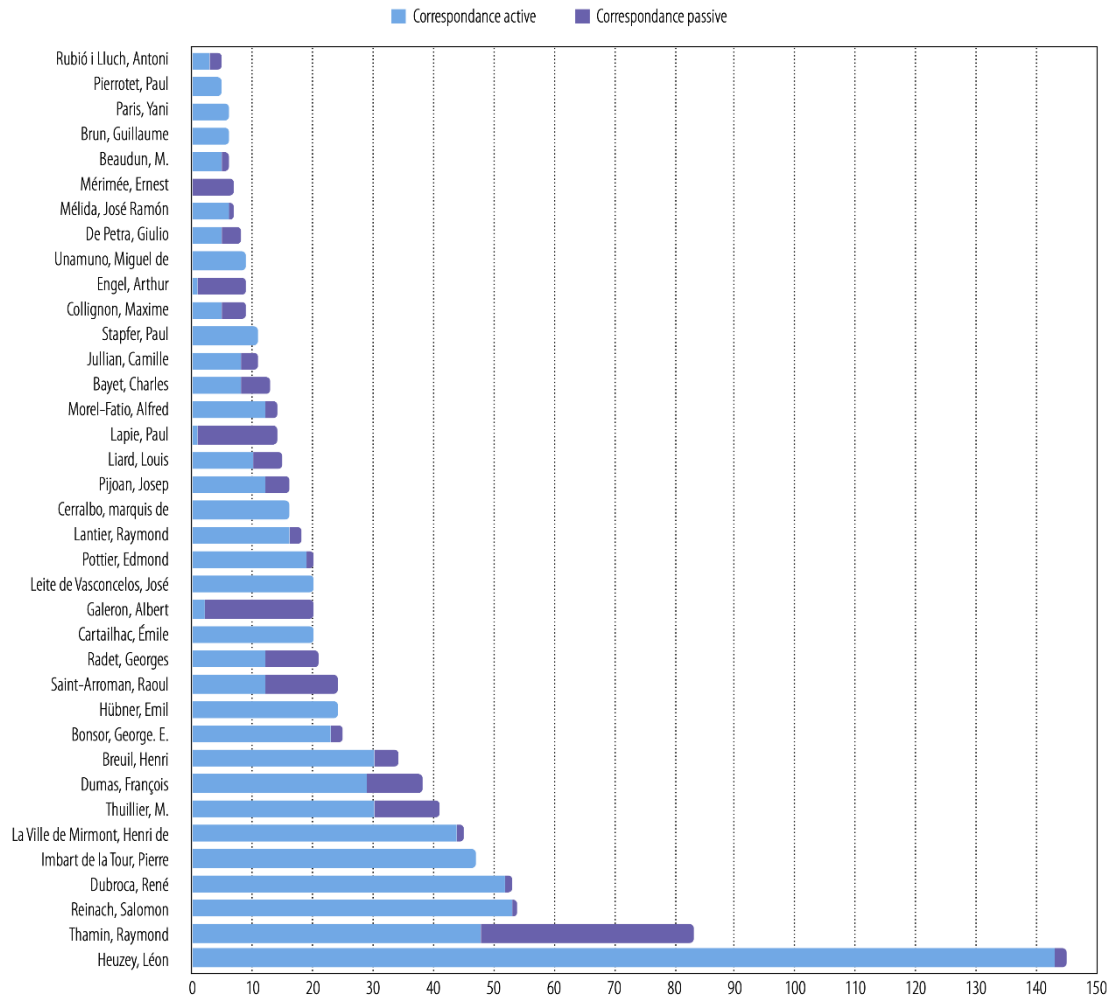


Figura 06: Os principais correspondentes de Pierre Paris (cinco cartas ou mais).

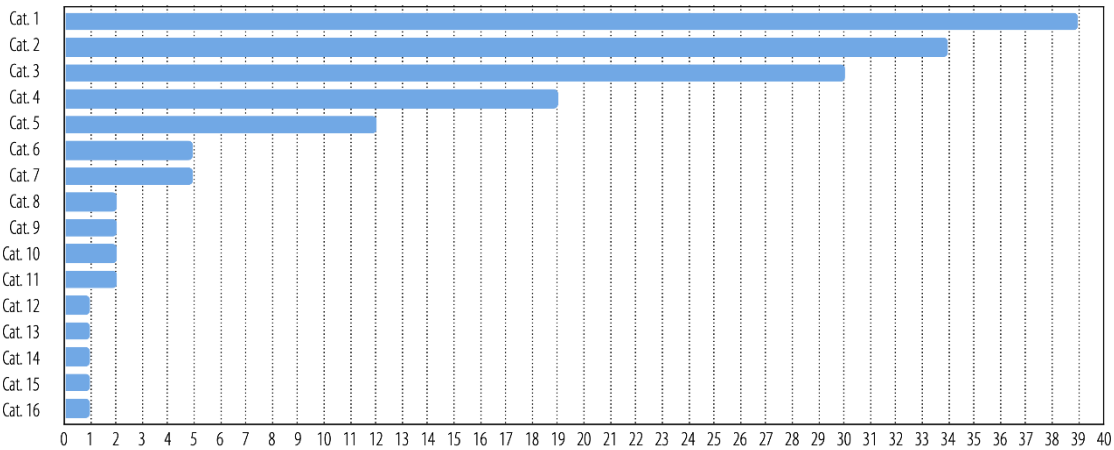


Figura 07: Os correspondentes de Pierre Paris, um ensaio de categorização. Categorias: 1. Arqueólogos, antiquistas e historiadores da arte; 2. Meios universitário, acadêmico e intelectuais (inclusive reitores); 3. Eruditos e notáveis lcoais; 4. Funcionários e altos funcionários da Instruction Publique et des Beaux-Arts (inclusive reitores); 5. Alunos; 6. Personalidades políticas; 7. Membros da família; 8. Personalidades da comunidade

francesa de Madri; 9. Gráficos e editores; 10. Diplomatas; 11. Arquitetos; 12. Músicos; 13. Militares; 14. Médicos; 15. Empreiteiros; 16. Outros funcionários.

Os meios universitários e acadêmicos estão particularmente bem representados, especialmente porque os correspondentes da categoria 1, que nos pareceu interessante distinguir (arqueólogos, antiquistas e historiadores da arte), também pertencem à categoria 2 (meios universitários, acadêmicos e intelectuais), embora isso não seja sistemático (pensemos em Arthur Engel, por exemplo). De qualquer forma, o peso das elites e dos meios que poderiam ser qualificados como oficiais é predominante. O destinatário das cartas de nosso corpus é frequentemente um colega e par (francês ou estrangeiro), um superior, um amigo — por vezes muito próximo — ou, ao contrário, um interlocutor que não é muito estimado, mas com quem é necessário lidar, ou ainda uma simples conhecida. Naturalmente, o tom e o conteúdo desses textos variam de acordo com o tipo de relação e o grau de intimidade que unia Pierre Paris ao seu correspondente. Mas, mais uma vez, toda tentativa de classificação e mensuração é discutível, se não impossível. Basta, para se convencer, ler as cartas dirigidas a Georges Radet ou Raymond Thamin. Ambos foram ao mesmo tempo amigos próximos de Pierre Paris (desde a ENS[6]), seus colegas (na universidade de Bordeaux) e seus superiores hierárquicos (o primeiro foi decano da faculdade de letras, o segundo reitor da academia de Bordeaux). A complexidade da natureza dos vínculos que uniam dois interlocutores às vezes dava origem a uma verdadeira esquizofrenia relacional, da qual os principais envolvidos tinham consciência e sobre a qual às vezes brincavam. Em 6 de junho de 1922, Pierre Paris iniciava sua carta a Raymond Thamin com estas palavras: «Senhor Reitor e Ilustre Confrade (como eu escreveria ao teu nobre colega Carracido)»[7]; em 1º de novembro de 1911, Paul Lapie, ex-colega de Bordeaux, agora reitor da academia de Toulouse, advertia Pierre Paris: «Meu caro amigo, (na próxima vez que me chamar de reitor, eu lhe responderei: caro Diretor)»[8].

A grande diversidade das situações de enunciação é fonte de riqueza. Seja o tom da missiva oficial ou da carta familiar, seja Pierre Paris buscando se colocar em cena ou se confessar, propondo ou solicitando, atacando ou se defendendo, essas cartas revelam muito sobre sua postura e seu caráter: transbordante de energia, empreendedor, combativo e sem recuar diante de nenhuma dificuldade; enfrentando a adversidade, por vezes abatido, raramente desencorajado, nunca derrotista; ele aparece ora como um

[6] N.T.: *École Normale Supérieure*.
[7] Arquivos Departamentais da Gironda, Bordeaux, 1449 W 43.
[8] Arquivos do Instituto Francês da Espanha, Madri, s. c.

discípulo respeitoso, às vezes quase bajulador, ora como um guia para seus alunos — mais que um mestre ou líder de escola —; dotado de uma personalidade benevolente e conciliadora, é geralmente moderado em suas posições e demonstra grande capacidade de adaptação, mas pode também se mostrar belicoso quando considera necessário; ambicioso e ao mesmo tempo modesto, está sempre atento às oportunidades.

Os espaços da correspondência de Pierre Paris

A múltiplos correspondentes corresponde uma grande diversidade de lugares. A produção de uma cartografia epistolar nos permitiu tornar visíveis as principais características da geografia de Pierre Paris. Esses mapas permitem capturar, de uma só vez, os lugares onde se ancoram sua prática científica. Ela é, primeiramente, transnacional, de um viajante, de um expatriado que nunca hesitou em cruzar as fronteiras hexagonais para melhor ali retornar. Os locais de envio de sua correspondência ativa (figura 08) destacam quatro espaços privilegiados por Pierre Paris. Primeiro, a pequena pátria, Bordeaux e sua região, assim como o refúgio que o castelo de Beyssac representava para ele, sinais de seu enraizamento meridional. Em seguida, Madri, a cidade de eleição onde residiu durante o ano universitário a partir de 1913, capital da nação amiga com a qual trabalhou na construção de uma "entente intelectual" franco-espanhola e que, em retorno, lhe permitiu consolidar sua estatura científica internacional. Por fim, dois centros secundários refletem a atividade do arqueólogo-hispanista em campo: o sudeste da Península Ibérica (sobretudo entre 1896 e 1905) e a Andaluzia (a partir de 1903, em particular com Osuna, Almedinilla e Baelo Claudia).

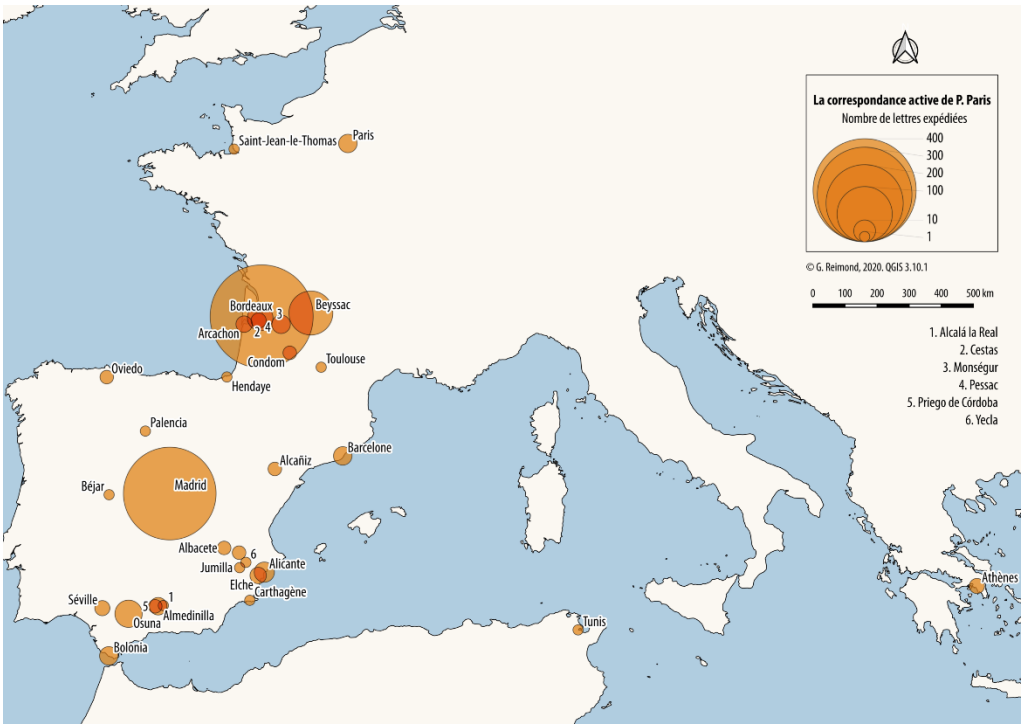


Figura 08: Cartografar a correspondência de Pierre Paris: a correspondência ativa.

A cartografia da correspondência passiva confirma esse quadro e permite completá-lo (figura 09). A diversidade dos locais de envio das cartas que Pierre Paris recebeu é, por vezes, enganosa e atenua o peso de certos centros: as cartas enviadas de Cavalaire, Bagnères-de-Bigorre e Val André, por exemplo, devem-se respectivamente a Georges Radet, Raymond Thamin e Paul Lapie; o primeiro é professor e decano da faculdade de letras de Bordeaux, o segundo é reitor da academia de Bordeaux, e o último é reitor da academia de Toulouse. O mapa revela, assim, com bastante clareza quatro centros. A Bordeaux e Madri somam-se Toulouse, sede da universidade parceira na aventura espanhola (a "maldita associação"[9]), e sobretudo Paris. Na França da virada dos séculos XIX e XX, das "anos elétricos" (Prochasson, 1991), embora o dinamismo e o espírito empreendedor das universidades que as reformas terciárias republicanas promovem nas províncias sejam reais (as realizações de Bordeaux e Toulouse na Espanha são testemunho disso), a capital francesa permanece um centro universitário, científico e intelectual de destaque. A correspondência de Pierre Paris ilustra essa polaridade; os laços são particularmente estreitos com o Instituto da França, uma relação antiga que culmina com sua eleição, em 1920 e na terceira tentativa, como membro livre da Academia de Inscrições e Belas-Letras. A corporação é, ademais,

[9] Arquivos Departamentais da Gironda, Bordeaux, 1449 W 43, carta de P. Paris a R. Thamin, 7 de fevereiro de 1914.

um parceiro privilegiado no contexto da criação da Casa de Velázquez (Academia de Belas-Artes).

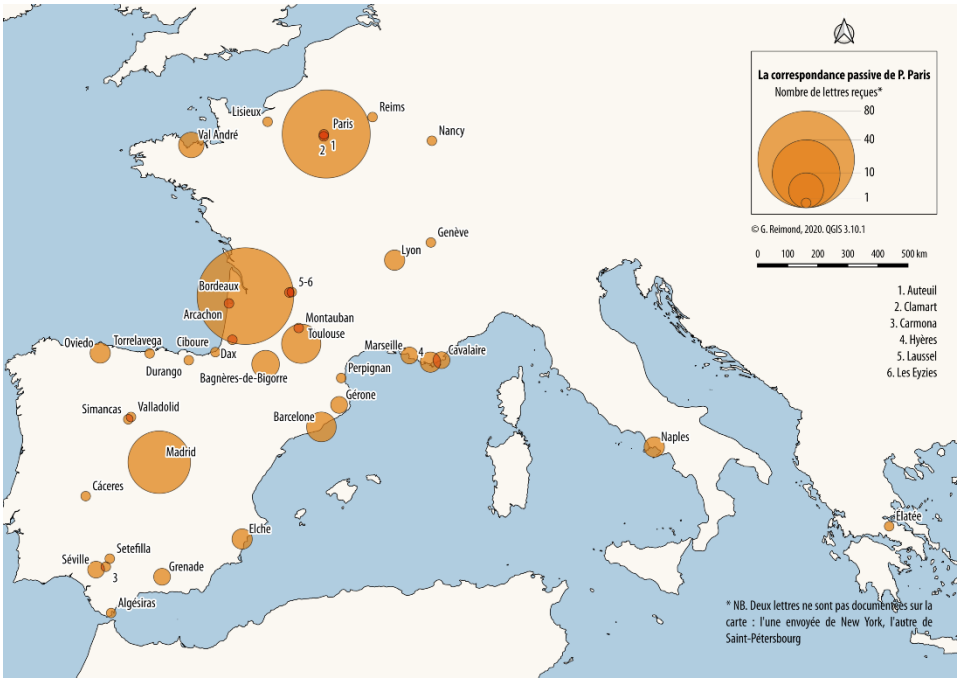


Figura 09: Cartografar a correspondência de Pierre Paris: a correspondência passiva.

Uma rede egocentrada

O conteúdo das cartas que transcrevemos e a representação gráfica e cartográfica da estrutura do corpus reunido permitem, assim, delinear os contornos de uma geografia de Pierre Paris. Esse conjunto de informações mostra que Pierre Paris não tinha nada de um estudioso solitário. Sua prática e seus projetos inseriam-se em redes de solidariedade e ajuda mútua complexas. Da mesma forma, as fontes que essas missivas constituem convidam a superar o que Michela Passini chama de "mitologias dos 'pioneiros'" e a ideia de uma "unicidade de sua prática, da primazia de suas intuições", tantas imagens enganosas frequentemente associadas a personalidades como a de Pierre Paris (Passini, 2017: 8). As correspondências, pelo contrário, lembram que suas ações se inscreviam em um contexto fundamentalmente coletivo, marcado por um compartilhamento de conhecimento e de referências que permitiram que sua obra tomasse forma. Elas estiveram no coração de dinâmicas de troca que envolviam sempre a formação de uma comunidade que remetia tanto ao "círculo quanto à linhagem" (Jacob, 2007: 125-133).

Desde então, o corpus reunido nos convidava a iniciar uma reflexão relativa à inserção de Pierre Paris em redes acadêmicas transnacionais. O

uso que fazemos dessa noção é metafórico. No estado atual, a correspondência de Pierre Paris permite reconstruir apenas parcialmente, e de forma certamente muito fragmentária, uma rede egocentrada. Ela delineia uma rede pessoal em estrela ao redor do indivíduo Pierre Paris, em contato com numerosos atores pertencentes a diferentes meios e ambientes. Podemos, assim, medir o capital social e relacional de que ele dispunha, sem negligenciar a perspectiva diacrônica, já que esse capital varia conforme o momento considerado. Em muitos casos, as cartas mostram que ele era capaz de fazer a ligação entre várias redes ou vários clãs. Pierre Paris estava, portanto, em uma posição de intermediação.

Por ora, é difícil avançar mais profundamente na investigação sobre esse ponto. As ferramentas que construímos não permitem — ou apenas de maneira muito pouco satisfatória — estudar as relações complexas que uniam, independentemente de Pierre Paris, os diferentes membros de sua rede. Nosso trabalho não é suficientemente completo, nem suficientemente finalizado para que se possa empreender uma verdadeira análise estrutural de rede. No entanto, a documentação que reunimos contém informações que já permitem ir além do nível de estrela. De fato, muitas cartas, por vezes até as mais triviais, mencionam um contato entre duas ou mais pessoas. Esboçar o estudo de uma rede mais completa seria, portanto, possível, desde que se continue o enriquecimento do corpus que reunimos e, sobretudo, se dote este de ferramentas digitais pertinentes. Não tínhamos nem o tempo nem as competências técnicas necessárias para iniciar tal investigação no âmbito de nossa tese de doutorado. Em contrapartida, esta poderia ser o ponto de partida de uma pesquisa mais ambiciosa, que se inscreveria necessariamente em um quadro coletivo, sobre as redes do hispanismo arqueológico. A longo prazo, seria desejável que ela culminasse na análise de todas as redes do hispanismo francês no século XX.

Resta que a noção, mesmo tomada em seu sentido metafórico, nos pareceu interessante no contexto de uma pesquisa visando escrever uma biografia intelectual de Pierre Paris. Ela convidava a devolver toda a sua posição ao indivíduo, de forma dinâmica e diacrônica.

Editar a correspondência de Pierre Paris: uma seleção de cartas

Ao decidir reunir o material apresentado na versão de defesa de nossa tese, desejamos oferecer uma ferramenta o mais útil possível à comunidade científica. Trata-se tanto de tornar acessível um conjunto de fontes nas

quais nos baseamos para conduzir nossa própria pesquisa, quanto de permitir que outros possam se imergir neste corpus para aprofundar, corrigir ou prolongar os temas que tratamos, ou simplesmente abordamos, em uma perspectiva de pesquisa reprodutível.

De um ponto de vista mais pessoal, o exercício ao qual nos dedicamos permitiu-nos tratar um material disperso e apropriar-nos dele. Desde o início, a elaboração de um catálogo nos pareceu insuficiente. A grande dispersão geográfica desses documentos, que formam, contudo, um todo coerente, tornava ainda mais necessário o trabalho de agrupamento e, portanto, de transcrição.

Assim, o leitor encontrará na versão de defesa dois conjuntos complementares: por um lado, um catálogo completo da correspondência que localizamos — versão simplificada, sob a forma de uma tabela, do banco de dados que construímos no Excel —; em seguida, uma edição do essencial desse corpus, já que apenas 57 cartas de 1.082 não foram transcritas (figura 03). Agrupadas por dossiês de correspondentes, elas são acompanhadas de um aparato crítico baseado em outras fontes, especialmente arquivísticas; na medida do possível, tentamos estabelecer conexões entre as cartas dos diferentes dossiês por meio de referências em notas de rodapé.

O catálogo: dois suportes

Incluir numa versão impressa a íntegra do banco de dados que elaboramos teria resultado em uma tabela praticamente ilegível e difícil de usar, mesmo em formato PDF. Pareceu-nos mais pertinente fornecer uma versão sintética destinada principalmente a recuperar a referência completa que permite localizar as cartas que citamos em nossa tese na forma abreviada "cat. Nome dia-mês-ano", a fim de simplificar as notas de rodapé. Naturalmente, o catálogo referência todo o conjunto da correspondência ativa e passiva que conseguimos localizar, quer as cartas tenham sido transcritas ou não. Telegramas, cartões-postais e cartões de visita foram incluídos, mesmo quando seu conteúdo parecia *a priori* pouco útil para nosso propósito. Alguns desses documentos, aliás, revelaram-se valiosos ao permitir restituir a data ou o local de envio de outras cartas de nosso corpus. Cada linha da tabela corresponde a uma missiva; elas estão organizadas cronologicamente, da mais antiga à mais recente. Nas colunas, encontram-se as seguintes informações: data, tipo (carta, cartão-carta, telegrama, cartão de visita, cartão-postal), remetente, local de envio

(colchetes indicam uma restituição de nossa parte, incerta quando o topônimo é seguido de um ponto de interrogação), destinatário, local de conservação, acervo, cota, edição crítica disponível ou não.

As mesmas informações constam no banco de dados Excel. Ele oferece a vantagem de permitir uma consulta multicritério do arquivo, especialmente usando as funções "Classificar e Filtrar" e "Localizar e Substituir". Ele é concebido com a mesma lógica da tabela de síntese, mas contém mais informações (em particular, a transcrição das cartas ou palavras-chave que permitem realizar pesquisas em texto completo).

Transcrição e edição crítica de uma seleção de cartas

Quanto à apresentação e organização das cartas transcritas, a questão da lógica a seguir logo se colocou. Uma classificação temática era delicada de implementar, pois uma mesma carta geralmente evoca vários assuntos. Uma apresentação por acervo nos pareceu pouco pertinente. Em muitos casos, cartas dirigidas a um mesmo correspondente ou provenientes dele estão hoje dispersas em vários acervos e conservadas entre diferentes instituições, indicando, aliás, que certas missivas circulavam entre vários correspondentes: as cartas que Pierre Paris escreveu a Edmond Pottier para anunciar a descoberta da Dama de Elche, em agosto de 1897, foram transmitidas por este a Léon Heuzey, que as preservou; outras, dirigidas a Charles-Marie Widor e relativas ao projeto da Casa de Velázquez, foram comunicadas por seu destinatário a Pierre Imbart de la Tour, etc. Assim, nos pareceu mais sensato agrupá-las e optar por uma apresentação em forma de dossiês individuais de correspondentes classificados em ordem alfabética. Dentro de cada um, as cartas seguem uma ordem cronológica, da mais antiga à mais recente. Essa organização apresenta a vantagem de ser altamente flexível: é muito fácil enriquecer cada dossiê, ou até criar novos, se necessário. A ferramenta pretende, portanto, ser evolutiva.

Cada um desses dossiês é apresentado em uma breve ficha que fornece as informações que nos pareceram mais importantes: número total de cartas transcritas (distinguindo, quando necessário, o número de cartas não transcritas), o número de cartas pertencentes à correspondência ativa/passiva, a amplitude cronológica do corpus, a língua principal, e, por fim, informações biográficas e bibliográficas relativas ao interlocutor de Pierre Paris. A partir de dez cartas, adicionamos um gráfico que permite visualizar a distribuição do corpus na carreira de Pierre Paris.

Em alguns casos, acrescentamos, após a transcrição das cartas, uma seção "Documentos anexos". Nela, encontram-se as figuras, que geralmente consistem em fotografias e esboços anexados a uma ou mais cartas. Sua numeração é contínua ao longo do volume.

Todos os correspondentes puderam ser identificados, exceto um (dossiê "N. id.") para o qual conhecemos apenas sua função (conselheiro na prefeitura da Gironda). Contudo, em alguns casos tivemos que fazer escolhas ao atribuir um destinatário ou autor a certos documentos. O que fazer, por exemplo, no caso de uma carta dirigida ao ministro da Instrução Pública e Belas-Artes, mas que, na realidade, passava — e permanecia — nas mãos do diretor do Ensino Superior ou do diretor das Belas-Artes? Nos pareceu pouco pertinente reservar uma entrada para um ministro que era apenas um destinatário virtual. Além disso, isso teria levado a dispersar cartas que deveriam figurar no mesmo dossiê de correspondente. Sempre que esse caso se apresentou, atribuímos a carta àquele que nos parecia ser seu verdadeiro destinatário (uma nota esclarece isso). Isso também ocorre com algumas missivas que Pierre Paris dirigiu, como diretor da escola municipal de Belas-Artes e Artes Decorativas, ao prefeito de Bordeaux; salvo exceção, elas eram tratadas pelo adjunto do prefeito encarregado da Instrução Pública e Belas-Artes (exceto por um curto período, trata-se, em princípio, de seu amigo e colega, Henri de La Ville de Mirmont). Outro exemplo, no caso da correspondência ligada à Sociedade Arqueológica de Bordeaux, que Pierre Paris presidiu no ano de 1903, nem sempre foi fácil saber se as cartas eram dirigidas ao presidente (o cargo era anual) ou ao secretário da instituição (o abade Guillaume Brun). Quando nenhum elemento nos permitia decidir, optamos por incluir o documento em nosso corpus, especificando as incertezas que permaneciam quanto ao seu verdadeiro destinatário.

Além do fato de que não pudemos consultar algumas cartas cuja existência conhecíamos, nem todas as cartas que reunimos foram transcritas (são uma minoria: 57 de 1.082). O volume ao qual chegamos é, portanto, apenas uma seleção de cartas, embora seja bastante copiosa.

A decisão de não transcrever algumas missivas foi baseada em dois critérios. Primeiro, o critério do tempo, embora, na realidade, ele não tenha sido determinante. Em nossa perspectiva, o conteúdo dos documentos excluídos não apresentava interesse direto, o que não significa que eles sejam desprovidos de interesse em outro contexto e para outro pesquisador. Trata-se essencialmente de cartas isoladas, muito curtas, que forneceram apenas informações muito escassas. Muitas estão relacionadas

à direção da Sociedade Arqueológica de Bordeaux, liderada por Pierre Paris em 1903. Apresentar seu autor (são frequentemente cartas pertencentes à correspondência passiva) e transcrever as poucas linhas de seu conteúdo teria alongado significativamente (em mais de cem páginas) e expandido desnecessariamente um volume já bastante extenso. Algumas foram transcritas antes de se decidir deixá-las de lado.

Epílogo

Uma seleção de cartas da correspondência de Pierre Paris, acompanhadas de chaves de leitura que permitem acessar um corpus ao mesmo tempo rico e eminentemente fragmentário, foi o objetivo que perseguimos. Como em muitas outras correspondências acadêmicas,

> Tudo aqui é uma questão de reflexividade. Reflexividade de estudiosos do passado sobre o trabalho intelectual cotidiano, sobre os balanços e os projetos, sobre os métodos e as fontes, mas também sobre seu status e posição no campo intelectual e social, sobre o exercício de uma profissão em sua rotina como em suas viradas imprevistas; reflexividade dos estudiosos de hoje sobre a história de sua disciplina e, através do espelho historiográfico, sobre sua própria prática de pesquisadores, sobre o status da evidência e da interpretação, da prova e da intuição, sobre a genealogia do saber, em seus êxitos como em seus desvios e impasses (Jacob, 2008: 7).

Precisemos, contudo, que essa memória epistolar não constitui, propriamente falando, a correspondência científica de Pierre Paris. Algumas cartas pertencem à esfera familiar e tocam o domínio do íntimo. No entanto, não hesitamos em integrá-las. Elas são um testemunho precioso que ajuda a captar melhor o estudioso através do homem.

Embora tenhamos dado um lugar central em nossa tese ao corpus mencionado, é evidente que outros historiadores poderiam tirar proveito desse material. Assim, numa perspectiva de *pesquisa reprodutível*, seria desejável torná-lo acessível ao maior número possível de pessoas. Sob esse ponto de vista, uma publicação impressa não nos parece muito pertinente. Considerando os recursos oferecidos pela ferramenta informática (em particular no que se refere à consulta interna do conteúdo), uma edição eletrônica seria sem dúvida mais apropriada.

Referências bibliográficas

DELAUNAY, Jean-Marc. *Des palais en Espagne. L'École des hautes études hispaniques et la Casa de Velázquez au cœur des relations franco-espagnoles du XXe siècle (1898-1979)*. Madrid: Casa de Velázquez, 1994.

FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. 1re éd. Paris: Armand Colin, 1953.

JACOB, Christian (éd.). *Lieux de savoir. Espaces et communautés*. Paris: Albin Michel, 2007.

JACOB, Christian. Le miroir des correspondances. In: BONNET, Corinne; KRINGS, Véronique (éd.). *S'écrire et écrire sur l'Antiquité. L'apport des correspondances à l'histoire des travaux scientifiques*. Grenoble: Éditions Jérôme Million, 2008: 7-17.

LEGENDRE, Maurice. Souvenirs sur Pierre Paris. L'homme, le fondateur. *Bulletin hispanique*. Bordeaux: université Michel de Montaigne, 35, 2, 1933: 155-167.

MAIER ALLENDE, Jorge. En torno a la génesis de la arqueología protohistórica en España: correspondencia entre Pierre Paris y Jorge Bonsor. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Madrid: Casa de Velázquez, 32, 1, 1996: 1-34.

MAIER ALLENDE, Jorge. *Epistolario de Jorge Bonsor (1886-1930)*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1999.

NIÑO RODRÍGUEZ, Antonio. *Cultura y diplomacia. Los hispanistas franceses y España (1875-1931)*. Madrid: CSIC, Casa de Velázquez, Société des hispanistes français, 1988.

OLIVIER, Laurent. *Le pays des Celtes. Mémoires de la Gaule*. Paris: Seuil, 2018.

PASSINI, Michela. *L'œil et l'archive. Une histoire de l'histoire de l'art*. Paris: La Découverte, 2017.

PROCHASSON, Christophe. *Les années électriques (1880-1910)*. Paris: Éditions La Découverte, 1991.

REIMOND, Grégory. Historia de la arqueología y biografía intelectual, o la mirada (in)discreta del historiador-voyeur. *Anabases. Traditions et réceptions de l'Antiquité*. Toulouse: université Toulouse – Jean Jaurès, 31, 2020: 210-220.

REIMOND, Grégory. «*L'Ibérie s'illuminant des reflets radieux de l'Hellas*». *Pierre Paris (1859-1931), un passeur de frontières entre hellénisme et hispanisme*, PhD thesis, histoire, TESC, PLH-ERASME, université de Toulouse – Jean Jaurès, 3 vol., 2021.

REIMOND, Grégory. *Pierre Paris (1859-1931). Les racines grecques de l'hispanisme français*. Madrid: Casa de Velázquez, 2 vol., sous presse.

ROUILLARD, Pierre. Paris, Pierre. In: SÉNÉCHAL, Philippe; BARBILLON, Claire (éd.). *Dictionnaire critique des historiens de l'art actifs en France de la Révolution à la Première Guerre mondiale*. Paris: INHA, 2009 (dernière actualisation), en ligne sur. Disponível em: <https://www.inha.fr/fr/ressources/publications/publications-numeriques/dictionnaire-critique-des-historiens-de-l-art/paris-pierre.html>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Reçu le 31 Juillet 2024 | Accepté le 27 septembre 2024

LA CORRESPONDANCE DE PIERRE PARIS (1859-1931): ETAT DES LIEUX D'UNE ENQUETE

Grégory Reimond[1]

Résumé

La thèse que nous avons soutenue en novembre 2021, et dont la publication est en cours, a consisté en une biographie intellectuelle de l'archéologue et historien de l'art Pierre Paris. Nos recherches nous ont notamment permis de rassembler un certain nombre de documents épistolaires, un choix de 1 082 lettres écrites entre 1876 et 1931. Pour l'essentiel, il s'agit des lambeaux de la correspondance active de Pierre Paris dont nous proposons une édition critique dans le volume 3 de notre thèse. C'est aux caractéristiques de ce corpus, lequel ne sera pas publié dans le livre que nous préparons, que nous consacrerons cet article. Nous nous efforcerons de souligner sa richesse et ses limites, tout en montrant qu'il serait souhaitable, à moyen terme, de le rendre accessible grâce à une publication en ligne.

Mots clés

Archéologie; hispanisme; histoire culturelle; biographie intellectuelle; Casa de Velázquez.

[1] Docteur en Histoire – Université Toulouse - Jean Jaurès, Toulouse, France. PLH-ERASME. E-mail: gregoryreimond@icloud.com

Resumo

A tese que defendemos em novembro de 2021, cuja publicação está em andamento, consistiu em uma biografia intelectual do arqueólogo e historiador da arte Pierre Paris. Nossas pesquisas nos permitiram notadamente reunir um certo número de documentos epistolares, uma seleção de 1.082 cartas escritas entre 1876 e 1931. Essencialmente, trata-se dos fragmentos da correspondência ativa de Pierre Paris, dos quais propomos uma edição crítica no volume 3 de nossa tese. É às características desse corpus, que não será publicado no livro que estamos preparando, que dedicaremos este artigo. Esforçar-nos-emos em destacar sua riqueza e seus limites, ao mesmo tempo mostrando que seria desejável, a médio prazo, torná-lo acessível por meio de uma publicação online.

Palavras-chave

Arqueologia; hispanismo; história cultural; biografia intelectual; Casa de Velázquez.

Archéologue, historien de l'art, universitaire, directeur d'une école des Beaux-Arts, celle de Bordeaux, premier directeur de la maison commune des hispanistes français à Madrid —l'École des hautes études hispaniques, intégrée à la Casa de Velázquez en 1928 —, Pierre Paris (1859-1931) est une figure complexe et aux multiples facettes (voir en priorité Delaunay, 1994; Niño Rodríguez, 1988; Rouillard, 2009). Nous lui avons consacré notre thèse doctorale, laquelle a consisté en l'écriture d'une biographie intellectuelle (Reimond, 2020) qui devrait être publiée par la Casa de Velázquez en 2025 (Reimond, sous presse). Dans le présent essai, nous souhaitons revenir sur l'un des produits de cette enquête, désormais achevée. Notre corpus de sources a reposé sur trois ensembles principaux (travaux publiés, archives privées, archives institutionnelles). Les fonds des archives privées et publiques nous ont permis de rassembler un certain nombre de documents épistolaires, un choix de 1082 lettres écrites entre 1876 et 1931. C'est à une présentation de la correspondance du savant bordelais que nous avons pu localiser que sera consacré cet article.

Cinquante-six ans. C'est le nombre d'années qui s'écoulent entre l'envoi de la première et de la lettre de notre corpus. Cinq décennies d'échanges épistolaires qui permettent de suivre Pierre Paris à travers les méandres d'une longue et riche carrière scientifique. Au fil des missives, année après année, l'historien voit surgir, s'accumuler et bien souvent s'entremêler les différentes strates qui donnent leur forme définitive à la trajectoire et à l'œuvre de l'homme de science. En ce sens, comme le rappelle Laurent Olivier, «L'Histoire *est* archéologique, car elle est faite de l'accumulation de productions qui construisent et transmettent une *mémoire*» (Olivier, 2018: 289). Or celle qu'a préservée la correspondance de Pierre Paris ne se confond pas tout à fait avec celle que donnent à voir ses travaux imprimés. Quoique fragmentaire, la mémoire épistolaire pariséenne est assurément plus complète; elle permet d'appréhender des aspects qu'il est difficile, voire impossible de saisir à travers la seule œuvre publiée. Ces deux ensembles de sources sont donc fondamentalement complémentaires. Reprenons la belle image de Lucien Febvre: l'historien-biographe trouve dans ces lettres des fleurs nouvelles «pour fabriquer son miel» (Febvre, 1953: 428).

Nous ne reviendrons pas sur les possibilités heuristiques offertes par les correspondances. Elles sont désormais bien connues. Plus qu'une réflexion théorique, nous souhaitons présenter ici un état des lieux destiné à expliquer ce que l'on peut espérer trouver dans ce corpus (qui a fait l'objet d'une édition critique dans le troisième volume de notre thèse doctorale), ce qui en est absent, ce qui fait le succès de notre travail de collecte et ce

que sont ses limites ou ses insuffisances (Reimond, 2021, vol. 3). Plus largement, il s'agit aussi de rappeler la façon dont nous l'avons conçu, les choix que nous avons dû opérer, et de permettre ainsi au lecteur curieux de s'emparer de cet outil. Une présentation et un mode d'emploi, en quelque sorte.

À la recherche d'une correspondance perdue. Succès et limites d'une collecte

L'idée de travailler sur la correspondance de Pierre Paris a accompagné la naissance de notre projet de recherche. Avouons, cependant, que nous ne pensions pas devoir entreprendre le travail de longue haleine que la préparation de notre thèse a finalement rendu nécessaire. Les informations dont nous disposions nous avaient plutôt conduit à renoncer à l'espoir d'exhumer une volumineuse quantité de lettres des archives françaises ou espagnoles. Les papiers personnels du premier directeur de la Casa de Velázquez, et donc sa correspondance passive, semblaient irrémédiablement perdues. Installé à Madrid depuis 1913 comme directeur de l'École des hautes études hispaniques, Pierre Paris résidait à l'Institut français, dans l'édifice – aujourd'hui disparu – construit par Albert Galeron et Daniel Zavala, rue Marqués de la Ensenada. À l'automne 1928, l'achèvement de l'aile principale de la Casa de Velázquez le conduisit à quitter l'Institut, abandonné à l'université de Toulouse, pour s'installer dans le flamboyant palais de style Siècle d'or que la France bâtissait au nord-ouest de Madrid. Ses papiers personnels avaient évidemment déménagé avec lui, et tout porte à croire que l'essentiel de ces archives était toujours conservé à la Casa lorsque la mort y surprit Pierre Paris, le 20 octobre 1931 (Legendre, 1933: 164-166).

Rien n'indique que ces papiers changèrent alors de localisation, d'autant que sa fille, Isabelle, l'un de ses fils (René) et sa veuve, Eva Pradelles, restèrent des familiers des lieux (Delaunay, 1994, chap. 6)[2]. Ils devaient

[2] Dans ses mémoires, André Paris indique: «Mon cher père venait de mourir, à peine de retour à Madrid, après son séjour annuel à Beyssac. […] Mais je ne pouvais pas ne pas songer à ma sœur Isabelle et à sa mère, laissées dans une situation qui s'annonçait critique. Tout finit par s'arranger tant bien que mal, ma sœur continuant son service de Secrétaire de la Casa Vélasquez. Celle-ci fut entièrement détruite par les opérations de la guerre civile. Mère et fille transportèrent leurs pénates dans une maison louée à cet effet. Heureusement, mon père n'avait pas vu la ruine de son œuvre, qu'il avait menée à bien, malgré les nombreuses difficultés qu'il avait rencontrées en cours de route»

donc toujours se trouver à la Casa lorsque l'édifice, dont une deuxième inauguration, en 1935, venait de célébrer l'achèvement, se retrouva au cœur des combats de la bataille de Madrid à l'automne 1936. Prise par les insurgés, la Casa, lieu stratégique qui constituait un excellent point d'observation, fut soumise au feu de l'artillerie républicaine: les 19 et 20 novembre, le palais Siècle d'or de Pierre Paris était la proie des flammes. Les photographies datant de la guerre civile ou de l'immédiat après-guerre permettent de mesurer l'étendue des dégâts, en particulier pour l'aile abritant les appartements du directeur et la bibliothèque. Pendant plus de dix ans, le site resta à l'état de ruines avant que la France ne décidât d'entreprendre la reconstruction du bâtiment. À l'évidence, les archives privées du premier directeur de la Casa connurent le même sort que celles de l'institution qu'il avait contribué à fonder: la destruction. Ainsi le rappelait Jean-Marc Delaunay: ceux qu'intéressait cette histoire devaient «moissonner les champs d'archives, mais le feu ou l'oubli en avaient déjà dévasté une part appréciable» (Delaunay, 1994: 13). De fait — et sans que l'on sache vraiment par quel miracle— la Casa de Velázquez ne conserve aujourd'hui que quelques documents relatifs à la première étape de son histoire. Concernant la correspondance de Pierre Paris, il s'agit de sept lettres qui sont signées François Dumas, Jean-Auguste Brutails, Josep Pijoan et Manuel Cazurro y Ruiz. Il faut faire contre mauvaise fortune bon cœur: leur contenu est intéressant pour l'historien de l'archéologie, mais pour une carrière de près de soixante ans, la moisson était bien maigre.

Ce départ quelque peu décourageant — car ce fut notre premier contact avec les archives pariséennes — prit assez vite un tour plus favorable. Une information que nous transmit Pierre Rouillard au sujet de la correspondance Paris-Heuzey conservée à la Bibliothèque de l'Institut de France, tout comme la demande d'aide que nous adressa Jorge Maier Allende, par l'intermédiaire de Laurent Callegarin, pour transcrire les lettres Paris-Hübner qu'il avait localisées à la Staatsbibliothek de Berlin, nous montrèrent que si les archives personnelles de Pierre Paris nous échappaient, nous avions en revanche quelques chances de retrouver une partie de sa correspondance active. Encore fallait-il la localiser et être en mesure d'y accéder. Certains travaux publiés (ceux de Jean-Marc Delaunay, de Pierre Rouillard, d'Antonio Niño ou de Trinidad Tortosa, par exemple) mentionnaient et citaient des lettres conservées dans plusieurs fonds. Quant à Jorge Maier Allende, il était le seul à avoir publié intégralement, dans le cadre de la thèse doctorale qu'il avait entreprise, un

(*Mémoires*, tapuscrit inédit de 203 pages, fonds Paris-Philippe, s. c., Beyssac, 1975, chap. 24).

ensemble de lettres inédites, celles adressées à George E. Bonsor, figure essentielle de l'archéologie espagnole de la fin du XIXe et du premier quart du XXe siècle (Maier Allende, 1996; 1999). Pendant les trois années que dura le contrat doctoral dont nous bénéficiions (2017-2020), une grande part de notre énergie, de notre temps et de nos ressources fut consacrée à la localisation, au catalogage et à la transcription des lettres que nous parvenions à récolter.

Il y eut, dans la démarche mise en œuvre, beaucoup d'empirisme. 1. Nous dûmes d'abord contacter les institutions dont nous avions la certitude qu'elles conservaient des documents relatifs à Pierre Paris (Archives nationales de France, Archives départementales de la Gironde, Bibliothèque de l'Institut de France, etc.). 2. Les lettres exhumées mentionnant de nouveaux correspondants, il fallut vérifier si leurs papiers étaient conservés et accessibles, sans toujours obtenir l'information recherchée ; dans le même temps, les échanges que nous eûmes avec plusieurs responsables d'archives nous jetèrent souvent sur de nouvelles pistes. 3. D'autre part, le travail parallèle que nous menions sur les travaux imprimés de Pierre Paris nous suggéra de vérifier si ce dernier avait eu des échanges épistolaires avec les principaux savants qu'il mentionnait. 4. Bon nombre d'informations nous furent aussi transmises par des collègues qui avaient rencontré, au cours de leurs propres recherches, des documents concernant Pierre Paris (nous les avons systématiquement cités et remerciés dans notre édition critique). 5. Le hasard fit parfois bien les choses : par exemple, la consultation des lettres adressées à Maurice Barrès et conservées par la Bibliothèque nationale de France — leur contenu se révéla plutôt décevant —nous permit de mettre la main sur une intéressante lettre écrite à Hippolyte Taine en 1882.

Il ne nous suffit donc pas de pénétrer dans les murs d'une institution qui aurait gardé précieusement les papiers de Pierre Paris pour y trouver notre corpus de sources déjà constitué. Il fallut au contraire se livrer à une véritable chasse aux archives. En deux ans, nous explorâmes plus de soixante-dix fonds appartenant à une trentaine d'institutions (figure 01). En dehors de quelques exceptions (Berlin, Vienne, Rome et Naples), il fallut se rendre sur place.

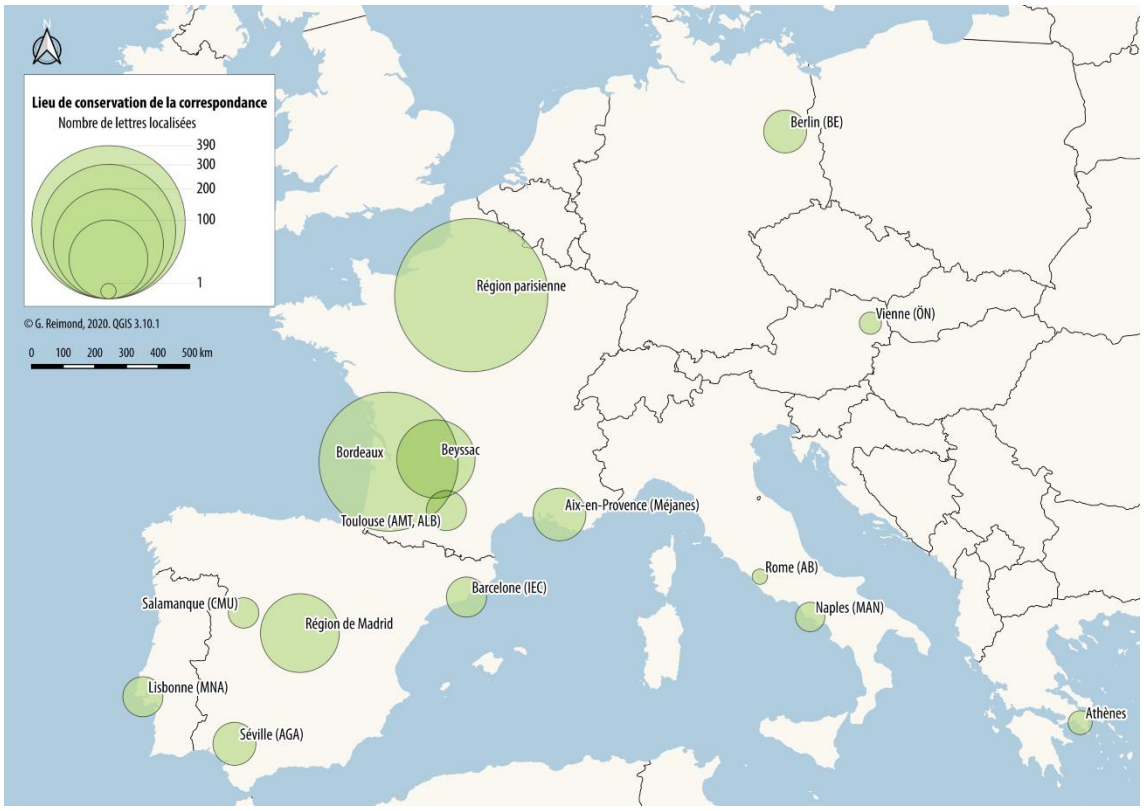


Figure 01: La correspondance localisée de Pierre Paris, une collecte internationale.

À la fin du printemps 2018, les contacts établis avec les descendants de Pierre Paris, grâce à l'intermédiaire de Laurent Callegarin, alors directeur des études à la Casa de Velázquez, donnèrent un nouveau souffle à notre travail de collecte. Françoise et Raphaël Navarra-Conte nous accueillirent à Bordeaux, Élisabeth et Bernard Philippe au château de Beyssac. À la correspondance active que nous avions réunie s'ajouta enfin un nombre conséquent de lettres appartenant à la correspondance passive de Pierre Paris, vestiges de ses archives personnelles. Nous avons rappelé qu'à partir de 1913, le directeur de l'École des hautes études hispaniques résidait en Espagne. En réalité, il n'y passait qu'une partie de l'année: de juillet à octobre, c'est-à-dire lors de la longue période des vacances d'été, il fuyait l'étouffante chaleur madrilène et s'installait avec sa famille au château de Beyssac, près des Eyzies (Dordogne), qu'il avait acheté à la fin de l'année 1904. Il n'y avait donc rien d'étonnant à ce que certains de ses papiers personnels, pas seulement des lettres d'ailleurs, y fussent restés. Ce succès certain nous laissa toutefois un goût amer: le vif intérêt de ces documents, qui ne représentaient de toute évidence que quelques lambeaux des archives privées de Pierre Paris, laissait entrevoir, indirectement, tout ce qui avait été perdu dans l'incendie et la destruction quasi complète de la Casa de Velázquez pendant la guerre civile espagnole. Une dernière bonne surprise nous attendait dans le fonds ancien de l'Institut français de Madrid : lui aussi nous fournit un certain nombre de lettres adressées à

Pierre Paris, vraisemblablement confiées à l'institution par l'un de ses fils, René Paris.

La collecte fut donc internationale. La carte de la figure 01 fait toutefois ressortir quelques centres principaux: la région parisienne et Bordeaux, mais également Beyssac et Madrid. Au niveau des institutions, les déséquilibres sont tout aussi marqués (figure 02). Les Archives départementales de la Gironde (où furent versées les archives du rectorat de Bordeaux) et la Bibliothèque de l'Institut de France nous livrèrent un grand nombre de lettres (plus de deux-cents chacune). Il n'y a là rien de surprenant puisque Pierre Paris fit sa carrière à la faculté des lettres de Bordeaux et fut toujours très lié à l'Académie des inscriptions et belles-lettres (à partir de 1882 en tant qu'Athénien — membre de l'École française d'Athènes —, à partir de 1897 par ses missions scientifiques, après 1920 comme membre libre de la compagnie). Outre les archives privées, se démarquent aussi assez nettement les lettres conservées par les Archives de Bordeaux Métropole, les Archives nationales de Pierrefitte et celles de l'Institut français de Madrid. Là encore, l'importance de ces fonds reflète ce que fut la trajectoire de Pierre Paris: directeur de l'école municipale des Beaux-Arts et des Arts décoratifs de la capitale girondine, fonctionnaire de l'Instruction publique, directeur de l'École des hautes études hispaniques, l'une des deux sections de l'Institut français de Madrid avant qu'elle ne fût rattachée à la Casa de Velázquez.

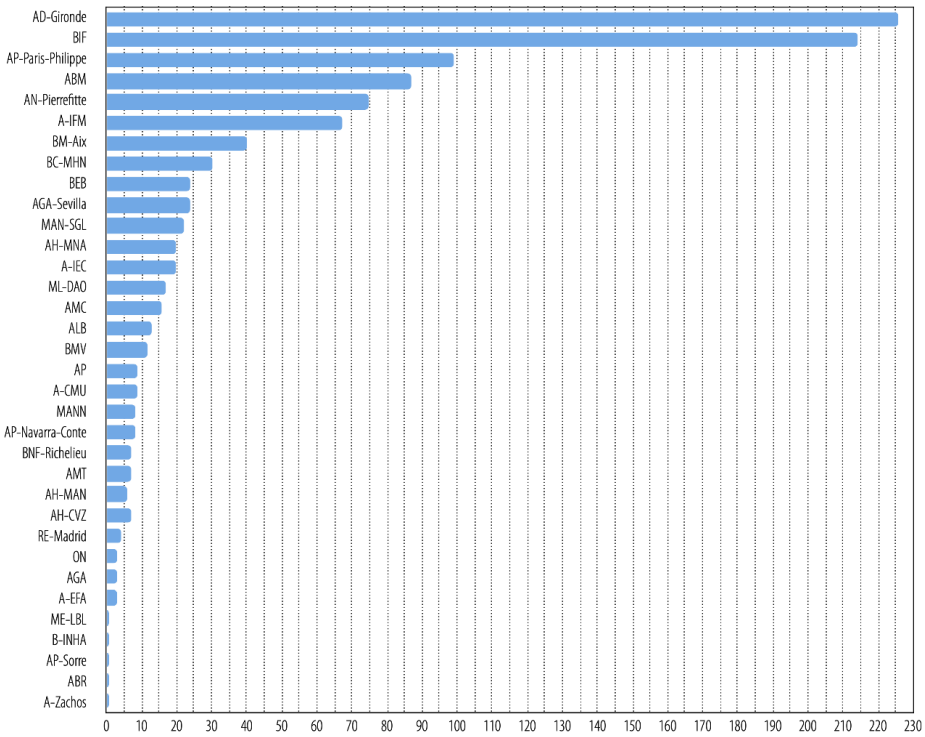


Figure 02: Distribution des lettres du corpus en fonction du lieu de conservation.

Si le résultat auquel nous sommes parvenu n'est pas négligeable, il n'en est pas moins imparfait. Le corpus rassemblé ne saurait être considéré comme exhaustif et clôt. Il est évident que des lettres nous ont échappé et nous ne pouvons qu'espérer ne pas être passé à côté d'un fonds important. D'autre part, le travail de collecte, de transcription et d'édition fut des plus chronophages : il fallut bien s'arrêter. Nous le fîmes tout en connaissant l'existence de lettres que nous n'avions pas pu consulter. Il s'agit en particulier des fonds versés par l'ambassade de France en Espagne et conservés au Centre des archives diplomatiques de Nantes. Le manque de temps, ajouté au fait que Jean-Marc Delaunay eût exploré ces sources alors qu'il préparait son histoire de l'EHEH et de la Casa de Velázquez, nous conduisirent à renoncer à les intégrer à notre corpus. D'autre part, les Archives de Bordeaux Métropole conservent, parmi les fonds relatifs à l'école municipale des Beaux-Arts et des Arts décoratifs de la ville, une copie des lettres émanant de la direction de l'école à l'époque où Pierre Paris en était le directeur (rédigées par lui ou par le secrétaire général). Il s'agit de volumes reliés contenant des copies carbone sur papier pelure pratiquement illisibles aujourd'hui. Nous avons malheureusement été contraint de laisser ce fonds de côté, sans pouvoir l'utiliser.

Une géographie épistolaire multipolaire

Le travail de collecte que nous venons de décrire nous a permis de réunir 1082 lettres écrites entre 1876 et 1931. La correspondance active domine: elle représente 815 lettres contre 267 pour la correspondance passive (figure 03). Le corpus est suffisamment riche pour permettre d'illustrer les différentes facettes qui composent la trajectoire de Pierre Paris. Il y apparaît tour à tour comme lycéen, normalien, athénien, professeur, administrateur, propagandiste; comme un archéologue et un historien de l'art, un helléniste et un hispaniste; il y est adolescent puis adulte, devient un homme mûr puis âgé; célibataire, on le retrouve marié, père de famille, veuf puis remarié.

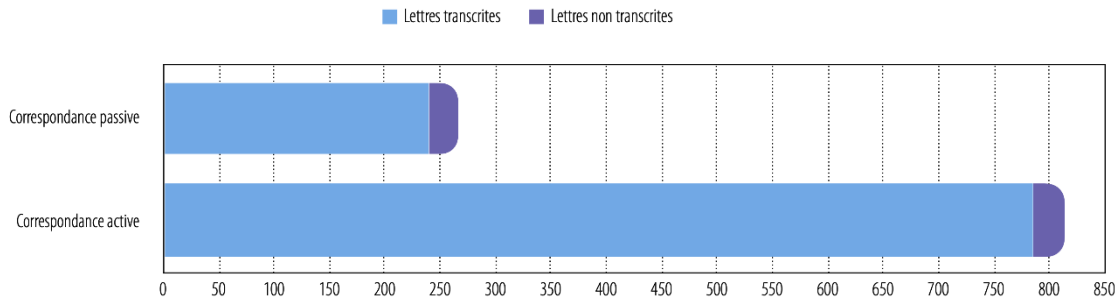


Figure 03: la correspondance de Pierre Paris : structure du corpus rassemblé

La temporalité: six moments distincts

La richesse du parcours de Pierre Paris est néanmoins très inégalement documentée par sa correspondance. La distribution chronologique annuelle des lettres rassemblées le confirme (figure 04); quant à la répartition quinquennale que nous proposons (figure 05), elle n'a d'autre utilité que celle de faciliter la lecture de ces données d'ensemble. Leur représentation fait ressortir de façon très nette différents moments dans la trajectoire de Pierre Paris, ainsi que les lacunes de notre corpus concernant ces successives tranches de vie, un manque d'informations que nous avons cherché à combler en ayant recours à d'autres sources, institutionnelles le plus souvent.

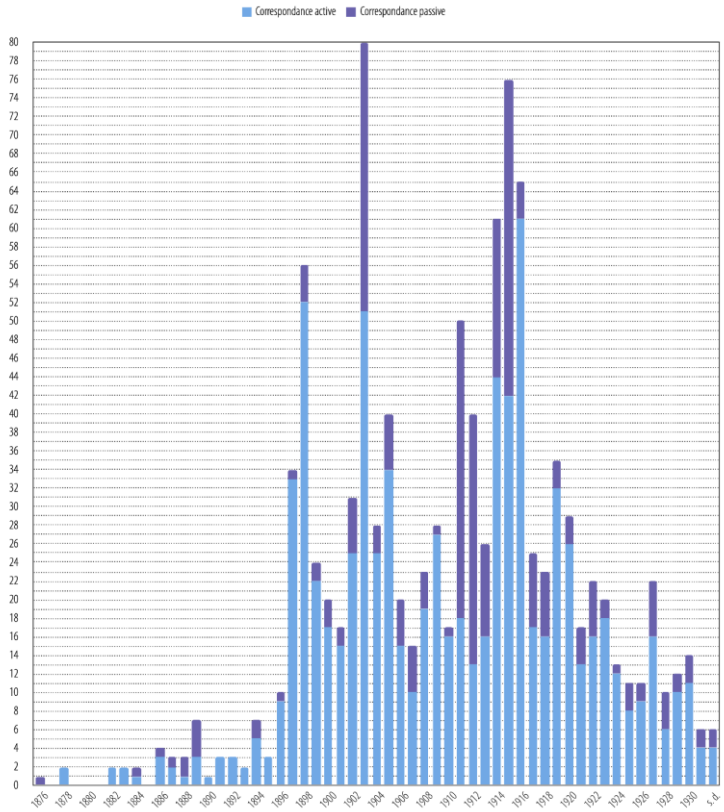


Figure 04: Distribution annuelle des lettres du corpus.

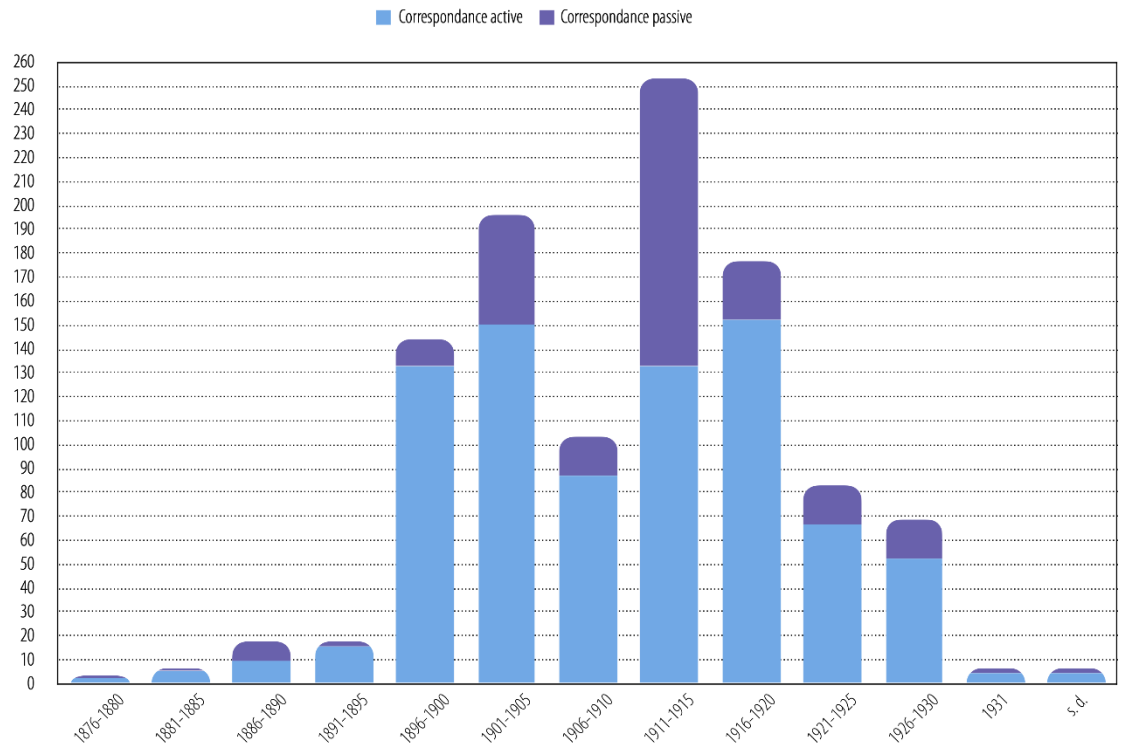


Figure 05: Distribution quinquennale des lettres du corpus.

Six séquences temporelles peuvent être identifiées. 1. Les années de formation (1876-1885) n'ont malheureusement laissé que de rares témoignages épistolaires. 2. Ils sont plus nombreux pour la période 1885-1895 qui est celle de l'entrée de Pierre Paris dans la carrière universitaire. C'est alors qu'il organise l'enseignement de l'archéologie et de l'histoire de l'art à la faculté des lettres de Bordeaux. 3. Les années 1895-1905 sont, en revanche, parmi les mieux documentées. Elles correspondent à l'époque où la stature de Pierre Paris prend plus d'ampleur. À ses fonctions universitaires s'ajoute la direction de l'école municipale des Beaux-Arts et des Arts décoratifs de Bordeaux (1898); c'est surtout le moment du tournant hispaniste (1895), des premiers voyages archéologiques en Espagne (1896, 1897, 1898 et 1899), de l'achat de la Dame d'Elche pour le compte du musée du Louvre (1897), des fouilles d'Osuna (1903), d'Almedinilla (1904) et d'Elche (1905), une conversion à l'hispanisme archéologique que consacre, en 1903-1904, la publication en deux volumes de l'*Essai sur l'art et l'industrie de l'Espagne primitive*. 4. Après 1905 et jusqu'au début des années 1910, les lettres sont à nouveau moins nombreuses. Dans la carrière de Pierre Paris, ces années semblent correspondre à une accalmie. Il recueille le fruit des travaux entrepris depuis le premier voyage outre-Pyrénées (1896) avant que la création de l'École des hautes études hispaniques et de l'Institut français de Madrid

(1909) ne vienne donner une nouvelle impulsion à ses projets. 5. Ces derniers s'inscrivent dans une dynamique collective impulsée par Bordeaux et Toulouse. Entre 1911 et 1920, les lettres conservées sont bien plus nombreuses. Cette période est celle d'une nouvelle étape pour Pierre Paris. Les chantiers ouverts se multiplient et sont des plus variés. On échange beaucoup au sujet de la construction de l'édifice que l'on construit à Madrid pour abriter les deux sections de l'Institut français (1911-1913); il faut faire vivre la toute jeune EHEH, donc recruter des membres et les guider; c'est aussi le moment où l'archéologue renoue avec le travail sur le terrain et organise la fouille de la cité hispano-romaine de Baelo Claudia (1914-1917); pendant la Première Guerre mondiale, une grande part de l'énergie du directeur de l'École est consacrée à la propagande française en Espagne ; enfin, au cours des années 1916-1920 prend forme le dernier grand projet de Pierre Paris, celui de bâtir une «Villa Velázquez» qui va bientôt devenir la Casa de Velázquez. 6. À partir de 1920, les lettres sont à nouveau moins nombreuses et la tendance est à la baisse. Comme pour les années 1905-1910, cela semble suggérer que les nouveaux chantiers sont moins nombreux : porté par la dynamique vertueuse enclenchée au cours de la période précédente, Pierre Paris consacre les dernières années de sa vie à concrétiser les projets initiés à l'époque de la Grande Guerre.

Sur le plan quantitatif, les lettres conservées correspondent donc assez bien à la temporalité de la trajectoire pariséenne. Globalement, les périodes d'intense activité sont celles pour lesquelles les missives sont les plus nombreuses. Il y a toutefois des exceptions importantes. Elles s'expliquent en partie, mais en partie seulement, par l'histoire mouvementée des institutions qui conservent ces fonds. Il est évident que la période 1916-1931 est sous-documentée, et de façon considérable, en raison de la disparition des archives de la Casa de Velázquez. La remarque est aussi valable pour les années antérieures à 1895. On aurait aimé retrouver davantage de lettres écrites par le pensionnaire de l'École française d'Athènes, par le jeune universitaire bordelais ou par le savant qui commençait à porter son regard au sud des Pyrénées avant de s'engager dans le tournant hispaniste.

Des situations d'énonciation multiples

Poser la question de la situation d'énonciation des lettres du corpus (qui s'adresse à qui?), autrement dit chercher à classer les interlocuteurs de Pierre Paris dans une catégorie précise, n'est pas chose facile (figures 06 et 07). Qu'il s'agisse de l'auteur de la missive ou de son destinataire,

nombreux sont ceux qui peuvent entrer dans plusieurs groupes de correspondants. La synthèse à laquelle nous sommes parvenu se veut donc avant tout indicative, en particulier en ce qui concerne le graphique de la figure 07.

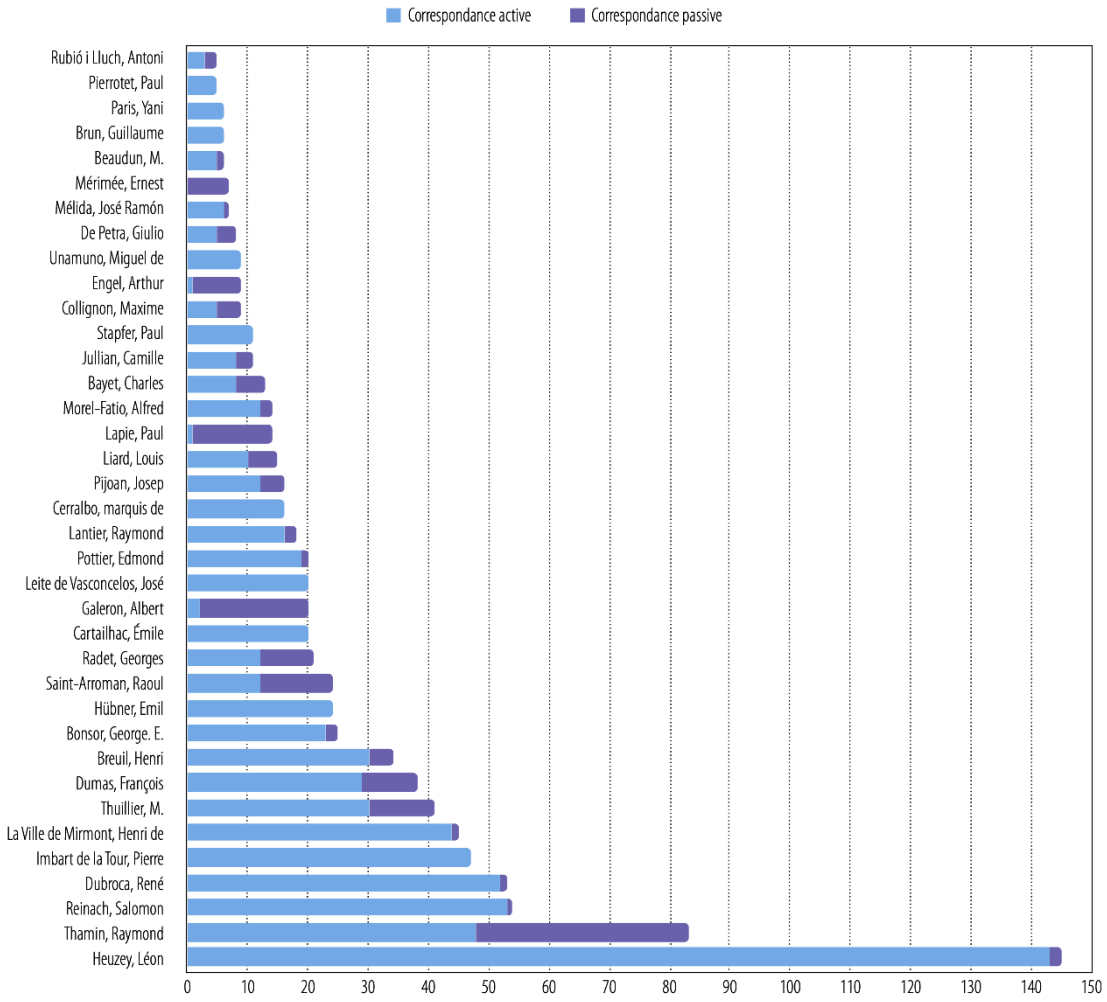


Figure 06: Les principaux correspondants de Pierre Paris (cinq lettres ou plus).

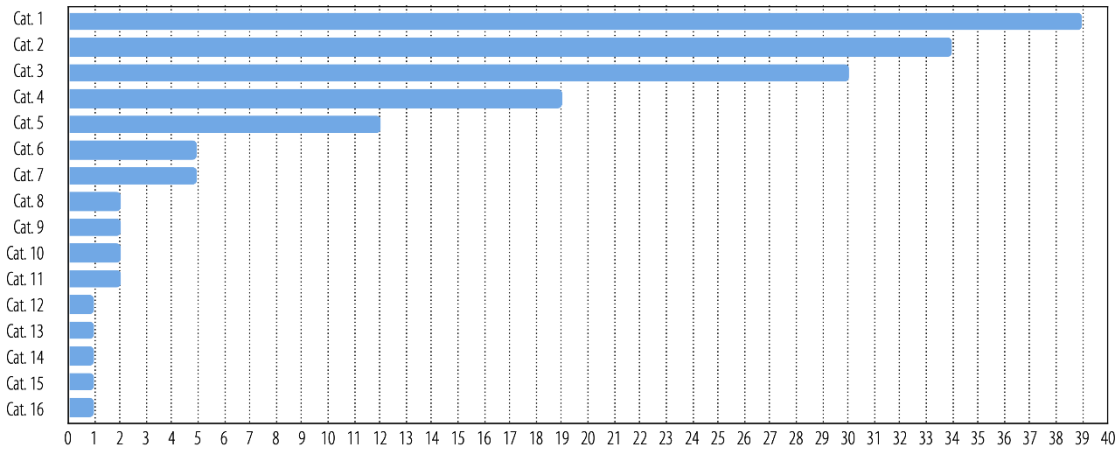


Figure 07: Les correspondants de Pierre Paris, un essai de catégorisation. Catégories: 1. Archéologues, antiquisants et historiens de l'art; 2. Milieux universitaires, académiques et intellectuels (recteurs compris); 3. Érudits et notables locaux; 4. Fonctionnaires et hauts fonctionnaires de l'Instruction publique et des Beaux-Arts (recteurs exclus); 5. Élèves; 6. Personnalités politiques; 7. Membres de la famille; 8. Personnalités de la communauté française de Madrid; 9. Imprimeurs et éditeurs; 10. Diplomates; 11. Architectes; 12. Musiciens; 13. Militaires; 14. Médecins; 15. Entrepreneurs; 16. Autres fonctionnaires.

Les milieux universitaires et académiques sont particulièrement bien représentés, d'autant que les correspondants de la catégorie 1, qu'il nous a paru intéressant de distinguer (archéologues, antiquisants et historiens de l'art), appartiennent aussi à la catégorie 2 (milieux universitaires, académiques et intellectuels), même si ce n'est pas systématique (pensons à Arthur Engel, par exemple). Quoi qu'il en soit, le poids des élites et des milieux que l'on pourrait qualifier d'officiels est prépondérant. Le destinataire des lettres de notre corpus est souvent un collègue et un pair (français ou étranger), un supérieur, un ami — parfois très proche — ou au contraire un interlocuteur que l'on ne tient pas en très haute estime mais avec lequel il faut bien composer, parfois une simple connaissance. Naturellement, le ton et le contenu de ces textes varient selon le type de relation et le degré d'intimité qui unissait Pierre Paris à son correspondant. Mais là encore, toute tentative de classification et de mesure est discutable, sinon impossible. Il suffit, pour s'en convaincre, de lire les lettres adressées à Georges Radet ou Raymond Thamin. Tous les deux furent à la fois des amis proches de Pierre Paris (depuis l'ENS), ses collègues (à l'université de Bordeaux) et ses supérieurs hiérarchiques (le premier fut doyen de la faculté des lettres, le second recteur de l'académie de Bordeaux). La complexité de la nature des liens qui unissaient deux interlocuteurs donnait parfois lieu à une véritable schizophrénie relationnelle dont les principaux intéressés avaient conscience et dont il leur arrivait de plaisanter. Le 6 juin 1922, Pierre Paris débutait sa lettre à Raymond Thamon par ces mots: «Monsieur le Recteur et Illustre Confrère (comme j'écrirais à ton noble collègue Carracido)[3]»; le 1er novembre 1911, Paul Lapie, ancien collègue bordelais devenu recteur de l'académie de Toulouse mettait en garde Pierre Paris : «Mon cher ami, (la prochaine fois que vous m'appellerez recteur, je vous répondrai : mon cher Directeur)[4].

La grande diversité des situations d'énonciation est source de richesse. Que le ton soit celui de la missive officielle ou du courrier familier, que Pierre Paris cherche à se mettre en scène ou à se confier, qu'il propose ou sollicite, qu'il attaque ou se défende, ces lettres en disent beaucoup sur sa posture

[3] Archives départementales de la Gironde, Bordeaux, 1449 W 43.

[4] Archives de l'Institut français d'Espagne, Madrid, s. c.

et son caractère: débordant d'énergie, entreprenant, combatif et ne reculant devant aucune difficulté ; faisant face à l'adversité, parfois abattu, rarement découragé, jamais défaitiste; il apparaît tantôt comme un disciple respectueux, parfois presque flagorneur, tantôt comme un guide pour ses élèves — plus qu'un maître ou qu'un chef d'école — ; doté d'une personnalité bienveillante et conciliante, il est généralement modéré dans ses prises de position et fait preuve d'une grande capacité d'adaptation, mais il peut aussi se montrer belliqueux lorsqu'il l'estime nécessaire ; ambitieux tout en étant modeste, il est toujours à l'affût des opportunités.

Les espaces de la correspondance de Pierre Paris

À de multiples correspondants répond une grande diversité de lieux. La production d'une cartographie épistolaire nous a permis de rendre visible les principales caractéristiques de la géographie pariséenne. Ces cartes permettent de saisir d'un trait les lieux dans lesquels s'ancre sa pratique scientifique. Elle est d'abord transnationale, c'est celle d'un voyageur, d'un expatrié qui n'hésita jamais à franchir les frontières hexagonales pour mieux y revenir. Les lieux d'expédition de sa correspondance active (figure 08) font ressortir quatre espaces privilégiés par Pierre Paris. D'abord, la petite patrie, Bordeaux et sa région, ainsi que le refuge que représenta pour lui le château de Beyssac, signes de son ancrage méridional. Ensuite, Madrid, la ville d'élection où il résida au cours de l'année universitaire à partir de 1913, capitale de la nation amie avec laquelle il travailla à la construction d'une «entente intellectuelle» franco-espagnole et qui lui permit en retour d'asseoir sa stature scientifique internationale. Enfin, deux centres secondaires reflètent l'activité de l'archéologue-hispaniste sur le terrain, le sud-est de la péninsule Ibérique (surtout entre 1896 et 1905) et l'Andalousie (à partir de 1903, en particulier avec Osuna, Almedinilla et Baelo Claudia).

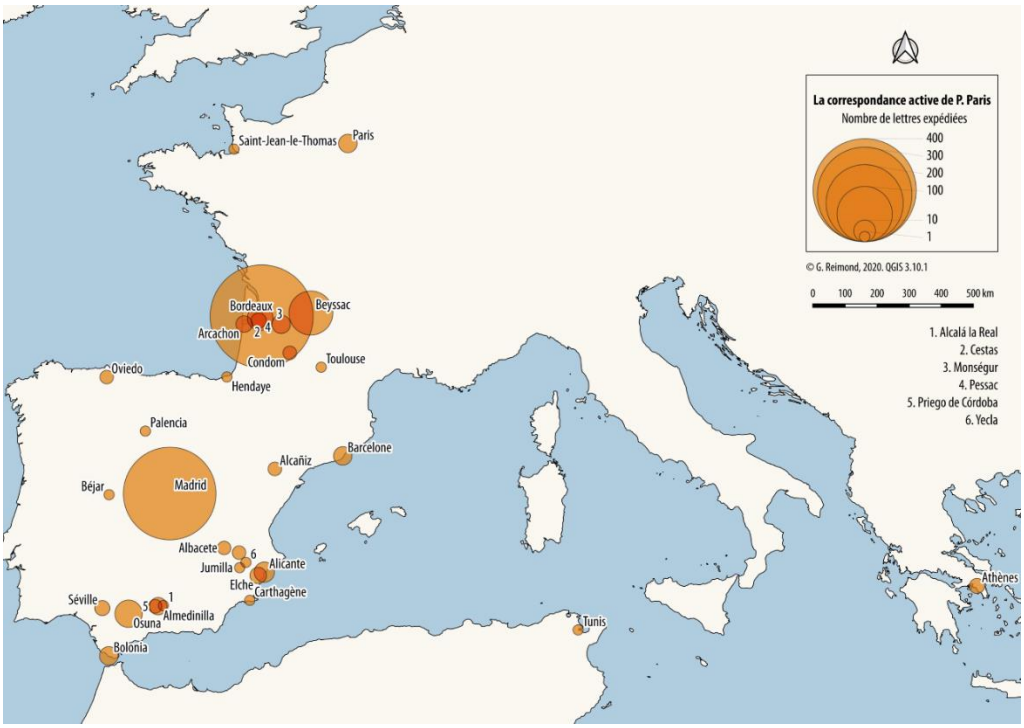


Figure 08: Cartographier la correspondance de P. Paris: la correspondance active.

La cartographie de la correspondance passive confirme ce tableau et permet de le compléter (figure 09). La diversité des lieux d'expédition des lettres que reçut Pierre Paris est parfois trompeuse et atténue le poids de certains centres: les lettres envoyées de Cavalaire, Bagnères-de-Bigorre et Val André, par exemple, sont dues respectivement à Georges Radet, Raymond Thamin et Paul Lapie; le premier est professeur et doyen de la faculté des lettres de Bordeaux, le second est recteur de l'académie de Bordeaux, le dernier est recteur de l'académie de Toulouse. La carte fait donc apparaître assez nettement quatre centres. À Bordeaux et Madrid s'ajoutent Toulouse, siège de l'université partenaire dans l'aventure espagnole (la «maudite association[5]»), et surtout Paris. Dans la France du tournant des XIX[e] et XX[e] siècles, celle des «années électriques» (Prochasson, 1991), si le dynamisme et l'esprit d'entreprise des universités que les réformes tertio-républicaines impulsent en province sont réels (les réalisations bordelaises et toulousaines en Espagne en témoignent), la capitale française reste un centre universitaire, scientifique et intellectuel de premier plan. La correspondance de Pierre Paris illustre cette polarité ; les liens sont particulièrement étroits avec l'Institut de France, une relation ancienne que vient couronner son élection, en 1920 et à la troisième tentative, comme membre libre de l'Académie des inscriptions et belles-

[5] Archives départementales de la Gironde, Bordeaux, 1449 W 43, lettre de P. Paris à R. Thamin, 7 février 1914.

lettres. La corporation est par ailleurs un partenaire privilégié dans le cadre de la création de la Casa de Velázquez (Académie des beaux-arts).

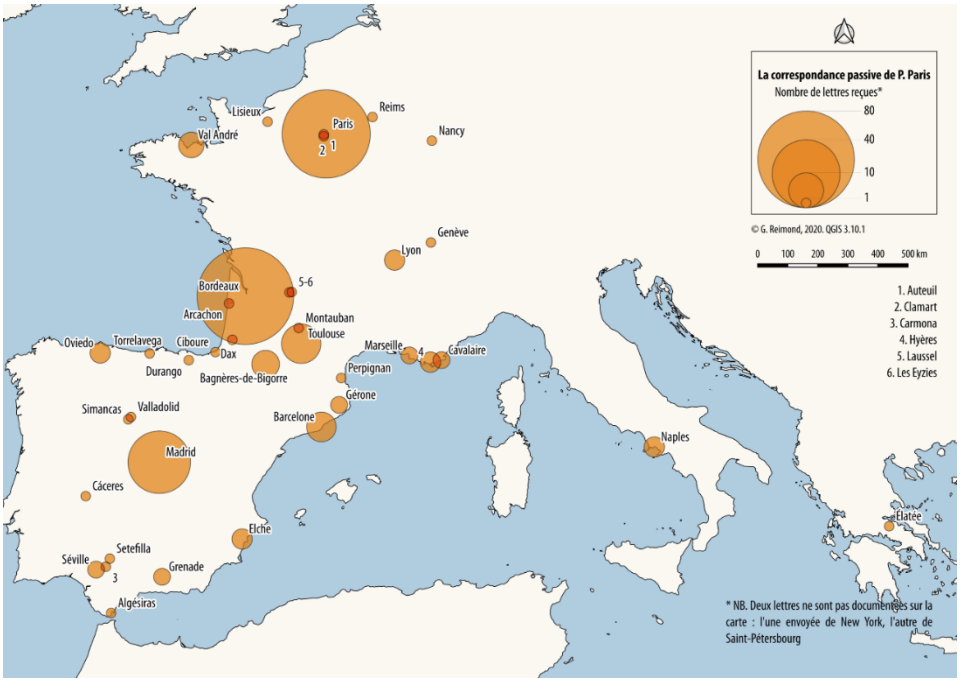


Figure 09: Cartographier la correspondance de P. Paris: la correspondance passive.

Un réseau égocentré

Le contenu des lettres que nous avons transcrites et la représentation graphique et cartographique de la structure du corpus réuni permettent ainsi de dessiner les contours d'une géographie pariséenne. Cette somme d'informations montre que Pierre Paris n'avait rien du savant solitaire. Sa pratique et ses projets prenaient place dans des réseaux de solidarité et d'entraide complexes. Par la même, les sources que constituent ces missives invitent à dépasser ce que Michela Passini appelle «les mythologies des "pionniers"» et l'idée d'une «unicité de leur pratique, du primat de leurs intuitions», autant d'images trompeuses qui s'attachent souvent à des personnalités comme celle de Pierre Paris (Passini, 2017: 8). Les correspondances rappellent au contraire que leurs actions s'inscrivaient dans un cadre fondamentalement collectif, marqué par un partage du savoir et des références qui permit à leur œuvre de prendre forme. Elles furent au cœur de dynamiques d'échange qui impliquaient toujours la formation d'une communauté tenant à la fois du «cercle et [de] la lignée» (Jacob, 2007: 125-133).

Dès lors, le corpus rassemblé nous invitait à amorcer une réflexion relative à l'inscription de Pierre Paris dans des réseaux savants transnationaux.

L'usage que nous faisons de cette notion est métaphorique. En l'état, la correspondance de Pierre Paris permet de reconstituer en partie seulement, et de façon assurément très fragmentaire, un réseau égocentré. Elle dessine un réseau personnel en étoile autour de l'individu Pierre Paris, en contact avec des acteurs nombreux et appartenant à des milieux et des environnements multiples. On peut ainsi mesurer le capital social et relationnel dont il disposait, sans négliger la perspective diachronique puisque ce capital est différent selon le moment que l'on envisage. Dans bien des cas, les lettres montrent qu'il était en mesure de faire le lien entre plusieurs réseaux ou plusieurs clans. Pierre Paris était donc dans une position d'intermédiarité.

Il est pour l'instant difficile de pousser plus avant l'enquête sur ce point. Les outils que nous avons construits ne permettent pas — ou seulement de manière très peu satisfaisante — d'étudier les relations complexes qui unissaient, indépendamment de Pierre Paris, les différents membres de son réseau. Notre travail n'est ni suffisamment complet, ni suffisamment abouti pour que l'on puisse entreprendre une véritable analyse structurale de réseau. Cependant, la documentation que nous avons réunie contient des informations qui permettent déjà de dépasser le niveau de l'étoile. En effet, de nombreuses lettres, parfois même les plus anodines, mentionnent un contact entre deux ou plusieurs personnes. Ébaucher l'étude d'un réseau plus complet serait donc possible, à condition de poursuivre l'enrichissement du corpus que nous avons rassemblé et, surtout, de le doter des outils numériques pertinents. Nous n'avions ni le temps ni les compétences techniques nécessaires pour amorcer une telle enquête dans le cadre de notre thèse de doctorat. En revanche, celle-ci pourrait être le point de départ d'une recherche plus ambitieuse, qui s'inscrirait nécessairement dans un cadre collectif, sur les réseaux de l'hispanisme archéologique. À terme, il serait souhaitable qu'elle débouche sur celle de l'ensemble des réseaux de l'hispanisme français au XXe siècle.

Reste que la notion, même prise dans son sens métaphorique, nous a semblé intéressante dans le cadre d'une recherche visant à écrire une biographie intellectuelle de Pierre Paris. Elle invitait à redonner toute sa place à l'individu, de façon dynamique et diachronique.

Éditer la correspondance de Pierre Paris : un choix de lettres

En décidant de rassembler le matériel présenté dans la version de soutenance de notre thèse, nous avons souhaité offrir un outil aussi utile

que possible à la communauté scientifique. Il s'agit à la fois de rendre accessible un ensemble de sources dans lesquelles nous avons puisé pour mener notre propre recherche tout en permettant à d'autres de pouvoir s'immerger dans ce corpus pour approfondir, corriger ou prolonger les sujets que nous avons traités, ou simplement abordés, dans une perspective qui est celle de la recherche reproductible.

D'un point de vue plus personnel, l'exercice auquel nous nous sommes livré nous a permis de traiter un matériel épars et de nous l'approprier. D'emblée, l'élaboration d'un catalogue nous a paru insuffisante. La très grande dispersion géographique de ces documents, formant pourtant un tout cohérent, rendait d'autant plus nécessaire le travail de regroupement et donc de transcription.

Le lecteur trouvera ainsi dans la version de soutenance deux ensembles complémentaires: d'une part, un catalogue complet de la correspondance que nous avons localisée – version simplifiée, sous la forme d'un tableau, de la base de données que nous avons construite sous Excel — ; ensuite, une édition de l'essentiel de ce corpus puisque seules 57 lettres sur 1.082 n'ont pas été transcrites (figure 03). Regroupées par dossiers de correspondants, elles sont accompagnées d'un apparat critique s'appuyant sur d'autres sources, en particulier archivistiques; dans la mesure du possible, nous avons tenté d'établir des liens entre les lettres des différents dossiers par le biais de renvois en notes de bas de page.

Le catalogue: deux supports

Inclure dans une version imprimée l'intégralité de la base de données que nous avons élaborée aurait abouti à un tableau à peu près illisible et difficile à utiliser, même en format Pdf. Il nous a semblé plus pertinent d'en donner une version synthétique destinée avant tout à retrouver la référence complète permettant de localiser les lettres que nous citons dans notre thèse sous la forme abrégée «cat. Nom jour-mois-année» afin d'alléger les notes de bas de page. Naturellement, le catalogue référence l'ensemble de la correspondance active et passive que nous avons pu localiser, que les lettres aient été transcrites ou non. Les télégrammes, cartes postales et cartes de visite ont été inclus, même lorsque leur contenu semblait *a priori* peu utile pour notre propos. Certains de ces documents se sont d'ailleurs révélés précieux au moment de restituer la date ou le lieu d'expédition d'autres lettres de notre corpus. Chaque ligne du tableau correspond à une missive; elles sont classées chronologiquement, de la

plus ancienne à la plus récente. Dans les colonnes, on retrouvera les informations suivantes: date, type (lettre, carte-lettre, télégramme, carte de visite, carte postale), expéditeur, lieu d'expédition (les crochets indiquent une restitution de notre part, incertaine lorsque le toponyme est suivi d'un point d'interrogation), destinataire, lieu de conservation, fonds, cote, édition critique disponible ou non.

Les mêmes informations figurent dans la base de données Excel. Elle offre l'avantage de permettre une interrogation multicritère du fichier, notamment en utilisant les fonctions «Trier et filtrer» et «Rechercher et remplacer». Elle est conçue selon la même logique que le tableau de synthèse, mais elle comporte davantage d'informations (en particulier la transcription des lettres ou des mots clés permettant d'effectuer des recherches en plein texte).

Transcription et édition critique d'un choix de lettres

Concernant la présentation et l'organisation des lettres transcrites, la question de la logique à suivre s'est assez vite posée. Un classement thématique était délicat à mettre en œuvre, une même lettre évoquant généralement plusieurs sujets. Une présentation par fonds nous a paru peu pertinente. Dans bien des cas, des lettres adressées à ou émanant d'un même correspondant se trouvent aujourd'hui dispersées dans plusieurs fonds et conservées entre différentes institutions, signalant du reste que certaines missives circulaient entre plusieurs correspondants: les lettres qu'écrivit Pierre Paris à Edmond Pottier pour lui annoncer la nouvelle de la découverte de la Dame d'Elche, au mois d'août 1897, furent transmises par ce dernier à Léon Heuzey qui les conserva; d'autre adressées à Charles-Marie Widor et relatives au chantier de la Casa de Velázquez furent communiquées par leur destinataire à Pierre Imbart de la Tour, etc. Il nous a donc semblé plus judicieux de les regrouper et d'opter pour une présentation sous forme de dossiers individuels de correspondants classés par ordre alphabétique. À l'intérieur de chacun d'eux, les lettres se suivent chronologiquement, de la plus ancienne à la plus récente. Cette organisation présente l'avantage d'être d'une grande souplesse: il est très facile d'enrichir chaque dossier, voire d'en créer de nouveaux si cela est nécessaire. L'outil se veut donc évolutif.

Chacun de ces dossiers fait l'objet d'une courte présentation sous la forme d'une fiche qui donne les informations qui nous ont paru les plus importantes : nombre total de lettres transcrites (en distinguant, lorsque

cela était nécessaire, le nombre de lettres non transcrites), le nombre de lettres relevant de la correspondance active/passive, l'amplitude chronologique du corpus, la langue principale, enfin des informations biographiques et bibliographiques relatives à l'interlocuteur de Pierre Paris. À partir de dix lettres, nous avons ajouté un graphique permettant de visualiser la distribution du corpus dans la carrière de Pierre Paris.

Dans certains cas nous avons ajouté, à la suite de la transcription des lettres, une rubrique «Documents annexes». On y retrouve les figures qui sont généralement constituées des photographies et des croquis joints à une ou plusieurs lettres. Leur numérotation est continue à l'échelle du volume.

Tous les correspondants ont pu être identifiés, sauf un (dossier «N. id.») pour lequel nous ne connaissons que sa fonction (conseiller à la préfecture de la Gironde). Toutefois, il nous est arrivé de devoir faire des choix au moment d'assigner un destinataire ou un auteur à certains documents. Que faire, par exemple, dans le cas d'une lettre adressée au ministre de l'Instruction publique et des Beaux-Arts mais qui passait en réalité — et restait — entre les mains du directeur de l'Enseignement supérieur ou du directeur des Beaux-Arts? Il nous a paru peu pertinent de réserver une entrée à un ministre qui n'était qu'un destinataire virtuel. D'autre part, cela aurait conduit à disperser des lettres qui méritaient de figurer dans le même dossier de correspondant. Chaque fois que le cas s'est présenté, nous avons donc attribué la lettre à celui qui nous semblait être son véritable destinataire (une note le précise). C'est encore le cas avec certaines missives que Pierre Paris adressa, en tant que directeur de l'école municipale des Beaux-Arts et des Arts décoratifs, au maire de Bordeaux; sauf exception, elles étaient traitées par l'adjoint au maire en charge de l'Instruction publique et des Beaux-Arts (en dehors d'une courte période, il s'agit en principe de son ami et collègue, Henri de La Ville de Mirmont). Autre exemple, dans le cas de la correspondance liée à la Société archéologique de Bordeaux, que Pierre Paris présida pour l'année 1903, il n'a pas toujours été facile de savoir si les lettres étaient adressées au président (la charge était annuelle) ou au secrétaire de l'institution (l'abbé Guillaume Brun). Lorsqu'aucun élément ne nous permettait de trancher, nous avons décidé d'inclure le document dans notre corpus en précisant les incertitudes qui subsistaient quant à son véritable destinataire.

Outre le fait que nous n'avons pas pu consulter certaines lettres dont nous connaissions l'existence, toutes les lettres que nous avons réunies n'ont pas été transcrites (elles sont très minoritaires: 57 sur 1.082). Le volume auquel

nous avons abouti n'est donc qu'un choix de lettres, même si celui-ci est assez copieux.

La décision de ne pas transcrire certaines missives a répondu à deux critères. Celui du temps, d'abord, même si en réalité il ne fut pas déterminant. Dans la perspective qui était la nôtre, le contenu des documents exclus ne présentait pas d'intérêt direct, ce qui ne veut pas dire qu'ils soient sans intérêt dans un autre contexte et pour un autre chercheur. Il s'agit pour l'essentiel de lettres isolées, très courtes et n'ayant fourni qu'une information bien maigre. Beaucoup se rattachent à la direction de la Société archéologique de Bordeaux qu'exerça Pierre Paris en 1903. Présenter leur auteur (il s'agit souvent de lettres appartenant à la correspondance passive) et transcrire les quelques lignes de leur contenu nous aurait conduit à allonger sensiblement (plus d'une centaine de pages) et quelque peu inutilement un volume qui s'annonçait déjà bien long. Certaines furent transcrites avant que l'on ne décidât finalement de les mettre de côté. Dans ce cas, nous avons tout de même ajouté le texte intégral à notre base de données Excel. Quant aux lettres que le directeur de l'école bordelaise des Beaux-Arts adressa à l'adjoint au maire Henri de La Ville de Mirmont, elles consistent, pour l'essentiel, en des listes de produits et de matériel commandés par Pierre Paris pour le fonctionnement quotidien de l'institution. Nous les avons également laissées de côté. Ajoutons enfin que nous avions d'abord renoncé à transcrire les lettres manuscrites adressées par Raymond Thamin à Pierre Paris (son écriture est presque illisible, ce dont se plaignaient d'ailleurs ses correspondants) ; nous les avons finalement intégrées à ce volume, malgré les insuffisances de notre lecture.

Épilogue

Un choix de lettres issues de la correspondance de Pierre Paris et accompagnées de clés de lecture permettant d'entrer dans un corpus à la fois riche et éminemment fragmentaire, tel est l'objectif que nous avons poursuivi. Comme dans bien d'autres correspondances savantes,

> Tout est affaire ici de réflexivité. Réflexivité de savants d'hier sur le travail intellectuel au quotidien, sur les bilans et les projets, sur les méthodes et les sources, mais aussi sur leur statut et leur position dans le champ intellectuel et social, sur l'exercice d'un métier dans sa routine comme dans ses tournants imprévus; réflexivité des savants d'aujourd'hui sur l'histoire de leur discipline et, par le biais du miroir historiographique, sur leur propre pratique de chercheurs, sur le statut de l'évidence et de l'interprétation, de la preuve et de

> l'intuition, sur la généalogie du savoir, dans ses acquis comme dans ses errances et ses impasses (Jacob, 2008: 7).

Précisons toutefois que cette mémoire épistolaire ne constitue pas à proprement parler la correspondance scientifique de Pierre Paris. Certaines lettres appartiennent à la sphère familiale et touchent au domaine de l'intime. Nous n'avons pourtant pas hésité à les intégrer. Elles sont un témoignage précieux qui aide à mieux saisir le savant à travers l'homme.

Bien que nous ayons donné une place centrale dans notre thèse au corpus dont il a été question, il est évident que d'autres historiens pourraient faire leur miel de ce matériau. Aussi, dans une perspective qui est celle de la *recherche reproductible*, il serait souhaitable de le rendre accessible au plus grand nombre. De ce point de vue, une publication papier ne nous semble guère pertinente. Au regard des ressources offertes par l'outil informatique (en particulier en matière d'interrogation interne du contenu), une édition électronique serait sans doute plus appropriée.

Références bibliographiques

DELAUNAY, Jean-Marc. *Des palais en Espagne. L'École des hautes études hispaniques et la Casa de Velázquez au cœur des relations franco-espagnoles du XXe siècle (1898-1979)*. Madrid: Casa de Velázquez, 1994.

FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. 1re éd. Paris: Armand Colin, 1953.

JACOB, Christian (éd.). *Lieux de savoir. Espaces et communautés*. Paris: Albin Michel, 2007.

JACOB, Christian. Le miroir des correspondances. In: BONNET, Corinne, KRINGS, Véronique (éd.). *S'écrire et écrire sur l'Antiquité. L'apport des correspondances à l'histoire des travaux scientifiques*. Grenoble: Éditions Jérôme Million, 2008: 7-17.

LEGENDRE, Maurice. Souvenirs sur Pierre Paris. L'homme, le fondateur. *Bulletin hispanique*. Bordeaux: université Michel de Montaigne, 35, 2, 1933: 155-167.

MAIER ALLENDE, Jorge. En torno a la génesis de la arqueología protohistórica en España: correspondencia entre Pierre Paris y Jorge Bonsor. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Madrid : Casa de Velázquez, 32, 1, 1996: 1-34.

MAIER ALLENDE, Jorge. *Epistolario de Jorge Bonsor (1886-1930)*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1999.

NIÑO RODRÍGUEZ, Antonio. *Cultura y diplomacia. Los hispanistas franceses y España (1875-1931)*. Madrid: CSIC, Casa de Velázquez, Société des hispanistes français, 1988.

OLIVIER, Laurent. *Le pays des Celtes. Mémoires de la Gaule*. Paris: Seuil, 2018.

PASSINI, Michela. *L'œil et l'archive. Une histoire de l'histoire de l'art*. Paris: La Découverte, 2017.

PROCHASSON, Christophe. *Les années électriques (1880-1910)*. Paris: Éditions La Découverte, 1991.

REIMOND, Grégory. Historia de la arqueología y biografía intelectual, o la mirada (in)discreta del historiador-voyeur. *Anabases. Traditions et réceptions de l'Antiquité*. Toulouse: université Toulouse – Jean Jaurès, 31, 2020: 210-220.

REIMOND, Grégory. *«L'Ibérie s'illuminant des reflets radieux de l'Hellas». Pierre Paris (1859-1931), un passeur de frontières entre hellénisme et hispanisme*, PhD thesis, histoire, TESC, PLH-ERASME, université de Toulouse – Jean Jaurès, 3 vol., 2021.

REIMOND, Grégory. *Pierre Paris (1859-1931). Les racines grecques de l'hispanisme français*. Madrid : Casa de Velázquez, 2 vol., sous presse.

ROUILLARD, Pierre. Paris, Pierre. In : SÉNÉCHAL, Philippe, BARBILLON, Claire (éd.), *Dictionnaire critique des historiens de l'art actifs en France de la Révolution à la Première Guerre mondiale*. Paris: INHA, 2009 (dernière actualisation), en ligne sur. Disponible à: <https://www.inha.fr/fr/ressources/publications/publications-numeriques/dictionnaire-critique-des-historiens-de-l-art/paris-pierre.html>. Accès à: 12 nov. 2024.

Recebido: 31 de julho de 2024 | Aceito: 27 de setembro de 2024

URALES CONTRA OS FILÓSOFOS: A HISTÓRIA DO PENSAMENTO GREGO SEGUNDO UM TANOEIRO ANARQUISTA

Tomás Aguilera Durán[1]

Resumo

Joan Montseny Carret (Federico Urales) (1864-1942) é uma das figuras mais relevantes do anarquismo na Espanha. Destacou-se pelo seu trabalho editorial, especialmente a fundação da *La Revista Blanca*, principal meio de divulgação do anarquismo intelectualista. Nele publicou *La evolución de la filosofía en España* (1900-1902), um ensaio sobre os fundamentos filosóficos de sua ideologia política. Este artigo analisa a parte dedicada à filosofia grega, enfatizando a sua visão hipercrítica em contraste com as referências contemporâneas do anarquismo internacional. A partir de uma abordagem radicalmente cética, materialista e eudemonista, rejeitou toda especulação metafísica como mecanismo de legitimação elitista. No entanto, ele também estava insatisfeito com os materialistas (com a relativa exceção de Aristóteles) pela sua inadequada aplicabilidade social, incluindo aquelas correntes geralmente consideradas precursoras do pensamento anarquista, como o Estoicismo e o Epicurismo.

Palavras-chave

Recepção clássica; anarquismo; filosofia grega; Frederico Urales.

[1] Professor Adjunto – Universidade Autônoma de Madri, Madri, Espanha. **Proyecto ANIHO: PID2020-113314GB-I00**. E-mail: tomas.aguilera@uam.es

Resumen

Joan Montseny Carret (Federico Urales) (1864-1942) es uno de los personajes más relevantes del anarquismo en España. Destacó su labor editorial, especialmente la fundación de *La Revista Blanca*, principal medio de difusión del anarquismo intelectualista. En ella publicó *La evolución de la filosofía en España* (1900-1902), un ensayo sobre los fundamentos filosóficos de su ideario político. Este artículo analiza la parte dedicada a la filosofía griega, enfatizando su visión hipercrítica en contraste con los referentes coetáneos del anarquismo internacional. Desde un planteamiento radicalmente escéptico, materialista y eudemonista, rechazó toda especulación metafísica por considerarla un mecanismo de legitimación elitista; no obstante, también se mostró insatisfecho con los materialistas (con la relativa excepción de Aristóteles) por su inadecuada aplicabilidad social, incluidas aquellas corrientes usualmente consideradas precursoras del pensamiento anarquista, como el estoicismo y el epicureísmo.

Palabras clave

Recepción clásica; anarquismo; filosofía griega; Federico Urales.

> "O nosso naturalismo não é cerebral, como o de Aristóteles, mas é, antes, corporal; não é dedutivo, não se baseia nas ideias de um pensador ilustre; baseia-se nas necessidades de um pedreiro" (Urales, 1934 [1900]: 91).

Introdução

Embora a recepção da Antiguidade no pensamento político seja um imenso campo de estudo, a verdade é que certas áreas permanecem praticamente inexploradas. Um desses terrenos raramente percorridos é o do anarquismo. É claro que a última década foi especialmente estimulante na consideração da presença do classicismo nos movimentos operários, na sua teoria, projeção social e interação com a intelectualidade acadêmica (Stead; Hall, 2015; Fusaro, 2018; Hall; Stead, 2020; Levine, 2021; Núñez López; Sierra Martín, 2021), com antecedentes notáveis (McCarthy, 1992); no entanto, foram Karl Marx e o marxismo os grandes protagonistas destas abordagens. Entretanto, o anarquismo tem sido tratado apenas de uma forma muito pontual e específica, embora com alguma representação no caso de Espanha, provavelmente devido à relevância do movimento neste país no início do século XX (García Morales, 2012; García Jurado, 2013; 2014; Aguilera Durán, 2019).

Resta, em qualquer caso, analisar as particularidades desta relação a partir de uma perspectiva mais global e sistemática: terá havido no anarquismo um interesse distinto pela história, cultura e pensamento antigos, como aquele que conhecemos do republicanismo liberal ou do marxismo? Esta visão é semelhante à de outros movimentos socialistas e revolucionários? Existiu um cânone clássico no anarquismo ou mais aproximações individuais e heterogêneas? Podem as tradições nacionais ser consideradas a este respeito ou predominam certas tendências internacionais? Estas questões pairam sobre este artigo, mas este não pretende responder a nenhuma delas; trata-se de apresentar um caso significativo com o qual contribuir, talvez, para um dia levantá-las mais profundamente.

O tanoeiro anarquista e seu livro de filosofia

Para isso, escolho uma pessoa especialmente relevante para a compreensão do movimento libertário espanhol em um período de fundação, fundamental na formação da sua base teórica e na sua mobilização social. O personagem, o tanoeiro, é Joan Montseny Carret (1864-1942), mais conhecido por seu pseudônimo, Federico Urales. A sua vida despertou

relativo interesse (Pérez de la Dehesa, 1977: 9-25; Samarra i Sancho, 2006; Puente Pérez, 2021), alimentada por sua autobiografia recentemente reeditada (Urales, 2021 [1932]). É, sem dúvida, uma peça-chave no processo de consolidação do anarquismo na Espanha, juntamente com as mulheres a quem esteve ligado: a sua companheira, a pedagoga e editora Teresa Mañé Miravet (ou Soledad Gustavo), e a sua filha, Federica Montseny Mañé, figura proeminente da CNT durante a Segunda República, Ministra da Saúde e Assistência Social durante a Guerra Civil e, mais tarde, líder da esquerda do exílio. Neste núcleo familiar foram geradas algumas das mais influentes iniciativas intelectuais, pedagógicas e editoriais do anarquismo no primeiro terço do século XX (Marín i Silvestre; Palomar i Abadía, 2010), orbitando em torno deles boa parte dos libertários catalães e espanhóis, ao mesmo tempo que constituíam um elo com o anarquismo internacional (Rodríguez Madrazo, 2019).

Urales nasceu em uma família da classe trabalhadora na cidade industrial de Reus, Tarragona. Aos treze anos começou a trabalhar em uma fábrica de barris, mas nunca deixou de estudar e de frequentar aulas noturnas. Desde muito jovem envolveu-se na atividade sindical, logo ingressando nos círculos anarquistas graças à intermediação de Mañé. No entanto, manteria uma relação controversa com as organizações, negando grandes estruturas como a CNT ou a FAI (Abelló i Güell, 2021). Casou-se com Mañé, por casamento civil, em 1891, e iniciou a fundação, em Reus, de uma escola pioneira de tendência secular, racionalista e libertária. Nessa altura, já tinha sido preso várias vezes pela sua militância, e, em 1897, esteve exilado, em Londres e Paris, para evitar novamente a prisão. Nesse mesmo ano, fugindo da repressão, a família instalou-se em Madrid, onde permaneceria até 1913, altura em que, devido a novos problemas jurídicos, partiria definitivamente para Barcelona.

Durante esse período na capital, que é o que aqui nos interessa, os Montseny-Mañé iniciaram aquele que foi talvez o seu projeto mais transcendental, a fundação de *La Revista Blanca* (1898-1905; posteriormente relançada por Federica em 1923-1936). De inspiração francesa, foi concebida à imagem e semelhança das revistas literárias burguesas, uma miscelânea de ciência, arte, literatura, história e filosofia, embora a partir de coordenadas ideológicas antagônicas. Estabeleceu-se como o principal meio intelectual filo-libertário da Espanha, servindo também como lançamento editorial para a publicação e tradução de livros e outras revistas mais ligadas à ação direta, como *Tierra y Libertad*. Para o historiador, constitui, portanto, uma fonte essencial para estudar o substrato cultural e a configuração teórica desta corrente na Espanha

precisamente no momento em que consolidava as suas bases (Laffranque, 1987; Madrid Santos, 1989; Valle-Inclán, 2008; Rodríguez Madrazo, 2019).

Foi aqui, desde o início, na *La Revista Blanca*, que Urales publicou o texto que será comentado: *La evolución de la filosofía en España*. Ele mesmo conta (Urales, 1934 [1900]: 5-11) que o projeto começou quando seu amigo Augustin Hamon, diretor da revista parisiense *L'Humanité Nouvelle*, lhe pediu um artigo sobre os fundamentos do pensamento filosófico na Espanha contemporânea e suas influências estrangeiras. Urales aceitou com entusiasmo, fazendo uma rodada de consultas epistolares com os ilustres intelectuais que conhecia para perguntar-lhes sobre suas preferências. À medida que o material coletado crescia, ele próprio decidiu publicá-lo em sua revista como uma série de artigos que duraria entre 1900 e 1902. Algum tempo depois, em 1934, recapitulou-os em livro, em dois volumes, dentro do acervo da revista.[2].

Em grande medida, o empreendimento foi além da intenção inicial porque Urales decidiu regressar às origens da filosofia antes de empreender os meandros do pensamento contemporâneo, conferindo-lhe também uma dimensão universal que transcendia a abordagem espanhola. Embarcou, assim, em uma imensa retrospectiva na qual se propôs seguir o fio das grandes tendências, com as suas continuidades, transformações e relações mútuas, até chegar ao seu presente. Este percurso não pretende ser exaustivo; trata-se de uma história ensaística, intuitiva, muito pessoal e explicitamente militante, como a qual se busca transmitir a sua opinião sobre as principais correntes, enfatizando seletivamente aquelas premissas que lhe foram mais relacionadas e úteis no desenvolvimento da sua ideologia particular:

> Não pretendia criar uma obra de erudição filosófica, mas sim uma compilação de ideias alheias para coroá-las com uma exposição de minha autoria. [...] ao escrevê-lo, não tive a intenção de conquistar a admiração de nenhum filósofo. Para isso me falta cultura filosófica, além de pedantismo (Urales, 1934 [1900]: 7, 10-11).

A obra tem sido estudada pontualmente, principalmente no que diz respeito à cena contemporânea, sem dúvida a mais atrativa, devido ao seu valor como fonte sobre as referências da intelectualidade progressista do

[2] A publicação original está entre os números 49 (01/07/1900) e 100 (15/07/1902). Neste artigo, utilizaremos, por simplicidade, a paginação da edição de 1934, sempre a partir do primeiro volume, salvo indicação em contrário.

período[3]. Pelo contrário, a parte dedicada à Antiguidade tem despertado quase zero interesse, pelo que, creio, vale a pena dedicar-lhe algumas páginas[4]. Não se trata de forma alguma de avaliar o grau de precisão ou de sucesso da análise que Urales fez; em vez disso, estou interessado no significado ideológico da sua interpretação e na sua relação com outras visões do mundo clássico dentro do anarquismo.

Alguns princípios fundamentais

Nos primeiros artigos da série, Urales estabeleceu certas premissas que marcam as linhas principais do ensaio e são importantes para compreender sua visão particular do pensamento antigo.

Para começar, embora o objetivo do projeto fosse identificar as características da filosofia na Espanha, Urales sentiu a necessidade de esclarecer se se poderia realmente falar de um pensamento caracteristicamente espanhol e, portanto, sujeito a tendências particulares. Foi atraído para cá por um tema muito polêmico na sua época, o debate intelectual sobre o "ser da Espanha", sobre a natureza e o futuro da essência nacional, que se intensificou em torno da crise do final do século. Urales resolveu essa questão aqui de uma forma relativamente simples: "Não existe uma verdadeira e genuína filosofia espanhola" (Urales, 1934 [1900]: 18), assim como não existe raça nem modo de ser espanhol, e nem sequer se pode falar de Espanha em termos absolutos. Segundo ele, os espanhóis e a sua cultura são produto diverso de inúmeras misturas, invasões, migrações e influências, pelo que não é apropriado considerar predisposições geográficas, uma vez que a origem de todos estes componentes — africanos, asiáticos e europeus — é também muito diferente. Consequentemente, se não existe um pensamento especificamente espanhol, ele não possui méritos ou fraquezas específicas sobre as quais devam ser buscadas estratégias particulares. "A nação espanhola é única porque foi constituída por diversos elementos; mas, apesar de sua origem heterogênea, não se distingue por fatos maravilhosos

[3] Ver a reedição dos últimos capítulos da obra, com estudo introdutório de Pérez de la Dehesa, 1977; também a utiliza em suas análises Segarra, 1977.
[4] Fiz uma abordagem preliminar ao assunto no Seminário Internacional da ANIHO: Antiguidade, Progresso e Mudança Social (séculos XIX e XX) (Vitoria-Gasteiz, 2018), publicando algumas ideias essenciais em Aguilera Durán, 2022: 432-435.

nem por uma decadência incomum na evolução dos povos" (Urales, 1934 [1900]: 15)[5].

A consequência historiográfica desta declaração antinacionalista foi que qualquer análise da filosofia na Espanha deveria ser feita tendo em conta as múltiplas tendências universais que nela convergiram. Por isso se preocupou em abordar as correntes filosóficas da Antiguidade, pois considerava que o pensamento da Espanha contemporânea só poderia ser compreendido seguindo o fio das concepções fundamentais que se entrelaçaram ao longo do tempo (Urales, 1934 [1900]: 15-27).

Para além desta questão, todo o ensaio de Urales gira em torno de quatro eixos fundamentais que definem a sua perspectiva filosófica e determinam a sua análise histórica: ceticismo, materialismo, utilitarismo e eudemonismo. Simplificando, inicialmente, defendeu que toda reflexão filosófica deveria ser construída a partir do ceticismo empírico, ou seja, que não podemos acreditar na realidade de nada além da percepção humana, o que inclui qualquer categoria absoluta, como verdade e mentira, bem e mal, justiça e injustiça. Qualquer conceito formulado como algo independente do que os sentidos percebem e do que a mente constrói é puramente especulativo, de modo que toda ideia é necessariamente relativa e provisória.

Isto foi completado com uma visão naturalista e materialista do mundo. A única forma válida de explicar a realidade é analisar suas manifestações como fenômenos naturais regidos pelas leis da matéria, incluindo o ser humano, cujos sentimentos e inteligência, assim como sua fisiologia, são resultados de engrenagens físicas e químicas; tal como as ideias absolutas, Deus, a alma ou o espírito são conceitos ilusórios, pois são desprovidos de uma realidade material que justifique a sua existência.

Estas premissas resultam na defesa de um sentido puramente utilitário e humanista da filosofia e, em geral, de qualquer disciplina humanística, científica ou artística. O conhecimento deve estar exclusivamente ao serviço do ser humano e deve poder ser aplicado na prática à formação de um sistema social benéfico para toda a humanidade. Na filosofia, isto leva a rejeitar qualquer abordagem especulativa dedicada a ideias abstratas e à busca de verdades absolutas, isto é, a metafísica e a teologia, que apenas geram sistemas fictícios e inúteis.

[5] Sobre a posição de Urales sobre a questão nacional e o federalismo, intimamente ligado a Francesc Pi i Margall, ver Martí Font, 2021.

E como objetivo último, apontava o eudemonismo: o objetivo desta utilidade social não deve ser outro senão a felicidade, individual e coletiva, ou seja, a plena satisfação pessoal que, graças à educação, favorece a dos outros através da solidariedade. Se a única realidade contemplada é a material, a felicidade só pode ser alcançada através da cobertura das necessidades materiais, o que também tem impacto no domínio das emoções, das paixões e do intelecto. Se as ideias são construções artificiais, todas as restrições morais ou religiosas devem ser abolidas quando restringem essa satisfação: o que agrada, é bom; o que repugna, é mau. Um sistema de pensamento só é útil se visa a construção de um sistema político e social com essa motivação primária.

> a verdade não se distingue da mentira [...], porque não existe uma base material que a sustente: o homem com os seus desejos, as suas necessidades e até os seus instintos, realidades eternas que não se prestam à dúvida. Fora desta área pode-se especular muito mas é inútil para o objetivo da vida: a felicidade. [...] Ou seja, temos que fazer um ideal dos desejos e necessidades de cada um, sem maior significado do que o de viver bem (Urales, 1934 [1900]: 32-33, 35).

Seu materialismo radical foi aplicado à concepção de degeneração e regeneração do próprio país: "O declínio da Espanha, como todos os declínios, é um acidente orgânico que, com o tempo, se traduz em um acidente histórico" (Urales, 1934 [1900]: 16). Esta crise, que não era particular, mas comum na Europa, era inseparável da tirania capitalista, que piorou as condições de vida e viciou as relações pessoais, especialmente nas cidades. A solução de Urales não foi o regresso a um estado natural primitivo, mas sim a aplicação humanística dos avanços científicos e tecnológicos para reorientar a população para um modo de vida mais saudável (exercício, abstinência, higiene, cuidados de saúde etc.), o que só era possível promovendo a educação e a cultura em um sistema onde a distribuição de recursos era equitativa e o trabalho não era concebido a partir da exploração e para o benefício de outros.

Em *Sociología Anarquista* (1896), Urales desenvolveu esta ideologia com mais detalhes[6]. Enquanto ali se concentrou na sua formulação teórica, *La evolución de la filosofía en España* constitui, de certa forma, a sua aplicação historiográfica. Assim, Urales propôs o seguinte: se este é o verdadeiro progresso, o objetivo da revolução anarquista, que filósofos e ideias podem ser úteis para esse fim e quais são prejudiciais ou contraproducentes?

[6] Algumas revisões sobre as concepções filosóficas e sociológicas de Urales em Pérez de la Dehesa, 1977; Girón Sierra, 1999; 2000.

Nesse sentido, seu pesadelo é a metafísica, por ocupar milênios de esforço de pensadores inteligentes em uma tarefa infrutífera, um simples jogo acadêmico "para uso dos mágicos do intelectualismo", com a única motivação de "satisfazer vaidades" (Urales, 1934 [1900]: 32). Mas o mais grave é o seu efeito perverso a nível social: toda a especulação distante das necessidades materiais das pessoas implica uma categorização dogmática da realidade, a formulação de verdades absolutas que servem para legitimar ideais políticos, discursos belicistas e desigualdades socioeconômicas; através da metafísica e da teologia, a elite intelectual perpetua a sua posição privilegiada enquanto justifica sistemas opressivos.

> Todas as filosofias e religiões passadas e presentes foram e são excessivamente imorais, porque todas cultivam o super-homem, a predominância do intelectualismo, do sacerdócio e do espírito em detrimento do povo e dos atributos materiais do indivíduo. Não houve religião ou filosofia humana; houve uma religião e uma filosofia de classe (Urales, 1934 [1900]: 46).

A partir deste ponto de partida, Urales apresenta a sua história particular da filosofia como um percurso dicotômico, cujas origens remontam à mais remota Antiguidade: de um lado, a triunfante tendência metafísica e "espiritualista", classista e nociva; de outro, a abordagem materialista, cujas ideias podem ser utilizadas para construir um modelo libertário a serviço da humanidade.

É claro que a abordagem de Urales não é algo isolado. A defesa do materialismo utilitário e eudemonista, com múltiplas nuances, foi uma causa comum de diferentes socialismos e liberalismos utópicos ao longo do século XIX, diretamente inspirados em certas tendências do Iluminismo francês[7]. Entre essas ramificações, o anarquismo traçou a sua própria tradição materialista como base filosófica da sua teoria social e política, rastreável em autores que eram referências indiscutíveis para Urales, particularmente Pierre-Joseph Proudhon (Condit, 1982), Mikhail Bakunin (Morris, 1993: 78-84; Onfray, 2017: 217-250) e Piotr Kropotkin (MacLaughlin, 2016: 142-181). Não só encontramos neles ideias concordantes neste sentido, mas também, em algumas das suas obras, retrospectivas da história da filosofia levantadas a partir dessa mesma oposição dicotômica, marcada pela animosidade em relação à metafísica. Não em vão, a obra mais emblemática de Bakunin, *Deus e o Estado* (1882), começa precisamente com a questão "Qui a raison, les idéalistes ou les matérialistes?", para depois atacar os primeiros, de Platão a Hegel,

[7] Os sete volumes da *Contra-história da Filosofia* de Michel Onfray constituem a revisão mais sistemática do eudemonismo materialista ao longo do tempo; sobre a sua incidência no século XIX, ver Onfray, 2017.

passando por Kant, bem como contra a sofisticação do materialismo marxista, que acabaria ofuscando qualquer outro materialismo revolucionário.

Dentro deste panorama, a originalidade e o interesse de Urales — especialmente dos estudos clássicos — é, antes de tudo, a sua relativa sistematicidade, a aplicação desta abordagem a todas as correntes filosóficas da Antiguidade, mesmo que brevemente. Revisões semelhantes do pensamento clássico a partir de um prisma anarquista, pelo menos as de referência, são posteriores. É o caso de *Ética* (1922) de Piotr Kropotkin ou *Der Vorfrühling der Anarchie* (1925) de Max Nettlau, o mais ilustre historiador do anarquismo e, aliás, amigo íntimo da família Montseny; muito mais especializado foi o filósofo francês Han Ryner, cujo trabalho chegou à Espanha em meados da década de 1920, em grande parte através da intermediação da *La Revista Blanca*. Um segundo ponto de originalidade é marcado pela crítica radical, pela visão constantemente insatisfeita das correntes discutidas, seja pela substância de suas propostas, seja pela sua aplicabilidade moral e social. Isto, como veremos, muitas vezes o distinguiu daquelas outras referências, por vezes um pouco mais condescendentes, dentro de um movimento já hipercrítico.

O papel pernicioso da filosofia antiga

A filosofia antiga não foi tema prioritário no projeto de Urales, mas acabou ocupando um espaço considerável naquela busca pela origem dos grandes fios do pensamento universal. Especificamente, dedicou-lhe três capítulos do livro que, na publicação original, ocupavam doze artigos: os dois primeiros sobre o pensamento oriental, os cinco seguintes sobre a filosofia grega e os cinco últimos sobre o período romano, que tratam quase inteiramente dos fundamentos do cristianismo. O mundo grego ocupa, portanto, um lugar claramente predominante na análise da filosofia pagã[8].

Antes, percorreu muito brevemente as culturas orientais, nas quais reconheceu um papel fundacional na formação do pensamento ocidental, identificando nelas a gênese dos seus princípios essenciais, como sempre, sobretudo, no negativo (Urales, 1934 [1900]: 37-47). Da Índia, destacou o idealismo metafísico aplicado a uma moral restritiva e punitiva; do confucionismo chinês, a retórica intelectual que legitima a opressão; do Zoroastrismo, a obsessão pela luta entre o bem e o mal e o seu resultado

[8] Especificamente, dedicou-lhe cinco artigos que vão do número 54 (15/09/1900) ao 58 (15/11/1900).

escatológico. Foram os alicerces que transformaram a religião e a filosofia nos pilares da desigualdade humana: "A história do sábio e do tolo. Em troca de liderarem os pobres, eles têm de trabalhar para os sábios. Os filósofos nunca esquecem o seu papel como pastores" (Urales, 1934 [1900]: 41). Agora, ele também reconheceu, especialmente na Pérsia, a origem dos primeiros vislumbres materialistas que mais tarde germinaram na Grécia.

Para Urales, os gregos, um "povo virgem e vigoroso", souberam aprofundar e desenvolver ideias herdadas como nenhum outro, servindo de ponte para o Ocidente. Do nexo jônico entre os dois mundos, cristalizaram-se os dois grandes caminhos pelos quais todo o pensamento ocidental iria percorrer: por um lado, a metafísica espiritualista (em Zenão de Eleia ou Pitágoras) e, por outro, o promissor materialismo (em Tales de Mileto), combinados de várias maneiras em autores ecléticos (como Heráclito, Anaxágoras ou Empédocles de Agrigento) (Urales, 1934 [1900]: 51-58).

Urales tentou ser sistemático, mas, muitas vezes, pode-se dizer que ele perdeu certas oportunidades de apoiar os seus argumentos devido à precipitação da sua abordagem. Esta aproximação é produzida pelo fato dele ter ignorado quase que por completo o atomismo. Na verdade, apenas dedicou algumas linhas a Leucipo e Demócrito, a cuja teoria dedicou apenas algumas breves linhas, valorizando apenas a sua ênfase na educação para alcançar a felicidade (Urales, 1934 [1900]: 57-58). Seu desinteresse é ainda mais pronunciado com seu seguidor romano Lucrécio, a quem ele apenas mencionou de passagem (Urales, 1934 [1901]: 100). Isto pode ser desconcertante se tivermos em conta a afinidade potencial que esta corrente oferece com a sua ideologia: o seu ceticismo em relação às explicações sobrenaturais, ignorando as divindades e qualquer essência transcendente; sua proposta radicalmente materialista sobre a composição baseada em partículas e no vazio de tudo o que existe; sua ética hedonista focada na busca equilibrada da felicidade e na valorização dos sentidos (Onfray, 2020: 53-75).

Surpreende também pelo destaque que esses autores tiveram ao longo da história como referências de correntes racionalistas (Greenblatt, 2014), do humanismo renascentista à física contemporânea, passando pelo Iluminismo radical do qual Urales se inspira intensamente (*vide infra*). Não esqueçamos também que a tese de doutorado de Marx é precisamente um tratado reivindicativo sobre Demócrito e Epicuro (Fusaro, 2018; Anzola Moreno, 2019; Levine, 2021: 1-40). Sem sair do círculo imediato de Urales, vale a pena considerar os escritos de Félix de Unamuno, que, entre 1902 e

1904, publicou na *La Revista Blanca* uma série de artigos de vulgarização científica em defesa do materialismo empírico. Especialmente pertinente é o seu texto "Más sobre el materialismo" (1903), uma retrospectiva sobre os antigos antecedentes desta tendência, que é basicamente uma apologia a Demócrito e Lucrécio como visionários da ciência moderna e defensores da luta contra o dogmatismo religioso. Não será a primeira vez que veremos Urales ignorar ou criticar correntes que, em princípio, se alinhavam bem com a sua ideologia.

Seu próximo porto de largada foi Sócrates (Urales, 1934 [1900]: 58-68). Admirava-o profundamente por considerá-lo o criador da primeira filosofia humana, focada no aperfeiçoamento vital, e pela defesa revolucionária de suas ideias. Simpatizava com a sua simplicidade e humildade idealizadas, essenciais para evitar necessidades vazias, servidões empobrecedoras e a prostituição do próprio talento. Ele se alegrava com sua maneira de desafiar estudiosos arrogantes por meio de sua inteligência natural e autodidata, com a qual Urales provavelmente se identificava.

Porém, para além desta simpatia pela sua atitude pessoal e intelectual, acusou-o de manter uma posição conservadora por apoiar as ilusões mais nocivas: a crença na divindade e, com ela, na existência de uma noção absoluta e verdadeira de bondade e justiça. Esta crítica serviu de pretexto para desenvolver uma excursão sobre a natureza artificial de tais categorias abstratas. Para Urales, o bom e o justo só poderiam ser entendidos como concepções maleáveis, inseparáveis da percepção e dependentes do contexto ideológico, educacional e social. Com os seus esforços, Sócrates negligenciou o que era verdadeiramente importante, o que era tangível e imediato. "Existe uma bondade, uma justiça e uma verdade absolutas: aquilo que se sente, se aceita e se reconhece em virtude das nossas condições materiais sem necessidade de qualquer comparação [...]. Ele não sabia ou não queria ver essas verdades eternas, nem outros filósofos sabiam como vê-las" (Urales, 1934 [1900]: 62).

Em relação a isso, é muito interessante sua crítica aos sofistas, com quem Sócrates conviveu e debateu (Urales, 1934 [1900]: 63-66). A partir deles, ele elogiou precisamente o que sentiu falta em Sócrates: o ceticismo, o seu questionamento dos preconceitos sociais e das verdades absolutas. No entanto, o seu grande fracasso foi que o seu desafio intelectual não tinha uma correlação moral e social, tornando-os verdadeiramente inofensivos ao poder. Por um lado, na prática não eram subversivos porque cumpriam hipocritamente e exploravam em seu favor as leis e instituições cujos

fundamentos questionavam. Da mesma forma, nunca propuseram qualquer alternativa política favorável à comunidade, mas apenas agiram em benefício próprio. Foi, portanto, um relativismo vazio e inútil.

> Um ideal não pode ser retirado das humanidades sem lhe dar outro novo ideal. A negação não pode acontecer sozinha; deve ser acompanhada de uma afirmação. Sócrates apresentou um falso ideal, mas apresentou um ideal. Seus adversários tinham razão [...], mas onde estava o ideal, o objeto para substituir as antigas crenças? Em nenhum lugar, e a vida não é possível sem propósito (Urales, 1934 [1900]: 65).

A partir daqui propôs-se avaliar brevemente a utilidade dos sucessores de Sócrates. Concluiu que todos simplificaram suas propostas de forma pouco satisfatória, inclusive aqueles que, em princípio, poderiam encontrar uma certa acomodação na sua ideologia: Diógenes de Sinope, apesar do seu espírito antiautoritário, foi descartado por cair em um naturalismo extremo que levou "ao abandono, à sujeira e até à bestialidade"; Aristipo de Cirene, embora se aprofundasse na tendência materialista, foi criticado porque faltava profundidade moral à sua exaltação do prazer (Urales, 1934 [1900]: 68-69). Urales, crítico entre críticos, encontrou máculas onde outros anarquistas encontrariam virtudes[9].

Mas, sem dúvida, o pior de todos os pensadores gregos foi Platão. Ele é o único seguidor de Sócrates a quem dedicou um mínimo de interesse, mas apenas para criticá-lo implacavelmente, culpando-o por desenvolver precisamente a parte metafísica do pensamento socrático (Urales, 1934 [1900]: 69-75). Para Urales, representa o culminar do que há de mais abominável na filosofia. Para começar, considerava-o um discípulo medíocre, apenas um imaginativo divulgador de ideias herdadas que levou o espiritualismo a um novo patamar, baseado na pura especulação. A sua passagem para a posteridade deveu-se, em última análise, ao subsequente triunfo da metafísica, de modo que o seu compromisso com ideias transcendentes abriu uma porta particularmente perigosa, servindo como fundamento racional da teologia:

> Empobreceu a filosofia e enriqueceu a metafísica. Ele não se limitou, como seu professor, a apoiar um sistema filosófico de regime, educação e estudo dos homens, mas fez dos deuses e da teologia o principal objeto do pensamento humano [...]. Pode-se dizer que Platão foi o primeiro escolástico (Urales, 1934 [1900]: 69).

[9] Os livros de Ryner, *Les paraboles cyniques* (1913) e *Le père Diogène* (1920), são bons exemplos de simpatias anarquistas sobre os cínicos. Uma afirmação recente de Diógenes e Aristipo em Onfray, 2020: 105-140.

Tornando-se o campeão das verdades absolutas e dos dogmas, os seus devaneios estatistas também constituíram o suporte de uma exploração elitista camuflada por uma erudição enganosa. "Não foi em vão que Platão entendeu que os trabalhadores precisavam de alguém que os defendesse e governasse, tentando ser um dos governantes. Uma sociedade ideal com trabalhadores e ociosos, com diretores e dirigidos" (Urales, 1934 [1900]: 73-74). Em suma, a metafísica platônica foi mais um elo, embora particularmente influente, naquela longa cadeia de retórica intelectualista que legitimou a desigualdade até ao presente: "Castelar e Cícero foram as personalidades que mais se aproximaram dela" (Urales, 1934 [1900]: 70) [10].

A exceção de Aristóteles

Na verdade, Aristóteles foi o único grego que emergiu relativamente intacto do linchamento filosófico de Urales. É, aliás, a quem dedicou maior espaço, fazendo uma seleção relativamente extensa de citações chave (Urales, 1934 [1900]: 75-86). Se, segundo ele, Platão foi "um filósofo da religião", Aristóteles "pode ser distinguido pelo nome de filósofo da humanidade" (Urales, 1934 [1900]: 76). Certamente, encontrou na sua obra todos os elementos fundamentais do seu sistema: o materialismo e o naturalismo para explicar o mundo; a concepção social do ser humano e a prevalência do bem comum sobre o indivíduo; a consideração da virtude e da justiça como produtos culturais relativos, construídos através da experiência. "Em Aristóteles vimos a base do grande edifício intelectual que abrigará toda a humanidade, satisfeita com a vida e suas alegrias, dona de suas ações e rica pela variedade de seus prazeres e paixões" (Urales, 1934 [1900]: 85).

Ainda assim, nem tudo foram elogios. Por um lado, logicamente, rejeitou categoricamente a justificação da escravidão como condição natural de certos indivíduos, embora, em qualquer caso, a explicasse pelo contexto cultural do pensador (Urales, 1934 [1900]: 79). Por outro lado, como é habitual em toda a sua obra, repreendeu-o pela falta de compromisso político. Embora concordasse com a ideia de que a avaliação moral de qualquer sistema político depende das circunstâncias do tempo e do espaço em que se desenvolve, lamentou não ter optado por um modelo específico, deixando tão aberta a sua interpretação ideológica (Urales, 1934

[10] Fundamentalmente — é claro, em um tom um pouco menos hostil e mais sutil — encontramos mais tarde uma visão semelhante da linha traçada entre Sócrates, os sofistas e Platão em Kropotkin 1925 [1922], cap. V.

[1900]: 77-78). Estas exceções não invalidaram o seu valor como o filósofo mais útil da antiguidade de uma perspectiva anarquista.

Segundo Urales, o verdadeiro problema do legado aristotélico foi a forma como foi posteriormente maltratado. Nem os seus discípulos diretos, como veremos, nem os comentadores medievais, modernos e contemporâneos corresponderam ao seu potencial. Por um lado, muitos tentaram apropriar-se de suas ideias e absorvê-las dentro da linha metafísica, mutilando-as e distorcendo-as para redirecioná-las à causa dos poderosos, sem verdadeiro sucesso, pois, para Urales, o pensamento platônico e aristotélico era absolutamente inconciliável. Por outro lado, os seus seguidores mais valorizados e bem-intencionados não foram suficientemente perspicazes ou corajosos para vislumbrar o alcance revolucionário das suas ideias. "Aristóteles teve a dupla infelicidade de cair nas mãos de pensadores espiritualistas (teólogos) e de ter sido julgado por gerações intelectualmente incapazes de apreciar o valor intrínseco da filosofia aristotélica, que eles transformaram em apenas mais uma metafísica" (Urales, 1934 [1900]: 82).

Assim, a imposição hegemônica do idealismo teria acabado por distorcer ou levar ao esquecimento aqueles preceitos radicalmente materialistas que poderiam ser subversivos. O anarquismo, postulou ele, é o único movimento digno de resgatar consistentemente as propostas de Aristóteles e finalmente colocá-las em prática. "A evolução do pensamento aristotélico deve ser vista nos ácratas, ateus e naturalistas [...]. [O aristotelismo] tem o nome, em nossos dias, de naturalismo científico (materialista, ateu, revolucionário)" (Urales, 1934 [1900]: 84).

Seja como for, entre os inúmeros leitores que adulteraram o pensamento de Aristóteles, houve apenas uma exceção.

> Helvétius, assim como Aristóteles, não tem a seu favor a vontade dos pensadores que pesam nas mentes das classes ou ideias dominantes e, no entanto, em nossa opinião, nem os epicuristas, nem os estoicos, nem os naturalistas como Demóstenes, nem os empiristas como Bacon, ou Rousseau, nem os idealistas como Espinosa, nem os positivistas como Hume, nem os psicólogos como Laromiguiére, nem os realistas como Herbat, nem os sensualistas como Condillac, possuem a força cerebral de Helvétius, nem a dão às paixões a importância que ele lhes dá, nem atendem com a majestade do médico francês às leis naturais a cuja satisfação a sociologia nos conduz (Urales, 1934 [1900]: 85).

Refere-se ao francês Claude-Adrien Schweitzer (1715-1771), mais conhecido pelo apelido de família Helvétius. Pertencente a uma prestigiada linhagem de médicos, gozava de uma elevada posição de

privilégios e cargos na corte. Mas Helvétius pertencia ao círculo do Barão D'Holbach, de quem nasceu a *Encyclopédie*, aquellos ilustrados aqueles radicais esclarecidos que sofreram a repressão do Antigo Regime e logo foram encurralados pela intelectualidade oficial da Revolução (Bermudo Ávila, 1987; Onfray, 2010; Blom, 2012). O livro mais relevante de Helvétius, *De l'esprit* (1758), um contraponto crítico ao *De l'esprit des loix* de Montesquieu (1748), foi condenado pelo Parlamento e queimado publicamente em Paris. Nele defendeu que não existem noções absolutas que legitimem qualquer distinção nacional particular, estratificação social, sistema político ou jurídico; que a única análise verdadeiramente racional do mundo tinha de ser ateísta e materialista; que o sistema ideal deveria centrar-se na felicidade humana, na satisfação das necessidades materiais e das paixões, tornando-a compatível com o bem comum através da educação.

A identificação de Urales com Helvétius não surpreende. Mais tarde, quando se aprofundou na história da filosofia moderna, reforçou essa simpatia, ao mesmo tempo que insistiu na sua insatisfação geral com a filosofia antiga.

> Dissemos que, para nós, Helvétius é um dos pensadores mais humanos que já existiram. Ele é mais positivista que Aristóteles e mais naturalista que Epicuro, a quem toma como professor. Tanto Epicuro quanto Helvétius são encantadoramente simples. Aristóteles pode dar origem à metafísica de Kant [...]; Helvétius só pode sugerir uma concepção simples e natural da vida, tal como nós, anarquistas, a concebemos (Urales, 1934 [1901]: vol. 2, 13).

A alusão a esta personagem é excepcional por si só porque Urales quase nunca mencionou referências modernas ou contemporâneas na sua análise da Antiguidade; este é o único intermediário que ele considerou digno disso. O caso também é interessante porque ele próprio apresentou esta preferência por Aristóteles e Helvétius como uma inclinação heterodoxa dentro da esquerda revolucionária: "Alguns dos nossos leitores devem ter ficado surpresos com a tendência radical que deduzimos da filosofia aristotélica" (Urales, 1934 [1900]: 84).

Isto é apenas parcialmente verdade. Houve afirmações semelhantes de ambos os pensadores em outras formulações socialistas e anarquistas, embora, mais uma vez, a originalidade de Urales deva ser valorizada tendo em conta a data inicial em que escreveu. Neste sentido, é revelador que, na reedição de 1934, tenha mencionado outros dois autores, Kropotkin e Pi i Margall, cujas referências provavelmente eram posteriores à edição

original[11]. Além disso, não podemos ignorar a presença essencial que Aristóteles teve na obra de Marx — especialmente na primeira parte de *O Capital* (1867) —, em tudo o que diz respeito à análise dos fundamentos da ordem socioeconômica e à sua aplicação utilitarista (McCarthy, 1992; Levine, 2021). É difícil determinar se a omissão de Marx entre os comentadores de Aristóteles foi deliberada, resultado de ignorância ou de simples desinteresse. O que fica claro, sobretudo, é a intenção de Urales de construir um discurso próprio e pessoal sobre o pensamento antigo, tão determinada e coerente foi a sua identificação com o Iluminismo radical francês, construindo uma ponte inusitada de um século e meio de distância.

A fragmentação helenística

Como já antecipamos, os sucessores de Aristóteles também não convenceram Urales, pois ele acreditava que não eram capazes de compensar as deficiências de Aristóteles, e também desenraizaram e exageraram suas valiosas ideias (Urales, 1934 [1900]: 86-90). Manteve assim o seu tom crítico geral e, novamente, de uma forma particularmente contundente porque afetava duas figuras habitualmente reivindicadas pelo anarquismo: Epicuro e Zenão de Cítio. Certamente, Urales os considerava os pensadores helenísticos mais valiosos, pelo cultivo do materialismo, pela relativização das construções sociais e pela sua vocação humanista; na verdade, ambos complementaram Aristóteles sob perspectivas diferentes, mas levando sua posição a dois extremos incompatíveis com o projeto libertário: "Epicuro abusa do prazer; Zenão, da dor" (Urales, 1934 [1900]: 89).

Dedicou surpreendentemente pouco espaço a Epicuro e com uma avaliação bastante ambígua. Claro, coincidiu com a sua proposta eudemonista, com a sua prioridade de satisfação das necessidades e paixões humanas ("Aqui há energia moral, amor à vida e aos homens"), e colocou-o ao lado de Helvétius como os representantes máximos daquela

[11] Ele incluiu Kropotkin em relação ao valor de Aristóteles no estudo da função que cada ação da natureza cumpre (Urales, 1934: 81), o que se enquadra no papel essencial que efetivamente cumpre ao longo da sua *Ética* (1922). Ele mencionou Pi i Margall ao falar sobre as concepções estéticas de Aristóteles e a necessidade de combinar forma e substância nas criações artísticas e literárias (Urales, 1934: 78-79). Assim como no primeiro caso, ele não especificou a qual obra se referia, mas, claro, foi tema recorrente em sua produção ensaística.

louvável vocação[12]. No entanto, identificou um risco importante em sua doutrina, que definiu, um tanto vagamente, como "as degenerações típicas de todo exagero sensualista" (Urales, 1934 [1900]: 89), o que o levou a descartar esta corrente sem maiores explicações. Na verdade, pode-se dizer que Urales optou pela imagem mais superficial e atual do epicurismo, sem se aprofundar muito em seu potencial.

Na mesma linha, anos depois, sua filha Federica publicou um pequeno artigo sobre a aposentadoria do escritor belga Maurice Maeterlinck, que havia declarado seu desejo de se aposentar da vida pública para aproveitar a vida. A crônica de Montseny, publicada no segundo período da *La Revista Blanca* e intitulada justamente "Epicurismo ou idealismo", critica duramente sua atitude, que ela identifica com a idiossincrasia individualista e hedonista da burguesia: "seu egoísmo ingênuo, sua ignorância cruel, que os faz sonhar com horizontes róseos e imediatos, com uma pequena paz encerrada em si mesmos, com o esquecimento dos outros e com o amor de si mesmos" (F. Montseny, 1923: 4).

Insisto nesta rejeição do epicurismo no círculo de Montseny porque esta visão mudou radicalmente em meados da década de 1920. Não posso parar agora nesta nova etapa, mas acredito que a mudança de atitude se deve muito ao impacto específico da *Ética* de Kropotkin — onde Epicuro é talvez o pensador antigo mais valorizado — e às traduções e colaborações de Ryner, que reivindicou intensamente ao epicurismo na própria *La Revista Blanca*[13].

Voltando à obra de Urales em 1900, o outro grande descarte helenístico foi o estoicismo de Zenão. Foi-lhe reservado mais espaço do que a Epicuro, mas a sua rejeição foi muito mais frontal e decisiva. Ele gostou da interpretação naturalista do mundo do estoicismo, mas encontrou objeções irreconciliáveis à sua aplicabilidade social e moral. Ele acreditava que a sua insistência na preparação física e mental para a dor e a adversidade, embora pudesse ser útil e sensata, gerava uma perspectiva desesperada: "Esta previsão implica um conceito pessimista das condições humanas e uma grande desconfiança no futuro da nossa raça" (Urales, 1934 [1900]: 88). Além disso, e mais importante, ele pensava que tal predisposição para a luta e a competição implica um deslocamento do princípio da

[12] *Vide supra*. Sobre a relação de Helvétius com o epicurismo, ver Force, 2009. Citação em Urales, 1934 [1900]: 89.

[13] Essas influências são demonstradas pela revisão feita por Federica da *Ética* de Kropotkin (F. Montseny, 1925) e pelo artigo que ela dedicou a Ryner (F. Montseny, 1927). Kropotkin, por sua vez, seguiu de perto o filósofo Jean-Marie Guyau (*La Morale d'Épicure*, 1878) em sua avaliação de Epicuro.

solidariedade, que transformou esta tendência em um instrumento de perpetuação de classe ao serviço dos mais fortes.

> E nos nossos dias, como nos de Zenão, nada mais fazemos do que preparar o nosso braço para ferir melhor os nossos semelhantes, que foi o que fizeram os filósofos atenienses. É condição da vida atual ser vítima ou algoz; mas os filósofos que não aspiram a um estado melhor são filósofos dignos do estado atual, onde tudo é mesquinho (Urales, 1934 [1900]: 89).

Esta rejeição radical constitui outra nota discordante no seu contexto, uma vez que Zenão é um dos filósofos antigos de maior sucesso entre os intelectuais anarquistas em geral. Talvez o exemplo mais simbólico seja fornecido por Kropotkin: encarregado de escrever o verbete "anarquismo" na *Encyclopaedia Britannica* de 1910, ele foi claro ao explorar os antecedentes do pensamento *pré-anarquista*: "O melhor expoente da filosofia anarquista na Grécia antiga foi Zenão" (Kropotkin, 1910: 915), destacando sua atitude contra o Estado, a religião e o dinheiro, bem como sua defesa do individualismo solidário. Mais exaustivo foi Nettlau, que dedicou todo o segundo capítulo de seu livro sobre as origens do pensamento libertário a Zenão (Nettlau, 1925: 10-18)[14]. Deve-se notar que essas obras também são posteriores ao ensaio de Urales, mas continuam a reforçar o caráter inconformista de sua abordagem peculiar.

Ele mesmo resumiu muito bem a sua insatisfação geral ao fazer uma avaliação final daqueles autores que considerava mais valiosos dentro da filosofia antiga, a quem rotulou como a "trindade" materialista: "Aristóteles, a inteligência mais culta, defendia um naturalismo puramente abstrato e filosófico. Zenão, o mais robusto e forte, propagou um naturalismo de classe. Epicuro, talvez o mais sincero, tinha o defeito de carregar a nota sensualista" (Urales, 1934 [1900]: 90). Nenhum deles valia completamente a pena, na verdade.

Urales concluiu a sua análise do pensamento helênico com algumas breves notas sobre os céticos, um movimento que estava inseparavelmente ligado ao declínio político e intelectual da Grécia[15]. Tal como aconteceu com os sofistas, ele celebrou sem hesitação o seu questionamento radical das verdades únicas, mas, como é habitual na sua carreira, eles foram desfigurados pela sua indiferença social e política. Por mais que suas

[14] Ambos se referiram nessas ocasiões ao trabalho do marxista austríaco Georg Adler (*Geschichte des Sozialismus und Kommunismus von Plato bis zur Gegenwart,* 1899); ver Ellis, 2016: 329, nota 5. No caso de Kropotkin, sua visão posterior do estoicismo na *Ética* seria mais equilibrada e crítica (Kropotkin, 1925 [1922]: cap. V).

[15] Menciona Pirro de Élis, Tímon, Diógenes Laércio, Anaxidemo (Enesidemo) e Sexto (Urales, 1934 [1900]: 92-94).

reflexões fossem impecáveis do ponto de vista teórico, eram simples reflexões intelectuais que ignoravam as necessidades daqueles que sofriam:

> Há algo superior à razão, e esse algo é o que a humanidade, que tem fome de pão e de direitos e sede de água e de justiça, jamais olhará com indiferença [...]. Olharemos com indiferença para todos os problemas intelectuais quando a humanidade sofredora tiver resolvido os problemas materiais (Urales, 1934 [1900]: 93-94).

Envolvida nestes jogos intelectualistas, a Grécia sucumbiu à força pragmática e implacável de Roma. A parte dedicada aos romanos realmente se concentrou em desvendar as origens do pensamento cristão (Urales, 1934 [1901]: 97-143), que mereceria consideração separada. De qualquer forma, não lhes atribuiu grandes contribuições filosóficas, mas sim a transformação das ideias gregas e, entre elas, apenas as mais simples:

> As doutrinas que encontraram seguidores em Roma foram as dos filósofos gregos com um ideal mais simples e claro, porque entravam pelos sentidos: as propagadas por Zenão e Epicuro: "Viva segundo a Natureza". "Aproveite tudo o que puder." E isso os romanos fizeram, e fizeram perfeitamente. [...] O cérebro romano não estava preparado para se entregar a reflexões especulativas, negligenciando, não sabemos se por sua grosseria ou por seu espírito simples, as doutrinas que não afetavam diretamente seus sentidos (Urales, 1934 [1901]: 98 e 100).

Já durante o período imperial, que considerava brutal, a confluência de duas grandes correntes marcaria para sempre a visão ocidental do mundo. Por um lado, o estoicismo de Zenão, "degenerado" depois de passar pelo filtro de Cícero, Epiteto, Marco Aurélio e, acima tudo, Sêneca: serenidade, força, resignação, submissão, igualdade e caridade; por outro, a metafísica neoplatônica que sofreu mutações de mãos dadas com a teosofia judaica na Alexandria de Fílon: misticismo, dogmatismo, transcendência e imortalidade (Urales, 1934 [1901]: 97-116). A ideologia cristã formou-se, na realidade, sem a necessidade de Cristo; entretanto, os vislumbres do materialismo humanista foram relegados, quando muito, à prática do hedonismo egoísta.

Conclusão

Segundo Urales, sobre um substrato oriental foi semeada na Grécia a semente de certas ideias úteis e benéficas para a humanidade, mas, ao fim e ao cabo, seu caráter abstrato ou sua aplicação problemática reafirmavam a tendência classista e elitista que tinha sido inerente a todos os sistemas

de educação foi finalmente camuflada no pensamento da história. Os sofistas eram hipócritas; Sócrates, apesar da sua atitude, era conservador; Platão foi um místico pernicioso; Aristóteles, o melhor, impraticável; Diógenes era um selvagem; Zenão, um pessimista; Epicuro, um homem vicioso. Todos eram insatisfatórios para o exigente projeto libertário.

Não se pode dizer que Urales tivesse uma concepção de filosofia radicalmente diferente dentro do movimento anarquista e socialista, uma vez que partilhava os princípios essenciais (ceticismo, materialismo, utilitarismo, eudemonismo). No entanto, a forma como formula a sua análise histórica, particularmente hipercrítica e devastadora, é peculiar e, por vezes, distancia-se de outras visões ideologicamente muito próximas. Isto talvez possa ser explicado por duas razões: por um lado, tem a ver com o com a natureza impulsiva, apaixonada e deliberadamente controversa da sua abordagem ao assunto; por outro lado, a sua escrita inicial pode ter tido uma influência, antes da chegada de certas obras, que possivelmente o tivessem levado a qualificar algumas afirmações — embora, na reedição de 1934, tenha mantido intactas as suas ideias nessa parte. Em todo o caso, em um movimento caracterizado pelo individualismo e pelo espírito crítico, temos neste exemplo uma reflexão particularmente heterodoxa e iconoclasta sobre a relevância dos clássicos no pensamento revolucionário contemporâneo.

Referências bibliográficas

ABELLÓ I GÜELL, Teresa. Joan Montseny o Federico Urales: ideología y polémicas de un anarquista. En: URALES, Federico. *Mi vida*. Barcelona-Tarragona: Universitat de Barcelona-Universitat Rovira i Virgili, 2021: 25-38.

AGUILERA DURÁN, Tomás. Montseny entre ruinas: impresiones arqueológicas de una anarquista. *Veleia*, 36, 2019: 111-124.

AGUILERA DURÁN, Tomás. Pensamiento progresista y recepción de la antigüedad en la España finisecular: tres ejemplos peculiares. En: JIMÉNEZ AGUILAR, Francisco *et al*. (eds.). *Conversaciones contemporáneas: transnacionalidad, género y conflictos en los siglos XIX y XX*. Granada: Comares, 2022: 425-440.

ANZOLA MORENO, Johan Nicolás. La tesis doctoral de Marx. *Cuadernos de Filosofía Latinoamericana*, vol. 40, n. 121, 2019: 77-93.

BAKUNIN, Mikhail A. *Dieu et l'état*. Genève: Imprimerie Jurassienne, 1882.

BERMUDO ÁVILA, José Manuel. *Helvétius y d'Holbach*, Barcelona: Horsori, 1987.

BLOM, Philipp. *Gente peligrosa: el radicalismo olvidado de la IIustración europea*. Trad. de Daniel Najmías. Barcelona: Anagrama, 2012.

CONDIT, Stephen. *Proudhonist Materialism and Revolutionary Doctrine*. Sanday: Cienfuegos Press, 1982.

ELLIS, Heather. Stoicism in Victorian Culture. En: SELLARS, John (ed.). *The Routledge Handbook of the Stoic Tradition*. London-New York: Routledge, 2016: 319-330.

FORCE, Pierre. Helvétius as an Epicurean Political Theorist. En: LEDDY, Neven; LIFSCHITZ, Avi (eds.). *Epicurus in the Enlightenment*. Oxford: Voltaire Foundation, 2009: 105-118.

FUSARO, Diego. *Marx y el atomismo griego: las raíces del materialismo histórico*. Vilassar de Dalt: El Viejo Topo, 2018.

GARCÍA JURADO, Francisco. Anarquismo y mundo clásico: Ícaro y Safo. En: PINO CAMPOS, Luis Miguel; SANTANA HENRÍQUEZ, Germán (eds.). *Kalos kai agazos anir didaskaloi paradeigma: homenaje al profesor Juan Antonio López Férez*. Madrid: Ediciones Clásicas, 2013: 311-316.

GARCÍA JURADO, Francisco. La Eneida como utopía regeneradora: Pierre-Joseph Proudhon. *Studia Philologica Valentina*, 16, 2014: 51-68.

GARCÍA MORALES, Francisco. Heracles y el león de nemea. Huellas de la cultura clásica en la simbología anarcosindicalista. *Estudios: Revista de Pensamiento Libertario*, 2, 2012: 102-116.

GIRÓN SIERRA, Álvaro. Metáforas finiseculares del declive biológico: degeneración y revolución en el anarquismo español. *Asclepio*, vol. 51, n. 1, 1999: 247-273.

GIRÓN SIERRA, Álvaro. ¿Hacer tabla rasa de la historia?: la analogía entre herencia fisiológica y memoria en el anarquismo español (1870-1914). *Asclepio*, vol. 52, n. 2, 2000: 99-118.

GREENBLATT, Stephen. *El Giro: de cómo un manuscrito olvidado contribuyó a crear el mundo moderno*. Trad. de Juan Rabasseda y Teófilo de Lozoya. Barcelona: Crítica, 2014.

HALL, Edith; STEAD, Henry (eds.). *A People's History of Classics: Class and Greco-Roman Antiquity in Britain and Ireland 1689 to 1939*. London: Routledge, 2020.

KROPOTKIN, Piotr. Anarchism. En: *The Encyclopaedia Britannica: A Dictionary of Arts, Sciences, Literature and General Information. 1/2. A to Androphagi*. 11.ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1910: 914-919.

KROPOTKIN, Piotr. *Ética: origen y evolución de la moral*. Trad. de Nicolás Tasin. Buenos Aires: Argonauta, 1925 [1922].

LAFFRANQUE, Marie. Juan Montseny y los intelectuales: 1898-1905. *Anthropos*, 78, 1987: 42-46.

LEVINE, Norman. *Marx's Resurrection of Aristotle*. Cham: Palgrave Macmillan, 2021.

MACLAUGHLIN, Jim. *Kropotkin and the Anarchist Intellectual Tradition*, London: Pluto Press, 2016.

MADRID SANTOS, Francisco. *La prensa anarquista y anarcosindicalista en España desde la I Internacional hasta el final de la Guerra Civil*, Tesis Doctoral. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1989.

MARÍN I SILVESTRE, Dolors; PALOMAR I ABADÍA, Salvador. *Els Montseny Mañé: un laboratori de les idees*. Reus: Carrutxa, 2010.

MARTÍ FONT, Jordi. Joan Montseny y el catalanismo. En: URALES, Federico. *Mi vida*. Barcelona-Tarragona: Universitat de Barcelona-Universitat Rovira i Virgili, 2021: 39-58.

MCCARTHY, George E. (ed.). *Marx and Aristotle: Nineteenth-Century German Social Theory and Classical Antiquity*. Savage: Rowman & Littlefield, 1992.

MONTSENY MAÑÉ, Federica. Epicurismo e idealismo. *La Revista Blanca*, segunda época, n. 10, 15 de octubre de 1923: 3-5.

MONTSENY MAÑÉ, Federica. "Ética": Pedro Kropotkine.—Editorial Argonauta. Buenos Aires. *La Revista Blanca*, segunda época, n. 52, 15 de julio de 1925: 22-25.

MONTSENY MAÑÉ, Federica. Hans Ryner, o la filosofía de la sonrisa. *La Revista Blanca*, segunda época, n. 91, 1 de marzo de 1927: 582-585.

MORRIS, Brian. *Bakunin: The Philosophy of Freedom*. Montreal: Black Rose Books, 1993.

NETTLAU, Max. *Der Vorfrühling der Anarchie: ihre historische Entwicklung von den Anfängen bis zum Jahre 1864*. Berlin: F. Kater, 1925.

NÚÑEZ LÓPEZ, Christian; SIERRA MARTÍN, César. (eds.). *La influencia de Marx y el marxismo en los estudios sobre la Antigüedad*. Buenos Aires: Estudios del Mediterráneo Antiguo, 2021.

ONFRAY, Michel. *Contrahistoria de la filosofía, IV. Los ultras de las Luces*. Trad. de Marco Aurelio Galmarini. Barcelona: Anagrama, 2010.

ONFRAY, Michel. *Contrahistoria de la filosofía, V. El eudemonismo social*. Trad. de Alcira Bixio. Buenos Aires: El cuenco de plata, 2017.

ONFRAY, Michel. *Contrahistoria de la filosofía, I. Las sabidurías de la Antigüedad*. Trad. de Marco Aurelio Galmarini. 3ª ed. Barcelona: Anagrama, 2020.

PÉREZ DE LA DEHESA, Rafael. Estudio preliminar. En: URALES, Federico. *La evolución de la filosofía en España*. 2ª ed. Barcelona: Laia, 1977: 7-71.

PUENTE PÉREZ, Ginés. De Federico Urales a Joan Montseny: la vida de un anarquista controvertido. En: URALES, Federico. *Mi vida*. Barcelona-Tarragona: Universitat de Barcelona-Universitat Rovira i Virgili, 2021: 9-24.

RODRÍGUEZ MADRAZO, Jaime D. *Federico Urales y La Revista Blanca en el circuito anarquista transnacional*. Trabajo Fin de Máster. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2019.

SAMARRA I SANCHO, Frederic. Joan Montseny i l'anarquisme català del segle XIX. En: ANGUERA, Pere (ed.). *Pensament i literatura a Reus al segle XIX*. Reus: Edicions del Centre de Lectura, 2006: 287-302.

SEGARRA, Agustí. *Federico Urales y Ricardo Mella: teóricos del anarquismo español*. Barcelona: Anagrama, 1977.

STEAD, Henry; HALL, Edith (eds.). *Greek and Roman Classics in the British Struggle for Social Reform*. London: Bloomsbury, 2015.

UNAMUNO, Félix. Más sobre el materialismo. *La Revista Blanca*, 119, 1 de junio de 1903: 720-724.

URALES, Federico [Montseny, Joan]. *Sociología anarquista*. La Coruña: El Progreso, 1896.

URALES, Federico. *Mi vida*. Barcelona-Tarragona: Universitat de Barcelona-Universitat Rovira i Virgili, 2021 [1932].

URALES, Federico. *La evolución de la filosofía en España*, Barcelona: La Revista Blanca, 1934 [1900-1902].

VALLE-INCLÁN, Javier del. *Biografía de La revista blanca: 1898-1905*. Barcelona: Sintra, 2008.

Recibido: 31 de julio de 2024 | Aceptado: 27 de septiembre 2024

URALES CONTRA LOS FILÓSOFOS: LA HISTORIA DEL PENSAMIENTO GRIEGO SEGÚN UN TONELERO ANARQUISTA

Tomás Aguilera Durán[1]

Resumen

Joan Montseny Carret (Federico Urales) (1864-1942) es uno de los personajes más relevantes del anarquismo en España. Destacó su labor editorial, especialmente la fundación de *La Revista Blanca*, principal medio de difusión del anarquismo intelectualista. En ella publicó *La evolución de la filosofía en España* (1900-1902), un ensayo sobre los fundamentos filosóficos de su ideario político. Este artículo analiza la parte dedicada a la filosofía griega, enfatizando su visión hipercrítica en contraste con los referentes coetáneos del anarquismo internacional. Desde un planteamiento radicalmente escéptico, materialista y eudemonista, rechazó toda especulación metafísica por considerarla un mecanismo de legitimación elitista; no obstante, también se mostró insatisfecho con los materialistas (con la relativa excepción de Aristóteles) por su inadecuada aplicabilidad social, incluidas aquellas corrientes usualmente consideradas precursoras del pensamiento anarquista, como el estoicismo y el epicureísmo.

Palabras clave

Recepción clásica; anarquismo; filosofía griega; Federico Urales.

[1] Profesor ayudante doctor – Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, España. **Proyecto ANIHO: PID2020-113314GB-I00**. E-mail: tomas.aguilera@uam.es

Resumo

Joan Montseny Carret (Federico Urales) (1864-1942) é uma das figuras mais relevantes do anarquismo na Espanha. Destacou-se pelo seu trabalho editorial, especialmente a fundação da *La Revista Blanca*, principal meio de divulgação do anarquismo intelectualista. Nele publicou *La evolución de la filosofía en España* (1900-1902), um ensaio sobre os fundamentos filosóficos de sua ideologia política. Este artigo analisa a parte dedicada à filosofia grega, enfatizando a sua visão hipercrítica em contraste com as referências contemporâneas do anarquismo internacional. A partir de uma abordagem radicalmente cética, materialista e eudemonista, rejeitou toda especulação metafísica como mecanismo de legitimação elitista. No entanto, ele também estava insatisfeito com os materialistas (com a relativa exceção de Aristóteles) pela sua inadequada aplicabilidade social, incluindo aquelas correntes geralmente consideradas precursoras do pensamento anarquista, como o Estoicismo e o Epicurismo.

Palavras-chave

Recepção clássica; anarquismo; filosofia grega; Frederico Urales.

> "Nuestro naturalismo no es cerebral, como el de Aristóteles, sino que es corporal; no es deductivo, no se basa en las ideas de un pensador insigne; se basa en las necesidades de un peón de albañil" (Urales, 1934 [1900]: 91).

Introducción

Si bien la recepción de la Antigüedad en el pensamiento político resulta un campo de estudio inmenso, lo cierto es que ciertas parcelas permanecen prácticamente inexploradas. Uno de esos terrenos escasamente transitados es el del anarquismo. Desde luego, la última década ha sido especialmente estimulante en la consideración de las presencias del clasicismo en los movimientos obreristas, su teoría, proyección social e interacción con la intelectualidad académica (Stead; Hall, 2015; Fusaro, 2018; Hall; Stead, 2020; Levine, 2021; Núñez López; Sierra Martín, 2021), con notables antecedentes (McCarthy, 1992); no obstante, han sido Karl Marx y el marxismo los grandes protagonistas en estas aproximaciones. Mientras, el anarquismo se ha tratado solo de forma muy puntual y específica, aunque con cierta representación para el caso de España, probablemente por la relevancia del movimiento en este país a principios del siglo XX (García Morales, 2012; García Jurado, 2013; 2014; Aguilera Durán, 2019).

Queda pendiente, en cualquier caso, analizar las particularidades de esta relación desde una perspectiva más global y sistemática: ¿ha existido en el anarquismo un interés distintivo por la historia, cultura y pensamiento antiguos como el que conocemos del republicanismo liberal o el marxismo?, ¿ esta visión es similar a la de otros movimientos socialistas y revolucionarios?, ¿existió un canon clasicista en el anarquismo o más bien aproximaciones individuales y heterogéneas?, ¿cabe considerar tradiciones nacionales al respecto o predominan ciertas tendencias internacionales? Sobre este artículo sobrevuelan estas cuestiones, pero no aspira a contestar ninguna; se trata de presentar un caso significativo con el que contribuir, quizá, a plantearlas algún día más seriamente.

El tonelero anarquista y su libro de filosofía

Elijo para ello un personaje especialmente relevante para la comprensión del movimiento libertario español en un periodo fundacional, clave en la conformación de su base teórica y su movilización social. El personaje, el tonelero, es Joan Montseny Carret (1864-1942), más conocido por su alias, Federico Urales. Su vida ha suscitado un relativo interés (Pérez de la

Dehesa, 1977: 9-25; Samarra i Sancho, 2006; Puente Pérez, 2021), alimentado por su autobiografía, recientemente reeditada (Urales, 2021 [1932]). Es, indudablemente, una pieza clave en el proceso de consolidación del anarquismo en España, junto con las mujeres a las que estuvo vinculado: su pareja, la pedagoga y editora Teresa Mañé Miravet (o Soledad Gustavo), y su hija, Federica Montseny Mañé, figura preeminente de la CNT durante la Segunda República, ministra de Sanidad y Asistencia Social durante la Guerra Civil y después referente de la izquierda desde el exilio. En este núcleo familiar se generaron algunas de las iniciativas intelectuales, pedagógicas y editoriales más influyentes del anarquismo del primer tercio del siglo XX (Marín i Silvestre; Palomar i Abadía, 2010), orbitaron en torno a ellos buena parte de los libertarios catalanes y españoles, y constituyeron además un nexo con el anarquismo internacional (Rodríguez Madrazo, 2019).

Urales nació en una familia obrera en la ciudad industrial de Reus, Tarragona. A los trece años comenzó a trabajar en una fábrica de toneles, aunque nunca dejó de formarse de manera autodidacta y asistiendo a clases nocturnas. Desde muy joven se implicó en la actividad sindical, integrándose pronto en los círculos anarquistas gracias a la intermediación de Mañé. No obstante, mantuvo una relación controvertida con las organizaciones, renegando de las grandes estructuras como la de la CNT o la FAI (Abelló i Güell, 2021). Con Mañé se casó, por matrimonio civil, en 1891, y se embarcó en la fundación en Reus de una escuela pionera de tendencia laica, racionalista y libertaria. A esas alturas ya había sido detenido varias veces por su militancia, y en 1897 estuvo en el exilio, en Londres y París, para evitar de nuevo la cárcel. Ese mismo año, huyendo de la represión, la familia se instaló en Madrid, donde permaneció hasta 1913, cuando, debido a nuevos problemas legales, se marchó definitivamente a Barcelona.

Durante ese periodo en la capital, que es el que nos interesa aquí, los Montseny-Mañé iniciaron el que quizá fue su proyecto más transcendental, la fundación de *La Revista Blanca* (1898-1905; luego relanzada por Federica en 1923-1936). De inspiración francesa, estaba concebida a imagen y semejanza de las revistas literarias burguesas, una miscelánea de ciencia, arte, literatura, historia y filosofía, aunque desde coordenadas ideológicas antagónicas. Pronto se consagró como el principal medio filolibertario de corte intelectualista en España, sirviendo además de lanzadera editorial para la publicación y traducción de libros y otras revistas más ligadas a la acción directa, como *Tierra y Libertad*. Para el historiador constituye, por tanto, una fuente esencial para estudiar el sustrato cultural y la

configuración teórica de esta corriente en España precisamente en la época en la que estaba consolidando sus bases (Laffranque, 1987; Madrid Santos, 1989; Valle-Inclán, 2008; Rodríguez Madrazo, 2019).

Fue aquí, en *La Revista Blanca* de los inicios, donde Urales publicó el texto que se va a comentar: *La evolución de la filosofía en España*. Él mismo cuenta (Urales, 1934 [1900]: 5-11) que el proyecto comenzó cuando su amigo Augustin Hamon, director de la revista parisina *L'Humanité Nouvelle*, le solicitó un artículo sobre los fundamentos del pensamiento filosófico en la España contemporánea y sus influencias extranjeras. Urales aceptó con entusiasmo, haciendo una ronda de consultas epistolares a los ilustres intelectuales que conocía para consultarles sus preferencias. Al crecer el material recopilado, decidió publicarlo él mismo en su revista como una serie de artículos que se prolongó entre 1900 y 1902. Tiempo después, en 1934, los recompuso en forma de libro, en dos volúmenes, dentro de la colección de la revista[2].

En gran medida, la empresa desbordó tanto la intención inicial porque Urales decidió retrotraerse hasta los orígenes de la filosofía antes de acometer los entresijos del pensamiento contemporáneo, dándole además una dimensión universal que traspasaba el enfoque español. Se embarcó así en una inmensa retrospectiva en la que se propuso seguir el hilo de las grandes tendencias, con sus continuidades, transformaciones y relaciones mutuas, hasta desembocar en su presente. Este recorrido no pretendía ser exhaustivo; se trata de una historia ensayística, intuitiva, muy personal y explícitamente militante con la que solo buscaba transmitir su opinión acerca de las principales corrientes, enfatizando selectivamente aquellas premisas que le resultaban más afines y útiles en el desarrollo de su particular ideario:

> no pretendí hacer una obra de erudición filosófica, sino más bien una recopilación de ideas ajenas para coronarlas con una exposición de las propias. [...] al escribirla no me había propuesto ganar la admiración de ningún filósofo. Para ello me falta cultura filosófica y además pedantería (Urales, 1934 [1900]: 7, 10-11).

La obra ha sido estudiada puntualmente, sobre todo en lo concerniente a la etapa contemporánea, sin duda la más atractiva, por su valor como

[2] La publicación original se encuentra entre los números 49 (01/07/1900) y 100 (15/07/1902). En el presente artículo utilizaremos, por simplificar, la paginación de la edición de 1934, siempre del primer volumen, excepto cuando se indique lo contrario.

fuente sobre los referentes de la intelectualidad progresista del periodo[3]. Por el contrario, la parte dedicada a la Antigüedad ha despertado un interés casi nulo, por lo que, creo, merece la pena dedicarle unas páginas[4]. En absoluto se trata de valorar el grado de precisión o acierto en el análisis que hizo Urales; me interesa, en cambio, el sentido ideológico de su interpretación y su relación con otras visiones del mundo clásico dentro del anarquismo.

Algunos principios fundamentales

En los primeros artículos de la serie, Urales asentó ciertas premisas que marcan las líneas maestras del ensayo y son importantes para comprender su particular visión del pensamiento antiguo.

Para empezar, en tanto que el objetivo del proyecto era identificar las características de la filosofía en España, Urales sintió la necesidad de puntualizar si realmente podía hablarse de un pensamiento característicamente español y, por tanto, sujeto a particulares tendencias. Se deslizó aquí por un asunto muy candente en su tiempo, el debate intelectual sobre el "ser de España", acerca de la naturaleza y devenir de la esencia nacional, que se había intensificado en torno a la crisis de final de siglo. Urales lo zanjó aquí de un modo relativamente simple: "No hay verdadera y genuina filosofía española" (Urales, 1934 [1900]: 18), como tampoco una raza ni una forma de ser nacional; ni siquiera debería hablarse de España en términos absolutos. Según él, los españoles y su cultura son el producto diverso de innumerables mezclas, invasiones, migraciones e influencias, de manera que también pueden descartarse las predisposiciones geográficas, pues la procedencia de todos esos componentes −africana, asiática y europea− es muy distinta. En consecuencia, si no existe un pensamiento propiamente español, a este tampoco le corresponden méritos ni flaquezas específicos sobre los que haya que buscar estrategias particulares. "La nación española es singular porque la han constituido elementos diversos; pero, a pesar de su origen heterogéneo, no se distingue por hechos maravillosos ni por una

[3] Véase la reedición de los últimos capítulos de la obra, con estudio introductorio de Pérez de la Dehesa, 1977; también la utiliza en su análisis Segarra, 1977.
[4] Hice una aproximación preliminar al asunto en el Seminario Internacional ANIHO: Antigüedad, Progreso y Cambio Social (siglos XIX y XX) (Vitoria-Gasteiz, 2018), publicando algunas ideas esenciales en Aguilera Durán, 2022: 432-435.

decadencia desacostumbrada en la evolución de los pueblos" (Urales, 1934 [1900]: 15)[5].

La consecuencia historiográfica de esta declaración antinacionalista fue que todo análisis de la filosofía en España debía hacerse atendiendo a las múltiples tendencias universales que habían confluido en ella. Por eso se preocupó de abordar las corrientes filosóficas de la Antigüedad, pues consideraba que el pensamiento de la España contemporánea solo podía entenderse siguiendo el hilo de las concepciones fundamentales que se han ido entretejiendo a lo largo del tiempo (Urales, 1934 [1900]: 15-27).

Más allá de esta cuestión, todo el ensayo de Urales pivota en torno a cuatro ejes fundamentales que definen su perspectiva filosófica y determinan su análisis histórico: escepticismo, materialismo, utilitarismo y eudemonismo. Simplificando, en primer lugar, defendía que toda reflexión filosófica debía construirse desde el escepticismo empírico, es decir, que no podemos creer en la realidad de nada más allá de la percepción humana, lo que incluye cualquier categoría absoluta, como la verdad y la mentira, el bien y el mal, la justicia y la injusticia. Es puramente especulativo todo concepto que se formule como algo independiente de lo que perciben los sentidos y construye la mente, de modo que toda idea es necesariamente relativa y provisional.

Esto se completaba con una visión naturalista y materialista del mundo. La única forma válida de explicar la realidad es analizar sus manifestaciones como fenómenos naturales regidos por las leyes de la materia, incluido el ser humano, cuyos sentimientos e inteligencia, como su fisiología, son el resultado de engranajes físicos y químicos. Al igual que las ideas absolutas, Dios, el alma o el espíritu son conceptos ilusorios, en tanto que desprovistos de una realidad material que justifique su existencia.

Dichas premisas derivan en la defensa de un sentido puramente utilitarista y humanista de la filosofía y, en general, cualquier disciplina humanística, científica o artística. El conocimiento debe estar exclusivamente al servicio del ser humano y debe poder aplicarse de forma práctica a la conformación de un sistema social beneficioso para el conjunto de la humanidad. En filosofía, esto lleva a rechazar cualquier planteamiento especulativo consagrado a las ideas abstractas y la búsqueda de verdades absolutas, esto es, la metafísica y la teología, que solo generan sistemas ficticios e inútiles.

[5] Sobre la postura de Urales acerca de la cuestión nacional y el federalismo, muy ligada a Francesc Pi i Margall, véase Martí Font, 2021.

Y como fin último, señaló el eudemonismo: el objetivo de esa utilidad social no debe ser otro que la felicidad, individual y colectiva, esto es, la plena satisfacción personal que, gracias a la educación, favorezca la de los demás mediante la solidaridad. Si la única realidad que se contempla es la material, la felicidad solo puede lograrse cubriendo las necesidades materiales, lo que también repercute en el ámbito de las emociones, las pasiones y el intelecto. Si las ideas son construcciones artificiales, toda restricción moral o religiosa debe abolirse cuando coarta esa satisfacción: es bueno lo que agrada y malo lo que repugna. Un sistema de pensamiento es útil solo si se encamina a la construcción de un sistema político y social con esa motivación primordial.

> no se distingue la verdad de la mentira [...], porque no hay una base material que la sostenga: el hombre con sus deseos, sus necesidades y hasta con sus instintos, realidades eternas y que no se prestan a dudas. Fuera de este terreno, se puede especular mucho pero inútilmente para el objetivo de la vida: la dicha. [...] Es decir, hemos de hacer un ideal de los deseos y necesidades de cada uno, sin más transcendencia que la de vivir bien (Urales, 1934 [1900]: 32-33, 35).

Su materialismo radical se aplicaba a la propia concepción de la degeneración y regeneración del país: "La decadencia de España como todas las decadencias es un accidente orgánico que, con el tiempo, se traduce en accidente histórico" (Urales, 1934 [1900]: 16). Esta crisis, que no era particular, sino común en Europa, era inseparable de la tiranía capitalista, que había empeorado las condiciones de vida y viciado las relaciones personales, especialmente en las ciudades. La solución de Urales no era el regreso a un estado natural primitivo, sino la aplicación humanista de los avances científicos y tecnológicos para reconducir a la población hacia una forma de vida más sana (ejercicio, abstemia, higiene, cuidado de la salud, etc.), lo que solo era posible fomentando la educación y la cultura dentro de un sistema donde el reparto de los recursos fuera equitativo y el trabajo no se concibiese desde la explotación y para el beneficio ajeno.

En *Sociología anarquista* (1896) Urales desarrolló con más detenimiento este ideario[6]. Mientras que allí se centró en su formulación teórica, *La evolución de la filosofía en España* constituye en cierto modo su aplicación historiográfica. Así, Urales planteó lo siguiente: si ese es el verdadero progreso, el objetivo de la revolución anarquista, ¿qué filósofos e ideas nos

[6] Algunas revisiones sobre las concepciones filosóficas y sociológicas de Urales en Pérez de la Dehesa, 1977; Girón Sierra, 1999; 2000.

pueden resultar útiles para ese propósito y cuáles adversos o contraproducentes?

En este sentido, su bestia negra es la metafísica, por ocupar milenios de esfuerzo a pensadores inteligentes en una tarea yerma, un simple juego erudito "para uso de los magos del intelectualismo", con la única motivación de "satisfacer vanidades" (Urales, 1934 [1900]: 32). Pero lo más grave es su perverso efecto a nivel social: toda elucubración alejada de las necesidades materiales de las personas conlleva una categorización dogmática de la realidad, la formulación de verdades absolutas que sirven para legitimar ideales políticos, discursos belicistas y desigualdades socioeconómicas; mediante la metafísica y la teología, la élite intelectual perpetúa su posición privilegiada mientras justifica los sistemas opresores.

> todas las filosofías y religiones pasadas y presentes han sido y son con exceso inmorales, porque todas cultivan el superhombre, el predominio del intelectualismo, del sacerdocio y del espíritu en perjuicio del pueblo y de los atributos materiales del individuo. No ha habido una religión ni una filosofía humanas; ha habido una religión y una filosofía de clase (Urales, 1934 [1900]: 46).

Desde este punto de partida Urales plantea su particular historia de la filosofía como un recorrido dicotómico, cuyos orígenes retrotrae a la más remota Antigüedad: en un lado, la triunfante tendencia metafísica y "espiritualista", clasista y dañina; en el otro, la aproximación materialista, cuyas ideas pueden ser aprovechables para construir un modelo libertario al servicio de la humanidad.

Desde luego, el planteamiento de Urales no es algo aislado. La defensa del materialismo utilitarista y eudemonista, con múltiples matices, fue causa común de distintos socialismos y liberalismos utópicos a lo largo de todo el siglo XIX, inspirados de forma directa por ciertas tendencias de la Ilustración francesa[7]. Entre esas ramificaciones, el anarquismo trazó su propia tradición materialista como base filosófica de su teoría social y política, rastreable en autores que eran referentes indiscutibles para Urales, particularmente Pierre-Joseph Proudhon (Condit, 1982), Mikhail Bakunin (Morris, 1993: 78-84; Onfray, 2017: 217-250) y Piotr Kropotkin (MacLaughlin, 2016: 142-181). No solo encontramos en ellos ideas concordantes en este sentido, sino también, en algunas de sus obras, retrospectivas sobre la historia de filosofía planteadas desde esa misma oposición dicotómica, marcada por la animadversión hacia a la metafísica.

[7] Los siete volúmenes de la *Contrahistoria de la filosofía* de Michel Onfray constituyen el más sistemático repaso del eudemonismo materialista a lo largo del tiempo; sobre su incidencia en el siglo XIX, véase Onfray, 2017.

No en vano, la obra más emblemática de Bakunin, *Dios y el Estado* (1882), arranca precisamente con la pregunta "Qui a raison, les idéalistes ou les matérialistes?". A continuación, arremete contra los primeros, de Platón a Hegel, pasando por Kant, como también contra la sofisticación del materialismo marxista, que acabaría por eclipsar cualquier otro materialismo revolucionario.

Dentro de este panorama, la originalidad e interés de Urales −especialmente desde los estudios clásicos− es, en primer lugar, su relativa sistematicidad, la aplicación de este enfoque a todas las corrientes filosóficas de la Antigüedad, aunque fuera brevemente. Los repasos similares del pensamiento clásico desde un prisma anarquista, al menos los de referencia, son posteriores. Es el caso de la *Ética* (1922) de Piotr Kropotkin o *Der Vorfrühling der Anarchie* (1925) de Max Nettlau, el más insigne historiador del anarquismo y, por cierto, íntimo amigo de la familia Montseny; mucho más especializado fue el filósofo francés Han Ryner, cuya obra llegó a España a mediados de los años 20, en gran medida por intermediación de *La Revista Blanca*. Un segundo punto de originalidad lo marca su radical criticismo, la mirada constantemente insatisfecha hacia las corrientes tratadas, ya fuese por el fondo de sus propuestas o por su aplicabilidad moral y social. Esto, como veremos, le distinguió a menudo de esos otros referentes, a veces algo más condescendientes, dentro de un movimiento ya de por sí hipercrítico.

El papel pernicioso de la filosofía antigua

La filosofía antigua no era una cuestión prioritaria en el proyecto de Urales, pero acabó ocupando un espacio considerable, en esa búsqueda del origen de los grandes hilos del pensamiento universal. Específicamente, le dedicó tres capítulos del libro que, en la publicación original, ocuparon doce artículos: los dos primeros sobre el pensamiento oriental, los cinco siguientes sobre filosofía griega y los cinco últimos sobre el periodo romano, que versan casi totalmente acerca de los fundamentos del cristianismo. El mundo griego ocupa, por tanto, un lugar claramente predominante en el análisis de la filosofía pagana[8].

Antes de eso, pasó muy brevemente por las culturas orientales, en las que reconoció un papel fundacional para la conformación del pensamiento occidental, identificando en ellas la génesis de sus principios esenciales,

[8] En concreto, le dedicó los artículos que van desde el número 54 (15/09/1900) al 58 (15/11/1900).

como siempre, sobre todo, en negativo (Urales, 1934 [1900]: 37-47). Destacó de la India el idealismo metafísico aplicado a una moral restrictiva y punitiva; del confucianismo chino, la retórica intelectual que legitima la opresión; del zoroastrismo, la obsesión por la lucha entre el bien y el mal y su desenlace escatológico. Ahí estaban los cimientos que convirtieron a la religión y la filosofía en los pilares de la desigualdad humana: "El cuento del sabio y del necio. En pago de dirigir a los pobres, éstos han de trabajar por los sabios. Nunca olvidan los filósofos su papel de pastores" (Urales, 1934 [1900]: 41). Ahora bien, también reconoció, especialmente en Persia, el origen de los primeros atisbos materialistas que después germinaron en Grecia.

Para Urales, los griegos, un "pueblo virgen y vigoroso", supieron como ningún otro profundizar y desarrollar las ideas heredadas, sirviendo de puente hacia Occidente. Desde el nexo de Jonia entre los dos mundos, cristalizaron los dos grandes caminos por los que iba a transitar todo el pensamiento occidental: por un lado, la metafísica espiritualista (en Zenón de Elea o Pitágoras) y, por otro, el prometedor materialismo (en Tales de Mileto), combinados de diversas formas en autores eclécticos (como Heráclito, Anáxagoras o Empédocles de Agrigento) (Urales, 1934 [1900]: 51-58).

Urales intentó ser sistemático, pero a menudo podría decirse que desaprovechó ciertas oportunidades de respaldar sus argumentos por lo precipitado de su aproximación. Esta impresión produce el hecho de que ignorase casi por completo al atomismo. En efecto, solo dedicó unas breves líneas a Leucipo y Demócrito, valorando únicamente su énfasis en la educación para lograr la felicidad (Urales, 1934 [1900]: 57-58). Su desinterés es aún más acusado con su seguidor romano Lucrecio, al que simplemente mencionó de pasada (Urales, 1934 [1901]: 100). Esto puede resultar desconcertante si tenemos en cuenta la potencial afinidad que ofrece esta corriente con su ideario: su escepticismo ante las explicaciones sobrenaturales, prescindiendo de las divinidades y toda esencia trascendente; su propuesta radicalmente materialista sobre la composición a base de partículas y vacío de todo lo existente; su ética hedonista centrada en la búsqueda equilibrada de la felicidad y la valoración de los sentidos (Onfray, 2020: 53-75).

Sorprende, también, por el protagonismo que estos autores han tenido a lo largo de la historia como referentes de las corrientes racionalistas (Greenblatt, 2014), desde el humanismo renacentista hasta la física contemporánea, pasando por la Ilustración radical de la que bebió

intensamente Urales (*vid. infra*). No olvidemos tampoco que la tesis doctoral de Marx es precisamente un tratado reivindicativo sobre Demócrito y Epicuro (Fusaro, 2018; Anzola Moreno, 2019; Levine, 2021: 1-40). Sin salir del círculo inmediato de Urales, cabe considerar los escritos de Félix de Unamuno, que entre 1902 y 1904 publicó en *La Revista Blanca* una serie de artículos de divulgación científica en defensa del materialismo empírico. Especialmente pertinente es su texto "Más sobre el materialismo" (1903), una retrospectiva sobre los antecedentes antiguos de esta tendencia, que básicamente es una apología de Demócrito y Lucrecio como visionarios de la ciencia moderna y preconizadores del combate contra los dogmatismos religiosos. No será la primera vez que veamos a Urales soslayar o criticar corrientes que, en principio, se alineaban bien con su ideario.

Su siguiente punto de recalada fue Sócrates (Urales, 1934 [1900]: 58-68). Lo admiraba profundamente por considerarlo el creador de la primera filosofía humana, centrada en la mejora vital, y por la defensa revolucionaria de sus ideas. Simpatizaba con su idealizada sencillez y humildad, imprescindible para evitar las necesidades vacuas, las servidumbres empobrecedoras y la prostitución del propio talento. Se regocijaba con su manera de desafiar a los eruditos arrogantes mediante su inteligencia natural y autodidacta, con la que probablemente Urales se sentía identificado.

Sin embargo, más allá de esta simpatía por su actitud personal e intelectual, le acusó de mantener una postura conservadora por sostener los espejismos más dañinos: la creencia en la divinidad y, con ello, en la existencia de una noción absoluta y verdadera de bondad y justicia. Esta crítica le sirvió de pretexto para desarrollar un excurso acerca del carácter artificial de tales categorías abstractas. Para Urales, lo bueno y lo justo solo podían entenderse como concepciones maleables, inseparables de la percepción y dependientes del contexto ideológico, educativo y social. Con su empeño, Sócrates desatendía lo verdaderamente importante, lo tangible e inmediato. "Hay una bondad, una justicia y una verdad absolutas: la que se siente, acata y reconoce en virtud de nuestras condiciones materiales sin necesidad de comparación alguna [...]. No supo o no quiso ver estas verdades eternas, ni las supieron ver otros filósofos" (Urales, 1934 [1900]: 62).

En relación con esto, es muy interesante su crítica a los sofistas, con los que Sócrates coexistió y debatió (Urales, 1934 [1900]: 63-66). De ellos ensalzó precisamente lo que echaba de menos en Sócrates, el escepticismo, su

cuestionamiento de las preconcepciones sociales y las verdades absolutas; sin embargo, su gran fallo era que su desafío intelectual no tuviera un correlato moral y social, resultando realmente inofensivos para el poder. En la práctica no resultaban subversivos porque acataban hipócritamente, e instrumentalizaban a su favor, las leyes e instituciones cuyos fundamentos cuestionaban; asimismo, nunca propusieron ninguna alternativa política favorable a la colectividad, sino que solo actuaban en beneficio propio. Se trataba, por tanto, de un relativismo vacío y desprovisto de utilidad.

> A las humanidades no se les puede quitar un ideal sin darle otro ideal nuevo. La negación no puede ir sola; ha de ir acompañada de una afirmación. Sócrates presentaba un ideal falso, pero presentaba un ideal. Sus adversarios estaban en lo cierto [...], pero, ¿dónde estaba el ideal, el objeto con que relevar las viejas creencias? En ninguna parte, y sin objetivo no es posible la vida (Urales, 1934 [1900]: 65).

A partir de aquí se propuso valorar brevemente la utilidad de los sucesores de Sócrates. Concluyó que todos simplificaron sus propuestas de forma poco satisfactoria, incluso aquellos que, en principio, podrían encajar con su ideología: Diógenes de Sinope, pese a su espíritu antiautoritario, fue descartado por caer en un naturalismo extremo que conducía "al abandono, a la suciedad y hasta a la bestialidad"; Aristipo de Cirene, aunque ahondaba en la tendencia materialista, fue criticado porque su exaltación del placer carecía de profundidad moral (Urales, 1934 [1900]: 68-69). Urales, crítico entre los críticos, encontraba máculas donde otros anarquistas encontrarían virtudes[9].

Pero, sin duda, el peor parado de todos los pensadores griegos fue Platón. Es el único seguidor de Sócrates al que dedicó un mínimo interés, pero solo para criticarlo de forma despiadada, culpándolo de desarrollar precisamente la parte metafísica del pensamiento socrático (Urales, 1934 [1900]: 69-75). Para Urales, representa el culmen de lo más aborrecible de la filosofía. Para empezar, lo consideró un discípulo mediocre, tan solo un imaginativo vulgarizador de las ideas heredadas que llevó el espiritualismo a un nuevo nivel, a base de pura especulación. Su paso a la posteridad se debía, en última instancia, al triunfo ulterior de la metafísica, de modo que su empeño en las ideas trascendentes abrió una puerta

[9] De las simpatías anarquistas sobre los cínicos son buen ejemplo los libros *Les paraboles cyniques* (1913) y *Le père Diogène* (1920) de Ryner. Una reivindicación reciente de Diógenes y Aristipo en Onfray, 2020: 105-140.

especialmente peligrosa, sirviendo como cimentación racional de la teología:

> empobreció la filosofía y enriqueció la metafísica. No se concretó, como su maestro, a sustentar un sistema filosófico para el régimen, educación y estudio de los hombres, sino que hizo de los dioses y de la teología el principal objeto del pensamiento humano [...]. Puede decirse que Platón fué el primer escolástico (Urales, 1934 [1900]: 69).

Convertido en el paladín de las verdades absolutas y los dogmas, sus ensoñaciones estatalistas constituían, además, el sustento de una explotación elitista camuflada por una engañosa erudición. "No en vano entendía Platón que los trabajadores necesitaban quien les defendiera y gobernara, procurando ser él de los gobernantes. Una sociedad ideal con obreros y holgazanes, con directores y dirigidos" (Urales, 1934 [1900]: 73-74). En suma, la metafísica platónica era un eslabón más, aunque particularmente influyente, de esa larga cadena de retórica intelectualista que había legitimado la desigualdad hasta el presente: "Castelar y Cicerón fueron las personalidades que más se le han acercado" (Urales, 1934 [1900]: 70) [10].

La excepción de Aristóteles

Realmente, Aristóteles fue el único griego que salió relativamente intacto del linchamiento filosófico de Urales. Es, además, al que dedicó más espacio, haciendo una selección relativamente extensa de citas clave (Urales, 1934 [1900]: 75-86). Si, según él, Platón fue "un filósofo de la religión", Aristóteles "puede ser distinguido con el nombre de filósofo de la humanidad" (Urales, 1934 [1900]: 76). Efectivamente, encontró en su obra todos los elementos fundamentales de su sistema: el materialismo y naturalismo para explicar el mundo; la concepción social del ser humano y la prevalencia del bien común sobre el individual; la consideración de la virtud y la justicia como productos culturales relativos, construidos mediante la experiencia. "En Aristóteles hemos visto la base del gran edificio intelectual que ha de cobijar a la humanidad entera, satisfecha de la vida y de sus goces, dueña de sus actos y rica por la variedad de sus placeres y de sus pasiones" (Urales, 1934 [1900]: 85).

[10] En lo fundamental −desde luego, en un tono algo menos hostil y más matizado−, encontramos luego una visión semejante sobre la línea trazada entre Sócrates, los sofistas y Platón en Kropotkin 1925 [1922], cap. V.

Aun así, no todo fueron elogios. Por un lado, lógicamente, rechazó de plano la justificación de la esclavitud como condición natural de ciertos individuos, aunque, en todo caso, lo explicó por el contexto cultural del pensador (Urales, 1934 [1900]: 79). Por otro lado, como es habitual en todo su trabajo, le reprochó su falta de compromiso político; aunque coincidía con la idea de que la valoración moral de todo sistema político depende de las circunstancias del tiempo y el espacio en el que se desarrolla, lamentó que no se decantase por un modelo concreto, dejando tan abierta su interpretación ideológica (Urales, 1934 [1900]: 77-78). Estas excepciones no invalidaban su valor como el filósofo más útil de la Antigüedad desde una perspectiva anarquista.

Según Urales, el verdadero problema del legado aristotélico era el modo en el que fue después maltratado. Ni sus discípulos directos, como veremos, ni los comentadores medievales, modernos y contemporáneos estuvieron a la altura de su potencial. Por una parte, muchos intentaron apropiarse de sus ideas y absorberlas dentro de la línea metafísica, mutilándolas y retorciéndolas para reconducirlas hacia la causa de los poderosos, aunque, para Urales, el pensamiento platónico y el aristotélico eran absolutamente irreconciliables. Por otra parte, sus seguidores más valiosos y con mejores intenciones no fueron lo suficientemente perspicaces o valientes como para vislumbrar el alcance revolucionario de sus ideas. "Aristóteles ha tenido la doble desgracia de caer en manos de pensadores espiritualistas (teólogos) y de haber sido juzgado por generaciones intelectualmente incapacitadas para apreciar el valor intrínseco de la filosofía aristotélica, a la que convirtieron en una metafísica más" (Urales, 1934 [1900]: 82).

Así, la imposición hegemónica del idealismo habría acabado por tergiversar o abocar al olvido aquellos preceptos radicalmente materialistas que podían resultar subversivos. Es el anarquismo, postuló, el único movimiento digno de rescatar de manera consistente las propuestas de Aristóteles y llevarlas por fin a la práctica. "La evolución del pensamiento aristotélico ha de verse en los ácratas, ateos y naturalistas [...]. [El aristotelismo] tiene por nombre, en nuestros días, naturalismo científico (materialista, ateo, revolucionario)" (Urales, 1934 [1900]: 84).

En todo caso, entre los innumerables lectores que adulteraron el pensamiento de Aristóteles, había una sola excepción.

> Helvecio, lo mismo que Aristóteles, no tiene a su favor la voluntad de los pensadores que pesan en el ánimo de las clases ni de las ideas dominantes, y, sin embargo, en nuestro sentir, ni los epicuristas, ni los estoicos, ni los naturalistas a

> lo Demóstenes, ni los empíricos a lo Bacon, o a lo Rousseau, ni los idealistas a lo Espinosa, ni los positivistas a lo Hume, ni los psicólogos a lo Laromiguiére, ni los realistas a lo Herbat, ni los sensualistas a lo Condillac, poseen la fuerza cerebral de Helvecio, ni dan a las pasiones la importancia que éste les da, ni atienden con la majestad del médico francés las leyes naturales a cuya satisfacción nos lleva la sociología (Urales, 1934 [1900]: 85).

Se refiere al francés Claude-Adrien Schweitzer (1715-1771), más conocido por el sobrenombre familiar de Helvétius. Perteneciente a un prestigioso linaje de médicos, disfrutó de una elevada posición de privilegios y cargos cortesanos. Pero Helvétius pertenecía al círculo del Barón D'Holbach, del que nació la *Encyclopédie*, aquellos ilustrados radicales que sufrieron la represión del Antiguo Régimen y luego fueron arrinconados por la intelectualidad oficial de la Revolución (Bermudo Ávila, 1987; Onfray, 2010; Blom, 2012). El libro más relevante de Helvétius, *De l'esprit* (1758), un contrapunto crítico a *De l'esprit des loix* (1748) de Montesquieu, fue condenado por el Parlamento y quemado públicamente en París. Defendía en él que no existen nociones absolutas que legitimen ninguna distinción nacional, estratificación social, sistema político o legal; que el único análisis verdaderamente racional del mundo tenía que ser ateo y materialista; que el sistema ideal debía centrarse en la felicidad humana, la satisfacción de las necesidades materiales y las pasiones, compatibilizándolo con el bien común mediante la educación.

No es de extrañar la identificación de Urales con Helvétius. Más adelante, cuando se adentró en la historia de la filosofía moderna, reforzó esa simpatía, al tiempo que insistía en su insatisfacción hacia la filosofía antigua.

> Hemos dicho que para nosotros Helvecio es uno de los pensadores más humanos que han existido. Es más positivista que Aristóteles y más naturalista que Epicuro, a quien toma por maestro. Ambos, Epicuro y Helvecio son de una simplicidad encantadora. Aristóteles puede dar pábulo a la metafísica de Kant [...]; Helvecio no puede sugerir más que una sencilla y natural concepción de la vida, tal como los anarquistas la concebimos (Urales, 1934 [1901]: vol. 2, 13).

La alusión a este personaje es excepcional en sí misma porque Urales casi nunca mencionó referentes modernos o contemporáneos en su análisis de la Antigüedad; este es el único intermediario que consideró digno de ello. El caso es interesante también porque él mismo presentó esta preferencia por Aristóteles y Helvétius como una inclinación heterodoxa dentro de la izquierda revolucionaria: "Debe haber sorprendido a algunos de nuestros lectores la tendencia radical que hemos deducido de la filosofía aristotélica" (Urales, 1934 [1900]: 84).

Esto es cierto solo en parte; sí existieron reivindicaciones similares de ambos pensadores en otras formulaciones socialistas y anarquistas, aunque, una vez más, cabe valorar la originalidad de Urales teniendo en cuenta la fecha temprana en la que escribió. En este sentido, resulta revelador que, en la reedición de 1934, mencionase a otros dos autores, Kropotkin y Pi i Margall, cuyas referencias probablemente eran posteriores a la edición original[11]. Aparte, no puede obviarse la presencia esencial que tuvo Aristóteles en la obra de Marx −especialmente en la primera parte de *El Capital* (1867) − en todo lo relativo al análisis de los fundamentos del ordenamiento socioeconómico y su aplicación utilitarista (McCarthy, 1992; Levine, 2021). Es difícil determinar si la omisión de Marx entre los comentadores de Aristóteles fue deliberada, fruto del desconocimiento o simple desinterés. Lo que sí queda claro, por encima de todo, es la intención de Urales de construir un discurso propio y personal sobre el pensamiento antiguo, como decidida y coherente fue su identificación con la Ilustración radical francesa, tendiendo un insólito puente de siglo y medio de distancia.

La fragmentación helenística

Como ya hemos anticipado, los sucesores de Aristóteles tampoco convencieron a Urales, pues creía que no fueron capaces de compensar las carencias de aquel, y además desgajaron y exageraron sus ideas valiosas (Urales, 1934 [1900]: 86-90). Mantuvo así su general tono crítico y, de nuevo, de una forma especialmente llamativa por afectar a dos figuras habitualmente reivindicadas por el anarquismo: Epicuro y Zenón de Citio. Ciertamente, Urales los consideraba los pensadores helenísticos de más valor, por su cultivo del materialismo, su relativización de las construcciones sociales y su vocación humanista; en efecto, ambos complementaban a Aristóteles desde diferentes perspectivas, pero llevando su postura a dos extremos incompatibles con el proyecto libertario: "Epicuro abusa del placer; Zenón del dolor" (Urales, 1934 [1900]: 89).

[11] A Kropotkin lo incluyó a propósito del valor de Aristóteles para estudiar la función que cumple toda acción de la naturaleza (Urales, 1934: 81), lo que encaja con el papel esencial que efectivamente cumple a lo largo de toda su *Ética* (1922). A Pi i Margall lo mencionó al hablar de las concepciones estéticas de Aristóteles y la necesidad de aunar forma y fondo en las creaciones artísticas y literarias (Urales, 1934: 78-79); como en el primer caso, no especificó a qué obra se refería, pero, desde luego, fue un tema recurrente en su producción ensayística.

A Epicuro le dedicó un espacio sorprendentemente escaso y con una valoración bastante ambigua. Por supuesto, coincidía con su propuesta eudemonista, su prioridad de satisfacer las necesidades y pasiones humanas ("Hay aquí energía moral, amor a la vida y a los hombres"), y lo situó junto a Helvétius como los máximos representantes de esa loable vocación[12]. No obstante, identificó un riesgo importante en su doctrina, que definió, de manera algo inconcreta, como "las degeneraciones propias de toda exageración sensualista" (Urales, 1934 [1900]: 89), lo que le llevó a descartar esta corriente sin mayor explicación. Realmente, podría decirse que Urales se instaló en la imagen más superficial y tópica del epicureísmo sin llegar a profundizar demasiado en su potencial.

En esta misma línea, años después, su hija Federica publicó un breve artículo a propósito de la jubilación del escritor belga Maurice Maeterlinck, quien había declarado su deseo de retirarse de la vida pública para gozar de la vida. La crónica de Montseny, publicada en la segunda época de *La Revista Blanca* y titulada precisamente "Epicurismo o idealismo", critica duramente su actitud, que identifica con la idiosincrasia individualista y hedonista de la burguesía: "su egoísmo ingenuo, su ignorancia cruel, que les hace soñar horizontes rosados e inmediatos, de paz minúscula y encerrada dentro de sí, de olvido de los demás y de amor a sí mismos" (F. Montseny, 1923: 4).

Insisto en este rechazo del epicureísmo en el círculo de los Montseny porque esta visión cambió radicalmente a mediados de los años 20. No puedo detenerme ahora en esa nueva etapa, pero creo que el cambio de actitud debe mucho a la incidencia concreta de la *Ética* de Kropotkin −donde Epicuro es quizá el pensador antiguo mejor valorado− y las traducciones y colaboraciones de Ryner, que reivindicó intensamente el epicureísmo en la propia *La Revista Blanca*[13].

Volviendo a la obra de Urales en 1900, el otro gran descarte helenístico fue el estoicismo de Zenón. A él le reservó más espacio que a Epicuro, pero su rechazo fue mucho más frontal y decidido. Le gustaba del estoicismo la interpretación naturalista del mundo, pero encontraba objeciones irreconciliables en su aplicabilidad social y moral. Creía que su insistencia en la preparación física y mental para el dolor y la adversidad, si bien podía

[12] *Vid supra*. Sobre la relación de Helvétius con el epicureísmo, véase Force, 2009. Cita en Urales, 1934 [1900]: 89.

[13] Demuestran esas influencias la reseña de Federica de la *Ética* de Kropotkin (F. Montseny, 1925) y el artículo que le dedicó a Ryner (F. Montseny, 1927). Kropotkin, por su lado, siguió muy de cerca al filósofo Jean-Marie Guyau (*La Morale d'Épicure*, 1878) en su valoración de Epicuro.

resultar útil y sensata, generaba una perspectiva desesperanzadora: "Esta previsión supone un concepto pesimista de las condiciones humanas y una gran desconfianza en el porvenir de nuestra raza" (Urales, 1934 [1900]: 88). Además, y lo que es más importante, pensaba que tal predisposición para la lucha y la competencia conlleva un desplazamiento del principio de solidaridad, lo que convertía a esta tendencia en un instrumento de perpetuación clasista al servicio de los más fuertes.

> Y en nuestros días, como en los de Zenón, no hacemos más que preparar el brazo para mejor herir a nuestros semejantes, que es lo que han hecho los filósofos atenienses. Es una condición de la vida presente la de ser víctima o verdugo; pero los filósofos que no aspiren a un estado mejor, son filósofos dignos del estado presente, donde todo es mezquino (Urales, 1934 [1900]: 89).

Este rechazo tan radical constituye otra nota discordante en su contexto, pues Zenón es uno de los filósofos antiguos con mayor fortuna entre los intelectuales anarquistas en general. Quizá el ejemplo más simbólico lo brinda Kropotkin: encargado de redactar la entrada "anarquismo" en la *Encyclopaedia Britannica* de 1910, fue claro al explorar los antecedentes del pensamiento *preanarquista*: "The best exponent of Anarchist philosophy in ancient Greece was Zeno" (Kropotkin, 1910: 915), destacando su actitud contra el estado, la religión y el dinero, así como su defensa de un individualismo solidario. Más exhaustivo fue Nettlau, que dedicó a Zenón todo el segundo capítulo de su libro sobre los orígenes del pensamiento libertario (Nettlau, 1925: 10-18)[14]. Cabe advertir que estas obras también son posteriores al ensayo de Urales, pero no deja de reforzar el carácter inconformista de su peculiar enfoque.

Él mismo resumió muy bien su insatisfacción generalizada al hacer un balance final de aquellos autores que consideraba más valiosos dentro de la filosofía antigua, a los que etiquetó como la "trinidad" materialista: "Aristóteles, la inteligencia más culta, defendía un naturalismo puramente abstracto, filosófico. Zenón, el más robusto y fuerte, propagaba un naturalismo de clase. Epicuro, el más sincero quizá, tenía el defecto de cargar la nota sensualista" (Urales, 1934 [1900]: 90). Ninguno valía del todo, realmente.

Terminó Urales su repaso al pensamiento heleno con unas breves notas sobre los escépticos, movimiento que ligó de manera inseparable a la

[14] Ambos remitieron en esas ocasiones a la obra del marxista austriaco Georg Adler (*Geschichte des Sozialismus und Kommunismus von Plato bis zur Gegenwart,* 1899); véase Ellis, 2016: 329, nota 5. En el caso de Kropotkin, su posterior visión del estoicismo en *Ética* sería más equilibrada y crítica (Kropotkin, 1925 [1922]: cap. V).

decadencia política e intelectual de Grecia[15]. Al igual que con los sofistas, celebró sin dudar su cuestionamiento radical de las verdades únicas, pero, como es habitual en su recorrido, les afeó su indiferencia social y política. Por mucho que sus reflexiones fuesen impecables desde el punto de vista teórico, se trataba de simples elucubraciones intelectuales que se desentendían de las necesidades de quienes sufrían:

> hay algo superior a la razón, y este algo es lo que la humanidad que padece hambre de pan y de derechos y sed de agua y de justicia, jamás mirará con indiferencia [...]. Miraremos con indiferencia todos los problemas intelectuales cuando la humanidad doliente tenga resueltos los materiales (Urales, 1934 [1900]: 93-94).

Ensimismada en esos juegos intelectualistas sucumbió Grecia bajo la fuerza pragmática e implacable de Roma. La parte dedicada a los romanos se centró realmente en desentrañar los orígenes del pensamiento cristiano (Urales, 1934 [1901]: 97-143), lo que merecería una consideración aparte. En todo caso, no les atribuyó grandes aportes filosóficos, sino más bien la transformación de ideas griegas y, entre ellas, solo las más sencillas:

> Las doctrinas que hallaron adeptos en Roma fueron las de los filósofos griegos de ideal más simple a la vez que más claro, porque entraban por los sentidos: las propagadas por Zenón y Epicuro: "Vivid conforme la Naturaleza". "Gozad todo lo que podáis". Y esto hicieron los romanos, e hicieron perfectamente. [...] El cerebro romano no era a propósito para darse a cavilaciones especulativas, desatendiendo, no sabemos si por su rudeza o por su espíritu simple, las doctrinas que no le afectasen directamente a los sentidos (Urales, 1934 [1901]: 98 y 100).

Ya durante el periodo imperial, que consideraba brutal, la confluencia de dos grandes corrientes marcaría la visión occidental del mundo para siempre. Por un lado, el estoicismo de Zenón, "degenerado" tras pasar por el filtro de Cicerón, Epicteto, Marco Aurelio y, sobre todo, Séneca: serenidad, fortaleza, resignación, sumisión, igualdad y caridad; por otro, la metafísica neoplatónica que mutó de la mano de la teosofía judía en la Alejandría de Filón: misticismo, dogmatismo, trascendencia e inmortalidad (Urales, 1934 [1901]: 97-116). La ideología cristiana quedaba conformada, en realidad, sin necesidad de Cristo; mientras, los atisbos de materialismo humanista eran relegados, si acaso, a la práctica de un hedonismo egoísta.

[15] Menciona a Pirrón de Elis, Timón, Diógenes Laercio, Anaxidemo (Enesidemo) y Sexto (Urales, 1934 [1900]: 92-94).

Conclusión

Según Urales, sobre un sustrato oriental se sembró en Grecia la semilla de ciertas ideas útiles y beneficiosas para la humanidad, pero, a fin de cuentas, su carácter abstracto o su problemática aplicación reafirmaban la tendencia clasista y elitista que había sido inherente a todos los sistemas de pensamiento en la Historia. Los sofistas eran unos hipócritas; Sócrates, pese a su actitud, resultaba conservador; Platón fue un místico pernicioso; Aristóteles, el mejor, poco práctico; Diógenes era un salvaje; Zenón, un pesimista; Epicuro, un vicioso. Todos resultaban insatisfactorios para el exigente proyecto libertario.

No puede decirse que Urales tuviese una concepción de la filosofía radicalmente diferente dentro del movimiento anarquista y socialista, pues compartía los principios esenciales (escepticismo, materialismo, utilitarismo, eudemonismo). No obstante, la manera en la que formuló su análisis histórico, particularmente hipercrítica y demoledora, sí resulta peculiar y se desmarca a veces de otras visiones muy cercanas ideológicamente. Esto quizá pueda explicarse por dos razones: por una parte, tiene que ver con el carácter impulsivo, apasionado y deliberadamente polémico de su acercamiento al tema; por otra, puede que influyera su temprana redacción, antes de que llegasen ciertas obras que posiblemente le habrían llevado a matizar algunas aseveraciones −aunque, en la reedición de 1934, mantuvo intactas estas ideas−. En cualquier caso, dentro de un movimiento caracterizado por el individualismo y el espíritu crítico, tenemos aquí un ejemplo particularmente heterodoxo e iconoclasta acerca de la pertinencia de los clásicos en el pensamiento revolucionario contemporáneo.

Referencias bibliográficas

ABELLÓ I GÜELL, Teresa. Joan Montseny o Federico Urales: ideología y polémicas de un anarquista. En: URALES, Federico. *Mi vida*. Barcelona-Tarragona: Universitat de Barcelona-Universitat Rovira i Virgili, 2021: 25-38.

AGUILERA DURÁN, Tomás. Montseny entre ruinas: impresiones arqueológicas de una anarquista. *Veleia*, 36, 2019: 111-124.

AGUILERA DURÁN, Tomás. Pensamiento progresista y recepción de la antigüedad en la España finisecular: tres ejemplos peculiares. En: JIMÉNEZ AGUILAR, Francisco *et al*. (eds.). *Conversaciones contemporáneas:*

transnacionalidad, género y conflictos en los siglos XIX y XX. Granada: Comares, 2022: 425-440.

ANZOLA MORENO, Johan Nicolás. La tesis doctoral de Marx. *Cuadernos de Filosofía Latinoamericana*, vol. 40, n. 121, 2019: 77-93.

BAKUNIN, Mikhail A. *Dieu et l'état*. Genève: Imprimerie Jurassienne, 1882.

BERMUDO ÁVILA, José Manuel. *Helvétius y d'Holbach*, Barcelona: Horsori, 1987.

BLOM, Philipp. *Gente peligrosa: el radicalismo olvidado de la IIustración europea*. Trad. de Daniel Najmías. Barcelona: Anagrama, 2012.

CONDIT, Stephen. *Proudhonist Materialism and Revolutionary Doctrine*. Sanday: Cienfuegos Press, 1982.

ELLIS, Heather. Stoicism in Victorian Culture. En: SELLARS, John (ed.). *The Routledge Handbook of the Stoic Tradition*. London-New York: Routledge, 2016: 319-330.

FORCE, Pierre. Helvétius as an Epicurean Political Theorist. En: LEDDY, Neven; LIFSCHITZ, Avi (eds.). *Epicurus in the Enlightenment*. Oxford: Voltaire Foundation, 2009: 105-118.

FUSARO, Diego. *Marx y el atomismo griego: las raíces del materialismo histórico*. Vilassar de Dalt: El Viejo Topo, 2018.

GARCÍA JURADO, Francisco. Anarquismo y mundo clásico: Ícaro y Safo. En: PINO CAMPOS, Luis Miguel; SANTANA HENRÍQUEZ, Germán (eds.). *Kalos kai agazos anir didaskaloi paradeigma: homenaje al profesor Juan Antonio López Férez*. Madrid: Ediciones Clásicas, 2013: 311-316.

GARCÍA JURADO, Francisco. La Eneida como utopía regeneradora: Pierre-Joseph Proudhon. *Studia Philologica Valentina*, 16, 2014: 51-68.

GARCÍA MORALES, Francisco. Heracles y el león de nemea. Huellas de la cultura clásica en la simbología anarcosindicalista. *Estudios: Revista de Pensamiento Libertario*, 2, 2012: 102-116.

GIRÓN SIERRA, Álvaro. Metáforas finiseculares del declive biológico: degeneración y revolución en el anarquismo español. *Asclepio*, vol. 51, n. 1, 1999: 247-273.

GIRÓN SIERRA, Álvaro. ¿Hacer tabla rasa de la historia?: la analogía entre herencia fisiológica y memoria en el anarquismo español (1870-1914). *Asclepio*, vol. 52, n. 2, 2000: 99-118.

GREENBLATT, Stephen. *El Giro: de cómo un manuscrito olvidado contribuyó a crear el mundo moderno*. Trad. de Juan Rabasseda y Teófilo de Lozoya. Barcelona: Crítica, 2014.

HALL, Edith; STEAD, Henry (eds.). *A People's History of Classics: Class and Greco-Roman Antiquity in Britain and Ireland 1689 to 1939*. London: Routledge, 2020.

KROPOTKIN, Piotr. Anarchism. En: *The Encyclopaedia Britannica: A Dictionary of Arts, Sciences, Literature and General Information. 1/2. A to Androphagi*. 11.ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1910: 914-919.

KROPOTKIN, Piotr. *Ética: origen y evolución de la moral*. Trad. de Nicolás Tasin. Buenos Aires: Argonauta, 1925 [1922].

LAFFRANQUE, Marie. Juan Montseny y los intelectuales: 1898-1905. *Anthropos*, 78, 1987: 42-46.

LEVINE, Norman. *Marx's Resurrection of Aristotle*. Cham: Palgrave Macmillan, 2021.

MACLAUGHLIN, Jim. *Kropotkin and the Anarchist Intellectual Tradition*, London: Pluto Press, 2016.

MADRID SANTOS, Francisco. *La prensa anarquista y anarcosindicalista en España desde la I Internacional hasta el final de la Guerra Civil*, Tesis Doctoral. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1989.

MARÍN I SILVESTRE, Dolors; PALOMAR I ABADÍA, Salvador. *Els Montseny Mañé: un laboratori de les idees*. Reus: Carrutxa, 2010.

MARTÍ FONT, Jordi. Joan Montseny y el catalanismo. En: URALES, Federico. *Mi vida*. Barcelona-Tarragona: Universitat de Barcelona-Universitat Rovira i Virgili, 2021: 39-58.

MCCARTHY, George E. (ed.). *Marx and Aristotle: Nineteenth-Century German Social Theory and Classical Antiquity*. Savage: Rowman & Littlefield, 1992.

MONTSENY MAÑÉ, Federica. Epicurismo e idealismo. *La Revista Blanca*, segunda época, n. 10, 15 de octubre de 1923: 3-5.

MONTSENY MAÑÉ, Federica. "Ética": Pedro Kropotkine.—Editorial Argonauta. Buenos Aires. *La Revista Blanca*, segunda época, n. 52, 15 de julio de 1925: 22-25.

MONTSENY MAÑÉ, Federica. Hans Ryner, o la filosofía de la sonrisa. *La Revista Blanca*, segunda época, n. 91, 1 de marzo de 1927: 582-585.

MORRIS, Brian. *Bakunin: The Philosophy of Freedom*. Montreal: Black Rose Books, 1993.

NETTLAU, Max. *Der Vorfrühling der Anarchie: ihre historische Entwicklung von den Anfängen bis zum Jahre 1864*. Berlin: F. Kater, 1925.

NÚÑEZ LÓPEZ, Christian; SIERRA MARTÍN, César. (eds.). *La influencia de Marx y el marxismo en los estudios sobre la Antigüedad*. Buenos Aires: Estudios del Mediterráneo Antiguo, 2021.

ONFRAY, Michel. *Contrahistoria de la filosofía, IV. Los ultras de las Luces*. Trad. de Marco Aurelio Galmarini. Barcelona: Anagrama, 2010.

ONFRAY, Michel. *Contrahistoria de la filosofía, V. El eudemonismo social*. Trad. de Alcira Bixio. Buenos Aires: El cuenco de plata, 2017.

ONFRAY, Michel. *Contrahistoria de la filosofía, I. Las sabidurías de la Antigüedad*. Trad. de Marco Aurelio Galmarini. 3ª ed. Barcelona: Anagrama, 2020.

PÉREZ DE LA DEHESA, Rafael. Estudio preliminar. En: URALES, Federico. *La evolución de la filosofía en España*. 2ª ed. Barcelona: Laia, 1977: 7-71.

PUENTE PÉREZ, Ginés. De Federico Urales a Joan Montseny: la vida de un anarquista controvertido. En: URALES, Federico. *Mi vida*. Barcelona-Tarragona: Universitat de Barcelona-Universitat Rovira i Virgili, 2021: 9-24.

RODRÍGUEZ MADRAZO, Jaime D. *Federico Urales y La Revista Blanca en el circuito anarquista transnacional*. Trabajo Fin de Máster. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2019.

SAMARRA I SANCHO, Frederic. Joan Montseny i l'anarquisme català del segle XIX. En: ANGUERA, Pere (ed.). *Pensament i literatura a Reus al segle XIX*. Reus: Edicions del Centre de Lectura, 2006: 287-302.

SEGARRA, Agustí. *Federico Urales y Ricardo Mella: teóricos del anarquismo español*. Barcelona: Anagrama, 1977.

STEAD, Henry; HALL, Edith (eds.). *Greek and Roman Classics in the British Struggle for Social Reform*. London: Bloomsbury, 2015.

UNAMUNO, Félix. Más sobre el materialismo. *La Revista Blanca*, 119, 1 de junio de 1903: 720-724.

URALES, Federico [Montseny, Joan]. *Sociología anarquista*. La Coruña: El Progreso, 1896.

URALES, Federico. *Mi vida*. Barcelona-Tarragona: Universitat de Barcelona-Universitat Rovira i Virgili, 2021 [1932].

URALES, Federico. *La evolución de la filosofía en España*, Barcelona: La Revista Blanca, 1934 [1900-1902].

VALLE-INCLÁN, Javier del. *Biografía de La revista blanca: 1898-1905*. Barcelona: Sintra, 2008.

Recebido: 31 de julho de 2024 | Aceito: 27 de setembro de 2024

DA CIVILIZAÇÃO ROMANA À CIVILIZAÇÃO LATINA. METAMORFOSES DO MITO DE ROMA NA ITÁLIA, DE 1911 A 1952[1]

Anna Maria Liberati[2]

Resumo

O artigo ilustra as metamorfoses do mito de Roma na Itália por meio de quatro momentos históricos, da Itália liberal à totalitária e do pós-guerra: o quinquagésimo aniversário do Reino, em 1911; o bimilenário do nascismento de Augusto, em 1937-38; o vigésimo aniversário da Marcha sobre Roma, em 1942; e o Ano Santo, em 1950. A fundação do *Museo dell'Impero Romano*, instituição central às experiências fundamentais para a metamorfose do mito de Roma na Itália, ocorre neste contexto. A autora, também à luz de alguns documentos inéditos, descreve como, em diversas ocasiões relacionadas ao *Museo dell'Impero Romano*, o conceito de legado da civilização romana, celebrado em 1911, foi temporariamente substituído, em 1952, pela ideia de um museu da civilização latina.

Palavras-chave

"Romanità"; Mostra Archeologica; Museo dell'Impero Romano; Mostra Augustea della Romanità; Mostra della Romanità; Museo della Civiltà Romana.

[1] Texto traduzido por Rafael Aparecido Monpean – Doutor em História Antiga pela Universidade de São Paulo - rafael.monpean@gmail.com

[2] Arqueóloga, antiga responsável das Coleções do *Museo della Civiltà Romana*, Roma. E-mail: liberatiam@gmail.com

Riassunto

Il saggio intende illustrare le metamorfosi del mito di Roma in Italia attraverso quattro momenti storici che vanno dal periodo liberale al totalitarismo ed al secondo dopoguerra: il Cinquantenario del Regno del 1911; il Bimillenario della nascita di Augusto del 1937-'38; il Ventennale della Marcia su Roma del 1942 e l'Anno Santo del 1950. In questo orizzonte temporale si assiste alla nascita del Museo dell'Impero Romano, istituzione al centro di fondamentali esperienze per le metamorfosi del mito di Roma in Italia: la Mostra Archeologica del 1911-'12, la Mostra Augustea della Romanità del 1937-'38, la progettata Mostra della Romanità per il Ventennale ed infine il Museo della Civiltà Latina, poi Romana, del 1952-'55. L'autrice, anche alla luce di alcuni documenti inediti, descrive in che modo nelle manifestazioni culturali collegate al Museo dell'Impero Romano si giunse, con significativo mutamento logico e terminologico, dall'idea del 1911 di celebrare l'eredità della civiltà romana a quella del 1952 di esporre la civiltà latina.

Parole chiave

"Romanità"; Mostra Archeologica; Museo dell'Impero Romano; Mostra Augustea della Romanità; Mostra della Romanità; Museo della Civiltà Romana.

Preâmbulo

Desde o fim da Antiguidade Tardia que o mito de Roma esteve presente de modo recorrente em diversos contextos históricos, mas é sobretudo no período contemporâneo que ele experimentou uma significativa multiplicação e aceleração de sua presença, resultando em forte impacto na sociedade e na política de muitos Estados. Este ensaio pretende ilustrar a evolução de tal fenômeno através da descrição de alguns momentos representativos da história italiana do século XX, considerados como etapas fundamentais das mudanças que conduziram à contemporaneidade.

O arco temporal em que se desenrolam os momentos históricos descritos a seguir inicia com as celebrações do Cinquentenário do Reino da Itália em 1911 e, deliberadamente, para em 1952, data da inauguração do atual *Museo della Civilità Romana* [Museu da Civilização Romana][3]. Os acontecimentos posteriores foram desconsiderados de maneira proposital, pois merecem uma investigação diferente e suplementar, que deve analisar uma "romanidade" considerada negativamente, porque ainda não liberta da experiência do Vintênio[4] e, além disso, ter se voltado para um achatamento cultural generalizado e desolador.

Para uma melhor compreensão do que será tratado a seguir, cabe especificar que as expressões do mito de Roma, que se concretizam nos momentos-chave que serão examinados, são abordadas, levando em consideração da competência desta autora, por meio dos eventos culturais – Museus e Mostras – que foram a materialização daqueles pensamentos e daquelas ideias que os representaram de tempos em tempos.

A experiência direta com os materiais e com as obras que foram, nesse sentido, "usadas" de 1911 a 1952 para veicular pensamentos, conceitos e significados levou esta autora ao longo do tempo a indagar as fontes primárias a sua disposição – sobretudo as coleções museológicas – podendo contar com uma posição única e privilegiada, também fortalecida pelo acesso a documentos de arquivo nunca divulgados e que se referem a essas coleções. Espera-se que essa abordagem, que pretende se afastar da vulgata usual, tristemente muitas vezes vazia e repetitiva (Manacorda,

[3] Com objetivo de facilitar a compreensão e as referências a demais estudos especializados sobre os temas abordados, optou-se por manter no original os principais nomes de mostras, museus, locais e eventos abordados no artigo. A primeira ocorrência de cada um conta com sua tradução correspondente disposta entre chaves [N.T.].

[4] *Ventennio*, no original, faz referência ao período de cerca de vinte de anos dominação fascista da Itália, que compreende de 1922 a 1943 [N.T.].

1982; *contra* Barbanera, 2022: 133; Giardina, 2002), possa apresentar uma contribuição inovadora ao discurso sobre o mito de Roma e da "romanidade" na Itália do século XX.

Em essência, utilizaremos apenas dos mesmos materiais – obras e documentos – gerados em uma época precisa, sem os condicionamentos políticos daquela época ou os posteriores. Ao mesmo tempo, será interessante destacar como as mesmas obras em contextos diferentes se prestaram, de tempos em tempos, a ser interpretadas e revestidas de diferentes significados políticos.

Seguindo, portanto, tal abordagem, será dada ênfase particular ao *Museo dell'Impero Romano* [Museu do Império Romano], desde sua gênese até sua transformação em 1952. Essa instituição representa, de fato, o eixo de sustentação em torno do qual giram as interpretações do mito de Roma nos momentos históricos levados em consideração: o Museu foi capaz de originar eventos culturais que, em um entrelaçamento recíproco com as exigências da sociedade e da política, souberam criar experiências muito fortes e irrepetíveis.

A *Mostra Archeologica* [Mostra Arqueológica] de 1911, o *Museo dell'Impero Romano* de 1927 e de 1929, a *Mostra Augustea della Romanità* [Mostra Augusta da Romanidade] de 1937-1938, a *Mostra della Romanità* [Mostra da Romanidade] de 1942 e, por fim, o *Museo della Civiltà Romana* [Museu da Civilização Romana] de 1952, cada um com suas próprias etapas intermediárias, constituíram experiências intimamente conexas entre si, dentre as quais foram materializadas as metamorfoses do mito de Roma na Itália do século XX.

O Cinquentenário do Reino da Itália em 1911

As celebrações nacionais pelo Cinquentenário da proclamação do Reino da Itália ocorreram em 1911 e, sobretudo em Roma, apresentaram muitas iniciativas que, além de caracterizarem-se sob a forma de festividades populares significativas, constituíram também a ocasião para requalificar a cidade do ponto de vista urbanístico e criaram oportunidades de caráter cultural, apresentando exposições de arte e de folclore em nível nacional e internacional (Massari, 2011). Uma iniciativa, em particular, distinguiu-se das demais pelo seu traço totalmente inovador: a *Mostra Archeologica* (Liberati, 2014; Palombi, 2009).

Idealizada e organizada por Rodolfo Lanciani, senador do Reino, engenheiro e humanista, titular da cátedra de Tipografia Romana junto à Real Universidade de Roma e autor das escavações que, no coração da cidade, estavam revelando os antigos vestígios da Urbe (Palombi, 2006), a *Mostra Archeologica* logo se apresenta como uma experiência audaciosa. Inaugurada em 8 de abril de 1911, foi montada no interior das termas de Diocleciano que, para a ocasião, foi objeto de restauro imponente, com finalidade de lhes devolver seu esplendor original. Qual era o escopo da *Mostra*? Essencialmente, era o de apresentar uma síntese da civilização romana por meio dos testemunhos oferecidos pelas antigas províncias do Império. Pretendia-se, de tal modo, evidenciar a dívida de gratidão em favor de Roma que deveria ser reconhecida da parte dos Estados nacionais, em grande parte herdeiros das províncias expostas, tudo em um lugar físico com um forte valor ideológico: o novo Estado italiano colocava-se em comparação com os outros Estados, sublinhando a sua superioridade cultural e, assim, reivindicando uma primazia que, na prática, considerava ser sua por direito (Lanciani, 1911: 10).

Lanciani ficou com o mérito desse projeto inovador, que pretendia envolver também o grande público ao passado glorioso de Roma, tema que até aquele momento era prerrogativa de poucos, oferecendo uma representação inédita, longe dos lugares comuns habituais e grosseiros. Ele fez da cultura um bem a compartilhar e da civilização da Roma antiga um patrimônio compartilhado. Em certo sentido, o precursor dessa mentalidade já havia sido Giacomo Boni – diretor das escavações do *forum* romano – quando, no início século XX, sublinhava como os italianos deveriam estudar com dedicação o próprio passado para encontrar a sua própria dimensão no presente (Boni, 1904: 9).

A exposição, que fazia grande uso de moldes, era composta de 21 seções, dentre as quais as três primeiras ilustravam os temas de *Roma aeterna*[5], *Imperium romanum* e, por fim, *Divus Augustus pater*, considerado como tal tanto da Itália unificada quanto do próprio Império. Seguiram-se, então, os testemunhos mais significativos das províncias romanas que se sucediam, embora com algumas limitações devidas quer à particularidade do espaço da exposição, quer à dificuldade de fazer coincidir as antigas províncias com os Estados modernos da época envolvidos na iniciativa (*Catalogo*, 1911).

[5] Na *Mostra* sobre esse tema não foi concedido um papel à Igreja Católica, porque a "questão romana" ligada à unificação nacional ainda não estava resolvida. Diferentemente ocorrerá depois dos Pactos de Latrão de 1929: ver mais adiante.

Uma particularidade, interessante ao discurso que aqui se apresenta, foi a seção X, dedicada aos *Monumentos cretenses*. Lanciani pretendia divulgar os resultados meritórios no campo científico obtidos pela escola arqueológica italiana, evidenciando as escavações de Federico Halbherr e de outros arqueólogos graças aos quais "a Itália também entrou na disputa das nações europeias pelas escavações na Grécia, iniciando recentemente a exploração de Creta", relembrando as campanhas em Festo, Hagia Triada, Gortina e Priniás (*Catalogo*, 1911: 109-111; Barbanera, 2022: 106-109).

Na seção XIV, *África-Numídia*, na parte dedicada à Mauritânia, vale mencionar a estátua de um personagem romano encontrada em *Thubursicum Numidarum*, assim descrita "O porte majestoso, os traços severos do rosto mostram o tipo da raça romana dominante" (*Catalogo*, 1911: 150). A descrição, ainda que expressa com essas palavras escassas, parece fortemente indicativa de uma abordagem insidiosa que, alguns anos mais tarde, indicaria com o termo "raça" uma pretensa superioridade biológica. O problema é, contudo, muito mais complexo e convém ainda recordar que, como foi sublinhado recentemente, a distinção, até algum tempo atrás amplamente aceita, entre "estirpe" e "raça" na linguagem político-cultural italiana dos últimos dois séculos, hoje não é mais tão segura e, na verdade, parece que o termo "estirpe" foi por vezes utilizado também com a acepção biológica à qual "raça" se refere de imediato (Barsotti, 2021).

A seção XXI, ao final do percurso expositivo, representava o ponto fulcral da *Mostra* e oferecia aos visitantes a reconstrução em tamanho real de parte da cela e do pronau do templo de Roma e Augusto em *Ancyra*, monumento altamente simbólico, que continha em suas paredes a longa inscrição nas línguas latina e grega do testamento político do primeiro imperador, as *Res Gestae Divi Augusti*. A expedição francesa enviada por Napoleão III já havia feito moldes do monumento, mas foi somente graças à expedição italiana, organizada para as comemorações de 1911, que "pela primeira vez [...] o monumento inteiro é reproduzido em tamanho real. E é maravilhoso que tenha acontecido em Roma, no jubileu da pátria" (*Catalogo*, 1911: 175). No comentário que se seguia a descrição da obra, particularmente significativo aparece a passagem que recorda o evergetismo da Urbe para com "os mais longínquos príncipes, alemães ou indianos, que vinham pedir proteção e benevolência a Roma" (*Catalogo*, 1911: 180). Também nesse caso enfatizava-se o sentido de respeito obsequioso para com a Roma dos Césares, que parecia dever se refletir automaticamente na Roma contemporânea (Figura 01).

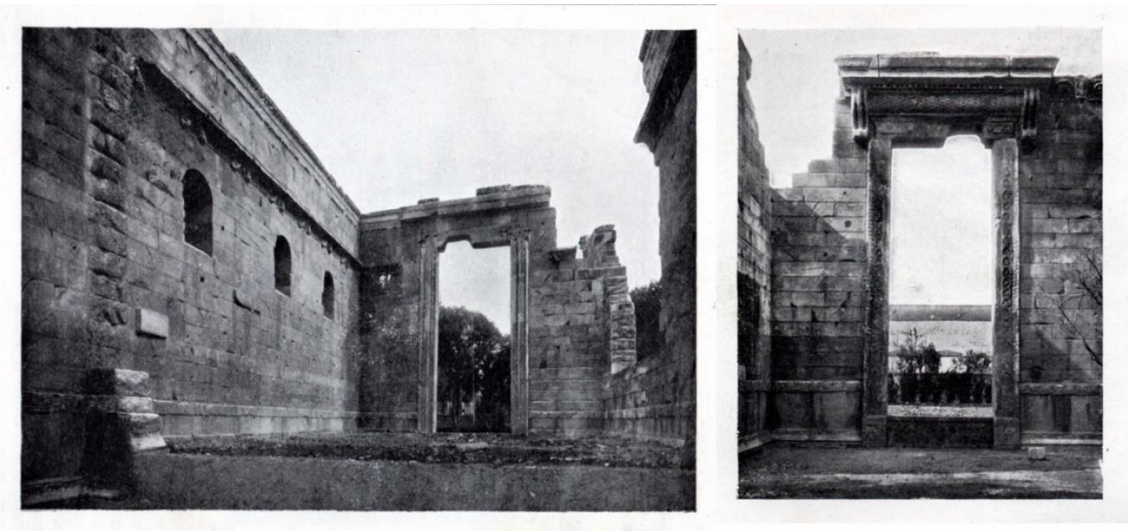


Figura 01: *Mostra Archeologica* de 1911, reconstrução do *Monumentum Ancyranum*, detalhes da cela e do pronau.

Vale recordar que, ao fim de seu discurso inaugural, Lanciani esperava que o material recolhido para a *Mostra Archeologica* não fosse disperso, e sim que constituísse o núcleo de um *Museo dell'Impero Romano*, expressando-se com palavras que invocavam uma já consolidada superioridade moral antiga, que não poderia deixar de reverberar mais uma vez na Itália contemporânea, com Roma enquanto sua capital: "Espero [...] que a juventude italiana possa encontrar inspiração nesse futuro Museu do Império, por todas aquelas virtudes que fizeram Roma, moral e materialmente, a dominadora do mundo" (*Catalogo*, 1911: 11). A *Mostra Archeologica* terminou em 1° de maio de 1912.

O bimilenário do nascimento de Augusto em 1937-38

Colaborador de Lanciani na *Mostra Archeologica* foi Giulio Quirino Giglioli, personalidade de destaque para o tema aqui abordado, idealizador e criador do *Museo dell'Impero Romano*, mas sobretudo aquele que soube conduzi-lo através do fascismo até os anos pós-guerra e à inauguração, em 1952, do *Museo della Civiltà Romana*.

Proveniente de uma família de fortes tradições mazzinianas[6], Giglioli foi uma pessoa extremamente culta e sensível, titular da cátedra de Arqueologia e História da Arte Antiga junto à Real Universidade de Roma,

[6] O "mazzinianismo" foi, em linhas gerais, uma corrente de pensamento baseada nas posições políticas de Giuseppe Mazzini, ancorada em ideais republicanos, combinados com uma fé religiosa, entendida como espécie de uma religião secular da pátria [N.T.].

membro da câmara dos deputados, estudioso, mas também divulgador incansável (Barbanera, 2000). Ele viveu em um momento histórico caracterizado por grandes transformações no campo político e cultural. As escavações que Lanciani realizava no coração de Roma condicionaram profundamente a sua formação juvenil, orientando a sua alma cada vez mais em direção à exaltação nacional e moldando seu sentido de "romanidade". Ao mesmo tempo, sua preparação científica o endereçava a novas formas de divulgação em massa, obtidas por meio do uso das reconstruções arquitetônicas e do emprego maciço de moldes (Barbanera, 2022: 97-106; Picozzi, 2013; Palombi, 2006: 62-85).

O projeto da criação de um *Museo dell'Impero Romano* que animou Lanciani e era sustentado com fé por Giglioli, sofreu, de início, uma pausa devido à Guerra da Líbia e, mais tarde, à Primeira Guerra Mundial. Nesse meio tempo, o material exposto na *Mostra Archeologica* foi, em sua maior parte, armazenado em algumas salas das próprias Termas de Diocleciano (Bucolo, 2022). Em 1926, Giglioli, nomeado Reitor do Governo-Geral de Roma, com o apoio do Governador e do Líder do Governo, conseguiu finalmente concretizar o projeto de Lanciani, obtendo do Estado, nesse meio tempo, a transferência do material da *Mostra Archeologica*[7].

O *Museo dell'Impero Romano* foi assim instituído em 21 de agosto de 1926 e inaugurado em 21 de abril de 1927 (Silverio, 2016). Giglioli expressou-se da seguinte forma em um de seus relatórios, parte integrante do dispositivo instituinte do Museu[8]:

> [...] é somente por nós que tudo isso deve ser verdadeiramente e devotamente estudado, quer para não dispersar, mas para atribuir cada vez mais valor a tão distintos vestígios arqueológicos, quer ainda mais para reforçar o conhecimento do que fomos e encontrarmos nele norma e entusiasmo para renovar as glórias da grandeza antiga. Só em Roma e em nome de Roma isso pode ser feito. Agora, para fazê-lo não bastam os livros e as fotografias; mas é preciso integrar esse material com os moldes dos monumentos, plantas, maquetes, reconstruções, grandes mapas geográficos e topográficos, etc. [...] em pouquíssimo tempo, Roma poderá possuir um arquivo da latinidade único e importantíssimo e adquirir os meios que ainda faltam para o estudo de uma era esplendidíssima, mas ainda

[7] A bibliografia sobre o Museu do Império Romano em suas várias fases e sobre questões relacionadas a ele é bastante extensa, remeto a Liberati 2016 e aos textos ali citados.

[8] Deliberazione del Governatore di Roma n. 6073 del 21 agosto 1926, *Relazione per un Museo dell'Impero Romano*. Todas as resoluções do Governador de Roma são consultáveis junto ao *Archivio Storico Capitolino di Roma* (ASC) [Arquivo Histórico Capitolino de Roma]. A primeira sede do *Museo dell'Impero Romano* foi o antigo convento de Santo Ambrósio, próximo do antigo gueto. Observe a referência à polêmica entre romanidade e helenismo: após alguns anos a questão das relações entre Roma, Grécia e Oriente seria sistematicamente abordada em Galassi Paluzzi 1938.

> não indagada suficientemente, e que, aliás, alguns procuram colocá-la cada vez mais à sombra, com uma exaltação sistemática do helenismo; que, se brilhou pela potência do gênio, foi, no entanto, a negação de todo sólido ordenamento político e civil.

Em 1929, o *Museo dell'Impero Romano*, graças a obra incansável de Giglioli, encontrou a sua nova e definitiva sede na praça *Bocca della Verità*, em um lugar altamente significativo para a história da Roma antiga (Liberati, 2016: 233-251). Enquanto isso, a instituição continuou a enriquecer-se com novas aquisições contínuas: parte da sala IX era dedicada à Albânia e às escavações da missão arqueológica dirigida por Luigi Maria Ugolini (Giglioli, 1929: 79-83; Gilkes, 2003). A "coleção africana" também foi ampliada e, em especial, a Tripolitânia e a Cirenaica – salas XIIb, XIII e XIV – apresentavam ao público o vestígio de seu passado romano (Giglioli, 1929: 96-101). O arco de Marco Aurélio em Trípoli, antiga *Oea*, era seu monumento símbolo, consolidado e restaurado desde 1912 sob a direção de Boni (Boni; Mariani, 1915). De grande impacto emocional também eram os moldes "das inscrições encontradas por nossas tropas em 1928 no forte de Bu Ngem [...]. Por ordem de Sua Excelência, o Chefe do Governo, essas relíquias da obra civilizadora da Roma Imperial foram reproduzidas para o *Museo dell'Impero*. Os originais estão no Museu de Trípoli" (Giglioli, 1929: 99; Munzi, 2001: 75, 97-98).

A retórica da "romanidade" estava fortalecendo-se progressivamente e, parece muito interessante, o texto de uma carta do Governador de Roma, Ludovico Spada Potenziani, ao Governador da Tripolitânia, Emilio De Bono, de 21 de junho de 1927[9]:

> E entre essas (as 'maiores lacunas e mais dolorosas' na *Mostra Archeologica* de 1911, *n.d.a.*) está precisamente a seção relativa a nossas colônias de domínio direto; isso não deve surpreender, quando se considera que em 1911 a Líbia era ainda uma terra sob domínio turco e uma região complemente inexplorada, e que, por outro lado, o breve tempo em que esse, o primeiro núcleo da exposição, foi organizado não nos permitiu coletar da Tripolitânia e da Cirenaica o quanto gostaríamos de ter para que elas fossem dignamente representadas. A Sua Excelência, confio, desejará favorecer, o quanto lhe for possível, tal incremento. Isso tornará cada vez mais manifesto o vínculo que, desde os tempos antigos, tem ligado entre si Tripolitânia e Roma, vínculo que hoje se renova e revigora, como Sua Excelência genialmente quis mostrar quando estabeleceu que o nome de

[9] ASC, *Ripartizione X (1920-1953)*, busta (b.) 23, fascicolo (f.) 12 *Calchi e plastici delle provincie africane (fatti eseguire)*, sottofascicolo (sott.) A *Tripolitania*. A carta alude a uma exposição arqueológica organizada no âmbito da *I Fiera Campionaria di Tripoli* [I Feira Comercial de Trípoli], realizada na cidade norte-africana entre os meses de fevereiro e março de 1927: ver Manfren, 2017.

> Roma fosse estampado em seu primeiro selo augural, como o testemunho magnífico da vida ressurgente dessa (*sic*) terra.

Em 13 de maio de 1932, Giglioli propôs a Benito Mussolini a ideia de uma grande exposição a ser organizada na ocasião do bimilenário do nascimento do imperador Augusto: a *Mostra Augustea della Romanità*[10]. Giglioli, de fato, continuava a perseguir seu propósito de tornar o *Museo dell'Impero Romano* um órgão verdadeiramente "único" no panorama científico internacional por meio do aumento de suas coleções e de sua atividade, e toda ocasião servia a esse propósito. Nesse sentido, ele encontrou um aliado formidável no clima político do momento.

Do exame de diferentes documentos de arquivo[11], verifica-se que, inicialmente, a ideia de Giglioli fosse, de fato, criar uma "grande" oportunidade para incrementar o museu que dirigia e que, tendo de reivindicar como sua a iniciativa da Mostra Augustana diante do presidente do *Istituto di Studi Romani* [Instituto de Estudos Romanos], Carlo Galassi Paluzzi, decidiu-se por submeter o projeto ao chefe do Governo para obter sua aprovação e os recursos, mantendo, assim, a ideia sob seu controle pessoal e a sob égide do *Museo dell'Impero Romano* (Liberati, 2019: 61-68).

O *Istituto di Studi Romani*, naqueles anos, representava um importante órgão cultural que, com as suas iniciativas, apoiava a política do Regime, buscando aquilo que, em última análise, era também um programa de formação ideológica. A incansável atividade de seu presidente reuniu em torno do *Istituto* a elite cultural do período, que colaborou em vários níveis com os projetos do *Istituto*, muitos dos quais destinados a uma contínua e premente atividade educativa e pedagógica – com traços mais ou menos científicos, de acordo com os estudiosos envolvidos – dedicada, em sua maioria, ao grande público (Aramini, 2023).

Recentemente, foi analisada a questão da política cultural do *Istituto* também em relação à adesão mais ou menos convictas dos muitos intelectuais que foram chamados a colaborar com ele (Brillante, 2023: 141-

[10] A bibliografia sobre a *Mostra Augustea della Romanità* é muito vasta e em contínua evolução, para fins de brevidade, faço referência aqui a Polverini 2023, Liberati 2023 e Liberati 2019, todos com bibliografia anterior.

[11] Veja essencialmente: Archivio dell'Istituto Nazionale di Studi Romani (AINSR) [Arquivo do Instituto Nacional de Estudos Romanos], serie Congressi, Convegni e Mostre (s. CCM) [Congressos, Conferências e Mostras], b. 213, f. 34 e f. 35 assim como Archivio Centrale dello Stato (ACS) [Arquivo Central do Estado], Segreteria Particolare del Duce (SPD) [Secretaria Particular do *Duce*], Carteggio ordinario (CO) [Correspondência Comum], 1922-1943, b. 2285, f. 546.254.

175). A avaliação, provavelmente muito severa, mas que concretamente corresponde aos fatos, delineia um Galassi Paluzzi de "habilidades camaleônicas" (Brillante, 2023: 203), graças às quais foi capaz de levar adiante as múltiplas atividades do *Istituto* durante o Regime – incluindo o período de promulgação das leis raciais – garantindo, assim, sua sobrevivência até hoje[12].

Na data de 16 de julho de 1932, Giglioli enviou ao chefe do Gabinete da Presidência do Conselho dos Ministros, Guido Beer, um plano detalhado da organização e do financiamento da *Mostra*, necessário para a concessão dos fundos. Esse plano, submetido a Mussolini em 24 de agosto, após várias modificações, obteve, ao fim, a contribuição governamental de 4.000.000 de liras, distribuídas em seis anos orçamentais, de 1932-33 até 1937-38. Os recursos provinham, essencialmente, dos fundos reservados do Chefe do Governo e as despesas foram sempre, de forma pontual e minuciosa, registradas por Giglioli à Presidência do Conselho de Ministros, como atestam os numerosos documentos de arquivo a esse respeito. Ele pediu também a nomeação formal de uma Comissão Orçamental[13] – constituída pelo próprio Giglioli, na posição de diretor geral, e de um número reduzido de colaboradores –, da qual a nomeação foi atrasada pela inclusão de Attilio Selva, alto representante do Ministério das Corporações e da Confederação Nacional dos Sindicatos Fascistas de Profissionais e Artistas. Giglioli, portanto, viu-se forçado a aceitar esse tipo de "imposição", mas, conforme documentado, procurou dali em diante evitar outras ingerências do Partido[14]. O decreto que autorizava a Mostra foi, enfim, publicado na *Gazzetta Ufficiale del Regno d'Italia*, em 26 de junho de 1933, primeira parte, no número 147 do ano 74°.

A *Mostra Augustea della Romanità* adotou um objetivo ambicioso de criar um verdadeiro censo dos vestígios da Roma antiga. Como ocorrido para a *Mostra Archeologica* de 1911 e para o *Museo dell'Impero Romano*, descartou-se a ideia de expor obras originais, considerando impossível "trazer centenas de toneladas de pedra para Roma" (Giglioli, 1938: XIV), decidindo-se, em vez disso, por fabricar moldes, maquetes e reproduções.

[12] No entanto, Brillante erra ao supor que Galassi Paluzzi assumiu a presidência do *Istituto* após a Segunda Guerra Mundial: já em 1944, após o ingresso dos Aliados em Roma, ele foi substituído por um comissário extraordinário, mais tarde presidente do *Istituto*, na pessoa do democrata-cristão Quinto Tosatti: veja mais adiante.

[13] Toda a documentação da *Presidenza del Consiglio dei Ministri* (PCM) [Presidência do Conselho de Ministros] sobre os fatos descritos acima e, em geral, sobre toda a Mostra está em ACS, PCM, 1937-'39, f. 14/1 n. 918, b. 2493 e b. 2494.

[14] Ambas as questões foram documentadas em ACS, PCM, 1937-'39, f. 14/1 n. 918, b. 2493, sottofascicolo 4-1.

Com frequência, infelizmente, os detratores do valor científico da *Mostra Augustea* costumam ridicularizar essa escolha, apresentando-a como uma "arqueologia falsa"[15], não considerando, no entanto, o grande valor constituído – não apenas para o período, mas também atualmente – por essas obras cujos originais seriam posteriormente danificados por causas naturais ou mesmo desaparecidos na sequência de acontecimentos catastróficos, inclusive os provocados por eventos bélicos. Paradoxalmente, no entanto, as reconstruções em 3D que constituem conceitualmente a evolução dessas mesmas obras são consideradas altamente sofisticadas.

Foi dada atenção particular ao critério expositivo das obras, que foram agrupadas por categoria, identificando «seções homogêneas, que possam satisfazer o desejo de um visitante moderno» (Giglioli, 1938: XVII). O trabalho de catalogação e recolha dos materiais, iniciado nos primeiros meses de 1933, foi imenso: vários milhares de moldes e centenas de maquetes constituíram o enorme aparato didático reunido por Giglioli, junto com reconstruções em tamanho real de seções inteiras de monumentos.

A *Mostra* foi montada em Roma, no *Palazzo delle Esposizioni* [Palácio das Exposições] na *via Nazionale*, outrora sede, em 1932, da *Mostra della Rivoluzione Fascista* [Mostra da Revolução Fascista] que, em 1937, iniciava sua segunda edição no mesmo dia em que a *Mostra Augustea*, mas em horário diferente, junto à *Galleria d'Arte Moderna* [Galeria de Arte Moderna] em *Valle Giulia*[16]. A *Augustea* foi inaugurada em 23 de setembro de 1937 e permaneceu aberta ao público por mais de um ano, porém, apesar do sucesso alcançado, não teve vida fácil. Desde o início, ficou bem claro para Giglioli que o seu projeto, de natureza essencialmente científica, teria de se adaptar, de algum modo, às necessidades do Regime e criar um equilíbrio próprio entre os muitos e contrastantes interesses daqueles que, em vários níveis, "giravam" em torno do *Duce*. Nesse sentido, são bem documentados os contrastes de Giglioli com o Partido Nacional Fascista [*Partito Nazionale Fascista*] devido, sobretudo, à falta de receitas provenientes da compra de ingressos da *Mostra* – ativada pelo mecanismo em uso na carimbagem de bilhetes ferroviários –, que subtraía da própria *Mostra* os recursos indispensáveis à manutenção de toda a organização,

[15] Trata-se de uma posição muito difundida, em especial nos anos anteriores, baseada em interpretações ligadas à esquerda política, como a de Manacorda, 1982, reduzida em Barbanera, 2000.

[16] Veja o *Appunto per il DUCE* del 15 settembre 1937 in ACS, PCM, 1937-'39, f. 14/1 n. 918, b. 2493, sottofascicolo 4-2.

uma vez que Giglioli não podia contar com outras receitas que não aquela concedida pelo Chefe de Governo, conforme já foi dito (Liberati; Silverio, 2020: 194-198).

Exasperado, Giglioli procurava, contudo, reivindicar da *Mostra* aquilo que era dela por direito. O seguinte trecho é de uma carta não oficial, de 27 de janeiro de 1938, de Giglioli a Giacomo Medici del Vascello, subsecretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros[17]:

> Confio em sua intervenção também dessa vez: é necessário assegurar especialmente a estampagem no período da páscoa e da vinda de Hitler, pois não é possível que uma *Mostra di Sindacato* [Mostra de Associações] seja preferida a uma da importância da *Augustea*, especialmente depois das ordens precisas do *Duce* [...].

A concepção original da *Mostra* permanecia, de algum modo, ainda ancorada à *Mostra Archeologica* de 1911, sobretudo nas primeiras seções que exaltavam os valores de Roma e do Império contidos na figura do "divino" Augusto. Contudo, essa concepção seria afinada ao clima político e aos seus desenvolvimentos: assim, a sala inicial *Fascismo e romanidade* [*Fascismo e romanità*], após 9 de maio de 1936, seria transformada em *Imortalidade da ideia de Roma. O renascimento do Império na Itália Fascista* [*Immortalità dell'idea di Roma. La rinascita dell'Impero nell'Italia Fascista*] (Figura 02). Contemporaneamente, as antigas salas *A Igreja cristã* e *A sobrevivência da ideia imperial no medievo* seriam remodeladas em um único espaço expositivo, *O Cristianismo* [*Il Cristianesimo*], dedicado à Igreja enquanto depositária da herança da Urbe e da sua universalidade, criadora de um "novo" império espiritual que garantira a sobrevivência da civilização romana, fazendo-a chegar até o Fascismo, realizador de uma "nova" Roma, consciente do próprio passado, mas orientada ao futuro e representada precisamente na sala da *Imortalidade da ideia de Roma*.

[17] ACS, PCM, 1937-'39, f. 14/1 n. 918, b. 2493, sottofascicolo 4-2.

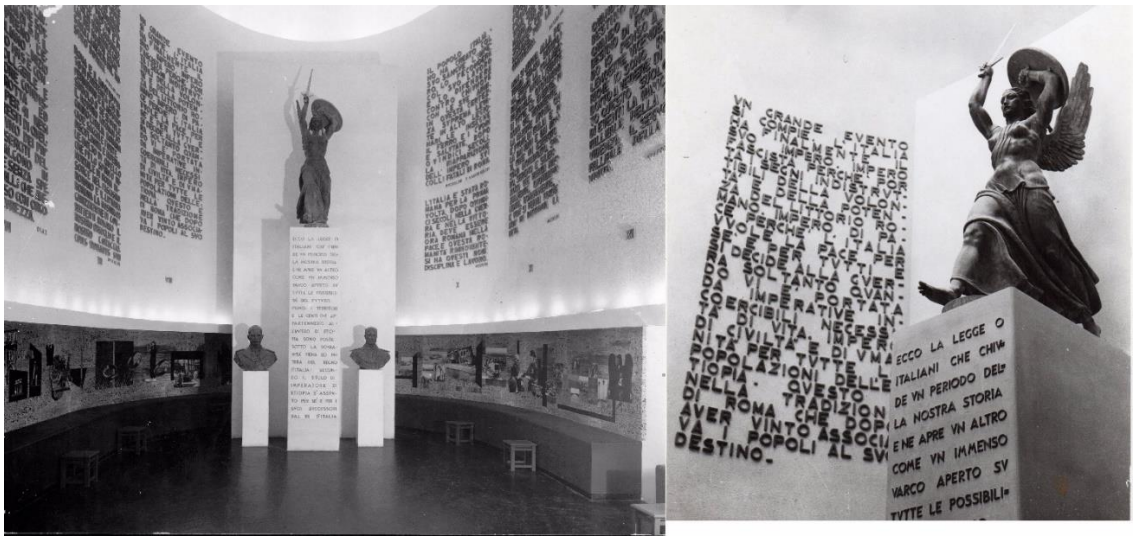


Figura 02: *Mostra Augustea della Romanità*, Sala XXVI, vista geral e particular da réplica da Vitória de Capodistria, obra de Attilio Selva, com trechos do discurso de Mussolini de 9 de maio de 1936 para a proclamação do Império.

Esse conceito estava impressionantemente expresso na sala dedicada a Augusto, na qual o molde de Augusto da *via Labicana*, o mesmo já exposto na *Mostra Archeologica* de 1911, estava disposto ao lado de uma grande cruz luminosa, contendo a versão latina de trecho do Evangelho de Lucas relativo ao nascimento de Cristo durante o principado de Augusto (Figura 03). Para tudo isso, tiveram um peso considerável os Pactos de Latrão de 1929 e a proclamação do Império, em 9 de maio de 1936.



Figura 03: *Mostra Augustea della Romanità*, Sala X dedicada a Augusto. Detalhes do molde da estátua de Augusto da *via Labicana* e da cruz luminosa.

Sobre a presença de Mussolini na inauguração da *Mostra*, seu itinerário e o aumento do pessoal responsável pela vigilância das salas, 80 guardas

recrutados "entre os veteranos da África Oriental" [18], gostaria de recordar aqui o texto do comunicado de imprensa[19]:

> A *Mostra Augustea della Romanità*, organizada no *Palazzo dell'Esposizione* (sic) na *via Nazionale* será inaugurada pelo DUCE às 10 horas de 23 de setembro de 1937-XV, início do ano bimilenar do nascimento do Imperador Augusto.
> Para a cerimônia solene estão convidados o Corpo Diplomático, os Membros do Governo, O Grande Conselho do Fascismo, as altas autoridades civis e militares e do Partido, bem como alguns estudiosos italianos e estrangeiros.
> Na entrada do DUCE serão cantados o Hino à Roma e a *Giovinezza*[20].

Mussolini, recebido por Giglioli fardado em traje de cerimônia, fez seu ingresso à *Mostra* em um *Palazzo delle Esposizioni* também "modificado" por uma fachada artificial na qual se alternavam as palavras *DVX* e *REX* acompanhadas de passagens de autores clássicos "exaltando o amor à pátria dos romanos e a sua obra civilizacional no mundo" (Vighi; Caprino, 1938: 3).

Em 6 de novembro de 1938, na *Sala do Império* [*Sala dell'Impero*], dominada pela reconstrução em tamanho real do pronau do Templo de *Ancyra*, que de novo, mas em um contexto diferente daquele de 1911, foi "utilizado" para sublinhar a solenidade do momento, ocorreu a cerimônia de encerramento da *Mostra Augustea della Romanità* (Figura 04).

[18] Veja o *Appunto per il DUCE* del 20 settembre 1937 in ACS, PCM, 1937-'39, f. 14/1 n. 918, b. 2493, sottofascicolo 1.
[19] Veja o comunicado de imprensa anexado à nota de Mussolini de 17 de setembro de 1937 em ACS, PCM, 1937-'39, f. 14/1 n. 918, b. 2493, sottofascicolo 1.
[20] *Giovinezza*, italiano para juventude, era um hino oficial do Partido Nacional Fascista, e uma das canções mais difusas do *Ventennio Fascista* [N.T.].



Figura 04: *Mostra Augustea della Romanità*, Sala II dedicada ao Império. À esquerda, a reconstrução do pronau do *Monumentum Ancyranum* com, em ambos os lados, moldes dos relevos das Vitórias de Cartago e, ao fundo, um ambiente da Sala dedicada a Augusto. À direita, Giglioli pronuncia o discurso de encerramento da *Mostra* na presença de Mussolini, enquadrado no pronau e escoltado por *Moschettieri del Duce*[21].

É evidente como Giglioli, tendo como pano de fundo o clima político-cultural da época e com forte respaldado de sua experiência pessoal, tenha explorado a coincidência entre, de um lado, os projetos relativos ao *Museo dell'Impero Romano* e, de outro, os rumos do Fascismo para obter as melhores condições para a realização de seus propósitos. O mito de Roma teve nesse momento histórico a sua expressão mais pujante, mas também a mais distorcida, em função da ideologia.

O Vintênio da Marcha sobre Roma em 1942

Ao fim da *Mostra Augustea della Romanità*, foi proposto novamente o seu eventual e problemático vínculo com a *Esposizione Universale* [Exposição Universal], já indicada em uma nota endereçada ao *Duce* em 27 de

[21] *Moschettieri del Duce* ou, em português, Mosqueteiros do *Duce*, eram uma guarda de honra vinculada à *Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale* [Milícia Voluntária para a Segurança Nacional], força armada fascista também conhecida pelo nome de *Camicie Nere* [Camisas Negras] [N.T.].

dezembro de 1937[22]. Mussolini decidiu que, de fato, a *Mostra* se tornaria permanente e teria uma sede permanente na nova área da *Esposizione Universale*[23].

Em 1942, ocorreria o Vigésimo Aniversário da Marcha sobre Roma e o evento seria solenizado com uma *Esposizione Universale*, com tema "a olimpíada das civilizações", no âmbito da qual deveria emergir a primazia italiana na criação de uma terceira civilização, após aquelas da Roma antiga e da Roma católica. Nesse contexto, foram projetadas exposições diversas sobre aspectos da civilização italiana, que, com frequência, tinham como início, precisamente, o período romano (Gentile, 2007: 180-195; Gregory; Tartaro, 1987).

Enquanto isso, o material que havia constituído a *Mostra* foi conservado em vários locais e uma seleção dele foi exposta junto ao *Museo dell'Impero Romano*, que continuou a representar o elemento estável e promotor das várias iniciativas, servindo como intermediário entre a *Mostra Augustea della Romanità* e a *Mostra della Romanità*, que deveria ser inaugurada em 21 de abril de 1942 na *Esposizione Universale* (Liberati, 2016: 264-272).

Neste ponto é interessante observar como Giglioli era contrário à realocação da *Mostra*, ordenada por Mussolini, e analisando a diferença entre as suas opiniões sobre esse ponto específico se pode compreender a diferença mais geral entre as duas concepções do mito de Roma, ambas inseridas no interior daquilo que a investigação historiográfica definiu genericamente de "culto da Romanidade" (Scuccimarra, 2003), mas que, de fato, revela-se como um conjunto que não é nem unitário nem monolítico.

A concepção expressa por Giglioli derivava, de fato, de suas próprias experiências familiares, pessoais e científicas (Barbanera, 2000), enquanto a de Mussolini era puramente política e ideológica: Roma representava para o Estado fascista "uma vontade de potência e império" e a "tradição romana é aqui uma ideia de força" (Mussolini, 1932: 851). Na doutrina fascista, como codificada pelo próprio Mussolini, o Império era considerado não apenas uma expressão territorial, mas também espiritual e moral, e, nesse contexto, Giglioli poderia prosseguir com o seu projeto – já assumido na *Mostra Archeologica* de 1911, mas, na realidade, ainda antes,

[22] Veja o *Appunto per il DUCE* del 27 dicembre 1937 in ACS, PCM, 1937-'39, f. 14/1 n. 918, b. 2493, sottofascicolo 4-1.
[23] Toda a documentação está em ACS, PCM, 1937-'39, f. 14/1 n. 918, b. 2493, sottofascicoli 4-3 e 4-4.

com Boni – de um grande *Museo dell'Impero Romano*, tentando fazer avançar a sua ideia de Roma paralelamente à do Regime.

Contudo, Giglioli não poderia aceitar a hipótese de uma transferência da *Mostra Augustea* para a *Esposizione Universale*, a E42, caracterizada pela intenção mencionada acima. Na verdade, além de outras considerações de natureza prática, ele percebera claramente, acima de tudo, o risco de um desmembramento da *Mostra* no interior de outras iniciativas da E42 e, consequentemente, o perigo de uma apresentação da experiência imperial romana como exclusivamente "italiana"[24]. A concepção científica da Mostra/Museu tal como um *Centro Studi* [Centro de Estudos] permanente e a visão de uma civilização romana portadora de benefícios ao mundo não poderia coincidir com a sua apresentação sob uma ótica apenas e exclusivamente "nacional" nem com o desmembramento das coleções. Isso teria rompido com a visão "universal" oferecida pela *Mostra Augustea* e, quase seguramente, provocado reações negativas, como a emergência de exaltações locais, como as relacionadas com Armínio, Vercingetórix ou Decébalo ou, até mesmo, a reivindicação feita por outras nações de imperadores ou personagens romanos ilustres não nascidos na Itália, como a Espanha, ou ainda a retomada da tentativa de potências estrangeiras em valorizar o elemento helênico em detrimento da civilização romana, vista como corolário daquela grega (Galassi Paluzzi, 1938).

[24] Veja o texto atribuível a G.Q. Giglioli, em ACS, PCM, 1937-'39, f. 14/1 n. 918, b. 2493, sottofascicolo 4-1.

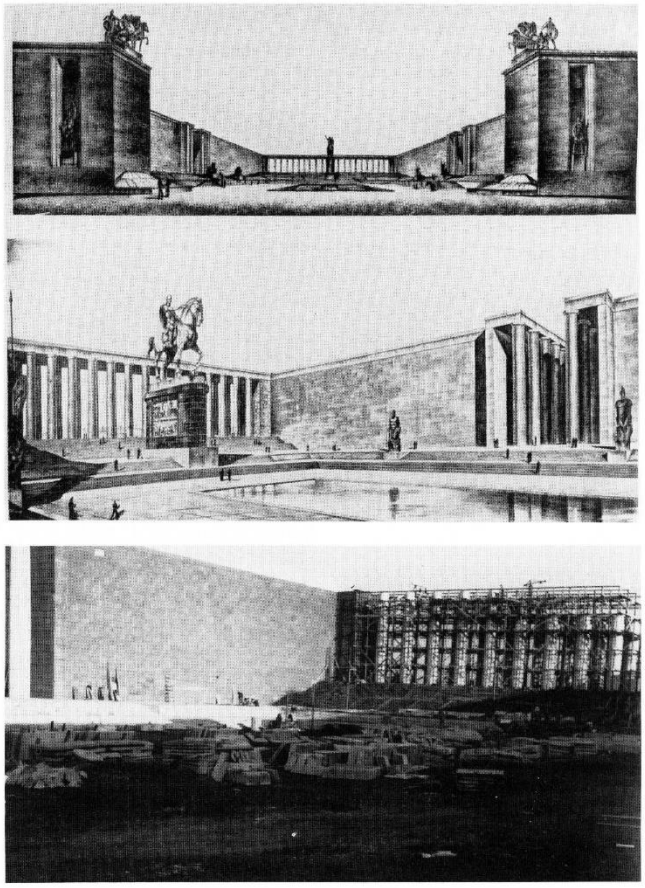


Figura 05: *Mostra della Romanità*, acima, projetos para alguns espaços externos do palácio, embaixo, uma fase da construção.

Mussolini, porém, como era previsível, rejeitou claramente as considerações de Giglioli (Liberati; Silverio, 2020: 187-189), pois considerava a *Mostra Augustea della Romanità*, em sua transformação em *Mostra della Romanità*, o "manifesto" daquela ideia de força destinada a ser transmitida às gerações futuras e, portanto, a ter sua sede no lugar onde, por ocasião do Vintênio, deveria se manifestar a Terceira Roma Fascista, voltada para o futuro[25] (Liberati; Silverio, 2020: 190; Gentile, 2008).

A guerra às portas provocou uma grande desaceleração do projeto geral da E42, compreendendo também os relacionados à *Mostra della Romanità* (Figura 05), embora o edifício que deveria abrigá-la já estivesse em fase de construção. A *Mostra* não foi realizada, mas Giglioli não abandonou a ideia

[25] É significativo, em ACS, PCM, 1937-'39, f. 14/1 n. 918, b. 2493, sottofascicolo 4-4, o texto de um artigo de um jornal não identificável, intitulado *Mussolini determina que a Mostra da Romanidade tenha caráter permanente* [*Mussolini dispone che la Mostra della Romanità assuma carattere permanente*].

de aumentar ainda mais as coleções do *Museo dell'Impero Romano* que, na nova sede da E42, teria encontrado, finalmente, um espaço expositivo criado especificamente para abrigar todas as suas obras. Entretanto, após o ingresso das forças aliadas em Roma em 1944, a existência do *Museo dell'Impero Romano*, prudentemente renomeado como *Sezione antica del Museo di Roma* [Seção antiga do Museu de Roma], tornou-se cada vez mais difícil na sede histórica da praça *Bocca della Verità* e se concentrava no desenvolvimento de atividades científicas e de divulgação (Liberati, 2016: 267-272).

Os anos 1940 representam um momento crucial para o tema aqui abordado e foram caracterizados por um outro projeto que, de fato, também nunca foi realizado, assim como a *Mostra della Romanità*: a *I Mostra Nazionale della Razza* [Mostra Nacional da Raça], sobre a qual vale a pena deter-se brevemente, limitando-se aos aspectos de nosso interesse[26].

A *Mostra* deveria ter corrido no verão de 1940, no *Palazzo delle Esposizioni*, que já havia abrigado, conforme visto, a *Mostra Augustea della Romanità*. O Ministério da Cultura Popular, encarregado da sua realização, havia envolvido, na verdade, Giglioli na elaboração científica da parte antiga do projeto, considerando o *Museo dell'Impero Romano* e a *Mostra Augustea* como "reservatórios" ideais e inesgotáveis para encontrar objetos e materiais finalizados destinados a demonstrar a superioridade da "raça romana". Seja devido a tendências artísticas da época, seja porque, de fato, a comparação com a experiência e as escolhas cenográficas da *Mostra Augustea* revelaram-se imprescindíveis, muitos seriam os pontos de contato estéticos entre as duas manifestações. A começar pela fachada do *Palazzo*, que seria eficazmente "reconstruída" com a finalidade de tornar instantaneamente manifesta a temática expressa no percurso da exposição que a seguia[27]. As salas deveriam ser enriquecidas com trechos de autores clássicos que, de maneira didática, comentariam o conteúdo dos espaços expositivos e conduziriam o visitante pela mão em um caminho de fácil compreensão[28].

---

[26] Os documentos abordados estão conservados no Archivio Storico del Museo della Civiltà Romana [Arquivo Histórico do Museu da Civilização Romana] (ASMCR), sezione Corrispondenza [seção Correspondência] (s. CORR), b. 7, f. 3 *Ministero Cultura Popolare. Mostra Razza*.

[27] A documentação relacionada está conservada no Fondo Mario De Renzi dell'Accademia Nazionale di San Luca [Fundo Mario De Renzi da Academia Nacional de São Lucas], em Roma.

[28] Para a parte romana, veja: corrispondenza 5 aprile - 6 maggio 1940 in ASMCR, s. CORR, b. 7, f. 3 *Ministero Cultura Popolare. Mostra Razza*.

Mais uma vez, os materiais, muitos dos quais expostos desde 1911, seriam adaptados a uma nova utilização, em sintonia com o argumento da *Mostra*. Seguindo tal critério, muitas obras teriam revelado um potencial novo e seriam carregadas de um significado adicional. Assim, os moldes de muitos relevos históricos, representando cenas de batalhas e submissões de inimigos, tornaram-se exemplos do "poder" da "raça romana", da qual o italiano fascista acreditava descender. O mesmo critério foi aplicado para a representação da figura humana: muitos testemunhos relativos aos vários tipos somáticos pertencentes aos povos que habitavam o Império romano seriam, de fato, comparados com figuras de traços clássicos, ou no máximo itálicos, para sustentar a ideia de uma superioridade de tipo físico que, não por acaso, também revelaria uma superioridade de caráter moral e espiritual. Mas o cúmulo dos exageros foi representado pelo significado atribuído ao cristianismo que, na ótica do discurso geral, seria o artífice da regeneração moral da raça romana, herdeiro, portanto, não apenas da universalidade do Império – como amplamente demonstrado na anterior *Mostra Augustea della Romanità* – mas também providencial para a sua "regeneração moral": um conceito de ordem ideal que se inseria em um outro essencialmente biológico[29].

O Ano Santo de 1950

A cesura trágica representada pela guerra, contudo, não constituiu uma anulação dos esforços realizados até aquele momento para manter vivo o Museu do Império Romano, instituição que então reunia em si conteúdos e significados ideológicos ligados a várias experiências desenvolvidas ao longo de décadas plenas de eventos políticos importantes. Ao fim de 1944, a Presidência do Conselho de Ministros manifestava a intenção de transferir para o município de Roma todo o material da *Mostra Augustea della Romanità* e os respectivos recursos substanciais para assegurar, por um certo período de tempo, a manutenção das coleções e o funcionamento do *Centro Studi* sobre a história e a civilização da Roma antiga. Em maio de 1946, o município aceitou[30].

Esse imenso patrimônio encontrou a sua sede definitiva no edifício destinado à *Mostra della Romanità*, construção que foi retomada, embora o

[29] A respeito de tudo isso veja, também para citação textual, ASMCR, s. CORR, b. 7, f. 3 *Ministero Cultura Popolare. Mostra Razza*.

[30] Deliberazione della Giunta Municipale Provvisoria del Comune di Roma n. 1698 del 23 maggio 1946 *Trasferimento al Comune delle attività della Mostra della Romanità*, consultável no Archivio Storico Capitolino [Arquivo Histórico Capitolino], Roma.

projeto tenha sido revisado com o objetivo de eliminar as referências ao Regime passado. Da mesma forma, após anos de abandono, a vasta área destinada à E42 também foi, em certo sentido, concluída e modificou o seu nome para EUR, acrônimo de *Esposizione Universale Roma* [Exposição Universal de Roma]. Atualmente, ela constitui um híbrido no qual, contra um pano de fundo de edifícios monumentais agora descontextualizados e distorcidos de seu significado original, encontram-se fragmentos do projeto inicial junto com construções mais banais, de uso habitacional ou comercial. O imponente edifício do museu, completado graças ao mecenato do presidente da FIAT, Giovanni Agnelli, e à colaboração dos altos dirigentes da EUR, foi finalmente inaugurado em 21 de abril, Nascimento de Roma, de 1952, com o nome de *Museo della Civiltà Romana* (Figura 06).

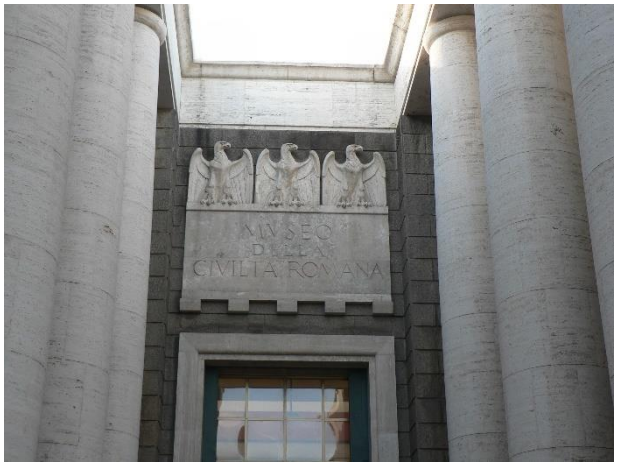


Figura 06: *Museo della Civiltà Romana*, detalhe da entrada.

Essa primeira inauguração, que foi seguida por outra definitiva em 1955, viu aberta apenas dez seções, mas revestida com uma grande carga simbólica, pois finalmente representava o destino que, nas intenções da época, encerraria o percurso iniciado por Lanciani.

Os moldes dos relevos com as Vitórias de Cartago, de maneira quase espelhada com o que já havia sido assumido para a exposição da Minerva-Vitória de Óstia na *Mostra della Razza*, agora abriam o caminho ao longo do qual era também apresentada uma série de retratos, demonstrando o alto grau alcançado pelos romanos nessa forma de arte: também aqui podem-se reconhecer exemplares escolhidos para a *Mostra della Razza*, mas que agora estavam expostos porque ilustravam "a particular fisionomia estilística que a arte romana do retrato assumiu naquelas províncias por meio da fusão com as tendências artísticas locais" (Colini, 1952: 12).

Em uma Itália que, após a Segunda Guerra Mundial, estava dominada por duas forças políticas, de várias maneiras adversárias da ideia nacional, pois representavam experiências e ideologias supranacionais estranhas ou mesmo hostis à unidade da Itália, a Democracia Cristã e o Partido Comunista Italiano (Gentile, 1997: 328-345), assistia-se a divergência entre a ideia de Roma e a sua função ativa no campo político. O mito de Roma na mudança de clima foi, assim, destituído do elemento nacionalista e adornado de uma branda conotação cultural, sendo recebido e perpetuado, nesse sentido, pelo partido mais vinculado à Igreja católica, a Democracia Cristã.

Esse sentido de "desorientação" é bem identificado em alguns documentos[31] produzidos nesse período que se, por um lado, tendem a sublinhar a importância da civilização romana como patrimônio para transmitir às novas gerações, por outro, são cautelosamente cuidadosos com empregos de palavras que possam, de alguma forma, evocar o Regime passado. É precisamente nessa circunstância que se utiliza o termo *Museo della Civiltà Latina* [Museu da Civilização Latina] ao invés daquele efetivamente adotado – e sem que a escolha deixasse traços nos documentos de arquivo consultados – de *Museo della Civiltà Romana*.

Assim, realizava-se – com o objetivo de distanciar a civilização romana do uso político totalizante feito pelo Fascismo[32] – uma modificação significativa dos termos "romano" e "latino". Eles são agora entendidos essencialmente como sinônimos, enquanto, sobretudo nos últimos anos do Fascismo, foi destacada a diferença substancial e a superioridade dos primeiros sobre os segundos. Exemplo da não rara publicidade sobre o tema é um artigo do jurista Pietro de Francisci, publicado em 1938, no periódico do Instituto Nacional de Cultura Fascista, em que os dois termos não são em nada intercambiáveis, ao contrário, é sustentada a superioridade da "romanidade" sobre a "latinidade": "Mas, repito, os dois termos devem ser mantidos bem distintos; porque o primeiro indica verdadeiramente um tipo, um sistema de civilização, que teve uma expansão universal e que supera, portanto, o conceito de latinidade; este,

[31] ASC, *Ripartizione X (1920-1953)*, b. 278, f. 4 *Museo della Civiltà Latina*. A denominação "*Museo della Civiltà Latina*" [Museu da Civilização Latina], embora não tenha sido adotada, deveria ter certa circulação, pelo menos até 1952, dado que também se encontra na imprensa relacionada à inauguração do Museu: veja, por exemplo, Palma 1952.

[32] Uma utilização totalizante que abrangeu todos os aspectos da ideia nacional e que, assim, após a guerra, favoreceu as intervenções opostas, tanto de democratas-cristãos quanto de comunistas, marcando profundamente a história da República Italiana. Veja Gentile, 2007: 229-373.

afinal, caso se queira ser preciso, não é mais do que uma expressão linguística e literária" (de Francisci, 1938: 880-881).

O mesmo *Istituto di Studi Romani* [Instituto de Estudos Romanos], no passado muito vinculado às iniciativas do *Museo dell'Impero Romano*, não mais dirigido por Galassi Paluzzi, mas submetido a um comissário extraordinário, o democrata-cristão Quinto Tosatti, já no ano acadêmico de 1944-45 havia iniciado uma série de conferências dedicadas à *Revisão crítica do conceito de romanidade*, precisamente no âmbito daqueles Cursos Superiores de Estudos Romanos que foram tribuna da "romanidade" fascista na sua variante mais próxima ao mundo católico (*L'Istituto di Studi Romani*, 1950: 42-45; Tassinari, 1983).

Voltando ao *Museo della Civiltà Latina/Romana*, é interessante apresentar o conteúdo de um relatório confidencial enviado em 29 de maio de 1950, de Antonio Maria Colini (Buonocore; Sartorio, 1997-1998), Diretor dos Museus Municipais de Roma, ao conde Paolo Dalla Torre di Sanguinetto, Assessor de Belas Artes, em que, no contexto do Ano Santo e considerando o empenho significativo já assumido pela FIAT, ele sustentava com firmeza a oportunidade de preparar pelo menos algumas salas do novo edifício do museu, destacando como a iniciativa teria um grande interesse cultural que "devido a sua objetividade científica, os acontecimentos dos últimos tempos não diminuíram"[33] (Figura 07):

> Seriam lançadas, desse modo, as bases de um grandioso *Museo della Civiltà Latina*, no qual a Itália veria sintetizado a sua primeira contribuição fundamental à civilização mundial e o mundo reencontraria a origem de tantos elementos de sua cultura e reconheceria os seus laços com Roma. [...].
> O Escritório A.B.A. do Município deveria, além disso, dirigir as operações de transferência e organização e continuar a custodiar o material e a fazer a instituição funcionar, mediante o pessoal da *Sezione Antica del Museo di Roma* que já tem o material em sua posse e já desenvolve esse trabalho. [...].
> De uma menção feita ao Subsecretário de Estado à Presidência do Conselho, o Exmo. Andreotti, também se mostrou favorável à ideia, [...]. O Exmo. Prefeito, informado do projeto pelo mesmo prof. Valletta, parece, a princípio, ter sido favorável e igualmente o Exmo. Vice-prefeito, com quem o Exmo. Andreotti teria falado sobre o assunto [...].
> Tal é, hoje, a situação do processo, ao qual seria necessário dar um encaminhamento rápido, tanto para não desiludir as generosas provisões da Fiat, quanto para poder realizar o projeto inicial até o Ano Santo. [...].

[33] Relazione riservata all'On. Assessore Conte Paolo Dalla Torre, preservado em: ASC, *Ripartizione X (1920-1953)*, b. 278, f. 4 *Museo della Civiltà Latina*. Sobre Giulio Andreotti, veja Baris, 2021. Sobre Vittorio Valletta, presidente da FIAT, veja Amatori, 2020.

A esse relatório seguiram outras passagens formais e, finalmente, no final de setembro, a questão chegava ao prefeito Salvatore Rebecchini. Naquele período, o governo da Itália era liderado pela Democracia Cristã, expressão política dos católicos, e, ainda que se, ao fim, uma primeira parte do Museu fosse inaugurada dois anos depois, o apelo de Colini ao Ano Santo forneceu a alavancagem necessária para dar vida nova às coleções. *O ano do grande retorno e do grande perdão*, esse foi o tema dado pelo Papa Pio XII ao Jubileu convocado após o fim da Segunda Guerra Mundial: parecia que tudo tinha que encontrar o seu lugar em uma ordem universal que, finalmente, retornava justa e legítima[34].

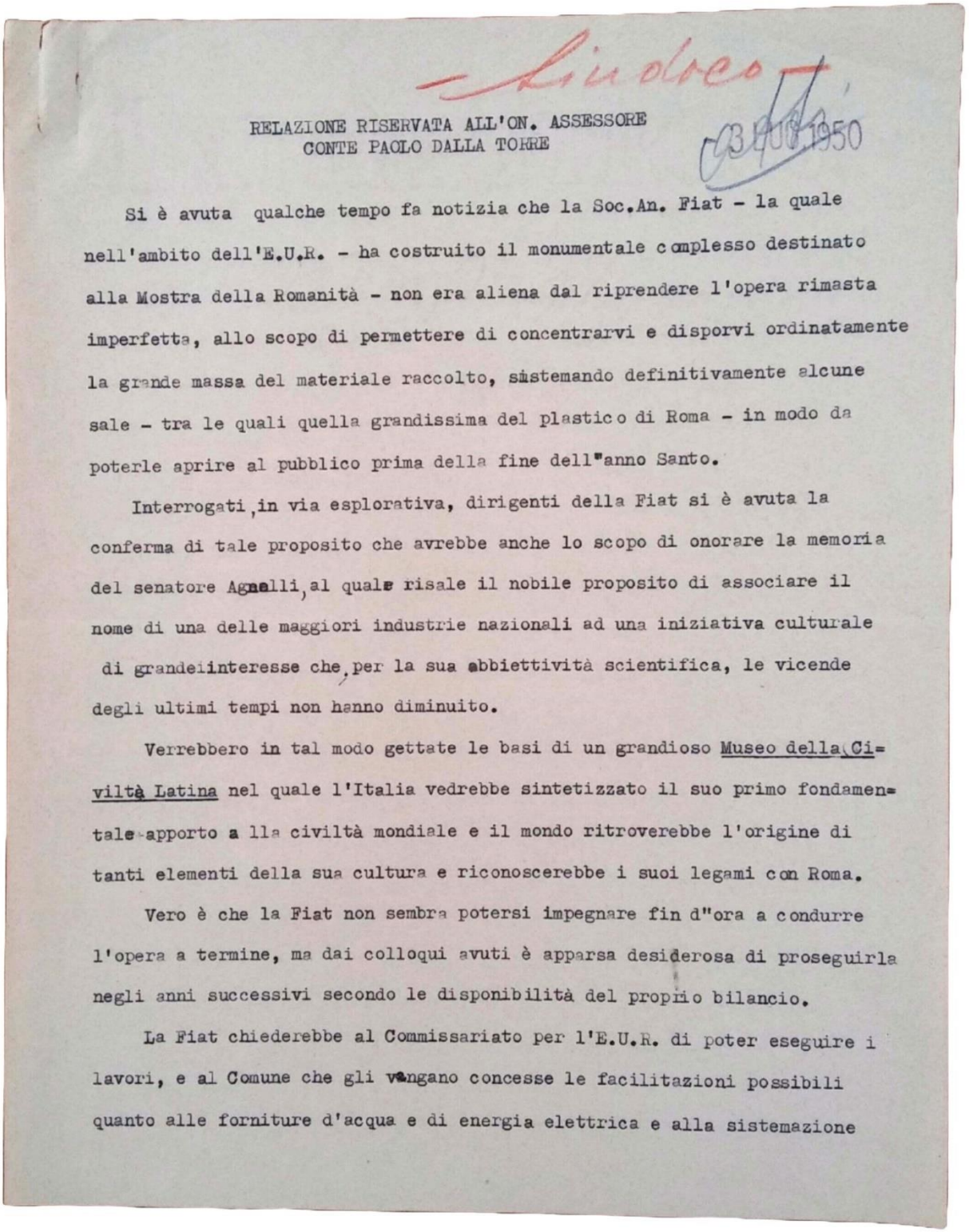
O novo Museu, inaugurado pelo prefeito de Roma e por representantes de sua administração, abria ao público exibindo, embora na sua exposição parcial, os materiais e as obras dos Museus e das Mostras que se sucederam a partir de 1911. A disposição definitiva apresentaria, subdividida em dois grandes setores, um cronológico e outro temático, um amplo percurso no qual as obras seriam expostas em uma nova organização conceitual. Nessa escolha expositiva, a sala do triunfo do cristianismo, ao final do primeiro percurso, também teria desempenhado a função de ponto culminante ideal, evidenciando – com a devida eliminação dos aspectos ideológicos ligados ao Fascismo – como a Igreja havia coletado o legado do Império e o transmitido à posteridade.

Parecia que uma longa jornada chegaria ao fim, ainda que o mito de Roma saísse dela drasticamente reduzido e desprovido quase que por completo de sua conexão nacional. Nesse sentido, são esclarecedoras algumas passagens da *Introdução* do Guia de 1955, quando a inauguração definitiva do Museu, com a presença da sala do cristianismo, justificava a exposição de um conceito que, ao olhar mais atento, também havia sido a inspiração de 1952, ano da primeira inauguração parcial e limítrofe deste ensaio (Dalla Torre di Sanguinetto, 1955: 6):

> Roma não é apenas destino de viagens turísticas e culturais, mas também, e sobretudo, de peregrinações de fé. Agora, para os cristãos, e sobretudo para os católicos, o Museu possui um interesse muito particular: para os cristãos, porque não devemos nos esquecer que, no quadro que ele oferece, insere-se a vida terrena do Filho de Deus, e para os católicos, porque eles veem, com os pais da

[34] O tema do Jubileu de 1950 pode ser encontrado na mensagem de rádio do Papa Pio XII de 23 de dezembro de 1949, consultável em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1949/documents/hf_p-xii_spe_19491224_radiomessage-holy-year.html. A Bula Papal anunciando o Jubileu pode ser consultada em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/it/bulls/documents/hf_p-xii_bull_19490526_iubilaeum-maximum.html. Sobre o Jubileu de 1950, veja Maffi; Semeraro, 2021.

Igreja e com Dante, na história de Roma uma trama maravilhosa traçada pela Providência "... para o lugar santo, onde senta-se o Sucessor do altíssimo Pedro".



Lindoro

RELAZIONE RISERVATA ALL'ON. ASSESSORE
CONTE PAOLO DALLA TORRE

3/08/1950

Si è avuta qualche tempo fa notizia che la Soc.An. Fiat - la quale nell'ambito dell'E.U.R. - ha costruito il monumentale complesso destinato alla Mostra della Romanità - non era aliena dal riprendere l'opera rimasta imperfetta, allo scopo di permettere di concentrarvi e disporvi ordinatamente la grande massa del materiale raccolto, sistemando definitivamente alcune sale - tra le quali quella grandissima del plastico di Roma - in modo da poterle aprire al pubblico prima della fine dell'anno Santo.

Interrogati, in via esplorativa, dirigenti della Fiat si è avuta la conferma di tale proposito che avrebbe anche lo scopo di onorare la memoria del senatore Agnelli, al quale risale il nobile proposito di associare il nome di una delle maggiori industrie nazionali ad una iniziativa culturale di grande interesse che, per la sua obbiettività scientifica, le vicende degli ultimi tempi non hanno diminuito.

Verrebbero in tal modo gettate le basi di un grandioso Museo della Civiltà Latina nel quale l'Italia vedrebbe sintetizzato il suo primo fondamentale apporto alla civiltà mondiale e il mondo ritroverebbe l'origine di tanti elementi della sua cultura e riconoscerebbe i suoi legami con Roma.

Vero è che la Fiat non sembra potersi impegnare fin d'ora a condurre l'opera a termine, ma dai colloqui avuti è apparsa desiderosa di proseguirla negli anni successivi secondo le disponibilità del proprio bilancio.

La Fiat chiederebbe al Commissariato per l'E.U.R. di poter eseguire i lavori, e al Comune che gli vengano concesse le facilitazioni possibili quanto alle forniture d'acqua e di energia elettrica e alla sistemazione

dellavia d'accesso esistente (dalla Laurentina).

L'Ufficio A.B.A. del Comune dovrebbe inoltre dirigere le operazioni di trasferimento e sistemazione e continuare a custodire il materiale e a far funzionare l'istituzione, mediante il personale della Sezione Antica del Museo di Roma che ha già in consegna il materiale stesso e già svolge tale opera.

Essendosi parlato della idea, per il tramite del prof. Pietro Romanelli, al direttore generale alle A.B.A. presso il Ministero della P.I. egli si è dichiarato favorevole che il Comune accolga la proposta della Fiat e cerchi esso, per tale mezzo, di iniziare la realizzazione del progettato Museo.

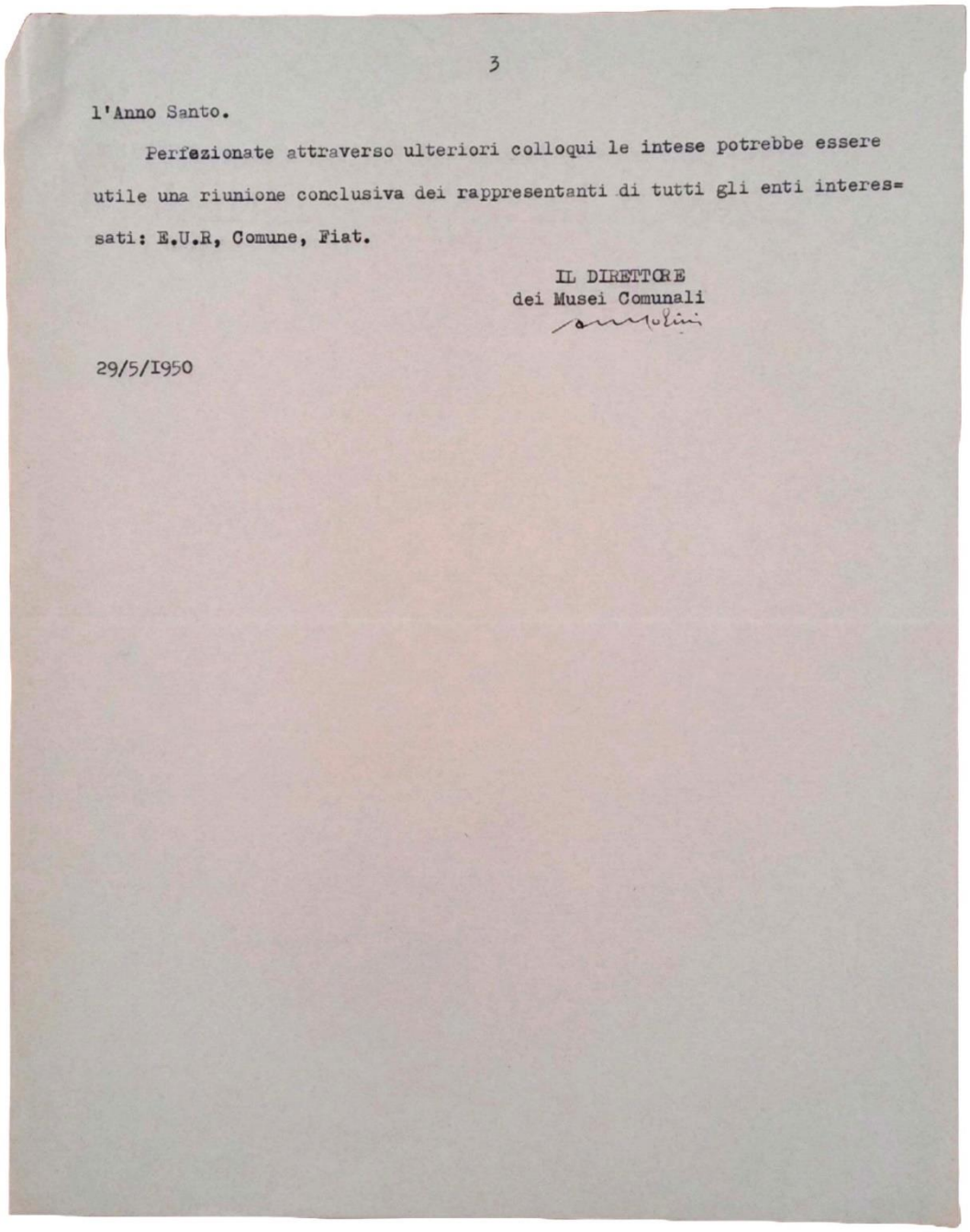
Da un accenno fattone al Sottosegretario di Stato alla Presidenza del Consiglio on. Andreotti anch'egli è apparso favorevole alla idea, solo preoccupato che la Fiat non voglia prender un impegno definitivo neppure a lunga scadenza. Ha autorizzato comunque a parlarne con il Commissario dell'EU.R.

S.E. Severi a sua volta si è mostrato in linea di massima favorevole purchè non si faccia richiesta all'Ente di alcun lavoro o contributo e non si entri nella questione patrimoniale.

Su quest'ultimo punto sembra che la Fiat sia disposta, per quanto la riguarda, a non sollevare la questione.

L'on. Sindaco informato del progetto dallo stesso prof. Valletta sembra essersi dimostrato in linea di massima favorevole e ugualmente l'on. Prosindaco al quale ne avrebbe parlato l'on. Andreotti (salve le riserve riferite accennando al colloquio con quest'ultima personalità).

Tale è, oggi, la situazione della pratica alla quale sarebbe necessario dare un sollecito svolgimento, sia per non disilludere le generose disposizioni della Fiat, sia per poter giungere a realizzare il progetto iniziale entro



3

l'Anno Santo.

Perfezionate attraverso ulteriori colloqui le intese potrebbe essere utile una riunione conclusiva dei rappresentanti di tutti gli enti interes= sati: E.U.R, Comune, Fiat.

IL DIRETTORE
dei Musei Comunali
Colini

29/5/1950

Figura 07: ASC, *Ripartizione X (1920-1953)*, b. 278, f. 4 *Museo della Civiltà Latina*, relatório confidencial de 29 de maio de 1950, de Antonio Maria Colini ao Assessor de Antiguidades e Belas Artes [*Assessore alle Antichità e Belle Arti*] do Município de Roma (com concessão da *Sovrintendenza Capitolina - Archivio Storico Capitolino* [Superintendência Capitolina – Arquivo Histórico Capitolino]).

Referências bibliográficas

AMATORI, Franco. Valletta, Vittorio. In : *Dizionario Biografico degli Italiani*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 98, 2020, *ad vocem*.

ARAMINI, Donatello. Il mito di Augusto e l'Istituto di Studi Romani tra fascismo e cattolicesimo. In: GHILARDI, Massimiliano; MECELLA, Laura (a cura di). *Augusto e il fascismo*: Studi intorno al bimillenario del 1937-1938. Roma: Istituto Nazionale di Studi Romani, 2023, p. 137-183.

BARBANERA, Marcello. Giglioli, Giulio Quirino. In: *Dizionario Biografico degli Italiani*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 54, 2000, *ad vocem*.

BARBANERA, Marcello. *Storia dell'archeologia classica in Italia*: dal 1764 ai giorni nostri. Roma-Bari: Laterza, 2022 (2015).

BARIS, Tommaso. *Andreotti, una biografia politica*: Dall'associazionismo cattolico al potere democristiano (1919-1969). Bologna: il Mulino, 2021.

BARSOTTI, Edoardo Marcello. *At the roots of Italian Identity*: 'race' and 'nation' in the italian risorgimento, 1796-1870. London: routledge, 2021.

BONI, Giacomo. *Relazione di Giacomo Boni inviata al Ministro della Istruzione Pubblica Vittorio Emanuele Orlando (Roma, 19-10-1904*), https://sarbiblio.visivalab.com/libro/relazione-di-giacomo-boni-inviata-al-ministro-della-istruzione-pubblica-vittorio-emanuele-orlando-roma-19-10-1904/

BONI, Giacomo; MARIANI, Lucio. Relazione intorno al consolidamento e al ripristino dell'Arco di Marco Aurelio in Tripoli. *Notiziario Archeologico del Ministero delle Colonie*, 1 (1-2), 1915, p. 13-34.

BRILLANTE, Sergio. *«Anche là è Roma»*: Antico e antichisti nel colonialismo italiano. Bologna: il Mulino, 2023.

BUCOLO, Raffaella. Il Museo dell'Arte Classica della Sapienza Università di Roma tra acquisizioni e scambi: dalla Mostra Archeologica del 1911 al Museo dell'Impero Romano. *Civiltà Romana*, 9, 2022, p. 85-98.

BUONOCORE, Marco; PISANI SARTORIO, Giuseppina (a cura di). *Antonio Maria Colini, archeologo a Roma*: L'opera e l'eredità = *Rendiconti della Pontificia Accademia Romana di Archeologia*, 70, 1997-1998, p. 1-317.

Catalogo della Mostra Archeologica nelle Terme di Diocleziano. Bergamo: Istituto Italiano d'Arti Grafiche, 1911.

COLINI, Antonio Maria. *Il Museo della Civiltà Romana*. Roma: Comune di Roma, 1952.

DALLA TORRE DI SANGUINETTO, Paolo. Introduzione. In: COLINI, Antonio Maria; GIGLIOLI, Giulio Quirino. *Il Museo della Civiltà Romana*. Roma: Comune di Roma, 1955, p. 5-6.

DE FRANCISCI, Pietro. Romanità e Latinità. *Civiltà Fascista*, 5 (10), 1938, p. 877-881.

GALASSI PALUZZI, Carlo (a cura di). *Atti del IV Congresso Nazionale di Studi Romani*, 5 voll. Roma: Istituto di Studi Romani, 1938.

GENTILE, Emilio. *La Grande Italia*: Ascesa e declino del mito della nazione nel ventesimo secolo. Milano: Mondadori, 1997.

GENTILE, Emilio. *Fascismo di pietra*. Roma; Bari: Laterza, 2007.

GENTILE, Emilio (a cura di). *Modernità totalitaria*: Il fascismo italiano. Roma; Bari: Laterza, 2008.

GIARDINA, Andrea. Archeologia. In DE GRAZIA, Victoria; LUZZATTO, Sergio (a cura di). *Dizionario del fascismo*. Torino: Einaudi, 1, 2002, *ad vocem*.

GIGLIOLI, Giulio Quirino (a cura di). *Museo dell'Impero Romano. Catalogo*. Roma: Garroni, 1929.

GIGLIOLI, Giulio Quirino. Presentazione. In: VIGHI, Roberto; CAPRINO, Catia (a cura di). *Mostra Augustea della Romanità. Catalogo*, vol. 1, 4ª ed. Roma: Colombo, 1938, p. XI-XXII.

GILKES, Oliver (ed.). *The Theatre at Butrint. Luigi Maria Ugolini's Excavations at Butrint 1928-1932 (Albania Antica IV)*. London: The British School at Athens, 2003.

GREGORY, Tullio; TARTARO, Achille (a cura di). *E42. Utopia e scenario del Regime, I, Ideologia e programma dell'*Olimpiade delle Civiltà. Venezia: Marsilio, 1987.

L'Istituto di Studi Romani negli anni accademici 1941-1948. Estratto da: *Accademie e Istituti di cultura*: Relazione sull'attività svolta negli anni accademici 1941-1948. Roma: Ministero della Pubblica Istruzione, 1950.

LANCIANI, Rodolfo. Introduzione. In *Catalogo della Mostra Archeologica nelle Terme di Diocleziano*. Bergamo: Istituto Italiano d'Arti Grafiche, 1911, p. 5-11.

LIBERATI, Anna Maria. La Mostra Archeologica del 1911 alle Terme di Diocleziano, *Bollettino di Numismatica on line, serie Studi e Ricerche*, 2, 2014, p. 80-96.

LIBERATI, Anna Maria. Il Museo dell'Impero Romano. La genesi, l'istituzione, lo sviluppo, la sorte. *Civiltà Romana*, 3, 2016, p. 203-278.

LIBERATI, Anna Maria. La Mostra Augustea della Romanità. *Civiltà Romana*, 6, 2019, p. 53-95.

LIBERATI, Anna Maria. La Mostra Augustea della Romanità. Come il Museo dell'Impero Romano espose se stesso. In: GHILARDI, Massimiliano; MECELLA, Laura (a cura di). *Augusto e il fascismo*: Studi intorno al bimillenario del 1937-1938. Roma: Istituto Nazionale di Studi Romani, 2023, p. 413-450.

LIBERATI, Anna Maria; SILVERIO, Enrico. Le fonti sulla Mostra Augustea della Romanità nelle carte dell'Archivio centrale dello Stato, II: «Permanente / M». *Civiltà Romana*, 7, 2020, p. 177-284.

MAFFI, Luciano; SEMERARO, Riccardo. «L'anno del gran ritorno e del grande perdono»: il ventiquattresimo Giubileo e i pellegrinaggi a Roma (1950). *Sémata: Ciencias Sociais e Humanidades,* 33, 2021.

MANACORDA, Daniele. Per un'indagine sull'archeologia italiana durante il ventennio fascista. *Archeologia Medievale*, 9, 1982, p. 443-470.

MANFREN, Priscilla. I Fiera Campionaria di Tripoli. In: TOMASELLA, Giuliana. *Esporre l'Italia coloniale*: Interpretazioni dell'alterità. Padova: Il Poligrafo, 2017, p. 152-155.

MASSARI, Stefania (a cura di). *La festa delle feste*: Roma e l'Esposizione Internazionale del 1911. Roma: Palombi, 2011.

MUNZI, Massimiliano. *L'epica del ritorno*: Archeologia e politica nella Tripolitania italiana. Roma: L'ERMA di Bretschneider, 2001.

MUSSOLINI, Benito. Fascismo. Dottrina. In: *Enciclopedia Italiana*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 14, 1932, *ad vocem*.

PALMA, Bruno. Il Museo della civiltà latina avvicinerà i romani alla zona dell'EUR. *Il Tempo*, Roma, 21 marzo 1952.

PALOMBI, Domenico. *Rodolfo Lanciani. L'archeologia a Roma tra Ottocento e Novecento*. Roma: L'ERMA di Bretschneider, 2006.

PALOMBI, Domenico. Rome 1911. L'Exposition archéologique du cinquantenaire de l'Unité italienne, *Anabases*, 9, 2009, p. 71-99.

PICOZZI, Maria Grazia (a cura di). *Ripensare Emanuel Löwy*: Professore di Archeologia e Storia dell'arte nella R. Università e Direttore del Museo dei Gessi. Roma: L'ERMA di Bretschneider, 2013.

POLVERINI, Leandro. L'Istituto di Studi Romani fra Mostra Augustea e *Storia di Roma*. In: GHILARDI, Massimiliano; MECELLA, Laura (a cura di). *Augusto e il fascismo*: Studi intorno al bimillenario del 1937-1938. Roma: Istituto Nazionale di Studi Romani, 2023, p. 201-214.

SCUCCIMARRA, Luca. Romanità, culto della. In DE GRAZIA, Victoria; LUZZATTO, Sergio (a cura di). *Dizionario del fascismo*. Torino: Einaudi, 2, 2003, *ad vocem*.

SILVERIO, Enrico. 21 aprile 1927: l'inaugurazione del Museo dell'Impero Romano nella stampa quotidiana. *Civiltà Romana*, 3, 2016, p. 329-360.

TASSINARI, Vasco (a cura di). *Quinto Tosatti*: l'uomo e il pensiero. Presentazione di ANDREOTTI, Giulio. Torino: SEI, 1983.

VIGHI, Roberto; CAPRINO, Catia (a cura di). *Mostra Augustea della Romanità*. Catalogo, vol. 1, 4ª ed. Roma: Colombo, 1938.

Recebido: 31 de julho de 2024 | Aceito: 27 de setembro de 2024

DA CIVILIZAÇÃO ROMANA À CIVILIZAÇÃO LATINA. METAMORFOSES DO MITO DE ROMA NA ITÁLIA, DE 1911 A 1952[1]

Anna Maria Liberati[2]

Resumo

O artigo ilustra as metamorfoses do mito de Roma na Itália por meio de quatro momentos históricos, da Itália liberal à totalitária e do pós-guerra: o quinquagésimo aniversário do Reino, em 1911; o bimilenário do nascismento de Augusto, em 1937-38; o vigésimo aniversário da Marcha sobre Roma, em 1942; e o Ano Santo, em 1950. A fundação do *Museo dell'Impero Romano*, instituição central às experiências fundamentais para a metamorfose do mito de Roma na Itália, ocorre neste contexto. A autora, também à luz de alguns documentos inéditos, descreve como, em diversas ocasiões relacionadas ao *Museo dell'Impero Romano*, o conceito de legado da civilização romana, celebrado em 1911, foi temporariamente substituído, em 1952, pela ideia de um museu da civilização latina.

Palavras-chave

"Romanità"; Mostra Archeologica; Museo dell'Impero Romano; Mostra Augustea della Romanità; Mostra della Romanità; Museo della Civiltà Romana.

[1] Texto traduzido por Rafael Aparecido Monpean – Doutor em História Antiga pela Universidade de São Paulo - rafael.monpean@gmail.com

[2] Arqueóloga, antiga responsável das Coleções do *Museo della Civiltà Romana*, Roma. E-mail: liberatiam@gmail.com

Riassunto

Il saggio intende illustrare le metamorfosi del mito di Roma in Italia attraverso quattro momenti storici che vanno dal periodo liberale al totalitarismo ed al secondo dopoguerra: il Cinquantenario del Regno del 1911; il Bimillenario della nascita di Augusto del 1937-'38; il Ventennale della Marcia su Roma del 1942 e l'Anno Santo del 1950. In questo orizzonte temporale si assiste alla nascita del Museo dell'Impero Romano, istituzione al centro di fondamentali esperienze per le metamorfosi del mito di Roma in Italia: la Mostra Archeologica del 1911-'12, la Mostra Augustea della Romanità del 1937-'38, la progettata Mostra della Romanità per il Ventennale ed infine il Museo della Civiltà Latina, poi Romana, del 1952-'55. L'autrice, anche alla luce di alcuni documenti inediti, descrive in che modo nelle manifestazioni culturali collegate al Museo dell'Impero Romano si giunse, con significativo mutamento logico e terminologico, dall'idea del 1911 di celebrare l'eredità della civiltà romana a quella del 1952 di esporre la civiltà latina.

Parole chiave

"Romanità"; Mostra Archeologica; Museo dell'Impero Romano; Mostra Augustea della Romanità; Mostra della Romanità; Museo della Civiltà Romana.

Preâmbulo

Desde o fim da Antiguidade Tardia que o mito de Roma esteve presente de modo recorrente em diversos contextos históricos, mas é sobretudo no período contemporâneo que ele experimentou uma significativa multiplicação e aceleração de sua presença, resultando em forte impacto na sociedade e na política de muitos Estados. Este ensaio pretende ilustrar a evolução de tal fenômeno através da descrição de alguns momentos representativos da história italiana do século XX, considerados como etapas fundamentais das mudanças que conduziram à contemporaneidade.

O arco temporal em que se desenrolam os momentos históricos descritos a seguir inicia com as celebrações do Cinquentenário do Reino da Itália em 1911 e, deliberadamente, para em 1952, data da inauguração do atual *Museo della Civilità Romana* [Museu da Civilização Romana][3]. Os acontecimentos posteriores foram desconsiderados de maneira proposital, pois merecem uma investigação diferente e suplementar, que deve analisar uma "romanidade" considerada negativamente, porque ainda não liberta da experiência do Vintênio[4] e, além disso, ter se voltado para um achatamento cultural generalizado e desolador.

Para uma melhor compreensão do que será tratado a seguir, cabe especificar que as expressões do mito de Roma, que se concretizam nos momentos-chave que serão examinados, são abordadas, levando em consideração da competência desta autora, por meio dos eventos culturais – Museus e Mostras – que foram a materialização daqueles pensamentos e daquelas ideias que os representaram de tempos em tempos.

A experiência direta com os materiais e com as obras que foram, nesse sentido, "usadas" de 1911 a 1952 para veicular pensamentos, conceitos e significados levou esta autora ao longo do tempo a indagar as fontes primárias a sua disposição – sobretudo as coleções museológicas – podendo contar com uma posição única e privilegiada, também fortalecida pelo acesso a documentos de arquivo nunca divulgados e que se referem a essas coleções. Espera-se que essa abordagem, que pretende se afastar da vulgata usual, tristemente muitas vezes vazia e repetitiva (Manacorda,

[3] Com objetivo de facilitar a compreensão e as referências a demais estudos especializados sobre os temas abordados, optou-se por manter no original os principais nomes de mostras, museus, locais e eventos abordados no artigo. A primeira ocorrência de cada um conta com sua tradução correspondente disposta entre chaves [N.T.].

[4] *Ventennio*, no original, faz referência ao período de cerca de vinte de anos dominação fascista da Itália, que compreende de 1922 a 1943 [N.T.].

1982; *contra* Barbanera, 2022: 133; Giardina, 2002), possa apresentar uma contribuição inovadora ao discurso sobre o mito de Roma e da "romanidade" na Itália do século XX.

Em essência, utilizaremos apenas dos mesmos materiais – obras e documentos – gerados em uma época precisa, sem os condicionamentos políticos daquela época ou os posteriores. Ao mesmo tempo, será interessante destacar como as mesmas obras em contextos diferentes se prestaram, de tempos em tempos, a ser interpretadas e revestidas de diferentes significados políticos.

Seguindo, portanto, tal abordagem, será dada ênfase particular ao *Museo dell'Impero Romano* [Museu do Império Romano], desde sua gênese até sua transformação em 1952. Essa instituição representa, de fato, o eixo de sustentação em torno do qual giram as interpretações do mito de Roma nos momentos históricos levados em consideração: o Museu foi capaz de originar eventos culturais que, em um entrelaçamento recíproco com as exigências da sociedade e da política, souberam criar experiências muito fortes e irrepetíveis.

A *Mostra Archeologica* [Mostra Arqueológica] de 1911, o *Museo dell'Impero Romano* de 1927 e de 1929, a *Mostra Augustea della Romanità* [Mostra Augusta da Romanidade] de 1937-1938, a *Mostra della Romanità* [Mostra da Romanidade] de 1942 e, por fim, o *Museo della Civiltà Romana* [Museu da Civilização Romana] de 1952, cada um com suas próprias etapas intermediárias, constituíram experiências intimamente conexas entre si, dentre as quais foram materializadas as metamorfoses do mito de Roma na Itália do século XX.

O Cinquentenário do Reino da Itália em 1911

As celebrações nacionais pelo Cinquentenário da proclamação do Reino da Itália ocorreram em 1911 e, sobretudo em Roma, apresentaram muitas iniciativas que, além de caracterizarem-se sob a forma de festividades populares significativas, constituíram também a ocasião para requalificar a cidade do ponto de vista urbanístico e criaram oportunidades de caráter cultural, apresentando exposições de arte e de folclore em nível nacional e internacional (Massari, 2011). Uma iniciativa, em particular, distinguiu-se das demais pelo seu traço totalmente inovador: a *Mostra Archeologica* (Liberati, 2014; Palombi, 2009).

Idealizada e organizada por Rodolfo Lanciani, senador do Reino, engenheiro e humanista, titular da cátedra de Tipografia Romana junto à Real Universidade de Roma e autor das escavações que, no coração da cidade, estavam revelando os antigos vestígios da Urbe (Palombi, 2006), a *Mostra Archeologica* logo se apresenta como uma experiência audaciosa. Inaugurada em 8 de abril de 1911, foi montada no interior das termas de Diocleciano que, para a ocasião, foi objeto de restauro imponente, com finalidade de lhes devolver seu esplendor original. Qual era o escopo da *Mostra*? Essencialmente, era o de apresentar uma síntese da civilização romana por meio dos testemunhos oferecidos pelas antigas províncias do Império. Pretendia-se, de tal modo, evidenciar a dívida de gratidão em favor de Roma que deveria ser reconhecida da parte dos Estados nacionais, em grande parte herdeiros das províncias expostas, tudo em um lugar físico com um forte valor ideológico: o novo Estado italiano colocava-se em comparação com os outros Estados, sublinhando a sua superioridade cultural e, assim, reivindicando uma primazia que, na prática, considerava ser sua por direito (Lanciani, 1911: 10).

Lanciani ficou com o mérito desse projeto inovador, que pretendia envolver também o grande público ao passado glorioso de Roma, tema que até aquele momento era prerrogativa de poucos, oferecendo uma representação inédita, longe dos lugares comuns habituais e grosseiros. Ele fez da cultura um bem a compartilhar e da civilização da Roma antiga um patrimônio compartilhado. Em certo sentido, o precursor dessa mentalidade já havia sido Giacomo Boni – diretor das escavações do *forum* romano – quando, no início século XX, sublinhava como os italianos deveriam estudar com dedicação o próprio passado para encontrar a sua própria dimensão no presente (Boni, 1904: 9).

A exposição, que fazia grande uso de moldes, era composta de 21 seções, dentre as quais as três primeiras ilustravam os temas de *Roma aeterna*[5], *Imperium romanum* e, por fim, *Divus Augustus pater*, considerado como tal tanto da Itália unificada quanto do próprio Império. Seguiram-se, então, os testemunhos mais significativos das províncias romanas que se sucediam, embora com algumas limitações devidas quer à particularidade do espaço da exposição, quer à dificuldade de fazer coincidir as antigas províncias com os Estados modernos da época envolvidos na iniciativa (*Catalogo*, 1911).

[5] Na *Mostra* sobre esse tema não foi concedido um papel à Igreja Católica, porque a "questão romana" ligada à unificação nacional ainda não estava resolvida. Diferentemente ocorrerá depois dos Pactos de Latrão de 1929: ver mais adiante.

Uma particularidade, interessante ao discurso que aqui se apresenta, foi a seção X, dedicada aos *Monumentos cretenses*. Lanciani pretendia divulgar os resultados meritórios no campo científico obtidos pela escola arqueológica italiana, evidenciando as escavações de Federico Halbherr e de outros arqueólogos graças aos quais "a Itália também entrou na disputa das nações europeias pelas escavações na Grécia, iniciando recentemente a exploração de Creta", relembrando as campanhas em Festo, Hagia Triada, Gortina e Priniás (*Catalogo*, 1911: 109-111; Barbanera, 2022: 106-109).

Na seção XIV, *África-Numídia*, na parte dedicada à Mauritânia, vale mencionar a estátua de um personagem romano encontrada em *Thubursicum Numidarum*, assim descrita "O porte majestoso, os traços severos do rosto mostram o tipo da raça romana dominante" (*Catalogo*, 1911: 150). A descrição, ainda que expressa com essas palavras escassas, parece fortemente indicativa de uma abordagem insidiosa que, alguns anos mais tarde, indicaria com o termo "raça" uma pretensa superioridade biológica. O problema é, contudo, muito mais complexo e convém ainda recordar que, como foi sublinhado recentemente, a distinção, até algum tempo atrás amplamente aceita, entre "estirpe" e "raça" na linguagem político-cultural italiana dos últimos dois séculos, hoje não é mais tão segura e, na verdade, parece que o termo "estirpe" foi por vezes utilizado também com a acepção biológica à qual "raça" se refere de imediato (Barsotti, 2021).

A seção XXI, ao final do percurso expositivo, representava o ponto fulcral da *Mostra* e oferecia aos visitantes a reconstrução em tamanho real de parte da cela e do pronau do templo de Roma e Augusto em *Ancyra*, monumento altamente simbólico, que continha em suas paredes a longa inscrição nas línguas latina e grega do testamento político do primeiro imperador, as *Res Gestae Divi Augusti*. A expedição francesa enviada por Napoleão III já havia feito moldes do monumento, mas foi somente graças à expedição italiana, organizada para as comemorações de 1911, que "pela primeira vez [...] o monumento inteiro é reproduzido em tamanho real. E é maravilhoso que tenha acontecido em Roma, no jubileu da pátria" (*Catalogo*, 1911: 175). No comentário que se seguia a descrição da obra, particularmente significativo aparece a passagem que recorda o evergetismo da Urbe para com "os mais longínquos príncipes, alemães ou indianos, que vinham pedir proteção e benevolência a Roma" (*Catalogo*, 1911: 180). Também nesse caso enfatizava-se o sentido de respeito obsequioso para com a Roma dos Césares, que parecia dever se refletir automaticamente na Roma contemporânea (Figura 01).

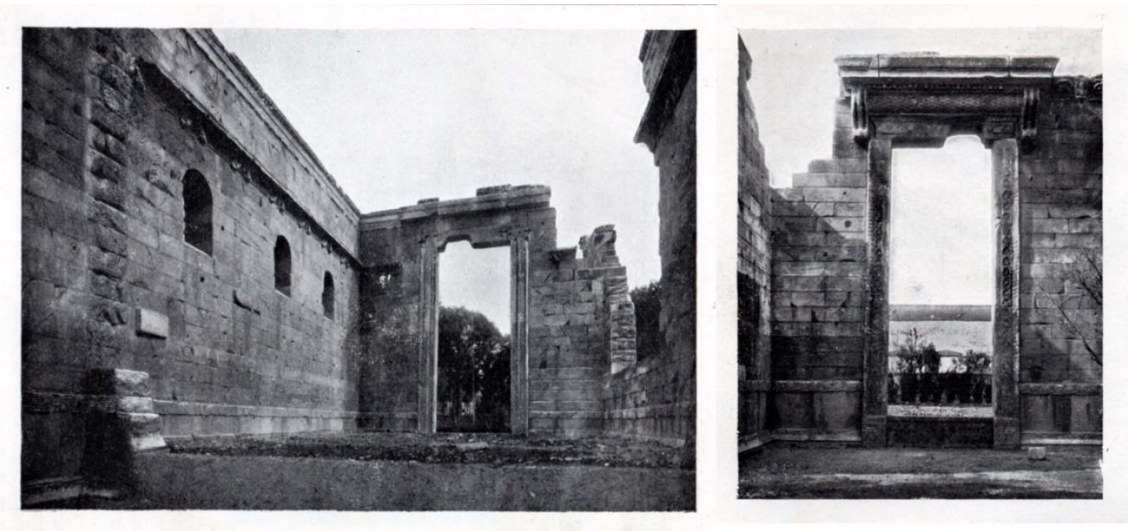


Figura 01: *Mostra Archeologica* de 1911, reconstrução do *Monumentum Ancyranum*, detalhes da cela e do pronau.

Vale recordar que, ao fim de seu discurso inaugural, Lanciani esperava que o material recolhido para a *Mostra Archeologica* não fosse disperso, e sim que constituísse o núcleo de um *Museo dell'Impero Romano*, expressando-se com palavras que invocavam uma já consolidada superioridade moral antiga, que não poderia deixar de reverberar mais uma vez na Itália contemporânea, com Roma enquanto sua capital: "Espero [...] que a juventude italiana possa encontrar inspiração nesse futuro Museu do Império, por todas aquelas virtudes que fizeram Roma, moral e materialmente, a dominadora do mundo" (*Catalogo*, 1911: 11). A *Mostra Archeologica* terminou em 1° de maio de 1912.

O bimilenário do nascimento de Augusto em 1937-38

Colaborador de Lanciani na *Mostra Archeologica* foi Giulio Quirino Giglioli, personalidade de destaque para o tema aqui abordado, idealizador e criador do *Museo dell'Impero Romano*, mas sobretudo aquele que soube conduzi-lo através do fascismo até os anos pós-guerra e à inauguração, em 1952, do *Museo della Civiltà Romana*.

Proveniente de uma família de fortes tradições mazzinianas[6], Giglioli foi uma pessoa extremamente culta e sensível, titular da cátedra de Arqueologia e História da Arte Antiga junto à Real Universidade de Roma,

[6] O "mazzinianismo" foi, em linhas gerais, uma corrente de pensamento baseada nas posições políticas de Giuseppe Mazzini, ancorada em ideais republicanos, combinados com uma fé religiosa, entendida como espécie de uma religião secular da pátria [N.T.].

membro da câmara dos deputados, estudioso, mas também divulgador incansável (Barbanera, 2000). Ele viveu em um momento histórico caracterizado por grandes transformações no campo político e cultural. As escavações que Lanciani realizava no coração de Roma condicionaram profundamente a sua formação juvenil, orientando a sua alma cada vez mais em direção à exaltação nacional e moldando seu sentido de "romanidade". Ao mesmo tempo, sua preparação científica o endereçava a novas formas de divulgação em massa, obtidas por meio do uso das reconstruções arquitetônicas e do emprego maciço de moldes (Barbanera, 2022: 97-106; Picozzi, 2013; Palombi, 2006: 62-85).

O projeto da criação de um *Museo dell'Impero Romano* que animou Lanciani e era sustentado com fé por Giglioli, sofreu, de início, uma pausa devido à Guerra da Líbia e, mais tarde, à Primeira Guerra Mundial. Nesse meio tempo, o material exposto na *Mostra Archeologica* foi, em sua maior parte, armazenado em algumas salas das próprias Termas de Diocleciano (Bucolo, 2022). Em 1926, Giglioli, nomeado Reitor do Governo-Geral de Roma, com o apoio do Governador e do Líder do Governo, conseguiu finalmente concretizar o projeto de Lanciani, obtendo do Estado, nesse meio tempo, a transferência do material da *Mostra Archeologica*[7].

O *Museo dell'Impero Romano* foi assim instituído em 21 de agosto de 1926 e inaugurado em 21 de abril de 1927 (Silverio, 2016). Giglioli expressou-se da seguinte forma em um de seus relatórios, parte integrante do dispositivo instituinte do Museu[8]:

> [...] é somente por nós que tudo isso deve ser verdadeiramente e devotamente estudado, quer para não dispersar, mas para atribuir cada vez mais valor a tão distintos vestígios arqueológicos, quer ainda mais para reforçar o conhecimento do que fomos e encontrarmos nele norma e entusiasmo para renovar as glórias da grandeza antiga. Só em Roma e em nome de Roma isso pode ser feito. Agora, para fazê-lo não bastam os livros e as fotografias; mas é preciso integrar esse material com os moldes dos monumentos, plantas, maquetes, reconstruções, grandes mapas geográficos e topográficos, etc. [...] em pouquíssimo tempo, Roma poderá possuir um arquivo da latinidade único e importantíssimo e adquirir os meios que ainda faltam para o estudo de uma era esplendidíssima, mas ainda

[7] A bibliografia sobre o Museu do Império Romano em suas várias fases e sobre questões relacionadas a ele é bastante extensa, remeto a Liberati 2016 e aos textos ali citados.

[8] Deliberazione del Governatore di Roma n. 6073 del 21 agosto 1926, *Relazione per un Museo dell'Impero Romano*. Todas as resoluções do Governador de Roma são consultáveis junto ao *Archivio Storico Capitolino di Roma* (ASC) [Arquivo Histórico Capitolino de Roma]. A primeira sede do *Museo dell'Impero Romano* foi o antigo convento de Santo Ambrósio, próximo do antigo gueto. Observe a referência à polêmica entre romanidade e helenismo: após alguns anos a questão das relações entre Roma, Grécia e Oriente seria sistematicamente abordada em Galassi Paluzzi 1938.

> não indagada suficientemente, e que, aliás, alguns procuram colocá-la cada vez mais à sombra, com uma exaltação sistemática do helenismo; que, se brilhou pela potência do gênio, foi, no entanto, a negação de todo sólido ordenamento político e civil.

Em 1929, o *Museo dell'Impero Romano*, graças a obra incansável de Giglioli, encontrou a sua nova e definitiva sede na praça *Bocca della Verità*, em um lugar altamente significativo para a história da Roma antiga (Liberati, 2016: 233-251). Enquanto isso, a instituição continuou a enriquecer-se com novas aquisições contínuas: parte da sala IX era dedicada à Albânia e às escavações da missão arqueológica dirigida por Luigi Maria Ugolini (Giglioli, 1929: 79-83; Gilkes, 2003). A "coleção africana" também foi ampliada e, em especial, a Tripolitânia e a Cirenaica – salas XIIb, XIII e XIV – apresentavam ao público o vestígio de seu passado romano (Giglioli, 1929: 96-101). O arco de Marco Aurélio em Trípoli, antiga *Oea*, era seu monumento símbolo, consolidado e restaurado desde 1912 sob a direção de Boni (Boni; Mariani, 1915). De grande impacto emocional também eram os moldes "das inscrições encontradas por nossas tropas em 1928 no forte de Bu Ngem [...]. Por ordem de Sua Excelência, o Chefe do Governo, essas relíquias da obra civilizadora da Roma Imperial foram reproduzidas para o *Museo dell'Impero*. Os originais estão no Museu de Trípoli" (Giglioli, 1929: 99; Munzi, 2001: 75, 97-98).

A retórica da "romanidade" estava fortalecendo-se progressivamente e, parece muito interessante, o texto de uma carta do Governador de Roma, Ludovico Spada Potenziani, ao Governador da Tripolitânia, Emilio De Bono, de 21 de junho de 1927[9]:

> E entre essas (as 'maiores lacunas e mais dolorosas' na *Mostra Archeologica* de 1911, *n.d.a.*) está precisamente a seção relativa a nossas colônias de domínio direto; isso não deve surpreender, quando se considera que em 1911 a Líbia era ainda uma terra sob domínio turco e uma região complemente inexplorada, e que, por outro lado, o breve tempo em que esse, o primeiro núcleo da exposição, foi organizado não nos permitiu coletar da Tripolitânia e da Cirenaica o quanto gostaríamos de ter para que elas fossem dignamente representadas. A Sua Excelência, confio, desejará favorecer, o quanto lhe for possível, tal incremento. Isso tornará cada vez mais manifesto o vínculo que, desde os tempos antigos, tem ligado entre si Tripolitânia e Roma, vínculo que hoje se renova e revigora, como Sua Excelência genialmente quis mostrar quando estabeleceu que o nome de

[9] ASC, *Ripartizione X (1920-1953)*, busta (b.) 23, fascicolo (f.) 12 *Calchi e plastici delle provincie africane (fatti eseguire)*, sottofascicolo (sott.) A *Tripolitania*. A carta alude a uma exposição arqueológica organizada no âmbito da *I Fiera Campionaria di Tripoli* [I Feira Comercial de Trípoli], realizada na cidade norte-africana entre os meses de fevereiro e março de 1927: ver Manfren, 2017.

> Roma fosse estampado em seu primeiro selo augural, como o testemunho magnífico da vida ressurgente dessa (*sic*) terra.

Em 13 de maio de 1932, Giglioli propôs a Benito Mussolini a ideia de uma grande exposição a ser organizada na ocasião do bimilenário do nascimento do imperador Augusto: a *Mostra Augustea della Romanità*[10]. Giglioli, de fato, continuava a perseguir seu propósito de tornar o *Museo dell'Impero Romano* um órgão verdadeiramente "único" no panorama científico internacional por meio do aumento de suas coleções e de sua atividade, e toda ocasião servia a esse propósito. Nesse sentido, ele encontrou um aliado formidável no clima político do momento.

Do exame de diferentes documentos de arquivo[11], verifica-se que, inicialmente, a ideia de Giglioli fosse, de fato, criar uma "grande" oportunidade para incrementar o museu que dirigia e que, tendo de reivindicar como sua a iniciativa da Mostra Augustana diante do presidente do *Istituto di Studi Romani* [Instituto de Estudos Romanos], Carlo Galassi Paluzzi, decidiu-se por submeter o projeto ao chefe do Governo para obter sua aprovação e os recursos, mantendo, assim, a ideia sob seu controle pessoal e a sob égide do *Museo dell'Impero Romano* (Liberati, 2019: 61-68).

O *Istituto di Studi Romani*, naqueles anos, representava um importante órgão cultural que, com as suas iniciativas, apoiava a política do Regime, buscando aquilo que, em última análise, era também um programa de formação ideológica. A incansável atividade de seu presidente reuniu em torno do *Istituto* a elite cultural do período, que colaborou em vários níveis com os projetos do *Istituto*, muitos dos quais destinados a uma contínua e premente atividade educativa e pedagógica – com traços mais ou menos científicos, de acordo com os estudiosos envolvidos – dedicada, em sua maioria, ao grande público (Aramini, 2023).

Recentemente, foi analisada a questão da política cultural do *Istituto* também em relação à adesão mais ou menos convictas dos muitos intelectuais que foram chamados a colaborar com ele (Brillante, 2023: 141-

[10] A bibliografia sobre a *Mostra Augustea della Romanità* é muito vasta e em contínua evolução, para fins de brevidade, faço referência aqui a Polverini 2023, Liberati 2023 e Liberati 2019, todos com bibliografia anterior.

[11] Veja essencialmente: Archivio dell'Istituto Nazionale di Studi Romani (AINSR) [Arquivo do Instituto Nacional de Estudos Romanos], serie Congressi, Convegni e Mostre (s. CCM) [Congressos, Conferências e Mostras], b. 213, f. 34 e f. 35 assim como Archivio Centrale dello Stato (ACS) [Arquivo Central do Estado], Segreteria Particolare del Duce (SPD) [Secretaria Particular do *Duce*], Carteggio ordinario (CO) [Correspondência Comum], 1922-1943, b. 2285, f. 546.254.

175). A avaliação, provavelmente muito severa, mas que concretamente corresponde aos fatos, delineia um Galassi Paluzzi de "habilidades camaleônicas" (Brillante, 2023: 203), graças às quais foi capaz de levar adiante as múltiplas atividades do *Istituto* durante o Regime – incluindo o período de promulgação das leis raciais – garantindo, assim, sua sobrevivência até hoje[12].

Na data de 16 de julho de 1932, Giglioli enviou ao chefe do Gabinete da Presidência do Conselho dos Ministros, Guido Beer, um plano detalhado da organização e do financiamento da *Mostra*, necessário para a concessão dos fundos. Esse plano, submetido a Mussolini em 24 de agosto, após várias modificações, obteve, ao fim, a contribuição governamental de 4.000.000 de liras, distribuídas em seis anos orçamentais, de 1932-33 até 1937-38. Os recursos provinham, essencialmente, dos fundos reservados do Chefe do Governo e as despesas foram sempre, de forma pontual e minuciosa, registradas por Giglioli à Presidência do Conselho de Ministros, como atestam os numerosos documentos de arquivo a esse respeito. Ele pediu também a nomeação formal de uma Comissão Orçamental[13] – constituída pelo próprio Giglioli, na posição de diretor geral, e de um número reduzido de colaboradores –, da qual a nomeação foi atrasada pela inclusão de Attilio Selva, alto representante do Ministério das Corporações e da Confederação Nacional dos Sindicatos Fascistas de Profissionais e Artistas. Giglioli, portanto, viu-se forçado a aceitar esse tipo de "imposição", mas, conforme documentado, procurou dali em diante evitar outras ingerências do Partido[14]. O decreto que autorizava a Mostra foi, enfim, publicado na *Gazzetta Ufficiale del Regno d'Italia*, em 26 de junho de 1933, primeira parte, no número 147 do ano 74°.

A *Mostra Augustea della Romanità* adotou um objetivo ambicioso de criar um verdadeiro censo dos vestígios da Roma antiga. Como ocorrido para a *Mostra Archeologica* de 1911 e para o *Museo dell'Impero Romano*, descartou-se a ideia de expor obras originais, considerando impossível "trazer centenas de toneladas de pedra para Roma" (Giglioli, 1938: XIV), decidindo-se, em vez disso, por fabricar moldes, maquetes e reproduções.

[12] No entanto, Brillante erra ao supor que Galassi Paluzzi assumiu a presidência do *Istituto* após a Segunda Guerra Mundial: já em 1944, após o ingresso dos Aliados em Roma, ele foi substituído por um comissário extraordinário, mais tarde presidente do *Istituto*, na pessoa do democrata-cristão Quinto Tosatti: veja mais adiante.

[13] Toda a documentação da *Presidenza del Consiglio dei Ministri* (PCM) [Presidência do Conselho de Ministros] sobre os fatos descritos acima e, em geral, sobre toda a Mostra está em ACS, PCM, 1937-'39, f. 14/1 n. 918, b. 2493 e b. 2494.

[14] Ambas as questões foram documentadas em ACS, PCM, 1937-'39, f. 14/1 n. 918, b. 2493, sottofascicolo 4-1.

Com frequência, infelizmente, os detratores do valor científico da *Mostra Augustea* costumam ridicularizar essa escolha, apresentando-a como uma "arqueologia falsa"[15], não considerando, no entanto, o grande valor constituído – não apenas para o período, mas também atualmente – por essas obras cujos originais seriam posteriormente danificados por causas naturais ou mesmo desaparecidos na sequência de acontecimentos catastróficos, inclusive os provocados por eventos bélicos. Paradoxalmente, no entanto, as reconstruções em 3D que constituem conceitualmente a evolução dessas mesmas obras são consideradas altamente sofisticadas.

Foi dada atenção particular ao critério expositivo das obras, que foram agrupadas por categoria, identificando «seções homogêneas, que possam satisfazer o desejo de um visitante moderno» (Giglioli, 1938: XVII). O trabalho de catalogação e recolha dos materiais, iniciado nos primeiros meses de 1933, foi imenso: vários milhares de moldes e centenas de maquetes constituíram o enorme aparato didático reunido por Giglioli, junto com reconstruções em tamanho real de seções inteiras de monumentos.

A *Mostra* foi montada em Roma, no *Palazzo delle Esposizioni* [Palácio das Exposições] na *via Nazionale*, outrora sede, em 1932, da *Mostra della Rivoluzione Fascista* [Mostra da Revolução Fascista] que, em 1937, iniciava sua segunda edição no mesmo dia em que a *Mostra Augustea*, mas em horário diferente, junto à *Galleria d'Arte Moderna* [Galeria de Arte Moderna] em *Valle Giulia*[16]. A *Augustea* foi inaugurada em 23 de setembro de 1937 e permaneceu aberta ao público por mais de um ano, porém, apesar do sucesso alcançado, não teve vida fácil. Desde o início, ficou bem claro para Giglioli que o seu projeto, de natureza essencialmente científica, teria de se adaptar, de algum modo, às necessidades do Regime e criar um equilíbrio próprio entre os muitos e contrastantes interesses daqueles que, em vários níveis, "giravam" em torno do *Duce*. Nesse sentido, são bem documentados os contrastes de Giglioli com o Partido Nacional Fascista [*Partito Nazionale Fascista*] devido, sobretudo, à falta de receitas provenientes da compra de ingressos da *Mostra* – ativada pelo mecanismo em uso na carimbagem de bilhetes ferroviários –, que subtraía da própria *Mostra* os recursos indispensáveis à manutenção de toda a organização,

[15] Trata-se de uma posição muito difundida, em especial nos anos anteriores, baseada em interpretações ligadas à esquerda política, como a de Manacorda, 1982, reduzida em Barbanera, 2000.

[16] Veja o *Appunto per il DUCE* del 15 settembre 1937 in ACS, PCM, 1937-'39, f. 14/1 n. 918, b. 2493, sottofascicolo 4-2.

uma vez que Giglioli não podia contar com outras receitas que não aquela concedida pelo Chefe de Governo, conforme já foi dito (Liberati; Silverio, 2020: 194-198).

Exasperado, Giglioli procurava, contudo, reivindicar da *Mostra* aquilo que era dela por direito. O seguinte trecho é de uma carta não oficial, de 27 de janeiro de 1938, de Giglioli a Giacomo Medici del Vascello, subsecretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros[17]:

> Confio em sua intervenção também dessa vez: é necessário assegurar especialmente a estampagem no período da páscoa e da vinda de Hitler, pois não é possível que uma *Mostra di Sindacato* [Mostra de Associações] seja preferida a uma da importância da *Augustea*, especialmente depois das ordens precisas do *Duce* [...].

A concepção original da *Mostra* permanecia, de algum modo, ainda ancorada à *Mostra Archeologica* de 1911, sobretudo nas primeiras seções que exaltavam os valores de Roma e do Império contidos na figura do "divino" Augusto. Contudo, essa concepção seria afinada ao clima político e aos seus desenvolvimentos: assim, a sala inicial *Fascismo e romanidade* [*Fascismo e romanità*], após 9 de maio de 1936, seria transformada em *Imortalidade da ideia de Roma. O renascimento do Império na Itália Fascista* [*Immortalità dell'idea di Roma. La rinascita dell'Impero nell'Italia Fascista*] (Figura 02). Contemporaneamente, as antigas salas *A Igreja cristã* e *A sobrevivência da ideia imperial no medievo* seriam remodeladas em um único espaço expositivo, *O Cristianismo* [*Il Cristianesimo*], dedicado à Igreja enquanto depositária da herança da Urbe e da sua universalidade, criadora de um "novo" império espiritual que garantira a sobrevivência da civilização romana, fazendo-a chegar até o Fascismo, realizador de uma "nova" Roma, consciente do próprio passado, mas orientada ao futuro e representada precisamente na sala da *Imortalidade da ideia de Roma*.

[17] ACS, PCM, 1937-'39, f. 14/1 n. 918, b. 2493, sottofascicolo 4-2.

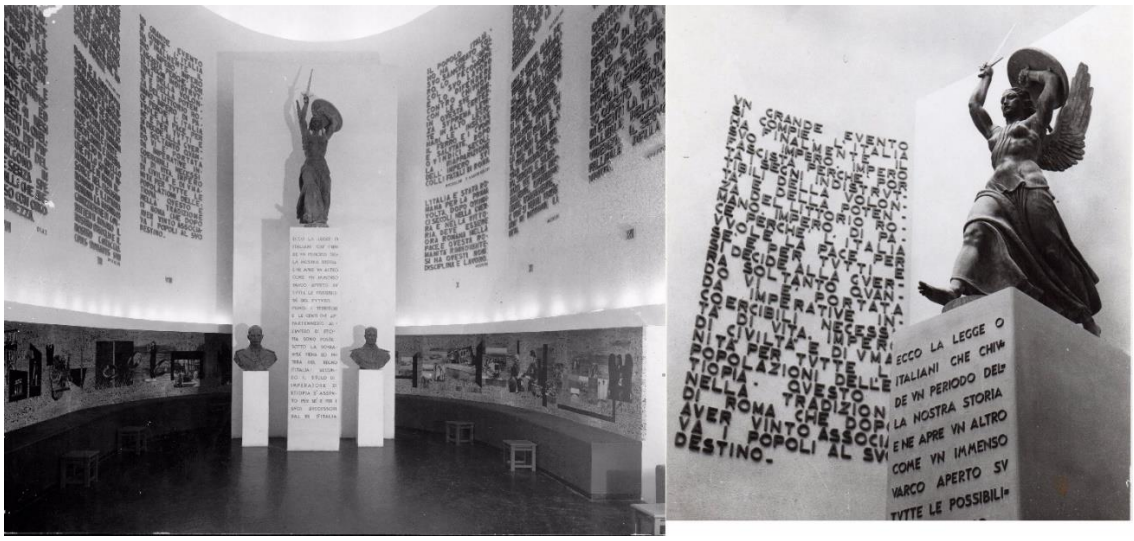


Figura 02: *Mostra Augustea della Romanità*, Sala XXVI, vista geral e particular da réplica da Vitória de Capodistria, obra de Attilio Selva, com trechos do discurso de Mussolini de 9 de maio de 1936 para a proclamação do Império.

Esse conceito estava impressionantemente expresso na sala dedicada a Augusto, na qual o molde de Augusto da *via Labicana*, o mesmo já exposto na *Mostra Archeologica* de 1911, estava disposto ao lado de uma grande cruz luminosa, contendo a versão latina de trecho do Evangelho de Lucas relativo ao nascimento de Cristo durante o principado de Augusto (Figura 03). Para tudo isso, tiveram um peso considerável os Pactos de Latrão de 1929 e a proclamação do Império, em 9 de maio de 1936.



Figura 03: *Mostra Augustea della Romanità*, Sala X dedicada a Augusto. Detalhes do molde da estátua de Augusto da *via Labicana* e da cruz luminosa.

Sobre a presença de Mussolini na inauguração da *Mostra*, seu itinerário e o aumento do pessoal responsável pela vigilância das salas, 80 guardas

recrutados "entre os veteranos da África Oriental" [18], gostaria de recordar aqui o texto do comunicado de imprensa[19]:

> A *Mostra Augustea della Romanità*, organizada no *Palazzo dell'Esposizione* (sic) na *via Nazionale* será inaugurada pelo DUCE às 10 horas de 23 de setembro de 1937-XV, início do ano bimilenar do nascimento do Imperador Augusto.
> Para a cerimônia solene estão convidados o Corpo Diplomático, os Membros do Governo, O Grande Conselho do Fascismo, as altas autoridades civis e militares e do Partido, bem como alguns estudiosos italianos e estrangeiros.
> Na entrada do DUCE serão cantados o Hino à Roma e a *Giovinezza*[20].

Mussolini, recebido por Giglioli fardado em traje de cerimônia, fez seu ingresso à *Mostra* em um *Palazzo delle Esposizioni* também "modificado" por uma fachada artificial na qual se alternavam as palavras *DVX* e *REX* acompanhadas de passagens de autores clássicos "exaltando o amor à pátria dos romanos e a sua obra civilizacional no mundo" (Vighi; Caprino, 1938: 3).

Em 6 de novembro de 1938, na *Sala do Império* [*Sala dell'Impero*], dominada pela reconstrução em tamanho real do pronau do Templo de *Ancyra*, que de novo, mas em um contexto diferente daquele de 1911, foi "utilizado" para sublinhar a solenidade do momento, ocorreu a cerimônia de encerramento da *Mostra Augustea della Romanità* (Figura 04).

[18] Veja o *Appunto per il DUCE* del 20 settembre 1937 in ACS, PCM, 1937-'39, f. 14/1 n. 918, b. 2493, sottofascicolo 1.
[19] Veja o comunicado de imprensa anexado à nota de Mussolini de 17 de setembro de 1937 em ACS, PCM, 1937-'39, f. 14/1 n. 918, b. 2493, sottofascicolo 1.
[20] *Giovinezza*, italiano para juventude, era um hino oficial do Partido Nacional Fascista, e uma das canções mais difusas do *Ventennio Fascista* [N.T.].



Figura 04: *Mostra Augustea della Romanità*, Sala II dedicada ao Império. À esquerda, a reconstrução do pronau do *Monumentum Ancyranum* com, em ambos os lados, moldes dos relevos das Vitórias de Cartago e, ao fundo, um ambiente da Sala dedicada a Augusto. À direita, Giglioli pronuncia o discurso de encerramento da *Mostra* na presença de Mussolini, enquadrado no pronau e escoltado por *Moschettieri del Duce*[21].

É evidente como Giglioli, tendo como pano de fundo o clima político-cultural da época e com forte respaldado de sua experiência pessoal, tenha explorado a coincidência entre, de um lado, os projetos relativos ao *Museo dell'Impero Romano* e, de outro, os rumos do Fascismo para obter as melhores condições para a realização de seus propósitos. O mito de Roma teve nesse momento histórico a sua expressão mais pujante, mas também a mais distorcida, em função da ideologia.

O Vintênio da Marcha sobre Roma em 1942

Ao fim da *Mostra Augustea della Romanità*, foi proposto novamente o seu eventual e problemático vínculo com a *Esposizione Universale* [Exposição Universal], já indicada em uma nota endereçada ao *Duce* em 27 de

[21] *Moschettieri del Duce* ou, em português, Mosqueteiros do *Duce*, eram uma guarda de honra vinculada à *Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale* [Milícia Voluntária para a Segurança Nacional], força armada fascista também conhecida pelo nome de *Camicie Nere* [Camisas Negras] [N.T.].

dezembro de 1937[22]. Mussolini decidiu que, de fato, a *Mostra* se tornaria permanente e teria uma sede permanente na nova área da *Esposizione Universale*[23].

Em 1942, ocorreria o Vigésimo Aniversário da Marcha sobre Roma e o evento seria solenizado com uma *Esposizione Universale*, com tema "a olimpíada das civilizações", no âmbito da qual deveria emergir a primazia italiana na criação de uma terceira civilização, após aquelas da Roma antiga e da Roma católica. Nesse contexto, foram projetadas exposições diversas sobre aspectos da civilização italiana, que, com frequência, tinham como início, precisamente, o período romano (Gentile, 2007: 180-195; Gregory; Tartaro, 1987).

Enquanto isso, o material que havia constituído a *Mostra* foi conservado em vários locais e uma seleção dele foi exposta junto ao *Museo dell'Impero Romano*, que continuou a representar o elemento estável e promotor das várias iniciativas, servindo como intermediário entre a *Mostra Augustea della Romanità* e a *Mostra della Romanità*, que deveria ser inaugurada em 21 de abril de 1942 na *Esposizione Universale* (Liberati, 2016: 264-272).

Neste ponto é interessante observar como Giglioli era contrário à realocação da *Mostra*, ordenada por Mussolini, e analisando a diferença entre as suas opiniões sobre esse ponto específico se pode compreender a diferença mais geral entre as duas concepções do mito de Roma, ambas inseridas no interior daquilo que a investigação historiográfica definiu genericamente de "culto da Romanidade" (Scuccimarra, 2003), mas que, de fato, revela-se como um conjunto que não é nem unitário nem monolítico.

A concepção expressa por Giglioli derivava, de fato, de suas próprias experiências familiares, pessoais e científicas (Barbanera, 2000), enquanto a de Mussolini era puramente política e ideológica: Roma representava para o Estado fascista "uma vontade de potência e império" e a "tradição romana é aqui uma ideia de força" (Mussolini, 1932: 851). Na doutrina fascista, como codificada pelo próprio Mussolini, o Império era considerado não apenas uma expressão territorial, mas também espiritual e moral, e, nesse contexto, Giglioli poderia prosseguir com o seu projeto – já assumido na *Mostra Archeologica* de 1911, mas, na realidade, ainda antes,

[22] Veja o *Appunto per il DUCE* del 27 dicembre 1937 in ACS, PCM, 1937-'39, f. 14/1 n. 918, b. 2493, sottofascicolo 4-1.
[23] Toda a documentação está em ACS, PCM, 1937-'39, f. 14/1 n. 918, b. 2493, sottofascicoli 4-3 e 4-4.

com Boni – de um grande *Museo dell'Impero Romano*, tentando fazer avançar a sua ideia de Roma paralelamente à do Regime.

Contudo, Giglioli não poderia aceitar a hipótese de uma transferência da *Mostra Augustea* para a *Esposizione Universale*, a E42, caracterizada pela intenção mencionada acima. Na verdade, além de outras considerações de natureza prática, ele percebera claramente, acima de tudo, o risco de um desmembramento da *Mostra* no interior de outras iniciativas da E42 e, consequentemente, o perigo de uma apresentação da experiência imperial romana como exclusivamente "italiana"[24]. A concepção científica da Mostra/Museu tal como um *Centro Studi* [Centro de Estudos] permanente e a visão de uma civilização romana portadora de benefícios ao mundo não poderia coincidir com a sua apresentação sob uma ótica apenas e exclusivamente "nacional" nem com o desmembramento das coleções. Isso teria rompido com a visão "universal" oferecida pela *Mostra Augustea* e, quase seguramente, provocado reações negativas, como a emergência de exaltações locais, como as relacionadas com Armínio, Vercingetórix ou Decébalo ou, até mesmo, a reivindicação feita por outras nações de imperadores ou personagens romanos ilustres não nascidos na Itália, como a Espanha, ou ainda a retomada da tentativa de potências estrangeiras em valorizar o elemento helênico em detrimento da civilização romana, vista como corolário daquela grega (Galassi Paluzzi, 1938).

[24] Veja o texto atribuível a G.Q. Giglioli, em ACS, PCM, 1937-'39, f. 14/1 n. 918, b. 2493, sottofascicolo 4-1.

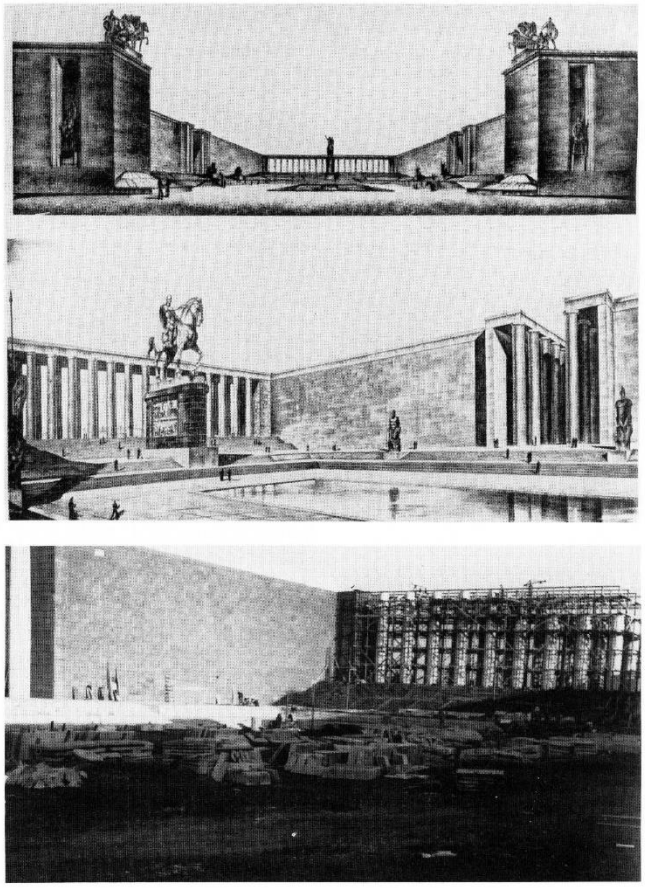


Figura 05: *Mostra della Romanità*, acima, projetos para alguns espaços externos do palácio, embaixo, uma fase da construção.

Mussolini, porém, como era previsível, rejeitou claramente as considerações de Giglioli (Liberati; Silverio, 2020: 187-189), pois considerava a *Mostra Augustea della Romanità*, em sua transformação em *Mostra della Romanità*, o "manifesto" daquela ideia de força destinada a ser transmitida às gerações futuras e, portanto, a ter sua sede no lugar onde, por ocasião do Vintênio, deveria se manifestar a Terceira Roma Fascista, voltada para o futuro[25] (Liberati; Silverio, 2020: 190; Gentile, 2008).

A guerra às portas provocou uma grande desaceleração do projeto geral da E42, compreendendo também os relacionados à *Mostra della Romanità* (Figura 05), embora o edifício que deveria abrigá-la já estivesse em fase de construção. A *Mostra* não foi realizada, mas Giglioli não abandonou a ideia

[25] É significativo, em ACS, PCM, 1937-'39, f. 14/1 n. 918, b. 2493, sottofascicolo 4-4, o texto de um artigo de um jornal não identificável, intitulado *Mussolini determina que a Mostra da Romanidade tenha caráter permanente* [*Mussolini dispone che la Mostra della Romanità assuma carattere permanente*].

de aumentar ainda mais as coleções do *Museo dell'Impero Romano* que, na nova sede da E42, teria encontrado, finalmente, um espaço expositivo criado especificamente para abrigar todas as suas obras. Entretanto, após o ingresso das forças aliadas em Roma em 1944, a existência do *Museo dell'Impero Romano*, prudentemente renomeado como *Sezione antica del Museo di Roma* [Seção antiga do Museu de Roma], tornou-se cada vez mais difícil na sede histórica da praça *Bocca della Verità* e se concentrava no desenvolvimento de atividades científicas e de divulgação (Liberati, 2016: 267-272).

Os anos 1940 representam um momento crucial para o tema aqui abordado e foram caracterizados por um outro projeto que, de fato, também nunca foi realizado, assim como a *Mostra della Romanità*: a *I Mostra Nazionale della Razza* [Mostra Nacional da Raça], sobre a qual vale a pena deter-se brevemente, limitando-se aos aspectos de nosso interesse[26].

A *Mostra* deveria ter corrido no verão de 1940, no *Palazzo delle Esposizioni*, que já havia abrigado, conforme visto, a *Mostra Augustea della Romanità*. O Ministério da Cultura Popular, encarregado da sua realização, havia envolvido, na verdade, Giglioli na elaboração científica da parte antiga do projeto, considerando o *Museo dell'Impero Romano* e a *Mostra Augustea* como "reservatórios" ideais e inesgotáveis para encontrar objetos e materiais finalizados destinados a demonstrar a superioridade da "raça romana". Seja devido a tendências artísticas da época, seja porque, de fato, a comparação com a experiência e as escolhas cenográficas da *Mostra Augustea* revelaram-se imprescindíveis, muitos seriam os pontos de contato estéticos entre as duas manifestações. A começar pela fachada do *Palazzo*, que seria eficazmente "reconstruída" com a finalidade de tornar instantaneamente manifesta a temática expressa no percurso da exposição que a seguia[27]. As salas deveriam ser enriquecidas com trechos de autores clássicos que, de maneira didática, comentariam o conteúdo dos espaços expositivos e conduziriam o visitante pela mão em um caminho de fácil compreensão[28].

---

[26] Os documentos abordados estão conservados no Archivio Storico del Museo della Civiltà Romana [Arquivo Histórico do Museu da Civilização Romana] (ASMCR), sezione Corrispondenza [seção Correspondência] (s. CORR), b. 7, f. 3 *Ministero Cultura Popolare. Mostra Razza*.

[27] A documentação relacionada está conservada no Fondo Mario De Renzi dell'Accademia Nazionale di San Luca [Fundo Mario De Renzi da Academia Nacional de São Lucas], em Roma.

[28] Para a parte romana, veja: corrispondenza 5 aprile - 6 maggio 1940 in ASMCR, s. CORR, b. 7, f. 3 *Ministero Cultura Popolare. Mostra Razza*.

Mais uma vez, os materiais, muitos dos quais expostos desde 1911, seriam adaptados a uma nova utilização, em sintonia com o argumento da *Mostra*. Seguindo tal critério, muitas obras teriam revelado um potencial novo e seriam carregadas de um significado adicional. Assim, os moldes de muitos relevos históricos, representando cenas de batalhas e submissões de inimigos, tornaram-se exemplos do "poder" da "raça romana", da qual o italiano fascista acreditava descender. O mesmo critério foi aplicado para a representação da figura humana: muitos testemunhos relativos aos vários tipos somáticos pertencentes aos povos que habitavam o Império romano seriam, de fato, comparados com figuras de traços clássicos, ou no máximo itálicos, para sustentar a ideia de uma superioridade de tipo físico que, não por acaso, também revelaria uma superioridade de caráter moral e espiritual. Mas o cúmulo dos exageros foi representado pelo significado atribuído ao cristianismo que, na ótica do discurso geral, seria o artífice da regeneração moral da raça romana, herdeiro, portanto, não apenas da universalidade do Império – como amplamente demonstrado na anterior *Mostra Augustea della Romanità* – mas também providencial para a sua "regeneração moral": um conceito de ordem ideal que se inseria em um outro essencialmente biológico[29].

O Ano Santo de 1950

A cesura trágica representada pela guerra, contudo, não constituiu uma anulação dos esforços realizados até aquele momento para manter vivo o Museu do Império Romano, instituição que então reunia em si conteúdos e significados ideológicos ligados a várias experiências desenvolvidas ao longo de décadas plenas de eventos políticos importantes. Ao fim de 1944, a Presidência do Conselho de Ministros manifestava a intenção de transferir para o município de Roma todo o material da *Mostra Augustea della Romanità* e os respectivos recursos substanciais para assegurar, por um certo período de tempo, a manutenção das coleções e o funcionamento do *Centro Studi* sobre a história e a civilização da Roma antiga. Em maio de 1946, o município aceitou[30].

Esse imenso patrimônio encontrou a sua sede definitiva no edifício destinado à *Mostra della Romanità*, construção que foi retomada, embora o

[29] A respeito de tudo isso veja, também para citação textual, ASMCR, s. CORR, b. 7, f. 3 *Ministero Cultura Popolare. Mostra Razza*.

[30] Deliberazione della Giunta Municipale Provvisoria del Comune di Roma n. 1698 del 23 maggio 1946 *Trasferimento al Comune delle attività della Mostra della Romanità*, consultável no Archivio Storico Capitolino [Arquivo Histórico Capitolino], Roma.

projeto tenha sido revisado com o objetivo de eliminar as referências ao Regime passado. Da mesma forma, após anos de abandono, a vasta área destinada à E42 também foi, em certo sentido, concluída e modificou o seu nome para EUR, acrônimo de *Esposizione Universale Roma* [Exposição Universal de Roma]. Atualmente, ela constitui um híbrido no qual, contra um pano de fundo de edifícios monumentais agora descontextualizados e distorcidos de seu significado original, encontram-se fragmentos do projeto inicial junto com construções mais banais, de uso habitacional ou comercial. O imponente edifício do museu, completado graças ao mecenato do presidente da FIAT, Giovanni Agnelli, e à colaboração dos altos dirigentes da EUR, foi finalmente inaugurado em 21 de abril, Nascimento de Roma, de 1952, com o nome de *Museo della Civiltà Romana* (Figura 06).

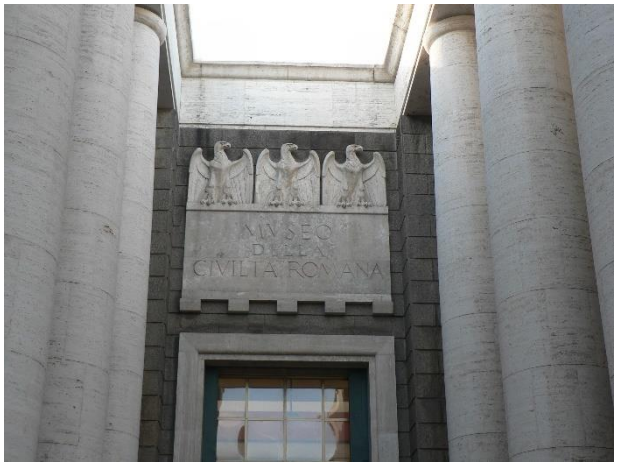


Figura 06: *Museo della Civiltà Romana*, detalhe da entrada.

Essa primeira inauguração, que foi seguida por outra definitiva em 1955, viu aberta apenas dez seções, mas revestida com uma grande carga simbólica, pois finalmente representava o destino que, nas intenções da época, encerraria o percurso iniciado por Lanciani.

Os moldes dos relevos com as Vitórias de Cartago, de maneira quase espelhada com o que já havia sido assumido para a exposição da Minerva-Vitória de Óstia na *Mostra della Razza*, agora abriam o caminho ao longo do qual era também apresentada uma série de retratos, demonstrando o alto grau alcançado pelos romanos nessa forma de arte: também aqui podem-se reconhecer exemplares escolhidos para a *Mostra della Razza*, mas que agora estavam expostos porque ilustravam "a particular fisionomia estilística que a arte romana do retrato assumiu naquelas províncias por meio da fusão com as tendências artísticas locais" (Colini, 1952: 12).

Em uma Itália que, após a Segunda Guerra Mundial, estava dominada por duas forças políticas, de várias maneiras adversárias da ideia nacional, pois representavam experiências e ideologias supranacionais estranhas ou mesmo hostis à unidade da Itália, a Democracia Cristã e o Partido Comunista Italiano (Gentile, 1997: 328-345), assistia-se a divergência entre a ideia de Roma e a sua função ativa no campo político. O mito de Roma na mudança de clima foi, assim, destituído do elemento nacionalista e adornado de uma branda conotação cultural, sendo recebido e perpetuado, nesse sentido, pelo partido mais vinculado à Igreja católica, a Democracia Cristã.

Esse sentido de "desorientação" é bem identificado em alguns documentos[31] produzidos nesse período que se, por um lado, tendem a sublinhar a importância da civilização romana como patrimônio para transmitir às novas gerações, por outro, são cautelosamente cuidadosos com empregos de palavras que possam, de alguma forma, evocar o Regime passado. É precisamente nessa circunstância que se utiliza o termo *Museo della Civiltà Latina* [Museu da Civilização Latina] ao invés daquele efetivamente adotado – e sem que a escolha deixasse traços nos documentos de arquivo consultados – de *Museo della Civiltà Romana*.

Assim, realizava-se – com o objetivo de distanciar a civilização romana do uso político totalizante feito pelo Fascismo[32] – uma modificação significativa dos termos "romano" e "latino". Eles são agora entendidos essencialmente como sinônimos, enquanto, sobretudo nos últimos anos do Fascismo, foi destacada a diferença substancial e a superioridade dos primeiros sobre os segundos. Exemplo da não rara publicidade sobre o tema é um artigo do jurista Pietro de Francisci, publicado em 1938, no periódico do Instituto Nacional de Cultura Fascista, em que os dois termos não são em nada intercambiáveis, ao contrário, é sustentada a superioridade da "romanidade" sobre a "latinidade": "Mas, repito, os dois termos devem ser mantidos bem distintos; porque o primeiro indica verdadeiramente um tipo, um sistema de civilização, que teve uma expansão universal e que supera, portanto, o conceito de latinidade; este,

[31] ASC, *Ripartizione X (1920-1953)*, b. 278, f. 4 *Museo della Civiltà Latina*. A denominação "*Museo della Civiltà Latina*" [Museu da Civilização Latina], embora não tenha sido adotada, deveria ter certa circulação, pelo menos até 1952, dado que também se encontra na imprensa relacionada à inauguração do Museu: veja, por exemplo, Palma 1952.

[32] Uma utilização totalizante que abrangeu todos os aspectos da ideia nacional e que, assim, após a guerra, favoreceu as intervenções opostas, tanto de democratas-cristãos quanto de comunistas, marcando profundamente a história da República Italiana. Veja Gentile, 2007: 229-373.

afinal, caso se queira ser preciso, não é mais do que uma expressão linguística e literária" (de Francisci, 1938: 880-881).

O mesmo *Istituto di Studi Romani* [Instituto de Estudos Romanos], no passado muito vinculado às iniciativas do *Museo dell'Impero Romano*, não mais dirigido por Galassi Paluzzi, mas submetido a um comissário extraordinário, o democrata-cristão Quinto Tosatti, já no ano acadêmico de 1944-45 havia iniciado uma série de conferências dedicadas à *Revisão crítica do conceito de romanidade*, precisamente no âmbito daqueles Cursos Superiores de Estudos Romanos que foram tribuna da "romanidade" fascista na sua variante mais próxima ao mundo católico (*L'Istituto di Studi Romani*, 1950: 42-45; Tassinari, 1983).

Voltando ao *Museo della Civiltà Latina/Romana*, é interessante apresentar o conteúdo de um relatório confidencial enviado em 29 de maio de 1950, de Antonio Maria Colini (Buonocore; Sartorio, 1997-1998), Diretor dos Museus Municipais de Roma, ao conde Paolo Dalla Torre di Sanguinetto, Assessor de Belas Artes, em que, no contexto do Ano Santo e considerando o empenho significativo já assumido pela FIAT, ele sustentava com firmeza a oportunidade de preparar pelo menos algumas salas do novo edifício do museu, destacando como a iniciativa teria um grande interesse cultural que "devido a sua objetividade científica, os acontecimentos dos últimos tempos não diminuíram"[33] (Figura 07):

> Seriam lançadas, desse modo, as bases de um grandioso *Museo della Civiltà Latina*, no qual a Itália veria sintetizado a sua primeira contribuição fundamental à civilização mundial e o mundo reencontraria a origem de tantos elementos de sua cultura e reconheceria os seus laços com Roma. [...].
> O Escritório A.B.A. do Município deveria, além disso, dirigir as operações de transferência e organização e continuar a custodiar o material e a fazer a instituição funcionar, mediante o pessoal da *Sezione Antica del Museo di Roma* que já tem o material em sua posse e já desenvolve esse trabalho. [...].
> De uma menção feita ao Subsecretário de Estado à Presidência do Conselho, o Exmo. Andreotti, também se mostrou favorável à ideia, [...]. O Exmo. Prefeito, informado do projeto pelo mesmo prof. Valletta, parece, a princípio, ter sido favorável e igualmente o Exmo. Vice-prefeito, com quem o Exmo. Andreotti teria falado sobre o assunto [...].
> Tal é, hoje, a situação do processo, ao qual seria necessário dar um encaminhamento rápido, tanto para não desiludir as generosas provisões da Fiat, quanto para poder realizar o projeto inicial até o Ano Santo. [...].

[33] Relazione riservata all'On. Assessore Conte Paolo Dalla Torre, preservado em: ASC, *Ripartizione X (1920-1953)*, b. 278, f. 4 *Museo della Civiltà Latina*. Sobre Giulio Andreotti, veja Baris, 2021. Sobre Vittorio Valletta, presidente da FIAT, veja Amatori, 2020.

A esse relatório seguiram outras passagens formais e, finalmente, no final de setembro, a questão chegava ao prefeito Salvatore Rebecchini. Naquele período, o governo da Itália era liderado pela Democracia Cristã, expressão política dos católicos, e, ainda que se, ao fim, uma primeira parte do Museu fosse inaugurada dois anos depois, o apelo de Colini ao Ano Santo forneceu a alavancagem necessária para dar vida nova às coleções. *O ano do grande retorno e do grande perdão*, esse foi o tema dado pelo Papa Pio XII ao Jubileu convocado após o fim da Segunda Guerra Mundial: parecia que tudo tinha que encontrar o seu lugar em uma ordem universal que, finalmente, retornava justa e legítima[34].

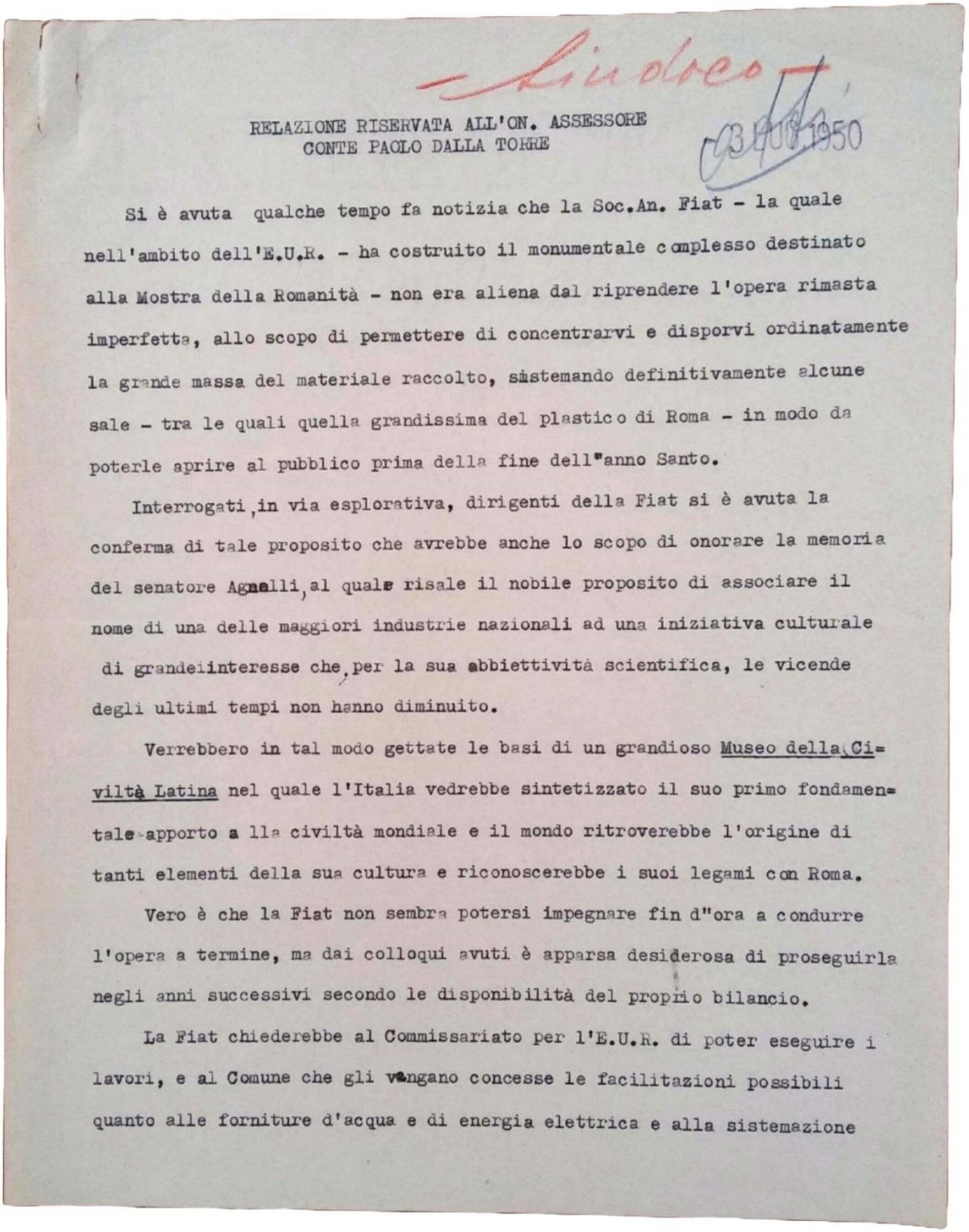
O novo Museu, inaugurado pelo prefeito de Roma e por representantes de sua administração, abria ao público exibindo, embora na sua exposição parcial, os materiais e as obras dos Museus e das Mostras que se sucederam a partir de 1911. A disposição definitiva apresentaria, subdividida em dois grandes setores, um cronológico e outro temático, um amplo percurso no qual as obras seriam expostas em uma nova organização conceitual. Nessa escolha expositiva, a sala do triunfo do cristianismo, ao final do primeiro percurso, também teria desempenhado a função de ponto culminante ideal, evidenciando – com a devida eliminação dos aspectos ideológicos ligados ao Fascismo – como a Igreja havia coletado o legado do Império e o transmitido à posteridade.

Parecia que uma longa jornada chegaria ao fim, ainda que o mito de Roma saísse dela drasticamente reduzido e desprovido quase que por completo de sua conexão nacional. Nesse sentido, são esclarecedoras algumas passagens da *Introdução* do Guia de 1955, quando a inauguração definitiva do Museu, com a presença da sala do cristianismo, justificava a exposição de um conceito que, ao olhar mais atento, também havia sido a inspiração de 1952, ano da primeira inauguração parcial e limítrofe deste ensaio (Dalla Torre di Sanguinetto, 1955: 6):

> Roma não é apenas destino de viagens turísticas e culturais, mas também, e sobretudo, de peregrinações de fé. Agora, para os cristãos, e sobretudo para os católicos, o Museu possui um interesse muito particular: para os cristãos, porque não devemos nos esquecer que, no quadro que ele oferece, insere-se a vida terrena do Filho de Deus, e para os católicos, porque eles veem, com os pais da

[34] O tema do Jubileu de 1950 pode ser encontrado na mensagem de rádio do Papa Pio XII de 23 de dezembro de 1949, consultável em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1949/documents/hf_p-xii_spe_19491224_radiomessage-holy-year.html. A Bula Papal anunciando o Jubileu pode ser consultada em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/it/bulls/documents/hf_p-xii_bull_19490526_iubilaeum-maximum.html. Sobre o Jubileu de 1950, veja Maffi; Semeraro, 2021.

Igreja e com Dante, na história de Roma uma trama maravilhosa traçada pela Providência "... para o lugar santo, onde senta-se o Sucessor do altíssimo Pedro".



Lindoro

RELAZIONE RISERVATA ALL'ON. ASSESSORE
CONTE PAOLO DALLA TORRE

3/08/1950

Si è avuta qualche tempo fa notizia che la Soc.An. Fiat - la quale nell'ambito dell'E.U.R. - ha costruito il monumentale complesso destinato alla Mostra della Romanità - non era aliena dal riprendere l'opera rimasta imperfetta, allo scopo di permettere di concentrarvi e disporvi ordinatamente la grande massa del materiale raccolto, sistemando definitivamente alcune sale - tra le quali quella grandissima del plastico di Roma - in modo da poterle aprire al pubblico prima della fine dell'anno Santo.

Interrogati, in via esplorativa, dirigenti della Fiat si è avuta la conferma di tale proposito che avrebbe anche lo scopo di onorare la memoria del senatore Agnelli, al quale risale il nobile proposito di associare il nome di una delle maggiori industrie nazionali ad una iniziativa culturale di grande interesse che, per la sua obbiettività scientifica, le vicende degli ultimi tempi non hanno diminuito.

Verrebbero in tal modo gettate le basi di un grandioso Museo della Civiltà Latina nel quale l'Italia vedrebbe sintetizzato il suo primo fondamentale apporto alla civiltà mondiale e il mondo ritroverebbe l'origine di tanti elementi della sua cultura e riconoscerebbe i suoi legami con Roma.

Vero è che la Fiat non sembra potersi impegnare fin d'ora a condurre l'opera a termine, ma dai colloqui avuti è apparsa desiderosa di proseguirla negli anni successivi secondo le disponibilità del proprio bilancio.

La Fiat chiederebbe al Commissariato per l'E.U.R. di poter eseguire i lavori, e al Comune che gli vengano concesse le facilitazioni possibili quanto alle forniture d'acqua e di energia elettrica e alla sistemazione

dellavia d'accesso esistente (dalla Laurentina).

L'Ufficio A.B.A. del Comune dovrebbe inoltre dirigere le operazioni di trasferimento e sistemazione e continuare a custodire il materiale e a far funzionare l'istituzione, mediante il personale della Sezione Antica del Museo di Roma che ha già in consegna il materiale stesso e già svolge tale opera.

Essendosi parlato della idea, per il tramite del prof. Pietro Romanelli, al direttore generale alle A.B.A. presso il Ministero della P.I. egli si è dichiarato favorevole che il Comune accolga la proposta della Fiat e cerchi esso, per tale mezzo, di iniziare la realizzazione del progettato Museo.

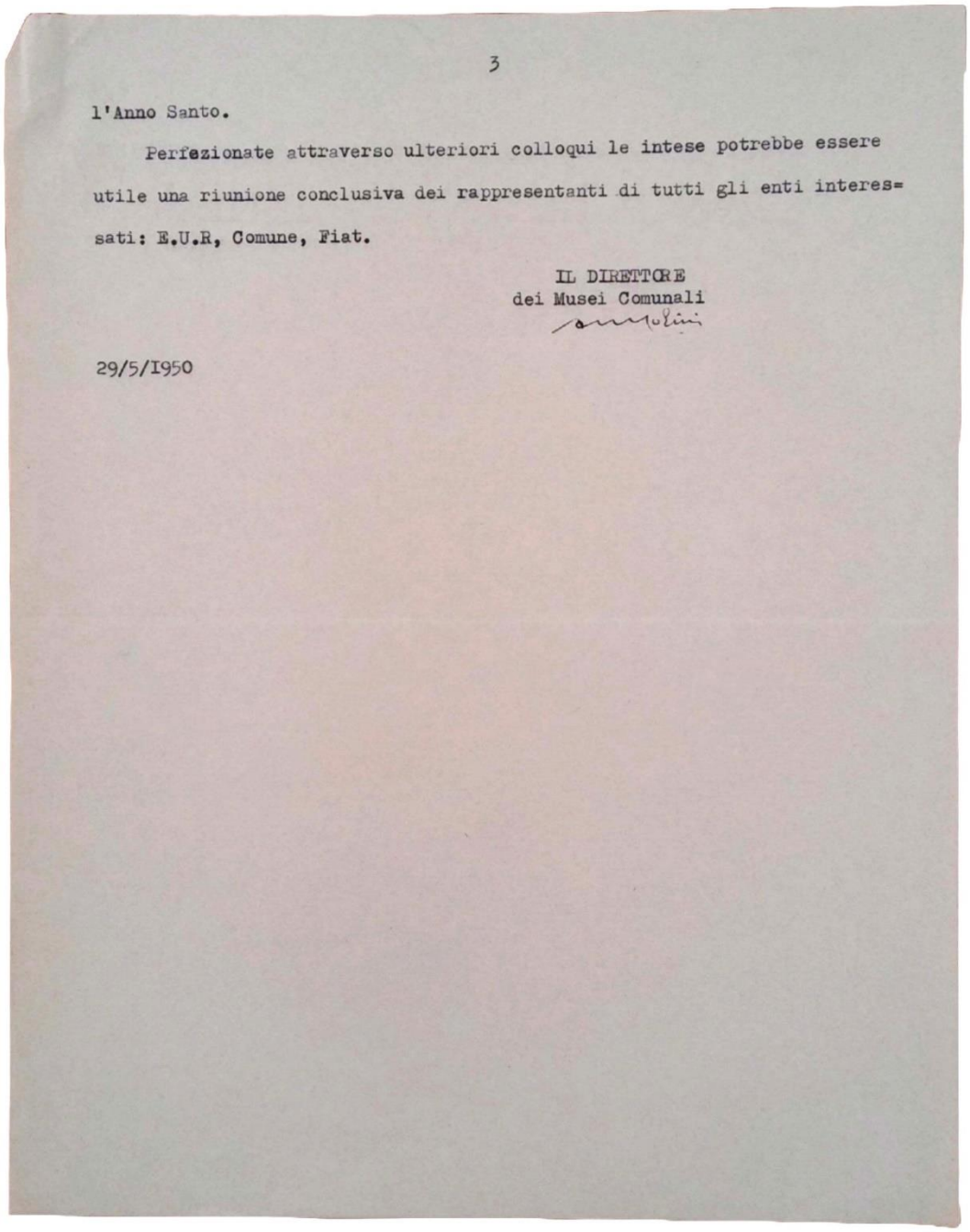
Da un accenno fattone al Sottosegretario di Stato alla Presidenza del Consiglio on. Andreotti anch'egli è apparso favorevole alla idea, solo preoccupato che la Fiat non voglia prender un impegno definitivo neppure a lunga scadenza. Ha autorizzato comunque a parlarne con il Commissario dell'EU.R.

S.E. Severi a sua volta si è mostrato in linea di massima favorevole purchè non si faccia richiesta all'Ente di alcun lavoro o contributo e non si entri nella questione patrimoniale.

Su quest'ultimo punto sembra che la Fiat sia disposta, per quanto la riguarda, a non sollevare la questione.

L'on. Sindaco informato del progetto dallo stesso prof. Valletta sembra essersi dimostrato in linea di massima favorevole e ugualmente l'on. Prosindaco al quale ne avrebbe parlato l'on. Andreotti (salve le riserve riferite accennando al colloquio con quest'ultima personalità).

Tale è, oggi, la situazione della pratica alla quale sarebbe necessario dare un sollecito svolgimento, sia per non disilludere le generose disposizioni della Fiat, sia per poter giungere a realizzare il progetto iniziale entro



3

l'Anno Santo.

Perfezionate attraverso ulteriori colloqui le intese potrebbe essere utile una riunione conclusiva dei rappresentanti di tutti gli enti interes= sati: E.U.R, Comune, Fiat.

IL DIRETTORE
dei Musei Comunali
Colini

29/5/1950

Figura 07: ASC, *Ripartizione X (1920-1953)*, b. 278, f. 4 *Museo della Civiltà Latina*, relatório confidencial de 29 de maio de 1950, de Antonio Maria Colini ao Assessor de Antiguidades e Belas Artes [*Assessore alle Antichità e Belle Arti*] do Município de Roma (com concessão da *Sovrintendenza Capitolina - Archivio Storico Capitolino* [Superintendência Capitolina – Arquivo Histórico Capitolino]).

Referências bibliográficas

AMATORI, Franco. Valletta, Vittorio. In : *Dizionario Biografico degli Italiani*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 98, 2020, *ad vocem*.

ARAMINI, Donatello. Il mito di Augusto e l'Istituto di Studi Romani tra fascismo e cattolicesimo. In: GHILARDI, Massimiliano; MECELLA, Laura (a cura di). *Augusto e il fascismo*: Studi intorno al bimillenario del 1937-1938. Roma: Istituto Nazionale di Studi Romani, 2023, p. 137-183.

BARBANERA, Marcello. Giglioli, Giulio Quirino. In: *Dizionario Biografico degli Italiani*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 54, 2000, *ad vocem*.

BARBANERA, Marcello. *Storia dell'archeologia classica in Italia*: dal 1764 ai giorni nostri. Roma-Bari: Laterza, 2022 (2015).

BARIS, Tommaso. *Andreotti, una biografia politica*: Dall'associazionismo cattolico al potere democristiano (1919-1969). Bologna: il Mulino, 2021.

BARSOTTI, Edoardo Marcello. *At the roots of Italian Identity*: 'race' and 'nation' in the italian risorgimento, 1796-1870. London: routledge, 2021.

BONI, Giacomo. *Relazione di Giacomo Boni inviata al Ministro della Istruzione Pubblica Vittorio Emanuele Orlando (Roma, 19-10-1904*), https://sarbiblio.visivalab.com/libro/relazione-di-giacomo-boni-inviata-al-ministro-della-istruzione-pubblica-vittorio-emanuele-orlando-roma-19-10-1904/

BONI, Giacomo; MARIANI, Lucio. Relazione intorno al consolidamento e al ripristino dell'Arco di Marco Aurelio in Tripoli. *Notiziario Archeologico del Ministero delle Colonie*, 1 (1-2), 1915, p. 13-34.

BRILLANTE, Sergio. *«Anche là è Roma»*: Antico e antichisti nel colonialismo italiano. Bologna: il Mulino, 2023.

BUCOLO, Raffaella. Il Museo dell'Arte Classica della Sapienza Università di Roma tra acquisizioni e scambi: dalla Mostra Archeologica del 1911 al Museo dell'Impero Romano. *Civiltà Romana*, 9, 2022, p. 85-98.

BUONOCORE, Marco; PISANI SARTORIO, Giuseppina (a cura di). *Antonio Maria Colini, archeologo a Roma*: L'opera e l'eredità = *Rendiconti della Pontificia Accademia Romana di Archeologia*, 70, 1997-1998, p. 1-317.

Catalogo della Mostra Archeologica nelle Terme di Diocleziano. Bergamo: Istituto Italiano d'Arti Grafiche, 1911.

COLINI, Antonio Maria. *Il Museo della Civiltà Romana*. Roma: Comune di Roma, 1952.

DALLA TORRE DI SANGUINETTO, Paolo. Introduzione. In: COLINI, Antonio Maria; GIGLIOLI, Giulio Quirino. *Il Museo della Civiltà Romana*. Roma: Comune di Roma, 1955, p. 5-6.

DE FRANCISCI, Pietro. Romanità e Latinità. *Civiltà Fascista*, 5 (10), 1938, p. 877-881.

GALASSI PALUZZI, Carlo (a cura di). *Atti del IV Congresso Nazionale di Studi Romani*, 5 voll. Roma: Istituto di Studi Romani, 1938.

GENTILE, Emilio. *La Grande Italia*: Ascesa e declino del mito della nazione nel ventesimo secolo. Milano: Mondadori, 1997.

GENTILE, Emilio. *Fascismo di pietra*. Roma; Bari: Laterza, 2007.

GENTILE, Emilio (a cura di). *Modernità totalitaria*: Il fascismo italiano. Roma; Bari: Laterza, 2008.

GIARDINA, Andrea. Archeologia. In DE GRAZIA, Victoria; LUZZATTO, Sergio (a cura di). *Dizionario del fascismo*. Torino: Einaudi, 1, 2002, *ad vocem*.

GIGLIOLI, Giulio Quirino (a cura di). *Museo dell'Impero Romano. Catalogo*. Roma: Garroni, 1929.

GIGLIOLI, Giulio Quirino. Presentazione. In: VIGHI, Roberto; CAPRINO, Catia (a cura di). *Mostra Augustea della Romanità. Catalogo*, vol. 1, 4ª ed. Roma: Colombo, 1938, p. XI-XXII.

GILKES, Oliver (ed.). *The Theatre at Butrint. Luigi Maria Ugolini's Excavations at Butrint 1928-1932 (Albania Antica IV)*. London: The British School at Athens, 2003.

GREGORY, Tullio; TARTARO, Achille (a cura di). *E42. Utopia e scenario del Regime, I, Ideologia e programma dell'*Olimpiade delle Civiltà. Venezia: Marsilio, 1987.

L'Istituto di Studi Romani negli anni accademici 1941-1948. Estratto da: *Accademie e Istituti di cultura*: Relazione sull'attività svolta negli anni accademici 1941-1948. Roma: Ministero della Pubblica Istruzione, 1950.

LANCIANI, Rodolfo. Introduzione. In *Catalogo della Mostra Archeologica nelle Terme di Diocleziano*. Bergamo: Istituto Italiano d'Arti Grafiche, 1911, p. 5-11.

LIBERATI, Anna Maria. La Mostra Archeologica del 1911 alle Terme di Diocleziano, *Bollettino di Numismatica on line, serie Studi e Ricerche*, 2, 2014, p. 80-96.

LIBERATI, Anna Maria. Il Museo dell'Impero Romano. La genesi, l'istituzione, lo sviluppo, la sorte. *Civiltà Romana*, 3, 2016, p. 203-278.

LIBERATI, Anna Maria. La Mostra Augustea della Romanità. *Civiltà Romana*, 6, 2019, p. 53-95.

LIBERATI, Anna Maria. La Mostra Augustea della Romanità. Come il Museo dell'Impero Romano espose se stesso. In: GHILARDI, Massimiliano; MECELLA, Laura (a cura di). *Augusto e il fascismo*: Studi intorno al bimillenario del 1937-1938. Roma: Istituto Nazionale di Studi Romani, 2023, p. 413-450.

LIBERATI, Anna Maria; SILVERIO, Enrico. Le fonti sulla Mostra Augustea della Romanità nelle carte dell'Archivio centrale dello Stato, II: «Permanente / M». *Civiltà Romana*, 7, 2020, p. 177-284.

MAFFI, Luciano; SEMERARO, Riccardo. «L'anno del gran ritorno e del grande perdono»: il ventiquattresimo Giubileo e i pellegrinaggi a Roma (1950). *Sémata: Ciencias Sociais e Humanidades,* 33, 2021.

MANACORDA, Daniele. Per un'indagine sull'archeologia italiana durante il ventennio fascista. *Archeologia Medievale*, 9, 1982, p. 443-470.

MANFREN, Priscilla. I Fiera Campionaria di Tripoli. In: TOMASELLA, Giuliana. *Esporre l'Italia coloniale*: Interpretazioni dell'alterità. Padova: Il Poligrafo, 2017, p. 152-155.

MASSARI, Stefania (a cura di). *La festa delle feste*: Roma e l'Esposizione Internazionale del 1911. Roma: Palombi, 2011.

MUNZI, Massimiliano. *L'epica del ritorno*: Archeologia e politica nella Tripolitania italiana. Roma: L'ERMA di Bretschneider, 2001.

MUSSOLINI, Benito. Fascismo. Dottrina. In: *Enciclopedia Italiana*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 14, 1932, *ad vocem*.

PALMA, Bruno. Il Museo della civiltà latina avvicinerà i romani alla zona dell'EUR. *Il Tempo*, Roma, 21 marzo 1952.

PALOMBI, Domenico. *Rodolfo Lanciani. L'archeologia a Roma tra Ottocento e Novecento*. Roma: L'ERMA di Bretschneider, 2006.

PALOMBI, Domenico. Rome 1911. L'Exposition archéologique du cinquantenaire de l'Unité italienne, *Anabases*, 9, 2009, p. 71-99.

PICOZZI, Maria Grazia (a cura di). *Ripensare Emanuel Löwy*: Professore di Archeologia e Storia dell'arte nella R. Università e Direttore del Museo dei Gessi. Roma: L'ERMA di Bretschneider, 2013.

POLVERINI, Leandro. L'Istituto di Studi Romani fra Mostra Augustea e *Storia di Roma*. In: GHILARDI, Massimiliano; MECELLA, Laura (a cura di). *Augusto e il fascismo*: Studi intorno al bimillenario del 1937-1938. Roma: Istituto Nazionale di Studi Romani, 2023, p. 201-214.

SCUCCIMARRA, Luca. Romanità, culto della. In DE GRAZIA, Victoria; LUZZATTO, Sergio (a cura di). *Dizionario del fascismo*. Torino: Einaudi, 2, 2003, *ad vocem*.

SILVERIO, Enrico. 21 aprile 1927: l'inaugurazione del Museo dell'Impero Romano nella stampa quotidiana. *Civiltà Romana*, 3, 2016, p. 329-360.

TASSINARI, Vasco (a cura di). *Quinto Tosatti*: l'uomo e il pensiero. Presentazione di ANDREOTTI, Giulio. Torino: SEI, 1983.

VIGHI, Roberto; CAPRINO, Catia (a cura di). *Mostra Augustea della Romanità*. Catalogo, vol. 1, 4ª ed. Roma: Colombo, 1938.

Recebido: 31 de julho de 2024 | Aceito: 27 de setembro de 2024

MIGRAÇÕES GERMÂNICAS - RECEPÇÃO E AUTOPERCEPÇÃO NA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA[1]

Martin Lindner[2]
Nils Steffensen[3]

Resumo

Durante séculos, Armínio foi um ponto central da recepção alemã da antiguidade e uma figura fundadora que foi apropriada por vários lados. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e as transformações subsequentes em uma Alemanha dividida, "Hermann, o Alemão" parecia ter perdido a base de sua legitimação. Nosso dossiê irá delinear a mudança do papel de Armínio e da história germânica na República Federal até os dias atuais (incluindo algumas observações sobre a efêmera República Democrática Alemã). O foco será no filme como criador e portador de uma imagem popular, a utilização da perspectiva de atores estatais e a posição das tribos germânicas no currículo escolar.

Palavras-chave

Armínio; Hermann, o Alemão; História germânica; nacionalismo; consciência histórica; filme; escola.

[1] Tradução de Jéssica Bustolin – Mestre em História Antiga pela Universidade de São Paulo. E-mail: jessica.brustolim@usp.br

[2] Professor Sênior de História Antiga – Georg-August-Universität Göttingen, Göttingen, Alemanha. E-mail: martin.lindner@uni-goettingen.de

[3] Professor Sênior de História Antiga e Didática da História – Europa-Universität Flensburg, Flensburg, Alemanha. E-mail: nils.steffensen@uni-flensburg.de

Abstract

For centuries, Arminius was a focal point of the German reception of antiquity and a founding figure who was appropriated from various sides. With the end of World War II and the subsequent transformations in a divided Germany, 'Hermann the German' seemed to have lost the basis of his legitimisation. Our dossier will outline the changed role of Arminius and Germanic history in the Federal Republic up to the present day (including some observations for the short-lived eastern Democratic Republic). The focus will be on film as creator and carrier of a popular image, the utilisation from the perspective of state actors and the position of the Germanic tribes in the school curriculum.

Keywords

Arminius; Hermann the German; Germanic history; nationalism; historical consciousness; film; school.

1. Introdução

Durante séculos, a formação da identidade alemã e a autopercepção como nação foram dominadas por uma imagem da antiga Germânia que pode ser rastreada até a recepção humanista da Germânia de Tácito e de Veleio Paterculo (Muhlack, 2006; Krebs, 2011; Winkler, 2016). O "culto germânico" foi propagado até o "Terceiro Reich" e a Segunda Guerra Mundial marcarem um ponto de virada na história do estado e da identidade alemães (von See, 1994; Idem, 2001; Puschner, 2001). Para falantes nativos modernos, há uma distinção clara que é fácil de ignorar em sua tradução para o inglês: "germanisch" é igual a "germânico antigo", enquanto "deutsch" denota "alemão moderno". Doravante, usamos 'germânico' não para sugerir um grupo homogêneo ou traços germano-germânicos herdados (cf. Steuer, 2004), mas como um termo coletivo para a população antiga da região em vez de uma alternativa. Nesse sentido, nossa contribuição examina a posição dos povos germânicos na consciência histórica da República Federal da Alemanha de 1949 até os dias atuais a partir de três perspectivas:

Primeiro, nosso artigo olha para o filme como criador e portador de uma imagem popular. Nas décadas do pós-guerra, algumas produções lutaram para se distanciar do legado nazista, enquanto outras reutilizaram versões "limpas" de antigos filmes de propaganda. A mudança no mercado de televisão (privada) alimentou o desejo por uma "nova" reavaliação cinematográfica da história germânica. O retorno global do filme épico clássico na década de 2000 ou, em nível nacional, o aniversário da Batalha de Varo (Batalha da Floresta de Teutoburgo) em 2009 como um evento de mídia trouxeram mais transformações.

Em segundo lugar, nossa contribuição avalia a utilização da perspectiva de atores estatais. O estudo da história antiga regional foi impulsionado pelas descobertas em Kalkriese e pelos esforços para determinar a localização da Batalha de Varo. O foco aqui era menos nos interesses nacionais do que no patriotismo local, na pesquisa de hobby e na lógica da promoção de um produto.

Em terceiro lugar, analisamos a posição das tribos germânicas no currículo escolar. Até o Nacional-Socialismo, o ensino da história das tribos germânicas servia para criar uma identidade nacional. Nos dias atuais, novos paradigmas substituíram objetivos antigos. Os currículos e os livros didáticos visam questões de coexistência em uma sociedade multicultural, interdependência por meio do comércio e uso de autoimagens e imagens de outros.

Ao analisar o estado atual da recepção germânica na República Federal da Alemanha em seu contexto histórico, nossa contribuição demonstra o potencial

político da antiguidade para a Alemanha moderna, mas também como ele é determinado por conjunturas políticas.

2. Armínio nas telas

Nos primórdios do cinema, i.e., desde o final do século XIX, o meio tinha a reputação de atração de parque de diversões. Material clássico foi usado para melhorar essa imagem, especialmente a partir dos anos 1900. Na Alemanha, no entanto, não houve grandes produções até a Primeira Guerra Mundial que pudessem rivalizar com filmes monumentais como o italiano *Cabiria* (1914) ou o estadunidense *Intolerance* (1916). Os povos germânicos eram mais o tipo de material que era exibido nos palcos do teatro alemão. O desenvolvimento foi ainda mais desacelerado pela Primeira Guerra Mundial e suas consequências.[4]

2.1. Filmes pré-1945: narrativas fracassadas

Foi somente em 1924 que dois filmes mudos muito diferentes foram lançados: *Die Hermannschlacht* (A Batalha de Hermann) sinalizou autenticidade por meio de suas locações. A maioria das cenas foi filmada na região ao redor de Detmold, que na época era considerada o local da Batalha de 9 d.C. Em sua execução, no entanto, o filme pareceu antiquado. Em pouco menos de uma hora, ele contou seus cinco atos como uma peça de teatro. O diálogo e os trajes germânicos pareciam algo saído de uma performance ruim de uma ópera de Wagner. *Die Hermannschlacht* deveria ser salvo por uma analogia política contemporânea que se tornou cada vez mais flagrante no curso do processo de produção: as legiões romanas foram equiparadas aos ocupantes franceses e belgas da região do Ruhr; a recontagem da revolta de Armínio pretendia motivar a resistência em 1924 (cf. Winkler, 2013). No entanto, um acordo foi fechado logo após a estreia, encerrando a ocupação no verão de 1925 e fazendo o filme perder seu último ponto de venda. Fritz Lang foi mais bem-sucedido com sua duologia *Die Nibelungen*, que foi superior em termos de feitura, estética e marketing. O conto neomitológico sobre Siegfried e a queda dos Nibelungos foi bem-sucedido ao se basear mais fortemente na saga medieval e também ao se afastar dos usos tradicionais do estilo nas representações da história germânica (cf. Levin, 1998; van Laak, 2007).

Em todo caso, a tendência contemporânea era em direção a conceitos culturais pan-germânicos ou ur-nórdicos. Isso adquiriu uma dimensão completamente

[4] Várias das seguintes informações e observações básicas podem ser encontradas com mais detalhes em dois artigos mais antigos de M. Lindner (Lindner, 2020; Idem, 2013).

diferente quando os nacional-socialistas chegaram ao poder (cf. von Goldendach e Minow 1994). Uma versão curta do épico de Fritz Lang com música foi lançada nos cinemas em 1933. No entanto, os novos governantes tinham um retrato diferente da história em mente. Vários membros da liderança se distanciaram da "Teutomania", que era percebida como embaraçosa, e buscaram modelos em Esparta, Roma, na Idade Média alemã ou em uma vaga pré-história nórdica/ariana[5]. Inicialmente, os filmes existentes — especialmente para uso em escolas e outras instituições educacionais — foram dublados novamente e cenas adicionais foram adicionadas. Novas produções foram adicionadas a partir de meados da década de 1930. O objetivo principal era reforçar a narrativa de uma conexão entre terra e pessoas que existia desde o início da história humana, a partir da qual se desenvolveu uma retórica cada vez mais radical que poderia até ser usada para justificar o imperialismo defensivo, as guerras de conquista e o genocídio (Stern, 2015).

Ewiger Wald (Floresta Eterna) de 1936 até fez uma tentativa de "poesia popular" cinematográfica: o filme viaja pela história da Alemanha desde o começo dos tempos até o presente, comentada apenas por um narrador em versos, mas sem mencionar nenhum nome. As cenas de Armínio só podem ser reconhecidas como tal se o espectador tiver conhecimento prévio dos eventos de 9 d.C. O foco está na batalha real, que é vencida mais pela floresta e pelo clima como aliados naturais dos alemães/povo germânico. *Ewiger Wald* foi um fracasso, apesar da enorme quantidade de financiamento e apoio de propaganda (cf. Linse, 1993; Zechner, 2006). No entanto, o filme é um exemplo de como Armínio, como uma figura individual com alguns traços problemáticos – traição de Varo, morte nas mãos de seus próprios seguidores, etc. – perdeu sua função na recepção nacional da antiguidade. Desde o início da Segunda Guerra Mundial, outros conteúdos cinematográficos dominaram de qualquer maneira, acima de tudo comédias projetadas como uma distração ou paralelos modernos de narrativas de resistência.

2.2. 1945–2024: omissão, substituição, irrelevância

Após a Primeira Guerra Mundial, houve um atraso de vários anos antes que a indústria cinematográfica alemã começasse a se recuperar. Na Alemanha Ocidental, mesmo os estúdios maiores nunca conseguiram chegar perto de competir com Hollywood. O conteúdo produzido era principalmente comédias, farsas românticas, thrillers policiais e, mais tarde, o ocasional filme de guerra

[5] Criando um intercâmbio autoestabilizador por meio da influência e do impacto na pesquisa no campo da Filologia Clássica, Arqueologia e História Antiga; cf. Leube e Hegewisch, 2002; Focke-Museum 2013; sobre o contexto mais amplo, consulte Wiwjorra 2006.

(mundial). O desenvolvimento da televisão também estava apenas gradualmente ganhando força. Na Alemanha Ocidental, o núcleo consistia em estações regionais financiadas publicamente que formavam uma espécie de federação. Um segundo canal em todo país só foi criado em 1963. Foi somente na década de 1980 que as estações comerciais foram autorizadas. Na República Democrática Alemã, o cinema e a televisão permaneceram sob controle estatal de qualquer maneira (Hickethier, 1998).

As tribos germânicas e, com elas, Armínio eram um tópico que quase ninguém queria tocar, em ambas as partes da Alemanha, quando se tratava de fazer novos filmes. Devido à falta de alternativas, alguns filmes supostamente inofensivos das décadas de 1920 a 1940 ainda eram usados no início – especialmente para fins educacionais. Na Alemanha Ocidental, as novas produções emergentes tendiam a se concentrar na história local: Alamanos, (*Alamanni*), Suébios (*Suebi*) e Baváros (*Baiuvarii*) em vez de "os povos germânicos". Na República Democrática Alemã, Espártaco era visto como a melhor alternativa para uma narrativa de resistência contra o imperialismo romano. No entanto, a indústria cinematográfica não estava disposta ou não conseguia produzir sucessos de bilheteria correspondentes (cf. Hosfeld e Pölking, 2006).

Uma exceção na Alemanha Ocidental foi *Hermann der Cherusker*, que será discutido abaixo. Visualmente, o filme é claramente reconhecível como parte da segunda onda de filmes épicos clássicos que durou até meados da década de 1960, ou mais precisamente: da variedade europeia que ficou conhecida como *peplum*. A produção internacional (alemã, italiana e iugoslava) não foi exibida nos cinemas alemães até 1977, principalmente devido a disputas legais. Isso fez com que o filme parecesse ser de outro tempo e forneceu outro exemplo dissuasor do porquê Armínio foi incapaz de ganhar dinheiro na grande tela (cf. Lindner, 2013: 111–114). No entanto, resultou em uma paródia, também discutida abaixo, que se estabeleceu como uma espécie de filme cult.

A preferência por tópicos históricos locais ou história cultural e cotidiana mais geral continuou em filmes e documentários escolares. Onde houve uma abertura, ela ocorreu no sentido de adicionar novos aspectos, como o papel das mulheres germânicas, resultados da arqueologia experimental e história viva ou maior consideração da parte romana da pré-história alemã. Apenas algumas produções, como a minissérie Die Germanen (1984; cf. Lindner, 2020: 219–222), representaram narrativas mais conservadoras ou reacionárias e até usaram filmagens de filmes dos anos 1930 com novas trilhas sonoras. No entanto, isso foi mais sobre salvar a reputação das tribos germânicas como antepassados alemães do que revitalizar a história de Armínio como um exemplo individual heróico.

Após a reunificação alemã em 1990, outras narrativas estavam em demanda de qualquer maneira. Uma referência a Armínio não teria contribuído em nada para a autopercepção como o sucesso pacífico de um movimento popular de cidadãos comuns. Documentários sobre a chamada *Völkerwanderung* (com certos tons de "migrações tribais" que não podem ser reproduzidos em traduções como Migrações Bárbaras) ocasionalmente usavam terminologia e motivos do movimento *völkisch* alemão do século XIX e início do século XX (cf. Puschner, 2001). O contexto dos filmes, no entanto, era uma história de origem da e para a Europa, em vez de uma para um estado-nação específico. *Held der Gladiatoren* (Herói dos Gladiadores; cf. Lindner, 2013: 120–121) é uma das poucas exceções e pode, na melhor das hipóteses, ser visto como uma adaptação parcial da narrativa de Armínio - mais sobre isso abaixo. Como piloto de uma série que nunca foi produzida, o filme se tornou apenas mais uma entrada na longa lista de exemplos malsucedidos.

2009 poderia ter trazido uma reviravolta graças ao bi-milênio da Batalha de 9 d.C. Na verdade, as poucas produções que foram feitas provaram ser de sucesso limitado, em parte porque as dimensões cada vez mais internacionais do marketing secundário foram severamente limitadas devido ao assunto. Exemplos individuais que tentaram um foco centrado na pessoa em 'Armínio *versus* Varo' também são discutidos abaixo. Na verdade, no entanto, mesmo aqui uma grande proporção do tempo de execução foi dedicada aos resultados da escavação, reconstruções técnicas e possibilidades de localização da batalha, ou seja, mais para questões concretas do que adoração ao herói. Depois de 2009, sequências individuais foram às vezes reutilizadas, por exemplo, em um documentário sobre a descoberta de um campo de batalha do século III na Alemanha central, para o qual 9 d.C. foi usado como comparação. A atenção já limitada dada a Armínio foi, portanto, ainda mais reduzida por tal condensação. Apenas como um aparte: até mesmo o parque arqueológico de Kalkriese, onde a grande maioria dos estudiosos acredita que os eventos de 9 d.C. estão localizados, agora se anuncia como o local da "Batalha de Varo" (ver seção 3).

2009 provou ser um fogo de palha para Armínio em produções cinematográficas e televisivas alemãs. O fato de o tópico estar recebendo mais atenção novamente através da série mais recente da Netflix se deve, não menos importante, à natureza internacional do projeto, que tenta imitar formatos de sucesso mundial. Antes que isso possa ser categorizado em conclusão, os três estudos individuais exemplares a seguir servirão para ilustrar os desenvolvimentos descritos.

2.3. Ecos of Hermann: estudos de caso

Filmes, especialmente produções maiores para exibição em cinemas ou serviços de streaming de hoje, são obras de arte comerciais. Uma das receitas mais simples para o sucesso é replicar padrões e conteúdo que já fizeram sucesso em outros filmes. Atualmente, parecem ser principalmente narrativas de super-heróis, mesmo que sua popularidade pareça ter passado do zênite. Na década de 1950, foi o conteúdo bíblico, mitológico e histórico antigo que alimentou uma segunda onda de filmes épicos clássicos originários dos EUA. Em termos de quantidade, as produções europeias, muitas vezes mais baratas, logo substituíram suas predecessoras. Entre todos os filmes de Hércules e Cristo que estavam sendo lançados nos cinemas com frequência crescente, havia uma demanda por material que pudesse ser realizado de forma semelhante e ainda tivesse um certo ponto de venda exclusivo (cf. Lindner, 2020).

Hermann der Cherusker pertence aos últimos anos desta era. Sua fórmula é familiar a centenas de filmes da época: um diretor e escritor italiano, locações na Iugoslávia, um ator americano (razoavelmente) conhecido como o antagonista romano, um ator local como seu adversário, uma trágica história de amor, cenas de ação intercambiáveis, uma ênfase exagerada na seriedade e historicidade do que é mostrado, etc. A narrativa é quase teleologicamente orientada para a batalha de 9 d.C., mesmo que esta última não seja encenada muito heroicamente e seja surpreendentemente curta, principalmente por razões orçamentárias. O diabo está nos detalhes, por exemplo, na escalação do herói local, não com um dos atores *peplum* internacionais conhecidos, mas com a estrela alemã do *heimatfilm* Hans von Borsody, que também desempenhou um papel central no remake de *Die Nibelungen* (1966/67; cf. Samblebe 2007). *Hermann der Cherusker* compartilha com muitas outras produções de *peplum* uma narrativa fundamental bastante genérica com uma moral subjacente de que a opressão da liberdade nunca pode ser positiva e permanente. Em contraste, a mensagem no final da versão dublada em alemão é mais específica: graças a Armínio, Augusto reconheceu os limites de seu poder, e 9 d.C. marca, portanto, a retirada, de fato, de Roma da Germânia livre.

Se o filme finalizado tivesse sido lançado nos cinemas alemães em 1965/66, como planejado, ele poderia ter esperado se misturar às massas de filmes semelhantes. Em 1977, no entanto, ele estava competindo, por exemplo, com o primeiro filme *Star Wars*, e parecia amador e barato em todos os aspectos. Portanto, não é de surpreender que a paródia de 1995, *Die Hermannsschlacht*, ironicamente se comercialize como a terceira grande adaptação cinematográfica do material, depois igualmente incômodo filme mudo de 1924 e *Hermann der Cherusker*. A paródia quebra a quarta parede metafórica várias vezes para abordar o público sobre como cada recontagem heróica do material inevitavelmente ressoa com ecos de uma tradição que, em uma inspeção mais detalhada, deve parecer ultrapassada ou até mesmo ridícula hoje em dia.

Held der Gladiatoren foi concluído em 2003 como um filme de TV para a emissora de televisão alemã RTL. A ideia foi mais uma vez uma cópia de fórmulas de sucesso, desta vez da terceira onda de filmes épicos clássicos. No centro do filme está o herói fictício Germano (*Germanus*), um ex-soldado que foi injustamente escravizado. Ele tem que lutar para chegar à liberdade na arena, enquanto ao mesmo tempo vinga a morte de um membro da família – Máximo, de Gladiador (2000), é o modelo óbvio. O filme dá uma guinada quando Germano é transportado para sua terra natal germânica como um gladiador – embora o cenário principal, *Augusta Treverorum*, estritamente falando, seja parte da Gália Bélgica. Ao cruzar para sua terra natal, Germano sente uma conexão com o país e é dominado pelo sentimento de estar destinado a ser o defensor da liberdade. Neste momento, a liberdade é caracterizada principalmente como libertação pessoal, mas por sua vez é associada à luta pela liberdade de seus amigos/parentes. Esta não é a única maneira pela qual elementos de Máximo e Armínio fluem juntos. Quando Máximo, em Gladiador, relembra, ele se vê passando a mão pelas espigas de grãos em sua terra de cultivo. Germano, por outro lado, sente a conexão em contato com seu solo nativo cru, que ele experimenta – correspondendo às condições climáticas da batalha de 9 d.C. – em uma chuva torrencial. O fato de o diretor, nascido na Grécia, alegar ter buscado uma narrativa messiânica não torna as semelhanças com o misticismo de sangue e solo da primeira metade do século XX menos alarmantes.[6]

O documentário em duas partes *Kampf um Germanien* (Batalha pela Germânia) foi produzido para as emissoras públicas alemãs ZDF e ARTE em 2009 por ocasião do bi-milênio. O resultado é exemplar para um punhado de tentativas semelhantes do mesmo período: por um lado, o filme pretende apelar e entreter, razão pela qual depende fortemente de cenas de jogo e da oposição pessoal entre Armínio e Varo. Por outro lado, ele se esforça para lidar com o "lastro" nacionalista da recepção anterior por meio de entrevistas de especialistas ou comentários do narrador. A sequência final demonstra o quão difícil é conciliar os dois: primeiro, a morte de Armínio é enquadrada no contexto da rivalidade aristocrática como o principal obstáculo à unidade alemã até o século XIX. Isso é seguido por um voo espetacular de drone ao redor do monumento de Armínio perto de Detmold, que não se encaixa muito bem com o comentário do narrador sobre a apropriação indébita da história. A conclusão final, dita sobre imagens dramáticas do filme, é igualmente idiossincrática: uma luta contra uma potência ocupante nunca é repreensível. Armínio pode não ter sido um herói, mas ele era

[6]Ironicamente, um dos mais influentes apoiadores da ideologia do sangue e do solo, Richard Walther Darré, também se interessou por narrativas cinematográficas ingênuas, como o seu projeto favorito *Altgermanische Bauernkultur* (A Antiga Cultura Agrícola da Alemanha); cf. Lindner 2020, 213-216; ver também Gies, 2019.

um gênio militar e, em sua natureza dilacerada, uma figura moderna que ainda tem muito a nos ensinar hoje.

Uma produção para a televisão infantil alemã, de todas as coisas, consegue uma alternativa muito mais coerente e sem agitação: um episódio de *Bibliothek der Sachgeschichten* (Biblioteca de Histórias, 2005) reconta os eventos de 9 d.C. com bonecos Playmobil e um tom levemente irônico. O resultado enfraquece as tendências à heroização que, entre outras, *Kampf um Germanien* evoca com suas cenas dramáticas de brincadeira. Além disso, o episódio Bibliothek der Sachgeschichten enfatiza por meio de muitos pequenos indicadores que o que é mostrado é tanto uma estória quanto história.

2.4. Conclusão

Quão relevante é Armínio no cinema alemão? Provavelmente ainda menos hoje do que na era pré-1945, que já não era particularmente bem-sucedida. Essa conclusão pode ser uma surpresa, dado que a série *Barbarians* da Netflix está em sua segunda temporada enquanto essas linhas são escritas. No entanto, o contexto é crucial aqui: *Barbarians* é modelado em programas semelhantes, como *Vikings* (2013–2020) ou *Britannia* (2018–2021), que foram projetados para (também) atrair um público internacional. *Barbarians*, aparentemente, foi um sucesso nesse aspecto. As reações expressas, por exemplo, por espectadores estadunidenses indicam que até mesmo o uso do alemão moderno como um sinal de autenticidade para a história germânica pode funcionar até certo ponto. Na própria Alemanha, por outro lado, a popularidade da série é relativamente limitada. A ironia de que o ator principal é austríaco e que sua noiva Thusnelda é interpretada pela filha de pais franco-alemães dificilmente será percebida por muitas pessoas de qualquer maneira. No entanto, tudo isso se encaixa bem com o padrão acima mencionado de uma realidade de produção bastante internacional, que deixa pouco espaço para apropriação nacionalista. Neste sentido: se a narrativa funciona, ela o faz como Armínio, o Herói, não como Herman, o Germânico.

3. O discurso 'germânico' na política e na esfera pública

'Pode nunca ter havido um povo que se autodenominasse "germânico"' (W. Pohl, citado em Schmauder e Wemhoff, 2014: 14). Esta declaração é um produto da pesquisa moderna. Até meados do século, teria sido quase inconcebível, mas então o fim da Segunda Guerra Mundial anunciou uma 'ruptura na continuidade' (Wolters, 2006: 116).

3.1. A mudança de paradigma pós-1945 e as perspectivas contemporâneas

Com o colapso de 1945 e a divisão da Alemanha, o significado político de qualquer herança ou memória germânica evaporou. Novas pesquisas sobre etnogênese rejeitaram a ideia de um povo alemão homogêneo que pudesse ser rastreado até suas "raízes germânicas" (particularmente relevante: Wenskus, 1961). A figura de Armínio como defensor das tribos germânicas contra a agressão romana foi despojada de sua idealização, em parte contra a resistência feroz de "entusiastas germanófilos" (Losemann, 2008: 259). O Monumento Hermann em Detmold se tornou um destino turístico; como um potencial "Memorial para a Reunificação" (Moosbauer, 2009: 114), encontrou pouca ressonância. O mito de Armínio apenas reteve algum potencial de mobilização em círculos nacionalistas e de direita ou mesmo extremistas (Losemann, 1995: 428–432; Idem, 2008: 262; Hinz 2023: 91–168).

No entanto, Armínio e os povos germânicos ainda estão presentes na consciência pública. Recentemente, Hagen Schulze e François Etienne classificaram os Queruscos (*Cherusci*) entre os locais memoriais (*lieux de mémoire*) alemães de importância nacional (cf. Doyé 2001). Qualquer instrumentalização política das tribos germânicas e Armínio continua sendo um fenômeno marginal (Vieregge, 2011). O Estado não está mais usando a ideologia germânica para criar uma identidade nacional. Uma avaliação científica recente desconstruiu explicitamente a "ideia de um povo germânico, frequentemente ligada à construção cientificamente infundada de uma linha direta de tradição para os alemães de hoje" (Schmauder e Wemhoff, 2020: 14). Mesmo que não haja dúvidas de que as tribos germânicas fazem parte da história alemã, qualquer popularização sem provas discerníveis de rigor científico não pode mais ganhar reconhecimento. Quando Jürgen Rüttgers, então Ministro Presidente da Renânia do Norte-Vestfália, escreveu sua introdução à exposição sobre a Batalha de Varo, suas observações seguintes podem ser tomadas como representativas da nova imagem das tribos germânicas: que "não apenas conflitos e confrontos militares" caracterizavam o relacionamento entre as tribos germânicas e os romanos; "mas também múltiplos contatos comerciais e atividades de assentamento e, finalmente, considerações sociais e religiosas", por meio das quais "os mais diversos pontos de referência entre o passado distante e o presente" (Rüttgers, 2009: 14) se tornaram visíveis e utilizáveis.

3.2. Kalkriese: a evidência arqueológica

Hoje em dia, o sítio arqueológico de Kalkriese é o ponto focal de qualquer recepção germânica e arminiana, superando até mesmo o monumento de Hermann perto de Detmold. Séculos de disputa sobre a localização da batalha de 9 d.C. levaram à identificação (ou autoproclamação) de mais de 700 candidatos. As descobertas perto de Osnabrück, no canto noroeste da Alemanha, a partir de 1987, pareciam fornecer a conclusão tão esperada. Independentemente dos objetivos científicos dos estudos germânicos, a 'Batalha de Varo' agora se tornou o centro do interesse público. Em relação à interpretação das descobertas, no entanto, a clareza pode nunca ser alcançada. Assim começou um debate renovado e extremamente emocional que levou a um renascimento da pesquisa amadora e revelou uma ampla gama de motivos por parte de todos os envolvidos.

Como resultado, Armínio e as tribos germânicas se tornaram uma marca política e econômica. O fascínio da 'Batalha de Varo' não se deveu apenas ao "triunfo criminalístico" (Timpe, 1995: 13). Era consistente com a lógica do marketing de mídia que as descobertas científicas se tornassem relevantes principalmente por meio da atualização do mito germânico (Moosbauer, 2012; Jürgens, 2009). Sem a conexão com sua popularidade anterior, que havia estabelecido motivos como liberdade, unidade, autodeterminação e autoafirmação como defesa contra o estrangeiro, Kalkriese provavelmente nunca teria se tornado um destino turístico de sucesso (Timpe, 1999: 733–734). Quando o termo 'celebração de aniversário' foi criticado por acadêmicos na ocasião do bi-milênio dos eventos de 9 d.C. (por exemplo, Wiegels, 2007), apelos por uma abordagem mais prática foram recebidos apenas com resposta limitada (Moosbauer, 2009: 115). O *VARUSSCHLACHT im Osnabrücker Land gGmbH – Museum und Park Kalkriese* se tornou o principal agente de comercialização, utilizando sem hesitação o mito para comercializar a região de *Osnabrücker Land*, ligando-a à região onde o sítio foi encontrado.

A 'Batalha de Varo' também foi politizada em nível regional e estadual. Desde seu estabelecimento sob ocupação britânica em 1947, a Renânia do Norte-Vestfália tem sido um estado em busca de identidade. O país foi criado como uma combinação de regiões historicamente muito diferentes e anteriormente independentes. As descobertas feitas em Kalkriese trouxeram os rivais na região de Lippe para a cena, que reivindicaram Armínio e a 'Batalha de Varo' para si. Ambos os lados, Lippe e Osnabrück, fizeram campanha para conquistar o governo estadual. Foi somente por meio de intervenção ministerial que a cooperação foi finalmente alcançada para o bimilênio. Em questões relacionadas a Armínio e ao local da batalha, ambas as regiões estavam "dispostas a lutar e se sacrificar" (Horn, 2012: 424).

Em nível nacional, a 'Batalha de Varo' ganhou relevância por declarações de políticos de alto escalão, como o Chanceler alemão, o Presidente do Parlamento Europeu e dois primeiros-ministros. Ao vincular o evento a motivos como liberdade, resistência e heimat (LWL-Römermuseum em Haltern am See, 2009, 12–16), eles evocaram uma tradição secular de instrumentalização histórica. O que era novo era que eles renunciavam a qualquer tipo de nacionalismo. Em vez disso, eles enfatizavam a ideia europeia, que eles associavam aos eventos. O contexto político havia mudado, mas não o apelo do evento histórico. Ficou claro que o potencial das tribos germânicas e de Armínio ainda estava intacto, apesar das descontinuidades históricas dos tempos recentes.

3.3. Kalkriese: museu e parque arqueológico

O Museu de Kalkriese é certamente o mais importante divulgador do assunto para o público.[7] Ao fazê-lo, ele expressamente faz referência à dimensão política do mito de Armínio e estiliza a 'batalha' como um lugar de anseio na história alemã: 'Quase nenhum outro evento histórico alimentou a identidade alemã e o nacionalismo alemão de tal forma quanto a Batalha de Varo. Quase nenhum outro local histórico foi tão avidamente procurado nos últimos 500 anos quanto o campo de batalha deste conflito lendário' (Museum Kalkriese). Isso dá a impressão de que a identificação do campo de batalha marca o fim da busca pela identidade alemã.

O museu reivindica autoridade científica para a categorização da batalha: 'A única coisa que ajuda nesse sentido são os fatos científicos. [...] Há muitos argumentos a favor de Kalkriese como um local da histórica Batalha de Varo' (Idem). O museu está cheio de elogios por sua relevância científica como uma instalação científica supostamente renomada nacional e internacionalmente: 'Trabalhamos e conduzimos pesquisas no local, em cooperação com várias outras instituições de pesquisa. A ciência está em um estado constante de fluxo, velhas certezas exigem questionamentos constantes, novos métodos oferecem novas oportunidades de pesquisa. A pesquisa em Kalkriese está em movimento – e continua emocionante' (Idem).

Na realidade, a escala das atividades científicas da instituição é menos impressionante. Até agora, as novidades anunciadas sobre a pesquisa atual não se materializaram, assim como os novos desenvolvimentos prometidos da própria escavação. Passeios de aventura e festas de aniversário para crianças demonstram o caráter de evento do museu. O canal do Instagram enfatiza a

[7] Para uma descrição detalhada do conceito das exposições, que foi reorganizado em 2002 e expandido em 2009, ver Guyer e Gigon, 2009, bem como Derks et al., 2009.

arqueologia experimental, cujo objetivo é visualizar a história. Os *"Roman Days"* e várias formas de reconstituição supostamente dão vida ao passado. O museu fornece materiais didáticos para visitas de classes escolares, algumas das quais buscam abordagens modernas de propedêutica científica, mas, de outra forma, abordam questões históricas apenas de forma limitada. A alta frequência de eventos não pode mascarar o fato de que a produção científica da instituição administrada pelo *VARUSSCHLACHT im Osnabrücker Land gGmbH – Museum und Park Kalkriese* dificilmente é inovadora. Em vez disso, o local foi estabelecido como um lugar para encenar a história como um evento.

4. Armínio e o sistema escolar alemão

O ensino de história na escola tem uma influência eminente na cultura da história como um fórum crucial para o aprendizado histórico metodologicamente controlado fora da academia. O Estado constitucional democrático define a estrutura institucional por meio de currículos que definem o conteúdo, tópicos e objetivos das aulas. Central para a prática de ensino atual é o indivíduo, cuja (auto)responsabilidade pessoal e autonomia dentro de uma sociedade liberal devem ser desenvolvidas e fortalecidas (por exemplo, Sandkühler et al., 2018; Fenn e Zülsdorf-Kersting, 2023). O objetivo do ensino de história é desenvolver uma consciência histórica reflexiva, a capacidade de desconstruir e construir a história de forma independente, o que deve fornecer orientação no presente e equipar os alunos para ações futuras (Jeismann, 1978; Idem, 1979; Idem, 2000).

4.1. Conteúdo germânico no currículo

Embora as tribos germânicas fossem parte integrante das aulas de história antes de 1945 (Sievertsen, 2011; Idem, 2013; Hinz, 2023), elas perderam muito da sua relevância como tema nos dias de hoje. Seu significado didático restante é essencialmente duplo: abordar processos de aculturação e desconstruir mitos. Espera-se que os alunos avaliem os efeitos do imperialismo romano nas províncias, interpretem a relação entre romanos e tribos germânicas como encontros interculturais e avaliem os efeitos da provincialização. Além disso, pede-se que eles analisem as transferências culturais entre conquistadores e conquistados - e a determinar o significado dos movimentos migratórios na região germânica no final do Império Romano Ocidental. Outra tarefa é problematizar o caráter construtivo dos termos "germânico", "romano" e "bárbaro", considerando a interação entre a atribuição interna e externa. Os currículos estabelecem um elo direto com a história alemã moderna por meio

da figura de Armínio: a desconstrução de mitos nacionais deve ser aprendida usando-o como um estudo de caso. Sua antiga proeminência como *exemplum*, no entanto, foi perdida. Armínio agora aparece ao lado de figuras históricas como Che Guevara, Frederico Barbarossa, Frederico, O Grande, e Bismarck.

Esses requisitos do programa refletem uma mudança que começou na década de 1970. Até então, o ensino de história tinha se concentrado em um tipo de "construção interna da nação". Agora, como consequência de duas Guerras Mundiais perdidas e do descrédito da ideia nacional, a criação de identidade e legitimação do Estado, bem como o cultivo de narrativas históricas românticas, deram lugar a outras questões: ensino orientado a problemas voltado para o mundo cotidiano e os interesses dos alunos (Sandkühler, 2014; Rohlfes, 1988; Bergmann, 2016: 14–19). Essa mudança resultou em novas prioridades quando se tratou de tematizar as tribos germânicas e Armínio. A idolatria da "resistência" contra "ocupantes estrangeiros" é substituída pela análise de atores históricos e seus objetivos. O conceito coletivo étnico de "povos germânicos" é examinado por meio de uma avaliação consciente do método de fontes literárias antigas. Alegações anteriores de que as tribos germânicas eram parte da história nacional da Alemanha são desconstruídas. O tratamento do material na escola agora está completamente focado em questões que são essenciais para o desenvolvimento de uma consciência histórica reflexiva.

4.2. Conteúdo germânico em livros escolares

Os objetivos curriculares não são de forma alguma os mesmos que as aulas reais. No entanto, os livros didáticos escolares, o 'principal meio de ensino de história' (Rüsen, 1992: 237), podem fornecer informações sobre o conteúdo da prática de ensino.

As reformas acima mencionadas trouxeram uma reconsideração de como representar as tribos germânicas também em materiais didáticos, mas as descobertas arqueológicas em Kalkriese anunciaram mais um ponto de virada (Sénécheau, 2012; Onken, 2017). No momento, as seções "germânicas" sobre conteúdo germânico tornaram-se uma parte indiscutível dos livros didáticos escolares novamente – com foco particular no relacionamento germânico-romano. Os livros didáticos de história abordam explicitamente a perspectiva tendenciosa das fontes romanas, seus estereótipos e interpretações, que criaram um dualismo de "os romanos" e "as tribos germânicas". De forma e escopo semelhantes, eles descrevem as interações germânico-romanas. O impacto do Império nas províncias germânicas dificilmente é contestado, mas o foco está mais na importância dos contatos comerciais mútuos e do intercâmbio cultural. Ambos os lados parecem ter se beneficiado do que era essencialmente um relacionamento conflituoso, que havia sido neutralizado – se não superado – pelo comércio e pela cooperação. Apesar de todas as diferenças entre os

romanos e seus equivalentes germânicos, manifestadas em seu modo de vida, cultura e organização política, um status igual de ambos os povos é enfatizado. Nesse sentido, os livros didáticos adotam um tipo de perspectiva decolonial.

Ao abordar o assunto por meio da compreensão da história como uma construção, do desenvolvimento de habilidades metodológicas, da consciência da alteridade e do confronto com problemas essenciais, os livros didáticos estão alinhados com os objetivos integrais da didática atual da história e dos requisitos curriculares. O pano de fundo político para essa tematização específica é o conceito de uma sociedade multicultural. Isso se refere à República Federal como um país de imigração, bem como aos debates sobre migração e *leitkultur* que têm ocorrido em torno da autoimagem nacional dos alemães desde o final da década de 1990, no máximo.

Em contraste, Armínio não se beneficia particularmente do que pode ser chamado de renascimento germânico. Antes elogiado como um dos pais fundadores da Alemanha, suas ações são hoje contextualizadas sem qualquer pathos ou reivindicações nacionais. Elementos recorrentes são análises críticas de fontes sobre as causas da derrota de Varo, comparações entre o caráter de Varo e Armínio e o impacto histórico da batalha na expansão romana na região. Outro ponto-chave da representação do sujeito é sempre o problema de como localizar o local da batalha. Os livros didáticos apresentam discussões científicas aprofundadas sobre achados arqueológicos, frequentemente combinadas com uma introdução a estudos críticos de fontes.

Além disso, os livros didáticos enfatizam o mito moderno de Armínio. Eles problematizam as construções do conceito germânico e da nação alemã que começaram com a recepção humanista de Armínio. A instrumentalização moderna do Queruscos é amplamente confinada ao século XIX, às Guerras de Libertação, mas acima de tudo à fundação do Império Alemão sob Bismarck. Cronologicamente, os retratos discutidos não se estendem além do Nacional-Socialismo. As interpretações atuais e pop-culturais de Armínio nos discursos atuais sobre a nação e a sociedade alemãs dificilmente aparecem.

4.3. Ensinando sobre Armínio: um estudo de caso

Buchners Kolleg Geschichte (Schulte and Stello, 2017: esp. 123–129) é um livro didático de história destinado a alunos do ensino médio. No nosso caso particular, o assunto é a 'ideia de uma nação'. A gênese da nação e o nacionalismo são discutidos tanto em relação à Alemanha quanto à Europa. O mito de Armínio é usado para problematizar que, por muito tempo, a origem da nação alemã foi rastreada até um herói fundador.

A seção começa com uma breve introdução a Armínio e à Batalha de Varo. Isso é seguido por várias passagens curtas dedicadas à recepção do príncipe Cherusco. A frase de Tácito sobre Armínio como o "libertador da Germânia" é rejeitada com base em que, (1) o ano da batalha, 9 d.C., não foi um ponto de virada na história, e (2) a "resistência contra os ocupantes" não era uma "questão para o povo" - mas uma questão para a elite germânica, que viu seus interesses dominantes ameaçados. A etnia germânica é identificada como um "termo estrangeiro" de origem romana. Por sua vez, o surgimento de "alemão" como um conceito está ligado à recepção da Germânia de Tácito. Vários parágrafos então descrevem a recepção humanista de Armínio e traçam a dinamização do mito de Armínio nos séculos XIX e XX, identificando tendências nacionalistas e *völkisch* na ciência e na política como as forças motrizes. Os autores demonstram a maior objetividade possível com base na expertise científica moderna. Eles lamentam que o conceito de povos germânicos, que foi caracterizado como academicamente insustentável, ainda esteja em uso. Além disso, eles rejeitam qualquer conceito de identidade germânico-alemã e desidealizam rigorosamente o papel histórico de Armínio. Embora seja admitido que o Cherusco impediu uma ocupação romana de toda a região germânica, os autores imediatamente se esforçam para minimizar esse feito, destacando a influência contínua de Roma na região. Retratados dessa forma, as tribos germânicas e Armínio não possuem potencial para mobilização política. A pergunta 'Armínio - "pai fundador" dos alemães?' recebe mais do que apenas uma resposta negativa implícita.

A desconstrução do mito é continuada com base em várias fontes e nas tarefas correspondentes. Estas últimas pedem uma análise de trechos de Veleio Paterculo e da Germânia de Tácito para desmascarar as tribos germânicas como construções romanas, projetadas para propósitos políticos internos, e para demonstrar o valor limitado dos textos como fontes para a história germânica. Em contraste com este exercício de crítica de fontes históricas, os alunos recebem uma seção de um folheto sobre a inauguração do monumento Hermann. Eles também recebem fotos de um "desfile germânico" pelo centro da cidade de Detmold em 1909 e de um comício do NSDAP no monumento em 1928. A intenção é ajudá-los a elaborar a instrumentalização política do mito - "desde o momento de sua criação até os dias atuais". Como os textos dos autores formam a contextualização histórica, o resultado desta análise é determinado por implicação desde o início. O objetivo não é adquirir novas informações, mas confirmar o conhecimento previamente transmitido por meio da atividade do aluno.

No entanto, a oportunidade de compreender a "virada turística" do mito de Armínio e, assim, lançar luz sobre os atuais discursos alemães sobre identidade é perdida. O livro didático admite que introduz uma ilustração de "Zwermann,

o anão Cherusco de Hermannsland": um souvenir de plástico de 39 cm de altura produzido em Detmold em 2008, aparentemente modelado em um gnomo de jardim. A caricatura transforma Armínio de uma figura mítica em um símbolo da classe média baixa, refletindo assim a mudança de um mito político para um produto comercial apolítico. Os alunos, no entanto, não conseguem abordar a questão porque o livro não lhes fornece o conhecimento contextual necessário: o renascimento germânico de Kalkriese no entrelaçamento do patriotismo (local) e dos interesses econômicos regionais. Para os autores do livro didático, a instrumentalização de Armínio como Hermann só é relevante em conexão com o nacionalismo alemão. O fato de que o político também pode se manifestar na esfera não política é um ponto que escapou à sua atenção. A este respeito, '*Zwermann*' não só ilustra a irrelevância atual dos mitos nacionais anteriormente dominantes, mas também revela que Armínio já nem sequer é considerado útil para debates sobre a identidade alemã no presente.

4.4. Conclusão

Esta análise crítica do mito de Armínio também aborda requisitos centrais para qualquer ensino moderno de história em geral: somente aqueles que são capazes de compreender como um assunto específico foi moldado e enquadrado por tentativas de legitimação através da história possuem "maturidade histórica". Somente eles são capazes de fazer seu próprio julgamento ao encontrar interpretações históricas e refletir sua relevância moderna. Os livros didáticos atuais, no entanto, estreitam o escopo ao focar no humanismo e no século XIX, excluindo referências modernas e, portanto, o próprio ambiente e experiências dos alunos. Eles também deixam de levar em conta como a comercialização e o entretenimento despolitizaram o mito, muito menos a importância para a cultura da lembrança na República Federal da Alemanha. Não é a ausência de conteúdo germânico e Armínio na sala de aula, mas sua tematização que revela a descontinuidade da história alemã.

A recepção dos povos germânicos passou por uma evolução significativa, transitando da mitologização politicamente motivada na era do humanismo para presenças pop-culturais (pós-)modernas. Os requisitos curriculares pedem a substituição da apologia pela desconstrução. O mito germânico é, portanto, examinado como um fenômeno histórico, especialmente prevalente no início do período moderno e no século XIX. Por outro lado, há uma ausência notável de uma orientação contemporânea que inclua as recepções predominantemente apolíticas e comercialmente influenciadas de hoje. Terminar tradições de narrações históricas politicamente motivadas, no entanto, é uma característica crucial da cultura histórica da República Federal. Entender essa relevância oferece insights altamente relevantes sobre a autopercepção (histórica) da

sociedade alemã. O que começou como um exercício de definição e estabilização de uma identidade nacional agora deu lugar ao treinamento metódico e à desconstrução histórica. Só o tempo dirá se a história germânica e uma figura como Armínio manterão influência normativa. As reviravoltas da história da recepção proíbem excluir tal possibilidade. Considerando os desenvolvimentos políticos cruciais e o potencial restrito de mobilização da antiguidade, no entanto, isso parece improvável.

5. Armínio 2024 d.C.

As observações anteriores poderiam ser elaboradas mais a fundo, por exemplo, estendendo-as a outras mídias. Antes de 1945, por exemplo, Armínio estava presente em jogos de tabuleiro e romances históricos (Lindner, 2018). Hoje, ele é usado em publicidade, merchandising e livros infantis, entre outras coisas. Como discutimos em outro lugar (Steffensen, 2023; Lindner, a ser publicado), mesmo nessas esferas restantes de presença, sua relevância geral é baixa em comparação ao período pré-1945. A apresentação é separada da autodepreciação como regra; as poucas exceções parecem ser devidas à ingenuidade.

Nos últimos anos, partidos de direita recuperaram força no cenário político alemão, acima de tudo a Alternativa para a Alemanha (AfD). Em muitos aspectos, a AfD se baseia em ideologias da primeira metade do século XX, por exemplo, em debates sobre cultura e identidade. No entanto, diferentemente do Vox na Espanha com os celtíberos, por exemplo, ele não se baseia em referências antigas. Pelo contrário, ele se distancia da tradição clássica da educação para utilizar preconceitos contra elites intelectuais e, ao mesmo tempo, alegar focar na *realpolitik* atual. Armínio, portanto, não tem lugar no discurso político atual da Alemanha.

Todas as coisas germânicas continuam a ter apelo em certas áreas da cultura popular politicamente motivada, por exemplo, na música rock radical de direita e em gêneros específicos de heavy metal. No entanto, esse fenômeno não se limita expressamente à Alemanha (Heinen, 2017; Seibt et al., 2021). Mesmo nos casos em que as publicações em questão não são proibidas pelas autoridades alemãs, devido à linguagem e ao simbolismo justiciáveis, a disseminação é limitada. Armínio é praticamente irrelevante de qualquer maneira nesses gêneros musicais.

Gerações anteriores buscavam um elo com as antigas tribos germânicas e inventavam narrativas e explicações ousadas, se necessário. Hoje em dia, Armínio, em particular, não parece ser capaz de retornar a esse status.

Referências bibliográficas

BERGMANN, Klaus. *Multiperspektivität*. Third Edition. Schwalbach/Ts.: Wochenschau, 2016.

DERKS, Heidrun et al. … und keine Frage offen: Die neue Dauerausstellung in Kalkriese. In: VARUSSCHLACHT IM OSNABRÜCKER LAND GMBH – MUSEUM UND PARK KALKRIESE (ed.). *Varusschlacht im Osnabrücker Land: Museum und Park Kalkriese*. Mainz: Philipp von Zabern, 2009, 242–249.

DOYÉ, Werner M. Arminius. In: FRANÇOIS, Etienne; SCHULZE, Hagen (eds.). *Deutsche Erinnerungsorte*. Vol. 3. München: C.H. Beck, 2001, 587–602.

FENN, Monika; ZÜLSDORF-KERSTING, Meik (eds.). *Geschichts-Didaktik*. Berlin: Cornelsen, 2023.

FOCKE-MUSEUM (org.). *Graben für Germanien: Archäologie unterm Hakenkreuz.* Stuttgart: Theiss, 2013.

FRANK, Stefanie M. *Wiedersehen im Wirtschaftswunder: Remakes von Filmen aus der Zeit des Nationalsozialismus in der Bundesrepublik 1949–1963*. Göttingen: V&R unipress, 2017.

GIES, Horst. *Richard Walther Darré: Der „Reichsbauernführer", die nationalsozialistische „Blut und Boden"-Ideologie und Hitlers Machteroberung*. Köln: Böhlau, 2019.

GRUNDWALD, Susanne; HOFMANN, Kerstin P. Wer hat Angst vor den Germanen? In: UELSBERG, Gabriele; WEMHOFF, Matthias (eds.). *germanen: Eine archäologische Bestandsaufnahme*. Darmstadt: wbg Theiss, 2020, 482–503.

GUYER, Mike; GIGON, Annette. Museum und Park Kalkriese: Architektur und Landschaftsarchitektur. In: VARUSSCHLACHT IM OSNABRÜCKER LAND GMBH – MUSEUM UND PARK KALKRIESE (ed.). *Varusschlacht im Osnabrücker Land: Museum und Park Kalkriese*. Mainz: Philipp von Zabern, 2009, 232–241.

HEINEN, Serina. *„Odin rules": Religion, Medien und Musik im Pagan Metal*. Bielefeld: transcript, 2017.

HICKETHIER, Knut. *Geschichte des deutschen Fernsehens.* Stuttgart: Metzler, 1998.

HINZ, Felix. *Historische Mythen im Geschichtsunterricht: Theorie und Zugriffe für die Praxis*. Frankfurt a.M.: Wochenschau, 2023.

HORN, Heinz-Günter. Varus im 21. Jahrhundert: Zur kulturpolitischen Gestaltung des Varus-Jubiläums. In: BALTRUSCH, Ernst et al. (eds.). *2000 Jahre Varusschlacht: Geschichte – Archäologie – Legenden*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2012, 423–436.

HOSFELD, Rolf; PÖLKING, Hermann. *Die Deutschen 1945 bis 1972: Leben im doppelten Wirtschaftswunderland.* München: Piper, 2006.

JEISMANN, Karl-Ernst. Didaktik der Geschichte. Das spezifische Bedingungsfeld des Geschichtsunterrichts. In: BEHRMANN, Günter C.; Idem; H. SÜSSMUTH, Hans (eds.). *Geschichte und Politik: Didaktische Grundlegung eines kooperativen Unterrichts*, Paderborn: UTB, 1978, 50–76.

JEISMANN, Karl-Ernst. Geschichtsbewußtsein. In: BERGMANN, Klaus et al. (eds.). *Handbuch der Geschichtsdidaktik*. Vol. 1. Düsseldorf: Schwann, 1979, 42–45.

JEISMANN, Karl-Ernst. „Geschichtsbewußtsein" als zentrale Kategorie der Didaktik des Geschichtsunterrichts. In: Idem. *Geschichte und Bildung: Beiträge zur Geschichtsdidaktik und zur Historischen Bildungsforschung*. Paderborn et al.: Schöningh, 2000, 46–72.

JÜRGENS, Yvonne. Von „blutgetränkten Böden" und „ungelösten Rätseln": Die Varusschlacht in den überregionalen Print-Medien. In: VARUSSCHLACHT IM OSNABRÜCKER LAND GMBH – MUSEUM UND PARK KALKRIESE (eds.). *Varusschlacht im Osnabrücker Land: Museum und Park Kalkriese*. Mainz: Philipp von Zabern, 2009, 222–231.

KREBS, Christopher B. *A Most Dangerous Book: Tacitus's Germania from the Roman Empire to the Third Reich*. New York: Norton, 2011.

LEUBE, Achim; HEGEWISCH, Morten (eds.). *Prähistorie und Nationalsozialismus: Die mittel- und osteuropäische Ur- und Frühgeschichtsforschung in den Jahren 1933–1945.* Heidelberg: Synchron, 2002.

LEVIN, David J. *Richard Wagner, Fritz Lang, and the Nibelungen: The Dramaturgy of Disavowal*. Princeton: PUP, 1998.

LINDNER, Martin. Germania Nova: Das antike Germanien in neuen deutschen (Dokumentar-)Filmen. In: Idem. *Antikenrezeption 2013 n. Chr*. Heidelberg: Verlag Antike, 2013, 107–142.

LINDNER, Martin. Winning History: Nationalistic Classical Reception in 19th Century German Board and Card Games. In: DUPLA ANSUATEGUI, Antonio et al. (eds.). *Antigüedad clásica y naciones modernas en el Viejo y el Nuevo Mundo*. Madrid: Ediciones Polifemo, 2018, 183–210.

LINDNER, Martin. Der Krieg der Töpfe: Rom und die ‚germanische' Alltagsgeschichte in deutschen Filmen der 1930er Jahre. In: MATIJEVIĆ, Krešimir (ed.). *Wirtschaft und Gesellschaft in der späten Römischen Republik: Fachwissenschaftliche und fachdidaktische Aspekte*. Gutenberg: Scripta Mercaturae, 2020, 199–227.

LINDNER, Martin. Conditionally Heroic: Arminius the Meme. Forthcoming.

LINSE, Ulrich. Der Film „Ewiger Wald" oder die Überwindung der Zeit durch den Raum: Eine filmische Umsetzung von Rosenbergs „Mythus des 20. Jahrhunderts". In: HERRMANN, Ulrich; NASSEN, Ulrich (eds.). *Formative Ästhetik im Nationalsozialismus: Intentionen, Medien und Praxisformen totalitärer ästhetischer Herrschaft und Beherrschung*. Weinheim: Beltz, 1993, 57–75.

LOSEMANN, Volker. Nationalistische Interpretationen der römisch-germanischen Auseinandersetzung. In: WIEGELS, Rainer; WOESLER, Winfried (ed). *Arminius und die Varusschlacht: Geschichte – Mythos – Literatur*. Paderborn: Schöningh, 1995, 419–432.

LOSEMANN, Volker. Denkmäler, völkische Bewegung und Wissenschaft: Die römisch-germanische Auseinandersetzung in der Sicht des 19. und 20. Jahrhunderts. In: SCHNEIDER, Helmuth (ed.). *Feindliche Nachbarn: Rom und die Germanen*. Köln/Weimar/Wien: Böhlau, 2008, 229–270.

LWL-RÖMERMUSEUM IN HALTERN AM SEE (ed.). *2000 Jahre Varusschlacht – Imperium*. Stuttgart: Theiss, 2009.

MOOSBAUER, Günther. *Die Varusschlacht*. München: C.H. Beck 2009.

MOOSBAUER, Günther. Die Ausgrabungen von Kalkriese und die neue Rezeption der „Varusschlacht". In: WIEGELS, Rainer; WELKER, Karl H. L. (eds.). *Verschlungene Pfade: Neuzeitliche Wege zur Antike*. Rahden/Westf.: Marie Leidorf, 2011, 43–56.

MUHLACK, Ulrich. Die Germania im deutschen Nationalbewusstsein vor dem 19. Jahrhundert. In: Idem. *Staatensystem und Geschichtsschreibung: Ausgewählte Aufsätze zu Humanismus und Historimus, Absolutismus und Aufklärung*. Berlin: Duncker und Humblot, 2006, 274–299.

MUSEUM KALKRIESE. URL: https://www.kalkriese-varusschlacht.de/index.html (rev. 17.05.2024).

ONKEN, Björn. Der Hermannsmythos in deutschen Schulbüchern von 1800 bis 2000, in: BERNHARD, Roland et al. (eds.). *Mythen in deutschsprachigen Geschichtsschulbüchern*. Göttingen: V&R unipress, 2017, 59–90.

PFEILSCHIFTER, Rene. Nekrolog Dieter Timpe (1931–2021), *Historische Zeitschrift*. Berlin: De Gruyter, 315, 2022, 385–394.

PUSCHNER, Uwe. Die Germanenideologie im Kontext der völkischen Weltanschauung. *Göttinger Forum für Altertumswissenschaft*. Heidelberg: Propylaeum, 4, 2001, 85–97.

ROHLFES, Joachim. Geschichtsunterricht und Geschichtsdidaktik von den 50er bis zu den 80er Jahren. In: VERBAND DER GESCHICHTSLEHRER DEUTSCHLANDS (ed.). *Geschichtsunterricht und Geschichtsdidaktik vom Kaiserreich bis zur Gegenwart: Festschrift des Verbandes der Geschichtslehrer Deutschlands zum 75jährigen Bestehen*. Stuttgart: Klett, 1988, 154–170.

RÜSEN, Jörn. Das ideale Schulbuch. Überlegungen zum Leitmedium des Geschichtsunterrichts. *Internationale Schulbuchforschung*. Hannover: Hahnsche Buchhandlung, 14, 1992, 237–250.

RÜTTGERS, Jürgen. Grußwort. In: LWL-RÖMERMUSEUM IN HALTERN AM SEE, 2009, 14.

SAMBLEBE, Karin W. F. Nationaler Mythos in Westernmanier: Figurenkonzeption als Authentizitätsstrategie in Harald Reinls *Die Nibelungen* (1966). In: MEIER, Mischa; SLANICKA, Simona (eds.). *Antike und Mittelalter im Film: Konstruktion – Dokumentation – Projektion*. Cologne: Böhlau, 2007, 283–299.

SANDKÜHLER, Thomas. Die Geschichtsdidaktik der Väter: Zur Kulturgeschichte der 70er Jahre. In: WILDT, Michael (ed.). *Geschichte denken: Perspektiven auf die Geschichtsschreibung heute*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2014, 260–279.

SANDKÜHLER, Thomas et al. (eds.). *Geschichtsunterricht im 21. Jahrhundert: Eine geschichtsdidaktische Standortbestimmung*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2018.

SCHMAUDER, Michael; WEMHOFF, Matthias. Vorwort. In: UELSBERG, Gabriele; WEMHOFF, Matthias (eds.). *Germanen. Eine archäologische Bestandsaufnahme*. Darmstadt: wbg Theiss, 2020, 14–17.

SCHULTE, Rolf; STELLO, Benjamin (eds.). *Buchners Kolleg Geschichte. Ausgabe für Schleswig-Holstein. Qualifikationsphase*. Bamberg: C.C. Buchner, 2017.

SEIBT, Oliver et al. (eds.). *Made in Germany: Studies in Popular Music*. London: Routledge, 2021.

SÉNÉCHEAU, Miriam. Die Germanen sind wieder da: Archäologische, didaktische und gesellschaftspolitische Perspektiven auf ein altes Thema in neuen Lehrwerken. *Archäologische Informationen*. Kerpen-Loogh: Verlag Deutsche Gesellschaft für Ur- und Frühgeschichte, 35, 2012, 219–234.

SIEVERTSEN, Dirk. Zur Darstellung der Germanen in den Schulbüchern zwischen 1900 und 1945. In: WIEGELS, Rainer; WELKER, Karl H. L. (eds.). *Verschlungene Pfade: Neuzeitliche Wege zur Antike*. Rahden/Westf.: Marie Leidorf, 2011, 83–167.

SIEVERTSEN, Dirk. *Die Deutschen und ihre Germanen. Germanendarstellungen in Schulgeschichtsbüchern von 1871 bis 1945*. Rahden/Westf.: Marie Leidorf, 2013.

STEFFENSEN, Nils. Von Hermann zu Zwermann: Arminius im problemorientierten Geschichtsunterricht. In: *Varus-Kurier*. Georgsmarienhütte: Varus-Gesellschaft, 25, 2023, 28–36.

STERN, Tom. Archäologiefilme als Propagandainstrument der NS-Diktatur: Eine Auswahl. In: BECK, Erik; TIMM, Arne (eds.). *Mythos Germanien: Das nationalsozialistische Germanenbild in Schulunterricht und Alltag der NS-Zeit*. Dortmund: Westfälisches Schulmuseum, 2015, 74–83.

STEUER, Ingo (ed.). *Zur Geschichte der Gleichung „germanisch – deutsch": Sprache und Namen, Geschichte und Institutionen*. Berlin: De Gruyter, 2004.

TIMPE, Dieter. *Arminius-Studien*. Heidelberg: Winter, 1970.

TIMPE, Dieter. Geographische Faktoren und politische Entscheidungen in der Geschichte der Varuszeit. In: WIEGELS, Rainer; WOESLER, Winfried (ed). *Arminius und die Varusschlacht: Geschichte – Mythos – Literatur*. Paderborn: Schöningh, 1995, 13–27.

TIMPE, Dieter. Die Schlacht im Teutoburger Wald: Geschichte, Tradition, Mythos. In: SCHLÜTER, Wolfgang; WIEGELS, Rainer (eds.). *Rom, Germanien und die Ausgrabungen von Kalkriese*. Osnabrück: Universitätsverlag Rasch, 1999, 717–737.

VAN LAAK, Lothar. „Ihr kennt die deutsche Seele nicht": Geschichtskonzeption und filmischer Mythos in Fritz Langs *Nibelungen*. In:

MEIER, Mischa; SLANICKA, Simona (eds.). *Antike und Mittelalter im Film: Konstruktion – Dokumentation – Projektion.* Cologne: Böhlau, 2007, 267–82.

VARUSSCHLACHT IM OSNABRÜCKER LAND GMBH – MUSEUM UND PARK KALKRIESE (ed.). *Varusschlacht im Osnabrücker Land: Museum und Park Kalkriese*. Mainz: Philipp von Zabern, 2009, 222–231.

VIEREGGE, Elmar. 2000 Jahre Varusschlacht: Welche Bedeutung hat Arminius für den Rechtsextremismus? In: MÖLLERS, Martin H. W.; VAN OOYEN, Robert Chr. (eds.). *Jahrbuch Öffentliche Sicherheit 2010/2011*. Frankfurt a.M.: Verlag für Polizeiwissenschaft, 2011, 165–172.

VÖLKER, Cornelius et al. Monumental, magisch, maßlos: *Deutschland im Jahr 9! Die Hermannschlacht*, der Spielfilm. *Grabbe-Jahrbuch.* Bielefeld: Aisthesis, 15, 1996, 38–47.

VON GOLDENDACH, Walter; MINOW, Hans-Rüdiger. *„Deutschtum erwache!": Aus dem Innenleben des staatlichen Pangermanismus.* Berlin: Dietz, 1994.

VON SEE, Klaus. *Barbar, Germane, Arier: Die Suche nach der Identität der Deutschen*. Heidelberg: Winter, 1994.

VON SEE, Klaus. *Freiheit und Gemeinschaft. Völkisch-nationales Denken in Deutschland zwischen Französischer Revolution und Erstem Weltkrieg*. Heidelberg: Winter, 2001.

WENSKUS, Reinhard. *Stammesbildung und Verfassung: Das Werden der frühmittelalterlichen gentes*. Köln: Böhlau, 1961.

WIEGELS, Rainer. Vorwort. In: Idem (ed.). *Die Varusschlacht: Wendepunkt der Geschichte?* Stuttgart: Theiss, 2007, 7.

WIEGELS, Rainer. Der Ort der „Schlacht im Teutoburger Wald" in der historischen Erinnerung In: Idem; WELKER, Karl H. L. (eds.). *Verschlungene Pfade: Neuzeitliche Wege zur Antike*. Rahden/Westf.: Marie Leidorf, 2011, 25–42.

WINKLER, Martin M. From Roman History to German Nationalism: Arminius and Varus in *Die Hermannschlacht* (1924). In: MICHELAKIS, Pantelis; WYKE, Maria (eds.). *The Ancient World in Silent Cinema*. Cambridge: CUP, 2013, 297–312.

WINKLER, Martin M. *Arminius the Liberator: Myth and Ideology*. Oxford: OUP, 2016.

WIWJORRA, Ingo. *Der Germanenmythos: Konstruktion einer Weltanschauung in der Altertumsforschung des 19. Jahrhunderts*. Darmstadt: WBG, 2006.

WOLTERS, Reinhard. *Die Römer in Germanien*. Fifth Edition. München: C.H. Beck, 2006.

ZECHNER, Johannes. *„Ewiger Wald und ewiges Volk": Die Ideologisierung des deutschen Waldes im Nationalsozialismus.* Freising: Trepl, 2006.

Received: July 31, 2024 | Accepted: September 27, 2024

GERMANIC MIGRATIONS – RECEPTION AND SELF-PERCEPTION IN THE FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY

Martin Lindner[1]
Nils Steffensen[2]

Abstract

For centuries, Arminius was a focal point of the German reception of antiquity and a founding figure who was appropriated from various sides. With the end of World War II and the subsequent transformations in a divided Germany, 'Hermann the German' seemed to have lost the basis of his legitimisation. Our dossier will outline the changed role of Arminius and Germanic history in the Federal Republic up to the present day (including some observations for the short-lived eastern Democratic Republic). The focus will be on film as creator and carrier of a popular image, the utilisation from the perspective of state actors and the position of the Germanic tribes in the school curriculum.

Keywords

Arminius; Hermann the German; Germanic history; nationalism; historical consciousness; film; school.

[1] Senior Lecturer in Ancient History - Georg-August-Universität Göttingen, Göttingen, Germany. E-mail: martin.lindner@uni-goettingen.de
[2] Senior Lecturer in Ancient History and the Didactics of History - Europa-Universität Flensburg, Flensburg, Germany. E-mail: nils.steffensen@uni-flensburg.de

Resumo

Durante séculos, Armínio foi um ponto central da recepção alemã da antiguidade e uma figura fundadora que foi apropriada por vários lados. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e as transformações subsequentes em uma Alemanha dividida, "Hermann, o Alemão" parecia ter perdido a base de sua legitimação. Nosso dossiê irá delinear a mudança do papel de Armínio e da história germânica na República Federal até os dias atuais (incluindo algumas observações sobre a efêmera República Democrática Alemã). O foco será no filme como criador e portador de uma imagem popular, a utilização da perspectiva de atores estatais e a posição das tribos germânicas no currículo escolar.

Palavras-chave

Armínio; Hermann, o Alemão; História germânica; nacionalismo; consciência histórica; filme; escola.

1. Introduction

For centuries, the formation of German identity and self-perception as a nation was dominated by an image of ancient Germania that can be traced back to the humanist reception of Tacitus' *Germania* and Velleius Paterculus (Muhlack, 2006; Krebs, 2011; Winkler, 2016). The 'Germanic cult' was propagated until the 'Third Reich' and the Second World War marked a turning point in the history of the German state and identity (von See, 1994; Idem, 2001; Puschner, 2001). For modern native speakers, there is a clear distinction that is easy to overlook in its English translation: 'germanisch' equals 'ancient Germanic', while 'deutsch' denotes 'modern German'. We henceforth use 'Germanic' not to suggest a homogenous group or inherited German–Germanic traits (cf. Steuer, 2004), but as a collective term for the region's ancient population in lieu of an alternative. In that sense, our contribution examines the position of the Germanic peoples in the historical consciousness of the Federal Republic of Germany from 1949 to the present day from three perspectives:

Firstly, it looks at film as creator and carrier of a popular image. In the post-war decades, some productions struggled to distance themselves from the Nazi legacy, while others reused 'cleaned-up' versions of old propaganda films. The change in the (private) television market fueled the desire for a 'fresh' cinematic re-evaluation of Germanic history. The global return of the classical epic film in the 2000s or, on a national level, the anniversary of the 'Battle of Varus' in 2009 as a media event brought about further transformations.

Secondly, our contribution evaluates the utilisation from the perspective of state actors. The study of regional ancient history was boosted by the discoveries at Kalkriese and the endeavours to determine the location of the 'Battle of Varus'. The focus here was less on national interests than on local patriotism, hobby research and the logic of merchandising.

Thirdly, we analyse the position of the Germanic tribes in the school curriculum. Until National Socialism, the teaching of the history of the Germanic tribes served to create a national identity. In the present day, new paradigms have replaced old goals. Curricula and textbooks are aimed at questions of coexistence in a multicultural society, interdependence through trade and the usage of self-images and images of others.

By viewing the current state of Germanic reception in the Federal Republic of Germany in its historical context, our contribution demonstrates the political potential of antiquity for modern Germany, but also how it is determined by political conjunctures.

2. Arminius on screen

In the early days of film, i.e. since the late 19th century, the medium had the reputation of a fairground attraction. Classical material was used to improve this image, especially from the 1900s onwards. In Germany, however, there were no major productions until World War I that could have rivalled monumental films such as the Italian *Cabiria* (1914) or the American *Intolerance* (1916). The Germanic peoples were more the sort of material that was shown on German theatre stages. Development was further slowed down by the World War I and its consequences.[3]

2.1. Pre-1945 films: failed narratives

It was not until 1924 that two very different silent films were released: *Die Hermannschlacht* (*The Battle of Hermann*) signalled authenticity through its locations. Most of the scenes were filmed in the region around Detmold, which at the time was thought to be the site of the battle of 9 AD. In its execution, however, the film came across as old-fashioned. In just under an hour, it told its five acts like a theatre piece. The dialogue and Germanic costumes looked like something out of a bad performance of a Wagner opera. *Die Hermannschlacht* was supposed to be saved by a contemporary political analogy that was made increasingly blatant in the course of the production process: the Roman legions became equated with the French and Belgian occupiers of the Ruhr region; the retelling of the Arminius uprising was intended to motivate resistance in 1924 (cf. Winkler, 2013). However, an agreement was reached shortly after the premiere, ending the occupation by the summer of 1925 and losing the film its last selling point. Fritz Lang was more successful with his two-parter *Die Nibelungen*, which was superior in terms of craftsmanship, aesthetics and marketing. The neo-mythological tale about Siegfried and the downfall of the Nibelungs was successful by drawing more heavily on the medieval saga and also by departing from traditional uses of style in the depictions of Germanic history (cf. Levin, 1998; van Laak, 2007).

In any case, the contemporary tendency was towards Pan-Germanic or Ur-Nordic cultural concepts. This acquired a completely different dimension when the National Socialists came to power (cf. von Goldendach and Minow 1994). A short version of Fritz Lang's epic set to music was released in cinemas as late as 1933. However, the new rulers had a different portrayal of history in mind. Several members of the leadership distanced themselves from the 'Teutomania', which was perceived as embarrassing, and looked for role models in Sparta,

[3] Several of the following basic information and observations may be found in more detail in two older articles by M. Lindner (Lindner, 2020; Idem, 2013).

Rome, the German Middle Ages or in a vague Nordic/Aryan prehistory.[4] Initially, existing films – especially for use in schools and other educational institutions – were re-dubbed and additional scenes were added. New productions were added from the mid-1930s onwards. The main aim was to reinforce the narrative of a connection between land and people that had existed since the beginning of human history, from which an increasingly radical rhetoric was developed that could even be used to justify defensive imperialism, wars of conquest and genocide (Stern, 2015).

Ewiger Wald (*Eternal Forest*) from 1936 even made an attempt at cinematic 'folk poetry': the film travels through the history of Germany from early times to the present, commented on solely by a narrator in verse, but without mentioning any names. The Arminius scenes can only be recognised as such if the viewer has prior knowledge of the events of 9 AD. The focus is on the actual battle, which is won more by the forest and the weather as the natural allies of the Germans/Germanic people. *Ewiger Wald* was a failure despite the enormous amount of funding and propaganda support (cf. Linse, 1993; Zechner, 2006). Nevertheless, the film is an example of how Arminius as an individual figure with some problematic traits – betrayal of Varus, death at the hands of his own followers, etc. – had lost his function in the national reception of antiquity. From the beginning of the World War II, other film content dominated anyway, particularly comedies designed as a distraction or modern parallels of endurance narratives.

2.2. 1945–2024: omission, replacement, irrelevance

After the World War I, there was a delay of several years before the German film and cinema industry started to recover. In Western Germany, even the larger studios could never come close to competing with Hollywood. The content produced was mainly comedies, romantic farces, crime thrillers and, later, the occasional (World) war film. The development of television was also only gradually gaining momentum. In Western Germany, the nucleus consisted of regional, publicly financed stations that formed a kind of federation. A country-wide second channel was only set up in 1963. It was not until the 1980s that commercial stations were authorised. In Eastern Germany, film and television remained under state control anyway (Hickethier, 1998).

The Germanic tribes and with them Arminius were a topic in both parts of Germany that hardly anyone wanted to touch when it came to making new films. Due to a lack of alternatives, some supposedly harmless films from the

[4] Creating a self-stabilizing exchange through the influence of and impact on research in the field of classical philology, archaeology and ancient history; cf. Leube and Hegewisch, 2002; Focke-Museum 2013; on the wider context, see Wiwjorra 2006.

1920s to 1940s were still used in the beginning – especially for educational purposes.[5] In Western Germany, the emerging new productions tended to focus on local history: Alamanni, Suebi and Baiuvarii instead of 'the Germanic peoples'. In Eastern Germany, Spartacus was seen as the better alternative for a resistance narrative against Roman imperialism. However, the film industry here was unwilling or unable to produce corresponding blockbusters (cf. Hosfeld and Pölking, 2006).

One exception in Western Germany was *Hermann der Cherusker*, which will be discussed below. Visually, the film is clearly recognisable as part of the second wave of classical epic films that lasted until the mid-1960s, or more precisely: of the European variety that became known as *peplum*. The international production (German, Italian and Yugoslavian) was not shown in German cinemas until 1977, mainly due to legal disputes. This made the film seem to have fallen out of time and provided another deterrent example of why Arminius was incapable of making money on the big screen (cf. Lindner, 2013: 111–114). Nevertheless, it resulted in a parody, also discussed below, which established itself as a kind of cult film.

The preference for local historical topics or more general cultural and everyday history continued in school films and documentaries. Where there was an opening, it was more in the sense of adding new aspects such as the role of Germanic women, results from experimental archaeology and living history or greater consideration of the Roman part of German prehistory. Only a few productions, such as the mini-series *Die Germanen* (1984; cf. Lindner, 2020: 219–222), represented more conservative or reactionary narratives and even used footage from 1930s films with new soundtracks. However, this was more about saving the reputation of the Germanic tribes as German forefathers than revitalising the story of Arminius as a heroic individual example.

After the German reunification in 1990, other narratives were in demand anyway. A reference to Arminius would have contributed nothing to the self-perception as the peaceful success of a grassroots movement of ordinary citizens. Documentaries about the so-called Völkerwanderung (with certain undertones of 'tribal migrations' which cannot be reproduced in translations such as Barbarian Migrations) occasionally used terminology and motifs from the German *völkisch* movement of the 19th and early 20th century (cf. Puschner, 2001). The context of the films, however, was an origin story of and for Europe rather than one for a specific nation state. *Held der Gladiatoren* (*Hero of the Gladiators*; cf. Lindner, 2013: 120–121) is one of the few exceptions and can at best be seen as a partial adaptation of the Arminius narrative – more on this

[5] Remakes of films from the Nazi era were not uncommon, but largely restricted to non-historical full length feature films; cf. Frank, 2017.

below. As a pilot for a series that was never produced, the film became just another entry into the long list of unsuccessful examples.

2009 could have brought a turnaround thanks to the bi-millennium of the Battle of 9 AD. In fact, the few productions that were made proved to be of limited success, partly because the increasingly international dimensions of secondary marketing were severely limited due to the subject matter. Individual examples which attempted a person-centred focus on 'Arminius versus Varus' are also discussed below. In fact, however, even here a large proportion of the running time was devoted to the excavation results, technical reconstructions and possibilities for localising the battle, i.e. more to concrete issues than hero worship. After 2009, individual sequences were sometimes reused, for example in a documentary about the discovery of a 3rd century battlefield in central Germany, for which 9 AD was used as a comparison. The already limited attention paid to Arminius was thus further diminished by such condensation. Just as an aside: even the archaeological park at Kalkriese, where the vast majority of scholars believe the events of 9 AD are to be located, now advertises itself as the site of 'The Battle of Varus' (see section 3).

2009 proved to be a short-lived flash in the pan for Arminius in German film and television productions. The fact that the topic is receiving more attention again through the most recent Netflix series is due not least to the international nature of the project, which attempts to imitate worldwide successful formats. Before this can be categorised in conclusion, the following three exemplary individual studies shall serve to illustrate the described developments.

2.3. Echoes of Hermann: case studies

Films, especially larger productions for screening in cinemas or today's streaming services, are commercial works of art. One of the simplest recipes for success is to replicate patterns and content that have already been successful in other films. Currently, it seems to be mainly superhero narratives, even if their popularity appears to have passed its zenith. In the 1950s, it was biblical, mythological and ancient historical content that fuelled a second wave of classic epic films originating in the USA. In terms of quantity, the often-cheaper European productions soon superseded their predecessors. Between all the Hercules and Christ films that were being released in cinemas with increasing frequency, there was a demand for material that could be realised in a similar way and yet had a certain unique selling point (cf. Lindner, 2020).

Hermann der Cherusker belongs to the very last years of this era. Its formula is familiar from hundreds of films of the time: an Italian director and writer, locations in Yugoslavia, a (reasonably) well-known American actor as the Roman antagonist, a local actor as his adversary, a tragic love story,

interchangeable action scenes, an overemphasis on the seriousness and historicity of what is shown, etc. The narrative is almost teleologically orientated towards the battle of 9 AD, even if the latter is not staged very heroically and is kept surprisingly short, not least for budgetary reasons. The devil is in the detail, for example in the casting of the local hero not with one of the established international *peplum* actors, but with the German *heimatfilm* star Hans von Borsody, who also played a central role in the remake of *Die Nibelungen* (1966/67; cf. Samblebe 2007). *Hermann der Cherusker* shares with many other *peplum* productions a rather generic fundamental narrative with an underlying moral that oppression of freedom can never be positive and permanent. By contrast, the message at the end of the German dubbed version is more specific: thanks to Arminius, Augustus has recognised the limits of his power, and 9 AD thus marks Rome's de facto withdrawal from free Germania.

If the finished film had been released in German cinemas in 1965/66 as planned, it could have hoped to blend in with the masses of similar films. In 1977, however, it was competing e.g. with the first *Star Wars* film, and came across as amateurish and cheap in every respect. It is therefore hardly surprising that the 1995 parody *Die Hermannsschlacht* ironically markets itself as the third major film adaptation of the material after the equally awkward 1924 silent film and *Hermann der Cherusker*.[6] The parody breaks the metaphorical fourth wall several times in order to address the audience about how every heroic retelling of the material inevitably resonates with echoes of a tradition that, on closer inspection, must seem outdated or even ridiculous nowadays.

Held der Gladiatoren was completed in 2003 as a TV movie for the German television broadcaster *RTL*. The idea was once again a copy of successful formulas, this time from the third wave of classic epic films. At the heart of the film is the fictional hero Germanus, a former soldier who has been unjustly enslaved. He has to fight his way to freedom in the arena, while at the same time avenging the death of a family member – Maximus from *Gladiator* (2000) is the obvious role model. The film takes a turn when Germanus is transported to his Germanic homeland as a gladiator – although the main setting, Augusta Treverorum, strictly speaking is part of Gallia Belgica. On crossing over into his native land, Germanus feels a connection to the country and is overwhelmed by the feeling of being destined to be the defender of freedom. At this moment, freedom is primarily characterised as personal liberation, but is in turn associated with the fight for the freedom of his friends/relatives. This is not the only way in which elements of Maximus and Arminius flow together. When Maximus in *Gladiator* reminisces, he sees himself running his hand through the ears of grain in his farmland. Germanus, on the other hand, feels the connection

[6] For a taste of the ongoing marketing of the film, visit the publisher's website: *Schloßfilm*, http://www.die-hermannsschlacht.de/_deu/index.html.; cf. also Völker, 1996.

in contact with his raw native soil, which he experiences – corresponding to the weather conditions of the 9 AD battle – in pouring rain. The fact that the Greek-born director claimed to have aimed for a messiah narrative does not make the similarities to the blood-and-soil mysticism of the first half of the 20th century any less alarming.[7]

The two-part documentary *Kampf um Germanien* (*Battle for Germania*) was produced for the German public broadcasters ZDF as well as ARTE in 2009 on the occasion of the bi-millennium. The result is exemplary for a handful of similar attempts from the same period: on the one hand, the film is intended to appeal and entertain, which is why it relies heavily on play scenes and the personal opposition between Arminius and Varus. On the other hand, it endeavours to deal with the nationalistic 'ballast' of the earlier reception through expert interviews or narrator commentaries. The final sequence demonstrates how difficult it is to reconcile the two: first, the death of Arminius is framed in the context of aristocratic rivalry as the main obstacle to German unity up until the 19th century. This is followed by a spectacular drone flight around the Arminius monument near Detmold, which does not quite fit in with the narrator's commentary on the misappropriation of history. The final conclusion, spoken over dramatic images from the film, is equally idiosyncratic: a fight against an occupying power is never reprehensible. Arminius may not have been a hero, but he was a military genius and, in his torn nature, a modern figure who still has a lot to teach us today.

A production for German children's television, of all things, manages a much more coherent and unagitated alternative: one episode of *Bibliothek der Sachgeschichten* (*Library of Stories*, 2005) retells the events of 9 AD with Playmobil figures and a slightly ironic undertone. The result undermines the tendencies towards heroization that, among others, *Kampf um Germanien* evokes with its dramatic play scenes. In addition, the *Bibliothek der Sachgeschichten* episode emphasises through many small indicators that what is shown is as much a story as it is history.

2.4. Conclusion

How relevant is Arminius in German film? Probably even less so today than in the already not particularly successful pre-1945 era. This conclusion may come as a surprise given that the *Netflix* series *Barbarians* is in its second season while these lines are written. However, context is crucial here: *Barbarians* is modelled

[7] Ironically, one of the most influential supporters of the blood-and-soil-ideology, Richard Walther Darré, also dabbled in naïve film narratives like his pet project Altgermanische Bauernkultur (The Ancient Farming Culture of Germany); cf. Lindner 2020, 213-216; see also Gies, 2019.

on similar shows such as *Vikings* (2013–2020) or *Britannia* (2018–2021), which were designed to (also) appeal to an international audience.[8] *Barbarians* apparently succeeds in this respect. The reactions expressed for example by American viewers indicate that even the use of modern German as a signal of authenticity for Germanic history may work to some extent. In Germany itself, on the other hand, the popularity of the series is relatively limited. The irony that the leading actor is an Austrian and that his bride Thusnelda is played by the child of Franco-German parents is unlikely to be realised by many people anyway. However, all of this fits well with the above-mentioned pattern of a rather international production reality, which leaves little room for nationalistic appropriation. In this sense: if the narrative works, it does so as Arminius the Hero, not as Herman the German.

3. The 'Germanic' discourse in politics and the public sphere

'There may never have been a people who called themselves "Germanic"' (W. Pohl, cited in Schmauder and Wemhoff, 2014: 14). This statement is a product of modern research. Until the middle of the century it would have been almost inconceivable, but then the end of the World War II heralded a 'break in continuity' (Wolters, 2006: 116).

3.1. The post-1945 paradigm shift and contemporary perspectives

With the collapse of 1945 and the division of Germany, the political significance of any Germanic heritage or memory evaporated. New research on ethnogenesis rejected the idea of a homogeneous German people that could be traced back to its 'Germanic roots' (particularly relevant: Wenskus, 1961). The figure of Arminius as the defender of the Germanic tribes against Roman aggression became stripped of its idealisation, partly against fierce resistance from 'Germanophile enthusiasts' (Losemann, 2008: 259).[9] The Hermann Monument in Detmold became a tourist destination; as a potential 'Memorial for the Reunification' (Moosbauer, 2009: 114) it found little resonance. The Arminius myth only retained some potential for mobilisation in nationalist and right-wing or even extremist circles (Losemann, 1995: 428–432; Idem, 2008: 262; Hinz 2023: 91–168).

Nonetheless, Arminius and the Germanic peoples are still present in the public consciousness. Recently, Hagen Schulze and François Etienne ranked the

[8] Which might also explain the rather generic advertising (https://www.netflix.com/de-en/title/81024039).
[9] On Timpe's influential studies in this regard, esp. Timpe, 1970, see Pfeilschifter, 2022, 389–390.

Cheruscan among the German *lieux de mémoire* memorial sites of national importance (cf. Doyé 2001). Any political instrumentalization of the Germanic tribes and Arminius remains a marginal phenomenon (Vieregge, 2011). The state is no longer using Germanic ideology to create a national identity. A recent scientific assessment explicitly deconstructed the 'idea of a Germanic people, frequently linked to the scientifically unfounded construct of a direct line of tradition to today's Germans' (Schmauder and Wemhoff, 2020: 14). Even if there is no doubt that the Germanic tribes are part of German history, any popularisation without discernible proof of scientific rigour can no longer gain recognition. When Jürgen Rüttgers, then Minister President of North Rhine-Westphalia, wrote his introduction to the exhibition on the Varus Battle, his following remarks can be taken as representative of the new image of the Germanic tribes: that 'not merely conflict and military confrontations' characterised the relationship between the Germanic tribes and the Romans; 'but likewise manifold trade contacts and settlement activities and finally social and religious considerations', whereby 'the most diverse points of reference between the distant past and the present' (Rüttgers, 2009: 14) became visible and usable.

3.2. Kalkriese: the archaeological evidence

Nowadays, the archaeological site of Kalkriese is the focal point of any Germanic and Arminius reception, surpassing even the Hermann monument near Detmold. Centuries of dispute about the location of the 9 AD battle had led to the identification (or self-proclamation) of over 700 candidates. The finds discovered near Osnabrück, in the north-western corner of Germany, from 1987 onwards seemed to provide the long-awaited conclusion. Irrespective of the scientific aims of Germanic studies, the 'Battle of Varus' now became the centre of public interest. Regarding the interpretation of the findings, however, clarity may never be achieved.[10] Thus began a renewed and extremely emotional debate that led to a renaissance of amateur research and revealed a wide range of motives on the part of all those involved.

As a result, Arminius and the Germanic tribes became a political and economic brand. The fascination of the 'Battle of Varus' was not only due to the 'criminalistic triumph' (Timpe, 1995: 13). It was consistent with the logic of media marketing that the scientific findings became relevant primarily through the actualisation of the Germanic myth (Moosbauer, 2012; Jürgens, 2009). Without the connection to its earlier popularity, which had established motifs such as freedom, unity, self-determination and self-assertion as defence against the foreign, Kalkriese would probably never have become a successful tourist

[10] For an overview and a discussion of current positions, see Wiegels, 2011.

destination (Timpe, 1999: 733–734). When the term 'anniversary celebration' was criticised by academics on the occasion of the bi-millennium of the 9 AD events (e.g. Wiegels, 2007), appeals for a more matter-of-fact approach were only met with limited response (Moosbauer, 2009: 115). The *VARUSSCHLACHT im Osnabrücker Land gGmbH – Museum und Park Kalkriese* became the main agent of commercialisation, unhesitatingly utilising the myth to market the *Osnabrücker Land* region by linking it to the region where the site was found.

The 'Battle of Varus' was also politicised on a regional and state level[11]. Since its establishment under British occupation in 1947, North Rhine-Westphalia has been a state in search of identity. The country was created as a combination of historically very different, formerly independent regions. The discoveries made at Kalkriese brought the rivals in the Lippe region onto the scene, who claimed Arminius and the 'Battle of Varus' for themselves. Both sides, Lippe and Osnabrück, campaigned to win over the state government. It was only through ministerial intervention that co-operation was finally achieved for the bi-millennium. In matters relating to Arminius and the battle site, both regions were 'willing to fight and sacrifice' (Horn, 2012: 424).

On a national level, the 'Battle of Varus' gained relevance by statements from high-ranking politicians such as the German Chancellor, the President of the European Parliament and two prime ministers. By linking the event with motifs such as freedom, resistance and *heimat* (LWL-Römermuseum in Haltern am See, 2009, 12–16), they evoked a centuries-old tradition of historical instrumentalization. What was new was that they renounced any kind of nationalism. Instead, they emphasised the European idea, which they associated with the events. The political context had changed, but not the appeal of the historical subject matter. It became clear that the potential of the Germanic tribes and Arminius was still intact, despite the historical discontinuities of recent times.

3.3. Kalkriese: museum and archaeological park

The Kalkriese Museum is certainly the most important multiplier of the subject matter to the public.[12] In doing so, it expressly references the political dimension of the Arminius myth and stylises the 'battle'[13] as a place of longing in German history: 'Hardly any other historical event has fuelled German identity and German nationalism in such a way as the Battle of Varus. Hardly any other

[11] On this and the following, see Horn, 2012.
[12] For a detailed description of the exhibitions's concept which was reorganised in 2002 and expanded in 2009, see Guyer and Gigon, 2009, as well as Derks et al., 2009.
[13] On the military events and the shift in terminology towards the 'Battle of Varus', see Lindner, forthcoming.

historical site has been so eagerly sought after in the last 500 years as the battlefield of this legendary conflict' (Museum Kalkriese). This gives the impression that the identification of the battlefield marks the end of the search for German identity.

The museum claims scientific authority for the categorisation of the battle: 'The only thing that helps in this regard are scientific facts. [...] There are many arguments in favour of Kalkriese as a site of the historic Battle of Varus' (Idem). The museum is full of praise for its scientific relevance as a supposedly nationally and internationally renowned scientific facility: 'We work and conduct research on site, in cooperation with numerous other research institutions. Science is in a constant state of flux, old certainties require constant questioning, new methods offer new research opportunities. Research in Kalkriese is on the move – and remains exciting' (Idem).

In reality, the scale of the institution's scientific activities is less impressive. So far, the advertised insights into current research have failed to materialise as have the promised new developments from the excavation itself. Adventure tours and children's birthday parties demonstrate the event character of the museum. The Instagram channel puts an emphasis on experimental archaeology, the aim of which is to visualise history. Roman Days and various forms of re-enactment supposedly bring the past to life. The museum provides teaching aids for visits by school classes, some of which pursue modern approaches of scientific propaedeutics, but otherwise address historical questions only to a limited extent. The high frequency of events cannot mask the fact that the scientific output of the institution run by the *VARUSSCHLACHT im Osnabrücker Land gGmbH – Museum und Park Kalkriese* is hardly innovative. Instead, the site has been established as a place for staging history as an event.

4. Arminius and the German school system

The teaching of history at school has an eminent influence on the culture of history as a crucial forum for methodologically controlled historical learning outside of academia. The democratic constitutional state sets the institutional framework through curricula that define the content, topics and objectives of lessons. Central to current teaching practice is the individual, whose personal (self-)responsibility and autonomy within a liberal society are to be developed and strengthened (e.g. Sandkühler et al., 2018; Fenn and Zülsdorf-Kersting, 2023). The aim of teaching history is to develop a reflective historical consciousness, the ability to independently deconstruct and construct history, which should provide orientation in the present and equip the pupils for future action (Jeismann, 1978; Idem, 1979; Idem, 2000).

4.1. Germanic content in the curriculum

While the Germanic tribes used to be an integral part of history lessons before 1945 (Sievertsen, 2011; Idem, 2013; Hinz, 2023), they have lost much of their relevance as subject matter in the present day. Their remaining didactic significance is essentially twofold: to address acculturation processes and to deconstruct myths. Pupils are expected to assess the effects of Roman imperialism on the provinces, interpret the relationship between Romans and Germanic tribes as inter-cultural encounters, and evaluate the effects of provincialisation. Furthermore, they are asked to analyse cultural transfers between conquerors and conquered – and to determine the significance of migratory movements in the Germanic region at the end of the Western Roman Empire. Another task is to problematise the construct character of the terms 'Germanic', 'Roman' and 'barbarian' considering the interplay between internal and external ascription. The curricula establish a direct link to modern German history via the figure of Arminius: the deconstruction of national myths is to be learnt using him as a case study. His former prominence as an exemplum has, however, been lost. Arminius now features alongside historical figures such as Che Guevara, Frederick Barbarossa, Frederick the Great and Bismarck.

These syllabus requirements reflect a shift that began in the 1970s. Until then, teaching history had focussed on a kind of 'inner nation-building'. Now, as a consequence of two lost World Wars and the discrediting of the national idea, the creation of identity and legitimisation of the state as well as the cultivation of romantic historical narratives gave way to other issues: problem-orientated teaching geared towards the everyday world and the interests of the pupils (Sandkühler, 2014; Rohlfes, 1988; Bergmann, 2016: 14–19). This change resulted in new priorities when it came to thematising the Germanic tribes and Arminius. The idolisation of 'resistance' against 'foreign occupiers' is replaced by the analysis of historical actors and their objectives. The ethnic collective concept of 'Germanic peoples' is scrutinised by means of a method-conscious appraisal of ancient literary sources. Earlier claims that the Germanic tribes were a part of the *national* history of Germany are deconstructed. The treatment of the material at school is now completely focussed on issues that are essential for the development of a reflective historical consciousness.

4.2. Germanic content in school textbooks

Curriculum objectives are by no means the same as actual lessons. However, school textbooks, the 'leading medium of history teaching' (Rüsen, 1992: 237), can provide information about the content of teaching practice.

The above-mentioned reforms had brought about a reconsideration of how to represent the Germanic tribes in teaching aids as well, but the archaeological

discoveries at Kalkriese heralded yet another turning point (Sénécheau, 2012; Onken, 2017). At the moment, 'Germanic' sections have become an undisputed part of school textbooks again[14] – with a particular focus on the Germanic-Roman relationship. The history textbooks explicitly address the biased perspective of the Roman sources, their stereotypes and interpretations, which created a dualism of 'the Romans' and 'the Germanic tribes'. In a similar fashion and scope, they outline the chequered Germanic-Roman interactions. The impact of the Empire on the Germanic provinces is hardly disputed, but the focus is more on the importance of mutual trade contacts and cultural exchange. Both sides appear to have benefited from what was essentially a conflictual relationship, which had been defused – if not overcome – by commerce and co-operation. Despite all the differences between the Romans and their Germanic counterparts, manifested in their way of life, culture and political organisation, an equal status of both peoples is emphasised. In this respect, the textbooks adopt a kind of decolonial perspective.

By addressing the subject matter via the understanding of history as a construction, the development of methodological skills, the consciousness of alterity and the confrontation with pivotal problems, textbooks are in line with the integral goals of current didactics of history and curriculum requirements. The political background for this specific thematization is the concept of a multicultural society. This refers to the Federal Republic as a country of immigration, as well as to the debates on migration and *leitkultur* which have been raging around the national self-image of Germans since the end of the 1990s at the latest.

By contrast, Arminius does not benefit particularly from what might be called a Germanic renaissance. Once praised as one of Germany's founding fathers, his actions are nowadays contextualised without any pathos or national claims. Recurring elements are critical source analyses into the causes of Varus' defeat, comparisons between Varus' and Arminius' character, and the historical impact of the battle on Roman expansion in the region. Another key point of the subject's representation is always the problem of how to localise the battle site. The textbooks feature in-depth scientific discussions of archaeological finds, often combined with an introduction to critical source studies.

In addition, the textbooks emphasise the modern Arminius myth. They problematise the constructions of the Germanic concept and the German nation which began with the humanist reception of Arminius. The modern instrumentalization of the Cheruscan is largely confined to the 19th century, to the Wars of Liberation, but above all to the founding of the German Empire under Bismarck. Chronologically, the portrayals discussed do not extend

[14] This survey is based on an evaluation of all history textbooks currently in use at secondary school level, which was kindly prepared by Hannah Servais (Flensburg).

beyond National Socialism. Current, pop-cultural interpretations of Arminius in present-day discourses on the German nation and society hardly feature at all.

4.3. Teaching Arminius: A case study

Buchners Kolleg Geschichte (Schulte and Stello, 2017: esp. 123–129) is a history textbook intended for senior high school students. In our particular case, the subject is the 'idea of a nation'. The genesis of the nation and nationalism are discussed both with regard to Germany and Europe. The Arminius myth is used to problematise that, for a long time, the origin of the German nation was traced back to a founding hero.

The section begins with a brief introduction to Arminius and the Varus Battle. This is followed by several short passages devoted to the reception of the Cheruscan prince. Tacitus' phrase of Arminius as the 'liberator of Germania' is rejected on the grounds that, (1) the year of the battle, 9 AD, was not a turning point in history, and (2) the 'resistance against the occupiers' was not a 'matter for the people' – but a matter for the Germanic elite, who saw their ruling interests threatened. Germanic ethnicity is identified as a 'foreign term' of Roman origin. In turn, the emergence of 'German' as a concept is linked to the reception of Tacitus' *Germania*. Several paragraphs then outline the humanist reception of Arminius and trace the dynamization of the Arminius myth in the 19th and 20th centuries, identifying nationalist and *völkisch* tendencies in science and politics as the driving forces. The authors demonstrate the greatest possible objectivity based on modern scientific expertise. They express regret that the concept of Germanic peoples, which has been characterised as academically unsound, is still in use at all. Furthermore, they reject any concept of Germanic-German identity and rigorously de-idealise the historical role of Arminius. Even though it is conceded that the Cheruscan prevented a Roman occupation of the entire Germanic region, the authors immediately endeavour to downplay this feat by highlighting Rome's continuing influence in the region. Depicted in this way, the Germanic tribes and Arminius possess no potential for political mobilisation. The question 'Arminius – "founding father" of the Germans?' receives more than just an implicit negative answer.

The deconstruction of the myth is continued on the basis of several sources and the corresponding assignments. The latter ask for an analysis of excerpts from Velleius Paterculus and Tacitus' *Germania* in order to unmask the Germanic tribes as Roman constructions, designed for internal political purposes, and to demonstrate the limited value of the texts as sources for Germanic history. In contrast to this exercise in historical source criticism, pupils are given a section from a brochure on the inauguration of the Hermann monument. They

furthermore receive pictures of a 'Germanic parade' through the town centre of Detmold in 1909 and of an NSDAP rally at the monument in 1928. The intention is to help them work out the political instrumentalization of the myth - 'from the time of its creation to the present day'. As the authors' texts form the historical contextualisation, the result of this analysis is determined by implication from the outset. The aim is not to acquire new information, but to confirm previously imparted knowledge through student activity.

However, the opportunity to comprehend the 'touristic turn' of the Arminius myth and thereby shed light on current German discourses on identity is missed. The textbook admittedly introduces an illustration of 'Zwermann, the Cheruscan dwarf from Hermannsland': a plastic souvenir 39 cm tall produced in Detmold in 2008, apparently modelled on a garden gnome. The caricature transforms Arminius from a mythical figure into a symbol of lower-middle class, thus reflecting the shift from a once political myth into an apolitical, commercial product. The pupils, however, are unable to address the issue because the book does not provide them with the necessary contextual knowledge: the Germanic renaissance of Kalkriese in the interweaving of (local) patriotism and regional economic interests. For the authors of the textbook, the instrumentalization of Arminius as Hermann is only relevant in connection with German nationalism. The fact that the political can also manifest itself in the non-political sphere is a point that has escaped their notice. In this respect, 'Zwermann' not only illustrates the current irrelevance of formerly dominant national myths, but also reveals that Arminius is no longer even considered useful for debates about German identity in the present.

4.4. Conclusion

This critical analysis of the Arminius myth also addresses central requirements for any modern teaching of history in general: only those who are able to grasp how a specific subject matter has been shaped and framed by attempts of legitimisation through history possess 'historical maturity'. Only they are capable of making their own judgement when encountering historical interpretations and reflecting their modern-day relevance. Current textbooks, however, narrow the scope by focussing on humanism and the 19th century while excluding modern references and thus the pupils' own environment and experiences. They also fail to take into account how commercialisation and entertainment have depoliticised the myth, let alone the significance for the culture of remembrance in the Federal Republic of Germany. It is not the absence of Germanic content and Arminius in the classroom, but their thematization that reveals the discontinuity of German history.

The reception of the Germanic peoples has undergone a significant evolution, transitioning from the politically motivated mythologization in the era of humanism into (post-)modern pop-cultural presences. Curriculum requirements ask for replacing apology with deconstruction. The Germanic myth is therefore scrutinized as a historical phenomenon, especially prevalent in the early modern period and the 19th century. On the other hand, there is a notable absence of a contemporary orientation that includes the predominantly apolitical, commercially influenced receptions of today. Terminating traditions of politically motivated historical narrations, however, is a crucial feature of the historical culture of the Federal Republic. Understanding this relevance offers highly relevant insights into the (historical) self-perception of German society. What began as an exercise in defining and stabilizing a national identity has now given way to methodical training and historical deconstruction. Only time will tell whether Germanic history and a figure like Arminius will ever retain normative influence. The twists and turns of reception history forbid to exclude such a possibility. Considering the pivotal political developments and the restricted mobilization potential of antiquity, however, it seems unlikely.

5. Arminius 2024 AD

The previous observations could be elaborated further, for instance by extending them to other media. Before 1945, for example, Arminius was present in board games and historical novels (Lindner, 2018). Today, he is used in advertising, merchandising and children's books, among other things. As we have shown elsewhere (Steffensen, 2023; Lindner, forthcoming), even in these remaining spheres of presence, his overall relevance is low compared to the pre-1945 period. The presentation is detached to self-deprecating as a rule; the few exceptions seem to be due to naivety.

In recent years, right-wing parties have regained strength in the German political landscape, above all the *Alternative for Germany* (*AfD*). In many respects, the *AfD* draws on ideologies from the first half of the 20th century, for example in debates about culture and identity. However, unlike *Vox* in Spain with the Celtiberians, for example, it does not rely on ancient references. On the contrary, it rather distances itself from the classical tradition of education in order to utilise prejudices against intellectual elites and at the same time claim to focus on current realpolitik. Arminius thus has no place in Germany's current political discourse.

All things Germanic continue to have appeal in certain areas of politically motivated popular culture, for example in radical right-wing rock music and specific heavy metal genres. However, this phenomenon is expressly not limited to Germany (Heinen, 2017; Seibt et al., 2021). Even in those cases in which the

publications in question are not banned by German authorities, due to justiciable language and symbolism, the dissemination is limited. Arminius is practically irrelevant anyway in these music genres.

Earlier generations sought a link to the ancient Germanic tribes and invented daring narratives and explanations if necessary. Nowadays, Arminius in particular does not seem to be able to return to this status.

Bibliographic References

BERGMANN, Klaus. *Multiperspektivität*. Third Edition. Schwalbach/Ts.: Wochenschau, 2016.

DERKS, Heidrun et al. … und keine Frage offen: Die neue Dauerausstellung in Kalkriese. In: VARUSSCHLACHT IM OSNABRÜCKER LAND GMBH – MUSEUM UND PARK KALKRIESE (ed.). *Varusschlacht im Osnabrücker Land: Museum und Park Kalkriese*. Mainz: Philipp von Zabern, 2009, 242–249.

DOYÉ, Werner M. Arminius. In: FRANÇOIS, Etienne; SCHULZE, Hagen (eds.). *Deutsche Erinnerungsorte*. Vol. 3. München: C.H. Beck, 2001, 587–602.

FENN, Monika; ZÜLSDORF-KERSTING, Meik (eds.). *Geschichts-Didaktik*. Berlin: Cornelsen, 2023.

FOCKE-MUSEUM (org.). *Graben für Germanien: Archäologie unterm Hakenkreuz.* Stuttgart: Theiss, 2013.

FRANK, Stefanie M. *Wiedersehen im Wirtschaftswunder: Remakes von Filmen aus der Zeit des Nationalsozialismus in der Bundesrepublik 1949–1963*. Göttingen: V&R unipress, 2017.

GIES, Horst. *Richard Walther Darré: Der „Reichsbauernführer", die nationalsozialistische „Blut und Boden"-Ideologie und Hitlers Machteroberung*. Köln: Böhlau, 2019.

GRUNDWALD, Susanne; HOFMANN, Kerstin P. Wer hat Angst vor den Germanen? In: UELSBERG, Gabriele; WEMHOFF, Matthias (eds.). *germanen: Eine archäologische Bestandsaufnahme*. Darmstadt: wbg Theiss, 2020, 482–503.

GUYER, Mike; GIGON, Annette. Museum und Park Kalkriese: Architektur und Landschaftsarchitektur. In: VARUSSCHLACHT IM OSNABRÜCKER LAND GMBH – MUSEUM UND PARK KALKRIESE (ed.). *Varusschlacht im Osnabrücker Land: Museum und Park Kalkriese*. Mainz: Philipp von Zabern, 2009, 232–241.

HEINEN, Serina. *„Odin rules": Religion, Medien und Musik im Pagan Metal*. Bielefeld: transcript, 2017.

HICKETHIER, Knut. *Geschichte des deutschen Fernsehens*. Stuttgart: Metzler, 1998.

HINZ, Felix. *Historische Mythen im Geschichtsunterricht: Theorie und Zugriffe für die Praxis*. Frankfurt a.M.: Wochenschau, 2023.

HORN, Heinz-Günter. Varus im 21. Jahrhundert: Zur kulturpolitischen Gestaltung des Varus-Jubiläums. In: BALTRUSCH, Ernst et al. (eds.). *2000 Jahre Varusschlacht: Geschichte – Archäologie – Legenden*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2012, 423–436.

HOSFELD, Rolf; PÖLKING, Hermann. *Die Deutschen 1945 bis 1972: Leben im doppelten Wirtschaftswunderland.* München: Piper, 2006.

JEISMANN, Karl-Ernst. Didaktik der Geschichte. Das spezifische Bedingungsfeld des Geschichtsunterrichts. In: BEHRMANN, Günter C.; Idem; H. SÜSSMUTH, Hans (eds.). *Geschichte und Politik: Didaktische Grundlegung eines kooperativen Unterrichts*, Paderborn: UTB, 1978, 50–76.

JEISMANN, Karl-Ernst. Geschichtsbewußtsein. In: BERGMANN, Klaus et al. (eds.). *Handbuch der Geschichtsdidaktik*. Vol. 1. Düsseldorf: Schwann, 1979, 42–45.

JEISMANN, Karl-Ernst. „Geschichtsbewußtsein" als zentrale Kategorie der Didaktik des Geschichtsunterrichts. In: Idem. *Geschichte und Bildung: Beiträge zur Geschichtsdidaktik und zur Historischen Bildungsforschung*. Paderborn et al.: Schöningh, 2000, 46–72.

JÜRGENS, Yvonne. Von „blutgetränkten Böden" und „ungelösten Rätseln": Die Varusschlacht in den überregionalen Print-Medien. In: VARUSSCHLACHT IM OSNABRÜCKER LAND GMBH – MUSEUM UND PARK KALKRIESE (eds.). *Varusschlacht im Osnabrücker Land: Museum und Park Kalkriese*. Mainz: Philipp von Zabern, 2009, 222–231.

KREBS, Christopher B. *A Most Dangerous Book: Tacitus's Germania from the Roman Empire to the Third Reich*. New York: Norton, 2011.

LEUBE, Achim; HEGEWISCH, Morten (eds.). *Prähistorie und Nationalsozialismus: Die mittel- und osteuropäische Ur- und Frühgeschichtsforschung in den Jahren 1933–1945.* Heidelberg: Synchron, 2002.

LEVIN, David J. *Richard Wagner, Fritz Lang, and the Nibelungen: The Dramaturgy of Disavowal*. Princeton: PUP, 1998.

LINDNER, Martin. Germania Nova: Das antike Germanien in neuen deutschen (Dokumentar-)Filmen. In: Idem. *Antikenrezeption 2013 n. Chr*. Heidelberg: Verlag Antike, 2013, 107–142.

LINDNER, Martin. Winning History: Nationalistic Classical Reception in 19th Century German Board and Card Games. In: DUPLA ANSUATEGUI, Antonio et al. (eds.). *Antigüedad clásica y naciones modernas en el Viejo y el Nuevo Mundo*. Madrid: Ediciones Polifemo, 2018, 183–210.

LINDNER, Martin. Der Krieg der Töpfe: Rom und die ‚germanische' Alltagsgeschichte in deutschen Filmen der 1930er Jahre. In: MATIJEVIĆ, Krešimir (ed.). *Wirtschaft und Gesellschaft in der späten Römischen Republik: Fachwissenschaftliche und fachdidaktische Aspekte*. Gutenberg: Scripta Mercaturae, 2020, 199–227.

LINDNER, Martin. Conditionally Heroic: Arminius the Meme. Forthcoming.

LINSE, Ulrich. Der Film „Ewiger Wald" oder die Überwindung der Zeit durch den Raum: Eine filmische Umsetzung von Rosenbergs „Mythus des 20. Jahrhunderts". In: HERRMANN, Ulrich; NASSEN, Ulrich (eds.). *Formative Ästhetik im Nationalsozialismus: Intentionen, Medien und Praxisformen totalitärer ästhetischer Herrschaft und Beherrschung.* Weinheim: Beltz, 1993, 57–75.

LOSEMANN, Volker. Nationalistische Interpretationen der römisch-germanischen Auseinandersetzung. In: WIEGELS, Rainer; WOESLER, Winfried (ed). *Arminius und die Varusschlacht: Geschichte – Mythos – Literatur*. Paderborn: Schöningh, 1995, 419–432.

LOSEMANN, Volker. Denkmäler, völkische Bewegung und Wissenschaft: Die römisch-germanische Auseinandersetzung in der Sicht des 19. und 20. Jahrhunderts. In: SCHNEIDER, Helmuth (ed.). *Feindliche Nachbarn: Rom und die Germanen*. Köln/Weimar/Wien: Böhlau, 2008, 229–270.

LWL-RÖMERMUSEUM IN HALTERN AM SEE (ed.). *2000 Jahre Varusschlacht – Imperium*. Stuttgart: Theiss, 2009.

MOOSBAUER, Günther. *Die Varusschlacht*. München: C.H. Beck 2009.

MOOSBAUER, Günther. Die Ausgrabungen von Kalkriese und die neue Rezeption der „Varusschlacht". In: WIEGELS, Rainer; WELKER, Karl H. L. (eds.). *Verschlungene Pfade: Neuzeitliche Wege zur Antike*. Rahden/Westf.: Marie Leidorf, 2011, 43–56.

MUHLACK, Ulrich. Die Germania im deutschen Nationalbewusstsein vor dem 19. Jahrhundert. In: Idem. *Staatensystem und Geschichtsschreibung: Ausgewählte Aufsätze zu Humanismus und Historimus, Absolutismus und Aufklärung*. Berlin: Duncker und Humblot, 2006, 274–299.

MUSEUM KALKRIESE. URL: https://www.kalkriese-varusschlacht.de/index.html (rev. 17.05.2024).

ONKEN, Björn. Der Hermannsmythos in deutschen Schulbüchern von 1800 bis 2000, in: BERNHARD, Roland et al. (eds.). *Mythen in deutschsprachigen Geschichtsschulbüchern*. Göttingen: V&R unipress, 2017, 59–90.

PFEILSCHIFTER, Rene. Nekrolog Dieter Timpe (1931–2021), *Historische Zeitschrift*. Berlin: De Gruyter, 315, 2022, 385–394.

PUSCHNER, Uwe. Die Germanenideologie im Kontext der völkischen Weltanschauung. *Göttinger Forum für Altertumswissenschaft*. Heidelberg: Propylaeum, 4, 2001, 85–97.

ROHLFES, Joachim. Geschichtsunterricht und Geschichtsdidaktik von den 50er bis zu den 80er Jahren. In: VERBAND DER GESCHICHTSLEHRER DEUTSCHLANDS (ed.). *Geschichtsunterricht und Geschichtsdidaktik vom Kaiserreich bis zur Gegenwart: Festschrift des Verbandes der Geschichtslehrer Deutschlands zum 75jährigen Bestehen*. Stuttgart: Klett, 1988, 154–170.

RÜSEN, Jörn. Das ideale Schulbuch. Überlegungen zum Leitmedium des Geschichtsunterrichts. *Internationale Schulbuchforschung*. Hannover: Hahnsche Buchhandlung, 14, 1992, 237–250.

RÜTTGERS, Jürgen. Grußwort. In: LWL-RÖMERMUSEUM IN HALTERN AM SEE, 2009, 14.

SAMBLEBE, Karin W. F. Nationaler Mythos in Westernmanier: Figurenkonzeption als Authentizitätsstrategie in Harald Reinls *Die Nibelungen* (1966). In: MEIER, Mischa; SLANICKA, Simona (eds.). *Antike und Mittelalter im Film: Konstruktion – Dokumentation – Projektion*. Cologne: Böhlau, 2007, 283–299.

SANDKÜHLER, Thomas. Die Geschichtsdidaktik der Väter: Zur Kulturgeschichte der 70er Jahre. In: WILDT, Michael (ed.). *Geschichte denken: Perspektiven auf die Geschichtsschreibung heute*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2014, 260–279.

SANDKÜHLER, Thomas et al. (eds.). *Geschichtsunterricht im 21. Jahrhundert: Eine geschichtsdidaktische Standortbestimmung*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2018.

SCHMAUDER, Michael; WEMHOFF, Matthias. Vorwort. In: UELSBERG, Gabriele; WEMHOFF, Matthias (eds.). *Germanen. Eine archäologische Bestandsaufnahme*. Darmstadt: wbg Theiss, 2020, 14–17.

SCHULTE, Rolf; STELLO, Benjamin (eds.). *Buchners Kolleg Geschichte. Ausgabe für Schleswig-Holstein. Qualifikationsphase*. Bamberg: C.C. Buchner, 2017.

SEIBT, Oliver et al. (eds.). *Made in Germany: Studies in Popular Music*. London: Routledge, 2021.

SÉNÉCHEAU, Miriam. Die Germanen sind wieder da: Archäologische, didaktische und gesellschaftspolitische Perspektiven auf ein altes Thema in neuen Lehrwerken. *Archäologische Informationen*. Kerpen-Loogh: Verlag Deutsche Gesellschaft für Ur- und Frühgeschichte, 35, 2012, 219–234.

SIEVERTSEN, Dirk. Zur Darstellung der Germanen in den Schulbüchern zwischen 1900 und 1945. In: WIEGELS, Rainer; WELKER, Karl H. L. (eds.). *Verschlungene Pfade: Neuzeitliche Wege zur Antike*. Rahden/Westf.: Marie Leidorf, 2011, 83–167.

SIEVERTSEN, Dirk. *Die Deutschen und ihre Germanen. Germanendarstellungen in Schulgeschichtsbüchern von 1871 bis 1945*. Rahden/Westf.: Marie Leidorf, 2013.

STEFFENSEN, Nils. Von Hermann zu Zwermann: Arminius im problemorientierten Geschichtsunterricht. In: *Varus-Kurier*. Georgsmarienhütte: Varus-Gesellschaft, 25, 2023, 28–36.

STERN, Tom. Archäologiefilme als Propagandainstrument der NS-Diktatur: Eine Auswahl. In: BECK, Erik; TIMM, Arne (eds.). *Mythos Germanien: Das nationalsozialistische Germanenbild in Schulunterricht und Alltag der NS-Zeit.* Dortmund: Westfälisches Schulmuseum, 2015, 74–83.

STEUER, Ingo (ed.). *Zur Geschichte der Gleichung „germanisch – deutsch": Sprache und Namen, Geschichte und Institutionen*. Berlin: De Gruyter, 2004.

TIMPE, Dieter. *Arminius-Studien*. Heidelberg: Winter, 1970.

TIMPE, Dieter. Geographische Faktoren und politische Entscheidungen in der Geschichte der Varuszeit. In: WIEGELS, Rainer; WOESLER, Winfried (ed). *Arminius und die Varusschlacht: Geschichte – Mythos – Literatur*. Paderborn: Schöningh, 1995, 13–27.

TIMPE, Dieter. Die Schlacht im Teutoburger Wald: Geschichte, Tradition, Mythos. In: SCHLÜTER, Wolfgang; WIEGELS, Rainer (eds.). *Rom, Germanien und die Ausgrabungen von Kalkriese*. Osnabrück: Universitätsverlag Rasch, 1999, 717–737.

VAN LAAK, Lothar. „Ihr kennt die deutsche Seele nicht": Geschichtskonzeption und filmischer Mythos in Fritz Langs *Nibelungen*. In: MEIER, Mischa; SLANICKA, Simona (eds.). *Antike und Mittelalter im Film: Konstruktion – Dokumentation – Projektion.* Cologne: Böhlau, 2007, 267–82.

VARUSSCHLACHT IM OSNABRÜCKER LAND GMBH – MUSEUM UND PARK KALKRIESE (ed.). *Varusschlacht im Osnabrücker Land: Museum und Park Kalkriese*. Mainz: Philipp von Zabern, 2009, 222–231.

VIEREGGE, Elmar. 2000 Jahre Varusschlacht: Welche Bedeutung hat Arminius für den Rechtsextremismus? In: MÖLLERS, Martin H. W.; VAN OOYEN,

Robert Chr. (eds.). *Jahrbuch Öffentliche Sicherheit 2010/2011*. Frankfurt a.M.: Verlag für Polizeiwissenschaft, 2011, 165–172.

VÖLKER, Cornelius et al. Monumental, magisch, maßlos: *Deutschland im Jahr 9! Die Hermannschlacht*, der Spielfilm. *Grabbe-Jahrbuch.* Bielefeld: Aisthesis, 15, 1996, 38–47.

VON GOLDENDACH, Walter; MINOW, Hans-Rüdiger. *„Deutschtum erwache!": Aus dem Innenleben des staatlichen Pangermanismus.* Berlin: Dietz, 1994.

VON SEE, Klaus. *Barbar, Germane, Arier: Die Suche nach der Identität der Deutschen*. Heidelberg: Winter, 1994.

VON SEE, Klaus. *Freiheit und Gemeinschaft. Völkisch-nationales Denken in Deutschland zwischen Französischer Revolution und Erstem Weltkrieg*. Heidelberg: Winter, 2001.

WENSKUS, Reinhard. *Stammesbildung und Verfassung: Das Werden der frühmittelalterlichen gentes*. Köln: Böhlau, 1961.

WIEGELS, Rainer. Vorwort. In: Idem (ed.). *Die Varusschlacht: Wendepunkt der Geschichte?* Stuttgart: Theiss, 2007, 7.

WIEGELS, Rainer. Der Ort der „Schlacht im Teutoburger Wald" in der historischen Erinnerung In: Idem; WELKER, Karl H. L. (eds.). *Verschlungene Pfade: Neuzeitliche Wege zur Antike*. Rahden/Westf.: Marie Leidorf, 2011, 25–42.

WINKLER, Martin M. From Roman History to German Nationalism: Arminius and Varus in *Die Hermannschlacht* (1924). In: MICHELAKIS, Pantelis; WYKE, Maria (eds.). *The Ancient World in Silent Cinema*. Cambridge: CUP, 2013, 297–312.

WINKLER, Martin M. *Arminius the Liberator: Myth and Ideology*. Oxford: OUP, 2016.

WIWJORRA, Ingo. *Der Germanenmythos: Konstruktion einer Weltanschauung in der Altertumsforschung des 19. Jahrhunderts*. Darmstadt: WBG, 2006.

WOLTERS, Reinhard. *Die Römer in Germanien*. Fifth Edition. München: C.H. Beck, 2006.

ZECHNER, Johannes. *„Ewiger Wald und ewiges Volk": Die Ideologisierung des deutschen Waldes im Nationalsozialismus.* Freising: Trepl, 2006.

Recebido: 31 de julho de 2024 | Aceito: 27 de setembro de 2024

A RECEÇÃO DA FIGURA DE VIRIATO NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO: ENTRE AS ARTES E AS LETRAS (UM PRIMEIRO TENTÂME)

Ana Cristina Martins[1]

Resumo

Viriato, que terá enfrentado a expansão de Roma na Hispânia, em meados do séc. II a. C., está presente em diferentes tipologias narrativas de construção identitária e nacionalista, tanto em Espanha, quanto em Portugal. Utilização que se torna particularmente evidente a partir do século XIX e, no caso português, com especial clareza durante o regime do 'Estado Novo' (1926/1933-1974), circunstância que foi já analisada em contexto académico (Guerra; Fabião, 1992).

Centraremos, no entanto, o nosso olhar na representação de Viriato em artes visuais e, sobretudo, de palco, entre finais do séc. XX e inícios do XXI, embora sem desmerecer determinadas obras, nomeadamente literárias, expandindo o primeiro ensaio realizado neste âmbito (Guerra; Fabião, 1998), de modo a encontrar um hipotético modelo iconográfico e narrativo, escrutinando a sua origem, objetivos e consequências. Análise que permaneceria truncada se não contemplássemos a utilização desta figura em contexto popular e espaço público, o que pretendemos de igual modo concretizar, mesmo que de forma ainda sumária.

Palavras-chave

Viriato; Portugal Contemporâneo; Nacionalismo; Artes; Literatura.

[1] Investigadora – IHC – Polo Universidade de Évora/IN2PAST, Évora, Portugal. E-mail: acmartins@uevora.pt

Abstract

Viriathus, who resisted the expansion of Rome in Hispania in the middle of the 2nd century BCE, appears in several identity and nationalist construction narrative typologies in Spain and Portugal. The use of this historical figure becomes particularly evident from the 19th century onward and, in Portugal, with exceptional clarity during the 'Estado Novo' regime (1926/1933-1974), a circumstance that has been analyzed in academia (Guerra; Fabião, 1992).

We will focus, however, on the representation of Viriathus in the visual arts and especially on stage from the end of the 20th to the early 21st centuries without detracting from specific works (especially literary ones), further expanding the first essay carried out in this context (Guerra; Fabião, 1998) to find a hypothetical iconographic and narrative model and scrutinize its origin, objectives, and consequences. Such an analysis would remain truncated if we failed to contemplate this figure in a popular context and public spaces, which we also intend to achieve, even if only tentatively.

Keywords

Viriathus; Contemporary Portugal; Nationalism; Arts; Literature.

"O que os deuses ditarem para o seu povo hoje, será a raça que forjamos para o amanhã" (Viriato no filme *Viriato*, 2019).

1. Alguns contextos prévios

Viriato (*Lusitânia*). Jugurta (*Numídia*). Vercingetorix (*Gália*). Arminius (*Germânia*). Decébalo (*Dácia*) Boudica (Britânia), entre outros.

São estes alguns nomes de quem, combatendo a presença romana, fica na história como figuras heróicas, para uns, e bárbaras, para outros. Nomes que se distinguem pelo modo como lutam corajosamente contra Roma e pelo fim trágico que os une (Matyszak, 2013).

Viriato é um deles.

Associada à resistência de indígenas contra os romanos, a figura de Viriato é utilizada amiúde como representação de uma vontade independentista face a projetos hegemónicos que marcam algumas páginas daquela que será a história de Portugal. Assim sucede no nosso país, como ocorre noutros territórios unidos pelo imperativo da Roma Imperial, embora os movimentos renascentista e humanista façam prevalecer o apreço pela romanidade [2]. Particularidade comungada por distintas geografias e realidades culturais que fascinam a intelectualidade europeia ao longo dos tempos. Enlevo alimentado, num primeiro momento, durante a "Monarquía dual" (1580-1640), como se apreende da leitura da *Monarchia lusitana* (1597-1609), do monge, escritor e historiador Frei Bernardo de Brito (1569-1617), e numa obra mais tardia, no poema épico *Viriato Trágico em Poema Heroico* (Coimbra, 1699), do militar, poeta e escritor Braz Garcia de Mascarenhas (1596-1656).

Mais de um século volvido, assistimos a uma visão romantizada, lírica e epopeica de Viriato como pastor, inspirada no *beau sauvage* Setecentista ou no "bom pastor" bíblico, cristão, em contraponto à decadência moral e política imputada ao regime absolutista equiparado à Roma imperial (Lens Tuero, 1994; Sánchez Moreno, 2002: 25). Sentimento suscitado numa Europa assolada por tropas napoleónicas contra as quais se erguem vontades unidas em nome de identidades comuns. Não surpreende, por isso, que figuras, como a de Viriato, centralizem narrativas históricas em

[2] Em Portugal, destacamos o exemplo do frade dominicano e humanista compaginado com a sua época, André de Resende (1498-1573), ao enaltecer a presença romana em território português, em especial na região de Évora, cidade que o vê nascer e falecer (Resende, 1996).

geografias carecidas de legimitação político-administrativa, embora o cenário português pareça prescindir deste expediente quando comparado a realidades coevas, apesar da devastação causada pelas invasões francesas. Razão possivelmente pela qual, por exemplo, a atividade arqueológica é integrada tão tardiamente na esfera académica portuguesa, o mesmo sucedendo com os demais recursos já existentes noutros países no quadro da preservação monumental. Nada, porém, que impeça, na totalidade, de Viriato e Sertório se tornarem importantes figuras tutelares durante a Guerra Peninsular (1807-1814), assim como referenciais para a união entre a realeza e a aristocracia de Corte (Vlachou, 2008).

Entretanto, poderá ser algo inesperada a posição do escritor, poeta e historiador Almeida Garrett (1799-1954). Em 1845, dedica à figura do líder lusitano os poemas *A caverna de Viriato*[3] e *A sombra de Viriato*, contidos na sua obra *Flores sem fruto*[4]. Exaltando-o como libertador da agreste Lusitânia, aproveita para criticar a atualidade política nacional Oitocentista na seguinte passagem da estrofe VII do primeiro: "Que a defender a pátria e a liberdade // Nesses tempos bastavam // De honra e lealdade".

Portugal enfrenta um longo e desafiante período agravado pela independência do Brasil e as lutas liberais que provocam profundas feridas no tecido social ecoantes até aos nossos dias. Delas resulta a vitória da monarquia constitucional liderada por uma figura carismática e intrépida - qual Viriato -, que, entre outros aspetos, procura harmonizar o território e a política interna mediante a construção paulatina e tardia, quando cotejada a outras situações ocidentais, de um império. Neste âmbito, A. Garrett, como expectável pela sua formação, reproduz ideias e ideais clássicos, como os de liberdade e patriotismo. Nada, todavia, que obste ao clima inquietante gerado pela necessidade de coexistência, nem sempre evidente e pacífica, entre o princípio da individualidade exaltada pelo Liberalismo, por um lado, e o Catolicismo presente na formação e educação, por outro; entre uma ordem política e um sistema político

[3] Ainda no exílio londrino, A. Garrett escreve e publica, em 1825, nas páginas de *O Popular, jornal político, literário e comercial*, editado em Londres, a poesia *Caverna de Viriato, canção*, num contexto político muito particular que assola Portugal - as lutas liberais -, razão do seu desterro na capital inglesa.

[4] Titulação similar que reencontramos noutras publicações, a mais conhecida das quais será *Les Fleurs du mal* do poeta francês Charles Baudelaire (1821-1867), considerado um marco da poesia moderna e simbolista, gerada, na sua maioria, entre as décadas de 40 e de 50, e publicada em 1857. Antes disso, o teólogo, académico, escritor, poeta e cardeal católico inglês John Henry Newman (1801-1890), publicara, em 1833, *Flowers Without Fruit*, refletindo os valores vitorianos de contenção e a maior relevância das ações sobre as emoções.

liberais, de um lado, e uma religiosidade proeminentemente católica, de outro.

De formação clássica, na qual o respeito pelas antiguidades clássicas se sobrepõe ainda à nutrida pelas nacionais, reforçada pelo movimento neoclássico, a escolha de *A caverna* para o primeiro dos poemas consagrados a Viriato poderá remeter para a alegoria de "O mito da caverna" retirada de "A República" de Platão.

Desde este possível ângulo de abordagem, A. Garrett parece reiterar o papel do líder no processo de construção de uma nova realidade, esclarecendo, catalizando, organizando, liderando e sacrificando a sua liberdade em nome de um projeto maior: a comunidade. Além disso, a caverna é um símbolo universal de origem e iniciação através do (re)nascimento, tão utilizado pela Maçonaria na qual A. Garret é iniciado c. de 1817 adoptando o nome do romano Quinto Múcio Cévola (140–82 a.C), considerado um dos mais importantes juristas do seu tempo.

Putativas interpretações que se confirmarão ao relermos o segundo poema *A sombra de Viriato*.

Remetendo-nos para as sombras projetadas no interior da caverna platónica, A. Garrett alerta para o perigo de ideias deturpadas e preconceituosas e a indispensabilidade do conhecimento verdadeiro existente no seu exterior. Acepção tanto mais interessante quando atendemos à epígrafe escolhida pelo autor: "Yet came there the morrow, // That shines out, at last [, in] the longest dark night." ['No entanto, chegou o dia seguinte, // Que brilha, por fim, na mais longa noite escura.'], lavrada pelo escritor, poeta e político irlandês Thomas Moore (1779-1852), autor de composições de sucesso adotadas por nacionalistas conterrâneos que A. Garret conhece bem pelo menos desde o seu exílio em Londres, em meados dos anos 20.

Trata-se, em todo o caso, de uma hipotética filiação dos portugueses contemporâneos na lusitaneidade que é contraditada por autores como o historiador e político Joaquim P. de Oliveira Martins (1845-1894), para ser recuperada por vários outros, a exemplo do poeta e escritor Fernando Pessoa (1888-1935), com o poema *Viriato* incluído na obra *Mensagem* (Pessoa, 1934)[5], cuja terceira estrofe relembra a epígrafe escolhida por

[5] "Se a alma que sente e faz conhece // Só porque lembra o que esqueceu, // Vivemos, raça, porque houvesse //Memória em nós do instinto teu. // Nação porque reencarnaste, // Povo porque ressuscitou // ou tu, ou o de que eras a haste - // Assim

Almeida Garrett para o seu próprio poema (*vide supra*). Com efeito, a *antemanhã* pessoana mais não será do que Viriato a renascer esperançoso e redentor da *caverna*.

De qualquer dos modos, entende-se assim melhor que, em 1992, dois latinistas e arqueólogos clássicos, Amílcar Guerra e Carlos Fabião, investigadores e docentes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dêem à estampa o artigo 'Viriato: genealogia de um mito'. Titulação deveras sugestiva assim como enquadrável na linha de análise desdobrada na historiografia da arqueologia da escola anglo-saxónica sob influência do ângulo de abordagem do passado da ciência arqueológica definido pelo antropólogo e arqueólogo canadiano Bruce G. Trigger (1937-2006).

Afastando-se dos estudos tradicionais neste âmbito, mais associados à listagem de nomes, espaços e projetos, Guerra e Fabião procuram entender o interesse por Viriato no seu espaço e no seu tempo, contextualizando as narrativas que sobre ele são construídas de acordo com determinadas agendas prevalentes.

E não deixa de ser sintomático que escolham, para epígrafe do seu artigo, um excerto da obra épica de Luiz Vaz de Camões, cujos 500 anos de nascimento celebramos em 2024: "Deixo, Deuses, atrás a fama antiga // Que co a gente de Rómulo alcançaram, // Quando com Viriato, na inimiga // Guerra Romana, tanto se afamaram […]." (Camões *apud* Guerra; Fabião, 1992: 9). Tanto mais significativo nos surge esta circunstância quando o momento vivido em Portugal e no resto da Europa no início dos anos 90 parece demandar figuras como a de Viriato.

Num misto de euforia, intrepidez, perplexidade, esperança e cautela, assiste-se à queda do Muro de Berlim e com ela ao início de uma nova era que se pretende melhor, robustecida pelo desenvolvimento dos territórios que se unem à (então ainda) CEE - Comunidade Económica Europeia. Portugal é um destes casos, aderindo em junho de 1985. Não obstante as aparentes vantagens económicas da sua entrada nesta organização, multiplicam-se vozes contrárias e, sobretudo, receosas de que a nova condição do país abale, esbata, mitigue ou elimine a sua identidade composta de múltiplas particularidades plasmadas no modo de ser, estar e fazer das suas gentes. Compreende-se assim que o premiado cineasta

---

se Portugal formou. // Teu ser é como aquela fria // Luz que precede a madrugada, // E é já o ir a haver o dia //Na antemanhã, confuso nada". https://www.gutenberg.org/files/32528/32528-h/32528-h.htm

Manoel de Oliveira (1908-2015) realize 'Non ou a Vã Glória de Mandar' (1990)[6], percorrendo memórias de guerras devastadoras para o país, desde a resistência de Viriato ao desastre africano. No ano seguinte, é a vez da companhia teatral 'O Bando' levar à cena a peça 'Viviriato'[7] baseada na obra de Braz Garcia de Mascarenhas (*vide supra*), numa crítica contundente às raízes e natureza do belicismo num momento (1991) em que se assiste à invasão da Croácia por forças federais da antiga Jugoslávia.

Este é, pois, o pano de fundo que permite entender melhor a recuperação do 'Astérix da Lusitânia', Viriato. Figura que, na realidade, se encontra desde há muito no imaginário coletivo português.

2. Viriato na produção erudita portuguesa: uma sinopse

Não é, contudo, apenas Viriato que é recuperado de quando em vez por determinadas agendas, mormente nacionalistas, a exemplo do que sucede com Arminius, elevado a herói nacional durante a unificação da Alemanha em finais de Oitocentos e associado à construção do projeto hegemónico nacional-socialista[8].

Não entrando na problemática da caraterização dos lusitanos, sua origem e área de influência geográfica, e identificação com os 'portugueses', trabalhada por autoridades nesta matéria (Guerra; Fabião, 1992; 1998), sublinhamos que "É verdadeiramente quando a independência nacional periga e os sentimentos patrióticos se impõem como imperativo de cidadania que os vetustos «antepassados» são invocados" (Guerra; Fabião, 1992: 17).

É o que sucede com Viriato.

Desde logo, com o já referido Braz Garcia de Mascarenhas, acérrimo defensor da restauração monárquica portuguesa, em *Viriato Tragico*, fazendo coincidir lusitanos e portugueses, território da Lusitânia e Reino de Portugal.

Filiação negada com firmeza já em pleno século XIX, por mão do escritor, historiador e jornalista Alexandre Herculano (1810-1877), numa posição

[6] 'Non', ou A Vã Glória de Mandar (1990) [Trailer] (youtube.com).
[7] Viviriato (1991) - Teatro O Bando.
[8] Sobre este assunto, *vide*, neste mesmo dossier, o artigo de Martin Lindner e Nils Steffensen 'Germanic Migrations – Reception and Self-perception in the Federal Republic of Germany'.

seguida até inícios da centúria imediata, mormente em manuais escolares (Guerra; Fabião, 1992: 18), enquanto se mergulha no romantismo literário influenciado pelo revivalismo medieval que povoa o imaginário coletivo de cavaleiros combatendo denodadamente a presença moura, ou seja, a presença estranha ao território. Ademais, a Europa de Oitocentos é pautada por contextos histórico-culturais que criam condições justificativas de um novo olhar lançado sobre textos clássicos e reabiltação de figuras e episódios históricos que tivessem concorrido para a construção das presumidas nacionalidades, seu engrandecimento e perpetuação.

Existem, é certo, exceções ao discurso ainda dominante acerca da filiação entre lusitanos e portugueses. José Leite de Vasconcelos (1858-1941) é uma das mais notórias ao reinvindicar a filiação entre ambos no primeiro volume de *Religiões da Lusitânia na parte que principalmente se refere a Portugal* (Lisboa, 1897). O contexto, todavia, da sua publicação clarificará um pouco melhor este posicionamento. Com efeito, Portugal, em geral, e Lisboa, de modo particular, encontra-se em vésperas de celebrar o IV Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia ainda no rescaldo do terramoto político, económico, cultural e mental provocado pelo 'Ultimato britânico' (1890) lançado contra as pretensões portuguesas em África (Campos, 1990).

Entretanto, a tradução portuguesa de *Viriato* do arqueólogo, historiador e filólogo alemão Adolf Schulten (1870-1960) é publicada em 1927 e prefaciada pelo médico, antropólogo físico, pré-historiador e professor universitário A. A. Mendes Correia (1888-1960), numa fase em que Espanha procura apropriar-se da figura de Viriato como herói nacional, Portugal reforça o regime militar ditatorial conducente ao 'Estado Novo' (1926/1933-1974) e intitula de *Viriatos* a brigada de portugueses combatendo ao lado das tropas franquistas na Guerra Civil de Espanha (1936-1939), robustecendo, também assim, o caráter castrense desta filiação histórica. Caráter que é recuperado em 1961 com a "Operação Viriato", militar, numa Angola já mergulhada na guerra colonial (1961-1974).

Viriato torna-se, neste ocasião, *a* representação do guerreiro forjado na paisagem agreste da região onde se insere a Serra da Estrela que insta à unidade para sobrevivência do grupo. Imagética fortalecida e apropriada como figura central da mitología nacional (Pastor Muñoz, 2006) pelo próprio estadista António de Oliveira Salazar (1889-1970), cuja personalidade se forjara nas suas faldas que o viram nascer. É também revigorada em 1940 por ocasião das comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal (1140 e 1640).

Circunstância particularmente evidente durante a inauguração, em Viseu, neste mesmo ano, da estátua de Viriato, da autoria do escultor e medalhista espanhol Mariano Benlliure (1862-1947) e o discurso do etnógrafo e escritor Jaime Lopes Dias (1890-1977) sobrelevando *o nosso querido Portugal: livre, independente e imortal* (Dias, 1953: 14).

Mas como conciliar a resistência à conquista romana e a exaltação dos benefícios da cultura clássica, como assinalam com pertinência A. Guerra e C. Fabião, sobretudo em contexto de guerra colonial portuguesa (Guerra; Fabião, 1992: 21)? Como, de facto, harmonizar interesses imperialistas e vontades independentistas, numa altura em que a historiografia tende a escrutinar cada vez mais todas as tipologias de actores da história? Na verdade, não surpreende que a diminuição gradual da presença, em manuais escolares, da figura construída de Viriato "guerrilheiro" liderando o seu povo na luta contra o ocupante coincida, precisamente, com a condução da guerra colonial. Outros dois factores estarão, no entanto, na base desta evidência, de acordo com estes mesmos autores: o desenvolvimento da própria investigação histórica e a evolução das perspetivas pedagógicas definidas para o ensino básico que começam a retirar espaço à História (Guerra; Fabião, 1992: 22).

Parece-nos, todavia, existirem outras justificações.

Considerando que o gradual afastamento dos feitos lusitanos chefiados por Viriato parece ocorrer sobretudo já em finais da década de 60, suprimindo-se as suas referências desde 1968 (Guerra; Fabião, 1992: 22), colocamos outra hipótese a somar às demais.

Com efeito, é exactamente neste último ano que, na sequência dos tumultos gerados pelo maio de 68 em Paris, têm lugar manifestações estudantis na Universidade de Lisboa, culminando, no ano seguinte, na de Coimbra. Antes disto, porém, registara-se uma certa coincidência temporal entre a definição, na revisão constitucional de 1951, da nova divisão administrativa dos territórios extra-europeus portugueses que passaram de colónias a províncias ultramarinas, abolindo assim o conceito de 'Império Colonial Português' na esteira das pressões internacionais que vêm sendo colocadas sobre o regime do 'Estado Novo', e a publicação de *Viriato: capitão da Lusitânia* (1954), do militar e deputado à Assembleia Nacional, Alfredo Pereira da Conceição (1911-1972).

3. Viriato na iconografia em Portugal na viragem para o séc. XXI: a construção de uma memória imagética colectiva

De um modo geral, a representação de Viriato é assaz estereotipada, revestida de arquétipos ideológicos retirados das fontes greco-latinas e transmudada em mito nacional modelado em artes e letras. Neste sentido, pouco ou nada divergirá do tipo de reprodução encontrada para outras figuras que, combatendo também a presença romana, são de igual modo elevadas a mitos nacionais, como as enunciadas no início deste nosso pequeno e primeira aproximação ao tema (*vide supra*).

Na verdade, e recorrendo, uma vez mais, a A. Guerra, ficamos a saber que, entre outras situações, "Viriato como marca essencial do "génio português", encontra-se no arco da rua Augusta." (Guerra, 2023), ali colocado mais de um século após a sua conceção original, convivendo com a representação escultórica de Nuno Álvares Pereira (1360-1431), Vasco da Gama (1460/69-1524) e Marquês de Pombal (1699-1782), num tentâme de sintetizar páginas consideradas, à época, fundamentais da história do território. Decisão tomada apesar dos acesos debates mantidos em torno do que se entende ou pretende ser a origem do povo português e da oposição de pareceres emanados da Real Academia das Ciências de Lisboa (Guerra, 1992; 2023), pois "Viriato constitue um alimento essencial do nacionalismo dominante" (*Ibid*), ligado, deste modo, à figura do dirigente que todos agrupa e orienta.

Não é, seguramente, a primeira representação não literária de Viriato. Nem tão pouco será a última.

Em abril de 1799, por exemplo, o pintor português Francisco Vieira Portuense (1765-1805), residindo em Londres há alguns anos, após deixar Itália, é incentivado pelo embaixador português D. João de Almeida e Mello e Castro (1756-1814) a expôr na *Exhibition* da *Royal Academy of Arts* (RAA) a obra *Juramento de Viriato*, de inspiração pré-romântica de pendor nacionalista,posteriormente oferecida ao Príncipe Regente Dom João (1767-1826) que a coloca no Palácio da Ajuda, em Lisboa, antes de a fazer transportar para o Brasil com a restante Corte Portuguesa, em 1807, onde se terá perdido. Ainda assim, dela remanesce a gravura efetuada por Francesco Bartolozzi (1727-1815), cofundador da *Royal Academy of Arts* (Londres, 1768) e figura destacada do meio artístico londrino (Gomes, 1995: 87), datada do ano seguinte, com quem Vieira Portuense trava conhecimento na capital inglesa.

Com o número 300, esta obra, incluída no catálogo publicado pela RAA no mesmo ano, apresenta-se descrita com inesperado detalhe, possivelmente pelo desconhecimento generalizado do tema e, até mesmo, do seu autor:

> Viriato, chief of the Lusitanians, exhorts his companions to take vengeance for the perfidy of Galba, who, under the cover of a deceitful reconciliation, orders the Lusitanians, who with confidence had presented themselves unarmed to negotiate a treaty of peace, to be unmercifully butchered; and at the fight of the dead corps of the men, women, and children were slain, Viriato swears, by putting his hand, and those of his companions, in the wounds of the virgins yet palpitating, that they will not lay down their arms until they are revenged on the cruel invaders of their country, and the perfidious enemy of the human race (*Royal Academy of Arts*, 1799: 13).

O mesmo título é, ademais, aplicado noutras obras, nomeadamente de autores portugueses coetâneos. É o caso da assinada pelo pintor, colecionador e professor de desenho na Academia Real de Marinha e Comércio da Cidade do Porto (1803-1837), José Teixeira Barreto (1763-1810), executada entre finais de Setecentos e princípios de Oitocentos, e incorporada nas coleções do Museu Nacional Soares dos Reis (Porto).

Aqui, não podemos deixar de constatar como o tema do 'Juramento' conquista uma expressão saliente neste período finissecular, em antevésperas da Revolução Francesa (1789), inspirando uma das obras que seguramente mais influencia outras nesta conjuntura. Referimo-nos à pintura *Le Serment des Horaces* (1784) do francês Jacques-Louis David (1748-1825), patente ao público no *Musée du Louvre*, simbolizando o princípio do sacrifício pessoal em nome do bem geral, especialmente da pátria. Temática revigorada ao longo das campanhas napoleónicas, contribuindo para a construção visual de mitos nacionais que acabam por protagonizar a produção artística de recorte histórico, de linguagem estética neoclássica e romântica.

Entretanto, no meio tempo que decorre entre o projeto inicial e a concretização do já mencionado Arco da Rua Augusta (*vide supra*), conhece-se, pelo menos, mais uma obra que incorpora a figura de Viriato.

Trata-se do baixo-relevo, em gesso, intitulado – uma vez mais -, *Juramento de Viriato*, de Francisco de Paula Araújo Cerqueira (1808-1855), executado e apresentado por ocasião da Exposição da Academia das Bellas-Artes de Lisboa, em 1843. Com desenho do pintor Tomás José da Anunciação (1818-1879), a peça é supervisionada pelo pintor, ilustrador e encenador António Manuel da Fonseca (1796-1890) e gravada pelo pintor António Tomás da Fonseca (1822-1894) (Duarte, 2015: 261, 267). Pertence ao acervo artístico da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa e, em 2014, integra a

exposição temporária "Almeida Garrett – a Viagem e o Património", evocativa dos 160 anos da morte deste intelectual, patente ao público no Panteão Nacional, em Lisboa.

Muitos anos decorrem e assiste-se ao último grande romance histórico escrito em torno da figura de Viriato. Da autoria do jornalista e escritor João Aguiar (1943-2010), intitula-se *A voz dos deuses. Memórias de um companheiro de Viriato* e é publicado em 1984.

Ano e título deveras interessantes. Portugal recorrera à ajuda e intervenção do FMI - Fundo Monetário Internacional no ano anterior e encontra-se a um ano de entrar para a (então) CEE. Neste contexto, o feito de Viriato suge como missão divina contada por um narrador homodiegético, numa altura em que o romance histórico se torna particularmente presente na produção literária no país, com destaque para a biografia ficcionada. Ficção que, nas palavras do próprio autor, será mais credível do que os dados colhidos pelo leitor em textos da especialidade, não obstante assistir-se ao esforço de descentralização da investigação arqueológica que beneficia o estudo de fenómenos históricos autóctones:

> estou sinceramente persuadido de que o Viriato que os leitores encontrarão nestas páginas está mais próximo do Viriato histórico e verdadeiro que a tradicional imagem do rude pastor dos Hermínios bravamente entrincheirado na sua Cava, em Viseu; mesmo porque Viriato não nasceu nos Hermínios (ou seja, a serra da Estrela) e a Cava é uma fortificação que nada tem a ver com o chefe lusitano (Aguiar, 1985: 7).

O romance torna-se rapidamente um sucesso, evidenciado pelas sucessivas edições esgotadas, pelo estilo de escrita que prende o leitor desde a primeira à última página e pelo rigor histórico que lhe é reconhecido, fundamentado em dados recolhidos em documentação antiga e recentes estudos arqueológicos. Ainda assim, lembremos que as primeiras grandes sínteses têm lugar em finais da década seguinte, com as exposições temporárias organizadas no Museu Nacional de Arqueologia com os respetivos catálogos de referência ainda nos nossos dias: *De Ulisses a* Viriato*. O primeiro milénio a.C.* (1996) e *Por Terras de Viriato. Arqueologia da Região de Viseu* (2000).

O êxito alcançado pela obra de J. Aguiar justificará a sua adaptação ao palco.

É o que acontece no Verão de 1999 quando o actor, encenador e diretor do grupo de teatro 'Fatias de Cá' (Tomar; Ribatejo, 1979), Carlos Carvalheiro (1955-), estreia o espectáculo *Viriato* no âmbito da 'Festa do Rio e das Aldeias, do concelho de Vila Nova da Barquinha, no cenário natural e

idílico do Castelo de Almourol', erguido a norte de uma pequena ilha situada a meio do rio Tejo[9]. Repetido em Conimbriga no quadro dos 'Encontros de Teatro de Tema Clássico Conimbriga-Aeminium-Sellium' (Ferreira, 1999), o espectáculo tem várias edições até 2021, decorrendo as duas ulteriores (2022 e 2023) na praça de touros de Tomar. A acção tem lugar ao entardecer para conferir maior carga dramática à narrativa e nele participando dezenas de actores, figurantes e o próprio público que é convidado de honra do banquete do casamento de Viriato.

Interessante que, no início do Outono deste mesmo ano de 1999, a peça *Enclave* é levada à cena pelo Teatro Regional da Serra do Montemuro no Teatro da Comuna (Lisboa). Encenada por Steve Johnstone, o texto é da responsabilidade do encenador e dramaturgo Peter Cann (1955-) e da actriz Thérèse Collins, ambos britânicos. Inspirada nas lendas de Viriato e do anglo-saxão Eadric *The Wild*, a peça versa sobre um país ocupado por um poder estrangeiro onde perdura uma região que ainda lhe resiste, qual aldeia gaulesa de Astérix. Recordemos que 1999 é um ano particularmente importante para a consolidação do projeto europeu, com o início da terceira fase da UEM - União Económica e Monetária, a realização das eleições parlamentares europeias, assim como das primeiras sessões do novo Parlamento da Escócia e da Assembleia Nacional de Gales. A natureza identitária e nacionalista do texto é, por seguinte, evidente.

Retomando *A voz dos deuses* (*vide supra*), o sucesso obtido justifica nova adaptação ao teatro.

Desta feita, estamos em 2003 e a iniciativa parte do advogado, professor universitário, político e presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Diogo Freitas do Amaral (1941-2019), com o título *Viriato: peça em três actos*. Levada à cena no Teatro da Trindade, em Lisboa, neste mesmo ano, pelo encenador Jorge Fraga, trata-se de "Um espectáculo em que o universo da política é, novamente, o da facada nas costas"[10], optando por uma cenografia que remete o espectador para a forma do monumento a Viriato, em Viseu[11].

O mote da peça revela-se assaz pertinente. Três anos após a entrada na moeda única, Portugal sujeita-se a novas regras orçamentais impostas pelas instituições europeias, limitando o défice orçamental a uma

[9] VILA NOVA DA BARQUINHA – Teatro "Viriato" em Almourol | Rádio Hertz (radiohertz.pt).
[10] 'ESPERO UM GRANDE ÊXITO' - Cultura - Correio da Manhã (cmjornal.pt).
[11] Jorge Fraga – RTP Arquivos.

determinada percentagem do PIB – Produto Interno Bruto. A estrutura das contas públicas é, no entanto, incompatível com a meta definida. Contexto que contribui para a derrota do PS – Partido Socialista nas eleições autárquicas de dezembro de 2001 e a sequente demissão do primeiro-ministro António Guterres (1949-) por falta de condições políticas essenciais para evitar a derrocada das finanças públicas do país. Situação penosa reconhecida pelo XV Governo Constitucional de Portugal liderado por José M. Durão Barroso (1956-). Portugal vive uma profunda recessão económica e Freitas do Amaral, que apoiara a sua candidatura, desilude-se com o seu desempenho e o apoio que concede, no início de 2003, à invasão do Iraque pelos Estados Unidos da América.

Mas o livro de J. Aguiar não inspira apenas o político e o encenador.

Muito antes, o seu conteúdo motivara o maestro, compositor e diretor artístico Jorge Salgueiro (1969-) a compor a *Sinfonia n.º 1 - A Voz dos Deuses*. Composta em 1992 e com a duração de 40m, a *Sinfonia n.º 1* confirma, uma vez mais, a ligação íntima que se estabelece desde sempre entre literatura e música, independentemente da ordem dos factores. Dedicada, nas palavras do compositor, à Banda da Armada onde fora admitido como trompetista em 1987, a peça é tocada pela primeira vez em 1993, precisamente por esta Banda (Neves, 2003: 8). Assim se demonstrará um outro vínculo, desta feita ao legado militar português cuja genealogia é por muitos entrevista nos feitos de Viriato.

Oito anos depois, é a vez de o músico Carlos Dâmaso (1949-) compor a peça que acompanha a estreia do espectáculo no castelo de Almourol, orientando-se para tal em sonoridades celtas (*vide supra*).

Nada, porém, que deva surpreender se tivermos em linha de conta a obra do compositor e defensor do Integralismo Lusitano glorificador da Lusitânia de Viriato[12], Luís de Freitas Branco (1890-1955), *Viriato. Poema Sinfónico – Funerais de Viriato*, datada de 1916 (Perez-Borrajo, 2020).

Composta para Orquestra[13] com forte influência wagneriana, de recorte nacionalista, a partir de texto do escritor, jornalista e político, também ele

[12] Movimento sócio-político tradicionalista e monárquico português atuante entre 1914 e 1932 que se opõe à República, incluindo ao Estado Novo, assim como à Monarquia Constitucional e ao Liberalismo, defendendo o Municipalismo, o Nacional sindicalismo, a Igreja Católica, a Monarquia Tradicional e proclamando a restauração da nação portuguesa.

[13] A composição assenta, sobretudo, no recuso a sopros, percussão e cordas, incluindo harpa.

integralista lusitano, José Hipólito Raposo (1885-1953), a obra evoca o momento em que Viriato é encontrado morto pelos seus soldados, o luto e as cerimónias fúnebres. Estreada em fevereiro do ano seguinte no Teatro República, em Lisboa, no âmbito do 'Festival Luso-Espanhol', pela Orquestra Sinfónica de Lisboa sob a direção do Maestro Pedro Blanch (1877-1946), a peça é posteriormente apresentada no Teatro Sá da Bandeira, no Porto, desta feita pela Orquestra Sinfónica Portuense sob a direção do seu fundador, o pianista e diretor de orquestra Raymundo de Macedo[14].

Trata-se, sem dúvida, de uma primeira grande experiência de osmose entre composição literária e musical, tendo como elemento comum a figura de Viriato.

No número 16, de 15 de fevereiro de 1917, da revista mensal *Atlântida: mensário artístico, literário e social para Portugal e Brazil* (1915-1920), surge o conto de H. Raposo *Funerais de Viriato* dedicado a Alberto Monsaraz e epígrafe retirada de obra do historiador latino de origem africana *Lucius Florus* (sécs. I-II), associado a um trecho do poema sinfónico de L. de Freitas Branco ilustrado com parte da partitura[15].

O texto *Funerais de Viriato* que serve de base à composição musical é classificado por uma certa crítica da época como dos melhores, incluídos no livro *Outro Mundo. Lembrança da Terra e dos Homens*, de H. Raposo, "É uma água forte, de Mestre, pintada com arte, com amor, com brilho descritivo, em tonalidades primorosas, cheias de luz, projectando-se como uma deslumbrante visão do Passado" (Crispim, 1918: 2). Outros vão mais longe, ao assinalar que,

[14] Haverá, pelo menos, mais duas apresentações: em 1943, ou seja, em plena II Guerra Mundial (1939-1945), no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, pela Orquestra Sinfónica Nacional, sob a direção do Maestro Pedro de Freitas Branco (1896-1963), e em 2005, no Teatro Municipal São Luiz, também em Lisboa, sob a direção do Maestro Andrea Pestalozza.

[15] Ligação estreita entre literatura e composição musical que não é inédita na obra de L. de Freitas Branco. Ainda em 1912, mas com estreia parcial apenas em 1918, no Teatro Politeama (Lisboa), compusera três fragmentos sinfónicos intitulados *Tentações de S. Frei Gil*, a partir de uma obra do poeta, monárquico e integralista lusitano António Correia de Oliveira (1879-1960), dada à estampa em 1907. Em 1915, é a vez de musicar três sonetos do político ensaísta, poeta e figura proeminente do Integralismo, António Sardinha (1887-1925) - *O motivo da planície*, *Minuete* e *Soneto dos repuxos* -, para voz e piano. Segue-se *O Canto do Mar* (1918), para soprano ou tenor e orquestra, sobre um texto do colaborador de H. Raposo, o político, poeta, integralista e nacional-sindicalista Alberto de Monsaraz (1889-1959), estreada no mesmo ano no Teatro República (Lisboa).

Relembrar o tempo passado em que a Pátria se engrandecia por feitos de seus filhos […] é trabalhar proficuamente para o levantamento dum povo que se encontra decadente […]. É sentir nas veias, ainda a correr, aquele sangue bendito que fez da Historia portuguesa um livro de heroísmos, um missal de abnegações (Santa Martha, *A Monarquia,* 1918: 2).

Bastará percorrer palavras impressas pelo próprio H. Raposo para entendermos melhor este posicionamento:

É noite agora. Quando o lume acabou de entregar ao céu todas as almas, restava consagrar os últimos despojos. Subitamente, por entre os soluços, cruzam-se gritos alarmantes de povo: a sombra do Herói à vista flutuando à flor da chama, como um hálito do fogo, a subir até às nuves, para onde os braços prolongam o desejo de partir. // E sobre o sepulcro aonde as cinzas são recolhidas, corpo a corpo os últimos soldados vieram matar-se, dando em sua glória o testemunho do sangue. // Esta foi a grande saudade que neste mundo Viriato deixou (Raposo, 1917: 286).

Os anos da composição e estreia deste poema sinfónico não serão apenas coincidentes no espaço e no tempo. Portugal entra na I Grande Guerra (1914-1918) a 9 de março de 1916 em resultado do apresamento dos navios germânicos em águas portuguesas, embora viesse mantendo já frentes de batalha em África para defesa dos territórios de Angola e Moçambique. Situação que agrava as condições de vida no país, fazendo escassear e dificultando o abastecimento de produtos alimentares, o que acaba por conduzir a vários protestos sociais em todo o território, em especial durante 1917.

Além disto, as ideias contidas nas obras de H. Cabaço e L. de Freitas Branco fazem ecoar as contidas em edições periódicas integralistas, como *A Monarquia: Diário Integralista da Tarde* (1917-1925) para a qual o compositor contribue com críticas musicais e textos sobre 'latinismo', 'germanicismo' e o seu apreço por compositores franceses. É, no entanto, numa das publicações mais salientes do Integralismo Lusitano, *A Questão Ibérica* (1916), reunindo textos decursivos de palestras ocorridas em 1915 na *Liga Naval Portuguesa* (Lisboa, 1900) que encontramos 'Música e Instrumentos' de L. de Freitas Branco onde enaltece a autenticidade e a autonomia patrimoniais da música popular portuguesa (Branco, 1916: 119-1943; Pina, 2016).

Mas estes são apenas alguns exemplos de como, a propósito da figura de Viriato, se elaboram romances históricos adaptados a peças dramatúrgicas e musicais levadas à cena, num testemunho evidente do diálogo mantido entre distintas formas de produção criativa de nítidos vasos comunicantes entre si.

E quanto à sua representação gráfica?

Procedendo a uma análise muito sumária, por se tratar de uma primeira aproximação ao tema, é possível observar interessantes elementos comuns que parecem prevalecer no material consultado. Entre eles, sobressai a figura de Viriato representado como líder, de cabelo esvoaçante, envergando vestuário, armas e símbolos de poder considerados coetâneos, numa atitude guerreira, destemida e libertária, surgindo com frequência num plano superior aos demais figurantes (quando existem), sobre um afloramento pétreo e/ou rodeado de rochedos, num enquadramento imagético paisagístico aparentemente compatível com o dos denominados 'Montes Hermínios' - *Mons Herminius* (tradicionalmente associados apenas à Serra da Estrela).

Embora o modelo mais seguido, nomeadamente em cartaz promotor de torneio de ténis de mesa, pareça ser o da estátua de Viseu, esculpida por M. Benlliure (*vide supra*), promovendo Viriato como herói nacional, num período em que Portugal não existia ainda como país, a pintura de Vieira Portuense surge de igual modo nalguns casos. É o que sucede na capa de edições de *Viriato Trágico*, de Braz Garcia Mascarenhas, adaptado em prosa pelo escritor, pedagogo e político João de Barros (1881-1960). Outras produções mais recentes dispensarão qualquer imagem apriorística, moldando-se de acordo com outros critérios, nem sempre evidentes.

De qualquer dos modos, a representação de Viriato surge-nos nos mais diversos tipos de suporte e com distintas funções. Entre estas, sobressai a emblemática, incluindo a heráldica autárquica - caso da Vila de Cabanas de Viriato [16] -, associativa [17] e militar. Embora menos frequente, encontramo.la também em exemplares numismáticos [18], medalhísticos [19],

[16] Junta de Freguesia de Cabanas de Viriato (Junta de Freguesia de Cabanas de Viriato | CM Carregal do Sal (cm-carregal.pt).

[17] Casos da Associação de Bombeiros Voluntários de Cabanas de Viriato ((1) Facebook) e da Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato (Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato | CM Carregal do Sal (cm-carregal.pt).

[18] Caso da moeda 'Raízes Culturais – Viriato', da autoria do escultor José Espiga Pinto (1940-2014), integrada na X Série Ibero-Americana cunhada pela INCM-Imprensa Nacional Casa da Moeda (Moeda: Raízes Culturais - Viriato (Normal) | INCM).

[19] Exemplos da medalha de bronze coleção 'Viriato' do XIII Colóquio da Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, de 1993, assim como da, também de bronze, autorada por Armindo Viseu, do XXV Aniversário da Fundação da Casa da Beira Alta (Porto, 1981) (Medalha Bronze | Antiguidades e Colecções, à venda | Santarém | 36096076 | CustoJusto.pt).

filatélicos [20] e ex-librísticos, além de materiais relacionados, direta e indiretamente, com a atividade turística, a exemplo de postais[21].

São, ainda, abundantes as apropriações do nome e da iconografia construída, mormente pelo já aqui citado escultor espanhol M. Benlliure, nas mais diversas tipologias de distintos sectores da economia nacional, designadamente cultural, incluindo banda desenhada [22]. Por isso o encontramos a designar a tradicional sala de espectáculos da cidade de Viseu que lhe atribui um dia – 'Dia de Viriato' -, no âmbito da anual e muito concorrida popular 'Feira de São Mateus', em agosto, assim como a nomear testemunhos de hotelaria e restauração, a par de outras empresas da mais diversa natureza[23], tendo, no entanto, como elemento (quase) comum o facto de pertencerem à geografia tradicionalmente associada à vida do guerreiro lusitano. Testemunhos demonstrativos da importância do passado como marca identitária de um território e suas comunidades. Utilização de nomes e feitos históricos que contribuem para a construção do que é hoje Portugal e que se encontra plasmado no vídeo de animação *Era uma vez um país. De Viriato à Padeira de Aljubarrota*[24], publicado em 2009 pela 'Porto Editora Multimédia' na série *A História de Portugal explicada às crianças*. Trata-se de uma iniciativa que nos remete para a série *Il était une fois… L'Homme* (1978) e para o caldear da identidade nacional entre um momento em que não existia ainda o Condado Portucalense e a garantia da independência do Reino face a Castela, em batalha decisiva (Aljubarrota, 1385).

Mais recentemente, em vésperas da pandemia COVID-19, retoma-se o tema na cinematografia portuguesa. Desta feita, cabe ao cineasta Luís Albuquerque (1963-) realizar *Viriato*[25], estreado a 10 de outubro de 2019, com argumento de Ana Carolina Pascoal (1992), rodado em localidades beirãs como Seia, Viseu e São Pedro do Sul, e apoio da Câmara Municipal de Seia. De acordo com a sinopse, trata-se de um filme biográfico do

[20] Caso do selo 'Aqui há Selo – Viriato, o Lusitano', do Atelier Acácio Santos | Hélder Soares, 2010 (Stamp: Aqui Há Selo - Viriato the Lusitanian (Portugal(Literature, Press and Comics (Comics)) Mi:PT 3476,Sn:PT 3179,Yt:PT 3455,Sg:PT 3724,AFA:PT 3483,Afi:PT 3913,Un:PT 3455,WAD:PT025.10 (colnect.com).
[21] Monumento a Viriato , Viseu (postais-antigos.com).
[22] HOMENAGEM A JOSÉ GARCÊS EM VISEU (wordpress.com); BD E HISTÓRIA DE PORTUGAL (5) - VIRIATO (pinterest.com) e "Viriato na Banda Desenhada" | (wordpress.com), entre outros testemunhos.
[23] Exemplo disto, a produção vitivinícola 'Terras de Viriato' - 2014 Terras de Viriato Reserva tinto (garrafeiranacional.com).
[24] História de Portugal - Episode "Viriato" (pinterest.com).
[25] VIRIATO Trailer Oficial (youtube.com).

guerreiro que dedica a sua vida a proteger as suas gentes, selecionando-se a seguinte frase para o cartaz de divulgação, proferida por Viriato no filme: "O que os deuses ditarem para o seu povo hoje, será a raça que forjamos para o amanhã.". Elocução com peso claramente messiânico e defensor da filiação entre lusitanos e portugueses, surgindo-nos Viriato envergando adereços e pinturas corporais a lembrar outros opositores do Império Romano, como os Pictos.

Trata-se da única película produzida entre nós que lhe é integralmente dedicada depois de, em 2016, o canal televiso 'História' lhe consagrar um documentário composto de dois episódios[26], como sucedera em 1990, por iniciativa da RTP – Rádio Televisão Portuguesa[27], coincidindo com o filme 'Non ou a Vã Glória de Mandar' (*vide supra*), a peça de teatro 'Viviriato' (*vide supra*) e a publicação, dois anos depois, do primeiro ensaio sobre a recepção da figura de Viriato em Portugal, por Guerra e Fabião (*vide supra*).

Breves reflexões finais e algumas questões em aberto

Tal como sucede com outras figuras históricas transformadas em heróis e mitos nacionais de acordo com determinados contextos históricos, Viriato tem sido utilizado como exemplo de sacrifício pessoal em nome de um bem maior, o da comunidade. Uma comunidade associada a uma geografia, uma cultura material e uma forma de estar e atuar que, em uníssono, deverá correspondente a uma identidade. Identidade que é construída e reconstruída em permanência para justificar agendas e pretensões genealógicas.

Este é o ângulo generalizado de análise dos estudos de recepção do passado. O ângulo mais apertado tem a ver com o escrutínio dessa receção nas artes e na literatura em cuja conjuntura produzimos esta nossa primeira aproximação ao tema escolhido – a figura de Viriato.

Muito fica por observar e reflectir, nomeadamente quanto à vulgarização desta mesma receção.

Com efeito, quantos exemplos de utilização da figura e do nome de Viriato comportam o verdadeiro entendimento da sua personalidade histórica? Apropriar-se do nome e da imagem (inventada) de Viriato significa interiorizar, na plenitude, os seus feitos e o sentido que tiveram na origem?

[26] Vídeo | Facebook.
[27] Viriato – Episódio 01 – RTP Arquivos.

Além disso, não devemos esquecer que legitimar uma identidade – neste caso, a de Viriato -, implica proceder, mesmo que inscientemente, a uma alteridade que não é, nem pode ser, a primordial.

E como o passado é composto de emoções vividas, memorizadas e transmitidas de forma desigual pelos seus protagonistas, sucessores, estudiosos e utilizadores, perguntamos como proceder com essas mesmas emoções quando o próprio acto de investigar é emoção e gera sentimentos. Mais do que isso, a receção do passado é sempre mediada por emoções, sejam elas individuais ou colectivas. Por isso perguntamos de novo: como proceder? Falsificam-se as emoções? Melhor, será possível não falsificar as emoções, mormente quando elas visam, provocam e decorrem, quase sempre em simultâneo, de agendamentos muito concretos, embora possam não ser evidentes a um primeiro olhar?

Agendas que requerem, amiúde, sustentação histórico-cultural independentemente da sua geografia, cronologia, categoria ou tipologia. Sobretudo quando as emoções assim suscitadas geram as desejadas relações entre programadores e público-alvo intermediadas, precisamente, por testemunhos patrimoniais. Também assim se estabelecem ligações com o passado. Ligações que são metamorfoseadas e transfiguradas de acordo com contextos específicos, em especial quando motivadas por agendas extremistas, donde intolerantes, onde prima a irracionalidade potenciadora de paixões identitárias essenciais à justificação, legitimação e nutrição de determinados programas políticos. Podem, além disso, ser anuladas e substituídas por outras opostas, implicando a destruição de exemplares patrimoniais, embora a ausência possa ser tão ou mais potenciadora de emoções, sendo que os referentes se apresentam de modo distinto dependendo do ângulo político que os utiliza, reutiliza e, até, forja.

A figura de Viriato não é exceção neste quadro. Além disso, a sua apropriação compagina-se ao que sucede noutros países, como tivemos oportunidade de verificar, ainda que com brevidade, tornando-se um exemplo de resistência a poderes exógenos e a forças endógenas responsáveis pela decadência económica, financeira e social. Por isso o encontramos em vários contextos, sendo utilizado de diferentes formas e com recurso a distintos tipos de suporte.

Antes de encerrar esta nossa primeira aproximação ao tema, importará referir que muito se poderá produzir neste âmbito. Desde logo, detalhar a recepção da figura de Viriato ao longo dos tempos, entre os dois lados da fronteira ibérica, realizando um levantamento táo exaustivo quanto

possível. Depois, contextualizar essas mesmas receções desde o ponto de vista da trans-contextualidade e trans-memória. Valerá também a pena proceder a uma análise iconográfica e iconológica comparativa entre os diferentes tipos e contextos de recepção com demais figuras heróicas que lutaram contra a presença romana. Ademais, será interessante procurar compreender em que medida a apropriação do nome de Viriato e da sua figura imaginada é verdadeiramente assimilada. Importará de igual modo avaliar o grau de conhecimento popular sobre Viriato e a sua importância para a construção da memória colectiva regional e nacional e o relevo – ou não -, que lhe conferem na atualidade, aferindo tipos de emoções e memórias que o mesmo lhes possa suscitar. Somente assim se obterá um quadro mais generalizado e específico desta realidade em permanente (re)construção, quantas vezes por agendas revisionistas, independentemente do respetivo quadrante ideológico e político.

Apenas deste modo se logrará comunicar, partilhar, identificar, analisar e ultrapassar incorreções históricas, e – possivelmente o mais importante no contexto de promoção de uma verdadeira "ciência cidadã" -, discutir, com consequências, as formas de transmitir o passado aos distintos públicos, sem desformar a natureza problemática desse mesmo passado (Martins, 2020; 2022). Públicos que primam pela multiculturalidade e se apresentam mais exigentes, desafiadores e atentos a conteúdos propagados veloz e aliciantemente através do mundo digital e das redes sociais. Em suma, somente assim se promoverá um verdadeiro diálogo inclusivo, um dos grandes testes à identidade, não apenas territorial, individual e colectiva, como científica.

Caberá ainda questionar de que modo a produção de conhecimento e de património arqueológico tem concorrido, mesmo que de modo involuntário, para a (re)estruturação da figura de Viriato, dos lusitanos e da relação entre estes e os portugueses. Em que medida os seus (re)construtores têm recorrido a esse mesmo conhecimento? Qual a natureza e quais os níveis de relações, memórias e emoções estabelecidos entre ambos? Estas e outras questões merecerão a atenção e o escrutínio da parte de vários actores em todo este processo de entendimento de um fenómeno de construção de mitos nacionais através da imagética (Renard, 2023) distinguíveis noutros episódios e actores da história de qualquer geografia e comunidade.

Lisboa, Primavera-Verão de 2024.

Agradecimentos

Aos editores do presente volume por todo o apoio e compreensão. O presente texto foi produzido no contexto do IHC financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020 e LA/P/0132/2020.

Referências bibliográficas

AGUIAR, João. *A voz dos deuses – Memórias de um companheiro de armas de Viriato*, «Advertência prévia», 12ª ed. Lisboa: Perspectivas e Realidades, (1ª ed.), 1985.

ALARCÃO, Jorge de (ed.). *De Ulisses a* Viriato. *O primeiro milénio a.C.*. Lisboa: Ministério da Cultura, 1996.

ALARCÃO, Jorge de. *Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2001.

BRAGA, T. *A Patria Portugueza: O territorio e a raça*. Porto: Chardron, 1894.

BRANCO, Luís de Freitas. Música e instrumentos. In: *A Questão Ibérica: Integralismo Lusitano*. Lisboa: Almeida Miranda & Sousa, 1916: 119-143.

CRISPIM. Jornaes Portugueses. *A Monarchia*. 1918: 2. Disponível em: <1918-01-10 J-4131-G.pdf> (bnportugal.gov.pt). Acesso em: 19 nov. 2024.

DIAS, Jaime Lopes. *Viriato: herói e pioneiro da independência*. Lisboa: Editorial Império, 1953.

DUARTE, Eduardo. Três Jornais de Belas-Artes do Século XIX em Portugal. *CONVOCARTE. Estudos de historiografia e crítica de arte portuguesa*, n.º1, dez. 2015: 252-269.

FARIA, Miguel Figueira de. Political and Aesthetic Ideas in the Correspondence Related to Domingos Sequeira and Vieira Portuense. *PolitiCal and aeStHetiC ideaS*: 144-157.

FERREIRA, José Ribeiro. O Viriato de João Aguiar no Castelo de Almourol. *Humanitas*, n. 51, 1999: 371-373.

GARCIA, José M. Uma realidade entre o mito e a história. *Prelo*. 9, Out.-Dez., 1985: 59-70.

GOMES, Paulo Varela Gomes: Francisco Vieira (Vieira Portuense), as suas relações com a Feitoria Inglesa no Porto, e a sua visita a Londres (1788-1790). O colecionador e Museólogo Iluminista, Dom Frei Manuel do Cenáculo. *Portugal e o Reino Unido. A Aliança Revisitada*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995: 87-91.

GUERRA, Amílcar; Carlos FABIÃO. Viriato: Em torno da iconografia de um mito. *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1998, vol. 3: 33.79

GUERRA, Amílcar; Carlos FABIÃO. Viriato: Genealogia de um Mito. *Penélope: revista de história e ciências sociais*, 1992, 8: 9-24.

GUERRA, Amílcar. A apropriação de Viriato (e dos Lusitanos) no séc. XIX em Portugal. In: RODRIGUES, Nuno Simões; RODRIGUES, Ália (coords.) *Identidade Romana e Contemporaneidade*. Série *Humanitas Supplementum. Estudos Monográficos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2023: 163-189.

LENS TUERO, Jesús. Viriato, héroe y rey cínico. In: LENS TUERO, Jesús (coord.). *Estudios sobre Diodoro de Sicilia*. Universidad de Granada: Servicio de Publicaciones, 1994: 127-144.

LUPI, João. Os lusitanos e a construção do ideal nacionalista português. *Brathair-Revista de Estudos Celtas e Germânicos*, v. 1, n. 1, 2001: 13-29.

MARTINS, Ana Cristina. Afinal, para que serve a história da arqueologia? Arqueologia e território: realidades, necessidades e possibilidades (breves reflexões). *Scientia Antiquitatis*. 2022, Vol. 1: 248-264. Disponível em: <http://www.scientiaantiquitatis.uevora.pt/index.php/SA/issue/view/40>. Acesso em: 19 nov. 2024.

MARTINS, Ana Cristina. Território, comunidade, memória e emoção: a contribuição da história da arqueologia (algumas primeiras e breves reflexões). In: ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andres (eds.). *Arqueologia em Portugal. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2020: 17-24.

MATOS, Sérgio Campos. História e identidade nacional: A formação de Portugal na historiografia contemporânea. *Lusotopie*, 9.2, 2002: 123-139.

MATOS, Sérgio Campos. História, positivismo e a função dos grandes homens no último quartel do século XIX. *Penélope: revista de história e ciências sociais*, 1992, 8: 51-71.

MATOS, Sérgio Campos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

MATYSZAK, Philip. *Os inimigos de Roma: de Aníbal a Átila, o Huno*. tradução de Sônia Augusto. Barueri: Editora Manole, 2013.

NEVES, Rui M. Ramalho Ortigão. Vamos ouvi-los um século depois. *Revista da Armada*, n. 366, 2003: 8-10.

PASTOR MUÑOZ, Maurício. *Viriato: o herói lusitano que lutou pela liberdade do seu povo*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2006.

PEREITA, Maria Helena da Rocha. *Obras de Maria Helena da Rocha Pereira, IX Estudos sobre língua e literatura portuguesas*. Lisboa-Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian/Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

PEREZ-BORRAJO, Aarón. Les contrepointistes de L'École d'Évora. El Integralismo Lusitano y la Escola de Évora en el nacionalismo musical de Luís de Freitas Branco. *Popular Music Research Today: Revista Online De Divulgación Musicológica*, *2*(2), 2020: 33-47. Disponível em: <https://doi.org/10.14201/pmrt.23928>. Acesso em: 19 nov. 2024.

PINA, Isabel. O integralismo musical de Luís de Freitas Branco: de Viriato a Camões. *Revista Portuguesa de Musicologia*. Nova Série, v. 5, n. 2, 2018: 357-382.

PINA, Maria Isabel A. da Silva. *Neoclassicismo, nacionalismo e latinidade em Luís de Freitas Branco, entre as décadas de 1910 e 1930*. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa, 2016.

RAMOS, Maria Ana Revista. A emergência de uma identidade literária em Portugal. entre história, textos e críticos. *Signum*. 2019, vol. 20, n. 2. 95: 95-115.

RAPOSO, Hipólito. *Outro Mundo. Lembrança da Terra e dos Homens*. Coimbra: Typographia F. França Amado, 1953.

RENARD, Margot. *Aux origines du roman national. La construction d'un mythe par les images, de Vercingétorix aux Sans-culottes (1814-1848*). Paris: Editions Mare & Martin, 2023.

RESENDE, André de. *As antiguidades da Lusitânia*. Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996 [RESENDE, André de. *Libri quatuor De antiquitatibus Lusitaniae Accessit liber quintus De Antiquitate municipij Eborensis*. Eborae: Martinus Burgensis, 1593.].

RODRIGUEZ MARTÍN, Francisco Germán Rodríguez. Las guerras lusitanas. In *Historia militar de España*. Madrid: Laberinto, 2009: 224-234.

SÁNCHEZ MORENO, Eduardo. Un rival y una frontera: Viriato en armas. *Desperta Ferro: Antigua y medieval*, n. 61, 2020: 22-30.

SÁNCHEZ MORENO, Eduardo; AGUILERA DURÁN, Tomás Aguilera. Bárbaros y vencidos, los otros en la conquista romana de Hispania: notas para una deconstrucción historiográfica. In: *Debita verba: estudios em homenaje al professor Julio Mangas Manjarrés*. Oviedo: Ediciones de la Universidad de Oviedo, 2013: 225-244.

SCHULTEN, Adolf. *Viriato*. Madrid: Real Academia de Historia, 1920.

SENNA-MARTÍNEZ, João Carlos de; PEDRO, Ivone (eds.). *Por Terras de Viriato. Arqueologia da Região de Viseu*. Lisbia: Instituto Português de Museus, 2000.

SILVA, Maria de Fátima (coord.). *Representações de Teatro Clássico no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.

SILVA, Maria de Fátima (coord.). *Representações de Teatro Clássico no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Colibri, vol. II, 2001: 440-441.

VASCONCELOS; José Leite de. 1897. *Introdução Geral a Religióes da Lusitânia, na parte que principalmente se refere a Portugal*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897: XXV-XXVII.

VLACHOU, Foteini. A pintura de história na Península Ibérica durante as guerras revolucionárias e napoleónicas: patriotimo e propaganda. *Olhão, o Algarve & Portugal no tempo das invasões francesas*. Olhão: Município de Olhão, 2011: 175-188.

Received: July 31, 2024 | Accepted: September 27, 2024

THE RECEPTION OF VIRIATHUS' FIGURE IN CONTEMPORARY PORTUGAL: BETWEEN THE ARTS AND LETTERS (A FIRST ATTEMPT)

Ana Cristina Martins[1]

Abstract

Viriathus, who resisted the expansion of Rome in Hispania in the middle of the 2nd century BCE, appears in several identity and nationalist construction narrative typologies in Spain and Portugal. The use of this historical figure becomes particularly evident from the 19th century onward and, in Portugal, with exceptional clarity during the 'Estado Novo' regime (1926/1933-1974), a circumstance that has been analysed in academia (Guerra; Fabião, 1992).

We will focus, however, on the representation of Viriathus in the visual arts and especially on stage from the end of the 20th to the early 21st centuries without detracting from specific works (especially literary ones), further expanding the first essay carried out in this context (Guerra; Fabião, 1998) to find a hypothetical iconographic and narrative model and scrutinize its origin, objectives, and consequences. Such an analysis would remain truncated if we failed to contemplate this figure in a popular context and public spaces, which we also intend to achieve, even if only in a popular context and public spaces, which we also intend to achieve, even tentatively.

Keywords

Viriathus; Contemporary Portugal; Nationalism; Arts; Literature.

[1] Researcher – IHC – Polo University of Évora | IN2PAST, Évora, Portugal. E-mail: amartins@uevora.pt

Resumo

Viriato, que terá enfrentado a expansão de Roma na Hispânia, em meados do séc. II a. C., está presente em diferentes tipologias narrativas de construção identitária e nacionalista, tanto em Espanha, quanto em Portugal. Utilização que se torna particularmente evidente a partir do século XIX e, no caso português, com especial clareza durante o regime do 'Estado Novo' (1926/1933-1974), circunstância que foi já analisada em contexto académico (Guerra; Fabião, 1992).

Centraremos, no entanto, o nosso olhar na representação de Viriato em artes visuais e, sobretudo, de palco, entre finais do séc. XX e inícios do XXI, embora sem desmerecer determinadas obras, nomeadamente literárias, expandindo o primeiro ensaio realizado neste âmbito (Guerra; Fabião, 1998), de modo a encontrar um hipotético modelo iconográfico e narrativo, escrutinando a sua origem, objetivos e consequências. Análise que permaneceria truncada se não contemplássemos a utilização desta figura em contexto popular e espaço público, o que pretendemos de igual modo concretizar, mesmo que de forma ainda sumária.

Palavras-chave

Viriato; Portugal contemporâneo; Nacionalismo; Artes; Literatura.

> "O que os deuses ditarem para o seu povo hoje, será a raça que forjamos para o amanhã" (Viriathus, in the film *Viriato*, 2019).

1. Some previous contexts

Viriathus (*Lusitania*), Jugurtha (*Numidia*), Vercingetorix (*Gaul*), Arminius (*Germania*), Decebalus (*Dacia*), Boudica (*Britannia*), among others.

These few names refer to those who, fighting the Roman presence, have remained in history as heroic figures for some and as barbarians for others. Names that have received distinctions by the way they courageously fought against Rome, united by their equally tragic ends (Matyszak, 2013).

Viriathus is one of them.

Associated with the resistance of the people indigenous to Portugal against the Romans, his figure often serves to represent a will toward independence in the face of hegemonic projects that mark some of the pages that will constitute the history of Portugal. The same occurred in other territories under the domain of Imperial Rome—even if the Renaissance and humanism have instituted the prevalence for the appreciation for Romanitas[2]; a particularity several geographies and cultural realities share and that fascinates the European intelligentsia throughout time. Such rapture was first nurtured during the "Dual Monarchy" (1580-1640), as can be grasped from *Monarchia lusitana* (the Portuguese Monarchy) (1597-1609) by monk, writer, and historian Friar Bernardo de Brito (1569-1617) and in the later epic poem *Viriato Trágico em Poema Heroico* [Tragic Viriathus in Heroic Poem] (Coimbra, 1699) by a military service member, poet, and writer Braz Garcia de Mascarenhas (1596-1656).

More than a century later, a romanticized, lyrical, and epic vision of Viriathus as a shepherd—inspired by the 18th-century *beau sauvage* or by the biblical and Christian "good shepherd"—opposes the moral and political decadence imputed to the absolutist regime equated to imperial Rome (Lens Tuero, 1994; Sánchez Moreno, 2002: 25). A feeling aroused in Europe as it was ravaged by Napoleonic troops, against which united wills rose in the name of shared identities. Thus, figures such as Viriathus unsurprisingly centralize historical narratives in geographies lacking

[2] In Portugal, the example of Dominican friar and humanist in line with his time, André de Resende (1498-1573), highlights his praise of the Roman presence in Portugal, especially in Évora, the municipality in which he was born and died (Resende, 1996).

although political-administrative legitimacy. However, the Portuguese scenario seems to dispense with this expedient compared to coeval realities despite the devastation from French invasions. This may explain the late integration into Portuguese academia of archaeology, and of other resources within the framework of monumental preservation that existed in different countries. However, nothing entirely prevents Viriathus and Sertório from becoming important tutelary figures during the Peninsular War (1807-1814) and references for the union between royalty and the Court aristocracy (Vlachou, 2008).

However, the position of writer, poet, and historian Almeida Garrett (1799-1954) may cause a slight surprise. In 1845, he dedicated the poems *A caverna de Viriato*[3] (Viriathus' cave) and *A sombra de Viriato* (Viriathus' shadow) in his work *Flores sem fruto (Fruitless flowers*)[4] to the Lusitanian leader. Exalting him as a liberator of rural Lusitania, the poet takes the opportunity to criticize the contemporary 19th-century national politics in the following passage from stanza VII of *A caverna de Viriato*: "That to defend the homeland and freedom // In those times sufficed // Honor and loyalty".

Portugal faces a long and challenging period that is worsened by the independence of Brazil and the liberal struggles that deeply wound the social fabric of the time (which echoes to this day). The result is the victory of a constitutional monarchy led by charismatic and intrepid figures—such as Viriathus—who, among other aspects, seek to return harmony to the Portuguese territory and internal politics by a gradual and late construction—in comparison to other Western contexts—of an empire. In this context, an inspired A. Garrett reproduces (as expected given his training) classical ideals, such as those of freedom and patriotism. However, nothing can prevent the disturbing climate stemming from the need for the often far from evident and peaceful coexistence between the individuality principle Liberalism praises, on the one hand, and Catholic

[3] Still in exile in London, A. Garrett wrote and published, in 1825, in the pages of *O Popular, a political, literary, and commercial newspaper* published in London, the poem *Caverna de Viriato, a song* set in a very particular political context in Portugal - the liberal struggles - which was the reason for his exile in the English capital.

[4] We find similar titles in other publications, the best known of which is *Les Fleurs du mal* (The Flowers of Evil) by French poet Charles Baudelaire (1821-1867), published in 1857, considered a landmark of modern and symbolist poetry (which was produced mainly from the 1840s to the 1850s). Before that, English theologian, academic, writer, poet, and Catholic cardinal John Henry Newman (1801-1890) published Flowers Without Fruit in 1833, reflecting the Victorian values of restraint and the greater relevance of actions on emotions.

training and education, on the other; between a liberal political order and political system, on the one hand, and a prominently Catholic religiosity, on the other.

Classically trained, which still superimposes respect for classical antiquities onto that nurtured by national antiquities and reinforced by the neoclassical movement, the choice of *the cave* for the first of his poems dedicated to Viriathus may suggest the allegory of "The Myth of the Cave" from Plato's "The Republic."

From this angle of approach, A. Garrett reiterates the role of leaders in building a new reality, explaining, catalysing, organizing, leading, and sacrificing their freedom in the name of a larger project: the community. Moreover, the cave offers a universal symbol of origin and initiation by (re)birth, often used by the Freemasonry in which Almeida Garret was initiated c. 1817, upon which he adopts the name of the Roman Quintus Mucius Scaevola (140–82 BCE), considered one of the most important jurists of his time.

Rereading *A sombra de Viriato* will confirm these putative interpretations.

Referring to the shadows projected inside the Platonic cave, A. Garrett warns of the danger of distorted and prejudiced ideas and the indispensability of proper actual knowledge outside meaning made all the interesting enjoyable by looking at the epigraph the author chose: "Yet came there the morrow, // That shines out, at last [, in] the longest night" by Irish writer, poet, and politician Thomas Moore (1779-1852), who authored successful compositions adopted by fellow nationalists, whom A. Garrett knows well at least since his exile in London in the mid-1920s.

In any case, this hypothetical affiliation of contemporary Portuguese people in Lusitanity is contradicted by authors such as historian and politician Joaquim P. de Oliveira Martins (1845-1894)—and retrieved by several others, such as poet and writer Fernando Pessoa (1888-1935) in his poem *Viriato* in his book *Mensagem* (Pessoa, 1934)[5], the third stanza of which recalls the epigraph Almeida Garrett chose for his poem (*vide supra*). Pessoa's *premorning* precisely refers to Viriathus reborn from the cave as a hopeful redeemer.

[5] "If the doing-and-feeling soul knows // Only by remembering what it forgot, // We, as a race, owe our living//To the memory of your instinct. // A nation, since you returned to life, // A people, since it found itself reborn—// Either you or what you augured—// So Portugal was born. // Your beings like cold // Light just before dawn, // The surely up-and-coming day// In premorning, nothingness confused."

Thus, we better understand the article two Latinists and classical archaeologists, Amílcar Guerra and Carlos Fabião, who are researchers and professors at the Faculty of Arts at Universidade de Lisboa, published in 1992: *Viriato: genealogia de um mito* [Viriato: genealogy of a myth]. This very suggestive and fitting title follows the line of analysis in the Anglo-Saxon historiography of archaeology, which received the influence of the approach to the past of archaeological science defined by the Canadian anthropologist and archaeologist Bruce G. Trigger (1937-2006).

Steering away from traditional studies in the area (which list names, spaces, and projects), Guerra and Fabião seek to understand the interest in Viriathus in their space and time, contextualizing the narratives specific prevailing agendas built about him.

Hence, their symptomatic choice for the epigraph of their article is an excerpt from Luiz Vaz de Camões' epic, whose 500th anniversary we celebrate in 2024: "What glorious laurels Viriatus gained// How oft his sword with Roman gore was stained// And what fair palms their martial ardor crown'd // When led to battle by the chief renowned[6]." (Camões *apud* Guerra; Fabião, 1992: 9). This circumstance is more significant when the moment Portugal and the rest of Europe experienced in the early 1990s seems to demand figures such as Viriathus.

The Berlin Wall still fell amidst a mixture of euphoria, intrepidity, perplexity, hope, and caution. It began a new era that deems itself better, strengthened by developing the territories that adhere to the then-still European Economic Community. Portugal configures one such case, joining it in June 1985. Despite the apparent economic advantages of its entry, many voices oppose it and fear that the new condition of the country will shake, blur, mitigate, or eliminate its identity, the particularities of its people's ways of being and doing. This explains award-winning filmmaker Manoel de Oliveira's (1908-2015) 'Non ou a Vã Glória de Mandar' (No, or the Vain Glory of Command) (1990)[7], which retraces the memories of devastating wars for the country, from Viriathus' resistance to the African disaster. The following year, the theatre company 'O Bando' (The Gang) stages their play 'Viviriato,'[8] which is based on the work of Braz Garcia de Mascarenhas (*vide supra*) in a scathing criticism of the roots and nature of warmongering (1991) during the invasion of Croatia by federal Yugoslavian forces.

https://www.gutenberg.org/files/32528/32528-h/32528-h.htm

[7] 'Non,' ou A Vã Glória de Mandar (1990) [Trailer] (youtube.com).

[8] Viviriato (1991) - Teatro O Bando.

This to understand the retrieval of the 'Asterix from Lusitania,' Viriathus; a figure which provides the background that allows us to understand the retrieval of the 'Asterix from Lusitania,' Viriathus, a figure that has been in the Portuguese collective imagination for a long time.

2. Viriathus in Portuguese erudite production: a synopsis

However, certain specific agendas (mainly nationalist ones) retrieve not only Viriathus but also figures such as Arminius, who was elevated to the national hero during the unification of Germany at the end of the 19th century and associated with the construction of the hegemonic National Socialist project[9].

Ignoring the problem of characterizing Lusitanians, their origin, geographical area of influence, and association with the 'Portuguese'—addressed by authorities in this matter (Guerra; Fabião 1992; 1998), we emphasize that "It is truly when national independence is in danger, and patriotic feelings impose themselves as an imperative of citizenship that the old 'ancestors' are invoked" (Guerra; Fabião, 1992: 17; our translation).

The same goes for Viriathus.

Portuguese the start, the influential figure of Braz Garcia de Mascarenhas, a fervent advocate of the Portuguese monarchical restoration in Viriato Tragico, draws a parallel between the Lusitanians and the Portuguese, and the territories of Lusitania and Portugal.

An affiliation firmly denied in the middle of the 19th century by writer, historian, and journalist Alexandre Herculano (1810-1877)—in a position followed until the beginning of the following century, especially in school textbooks (Guerra; Fabião, 1992: 18)—who immersed himself in literary romanticism under the influence of the medieval revivalism that populates the collective imagination with knights boldly fighting the Moorish presence, that is, the foreign presence in the territory. Moreover, 19th-century Europe experienced historical-cultural contexts that created justifying conditions for a fresh look at classical texts and the rehabilitation of historical figures and episodes that had contributed to constructing presumed nationalities and aggrandizing and perpetuating them.

[9] On this subject, see the article by Martin Lindner and Nils Steffensen 'Germanic Migrations – Reception and Self-perception in the Federal Republic of Germany' in this dossier.

Despite the apparent exceptions to the still dominant discourse about the association between Lusitanians and Portuguese, José Leite de Vasconcelos (1858-1941) was one of its most notorious defenders when he claimed the affiliation between the Lusitans and the Portuguese in the first volume of his *Religiões da Lusitânia na parte que principalmente se refere a Portugal* (Religions of Lusitania *in the part that mainly concerns Portugal*) (Lisboa, 1897). However, the context of its publication will explain this position a little better. Portugal in general and Lisbon in particular are on the eve of celebrating the IV Centenary of the Discovery of the Sea Route to India, still in the aftermath of the political, economic, cultural, and mental earthquake due to the 'British Ultimatum' (1890) against Portuguese interests in Africa (Campos, 1990).

However, German archaeologist, historian, and philologist Adolf Schulten (1870-1960) published the Portuguese translation of *Viriato* in 1927, with a preface by a physician, physical anthropologist, prehistory specialist, and university professor A. A. Mendes Correia (1888-1960) at a time when Spain sought to appropriate his figure as a national hero and Portugal reinforced the dictatorial military regime leading to 'Estado Novo' (1926/1933-1974), titling the brigade of Portuguese fighting alongside Franco-favouring troops in the Spanish Civil War (1936-1939) as *Viriatos*, also strengthening the military character of this historical affiliation. A character was retrieved in 1961 with the army "*Operação Viriato*" in Angola during the colonial war (1961-1974).

In this context, Viriathus becomes *the* representation of the warrior forged in the rugged landscape of the Serra da Estrela region, urging unity for the group's survival; imagery that statesman António de Oliveira Salazar (1889-1970) strengthens and appropriates as a central figure in national mythology (Pastor Muñoz, 2006), whose personality had been forged in the escarpment where he was born. In 1940, the commemorations of the Double Centenary of the Foundation and Restoration of the Independence of Portugal (1140 and 1640) also reinvigorated such imagery. The inauguration of Viriathus' statue by Spanish sculptor and medalist Mariano Benlliure (1862-1947) and the speech of ethnographer and writer Jaime Lopes Dias (1890-1977) "*o nosso querido Portugal: livre, independente e imortal"* [Our dear Portugal: free, independent, and immortal] (Dias, 1953: 14) in Viseu in the same year also evince this circumstance.

But how to reconcile the resistance to the Roman conquest and the exaltation of the benefits of classical culture, as A. Guerra and C. Fabião pertinently point out, especially during the Portuguese colonial war (Guerra; Fabião, 1992: 21)? How to harmonize imperialist interests and

desires for independence at a time when historiography tends history to scrutinize all kinds of actors in history increasingly? The gradual decrease in the presence in school textbooks of the constructed figure of Viriathus as the "guerrilla fighter" leading his people in the struggle against the occupier precisely and unsurprising coincides with the colonial war. However, based on of based on this evidence, according to these authors, two other factors refer to the development of research on the history and the evolution of the pedagogical perspectives defined for basic education (which then begin to move away from the discipline) (Guerra; Fabião, 1992: 22).

However, other justifications can be offered.

We forward another additional hypothesis since the gradual distancing from Viriathus' Lusitanian deeds seems to have occurred mainly at the end of the 1960s, with their references being suppressed since 1968 (Guerra; Fabião, 1992: 22).

It was precisely in 1968 that, following the riots due to May '68 in Paris, student demonstrations took place at Universidade de Lisboa, culminating in that which took place in Coimbra the following year. However, this followed a particular temporal coincidence between the constitutional revision of 1951—which defined the new administrative division of the Portuguese extra-European territories from colonies into overseas provinces, abolishing the concept of the 'Portuguese Colonial Empire' in the wake of the international pressures that had been placed on the 'Estado Novo' regime—and the publication of *Viriato: capitão da Lusitânia* (Viriathus: captain of Lusitania) (1954) by military and National Assembly deputy Alfredo Pereira da Conceição (1911-1972).

3. Viriathus in the Portuguese iconography at the turn of the 21st century: the construction of a collective image memory

Viriathus' representation is quite stereotyped as it is coated with Greco-Latin ideological archetypes and transmuted into a national myth modeled around arts and letters. Thus, it will scarcely differ from the type of reproduction for other figures who, also fighting the Roman presence, are also elevated to national myths, such as those at the beginning of this short text (*vide supra*).

In fact, and again resorting to A. Guerra, we learn that, among other situations, "Viriato, as an essential mark of the 'Portuguese genius,' is

found in the arch of Rua Augusta." (Guerra, 2023; our translation), placed there more than a century after its original conception, coexisting with the sculptural representation of Nuno Álvares Pereira (1360-1431), Vasco da Gama (1460/69-1524), and Marquis of Pombal (1699-1782) in an attempt to synthesize pages considered, at the time, fundamental in the history of the territory; a decision that ignored the heated debates around what is understood or intended to be the origin of the Portuguese people and the opposition of opinions emanating from the Lisbon Academy of Sciences (Guerra, 1992; 2023, our translation) as "Viriato constitutes an essential food of the dominant nationalism" (*Ibid*), thus associated with the figure of the leader who groups and guides everyone.

It is certainly neither the first non-literary representation of Viriathus nor will it be the last one.

For example, in April 1799, Portuguese painter Francisco Vieira Portuense (1765-1805), who had lived in London for some years after leaving Italy , is encouraged by Portuguese ambassador D. João de Almeida e Mello e Castro (1756-1814) to show his *Juramento de Viriato* (Viriathus' Oath), of pre-romantic inspiration with a nationalist bias, at the Exhibition Of Royal Academy of Arts, later offered to Prince Regent Dom João (1767-1826), who placed it at the Ajuda Palace in Lisbon before having it transported to Brazil with the rest of the Portuguese Court in 1807, where it was lost. Even so, there remains the engraving by Francesco Bartolozzi (1727-1815), co-founder of the *Royal Academy of Arts* (London, 1768) and a figure of strong influence in the London artistic circuits (Gomes, 1995: 87), dated the following year, with whom Vieira Portuense became acquainted in the English capital.

Under the number three hundred, this work, included in the catalog of the Exhibition of the Royal Academy of Arts published in the same year, is described with unexpected detail, possibly due to the widespread ignorance of the subject and even of its author:

> Viriato, chief of the Lusitanians, exhorts his companions to take vengeance for the perfidy of Galba, who, under cover of a deceitful reconciliation, orders the Lusitanians, with confidence had presented themselves unarmed to negotiate a treaty of peace, to be unmercifully butchered; and at the fight of the dead corps of the men, women, and children slain were slain, Viriato swears, by putting his hand, and those of his companions, in the wounds of the virgins yet palpitating, that they will not lay down their arms until they are revenged on the cruel invaders of their country, and the perfidious enemy of the human race (*Royal Academy of Arts*, 1799: 13).

The same title also appears in other works by contemporary Portuguese authors. This is the case that one signed by painter, collector, and professor of drawing at the Royal Academy of Maritime and Trade Affairs of the City

of Porto (1803-1837) José Teixeira Barreto (1763-1810), made between the end of the 18th century and the beginning of the 19th century, and incorporated into Soares dos Reis National Museum (Porto) collections.

Here, we must see how the theme of the 'Oath' receives a salient expression in this end-of-the-century period—the eve of the French Revolution (1789)—inspiring one of the works that surely, indeed, most influences others in this context. We refer to the painting *Le Serment des Horaces* (1784) by Frenchman Jacques-Louis David (1748-1825), open to the public in the Louvre, which symbolizes the principle of personal sacrifice in the name of the general good, especially the homeland. This theme was reinforced throughout the Napoleonic campaigns, contributing to the visual construction of national myths that started in the artistic production of a historical context and had a neoclassical and romantic aesthetic language.

However, between the initial project and the completion of the aforementioned Rua Augusta Arch (see above), at least one other work incorporates Viriathus' figure.

This plaster bas-relief is entitled—once again—*Viriathus' Oath*, by Francisco de Paula Araújo Cerqueira (1808-1855), executed and presented at the Exhibition of the Academy of Fine Arts in Lisbon in 1843. Designed by painter Tomás José da Anunciação (1818-1879), the piece is supervised by painter, illustrator, and director António Manuel da Fonseca (1796-1890) and engraved by painter António Tomás da Fonseca (1822-1894) (Duarte: 2013: 261; 267). It belongs to the artistic collection of the Faculty of Fine Arts at Universidade de Lisboa and, in 2014, it is part of the temporary exhibition 'Almeida Garrett—a Viagem e o Património,' evocative of the 160th anniversary of the death of this intellectual, which is open to the public at the National Pantheon in Lisbon.

Years pass, and we witness the last great historical novel written on Viriathus. We witness the last great historical novel written about Viriathus's figure: *A voz dos deuses. Memórias de um companheiro de Viriato* (The voice of the gods. Memoirs of a Viriathus' companion) by journalist and writer João Aguiar (1943-2010), published in 1984.

It was an exciting year and title. Portugal had resorted to help and intervention from the International Monetary Fund in the previous year and is to join the then European Economic Community in a year. In this context, Viriathus' feat emerges as a divine mission told by a homodiegetic narrator at a time in which the historical novel becomes particularly present in literary production in Portugal, especially fictional biographies; fiction that, in the words of the author, will be more credible than the data

collected by readers in specialized texts, despite the effort to decentralize archaeological research that benefits the study of autochthonous historical phenomena:

> I am sincerely convinced that the Viriathus readers will find these pages closer to the historical and factual Viriathus than the traditional image of the rude shepherd from Hermínios bravely entrenched in his Cave in Viseu; even because Viriathus was not born in Hermínios (that is, Serra da Estrela) and the Cave is a fortification that has nothing to do with the Lusitanian chief (Aguiar, 1985: 7; our translation).

The novel quickly became a success, evinced by its successive sold-out editions, a writing style that hooks readers from the first to the last page, and its recognized historical accuracy as it is based on data collected from ancient documentation and the most recent archaeological studies. Nevertheless, the first significant syntheses took place at the end of the following decade, with temporary exhibitions organized at the National Museum of Archaeology with the respective reference catalogs still up to today: *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.* [From Ulysses to Viriato. The first millennium B.C.] (1996) and *Por Terras de Viriato. Arqueologia da Região de Viseu* [Across Viriathus' Lands. Archaeology of the Viseu Region] (2000).

The achieved success will justify its adaptation to the stage.

This happened in the summer of 1999 when actor, director, and director of the theatre group *Fatias de Cá* (Tomar; Ribatejo, 1979) Carlos Carvalheiro (1955-) premiered the show *Viriato* as part of *Festa do Rio e das Aldeias, do concelho de Vila Nova da Barquinha, no cenário natural e idílico do Castelo de Almourol*, erected north of a small island in the middle of the Tejo River[10]. Repeated in Conimbriga as part of the *Encontros de Teatro de Tema Clássico Conimbriga-Aeminium-Sellium* (Ferreira, 1999), the show has several editions until 2021, with the following two (2022 and 2023) taking place at the Tomar bullring. The action takes place at dusk for greater dramatic charge to the narrative, in which dozens of actors, extras, and the audience participate and are guests of honor at Viriathus' wedding banquet.

Interestingly, in the early autumn of this same year, 1999, Teatro Regional da Serra stages the play *Enclave do Montemuro* at Teatro da Comuna (Lisbon). Produced by Steve Johnstone, the text is the responsibility of British director and playwright Peter Cann (1955-) and actress Thérèse Collins. Inspired by the legends of Viriathus and the Anglo-Saxon Eadric

[10] VILA NOVA DA BARQUINHA – Teatro "Viriato" em Almourol | Rádio Hertz (radiohertz.pt).

the Wild, the play revolves around the region of a country that still resists the foreign power occupying it, like the Gaulish village of Asterix. Let us remember that 1999 is a critical year for the consolidation of the European project, with the start of the third stage of the Economic and Monetary Union, the holding of the European parliamentary elections, and the first sessions of the new Scottish Parliament and the National Assembly of Wales, evincing the identity and nationalist nature of the text.

As with *A* to Voz dos Deuses (vide supra), and *the success obtained justifies a new adaptation for* the theatre.

Now, in 2003, the initiative comes from a lawyer, professor, politician, and president of the United Nations General Assembly, Diogo Freitas do Amaral (1941-2019), with the title *Viriato: peça em três actos* [Viriathus: play in three acts]. Staged at Teatro da Trindade in Lisbon in the same year by director Jorge Fraga, it is "a show in which the universe of politics is, again, on of backstabbing"[11] (our translation), opting for a scenography that refers the viewer to the Viriato monument in Viseu[12].

The motto of the play proves to be quite pertinent; three years after entering the single currency, European institutions imposed new fiscal rules on Portugal, limiting its budget deficit to a certain percentage of its gross domestic product. However, the structure of public accounts remains incompatible with the defined target, a context that contributed to the defeat of its Socialist Party in the December 2001 elections and the subsequent resignation of Prime Minister António Guterres (1949-) due to the lack of the minimum political conditions to avoid the collapse of Portuguese public finances. The XV Constitutional Government of Portugal, led by José M. Durão Barroso (1956-), recognized this painful situation. Portugal experienced a deep economic downturn. Freitas do Amaral, who had supported his candidacy, was disappointed with his performance and the support he granted at the beginning of 2003 to the invasion of Iraq by the United States of America.

But J. Aguiar's book does not only inspire the politician and the director.

Much earlier, its content had motivated conductor, composer, and artistic director Jorge Salgueiro (1969-) to compose *Sinfonia n.º 1 - A Voz dos Deuses*. Composed in 1992, the 40-m long piece again confirms the intimate connection that has permanently been established between literature and music, regardless of the order of the factors. Dedicated, in the words of the

[11] ESPERO UM GRANDE ÊXITO - Cultura - Correio da Manhã (cmjornal.pt).
[12] Jorge Fraga – RTP Arquivos.

composer, to Banda da Armada, to which he was admitted as a trumpeter in 1987, the piece premiered in 1993, being played by the very Banda (Neves, 2003: 8). This evinces another link, this time to the Portuguese military legacy, the genealogy many see as intertwined with Viriato's deeds.

Eight years later, inspired by Celtic sounds, musician Carlos Dâmaso (1949-) composed the music that accompanied the show's premiere at the castle of Almourol (*vide supra*).

It is unsurprising that composer and defender of Lusitanian Integralism Luís de Freitas Branco (1890-1955) composes *Viriato. Poema Sinfónico – Funerais de Viriato* [Viriathus. Symphonic Poem — Viriathus' Funeral Rites], glorifying Viriathus' Lusitania[13], in 1916 (Perez-Borrajo, 2020).

Composed for Orchestra[14] under a strong Wagnerian influence and a nationalist orientation, it is based on a text by writer, journalist, politician, and Lusitanian integralist José Hipólito Raposo (1885-1953), evoking the moment Viriathus' soldiers find him dead, their mourning, and the funeral ceremonies. Premiered in February the following year at Teatro República in Lisbon as part of 'Festival Luso-Espanhol' (Luso-Spanish Festival) by the Lisbon Symphony Orchestra under the direction of Maestro Pedro Blanch (1877-1946), the piece is later performed at Teatro Sá da Bandeira in Porto, this time by Orquestra Sinfónica Portuense under the direction of its founder, pianist, and orchestra director Raymundo de Macedo[15].

It is, without a doubt, the first great experience of osmosis between literary and musical composition, having as a common element the figure of Viriato

In issue 16, of February 15, 1917, of the monthly magazine *Atlântida: mensário artístico, literário e social para Portugal e Brazil* [Atlantis: artistic, literary, and social monthly for Portugal and Brazil] (1915-1920), the short story by H. Raposo appears—*Funerals de Viriato* (Viriathus' Funeral Rites]—dedicated to Alberto Monsaraz and epigraph taken from the work

[13] A traditionalist and Portuguese monarchical socio-political movement that opposed the Republic, Estado Novo, the Constitutional Monarchy, and Liberalism, defending Municipalism, National Unionism, the Catholic Church, and the Traditional Monarchy and proclaiming the restoration of the Portuguese nation from 1914 to 1932.

[14] The composition is mainly based on woodwinds, percussion, and strings, including harp.

[15] At least two more performances will take place: in 1943, that is, in the middle of World War II (1939-1945), at Coliseu dos Recreios in Lisbon by the Orquestra Sinfónica Nacional under the direction of Maestro Pedro de Freitas Branco (1896-1963) and in 2005, at Teatro Municipal São Luiz, also in Lisbon, under the direction of Maestro Andrea Pestalozza.

of African Latin historian *Lucius Florus* (1-2 century B.C.E.), associated with an excerpt from the symphonic poem by L. de Freitas Branco and illustrated with part of the score[16].

Funerais de Viriato is classified by a particular critic of the time as one of the best, included in the book *Outro Mundo. Lembrança da Terra e dos Homens* (Life After Death. Remembrance of the Earth and Men) by H. Raposo: "It is a strong water, from a Master, painted with art, with love, with descriptive brilliance, in exquisite tones, full of light, projecting itself as a dazzling vision of the Past" (Crispim, 1918: 2, our translation). Others go further, pointing out that,

> To remember the past time when children the deeds of its children magnified the Homeland […] is to work fruitfully to lift a decadent people […]. It is to feel in your veins the still running blessed blood that made Portuguese History a book of heroisms, a missal of self-denial (Santa Martha, *A Monarquia,* 1918: 2; our translation).

It suffices to retrieve the words H. Raposo printed to understand better this better position:

> It is night now. When the fire finished delivering all souls to heaven, the consecration of the last spoils was still missing. Suddenly, through sobs, the alarming cries of the people cross each other: the shadow of the Hero in sight floating on the edge of the flame like the breath of fire, rising to the clouds, where the arms prolong the desire for a departure. // And over the tomb where the ashes are collected, hand to hand, the last soldiers came to kill each other, giving in their glory the testimony of the blood. // This was the great longing Viriathus left in this world (Raposo, 1917: 286, our translation).

The years of the composition and premiere of this symphonic poem will not only coincide in space and time. Portugal entered World War I (1914-1918) on March 9, 1916, because of the seizure of German ships in Portuguese waters, although it had been maintaining battle fronts in Africa to defend the territories of Angola and Mozambique. This situation

[16] A close connection between literature and musical composition had happened before in L. de Freitas Branco's work. Still in 1912, but with a partial premiere only in 1918, at Teatro Politeama (Lisbon), he composed three symphonic fragments entitled *Tentações de S. Frei Gil (*Temptations of St. Friar Gil), based on a work by Portuguese poet, monarchist, and integralist António Correia de Oliveira (1879-1960), published in 1907. In 1915, political essayist, poet, and prominent figure of Integralism, António Sardinha (1887-1925) writes three sonnets: *O motivo da planície*, *Minuete* and *Soneto dos repuxos* (The Motif of the Plain, Minuet, and Sonnet of fountains) for voice and piano. Then came *O Canto do Mar* (The Song of the Sea) (1918) for soprano or tenor and orchestra based on a text by an H. Raposo's collaborator, politician, poet, integralist, and national-syndicalist Alberto de Monsaraz (1889-1959), premiered in the same year at Teatro República (Lisbon).

worsened living conditions in Portugal, making food supply scarce and difficult. This situation worsened living conditions in Portugal, making the supply of food scarce and difficult, leading to several social protests throughout the territory, especially during 1917.

Moreover, the ideas in the works by H. Cabaço and L. de Freitas Branco echo those in integralist periodicals, such as *A Monarquia: Diário Integralista da Tarde* [The Monarchy: The Daily Afternoon Integralist] (1917-1925), to which the composer contributed with musical criticism and texts on 'Latinism,' 'Germanicism,' and his appreciation for French composers. However, it consists of one of the most salient publications of Lusitanian Integralism, *A Questão Ibérica* (The Iberian Question) (1916), bringing together texts from lectures that took place in 1915 at *Liga Naval Portuguesa* (Portuguese Naval League) (Lisbon, 1900), in which we find *Música e Instrumentos* (Music and Instruments) from L. de Freitas Branco, in which he praises the authenticity and patrimonial autonomy of Portuguese popular music (Branco, 1916: 119-1943; Pina, 2016).

These offer only a few examples of how, regarding the figure of Viriathus, historical novels adapted to dramaturgical and musical plays are staged in a clear testimony of the dialogue maintained between forms of creative production of clear communicating vessels.

What about its graphic representation?

Proceeding to a very brief analysis, as this is a first approximation to the theme, it is possible to observe interesting common elements that seem to prevail in the researched material, including that in which the figure of Viriathus stands out, represented as a leader with flowing hair wearing clothing, weapons, and symbols of power considered contemporary, in a warrior and fearless attitude, often appearing on a higher plane than the other extras (when they exist), on a stony outcrop and/or surrounded by rocks, in landscape imagery compatible with what is known as 'Montes Hermínios' - *Mons Herminius* (traditionally associated only with Serra da Estrela).

Although the most followed model, namely on a poster promoting a table tennis tournament, seems to be the statue of Viseu, sculpted by M. Benlliure (*vide supra*), promoting Viriathus as a national hero in a period in which Portugal was yet to exist as a country, Vieira Portuense's painting appears in the same way in some cases. This happens on the cover of editions of *Viriato Trágico* by Braz Garcia Mascarenhas, adapted into prose by writer, pedagogue, and politician João de Barros (1881-1960). Other,

more recent productions will dispense with an *a priori* image, which is another different criterion that is not always evident.

In any case, the representation of Viriathus appears to us in the most diverse types of support and with distinct functions. Among these, we highlight the emblematic, including municipal heraldry—the Vila de Cabanas de Viriato case—and associative and military ones. Although less frequent, we also find it in numismatic, medal-related, philatelic, and bookplate specimens; in addition to bookplate specimens, the municipal heraldry—the case of Vila de Cabanas de Viriato—and associative bookplate specimens and materials directly and indirectly related to tourism, such as postcards[17].

The constructed name and iconography include abundant appropriations—especially by the aforementioned Spanish sculptor M. Benlliure—by the most diverse typologies of different sectors of the national economy, namely cultural, including comics[18]. That is why we find it designating the traditional concert hall of the municipality of Viseu that assigns it a day—*Dia de Viriato* [Viriathus' Day]—as part of the annual and very popular *Feira de São Mateus* in August, as well as naming testimonies of hotels and restaurants, along with other companies of the most diverse nature[19], which have, however, as an (almost) common element the fact that they belong to the geography traditionally associated with the life of the Lusitanian warrior; examples showing the importance of the past as an identity mark of a territory and its communities. The use of names and historical achievements that contribute to the construction of what is now Portugal are embodied in the animation *Era uma vez um país. De Viriato à Padeira de Aljubarrota*[20] [Once upon a time, there was a country. From Viriato to the Baker of Aljubarrota], published in 2009 by 'Porto Editora Multimédia' in the series *A História de Portugal explicada às crianças* [The History of Portugal explained to children]. This initiative takes us back to the series *Il était une fois… L'Homme* (1978) and to the melting pot of national identity between a time when the Portucalense County was yet

[17] Monumento a Viriato, Viseu (postais-antigos.com).
[18] HOMENAGEM A JOSÉ GARCÊS EM VISEU (wordpress.com) ; BD E HISTÓRIA DE PORTUGAL (5) - VIRIATO (pinterest.com) e "Viriato na Banda Desenhada" | (wordpress.com).
TRIBUTE TO JOSÉ GARCÊS IN VISEU (wordpress.com); BD AND HISTORY OF PORTUGAL (5) - VIRIATO (pinterest.com), "Viriathus in Comics" | (wordpress.com), among other testimonies.
[19] An example of this, the wine production 'Terras de Viriato' - 2014 Terras de Viriato Reserva red (garrafeiranacional.com).
[20] História de Portugal - Episode "Viriato" (pinterest.com).

to exist and the guarantee of the independence of the Kingdom from Castile in a decisive battle (Aljubarrota, 1385).

More recently, on the eve of the COVID-19 pandemic, Portuguese cinematography theme retrieved theme. This time, filmmaker Luís Albuquerque (1963) directs *Viriato*[21], which premiered on October 10, 2019, with a screenplay by Ana Carolina Pascoal (1992) and shot in locations in Beira, such as Seia, Viseu, and São Pedro do Sul. According to its synopsis, this film details the biography of the warrior, who dedicates his life to protecting his people, selecting the following phrase for the promotional poster, uttered by Viriato in the film: "What the gods dictate to his people today will be the race we forge for tomorrow." It is a phrase with clearly messianic weight and defender of the affiliation between Lusitanians and Portuguese, with Viriathus wearing props and body paint reminiscent of other opponents of the Roman Empire, such as the Picts.

It is the only film produced in Portugal that is entirely dedicated to him after, in 2016, the television channel 'História' dedicated a documentary composed of two episodes to him[22], as had happened in 1990, on the initiative of RTP – Rádio Televisão Portuguesa[23], coinciding with the film 'No, or the Vain Glory of Command' (*vide supra*), the play 'Viviriato' (*vide supra*) and the publication, two years later, of the first essay on the reception of the figure of Viriato in Portugal, by Guerra and Fabião (*vide supra*).

Brief final reflections and some open questions

As with other historical figures who have become national heroes and myths according to specific historical contexts, Viriathus has been used as an example of personal sacrifice in the name of a greater good, that of the community. A community is associated with a location, a material culture, and a way of being and acting that should correspond to a unison identity, which is permanently constructed and reconstructed to justify genealogical agendas and pretensions.

This is the generalized analysis angle of past reception studies, the narrowest of which involves scrutinizing this reception in the arts and

[21] VIRIATO Trailer Oficial (youtube.com).
[22] Vídeo | Facebook.
[23] Viriato – Episódio 01 – RTP Arquivos.

literature in whose context we produce our first approach to the chosen theme—the figure of Viriathus.

Much remains to be observed and pondered regarding the popularization of this same reception.

In fact, how many examples of the use of the figure and name of Viriathus include a proper understanding of his historical personality? Does appropriating his name and (invented) Viriato mean fully internalizing his deeds and having their meaning in their origin? Moreover, we must remember that legitimizing an identity—in this case, that of Viriathus —implies proceeding, even unconsciously, to an alterity that neither is nor can be the primordial one.

Since the past is composed of emotions, its protagonists, successors, scholars, and users are unevenly lived, memorized, and transmitted. We ask how to proceed with these same emotions when the very act of investigating is one of emotion. Moreover, the reception of the past is always mediated by collective individual or collective emotions. That is why we ask again: how to proceed? Are emotions falsified? Or rather, is it possible to avoid falsifying emotions, especially when they almost always simultaneously seek, provoke, and stem from very concrete agendas? However, a first glance may fail to evince them.

These agendas often require historical-cultural support regardless of their geography, chronology, category, or typology, especially when the emotions thus aroused generate the desired relationships between program makers and the target audience, precisely intermediated by heritage testimonies, therefore also establishing links with the past. Connections are metamorphosed and transfigured according to specific contexts, mainly when motivated by extremist intolerant agendas in which irrationality prevails, enhancing identity passions essential to justify, legitimize, and nourish political programs. Other opposites can also annul and replace them, implying the destruction of heritage specimens. However, absence can be as or more potentiating of emotions, and the referents differ depending on the political angle that uses, reuses, and even forges them.

The figure of Viriathus fails to offer an exception to this picture. Moreover, its appropriation follows what happens in other countries, as we have had the opportunity to verify, albeit briefly, exemplifying resistance to exogenous powers and endogenous forces responsible for economic, financial, and social decay. That is why we find him in various contexts, used in different ways and varying types of support.

Before closing our first approach to the subject, it is essential to mention that much can be produced in this area mentioning that much can be made in this area is essential. First, we will detail the reception of Viriathus' figure over time across the two sides of the Iberian border by conducting an exhaustive survey. To contextualize these receptions from the point of view of trans-contextuality and trans-memory. It is also worth conducting an iconographic and iconological comparative analysis between the types and contexts of reception with other heroic figures who fought against the Roman presence. Furthermore, it will be interesting to try to understand to what extent the appropriation of Viriathus' name and his imagined figure is genuinely internalized. It will also be popular widespread of essential to assess the degree of popular, widespread knowledge about Viriathus and his significance for the construction of regional and national collective memory and the relevance—or not—they give him today, gauging types of emotions and memories he may arouse in them. Only thus will a more generalized and specific picture of this reality in permanent (re)construction, often by revisionist agendas, regardless of the respective ideological and political quadrant.

Only thus will it be possible to communicate, share, identify, analyse, and overcome historical inaccuracies and—possibly importantly, most notably in promoting structure of actual "citizen science"—to discuss, with consequences, the ways of transmitting the past to different audiences without distorting the problematic nature of that past (Martins, 2020; 2022). Audiences that excel in multiculturalism and are more demanding, challenging, and attentive to content propagated quickly and attractively by the digital world and social networks. In short, only thus can a true, accurate, genuine, actual, truly inclusive dialogue be promoted, one of the great tests of identity, not only territorial, individual, and collective, but also scientific.

It is also worth questioning how the production of knowledge and archaeological heritage has contributed, even if involuntarily, to the (re)structuring of Viriathus' and the Lusitanians' figures and the relationship between them and the Portuguese. To what extent have their (re)builders resorted to this same knowledge? What is the nature of the relationship, and what levels of relationships, memories, and emotions have been established between them? These and other questions will deserve the attention and scrutiny of various actors in this whole process of understanding a phenomenon of construction of national myths by imagery (Renard, 2023) that can be discerned in other episodes and actors in the history of any geography and community.

Acknowledgments

To the editors of this volume for all their support and understanding. This text was produced in the context of the IHC funded by national funds via FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., within the scope of the projects UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020, and LA/P/0132/2020.

Bibliographic References

AGUIAR, João. *A voz dos deuses – Memórias de um companheiro de armas de Viriato*, «Advertência prévia», 12ª ed. Lisboa: Perspectivas e Realidades, (1ª ed.), 1985.

ALARCÃO, Jorge de (ed.). *De Ulisses a* Viriato. *O primeiro milénio a.C.*. Lisboa: Ministério da Cultura, 1996.

ALARCÃO, Jorge de. *Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2001.

BRAGA, T. *A Patria Portugueza: O territorio e a raça*. Porto: Chardron, 1894.

BRANCO, Luís de Freitas. Música e instrumentos. In: *A Questão Ibérica: Integralismo Lusitano*. Lisboa: Almeida Miranda & Sousa, 1916: 119-143.

CRISPIM. Jornaes Portugueses. *A Monarchia*. 1918: 2. [1918-01-10 J-4131-G.pdf (bnportugal.gov.pt)].

DIAS, Jaime Lopes. *Viriato: herói e pioneiro da independência*. Lisboa: Editorial Império, 1953.

DUARTE, Eduardo. Três Jornais de Belas-Artes do Século XIX em Portugal. *CONVOCARTE. Estudos de historiografia e crítica de arte portuguesa*, n.º1, dez. 2015: 252-269.

FARIA, Miguel Figueira de. Political and Aesthetic Ideas in the Correspondence Related to Domingos Sequeira and Vieira Portuense. *PoliticalPolitical and aeStHetiC ideaS*: 144-157.

FERREIRA, José Ribeiro. O Viriato de João Aguiar no Castelo de Almourol. *Humanitas*, n. 51, 1999: 371-373.

GARCIA, José M. Uma realidade entre o mito e a história. *Prelo*. 9, Out.-Dez., 1985: 59-70.

GOMES, Paulo Varela Gomes: Francisco Vieira (Vieira Portuense), as suas relações com a Feitoria Inglesa no Porto, e a sua visita a Londres (1788-1790). O colecionador e Museólogo Iluminista, Dom Frei Manuel do Cenáculo. *Portugal e o Reino Unido. A Aliança Revisitada*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995: 87-91.

GUERRA, Amílcar; Carlos FABIÃO. Viriato: Em torno da iconografia de um mito. *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1998, vol. 3: 33.79

GUERRA, Amílcar; Carlos FABIÃO. Viriato: Genealogia de um Mito. *Penélope: revista de história e ciências sociais*, 1992, 8: 9-24.

GUERRA, Amílcar. A apropriação de Viriato (e dos Lusitanos) no séc. XIX em Portugal. In: RODRIGUES, Nuno Simões; RODRIGUES, Ália (coords.) *Identidade Romana e Contemporaneidade*. Série *Humanitas Supplementum. Estudos Monográficos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2023: 163-189.

LENS TUERO, Jesús. Viriato, héroe y rey cínico. In: LENS TUERO, Jesús (coord.). *Estudios sobre Diodoro de Sicilia*. Universidad de Granada: Servicio de Publicaciones, 1994: 127-144.

LUPI, João. Os lusitanos e a construção do ideal nacionalista português. *Brathair-Revista de Estudos Celtas e Germânicos*, v. 1, n. 1, 2001: 13-29.

MARTINS, Ana Cristina. Afinal, para que serve a história da arqueologia? Arqueologia e território: realidades, necessidades e possibilidades (breves reflexões). *Scientia Antiquitatis*. 2022, Vol. 1: 248-264. [http://www.scientiaantiquitatis.uevora.pt/index.php/SA/issue/view/40].

MARTINS, Ana Cristina. Território, comunidade, memória e emoção: a contribuição da história da arqueologia (algumas primeiras e breves reflexões). In: ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andres (eds.). *Arqueologia em Portugal. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2020: 17-24.

MATOS, Sérgio Campos. História e identidade nacional: A formação de Portugal na historiografia contemporânea. *Lusotopie*, 9.2, 2002: 123-139.

MATOS, Sérgio Campos. História, positivismo e a função dos grandes homens no último quartel do século XIX. *Penélope: revista de história e ciências sociais*, 1992, 8: 51-71.

MATOS, Sérgio Campos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

MATYSZAK, Philip. *Os inimigos de Roma: de Aníbal a Átila, o Huno*. tradução de Sônia Augusto. Barueri: Editora Manole, 2013.

NEVES, Rui M. Ramalho Ortigão. Vamos ouvi-los um século depois. *Revista da Armada*, n. 366, 2003: 8-10.

PASTOR MUÑOZ, Maurício. *Viriato: o herói lusitano que lutou pela liberdade do seu povo*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2006.

PEREITA, Maria Helena da Rocha. *Obras de Maria Helena da Rocha Pereira, IX Estudos sobre língua e literatura portuguesas*. Lisboa-Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian/Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

PEREZ-BORRAJO, Aarón. Les contrepointistes de L'Ècole d'Évora. El Integralismo Lusitano y la Escola de Évora en el nacionalismo musical de Luís de Freitas Branco. *Popular Music Research Today: Revista Online De Divulgación Musicológica*, *2*(2), 2020: 33-47. [https://doi.org/10.14201/pmrt.23928].

PINA, Isabel. O integralismo musical de Luís de Freitas Branco: de Viriato a Camões. *Revista Portuguesa de Musicologia*. Nova Série, v. 5, n. 2, 2018: 357-382.

PINA, Maria Isabel A. da Silva. *Neoclassicismo, nacionalismo e latinidade em Luís de Freitas Branco, entre as décadas de 1910 e 1930*. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa, 2016.

RAMOS, Maria Ana Revista. A emergência de uma identidade literária em Portugal. entre história, textos e críticos. *Signum*. 2019, vol. 20, n. 2. 95: 95-115.

RAPOSO, Hipólito. *Outro Mundo. Lembrança da Terra e dos Homens*. Coimbra: Typographia F. França Amado, 1953.

RENARD, Margot. *Aux origines du roman national. La construction d'un mythe par les images, de Vercingétorix aux Sans-culottes (1814-1848*). Paris: Editions Mare & Martin, 2023.

RESENDE, André de. *As antiguidades da Lusitânia*. Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996 [RESENDE, André de. *Libri quatuor De antiquitatibus Lusitaniae Accessit liber quintus De Antiquitate municipij Eborensis*. Eborae: Martinus Burgensis, 1593.].

RODRIGUEZ MARTÍN, Francisco Germán Rodríguez. Las guerras lusitanas. In *Historia militar de España*. Madrid: Laberinto, 2009: 224-234.

SÁNCHEZ MORENO, Eduardo. Un rival y una frontera: Viriato en armas. *Desperta Ferro: Antigua y medieval*, n. 61, 2020: 22-30.

SÁNCHEZ MORENO, Eduardo; AGUILERA DURÁN, Tomás Aguilera. Bárbaros y vencidos, los otros en la conquista romana de Hispania: notas para una deconstrucción historiográfica. In: *Debita verba: estúdios em homenaje al professor Julio Mangas Manjarrés*. Oviedo: Ediciones de la Universidad de Oviedo, 2013: 225-244.

SCHULTEN, Adolf. *Viriato*. Madrid: Real Academia de Historia, 1920.

SENNA-MARTÍNEZ, João Carlos de; PEDRO, Ivone (eds.). *Por Terras de Viriato. Arqueologia da Região de Viseu*. Lisbia: Instituto Português de Museus, 2000.

SILVA, Maria de Fátima (coord.). *Representações de Teatro Clássico no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.

SILVA, Maria de Fátima (coord.). *Representações de Teatro Clássico no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Colibri, vol. II, 2001: 440-441.

VASCONCELOS; José Leite de. 1897. *Introdução Geral a Religióes da Lusitânia, na parte que principalmente se refere a Portugal*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897: XXV-XXVII.

VLACHOU, Foteini. A pintura de história na Península Ibérica durante as guerras revolucionárias e napoleónicas: patriotimo e propaganda. *Olhão, o Algarve & Portugal no tempo das invasões francesas*. Olhão: Município de Olhão, 2011: 175-188.

Recebido: 31 de julho de 2024 | Aceito: 27 de setembro de 2024

RELIGIÃO, NAÇÃO E HISTÓRIA ANTIGA. UMA ABORDAGEM À OBRA DE AGUSTÍN RIVERA

Héctor A. Vega Rodríguez[1]

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a produção de textos de Agustín Rivera sobre a antiguidade clássica na segunda metade do século XIX. A partir do estudo de sua vida, do contexto em que escreveu e da análise do conteúdo de suas obras sobre a história da Grécia e de Roma voltadas ao ensino, observamos que Rivera se preocupou em fornecer uma visão providencial interessada em identificar a veracidade dos fatos, bem como o papel dos heróis e a reflexão sobre a filosofia da história. Agustín Rivera propôs uma leitura política, religiosa e moral da história antiga. Nela, identificou o cenário para oferecer exemplos de vícios e virtudes com o objetivo de educar jovens aos quais a história seria útil para identificar a origem dos males políticos e morais e oferecer uma solução.

Palavras-chave

Agustín Rivera; Antiguidade; religião; nação; filosofia da história.

[1] Doutorando em Ciências da Antiguidade e Idade Média – Universidad Nacional Autónoma de México, Acatlán, México. E-mail: hector_avr@hotmail.com

Resumen

El objetivo del presente artículo es analizar la producción de textos de Agustín Rivera sobre la antigüedad clásica en la segunda mitad del siglo XIX. A partir del estudio de su vida, el contexto en el que escribió, y un análisis del contenido de sus obras sobre historia de Grecia y Roma enfocadas en la enseñanza, observamos que Rivera se preocupó por brindar una mirada providencial interesada en identificar la veracidad de los hechos, así como el papel de los héroes y la reflexión en torno a la filosofía de la historia. Agustín Rivera propuso una lectura política, religiosa y moral de la historia antigua. En ella identificó el escenario para ofrecer ejemplos de vicios y virtudes con el objetivo de educar a los jóvenes a quienes la historia les sería útil para identificar el origen de los males políticos y morales y ofrecer una solución.

Palabras clave

Agustín Rivera; Antigüedad; religión; nación; filosofía de la historia.

Introdução

No contexto político e social do México do século XIX, as obras com fins educativos que procuravam promover a formação cívica e moral dos cidadãos mexicanos recorreram a um discurso identitário centrado no conhecimento e na divulgação da história da nova nação e do resto do México. Dentro do amplo panorama histórico, a antiguidade clássica representou um ponto de interesse voltado para o conhecimento dos grandes heróis para acentuar tanto suas virtudes quanto as falhas em seu comportamento que causaram degradação moral e política.

Dentro deste amplo panorama, este estudo interessa-se em investigar a obra historiográfica de Agustín Rivera (1824-1916), que foi professor de História no Liceu de Lagos, sacerdote defensor do catolicismo e autor de mais de uma centena de textos sobre assuntos diferentes. A análise de sua produção de obras voltadas ao ensino de história permite identificar, por um lado, o papel que o discurso sobre a antiguidade clássica teve como forjador de uma identidade nacional e, por outro lado, a permanência do providencialismo como modelo explicativo cujo objetivo era estabelecer a ligação entre a história nacional, a história universal e a religião cristã.

Notas biográficas

Agustín Rivera y Sanromán nasceu em Lagos de Moreno, estado de Jalisco, em 1824, filho de Pedro Rivera, um soldado espanhol, e de Eustacia Sanromán. De 1834 a 1836, frequentou o Seminário Morelia onde estudou gramática espanhola e latina. Foi aluno de Clemente de Jesús Munguía, professor do Seminário Morelia. Além disso, teve como companheiro de quarto Pelagio Antonio de Labastida y Dávalos (Muñoz Moreno, 1906: 12)[2], um membro proeminente do partido conservador que se tornou arcebispo do México entre 1863 e 1891.

Seu professor, Clemente de Jesús Munguía, foi aluno e posteriormente reitor do Seminário Diocesano de Morelia, professor de latim e criador da cátedra de grego da referida instituição (Ortíz Dávila, 2014: 50). Teve sob sua tutela importantes figuras do conservadorismo mexicano como Ignacio Aguilar y Marocho, Miguel Martínez e Tirso Rafael de Córdoba.

[2] Labastida y Dávalos foi um importante membro do clero mexicano que, além de ter sido arcebispo do México entre 1863 e 1891, fez parte da Regência do Segundo Império Mexicano entre julho e novembro de 1863. Para um estudo completo da Igreja no México no período, incluindo o papel de Labastida y Dávalos, ver García Ugarte (2010).

Munguía defendia a subordinação da filosofia política à fé católica e defendeu os direitos e interesses da Igreja no México.[3] O grupo participou ativamente de publicações doutrinárias como *La Voz de México* e *La Sociedad Católica.*

Rivera continuou seus estudos no Convento de La Merced de los Lagos e posteriormente mudou-se para o Seminário de Guadalajara. Em 1838, no referido Seminário, apresentou um exame de gramática onde traduziu "as Doze Orações Selecionadas de Cícero, as 10 Éclogas, a 1ª e a 4ª das Geórgicas e os dois primeiros livros da Eneida de Virgílio; bem como a carta de Horácio aos Pisões" (Muñoz Moreno, 1906: 20). Também apresentou uma tradução improvisada de um parágrafo do terceiro discurso de Cícero contra Catilina. Além disso, estudou aritmética, geometria, geografia, física e astronomia.

Entre 1841 e 1843 permaneceu no Seminário e frequentou vários cursos de Direito. De 1844 a 1847 estudou Direito Teórico-Prático na Universidade e, em 1848, recebeu o título de advogado. No mesmo ano foi ordenado sacerdote e começou a lecionar no Seminário. Ele recebeu seu doutorado em direito civil em 1852. Entre 1851 e 1860 deu aulas de Direito Civil e Romano no Seminário e foi Promotor Fiscal da Cúria Eclesiástica de Guadalajara. O trabalho docente de Rivera começou em 1847 no Seminário da mesma cidade. Seu trabalho como professor foi muito importante e definiu um de seus interesses mais claros, que era produzir textos para o ensino. Teve muitos discípulos que mais tarde se destacaram na vida pública do país como Eduardo Pankhurst, governador de Zacatecas, José María Armas, cônego de Zacatecas e bispo de Tulancingo, Joaquín María Escoto, assessor do Conselho de Guerra que condenou Maximiliano à morte, Ignacio Silva, Carlos Rivas, Enrique Pazos, Diego Baz, advogados e deputados do Congresso da União, Emilio Del Castillo Negrete, historiador, entre outros.[4]

Após uma primeira visita à Cidade do México em 1853, viveu na capital entre 1860 e 1861. Em dezembro de 1866 viajou para a Europa onde

[3] Palti reconhece em Munguía um importante estudioso da literatura clássica, mas também o responsável pela expansão do campo da discussão política no México do século XIX (2005: 276). A ideia geral de Munguía sobre as letras clássicas era que elas poderiam não apenas ser modelos de bom gosto, mas também uma fonte única de sabedoria humana e civil.

[4] Na biografia escrita por Muñoz Moreno em 1906, que foi seu amigo íntimo e único herdeiro após sua morte, está incluída uma longa lista de discípulos de Rivera, organizados cronologicamente e de acordo com o campo ao qual se dedicaram (Muñoz Moreno, 1906: 40-42).

permaneceu até março de 1868, visitando França, Itália, Inglaterra e Bélgica. Durante a sua estadia em Roma visitou o Papa Pio IX.[5] Ao retornar, lecionou história no Liceu do Padre Miguel Leandro Guerra até 1871 e, de 1869 a 1882, ocupou o cargo de capelão das freiras capuchinhas, ambos cargos em sua cidade natal, Lagos de Moreno.

Em 1869 foi inaugurado o Liceu para meninos do Padre Guerra, onde, durante dois anos, Rivera lecionou História, cujas aulas eram frequentadas não só pelos seus alunos, mas também pelos professores do ensino primário. Segundo o próprio Rivera, entre 1861 e 1866, alguns ex-colegas do Liceu criticaram-no pela dedicação à escrita e por não ter ascendido na carreira eclesiástica; mas que, a partir da década seguinte, uma vez publicados os seus *Compendios* de História da Grécia e de Roma, solicitaram a Guadalajara exemplares dos seus livros, que ele se recusou a enviar (Muñoz Moreno, 1906: 68-69).

Manteve contato com importantes membros do clero nacional como seu ex-companheiro Labastida y Dávalos e outras figuras notáveis como Ignacio Suárez Peredo, bispo de Veracruz, que chegou a lhe pedir para ser seu Provisor e Vigário Geral em 1887, ao qual nunca respondeu porque não estava interessado em interferir nas disputas políticas nem queria ser ridicularizado em Jalapa (Muñoz Moreno, 1906: 74-77). Segundo seu biógrafo, ele adorava a solidão, o estudo e a escrita e daí sua preferência por sua cidade natal, Lagos de Moreno, e não por grandes centros urbanos como a Cidade do México ou Guadalajara.

A Universidade Nacional, fundada em 1910, concedeu-lhe um doutoramento *honoris causa* em vida e foi convidado pela comissão encarregada das comemorações do centenário da independência a proferir o discurso fúnebre diante dos restos mortais dos heróis da guerra de 1810 no Palácio Nacional. Rivera mudou-se para o México para as comemorações onde foi muito bem recebido (Toro, 1917: 23-24).

Sua gradual precariedade econômica, causada pelos gastos com suprimentos para seu trabalho como escritor, fez dele beneficiário de uma pensão do governo mexicano presidido por Porfirio Díaz de 1901 a 1910 quando, devido à eclosão da Revolução Mexicana em novembro daquele

[5] Segundo carta publicada por Rivera, ele solicitou uma audiência com o Papa, que lhe foi concedida durante sua visita a Roma. A data da reunião parece ter sido 13 de março de 1867. Ele tem uma opinião muito favorável do pontífice. Ele ressalta que lhe perguntou sobre o motivo de sua viagem à Europa e perguntou-lhe especificamente: O que [Benito] Juárez está fazendo? Ao que o Papa acrescentou: "Não se pode ter notícias exatas do México quando chegam pela América do Norte!" (Rivera, 1876: 30).

ano, foi retirada. Os últimos anos da sua vida foram passados na cidade de León, em circunstâncias economicamente complicadas. Ele morreu aos 92 anos em 6 de julho de 1916.

Agustín Rivera foi membro da Sociedade Mexicana de Geografia e Estatística e membro honorário da Sociedade Médica de Guadalajara (Iguíniz, 1917: 29).[6] Seu trabalho teve muita influência em sua época. Segundo Alfonso Toro "combateu o fanatismo e as superstições populares e despertou o sentimento patriótico tanto na sua cidade natal […] como em outros locais do país" (Toro, 1917: 24). A Biblioteca Pública e uma das principais ruas de Lagos de Moreno levam seu nome, um retrato dele foi colocado na Biblioteca Pública de Guadalajara e, em Chiapas, foi fundada uma sociedade literária chamada Agustín Rivera (Toro, 1917: 22-23). Guillermo Prieto o chamou de amigo "venerável e culto" (Prieto, 1906: 249) e Mariano Azuela, também natural de Lagos de Moreno, dedicou um estudo à vida e obra de Agustín Rivera (Azuela, 1942).

Divulgou seus trabalhos por meio do jornal, onde também foram localizadas listas de suas publicações e algumas transcrições. Também foi responsável pela divulgação e venda de seus textos, além de distribuir exemplares para amigos, instituições de ensino e bibliotecas. (Valle Lanten, 2004: LVII). Segundo Carbajal, Rivera construiu "a sua própria celebridade" sob a chancela de um trabalho patriótico e científico centrado na busca da verdade e "a sua presença nos jornais é antes um testemunho

[6] A adesão a estas associações científicas torna necessária a inclusão de algumas breves notas. Rivera publicou sobre diversas áreas do conhecimento, mas seu interesse pela história perpassa todos os seus anos de produção. O caminho seguido pela história no México começou com a introdução da história científica europeia durante o século XIX (Pinal Rodríguez, 2016: 13). Se entendermos a historiografia como uma prática especializada e, portanto, típica dos profissionais, parece claro que encontramos um cultivo dela no período. Esses historiadores, que podemos chamar de profissionais, definem uma profissão a partir de seus praticantes, de suas práticas e da sociedade em que atuam, ou seja, a partir da formação de grupos de interação (Pinal Rodríguez, 2016: 20-21), trabalharam sob a proteção de associações científicas como a Sociedade Mexicana de Geografia e Estatística ou o Museu Nacional. Tanto neste como no Arquivo Geral da Nação existiam cargos governamentais associados à investigação histórica (Zermeño Padilla, 2010: 151-165). Podemos, então, falar de uma fase "pré-institucional", mas profissional, do trabalho historiográfico no México entre 1850 e 1910. Uma obra representativa desta fase foi o *Diccionario Universal de Historia y de Geografía* (1853). É neste contexto que o estudo da história de Rivera pode ser inserido. Contudo, neste cenário intelectual, Rivera apresenta sintomas de interesses particulares que ficam evidentes em seu compromisso com o ensino e no impacto de seus textos em setores mais amplos da população, especialmente aqueles fora das elites, como será visto ao longo do presente estudo.

da secularização como um processo em que se abriu a possibilidade de questionar a autoridade tradicional do catolicismo, em benefício da autonomia de esferas como a política e a ciência" (Carbajal, 2022: 111-112). A imprensa e a divulgação pessoal da sua obra foram os mecanismos de divulgação das suas ideias.

Como membro do baixo clero — recordemos que serviu como capelão de freiras e de um padre e o que foi dito acima sobre as críticas que alguns personagens lhe fizeram por não ascender na hierarquia eclesiástica —, a sua obra foi elogiada não só pelo setor católico conservador, cujos membros foram alguns dos seus críticos mais importantes, mas também por aqueles que, em princípio, podem ter pertencido a um lado político liberal. Já se notou que Agustín Rivera participou nas comemorações do centenário da Independência elogiando a figura de Hidalgo, que, sem dúvida, admirava e considerava parte dos protagonistas da história nacional. Segundo Valle, através das dedicatórias de suas obras podemos perceber que o círculo de amigos de Rivera era muito amplo e vinha de todas as posições sociais, desde bispos e governadores, até comerciantes, advogados e cidadãos (Valle Ruiz, 1988: 35-36). A correspondência encontrada em seu arquivo permite-nos ampliar essa ideia, pois sabemos que muitos receberam exemplares de seus *Compendios* como presentes e os distribuíram ou demonstraram interesse em adquiri-los.[7]

O cenário político e religioso

O estado de Jalisco e a arquidiocese de Guadalajara foram dois espaços relevantes onde se evidenciava o clima de tensões políticas e religiosas antes e durante o Segundo Império e especialmente depois da restauração da República em 1867. O estado foi governado nas últimas décadas do século XIX por leais soldados porfiristas como Francisco Tolentino (1883-1887) e Ramón Corona (1887-1889). Condições semelhantes às do resto do país foram vividas ali durante o regime de Porfírio. Segundo Muria, em

[7] No Catálogo do Arquivo de Agustín Rivera podem ser identificados os seguintes arquivos nos quais o autor ou seus remetentes confirmam ter recebido cópias de seus compêndios de história grega e romana: Arquivo Agustín Rivera Caixa 14 (Ms.R/3433), (Ms.R/3315), (Ms.R/3443), (Ms.R/3515), (Ms.R/3457), (Ms.R/3482); caixa 15 (Ms.R 3532), (Ms.R/3534), (Ms.R/3522), (Ms.R/3737), (Ms.R/3586), (Ms.R/3606), (Ms.R/3618); pasta 10 (Ms.R/2946); pasta 13 (Ms.R/3280), (Ms.R 3367), (Ms.R/3359). É importante acrescentar que, por se tratarem de obras volumosas em relação aos seus textos mais curtos, tendiam a ser mais caras. O *Compendio de historia romana,* em particular, duplicou o seu preço entre 1892 e 1903 (Carbajal, 2022: 107-108).

1895, Jalisco era o estado com maior mão de obra servil e, uma década antes, o total das fazendas da região estava nas mãos de 50 pessoas. (Muria, 1994: 124-132). No final do século, a política modernista do presidente chegou a Jalisco junto com a eletricidade, a iluminação pública e as linhas telefônicas.

A produção literária e historiográfica de Rivera está inserida em um momento de importante inovação cultural, especificamente no campo da literatura no estado após o surgimento de publicações como *La República Literaria*, *Flor de Lis*, *Jalisco Ilustrado* e *La Revista Ilustrada*. Destaca-se a presença de jornalistas, escritores e historiadores como Manuel Puga y Acal, Alberto Santoscoy, Manuel Cambre ou Luis Pérez Verdía tanto em Guadalajara como em Lagos de Moreno. (Valle Lanten, 2008: 27-29). Agustín Rivera estava inserido neste ambiente cultural e intelectual. Manteve correspondência com importantes figuras locais, conforme evidenciado na documentação de seu arquivo pessoal.

O trabalho sacerdotal de Rivera foi realizado na Arquidiocese de Guadalajara, região tradicionalmente católica e conservadora. Boa parte da vida de Rivera coincide com a gestão do arcebispo de Guadalajara Pedro Loza y Pardavé (1869-1898), que promoveu uma restauração religiosa e cultural através da educação. Loza incentivou os padres a estabelecerem escolas, especialmente para crianças indígenas. Em 1898 ele conseguiu ter 18 escolas paroquiais sob seu controle. Rivera compartilhou sua política voltada para a educação das crianças.

A disputa política ao longo do século XIX entre liberais e conservadores teve como um dos seus pontos nevrálgicos o debate sobre o poder da igreja. Os conservadores defenderam os direitos do clero dos ataques dos liberais, especialmente na crise causada pela Guerra da Reforma (1855-1857). Com a República Restaurada, após o fim do império de Maximiliano, a igreja estava em crise, havia perdido suas propriedades e muitos de seus líderes estavam no exílio. Sob o governo de Juárez (1867-1872) houve nova exclaustração e ocupação dos conventos. Entretanto, no clima de tolerância, a igreja passou por um processo de reorganização. Em outubro de 1870, o Congresso aprovou uma anistia contra os inimigos da República. Contudo, com Lerdo de Tejada no poder (1872-1876) foram aprovadas novas leis que limitavam o poder do clero, além de implementar a educação laica. A reação do clero foi imediata e o seu aborrecimento tornou-se evidente (Adame Goddard, 1981: 77-85). Neste clima de tensões políticas, chegou ao poder Porfirio Díaz que, em 1877, prometeu que a religião católica não seria perseguida e que um novo ambiente de

tolerância seria criado no país. Algumas publicações de importante circulação como *El Combate, El popular, El Imparcial* ou *El Siglo XIX* mantiveram os seus ataques ao clero (Valle Lanten, 2008: XXII).

Apesar das adversidades, a Igreja no México passou por um processo de reconstrução no último quartel do século XIX com a criação de novas ordens religiosas, congregações, bispados, a celebração de um novo Conselho Provincial e a conversão do Seminário Conciliar em Universidade Pontifícia. Em 1891, foi publicada na imprensa mexicana a encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII, que, entre outras coisas, orientou o clero nacional para o interesse pelo problema social como um problema moral e religioso que poderia ser resolvido com a educação.[8] Segundo Adame Goddard, de 1867 a 1892, os católicos mexicanos "lutaram para manter uma doutrina política inspirada nos princípios morais da Igreja Católica, essencialmente oposta à doutrina política liberal"; mas, de 1892 a 1914, "preocuparam-se em formar uma doutrina social que servisse para desenvolver e implementar um plano de reformas sociais que superasse as deficiências e vícios do sistema liberal" (Adame Goddard, 1981: 7).

A produção de Agustín Rivera atravessa os dois períodos. Na sua obra pode-se perceber a defesa de uma doutrina política moral católica e de uma visão providencial da história, ordenada sob os princípios de Deus e da Criação. Por outro lado, o seu interesse pela educação permite-lhe inserir-se na dinâmica católica preocupada com a formação de uma doutrina social que, por vezes, entrava em conflito com os interesses do clero. Na minha opinião, a ideia transversal na sua produção é a importância da educação sujeita aos princípios da religião. Em seus trabalhos sobre história antiga esta hipótese parece ser reafirmada.

Seu trabalho sobre a Antiguidade

Segundo a lista bibliográfica feita em 1917 por Juan Iguíniz nas publicações da Academia Mexicana de História, Agustín Rivera foi autor de 157 textos. Iguíniz classificou seu trabalho nas seguintes categorias: Obras gerais, filosofia, religião e teologia, sociologia, direito e educação, filologia, ciências aplicadas, arte, literatura. Em estudo posterior, Valle Ruiz (1988) refere a existência de 168 obras atribuídas a Rivera organizadas por temas:

[8] Pela documentação de arquivo, sabemos que Rivera coletou informações relacionadas ao papado de Leão XIII, de quem parecia ter uma boa opinião. Arquivo Agustín Rivera Manuscritos e impressões muito importantes Volume 1 (Ms.R/Doc.7469-13), (Ms.R/Doc.7469-50); caixa 7 (Ms.R/Doc.1608), (Ms.R/Doc.1535).

a) religiosas: cartas, dissertações, comentários, histórico-religiosas, sermões, orações, poemas; b) secular: biografias, cartas, discursos, obras filosóficas, obras históricas, literatura geral (Valle Ruiz, 1988: 71-97). De acordo com Valle Lanten (2004: LXXXV-XCVI), somente entre 1889 e 1899, Rivera escreveu e/ou publicou 80 títulos, o que equivale a cerca de 50% de sua produção total naquele período de uma década. A variedade no número de títulos dos estudos revisados se deve a dois fatores, a inclusão de manuscritos inéditos e a contagem de cartas e sermões individualmente ou agrupados. De qualquer forma, não há nenhuma variação importante que impacte o estudo de sua produção na antiguidade clássica.

O interesse de Agustín Rivera pela história grega e romana não abrange toda a sua produção ao longo de uma prolífica carreira como escritor. Os seus textos mais importantes, ou seja, o *Compendio de Historia de Grecia* e o *Compendio de historia romana política y literária* juntamente com as suas *Cartas sobre Roma,* foram publicados entre 1869 e 1872, anos que coincidem com o seu regresso da viagem pela Europa entre 1866 e 1868, a qual parece ter motivado o seu interesse pelo estudo da antiguidade. Sabemos que esteve em Roma em 1867 graças às cartas que acompanham a edição do seu *Compendio,* cidade na qual afirma ter adquirido *as Vidas Paralelas* de Plutarco em latim.

Após uma revisão das propostas de classificação da obra de Rivera, foi possível identificar os seguintes títulos cujo conteúdo trata da história da antiguidade ou do cenário amplo dos estudos clássicos. Eles são apresentados cronologicamente. Vale esclarecer que apenas os dois compêndios se centram exclusivamente no tema, mas tangencialmente as demais obras referidas abordam problemas associados ao interesse pela história, literatura ou línguas clássicas. São dois compêndios, duas compilações de cartas, duas miscelâneas, duas dissertações e um ensaio.

> 1. *Cartas sobre Roma,* San Juan de los Lagos, Tipografía de Ruperto Martín, 1871. Ele visitou Roma na primavera de 1867. As cartas são endereçadas ao senhor Hilarión Romero Gil. Foram publicadas para servir de ilustração ao seu *Compendio de la historia romana*. Contém 23 cartas publicadas pela primeira vez em 1870 na *La Civilización* de Guadalajara e na *Revista Universal* do México. Há uma segunda edição de 1876 na editora Francisco Rodriguez.[9]
>
> 2. *Compendio de la historia romana, política y literaria,* San Juan de los Lagos, Tipografía de José Martín, 1872, 251 p. Publicado quando era

[9] A edição consultada para este estudo foi a segunda, de 1876.

Professor no Liceu de Lagos para que pudesse servir aos seus discípulos como um texto curto e ao mesmo tempo completo.

3. *Compendio de la historia antigua de Grecia,* 2ª ed., San Juan de los Lagos, Tipografía de José Martín, 1874, 150 p. Escrito em 1869, quando era professor de História no Liceu de Lagos. A primeira edição não é conhecida. É dedicado à Sociedade Médica de Guadalajara para facilitar a aprendizagem de jovens e homens já formados.

4. *Cartas sobre el estudio de los clásicos paganos y clásicos cristianos entre Diez de Sollano, obispo de León de los Aldamas y Agustín Rivera*, México, Edición de la *Revista Universal*, 1873. Na correspondência, Sollano é contra o ensino dos clássicos e Rivera defende que é útil ensinar aos jovens "São Jerônimo, Prudêncio e outros santos padres e outros clássicos cristãos, e também Cícero, Virgílio, Horácio e outros clássicos pagãos com discernimento" (Iguíniz, 1916: 46).

5. *Pensamientos de Horacio sobre Moral, Literatura y Urbanidad, escogidos, traducidos al castellano, reunidos y anotados en 1873 por Agustín Rivera, individuo de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística y honorario de la Sociedad Médica de Guadalajara para el uso de los estudiantes del idioma latino y de los afectos a la bella literatura,* San Juan de Los Lagos, Tipografía de José Martín, 1874.

6. *Miscelánea Selecta, o sea colección de sentencias, trozos y noticias (geográficas, históricas, estadísticas, etc., sobre diversas materias: unas en latín y otros en castellano, unos en prosa y otros en verso; escogidos de muchos autores por Agustín Rivera*. (Contém epígrafe de Isócrates), San Juan de los Lagos, Tipografía de José Martín, 1880.

7. *Ensayo sobre la enseñanza de los idiomas latino y griego y de las bellas artes por los clásicos paganos a los jóvenes y niños*, San Juan de Los Lagos, Tipografía de José Martín y Hermosillo, 1881. 231 p.

8. *Disertación ¿De qué sirve la filosofía a la mujer, los comerciantes, los artesanos y los indios?* (Contém epígrafe de Cícero), Lagos de Moreno, Ausencio López Arce impresor, 1893, 133p.

9. *Disertación histórica sobre la esclavitud en las naciones cristianas y especialmente sobre los sacerdotes esclavos*. Lagos de Moreno, 1894. 15f. manuscrito.

Sua visão da antiguidade

O interesse pela função didática da história se reflete em toda a produção de Rivera. Ele se concentrou na produção de textos voltados para os jovens e entendeu a história como o caminho para identificar as causas dos males e dar uma solução. Rivera transmitiu a visão da história de Cícero como testemunha imparcial e professor de vida. Como indicado em seu *Principios críticos sobre el Virreinato de la Nueve España y sobre la Revolución de Independencia,* é necessário estudar o passado para "remediar os profundos males presentes, fazer o país progredir e preparar-se para um futuro de verdadeira civilização e bem-estar social" (Rivera, 1888: 442-443). Ele afirma que muitos dos males mencionados se devem a maus governos, que podem ser encontrados de forma semelhante ao longo da história, não apenas no país, mas de forma universal. Portanto, a história deve recolher o que é útil para a população e para o desenvolvimento da nação. Em outro texto ele afirma que

> É melhor ler história do que romances imorais e de mau gosto, a história é interessante, bela e útil, é verdadeira e nos ensina a conhecer o coração humano, a conhecer os perversos e suas intrigas para nos defendermos deles e sabermos como viver em sociedade […] Os opressores do povo temem a história (Rivera, 1878: 99-100).[10]

Junto com o caráter didático da história, Rivera demonstrou ao longo de sua produção interesse pelo estudo crítico da história. Não esqueçamos que Rivera não escrevia "nem para os sábios nem para os ricos, mas para os da classe média e os da classe baixa que sabem ler e principalmente para os jovens" (Rivera, 1909: 2). O que precede não implica que tenha negligenciado a qualidade das suas publicações, apenas temos que ter em conta que se preocupou em que chegassem a um público vasto. Sabemos até que ele doou grande parte de seus livros e panfletos.

Podemos apontar quatro elementos que considero fazerem parte da sua proposta historiográfica e que se refletem na sua abordagem da história da antiguidade.

1. Providencialismo e cronologia. Nas considerações preliminares incluídas no *Compendio de historia de Grecia*, Rivera define a história como "a ciência que consiste na narração escrita de acontecimentos passados e importantes,

[10] O *Compendio de la Historia Antigua de México desde los tiempos primitivos hasta el desembarco de Juan de Grijalva* foi um empreendimento muito importante em que Rivera embarcou. Porém, apenas o Volume I viu a luz do dia porque foi censurado pela Autoridade Eclesiástica de Guadalajara por decreto de 5 de abril de 1880, por conter vários pontos contrários aos dogmas e à moral católica.

(que) se baseia em princípios e consequências regulados e ordenados por Deus" (Rivera, 1874: 2). O cristianismo adquire um caráter civilizador provocado por Alexandre, o Grande ao "abrir o caminho para a Igreja civilizadora de Cristo" (Rivera, 1874: 112) e em outras passagens ele está convencido de que as façanhas de Alexandre são o cumprimento de profecias bíblicas (1874; 101; 1874; 103). Da mesma forma, em uma de suas dissertações sobre filosofia da história, frequentemente incorporadas à narrativa central, intitulada "preparação evangélica", Rivera retoma da *Historia Eclesiástica* de Eusébio a ideia de que, através do Espírito Santo, os povos pagãos se prepararam para receber o Evangelho. Ele defende que as doutrinas filosóficas gregas suscitaram, antes do nascimento de Jesus, as ideias que mais tarde fariam parte da essência do cristianismo, como a unidade de Deus, a igualdade social, a pobreza voluntária, a felicidade da virtude, o celibato e a vida comum (Rivera, 1874: 135). No caso romano, encontramos, por exemplo, que, para Rivera "os romanos eram homens de grande alma, aptos às heroicas virtudes cristãs até o martírio (Rivera, 1872: 64).[11] Ou seja, existe uma predisposição romana para que os primeiros mártires nasçam nas fileiras da sua sociedade.

A temporalidade histórica mostra-se sujeita a uma visão universalista e providencial. Rivera divide a história universal em Antiga, Média e Moderna. O Antigo divide-se em primitivo, que abrange desde a Criação até a torre de Babel, o que ele chama de "história comum das nações"; e na história dos descendentes de Sem, Cam e Jafé. A história dos descendentes de Noé inclui 12 períodos que vão desde a história dos medos até a história da América. A sexta parte da História do ramo Jafético corresponde à Grécia e a sétima, à Roma. Em geral segue as cronologias de São Jerônimo e Josefo. O 12º e último é o da América, especialmente do México. Divide a história da Grécia em duas partes. A primeira abrange os séculos 18 a 32 da história desde a Criação e inclui os primeiros colonizadores até os primeiros Jogos Olímpicos (776 a.C.). Refere-se à falta de certeza histórica sobre estes tempos. A segunda parte abrange os Jogos Olímpicos até a subjugação da Grécia por Roma no século II a.C. A primeira é guiada pelos séculos desde a Criação. A partir do século VIII, retoma a cronologia tradicional retirada de Vico.[12]

Ao contrário do *Compendio de historia de Grecia*, no compêndio de história romana não há nenhuma seção dedicada à cronologia detalhada,

[11] Ele aproveita para comparar Ápio Cláudio com Pio IX em referência a um discurso do Papa em 22 de fevereiro de 1871, no qual afirmou que fazer e sofrer coisas fortes é característico dos romanos.

[12] Também para o caso romano cita Vico como referência (Rivera, 1872: 30).

provavelmente porque a primeira edição do primeiro texto foi publicada anteriormente. Inclui uma seção sobre tempos pré-históricos e a história romana é dividida em três épocas: Reis, República e Imperadores. Como observado em outro lugar, "o fio condutor da história, desde os mais remotos até o continente americano, é o universalismo cristão " (Veja, 2023: 203).

Ele trata o resto das religiões não-cristãs como idolatrias que considera terem a mesma origem das mitologias. Para falar sobre as religiões grega e romana, acompanhe as histórias dos pais da igreja (Rivera, 1874: 29).

2. Veracidade e autoridade da história. Em seus *Pensamientos de Horacio* escritos em latim e espanhol, Agustín Rivera inclui o método que utilizou para a tradução para que qualquer pessoa que queira fazer sua própria tradução possa fazê-la e também ajudar os jovens mexicanos a "retificar seu julgamento sobre diversos assuntos" a partir de uma "coleção de sentenças morais, filhas da razão em sua maior potência, iluminadas pela revelação, que formarão o seu coração" (Rivera, 1874b: I). O exposto permite identificar dois elementos que andam de mãos dadas na produção do autor, a veracidade do que diz e a autoridade que atribui às suas fontes.

Lembremos que Rivera define a história como a ciência que consiste na narração de acontecimentos passados e importantes a partir de um conjunto de princípios e consequências (Rivera, 1874: 1). Ele considera que para que a história seja credível não deve ser escrita por simpatia ou ódio, ideia que afirma ter tirado de Cícero e Políbio (Rivera, 1909: 44-45). Quando se trata de Compêndios, tanto os da Grécia quanto os de Roma são exemplos úteis para observar a abordagem de Rivera à veracidade da história e sua abordagem às suas fontes. Sabemos que conhece o Compêndio de Fleury (Rivera, 1874: 2)[13] que tomou como modelo e que, mais tarde, o próprio Rivera publicou um importante *Compendio de Historia Antigua de México* em 1878.

Segundo afirma o próprio autor, um Compêndio Histórico deve reunir as seguintes condições:

> a. Plano lógico que segue a simplicidade e a unidade exigidas por Horácio.

[13] Este é o *Catecismo histórico que contiene en compendio la Historia Sagrada y la doctrina cristiana*, originalmente publicado em francês por Claude Fleury e traduzido para o espanhol por Frei Juan Iterian de Atala e publicado na editora de Joseph Doblado, em Madrid, em 1805.

b. Escolha dos autores: em termos de história não se pode inventar, mas todos trabalharam nos escritos dos anteriores. Ele afirma: "Tenho feito meus estudos principalmente nas *Vidas Paralelas* de Plutarco, em latim, que comprei em Roma e na *Historia Universal* de Cesare Cantú". De fato, Plutarco e Cantú[14] são as obras mais citadas nos *Compendios*. Junto com eles, ocupa lugar de destaque Feijoo, a quem admira profundamente e dedica um breve elogio em cada um dos compêndios (1874: 121; 1872: 184).[15] Outro autor que aparece em menor proporção é Charles Rollin.[16]

c. Crítica: os autores não devem ser seguidos cegamente, mesmo que sejam grandes homens, mas aceitando alguns fatos como verdadeiros, alguns como prováveis e outros como duvidosos (Rivera, 1874: II-III). Das narrativas contrárias de dois historiadores, ele aceita uma e rejeita a outra de acordo com o lugar, o tempo e as paixões de cada um; escolhe a que lhe parece mais provável.

d. Integridade: relacionar todos os fatos importantes "os bons para imitar, os ruins para evitar". Tomemos como exemplo Políbio, que critica tanto aqueles que contam falsidades quanto aqueles que escondem verdades.

e. Veracidade: identifica três tipos de fatos em termos de veracidade: certos, prováveis ou duvidosos.

f. Brevidade: dizer muito em poucas palavras.

g. Clareza: que o texto seja compreensível para todos, inclusive para as crianças das aldeias.

h. Filosofia: o que ele entende por filosofia da história, ou seja, explicar as causas e efeitos dos acontecimentos e "apresentar aos

[14] Para o impacto da *Historia Universal* de Cesare Cantú na América Latina, ver Taboada (2020).

[15] Benito Jerónimo Feijoo y Montenegro (1676-1764) foi uma figura proeminente do Iluminismo espanhol.

[16] Esta é a obra *Historia antigua de los egipcios, de los sirios, de los babilonios, de los medos, y de los persas, de los macedonios, de los griegos, de los cartagineses y de los romanos* de Charles Rollin, um manual publicado entre 1730-1738 e traduzido para o espanhol entre 1755-1761. No México, a tradução do texto de Rollin feita por Francisco Xavier de Villanueva y Chavarri, Oficial da Secretaria da Nova Espanha, circulou pelo menos desde 1805 nas livrarias de Veracruz e da Cidade do México. Um estudo sobre as traduções do texto de Rollin em Medina Arjona E. (1999). Sobre el impacto de Rollin en América Graham (2020). Rivera menciona o texto em (1885: 34).

indivíduos e às nações, especialmente ao país, exemplos de verdades e erros, de virtudes e vícios, de bens e de males, mostrando o passado como regra do presente e argumento do futuro". Este ponto é abordado separadamente no subtítulo 4.

i. Propriedade da linguagem: para que as regras gramaticais não sejam violadas

j. Eloquência séria e sentenciosa.

k. Estilo igual e sustentado do começo ao fim.

Como parte de sua busca pela verdade, Rivera dá importância à geografia, que ele chama de "a base da história" (1872: 1; 1874: 13) e inclui descrições físicas do espaço histórico.

Um exemplo pode ajudar a identificar como o autor procede no seu interesse em identificar a veracidade do fato histórico. Ao falar de Homero, rejeita que a poesia homérica tenha sido composta por diversos autores e afirma veementemente a existência do poeta e a autoria das obras. Diz que "na ordem lógica, a existência de Homero ou de Jesus Cristo é tão certa quanto a de Pio IX" e a respeito da transmissão oral das poesias e da rejeição que Homero as escreveu, afirma: "mas isso não é provável também." já que a escrita alfabética precedeu Homero em muitos séculos"[17] e porque seus poemas "não puderam ser preservados fielmente pela tradição oral, muito menos pela tradição da plebe que tudo estraga e irregulariza" (Rivera, 1874: 46).

Como último elemento associado à procura de autoridade, sabemos que possuía uma importante biblioteca. Rafal Muñoz Moreno, seu amanuense e único herdeiro, recebeu sua biblioteca após a morte de Rivera. Foi uma segunda biblioteca que substituiu a primeira, vendida em 1859 para financiar a sua viagem à Europa. Segundo Muñoz Moreno, sua biblioteca guardava seus manuscritos, antiguidades, autógrafos e outras curiosidades em forma de pequeno museu.[18] Desde 1922, o presidente Álvaro Obregón tentou adquirir a biblioteca através do seu secretário particular, Fernando Torreblanca. Foi finalmente vendida ao governo

[17] Deve-se notar que, em um parágrafo acima, Rivera afirma que Homero viveu um século e meio após a queda de Tróia.

[18] O Fundo Reservado da Biblioteca Nacional do México protege o *atálogo de los libros, manuscritos, pinturas, museo y muebles que fueron de la propiedad del extinto escritor público señor doctor don Agustín Rivera: i conservados en la casa que fuera su última habitación, ubicada en esta ciudad, Belizario Domínguez, Poniente 37*, publicado por Muñoz Moreno (1920).

mexicano em 1922.[19] Tinha 1.484 títulos, 73 manuscritos e 5 gravuras de Rivera, 14 manuscritos de outros autores, 2 volumes de manuscritos e gravuras importantes, além de pinturas, gravuras, fotografias, moedas e móveis históricos. Em 1923, foi enviada para o acervo da Biblioteca Nacional (Valle Lanten, 2008: XLIV). Os textos mais citados e que o próprio Rivera afirma possuir já foram mencionados acima.

3. Os heróis da história. Rivera entende os heróis como pessoas que respondem a uma situação social. Quando surge uma necessidade social urgente, surge um grande homem, filho das circunstâncias, para satisfazê-la (Rivera, 1903: 2-3). Rivera dedicou obras a heróis nacionais e locais, bem como a grandes homens da história europeia.[20] Segundo o autor, os heróis surgem de três causas fundamentais: o talento e as aptidões para com o ser social, auxiliados pela graça de Deus (vocação), o meio social em que vive o homem e a Fortuna, no sentido romano da palavra, que Rivera interpreta como eventos que parecem ser coincidentes (Valle Ruiz, 1988: 25).

Na história da Grécia, ele identifica os professores e modelos na maioria dos ramos do conhecimento humano. Ele lista os principais de cada ramo do conhecimento e destaca Heródoto, Tucídides, Xenofonte e Políbio como historiadores (Rivera, 1874: I). Ele considera a filosofia e os sistemas republicanos modernos uma reformulação dos gregos. Os Compêndios são organizados para destacar as ações dos personagens principais. No caso grego, desde a Guerra de Tróia, a narração é feita a partir dos protagonistas da história (Rivera, 1874: 29), acompanhados de breves capítulos temáticos. Além de políticos, Rivera se interessa por escritores, filósofos e homens da ciência. Para o caso romano, são incorporados mais capítulos temático-cronológicos, mas os grandes heróis ainda têm lugar de destaque.

O autor utiliza a comparação como recurso explicativo para captar uma ideia central em que dois indivíduos, apesar da distância e do tempo, podem ser comparáveis. Destaco o paralelismo que inclui entre São Francisco de Assis e Licurgo. O autor afirma que

[19] Valle Lanten coleta, por meio da documentação contida no Arquivo Geral da Nação, a história do processo de compra da biblioteca Rivera (2004: XLI-XLIV).

[20] Por exemplo, em 1864, ele publicou um *Cuadro sinóptico de los hombres y hechos más importantes de la historia moderna.* Em 1875, escreveu um catálogo dos padres do Seminário Conciliar de Guadalajara e, em 1897, um catálogo dos professores de Filosofia do mesmo Seminário. Da mesma forma, interessou-se por figuras da independência como Pedro Moreno, nascido em Lagos de Moreno, e Miguel Hidalgo (Iguíniz, 1917: 64-81).

> Não deveria parecer estranho que o grande legislador São Francisco de Assis tenha imposto práticas tão austeras aos seus jovens monges (aquelas estabelecidas por Licurgo em Esparta), porque os educou para missões, especialmente em países gentios. A civilização do México se deve a esta educação severa (Rivera, 1874: 52).

4. A filosofia da história. Segundo Rivera, a história tem um componente filosófico que desvenda a mensagem profunda dos acontecimentos históricos, aplicando-lhes as regras da crítica.

É sabido que a ciência da história é composta por duas partes, a saber: a história em sentido estrito, que consiste na narração dos fatos, e a filosofia da história, que consiste na discussão dos fatos, nas apreciações, na crítica dos fatos, no conhecimento das causas e efeitos de cada fato na ordem social (Rivera, 1910: 3-4).

Por isso, inclui, por um lado, uma reflexão sobre a filosofia da história no início do *Compendio de historia de Grecia* e, por outro lado, breves anotações sobre o assunto ao longo dos textos tanto deste como do *Compendio de historia romana*. Nestes espaços, há espaço para reflexão e crítica dos acontecimentos anteriormente narrados.

No caso da história grega, ele utiliza esse recurso para explicar os fatos abaixo: a) Causas pelas quais poucos gregos derrotaram muitos persas: estes últimos lutaram por obediência a um déspota e por ganância de saque e os primeiros em defesa da pátria; além disso, os gregos da Ásia eram menos corajosos que os da Europa (Rivera, 1874: 73). b) Hipócrates e Jesus: Ele rejeita que o primeiro tivesse poderes curativos (Rivera, 1874: 88-89). c) Ensinar antes de Jesus: para ele, Jesus foi o inventor da educação pública, ao contrário da natureza privada da educação na Grécia (Rivera, 1874: 95). d) Digressões sobre Alexandre: usa-o como exemplo da utilidade de um bom professor, e inclui um julgamento crítico do seu papel histórico. É ele quem mais dedica reflexões de caráter moral e uma segunda digressão como a inicial sobre a filosofia da história após a narração da morte do rei macedônio (Rivera, 1874: 108-111). e) Absorção de uma nação por outra: o argumento é que a Grécia era uma sociedade desorganizada e moribunda no século I a.C., enquanto Roma transbordava de vida e poder. Rivera afirma que se trata de uma "lógica política na marcha da raça humana a absorção da Grécia por Roma" (Rivera, 1874: 137).

Para a história romana, suas digressões sobre a filosofia da história são mais abundantes. No total, em 20 ocasiões o autor considera necessário inserir um elemento explicativo ou comparativo para dar sentido ao acontecimento histórico narrado. De acordo com o conteúdo podemos

dividi-los em 3 tipos: políticos/morais (Rivera, 1872: 22, 24, 30, 32, 36, 44, 59, 95, 125), comparativos (Rivera, 1872: 15, 34, 64, 101, 163, 217) e julgamentos críticos de personagens (Rivera, 1872: 78, 134, 147, 170, 225). Considerando o exposto, podemos perceber que as comparações são encontradas ao longo de todo o *Compendio de la historia romana*, enquanto ele está mais interessado na política romana nas duas etapas iniciais e nos julgamentos sobre os personagens imperiais em relação à filosofia da história.

Refiro-me a algumas destas digressões que considero representativas do total. Rivera compara a legislação romana e o evangelho em dois sentidos: no que se refere à sociedade conjugal e à sociedade paterna. Em ambos os casos, o autor considera que o catolicismo representa maiores liberdades para mulheres e homens do que a legislação romana (Rivera, 1872: 15). Ao abordar a questão da representação nacional em Roma, aproveita para explicar a sua posição em relação ao governo moderno. Para ele, a diversidade da população é algo negativo. Os romanos entenderam que

> um ser que tem cabeça de espécie diferente, que o corpo é um monstro que não pode ser substituído e que em uma nação é necessário que os diversos povos que a compõem tenham seus representantes no governo, que reconheçam suas respectivas necessidades, que eles deem testemunho deles e os sustentem. Uma lei exclusivamente latina teria entrado em conflito com as leis e costumes sabinos (Rivera, 1872: 24).

Outra comparação de especial interesse é encontrada na seção sobre Nero. Nela, Rivera interpreta que a chave para que um indivíduo seja útil à sociedade está na educação:

> Se Nero tivesse nascido no cristianismo e tivesse sido criado por uma mãe como Santa Mônica e tivesse sido educado pelos filhos de Inácio de Loyola, estes teriam dominado as suas paixões e explorado os seus talentos e ele teria sido um homem muito útil para sociedade. E se Santo Agostinho tivesse nascido na Roma do tempo de Nero e tivesse sido criado por Agripina, teria sido um imperador semelhante a Nero (Rivera, 1872: 163-164).

Suas ideias associadas à importância da educação e do meio ambiente para a geração de grandes homens reaparecem.

Por fim, em seu julgamento crítico sobre Constantino, o autor elogia suas características como governante e em particular a fundação de Constantinopla, mas critica fortemente o fato de o imperador romano ter oscilado toda a sua vida entre o cristianismo e o paganismo e de ter participado das crenças de ambas as religiões (Rivera, 1872: 225-228).

Para Rivera existe uma estreita ligação entre toda a história, uma vez que exemplos semelhantes são encontrados em distâncias longínquas e em tempos remotos e próximos. Destaca-se o interesse pelos governos do passado e presente como os de Moisés e Salomão, às repúblicas modernas. Recorre constantemente a diferentes épocas históricas nas quais encontra paralelos úteis, por exemplo, entre os tempos de Napoleão I e as conquistas de Alexandre, o Grande (Rivera, 1874: 106) ou entre as campanhas de Napoleão III e as de Júlio César (Rivera, 1872: 114), entre muitos outros.

Rivera expõe a ideia de que as formas de governo mais bem alcançadas são aquelas que se limitam no espaço governado. Da mesma forma, parece ter presente o caráter diverso e heterogêneo da população nacional que serve de espaço para criticar a falta de unidade em um território tão extenso. Em tom semelhante, no *Compendio de Historia de Grecia*, o autor aponta que a falta de unidade pode ser um fator disruptivo que provoca a queda dos governos e a má organização das cidades. Refere-se em particular ao caráter heterogéneo do império de Alexandre da Macedônia (Rivera, 1874: 105-106).[21] Quanto ao caso mexicano, identifica na Guerra da Independência o início da história nacional que tem uma estreita ligação com o governo de Porfirio Díaz, face a um "atraso" geral na era colonial (Rivera, 1887: 12).[22]

Encerro a seção com uma nota sobre seu manuscrito *Disertación histórica sobre la esclavitud en las naciones cristianas y especialmente sobre los sacerdotes esclavos* de 1894. Nele, Rivera define a escravidão como uma instituição civil que transforma o homem em animal e que existe desde as primeiras sociedades humanas até os dias de hoje. Afirma que, em Roma, o senhor tinha direito de vida e de morte sobre o seu escravo que caísse nessa condição por nascimento, cativeiro, venda ou infração. O argumento é usado para explicar que a escravidão está associada às nações gentias, pois conhece nações gentias onde havia sacerdotes escravos cujos senhores pertenciam a outra religião, mas não nações gentias onde havia sacerdotes escravos que eram da mesma religião de seus senhores. Acrescenta que a escravidão entre os hebreus era menos violenta do que nas nações gentias porque havia uma série de leis que limitavam os direitos do senhor, como a proibição de assassiná-los. Ele descreve como barbaridades as opiniões

[21] Em outro espaço, estudei a proposta de Rivera especificamente sobre Alexandre, o Grande (Veja, 2023: 202-208).

[22] Rivera critica o atraso do período da Nova Espanha e está mais interessado na história do México independente. O autor esteve envolvido em diversas polêmicas com membros do clero sobre algumas posições relativas ao papel da igreja na história nacional. Uma muito importante foi a estabelecida com Agustín de la Rosa, Cônego Honorário da Catedral de Guadalajara e à qual alude o texto referenciado.

expressadas por egípcios, gregos, romanos e judeus a respeito da escravidão antes da chegada de Jesus.[23]

Conclusões

As obras de Agustín Rivera sobre a antiguidade clássica foram enquadradas pelo seu interesse principal em formar jovens de amplos setores sociais, aos quais a história seria útil para identificar a origem dos males políticos e morais e oferecer uma solução. Através de uma releitura da visão ciceroniana da história, o autor dedicou seus esforços a enfatizar o caráter didático da disciplina, não sem deixar de abordar a necessidade de uma filosofia da história que servisse de quadro explicativo para os acontecimentos históricos isolados.

Rivera escolheu o caminho da produção textual para buscar remediar males presentes, muitos dos quais tinham raízes históricas, como o atraso nas questões filosóficas ou os efervescentes debates políticos ao longo do século XIX. Ele estava interessado no progresso do país sob a ideia de civilização, bem-estar social e moral católica.

A sua formação como membro do clero tornou-o conhecedor do latim, o que o aproximou do estudo das fontes e da história do mundo antigo onde aplicou a sua filosofia da história baseada em conjuntos de princípios e consequências que o levaram a confirmar a visão de uma história linear de toda a raça humana sob uma lógica que explica a ascensão e queda dos poderes políticos, bem como a absorção da Grécia por Roma e a relação entre o passado e o presente.

A história antiga serviu de cenário a Rivera para captar exemplos de vícios e virtudes a evitar ou imitar, uma vez que maus governos podem ser encontrados ao longo da história. No final das contas, toda a história está ligada, inclusive a do continente americano e, em particular, a do México, sob o abrigo do universalismo cristão. Nesse sentido, o seu interesse pela antiguidade clássica era secundário em relação ao seu gosto pela história nacional que, sob o seu olhar, podia ser sintetizada na presença de heróis que moldaram o presente com as suas ações. Desdenhava o passado colonial e considerava que a história do México começou com a independência. A juventude mexicana poderia aprender valores úteis para

[23] O manuscrito pode ser consultado no arquivo de Agustín Rivera (caixa 2 Ms.R / doc.55 16f).

a nação a partir do conhecimento da antiguidade e identificar que a vontade de Cristo pode ser observada ao longo da história da raça humana.

Referências bibliográficas

ADAME GODDARD, Jorge. *El pensamiento político y social de los católicos mexicanos 1867-1914.* México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1981, 273p.

AZUELA, Mariano. *El padre don Agustín Rivera*. México: Botas, 1942, 127p.

CARBAJAL LÓPEZ, David. Usurae in calamo. Agustín Rivera entre libros y periódicos, 1870-1910. *Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, n. 63, 2022: 91-115.

GARCIA UGARTE, Marta Eugenia. *Poder político y religioso México siglo XIX*. México: Universidad Nacional Autónoma de México / Miguel Ángel Porrúa, 2010, 918p.

GRAHAM, Mark. Charles Rollin and Universal History in America. *Modern Intellectual History*. Cambridge: Cabridge University Press, vol.17, num.2, 2020: 325-355.

IGUÍNIZ, Juan. *Bibliografía del señor presbítero don Agustín Rivera y Sanromán*. México: Publicaciones de la Academia Mexicana de la Historia, 1917, 87p.

MEDINA ARJONA, Encarnación. Las traducciones de Charles Rollin y su lugar en la bibliografía pedagógica española del siglo XVIII. En: LAFARGA, Francisco (ed.). *La traducción en España (1750-1830). Lengua, literatura, cultura*. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 1999: 233-242.

MUÑOZ MORENO, Rafael. *Rasgos biográficos del Sr. Dr. D. Agustín Rivera y Sanromán*. Lagos de Moreno: Imprenta López Arce, 1906, 80p.

MUÑOZ MORENO, Rafael, *Catálogo de los libros, manuscritos, pinturas, museo y muebles que fueron de la propiedad del extinto escritor público señor doctor don Agustín Rivera: i conservados en la casa que fuera su última habitación, ubicada en esta ciudad, Belizario Domínguez, Poniente 37.* León de los Aldamas: Rafael Muñoz Moreno, 1920, 58p.

MURIA, José. *Breve historia de Jalisco*. México: El Colegio de México, 1994, 218p.

ORTÍZ DÁVILA, Juan Pablo. El humanismo conservador: letras clásicas y política a mediados del siglo XIX. *Signos históricos.* México: Universidad Autónoma Metropolitana México, vol.6, num.31, 2014: 38-87.

PALTI, Elías. *La invención de una legitimidad. Razón y retórica en el pensamiento mexicano del siglo XIX (un estudio sobre las formas del discurso político).* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005, 544p.

PINAL RODRÍGUEZ, Karla. *Vivir para historiar, historiar para vivir. La profesionalización de la historia antigua en México: Una propuesta revisionista (1850-1950)*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2016, 334p.

PRIETO, Guillermo. *Memorias de mis tiempos.* México y París: Librería de la viuda de C. Bouret, 1906, 380p.

RIVERA, Agustín. *Compendio de la historia romana, política y literaria.* San Juan de los Lagos: Tipografía de José Martín, 1872, 251p.

RIVERA, Agustín. *Cartas sobre el estudio de los clásicos paganos y clásicos cristianos entre Diez de Sollano, obispo de León de los Aldamas y Agustín Rivera*. México: Edición de la *Revista Universal*, 1873, 31p.

RIVERA, Agustín. *Compendio de la historia antigua de Grecia,* 2ª ed., San Juan de los Lagos: Tipografía de José Martín, 1874, 150p.

RIVERA, Agustín. *Pensamientos de Horacio sobre Moral, Literatura y Urbanidad, escogidos, traducidos al castellano, reunidos y anotados en 1873 por Agustín Rivera, individuo de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística y honorario de la Sociedad Médica de Guadalajara para el uso de los estudiantes del idioma latino y de los afectos a la bella literatura.* San Juan de Los Lagos: Tipografía de José Martín, 1874b, 62p.

RIVERA, Agustín. *Cartas sobre Roma, visitada en la primavera de 1867 por el Dr. D. Agustín Rivera dirigidas por el mismo de Lagos a Gudalajara en 1870 y 1871 a su condiscípulo y amigo el Sr. Lic. Hilarión Romero Gil, y publicadas por el autor para servir de ilustración a su Compendio de la historia romana.* 2ª edición. San Juan de los Lagos: Imprenta de Francisco Rodríguez, 1876, 170p.

RIVERA, Agustín. *Compendio de la Historia Antigua de México desde los tiempos primitivos hasta el desembarco de Juan de Grijalva.* San Juan de los Lagos: Tipografía de José Martín, 1878, 477p.

RIVERA, Agustín. *Miscelánea Selecta, o sea colección de sentencias, trozos y noticias (geográficas, históricas, estadísticas, etc., sobre diversas materias: unas en latín y otros en castellano, unos en prosa y otros en verso; escogidos de muchos autores por Agustín Rivera*. San Juan de los Lagos, Tipografía de José Martín, 1880, 193p.

RIVERA, Agustín. *Ensayo sobre la enseñanza de los idiomas latino y griego y de las bellas artes por los clásicos paganos a los jóvenes y niños*. San Juan de Los Lagos: Tipografía de José Martín y Hermosillo, 1881, 231p.

RIVERA, Agustín. *La Filosofía en la Nueva España, o sea Disertación sobre el atraso de la Nueva España en las Ciencias Filosóficas.* San Juan de los Lagos: Tiopgrafía de Vicente Veloz a cargo de A. López Arce, 1885, 1402p.

RIVERA, Agustín. *Treinta sofismas i un buen argumento el Sr. Doctor D. Agustín de la Rosa, Canónigo Honorario de la Catedral de Guadalajara, al impugnar el Libro "La Filosofía en la Nueva España en su periódico "La Religión y la Sociedad." Opúsculo de polémica escrito en Lagos por Agustín Rivera, autor de dicho libro.* San Juan de los Lagos: Tipografía de A. López Arce, 1887, 210p.

RIVERA, Agustín. *Principios críticos sobre el Virreinato de la Nueve España y sobre la Revolución de Independencia.* 3 tomos. San Juan de los Lagos: Imprenta de Vicente Veloz, 1888, 1058p.

RIVERA, Agustín. *¿De qué sirve la filosofía a la mujer, los comerciantes, los artesanos y los indios?* Lagos de Moreno: Ausencio López Arce impresor, 1893, 133p.

RIVERA, Agustín. *Discurso pronunciado por Agustín Rivera en la fiesta en honor del héroe de la patria, Pedro Moreno, celebrada en Lagos de Moreno el 27 de octubre de 1903.* Lagos de Moreno: Imprenta López Arce, 1903, 6p.

RIVERA, Agustín. *Fray Melchor de Talamantes i Don Fray Bernardo del Espíritu Santo, o sean Las Ciencias en la época colonial y defensa que el autor de este folleto Dr. D. Agustín Rivera hace de sus escritos*. Lagos de Moreno: Imprenta de la viuda e hijos López Arce, 1909, 50p.

RIVERA, Agustín. *Anales de la vida del Padre de la Patria Miguel Hidalgo i Costilla, escritos por Agustín Rivera para contribuir a la celebración del*

Centenario del Grito de Independencia. 5ª edición. León de los Aldamas: Imprenta de Leopoldo López, 1910, 143p.

ROLLIN, Charles. *Historia antigua de los egipcios, de los sirios, de los babilonios, de los medos, y de los persas, de los macedonios, de los griegos, de los cartagineses y de los romanos. Compuesta y reducida a una por Don Francisco Javier de Villanueva y Chavarri, oficial de la Secretaría de la Nueva España, de las dos que separadamente escribió Mr. Rollin,* Madrid, Oficina de Joseph Rico, 1755.

TABOADA, Hernán. La Historia Universal de Cesare Cantú en América Latina. *História da Historiografia*. Sociedade Brasileira da Teoria e Historia da Historiografía, vol.13, num.33, 2020: 341-374.

TORO, Alfonso. *El Dr. Dn. Agustín Rivera y Sanromán*. México: Publicaciones de la Academia Mexicana de la Historia, 1917, 25p.

VALLE LANTEN, Javier. *Catálogo del archivo personal de Agustín Rivera y Sanromán 1889-1899.* Tesis de licenciatura, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

VALLE RUIZ, Jorge. *Conceptos historiográficos en la obra del Dr. Agustín Rivera y Sanromán*. Tesis de maestría, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional, Autónoma de México, 1988.

VEGA RODRÍGUEZ, Héctor. Entre humanismo, republicanismo y religión. Miradas mexicanas sobre Alejandro Magno (1770-1870). En: LAGOS, Leslie (ed.) *Alejandro Magno. Propuestas de estudio, investigación y reflexión.* Chile: Editorial GEIMA Ediciones, 2023, 179-214.

ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. *La cultura moderna de la historia. Una aproximación teórica e historiográfica*. México: El Colegio de México, 2010, 246p.

Recibido: 31 de julio de 2024 | Aceptado: 27 de septiembre 2024

RELIGIÓN, NACIÓN E HISTORIA ANTIGUA. UNA APROXIMACIÓN A LA OBRA DE AGUSTÍN RIVERA

Héctor A. Vega Rodríguez[1]

Resumen

El objetivo del presente artículo es analizar la producción de textos de Agustín Rivera sobre la antigüedad clásica en la segunda mitad del siglo XIX. A partir del estudio de su vida, el contexto en el que escribió, y un análisis del contenido de sus obras sobre historia de Grecia y Roma enfocadas en la enseñanza, observamos que Rivera se preocupó por brindar una mirada providencial interesada en identificar la veracidad de los hechos, así como el papel de los héroes y la reflexión en torno a la filosofía de la historia. Agustín Rivera propuso una lectura política, religiosa y moral de la historia antigua. En ella identificó el escenario para ofrecer ejemplos de vicios y virtudes con el objetivo de educar a los jóvenes a quienes la historia les sería útil para identificar el origen de los males políticos y morales y ofrecer una solución.

Palabras clave

Agustín Rivera; Antigüedad; religión; nación; filosofía de la historia.

[1] Doctorando en Ciencias de la Antigüedad y la Edad Media – Universidad Nacional Autónoma de México, Acatlán, México. E-mail: hector_avr@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a produção de textos de Agustín Rivera sobre a antiguidade clássica na segunda metade do século XIX. A partir do estudo de sua vida, do contexto em que escreveu e da análise do conteúdo de suas obras sobre a história da Grécia e de Roma voltadas ao ensino, observamos que Rivera se preocupou em fornecer uma visão providencial interessada em identificar a veracidade dos fatos, bem como o papel dos heróis e a reflexão sobre a filosofia da história. Agustín Rivera propôs uma leitura política, religiosa e moral da história antiga. Nela, identificou o cenário para oferecer exemplos de vícios e virtudes com o objetivo de educar jovens aos quais a história seria útil para identificar a origem dos males políticos e morais e oferecer uma solução.

Palavras-chave

Agustín Rivera; Antiguidade; religião; nação; filosofia da história.

Introducción

En el contexto político y social del México decimonónico, las obras con fines educativos que buscaban fomentar la formación cívica y moral de los ciudadanos mexicanos recurrieron a un discurso identitario enfocado en el conocimiento y divulgación de la historia tanto de la nueva nación como del resto de América y Europa. Dentro del amplio panorama histórico, la antigüedad clásica representó un punto de interés enfocado en el conocimiento de los grandes héroes para acentuar tanto sus virtudes como las fallas en su comportamiento causantes de la degradación moral y política.

Dentro de este amplio panorama, en este estudio interesa investigar la obra historiográfica de Agustín Rivera (1824-1916) quien fue catedrático de Historia en el Liceo de Lagos, sacerdote defensor del catolicismo y escritor de más de un centenar de textos sobre distintas materias. El análisis de su producción de obras enfocadas en la enseñanza de la historia permite identificar, por un lado, el rol que el discurso sobre la antigüedad clásica tuvo como forjador de una identidad nacional y, por otro lado, la permanencia del providencialismo como modelo explicativo cuyo objetivo fue establecer el vínculo entre la historia nacional, la historia universal y la religión cristiana.

Apuntes biográficos

Agustín Rivera y Sanromán nació en Lagos de Moreno, estado de Jalisco en 1824 hijo de Pedro Rivera, un militar español, y Eustacia Sanromán. De 1834 a 1836 asistió al Seminario de Morelia en donde estudio gramática castellana y latina. Fue alumno de Clemente de Jesús Munguía, Catedrático del Seminario de Morelia. Además, tuvo como compañero de cuarto a Pelagio Antonio de Labastida y Dávalos (Muñoz Moreno, 1906: 12)[2], destacado miembro del partido conservador quien llegó a ser arzobispo de México entre 1863 y 1891.

Su maestro, Clemente de Jesús Munguía fue estudiante y luego rector del Seminario Diocesano de Morelia, profesor de latín y creador de la cátedra de griego en dicha institución (Ortíz Dávila, 2014: 50). Tuvo a importantes

[2] Labastida y Dávalos fue un importante miembro del clero mexicano quien, además de ser arzobispo de México entre 1863 y 1891, formó parte de la Regencia del Segundo Imperio Mexicano entre julio y noviembre de 1863. Para un estudio completo sobre la Iglesia en México en el período, incluyendo el rol de Labastida y Dávalos ver García Ugarte (2010).

figuras del conservadurismo mexicano bajo su tutela como Ignacio Aguilar y Marocho, Miguel Martínez y Tirso Rafael de Córdoba. Munguía defendía la subordinación de la filosofía política a la fe católica y defendió los derechos y los intereses de la iglesia en México.[3] El grupo participó activamente en publicaciones de carácter doctrinal como *La Voz de México* y *La Sociedad Católica.*

Rivera continuó sus estudios en el Convento de la Merced de los Lagos y se trasladó posteriormente al Seminario de Guadalajara. En 1838 en dicho Seminario presentó un examen de gramática en donde tradujo "las Doce Oraciones selectas de Cicerón, las 10 Églogas, la 1ª y 4ª de las Geórgicas y los dos primeros libros de la Eneida de Virgilio; así como la carta de Horacio a los Pisones" (Muñoz Moreno, 1906: 20). También presentó una traducción improvisada de un párrafo de la tercera oración de Cicerón contra Catilina. Además, estudió aritmética, geometría, geografía, física y astronomía.

Entre 1841 y 1843 se mantuvo en el Seminario y tomó diversos cursos de Derecho. De 1844 a 1847 estudio Derecho Teórico-Práctico en la Universidad y en 1848 recibió el título de abogado. El mismo año se ordenó como sacerdote e inició sus labores de docencia en el Seminario. Se doctoró en derecho civil en 1852. Entre 1851 y 1860 impartió las cátedras de Derecho civil y romano en el Seminario y fue Promotor Fiscal de la Curia Eclesiástica de Guadalajara. La labor docente de Rivera inició en 1847 en el Seminario de la misma ciudad. Su trabajo como profesor fue muy importante y definirá uno de sus intereses más claros que fue producir textos para la enseñanza. Tuvo muchos discípulos que después destacaron en la vida pública del país como Eduardo Pankhurst, gobernador de Zacatecas, José María Armas, canónigo de Zacatecas y obispo de Tulancingo, Joaquín María Escoto, asesor en el Consejo de Guerra que sentenció a muerte a Maximiliano, Ignacio Silva, Carlos Rivas, Enrique Pazos, Diego Baz, abogados y diputados al Congreso de la Unión, Emilio Del Castillo Negrete, historiador, entre otros.[4]

[3] Palti reconoce en Munguía a un importante estudioso de las letras clásicas, pero también al responsable de ampliar el campo de la discusión política en el México decimonónico (2005: 276). La idea general de Munguía sobre las letras clásicas era que éstas no sólo podían ser modelos de buen gusto, sino también una fuente única de sabiduría humana y civil.

[4] En la biografía escrita por Muñoz Moreno en 1906, quien fuera su amigo cercano y único heredero tras su muerte, se incluye una larga lista de discípulos de Rivera ordenados cronológicamente y de acuerdo con el ámbito al que se dedicaron (Muñoz Moreno, 1906: 40-42).

Tras una primera visita a la Ciudad de México en 1853, entre 1860 y 1861 vivió en la capital. En diciembre de 1866 viajó a Europa en donde permaneció hasta marzo de 1868 visitando Francia, Italia, Inglaterra y Bélgica. Durante su estancia en Roma visitó al Papa Pío IX.[5] A su regreso impartió la cátedra de historia en el Liceo del padre Miguel Leandro Guerra hasta 1871 y de 1869 a 1882 ocupó el cargo de capellán de las monjas capuchinas, ambos cargos en su natal Lagos de Moreno.

En 1869 se abrió el Liceo de varones del padre Guerra en donde, por dos años, Rivera desempeñó la cátedra de Historia a cuyas lecciones asistían no solo sus alumnos sino maestros de instrucción primaria. Según el propio Rivera entre 1861 y 1866 algunos antiguos compañeros del Liceo le criticaban su dedicación a la escritura y el no haber ascendido en la carrera eclesiástica; pero que, a partir de la década siguiente, una vez publicados sus *Compendios* de historia de Grecia y Roma, le solicitaban desde Guadalajara copias de sus libros que él rechazaba enviar (Muñoz Moreno, 1906: 68-69).

Mantuvo contacto con importantes miembros del clero nacional como su antiguo compañero Labastida y Dávalos y otras figuras destacables como Ignacio Suárez Peredo, obispo de Veracruz quien incluso le solicitó que fuera su Provisor y Vicario General en 1887 a lo que él nunca contestó pues no le interesaba inmiscuirse en disputas políticas ni quería ser sujeto de burlas en Jalapa (Muñoz Moreno, 1906: 74-77). De acuerdo con su biógrafo, amaba la soledad, el estudio y la escritura y de ahí su preferencia a su ciudad natal Lagos de Moreno y no por los grandes núcleos urbanos como la Ciudad de México o Guadalajara.

La Universidad Nacional, fundada en 1910, le otorgó aún en vida el doctorado *honoris causa* y fue invitado por la comisión encargada de las fiestas del centenario de la independencia a pronunciar la oración fúnebre ante los restos de los héroes de la guerra de 1810 en Palacio Nacional. Rivera se trasladó a México para los festejos en donde fue muy bien recibido (Toro, 1917: 23-24).

Su paulatina precariedad económica, provocada por los gastos en insumos para su labor de escritor, lo hizo acreedor de una pensión del gobierno mexicano presidido por Porfirio Díaz a partir de 1901 y hasta 1910 cuando,

[5] De acuerdo con una carta publicada por Rivera, solicitó una audiencia con el Papa que le fue concedida mientras visitaba Roma. La fecha del encuentro parece haber sido el 13 de marzo de 1867. Tiene una opinión muy favorable del pontífice. Señala que le preguntó sobre el motivo de su viaje a Europa y específicamente le cuestionó ¿Qué hace [Benito] Juárez? A lo que el papa agregó "De México no se pueden tener noticias exactas ¡como vienen por conducto de Norteamérica!" (Rivera, 1876: 30).

por el estallido de la Revolución mexicana en noviembre de ese año, le fue retirada. Los últimos años de su vida los pasó en la ciudad de León bajo circunstancias económicamente complicadas. Murió de 92 años el 6 de julio de 1916.

Agustín Rivera fue miembro de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística, y miembro honorario de la Sociedad Medica de Guadalajara (Iguíniz, 1917: 29).[6] Su obra tuvo mucha influencia en su tiempo. De acuerdo con Alfonso Toro "combatió el fanatismo y las supersticiones populares y despertó el sentimiento patriótico tanto en su ciudad natal […] como en otros lugares del país" (Toro, 1917: 24). La Biblioteca Pública y una de las principales calles de Lagos de Moreno llevan su nombre, se colocó un retrato suyo en la Biblioteca Pública de Guadalajara y en Chiapas se fundó una sociedad literaria llamada Agustín Rivera (Toro, 1917: 22-23). Guillermo Prieto lo llamó su "venerable y erudito" amigo (Prieto, 1906: 249) y Mariano Azuela, también nacido en Lagos de Moreno, dedicó un estudio a la vida y obra de Agustín Rivera (Azuela: 1942).

Difundió sus obras a través del periódico, donde se ubicaban también listas de sus publicaciones y algunas transcripciones. También se encargaba él mismo de la divulgación y venta de sus textos, así como de obsequiar ejemplares a amigos, instituciones educativas y bibliotecas. (Valle Lanten, 2004: LVII). De acuerdo con Carbajal, Rivera construyó "su propia celebridad" bajo el sello de una obra patriótica y científica enfocada en la búsqueda de la verdad y "su presencia en los periódicos es más bien

[6] La pertenencia a estas asociaciones científicas hace necesario incluir unos breves apuntes. Rivera publicó sobre diversos campos de conocimiento, pero su interés por la historia atraviesa todos sus años de producción. El camino seguido por la historia en México inició con la introducción de la historia científica europea durante el siglo XIX (Pinal Rodríguez, 2016: 13). Si entendemos la historiografía como práctica especializada y por lo tanto propia de los profesionales parece claro que encontramos un cultivo de esta durante el período. Estos historiadores que podemos llamar profesionales, definida una profesión en función de sus practicantes, sus prácticas y la sociedad en la que se desempeñan, es decir a partir de la formación de grupos de interacción (Pinal Rodríguez, 2016: 20-21), trabajaron bajo el cobijo de asociaciones científicas como la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística o el Museo Nacional. Tanto en este como en el Archivo General de la Nación existieron puestos gubernamentales asociados a la investigación histórica (Zermeño Padilla, 2010: 151-165). Podemos hablar entonces de una etapa "pre-institucional" pero profesional de la labor historiográfica en México entre 1850 y 1910. Una obra que es representativa de esta etapa fue el *Diccionario Universal de Historia y de Geografía* (1853). Es en este contexto en donde cabe insertar el estudio de la historia por Rivera. Sin embargo, en este escenario intelectual, Rivera muestra síntomas de intereses particulares que se evidencian en su compromiso con la enseñanza y el impacto de sus textos en sectores más amplios de la población, sobre todo aquellos fuera de las elites como se verá a lo largo del presente estudio.

testimonio de la secularización como un proceso en que se abría la posibilidad de cuestionar la autoridad tradicional del catolicismo, en beneficio de la autonomía de esferas como la política y la ciencia" (Carbajal, 2022: 111-112). La prensa y la divulgación personal de su obra fueron los mecanismos para la divulgación de sus ideas.

Como miembro del bajo clero - recordemos que sirvió como capellán de monjas y sacerdote y lo señalado arriba sobre la crítica que algunos personajes le hicieron por no ascender en la jerarquía eclesiástica - su labor fue elogiada no solamente por el sector católico conservador, cuyos miembros fueron algunos de sus más importantes críticos, sino también por quienes en principio pudieron haber pertenecido a un bando político liberal. Ya se señaló que Agustín Rivera participó en los festejos del centenario de la Independencia elogiando la figura de Hidalgo, a quien sin duda admiraba y consideraba que era parte de los hombres protagonistas de la historia nacional. De acuerdo con Valle, a través de las dedicatorias de sus obras podemos ver que el círculo de amistades de Rivera fue muy amplio y de todas las posiciones sociales, desde obispos y gobernadores, hasta comerciantes, abogados y gente del pueblo (Valle Ruiz, 1988: 35-36). La correspondencia hallada en su archivo permite ampliar esta idea, pues sabemos que muchos recibieron ejemplares de sus *Compendios* como regalos y los distribuyeron o mostraron interés por adquirirlos.[7]

El escenario político y religioso

El estado de Jalisco y la arquidiócesis de Guadalajara fueron dos espacios relevantes en donde se evidenció el ambiente de tensiones políticas y religiosas antes y durante el segundo Imperio y sobre todo tras la restauración de la República en 1867. El estado fue gobernado en las últimas décadas del siglo XIX por leales militares porfiristas como Francisco Tolentino (1883-1887) y Ramón Corona (1887-1889). Allí se vivieron condiciones similares al del resto del país durante el porfirismo. De acuerdo con Muria, para 1895 Jalisco era el estado con mayor fuerza de

[7] En el Catálogo del Archivo de Agustín Rivera se pudieron identificar los siguientes expedientes en los cuales el autor o sus remitentes confirman haber recibido ejemplares de sus compendios sobre historia de Grecia y romana Archivo Agustín Rivera Caja 14 (Ms.R/3433), (Ms.R/3315), (Ms.R/3443), (Ms.R/3515), (Ms.R/3457), (Ms.R/3482); Caja 15 (Ms.R 3532), (Ms.R/3534), (Ms.R/3522), (Ms.R/3737), (Ms.R/3586), (Ms.R/3606), (Ms.R/3618); Carpeta 10 (Ms.R/2946); Carpeta 13 (Ms.R/3280), (Ms.R 3367), (Ms.R/3359). Es importante agregar que, al tratarse de obras voluminosas en comparación con sus textos más breves, solían ser más caros. El particular el *Compendio de historia romana* duplicó su precio entre 1892 y 1903 (Carbajal, 2022: 107-108).

trabajo en condición de servidumbre y una década antes, el total de las haciendas que había en la región estaban en manos de 50 personas. (Muria, 1994: 124-132). Hacia finales de siglo la política modernista del presidente arribó a Jalisco junto con la electricidad, alumbrado público y líneas telefónicas.

La producción literaria e historiográfica de Rivera se inserta en un momento de importante innovación cultural, específicamente en el campo de la literatura en el estado a partir de la aparición de publicaciones como *La República Literaria*, *Flor de Lis*, *Jalisco Ilustrado* y *La Revista Ilustrada*. Destaca la presencia tanto en Guadalajara como en Lagos de Moreno de periodistas, escritores e historiadores como Manuel Puga y Acal, Alberto Santoscoy, Manuel Cambre o Luis Pérez Verdía. (Valle Lanten, 2008: 27-29). Agustín Rivera quedó inserto en este ambiente cultural e intelectual. Mantuvo correspondencia con importantes figuras locales como se evidencia en la documentación de su archivo personal.

La labor sacerdotal de Rivera se llevó a cabo en la Arquidiócesis de Guadalajara, región tradicionalmente católica y conservadora. Coincide buena parte de la vida de Rivera con el período en funciones del arzobispo de Guadalajara Pedro Loza y Pardavé (1869-1898), quien promovió una restauración religiosa y cultural a través de la educación. Loza fomentó a los sacerdotes el proyecto del establecimiento de escuelas, sobre todo para las infancias indígenas. Para 1898 logró controlar 18 escuelas parroquiales a su cargo. Rivera compartió su política enfocada en la educación de los niños.

La disputa política a lo largo del siglo XIX entre liberales y conservadores tuvo como uno de sus puntos neurálgicos, el debate por el poder de la iglesia. Los conservadores defendieron los derechos del clero de los ataques de los liberales, sobre todo en la crisis que significó la Guerra de Reforma (1855-1857). Con la República Restaurada, tras el fin del imperio de Maximiliano, la iglesia se encontraba en crisis, habían perdido sus propiedades y muchos de sus líderes estaban en el exilio. Bajo el gobierno de Juárez (1867-1872) hubo una nueva exclaustración y ocupación de los conventos; sin embargo, en el clima de tolerancia, la iglesia pasó por un proceso de reorganización. En octubre de 1870 el Congreso aprobó una amnistía conta los enemigos de la República. No obstante, con Lerdo de Tejada en el poder (1872-1876) se aprobaron nuevas leyes que limitaban el poder del clero, además de implantar una educación laica. La reacción del clero no se hizo esperar y su molestia se hizo evidente (Adame Goddard, 1981: 77-85). En ese clima de tensiones políticas llegó Porfirio Díaz al poder quien en 1877 prometió que la religión católica no sería perseguida y se

crearía un nuevo ambiente de tolerancia en el país. Algunas publicaciones de importante circulación como *El Combate, El popular, El Imparcial* o *El Siglo XIX* mantuvieron sus ataques al clero (Valle Lanten, 2008: XXII).

A pesar de las adversidades, la Iglesia en México vivió un proceso de reconstrucción en el último cuarto del siglo XIX con la creación de nuevas órdenes religiosas, congregaciones, obispados, la celebración de un nuevo Concilio Provincial y la conversión del Seminario Conciliar en Universidad Pontificia. En 1891 se publicó en la prensa mexicana la encíclica *Rerum Novarum* de León XIII que, entre otras cosas orientó al clero nacional hacia el interés en el problema social como un problema moral y religioso que podía solucionarse con la educación.[8] De acuerdo con Adame Goddard, de 1867 a 1892 los católicos mexicanos "lucharon por mantener una doctrina política inspirada en los principios morales de la Iglesia Católica, opuesta esencialmente a la doctrina política liberal"; pero de 1892 a 1914 "se preocuparon por formar una doctrina social que sirviera para diseñar y poner en práctica un plan de reformas sociales que superase las deficiencias y vicios del sistema liberal" (Adame Goddard, 1981: 7).

La producción de Agustín Rivera atraviesa los dos períodos. En su obra se puede evidenciar la defensa de una doctrina política moral católica y una visión providencial de la historia, ordenada bajo los principios de Dios y la Creación; por otro lado, su interés por la educación permite insertarlo en la dinámica católica preocupada por la formación de una doctrina social que en ocasiones se enfrentaba con los intereses del clero. A mi parecer, la idea transversal en su producción es la importancia de la educación sujeta a los principios de la religión. En sus obras sobre historia antigua parece reafirmarse esta hipótesis.

Su obra sobre la antigüedad

De acuerdo con el listado bibliográfico realizado en 1917 por Juan Iguíniz en las publicaciones de la Academia Mexicana de la Historia, Agustín Rivera fue autor de 157 textos. Iguíniz clasificó su obra en las siguientes categorías: Obras generales, filosofía, religión y teología, sociología, derecho y enseñanza, filología, ciencias aplicadas, Bellas Artes, Literatura.

[8] Por la documentación de archivo sabemos que Rivera recolectaba información relativa al papado de León XIII de quien parecía tener buena opinión. Archivo Agustín Rivera Manuscritos e impresos muy importantes Tomo 1 (Ms.R/Doc.7469-13), (Ms.R/Doc.7469-50); Caja 7 (Ms.R/Doc.1608), (Ms.R/Doc.1535).

En un estudio posterior Valle Ruiz (1988) refiere la existencia de 168 obras atribuidas a Rivera ordenadas por temática: a) religiosas: cartas, disertaciones, comentarios, histórico-religiosos, sermones, oraciones, poemas; b) laicas: biografías, cartas, discursos, obras filosóficas, obras históricas, literatura general (Valle Ruiz, 1988: 71-97). De acuerdo con Valle Lanten (2004: LXXXV-XCVI) únicamente entre 1889 y 1899 Rivera escribió y/o publicó 80 títulos lo cual equivale alrededor del 50% de su producción total en ese período de una década. La variedad en el número de títulos en los estudios revisados se debe a dos factores, la inclusión de manuscritos inéditos y el conteo de cartas y sermones de forma individual o agrupados. De cualquier forma, no hay una variación importante que impacte el estudio de su producción sobre la antigüedad clásica.

El interés de Agustín Rivera por la historia griega y romana no atraviesa toda su producción a lo largo de una prolífica carrera como escritor. Sus textos más importantes, es decir el *Compendio de Historia de Grecia* y el *Compendio de historia romana política y literaria* junto con sus *Cartas sobre Roma* fueron publicados entre 1869 y 1872, años que coinciden con el regreso de su viaje por Europa entre 1866 y 1868 lo cual parece haber motivado su interés por el estudio de la antigüedad. Sabemos que estuvo en Roma en 1867 gracias a las cartas que acompañan la edición de su *Compendio,* ciudad en la que él afirma adquirió las *Vidas Paralelas* de Plutarco en latín.

Tras una revisión de las propuestas de clasificación de la obra de Rivera, se han podido identificar los siguientes títulos cuyo contenido versa sobre la historia de la antigüedad o el escenario amplio de los estudios clásicos. Se presentan cronológicamente. Cabe aclarar que solo los dos compendios se enfocan exclusivamente en el tema, pero de manera tangencial el resto las obras referidas abordan problemáticas asociadas el interés por la historia, literatura o idiomas clásicos. Se trata de dos compendios, dos compilados de cartas, dos misceláneas, dos disertaciones y un ensayo

> 1. *Cartas sobre Roma,* San Juan de los Lagos, Tipografía de Ruperto Martín, 1871. Visitó Roma en la primavera de 1867. Las cartas están dirigidas al Sr. Hilarión Romero Gil. Fueron publicadas para servir de ilustración a su *Compendio de la historia romana*. Conta de 23 cartas publicadas por primera vez en 1870 en *La Civilización* de Guadalajara y en la *Revista Universal* de México. Hay una segunda edición de 1876 en la Imprenta de Francisco Rodriguez.[9]

[9] La edición que se consultó para este estudio fue la segunda de 1876.

2. *Compendio de la historia romana, política y literaria,* San Juan de los Lagos, Tipografía de José Martín, 1872, 251 p. Publicada cuando fue Catedrático en el Liceo de Lagos para que sirviera a sus discípulos de texto breve y al mismo tiempo completo.

3. *Compendio de la historia antigua de Grecia,* 2ª ed., San Juan de los Lagos, Tipografía de José Martín, 1874, 150 p. Escrito en 1869 cuando era catedrático de Historia en el Liceo de Lagos. No se conoce la primera edición. Está dedicada a la Sociedad Médica de Guadalajara para facilitar el aprendizaje a los jóvenes y a los hombres ya formados.

4. *Cartas sobre el estudio de los clásicos paganos y clásicos cristianos entre Diez de Sollano, obispo de León de los Aldamas y Agustín Rivera*, México, Edición de la *Revista Universal*, 1873. En la correspondencia, Sollano se muestra en contra de la enseñanza de los clásicos y Rivera defiende que es útil enseñar a la juventud "a San Jerónimo, Prudencio y otros santos padres y otros clásicos cristianos, y también a Cicerón, Virgilio, Horacio y otros clásicos paganos con discernimiento" (Iguíniz, 1916: 46).

5. *Pensamientos de Horacio sobre Moral, Literatura y Urbanidad, escogidos, traducidos al castellano, reunidos y anotados en 1873 por Agustín Rivera, individuo de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística y honorario de la Sociedad Médica de Guadalajara para el uso de los estudiantes del idioma latino y de los afectos a la bella literatura,* San Juan de Los Lagos, Tipografía de José Martín, 1874.

6. *Miscelánea Selecta, o sea colección de sentencias, trozos y noticias (geográficas, históricas, estadísticas, etc., sobre diversas materias: unas en latín y otros en castellano, unos en prosa y otros en verso; escogidos de muchos autores por Agustín Rivera*. (Contiene Epígrafe de Isócrates), San Juan de los Lagos, Tipografía de José Martín, 1880.

7. *Ensayo sobre la enseñanza de los idiomas latino y griego y de las bellas artes por los clásicos paganos a los jóvenes y niños*, San Juan de Los Lagos, Tipografía de José Martín y Hermosillo, 1881. 231 p.

8. *Disertación ¿De qué sirve la filosofía a la mujer, los comerciantes, los artesanos y los indios?* (Contiene epígrafe de Cicerón), Lagos de Moreno, Ausencio López Arce impresor, 1893, 133p.

9. *Disertación histórica sobre la esclavitud en las naciones cristianas y especialmente sobre los sacerdotes esclavos*. Lagos de Moreno, 1894. 15f. manuscrito.

Su visión de la Antigüedad

El interés por la función didáctica de la historia se refleja a lo largo de la producción de Rivera. Se enfocó en producir textos dirigidos a los jóvenes y entendía a la historia como el camino para identificar las causas de los males y darles una solución. Rivera transmitió la visión ciceroniana de la historia como testigo imparcial y maestra de vida. Como indica en sus *Principios críticos sobre el Virreinato de la Nueve España y sobre la Revolución de Independencia,* es necesario estudiar el pasado para "remediar los profundos males presentes, hacer progresar a la patria y prepararle un porvenir de verdadera civilización y bienestar social" (Rivera: 1888: 442-443). Sostiene que muchos de los males referidos se deben a los malos gobiernos, los cuales pueden encontrarse de forma similar a lo largo de la historia no solo nacional sino universal; por lo tanto, la historia debe recoger aquello útil para la población y el desarrollo de la nación. En otro texto afirma que

> es mejor leer historia que novelas inmorales y de mal gusto, la historia es interesante, hermosa y útil, es verdadera y enseña a conocer el corazón humano, a conocer a los malvados y sus intrigas para defenderse de ellos y saber vivir en la sociedad […] Los opresores de los pueblos le temen a la historia (Rivera, 1878: 99-100).[10]

Junto al carácter didáctico de la historia, Rivera mostró a lo largo de su producción un interés por el estudio crítico de la historia. No olvidemos que Rivera no escribía "ni para los sabios ni para los ricos, sino para los de clase media y los de la clase baja que saben leer y principalmente a la juventud" (Rivera, 1909: 2). Lo anterior no implicó que haya descuidado la calidad de sus publicaciones, solo hay que tomar en cuenta que le importaba que llegaran a un amplio público. Sabemos incluso que donó gran parte de sus libros y folletos.

Podemos señalar cuatro elementos que considero que forman parte de su propuesta historiográfica y que se ven reflejados en su acercamiento a la historia de la antigüedad.

1. Providencialismo y cronología. En las consideraciones preliminares incluidas en el *Compendio de historia de Grecia*, Rivera define la historia como

[10] El *Compendio de la Historia Antigua de México desde los tiempos primitivos hasta el desembarco de Juan de Grijalva* fue una empresa muy importante en la que se embarco Rivera. Sin embargo, únicamente vio la luz el Tomo I debido a que fue censurado por la Autoridad Eclesiástica de Guadalajara por decreto de 5 de abril de 1880, en virtud de contener varios puntos contrarios a los dogmas y a la moral católica.

"la ciencia que consiste en la narración escrita de los hechos pasados e importantes, (que) se basa en principios y consecuencias regulados y ordenados por Dios" (Rivera, 1874: 2). El cristianismo adquiere un carácter civilizatorio provocado por Alejandro Magno al "allanar el camino a la Iglesia civilizadora de Cristo" (Rivera, 1874: 112) y en otros pasajes se muestra convencido de que las hazañas de Alejandro son el cumplimiento de las profecías bíblicas (1874; 101; 1874; 103). Del mismo modo, en una de sus disertaciones sobre filosofía de la historia, que son frecuentemente incorporadas a la narración central, titulada "preparación evangélica" Rivera recoge de la *Historia Eclesiástica* de Eusebio la idea de que, a través del Espíritu Santo, los pueblos paganos se prepararon para recibir el Evangelio. Defiende que las doctrinas filosóficas griegas plantearon antes del nacimiento de Jesús, las ideas que después formarían parte de la esencia del cristianismo como la unidad de Dios, la igualdad social, la pobreza voluntaria, la felicidad de la virtud, el celibato y la vida común (Rivera, 1874: 135). En el caso romano encontramos por ejemplo que para Rivera "los romanos eran hombres de grande alma, apropósito para las heroicas virtudes cristianas hasta el martirio (Rivera, 1872: 64).[11] Es decir, hay una predisposición romana para que de las filas de su sociedad nazcan los primeros mártires.

La temporalidad histórica se muestra sujeta a una visión universalista y providencial. Rivera divide la historia universal en Antigua, Media y Moderna. La Antigua queda dividida en primitiva que abarca de la Creación hasta la torre de Babel, lo que él llama" historia común de las naciones"; y en historia de las descendencias de Sem, Cam y Jafet. La historia de la descendencia de Noé incluye 12 períodos que abarcan de la historia de los Medos a la historia de América. La 6ª parte de la Historia de la rama Jafética corresponde a Grecia y la 7ª a Roma. En general sigue las cronologías de San Jerónimo y Josefo. La 12ª y última es la de América, especialmente México. Divide la historia de Grecia en dos partes. La primera abarca los siglos XVIII al XXXII de la historia desde la Creación y que incluye de los primeros pobladores a los primeros juegos olímpicos (776 a.C.). Refiere la falta de certeza histórica sobre estos tiempos. La segunda parte abarca de los juegos olímpicos hasta el sometimiento de Grecia por Roma en el siglo II a.C. En la primera se guía por los siglos desde la Creación. A partir del siglo VIII retoma la cronología tradicional que toma de Vico.[12]

[11] Aprovecha para comparar a Apio Claudio con Pío IX en referencia a una alocución del papa el 22 de febrero de 1871 en la que afirmó que hacer y padecer cosas fuertes es propio de romanos.

[12] También para el caso romano cita a Vico como su referente (Rivera, 1872: 30).

A diferencia del *Compendio de historia de Grecia*, en el de historia romana no hay un apartado dedicado a la cronología detallada, probablemente porque la primera edición del primer texto se publicó con anterioridad. Incluye un apartado sobre los tiempo ante-históricos y la historia romana está dividida en tres épocas: Reyes, República y Emperadores. Como se señaló en otro momento, "el hilo conductor de la historia, desde la más remota hasta del continente americano es el universalismo cristiano" (Vega, 2023: 203).

Trata el resto de las religiones no cristianas como idolatrías que considera tienen el mismo origen que las mitologías. Para hablar de las religiones griegas y romanas sigue las narraciones de los padres de la iglesia (Rivera, 1874: 29).

2. Veracidad y autoridad del relato. En sus *Pensamientos de Horacio* escritos en latín y español, Agustín Rivera incluye el método que usó para la traducción para que quien desee hacer la propia por su cuenta pueda realizarla y además ayude a los jóvenes mexicanos a que "rectifiquen su juicio sobre diversas materias" a partir de una "colección de sentencias morales, hijas de la razón en su mayor potencia, iluminada por la revelación, las que formarán su corazón" (Rivera, 1874b: I). Lo anterior permite identificar dos elementos que van de la mano en la producción del autor, la veracidad de lo que cuenta y la autoridad que asigna a sus fuentes.

Recordemos que Rivera define a la historia como la ciencia que consiste en la narración de hechos pasados e importantes a partir de un conjunto de principios y consecuencias (Rivera, 1874: 1). Considera que para que el relato sea verosímil no se debe escribir por simpatía u odio, idea que afirma haber tomado de Cicerón y Polibio (Rivera, 1909: 44-45). Al tratase de Compendios, tanto el de Grecia como el de Roma son ejemplos útiles para observar la aproximación de Rivera a la veracidad en la historia y el abordaje de sus fuentes. Sabemos que conoce el Compendio de Fleury (Rivera, 1874: 2)[13] a quien toma como modelo y que posteriormente el propio Rivera publicó un importante *Compendio de Historia Antigua de México* en 1878.

De acuerdo con las propias afirmaciones del autor, un Compendio histórico debe tener las condiciones siguientes:

[13] Se trata del *Catecismo histórico que contiene en compendio la Historia Sagrada y la doctrina cristiana* originalmente publicado en francés por Claude Fleury y traducido al español por Fray Juan Iterian de Atala y publicado en la imprenta de Joseph Doblado en Madrid en 1805.

a. Plan lógico que siga la sencillez y unidad exigidas por Horacio.

b. Elección de autores: en materia de historia no se puede inventar, sino que todos han trabajado sobre los escritos de los anteriores. Afirma: "Yo he hecho mis estudios principalmente en las *Vidas Paralelas* de Plutarco en latín que compré en Roma y en la *Historia Universal* de Cesare Cantú." Efectivamente Plutarco y Cantú[14] son las obras más citadas en los *Compendios*. Junto con ellos ocupa un lugar preponderante Feijoo, a quien admira profundamente y dedica un breve elogio en cada uno de los compendios (1874: 121; 1872: 184).[15] Otro autor que aparecen en menor medida es Charles Rollin.[16]

c. Crítica: No se debe seguir a los autores ciegamente, aunque sean hombres muy grandes, sino aceptando unos hechos como ciertos, unos como probables y otros como dudosos (Rivera, 1874: II-III). De las narraciones contrarias de dos historiadores acepta una y rechaza otra de acuerdo con el lugar, tiempo y pasiones de cada uno; elige la que le parece más probable.

d. Integridad: Referir todos los hechos importantes "los buenos para imitarlos, los malos para evitarlos." Toma como ejemplo a Polibio que critica a quienes cuentan falsedades tanto como a quienes ocultan verdades.

e. Veracidad: Identifica tres tipos de hechos en tanto a su veracidad, ciertos, probables o dudosos.

f. Brevedad: Decir mucho en pocas palabras.

g. Claridad: Que el texto sea comprensible para todos, hasta los niños de las aldeas.

---

[14] Para el impacto de la *Historia Universal* de Cesare Cantú en América Latina ver Taboada (2020).

[15] Benito Jerónimo Feijoo y Montenegro (1676-1764) fue una figura destacada de la Ilustración española.

[16] Se trata de la obra de Charles Rollin *Historia antigua de los egipcios, de los sirios, de los babilonios, de los medos, y de los persas, de los macedonios, de los griegos, de los cartagineses y de los romanos,* un manual publicado entre 1730-1738 y traducido al español entre 1755-1761. En México la traducción del texto de Rollin por Francisco Xavier de Villanueva y Chavarri, Oficial de la Secretaría de la Nueva España, circuló al menos desde 1805 en librerías de Veracruz y la Ciudad de México. Un estudio sobre las traducciones al texto de Rollin en Medina Arjona E. (1999). Sobre el impacto de Rollin en América Graham (2020). Rivera menciona el texto en (1885: 34).

h. Filosofía: Lo que él entiende por filosofía de la historia, es decir, explicar causas y efectos de los hechos y "presentar a los individuos y a las naciones, especialmente a la patria ejemplos de verdades y de errores, de virtudes y de vicios, de bienes y de males mostrándose el pasado como la regla del presente y el argumento del porvenir." Este punto es abordado por separado en el subtítulo 4.

i. Propiedad del lenguaje: para que no se peque contra reglas gramaticales.

j. Elocuencia grave y sentenciosa.

k. Estilo igual y sostenido del principio al final.

Como parte de su búsqueda de la verdad, Rivera da importancia a la geografía, la cual denomina "la base de la historia" (1872: 1; 1874: 13) e incluye descripciones físicas del espacio histórico.

Un ejemplo puede ayudar a identificar cómo procede el autor en su interés por identificar la veracidad del hecho histórico. Cuando habla de Homero, rechaza que la poesía homérica haya sido compuesta por diversos autores y afirma vehementemente la existencia del poeta y la autoría de las obras. Dice que "en el orden lógico la existencia de Homero o la de Jesucristo es tan cierta como la de Pío IX" y respecto a la transmisión oral de la poesía y el rechazo a que las haya escrito Homero afirma: "más tampoco eso es probable pues la escritura alfabética fue anterior muchos siglos a Homero",[17] y porque sus poemas "no pudieron conservarse fidelísimamente por la tradición oral, y menos por la tradición de la plebe que todo lo estropea e irregulariza" (Rivera, 1874: 46).

Como último elemento asociado a la búsqueda de autoridad, sabemos que poseía una biblioteca importante. Rafal Muñoz Moreno, su amanuense y único heredero recibió su biblioteca tras la muerte de Rivera. Se trató de una segunda biblioteca que sustituyó a la primera vendida en 1859 para financiar su viaje a Europa. De acuerdo con Muñoz Moreno, su biblioteca poseía sus manuscritos, antigüedades, autógrafos y demás curiosidades en forma de un pequeño museo.[18] Desde 1922 el presidente Álvaro Obregón

[17] Cabe aclarar que un párrafo arriba, Rivera afirma que Homero vivió siglo y medio después de la caída de Troya

[18] El Fondo Reservado de la Biblioteca Nacional de México resguarda el *Catálogo de los libros, manuscritos, pinturas, museo y muebles que fueron de la propiedad del extinto escritor público señor doctor don Agustín Rivera : i conservados en la casa que fuera su última habitación, ubicada en esta ciudad, Belizario Domínguez, Poniente 37* publicado por Muñoz Moreno (1920).

trató de adquirir la biblioteca a través de su secretario Particular Fernando Torreblanca. Finalmente fue vendida al gobierno mexicano en 1922.[19] Contaba con 1484 títulos, 73 manuscritos y 5 impresos de Rivera, 14 manuscritos de otros autores, 2 tomos de manuscritos e impresos importantes además de pinturas, estampas, fotografías, monedas y muebles históricos. En 1923 fue remitida a las colecciones de la Biblioteca Nacional (Valle Lanten, 2008: XLIV). Ya se señaló arriba los textos que más son citados y que el propio Rivera afirma poseer.

3. Los héroes en la historia. Rivera entiende a los héroes como las personas que responden a una coyuntura social. Cuando se presenta una necesidad social apremiante, aparece para satisfacerla un gran hombre, hijo de las circunstancias (Rivera, 1903: 2-3). Rivera dedicó obras a héroes nacionales y locales, así como a grandes hombres de la historia europea.[20] De acuerdo con el autor, los héroes surgen por tres causas fundamentales: el talento y aptitudes hacia el ser social, auxiliadas por la gracias de Dios (vocación), el medio social en que vive un hombre y la Fortuna en el sentido romano de la palabra que Rivera interpreta como hechos que aparentan ser casuales (Valle Ruiz, 1988: 25).

En la historia de Grecia identifica a los maestros y los modelos en la mayor parte de los ramos del saber humano. Enumera los principales en cada rama del saber y destaca como historiadores a Heródoto, Tucídides, Jenofonte y Polibio (Rivera, 1874: I). Considera que la filosofía y los sistemas republicanos modernos son una reelaboración de los griegos. Los Compendios están organizados en función de resaltar las acciones de los personajes principales. En el caso griego desde la Guerra de Troya se lleva a cabo la narración en función de los protagonistas de la historia (Rivera, 1874: 29), acompañados de breves capítulos temáticos. Además de políticos, a Rivera le interesan literatos, filósofos y hombres de ciencia. Para el caso romano se incorporan más capítulos temático-cronológicos, pero no dejan de tener un lugar principal los grandes héroes.

El autor se vale de la comparación como recurso explicativo para plasmar una idea central en la que dos individuos, a pesar de la distancia y el

[19] Valle Lanten recoge a través de la documentación contenida en el Archivo General de la Nación, la historia del proceso de compra de la biblioteca de Rivera (2004: XLI-XLIV).
[20] Por ejemplo, en 1864 publicó un *Cuadro sinóptico de los hombres y hechos más importantes de la historia moderna.* En 1875 escribió un catálogo de los presbíteros del Seminario Conciliar de Guadalajara y en 1897 un catálogo de los catedráticos de Filosofía del mismo Seminario. Del mismo modo se interesó por figuras de la independencia como Pedro Moreno, nacido en Lagos de Moreno y Miguel Hidalgo (Iguíniz, 1917: 64-81).

tiempo pueden ser equiparables. Destaco el paralelismo que incluye entre San Francisco de Asís y Licurgo. Afirma el autor que

> no debe parecer extraño que el gran legislador San Francisco de Asís haya impuesto a sus jóvenes monjes semejantes prácticas austeras (las instauradas por Licurgo en Esparta), porque los educaba para las misiones, especialmente en países gentiles. A esta dura educación se debe la civilización de México (Rivera, 1874: 52).

4. La filosofía de la historia. De acuerdo con Rivera, la historia tiene un componente filosófico que desentraña el mensaje profundo de los hechos históricos aplicándoles las reglas de la crítica.

Es bien sabido que la ciencia de la historia consta de dos partes, a saber: la historia en sentido estricto, que consiste en la narración de los hechos y la filosofía de la historia que consiste en discurrir sobre los hechos, en las apreciaciones, en la crítica de los hechos, en conocer las causas y los efectos de cada hecho en el orden social" (Rivera, 1910: 3-4).

Por lo anterior, incluye por un lado una reflexión sobre filosofía de la historia al inicio del *Compendio de historia de Grecia* y, por otro lado, breves anotaciones al respecto a lo largo de los textos tanto en este como en el *Compendio de historia romana*. En estos espacios da cabida a la reflexión y crítica de los hechos previamente narrados.

En el caso de la historia griega hace uso de este recurso para explicar los hechos incluidos a continuación: a) Causas de que pocos griegos hayan vencido a muchos persas: los segundos combatían por obediencia a un déspota y por avaricia del botín y los primeros en defensa de la patria; además los griegos de Asia eran menos valientes que los de Europa (Rivera, 1874: 73). b) Hipócrates y Jesús: Rechaza que el primero tuviera poderes curativos (Rivera, 1874: 88-89). c) La enseñanza antes de Jesús: para él, Jesús fue el inventor de la enseñanza pública, a diferencia del carácter privado de la educación en Grecia (Rivera, 1874: 95). d) Digresiones sobre Alejandro: lo utiliza como ejemplo de la utilidad de un buen maestro, e incluye un juicio crítico de su papel histórico. Es a quien le dedica más reflexiones como personaje moral y una segunda digresión como la inicial sobre la filosofía de la historia tras la narración de la muerte del rey macedonio (Rivera, 1874: 108-111). e) Absorción de una nación por otra: el argumento es que Grecia era una sociedad desorganizada y agonizante en el siglo I a.C., mientras que Roma rebosaba de vida y poder. Afirma Rivera que es asunto de una "lógica política en la marcha del género humano la absorción de Grecia por Roma" (Rivera, 1874: 137).

Para la historia romana son más abundantes sus digresiones sobre filosofía de la historia. En total en 20 ocasiones el autor considera necesario insertar un elemento explicativo o comparativo para dar sentido al hecho histórico narrado. De acuerdo con el contenido podemos dividirlas en 3 tipos: políticas/morales (Rivera, 1872: 22, 24, 30, 32, 36, 44, 59, 95, 125), comparativas (Rivera, 1872: 15, 34, 64, 101, 163, 217) y juicios críticos de personajes (Rivera, 1872: 78, 134, 147, 170, 225). De lo anterior podemos observar que las comparaciones se encuentran a lo largo de todo el *Compendio de la historia romana*, mientras que le interesa más la política romana en las dos etapas iniciales y los juicios sobre los personajes imperiales en lo referente a la filosofía de la historia.

Hago referencia a algunas de estas digresiones que considero representativas del total. Rivera compara la legislación romana y el evangelio en dos sentidos: lo referente a la sociedad conyugal y a la sociedad paterna. En ambos casos el autor considera que el catolicismo representa mayores libertades para la mujer y el hombre que la legislación romana (Rivera, 1872: 15). Cuando aborda el tema de la representación nacional en Roma, aprovecha para explicar su postura respecto al gobierno moderno. Para él, la diversidad de la población es algo negativo. Los romanos comprendieron que

> un ser que tiene la cabeza de diversa especie que el cuerpo es un monstruo que no puede subsistir y que en una nación es necesario que los diversos pueblos que la componen tengan en el gobierno sus representantes, que reconozcan sus respectivas necesidades, que den testimonio de ellas y provean a las mismas. Una ley exclusivamente latina hubiera chocado con las leyes y costumbres sabinas (Rivera, 1872: 24).

Otra comparación de especial interés se encuentra en el apartado sobre Nerón. En él Rivera interpreta que la clave para que un individuo sea útil para la sociedad está en la educación:

> Si Nerón hubiera nacido en el seno del cristianismo y hubiera sido criado por una madre como Santa Mónica y hubiera sido educado por los hijos de Ignacio de Loyola, estos habrían dominado sus pasiones y explotado sus talentos y habría sido un hombre muy útil a la sociedad. Y si San Agustín hubiera nacido en la Roma del tiempo de Nerón y hubiera sido criado por Agripina, habría sido un emperador semejante a Nerón (Rivera, 1872: 163-164).

De nuevo aparecen sus ideas asociadas a la importancia de la educación y el medio para la generación de grandes hombres.

Finalmente, en su juicio crítico de Constantino, el autor alaba sus características como gobernante y en particular la fundación de Constantinopla, pero critica fuertemente el hecho de que el emperador

romano vaciló toda su vida entre el cristianismo y el paganismo y que participaba en las creencias de ambas religiones (Rivera, 1872: 225-228).

Para Rivera existe un vínculo estrecho entre toda la historia pues se hallan ejemplos similares en lejanas distancias y tiempos remotos y cercanos. Destaca el interés por los gobiernos del pasado y del presente como los de Moisés y Salomón, hasta las repúblicas modernas. Recurre de forma constante a distintos tiempos históricos en los que encuentra paralelismos útiles por ejemplo entre los tiempos de Napoleón I y las conquistas de Alejandro Magno (Rivera, 1874: 106) o entre las campañas de Napoleón III y las de Julio César (Rivera, 1872: 114) entre muchos otros.

Rivera expone la idea de que las formas de gobierno mejor logradas son aquellas que se limitan en el espacio gobernado. Del mismo modo, parece tener presente el carácter diverso y heterogéneo de la población nacional que sirve como espacio de crítica de la falta de unidad en un territorio tan extenso. En un tono similar, en el *Compendio de Historia de Grecia* el autor apunta que la falta de unidad puede ser un factor disruptivo que provoque la caída de los gobiernos y la mala organización de las ciudades. Refiere en particular al carácter heterogéneo del imperio de Alejandro de Macedonia (Rivera, 1874: 105-106).[21] Respecto al caso mexicano, identifica en la guerra de Independencia el inicio de la historia nacional que tiene un estrecho vínculo hasta el gobierno de Porfirio Díaz, frente a un "atraso" general en la época colonial (Rivera, 1887: 12).[22]

Cierro el apartado con un apunte sobre su manuscrito *Disertación histórica sobre la esclavitud en las naciones cristianas y especialmente sobre los sacerdotes esclavos* de 1894. En él, Rivera define la esclavitud como una institución civil que convierte al hombre en un animal y que ha existido desde las primeras sociedades humanas hasta la actualidad. Afirma que en Roma el señor tenía el derecho de vida y muerte sobre su esclavo quien caía en esa condición por nacimiento, cautividad, venta u ofensa. El argumento es empleado para explicar que la esclavitud está asociada a las naciones gentiles pues conoce naciones gentiles donde se encontraban sacerdotes esclavos cuyos señores pertenecían a otra religión, pero no naciones gentiles donde hubiera sacerdotes esclavos que fueran de la misma religión que sus señores. Agrega que la esclavitud entre los hebreos fue menos

[21] En otro espacio estudié la propuesta de Rivera específicamente sobre Alejandro Magno (Vega, 2023: 202-208)

[22] Rivera critica el atraso del período novohispano y se interesa más por la historia del México independiente. El autor se vio envuelto en diversas polémicas con miembros del clero por algunas posturas respecto al rol de la iglesia en la historia nacional. Una muy importante fue la entablada con Agustín de la Rosa, Canónigo Honorario de la Catedral de Guadalajara y a la que hace alusión el texto referenciado.

violenta que en las naciones gentiles debido a que había una serie de leyes que limitaban los derechos del señor como la prohibición de asesinarlos. Califica como barbaridades las opiniones que externaron egipcios, griegos, romanos y judíos con respecto a la esclavitud antes de la llegada de Jesús.[23]

Conclusiones

Las obras de Agustín Rivera sobre la antigüedad clásica estuvieron enmarcadas en su interés principal de educar a los jóvenes de amplios sectores sociales a quienes la historia les sería útil para identificar el origen de los males políticos y morales y ofrecer una solución. A través de una relectura de la visión ciceroniana de la historia, el autor dedicó sus esfuerzos a enfatizar el carácter didáctico de la disciplina, no sin atender la necesidad de una filosofía de la historia que sirviera de marco explicativo de los acontecimientos históricos que se muestran aislados.

Rivera eligió el camino de la producción de textos para buscar remediar los males presentes, muchos de los cuales tenían raíces históricas, como el atraso en materia filosófica o los debates políticos efervescentes a lo largo del siglo XIX. Le interesó el progreso de la patria bajo la idea de civilización, bienestar social y moralidad católica.

Su formación como miembro del clero lo hizo conocedor del latín lo que lo acercó al estudio de las fuentes y la historia del mundo antiguo en donde aplicó su filosofía de la historia basada en conjuntos de principios y consecuencias que lo llevó a confirmar la visión de una historia lineal de todo el género humano bajo una lógica que permite explicar el ascenso y caída de poderes políticos, así como la absorción de Grecia por Roma y la relación entre el pasado y el presente.

La historia antigua sirvió a Rivera como escenario para plasmar en ella ejemplos de vicios y virtudes a evitar o emular pues los malos gobiernos pueden encontrarse a lo largo de toda la historia. A final de cuentas, toda historia está conectada, incluida la del continente americano y en particular la mexicana, bajo el cobijo del universalismo cristiano. En ese sentido, su interés por la antigüedad clásica fue secundario a su gusto por la historia nacional que, bajo su mirada, podía sintetizarse en la presencia de héroes que habían forjado el presente con sus acciones. Desdeñaba el pasado colonial y consideraba que la historia de México iniciaba con la independencia. La juventud mexicana podía aprender del conocimiento de

[23] El manuscrito puede consultarse en el archivo de Agustín Rivera (Caja 2 Ms.R /doc.55 16f).

la antigüedad valores útiles para la nación e identificar que la voluntad de Cristo puede observarse a lo largo de la historia del género humano.

Referencias bibliográficas

ADAME GODDARD, Jorge. *El pensamiento político y social de los católicos mexicanos 1867-1914*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1981, 273p.

AZUELA, Mariano. *El padre don Agustín Rivera*. México: Botas, 1942, 127p.

CARBAJAL LÓPEZ, David. Usurae in calamo. Agustín Rivera entre libros y periódicos, 1870-1910. *Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, n. 63, 2022: 91-115.

GARCIA UGARTE, Marta Eugenia. *Poder político y religioso México siglo XIX*. México: Universidad Nacional Autónoma de México / Miguel Ángel Porrúa, 2010, 918p.

GRAHAM, Mark. Charles Rollin and Universal History in America. *Modern Intellectual History*. Cambridge: Cabridge University Press, vol.17, num.2, 2020: 325-355.

IGUÍNIZ, Juan. *Bibliografía del señor presbítero don Agustín Rivera y Sanromán*. México: Publicaciones de la Academia Mexicana de la Historia, 1917, 87p.

MEDINA ARJONA, Encarnación. Las traducciones de Charles Rollin y su lugar en la bibliografía pedagógica española del siglo XVIII. En: LAFARGA, Francisco (ed.). *La traducción en España (1750-1830). Lengua, literatura, cultura*. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 1999: 233-242.

MUÑOZ MORENO, Rafael. *Rasgos biográficos del Sr. Dr. D. Agustín Rivera y Sanromán*. Lagos de Moreno: Imprenta López Arce, 1906, 80p.

MUÑOZ MORENO, Rafael, *Catálogo de los libros, manuscritos, pinturas, museo y muebles que fueron de la propiedad del extinto escritor público señor doctor don Agustín Rivera: i conservados en la casa que fuera su última habitación, ubicada en esta ciudad, Belizario Domínguez, Poniente 37*. León de los Aldamas: Rafael Muñoz Moreno, 1920, 58p.

MURIA, José. *Breve historia de Jalisco*. México: El Colegio de México, 1994, 218p.

ORTÍZ DÁVILA, Juan Pablo. El humanismo conservador: letras clásicas y política a mediados del siglo XIX. *Signos históricos.* México: Universidad Autónoma Metropolitana México, vol.6, num.31, 2014: 38-87.

PALTI, Elías. *La invención de una legitimidad. Razón y retórica en el pensamiento mexicano del siglo XIX (un estudio sobre las formas del discurso político).* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005, 544p.

PINAL RODRÍGUEZ, Karla. *Vivir para historiar, historiar para vivir. La profesionalización de la historia antigua en México: Una propuesta revisionista (1850-1950)*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2016, 334p.

PRIETO, Guillermo. *Memorias de mis tiempos.* México y París: Librería de la viuda de C. Bouret, 1906, 380p.

RIVERA, Agustín. *Compendio de la historia romana, política y literaria.* San Juan de los Lagos: Tipografía de José Martín, 1872, 251p.

RIVERA, Agustín. *Cartas sobre el estudio de los clásicos paganos y clásicos cristianos entre Diez de Sollano, obispo de León de los Aldamas y Agustín Rivera*. México: Edición de la *Revista Universal*, 1873, 31p.

RIVERA, Agustín. *Compendio de la historia antigua de Grecia,* 2ª ed., San Juan de los Lagos: Tipografía de José Martín, 1874, 150p.

RIVERA, Agustín. *Pensamientos de Horacio sobre Moral, Literatura y Urbanidad, escogidos, traducidos al castellano, reunidos y anotados en 1873 por Agustín Rivera, individuo de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística y honorario de la Sociedad Médica de Guadalajara para el uso de los estudiantes del idioma latino y de los afectos a la bella literatura.* San Juan de Los Lagos: Tipografía de José Martín, 1874b, 62p.

RIVERA, Agustín. *Cartas sobre Roma, visitada en la primavera de 1867 por el Dr. D. Agustín Rivera dirigidas por el mismo de Lagos a Gudalajara en 1870 y 1871 a su condiscípulo y amigo el Sr. Lic. Hilarión Romero Gil, y publicadas por el autor para servir de ilustración a su Compendio de la historia romana.* 2ª edición. San Juan de los Lagos: Imprenta de Francisco Rodríguez, 1876, 170p.

RIVERA, Agustín. *Compendio de la Historia Antigua de México desde los tiempos primitivos hasta el desembarco de Juan de Grijalva.* San Juan de los Lagos: Tipografía de José Martín, 1878, 477p.

RIVERA, Agustín. *Miscelánea Selecta, o sea colección de sentencias, trozos y noticias (geográficas, históricas, estadísticas, etc., sobre diversas materias: unas en latín y otros en castellano, unos en prosa y otros en verso; escogidos de muchos autores por Agustín Rivera*. San Juan de los Lagos, Tipografía de José Martín, 1880, 193p.

RIVERA, Agustín. *Ensayo sobre la enseñanza de los idiomas latino y griego y de las bellas artes por los clásicos paganos a los jóvenes y niños*. San Juan de Los Lagos: Tipografía de José Martín y Hermosillo, 1881, 231p.

RIVERA, Agustín. *La Filosofía en la Nueva España, o sea Disertación sobre el atraso de la Nueva España en las Ciencias Filosóficas.* San Juan de los Lagos: Tiopgrafía de Vicente Veloz a cargo de A. López Arce, 1885, 1402p.

RIVERA, Agustín. *Treinta sofismas i un buen argumento el Sr. Doctor D. Agustín de la Rosa, Canónigo Honorario de la Catedral de Guadalajara, al impugnar el Libro "La Filosofía en la Nueva España en su periódico "La Religión y la Sociedad." Opúsculo de polémica escrito en Lagos por Agustín Rivera, autor de dicho libro.* San Juan de los Lagos: Tipografía de A. López Arce, 1887, 210p.

RIVERA, Agustín. *Principios críticos sobre el Virreinato de la Nueve España y sobre la Revolución de Independencia.* 3 tomos. San Juan de los Lagos: Imprenta de Vicente Veloz, 1888, 1058p.

RIVERA, Agustín. *¿De qué sirve la filosofía a la mujer, los comerciantes, los artesanos y los indios?* Lagos de Moreno: Ausencio López Arce impresor, 1893, 133p.

RIVERA, Agustín. *Discurso pronunciado por Agustín Rivera en la fiesta en honor del héroe de la patria, Pedro Moreno, celebrada en Lagos de Moreno el 27 de octubre de 1903.* Lagos de Moreno: Imprenta López Arce, 1903, 6p.

RIVERA, Agustín. *Fray Melchor de Talamantes i Don Fray Bernardo del Espíritu Santo, o sean Las Ciencias en la época colonial y defensa que el autor de este folleto Dr. D. Agustín Rivera hace de sus escritos*. Lagos de Moreno: Imprenta de la viuda e hijos López Arce, 1909, 50p.

RIVERA, Agustín. *Anales de la vida del Padre de la Patria Miguel Hidalgo i Costilla, escritos por Agustín Rivera para contribuir a la celebración del Centenario del Grito de Independencia.* 5ª edición. León de los Aldamas: Imprenta de Leopoldo López, 1910, 143p.

ROLLIN, Charles. *Historia antigua de los egipcios, de los sirios, de los babilonios, de los medos, y de los persas, de los macedonios, de los griegos, de los cartagineses*

y de los romanos. Compuesta y reducida a una por Don Francisco Javier de Villanueva y Chavarri, oficial de la Secretaría de la Nueva España, de las dos que separadamente escribió Mr. Rollin, Madrid, Oficina de Joseph Rico, 1755.

TABOADA, Hernán. La Historia Universal de Cesare Cantú en América Latina. *História da Historiografia*. Sociedade Brasileira da Teoria e Historia da Historiografía, vol.13, num.33, 2020: 341-374.

TORO, Alfonso. *El Dr. Dn. Agustín Rivera y Sanromán*. México: Publicaciones de la Academia Mexicana de la Historia, 1917, 25p.

VALLE LANTEN, Javier. *Catálogo del archivo personal de Agustín Rivera y Sanromán 1889-1899.* Tesis de licenciatura, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

VALLE RUIZ, Jorge. *Conceptos historiográficos en la obra del Dr. Agustín Rivera y Sanromán*. Tesis de maestría, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional, Autónoma de México, 1988.

VEGA RODRÍGUEZ, Héctor. Entre humanismo, republicanismo y religión. Miradas mexicanas sobre Alejandro Magno (1770-1870). En: LAGOS, Leslie (ed.) *Alejandro Magno. Propuestas de estudio, investigación y reflexión.* Chile: Editorial GEIMA Ediciones, 2023, 179-214.

ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. *La cultura moderna de la historia. Una aproximación teórica e historiográfica*. México: El Colegio de México, 2010, 246p.

Recebido: 31 de julho de 2024 | Aceito: 27 de setembro de 2024

A ANTIGUIDADE CLÁSSICA NA DIPLOMACIA CULTURAL DA GUATEMALA DURANTE A PRESIDÊNCIA DE MANUEL ESTRADA CABRERA: O CASO DOS *ÁLBUNS DE MINERVA* (1898-1911)

Ricardo Del Molino García[1]

Resumo

A presença da Antiguidade Greco-Romana na política externa das repúblicas latino-americanas durante o século XIX e início do século XX não foi estudada nem pela História das Relações Internacionais nem pela sensibilidade historiográfica que trata do uso político da Antiguidade, apesar do fato de ter sido um meio que facilitou a comunicação e a ação política no estrangeiro para as jovens nações latino-americanas. Dada esta lacuna de antecedentes e pesquisas, esta proposta visa abordar este fenômeno com base na diplomacia cultural guatemalteca durante a presidência de Manuel Estrada Cabrera em seus dois primeiros governos (1898–1911). Foi então que foram publicados os luxuosos *Álbuns de Minerva*, com grande distribuição internacional, o que permitiu promover no exterior a imagem da Guatemala como uma nação ordeira e civilizada.

Palavras-chave:

Minerva; *Álbum de Minerva*; Guatemala; diplomacia; Manuel Estrada Cabrera; uso político da antiguidade.

[1] Professor Doutor – Universidad Externado de Colombia, Bogotá, Colômbia. E-mail: ricardo.delmolino@uexternado.edu.co

Resúmen

La presencia de la Antigüedad grecorromana en la política exterior de las repúblicas hispanoamericanas durante el siglo XIX y principios del XX no ha sido estudiada ni por la Historia de las Relaciones Internacionales ni por la sensibilidad historiográfica que se ocupa del uso político de la Antigüedad, a pesar de que fue un medio que facilitó la comunicación y la acción política en el exterior de las jóvenes naciones latinoamericanas. Ante este vacío de antecedentes e investigaciones, la presente propuesta pretende abordar este fenómeno a partir de la diplomacia cultural guatemalteca durante la presidencia de Manuel Estrada Cabrera en sus dos primeros gobiernos (1898-1911). Fue entonces cuando se publicaron lujosos *Álbumes de Minerva*, con gran difusión internacional, que permitieron promover la imagen de Guatemala como una nación ordenada y civilizada en el extranjero.

Palabras clave:

Minerva; *Álbum de Minerva*; Guatemala; diplomacia; Manuel Estrada Cabrera; uso político de la antigüedad.

Introdução

No âmbito do projeto de investigação "*Antigüedad, nacionalismos e identidades complejas en la historiografía occidental: De la historiografía académica a la cultura de masas en Europa occidental y América Latina (1870–2020)*" — ANIHO (PID2020-113314GB-I00), este texto tem como objetivo explorar e analisar a presença da Antiguidade Greco-Romana na política externa da Guatemala durante a presidência de Manuel Estrada Cabrera, com enfoque no caso particular dos sete *Álbuns de Minerva* localizados. Serão investigados o papel e a função destes Álbuns na diplomacia cultural guatemalteca durante os dois primeiros governos de Manuel Estrada Cabrera (1898–1905 e 1905–1911).

Os *Álbuns de Minerva* eram publicações luxuosas que compilavam discursos, alocuções e composições poéticas apresentadas durante as festividades em homenagem a Minerva, chamadas *Minervalias*, realizadas anualmente na Guatemala por ordem do presidente Manuel Estrada Cabrera[2]. Estas publicações continham também escritos internacionais de apoio às festividades, que serão o ponto de partida da nossa investigação.

Primeiramente mostraremos a presença de contribuições estrangeiras nos conteúdos dos *Álbuns de Minerva*. Em seguida, trataremos do eco internacional que os álbuns tiveram na imprensa estrangeira. Em terceiro lugar, proporemos uma possível interpretação que vincule tanto a presença de estrangeiros no conteúdo como o impacto na imprensa estrangeira com a diplomacia cultural de Manuel Estrada Cabrera, cujo objetivo era apresentar a Guatemala como um país ordenado, progressista e culturalmente ligado à história greco-romana europeia.

Álbuns de Minerva

Durante a presente investigação, foram encontrados os álbuns correspondentes às *Minervalias* dos anos de 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904-1906 e 1907.

Foram encontradas duas edições do primeiro álbum (1899). Pode-se presumir que a segunda edição foi publicada em 1900, conforme indicado na capa, embora não seja mencionada na informação editorial. Os álbuns localizados

[2] Sobre as *Minervalias*, ver: Luján, 1992; Carrera, 2005; Carrera, 2017.

de 1900 e 1901 são de primeira edição e não há indícios de segundas edições. Por outro lado, do *Álbum de Minerva* de 1902 temos a primeira e a segunda edições. Dos *Álbuns de Minerva* de 1903, apenas a primeira edição foi encontrada.

Na fase heurística da investigação, não foram encontrados os *Álbuns de Minerva* de 1904, 1905 e 1906. É possível que não tenham sido publicados, conforme a "Nómina de las Obras, Leyes, Reglamentos y Publicaciones" (Lista de Obras, Leis, Regulamentos e Publicações) de 1909, que menciona os álbuns de 1900, 1901, 1902, 1903 e 1907. Embora seja mencionada uma "Crónica de Minerva, año de 1904", não há evidências de que se tratasse de um *Álbum de Minerva*.

Junto com as fontes citadas, um sexto livro intitulado *Álbum de Minerva* 1904–1906 foi localizado na Academia de Geografia e História de Guatemala. Tudo indica que se tratou de uma única publicação realizada em 1906 que combinou as contribuições recebidas em 1904 e 1905, que não foram publicadas nos anos correspondentes.

Após o sétimo *Álbum de Minerva* de 1907, do qual localizamos uma única primeira edição, não temos indícios de que tenham sido publicadas mais obras com o título *Álbum de Minerva*, embora deva ser destacado que, em 1915, foram localizadas as obras *Un Recuerdo de las Fiestas de Minerva de 1915* e o *Álbum de las Escuelas Prácticas de 1916*. Estas duas obras poderiam ser consideradas substitutas dos Álbuns, embora com dúvidas, por isso não as incluiremos em nosso estudo.

Por fim, antes de analisar os *Álbuns de Minerva* de 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904-1906 e 1907, é importante mencionar que este tipo de obra que compila pensamentos e composições poéticas em torno de uma pessoa, acontecimento ou festividade era comum no final do século XIX e início do século XX. Mesmo quando morreu Dona Joaquina, mãe do presidente Manuel Estrada Cabrera, foi publicada na Guatemala uma compilação de pensamentos, dedicatórias e elogios sem o nome Álbum, mas muito semelhante.

Primeiro *Álbum de Minerva* (1899)

A primeira edição do primeiro *Álbum de Minerva*, publicado em 1899 no contexto das Primeiras Minervalias, incluía o decreto 604 (pelo qual foram instituídas as Minervalias), o discurso inaugural proferido por Rafael Spínola, no qual se traçam referências claras a uma religião civil positivista, as duas participações de representantes das escolas femininas e masculinas da capital e uma série de composições literárias em homenagem ao festival de Minerva de alguns políticos e intelectuais guatemaltecos, que tiveram que ser recitadas e aclamadas durante a primeira Minervalia de 1899.

Ressalta-se que não houve autores internacionais neste primeiro *Álbum*, exceto Federico Gamboa, que era o representante do México na Guatemala e chegou ao país em janeiro de 1899, nomeado pelo governo de Porfirio Díaz. Curiosamente, seu texto é o único que não possui título.

A segunda edição mantém as colaborações originais e inclui algumas novas, bem como fotografias dos autores e das primeiras Minervalias.

Segundo *Álbum de Minerva* (1900)

A segunda Minervalias teve um *Álbum de Minerva* publicado em 1900. Este álbum foi influenciado por inverdades publicadas na imprensa internacional sobre as primeiras festividades em homenagem a Minerva, que afirmavam que a Guatemala havia estabelecido uma religião pagã e recebido punição divina. De fato, Federico Gamboa, representante do governo mexicano na Guatemala, relatou em seu diário de 15 de setembro de 1900 que, após a inauguração de um templo a Minerva no ano anterior, circulou uma calúnia sobre um massacre de 300 crianças por soldados guatemaltecos. Esta mentira prejudicou a reputação da Guatemala, por isso Manuel Estrada Cabrera procurou compensar o dano destacando a celebração do segundo ano com a colaboração de políticos e escritores no álbum comemorativo (Gamboa, 1910: 269–270).

O depoimento de Federico Gamboa coincide com o que foi publicado no *Álbum de Minerva* de 1900 onde se afirmava que para este segundo Álbum, tinha sido convocado um maior número de autores, tanto nacionais como internacionais, aos quais foi previamente esclarecido que as Minervalias não tinham nenhum propósito religioso pagão (Circular, 1900: 5; Estrada Paniagua, 1908: 70). A este respeito, importa referir que o *Álbum de Minerva* de 1900 incluía a comunicação que foi feita solicitando a colaboração dos

"literatos nacionais na publicação de um livro destinado a guardar nas suas páginas a oferta de ideias" (Dos palabras, 1900:3), apresentada durante o segundo Festival de Minerva. O convite especificava que, para esta segunda edição, haviam sido convocados escritores que não participaram do primeiro *Álbum de Minerva*, com o objetivo de alcançar "a maior amplitude do número de colaboradores" (Dos palabras, 1900:3).

A convocação para participar foi bem-sucedida, como mostram as 131 composições publicadas no segundo *Álbum de Minerva* de 1900. Os autores do primeiro Álbum não se repetiram em 1900, exceto os estudantes Orantes, J.F Azurdia e F. Gamboa.

Entre os autores guatemaltecos, vale destacar a participação do Arcebispo da Guatemala, Ricardo Casanova y Estrada, que cinco dias após receber a comunicação do Ministro Mandujano convidando-o para participar do *Álbum de Minerva*, respondeu, no dia 10 de outubro, que aceitava o convite e que enviou alguns conceitos para o Álbum. A carta do arcebispo sugere que tanto o convite do ministro Mandujano como outras declarações oficiais anteriores já haviam esclarecido que a festa de Minerva não tinha caráter pagão, contrariando as críticas feitas na imprensa internacional. O próprio arcebispo esclareceu qualquer indício de paganismo no festival de Minerva, ao contrário do que afirmavam alguns jornais estrangeiros (Casanova y Estrada, 1900: 6).

Sobre a participação de personalidades estrangeiras no segundo *Álbum de Minerva* (1900), o texto *La Fiesta de Minerva en los Departamentos* indica que o Ministério das Relações Exteriores solicitou aos diplomatas e cônsules que enviassem seus pensamentos para o *Álbum de Minerva*, e muitos responderam, contribuindo com suas composições para o livro (vv.aa., 1900: 3).

Consequentemente, o *Álbum de Minerva* de 1900 refletia uma notável participação do corpo consular sediado na Guatemala, evidenciando a vocação internacional do governo de Estrada Cabrera. Esta participação não só sublinhou o prestígio e a influência das Minervalias, mas também a capacidade do governo guatemalteco de estabelecer ligações diplomáticas e culturais para além das suas fronteiras.

Entre os ilustres colaboradores estavam os cônsules da Bolívia, Dinamarca, Peru, República Dominicana e Suécia, bem como os encarregados de negócios da Bélgica, dos Estados Unidos e do México, e os ministros da Colômbia, Lorenzo Marroquín, e da Itália, J. Rogeri di Villanova.

Terceiro *Álbum de Minerva* (1901)

A chamada para escrita do terceiro *Álbum de Minerva* começou poucos meses antes do terceiro *Álbum de Minerva* de 1901, quando alguns jornais internacionais já falavam da existência de dois *Álbuns de Minerva* na Guatemala (Thermidor, 1901: 2-3).

Como vimos, o primeiro *Álbum de Minerva* foi composto com as contribuições literárias de um círculo nacional guatemalteco e o segundo ampliou esse círculo, convidando aqueles que não haviam participado do primeiro e do corpo consular estrangeiro na Guatemala. O terceiro *Álbum de Minerva* (1901) se abriu definitivamente para a América Latina. De fato, El Mercurio de Valparaíso, Chile, publicou uma crônica na qual contava como o Ministro Mandujano da Guatemala solicitou a participação de intelectuais chilenos no terceiro *Álbum de Minerva* de 1901 através de Eduardo Poirier (*Álbum de Minerva*, 1901: 30).

Entendemos que convites semelhantes foram enviados a outros países, mas quem seria o contato nesses países e por que Poirier foi escolhido para o Chile? Eles foram pagos por sua colaboração? São perguntas que terão que ser respondidas em outro momento.

A capa do terceiro álbum trazia a imagem de Manuel Estrada Cabrera próximo ao templo de Minerva. O texto iniciava com a fotografia de Estrada Cabrera e do Decreto 604, e, em seguida, foram apresentadas as composições literárias intercaladas com fotos das comemorações. Dentre as fotografias, destacaram-se aquelas que captam os pavilhões das colônias estrangeiras que participaram das *Minervalias*. Foram incluídas imagens dos pavilhões italiano, centro-americano, alemão, suíço, francês, belga, espanhol, chinês, mexicano e turco-egípcio.

Foi notável a participação estrangeira nas composições do *terceiro Álbum de Minerva* (1901), com contribuições significativas tanto do Corpo Consular quanto de personalidades que escreveram do exterior. Colaboradores notáveis incluem: Balnino Dávalos, Secretário Privado do Ministro das Relações Exteriores do México; M.L. Ramírez, Ministro do Desenvolvimento da Nicarágua; Luis Cordero, ex-presidente do Equador; M.E. Ballesteros, Ministro da Instrução Pública do Chile; W. Carias Pérez, Cônsul Geral da Guatemala na Venezuela e Decano do Corpo Consular ou Luis de Agandoña, Cônsul da Guatemala na Bolívia.

No total, foram recebidas contribuições da Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Honduras, México, Nicarágua, Peru, República Dominicana e Venezuela. Da Europa só foi recebida uma contribuição, a de Fernando Cruz de Paris.

Esta grande participação internacional reflete a amplitude das ligações diplomáticas e culturais que o governo de Manuel Estrada Cabrera estabeleceu na América Latina desde que chegou ao poder em 1898, consolidando assim o prestígio e a relevância da sua política, através das Minervalias, a nível continental.

Quarto *Álbum de Minerva* (1902)

O *Álbum de Minerva* de 1902, correspondente à quarta *Minervalias*, manteve os elementos formais das edições anteriores como a foto de Manuel Estrada Cabrera nas primeiras páginas, acompanhada do Decreto 604 manuscrito. A estes foi acrescentada a imagem do templo de Minerva na Cidade da Guatemala e uma fotomontagem do templo emoldurada por crianças.

Quanto ao conteúdo, o álbum incluía fotografias dos desfiles e outras atividades das *Minervalias*, além de escritos de diversas personalidades que, em sua maioria, datam de junho, julho e agosto de 1902. Isto confirma que desde meados do ano foram contatados intelectuais para colaborar com as suas contribuições para o *Álbum de Minerva*, garantindo assim o seu conteúdo.

Assim como sabemos como os intelectuais chilenos foram convidados a participar do Álbum de 1901 através do Ministro Mandujano, também sabemos que, em 1902, outras personalidades estrangeiras foram convidadas através do corpo consular da Guatemala. Isto é confirmado, por exemplo, por J. Carrera, cônsul da Guatemala em Madrid, no seu relatório à Assembleia Nacional da Guatemala (Carrera, 1902: 50). Da mesma forma, sabemos que o embaixador da Guatemala nos Estados Unidos, Antonio Lazo Arriaga, colaborou no mesmo sentido. Isto é atestado pelo jornal *The Evening Star*, ao noticiar o convite que Volney W. Foster, comissário dos Estados Unidos no Congresso Pan-Americano na Cidade do México, havia recebido de Antonio Lazo Arriaga. A carta foi até reproduzida na qual lhe era solicitado que convidasse "alguns homens representativos deste país para contribuir com algumas palavras para o *Álbum de Minerva* (Anônimo, 1902: 13). A resposta foi afirmativa e Volney W. Foster obteve contribuições do presidente dos

Estados Unidos, T. Roosevelt, bem como dos presidentes das Universidades de Michigan, Vanderbilt, Girard College, Western Reserve e Brown. Os escritos que todos submeteram ao *Álbum de Minerva* foram reproduzidos no The Evening Star (*Álbum de Minerva*, 1902: 13).

Como resultado dos esforços dos cônsules da Guatemala, encontramos no quarto *Álbum de Minerva* (1902) as assinaturas, pensamentos e escritos de renomadas figuras políticas e intelectuais, juntamente com os já mencionados, como David J. Hill, Subsecretário de Estado dos EUA; John Hay, Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos; e Porfirio Díaz, presidente do México. Além dessas contribuições políticas, o álbum também conta com contribuições de intelectuais latino-americanos como Bartolomé Mitre, José Santos Chocano, Federico Gamboa e Enrique Gómez Carrillo, entre outros. Merecem menção especial o francês Frédéric Mistral, o austro-húngaro Max Nordau e os espanhóis Conde de Romanones, Miguel de Unamuno e Emilia Pardo Bazán, que enviaram a sua contribuição de Paris.

Quinto *Álbum de Minerva* (1903)

Vale ressaltar que, enquanto nos álbuns dos anos anteriores a maior parte das contribuições estrangeiras veio dos Estados Unidos, de países latino-americanos e da Espanha, o quinto *Álbum de Minerva* (1903) amplia seu repertório de contribuições internacionais com textos da Europa. Foram recebidas contribuições que vão desde breves saudações com assinaturas e pensamentos até composições muito mais elaboradas. É notável a presença de composições da Alemanha, incluindo a foto e assinatura do Chanceler do Império, Conde von Bülow, fruto do esforço que Enrique Gómez Carrillo deve ter feito desde o Consulado Geral da Guatemala na Alemanha.

A importância das contribuições estrangeiras no *Álbum de Minerva* de 1903 (note-se que muitas correspondem aos cônsules da Guatemala nos países) é vista no fato de que, pela primeira vez, estão organizadas por nação. Assim, neste quinto álbum as contribuições de intelectuais do exterior são organizadas por seções da Argentina, Bolívia, Brasil, Bélgica (que inclui uma mensagem do rei e algumas fotografias de vistas do Congo enviadas para o *Álbum de Minerva* por Sua Majestade o Rei dos Belgas), Chile, Cuba, Costa Rica, Colômbia, Equador, El Salvador (destacando a contribuição de Francisco Martínez, presidente do Supremo Tribunal de Justiça de El Salvador), Espanha (destacando o Conde de Romanones, apresentado nesta ocasião

como ex-Ministro da Instrução Pública), Estados Unidos, França (com uma vasta lista de colaboradores), Itália, Inglaterra, Japão (através do seu cônsul em Londres, Jadasu Hayashi), México, Portugal, Peru e Uruguai (que inclui uma composição sem título por José Enrique Rodó).

Este quinto *Álbum de Minerva* (1903) também reuniu e deu importância às notícias publicadas no exterior sobre as Minervalias. Desta forma, procuramos apoiar a nível nacional e internacional a confirmação do eco internacional das *Minervalias* fora da Guatemala. Assim, foram coletadas notícias do *El Economista Internacional*, publicado em Nova Iorque, Estados Unidos; *La Patria*, *El Tiempo* e *El Imparcial* do México; *El Diario* e *El Siglo XX* de El Salvador; La Estrella do Panamá; *El Tiempo* de Lima, Peru (que incluía um texto de Ramiro Maeztu intitulado "La religión de la Cultura. Las fiestas de Minerva en Guatemala"); *El Heraldo* e *El Mercurio* do Chile; *El País* de Buenos Aires; e La Ilustración Artística de Barcelona.

O sexto álbum da Minerva (1904-1906)

Como mencionamos anteriormente, a investigação não conseguiu encontrar ou localizar os *Álbuns de Minerva* correspondentes aos anos de 1904, 1905 e 1906. No entanto, foi identificada na Academia de Geografía e Historia de Guatemala uma publicação intitulada *Álbum de Minerva* 1904–1906 que consideramos o sexto álbum, especialmente quando o título do Álbum de 1907 indica que é o sétimo.

O *corpus* de contribuições enviadas do exterior é grande. Estas contribuições vêm de vários países, incluindo Canadá, Estados Unidos, Cuba, Venezuela, Colômbia, Peru, Paraguai, Chile, Argentina, Espanha, França, Bélgica, Alemanha e até Índia, através de uma comunicação de Alex Pedler, vice-chanceler da Universidade de Calcutá e Diretor de Instrução Pública do Governo de Bengala.

Algumas destas composições, na sua maioria datadas de 1904 e 1905, ostentam o título "Para el *Álbum de Minerva*", sugerindo que se destinavam a ser publicadas na edição correspondente a esses anos. A título de exemplo, entre as composições datadas de 1904 com este título estão as de A. Morfin do México, G. Edelmira Cortés do Chile; Ignacio L. de Mergeliza do Peru; Eduardo de Ory e Rafael de Vera y Monge da Espanha e Juan Fastenrath da

Alemanha. Por outro lado, a composição datada de 1905 com o título "Para el Album de Minerva" é de Tomás Airaldi do Paraguai.

Sétimo *Álbum de Minerva* (1907)

O último *Álbum de Minerva* localizado data de 1907. Esta obra segue o formato das edições anteriores e começa com a imagem de Manuel Estrada Cabrera junto com o decreto 604. A primeira seção é composta por composições e reflexões dedicadas às *Minervalias*. Começa com a tradução de um texto de Georges Clemenceau, Primeiro Ministro da República Francesa, e continua com escritos laudatórios sobre as festividades em homenagem à deusa Minerva e à política de Manuel Estrada Cabrera, preparados por personalidades influentes de vários países, muitos dos quais já foram mencionados nos Álbuns anteriores. A segunda seção inclui um interessante suplemento de imprensa com recortes internacionais que comentam as *Minervalias*

Tudo parece indicar que o sétimo e último *Álbum de Minerva* foi publicado antes das *Minervalias* porque poucos dias depois da celebração da nona festa na Guatemala, foi publicado em 14 de outubro de 1907 no jornal *La Opinión* de Santa Cruz de Tenerife, na Espanha, um artigo intitulado "De Guatemala. *Álbum de Minerva*" (De Guatemala, 1907: 1), onde é narrado que "foi recebido o elegante volume que forma o sétimo volume do *Álbum de Minerva*, publicação que o governo guatemalteco dedica anualmente para comemorar de forma visível e maneira útil, as grandes festas escolares." Se atentarmos a esta informação, seguindo a listagem dos álbuns encontrados, o Álbum de 1907 teria sido efetivamente recebido antes das *Minervalias* (que se realizaram na última semana de Outubro), em cuja capa a menção à sétima versão do Álbum apareceu. Consequentemente, o *Álbum de Minerva* de 1907 continha textos e fotografias anteriores. Além disso, vale ressaltar que o artigo publicado em *La Opinión* de Santa Cruz de Tenerife, se diz que o álbum não estava à venda, mas era distribuído por escolas, bibliotecas nacionais e enviado ao estrangeiro para mostrar o progresso na educação na Guatemala (De Guatemala, 1907: 1).

Em termos de conteúdo, o sétimo *Álbum de Minerva* (1907) incluiu contribuições de intelectuais e escritores proeminentes como Francisco González Díaz, Esteban Hernández Baños, cônsules como José de Salas e jornalistas como Pedro Martín e Policarpo Niebla.

ÁLBUNS DE MINERVA NA IMPRENSA INTERNACIONAL
Primeiro governo de Manuel Estrada Cabrera (1899–1905)

As primeiras referências que encontramos ao *Álbum de Minerva* de 1899 na imprensa internacional estão ligadas às críticas às *Minervalias*. Foi a partir de 1900, quando a imprensa católica e antiliberal da América e da Europa começou a lançar ataques furiosos contra as festas em honra à deusa da ciência e das artes e, consequentemente, o primeiro *Álbum de Minerva* (1899) foi mencionado tanto por críticos como por defensores das *Minervalias*. Por exemplo, em 27 de janeiro de 1900, o jornal espanhol *El Áncora* publicou que o *Álbum de Minerva* contém "erros, heresias e impiedades" e que é apenas "um tecido de adulação ao atual governante, iniciador das panateneias na Guatemala" (Viritas, 1900: 2).

Enquanto esta versão era mantida na imprensa antiliberal e anticatólica, outros meios de comunicação ligados ao liberalismo tentavam mostrar aos seus leitores uma versão objetiva e adequada à realidade, como na publicação argentina *Monitor de la Educación Común* (El *Álbum de Minerva*, 1900: 89).

Antes da terceira *Minervalias* de 1901, encontramos alguns jornais internacionais que mencionam a existência de dois *Álbuns de Minerva* na Guatemala, correspondentes às edições de 1899 e 1900 (Thermidor, 1901: 2-3). Nesse sentido, temos depoimentos da imprensa estrangeira que indicam que o terceiro *Álbum de Minerva* (1901) esteve no prelo antes do terceiro *Minervalias*, cuja celebração foi em outubro. Os depoimentos consistem em dois telegramas endereçados a El Salvador (Correspondente, 1901b: 45–46) e Costa Rica (Correspondente, 1901a: 2)

Terminadas as terceiras *Minervalias* de 1901, temos testemunhos da imprensa internacional que ecoam o terceiro *Álbum de Minerva*. Por exemplo, na Costa Rica no final do ano foram publicadas duas notas nas quais se informava que escritores ilustres haviam colaborado no *Álbum de Minerva*, entre eles Alejandro Alvarado (Actualidades, 1901:3; El Álbum de Minerva, 1901: 3). Durante 1902, confirmamos a circulação do terceiro *Álbum de Minerva* (1901) em formato físico fora da Guatemala. Sabemos que o acadêmico Cesáreo Fernández Duro doou um exemplar à *Real Academia da História de Espanha* no segundo semestre de 1902 (Aquisições 1903b: 81). No que diz respeito à cobertura dos *Álbuns de Minerva* na imprensa internacional, é importante mencionar diversas informações publicadas em agosto de 1902.

Em 1º de agosto de 1902, o jornal *The Evening Star* de Washington publicou uma notícia sobre as *Minervalias* onde se diz que, durante esta festa em homenagem à educação, álbuns artisticamente elaborados contendo os pensamentos de proeminentes pensadores internacionais foram distribuídos para crianças em idade escolar, promovendo o conhecimento de ideias e princípios que contribuem para o progresso da humanidade (Album of Minerva, 1902: 13).

Em 24 de agosto de 1902, Enrique Gómez Carrillo publicou um artigo na *La Revue diplomatique* intitulado "Las Fiestas de Minerva y el Presidente Estrada Cabrera", no qual exaltava a importância cultural e a grandeza dos Festivais Minerva na Guatemala, promovidos pelo presidente guatemalteco e destacava que estas festividades não eram reconhecidas apenas na Guatemala, mas também na Europa, onde personalidades intelectuais e acadêmicas da França, Alemanha e Espanha as elogiaram. Gómez Carrillo cita expressamente alguns dos estudiosos que contribuíram para o *Álbum de Minerva*, como M. Michel Bréal, M. Salomon Reinach, M. Paul Meyer, M. Strauss, o almirante Itéveillère, o filósofo Max Nordau e o poeta espanhol Núñez de Arce (Gómez Carrillo, 1902: 5).

Entretanto, a imprensa católica continuou a sua campanha difamatória contra as festas de Minerva. Assim, em 28 de agosto de 1902, *The Catholic Telegraph* criticou o suposto paganismo das celebrações em homenagem à deusa Minerva na Guatemala e afirmou: "Depois da festa, é publicado um álbum que apresenta imagens do presidente e da deusa, acompanhadas dos discursos ímpios dos oradores oficiais" (Rent by Earthquake, 1902: 1).

Em contraste com a opinião católica, também em agosto de 1902, a revista espanhola *La Escuela Moderna* ofereceu uma visão favorável das *Minervalias*, sugerindo que estas festividades poderiam ser replicadas na Espanha e mencionando que a capital da Guatemala estava publicando um *Álbum de Minerva* que incluía "valiosos escritos sobre Educação e Instrução, preparados por pedagogos e sociólogos da Europa e da América" (Athene in America, 1902, 145).

Após a celebração da quarta *Minervalias*, em outubro de 1902, surgiram depoimentos na imprensa internacional cobrindo o evento e destacando o *Álbum de Minerva*. Em particular, na Costa Rica, encontramos três testemunhos que nos interessam. Em 31 de outubro de 1902, o jornal costarriquenho *La República* publicou uma notícia sobre as festas, informando que "o *Álbum de Minerva* deste ano superou os anteriores, ao incluir

assinaturas de autógrafos de inúmeras personalidades científicas" (Castañeda, 1902: 2). Poucas semanas depois, o jornal *La Prensa Libre* publicou uma notícia sobre a quarta *Minervalias*, destacando a presença de representantes de 88 jornais centro-americanos e destacando a entrega do *Álbum de Minerva* durante as festas (Fiesta de Minerva, 1902: 3). Por fim, em 25 de novembro de 1902, o jornal *La República* noticiou que Francisco Castañeda, que representou a Costa Rica nas *Minervalias* daquele ano, enviou à sua redação um exemplar do *Álbum de Minerva* de 1902. Este último artigo descreveu o álbum como um "repositório de assinaturas distintas e belos pensamentos" (Fiesta de Minerva en Guatemala, 1902: 1).

Fora da América, na Espanha, no final de 1902, encontramos no relatório do cônsul da Guatemala em Madrid, J. Carrera, dirigido à Assembleia Nacional da Guatemala, informando que parte da imprensa espanhola recebeu favoravelmente as *Minervalias* (Carrera, 1903: 49).

Durante 1903, os *Álbuns da Minerva* foram enviados a diversos meios de comunicação internacionais e personalidades relevantes. Isto é confirmado por uma carta do presidente dos Estados Unidos, T. Roosevelt, agradecendo a Manuel Estrada Cabrera pelo envio do álbum datado de 16 de fevereiro de 1903 (Roosevelt, 1903). Por outro lado, na Espanha, temos o testemunho de que, no primeiro semestre de 1903, o acadêmico Cesáreo Fernández Duro doou novamente à Academia o quarto *Álbum de Minerva* de 1902 (Adquisiciones, 1903a: 370)

Talvez um dos testemunhos mais claros da circulação dos álbuns entre os intelectuais latino-americanos seja a carta de José Enrique Rodó a Santos Chocano de Montevidéu, datada de 4 de maio de 1903, onde confessa que o conheceu através do *Álbum de Minerva* do ano anterior (Sánchez, 1975: 106). Lembremos que no *Álbum de Minerva* de 1902 foi publicado um discurso e um poema de Santos Chocano e graças a isso Rodó pôde saber que ele estava na Guatemala. Pelo depoimento de Rodó sabemos, portanto, que o quarto *Álbum de Minerva* (1902) chegou ao Uruguai no final daquele mesmo ano ou no início de 1903, bem como na Espanha, já que o jornal *La Ilustración Artística* noticiou em 11 de maio de 1903 quando publicou a notícia do envio do *Álbum de Minerva* para sua redação (Libros enviados, 1903: 328).

Em 25 de junho de 1903, o jornal *Nuestro Tiempo* publicou um texto de Enrique Roger, que havia participado do álbum do ano anterior. Neste texto, o *Álbum de Minerva* de 1902 é mencionado como "um livro interessante que merece todas as honras". (Rogério, 1903: 886–889). Neste texto, Enrique Roger

descreve a valiosa coleção de páginas autografadas de importantes figuras históricas e acadêmicas, incluindo estadistas como T. Roosevelt, Porfirio Díaz e Estrada Palma, bem como representantes de universidades de prestígio em todo o mundo. Também menciona nomes espanhóis proeminentes como Pardo Bazán, Unamuno e Blasco Ibáñez. Além disso, transcreve os textos de alguns dos autores, incluindo o de Unamuno e o de sua autoria (Roger, 1903: 886–889). Apenas cinco dias depois, em 30 de junho de 1903, o mesmo texto de Enrique Roger apareceu na publicação *La Ciudad Lineal*, mas um pouco mais curto.

Ainda em 1903, temos um importante testemunho favorável às *Minervalias* em um especial dedicado a Manuel Estrada Cabrera no *Mundo Científico*, dirigido por Odón de Buen, que participou do quarto *Álbum de Minerva* (1902). Lá consta que o luxuoso *Álbum de Minerva* reúne mensagens de apoio, elogios, conselhos e palavras de incentivo dirigidas ao Presidente da República, bem como opiniões sobre a educação pública de proeminentes estudiosos, estadistas, escritores, diplomatas e escritores de todo o mundo, incluindo figuras espanholas como Echegaray, Emilia Pardo Bazán e Blasco Ibáñez, que valorizam a educação e a cultura na Guatemala (La fiesta de Minerva, 1903: 434). Além disso, são transcritos os apartes de T. Roosevelt, presidente dos Estados Unidos; Porfírio Díaz, presidente dos Estados Unidos Mexicanos; Bartolomé Mitre, ex-presidente da República Argentina e outros políticos e intelectuais entre os mencionados.

No mesmo dia da publicação anterior, 11 de julho de 1903, o jornal *La Vanguardia*, informou aos seus leitores a existência do *Álbum de Minerva* que "contém o número de autógrafos dos Presidentes dos Estados Unidos, México e Cuba; do General Mitre, de Barthelot, Mistral, Echegaray, Guerra Junqueira, Max Nordau, etc., etc." (Publicaciones recibidas, 1903: 4).

As anterirores publicações espanholas mostram o empenho de uma parte da opinião pública internacional a favor do programa político de Manuel Estrada Cabrera e, consequentemente, *do classicismo de Estrada Cabrera*[3], graças, em parte, ao que é mostrado nos *Álbuns da Minerva*. Neste mesmo sentido, em 17 de julho de 1903, o artigo "Las fiestas de Minerva en Guatemala. La Religión de la cultura" de Ramiro de Maeztu, claramente favorável a Manuel Estrada Cabrera e ao seu programa político, no *Diario universal* onde o *Álbum de*

[3] O conjunto de manifestações e expressões de natureza diversa decorrentes do uso da deusa Minerva durante a presidência de Manuel Estrada Cabrera na Guatemala (1898-1920)

Minerva é elogiado tanto pela sua forma como pelo seu conteúdo, onde são apreciadas as contribuições de autoridades como o presidente dos Estados Unidos, Unamuno ou Pardo Bazán (Maeztu, 1903: 1).

Contemporâneo do texto de Maeztu e em contraste com os testemunhos favoráveis, é relevante o artigo crítico de Juan Ibáñez Pacheco y Moreno, intitulado "El progreso indefinido", publicado no *El Siglo Futuro* em 23 de julho de 1903. Nele, Ibáñez Pacheco y Moreno critica o *Álbum de Minerva* de 1902, acusando-o de refletir um culto positivista, citando Renán, e de apoiar o paganismo, mencionando os liberais espanhóis que nele aparecem (Ibáñez y Moreno, 1903: 1).

Antes do final de 1903, ainda na América, os Anais do *Instituto Médico Nacional de México* nos informam que sua biblioteca recebeu do Coronel D. Francisco Orla, Ministro da Guatemala no México, um exemplar do *Álbum de Minerva* de 1903 (Anales del instituto Médico, 1907: 207).

Durante 1904, a mídia internacional continuará a ecoar as *Minervalias* e consequentemente os *Álbuns de Minerva*. Foi o que confirmou o próprio presidente Manuel Estrada Cabrera quando em sua mensagem de 1.º de março de 1904 aos deputados guatemaltecos, como candidato à reeleição, confirmou que "as mais eminentes personalidades contemporâneas" colaboraram no *Álbum de Minerva* (Estrada Cabrera, 1904: 880)

Entre as críticas internacionais de 1904, destaca-se The Clarion publicado no jornal costarriquenho *Vida y Verdad* em 1.º de julho de 1904. Este autor menciona que o terceiro *Álbum de Minerva*, que circula na Costa Rica, é uma publicação luxuosa e cheia de elogios de escritores americanos e europeus, considerados charlatões. The Clarion questiona como as assinaturas europeias foram obtidas, sugerindo que foi através de agentes consulares guatemaltecos. Além disso, menciona que o governo guatemalteco distribui o álbum no exterior para promover progressos fictícios. Para o The Clarion, o álbum é uma farsa cara e propagandística, com pouco valor educativo (The Clarión, 1904: 148–151).

Antes das *Minervalias* de 1904 e do aparecimento do novo *Álbum de Minerva*, o jornal mexicano *La Patria* publicou um artigo intitulado "El *Álbum de Minerva* de 1903" em 2 de julho de 1904. Este artigo descreve positivamente o *Álbum de Minerva* de 1903, em circulação no México, como uma obra notável que reúne pensamentos de inúmeros intelectuais de diversas nações, com

destaque para o professor mexicano José María Silva (El *Álbum de Minerva*, 1903: 2).

Em agosto de 1904, em um artigo intitulado "El *Álbum de Minerva*" publicado no jornal costarriquenho *La Prensa Libre*, consta que Manuel Echeverría, cônsul geral da Guatemala na Costa Rica, "teve a galante gentileza de colocar em nossas mãos o *Álbum de Minerva* publicado abundantemente na capital da Guatemala" (El *Álbum de Minerva*, 1904: 3), o que mais uma vez confirma a importância do corpo consular guatemalteco no exterior tanto na captação de contribuições como na distribuição de cópias de álbuns.

Por outro lado, também como testemunho da avaliação positiva do *Álbum de Minerva*, de agosto de 1904, a publicação *La Ilustración española y americana* destaca o *Álbum de Minerva*, publicado anualmente na Guatemala, pela sua apresentação luxuosa e conteúdo que celebra a educação. Diz-se que o álbum inclui crônicas, pensamentos, poemas, produções musicais e autógrafos de proeminentes chefes de estado e escritores da América Latina, dos Estados Unidos e da Europa (Libros presentados, 1904: 96).

Ampliando os testemunhos anteriores, o *Álbum de Minerva* atraiu a atenção da imprensa americana e europeia, sendo alvo de contínua avaliação e crítica. Em um artigo intitulado "El *Álbum de Minerva*" publicado por Jean de Monroy na *La Revue Diplomatique* em 4 de setembro de 1904, é elogiado o trabalho educativo de Manuel Estrada Cabrera. Monroy descreve o álbum como "a mais luxuosa e completa coleção de autógrafos de homens eminentes até hoje" (Monroy, 1904: 5.), destacando que as gráficas de Paris e Nova York não têm correspondido à sua elegância e qualidade. O autor não esquece a lista de colaboradores que inclui chefes de estado como o Rei dos Belgas, o Presidente do Chile, do México e dos Estados Unidos, bem como estadistas e escritores proeminentes da Alemanha, Inglaterra, Itália, Espanha, Japão e França, entre outros, incluindo escritores norte-americanos como Guido Spano e Rodó. (Monroy, 1904: 5.).

Por volta da sexta *Minervalias*, em outubro de 1904, a imprensa francesa informa que o Consulado da Guatemala em Saint-Nazaire enviou uma cópia do *Álbum de Minerva* ao *Le Phare de la Loire* em setembro de 1904 (R.G., 1904: 6). Aí se indica que o Álbum, descrito como ilustrado e elegante, foi concebido sob as instruções do presidente Manuel Estrada Cabrera e elaborado pela Tipografía Nacional. Inclui pensamentos, máximas e notas de homens ilustres de todo o mundo, especialmente autores franceses, bem como contribuições de artistas e peças musicais guatemaltecas.

Em setembro e outubro de 1904, é relatada a recepção do *Álbum de Minerva* nos EUA, México e Espanha (Crónica, 1904:2; Libros recibidos, 1904: VIII; Un obsequio, 1904: 3). Destacam-se as publicações em *La Alhambra* e *El Defensor de Granada*, que mencionam Juan Guillén Sotelo, cônsul da Guatemala em Granada, como agente de distribuição do álbum. A pedido de Manuel Estrada Cabrera, Guillén Sotelo entregou um exemplar ao jornal, que resultou em dois artigos elogiosos sobre o presidente, o seu trabalho educativo e o *Álbum de Minerva*, destacando a presença de assinaturas de ilustres homens europeus e americanos (V., 1904: 326; Cultura americana, 1904: 1; El *Álbum de Minerva*, 1904: 1.)

Após a sexta Minervalias de 1904, encontramos novas notícias sobre os álbuns na imprensa internacional, apesar de, como vimos, não parecer que o Álbum correspondente tenha sido publicado (Romain, 1904: 8). Por este motivo, as informações que temos referem-se a álbuns anteriores, como quando a informação sobre a presença do quinto *Álbum de Minerva* de 1903 na biblioteca da *Unión Internacional de Repúblicas Americanas* (Unión Internacional de Repúblicas Americanas, 1904: XX).

Segundo governo de Manuel Estrada Cabrera (1905–1911)

Após a sua reeleição, em 1.º de março de 1905, Manuel Estrada Cabrera dirigiu-se à Assembleia Legislativa Nacional para apresentar os princípios e orientações do seu próximo mandato presidencial, 1905–1911. Entre as suas realizações anteriores afirmou que "continuou a publicar o *Álbum de Minerva* fundado por ocasião da festa nacional" (Estrada Paniagua, 1910: XXV). Porém, como já dissemos, não temos nenhum registro do álbum de 1904. Mas, o que chama a atenção é que Estrada Cabrera diz que o Álbum "é coberto de elogios pela imprensa universal; dando ao nosso país a satisfação de ter o seu progresso intelectual apreciado, da forma mais louvável, pelos povos mais ilustres do globo" (Estrada Paniagua, 1910: XXV). Estas palavras confirmam a importância que Manuel Estrada Cabrera deu à repercussão dos Álbuns no exterior. Na verdade, sabemos que durante o seu segundo mandato presidencial continuou a enviar álbuns para o estrangeiro. Isto é confirmado por uma carta datada de 19 de abril de 1905, em Caracas, do diretor da Academia Nacional de História, Eduardo Blanco, onde se informa que Manuel Estrada Cabrera enviou "um exemplar do *Álbum de Minerva* de 1903, uma interessante publicação em que estadistas, escritores, artistas e poetas

oferecem o rico ornamento de sua engenhosidade em homenagem à nobre causa da educação popular" (Morais, 1905: 55–60).

Em maio de 1905, a revista *Le Thyrse*, publicada em Bruxelas, publicou um artigo assinado por Henri Liebrecht sobre o *Álbum de Minerva*. Vale destacar que o autor narra a presença de Atena-Minerva, na Guatemala, como se tratava de uma *translatio*, após a deusa ter recebido todo tipo de ataques na Europa desde a Antiguidade. Menciona-se que, assim que a deusa renasceu na Guatemala, foi publicado um luxuoso álbum com as principais assinaturas de intelectuais do momento. O texto é um exemplo claro de elogio às festas e ao templo de Minerva na Guatemala (Librecht, 1905: 136–137). Dois anos depois, esta crônica de Henri Liebrecht seria reproduzida em tradução no *Álbum de Minerva* de 1907.

Novos testemunhos sobre a fama (positiva ou negativa) dos *Álbuns de Minerva* são encontrados, por exemplo, em junho de 1906, no documento intitulado "El licenciado Estrada Cabrera. Breve reseña de lo realizado en el primer año del segundo período constitucional" de Emilio Ubico (1906), ou no artigo intitulado "Terrible y sombrío retrato del Presidente de Guatemala", publicados no jornal mexicano *El Tiempo*. Este último artigo contém uma narrativa muito dura contra Manuel Estrada Cabrera, extraída de *El estandarte* de San Luis Potosí, onde se indica que o *Álbum de Minerva* é uma obra ímpia do presidente, tachado de o Nero centro-americano que devolveu a Guatemala ao paganismo (Terrible, 1907: 2).

Embora o seu conteúdo não corresponda às *Minervalias* de 1907, como mencionamos, o sétimo *Álbum de Minerva* foi feito com o intuito de ser distribuído nas festividades em homenagem à deusa daquele ano e, além disso, posicionar o trabalho da presidência de Manuel Estrada Cabreira. Foi o que verificamos em 15 de novembro de 1907, quando a redação da revista *Azul*, publicada em Saragoça, dá conta dos livros que lhes foram enviados. Expressamente diz que foi recebido o sétimo *Álbum de Minerva* (1907), que contém "belas prosa e versos" de relevantes personalidades internacionais, tornando-o "uma obra perfeita que prestigia o seu iniciador, o Ilustre Senhor Estrada Cabrera. Todas as nações deveriam imitar este grande homem" (Papel Impreso, 1907: 95)

No final de 1907, encontramos vários testemunhos internacionais que fazem eco aos *Álbuns de Minerva*. O primeiro, encontramos uma carta de Jesús Cobian de Roffignac, datada de novembro do mesmo ano na Guatemala, publicado no jornal *El Cantábrico* onde se confirma que o *Álbum de Minerva* de

1907 foi distribuído nas Minervalias daquele ano e é descrito como elegante. Da mesma forma, Cobian de Roffignac confirmou que lhe havia sido entregue e que continha "pensamentos de nossos mais evidentes grandes homens" (Cobian de Roffignac, 1907: 2). O segundo depoimento é de 14 de dezembro de 1907, quando *El Álbum Iberoamericano* ecoa "a publicação de um álbum muito notável, no qual colaboraram os mais eminentes homens que dirigem o pensamento moderno" (Cobian de Roffignac, 1907: 2)

Tudo indica que depois de 1907, como dissemos na segunda seção, tudo indica que os *Álbuns de Minerva* não voltaram a ser publicados. Apesar disso, continuamos a encontrar notícias da recepção de exemplares em bibliotecas e redações de jornais (Lamberton, 1908:8) e informações que tratam dos álbuns (Ory, 1908:1; *L'education publique*, 1908: 6; De B.,1908: 8; La instrucción Pública, 1909: 118; El *Álbum de Minerva*, 1908: 135–136). Contudo, cabe ressaltar que as referências permanecem apenas descritivas, mas nada mais.

Ao longo do resto da segunda presidência de Manuel Estrada Cabrera continuamos a encontrar informações sobre os *Álbuns de Minerva*, a maioria deles laudatórios semelhantes aos que já foram expostos (Libros enviados, 1912: 524; Domville-Fife, 1913: 115–116)

Por último, importa referir que durante o terceiro e quarto mandatos presidenciais de Manuel Estrada Cabrera, o eco dos *Álbuns de Minerva* continuou na imprensa internacional, mas aos poucos foi silenciando, da mesma forma que as avaliações positivas ao próprio Manuel Estrada Cabrera.

Os *Álbuns de Minerva* e a diplomacia cultural guatemalteca no capitalismo global no início do século XX

Entre 1898 e 1920, o presidente Manuel Estrada Cabrera consagrou a Guatemala à divindade romana Minerva. Durante duas décadas, além da simples propaganda e da personificação do regime, a deusa da ciência, das artes e da guerra ordenada protegeu a sociedade guatemalteca com efeitos performativos porque ao mesmo tempo representava iconograficamente o regime autoritário de Manuel Estrada Cabrera, Minerva serviu como agente político através do qual as máximas liberais de ordem e progresso foram implementadas na sociedade guatemalteca (Siebold, 1994; Del Molino, 2022). A performatividade de Minerva foi possível através da comemoração anual

das Minervalias, celebradas em homenagem à deusa no mês de outubro desde 1899, coletadas nos *Álbuns de Minerva*.

O que começou como procissões cívicas de estudantes, professoras e professores acabou sendo o evento político anual mais importante da República da Guatemala (Marroquín, 1977: 96), onde os diferentes setores da sociedade nas diferentes cidades guatemaltecas, ao mesmo tempo que aderem ao presidente Manuel Estrada Cabrera com a sua participação, colocam em prática, pelo menos durante o festival, um modelo de sociedade ordenada e orientada para o progresso, segundo as máximas do programa liberal positivista latino-americano.

Com suas rígidas regras organizacionais, na esfera política interna as *Minervalias* tentaram organizar a sociedade e integrar setores como a juventude, os trabalhadores, os povos indígenas e as mulheres como agentes do progresso. Tudo isso sob o culto da razão, da ciência e do progresso personificados em Minerva[4].

A par desta dimensão política performativa interna, e independentemente de terem sido alcançadas conquistas políticas, econômicas e sociais duradouras, as *Minervalias* tinham um propósito internacional, que se demonstrou, sobretudo porque foram a imagem estrangeira que Manuel Estrada Cabrera quis lançar perante os Estados Unidos e Europa no seu objetivo de integrar a Guatemala no capitalismo global ou alto capitalismo do final do século XIX e início do século XX. É aqui, como vimos, que os *Álbuns de Minerva* passam a ter um papel decisivo.

Manuel Estrada Cabrera quis mostrar a Guatemala ligada e inserida na tradição do progresso, cujas origens remontam à antiguidade greco-romana e foi assim que as *Minervalias* também foram apresentadas à comunidade internacional através dos sete *Álbuns de Minerva* que analisamos. Consequentemente, como foi demonstrado nos parágrafos anteriores, o principal meio de divulgação internacional da imagem ordenada e civilizada da Guatemala, durante os dois primeiros governos de Manuel Estrada Cabrera, foi a publicação seriada dos luxuosos *Álbuns de Minerva*, que compilavam os discursos públicos proferidos em homenagem das festividades, bem como obras poéticas, amostras de adesão ao programa político liberal positivista, elogios e odes a Minerva, entre outras composições

[4] Uma visão geral da presença da Minerva na América Latina: Del Molino, 2020

literárias, e fotografias das celebrações e, sobretudo, apoio internacional de políticos e intelectuais latino-americanos, americanos e europeus.

A título de conclusão

No final do século XIX e início do século XX, o capitalismo global estava em pleno andamento, especialmente antes da Primeira Guerra Mundial. As repúblicas latino-americanas, ansiosas por se integrarem nesta nova ordem econômica global, procuraram atrair investimentos estrangeiros e colocar as suas matérias-primas nos mercados internacionais (Scobie, 1991: 202–230; Glade, 1991: 6). Neste contexto, estas nações adotaram diversas estratégias diplomáticas para se apresentarem como países modernos e atrativos para os investidores.

Uma das estratégias utilizadas na Guatemala por Manuel Estrada Cabrera foi a utilização dos *Álbuns de Minerva*. Essas publicações, como vimos, não tinham apenas um propósito divulgador, mas também serviam como ferramenta estratégica na diplomacia cultural, pois apresentavam uma imagem civilizada e moderna da Guatemala, uma vez que através de fotografias e textos eram mostrados os esforços de modernização e os progressos empreendidos por Estrada Cabreira. Os álbuns projetaram a Guatemala como uma nação em ascensão, comprometida com o desenvolvimento e a civilização. Portanto, a presença da antiguidade greco-romana na Guatemala, através de Minerva, mostrada nos álbuns em sua homenagem, serviu para atrair a atenção de investidores e parceiros de negócios, ao mostrar um país alinhado aos atuais padrões classicistas internacionais da modernidade.

Esses padrões classicistas estiveram presentes na diplomacia latino-americana do século XIX desde 1826, quando Simón Bolívar convocou o Congresso Anfictiônico do Panamá em memória das antigas instituições federais gregas, délficas e jônicas de mesmo nome, até as exposições universais do final do século XIX, onde as referências à Grécia e a Roma tinham o propósito de mostrar à Europa e aos Estados Unidos uma certa imagem de civilização e supostas origens comuns.

Deve-se notar que um elemento distintivo dos *Álbuns de Minerva* era a presença constante da deusa Minerva além do mero título. A divindade greco-romana não apenas personificou a sabedoria, as artes e a ciência, mas também

simbolizou a herança cultural clássica ocidental e o ideal de progresso intelectual e artístico. Assim, os álbuns não só apelavam a um símbolo de erudição e cultura que era amplamente reconhecido no mundo ocidental, mas também sublinhavam uma ligação da Guatemala à tradição cultural europeia que a civilização greco-romana partilhava.

Como mostramos, Manuel Estrada Cabrera sabia que, através dos *Álbuns de Minerva*, poderia posicionar o país dentro de uma narrativa cultural e civilizacional que ressoasse internacionalmente e reforçasse a imagem da Guatemala como um país que valorizava e estava em sintonia com os ideais culturais universais, sob os quais estava, naturalmente, o capitalismo. Em resumo, a circulação dos *Álbuns de Minerva* nos Estados Unidos e na Europa, graças ao trabalho dos cônsules e intelectuais guatemaltecos, foi uma estratégia diplomática com a qual Manuel Estrada Cabrera procurou projetar uma imagem de modernidade e desenvolvimento na Guatemala com a qual tentava estabelecer uma conexão cultural que facilitaria a aceitação e a cooperação internacionais. Ao apresentar uma imagem que combinava a modernidade com a herança cultural clássica, a Guatemala procurou posicionar-se favoravelmente no cenário global e atrair o interesse de investidores e parceiros internacionais.

Por fim, vale apenas a pena acrescentar que os *Álbuns de Minerva* publicados na Guatemala representam um exemplo significativo de como as repúblicas latino-americanas utilizaram estratégias de diplomacia cultural para se integrarem no capitalismo global do final do século XIX e início do século XX. Através da projeção de uma imagem moderna e da incorporação de símbolos culturais ocidentais, os álbuns da Minerva desempenharam um papel fundamental na promoção internacional da Guatemala, refletindo um esforço consciente por parte do governo guatemalteco para atrair investimentos e se destacar em um cenário global competitivo.

Referencias bibliográficas

Fuentes primarias

Actualidades. *El Heraldo de Costa* Rica. *Diario de la Mañana*. San José de Costa Rica: XII, 2877, 7/12/1901, p. 3

Adquisiciones de la academia durante el primer semestre del año 1903. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid: XLIII, 5, 11/1903, 1903. pp. 370-392

Adquisiciones de la academia durante el segundo semestre del año 1902. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid: XLII, 2, 2/1903, pp. 81-98

Álbum de Minerva de 1901, Año III. Guatemala: Tipografía Nacional, 1901

Album of Minerva. *The Evening Star*. Washington: 15423, 1/8/1902, p.13

Anales del instituto Médico Nacional. T VI, junio y julio de 1903. México: Imprenta de la Secretaría de Fomento, 1907, pp. 207- 209

Athene en América. *La Escuela moderna. Revista pedagógica hispanoamericana de las escuelas normales.* Madrid: 137, 8/1902.

CARRERA, J. Informe del señor ministro plenipotenciario de Guatemala en Madrid. En: VV.AA. *Memoria presentada por la Secretaría de Relaciones Exteriores de la República de Guatemala a la Asamblea Nacional Legislativa*. Guatemala:Tipografía Nacional, 1902.

CASANOVA Y ESTRADA, RICARDO. Carta del Arzobispo de Guatemala al Sr. Ministro de Instrucción Pública Licenciado don Antonio Mandujano. En: *Álbum de Minerva. Año II-1900*. Guatemala: Tipografía Nacional, 1900, p. 6.

CASTAÑEDA, F. Las fiestas de Minerva. *La República*. San José de Costa Rica: XVII, 5737, 31/10/1902, p. 2

Circular. En: *Álbum de Minerva*. Año II-1900. Guatemala: Tipografía Nacional, 1900, p. 5

COBIAN DE ROFFIGNAC, Jesús. Carta de Guatemala. *El Cantábrico*. Santander: 4565, 9/12/1907, pp. 1-2

Corresponsal, El. De Guatemala. Otro telegrama sobre la Fiesta de Minerva. *El Heraldo de Costa Rica*. San José de Costa Rica: 2858, 23/10/1901, p. 2

Corresponsal, El. Telegrama al Diario del Salvador. En: *Álbum de Minerva. Año III-1901*. Guatemala: Tipografía Nacional, 1901, pp. 45-46

Crónica. *Diario de Tenerife*. Santa Cruz de Tenerife: XVIII, 5363, 21/9/1904, p. 02.

Cultura americana en Guatemala. *El Defensor de Granada*. Granada: XXVI,13365, 4/10/1904, p.1

De B., G. Lettre du Guatemala. *La Revue diplomatique*. París: XXI, 46, 15/11/1908, p. 8

De Guatemala. Álbum de Minerva. *La Opinión*. Santa Cruz de Tenerife: 4543, 14/11/1907

DOMVILLE-FIFE, Charles William. *Guatemala and the states of Central America*. Londres: Francis Griffiths, 1913

Dos palabras. En: *Álbum de Minerva. Año II-1900*. Guatemala: Tipografía Nacional, 1900, p. 3

El Álbum de Minerva de 1903. *La Patria*. México: 8269, 2/7/1904, p. 2

El Álbum de Minerva. Autógrafos de hombres notables en la política, las ciencias y las artes. *Pan-American Magazine*. México: VII, 2, 12/1908, pp. 135-136

El Álbum de Minerva. *El Monitor de la Educación Común*. Buenos Aires: vol. 17, 322, 31/1/1900, p. 89

El Álbum de Minerva. *El Tiempo*. Diario Católico. México: 7201, 16/10/1904, p.1

El Álbum de Minerva. *La República*. San José de Costa Rica: XVI, 5428,29/11/1901, p. 3

El Álbum Minerva. *La Prensa Libre*. San José de Costa Rica: XVI, 4429, 5/8/1904, p. 3

ESTRADA CABRERA, Manuel. "Mensaje del Presidente". En: *Unión Internacional de Repúblicas Americanas. Boletín Mensual de la Oficina Internacional de las Repúblicas Americana*. Washington: Vol. 16, 4. 4/1904, p. 880

ESTRADA PANIAGUA, Felipe (Comp.). *Recopilación de las Leyes de la República de Guatemala, 1900-1901*. T.19. Guatemala: Tipografía de Arturo Síguere & Co, 1908.

ESTRADA PANIAGUA, Felipe (Comp.). *Recopilación de las Leyes de la República de Guatemala 1905-1906*. T. 24. Guatemala: Tipografía de Arturo Síguere & Co, 1910, p. XXV

Fiesta de Minerva en Guatemala. *La República*. San José de Costa Rica: XVII, 5757, 25/11/1902, p. 1

Fiesta de Minerva, *La Prensa Libre*. San José de Costa Rica: XIV, 3908, 10/11/1902, p. 3

GAMBOA, Federico. *Mi Diario*. II. México: Rusebio Gómez de la Puente, 1910.

GÓMEZ CARRILLO, Enrique. Les fetes de Minerva et le Président Estrada Cabrera. *La Revue Diplomatique*. París: XXV., 34, 24/8/1902, p. 5

IBÁÑEZ PACHECO Y MORENO, Juan. El progreso indefinido. *El Siglo Futuro. Diario Católico*. Madrid: XXIX, 8575, 23/7/1903, p. 1

La fiesta de Minerva. *El Mundo Científico.* Barcelona: 171, 11/7/1903, p. 434.

La instrucción Pública. *Pan-American Magazine*. México: Vol. 7, 4, 2/1909, p. 118

LAMBERTON, John P. Union list of serials in the principal libraries of Philadelphia and vicinity. *Bulletin of the Free Library of Philadelphia*. Filadelfia: 8, 1908.

L'education publique au Guatemala (suite et fin). *La Revue Diplomatique*. París: XXI, 12, 22/3/1908, p. 6

Libros enviados a esta redacción. *La Ilustración Artística. Periódico semanal de literatura, artes y ciencias*. Barcelona: XXXI, 1597, 5/8/1912, p. 524

Libros enviados a esta redacción. *La ilustración artística. Periódico semanal de literatura, artes y ciencias*. Barcelona: XXII, 1115, 11/5/1903, p. 328

Libros presentados a esta redacción por autores o editores. *La Ilustración española y americana*. Madrid: XLVIII, 30, 15/8/1904. pp. 95-96

Libros recibidos. Hojas selectas. *Revista para Todos*. Barcelona: III, 34, 10/1904, p. VIII

LIEBRECHT, Henri. L'Album de Minerva. *Le Thyrse. Revue d'art*. Bruselas: XVI, 1904-1905, pp. 136 y 137

MAEZTU, Ramiro. Las fiestas de Minerva en Guatemala. La Religión de la cultura. *Diario Universal*. Madrid: 197, 17/7/1903, p. 1

MONROY, Jean de. L'Album de Minerve. *La Revue diplomatique*. París: 36, 4/9/1904, p.5-6

MORALES, Arnaldo. *Memoria que presenta el Ministro de Instrucción Pública al Congreso de los Estados Unidos de Venezuela en sus sesiones ordinarias de 1905*. Caracas: Imprenta Bolívar, 1905.

ORY, Eduardo de. Libros. *Diario de Avisos de Zaragoza*. Zaragoza: XXXIX, 12301, 19/1/1908, p. 1

Papel Impreso. *Azul. Revista hispano-americana*. Zaragoza: 6, 15/77/1907, p. 95

Publicaciones recibidas. *La Vanguardia*. Barcelona: 8696, 11/7/1903, p. 4

R.G. L'Album de Minerva. *Le Phare de la Loire*. Nantes: 27203, 16/9/1904, p. 6

Rent by Earthquake. *The Catholic Telegraph*, Cincinnati: Vol. 71, 35, 28/8/ 1902, p.1

ROGER, Enrique. Crónicas Americanas. *Nuestro tiempo*. Madrid: 30, 6/1903, pp. 886-889

ROMAIN, Henry. Pour l'Album de Minerve. *La Revue Diplomatique*. París: 51, 18/12/1904, p. 8

ROOSEVELT, Theodore. Carta a Manuel Estrada Cabrera, 16/2/1903. En: *Theodore Roosevelt Digital Library. Dickinson State University*: https://www.theodorerooseveltcenter.org/Research/DigitalLibrary/Record?libID=o184214.

Terrible y sombrío retrato del Presidente de Guatemala. *El Tiempo*. México: 7987, 8/6/1907, p.2

THE CLARIÓN. Álbum de Minerva. *Vida y Verdad*. San José de Costa Rica: 4,1/7/1904, pp. 148-151

THERMIDOR. Salvadoreñas. *La Unión Republicana*. Palma de Mallorca: 1572, 5/9/1901, pp. 2-3

UBICO, Emilio. *El licenciado Estrada Cabrera. Breve reseña de lo realizado en el primer año del segundo período constitucional*. Guatemala: Tipografía Nacional, 1906

Un obsequio. *El Magisterio Canario. Periódico de instrucción pública*. Santa Cruz de Tenerife: II, 65, 1/10/ 1904, p. 3

Unión Internacional de Repúblicas Americanas. Accessions to the library of the Bureau of the American Republics. Washington: 9, 1905.

V. "Notas Bibliográficas". *La Alhambra*. Granada: 157, 30/9/1904, p. 326

VIRITAS, Doctor. Paganismo en Guatemala. *El Áncora. Diario católico-popular*. Palma de Mallorca: XVI, 4488, 27/1/1900, pp. 1-2

VV.AA. *La fiesta de Minerva en los departamentos*. Guatemala: Tipografía Nacional, 1900

Fuentes secundarias

CARRERA, Mynor. La diosa Minerva como testigo de la Guatemala ideal en el imaginario liberal (1898-1920). En: García Buchard, Ethel (coord.), *Imaginarios de la Nación y la Ciudadanía en Centroamérica*. San José: Editorial UCR, 2017, pp. 88-118

CARRERA, Mynor. *Minerva en el Trópico. Fiestas Escolares durante el Gobierno de Manuel Estrada Cabrera, Guatemala 1899-1919*. Guatemala: Editorial Caudal, 2005

DEL MOLINO, Ricardo. Minerva en América. La presencia de la diosa de la educación, el progreso y el orden en Hispanoamérica desde finales del siglo XVIII hasta principios del siglo XX. *Boletín de Historia y Antigüedades de la Academia Colombiana de Historia*. Bogotá: 871, 2020, pp. 101-126

DEL MOLINO, Ricardo. Minerva en Guatemala. El papel de las elites y el pueblo en el clasicismo estradacabrerista (1898-1920). En: Aguado, Óscar, Duplá, Antonio y Emborujo Amalia (eds), *Del Clasicismo de élite al clasicismo de*

masas. Madrid: Ediciones Polifemo/Universidad del País Vasco, 2022, pp. 129-153

GLADE, William. *América Latina y la economía internacional, 1870-1914*. En: Bethell, Leslie (ed.), Historia de América Latina. T 7. Economía y Sociedad. 1870-1930, Barcelona: Crítica, 1991, pp. 1-49

LUJÁN, Jorge. Un ejemplo de uso de la tradición clásica en Guatemala: Las Minervalias establecidas por el presidente Manuel Estrada Cabrera. *Revista de la Universidad del Valle de Guatemala*. Guatemala: 2, 1992, pp. 25-33.

MARROQUÍN, Clemente. *Memorias de Jalapa o Recuerdos de un Remichero*, Guatemala: Editorial del Ejército, 1977

SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Aladino o Vida y Obra de José Santos Chocano*. Lima: editorial Universo, 1975.

SIEBOLD, Todd Little. Guatemala y el anhelo de modernización: Estrada Cabrera y el desarrollo del Estado, 1898-1920. *Anuario de Estudios centroamericanos*, 20, 1994, pp. 25-41

Recibido: 31 de julio de 2024 | Aceptado: 27 de septiembre 2024

LA ANTIGÜEDAD CLÁSICA EN LA DIPLOMACIA CULTURAL DURANTE LA PRESIDENCIA DE MANUEL ESTRADA CABRERA EL CASO DE LOS *ÁLBUMES DE MINERVA* (1898-1911)

Ricardo del Molino García[1]

Resúmen

La presencia de la Antigüedad grecorromana en la política exterior de las repúblicas hispanoamericanas durante el siglo XIX y principios del XX no ha sido estudiada ni por la Historia de las Relaciones Internacionales ni por la sensibilidad historiográfica que se ocupa del uso político de la Antigüedad, a pesar de que fue un medio que facilitó la comunicación y la acción política en el exterior de las jóvenes naciones latinoamericanas. Ante este vacío de antecedentes e investigaciones, la presente propuesta pretende abordar este fenómeno a partir de la diplomacia cultural guatemalteca durante la presidencia de Manuel Estrada Cabrera en sus dos primeros gobiernos (1898-1911). Fue entonces cuando se publicaron lujosos *Álbumes de Minerva*, con gran difusión internacional, que permitieron promover la imagen de Guatemala como una nación ordenada y civilizada en el extranjero.

Palabras clave:

Minerva; Álbum de Minerva; Guatemala; diplomacia; Manuel Estrada Cabrera; uso político de la antigüedad.

[1] Profesor Doctor – Universidad Externado de Colombia, Bogotá, Colombia. E-mail: ricardo.delmolino@uexternado.edu.co

Resumo

A presença da Antiguidade Greco-Romana na política externa das repúblicas latino-americanas durante o século XIX e início do século XX não foi estudada nem pela História das Relações Internacionais nem pela sensibilidade historiográfica que trata do uso político da Antiguidade, apesar do fato de ter sido um meio que facilitou a comunicação e a ação política no estrangeiro para as jovens nações latino-americanas. Dada esta lacuna de antecedentes e pesquisas, esta proposta visa abordar este fenômeno com base na diplomacia cultural guatemalteca durante a presidência de Manuel Estrada Cabrera em seus dois primeiros governos (1898–1911). Foi então que foram publicados os luxuosos Álbuns de Minerva, com grande distribuição internacional, o que permitiu promover no exterior a imagem da Guatemala como uma nação ordeira e civilizada.

Palavras-chave:

Minerva; Álbum de Minerva; Guatemala; diplomacia; Manuel Estrada Cabrera; uso político da antiguidade.

Introducción

En el marco del proyecto de investigación "*Antigüedad, nacionalismos e identidades complejas en la historiografía occidental: De la historiografía académica a la cultura de masas en Europa occidental y América Latina (1870-2020)*" - ANIHO (PID2020-113314GB-I00), el presente texto se propone explorar y analizar la presencia de la Antigüedad grecorromana en la política exterior de Guatemala durante la presidencia de Manuel Estrada Cabrera, centrándose en el caso particular de los siete *Álbumes de Minerva* localizados. Se investigará el papel y la función de estos Álbumes en la diplomacia cultural guatemalteca durante los dos primeros gobiernos de Manuel Estrada Cabrera (1898-1905 y 1905-1911).

Los *Álbumes de Minerva* fueron lujosas publicaciones que recopilaban discursos, alocuciones y composiciones poéticas presentadas durante las festividades en honor a Minerva, denominadas *Minervalias*, celebradas anualmente en Guatemala por orden del presidente Manuel Estrada Cabrera[2]. Estas publicaciones también contenían escritos internacionales en apoyo a las festividades, los cuales serán el punto de partida de nuestra investigación

En primer lugar, mostraremos la presencia de contribuciones foráneas en los contenidos de los *Álbumes de Minerva*. Luego, nos ocuparemos del eco internacional que los álbumes tuvieron en la prensa extranjera. En tercer lugar, propondremos una posible interpretación que vincula tanto la presencia de extranjeros en los contenidos como el impacto en la prensa extranjera con la diplomacia cultural de Manuel Estrada Cabrera, cuyo objetivo era presentar a Guatemala como un país ordenado, en progreso y culturalmente vinculado a la historia grecorromana europea.

Los *Álbumes de Minerva*

Durante la presente investigación se han encontrado los álbumes correspondientes a las *Minervalias* de los años 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904-1906 y 1907.

Del primer Álbum (1899) se han localizado dos ediciones. Cabe suponer que la segunda edición fue publicada en 1900, tal y como se indica en la portada,

[2] Sobre las Minervalias véase: Luján, 1992; Carrera, 2005; Carrera, 2017

aunque no se menciona en la información editorial. Los álbumes localizados de 1900 y 1901 son la primera edición y no se tiene constancia de segundas ediciones. En cambio, del *Álbum de Minerva* de 1902 contamos con la primera y la segunda edición. Del *Álbum de Minerva* de 1903 sólo se ha encontrado la primera edición.

En la fase heurística de la investigación no se han encontrado los *Álbumes de Minerva* de 1904, 1905 y 1906. Es posible que no se hayan publicado, según la "Nómina de las Obras, Leyes, Reglamentos y Publicaciones" de 1909, que menciona los álbumes de 1900, 1901, 1902, 1903 y 1907. Aunque se menciona una "Crónica de Minerva, año de 1904", no hay evidencia de que fuera un *Álbum de Minerva*.

Junto con las fuentes mencionadas, se localizó en la Academia de Geografía e Historia de Guatemala un sexto libro titulado *Álbum de Minerva 1904-1906*. Todo indica que fue una única publicación hecha en 1906 que aunó los aportes recibidos en 1904 y 1905, los cuales no llegaron a publicarse en los años correspondientes.

Después del séptimo *Álbum de Minerva* de 1907, del que hemos localizado una única primera edición, no tenemos constancia de que se publicaran más obras con el título de *Álbum de Minerva*, aunque cabe destacar que en 1915 se localizaron la obras *Un Recuerdo de las Fiestas de Minerva de 1915* y el *Álbum de las Escuelas Prácticas de 1916*. Estas dos obras podrían ser consideradas como sustitutas de los Álbumes, aunque con dudas, por lo que no las incluiremos en nuestro estudio.

Por último, antes de analizar los *Álbumes de Minerva* de 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904-1906 y 1907, es importante mencionar que este tipo de obra compiladora de pensamientos y composiciones poéticas en torno a una persona, acontecimiento o festividad era común a finales del siglo XIX y a principios del XX. Incluso, cuando murió doña Joaquina, la madre del presidente Manuel Estrada Cabrear, se editó en Guatemala una compilación de pensamientos, dedicatorias y loas sin el nombre de Álbum, pero muy similar.

El primer *Álbum de Minerva* (1899)

La primera edición del primer *Álbum de Minerva*, publicado en 1899 en el contexto de las Primeras Minervalias, incluía el decreto 604 (por el que se instituían las Minervalias), la alocución inaugural pronunciada por Rafael Spínola, en la cual se pueden rastrear claras referencias a una religión civil positivista, las dos participaciones de los representantes de los colegios femeninos y masculinos de la capital, y una serie de composiciones literarias en honor a la festividad de Minerva de algunos políticos e intelectuales guatemaltecos, las cuales debieron ser recitadas y aclamadas durante la primera Minervalia de 1899.

Cabe destacar que en este primer Álbum no hubo autores internacionales, salvo Federico Gamboa, quien era el representante de México en Guatemala y había llegado al país en enero de 1899, designado por el gobierno de Porfirio Díaz. Curiosamente, su texto es el único que no tiene título.

La segunda edición mantiene las colaboraciones originales e incluye algunas nuevas, así como fotografías de los autores y de las primeras Minervalias.

El segundo *Álbum de Minerva* (1900)

Las segundas Minervalias tuvieron un *Álbum de Minerva* publicado en 1900. Este álbum fue influenciado por las falsedades vertidas en la prensa internacional sobre las primeras festividades en honor a Minerva, que afirmaban que Guatemala había instaurado una religión pagana y recibido un castigo divino. De hecho, Federico Gamboa, representante del gobierno mexicano en Guatemala, relató en su diario del 15 de septiembre de 1900 que, tras la inauguración de un templo a Minerva el año anterior, circuló una calumnia sobre una matanza de 300 niños por soldados guatemaltecos. Esta mentira dañó la reputación de Guatemala, por lo que Manuel Estrada Cabrera buscó resarcir el perjuicio destacando la celebración del segundo año con la colaboración de políticos y literatos en el álbum conmemorativo (Gamboa, 1910: 269-270).

El testimonio de Federico Gamboa coincide con lo publicado en el *Álbum de Minerva* de 1900 donde se afirmaba que para este segundo Álbum se había convocado a un mayor número de autores, tanto nacionales como internacionales, a quienes se les aclaró previamente que las Minervalias no

tenían ninguna finalidad religiosa pagana (Circular, 1900: 5; Estrada Paniagua, 1908: 70). Al respecto, cabe señalar que el *Álbum de Minerva* de 1900 recogía la comunicación que se hizo solicitando la colaboración de los "literatos nacionales en la publicación de un libro destinado a guardar en sus páginas la ofrenda de ideas" (Dos palabras, 1900: 3), presentadas durante la segunda Fiesta de Minerva. La invitación especificaba que, para esta segunda edición, se había convocado a literatos que no participaron en el primer *Álbum de Minerva*, con el objetivo de lograr la "mayor amplitud al número de colaboradores" (Dos palabras, 1900: 3).

La llamada a participar tuvo éxito como lo muestra las 131 composiciones publicadas en el segundo *Álbum de Minerva* de 1900. Los autores del primer Álbum no repiten en 1900 salvo el estudiante Orantes, J.F Azurdia y F. Gamboa.

De entre los autores guatemaltecos cabe destacar la participación del arzobispo de Guatemala, Ricardo Casanova y Estrada, quien cinco días después de haber recibido la comunicación del Ministro Mandujano invitándole a participar en el *Álbum de Minerva*, respondió el 10 de octubre que aceptaba la invitación y que enviaba unos conceptos para el Álbum. La carta del arzobispo deja entrever que tanto la invitación del ministro Mandujano como otras declaraciones oficiales anteriores ya habían aclarado que la fiesta de Minerva no tenía ningún carácter pagano, en contra de las críticas que se hicieron en la prensa internacional. El propio arzobispo aclaró cualquier atisbo de paganismo de la fiesta a Minerva en contra de lo que algunos periódicos extranjeros habían afirmado (Casanova y Estrada, 1900: 6).

En lo que respecta a la participación de personalidades extranjeras en el segundo *Álbum de Minerva* (1900) el texto *La Fiesta de Minerva en los Departamentos* indica que la Secretaría de Relaciones Exteriores pidió a los diplomáticos y cónsules que enviaran sus pensamientos para el *Álbum de Minerva*, y muchos respondieron, contribuyendo con sus composiciones al libro (vv.aa., 1900: 3).

En consecuencia, el *Álbum de Minerva* de 1900 reflejó una notable participación del cuerpo consular afincado en Guatemala, evidenciando la vocación internacional del gobierno de Estrada Cabrera. Esta participación no solo subrayó el prestigio y la influencia de las Minervalias, sino también la habilidad del gobierno guatemalteco para establecer conexiones diplomáticas y culturales más allá de sus fronteras.

Entre los distinguidos colaboradores se encontraban los cónsules de Bolivia, Dinamarca, Perú, República Dominicana y Suecia, así como los encargados de negocios de Bélgica, Estados Unidos y México, y los ministros de Colombia, Lorenzo Marroquín, e Italia, J. Rogeri di Villanova.

El tercer *Álbum de Minerva* (1901)

La convocatoria de escritos para el tercer *Álbum de Minerva* comenzó unos meses antes de las terceras Minervalias de 1901, cuando ya algunos periódicos internacionales hablan de la existencia de dos Álbumes de Minerva en Guatemala (Thermidor, 1901: 2-3).

Como hemos visto, el primer *Álbum de Minerva* se compuso con los aportes literarios de un círculo nacional guatemalteco y el segundo amplió este círculo, invitando a aquellos que no habían participado en el primero y al cuerpo consular extranjero en Guatemala. El tercer *Álbum de Minerva* (1901) se abrió definitivamente a Hispanoamérica. De hecho, *El Mercurio de Valparaíso*, Chile, publicó una crónica en la que se relataba cómo el ministro Mandujano desde Guatemala solicitó la participación de intelectuales chilenos en el tercer *Álbum de Minerva* de 1901 a través de Eduardo Poirier (Álbum de Minerva, 1901: 30).

Entendemos que invitaciones similares se enviaron a otros países, pero ¿quién sería el contacto en esos países y por qué se eligió a Poirier para Chile? ¿Se les pagaba por su colaboración? Son preguntas que deberán responderse en otra ocasión.

La portada del tercer álbum mostraba la imagen de Manuel Estrada Cabrera junto al templo de Minerva. El texto se abría con la fotografía de Estrada Cabrera y el Decreto 604, y a continuación se presentaban las composiciones literarias intercaladas con fotos de las celebraciones. Entre las fotografías, destacaban aquellas que capturan los pabellones de las colonias extranjeras que participaron en las *Minervalias*. Se incluían las imágenes de los pabellones italiano, centroamericano, alemán, suizo, francés, belga, español, chino, mexicano y turco-egipcio.

La participación extranjera en las composiciones del tercer *Álbum de Minerva* (1901) fue notable, con contribuciones significativas tanto del Cuerpo Consular como de personalidades que escribieron desde el exterior. Entre los

colaboradores destacados se encuentran: Balnino Dávalos, Secretario Particular del Ministro de Relaciones Exteriores de México; M.L. Ramírez, Ministro de Fomento de Nicaragua; Luis Cordero, expresidente de Ecuador; M. E. Ballesteros, Ministro de Instrucción Pública de Chile; W. Carias Pérez, Cónsul General de Guatemala en Venezuela y Decano del Cuerpo Consular o Luis de Agandoña, Cónsul de Guatemala en Bolivia.

En total, se recibieron contribuciones de Bolivia, Chile, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Estados Unidos, Honduras, México, Nicaragua, Perú, República Dominicana y Venezuela. Desde Europa, solo se recibió una contribución, la de Fernando Cruz desde París.

Esta nutrida participación internacional refleja la amplitud de las conexiones diplomáticas y culturales que el gobierno de Manuel Estrada Cabrera había establecido en América Latina desde que llegó al poder en 1898, consolidando así el prestigio y la relevancia de su política, a través de las Minervalias, a nivel continental.

El cuarto *Álbum de Minerva* (1902)

El *Álbum de Minerva* de 1902, correspondiente a las cuartas *Minervalias*, mantuvo los elementos formales de las anteriores ediciones como la foto de Manuel Estrada Cabrera en las primeras páginas, acompañada del Decreto 604 manuscrito. A estos se añadió la imagen del templo de Minerva en la Ciudad de Guatemala y un fotomontaje del templo enmarcado por niños.

En cuanto al contenido, el álbum incluía fotografías de los desfiles y otras actividades de las *Minervalias*, junto con escritos de diferentes personalidades que, en su mayoría, datan de junio, julio y agosto de 1902. Esto confirma que desde mediados de año se contactaba a intelectuales para que colaboraran con sus contribuciones en el *Álbum de Minerva*, asegurando así sus contenidos.

Al igual que sabemos cómo se invitó a los intelectuales chilenos a participar en el Álbum de 1901 a través del ministro Mandujano, también conocemos que en 1902 se invitó a otras personalidades extranjeras mediante el cuerpo consular guatemalteco. Así, lo confirma, por ejemplo, J. Carrera, cónsul guatemalteco en Madrid, en su informe a la Asamblea Nacional guatemalteca (Carrera, 1902: 50). Del mismo modo, nos consta que el embajador de Guatemala en Estados Unidos, Antonio Lazo Arriaga colaboró en el mismo

sentido. Así lo atestigua el periódico *The Evening Star*, cuando informó de la invitación que Volney W. Foster, comisionado de Estados Unidos al Congreso Panamericano en la Ciudad de México, había recibido de Antonio Lazo Arriaga. Incluso se reprodujo la carta en la que se solicitaba que invitara "a algunos hombres representativos de este país a aportar unas palabras para el *Álbum de Minerva* (Anónimo, 1902: 13). La respuesta fue afirmativa y Volney W. Foster consiguió las contribuciones del presidente de los Estados Unidos, T. Roosevelt, así como de los rectores las Universidades de Michigan, Vanderbilt, Colegio Girard, Western Reserve y Brown. Los escritos que todos ellos enviaron al Álbum de Minerva se reprodujeron en *The Evening Star (Album of Minerva, 1902: 13).*

Fruto de las diligencias de los cónsules guatemaltecos, encontramos en el cuarto *Álbum de Minerva* (1902) las firmas, pensamientos y escritos de figuras políticas e intelectuales de renombre, junto con los ya citados, como David J. Hill, subsecretario de Estado de los Estados Unidos; John Hay, ministro de Relaciones Exteriores de Estados Unidos; y Porfirio Díaz, presidente de México. Además de estas contribuciones políticas, el álbum también incluye aportes de intelectuales latinoamericanos como Bartolomé Mitre, José Santos Chocano, Federico Gamboa y Enrique Gómez Carrillo, entre otros. Una mención especial merece el francés Frédéric Mistral, el austrohúngaro Max Nordau y los españoles Conde de Romanones, Miguel de Unamuno y Emilia Pardo Bazán, quien envió su contribución desde París.

El quinto *Álbum de Minerva* (1903)

Cabe destacar que, mientras en los álbumes de años anteriores la mayoría de las contribuciones extranjeras provenían de Estados Unidos, de países hispanoamericanos y España, el quinto *Álbum de Minerva* (1903) amplía su repertorio de aportes internacionales con textos llegados de Europa. Se reciben contribuciones que van desde breves saludos con firmas y pensamientos hasta composiciones mucho más elaboradas. Es destacable la presencia de composiciones provenientes de Alemania, incluida la foto y la firma del Canciller del Imperio, Conde von Bülow, fruto del esfuerzo que debió realizar Enrique Gómez Carrillo desde el Consulado General de Guatemala en Alemania.

La importancia de las contribuciones extranjeras en el *Álbum de Minerva* de 1903 (cabe destacar que muchas corresponden a los cónsules de Guatemala en

los países) se observa en que, por primera vez, se ordenan por naciones. Así, en este quinto álbum se ordenan las aportes de los intelectuales desde el extranjero por apartados de Argentina, Bolivia, Brasil, Bélgica (donde se incluye un mensaje del rey y unas fotografías de vistas del Congo enviadas para el *Álbum de Minerva* por S.M. el Rey de los Belgas), Chile, Cuba, Costa Rica, Colombia, Ecuador, El Salvador (subrayándose la contribución de Francisco Martínez, presidente de la Corte Suprema de Justicia de El Salvador), España (destacándose el Conde de Romanones, presentado en esta ocasión como exministro de Instrucción Pública), Estados Unidos, Francia (con una nutrida lista de colaboradores), Italia, Inglaterra, Japón (a través de su cónsul en Londres, Jadasu Hayashi), México, Portugal, Perú y Uruguay (donde se incluye una composición sin título de José Enrique Rodó).

Este quinto *Álbum de Minerva* (1903) también recogió y dio importancia a las noticias publicadas en el extranjero sobre las *Minervalias*. De esta manera, se busca apuntalar tanto nacional como internacionalmente la constatación del eco internacional de las Minervalias fuera de Guatemala. Así, se recogieron noticias de *El Economista Internacional*, publicado en Nueva York, Estados Unidos; *La Patria*, *El Tiempo* y *El Imparcial* de México; *El Diario* y *El Siglo XX* de El Salvador; *La Estrella de Panamá*; *El Tiempo de Lima*, Perú (donde se incluía un texto de Ramiro Maeztu titulado "La religión de la Cultura. Las fiestas de Minerva en Guatemala"); *El Heraldo* y *El Mercurio* de Chile; *El País* de Buenos Aires; y *La Ilustración Artística* de Barcelona.

El sexto *Álbum de Minerva* (1904-1906)

Como hemos mencionado anteriormente, la investigación no ha logrado encontrar ni localizar los álbumes de Minerva correspondientes a los años 1904, 1905 y 1906. Sin embargo, se ha identificado una publicación titulada *Álbum de Minerva 1904-1906* en la Academia de Geografía e Historia de Guatemala que consideramos el sexto álbum, más cuando en el título del Álbum de 1907 se indica que es el séptimo.

El *corpus* de contribuciones enviadas desde el extranjero es nutrido. Estos aportes provienen de varios países, incluyendo Canadá, Estados Unidos, Cuba, Venezuela, Colombia, Perú, Paraguay, Chile, Argentina, España, Francia, Bélgica, Alemania, e incluso la India, a través de una comunicación de Alex Pedler, Vicecanciller de la Universidad de Calcuta y Director de Instrucción Pública del Gobierno de Bengala.

Algunas de estas composiciones, fechadas en su mayoría en 1904 y 1905, llevan el título "Para el Álbum de Minerva", lo que sugiere que estaban destinadas a ser publicadas en la edición correspondiente a esos años. A modo de ejemplo, entre las composiciones fechadas en 1904 con este título se encuentran las de A. Morfin desde México, G. Edelmira Cortés desde Chile; Ignacio L. de Mergeliza desde Perú; Eduardo de Ory y Rafael de Vera y Monge desde España y Juan Fastenrath desde Alemania. Por otro lado, la composición fechada en 1905 con el título "Para el Álbum de Minerva" es la de Tomás Airaldi desde Paraguay.

El séptimo *Álbum de Minerva* (1907)

El último *Álbum de Minerva* localizado data de 1907. Esta obra sigue el formato de las ediciones anteriores y se inicia con la imagen de Manuel Estrada Cabrera junto con el decreto 604. La primera sección está compuesta por composiciones y reflexiones dedicadas a las Minervalias. Comienza con una traducción de un texto de Georges Clemenceau, Primer Ministro de la República Francesa y continúa con escritos laudatorios sobre las fiestas en honor a la diosa Minerva y la política de Manuel Estrada Cabrera, elaborados por personalidades influyentes de diversos países, muchos de los cuales ya se mencionaron en los álbumes anteriores. La segunda sección incluye un interesante suplemento de prensa con recortes internacionales que comentan sobre las *Minervalias*

Todo parece indicar que el séptimo y último *Álbum de Minerva* se publicó antes de las *Minervalias* pues a pocos días de celebrarse en Guatemala las novenas festividades se publicó el 14 de octubre de 1907 en el periódico *La Opinión* de Santa Cruz de Tenerife en España un artículo, titulado "De Guatemala. Álbum de Minerva" (De Guatemala, 1907:1), donde se narra que se ha recibido "el elegante volumen que forma el séptimo tomo del Álbum de Minerva, publicación que el gobierno guatemalteco anualmente dedica a conmemorar de manera visible y provechosa, las grandes fiestas escolares". Si hacemos caso a esta información, siguiendo la enumeración de los álbumes encontrados, efectivamente se habría recibido el Álbum de 1907 antes de las *Minervalias* (que se celebraban la última semana de Octubre), en cuya portada aparecía la mención como séptima versión del Álbum. En consecuencia, el *Álbum de Minerva* de 1907 contenía textos y fotografías anteriores. Adicionalmente, cabe destacar que en el mencionado artículo publicado en *La Opinión* de Santa Cruz de Tenerife, no estuvo a la venta, sino que se distribuyó

entre escuelas, bibliotecas nacionales y se envió al extranjero para mostrar el avance en educación en Guatemala (De Guatemala, 1907: 1).

En lo que respecta al contenido, el séptimo *Álbum de Minerva* (1907) incluía contribuciones de destacados intelectuales y escritores como Francisco González Díaz, Esteban Hernández Baños, cónsules como José de Salas y periodistas como Pedro Martín y Policarpo Niebla.

LOS *ÁLBUMES DE MINERVA* EN LA PRENSA INTERNACIONAL

Primer gobierno de Manuel Estrada Cabrera (1899-1905)

Las primeras referencias que hemos encontrado del *Álbum de Minerva* de 1899 en la prensa internacional están vinculadas a las críticas de las *Minervalias*. Fue a partir de 1900, cuando la prensa católica y antiliberal de América y Europa comenzó a lanzar ataques furibundos contra las fiestas en honor a la diosa de la ciencia y las artes y, en consecuencia, el primer *Álbum de Minerva* (1899) fue mencionado tanto por críticos como por defensores de las *Minervalias*. Por ejemplo, el 27 de enero de 1900, el periódico español *El Áncora* publicó que el *Álbum de Minerva* contiene "errores, herejías e impiedades" y que solo es "un tejido de adulaciones para el actual gobernante, iniciador de las Panateneas en Guatemala" (Viritas, 1900: 2).

Mientras que esta versión se mantuvo en la prensa antiliberal y anticatólica, otros medios afines al liberalismo intentaron mostrar a sus lectores una versión objetiva y adecuada a la realidad, como en la publicación argentina *Monitor de la Educación Común* (El Álbum de Minerva, 1900: 89).

Antes de las terceras *Minervalias* de 1901, encontramos algunos periódicos internacionales que mencionan la existencia de dos *Álbumes de Minerva* en Guatemala, correspondientes a las ediciones de 1899 y 1900 (Thermidor, 1901: 2-3). En este sentido, tenemos testimonios de la prensa extranjera que indican que el tercer *Álbum de Minerva* (1901) estaba en prensa antes de las terceras Minervalias, cuya celebración era en octubre. Los testimonios consisten en dos telegramas dirigidos a El Salvador (Corresponsal, 1901b: 45-46) y Costa Rica (Corresponsal, 1901a: 2)

Una vez finalizadas las terceras *Minervalias* de 1901, tenemos testimonios de la prensa internacional que se hacen eco del tercer *Álbum de Minerva*. Por ejemplo, en Costa Rica a finales de año se publican dos notas en las que se

informa que en el *Álbum de Minerva* han colaborado distinguidos escritores, entre ellos Alejandro Alvarado (Actualidades, 1901: 3; El Álbum de Minerva, 1901: 3). Durante 1902 constatamos la circulación del tercer *Álbum de Minerva* (1901) en formato físico fuera de Guatemala. Sabemos que el académico Cesáreo Fernández Duro donó un ejemplar a la *Real Academia de la Historia* de España en el segundo semestre de 1902 (Adquisiciones, 1903b: 81). En cuanto a la cobertura de los *Álbumes de Minerva* en la prensa internacional, es importante mencionar varias informaciones publicadas en agosto de 1902.

El 1 de agosto de 1902, el periódico *The Evening Star* de Washington publicó una noticia sobre las *Minervalias* donde se dice que, durante esta festividad en honor a la educación, se distribuyeron entre los escolares álbumes artísticamente elaborados que contenían pensamientos de destacados pensadores internacionales, promoviendo el conocimiento de ideas y principios que contribuyen al progreso de la humanidad (Album of Minerva, 1902: 13).

El 24 de agosto de 1902, Enrique Gómez Carrillo publicó en *La Revue diplomatique* un artículo titulado "Las Fiestas de Minerva y el Presidente Estrada Cabrera", en el que exaltaba la importancia cultural y la grandeza de las Fiestas de Minerva en Guatemala, promovidas por el presidente guatemalteco y destacaba que estas festividades no sólo eran reconocidas en Guatemala, sino también en Europa, donde figuras intelectuales y académicas de Francia, Alemania y España las habían elogiado. Gómez Carrillo cita expresamente a algunos de los eruditos que contribuyeron al *Álbum de Minerva* como M. Michel Bréal, M. Salomon Reinach, M. Paul Meyer, M. Strauss, el almirante Itéveillère, el filósofo Max Nordau y el poeta español Núñez de Arce (Gómez Carrillo, 1902: 5).

Mientras tanto, la prensa católica continuaba su campaña de desprestigio contra las fiestas de Minerva. Así, el 28 de agosto de 1902, *The Catholic Telegraph* criticaba el supuesto paganismo de las celebraciones en honor a la diosa Minerva en Guatemala y afirmaba: "Después de la fiesta, se publica un álbum que presenta imágenes del presidente y de la diosa, acompañado de los discursos impíos de los oradores oficiales" (Rent by Earthquake, 1902: 1).

En contraste con la opinión católica, también en agosto de 1902, en la revista española *La Escuela Moderna* se ofrecía una visión favorable de las *Minervalias*, se sugería que estas festividades podrían ser replicadas en España y se mencionaba que en la capital de Guatemala se editaba un *Álbum de Minerva* que incluía "valiosos escritos sobre Educación e Instrucción, elaborados por

pedagogos y sociólogos de Europa y América" (Athene en América, 1902, 145).

Tras la celebración de las cuartas *Minervalias* en octubre de 1902, surgieron testimonios en la prensa internacional que cubrían el evento y destacaban el *Álbum de Minerva*. En particular, en Costa Rica encontramos tres testimonios que son de nuestro interés. El 31 de octubre de 1902, el diario costarricense *La República* publicó una noticia sobre las festividades, informando que "el álbum de Minerva de este año superó a los anteriores, al incluir las firmas autógrafas de numerosas personalidades científicas." (Castañeda, 1902: 2). Unas semanas después, el periódico *La Prensa Libre* publicó una noticia sobre las cuartas *Minervalias* donde se destacaba la asistencia de representantes de 88 periódicos de Centroamérica y resaltaba la entrega del *Álbum de Minerva* durante las festividades (Fiesta de Minerva, 1902:3). Por último, el 25 de noviembre de 1902, el periódico *La República* informaba que Francisco Castañeda, quien representó a Costa Rica en las *Minervalias* de ese año, envió a su redacción un ejemplar del *Álbum de Minerva* de 1902. Este último artículo describió el álbum como un "depósito de distinguidas firmas y de hermosos pensamientos" (Fiesta de Minerva en Guatemala, 1902: 1).

Fuera de América, en España, a finales de 1902, encontramos en el informe del cónsul guatemalteco en Madrid, J. Carrera, dirigido a la Asamblea Nacional de Guatemala, informando que parte de la prensa española ha recibido favorablemente las *Minervalias* (Carrera, 1903: 49).

Durante 1903, se enviaron *Álbumes de Minerva* a diferentes medios y personalidades relevantes internacionales. Así, nos lo atestigua una carta del presidente de los EE.UU., T. Roosevelt, agradeciendo a Manuel Estrada Cabrera el envío del álbum fechada el 16 de febrero de 1903 (Roosevelt, 1903). Por otro lado, en España, tenemos el testimonio de que, en el primer semestre de 1903, el académico Cesáreo Fernández Duro volvió a donar a la Academia el cuarto *Álbum de Minerva* de 1902(Adquisiciones, 1903a: 370)

Tal vez uno de los testimonios más claros de la circulación de los álbumes entre intelectuales hispanoamericanos es la carta de José Enrique Rodó a Santos Chocano desde Montevideo, fechada el 4 de mayo de 1903, donde le confiesa que ha sabido de él por el *Álbum de Minerva* del año anterior (Sánchez, 1975: 106). Recordemos que en el *Álbum de Minerva* de 1902 se publicó un discurso y un poema de Santos Chocano y gracias a eso Rodó pudo conocer que aquel estaba en Guatemala. Por el testimonio de Rodó conocemos por tanto que el cuarto *Álbum de Minerva* (1902) llegó a Uruguay o a finales de ese

mismo año o a principios de 1903, al igual que en España, pues el periódico *La Ilustración Artística* da cuenta de ello el 11 de mayo de 1903 cuando publica la noticia del envío a su redacción del *Álbum de Minerva* (Libros enviados, 1903: 328).

El periódico *Nuestro tiempo* publicó el 25 de junio de 1903 un texto de Enrique Roger, quien había participado en el álbum del año anterior. Allí se habla del *Álbum de Minerva* de 1902 como "un libro interesante que merece todos los honores" (Roger, 1903: 886-889). En este texto, Enrique Roger describe la valiosa colección de páginas autógrafas de importantes figuras históricas y académicas, que incluyen a estadistas como T. Roosevelt, Porfirio Díaz y Estrada Palma, así como a representantes de universidades prestigiosas de todo el mundo. También menciona destacados nombres españoles como Pardo Bazán, Unamuno, y Blasco Ibáñez. Adicionalmente transcribe los textos de algunos de los autores, entre ellos el de Unamuno y el de su propia autoría (Roger, 1903: 886-889). Tan sólo cinco días después, el 30 de junio de 1903, en la publicación *La Ciudad Lineal* aparece el mismo texto de Enrique Roger, pero algo más breve.

También en 1903, tenemos un importante testimonio favorable a las *Minervalias* en un especial dedicado a Manuel Estrada Cabrera en la publicación *El Mundo científico*, dirigido por Odón de Buen, quien participó en el cuarto *Álbum de Minerva* (1902). Ahí se informa que el lujoso *Álbum Minerva* recoge mensajes de apoyo, elogios, consejos y palabras de aliento dirigidos al Presidente de la República, así como opiniones sobre la educación pública de destacados sabios, estadistas, literatos, diplomáticos y escritores de todo el mundo, incluyendo figuras de España como Echegaray, Emilia Pardo Bazán y Blasco Ibáñez, que valoran la educación y cultura en Guatemala (La fiesta de Minerva, 1903: 434). Además, se transcriben los apartes de T. Roosevelt, presidente de los Estados Unidos; Porfirio Díaz, presidente de los Estados Unidos Mexicanos; Bartolomé Mitre, ex-Presidente de la República Argentina y de otros políticos e intelectuales entre los citados.

El mismo día de la publicación anterior, el 11 de julio de 1903, el periódico *La Vanguardia*, comunicó a sus lectores la existencia del *Álbum de Minerva* que "contiene el número autógrafos de los Presidentes de Estados Unidos, Méjico y Cuba; del general Mitre, de Barthelot, Mistral, Echegaray, Guerra Junqueira, Max Nordau, etc., etc." (Publicaciones recibidas, 1903: 4).

Las anteriores publicaciones españolas nos dejan ver la apuesta de una parte de la opinión pública internacional a favor del programa político de Manuel

Estrada Cabrera y, en consecuencia, por el *clasicismo estradacabrerista*[3], gracias, en parte, a lo que se muestra en los *Álbumes de Minerva*. En este mismo sentido, el 17 de julio de 1903 se publica el artículo "Las fiestas de Minerva en Guatemala. La Religión de la cultura" de Ramiro de Maeztu, claramente favorable a Manuel Estrada Cabrera y su programa político, en *Diario Universal* donde se elogia al *Álbum de Minerva* tanto por su forma como por su contenido, en el que se aprecian los aportes de autoridades como el presidente de los Estados Unidos, Unamuno o Pardo Bazán (Maeztu, 1903: 1).

Coetáneo al texto de Maeztu y en contraste con los testimonios favorables, es relevante el artículo crítico de Juan Ibáñez Pacheco y Moreno, titulado "El progreso indefinido", publicado en *El Siglo Futuro* el 23 de julio de 1903. En él, Ibáñez Pacheco y Moreno critica el *Álbum de Minerva* de 1902, acusándolo de reflejar un culto positivista, citando a Renán, y de apoyar el paganismo, mencionando a los liberales españoles que aparecen en él. (Ibáñez y Moreno, 1903: 1).

Antes de que finalice 1903, de nuevo en América, los *Anales del Instituto Médico Nacional de México* nos informan de que su biblioteca ha recibido del Coronel D. Francisco Orla, Ministro de Guatemala en México, un ejemplar del *Álbum de Minerva* de 1903 (Anales del instituto Médico, 1907: 207).

Durante 1904, los medios internacionales seguirán haciéndose eco de las *Minervalias* y por consiguiente de los *Álbumes de Minerva*. Así le consta al propio Presidente Manuel Estrada Cabrera cuando en su mensaje del 1 de marzo de 1904 a los diputados guatemaltecos, como candidato a la reelección, confirma que en el *Álbum de Minerva* colaboraba "las más eminentes personalidades contemporáneas" (Estrada Cabrera, 1904: 880)

Entre las críticas internacionales de 1904, destaca la de The Clarion publicada en el periódico costarricense *Vida y Verdad* el 1 de julio de 1904. Este autor menciona que el tercer *Álbum de Minerva*, que está circulando en Costa Rica, es una publicación lujosa llena de elogios de escritores americanos y europeos, considerados charlatanes. The Clarion cuestiona cómo se consiguieron las firmas europeas, sugiriendo que fue a través de agentes consulares de Guatemala. Además, menciona que el gobierno guatemalteco distribuye el álbum en el extranjero para promover un progreso ficticio. Para The Clarion,

[3] El conjunto de las manifestaciones y expresiones de diferente naturaleza surgido del uso de la diosa Minerva durante la presidencia de Manuel Estrada Cabrera en Guatemala (1898-1920)

el álbum es una farsa costosa y propagandística, con escaso valor educativo. (The Clarión, 1904: 148-151).

Antes de las *Minervalias* de 1904 y la aparición del nuevo *Álbum de Minerva*, el periódico mexicano *La Patria* publica el 2 de julio de 1904 un artículo titulado "El Álbum de Minerva de 1903". Este artículo describe positivamente el *Álbum de Minerva* de 1903, que está circulando en México, como una obra notable que recoge pensamientos de numerosos intelectuales de diversas naciones, destacando al profesor mexicano José María Silva (El Álbum de Minerva, 1903: 2).

En agosto de 1904, en un artículo titulado "El Álbum de Minerva" publicado en el periódico costarricense *La Prensa Libre*, se informa que Manuel Echeverría, cónsul general de Guatemala en Costa Rica, "ha tenido la galante amabilidad de poner en nuestras manos el *Álbum de Minerva* publicado lujosamente en la capital de Guatemala" (El Álbum de Minerva, 1904: 3), lo que nos vuelve a confirmar la importancia del cuerpo consular guatemalteco en el extranjero tanto de captar contribuciones como de distribuir ejemplares de álbumes.

Por otro lado, también como testigo de la valoración positiva del *Álbum de Minerva*, en agosto de 1904, la publicación *La Ilustración Española y Americana* destaca el *Álbum de Minerva*, publicado anualmente en Guatemala, por su lujosa presentación y contenido que celebra la educación. Se cuenta que el álbum incluye crónicas, pensamientos, poesías, producciones musicales y autógrafos de destacados jefes de Estado y escritores de América Latina, Estados Unidos y Europa (Libros presentados, 1904: 96).

Ampliando los testimonios anteriores, el *Álbum de Minerva* atrajo la atención de la prensa americana y europea, siendo objeto de valoración y crítica continua. En un artículo titulado "El Álbum de Minerva" publicado por Jean de Monroy en *La Revue Diplomatique* el 4 de septiembre de 1904, se elogia la labor educativa de Manuel Estrada Cabrera. Monroy describe el álbum como "la colección de autógrafos de hombres eminentes más lujosa y completa hasta el momento" (Monroy, 1904: 5.), destacando que las imprentas de París y Nueva York no han igualado su elegancia y calidad. El autor no olvida la lista de colaboradores que incluye jefes de Estado como el Rey de los Belgas, el Presidente de Chile, de México y de Estados Unidos, así como destacados estadistas y escritores de Alemania, Inglaterra, Italia, España, Japón y Francia, entre otros, incluidos los escritores americanos como Guido Spano y Rodó (Monroy, 1904: 5.).

Cerca de las sextas *Minervalias* en octubre de 1904, la prensa francesa informa que el Consulado de Guatemala en Saint-Nazaire envió un ejemplar del *Álbum de Minerva* a *Le Phare de la Loire* en septiembre de 1904 (R.G., 1904: 6). Allí se indica que el Álbum, descrito como ilustrado y elegante, fue concebido bajo las instrucciones del presidente Manuel Estrada Cabrera y elaborado por la Tipografía Nacional. Incluye pensamientos, máximas y notas de hombres ilustres de todo el mundo, especialmente autores franceses, además de aportes de artistas guatemaltecos y piezas musicales.

En septiembre y octubre de 1904, se informa sobre la recepción del *Álbum de Minerva* en EE.UU., México y España (Crónica, 1904: 2; Libros recibidos, 1904: VIII; Un obsequio, 1904: 3). Destacan las publicaciones en *La Alhambra* y *El Defensor de Granada*, que mencionan a Juan Guillén Sotelo, cónsul de Guatemala en Granada, como agente de distribución del álbum. A solicitud de Manuel Estrada Cabrera, Guillén Sotelo entregó un ejemplar al periódico, lo que resultó en dos artículos laudatorios sobre el presidente, su labor educativa y el *Álbum de Minerva*, destacando la presencia de firmas de insignes hombres europeos y americanos (V., 1904: 326; Cultura americana, 1904: 1; El Álbum de Minerva, 1904: 1.)

Tras las sextas Minervalias de 1904, encontramos nuevas noticias sobre los álbumes en la prensa internacional, a pesar de que, como vimos, no parece que se publicó el Álbum correspondiente (Romain, 1904: 8). Por ello, las informaciones de las que disponemos se refieren a álbumes anteriores, como cuando se destaca la información de la presencia del quinto *Álbum de Minerva* de 1903 en la biblioteca de la *Unión Internacional de Repúblicas Americanas* (Unión Internacional de Repúblicas Americanas, 1904: XX).

Segundo gobierno de Manuel Estrada Cabrera (1905-1911)

Después de su reelección, el 1 de marzo de 1905, Manuel Estrada Cabrera se dirigió a la Asamblea Nacional Legislativa para exponer los principios y directrices de su próximo período presidencial, 1905-1911. Entre sus logros pasados afirmó que había "continuado publicándose el *Álbum de Minerva* fundado con motivo de la fiesta nacional" (Estrada Paniagua, 1910: XXV). Sin embargo, como ya dijimos, no tenemos constancia del álbum de 1904. Pero, lo destacable es que Estrada Cabrera dice que del Álbum "se ocupa con elogio la prensa universal; cabiendo a nuestra patria la satisfacción de que aprecien sus progresos intelectuales, del modo más encomiástico, los pueblos más

ilustres del globo" (Estrada Paniagua, 1910: XXV). Estas palabras nos confirman la importancia que Manuel Estrada Cabrera otorgaba al eco de los Álbumes en el exterior. De hecho, nos consta que durante su segundo periodo presidencial siguió enviando álbumes al exterior. Así lo confirma una carta fechada 19 de abril de 1905 en Caracas del director de la Academia Nacional de Historia, Eduardo Blanco, donde se informa que Manuel Estrada Cabrera ha remitido "un ejemplar del *Álbum de Minerva* de 1903, interesante publicación en que estadistas, escritores, artistas y poetas ofrendan las ricas galas de su ingenio en homenaje a la nobilísima causa de la instrucción popular" (Morales, 1905: 55-60).

En mayo de 1905, la revista *Le Thyrse*, editada en Bruselas, publicó un artículo firmado por Henri Liebrecht sobre el *Álbum de Minerva*. Cabe destacar que el autor narra la presencia de Atenea-Minerva en Guatemala como si se tratara de una *translatio*, después de que la diosa hubiera recibido todo tipo de ataques en Europa desde la Antigüedad. Se menciona que, una vez renacida la diosa en Guatemala, se publicó un lujoso Álbum con las principales firmas de intelectuales del momento. El texto es un claro ejemplo de alabanza a las fiestas y al templo de Minerva en Guatemala (Liebrecht, 1905: 136-137). Dos años más tarde, esta crónica de Henri Liebrecht se reproduciría traducida en el *Álbum de Minerva* de 1907.

Nuevos testimonios sobre la fama (positiva o negativa) de los *Álbumes de Minerva* se encuentran, por ejemplo, en junio de 1906, en el documento titulado "El licenciado Estrada Cabrera. Breve reseña de lo realizado en el primer año del segundo período constitucional" de Emilio Ubico (1906), o en el artículo titulado "Terrible y sombrío retrato del Presidente de Guatemala", publicados en el periódico mexicano *El Tiempo*. Este último artículo contiene una durísima narración contra Manuel Estrada Cabrera, extraída de *El Estandarte* de San Luis Potosí, donde se indica que el *Álbum de Minerva* es una obra impía del presidente, tachado como el Nerón centroamericano que devuelve a Guatemala al paganismo (Terrible, 1907: 2).

A pesar de que su contenido no corresponde a las *Minervalias* de 1907, como ya hemos mencionado, el séptimo *Álbum de Minerva* fue realizado con la intención de repartirse en las fiestas en honor a la diosa de ese año y, además, posicionar de nuevo en la opinión pública internacional la labor de la presidencia de Manuel Estrada Cabrera. Así lo comprobamos el 15 de noviembre de 1907 cuando la redacción de la revista *Azul*, editada en Zaragoza, da cuenta de los libros que les han remitido. Expresamente se dice

que se ha recibido el séptimo *Álbum de Minerva* (1907) que contiene "lindas prosas y versos" de personalidades relevantes internacionales haciendo que sea "una obra perfecta que da prestigio a su iniciador el Ilustre Sr. Estrada Cabrera. Todas las naciones debieran imitar a este gran hombre" (Papel Impreso, 1907: 95)

A finales de 1907 encontramos varios testimonios internacionales que se hacen eco de los *Álbumes de Minerva*. El primero, lo encontramos una carta de Jesús Cobian de Roffignac, fechada en noviembre del mismo año en Guatemala, publicada en el periódico *El Cantábrico* donde se constata que el *Álbum de Minerva* de 1907 se repartió en las *Minervalias* de ese año y se le califica de elegante. Asimismo, Cobian de Roffignac confirmaba que se lo habían regalado y que en él figuraban "pensamientos de nuestros más evidentes prohombres" (Cobian de Roffignac, 1907: 2). El segundo testimonio es de 14 de diciembre de 1907 cuando *El Álbum Iberoamericano* se hace eco de "la publicación de un álbum notabilísimo, en el que han colaborado los hombres más eminentes que dirigen el pensamiento moderno" (Cobian de Roffignac, 1907: 2)

Todo indica que después de 1907, como dijimos en el segundo apartado, no se vuelven a publicar los *Álbumes de Minerva*. A pesar de ello, seguimos encontrando noticias del recibimiento de ejemplares en bibliotecas y redacciones de periódicos (Lamberton, 1908: 8) e informaciones que se ocupan de los álbumes (Ory, 1908: 1; L'education publique, 1908: 6; De B.,1908: 8; La instrucción Pública, 1909: 118; El Álbum de Minerva, 1908: 135-136). No obstante, cabe destacar que las referencias se quedan en la mera descripción, pero nada más

A lo largo del resto de la segunda presidencia de Manuel Estrada Cabreara seguimos encontrando informaciones sobre los *Álbumes de Minerva*, la mayoría laudatorios similares a los que ya se han expuesto (Libros enviados, 1912: 524; Domville-Fife, 1913: 115-116)

Finalmente cabe destacar que durante el tercer y cuarto periodo presidencial de Manuel Estrada Cabrera se mantiene el eco de los *Álbumes de Minerva* en la prensa internacional, pero poco a poco irá silenciándose del mismo modo que las valoraciones positivas del propio Manuel Estrada Cabrera.

Los *Álbumes de Minerva* y la diplomacia cultural guatemalteca en el capitalismo global de principios del siglo XX

Entre 1898 y 1920, el presidente Manuel Estrada Cabrera consagró Guatemala a la deidad romana Minerva. Durante dos décadas, más allá de la simple propaganda y de la personificación del régimen, la diosa de las ciencias, las artes y la guerra ordenada tuteló la sociedad guatemalteca con efectos performativos pues al mismo tiempo que representaba iconográficamente el régimen autoritario de Manuel Estrada Cabrera, Minerva sirvió de instrumento político a través del cual se implementó en la sociedad guatemalteca las máximas liberales de orden y progreso (Siebold, 1994; Del Molino, 2022). La performatividad de Minerva fue posible a través de la conmemoración anual de las Minervalias, celebradas en su honor a la diosa en el mes de octubre desde 1899, recogidos en los *Álbumes de Minerva*.

Lo que comenzó siendo unas procesiones cívicas de estudiantes, maestras y profesores acabó siendo el acto político anual más importante de la República de Guatemala (Marroquín, 1977: 96), donde los diferentes sectores de la sociedad en las diferentes ciudades guatemaltecas, al mismo tiempo que se adherían al presidente Manuel Estrada Cabrera con su participación, ponían en práctica, al menos durante la festividad, un modelo de sociedad ordenada y dirigida hacia el progreso, según las máximas del programa liberal positivista hispanoamericano.

Con sus estrictas normas de organización, en el ámbito político interno las *Minervalias* intentaron ordenar a la sociedad e integrar en su seno a sectores como la juventud, los obreros, los indígenas y las mujeres como agentes de progreso. Todo ello bajo el culto a la razón, a la ciencia y al progreso personificados en Minerva[4].

Junto con esta dimensión política performativa doméstica, e independientemente de que se consiguieran logros políticos, económicos y sociales perdurables, las *Minervalias* tuvieron una finalidad internacional, que ha sido mostrada, sobre todo porque fueron la imagen exterior que Manuel Estrada Cabrera quiso lanzar ante EE.UU. y Europa en su objetivo de integrar a Guatemala en el capitalismo global o alto capitalismo de finales del siglo XIX y principios del siglo XX. Es aquí, como hemos visto, donde entran a jugar un papel decisivo los *Álbumes de Minerva*.

[4] Un panorama general sobre la presencia de Minerva en América Latina: Del Molino, 2020

Manuel Estrada Cabrera quiso mostrar a Guatemala vinculada e inserta en la tradición del progreso, cuyos orígenes estaban en la antigüedad grecorromana y así fue como las *Minervalias* también fueron presentadas ante la comunidad internacional a través de los siete *Álbumes de Minerva* que hemos analizado. En consecuencia, como se ha mostrado en los apartados anteriores, el principal medio de difusión internacional de la imagen ordenada y civilizada de Guatemala, durante los dos primeros gobiernos de Manuel Estrada Cabrera, fue la publicación serial de los lujosos *Álbumes de Minerva*, que compilaban las alocuciones públicas realizadas en honor a las fiestas, así como de obras poéticas, muestras de adhesión al programa político positivista liberal, elogios y odas a Minerva, entre otras composiciones literarias, y fotografías de las celebraciones y, sobre todo, los apoyos internacionales de políticos e intelectuales hispanoamericanos, estadounidenses y europeos.

A modo de conclusión

A finales del siglo XIX y principios del XX, el capitalismo global estaba en pleno auge, especialmente antes de la Primera Guerra Mundial y las repúblicas hispanoamericanas, deseosas de integrarse en este nuevo orden económico global, buscaban atraer inversiones extranjeras y colocar sus materias primas en los mercados internacionales (Scobie, 1991: 202-230; Glade, 1991: 6). En este contexto, estas naciones adoptaron diversas estrategias diplomáticas para presentarse como países modernos y atractivos para los inversores.

Una de las estrategias utilizadas en Guatemala por Manuel Estrada Cabrera fue el uso de los *Álbumes de Minerva*. Estas publicaciones, como hemos visto, no solo tenían un propósito divulgador, sino que también servían como herramienta estratégica en la diplomacia cultural en tanto que presentaban una imagen civilizada y moderna de Guatemala ya que a través de fotografías y textos se mostraban los esfuerzos de modernización y progreso emprendidos por Estrada Cabrera. Los álbumes proyectaban a Guatemala como una nación en ascenso, comprometida con el desarrollo y la civilización. Por tanto, la presencia de la antigüedad grecorromana en Guatemala, a través de Minerva, mostrada en los álbumes en su honor, servía para atraer la atención de inversores y socios comerciales, al mostrar un país que estaba alineado con los estándares clasicistas internacionales de modernidad vigentes.

Estos estándares clasicistas estuvieron presentes en la diplomacia hispanoamericana decimonónica desde 1826, cuando Simón Bolívar convocó el Congreso Anfictiónico de Panamá en recuerdo de las antiguas instituciones federales homónimas griegas, délfica y jónica, hasta las exposiciones universales de finales de siglo XIX, donde las referencias a Grecia y Roma tenían como propósito mostrarle a Europa y EE.UU. una cierta imagen de civilización y unos supuestos orígenes comunes.

Cabe destacar que un elemento distintivo de los *Álbumes de Minerva* era la constante presencia de la diosa Minerva más allá del mero título. La deidad grecorromana no sólo personificaba la sabiduría, las artes y la ciencia, sino que simbolizaba la herencia cultural clásica occidental y el ideal de progreso intelectual y artístico. Por tanto, los álbumes no solo estaban apelando a un símbolo de erudición y cultura que era ampliamente reconocido en el mundo occidental, sino que también subrayaban una conexión de Guatemala con la tradición cultural europea que compartía la civilización grecorromana.

Como hemos mostrado, Manuel Estrada Cabreara sabía que a través de los *Álbumes de Minerva* podía posicionar al país dentro de una narrativa cultural y civilizatoria que resonaba en el ámbito internacional y reforzaba la imagen de Guatemala como un país que valoraba y estaba en sintonía con los ideales culturales universales, bajo los cuales estaba, por supuesto, el capitalismo. En síntesis, la circulación de los *Álbumes de Minerva* en Estados Unidos y Europa, gracias a la labor de los cónsules e intelectuales guatemaltecos, era una estrategia diplomática con la que Manuel Estrada Cabrera buscaba proyectar una imagen de modernidad y desarrollo en Guatemala con la que intentaba establecer una conexión cultural que facilitara la aceptación y la cooperación internacional. Al presentar una imagen que combinaba modernidad con herencia cultural clásica, Guatemala buscaba posicionarse favorablemente en el escenario global y atraer el interés de inversionistas y socios internacionales.

Por último, sólo cabe añadir que los *Álbumes de Minerva* publicados en Guatemala representan un ejemplo significativo de cómo las repúblicas hispanoamericanas utilizaron estrategias de diplomacia cultural para integrarse en el capitalismo global de finales del siglo XIX y principios del XX. A través de la proyección de una imagen moderna y la incorporación de símbolos culturales occidentales, los *Álbumes de Minerva* jugaron un papel clave en la promoción de Guatemala en el ámbito internacional, reflejando un

esfuerzo consciente por parte del gobierno guatemalteco para atraer inversiones y destacar en un escenario global competitivo.

Referencias bibliográficas

Fuentes primarias

Actualidades. *El Heraldo de Costa* Rica. *Diario de la Mañana*. San José de Costa Rica: XII, 2877, 7/12/1901, p. 3

Adquisiciones de la academia durante el primer semestre del año 1903. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid: XLIII, 5, 11/1903, 1903. pp. 370-392

Adquisiciones de la academia durante el segundo semestre del año 1902. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid: XLII, 2, 2/1903, pp. 81-98

Álbum de Minerva de 1901, Año III. Guatemala: Tipografía Nacional, 1901

Album of Minerva. *The Evening Star*. Washington: 15423, 1/8/1902, p.13

Anales del instituto Médico Nacional. T VI, junio y julio de 1903. México: Imprenta de la Secretaría de Fomento, 1907, pp. 207- 209

Athene en América. *La Escuela moderna. Revista pedagógica hispanoamericana de las escuelas normales.* Madrid: 137, 8/1902.

CARRERA, J. Informe del señor ministro plenipotenciario de Guatemala en Madrid. En: VV.AA. *Memoria presentada por la Secretaría de Relaciones Exteriores de la República de Guatemala a la Asamblea Nacional Legislativa*. Guatemala:Tipografía Nacional, 1902.

CASANOVA Y ESTRADA, RICARDO. Carta del Arzobispo de Guatemala al Sr. Ministro de Instrucción Pública Licenciado don Antonio Mandujano. En: *Álbum de Minerva. Año II-1900*. Guatemala: Tipografía Nacional, 1900, p. 6.

CASTAÑEDA, F. Las fiestas de Minerva. *La República*. San José de Costa Rica: XVII, 5737, 31/10/1902, p. 2

Circular. En: *Álbum de Minerva*. Año II-1900. Guatemala: Tipografía Nacional, 1900, p. 5

COBIAN DE ROFFIGNAC, Jesús. Carta de Guatemala. *El Cantábrico*. Santander: 4565, 9/12/1907, pp. 1-2

Corresponsal, El. De Guatemala. Otro telegrama sobre la Fiesta de Minerva. *El Heraldo de Costa Rica*. San José de Costa Rica: 2858, 23/10/1901, p. 2

Corresponsal, El. Telegrama al Diario del Salvador. En: *Álbum de Minerva. Año III-1901*. Guatemala: Tipografía Nacional, 1901, pp. 45-46

Crónica. *Diario de Tenerife*. Santa Cruz de Tenerife: XVIII, 5363, 21/9/1904, p. 02.

Cultura americana en Guatemala. *El Defensor de Granada*. Granada: XXVI,13365, 4/10/1904, p.1

De B., G. Lettre du Guatemala. *La Revue diplomatique*. París: XXI, 46, 15/11/1908, p. 8

De Guatemala. Álbum de Minerva. *La Opinión*. Santa Cruz de Tenerife: 4543, 14/11/1907

DOMVILLE-FIFE, Charles William. *Guatemala and the states of Central America*. Londres: Francis Griffiths, 1913

Dos palabras. En: *Álbum de Minerva. Año II-1900*. Guatemala: Tipografía Nacional, 1900, p. 3

El Álbum de Minerva de 1903. *La Patria*. México: 8269, 2/7/1904, p. 2

El Álbum de Minerva. Autógrafos de hombres notables en la política, las ciencias y las artes. *Pan-American Magazine*. México: VII, 2, 12/1908, pp. 135-136

El Álbum de Minerva. *El Monitor de la Educación Común*. Buenos Aires: vol. 17, 322, 31/1/1900, p. 89

El Álbum de Minerva. *El Tiempo*. Diario Católico. México: 7201, 16/10/1904, p.1

El Álbum de Minerva. *La República*. San José de Costa Rica: XVI, 5428,29/11/1901, p. 3

El Álbum Minerva. *La Prensa Libre*. San José de Costa Rica: XVI, 4429, 5/8/1904, p. 3

ESTRADA CABRERA, Manuel. "Mensaje del Presidente". En: *Unión Internacional de Repúblicas Americanas. Boletín Mensual de la Oficina Internacional de las Repúblicas Americana*. Washington: Vol. 16, 4. 4/1904, p. 880

ESTRADA PANIAGUA, Felipe (Comp.). *Recopilación de las Leyes de la República de Guatemala, 1900-1901*. T.19. Guatemala: Tipografía de Arturo Síguere & Co, 1908.

ESTRADA PANIAGUA, Felipe (Comp.). *Recopilación de las Leyes de la República de Guatemala 1905-1906*. T. 24. Guatemala: Tipografía de Arturo Síguere & Co, 1910, p. XXV

Fiesta de Minerva en Guatemala. *La República*. San José de Costa Rica: XVII, 5757, 25/11/1902, p. 1

Fiesta de Minerva, *La Prensa Libre*. San José de Costa Rica: XIV, 3908, 10/11/1902, p. 3

GAMBOA, Federico. *Mi Diario*. II. México: Rusebio Gómez de la Puente, 1910.

GÓMEZ CARRILLO, Enrique. Les fetes de Minerva et le Président Estrada Cabrera. *La Revue Diplomatique*. París: XXV., 34, 24/8/1902, p. 5

IBÁÑEZ PACHECO Y MORENO, Juan. El progreso indefinido. *El Siglo Futuro. Diario Católico*. Madrid: XXIX, 8575, 23/7/1903, p. 1

La fiesta de Minerva. *El Mundo Científico.* Barcelona: 171, 11/7/1903, p. 434.

La instrucción Pública. *Pan-American Magazine*. México: Vol. 7, 4, 2/1909, p. 118

LAMBERTON, John P. Union list of serials in the principal libraries of Philadelphia and vicinity. *Bulletin of the Free Library of Philadelphia*. Filadelfia: 8, 1908.

L'education publique au Guatemala (suite et fin). *La Revue Diplomatique*. París: XXI, 12, 22/3/1908, p. 6

Libros enviados a esta redacción. *La Ilustración Artística. Periódico semanal de literatura, artes y ciencias*. Barcelona: XXXI, 1597, 5/8/1912, p. 524

Libros enviados a esta redacción. *La ilustración artística. Periódico semanal de literatura, artes y ciencias*. Barcelona: XXII, 1115, 11/5/1903, p. 328

Libros presentados a esta redacción por autores o editores. *La Ilustración española y americana*. Madrid: XLVIII, 30, 15/8/1904. pp. 95-96

Libros recibidos. Hojas selectas. *Revista para Todos*. Barcelona: III, 34, 10/1904, p. VIII

LIEBRECHT, Henri. L'Album de Minerva. *Le Thyrse. Revue d'art*. Bruselas: XVI, 1904-1905, pp. 136 y 137

MAEZTU, Ramiro. Las fiestas de Minerva en Guatemala. La Religión de la cultura. *Diario Universal*. Madrid: 197, 17/7/1903, p. 1

MONROY, Jean de. L'Album de Minerve. *La Revue diplomatique*. París: 36, 4/9/1904, p.5-6

MORALES, Arnaldo. *Memoria que presenta el Ministro de Instrucción Pública al Congreso de los Estados Unidos de Venezuela en sus sesiones ordinarias de 1905*. Caracas: Imprenta Bolívar, 1905.

ORY, Eduardo de. Libros. *Diario de Avisos de Zaragoza*. Zaragoza: XXXIX, 12301, 19/1/1908, p. 1

Papel Impreso. *Azul. Revista hispano-americana*. Zaragoza: 6, 15/77/1907, p. 95

Publicaciones recibidas. *La Vanguardia*. Barcelona: 8696, 11/7/1903, p. 4

R.G. L'Album de Minerva. *Le Phare de la Loire*. Nantes: 27203, 16/9/1904, p. 6

Rent by Earthquake. *The Catholic Telegraph*, Cincinnati: Vol. 71, 35, 28/8/ 1902, p.1

ROGER, Enrique. Crónicas Americanas. *Nuestro tiempo*. Madrid: 30, 6/1903, pp. 886-889

ROMAIN, Henry. Pour l'Album de Minerve. *La Revue Diplomatique*. París: 51, 18/12/1904, p. 8

ROOSEVELT, Theodore. Carta a Manuel Estrada Cabrera, 16/2/1903. En: *Theodore Roosevelt Digital Library. Dickinson State University*: https://www.theodorerooseveltcenter.org/Research/DigitalLibrary/Record?libID=o184214.

Terrible y sombrío retrato del Presidente de Guatemala. *El Tiempo*. México: 7987, 8/6/1907, p.2

THE CLARIÓN. Álbum de Minerva. *Vida y Verdad*. San José de Costa Rica: 4,1/7/1904, pp. 148-151

THERMIDOR. Salvadoreñas. *La Unión Republicana*. Palma de Mallorca: 1572, 5/9/1901, pp. 2-3

UBICO, Emilio. *El licenciado Estrada Cabrera. Breve reseña de lo realizado en el primer año del segundo período constitucional*. Guatemala: Tipografía Nacional, 1906

Un obsequio. *El Magisterio Canario. Periódico de instrucción pública*. Santa Cruz de Tenerife: II, 65, 1/10/ 1904, p. 3

Unión Internacional de Repúblicas Americanas. Accessions to the library of the Bureau of the American Republics. Washington: 9, 1905.

V. "Notas Bibliográficas". *La Alhambra*. Granada: 157, 30/9/1904, p. 326

VIRITAS, Doctor. Paganismo en Guatemala. *El Áncora. Diario católico-popular*. Palma de Mallorca: XVI, 4488, 27/1/1900, pp. 1-2

VV.AA. *La fiesta de Minerva en los departamentos*. Guatemala: Tipografía Nacional, 1900

Fuentes secundarias

CARRERA, Mynor. La diosa Minerva como testigo de la Guatemala ideal en el imaginario liberal (1898-1920). En: García Buchard, Ethel (coord.), *Imaginarios de la Nación y la Ciudadanía en Centroamérica*. San José: Editorial UCR, 2017, pp. 88-118

CARRERA, Mynor. *Minerva en el Trópico. Fiestas Escolares durante el Gobierno de Manuel Estrada Cabrera, Guatemala 1899-1919*. Guatemala: Editorial Caudal, 2005

DEL MOLINO, Ricardo. Minerva en América. La presencia de la diosa de la educación, el progreso y el orden en Hispanoamérica desde finales del siglo XVIII hasta principios del siglo XX. *Boletín de Historia y Antigüedades de la Academia Colombiana de Historia*. Bogotá: 871, 2020, pp. 101-126

DEL MOLINO, Ricardo. Minerva en Guatemala. El papel de las elites y el pueblo en el clasicismo estradacabrerista (1898-1920). En: Aguado, Óscar, Duplá, Antonio y Emborujo Amalia (eds), *Del Clasicismo de élite al clasicismo de*

masas. Madrid: Ediciones Polifemo/Universidad del País Vasco, 2022, pp. 129-153

GLADE, William. *América Latina y la economía internacional, 1870-1914*. En: Bethell, Leslie (ed.), Historia de América Latina. T 7. Economía y Sociedad. 1870-1930, Barcelona: Crítica, 1991, pp. 1-49

LUJÁN, Jorge. Un ejemplo de uso de la tradición clásica en Guatemala: Las Minervalias establecidas por el presidente Manuel Estrada Cabrera. *Revista de la Universidad del Valle de Guatemala*. Guatemala: 2, 1992, pp. 25-33.

MARROQUÍN, Clemente. *Memorias de Jalapa o Recuerdos de un Remichero*, Guatemala: Editorial del Ejército, 1977

SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Aladino o Vida y Obra de José Santos Chocano*. Lima: editorial Universo, 1975.

SIEBOLD, Todd Little. Guatemala y el anhelo de modernización: Estrada Cabrera y el desarrollo del Estado, 1898-1920. *Anuario de Estudios centroamericanos*, 20, 1994, pp. 25-41

Recebido: 31 de julho de 2024 | Aceito: 27 de setembro de 2024

SOMOS DE PEDRA: A LINGUAGEM DA ALEGORIA CLÁSSICA NAS ESTÁTUAS CÍVICAS DE BUENOS AIRES (1890–1915)

Eleonora Dell´Elicine [1]

Resumo

A celebração do Centenário da Revolução de Maio constituiu o quadro de uma política estatal planejada de construção de monumentos comemorativos, principalmente na capital. A alegoria cívica estava na ordem do dia, recorrendo a temas diversos como a República, as funções do novo Estado, o Trabalho ou as atividades econômicas. Este artigo estuda a linguagem alegórica que estes monumentos carregam através de um corpus escultórico representativo. O uso de alegorias e de alguns padrões clássicos faz parte dessa linguagem que propõe identidades e valores universais para o novo país.

Palavras-chave

Recepção clássica; monumentos cívicos; alegorias; Comemoração do Centenário; Cidade de Buenos Aires.

[1] Professora Doutora – Universidade de Buenos Aires/Universidade General Sarmiento, Buenos Aires, Argentina. E-mail: eleonoradellelicine@gmail.com

Resúmen

La celebración del Centenario de la Revolución de Mayo constituyó el marco de una política estatal planificada de construcción de monumentos conmemorativos, fundamentalmente en la ciudad capital. La alegoría cívica estuvo a la orden del día, recurriendo a tópicos diversos como la República, las funciones del nuevo Estado, el Trabajo o actividades económicas. En este artículo se estudia el lenguaje alegórico que portan estos monumentos a través de un corpus escultórico representativo. El recurso a la alegoría y a algunos patrones clásicos forma parte de este lenguaje que propone identidades y valores universales para el nuevo país.

Palabras clave

Recepción clássica; monumentos cívicos; alegorias; Conmemoración del Centenario; Ciudad de Buenos Aires.

Em maio de 1910, celebrou-se em Buenos Aires o primeiro centenário da Revolução, que substituiu a autoridade de um vice-rei pela de um Conselho votado de vizinhos notáveis. Ao longo do século, o principal local das festividades, a chamada "Plaza de Mayo", sofreu alterações significativas, que vão desde o nome – originalmente "Plaza de la Victoria" – à sua forma e edifícios dos arredores. Na verdade, passaram pouco mais de 50 anos desde que o Governo de Buenos Aires interveio naquele espaço público para mostrar às restantes províncias quem tinha sido o motor da ruptura com a Espanha. O resultado desta ação foi a remodelação da pirâmide de maio, em 1856, dirigida por Pridiliano Pueyrredón, obra que se completou com uma estátua alegórica da liberdade encomendada ao francês L.J. Dubourdieu (Van Deurs *et al.*, 2003). As mudanças na praça cívica não pararam por aí: em 1884, o Estado nacional, vencedor definitivo na disputa entre o interior e Buenos Aires, modificou-a novamente e demoliu completamente a Recova, unificando a Plaza de la Victoria com a Mayor ou do mercado e dando ao complexo o nome que ainda leva, o de "Plaza de Mayo" (Gorelik, 1997; Scobie, 1977: 164–165). Por volta do Centenário, ocorreriam novos projetos que incluíam a instalação da famosa estátua das Nereidas, alegoria do nascimento de Vênus, deusa romana significativamente ligada à fertilidade, à renovação e ao amor, que analisaremos mais adiante.

Neste espaço superintervencionado, rodeado de figuras governamentais, delegações estrangeiras e presença popular, o Presidente José Figueroa Alcorta abriu o seu discurso de comemoração da seguinte forma:

> Bem, senhores: Na representação simbólica (..), o **monumento** que aqui consagramos à comemoração da nossa emancipação política, terá o múltiplo significado histórico que o determina. "Representará para nós e para os nossos sucessores no futuro, aquele **esforço heroico, impulso soberano, explosão de energia brilhante**, que decidiu em um instante supremo os destinos da América espanhola.[2]

Como podemos constatar, as primeiras palavras do presidente referiam-se ao monumento e destacavam-no como peça-chave da celebração. Segundo

[2] Disponível em: http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/21481/Documento_completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Un análisis de las relaciones entre Plaza de Mayo y fiesta en BERTONI, Liliana, "Construir la nacionalidad: héroes, estatuas y fiestas patrias, 1887-1891", Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. E. Ravignani", 5, l er. semestre de 1992, pp. 77–111.

as novas palavras oficiais, aquele corpo de mármore, tantas vezes renovado, dava conta de uma experiência iniciada em Buenos Aires, projetada para o interior e que o Estado finalmente canalizou, transformando espaços e acontecimentos em partes e precedentes do fenômeno do novo estado.

O culto moderno ao monumento, segundo um contemporâneo destes acontecimentos, o vienense Alois Riegl, também não se limitou à Plaza de Mayo.[3] Em muitas partes do país, mas especialmente em Buenos Aires, a febre comemorativa materializou-se na inauguração de um enorme número de estátuas de heróis, especialmente as da Semana de Maio (Malosetti, 2014; Lienur, 2000). Desta forma, o bairro portenho de Barracas foi decorado com as imagens de Larrea e Matheu, o de Caballito com Azcuénaga, o entorno do Congresso com Moreno e assim por diante.

Neste artigo, examinaremos uma parte menos explorada do fenômeno da monumentalização em Buenos Aires por volta do Centenário. Vamos nos concentrar especificamente nas estátuas alegóricas que evocam remotamente a tradição greco-latina. Estas peças foram o resultado de uma encomenda do Governo Nacional, de países estrangeiros e também de comunidades imigrantes interessadas em agregar presença em terrenos urbanos (Gutiérrez Viñuales, 2011: 221). Trata-se de um corpus muito amplo e heterogêneo: sem qualquer pretensão de inventário, estudaremos essas peças como linguagem, ou seja, como forma particular de expressar mensagens no contexto. Notaremos, então, o acentuado dinamismo que esta forma adquire, utilizada nos mais diversos contextos.

Final de século, monumento e cidade: uma Buenos Aires em transformação

Sete anos após a Federalização de Buenos Aires, em 1887, foi aprovada a lei que organizou o território urbano e o separou do provincial. Uma vez cedidos à cidade os distritos de Belgrano e Flores, a atual capital da Nação estendeu a sua superfície para 200 hectares, povoados de forma desigual e ainda menos fluidamente conectados (Grutchesky, 2017; Landeau, 2014).

[3] Na verdade, no seu livro *El culto moderno a los monumentos. Caracteres y origen*, publicado em 1903, o museólogo e crítico de arte Alois Riegl (1858–1905) afirmou que, em relação a outros períodos, havia uma novidade na forma moderna de se relacionar com o monumento, que se baseava na consciência de valorizá-lo não de acordo com o que o monumento carregava do passado, mas de acordo com os valores contemporâneos (Riegl, *El culto moderno.* p. 27).

Nas décadas anteriores ao Centenário, a cidade registou transformações de grande escala, como, entre 1882 e 1899, a construção das Docas Norte e Sul do porto e infraestruturas adjacentes, a triplicação da rede de trens, das linhas telefônicas desde 1881, a construção de uma densa rede de edifícios públicos, loteamento e surgimento de bairros, entre outros (Carretero, 2013).

O plano urbano foi intervencionado de forma radical seguindo o modelo desenhado para Paris algumas décadas antes pelo Barão Haussmann (Codebó, 2015). Literalmente central para o projeto de Buenos Aires foi a remodelação da Plaza de Mayo já examinada, que foi complementada pela abertura de uma avenida também chamada "de Mayo": desta forma, a Casa do Governo e o Palácio de Congressos seriam visualmente vinculados. A marca de Haussmann duraria mais de duas décadas após o centenário da inauguração das avenidas norte, sul e 9 de Julio.

Como indica Gorelik, a rede e o parque público foram as duas grandes matrizes organizadoras do espaço urbano de Buenos Aires (Gorelik, 1994; 2016). Originalmente pensado como o cinturão verde de uma cidade-porto autônoma, o parque público funcionou também como organizador dos bairros, espaço de sociabilidade e gerador de laços de afeto e pertencimento em um contexto de imigração em massa. Desde cedo, a mão firme de dois prestigiados paisagistas à frente da Diretoria de Parques e Passeios da Cidade de Buenos Aires — Eugène Courtois (1880–1890) e Carlos Thays (1891–1913) — resultou na criação de 7 novos parques públicos e 9 praças, a remodelação de todos os espaços verdes existentes, incluindo o Parque Lezama, 3 de Febrero, Plaza de Mayo, Constituição e Congreso, o paisagismo de Barrancas de Belgrano, do bairro Palermo Chico e até da avenida que ligava o cidade com aquelas áreas que levam o nome do presidente Figueroa Alcorta (Berman, 2006).

O papel que o parque público adquiriu na cidade, as suas associações com a civilização, o progresso, a ordem e a beleza, permitiram que fosse reconhecido como um local adequado para educar o olhar e o bom gosto dos cidadãos. Foi Eduardo Schiaffino (1858–1935), pintor e primeiro diretor do Museu Nacional de Belas Artes, quem deu ao amigo Ernesto de la Cárcova (1866–1927), também pintor e primeiro diretor da Academia, a ideia de multiplicar a inauguração de estátuas de patrocínio público nas praças e jardins da capital. Assim escreveu Schiaffino para o suplemento do Centenário publicado pelo jornal *La Nación:*

> De la Cárcova viu, com olhar de artista, a nudez das nossas praças, o desenvolvimento de certos recantos do município que constituíam o pano de

> fundo obrigatório do nosso comércio cotidiano, e encontrou o remédio engenhoso de embelezar estes lugares através de reproduções de bronze, pedra ou mármore, de estatuária universal, sem negligenciar a promoção da produção artística nacional.[4]

Ao contrário de outros projetos de cidade, como podemos ver, para Schiaffino e seu círculo, o parque não era suficiente por si só para consumar aquela função civilizadora que foi a razão da existência de um Estado moderno. Pela sua insubstituível capacidade de elevar talentos e disposições naturais, a peça artística completava a função de jardim. Na compreensão destes atores, com a promoção das Artes Plásticas nos espaços públicos, o Estado exerceu a sua função mais sublime, que era o progresso moral dos cidadãos.[5]

Acalorados debates eclodiram em torno das estátuas em locais públicos sobre sua representatividade para a história local,[6] seu grau de apego aos

[4]Eduardo Schiaffino, *La evolución del gusto artístico en Buenos Aires,* 1910, p. 101. O texto efetivamente compila um conjunto de artigos jornalísticos que Schiaffino elaborou na época com o objetivo de historicizar a prática das artes plásticas nessas terras desde a colônia e de promover o patrocínio do Estado novo neste domínio. Sobre o assunto, Malosetti, 1999; Segóvia, 2017. É preciso esclarecer que Thays também promoveu a monumentalização dos parques, mas não com a ideia de completar algo que, para ele, já cumpria sua função, mas sim de embelezá-los.

[5] "[..]o governo ignorou tão completa e absolutamente um dos seus deveres primordiais, que é incentivar e provocar o despertar do sentido estético nas pessoas cujos destinos governa. [..]. [Os políticos] pareciam ignorar que um povo é um organismo completo, dotado de sensações e sentimentos desde a infância, e cujas necessidades tiveram que ser satisfeitas desde o início." Schiaffino, E., La evolución del gusto artístico.., p. 24-25. Sobre este tópico em relação a Schiaffino, Piccioni, 2001: 26. Um projeto contemporâneo de Schiaffino que reduz a função do trabalho artístico a uma pedagogia dos heróis nacionais é o de Adolfo Carranza, então diretor do Museu Histórico Nacional. Ver Malosetti, 2012; 2–3.

[6]Exemplo disso foi a estátua de Garibaldi, executada por Eugenio Maccagnani em 1904 e patrocinada por um grande número de associações italianas em Buenos Aires. Garibaldi esteve no Rio da Prata e, por isso, a comunidade acreditou que uma estátua de sua figura era apropriada, mas foi criticada por sua falta de centralidade na história local. Ver Gutiérrez Viñuales, 2011: 9–10.

relatos históricos canônicos,[7] custos do projeto,[8] os locais,[9] etc. Questões como essas foram resolvidas no Congresso, mas também nas revistas e na imprensa da época.[10] No contexto que celebrou o Centenário, políticos e urbanistas, artistas, jornalistas e diversos atores sociais contribuíram para colocar o monumento no centro da discussão.

Estátuas alegóricas nos espaços públicos de Buenos Aires: a temática republicana e suas linguagens

Consideraremos "alegórico" o monumento que procura condensar uma ideia através de uma representação abstrata, geralmente apelando ao recurso da personificação (Copeland & Struck, 2010). Embora já tivesse sido cultivada, esta estratégia de expressão ganhou especial impulso na era helenística, no calor das profundas mudanças políticas e religiosas que aquela sociedade viveu (Most, 2010). A estatuária helenística, juntamente com a estatuária romana, ofereceram à alegoria sul-americana do século XIX referências gerais, formas estéticas e escolhas quanto à matéria-prima utilizável, mas não constituíram a sua fonte imediata de inspiração.[11] Os

[7] É o caso, a título de exemplo, do monumento a Manuel Dorrego na Plazoleta Suipacha, encomendado a Rogelio Yrurtia em 1905 e inaugurado no final de 1926. Além do herói a cavalo, Yrurtia colocou três estátuas alegóricas, um referente à Vitória, outra à História e outra ao Destino. O monumento foi criticado por Carranza pela falta de relação com acontecimentos históricos, enquanto Dorrego não estava encarregado de exércitos para representá-lo a cavalo. Para estes debates, ver Loiacono, 2010/2011; Malosetti, 2012: 8. Debates semelhantes em torno da estátua de Bartolomé Mitre em Blasco, 2015: 131.

[8] Exemplo disso foi o debate iniciado em 1902 em torno do valor pago pela estátua de Las Nereidas de Lola Mora, instalada no Paseo de 9 de Julio. O pagamento foi considerado ilegítimo. Veja Corsani, 2001: 3.

[9] Para ilustrar isso, o caso da alegoria de Aurora, desenvolvida por Edmond Peynot. Em 1918 foi instalado na Plaza Rodríguez Peña, dez anos depois foi transferida para o Parque Rivadavia, de onde foi desalojado e colocado nos armazéns municipais; em 1943, foi transferida para o Parque Chacabuco, devolvida ao armazém e, desde 1978, está localizada no Parque Centenário. Segundo Pierre, um fenômeno de substituição semelhante ocorreu em Nova York, com a estátua memorial de George Washington, criada por John Quincey Adams Ward em 1883, sendo uma exceção a essas realocações. Ver Pierre, 2019: 233.

[10] Nas revistas e na imprensa da época o assunto era frequente. Para dar um exemplo entre muitos, no número comemorativo da Revolução de Maio de 1900, a revista *Caras y Caretas* dedicou meia página à descrição de um projeto escultórico destinado à cidade de La Plata (Província de Buenos Aires), com uma fotografia do modelo. Por fim, a escultura não foi realizada, mas é testemunho do interesse que este tipo de iniciativas gerou em um amplo espectro social (*Caras y Caretas* 86, maio de 1890, p. 21. Na pág. 24, mostra gravuras e fotografias da Plaza de Mayo em diferentes épocas: 1836, 1854 e 1884.

[11]O impacto nas formas registadas pela estatuária moderna que aqui estudamos em relação à clássica greco-romana não é suficiente para deixar de lado a profunda

monumentos que se serviram de modelo direto para a América do Sul foram aqueles que comemoraram as revoluções americana e francesa em suas respectivas terras, e que fizeram da alegoria uma forma adequada de transmitir valores cívicos e construir uma narrativa heroica de seu passado (Gutiérrez Viñuales, 2004: 16). Os agentes que promoveram a circulação desta estética em Buenos Aires foram heterogêneos — viajantes, diplomatas, imprensa, bolsistas, artistas emigrados, etc., todos protegidos pelo desejo de monumentalização que expressavam os novos estados emergentes. Os meios de comunicação que facilitavam a circulação também eram heterogêneos: moldes, museus, exposições, instituições de ensino de artes plásticas, etc.[12] Os modelos de estilo remetem à estatuária renascentista, barroca e europeia e americana da época.

Entre as estátuas alegóricas colocadas em locais públicos, o tema que mais ganhou importância no calor das comemorações do Centenário foi, obviamente, aquele que aludia à República. Começaremos o nosso percurso descrevendo o primeiro monumento nacional, a Pirâmide de maio; contudo, a sua intervenção mais importante foi um pouco anterior ao período em questão, como já observamos. Além do seu caráter pioneiro, esta estátua é interessante porque em seu redor se registou um leque de significados que associavam a ideia original de Liberdade à ideia de República.

A reforma de Pueyrredón e a estátua de Dubourdieu resultaram em uma peça sóbria de quase 19 metros, que se eleva progressivamente em direção

---

dissimilaridade ontológica que separa umas das outras. Desde o início, e como explica Stewart, em latim não existe uma palavra única que cubra todo o campo daquilo que na modernidade entendemos por estátua: substantivos como *statua, signum* e *simulacra* emprestam nomes a diferentes arranjos que podem se sobrepor, mas não são sinônimos exatamente intercambiáveis. Os usos dessas palavras permitem perceber que se registrava a diferença fundamental entre as produções que se referiam aos deuses e aquelas que apenas comemoravam os feitos dos homens. A estátua greco-romana que dizia respeito aos deuses participava do divino de diferentes formas: precisamente com a sua obra o artista explorou e propôs uma relação com o divino e com a divindade representada. A estátua alegórica greco-romana condensou uma ideia que havia sido divinizada e que foi reforçada pela sua concretização em uma estátua; em relação a estas ideias não existia um panteão estável e, por isso, o gesto exploratório intensificou-se. Pode-se considerar que, na estatuária alegórica moderna, o artista postula uma nova sacralidade, mas não há investigação do plano divino ou de sua enigmática relação com o humano. Para estátuas antigas, ver Stewart, 2003, e também Elsner, 1997.

[12]Este ponto é claramente visto nos artigos de Schiaffino reunidos em *La evolución del gusto artístico*…. Uma análise do impacto dos moldes na formação do cânone e no gosto pelo clássico e na incidência dos museus em Gallipoli, 2021, para constatar a heterogeneidade dos agentes envolvidos, Loiacono, 2020.

ao céu. A base é um pedestal de 6,6 metros, adornado pelo brasão nacional, coberta nos quatro cantos por outras tantas estátuas alegóricas. No projeto de 1856, estas estátuas em estuque representavam as Artes, a Ciência, a Indústria e o Comércio, mas, em 1873, foram substituídas por peças de mármore evocando a Geografia, a Astronomia, a Navegação e a Indústria, esculturas que, até então, eram propriedade do Banco da Província de Buenos Aires.



Figura 1: Pirâmide de maio. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pir%C3%A1mide_de_Mayo_(3261290980).jpg.

O pedestal estende-se em um obelisco de 7,44 metros decorado com um relevo do sol com raios e uma inscrição legível ao transeunte: "25 de maio de 1810". No topo do monumento encontra-se uma estátua feminina que alegoriza a ideia de Liberdade/República. Seus detalhes não são mais visíveis ao observador; pelo contrário, é a estátua que parece contemplar o que se passa desde a sua posição elevada. Ela está vestida ao estilo de uma matrona romana com uma estola, deixando um seio materno exposto.

Armada com lança e escudo com, novamente, o relevo do escudo nacional, a figura se posiciona em atitude guerreira. Seu rosto permanece emoldurado por cabelos cacheados que se misturam aos louros, completando o conjunto com um barrete frígio com evocações jacobinas. Ainda menos óbvio para o observador é o gesto do pé descalço da estátua, pisando nas correntes que a mantinham no lugar. A branquitude transmite uma imagem de pureza ao todo.

Como podemos constatar, são vários os elementos que participam na composição da mensagem escultórica: a localização do monumento, a sua temática obviamente, os materiais, a cor, as formas, os detalhes, as pequenas estátuas e as inscrições. Na sua estabilidade e rigidez, a peça da praça tem movimento, dirige-se ao observador, postulando, por um lado, um plano do real que se aglomera abaixo, e por outro o das ideias, que se elevam acima de tudo.

No extremo oposto da Avenida de Mayo, em frente ao edifício do Congresso, foi inaugurada em 1914 uma nova estátua alegórica da República, desenhada pelo artista belga Jules Lagae sobre um pedestal de granito vermelho assinado pelo arquiteto Eugenio D'Huicque. Também usada com o barrete frígio e vestida com uma estola e palla de peito nu, esta peça de bronze limita a sua marca militar ao louro da vitória que carrega na mão. Todo o resto é civilizado e em movimento: aos pés, uma cobra ameaça, porém, a figura apoia serenamente o braço no arado e é auxiliada por uma estátua feminina que lhe traz um chifre com os frutos da terra e do trabalho.[13] A República parece passar do Congresso para a Casa do Governo e, como a estátua de Mayo, sua face está voltada para o Poder Executivo. Seu andar não toca o solo, eleva-se acima do plano humano. Desta vez não são os olhos, atentos ao caminho, mas o próprio pedestal que marca a diferença entre a dimensão elevada das ideias e aquela que se rebaixa ao mutável e transitório.

[13] Ver Salinas, 2020. A imagem da serpente também está presente aos pés de Atenas atribuída a Fídias, segundo a cópia romana Atena Giustiniani no Museu do Vaticano. No caso da estátua da deusa, a cobra fica do lado direito, enquanto na alegoria republicana fica do lado esquerdo.



Figura 2: Monumento à Praça da República dos Congressos.
Disponível em:
https://es.m.wikipedia.org/wiki/Archivo:Alegor%C3%ADa_de_la_Rep%C3%BAblica,_Plaza_de_los_Dos_Congresos_%282014%29.jpg. ATRIBUIÇÃO: LARS CURFS PARA WIKICOMMONS

Depois do monumento de Lagae e D'Huicque e inaugurado no mesmo ano, outra alegoria republicana junta-se ao conjunto de grandes esculturas patrocinadas por iniciativa do Estado Nacional. Trata-se de "La Cuádriga", do genovês Víctor de Pol, peça de bronze de 8 metros e outras tantas toneladas cinzelada para o frontispício do edifício do Congresso. A figura feminina, também com estola, palla e barrete frígio, empunha louros da vitória com um braço. Com o outro, ela segura firmemente as rédeas de uma carruagem adornada com o sol do Futuro e puxada por quatro corcéis vigorosos (Ardohain, 2018: 19–28; Corsani, 2006: 5–6). O grupo direciona sua carreira desde o topo também na direção do Poder Executivo; a ênfase aqui está na velocidade e na ausência de obstáculos no caminho. Nesta proposta não há cobras nem ameaças, a República corre triunfante e confiante rumo ao seu futuro.

Como pudemos constatar até aqui, as três alegorias republicanas situadas em torno da principal artéria cívica de Buenos Aires compartilham características que nos permitem reconhecer o tema comum: a associação com o feminino e com a juventude, elementos do vestuário, altura, relação com o plano dos acontecimentos e a associação com a ideia de Progresso. A relação que propõem com o futuro e com os perigos do presente revela diferenças na consideração do que está sendo alegorizado. A via urbana os coloca em série, um após o outro, mas a altura desses monumentos,

especialmente a escultura de Lagae, interrompe uma visão frontal do conjunto.[14] As estátuas não projetam uma relação entre si.



Figura 3: La cuádriga.
Disponível em:
https://en.wikipedia.org/wiki/Victor_de_Pol#/media/File:National_Congress.JPG

A temática republicana, associada à Liberdade, é replicada em outros monumentos em espaços públicos da cidade. É motivo central do conjunto doado pela França à Argentina, em 1910, também por ocasião do Centenário: neste caso, uma alegoria alada carregando uma tocha acompanha, orienta, uma figura feminina mais jovem e hesitante que fixa o olhar na luz.[15] A escultura foi colocada *ab initio* em um parque projetado

[14] A proximidade física poderia ligar os monumentos de Lagae e de Pol a um dos grupos escultóricos realizados por Lola Mora em 1907 e que flanqueia a entrada do Palácio de Congressos. Este conjunto em particular mostra uma jovem com o tronco nu e uma estola (?) enrolada na cintura, quebrando as correntes de dois leões selvagens que tem sob os pés. Acompanhando a senhora está um Mercúrio sem barba, com capacete alado. Esta escultura de Mora, anterior às outras duas que analisamos, dialoga diretamente com o monumento adjacente esculpido pelo mesmo autor e que examinaremos a seguir no corpo do texto. As cinco figuras de acesso evocam as principais funções do Poder Legislativo: garantir a Liberdade, o Comércio, a Paz, o Trabalho e a Justiça. Essas obras foram retiradas de seu local original em 1915 e devolvidas como moldes em 2014.
[15] Uma imagem em

por Thays, Plaza Francia; a cor das peças é novamente o mármore branco de Carrara, que contrasta com o vermelho do pedestal de granito.[16] À semelhança da estátua de Mayo e de Lagae, esta alegoria da República completa-se com estátuas sentadas e menores, situadas em um plano mais acessível à observação. São figuras femininas que evocam a Ciência, a Indústria, a Agricultura e as Artes, ornamentos da República e frutos palpáveis da tocha luminosa: do ponto de vista estético, é uma peça maior e peças menores; do nível alegórico, é uma comitiva que acompanha e realça a Ideia maior. O conjunto das peças é uma linguagem em si, na medida em que nem todas as alegorias da República repetem, como vimos, a mesma companhia. Neste caso, a evocação da Agricultura está associada à Argentina, tornando-a única em relação às outras Repúblicas.

De um tema próximo ao republicano, mas em referência à Constituição Nacional, é o monumento doado pela comunidade espanhola à Cidade também por ocasião do Centenário. Os mais diversos personagens adiaram para 1927 a inauguração deste complexo, desenhado por Agustín Querol e situado em um cruzamento de avenidas ajardinadas. (Gutiérrez Viñuales, 2005). O tratamento estético da Constituição partilha muitos dos elementos já observados nas alegorias republicanas: uma figura feminina alta, neste caso, exposta aos ventos, é acompanhada por estátuas que evocam a Indústria, a Agricultura, o Comércio, a Paz e a Justiça, todas em mármore, e outras que se referem à ligação com a Espanha. A estratégia das formas que evocam a República sob o nome de Constituição é inteligente, tendo em conta que se trata de um monumento que consolida os laços entre um Estado republicano e uma monarquia. Nos vértices desse grupo, quatro figuras de bronze alegorizando o Rio da Prata, o Pampa, o Chaco e os Andes. A própria estátua emerge das águas e uma fonte funciona como perímetro do monumento, que se completa com outra estátua de bronze referente ao Trabalho. Todos os elementos do monumento aludem à ligação histórica destes territórios com a Espanha e também à contribuição criativa da comunidade peninsular com o presente da nova República. Com maior ênfase do que nos casos já examinados, este grupo recorre à inscrição para orientar de forma mais explícita a mensagem visual: o monumento fazia parte de um programa de acomodação e reativação de laços entre a metrópole e suas ex-colônias, e tornou-se necessário estabelecer as novas versões historiográficas em pedra e por escrito.

https://es.wikipedia.org/wiki/Plaza_Francia_%28Buenos_Aires%29#/media/Archivo:Francia_a_la_Argentina_Emile_Peynot_04.JPG . (wikicommons).

[16] A estátua foi realmente feita na França por um artista renomado, Edmond Èmile Peynot, e montada em Buenos Aires.

Como podemos ver, dentro da escultura alegórica pública em Buenos Aires, o tema republicano adquiriu maior relevância, ligado às comemorações do Centenário, à narrativa histórica que o Estado pretendia e aos papéis que as diferentes comunidades tentaram assumir. O patrocínio estatal e a incumbência de governos e/ou comunidades estabelecidas deram origem a um bom número de formas e mensagens dentro de padrões partilhados que associavam a República ao feminino e à juventude. Embora todos os locais fossem urbanizados, as estátuas não tinham muita relação entre si: prevaleceram a singularidade e a competição, resultando em uma sobreposição de monumentos que partilham um tema comum. Nesta estética, o classicismo resultou em um repertório de formas inspiradas na estatuária da época, referenciadas no mundo greco-romano apenas indiretamente para sugerir tradição, universalidade e perenidade.

Outros motivos alegóricos: a Prosperidade, as funções, a Emergência

Nem todas as esculturas ligadas à celebração do Centenário e do Estado novo fizeram uso da temática republicana. Já vimos como o monumento espanhol concebeu uma forma de abordar a comemoração reorientando a estética republicana para a Constituição Nacional. Outras esculturas recorreram diretamente a temas alternativos, também associados à ideia de Progresso.

Foi o caso da comunidade alemã, que optou por uma grande fonte em forma de elipse também localizada em praça pública, que chamou de "Riqueza Agrícola Argentina". Feito por Gustav Bredow e inaugurado em 1914, o monumento é ladeado por uma alegoria da Pecuária e outra da Agricultura, ambas esculpidas em mármore grego. Na figura do Gado, um homem nu voltado para a frente é contrastado com um touro que está em posição lateral e cabisbaixo; na que alegoriza a Agricultura, três homens mais uma vez despidos contemplam os seus materiais de trabalho, o arado, a pá e a terra (Gutiérrez Viñuales, 2005: 75).[17] Como podemos perceber, o grupo alemão difere dos já examinados na medida em que a centralidade do tema republicano é substituída pelo foco no trabalho árduo como fonte de prosperidade, resultando em uma tradução do feminino para o masculino. Através destes recursos estéticos, os valores de um império

[17]Uma imagem da fonte em https://es.m.wikipedia.org/wiki/Archivo:Plaza_Alemania,_Buenos_Aires.jpg.

foram efetivamente associados à ideia de progresso, em concertação com os monumentos oferecidos por outras comunidades.

Os dois conjuntos posicionados em ambos os lados da porta de entrada do Congresso, assinados por Lola Mora em 1907, não propõem a comemoração, mas sim a declaração dos principais poderes do poder legislativo. Vamos nos concentrar aqui na peça de mármore que remete à Paz, ao Trabalho e à Justiça.[18] Neste trio, é a alegoria da Paz que se destaca pela sua altura, maturidade e pelo porte de um ramo de louro em bronze, única cor que rompe com a pureza do branco. A feminilidade da figura é realçada através da roupa leve, que segue o contorno do corpo da mulher: repousa em contrapposto, ou seja, sobre a perna direita com ligeira curvatura da esquerda, à maneira dos deuses. A quietude de seu rosto contrasta com o movimento dos tecidos, e continua nos vestidos da peça sentada, a Justiça. Como evidenciado pela nudez do torso, esta segunda alegoria também é feminina, mas a sua pose em cátedra imita a dos magistrados romanos. Como a deusa Têmis, ela carrega uma balança e uma espada, mas seus olhos não estão vendados, pelo contrário, ela permanece atenta e tensa. A escultura que completa o trio é a alegoria do Trabalho, representada por um efebo também meio coberto, apoiado em um arado e com o rosto voltado para o grupo escultórico oposto. Embora de forma muito livre, a autora utiliza algumas formas ou temas da estatuária greco-romana nas suas peças.

Essa liberdade em relação à herança clássica se destaca na obra mais conhecida de Lola Mora, as Nereidas, última peça que analisaremos neste trabalho. Como já referimos, esta fonte foi inicialmente concebida para adornar a Plaza de Mayo. Depois de concluída em 1903, ficou localizada no Paseo de Julio e, anos depois, foi transferida para sua localização atual, Costanera Sur (Gluzman, 2015; Corsani, 2007). Em uma análise estilística desta obra, Georgina Gluzman examinou as maneiras sutis pelas quais Mora dialogou com a mitologia clássica, a atualidade e a estética, começando pela concha, o movimento dos hipocampos, a luta dos tritões, o esforço das Nereidas, a segunda concha e, por fim, o aparecimento daquela Vênus Anadyomene em equilíbrio instável (Gluzman, 2015).

[18]Uma imagem da estátua em https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Estatuas_de_Lola_Mora_en_el_Congreso_Nacional_2.JPG. A foto foi tirada de um ângulo que não permite ver a figura do Trabalho.



Figura 4: Estátua das Nereidas
Disponível em:
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2e/Fuente_de_las_Nereidas.jpg.

Gluzman propôs compreender esta obra-prima de Lola Mora levando em conta uma versão da fonte que não prosperou. Provavelmente anterior ao desenho que acabou sendo concluído, o modelo alternativo centrava-se na figura de Nereu, filho de Ponto e pai das Nereidas segundo a história de Hesíodo.[19] A versão que Mora acabou erguendo no Paseo 9 de Julio concentrava-se, em vez disso, no nascimento de Vênus emergindo do mar.[20] Nesta última, a escultora utilizou elementos das duas histórias de La Teogonía, próximas entre si, mas diferentes. Como podemos perceber, a artista realizou trabalhos de documentação de motivos mitológicos em textos clássicos, e os utilizou de acordo com seu projeto estético. É muito provável que a famosa pintura de Sandro Botticelli, O Nascimento de Vênus, também gravitasse em torno do tema venusiano. Ele também estava fortemente imbuído da estética helenística e da filosofia neoplatônica, sendo um cultivador da pintura alegórica;[21] Já na pintura

[19] Hesíodo, *Teogonía* 233–238. Uma reprodução do modelo de Nereu em Gluzman, 2015:12. A imagem foi extraída de "Una donna che scolpisce statue monumentali. Lola Mora", Il *Secolo XX*, año 5, 1906.
[20] Hesíodo, *Teogonía* 183–201.
[21] Segundo Plínio, o Velho, foi Apeles de Cós (352–308 aC) quem pintou a mais bela pintura de Vênus Anadyomene, usando Pancaste, principal concubina de Alexandre,

florentina, a deusa está sobre uma concha que flutua nas águas do mar transportada pelo Vento e é recebida pelas Horas. Na escultura de Mora, Vênus emerge do fundo das águas causando uma alteração completa da ordem natural. A elevada protagonista, suas sustentações femininas, os tritões masculinos e o mito da castração que libera forças, tudo isso indica uma exploração da nova condição da mulher na virada do século. Este monumento escultórico de Mora constitui, no seu conjunto, uma grande alegoria sobre o papel do feminino em uma sociedade em renovação. A herança clássica traz uma nova mensagem ao solo de uma nova República.

Conclusão

Na virada do século, como outras capitais de diversas partes do mundo, Buenos Aires estava repleta de monumentos públicos que recorriam à alegoria para forjar uma historiografia triunfante. O monumento alegórico constituía uma linguagem em si: tema, forma, materiais, cor, localização, constituíam unidades que davam forma a diferentes mensagens, todas partilhando a premissa do progresso aberto.

A relação com a tradição e a estética clássicas foram predominantemente mediadas pelo neoclassicismo. No entanto, existem explorações em primeira mão de alguns temas clássicos, como o já examinado caso de Lola Mora.

Esta linguagem alegórica, com a sua gramática e sintaxe interrompida pela sobreposição de monumentos e mensagens, foi utilizada em diversos códigos e plataformas. É um recurso frequente na ilustração: a revista Caras y caretas, por exemplo, utiliza a alegoria para refletir sobre efemérides nacionais.[22] Em outra edição da mesma revista, uma ilustração mostra uma estátua da Justiça com a balança, cuja mão culmina em monstruosos dedos em forma de garras. Um funcionário com um bigode abundante empunha uma enorme tesoura. O que ele vai cortar? O texto explicativo é mais perturbador.... O funcionário havia prometido demitir funcionários públicos.[23] A linguagem alegórica da imagem é distorcida de

como modelo nu. Plínio, o Velho, *História Natural* XXXV, 36. Segundo Plínio, Apeles foi o pintor mais conhecido de sua época e, em suas pinturas, explorou basicamente o ideal de beleza.

[22]Aliás, a alegoria à República com uma pena tão grande que sai da ilustração, em *Caras y Caretas*, 26 de maio de 1900, p. 21. A capa apresenta ainda uma alegoria da República na forma de um homem nu, atravessado por uma faixa com as cores da bandeira.

[23]*Caras y Caretas*, 18 de abril de 1900, p. 16.

forma dupla: a figura deixa de ser bela e, além disso, pode se voltar contra nós.

Fontes

Discurso del Centenario impartido por el Presidente Doctor José Figueroa Alcorta, disponible en http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/21481/Documento_completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

SCHIAFFINO, Eduardo. *La evolución del gusto artístico en Buenos Aires.* In: SCHIAFFINO, Eduardo; CANALE, Godofredo (Rec.). *La evolución del gusto artístico en Buenos Aires,* Buenos Aires: Colombo, 1982 [1910].

Hesíodo. *Teogonía*. In: PÉREZ JIMÉNEZ, Aurelio; MARTÍNEZ DÍAZ, Alfonso (trads.), *Hesíodo,* Teogonía, Gredos, Madrid, 2015.

Plinio el Viejo, *Historia Natural*. In BOSTOCK, John; RILEY, H. (trads.). *The Natural History of Pliny.* Londres: George Bell & Sons, 1857, vol. 6.

Revista *Caras y Caretas*, 1900- 1904. Disponible en https://www.bne.es/es/colecciones/hispanoamerica/caras-y-caretas.

Diario *La Prensa,* 1900- 1904. Consultado en la Biblioteca Nacional "Mariano Moreno".

Bibliografia

ARDOHAIN, Sergio. *La restauración de la República. Ensayo sobre la conservación y restauración de estatuas de bronce a partir del estudio de la puesta en valor de las esculturas principales del Palacio del Congreso de la Nación Argentina.* La Plata: EDULP, 2018.

BERJMAN, Sonia. Una mirada a los espacios verdes públicos de Buenos Aires durante el siglo XX. *Revista de Arquitectura.* Bogotá: Universidad Católica de Colombia, 2006, 8, p. 28-33, disponible en https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=125112640005.

BERTONI, Liliana. Construir la nacionalidad: héroes, estatuas y fiestas patrias, 1887-1891. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana 'Dr. E Ravignani´.* Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 5, 1992, p. 77-111.

BLASCO, María Elida. El legado mitrista. Museos, monumentos y manifestaciones de homenaje en la construcción del prócer Bartolomé Mitre. *Prohistoria*. Buenos Aires: Grupo Prohistoria, XVIII, 24, 2015, p. 123-153.

CARRETERO, Andrés. Ciudad dinámica y cosmopolita. In: Idem. *Vida cotidiana en Buenos Aires. Desde la organización nacional hasta el gobierno de Hipólito Yrigoyen (1864- 1918)*. Buenos Aires: Ariel, 2013, p. 17- 62.

CODEBÒ, Agnese. La ciudad escenográfica: centro y márgen en Buenos Aires. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM* 29, 2015, disponible en http://journals.openedition.org/alhim.

COPELAND, Rita; STRUCK, Peter. Introduction. In: Idem (eds.), *The Cambridge Companion to Allegory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 1-11.

CORSANI, Patricia. Conquistas e intenciones de una escultora argentina: algunos conflictos en torno a Lola Mora y Eduardo Schiaffino. 2006. Disponible en http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/38610/Documento_completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

CORSANI, Patricia. La fuente de Lola Mora en el Paseo de Julio. Una nueva lectura de su instalación a través de la prensa escrita (1900- 1903), 2007. Disponible en http://eventosacademicos.filo.uba.ar/index.php/payro/III1998/paper/view/1483.

CORSANI, Patricia. Lola Mora: una figura polémica en el Buenos Aires del 900. Su obra escultórica como parte del proyecto de modernización del país. In: AAVV. *Poderes de la imagen. I Congreso internacional de Teoría e Historia de las artes. CAIA* 2001. Disponible en https://www.academia.edu/28290483/Lola_Mora_una_figura_pol%C3%A9mica_en_el_Buenos_Aires_del_900_Su_obra_escult%C3%B3rica_como_parte_del_proyecto_de_modernizaci%C3%B3n_del_pa%C3%ADs.

ELSNER, Jan. From the Literal to the Symbolic: A Transformation in the Nature of Roman Religion and Roman Religious Art. In: Idem, *Art and the Roman Viewer. The Transformation of Art from the Pagan World to Christianity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 160- 190.

GALLIPOLI, Milena. *La victoria de las copias. Dinámicas de circulación y exhibición de calcos escultóricos en la consolidación de un canon estético occidental entre el Louvre y América (1863-1945)*. Tesis de Doctorado, Universidad

Nacional de San Martín, Buenos Aires, 2021, disponible en https://ri.unsam.edu.ar/handle/123456789/1654.

GLUZMAN, Georgina. *La Fuente de las nereidas de Lola Mora: nueva lectura de una vieja polémica*. *19&20* X, n 1, 2015, Disponible en http://www.dezenovevinte.net/uah1/ggg.htm.

GORELIK, Adrián. *La grilla y el parque. Espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936.* Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2016.

GORELIK, Adrián. La belleza de la patria. Monumentos, nacionalismo y espacio público en Buenos Aires. *Block. Revista de cultura de la arquitectura, la ciudad y el territorio.* Buenos Aires: Universidad Torcuato di Tella, 1, 1997, p. 84-86.

GORELIK, Adrián. La búsqueda del centro. Ideas y dimensiones de espacio público en la gestión urbana y en las polémicas sobre la ciudad: Buenos Aires, 1925-1936. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana 'Dr. Emilio Ravignani'*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 9, 1994, p. 41- 73.

GRUSCHETSKY, Valeria. Construir la frontera de la capital federal (1887-1941). *Anales del Instituto de Arte Americano y de Investigaciones Estéticas 'Mario J. Buschiazzo'*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 47, 2, 2017, p. 189-203.

GUTIÉRREZ VIÑUALES, Rodrigo. *Monumento conmemorativo y espacio público en Iberoamérica.* Madrid: Cátedra, 2004.

GUTIÉRREZ VIÑUALES, Rodrigo. El Monumento de los Españoles en Buenos Aires (1908-1927). In AA.VV. *Julián García Núñez. Caminos de ida y vuelta.* Buenos Aires: Fundación Carolina-CEDODAL, 2005a, p. 105-110, disponible en https://www.ugr.es/~rgutierr/PDF1/094.pdf.

GUTIÉRREZ VIÑUALES, Rodrigo. Los alemanes en la estatuaria de Buenos Aires. In GUTIÉRREZ, Ramón (coord.). *Alemanes en la arquitectura rioplatense*. Buenos Aires: CEDODAL, 2005b, p. 73-76.

GUTIÉRREZ VIÑUALES, Rodrigo. Italia y la estatuaria pública en Iberoamérica. Algunos apuntes. In: SARTOR, Mario (coord.). *América Latina y la cultura artística italiana. Un balance en el Bicentenario de la Independencia Latinoamericana*. Buenos Aires: Istituto Italiano di Cultura, 2011, p. 221-243.

LANDEAU, Matías. La ciudad y sus partes: una historia de la institucionalidad local en la Ciudad de Buenos Aires. *EURE. Revista de Estudios Urbanos Regionales.* Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile, 40, 119, 2014, p. 151-171.

LIENUR, Jorge. La construcción del país urbano. In: LOBATO, Mirta (ed.). *Nueva Historia Argentina. El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916).* Sudamericana: Buenos Aires, 2000. p. 465- 504.

LOIACONO, Erika. Fatalidad y victoria. El 'Monumento al coronel Manuel Dorrego' de Rogelio Yrurtia. *Revista Avances*. Universidad de Córdoba: Córdoba, 18, 2010-2011, p. 171-187.

LOIACONO, Erika. *Trozos de Modernidad. La construcción de un campo escultórico moderno en la ciudad de Buenos Aires entre 1882 y 1919*. Tesis de Doctorado. Universidad Nacional de San Martín: Buenos Aires, 2020.

MALOSETTI COSTA, Laura. Schiaffino, la modernidad como proyecto. *Seminario internacional: los estudios del arte en América Latina. Temas y problemas.* 1999, en http://www.esteticas.unam.mx/edartedal/PDF/Buenosaires/complets/malosetti_buenosaires.pdf.

MALOSETTI COSTA, Laura. Arte e Historia en los festejos del Centenario de la Revolución de Mayo en Buenos Aires. *Caiana.* Buenos Aires: Centro Argentino de Investigadores del Arte, 1, 2012, p. 1- 12.

MALOSETTI COSTA, Laura. Style et fonction des portraits des héros de l'Indépendance en Amérique latine. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Mondes Americains. París: Ecole d' Hautes Études en Sciences Sociales, 2014. Disponible en http://journals.openedition.org/nuevomundo/66196

MOST, Glenn. Hellenistic Allegory and Early Imperial Rhetoric. In: COPELAND, Rita; STRUCK, Peter. *The Cambridge Companion to Allegory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 26-38.

PICCIONI, Raúl. *El arte público en la transformación del Centenario. Buenos Aires, 1890- 1910.* Tesis de Maestría en Investigación. Estudios de Posgrado en Historia. Universidad de San Andrés: Buenos Aires, 2001.

PIERRE, Caterina. Sculpture and the Public Imagination Nineteenth-Century Site-Specific Art of the Cemetery, the Garden, and the Street. In: FACOS, Michelle. *A Companion to Nineteenth-Century Art.* Chichester: Wiley- Blackwell, 2019, p. 225- 241.

RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos. Caracteres y origen.* Madrid: Visor, 1987.

SALINAS, Rodrigo. La construcción del Palacio Legislativo y de la Plaza del Congreso Nacional", Buenos Aires: CUDES, 2020. Disponible en Instituto de Cultura CUDES "La construcción del palacio legislativo y de la plaza del congreso nacional",

SCOBIE, James. *Buenos Aires. Del centro a los barrios (1870- 1910).* Buenos Aires: Solar, 1977.

SEGOVIA, Natacha. Eduardo Schiaffino y la construcción erudita de la historia del arte. In: HITZ, Rubén; RUVITUSO, Federico; PEDRONI, Juan (eds.). *Historiografías del arte. Debates y perspectivas teóricas.* La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2017, p. 134- 148.

STEWART, Peter. *Statues in Roman Society. Representation and Response.* Oxford: Oxford University Press, 2003.

VAN DEURS, Adriana; ESPANTOSO RODRÍGUEZ, Tomás y otros, "La pirámide de Mayo entre 1811 y 1856. Significantes y significados", en *Estudios e Investigaciones. Boletín del Instituto de Historia del Arte "Julio E. Payró"* 9, 2003, pp. 11- 25.

Recibido: 31 de julio de 2024 | Aceptado: 27 de septiembre 2024

DE PIEDRA SOMOS: EL LENGUAJE DE LA ALEGORÍA CLÁSICA EN LAS ESTATUAS CÍVICAS DE BUENOS AIRES (1890-1915)

Eleonora Dell´Elicine[1]

Resúmen

La celebración del Centenario de la Revolución de Mayo constituyó el marco de una política estatal planificada de construcción de monumentos conmemorativos, fundamentalmente en la ciudad capital. La alegoría cívica estuvo a la orden del día, recurriendo a tópicos diversos como la República, las funciones del nuevo Estado, el Trabajo o actividades económicas. En este artículo se estudia el lenguaje alegórico que portan estos monumentos a través de un corpus escultórico representativo. El recurso a la alegoría y a algunos patrones clásicos forma parte de este lenguaje que propone identidades y valores universales para el nuevo país.

Palabras clave

Recepción clássica; monumentos cívicos; alegorias; Conmemoración del Centenario; Ciudad de Buenos Aires.

[1] Profesora Doctora – Universidad Buenos Aires/Universidad General Sarmiento, Buenos Aires, Argentina. E-mail: eleonoradellelicine@gmail.com

Resumo

A celebração do Centenário da Revolução de Maio constituiu o quadro de uma política estatal planejada de construção de monumentos comemorativos, principalmente na capital. A alegoria cívica estava na ordem do dia, recorrendo a temas diversos como a República, as funções do novo Estado, o Trabalho ou as atividades econômicas. Este artigo estuda a linguagem alegórica que estes monumentos carregam através de um corpus escultórico representativo. O uso de alegorias e de alguns padrões clássicos faz parte dessa linguagem que propõe identidades e valores universais para o novo país.

Palavras-chave

Recepção clássica; monumentos cívicos; alegorias; Comemoração do Centenário; Cidade de Buenos Aires.

En Mayo de 1910 se celebraba en Buenos Aires el primer centenario de la Revolución que había reemplazado la autoridad de un virrey por la de una Junta votada de vecinos notables. A lo largo del siglo, la principal sede de los festejos, la llamada "Plaza de Mayo", había experimentado cambios de fuste, que iban desde el nombre – originalmente "Plaza de la Victoria" – a su forma y edificios de entorno. En efecto, habían pasado poco más de 50 años desde que el Gobierno de Buenos Aires interviniera ese espacio público con el fin de mostrar al resto de las provincias quién había sido el motor de la ruptura con España. Resultado de esa acción fue en 1856 la remodelación de la pirámide de Mayo dirigida por Pridiliano Pueyrredón, trabajo que se remató con una estatua alegórica de la Libertad encargada al francés L.J. Dubourdieu (Van Deurs & otros, 2003). Allí no se detuvieron los cambios en la plaza cívica: en 1884 el estado nacional, ganador definitivo en la contienda entre el interior y Buenos Aires, la modificaba otra vez y por completo demoliendo la Recova, unificando la Plaza de la Victoria con la Mayor o del Mercado y otorgándole al conjunto el nombre que todavía porta, el de "Plaza de Mayo" (Gorelik, 1997; Scobie, 1977: 164-165). Alrededor del Centenario, nuevos proyectos se sucederían que incluían la instalación de la famosa estatua de las Nereidas, alegoría del nacimiento de Venus, diosa romana ligada significativamente a la fecundidad, a la renovación y al amor, que analizaremos luego.

En este espacio sobre-intervenido, rodeado de personajes del gobierno, delegaciones extranjeras y presencia popular, el presidente José Figueroa Alcorta abría su discurso de conmemoración de la siguiente manera:

> Y bien, señores: En la representación simbólica (..), el **monumento** que aquí consagramos a la conmemoración de nuestra emancipación política, tendrá el múltiple significado histórico que lo determina. Representará para nosotros y para nuestros sucesores en el porvenir, aquel **esfuerzo heroico, impulsión soberana, arranque de energía genial**, que decidió en un instante supremo de los destinos de la América Española[2].

Como podemos advertir, las primeras palabras del presidente hacían referencia al monumento y lo realzaban como pieza clave de la celebración.

[2] Extraído de http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/21481/Documento_completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Un análisis de las relaciones entre Plaza de Mayo y fiesta en BERTONI, Liliana, "Construir la nacionalidad: héroes, estatuas y fiestas patrias, 1887-1891", *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. E. Ravignani"*, 5, 1 er. semestre de 1992, pp. 77- 111.

Según las nuevas palabras oficiales, ese cuerpo marmóreo tantas veces remozado daba cuenta de una experiencia que se había iniciado en Buenos Aires, proyectado al interior y que el Estado encauzaba finalmente, transformando espacios y sucesos en partes y precedentes del nuevo fenómeno estatal.

El culto moderno al monumento - al decir de un contemporáneo de estos sucesos, el vienés Alois Riegl – tampoco se ciñó a la Plaza de Mayo.[3] En muchos puntos del país mas especialmente en Buenos Aires, la fiebre conmemorativa se materializaba en la inauguración de una enorme cantidad de estatuas de próceres, muy especialmente los de la Semana de Mayo (Malosetti, 2014; Lienur, 2000). De esta manera, el barrio porteño de Barracas se engalanaba con las imágenes de Larrea y Matheu, el de Caballito con Azcuénaga, las inmediaciones del Congreso con Moreno y así la lista.

En este artículo vamos a examinar una parte menos explorada del fenómeno de monumentalización en Buenos Aires en torno al Centenario. Focalizaremos específicamente en las estatuas alegóricas que evocan lejanamente a la tradición grecolatina. Estas piezas fueron fruto del encargo del Gobierno Nacional, de países extranjeros y también de comunidades de inmigrantes interesadas en sumar presencia en suelo urbano (Gutiérrez Viñuales, 2011: 221). Se trata de un corpus muy amplio y heterogéneo: sin pretensión de inventario, estudiaremos estas piezas como lenguaje, es decir, como forma particular de expresar mensajes en la coyuntura. Advertiremos seguidamente el marcado dinamismo que adquiere esta forma, empleada en contextos de lo más diversos.

Fin de siglo, monumento y ciudad: una Buenos Aires en transformación

Siete años después de la Federalización de Buenos Aires, en 1887, se sancionaba la ley que organizaba el territorio urbano y lo deslindaba del provincial. Cedidos a la ciudad los distritos de Belgrano y Flores, la ahora capital de la Nación extendió su superficie a 200 hectáreas desigualmente pobladas y todavía menos fluidamente conectadas (Grutchesky, 2017; Landeau, 2014). En las décadas anteriores al Centenario, la urbe registró transformaciones de escala como lo fueron entre 1882 y 1899 la

[3] Efectivamente, en su libro *El culto moderno a los monumentos. Caracteres y origen* publicado en 1903, el museólogo y crítico de arte Alois Riegl (1858-1905) planteaba que en relación a otras épocas había una novedad en el modo moderno de relacionarse con el monumento, que estribaba en una conciencia de valorarlo no de acuerdo a lo que el monumento portaba del pasado, sino según valores de la contemporaneidad (Riegl, *El culto moderno.* p. 27).

construcción de las Dársenas Norte y Sur del puerto e infraestructura adyacente, la triplicación de la red de tranvías, el tendido telefónico desde 1881, la construcción de una red tupida de edificios públicos, el loteo y la aparición de barrios, entre otras (Carretero, 2013).

La planta urbana fue intervenida de una manera radical siguiendo el modelo pensado para París unas décadas antes por el Barón Haussmann (Codebó, 2015). Literalmente central al proyecto porteño fue la remodelación de la Plaza de Mayo ya examinada, que se complementaba con la apertura de una avenida también llamada "de Mayo": de esta manera, Casa de Gobierno y el palacio de Congreso iban a ligarse visualmente. La impronta de Haussmann se prolongaría más de dos décadas después del centenario en la inauguración de las diagonales norte, sur y avenida 9 de julio.

Como indica Gorelik, la grilla y el parque público resultaron las dos grandes matrices ordenadoras del espacio urbano en Buenos Aires (Gorelik, 1994; 2016). Originalmente pensado como el cinturón verde de una ciudad-puerto autocontenida, el parque público funcionó de hecho también como organizador de los barrios, espacio de sociabilidad y generador de lazos de afectividad y pertenencia en un contexto de inmigración masiva. Desde temprano, la mano firme de dos prestigiosos paisajistas al frente de la Dirección de Parques y Paseos de la Ciudad de Buenos Aires - Eugène Courtois (1880- 1890) y Carlos Thays (1891-1913) - resultó en la concreción de 7 nuevos parques públicos y 9 plazas, la remodelación de todos los espacios verdes existentes incluidos el Parque Lezama, el 3 de Febrero, la Plaza de Mayo, Constitución y Congreso, la jardinización de las Barrancas de Belgrano, del barrio de Palermo Chico e incluso de la avenida que conectó la ciudad con esas áreas portando el nombre del presidente Figueroa Alcorta (Berman, 2006).

El rol que adquiría el parque público en la ciudad, sus asociaciones con la civilización, el progreso, el orden y la belleza, facilitó que se lo advirtiera como emplazamiento adecuado para educar el ojo y buen gusto de los ciudadanos. Fue Eduardo Schiaffino (1858- 1935), pintor y primer director del Museo Nacional de Bellas Artes, quién adjudicó a su amigo Ernesto de la Cárcova (1866-1927) – también pintor él y primer director de la Academia - la idea de multiplicar la inauguración de estatuas de patrocinio público en las plazas y jardines de la capital. Así escribió Schiaffino para el suplemento del Centenario publicado por el diario La Nación:

> Vió de la Cárcova, con ojo de artista, la desnudez de nuestras plazas, el desenvolvimiento de ciertos rincones del municipio que formaban el fondo obligado de nuestro comercio diario, y halló el ingenioso remedio de embellecer estos sitios mediante reproducciones de bronce, piedra o mármol, de la estatuaria universal, sin descuidar el impulso a la producción artística nacional.[4]

A diferencia de otros proyectos de ciudad, como podemos advertir, para Schiaffino y su círculo el parque no alcanzaba per se a consumar esa función civilizatoria que era la razón de ser de un Estado moderno. Por su capacidad insustituible de elevar talentos y disposiciones naturales, la pieza artística remataba la función del jardín. Al entender de estos actores, con la promoción de las Bellas Artes en espacios públicos el Estado desplegaba su función más sublime, que era el progreso moral de los ciudadanos.[5]

Alrededor de las estatuas en lugares públicos se desataron debates calurosos acerca de su representatividad para la historia local,[6] su grado de

[4] Eduardo Schiaffino, *La evolución del gusto artístico en Buenos Aires,* 1910, p. 101. El texto efectivamente compila un conjunto de artículos periodísticos que Schiaffino a su hora preparó con el objetivo de historizar la práctica de las bellas artes en estas tierras desde la colonia y de promover el patrocinio del nuevo estado en esta materia. Acerca del tema, Malosetti, 1999; Segovia, 2017. Hay que aclarar que Thays también impulsó la monumentalización de los parques, mas no con la idea de completar algo que para él cumplía ya su función, sino de embellecerlo.

[5] "[..]el gobierno se desentendía tan completa y absolutamente de uno de sus deberes primordiales, cual es el de alentar y provocar el despertamiento del sentido estético en el pueblo cuyos destinos rige. [..]. [Los hombres políticos] parecían ignorar que un pueblo es un organismo completo, dotado de sensaciones y de sentimientos desde la infancia, y cuyas necesidades era menester satisfacer desde un principio". Schiaffino, E., *La evolución del gusto artístico..,* p. 24-25. Para este tema en relación a Schiaffino, Piccioni, 2001: 26. Un proyecto contemporáneo al de Schiaffino que rebaja la función de la obra artística a una pedagogía de los héroes nacionales es el de Adolfo Carranza, por entonces director del Museo Histórico Nacional. Ver Malosetti, 2012; 2-3.

[6] Ejemplo de ello fue la estatua de Garibaldi, ejecutada por Eugenio Maccagnani en 1904 y patrocinada por gran cantidad de asociaciones italianas en Buenos Aires. Garibaldi había estado en el Río de la Plata y por ello la comunidad creyó conveniente una estatua a su figura, mas fue criticada por su falta de centralidad en la historia local. Ver Gutiérrez Viñuales, 2011: 9- 10.

apego a los relatos históricos canónicos,[7] los costos de los proyectos,[8] los emplazamientos,[9] etc. Cuestiones como éstas se dirimían en el Congreso, pero también en revistas y en la prensa del día.[10] En la coyuntura que celebraba el Centenario, políticos y urbanistas, artistas, periodistas y una variedad de actores sociales contribuyeron a instalar al monumento en el centro de la discusión.

Las estatuas alegóricas en los espacios públicos de Buenos Aires: la tópica republicana y sus lenguajes

Consideraremos "alegórico" al monumento que busca condensar una idea a través de una representación abstracta, apelando por lo general al recurso de la personificación (Copeland & Struck, 2010). Aunque ya había sido cultivada, esta estrategia de expresión cobró impulso especial en época helenística al calor de los profundos cambios políticos y religiosos que experimentó esa sociedad (Most, 2010). La estatuaria helenística, junto con la romana, ofrecieron a la alegoría decimonónica sudamericana referencias

[7]Tal es el caso, a modo de ejemplo, del monumento a Manuel Dorrego en la Plazoleta Suipacha, encargado a Rogelio Yrurtia en 1905 e inaugurado tardíamente en 1926. Además del héroe a caballo, Yrurtia colocó tres estatuas alegóricas, una referida a la Victoria, otra a la Historia y otra a la Fatalidad. El monumento fue criticado por Carranza por su falta de relación con los hechos históricos, en tanto Dorrego no estuvo a cargo de ejércitos para representarlo a caballo. Para estos debates ver Loiacono, 2010/2011; Malosetti, 2012: 8. Debates parecidos en torno a la estatua de Bartolomé Mitre en Blasco, 2015: 131.

[8] Ejemplo de ello fue el debate que se abrió en 1902 en torno al monto pagado para la estatua de Las Nereidas de Lola Mora, instalada en el Paseo de 9 de Julio. El pago fue considerado ilegítimo. Ver Corsani, 2001: 3

[9]Para ilustrar esto, el caso de la alegoría a la Aurora, elaborada por Edmond Peynot. En 1918 fue instalada en la Plaza Rodríguez Peña, diez años después fue trasladada al Parque Rivadavia, de donde fue desalojada y colocada en los depósitos municipales, en 1943 fue reubicada en Parque Chacabuco, devuelta al depósito y desde 1978 emplazada en el Parque Centenario. De acuerdo a Pierre, en Nueva York ha ocurrido un fenómeno de reemplazamiento parecido, siendo la estatua conmemorativa de George Washington, elaborada por John Quincey Adams Ward en 1883, una excepción a estas recolocaciones. Ver Pierre, 2019: 233.

[10] En las revistas y en la prensa del día el tópico resultaba frecuente. Por poner un ejemplo entre muchos, en el número conmemorativo de la Revolución de Mayo en el año 1900, la revista Caras y Caretas dedicaba media página a describir un proyecto de escultura destinado a la ciudad de La Plata (Provincia de Buenos Aires), con una fotografía de la maqueta. La escultura finalmente no se realizó, pero es testimonio del interés que este tipo de iniciativas generaba en un amplio espectro social (Caras y Caretas 86, mayo 1890, p. 21. En la p. 24 muestra grabados y fotografías de la plaza de Mayo en diferentes momentos: 1836, 1854 y 1884.

generales, formas estéticas y elecciones en torno a la materia prima utilizable, mas no constituyeron su fuente de inspiración inmediata.[11] Los monumentos que se prestaron como modelos directos para América del Sud fueron aquellos que conmemoraban a las revoluciones estadounidense y francesa en sus respectivas tierras, y que hicieron de la alegoría un modo apropiado para transmitir valores cívicos y construir una narrativa heroica de su pasado (Gutiérrez Viñuales, 2004: 16). Los agentes que promovieron en Buenos Aires la circulación de esa estética fueron heterogéneos - viajeros, diplomáticos, la prensa, becarios, artistas que emigraban, etc., amparados todos ellos en la voluntad de monumentalizar que manifestaban los nuevos estados emergentes. Heterógeneos fueron también los medios que facilitaron la circulación: calcos, museos, exposiciones, instituciones de enseñanza de las bellas artes, etc.[12] Los modelos de estilo se remitieron al Renacimiento, Barroco y la estatuaria europea y americana de la época.

Dentro de las estatuas alegóricas emplazadas en lugares públicos, la tópica que cobró mayor importancia al calor de los festejos del Centenario fue, obviamente, la que hacía alusión a la República. Comenzaremos nuestro recorrido describiendo el primer monumento patrio, la pirámide de Mayo, no obstante su intervención de más envergadura fue un poco anterior al periodo que nos ocupa, como ya hemos observado. Además de su carácter pionero, esta estatua resulta interesante porque alrededor de ella se

[11] El impacto en las formas que registra la estatuaria moderna que estudiamos aquí en relación a la clásica grecorromana no alcanza para hacer a un lado la disimilitud profunda, ontológica, que separa a una de otra. Desde el principio, y como explicita Stewart, en latín no hay una palabra única que recubra el campo completo de lo que en la modernidad entendemos por estatua: sustantivos como statua, signum y simulacra prestan nombre a diferentes arreglos que pueden solaparse entre sí, pero no son exactamente sinónimos intercambiables. Los usos de estas palabras permiten advertir que la diferencia fundamental se registraba entre producciones que referían a los dioses y las que solo conmemoraban gesta de hombres. La estatua grecorromana que concernía a los dioses participaba de lo divino de diferentes modos: justamente con su obra el artífice exploraba y proponía una relación con lo divino y con la divinidad representada. La estatua alegórica grecorromana condensaba una idea que había sido divinizada y que se reforzaba a partir de su plasmación en estatua; en relación a estas ideas no había un panteón estable y por ende el gesto exploratorio se intensificaba. Se podría considerar que en la estatuaria alegórica moderna el artista postula nuevas sacralidades, mas no hay en ellas una investigación del plano divino ni de su relación enigmática con lo humano. Para la estatuaria antigua ver Stewart, 2003, y también Elsner, 1997.

[12] Este punto se advierte con claridad en los artículos de Schiaffino reunidos en La evolución del gusto artístico… . Un análisis del impacto de los calcos en la formación del canon y del gusto por lo clásico y de la incidencia de los museos en Gallipoli, 2021, Para advertir la heterogeneidad de los agentes involucrados, Loiacono, 2020.

registró una panoplia de significados que asociaron la idea original de Libertad a la idea de República.

La reforma de Pueyrredón y la estatua de Dubourdieu dieron como resultado una pieza sobria de casi 19 metros, que a la vista se eleva progresivamente hacia el cielo. La base es un pedestal de 6,6 metros, adornado por el escudo nacional, rematado en las cuatro esquinas con otras tantas estatuas alegóricas. En el proyecto de 1856, estas estatuas de estuco representaban a las Artes, a la Ciencia, a la Industria y al Comercio, pero en 1873 fueron reemplazadas por piezas de mármol evocando a la Geografía, a la Astronomía, a la Navegación y a la Industria, esculturas que hasta entonces habían sido propiedad del Banco de la Provincia de Buenos Aires.



Figura 1: PIrámide de Mayo.
Extraer de
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pir%C3%A1mide_de_Mayo_(3261290980).jpg

El pedestal se prolonga en un obelisco de 7,44 metros decorado con un relieve de sol con rayos y una inscripción legible al transeúnte: "25 de Mayo de 1810". En la parte superior del monumento se espiga una estatua

femenina que alegoriza la idea de Libertad/República. Sus detalles ya no se encuentran a simple vista del observador; por el contrario es la estatua quien pareciera contemplar lo que sucede desde su posición en las alturas. Está vestida al modo de matrona romana con una stola, dejando un pecho materno al descubierto. Munida de lanza y escudo con el relieve del escudo nacional nuevamente, la figura se planta en actitud guerrera. Su rostro permanece enmarcado por un cabello enrulado que se confunde con laureles, completando el conjunto un gorro frigio de evocaciones jacobinas. Aún menos evidente al que observa resulta el gesto del pie descalzo de la estatua, pisando las cadenas que la mantenían sujeta. La blancura transmite al conjunto una imagen de pureza.

Como podemos advertir, son varios los elementos que participan en la composición del mensaje escultórico: el emplazamiento del monumento, su tópica obviamente, materiales, color, formas, detalles, estatuas menores e inscripciones. En su estabilidad y rigidez, la pieza de la Plaza tiene movimiento, va al encuentro del observador, postulando por un lado un plano de lo real que se agolpa abajo, y por el otro el de las ideas, que se alzan por encima de toda vicisitud.

En el extremo opuesto de la avenida de Mayo, frente al edificio del Congreso, se inauguró en 1914 una nueva estatua alegórica de la República, diseñada por el artista belga Jules Lagae sobre un pedestal de granito rojo firmado por el arquitecto Eugenio D' Huicque. Tocada también con el gorro frigio y vestida con stola y palla a pecho descubierto, esta pieza en bronce limita su impronta militar al laurel de la victoria que porta en su mano. Todo lo demás es civil y en movimiento: a los pies amenaza una serpiente, sin embargo la figura apoya su brazo serenamente en el arado y la asiste una estatua femenina que le acerca un cuerno con los frutos de la tierra y del trabajo.[13] La República parece desplazarse desde el Congreso a Casa de Gobierno, y al igual que la estatua de Mayo, su faz se orienta al Poder Ejecutivo. Su marcha no roza el suelo, se eleva por encima del plano humano. Esta vez tampoco son los ojos, atentos al camino, sino el propio pedestal lo que marca la diferencia entre la dimensión elevada de las ideas y la que se rebaja a lo mudable y transitorio.

[13] Ver Salinas, 2020. La imagen de la serpiente también está presente a los pies de la Atenea atribuida a Fidias, según la copia romana Athena Giustiniani en el Museo Vaticano. En el caso de la estatua de la diosa, la serpiente está del lado derecho, mientras que en la alegoría republicana está del lado izquierdo.



Figura 2: Monumento a la república Plaza de los dos COngresos.
Extraer de https://es.m.wikipedia.org/wiki/Archivo:Alegor%C3%ADa_de_la_Rep%C3%BAblica,_Plaza_de_los_Dos_Congresos_%282014%29.jpg. ATRIBUCIÓN: LARS CURFS PARA WIKICOMMONS

Tras el monumento de Lagae y D' Huicque e inaugurada en el mismo año, otra alegoría republicana viene a sumarse al grupo de las grandes esculturas patrocinadas por iniciativa del Estado Nacional. Se trata de "La Cuádriga", realizada por el genovés Víctor de Pol, pieza en bronce de 8 metros y otras tantas toneladas cincelada para el frontispicio del edificio del Congreso. La figura femenina, también con stola, palla y gorro frigio, esgrime con un brazo laureles de la victoria. Con el otro sostiene firmemente las riendas de un carro adornado con el sol del Porvenir y tirado por cuatro briosos corceles (Ardohain, 2018: 19-28; Corsani, 2006: 5-6). El conjunto dirige su carrera desde lo alto también en dirección al Poder Ejecutivo; el énfasis recae aquí en la velocidad y en la falta de obstáculos en el camino. En esta propuesta no hay serpientes ni amenazas, la República corre triunfante y segura al encuentro de su porvenir.

Como podemos advertir hasta este punto, las tres alegorías republicanas emplazadas en torno a la principal arteria cívica de Buenos Aires comparten rasgos que permiten reconocer la tópica común: la asociación con lo femenino y con la juventud, elementos de la vestimenta, la altura, la relación con el plano del acontecer y la asociación con la idea de Progreso. La relación que proponen con el futuro y con los peligros del presente dejan ver diferencias en la consideración de lo que se está alegorizando. La vía urbana las coloca en serie una tras otra, mas la altura de estos

monumentos - especialmente la escultura de Lagae - interrumpe una visual frontal del conjunto.[14] Las estatuas no proyectan relación entre sí.



Figura 3: La cuádriga.
Extraer de
https://en.wikipedia.org/wiki/Victor_de_Pol#/media/File:National_Congress.JPG

La tópica republicana, asociada a la Libertad, se replica en otros monumentos en espacios públicos de la ciudad. Es motivo central en el conjunto donado por Francia a la Argentina en 1910 también en ocasión del Centenario: en este caso, una alegoría alada portando una antorcha acompaña, orienta, a una figura femenina más joven y titubeante que fija

[14]La cercanía física podría conectar al monumento de Lagae y al de de Pol con uno de los grupos escultóricos realizados por Lola Mora en 1907 y que flanquea la entrada al Palacio del Congreso. Este conjunto en especial muestra una mujer joven con torso desnudo y estola (?) arrollada en la cintura, rompiendo las cadenas de dos leones bravíos que tiene bajo sus pies. Acompaña a la dama un Mercurio imberbe, con casco alado. Esta escultura de Mora, anterior a las otras dos que analizamos, dialoga de modo directo con el monumento contiguo tallado por la misma autora y que examinaremos seguidamente en el cuerpo del texto. Las cinco figuras de acceso evocan las funciones principales del Poder Legislativo: velar por la Libertad, el Comercio, la Paz, el Trabajo y la Justicia. Estas obras fueron retiradas de su locus original en 1915 y devueltas a modo de calcos en 2014.

su mirada en la luz.[15] La escultura fue emplazada ab initio en un parque diseñado por Thays, Plaza Francia; el color de las piezas es nuevamente el blanco mármol de carrara, que contrasta con el rojo del pedestal en granito.[16] De modo semejante a la estatua de Mayo y a la de Lagae, esta alegoría de la República se completa con estatuas menores sedentes, situadas en un plano más accesible a la observación. Se trata de figuras femeninas que evocan a la Ciencia, a la Industria, a la Agricultura y a las Artes, ornatos de la República y frutos palpables de la antorcha luminosa: desde el punto de vista estético se trata de una pieza mayor y piezas menores; desde el nivel alegórico se trata de un séquito que escolta y realza a la Idea mayor. El elenco de piezas resulta un lenguaje en sí mismo, en la medida que no todas las alegorías de la República repiten –como hemos visto- la misma compañía. En este caso, la evocación de la Agricultura resulta asociada a la Argentina, singularizándola en relación a otras Repúblicas.

De una tópica cercana a la republicana, pero en referencia a la Constitución Nacional, es el monumento donado por la comunidad española a la Ciudad también con motivo del Centenario. Avatares de lo más diversos aplazaron hasta 1927 la inauguración de este conjunto realizado por Agustín Querol y emplazado en un cruce de avenidas parquizadas. (Gutiérrez Viñuales, 2005). El tratamiento estético de la Constitución comparte gran parte de los elementos ya observados para la alegorías republicanas: una figura femenina en alto, en este caso expuesta a los vientos, es acompañada por estatuas que evocan a la Industria, a la Agricultura, al Comercio, a la Paz y a la Justicia, todo ello en mármol, y otras que refieren al vínculo con España. La estrategia de las formas evocando a la República bajo el nombre de la Constitución resulta inteligente, considerando que se trata de un monumento que consolida los lazos entre un estado republicano y una monarquía. En los vértices de ese conjunto, cuatro figuras en bronce alegorizando al Río de la Plata, la Pampa, el Chaco y Los Andes. La estatua emerge propiamente de las aguas, y una fuente funciona como el perímetro del monumento, que se completa con otra estatua en bronce referida al Trabajo. Todos los elementos del monumento aluden al vínculo histórico de estos territorios con España y también al aporte creativo de la comunidad peninsular en el presente de la nueva República. Con mayor énfasis que en los casos ya

[15] Una imagen en https://es.wikipedia.org/wiki/Plaza_Francia_%28Buenos_Aires%29#/media/Archivo:Francia_a_la_Argentina_Emile_Peynot_04.JPG. (wikicommons).

[16] La estatua efectivamente fue realizada en Francia por un artista de renombre, Edmond Èmile Peynot, y ensamblada en Buenos Aires.

examinados, este conjunto hace uso de la inscripción para orientar de modo más explícito el mensaje visual: el monumento formaba parte de un programa de acomodamiento y reactivación de los lazos entre la madre patria y sus antiguas colonias, y se volvía necesario asentar en piedra y por escrito las nuevas versiones historiográficas.

Como podemos observar, dentro de la escultura alegórica pública en Buenos Aires la tópica republicana adquirió relevancia mayor, vinculada a las conmemoraciones del Centenario, a la narrativa histórica que pretendía el Estado y los roles que las diferentes comunidades intentaron asumir. El patrocinio estatal y el encargo de Gobiernos y/o comunidades instaladas dieron origen a una buena cantidad de formas y mensajes dentro de unos patrones compartidos que asociaban a la República con lo femenino y la juventud. Si bien todos los emplazamientos fueron urbanísticamente planificados, las estatuas no guardaron demasiada relación entre sí: antes bien primó la singularidad y la competencia, resultando en un solapamiento de monumentos que comparten una temática común. En esta estética, el clasicismo resultó un repertorio de formas inspiradas en la estatuaria de la época, referenciados en el mundo grecorromano solo indirectamente para sugerir tradición, universalidad y perennidad.

Otros motivos alegóricos: la Prosperidad, las funciones, el Surgimiento

No toda la escultura ligada a la celebración del Centenario y del nuevo Estado hizo uso de la tópica republicana. Ya hemos visto como el monumento de los españoles diseñó un modo de abordar la conmemoración reorientando la estética republicana a la Constitución Nacional. Otras esculturas directamente recurrieron a tópicas alternativas, asociadas también a la idea de Progreso.

Tal fue el caso de la comunidad alemana, que se inclinó por una gran fuente en forma de elipsis emplazada también en plaza pública a la que denominó "de la Riqueza Agropecuaria Argentina". Realizado por Gustav Bredow e inaugurado en 1914, el monumento está flanqueado por una alegoría de la Ganadería y otra de la Agricultura, ambas talladas en mármol griego. En la figura de la Ganadería, un hombre desnudo y de frente se contrapone a un toro que se encuentra en posición lateral y cabizbajo; en la que alegoriza a la Agricultura, tres varones nuevamente despojados contemplan sus materiales de trabajo, a saber, el arado, la pala y la tierra (Gutiérrez Viñuales, 2005: 75)[17]. Como podemos advertir, el conjunto alemán se

[17]Una imagen de la fuente en https://es.m.wikipedia.org/wiki/Archivo:Plaza_Alemania,_Buenos_Aires.jpg .

diferencia de los ya examinados en que la centralidad de la tópica republicana se reemplaza por una focalización en el trabajo duro como fuente de prosperidad, resultando en una traslación de lo femenino a lo masculino. A través de estos recursos estéticos, los valores de un imperio quedaban eficazmente asociados a la idea de progreso, en concierto con los monumentos ofrecidos por otras comunidades.

Los dos conjuntos que se cuadran a ambos lados de las escalinatas de entrada al Congreso, firmados por Lola Mora en 1907, no proponen la conmemoración sino antes bien la declaración de las competencias principales del poder legislativo. Nos concentraremos aquí en la pieza marmórea que refiere a la Paz, al Trabajo y a la Justicia.[18] En este trío, es la alegoría de la Paz quién se impone por su altura, madurez y por la portación de un ramo de laurel en bronce, único color que rompe con la pureza del blanco. La femineidad de la figura se realza a través de la vestimenta liviana, que sigue el contorno de un cuerpo de mujer: este se apoya en contraposto, es decir, en la pierna derecha con una ligera flexión de la izquierda, al modo de los dioses griegos. La quietud de su rostro contrasta con el movimiento de las telas, y se prolonga en los vestidos de la pieza sedente, la Justicia. Como pone en evidencia la desnudez del torso, esta segunda alegoría también es femenina, mas su pose in cathedra imita a la de los magistrados romanos. Al igual que la diosa Themis, porta una balanza y una espada pero sus ojos no están vendados, por el contrario permanece atenta y en tensión. La escultura que completa el trío es la alegoría del Trabajo, representado por un efebo también semicubierto, apoyado en un arado y con el rostro vuelto hacia el conjunto escultórico opuesto. Aunque de una manera muy libre, la autora emplea en sus piezas algunas formas o temas de la estatuaria grecorromana.

Esta libertad en relación a la herencia clásica destaca en la obra más conocida de Lola Mora, las Nereidas, última pieza que analizaremos en este trabajo. Como ya hemos consignado, esta fuente inicialmente estaba proyectada para adornar la Plaza de Mayo; una vez finalizada en 1903 se la emplazó en el Paseo de Julio, y años más tarde se la reubicó en su localización actual, Costanera Sur (Gluzman, 2015; Corsani, 2007). En un análisis estilístico de esta obra, Georgina Gluzman examinó los modos sutiles con los que Mora dialogó con la mitología, la tópica y la estética clásicas, comenzando con la valva, el movimiento de los hipocampos, la

[18]Una imagen de la estatua en https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Estatuas_de_Lola_Mora_en_el_Congreso_Nacional_2.JPG. La imagen está sacada desde un ángulo que no permite ver la figura del Trabajo.

lucha de los tritones, el esfuerzo de las Nereidas, la segunda valva y finalmente la aparición de esa Venus Anadiómena en inestable equilibrio (Gluzman, 2015).



Figura 4: Estatua de las Nereidas
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2e/Fuente_de_las_Nereidas.jpg.

Gluzman propuso entender a esta obra maestra de Lola Mora tomando en cuenta una versión de la fuente que no prosperó. Probablemente anterior al diseño que se terminó llevando a cabo, la maqueta alternativa se centraba en la figura de Nereo, hijo del Ponto y padre de las Nereidas de acuerdo al relato de Hesíodo.[19] La versión que Mora terminó levantando en el Paseo 9 de Julio en cambio focalizaba en el nacimiento de Venus emergiendo del mar.[20] En esta última, la escultora utilizó elementos de los dos relatos de La Teogonía, próximos entre sí pero distintos. Como podemos advertir, la artista realizó un trabajo de documentación de motivos mitológicos en textos clásicos, y los empleó en función de su proyecto estético. Es muy probable que para tópica venusina haya gravitado asimismo la célebre pintura de Sandro Botticelli, el Nacimiento de Venus, también él fuertemente imbuido en la estética helenística y la

[19]Hesíodo, Teogonía 233-238. Una reproducción de la maqueta de Nereo en Gluzman, 2015:12. La imagen fue extraída de "Una donna che scolpisce statue monumentali. Lola Mora", Il Secolo XX, año 5, 1906.
[20]Hesíodo, Teogonía 183-201.

filosofía neoplatónica y cultor de la pintura alegórica.[21] Mientras en el cuadro del florentino la diosa se yergue en una valva que flota en las aguas marinas transportada por el Viento y recibido por las Horas; en la escultura de Mora Venus surge del fondo de las aguas provocando una alteración completa del orden natural. La protagonista elevada, sus sostenes femeninos, los masculinos tritones y el mito de la castración que libera fuerzas, todo ello indica una exploración acerca de la nueva condición de la mujer en el cambio de siglo. Este monumento escultórico de Mora constituye en su conjunto una gran alegoría sobre el rol de lo femenino en una sociedad que se renueva. La herencia clásica conduce un mensaje fresco en el suelo de una República nueva.

Conclusión

A la vuelta del siglo, al igual que otras capitales en diversas partes del mundo, Buenos Aires se colmó de monumentos públicos que recurrieron a la alegoría para forjar una historiografía triunfante. El monumento alegórico constituyó un lenguaje en sí mismo: tópica, forma, materiales, color, emplazamiento, constituyeron unidades que prestaron forma a mensajes diferentes, compartiendo todos la premisa de un progreso abierto.

La relación con la tradición y estética clásicas resultó preponderantemente mediada por el neoclasicismo. Sin embargo, hay exploraciones de primera mano de algunos tópicos clásicos como fue el caso ya examinado de Lola Mora.

Este lenguaje alegórico, con su gramática y con su sintaxis interrumpida por el solapamiento de monumentos y mensajes, fue utilizado en diversos códigos y plataformas. Resulta un recurso frecuente en la ilustración: la revista Caras y Caretas, por ejemplo, apela a la alegoría para reflexionar acerca de efemérides patrias.[22] En otro número de la misma revista, una ilustración muestra una estatua de la Justicia con la balanza, cuya mano

[21] De acuerdo a Plinio el Viejo, fue Apeles de Cos (352- 308 a.C.) quien pintó la más bella pintura de Venus Anadiómena, utilizando para ello a Pancaste, concubina principal de Alejandro, como modelo desnuda. Plinio el Viejo, Historia Natural XXXV, 36. Según Plinio, Apeles fue el pintor mejor reputado en su época y en sus pinturas básicamente exploraba el ideal de la belleza.

[22] Para el caso, la alegoría a la República con una pluma tan grande que sale de la ilustración, en *Caras y Caretas*, 26 de mayo 1900, p. 21. La tapa también presenta una alegoría de la República bajo la forma de hombre desnudo, cruzado por una faja con los colores de la bandera.

culmina en dedos monstruosos en forma de garra. Un funcionario de copioso bigote esgrime una tijera enorme. ¿Qué es lo que irá a cortar? El texto explicativo resulta más inquietante…El funcionario había prometido dejar cesante a empleados públicos.[23] El lenguaje alegórico en la imagen se tuerce de manera doble: la figura ha dejado de ser bella y, además, puede volverse en contra.

Fuentes

Discurso del Centenario impartido por el Presidente Doctor José Figueroa Alcorta, disponible en http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/21481/Documento_completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

SCHIAFFINO, Eduardo. *La evolución del gusto artístico en Buenos Aires.* In: SCHIAFFINO, Eduardo; CANALE, Godofredo (Rec.). *La evolución del gusto artístico en Buenos Aires,* Buenos Aires: Colombo, 1982 [1910].

Hesíodo. *Teogonía.* In: PÉREZ JIMÉNEZ, Aurelio; MARTÍNEZ DÍAZ, Alfonso (trads.), *Hesíodo,* Teogonía, Gredos, Madrid, 2015.

Plinio el Viejo, *Historia Natural*. In BOSTOCK, John; RILEY, H. (trads.). *The Natural History of Pliny.* Londres: George Bell & Sons, 1857, vol. 6.

Revista *Caras y Caretas*, 1900- 1904. Disponible en https://www.bne.es/es/colecciones/hispanoamerica/caras-y-caretas.

Diario *La Prensa,* 1900- 1904. Consultado en la Biblioteca Nacional "Mariano Moreno".

Referencias bibibográficas

ARDOHAIN, Sergio. *La restauración de la República. Ensayo sobre la conservación y restauración de estatuas de bronce a partir del estudio de la puesta en valor de las esculturas principales del Palacio del Congreso de la Nación Argentina.* La Plata: EDULP, 2018.

BERJMAN, Sonia. Una mirada a los espacios verdes públicos de Buenos Aires durante el siglo XX. *Revista de Arquitectura.* Bogotá: Universidad

[23] Caras y Caretas, 18 de abril 1900, p. 16.

Católica de Colombia, 2006, 8, p. 28-33, disponible en https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=125112640005.

BERTONI, Liliana. Construir la nacionalidad: héroes, estatuas y fiestas patrias, 1887-1891. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana 'Dr. E Ravignani´*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 5, 1992, p. 77-111.

BLASCO, María Elida. El legado mitrista. Museos, monumentos y manifestaciones de homenaje en la construcción del prócer Bartolomé Mitre. *Prohistoria*. Buenos Aires: Grupo Prohistoria, XVIII, 24, 2015, p. 123-153.

CARRETERO, Andrés. Ciudad dinámica y cosmopolita. In: Idem. *Vida cotidiana en Buenos Aires. Desde la organización nacional hasta el gobierno de Hipólito Yrigoyen (1864- 1918)*. Buenos Aires: Ariel, 2013, p. 17- 62.

CODEBÒ, Agnese. La ciudad escenográfica: centro y márgen en Buenos Aires. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM* 29, 2015, disponible en http://journals.openedition.org/alhim.

COPELAND, Rita; STRUCK, Peter. Introduction. In: Idem (eds.), *The Cambridge Companion to Allegory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 1-11.

CORSANI, Patricia. Conquistas e intenciones de una escultora argentina: algunos conflictos en torno a Lola Mora y Eduardo Schiaffino. 2006. Disponible en http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/38610/Documento_completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

CORSANI, Patricia. La fuente de Lola Mora en el Paseo de Julio. Una nueva lectura de su instalación a través de la prensa escrita (1900- 1903), 2007. Disponible en http://eventosacademicos.filo.uba.ar/index.php/payro/III1998/paper/view/1483.

CORSANI, Patricia. Lola Mora: una figura polémica en el Buenos Aires del 900. Su obra escultórica como parte del proyecto de modernización del país. In: AAVV. *Poderes de la imagen. I Congreso internacional de Teoría e Historia de las artes. CAIA* 2001. Disponible en https://www.academia.edu/28290483/Lola_Mora_una_figura_pol%C3%A9mica_en_el_Buenos_Aires_del_900_Su_obra_escult%C3%B3rica_como_parte_del_proyecto_de_modernizaci%C3%B3n_del_pa%C3%ADs.

ELSNER, Jan. From the Literal to the Symbolic: A Transformation in the Nature of Roman Religion and Roman Religious Art. In: Idem, *Art and the Roman Viewer. The Transformation of Art from the Pagan World to Christianity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 160- 190.

GALLIPOLI, Milena. *La victoria de las copias. Dinámicas de circulación y exhibición de calcos escultóricos en la consolidación de un canon estético occidental entre el Louvre y América (1863-1945).* Tesis de Doctorado, Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires, 2021, disponible en https://ri.unsam.edu.ar/handle/123456789/1654.

GLUZMAN, Georgina. *La Fuente de las nereidas de Lola Mora: nueva lectura de una vieja polémica*. *19&20* X, n 1, 2015, Disponible en http://www.dezenovevinte.net/uah1/ggg.htm.

GORELIK, Adrián. *La grilla y el parque. Espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936.* Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2016.

GORELIK, Adrián. La belleza de la patria. Monumentos, nacionalismo y espacio público en Buenos Aires. *Block. Revista de cultura de la arquitectura, la ciudad y el territorio.* Buenos Aires: Universidad Torcuato di Tella, 1, 1997, p. 84-86.

GORELIK, Adrián. La búsqueda del centro. Ideas y dimensiones de espacio público en la gestión urbana y en las polémicas sobre la ciudad: Buenos Aires, 1925-1936. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana 'Dr. Emilio Ravignani'*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 9, 1994, p. 41- 73.

GRUSCHETSKY, Valeria. Construir la frontera de la capital federal (1887-1941). *Anales del Instituto de Arte Americano y de Investigaciones Estéticas 'Mario J. Buschiazzo'*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 47, 2, 2017, p. 189-203.

GUTIÉRREZ VIÑUALES, Rodrigo. *Monumento conmemorativo y espacio público en Iberoamérica.* Madrid: Cátedra, 2004.

GUTIÉRREZ VIÑUALES, Rodrigo. El Monumento de los Españoles en Buenos Aires (1908-1927). In AA.VV. *Julián García Núñez. Caminos de ida y vuelta.* Buenos Aires: Fundación Carolina-CEDODAL, 2005a, p. 105-110, disponible en https://www.ugr.es/~rgutierr/PDF1/094.pdf.

GUTIÉRREZ VIÑUALES, Rodrigo. Los alemanes en la estatuaria de Buenos Aires. In GUTIÉRREZ, Ramón (coord.). *Alemanes en la arquitectura rioplatense*. Buenos Aires: CEDODAL, 2005b, p. 73-76.

GUTIÉRREZ VIÑUALES, Rodrigo. Italia y la estatuaria pública en Iberoamérica. Algunos apuntes. In: SARTOR, Mario (coord.). *América Latina y la cultura artística italiana. Un balance en el Bicentenario de la Independencia Latinoamericana*. Buenos Aires: Istituto Italiano di Cultura, 2011, p. 221-243.

LANDEAU, Matías. La ciudad y sus partes: una historia de la institucionalidad local en la Ciudad de Buenos Aires. *EURE. Revista de Estudios Urbanos Regionales.* Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile, 40, 119, 2014, p. 151-171.

LIENUR, Jorge. La construcción del país urbano. In: LOBATO, Mirta (ed.). *Nueva Historia Argentina. El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916).* Sudamericana: Buenos Aires, 2000. p. 465- 504.

LOIACONO, Erika. Fatalidad y victoria. El 'Monumento al coronel Manuel Dorrego' de Rogelio Yrurtia. *Revista Avances*. Universidad de Córdoba: Córdoba, 18, 2010-2011, p. 171-187.

LOIACONO, Erika. *Trozos de Modernidad. La construcción de un campo escultórico moderno en la ciudad de Buenos Aires entre 1882 y 1919*. Tesis de Doctorado. Universidad Nacional de San Martín: Buenos Aires, 2020.

MALOSETTI COSTA, Laura. Schiaffino, la modernidad como proyecto. *Seminario internacional: los estudios del arte en América Latina. Temas y problemas.* 1999, en http://www.esteticas.unam.mx/edartedal/PDF/Buenosaires/complets/malosetti_buenosaires.pdf.

MALOSETTI COSTA, Laura. Arte e Historia en los festejos del Centenario de la Revolución de Mayo en Buenos Aires. *Caiana.* Buenos Aires: Centro Argentino de Investigadores del Arte, 1, 2012, p. 1- 12.

MALOSETTI COSTA, Laura. Style et fonction des portraits des héros de l'Indépendance en Amérique latine. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Mondes Americains. París: Ecole d' Hautes Études en Sciences Sociales, 2014. Disponible en http://journals.openedition.org/nuevomundo/66196

MOST, Glenn. Hellenistic Allegory and Early Imperial Rhetoric. In: COPELAND, Rita; STRUCK, Peter. *The Cambridge Companion to Allegory.* Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 26-38.

PICCIONI, Raúl. *El arte público en la transformación del Centenario. Buenos Aires, 1890- 1910.* Tesis de Maestría en Investigación. Estudios de Posgrado en Historia. Universidad de San Andrés: Buenos Aires, 2001.

PIERRE, Caterina. Sculpture and the Public Imagination Nineteenth-Century Site-Specific Art of the Cemetery, the Garden, and the Street. In: FACOS, Michelle. *A Companion to Nineteenth-Century Art.* Chichester: Wiley- Blackwell, 2019, p. 225- 241.

RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos. Caracteres y origen.* Madrid: Visor, 1987.

SALINAS, Rodrigo. La construcción del Palacio Legislativo y de la Plaza del Congreso Nacional", Buenos Aires: CUDES, 2020. Disponible en Instituto de Cultura CUDES "La construcción del palacio legislativo y de la plaza del congreso nacional",

SCOBIE, James. *Buenos Aires. Del centro a los barrios (1870- 1910).* Buenos Aires: Solar, 1977.

SEGOVIA, Natacha. Eduardo Schiaffino y la construcción erudita de la historia del arte. In: HITZ, Rubén; RUVITUSO, Federico; PEDRONI, Juan (eds.). *Historiografías del arte. Debates y perspectivas teóricas.* La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2017, p. 134- 148.

STEWART, Peter. *Statues in Roman Society. Representation and Response.* Oxford: Oxford University Press, 2003.

VAN DEURS, Adriana; ESPANTOSO RODRÍGUEZ, Tomás y otros, "La pirámide de Mayo entre 1811 y 1856. Significantes y significados", en *Estudios e Investigaciones. Boletín del Instituto de Historia del Arte "Julio E. Payró"* 9, 2003, pp. 11- 25.

Recebido: 31 de julho de 2024 | Aceito: 27 de setembro de 2024

O CULTO E A DESTRUIÇÃO DAS ESTÁTUAS ANTIGAS NAS SOCIEDADES ÁRABE-ISLÂMICAS CONTEMPORÂNEAS: HISTORIOGRAFIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO.

Jorge Elices Ocón[1]

Resumo

Este trabalho analisa a recepção das estátuas antigas nas sociedades árabe-islâmicas considerando seis estudos de caso que evidenciam seu valor e vigência, da época medieval até os dias atuais: a construção de uma estátua faraônica, de Ramsés II, no Cairo, durante o governo de Nasser, e sua recente transferência, entre as massas, ao novo museu arqueológico; a descoberta de uma estátua de Dario, em 1972, em Susa e seu papel simbólico como peça de destaque do museu arqueológico de Teerã; a estátua moderna de Zenóbia e sua exibição em Damasco, no ano de 2015, no contexto da guerra civil na Síria; a construção de uma estátua dedicada a Kahina, em 2003, no território argelino de Baghai e seu incêndio, em 2016, resultante de conflitos políticos e religiosos entre comunidades (árabes e berberes) e países (Argélia e França); o vídeo de destruição do Museu Arqueológico de Mossul gravado pelos militantes do DAESH em 2015; a exibição inaugural do Abu Dabi Louvre Museum, em 2017, com uma destacada presença da estatuária clássica. A estátua desempenha um papel determinante na reafirmação identitária de certos coletivos ou regimes políticos, e seu significado se constrói tanto a partir de discursos historiográficos ancorados no suposto rechaço, por parte do Islã, às representações figuradas quanto pelo conjunto de respostas que a estatuária suscita. Venerada ou destruída, a estátua forma parte de uma onda iconoclasta atual e que ressoa sobre os debates globais sobre o patrimônio, as identidades, sua representatividade e a revisão da História.

Palavras-chave

Recepção; Islã; iconoclastia; medieval; nacionalismo; colonialismo; Orientalismo.

[1] Contratado Ramón y Cajal – Centro de Ciências Humanas e Sociais/Instituto de História. Madri, Madri, Espanha. E-mail: jorge.elices@cchs.csic.es. Este artigo faz parte dos resultados do projeto de investigação "Receção da escultura antiga no Islão: fontes árabes e base de dados" (20231AT027), financiado pelo IH/CSIC, e foi desenvolvido no âmbito da bolsa Ramón y Cajal (RyC2021-031689-I), financiada pelo MICIU/AEI/10.13039/501100011033 e pela União Europeia NextGenerationEU/PRTR.

Resumen

Este trabajo analiza la recepción de la escultura antigua en las sociedades arabo-islámicas considerando seis casos de estudio que evidencian su valor y vigencia desde época medieval hasta la actualidad: la erección de una estatua faraónica de Ramsés II en El Cairo durante el gobierno de Nasser y su reciente traslado entre masas al nuevo museo arqueológico; el hallazgo de una estatua de Darío en 1972 en Susa y su papel simbólico como pieza destacada del museo arqueológico de Teherán; la estatua moderna de Zenobia y exhibición en Damasco en 2015 en el contexto de la guerra civil en Siria; la erección de una estatua dedicada a Kahina en 2003 en la localidad argelina de Baghai, incendiada en 2016 como referente en conflictos políticos y religiosos entre comunidades (árabes y bereberes) y países (Argelia y Francia); el vídeo de destrucción del Museo Arqueológico de Mosul gravado por los militantes de DAESH en 2015; y la exhibición inaugural del Abu Dabi Louvre Museum en 2017 con una destaca presencia de escultura clásica. La escultura juega un papel determinante en la reafirmación identitaria de ciertos colectivos o regímenes políticos, su significado se construye a partir de discursos historiográficos anclados en el supuesto rechazo del Islam a la representación figurada y el conjunto de respuestas que suscita la escultura, ya sea venerada o destruida, forma parte de una ola iconoclasta actual que se hace eco de debates globales en torno al patrimonio, las identidades y su representatividad y la revisión de la historia.

Palabras claves

Recepción; Islam; iconoclasta; medieval; nacionalismo; colonialismo; orientalismo

A onda de ataques e ações contra as estátuas, ocorridas em todo o mundo, em junho de 2020, no contexto dos protestos originados pelo assassinato de George Floyd, representa o último episódio de uma história de violência iconoclasta (Kolrud; Prusac, 2014). Esses atos nem sempre possuem um plano de fundo em comum, apresentam diferenças notáveis entre si, mas em sua maioria atentam ao caráter "ocidental/colonialista/branco" dos monumentos. Busca-se "abolir ou exorcizar a maldade do passado" (Tenorio, 2023: 20). Todos estão unidos sob a condição de desafiar a noção tradicional de patrimônio, e são redefinidos em termos de memória, identidade e representatividade, afirmando que cada sociedade, ou coletivo, possui o direito de definir quem ou o que deve ser recordado ou resgatado do esquecimento.

A Antiguidade é mais um elemento nesta disputa por definições de identidades, memórias e patrimônios; no entanto, por estar efetivamente imbuída em contextos socioculturais próprios, mas também por carregar consigo toda uma série de discursos ideológicos a que foi tradicionalmente associada (império, nação, raça ou etnia), o uso (e abuso) da Antiguidade resulta totalmente anacrônico, tendencioso e perigoso quando se refere a identidades e discursos no tempo presente. Minha contribuição, portanto, parte dos estudos de recepção da Antiguidade, mas centra seu foco no mundo árabe-islâmico contemporâneo.

A Antiguidade constitui, sem dúvidas, um referencial recorrente e atual na construção de discursos historiográficos, nacionais e identitários no seio das sociedades árabe-islâmicas, mesmo com suas contradições (Elices, 2020a; Mulder, 2022). Entre os vestígios da Antiguidade, a recepção da estatuária antiga é um dos aspectos menos estudados e, ainda assim, mais interessantes. Estes casos não foram considerados por si mesmos, pois se parte da premissa errônea de uma predisposição do Islã em proibir e rechaçar qualquer representação figurada. Tal proibição não existe e o rechaço, ou apreço, pelas imagens figuradas ou pelo passado pré-islâmico varia em função do contexto e das circunstâncias (Gruber, 2019: 09-29). Essa noção simplista e reducionista sobre o islã foi aplicada às esculturas antigas, sugerindo que os muçulmanos consideram essas estátuas como ídolos (*aṣnām*) da Jāhiliyya, a "Idade da Ignorância". Desta forma, é comum afirmar que à época medieval as estátuas que não haviam sido destruídas de antemão caíram em um "limbo", uma vez que estas obras "não formariam parte da sensibilidade muçulmana" e que estes últimos "não possuíam mais do que uma vaga noção sobre suas origens", e em nenhum caso "um interesse particular por elas" (Greenhalgh, 2016: 336-337). O argumento parece se tornar maior quando recorre a exemplos recentes, como o caso da destruição dos Budas de Bamiyán (Afeganistão), em 2001,

pelas mãos do Talibã, e também ante à destruição e saque dos templos, estátuas e museus na Síria e no Iraque levados a cabo pelos militantes do DAESH (Flood, 2002; 2016; Elices, 2020a: 25-47). No entanto, o registro material e as fontes escritas evidenciam que, para além da destruição, as estátuas antigas têm gerado um amplo conjunto de respostas que ocuparam um papel central e relevante nos discursos de construção de identidade, memória e patrimônio.

Em definitivo, ao analisar a recepção das estátuas meu propósito é duplo: por um lado, pretendo evidenciar que as sociedades árabe-islâmicas são (e foram) multiculturais e dinâmicas, assimilando e transformando sua relação com o passado e com a estatuária antiga em função do contexto e das circunstâncias, tornando manifesto um processo de recepção diverso e dilatado em um tempo no qual a religião islâmica tem um papel relevante, ora central, ora secundário; por outro lado, busco destacar a necessidade de se considerar os ataques contra as estátuas como um fenômeno global e transcultural que, uma vez estudado a partir das sociedades árabe-islâmicas, pode-se compreender melhor e problematizar ainda mais. Esta contribuição está dividida em duas partes: a primeira parte dedica-se a seis estudos de caso, ao passo que a segunda parte apresenta uma análise em conjunto e que investiga o papel das estátuas na construção de identidades entendidas como fixas, excludentes e antagônicas em um tipo de História que parece impor-se, nos dias atuais, como forma de entender a relação com o passado e com consequências nefastas em muitos casos.

Entre o culto e a destruição: seis estudos de caso

Os seis estudos de caso referem-se ao translado, ressignificação, mutilação ou destruição de estátuas antigas, mas também à criação, e exibição pública, de novas estátuas em diversos países: Egito, Síria, Iraque, Irã, Emirados Árabes Unidos e Argélia.

Ramsés II no Cairo: histórias de uma estátua, de uma cidade e de um país

Uma estátua de Ramsés II preside, desde 2018, a entrada do grande museu de antiguidades egípcias do Cairo. Com mais de dezoito metros, a escultura foi descoberta no ano de 1820 nas imediações da cidade de Mênfis. Permaneceu *in situ* até 1954, quando Nasser ordenou que fosse restaurada e transportada à capital, por ocasião das celebrações do segundo aniversário da revolução de 1952. Os fragmentos foram levados

em carros de combate e a estátua foi instalado no centro da praça Bab al-Hadid, em frente à principal estação ferroviária (Fig. 1). Ali permaneceu até o ano de 2006, momento em que foi transportada de novo, agora para Gizé, de onde partiria para chegar ao novo e faustoso museu egípcio construído nos arredores da cidade.



Figura 1: Estátua de Ramsés, reconstruída e restaurada, instalada na praça da estação ferroviária do Cairo. Fotografia dos anos 90. Imagem de Creative Commons.

No dia de sua transferência, ocorrida em 25 de agosto de 2006, milhares de pessoas se reuniram para ver a estátua e acompanhar seu trajeto. O cineasta egípcio Amr Bayoumi' decidiu filmar este momento único. A estátua não representava apenas o faraó mais poderoso do Egito Antigo, uma afirmação usual entre os habitantes do país, mas também era parte de sua própria infância. No documentário que realizou com o material gravado, afirmava que "a estátua era o que havia de mais extraordinário no mundo para um adolescente que se aventurava ao sair de casa pela primeira vez". O documentário seria lançado anos depois (Bayoumi', 2019). Segundo constata: "não soube como seria meu filme até começar a me questionar: 'Até que ponto o destino de um pedaço de pedra pode se relacionar com o de um ser humano?'". O filme recupera a história da estátua desde suas origens, em Mênfis, entrelaçando-a com episódios

de sua própria história pessoal e da história do Cairo e do Egito. A pergunta que dá nome ao documentário, "Para onde foi Ramsés?" (*Where did Ramses go?*), advém de uma propaganda de sorvetes que apareceu no *Misr lil-Alban* (Misr Dairy), um dos programas mais conhecidos da televisão egípcia do final dos anos sessenta e inícios dos anos setenta. Neste anúncio, Ramsés desaparecia momentaneamente da praza e voltava a aparecer com um sorvete, sugerindo que era possível adquirir o melhor daquela cidade a poucos metros da praça. A pergunta remete ao destino final do faraó, mas também permite evocar perguntas mais transcendentais referentes ao próprio país e à sociedade egípcia.

A estátua de Ramsés e sua história recente se encontram no seio de uma longa tradição historiográfica, política e cultural, na qual o presente e o futuro do Egito se constitui a partir de seu passado faraônico (El Daly, 2005; Elices, 2021: 675-679). Em 1922, o descobrimento da tumba de Tutancâmon representou um ponto de inflexão no processo de independência e na gestão do patrimônio do país (Reid, 2002 e 2015). Mais recentemente, no dia 3 de abril de 2021, o governo egípcio transferiu diversas múmias faraônicas. O espetáculo foi transmitido para todo o mundo. A procissão percorreu as ruas do Cairo e reuniu milhares de espectadores. O transporte dos sarcófagos foi realizado em veículos blindados, decorados e acompanhados de uma banda militar e uma orquestra sinfônica, guardas equestres e atores que davam vida a sacerdotes, portadores de oferendas e peças similares às encontradas nas tumbas (Youtube, *The Pharaohs' Golden Parade*). O século que separa os dois eventos mostra um protagonismo crescente do passado faraônico na construção dos discursos políticos e identitários. As autoridades do país estão explorando de forma crescente sua dimensão visual e cênica, apostando no seu potencial para obter benefícios vultosos graças ao turismo e ao reconhecimento público de um passado compartilhado, entendido como universalmente significativo e moralmente incontestável que permita alcançar uma compreensão social mediada pelo passado, uma adesão ao presente e suas circunstâncias. Inclusive uma projeção de futuro.

Zenóbia: historiografia e imagem para uma estátua

No início de setembro de 2015, uma estátua *ex novo* da rainha Zenóbia foi exposta na praça dos Omíadas, em Damasco, como parte de uma iniciativa promovida pelo governo de Bachhar al-Asad intitulada "De Palmira a Damasco". As câmeras de televisão russas registraram a chegada da estátua, que foi acompanhada por centenas de pessoas. A estátua era parte de uma exposição mais ampla que incluía uma carruagem real fictícia e

vários relevos autênticos de Palmira, e que permaneceu exposta durante quatro dias em uma praça de Damasco à mesma época em que o país se encontrava mergulhada em uma sangrenta guerra civil que não havia terminado (Ruptly, 2015, Fig. 2; Jones, 2023). Sob o calor da Primavera Árabe, havia sido ocupara pelos militantes do DAESH em maio deste mesmo ano. Dias antes da exposição da estátua de Zenóbia em Damasco, Khaled Al-Asa'ad, diretor do museu e do conjunto arqueológico de Palmira, havia sido assassinado. As circunstancias dramáticas não foram um empecilho para que o ministro do turismo, Bisher Yazigi, declarasse que a atividade almejava preservar a antiguidade e seus vestígios, ao mesmo tempo em que demonstrava que "a vida na Síria não pode ser paralisada por uma guerra encarniçada" (Manal, 2015).



Figura 2: Estátua de Zenóbia transportada e instalada na Praza dos Omíadas, em Damasco. Imagem extraída do vídeo difundido e disponibilizado em: Ruply, 2015.

Zenóbia governou Palmira entre os anos de 267 e 272 d.C., quando foi derrotada em definitivo pelo imperador romano Aureliano. Longe de ser deixada no esquecimento, foi mencionada na obra de inúmeros autores árabes do período medieval, como al-Zabbā' (al-Ṭabarī, *Ta'rīḫ al-rusul*: 757-766; al-Masʿūdī, *Murūǧ* al-*ḏahab:* III, 101-102; Powers, 2011; Monferrer, 2012).

Coincidindo com o domínio otomano e o imperialismo europeu, Salīm al-Bustānī recorreu à *História Augusta* com o intuito de esboçar uma nova imagem sobre essa rainha, situada na convergência do oriental e do ocidental (al-Bustānī, 1870-1871). Um século mais tarde, em plena guerra fria, a obra anônima *Zanūbyā* enaltece a luta de Zenóbia contra Roma a

partir de uma perspectiva marxista, anti-imperialista e pró-feminina (Anônimo, 1975). Os Assad transformaram Zenóbia em uma heroína nacional da Síria, continuando uma tradição historiográfica sustentada pelas fontes clássicas, mas não nas árabes, na qual a rainha é caracterizada como uma governante impiedosa e protagonista nas disputas tribais entre árabes, algo incompatível com os interesses da família no poder (Woltering, 2014: 28-33 e 37-38). A imagem de Zenóbia que figurava na nota síria de 500 libras, com efeito, é bastante similar à estátua erigida em Damasco. Sua figura permitia ao regime construir um discurso nacionalista. Contudo, esse discurso não impactava de maneira verossímil e integradora para todos (Elices, 2020a: 46). Palmira (Tadmor) era conhecida por sua prisão militar, lugar onde eram encarcerados aqueles que fossem acusados por algum tipo de oposição aos Assad (Jones, 2018: 41 e 49). Idolatrado como uma referência da nação, e utilizado como um símbolo de sua opressão, o passado e suas ruínas foram o alvo da violência praticada pelo DAESH. Ao contrário do governo sírio, eles recuperaram uma imagem demonizada de Zenóbia à maneira como esta aparece nas fontes árabes medievais: algo que deve ser compreendido como uma resposta ao uso partidarista e nacionalista do passado (Jones, 2018: 45-46).

A exibição de uma estátua de Zenóbia na Praça dos Omíadas de Damasco, por sua vez, foi uma resposta calculada à propaganda do DAESH e mais uma reviravolta na utilização propagandística da imagem da rainha palmirense. O lugar escolhido não é casual. A praça foi o cenário de uma manifestação de grandes proporções a Bachar al Asad, em 20 de junho de 2011, e ali também estão situados a ópera e a biblioteca nacional, e o quartel central das forças armadas (Jones, 2023). O momento escolhido para a exibição da estátua de Zenóbia tampouco parece despretensioso: os opositores do regime estavam derrubando as estátuas de Hafez al-Assad (González; Munawar, 2020: 06-09). A estátua de Zenóbia buscava não apenas limpar a imagem do regime, arraigado em seu discurso nacionalista como única salvaguarda, mas também oferecia uma ideia nova: a proteção do passado frente à barbárie perpetrada pelo DAESH, um argumento *in extremis* mas válido para muitos. Assim, a imagem de Zenóbia se molda àquela do regime, como um arquétipo vazio e descontextualizado ainda que extremamente útil e significativo.

A estátua de Dario: os limites do passado no Irã

Escavações realizadas em Susa possibilitaram a descoberta de uma escultura em granito representando Dario I (522-486 a.C.). Sua figura se encontra envolta por roupagens distintivas, com um cinto atado e

segurando uma adaga. A metade superior da estátua não foi conservada. No pedestal, inscrições cuneiformes (em Elamita, Acádio e Persa Antigo) e hieroglíficas atestam o nome do monarca e das 24 nações que formavam o seu império (Fig. 3).

Trata-se, com efeito, de uma estátua singular, por conta dos diferentes idiomas e elementos das realezas aquemênida e egípcia. Originalmente, havia sido erigida no Egito e colocada no templo de Áton, em Heliópolis, como se pode depreender a partir das inscrições conservadas. Posteriormente, foi transportada a Susa e situada em um dos principais acessos ao complexo palaciano da época aquemênida. Apesar de parecer que algumas das danificações visíveis na estátua foram realizadas de maneira intencional, sobretudo pelo fato de que o nome de Dario foi eliminado dos cartuchos gravados em escrita hieroglífica, suas fraturas são resultantes de causas naturais, desencadeadas por ocasião de um tremor de terras (Razmjou, 2002; Perrot, 2013: 176). O contexto arqueológico em que foi encontrada também é significativo: a estátua foi descoberta e novamente enterrada no século IX, conforme pode-se constatar a partir dos restos cerâmicos, do período abássida, que apareceram junto à estátua. A parte superior da estátua ainda pode ter sido retirada e então transferida a algum lugar desconhecido, uma vez que não foi possível encontra-la entre as ruínas da cidade (Kevran, 1972: 238; Perrot, 2013: 108-110 e 176-177).

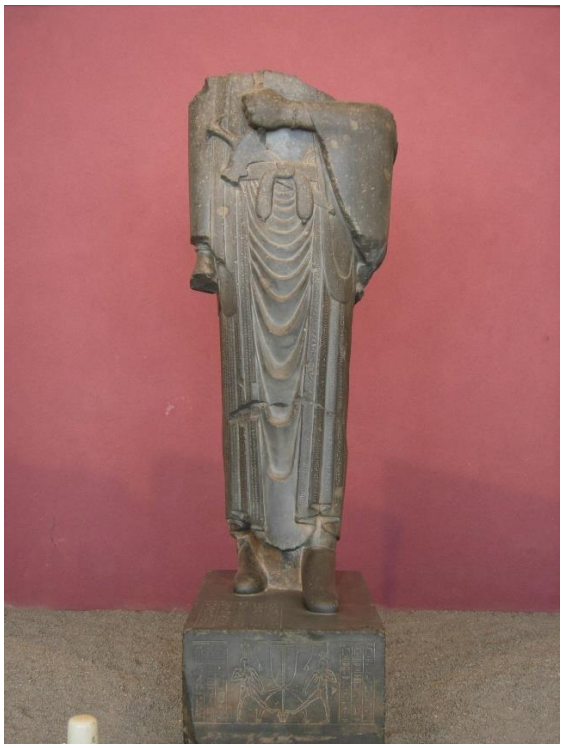


Figura 3: Estátua de Dario no Museu Nacional de Teerã, Irã (NMI 4112). Imagem de Creative Commons.

Quando a estátua foi descoberta, em 1972, a imagem de Dario era um referencial político e identitário. Assim como o Egito, o Irã conta com uma ampla tradição literária sobre o passado, escrita em épocas moderna e medieval, e que se acentuou no mundo contemporâneo sob o calor dos discursos identitários, reformistas e/ou nacionalistas, primeiro durante a revolução constitucional (1906) e posteriormente com as dinastias Qajar e Pahlavi (Imanpour, 2015; Elices, 2021: 679-681). Em 1938, Reza Shah Pahlavi aparecia na capa da *Time Magazine* como "20th Century Darius" (Time, 1938). Em outubro de 1971, Mohammad Reza Shah celebrou uma ostentosa cerimônia, em Persépolis, para comemorar os 2500 anos de fundação do império persa. O cenário escolhido e a rememoração da glória dos reis aquemênidas era parte de uma estratégia de legitimação da dinastia Pahlavi, constituindo um perfil próprio frente a um pan-arabismo que estava no seu auge (Abdi, 2001: 68-69). Contudo, o resultado não foi o esperado: o ato foi visto como mais um ato de extravagância de uma dinastia decadente. A revolução de 1979 representou uma mudança de direção, e o combate à propaganda nacionalista foi um dos novos objetivos do novo governo islâmico. A situação tem se transformado lentamente desde o final do século XX, com a tentativa de recriação do discurso nacionalista (Lawler, 2003). Em 2010, respondendo a um pedido do

presidente iraniano M. Ahmadineyad, o Museu Britânico cedeu, temporariamente, o Cilindro de Ciro para uma exposição que contava com outras peças de destaque no Museu Nacional de Teerã, como a própria estátua de Dario. Pouco importava a peça em si, e tampouco sua história ou contexto, mas aquilo que poderia representar em termos políticos e identitários para o país (Sanadjian, 2011).

Atualmente, a estátua de Dario é um dos símbolos das escavações em Susa e uma das peças de maior destaque do museu de Teerã. Sua projeção internacional é crescente, e em 2018 uma réplica da mesma figurou na exposição *Irã: berço da civilização* (Iran: Bakermat van de beschaving), organizada pelo Museu Drents, de Assen (Martins, 2018). No entanto, diferentemente do que aconteceu com outras peças, inclusive o próprio Cilindro de Ciro, a estátua de Dario não era um referencial identitário local. Os motivos podem ser muitos. Por um lado, se trata de uma estátua conservada de maneira fragmentada e que não apresenta a imagem do governante. Por outro lado, a combinação singular de elementos culturais de origens distintas contraria a possibilidade de a estátua servir como definidor de uma identidade única ou um discurso sobre o passado. Por último, o uso e abuso do passado aquemênida fica subordinado às próprias limitações de um regime que sustenta sua legitimidade a partir da estrita observação do islã e que faz uso planejado da escultura monumental para representar os mártires, heróis de guerra e líderes religiosos do país (Sohrabi, 2018).

O DAESH e a destruição/construção do patrimônio em Mosul

O rastro de destruição do DAESH não se restringe apenas a Palmira, uma vez que também afetou boa parte do patrimônio da Síria e do Iraque, inclusive estátuas dos califas. Em Raqa (Síria), a imagem do califa abássida Hārūn ar-Rashīd (r. 786-809) foi derrubada pelos militantes do DAESH (Ali, 2022). A imprensa internacional, por sua vez, dedicou sua atenção a outros casos de destruição. No dia 26 de fevereiro de 2015, o DAESH publicou no Youtube um vídeo, gravado no Museu Arqueológico de Mosul, no qual vários de seus integrantes aparecem destruindo estátuas, utilizando pás, picaretas e até mesmo motosserras. A imagem do vídeo foi se tornando cada vez mais lenta até quase permanecer fixa, captando o momento exato em que as estátuas eram reduzidas a cacos (Fig. 4). As imagens espalharam-se rapidamente, atraindo a atenção dos meios de comunicação que denominaram o episódio como "crime de guerra" e "ato de terrorismo", suscitando, por sua vez, reações diversas como, por exemplo, caricaturas que criticavam e satirizavam os militantes do

DAESH, mas que se enquadravam em discursos do século XIX, ou "neo-orientalistas", sobre a "barbárie" e a suposta rejeição da imagem figurativa ou do passado pré-islâmico (Elices, 2020c).



Figura 4: Destruição e derrubada de estátuas no Museu Arqueológico de Mosul. Imagem retirada do vídeo difundido pelo DAESH nas redes sociais.

O DAESH evocava a ideia de *yihad*, emulando e recriando ataques iconoclastas atribuídos, segundo a tradição islâmica, a Abraão e Maomé (Anônimo, 2015: 22). No entanto, o contexto, os artefatos e as palavras proferidas no vídeo revelam um cenário bem planejado e um discurso ideologicamente fundamentado. O resultado foi uma "obra de anti-arte" (Harmanşhah, 2015: 173-176; Shaw, 2015: 75-76 y 81-82; Flood, 2016: 120 y 123–124; Elices, 2000: 47). O DAESH não omite, ou rechaça, o passado pré-islâmico; com efeito, recorre à própria história das estátuas, ainda que de maneira tendenciosa, salientando que foram descobertas por arqueólogos europeus e ressaltando sua função religiosa. Além disso, o vídeo esconde uma reinterpretação radical das peças, onde a destruição gravada serve para construir uma nova imagem, um novo patrimônio e um novo discurso ideológico, identitário e alicerçado sobre uma interpretação distorcida tanto sobre o islã quanto sobre a história desses objetos (Elices, 2021: 182-186).

Destruição e construção andam sempre de mãos dadas: os ataques iconoclastas, ou a *damnatio memoriae*, constituem uma fórmula que acaba

por preservar e transformar a memória e seus vestígios, como *spolia*, são inseridos em um novo contexto e adotam novos significados (Kinney, 1997; Elsner, 2003: 211). Por defender e destruir *de facto* o patrimônio, o DAESH acaba por desafiar e construir uma nova realidade, uma nova definição de patrimônio. Como defende L. Smith, o patrimônio "é um momento de ação, e não algo congelado em uma forma material", e não apenas uma ação, mas "uma série de atividades que incluem recordar, comemorar, comunicar e transmitir conhecimentos e recordações, afirmar e expressar a identidade e seus valores e significados sociais e culturais" (Smith, 2006: 83). Deste modo, o DAESH, a um só tempo, destrói, constrói e ressignifica o patrimônio, em forma de vídeo, como uma ferramenta de afirmação identitária e discurso ideológico, recorrendo a uma história tendenciosa (ainda que alternativa) e a uma leitura radical, antinacionalista e excludente sobre o que deve ser conservado, apreciado e idolatrado; isto é, o que deve constituir, em última instância, a referência e núcleo da identidade das pessoas, aqui consideradas em apenas duas categorias: crentes ou inimigos da fé.

A escultura frente ao contexto local: o Louvre de Abu Dabi

No dia 8 de novembro de 2017 foi inaugurado o Louvre Abu Dabi. Sua coleção inaugural contava com uma seleção proveniente de distintos contextos e culturas, dentre elas um conjunto de esculturas clássicas que contava com obras masculinas de nudez idealizada. O presidente francês E. Macron viajou à capital e pronunciou um discurso que manifestava o propósito deste museu: promover certos valores humanos (cultura, educação, beleza) que permitam construir pontes entre continentes e gerações, e principalmente "combater toda forma de obscurantismo". Macron também acrescentou uma mensagem direta aos Emirados Árabes Unidos: seu apoio ao museu equivalia ao apoio e endosso aos mesmos valores almejados pelos artistas e criadores das obras exibidas: liberdade, razão, tolerância e fraternidade. Com efeito, aludia a esses conceitos inclusive fazendo referências às estátuas clássicas e seus corpos desnudos e idealizados (De Corte, 2019: 52-53, tradução livre a partir do inglês). Acrescentava, ainda, que:

> A mensagem que ora transmitem e a valentia que demonstram a partir da restauração de sua religião ao que sempre foi (. . .) é uma mensagem de profundo sincretismo: sua religião não pode ser amada sem a lembrança de que todas as grandes religiões monoteístas nasceram aqui, nesta região, e que o Islã nasceu deste palimpsesto de culturas e civilizações que asseguram que nossas religiões e culturas estão inexorável e inextricavelmente unidas; aqueles que – em qualquer parte do mundo - pretendem convencer as pessoas de que o Islã se

> constrói a partir da destruição dos demais monoteísmos são mentirosos e traidores (De Corte, 2019: 54, tradução livre a partir do inglês).

O desfecho de seu discurso também recordava que:

> Portanto, que ninguém se equivoque: aqui, onde a luz muda a cada hora, o que estamos realizando juntos é uma luta por aquilo que é humano, uma luta inabalável contra todo egoísmo e discursos de ódio. É a nossa determinação em proteger aquilo que é belo, universal, a criação, a razão, a inteligência e a fraternidade, porque é isto que nos tem feito (De Corte, 2019: 55, tradução livre a partir do inglês).

A imprensa repercutiu o discurso do presidente francês, salientando os processos de globalização e descolonização (Frantzman, 2017; Vicente, 2019; Wakefield, 2021). As palavras pronunciadas pelo governante francês continham referências implícitas à política internacional (mas também à política francesa) e reafirmavam o papel desempenhado pela arte e pelo patrimônio como embaixadores e baluartes de uma determinada concepção de cultura e civilização. Nos últimos momentos da guerra na Síria e no Iraque, ainda sob o calor da destruição do patrimônio e das coleções de museus em Palmira e Mosul pelo DAESH, e com uma dramática escalada de atentados realizados na França em 2015 (contra o semanário humorístico Charlie Hebdo), o presidente francês evocava um discurso que, apesar de conciliatório e de colaboração entre nações e culturas, escondia uma clara reafirmação e definição dessas mesmas categorias em termos opostos: luz *vs* obscurantismo; civilização *vs* barbárie. A ideia de uma história a partir de identidades fixas, opostas e excludentes, funciona para ambos os países: encarnariam os valores e a civilização humana frente ao obscurantismo e à barbárie do DAESH. O mesmo discurso empregado pelo regime sírio, em 2015, ao erigir a estátua de Zenóbia. O discurso de Macron também acentua a desconexão local com essas antiguidades e obras de arte, apesar do fato de que muitas dessas peças procederem originalmente do Levante e da Mesopotâmia (Elices, 2021: 176). Os discursos identitários são construídos de costas à população local, marcada por seu caráter multicultural, mas também pelas péssimas condições de trabalho e falta de direitos e liberdade para coletivos e minorias. Dentre todos os valores que as obras de arte de Abu Dabi supostamente contribuem para difundir, no entanto, a que mais faz falta é a igualdade. O passado aqui, mais que em nenhum outro caso, é um arquétipo retorcido e oco, vazio de história e distante da realidade social do país.

Kahina, na Argélia: a escultura antiga como uma resposta local

No ano de 2003 foi erigida uma estátua de Kahina no centro da cidade de Baghai, Argélia (Mark, 2019) (fig.5). As fontes árabes medievais referentes a esta guerreira berbere que se opôs às conquistas árabe-islâmicas no norte da África, no século VII, não são de todo detalhadas mas permitem certa especulação sobre sua origem étnica e a religião que professava; isso facilitou seu uso, pelas historiografias moderna e contemporânea, junto a perspectivas anticoloniais e, mais recentemente, como referencial identitário dos berberes, o *amazig* (Hannoum, 1997: 103-108 e 116-123; Hannoum, 2001; Becker, 2016).



Figura 5: Estátua de Kahina em Baghai, Argélia. Imagem de *Creativa Commons*.

A. Bouteflika, presidente da Argélia, assistiu à inauguração pública da estátua acompanhado dos membros de uma associação local, seus verdadeiros proponentes, apesar de a imprensa local ter ignorado a cerimônia. O governo concedeu a permissão para erigir o monumento, mas isso não impediu que vozes se manifestassem de maneira contrária, alegando que este era um ato de blasfêmia (Becker, 2015). Desde a sua instalação, a estátua tem sido um referencial e um catalisador de discursos historiográficos e de identidade na região. No entanto, na noite de 12 de agosto de 2016, a estátua foi incendiada. Em um comunicado oficial enviado ao portal de notícias, *Siwel – Agence kabyle d'information,* o

Movimento Autonomista Chawi (MAC) condenou energicamente o ato, considerado um "crime" contra a "mãe Dihya Kahina", uma figura associada à "nossa identidade". Eles também reprovavam o fato de que, de maneira contrária, foram erigidas estátuas de personagens de uma história colonialista, especificamente em homenagem a Uqbah ibn Nāfi, o conquistador árabe do Magreb, um "sanguinário, torturador, um criminoso de guerra" retratado em um dos monumentos mais conhecidos de Biskra (Siwel, 2016). Dessa forma, a revisão do discurso historiográfico e a afirmação da identidade andam de mãos dadas, unindo passado e presente. Após o incêndio, a estátua de Kahina foi restaurada por jovens locais (Lounès, 2016). Um protesto também serviu para manifestar várias demandas, incluindo a restauração oficial da estátua por especialistas e a inclusão de uma inscrição em *amazig* para complementar a placa árabe que identifica Kahina (Gasmi, 2016). A partir de então, a estátua e a figura têm se tornado dinamizadores de processos mais amplos: Kahina é o nome de uma exitosa *drag queen* tunisiana que participou de um conhecido show de talentos da televisão francesa (*Drag Race France*), e também nomeia uma marca estadunidense de produtos cosméticos derivados do óleo de argão (Kahina Giving Beauty) (Becker, 2015).

A escultura antiga em destaque: entre o local e o global

Embora cada um desses casos responda a circunstâncias específicas, quando analisados como um todo, duas reflexões podem ser feitas para uma conclusão final: A primeira é que os atuais processos de destruição, reidentificação ou produção de novas estátuas nas sociedades árabe-islâmicas contemporâneas devem ser estudados como o desfecho de um longo processo de recepção que remonta aos tempos medievais e modernos; a segunda é que esses estudos de caso estão interconectados, definem e se opõem uns aos outros, apresentam diferenças e semelhanças em relação a outros casos na América, Europa ou Ásia e, portanto, também devem ser entendidos como parte de um fenômeno atual, transcultural e global, que se baseia em uma revisão historiográfica e em uma reafirmação de identidade que não está isenta de particularidades e contradições.

A recepção de longa-duração da escultura antiga

Nos períodos medievais e modernos, as estátuas eram referências visuais urbanas, pontos de encontro e socialização, talismãs mágicos que protegiam uma cidade, curavam doenças, eram imagens que davam um vislumbre de um passado diferente, explicavam a realidade atual ou pressagiavam um futuro alternativo. As estátuas recebiam nomes e oferendas, tinham uma origem e uma função e suscitavam todos os tipos de comentários. Muito dependia da forma como se interagia com elas, afetando não apenas um indivíduo ou uma coletividade, mas também uma cidade ou uma região inteira. As estátuas faziam parte das comunidades onde foram erigidas, de modo que os processos atuais de reutilização, reidentificação ou destruição de estátuas não são e não devem ser vistos como um fenômeno atual copiado de outros países, mas como uma continuação e uma resposta a esse processo de recepção que remonta aos tempos medievais e modernos. As fontes árabes do período medieval aludiam a algumas das ruínas pré-islâmicas e as relacionavam com Kahina: o anfiteatro de El Djem (Túnis) era o seu palácio ou fortaleza, e o subterrâneo de Gadames (Líbia) era utilizado como prisão (Al-Bakrī, *Description*, 139 e 397). As estátuas faraônicas do Egito estavam vinculadas às cidades, às pessoas e seus governantes, de uma maneira bastante similar àquela apresentada no documentário de Amr Bayoumi' (El Daly, 2005: 54-55 e 79-81). A estátua de Dario foi descoberta em época medieval e, já na ocasião, o passado pré-islâmico era um elemento central na tradição literária, como atesta a obra de Ferdousí, o *Shāhnāmé* o *Livro dos Reis* (Elices, 2020a: 59-65).

Seja em forma de espetáculo televisionado e organizado por regimes do Egito e da Síria, como um ato de destruição levado a cabo por sectários ou por ocasião de uma pequena inauguração de festival de primavera em uma localidade rural da Argélia, as estátuas evocam um coletivo específico que participa do significado e da idiossincrasia da figura e do ato escolhido. A historiografia medieval, ou o registro em vídeos e blogs apoiam a estátua e permitem definir o ato e a comunidade que o protagoniza, diferenciando-o de outros. A destruição perpetrada pelo DAESH também responde a essa dinâmica que constrói o valor e o significado das esculturas com base em uma tradição literária e historiográfica anterior: antes de sua destruição, o vídeo inclui uma introdução na qual um membro do DAESH explica brevemente o contexto histórico e arqueológico e, mesmo com omissões e distorções, o discurso está ancorado na história política e cultural da região durante os períodos medieval, moderno e contemporâneo. Assim, a escultura antiga foi e continua sendo um ponto de referência para as sociedades árabe-islâmicas, e seu estudo, hoje, não pode ser separado da realidade medieval ou moderna.

A recepção da estatuária antiga nas sociedades árabe-islâmicas, portanto, é um fenômeno dilatado no tempo e que responde ao estímulo de múltiplos fatores, algo que por si só constitui uma característica singular e que faz do mundo árabe-islâmico uma realidade multicultural e dinâmica. A religião, sem dúvida, é um fator essencial e que articula os processos de recepção no presente e no passado. No entanto, não se pode esquecer que a religião se transforma e se constrói segundo o contexto. A ideia de que construir uma estátua ou ter como referente identitário uma figura da antiguidade atenta contra os princípios do islã não é uma característica definidora, mas um argumento habitual na historiografia medieval, moderna e contemporânea. O que fica evidente a partir destes seis estudos de caso é que o processo de recepção não se limita a isso, uma vez que transcende a religião islâmica. Na realidade, são os fatores políticos, econômicos, sociais ou culturais que acabam tendo um peso maior neste processo de recepção e isso é algo que também pode ser constatado na Idade Média e no mundo contemporâneo. Com efeito, o argumento religioso geralmente é apresentado em contextos de crise e sempre em resposta a uma situação anterior em que a imagem pré-islâmica tem preponderância e significado dentro de uma comunidade. No Egito, nos séculos XIII e XIV, as fontes escritas referem-se a vários ataques de fanáticos contra imagens e estátuas, até mesmo contra a própria Esfinge de Gizé, que foi afetada no nariz e nas orelhas: o argumento apresentado é religioso, são ídolos da *Jāhiliyya* adorados pelo povo comum, mas as causas são outras, ou seja: a crise política e econômica e uma forte epidemia (Elices, 2020a: 36-38). Algo semelhante pode ser observado no caso do regime iraniano ou do DAESH. Ambos, apesar de suas profundas diferenças religiosas, usam esse argumento para se opor aos discursos nacionalistas e construir uma identidade exclusivamente religiosa. Os dois casos também acabam incorrendo em contradições, assumindo o papel da imagem e da referência ao passado como ferramentas para a construção de um discurso político e identitário.

O argumento religioso é invocado tanto por muçulmanos quanto por aqueles que não o são. Este último cenário permite observar os limites de se considerar a recepção da estatuária antiga nas sociedades árabe-islâmicas tendo como base apenas o islã. Apresento um primeiro exemplo. Thomas Roe (m.1644), embaixador inglês diante da Sublime Porta, entre 1621 e 1628, estava interessado em adquirir os relevos escultóricos que decoravam a Porta Áurea de Constantinopla. Diante das dificuldades e reticências das autoridades locais, optou por "corromper alguns clérigos para que rechaçassem os relevos sob a alegação de que seriam contrários à sua lei; sob tal pretexto, as tomaria e as levaria a algum lugar privado". Roe não conseguiu persuadir nenhum alfaqui, apesar de o suborno acordado

com o tesoureiro do sultão ter obtido um resultado efetivo. Contudo, quando se preparava para remover os relevos, os soldados e a população local se opuseram a ele e o forçaram a fugir, alegando que as imagens eram "encantadas" e que sua remoção teria consequências para a cidade (Roe 1740: 387; Elices, 2020a: 50). O mesmo argumento religioso também se faz presente no discurso de Macron, por ocasião da abertura do Louvre Abu Dhabi. O líder francês apelou para uma noção diferente do Islã que é tolerante com os valores considerados intrínsecos às obras de arte. Em ambos os casos, o fator determinante não é a religião, mas outros fatores, políticos e econômicos, que determinam a função das esculturas e a construção de um discurso ou identidade com base nelas. O museu é o resultado de um acordo político e de um projeto econômico e cultural entre os dois países e, por essa razão, talvez seja o estudo de caso mais radical de todos, o mais desconectado dos processos de recepção nos períodos medievais e modernos.

Um fenômeno global e transcultural ..., não isento de particularidades

Ainda que façam parte de um processo de recepção que remonta à época medieval, os casos selecionados também se enquadram em um fenômeno atual, transcultural e global, que reconsidera estátuas e monumentos à luz dos debates sobre globalização e descolonização, e que é resultado de uma história recente, construída sobre identidades consideradas fixas e antagônicas. Mesmo nos casos em que se atribui à estátua um contexto histórico ou arqueológico, como acontece no vídeo do DAESH, ou quando se exibe a estátua junto com peças autênticas, como no caso de Zenóbia, a escultura permanece descontextualizada do passado e moldada por completo às necessidades do presente. Seja no Egito, Argélia, México ou no Reino Unido, as estátuas antigas são erguidas ou destruídas de costas à sua própria história, são arquétipos vazios e moldados a uma identidade concreta.

Para além do processo de descolonização e da reescrita de uma história nacional em cada um desses países, os atos contra estátuas e monumentos detonam uma extraordinária interconexão, formando, pela primeira vez, um fenômeno que apesar de não ser novo, figura agora como algo simultâneo e imediato a nível global (Tenorio, 2023: 21). Certos eventos têm sido catalizadores e dinamizadores deste fenômeno no seio das sociedades árabe-islâmicas, especificamente no caso da destruição dos Budas de Bamyián, em 2001, a Primavera Árabe em 2011 e a destruição perpetrada pelo DAESH desde 2015. A construção de um discurso historiográfico e identitário contraposto às destruições do DAESH e ao tradicional

argumento religioso que opõe as esculturas antigas ao islã é um traço compartilhado, que funciona em nível global, para atualizar antigos discursos em torno de ideais de "Oriente" e "Ocidente", "Barbárie" e "Civilização"; localmente, serve para construir novos discursos políticos e identitários: foi evidente na Síria, por parte do regime de Bashar al-Assad, em 2015; na Argélia por ocasião da declaração do Movimento Autonomista Chawi (MAC) que acusava os correligionários do DAESH, de seu país, pelo inocência da estátua de Kahina (Siwel, 2016); ou na inauguração do museu em Abu Dabi.

O mesmo pode ser observado nas caricaturas que se seguiram à destruição de Palmira ou de Mosul. Os artistas reproduziam os mesmos discursos em diferentes lugares do mundo, inclusive o Irã sediou, em 2015, o *International DAESH Cartoon Caricature Contest 2015*, mais uma evidência das conexões e contradições referentes ao uso e abuso das imagens e esculturas (inclusive reproduzidas nessas caricatures) no seio das sociedades árabe-islâmicas (Elices, 2020c).

A realidade das sociedades árabe-islâmicas não pode, no entanto, ser equiparada por completo ao resto do mundo. Os processos de recepção nesses países partem da descolonização do século XX. Na Argélia, a independência do país supôs uma onda de destruições de monumentos, o resgate e exílio de muitos deles na França (Amato, 1979). As dinâmicas atuais respondem a este mesmo cenário pós-colonial. Em 2001, foi erigida uma estátua de Kahina no Parc de Bercy (Paris) como parte de uma exposição intitulada "As crianças no mundo" (Les Enfants du Monde) e que celebrava a diversidade mundial. A estátua de Kahina representava a Argélia. Dois anos depois, possivelmente em resposta à obra parisiense, foi instalada a estátua de Baghai (Argélia) (Mark, 2019).

Juntamente com os processos de descolonização, o conflito perene com Israel é um fator adicional pois a Antiguidade desempenha um papel de destaque como recurso de legitimação e reafirmação da identidade coletiva com base na religião ou etnia. O uso da figura de Zenóbia funciona nesse sentido, equiparando inimigos antigos e modernos. Mustafa Tlass, Ministro da Defesa de Hafez al-Assad, publicou, em 1985, uma biografia de Zenóbia que comparava explicitamente sua luta contra Roma com o conflito entre Síria e Israel (Tlass, 2000: 230; Jones, 2018: 40). Do mesmo modo, Israel observa com suspeita o uso do passado faraônico por parte do regime egípcio de al-Sisi e sobretudo o espetacular desfile organizado em 2021 (Lerman, 2022); faz de Kahina um referencial judaico sob a proteção de certas tradições historiográficas já superadas sobre a sua figura (Hannoum, 1997: 113-114 y 123-124; Modéran, 2005; Becker, 2016, 113-116;

Museum of the Jewis People, 2018); e também repercute a exposição de um conjunto de tabuletas com escrita cuneiforme no museu de Teerã, devolvidas ao Irã após um embargo judicial nos Estados Unidos, contrapondo a figura de Ciro, como libertador dos judeus, de seu cativeiro na Babilônia com o atual entendimento entre o Irã e o Hamas (Anônimo, 2019). Em definitivo, o conflito com Israel e o recurso à Antiguidade volta a reforçar o peso das três grandes religiões monoteísta na construção das identidades da região, algo que contrasta com o papel secundário desempenhado pela religião islâmica nos processos de recepção da escultura, como argumentado anteriormente, e que, por sua vez, constitui uma diferença notável com os processos e atos iconoclastas de outros lugares do mundo, e que não respondem a uma leitura religiosa ou étnica do passado em termos identitários.



Figura 6: Estátua de Kusaila em Ighzer Amokrane (Ouzellaguen), Argélia.Imagem de Creative Commons.

Para além dos ataques e destruições de estátuas, os estudos de caso apontam também em direção à restauração e até mesmo à instalação de novas estátuas. A escultura antiga como monumento é um fenômeno vivo

e em plena vigência nas sociedades árabe-islâmicas. As estátuas de Hafez al-Assad, derrubadas na Síria, têm sido reinstaladas pelo regime desde 2015 (González, 2020, 6-9); em Teerã, a estátua de Ferdousí, o poeta medieval que exaltava o passado pré-islâmico do Irã, uma das poucas imagens que remontam ao período anterior a 1979, foi restaurada recentemente (Anônimo, 2022); em Raqa foi reinaugurada a estátua do califa Hārūn ar-Rashīd destruída pelo DAESH (Ali, 2022). A Argélia é o caso mais significativo de todos. A estátua de Kahina, erigida em 2003, tem permitido novas iniciativas. Em Ighzer Amokrane (Ouzellaguen), em janeiro de 2014, foi erigida uma nova estátua em homenagem a Kusaila, comumente descrito como um chefe *amazig* e predecessor de Kahina na resistência às conquistas árabes (Modéran, 2005; Anon., 2014) (Fig. 6). Em novembro de 2019, em Argel, foi inaugurada uma estátua de Massinissa, rei da Numídia (c. 238 a.C. – c.148 a.C.) como um novo ícone *amazig* (Anônimo, 2019). Em janeiro de 2021, por motivo da comemoração do ano novo *amazig*, em Tizi Ouzou, foi erigida uma estátua a outro ícone: Sheshonq, faraó da XXII dinastia líbia. O ato reuniu um número significativo de expectadores que também participaram de uma série de atividades de divulgação a respeito desse personagem (Quamer-Ali, 2024). No entanto, o ato também provocou protestos irados dos governos líbio e egípcio (M. K., 2021) e uma petição popular pediu sua remoção, alegando que erguer estátuas é contra os preceitos do Islã (MohandKBL, 2021). Em março de 2021, outra estátua de Kusaila, feita por uma associação em At-Xlifa, uma pequena vila rural pertencente a At-Bu-Yusef (interior da Argélia), foi atacada antes que pudesse ser inaugurada, mas isso não impediu que fosse rapidamente restaurada e finalmente erguida por ocasião das festividades da primavera (Siwel, 2021). A escultura antiga e sua monumentalização ou culto memorial na Argélia é, hoje, uma ferramenta que nos permite definir e disputar o espaço e a memória de comunidades e identidades muito díspares e diversas. Em suma, o estudo da recepção da escultura antiga nos países árabe-islâmicos, seu culto ou destruição, é necessário para entender a configuração dos processos históricos do passado ou do presente.

Referências bibliográficas

ABDI, Kaymar. Nationalism, Politics, and the Development of Archaeology in Iran. *American Journal of Archaeology* 105 (1), 2001, p. 51-76.

AL-BAKRĪ, *Description de l'Afrique Septentrionale par Abou-Obeïd-El-Bakri*, trad., de Mac Guckin De Slane. París: Maisonneuve, 1965.

AL-BUSTANĪ, Salīm. Zanūbyā malikat Tadmur. *Al-Jinān* 1–24, 1870–1871.

ALI, Ali. How Raqqa, once the Syrian capital of Daesh's caliphate, reclaimed its Arab cultural pride. *Arab News*. 15 de octubre de 2022. Disponible en: https://www.arabnews.com/node/2181736/amp

AL-MASʿŪDī, *Murūǧ al-ḏahab,* ed. Qāsim al-Samāʿī al-Rufāʿī. Beirut: Dār al-Qalam, 1989.

AL-ṬABARĪ, *Taʾrīḫ al-rusul wa-l-mulūk,* ed. M. J. de Goeje. Leiden: Brill, 1879-1901.

AMATO, Alain. *Monuments en exil*. Paris, Éditions de l'Atlanthrope, 1979.

ANÓNIMO. Zanūbyā. *Al-ʿArab* 14, Beirut: Dār al-ʿAwda, Series: Abta, 1975.

ANÓNIMO. Une statue à l'effigie d'Aksil à Ouzellaguen. 19 de enero de 2014. Disponible en: http://horizonsouzellaguen.centerblog.net/29.html

ANÓNIMO. Erasing the legacy of a ruined nation. *Dabiq* 8 2015, p. 22-24.

ANÓNIMO. Statue of 'iconic Amazigh king' Massinissa unveiled in Algiers. *Amazigh World News*. 1 de noviembre de 2019. Disponible en: https://amazighworldnews.com/statue-of-iconic-amazigh-king-massinissa-unveiled-in-algiers/

ANÓNIMO. Iran displays ancient clay tablets, returned by US, from empire that freed Jews. Time of Israel. 3 de octubre de 2019. Disponible em: https://www.timesofisrael.com/iran-displays-ancient-clay-tablets-returned-by-us-from-empire-that-freed-jews/

ANÓNIMO, Iconic Ferdowsi statue in Tehran to undergo meticulous restoration. Tehran Times. 11 septiembre de 2022. Disponible en: https://www.tehrantimes.com/news/476635/Iconic-Ferdowsi-statue-in-Tehran-to-undergo-meticulous-restoration

BAYOUMI', Amr. *Where did Ramses go?*. 2019.

BECKER, Cynthia. The Kahina: The Female Face of Berber History. *Mizan Project*. 26 de octubre de 2015. Disponíble en: https://mizanproject.org/the-kahina-the-female-face-of-berber-history/#_ftn2

BECKER, Cynthia. "Visual Culture and the Amazigh Renaissance in North Africa and Its Diaspora." In: VAN NIEUWKERK, Karin, LEVINE,

Mark y STOKES, Martin, (eds.), *Islam and Popular Culture*. Austin: University of Texas Press, 2016, 100-121.

DE CORTE, Jan., Piercing the Cultural Diplomacy Veil: The Case of the Louvre Abu Dhabi, University of Antwerp. SSRN. 2019. Disponible en: https://ssrn.com/abstract=3733447

EL DALY, Okasha. *Egyptology: The Missing Millennium Ancient Egypt in Medieval Arabic Writings*. Londres: University College, 2005.

ELICES, Jorge. *Respeto o barbarie: el islam ante la Antigüedad de al-Andalus a DAESH*. Madrid: Marcial Pons, 2020a.

ELICES, Jorge. Caricaturas contra DAESH: construyendo y deconstruyendo Occidente, Oriente y el Islam, *Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo* 9 (2), 2020c, p. 75-94.

ELICES, Jorge. DA'ESH's Video in the Mosul Museum: Heritage Destruction or Heritage-Making?. In: CHRISTOFOLETTI R.; BOTELHO M.L. (eds) *International Relations and Heritage*. The Latin American Studies Book Series. Cham: Springer, 2021, p. 171-191.

ELSNER, Jas. Iconoclasm and the Preservation of Memory. In: NELSON, Robert y OLIN, Margaret, (eds) *Monuments and memory, made and unmade*. University of Chicago Press, Chicago, 2003, p. 209-232.

FLOOD, Fibarr. Between cult and culture: Bamiyan, Islamic iconoclasm, and the museum. *Art Bulletin* 84 (4), 2002, p. 641–659.

FLOOD, Fibarr. Idol breaking as image making in the islamic state. *Religion and Society: Advances in Research* 7, 2016, p. 116–138.

FRANTZMAN, Seth J. The Louvre Abu Dhabi: the best – and worst – of globalisation. *The Spectator*, 20 noviembre 2017. Disponible en: https://www.spectator.co.uk/article/the-louvre-abu-dhabi-the-best-and-worst-of-globalisation/

GASMI, Fouad. Les autorites locales de baghai doivent proteger et restaurer la statue. 2016. Disponible en: https://www.lematindz.net/news/21606-fouad-gasmi-les-autorites-locales-de-baghai-doivent-proteger-et-restaurer-la-statue-de-dihya.html

GONZÁLEZ, José Antonio y MUNAWAR, Nour. The unfallen statues of Hafez Al-Assad in Syria. *City* 24 (3-4), 2020, p. 642–655.

GREENHALGH, Michael. 'Travelers' Accounts of Roman statuary in the Near East and North Africa: From Limbo and Destruction to Museum Heaven. In: KRISTENSEN, Troels M. y STIRLING, Lea, (eds.), *The Afterlife of Greek and Roman Sculpture: Late Antique Responses and Practices*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2016, p. 330-348.

GRUBER, Christiane. *The Image Debate: Figural Representation in Islam and Across the World*. Berkeley, CA: Gingko Library, 2019.

HANNOUM, Abdelmajid. Historiography, Mythology and Memory in Modern North Africa: The Story of the Kahina. *Studia Islamica* 85, 1997, p. 85–130.

HANNOUM, Abdelmajid. *Colonial Histories, Post-Colonial Memories: The Legend of the Kahina, A North African Heroine*. Portsmouth, Heinemann, 2001.

HARMANSHAH, Ömür. DA'ESH, heritage, and the spectacles of destruction in the global media. Near East Archaeol 78 (3), 2015, p. 170–177.

HENDRICKX, Benjamin. Al-Kahina: The Last Ally of the RomanByzantines in the Maghreb Against the Muslim Arab Conquest?. *Journal of Early Christian History* 3 (2), 2013, p. 47-61.

IMANPOUR, Mohammad-Taqi. Re-establishment of Achaemenid History and its Development in the Nineteenth and Twentieth Centuries, *Iranian Studies* 48 (4) 2015, p. 515-530.

JONES, Christopher. Understanding ISIS's Destruction of Antiquities as a Rejection of Nationalism. *Journal of Eastern Mediterranean Archaeology and Heritage Studies* 6 (1-2), 2018, p. 32-58.

JONES, Christopher. Zenobia in Damascus: The Role of Classical Archaeology in Syrian Politics. 24 de julio de 2023. Disponible en: https://www.helsinki.fi/en/researchgroups/ancient-near-eastern-empires/news/zenobia-in-damascus-the-role-of-classical-archaeology-in-syrian-politics

KERVRAN, Monique. Une statue de Darius découverte à Suse. Le context archéologique. *Journal asiatique* 260, 1972, p. 235-239.

KINNEY, Dale. Spolia. Damnatio and renovatio memoriae. *Memoirs of the American Academy in Rome* 42, 1997, p. 117-148.

KOLRUD, Kristine y PRUSAC, Marina. *Iconoclasm from antiquity to modernity*. Ashgate, Burlington, 2014.

LAWLER, Andrew. Iran Reopens Its Past. *Science* 302 (5647), 2003, p. 970-973.

TIME. Iran. 20th-Century Darius. *Time*. 25 de abril de 1938. Disponible en: http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,931008,00.html

LERMAN, Eran. Abdel Fattah el-Sisi and the Re-Pharaonization of Egypt. *The Jerusalem Strategic Tribune*. Mayo 2022. Disponible en: https://jstribune.com/lerman-re-pharaonization-of-egypt/

LOUNÈS, B. Les chaouis restaurent la statue de La kahina à Khenchela. Tamurt. 16 de Agosto de 2016. Disponible en: https://tamurt.info/les-chaouis-restaurent-la-statue-de-la-kahina-a-khenchela/

M.K. Edification d'une statue du roi berbère Sheshonq à Tizi Ouzou: la Libye réagit. *Algerie Patriotique,* 15 de enero de 2021. Disponible en: https://www.algeriepatriotique.com/2021/01/15/edification-dune-statue-du-roi-berbere-sheshonq-a-tizi-ouzou-la-libye-reagit/

MANAL. Statue of Palmyra queen Zenobia in Damascus for four days, *Syrian Arab News Agency*. 6 de septiembre de 2015. Disponible en: https://sana.sy/en/?p=53820

MARK, Joshua. Kahina: Early Medieval Berber Warrior-Queen Standing against Arab Invasion. 19 de febrero 2019. Disponible en: https://brewminate.com/kahina-early-medieval-berber-warrior-queen-standing-against-arab-invasion/

MARTINS, Ivo dos Santos. Iran in Assen… An "intentional" exhibition?. 11 de septiembre de 2018. Disponible en:

https://persiababylonia.org/2018/09/11/iran-in-assen-an-intentional-exhibition/

MASOUMI, Parvaneh. Killing History. *Iran Wire*. 10 de marzo de 2015. Disponible en: https://iranwire.com/en/society/60933/

MODÉRAN, Yves. Kusayla, l'Afrique et les Arabes. In: BRIAND-PONSART, Claude (ed.), *Identités et cultures dans l'Algérie antique. Actes du colloque international (Rouen, mai 2003)*. Rouen-L. Havre: Presses Universitaires de Rouen et du Havre, 2005, p. 423-457.

MODÉRAN, Yves. Kahena, *Encyclopédie berbère*, 2005. Disponible en: http://journals.openedition.org/encyclopedieberbere/1306

MohandKBL. Contre la statue du Pharaon Chachnaq à Tizi Ouzou. 2021. Disponible en: https://www.mesopinions.com/petition/politique/contre-statue-pharaon-chachnaq-tizi-ouzou/122450

MONFERRER, Juan Pedro. La 'Caída de Palmira' o la 'Historia de Zenobia y Gadiīma'contada por la tradición norarábiga. *Anaquel de Estudios Árabes* 23, 2012, p.-83-108.

MULDER, Stephanie. *Imagining Antiquity in Islamic Societies*. Bristol/Chicago: Intellect Books, 2022.

MUSEUM OF THE JEWISH PEOPLE. Queen of the Desert: The Amazing Story of "Jewish Khaleesi". 14 de octubre de 2018. Disponible en: https://www.anumuseum.org.il/blog/dihya-al-kahina/

OUAMER-ALI, Tarik. Sheshonq Ier, le pharaon de Tizi Ouzou. 11 de enero de 2024. Disponible en: https://www.founoune.com/sheshonq-ier-le-pharaon-de-tizi-ouzou/

PERROT, Jean, (ed.). *The Palace of Darius at Susa: The Great Royal Residence of Achaemenid Persia*. Nueva York: I.B.Tauris & Co Ltd, 2013.

PERROT, Jean. How the Statue of Darius broke. In: PERROT, Jean, (ed.), 2013, *The Palace of Darius at Susa: The Great Royal Residence of Achaemenid Persia*. Nueva York: I.B.Tauris & Co Ltd, 2013, p. 176-177.

POWERS, David S. Demonizing Zenobia: the legend of al-Zabbā' in Islamic sources. En: MARGARITAI, Roxani, SABRA, Adam y SIJPENSTEIN, Petra (eds.) *Histories of the Middle East: Studies in Middle Eastern Society, Economy and Law in Honor of A.L. Udovitch*. Leiden-Boston: Brill, 2011, p. 127-182.

RAZMJOU, Shahrokh. Assessing the Damage: Notes on the Life and Demise of the Statue of Darius from Susa. *Ars Orientalis* 34, 2002, p. 81-104.

REID, Daniel Malcolm. *Whose Pharaohs? Archaeology, Museums, and Egyptian National Identity from Napoleon to World War I*. California: University of California Press, 2002.

REID, Daniel Malcolm. *Contesting Antiquity in Egypt: Archaeologies, Museums & the Struggle for Identities from World War I to Nasser*. Cairo: American University in Cairo Press, 2015.

ROE, Thomas. *Letters of Sir Thomas Roe, and his correspondents, relating to his embassy in Turkey*. Londres: Samuel Richardson, 1740.

RUPTLY (2015) 'Warrior Queen' Zenobia Statue Erected in Syria in Defiance of Islamic State. *Dailymotion*. Disponible en: https://www.dailymotion.com/video/x35g5w2

SANADJIAN, Manuchehr. Islamic Rule and the Pre-Islamic Blessing, the 'Homecoming' of the Cyrus Cylinder. *Dialectical Anthropology* 35 (4), 2011, p. 459-474.

SHAW, Wendy. Destroy your idols. *X-Tra Contemp Art Q* 18 (1), 2015, p. 73-94.

SIWEL. La statue de la reine Dihya incendiée à Baghaï: Le MAC réagit. *Siwel*. 12 de agosto de 2016. Disponible en: https://www.siwel.info/la-statue-de-la-reine-dihya-incendiee-a-baghai-le-mac-reagit_8595.html

SIWEL. La statue du héros amazigh Aksel (Koceila) vandalisée à quelques jours de son inauguration. *Siwel*. 24 de marzo de 2021. Disponible en: https://siwel.info/la-statue-du-hero-aksel-koceila-vandalisee-a-quelques-jours-de-son-inauguration_63186.html

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. Londres: Routledge, 2006.

SOHRABI, Narciss. Memorialization of War between conflicts of interest before and after the Islamic Revolution: Public Art and Public Space in Iran. *ARTis ON* 7, 2018, p 161-170.

TENORIO, Mauricio. *La historia en ruinas. El culto a los monumentos y su destrucción*. Madrid: Alianza Editorial, 2023.

TLASS, Mustafa. *Zenobia: the Queen of Palmyra*. Damasco: Tlass.

VICENTE, Álex. ¿Qué busca Francia al exportar sus museos?. *El País*, 15 de diciembre de 2019. Disponible en: https://elpais.com/elpais/2019/12/13/ideas/1576241625_837560.html

WAKEFIELD, S *Cultural heritage, transnational narratives and museum franchising in Abu Dhabi*. Oxford/New York: Routledge, 2021.

WOLTERING, Robert. Zenobia or al-Zabbā': The Modern Arab Literary Reception of the Palmyran Protagonist. *Middle Eastern Literatures* 17 (1), 2014, p. 25-42.

YOUTUBE, The Pharaohs' Golden Parade, 2021. Disponible en: https://www.youtube.com/watch?v=bnlXW7KZl0c

Recibido: 31 de julio de 2024 | Aceptado: 27 de septiembre 2024

EL CULTO Y LA DESTRUCCIÓN DE LA ESCULTURA ANTIGUA EN LAS SOCIEDADES ARABO-ISLÁMICAS CONTEMPORÁNEAS: HISTORIOGRAFÍA, IDENTIDAD Y PATRIMONIO

Jorge Elices Ocón[1]

Resumen

Este trabajo analiza la recepción de la escultura antigua en las sociedades arabo-islámicas considerando seis casos de estudio que evidencian su valor y vigencia desde época medieval hasta la actualidad: la erección de una estatua faraónica de Ramsés II en El Cairo durante el gobierno de Nasser y su reciente traslado entre masas al nuevo museo arqueológico; el hallazgo de una estatua de Darío en 1972 en Susa y su papel simbólico como pieza destacada del museo arqueológico de Teherán; la estatua moderna de Zenobia y exhibición en Damasco en 2015 en el contexto de la guerra civil en Siria; la erección de una estatua dedicada a Kahina en 2003 en la localidad argelina de Baghai, incendiada en 2016 como referente en conflictos políticos y religiosos entre comunidades (árabes y bereberes) y países (Argelia y Francia); el vídeo de destrucción del Museo Arqueológico de Mosul gravado por los militantes de DAESH en 2015; y la exhibición inaugural del Abu Dabi Louvre Museum en 2017 con una destaca presencia de escultura clásica. La escultura juega un papel determinante en la reafirmación identitaria de ciertos colectivos o regímenes políticos, su significado se construye a partir de discursos historiográficos anclados en el supuesto rechazo del Islam a la representación figurada y el conjunto de respuestas que suscita la escultura, ya sea venerada o destruida, forma parte de una ola iconoclasta actual que se hace eco de debates globales en torno al patrimonio, las identidades y su representatividad y la revisión de la historia.

Palabras claves

Recepción; Islam; iconoclasta; medieval; nacionalismo; colonialismo; Orientalismo.

[1] Profesor Doctor – Centro de Ciencias Humanas y Sociales/Instituto de Historia. Madrid, Madrid, España. E-mail: jorge.elices@cchs.csic.es.Este artículo forma parte de los resultados del proyecto de investigación «Recepción de la escultura antigua en el Islam: fuentes árabes y base de datos» (20231AT027), financiado por el IH/CSIC, y ha sido desarrollado en el marco de la ayuda Ramón y Cajal (RyC2021-031689-I), financiada por el MICIU/AEI/10.13039/501100011033 y por la Unión Europea NextGenerationEU/PRTR

Resumo

Este trabalho analisa a recepção das estátuas antigas nas sociedades árabe-islâmicas considerando seis estudos de caso que evidenciam seu valor e vigência, da época medieval até os dias atuais: a construção de uma estátua faraônica, de Ramsés II, no Cairo, durante o governo de Nasser, e sua recente transferência, entre as massas, ao novo museu arqueológico; a descoberta de uma estátua de Dario, em 1972, em Susa e seu papel simbólico como peça de destaque do museu arqueológico de Teerã; a estátua moderna de Zenóbia e sua exibição em Damasco, no ano de 2015, no contexto da guerra civil na Síria; a construção de uma estátua dedicada a Kahina, em 2003, no território argelino de Baghai e seu incêndio, em 2016, resultante de conflitos políticos e religiosos entre comunidades (árabes e berberes) e países (Argélia e França); o vídeo de destruição do Museu Arqueológico de Mossul gravado pelos militantes do DAESH em 2015; a exibição inaugural do Abu Dabi Louvre Museum, em 2017, com uma destacada presença da estatuária clássica. A estátua desempenha um papel determinante na reafirmação identitária de certos coletivos ou regimes políticos, e seu significado se constrói tanto a partir de discursos historiográficos ancorados no suposto rechaço, por parte do Islã, às representações figuradas quanto pelo conjunto de respostas que a estatuária suscita. Venerada ou destruída, a estátua forma parte de uma onda iconoclasta atual e que ressoa sobre os debates globais sobre o patrimônio, as identidades, sua representatividade e a revisão da História.

Palavras-chave

Recepção; Islã; iconoclastia; medieval; nacionalismo; colonialismo; Orientalismo.

La ola de ataques y acciones contra estatuas en todo el mundo en junio de 2020, en el contexto de las protestas originadas tras el asesinato de George Floyd, representan el último episodio de una historia de violencia iconoclasta (Kolrud y Prusac, 2014). Estos actos no siempre tienen un trasfondo común y presentan diferencias notables, pero la mayoría atienden al carácter "occidental/colonialista/blanco" de los monumentos. Se busca "abolir o exorcizar la maldad del pasado" (Tenorio, 2023: 20). A todos ellos les une el hecho de que desafían la noción tradicional de patrimonio y lo redefinen en términos de memoria, identidad y representatividad, afirmando que cada sociedad o cada colectivo tiene derecho a definir quién o qué debe ser recordado o rescatado del olvido.

La antigüedad es un elemento más en esta disputa por definir identidades, memorias y patrimonios; sin embargo, al estar de hecho imbuida en su propio contexto cultural y social y al arrastrar también toda una serie de discursos ideológicos a los que tradicionalmente ha estado asociada (imperio, nación, raza o etnia), el uso (y abuso) de la antigüedad resulta totalmente anacrónico, sesgado e incluso peligroso cuando se refiere a identidades y discursos en el presente. Mi contribución parte pues de los estudios de recepción de la antigüedad, pero se centra en el mundo arabo-islámico contemporáneo. La antigüedad constituye sin duda un referente recurrente y actual en la construcción de discursos historiográficos, nacionales e identitarios en el seno de las sociedades arabo-islámicas, aunque no sin contradicciones (Elices, 2020a; Mulder, 2022). Entre los vestigios de la antigüedad, la recepción de la escultura antigua es uno de los aspectos menos estudiados, y sin embargo, más interesantes. Estos casos no han sido considerados por sí mismos pues se parte de la premisa, errónea por otra parte, de una predisposición del Islam a prohibir o rechazar cualquier representación figurada. No existe tal prohibición, y el rechazo o aprecio de la imagen figurada o del pasado preislámico cambia en función del contexto y las circunstancias (Gruber, 2019: 9-29). Esta noción simplista y reduccionista del Islam se ha aplicado a la escultura antigua, indicando que los musulmanes consideran estas estatuas como ídolos (*aṣnām*) de la Jāhiliyya, la "Edad de la Ignorancia". De esta forma, se suele afirmar que en época medieval aquellas estatuas que no habrían sido destruidas de antemano, cayeron en un "limbo", pues estas obras "no formarían parte de la sensibilidad musulmana" y ellos "no tenían más que una vaga noción de sus orígenes", pero en ningún caso "un interés particular por ellas" (Greenhalgh, 2016: 336-337). El argumento suele ganar peso al acudir a ejemplos recientes, como la destrucción de los Budas de Bamiyán (Afganistán) en 2001 a manos de los Talibanes, y la destrucción y saqueo de templos, estatuas o museos en Siria e Iraq a cargo de los militantes de DAESH (Flood, 2002 y 2016; Elices, 2020a: 25-47). Sin

embargo, el registro material y las fuentes escritas evidencian que, más allá de la destrucción, las estatuas antiguas generaron y todavía suscitan un amplio conjunto de respuestas, y que ocuparon y desempeñan todavía un papel central y relevante en los discursos de construcción de identidad, memoria y patrimonio.

En definitiva, mi propósito al analizar esta recepción de la escultura es doble: por un lado, pretendo evidenciar que las sociedades arabo-islámicas son (y fueron) multiculturales y dinámicas, asimilando y cambiando su relación con el pasado y la escultura antigua en función del contexto y las circunstancias, poniendo de manifiesto un proceso de recepción diverso y dilatado en el tiempo donde la religión islámica tiene un papel relevante, a veces secundario y otras veces central; por otro lado, busco señalar la necesidad de considerar estos ataques contra estatuas como un fenómeno global y transcultural que, estudiando desde las sociedades arabo-islámicas, puede comprenderse mejor y problematizarse todavía más. Esta contribución se divide en dos partes: la primera profundiza en seis casos de estudio, y la segunda parte traza un análisis en conjunto, ahondando en el papel de las estatuas en la construcción de unas identidades entendidas como fijas, excluyentes y antagónicas, y un tipo de historia que parece imponerse hoy en día como forma de entender la relación con el pasado, con nefastas consecuencias en muchos casos.

Entre el culto y la destrucción: seis casos de estudio

Los seis casos de estudio aluden al traslado, resignificación, mutilación o destrucción de esculturas antiguas, pero también a la creación y exhibición pública de nuevas estatuas en varios países: Egipto, Siria, Iraq, Irán Emiratos Árabes Unidos y Argelia.

Ramsés II en El Cairo: historias de una estatua, una ciudad y un país

Una monumental estatua de Ramsés II preside desde 2018 la entrada gran museo de antigüedades egipcias en El Cairo. La escultura de más de doce metros fue descubierta en 1820 en las inmediaciones de la ciudad de Menfis. Permaneció *in situ* hasta el año 1954, cuando Nasser ordenó que fuera restaurada y trasladada a la capital para celebrar el segundo aniversario de la revolución de 1952. Los fragmentos fueron transportados en carros de combate y la estatua fue erigida en el centro de la plaza Bab al-Hadid, frente a la principal estación ferroviaria (Fig. 1). Estuvo allí hasta

el año 2006, momento en el que fue trasladada de nuevo, en esta ocasión a Guiza, desde donde acabaría recalando finalmente en el nuevo y fastuoso museo egipcio construido a las afueras de la ciudad.



Figura 1: Estatua de Ramsés reconstruida y restaurada, erigida en la plaza de la estación ferroviaria de El Cairo. Fotografía de los años 90. Imagen de Creative Commons

El día del traslado, el 25 de agosto de 2006, miles de personas se reunieron para ver la estatua y acompañarla en su recorrido. El cineasta egipcio Amr Bayoumi' decidió filmar este momento único. La estatua no solo representaba al faraón más poderoso del antiguo Egipto, una afirmación habitual entre las gentes del país, sino también era una parte de su propia infancia. En el documental que realizó con el material grabado afirma que "la estatua era lo más extraordinario del mundo para un adolescente que se aventuraba a salir de casa por primera vez". El documental solo vio la luz años después (Bayoumi', 2019). Según constata: "no supe cómo sería mi película hasta que empecé a hacerme esta pregunta: ¿Hasta qué punto puede relacionarse el destino de un trozo de piedra con el de un ser humano?". La película recupera la historia de la estatua desde sus orígenes

en Menfis, entretejiéndola con retazos de su propia historia personal, de la historia de El Cairo y de Egipto. La pregunta que da nombre al documental, "¿A dónde fue Ramsés? (*Where did Ramses go?*), procede de un anuncio de helados aparecido en *Misr lil-Alban* (Misr Dairy), uno de los programas más conocidos de la televisión egipcia de finales de los años sesenta y principios de los setenta. En el anuncio Ramsés desaparecía por un momento de la plaza y regresaba con un helado, asegurando que los mejores de la ciudad podían comprarse apenas a unos metros de la plaza. La pregunta remite al destino final del faraón, pero permite evocar también preguntas más trascendentales en referencia al propio país y la sociedad egipcia.

La estatua de Ramsés y su historia reciente se encuadran en el seno de una larga tradición historiográfica, política y cultural en el que el presente y futuro de Egipto se construye a partir de su pasado faraónico (El Daly, 2005; Elices, 2021: 675-679). En 1922, el descubriendo de la tumba de Tutankamón supuso un punto de inflexión en el proceso de independencia y en la gestión del patrimonio en el país (Reid, 2002 y 2015). Más recientemente, el 3 de abril de 2021, el régimen egipcio trasladó varias momias faraónicas. El espectáculo fue retransmitido a nivel mundial. La procesión recorrió las calles de El Cairo, congregando a miles de espectadores. Los sarcófagos fueron transportados a bordo de vehículos militares blindados y decorados, acompañados de una banda militar y una orquesta sinfónica, guardas a caballo y actores que daban vida a sacerdotes y portadores de ofrendas y piezas, réplicas de las halladas en las tumbas (Youtube, *The Pharaohs' Golden Parade*). La centuria que ha trascurrido entre ambos eventos muestra un protagonismo creciente del pasado faraónico en la construcción de discursos políticos e identitarios. Las autoridades del país están explorando de forma creciente su dimensión visual o escénica, apostando en su potencial para conseguir pingües beneficios gracias al turismo y al reconocimiento público de un pasado compartido, entendido como universalmente significativo y moralmente incontestable, y con ello, lograr una comprensión social mediada del pasado, una adhesión al presente y sus circunstancias, e incluso una proyección de futuro.

Zenobia: historiografía e imagen para una estatua

A comienzos de septiembre de 2015, una estatua *ex novo* de la reina Zenobia fue expuesta en la plaza de los Omeyas en Damasco como parte de una iniciativa promovida por el régimen de Bachar al-Asad titulada "De Palmira a Damasco". Las cámaras de la televisión rusa grabaron la llegada de la estatua, que congregó a varios cientos de personas. La estatua

formaba parte de una exposición más amplia que incluía un carruaje real simulado y varios relieves auténticos provenientes de Palmira, y estuvo expuesta durante cuatro días en una plaza de Damasco, mientras el país estaba sumido en una cruenta guerra civil que todavía no ha acabado (Ruptly, 2015, Fig. 2; Jones 2023). Al calor de la Primavera Árabe en 2011 y con el trasfondo de la injerencia de las potencias extranjeras, Siria se vio abocada a una terrible guerra civil. La ciudad de Palmira había sido ocupada por los militantes de DAESH en mayo de ese mismo año y apenas unos días antes de que la estatua de Zenobia fuera expuesta en Damasco, Khaled Al-Asa'ad, director del conjunto arqueológico y del museo de Palmira, había sido asesinado. Las dramáticas circunstancias no fueron obstáculo para que el ministro de Turismo, Bisher Yazigi, declarase que la actividad buscaba preservar la antigüedad y sus vestigios, al tiempo que demostraba que "la vida en Siria no puede paralizarse a pesar de la guerra encarnizada" (Manal, 2015).



Figura 2: Estatua de Zenobia trasladada y erigida en la plaza de los Omeyas en Damasco. Imagen tomada del vídeo difundido y disponible en: Ruptly, 2015.

Zenobia gobernó Palmira entre el 267 y 272 d.C., siendo finalmente derrotada por el emperador romano Aureliano. Lejos de caer en el olvido, es mencionada por los autores árabes de época medieval como al-Zabbāʾ (al-Ṭabarī, *Taʾrīḫ al-rusul*: 757-766; al-Masʿūdī, *Murūǧ* al-*ḏahab:* III, 101-102; Powers, 2011; Monferrer, 2012). Coincidiendo con el dominio otomano y el imperialismo europeo, Salīm al-Bustānī recurrió a la *Historia Augusta*, esbozando una nueva imagen de la reina que ahondaba en la convergencia de lo oriental y occidental (al-Bustānī, 1870-1871). Un siglo después, en

plena guerra fría, la obra *Zanūbyā*, anónima, ensalza la lucha de Zenobia frente a Roma, desde una perspectiva marxista, antiimperialista y pro-femenina (Anónimo, 1975). Los Assad convirtieron a Zenobia en heroína nacional de Siria, continuando esta tradición historiográfica sustentada en las fuentes clásicas y no en las fuentes árabes, donde la reina es caracterizada como una gobernante despiadada y protagonista en las disputas tribales entre árabes, algo que no concuerda con los intereses de la familia en el poder (Woltering, 2014: 28-33 y 37-38). La imagen de Zenobia que aparecía en el billete sirio de 500 libras es de hecho muy similar a la estatua erigida en Damasco. Su figura permitía al régimen construir un discurso nacionalista. Sin embargo, el discurso no resultaba verosímil e integrador para todos (Elices, 2020a: 46). Palmira (Tadmor) era conocida por la prisión militar donde los sospechosos de algún tipo de oposición a los Assad eran encarcelados (Jones, 2018: 41 y 49). Idolatrado como referente de la nación y usado como símbolo de su opresión, el pasado y sus ruinas fueron el objetivo de la violencia de DAESH. Al contrario que el régimen sirio, ellos recuperaron la imagen demonizada de Zenobia, tal y como aparece en las fuentes árabes medievales, algo que debe entenderse como una respuesta a este uso partidista y nacionalista del pasado (Jones, 2018: 45-46)

La exhibición de la estatua de Zenobia en la Plaza de los Omeyas de Damasco fue a su vez una respuesta calibrada a la propaganda de DAESH y una vuelta de tuerca más en la utilización propagandística de la imagen de la reina palmirense. El enclave escogido para ello no es casual. La plaza fue el escenario de una multitudinaria manifestación de apoyo a Bachar al Asad el 20 de junio de 2011 y allí se encuentra la ópera y la biblioteca nacional, así como el cuartel central de las fuerzas armadas (Jones, 2023). El momento escogido para exhibir la estatua de Zenobia tampoco parece casual: los opositores al régimen estaban derribando las estatuas de Hafez al-Assad (González y Munawar, 2020: 6-9). La estatua de Zenobia no solo buscaba lavar la imagen del régimen, enrocado en su discurso nacionalista como única salvaguarda, sino que trasladaba también una idea nueva: la protección del pasado frente a la barbarie perpetrada por DAESH, un argumento *in extremis*, pero válido para muchos. Así, la imagen de Zenobia se amolda a la del régimen, como un arquetipo vacío y descontextualizado, pero todavía extremadamente útil y significativo.

La estatua de Darío: los límites del pasado en Irán

Las excavaciones en Susa permitieron localizar una escultura en granito que representa a Darío I (522-486 a.C.). Su figura está envuelta en ropajes

distintivos, con un cinturón anudado, asegurando una daga. La mitad superior de la estatua no se conserva. En el pedestal, inscripciones en escritura cuneiforme (en Elamita, Acadio y Persa Antiguo) y jeroglífica atestiguan el nombre del monarca y las 24 naciones que conformaban su imperio (Fig. 3). Se trata pues de una estatua singular por su combinación de múltiples lenguas y elementos propios de la realeza aqueménida y egipcia. Originariamente habría sido realizada en Egipto, emplazada en el templo de Atón en Heliópolis, tal y como se desprende de las inscripciones conservadas. En un momento posterior habría sido trasladada a Susa y situada en uno de los accesos principales al complejo palaciego de época aqueménida. Si bien parece que algunas de las fracturas de la estatua fueron intencionales, pues se ha eliminado parcialmente el nombre de Darío de los cartuchos en jeroglífico, lo cierto es que la fractura más significativa, hacia la mitad superior de la estatua, habría sido provocada por causas naturales a raíz de un movimiento de tierras (Razmjou, 2002; Perrot, 2013: 176). El contexto arqueológico del hallazgo es también significativo: la estatua fue descubierta y enterrada de nuevo en el siglo IX, según se desprende de los restos cerámicos de época abbasí que aparecieron asociados a la estatua. La parte superior de la estatua podría haber sido retirada y trasladada entonces a un lugar desconocido todavía, pues no se ha podido localizar entre las ruinas de la ciudad (Kervran, 1972: 238; Perrot, 2013: 108-110 y 176-177).

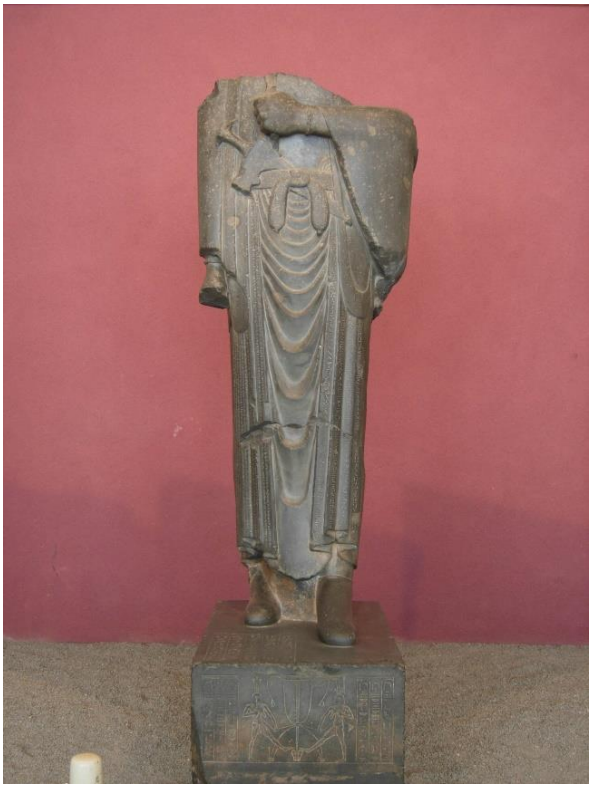


Figura 3: Estatua de Darío en el Museo Nacional de Teherán (Irán) (NMI 4112). Imagen de Creative Commons

Cuando fue descubierta la estatua en 1972, la imagen de Darío era un referente político e identitario. Al igual que Egipto, Irán cuenta con una amplia tradición literaria en torno al pasado, escrita ya en época medieval y moderna, que se acentuó en época contemporánea al calor de los discursos identitarios, reformistas y/o nacionalistas, primero durante la revolución constitucional de 1906, y posteriormente con las dinastías Qajar y Pahlavi (Imanpour, 2015; Elices, 2021: 679-681). En 1938 Reza Shah Pahlavi aparecía en la portada del *Time Magazine* como el "20th Century Darius" (Time, 1938). En octubre de 1971, Mohammad Reza Shah celebró una ostentosa ceremonia en Persépolis para conmemorar el 2.500 aniversario de la fundación del imperio persa. El escenario escogido y el recuerdo a la gloria de los reyes aqueménidas formaba parte de una estrategia de legitimación de la dinastía Pahlavi, construyendo un perfil propio frente al panarabismo en auge (Abdi, 2001: 68-69). Sin embargo, el resultado no fue el esperado: el acto fue visto como una extravagancia más de una dinastía en decadencia. La revolución de 1979 supuso un giro de timón y el combate a la propaganda nacionalista fue uno de los objetivos del nuevo gobierno islamista. La situación ha cambiado lentamente desde finales del siglo XX, intentando recrear el discurso nacionalista (Lawler, 2003). En 2010 y a petición del presidente iraní M. Ahmadineyad, el Museo Británico cedió temporalmente el Cilindro de Ciro con motivo de una exposición que contaba con otras piezas destacadas del Museo nacional de Teherán, como la propia estatua de Darío. No importaba tanto la pieza en sí, ni su historia o contexto, sino lo que podía representar en términos políticos e identitarios para el país (Sanadjian, 2011).

Actualmente, la estatua de Darío es uno de los símbolos de las excavaciones en Susa y una de las piezas más destacadas del museo de Teherán. Su proyección internacional es creciente y en 2018 una reproducción de la misma figuró en la exposición *Irán: cuna de la civilización* (Iran: Bakermat van de beschaving), organizada por el Drents Museum de Assen (Martins, 2018). Sin embargo, a diferencia de otras piezas, como el propio cilindro de Ciro, la estatua de Darío no es un referente identitario local. Los motivos que se pueden aducir son varios. Por un lado, se trata de una estatua que se conserva fragmentada, sin la imagen del gobernante. Por otro lado, la combinación singular de elementos culturales de distinto origen juega en contra de la posibilidad de que la estatua sirva justamente para definir una única identidad o un discurso en torno al pasado. Por último, el uso y abuso del pasado aqueménida queda supeditado a las

propias limitaciones de un régimen que sustenta su legitimidad en la observación estricta del Islam y que hace un uso planificado de la escultura monumental para representar a mártires, héroes de guerra y líderes religiosos del país (Sohrabi, 2018).

DAESH y la destrucción/construcción del patrimonio en Mosul

El reguero de destrucción de DAESH no se circunscribe únicamente a Palmira, sino que afectó a buena parte del patrimonio de Siria e Iraq e incluso estatuas de califas. En Raqa (Siria), la imagen del califa abassí Hārūn ar-Rashīd (r. 786-809) fue derribada por los militantes de DAESH (Ali, 2022). La prensa internacional, sin embargo, prestó más atención a otros casos de destrucción. El 26 de febrero de 2015 DAESH subió a Youtube un vídeo grabado en el Museo Arqueológico de Mosul en el que varios integrantes destruían estatuas usando picos, palas e incluso sierras eléctricas. La imagen del vídeo se ralentizaba hasta casi quedar fija, capturando el momento en el que las esculturas eran hechas añicos (Fig. 4). Las imágenes se difundieron de forma rápida, recabando la atención de los medios, que aludieron a un "crimen de guerra" y un "acto de terrorismo", suscitando a su vez múltiples reacciones, por ejemplo, múltiples caricaturas que criticaban y satirizaban a los militantes de DAESH, pero cayendo en discursos decimonónicos o "neo-orientalistas" sobre la "barbarie" y el supuesto rechazo a la imagen figurada o al pasado preislámico (Elices, 2020c).



Figura 4: Destrucción y derribo de estatuas en el Museo Arqueológico de Mosul. Imagen tomada del vídeo difundido por DAESH en las redes sociales.

DAESH evocaba la idea de *yihad*, emulando y recreando los ataques iconoclastas atribuidos según las tradiciones islámicas a Abraham y Mahoma (Anónimo, 2015: 22). Sin embargo, el contexto, los artefactos y las palabras elegidas para el vídeo revelan una escenografía bien planificada y un discurso ideológicamente fundamentado. El resultado fue una "obra de anti-arte" (Harmanşhah, 2015: 173-176; Shaw, 2015: 75-76 y 81-82; Flood, 2016: 120 y 123–124; Elices, 2000: 47). DAESH no omite o rechaza el pasado preislámico, de hecho, recurre a la propia historia de las esculturas, aunque sea de forma sesgada, apuntando a su descubrimiento por arqueólogos europeos, y subrayando su función religiosa. Además, el vídeo esconde una radical reinterpretación de las piezas donde la destrucción grabada sirve para construir una nueva imagen, un nuevo patrimonio y un nuevo discurso ideológico e identitario, arraigado en una interpretación tergiversada tanto del Islam como de la propia historia de estas piezas (Elices, 2021: 182-186).

Destrucción y construcción van siempre de la mano: los ataques iconoclastas o la *dammnatio memoriae* son una fórmula que acaba preservando y transformando la memoria, y sus vestigios, como los *spolia*, quedan insertos en un nuevo contexto y adoptando nuevos significados (Kinney, 1997; Elsner, 2003: 211). DAESH, aun abogando y destruyendo el patrimonio *de facto*, acaba desafiando y construyendo una nueva realidad, una nueva definición del patrimonio. Tal y como sostiene L. Smith, el

patrimonio "es un momento de acción, no algo congelado en una forma material", y no es una única acción, sino "una serie de actividades que incluyen recordar, conmemorar, comunicar y transmitir conocimientos y recuerdos, afirmar y expresar la identidad y sus valores y significados sociales y culturales" (Smith, 2006: 83). De este modo, DAESH destruye el patrimonio, al mismo tiempo que lo construye y resignifica en forma de video, como herramienta de afirmación identitaria y de discurso ideológico, acudiendo a una historia sesgada (pero alternativa), y a una lectura radical, antinacionalista y excluyente de lo que debe ser conservado, apreciado e idolatrado, es decir, lo que debe constituir en última instancia la referencia y núcleo de la identidad de las personas, consideradas en dos únicas categorías: creyentes o enemigos de fe.

La escultura frente al contexto local: el Louvre Abu Dabi

El 8 de noviembre de 2017 abrió sus puertas el Louvre Abu Dabi. La colección inaugural contaba con una selección de obras de pertenecientes a distintos contextos y culturas, entre las que destacaba un conjunto de esculturas clásicas, algunas de las cuales eran desnudos masculinos idealizados. El presidente francés E. Macron viajó hasta la capital y pronunció un discurso donde dejaba manifiesto el propósito del museo: promover ciertos valores humanos (cultura, educación, belleza) que permiten construir puentes entre continentes y generaciones y, sobre todo, "combatir toda forma de oscurantismo". Macron añadía también un mensaje directo a los Emiratos Árabes Unidos: su patronazgo en el museo equivalía a apoyar y secundar los mismos valores que buscaron los artistas y artífices de las obras exhibidas: libertad, razón, tolerancia y fraternidad. Aludía de hecho a estos conceptos haciendo incluso referencia a las estatuas clásicas de cuerpos desnudos e idealizados (De Corte, 2019: 52-53, traducción propia desde el inglés). Todavía daba un paso más y afirmaba:

> este mensaje que enviáis y la valentía que queríais mostrar en la restauración de vuestra religión a lo que siempre ha hecho (…). es un mensaje de profundo sincretismo: vuestra religión no puede ser amada sin un recordatorio de que todas las grandes religiones monoteístas nacieron aquí, en esta región, y que el Islam nació de este palimpsesto de culturas y civilizaciones que aseguran que nuestras religiones y civilizaciones están inexorablemente e inextricablemente unidas, y que aquellos que pretenden hacer creer a la gente -sea en cualquier parte del mundo sea- que el Islam se construye destruyendo los demás monoteísmos son unos mentirosos y os están traicionando (De Corte, 2019: 54, traducción propia desde el inglés)

Su discurso concluía recordando una vez más:

> Así pues, que nadie se equivoque, aquí donde la luz cambia cada hora, lo que estamos emprendiendo juntos es nuestra lucha por lo que es humano, es nuestra lucha inquebrantable contra todo ensimismamiento y lenguaje odioso. Es nuestra determinación de proteger lo que es bello, lo que es universal, la creación, la razón, la inteligencia y la fraternidad, porque es lo que nos ha hecho a todos y cada uno de nosotros (De Corte, 2019: 55, traducción propia desde el inglés).

La presa se hizo eco del discurso del presidente francés, ahondando en los procesos de globalización y descolonización (Frantzman, 2017; Vicente, 2019; Wakefiled, 2021). Las palabras pronunciadas por el mandatario francés contenían veladas referencias a la política internacional (también a la política francesa) y se reafirman en el papel del arte y el patrimonio como embajadores y baluartes de una determinada concepción de la cultura y la civilización. En los últimos estertores de la guerra en Siria e Iraq, al calor todavía de las destrucciones de patrimonio y de colecciones de museos en Palmira y Mosul a cargo de DAESH, y con una dramática escalada de atentados en Francia en 2015 (contra el semanario satírico francés Charlie Hebdo), el presidente francés abogaba por un discurso de conciliación y colaboración entre naciones y culturas, que sin embargo esconde una clara reafirmación y definición de esas mismas categorías en términos opuestos: luz *vs* obscurantismo; civilización *vs* barbarie. La idea de una historia de identidades fijas, opuestas y excluyentes, funciona para ambos países: encarnarían los valores y la civilización humana frente al obscurantismo y la barbarie de DAESH. Es el mismo discurso que ya había empleado el régimen sirio en 2015 al erigir la estatua de Zenobia. El discurso de Macron ahonda también en la desconexión local con estas antigüedades y obras de arte, pese a que muchas piezas procederían originariamente de Levante o Mesopotamia (Elices, 2021: 176). Los discursos identitarios se construyen aquí de espaldas a la población local, caracterizada por su carácter multicultural, pero también por sus precarias condiciones laborales y la falta de libertades y derechos para colectivos y minorías. De todos los valores las obras de arte y las esculturas exhibidas en Abu Dabi contribuyen supuestamente a difundir se echa en falta, sin embargo, la igualdad. El pasado es aquí, más que en ningún otro caso, un arquetipo retorcido y hueco, vacío de historia y ajeno a la realidad social del país.

Kahina en Argelia: la escultura antigua como respuesta local

En 2003 se erigió una estatua de Kahina en el centro de la ciudad de Baghai, en Argelia (Mark, 2019) (Fig. 5). Las fuentes árabes medievales relativas a esta guerrera bereber que se opuso a las conquistas arabo-islámicas del norte de África en el siglo VII no son del todo detalladas y dan pie a cierta especulación acerca de su origen étnico y la religión que profesaba,

facilitando así su uso en la historiografía moderna y contemporánea desde posturas anti-colonialistas y más recientemente como referente identitario por parte de bereberes o *amazig* (Hannoum, 1997: 103-108 y 116-123; Hannoum, 2001; Becker, 2016).



Figura 5: Estatua de Kahina en Baghai, Argelia. Imagen de Creative Commons.

El presidente de Argelia, A. Bouteflika, asistió a la inauguración pública de la estatua junto a los miembros de una asociación local, sus verdaderos promotores, pero la prensa nacional ignoró la ceremonia. El gobierno había concedido permiso para erigir el monumento, pero esto no impidió que se alzaran voces en su contra, afirmando que era un acto de blasfemia (Becker, 2015). Desde su emplazamiento, la estatua ha sido un referente y catalizador de los discursos historiográficos e identitarios en la región. Sin embargo, la noche del 12 de agosto de 2016, la estatua fue incendiada. En un comunicado oficial remitido al portal digital de noticias, *Siwel - Agence kabyle d'information*, el Movimiento Autonomista Chawi (MAC) condenaba enérgicamente el acto, considerado un "crimen" contra la "madre Dihya Kahina", una figura asociada a "nuestra identidad". Reprochaban

igualmente que, por el contrario, se erigieran estatuas a personajes de la historia colonialista, en concreto a un "sanguinario, torturador, un criminal de guerra", Uqbah ibn Nāfi, el conquistador árabe del Magreb, cuya estatua es uno de los monumentos más conocidos de Biskra (Siwel, 2016). De esta forma, la revisión del discurso historiográfico y la afirmación identitaria van de la mano, aunando pasado y presente. Tras el incendio, la estatua de Kahina fue restaurada por jóvenes locales (Lounès, 2016). Un acto de protesta sirvió también para lanzar varias reivindicaciones que incluían una restauración oficial de la estatua a cargo de especialistas y la inclusión de una inscripción en *amazig*, como complemento a la placa en árabe que identifica a Kahina (Gasmi, 2016).

Desde ese momento, la estatua y su figura han sido dinamizadores de procesos más amplios: Kahina es el nombre de una exitosa drag queen de origen tunecino que participó en la versión francesa de un conocido talent show (Drag Race France), y es también el nombre de una marca estadounidense de productos cosméticos derivados del aceite de argán (Kahina Giving Beauty) (Becker, 2015).

La escultura antigua en el punto de mira: entre lo local y lo global

Si bien cada uno de estos casos responde a unas circunstancias específicas, analizados en conjunto cabe extraer dos reflexiones a modo de conclusión final: la primera es que los procesos actuales de destrucción, reidentificación o producción de nuevas estatuas en las sociedades arabo-islámicas contemporáneas deben estudiarse como el colofón final de un proceso de recepción dilatado en el tiempo, que se remonta a época medieval y moderna; la segunda es que estos casos de estudio están interconectados entre sí, se definen y contraponen, presentan diferencias y similitudes con respecto a otros casos en América, Europa o Asia, y por tanto deben entenderse también como parte de un fenómeno actual, transcultural y global, que se sustenta en una revisión historiográfica y en una reafirmación identitaria no exenta de particularidades y contradicciones.

La longue-dureé recepción de la escultura antigua

En época medieval y moderna las estatuas eran referentes visuales urbanos, puntos de encuentro y socialización, talismanes mágicos que protegían una ciudad o curaban una enfermedad, e imágenes que

permitían vislumbrar un pasado diferente, que explicaban la realidad presente o que auguraban un futuro alternativo. Las estatuas recibían nombre y ofrendas, tenían un origen y una función, y suscitaban todo tipo de comentarios. De la forma en la que se interactuaba con ellas dependían muchas cosas, afectando no solo a un individuo o un colectivo, sino también a una ciudad o una región entera. Las estatuas formaban parte de las comunidades en las que se erigían, de tal manera que los procesos actuales de reutilización, reidentificación o destrucción de estatuas no son y no deben considerarse como un fenómeno actual y copia de otros países, sino como continuación y respuesta a este proceso de recepción que se retrotrae a época medieval y moderna.

Las fuentes árabes medievales aludían a algunas ruinas preislámicas y las ponían en relación con Kahina: el anfiteatro de El Djem (Túnez) era su palacio o fortaleza, y unos subterráneos en Gadamés (Libia) eran utilizados como prisión (Al-Bakrī, *Description*, 139 y 397). Las estatuas faraónicas en Egipto estaban vinculadas a las ciudades, a sus gobernantes y gentes, de una forma muy similar a la que se descubre en el documental de Amr Bayoumi' (El Daly, 2005: 54-55 y 79-81). La estatua de Darío fue descubierta en época medieval y ya entonces el pasado preislámico de Irán era un elemento central en la tradición literaria, como atestigua la obra de Ferdousí, el *Shāhnāmé* o *Libro de los Reyes* (Elices, 2020a: 59-65). Ya sea en forma de espectáculo televisado y organizado por los regímenes en Egipto o Siria, como un acto de destrucción a cargo de sectarios o como una pequeña inauguración en el marco del festival de primavera de una pequeña localidad rural de Argelia, las estatuas convocan a un colectivo concreto que participa del significado y la idiosincrasia de la figura y del acto escogido. La historiografía medieval, o el registro en vídeos y blogs secundan la estatua y permiten definir el acto y la comunidad que lo protagoniza, diferenciándolo de otros. Incluso la destrucción perpetrada por DAESH responde a esta dinámica que construye el valor y significado de las esculturas en base a una tradición literaria e historiográfica previa: antes de su destrucción, el vídeo incluye una introducción en la que un miembro de DAESH explica de forma breve el contexto histórico y arqueológico, y aún con omisiones y tergiversaciones, el discurso queda anclado en la historia política y cultural de la región durante época medieval, moderna y contemporánea. De este modo, la escultura antigua ha sido y es un referente para las sociedades arabo-islámicas y su estudio en la actualidad no puede desligarse en ningún caso de la realidad medieval o moderna.

La recepción de la escultura antigua en las sociedades arabo-islámicas es pues un fenómeno dilatado en el tiempo y que responde al concurso de

múltiples factores, algo que de por sí constituye una característica singular que hace del mundo arabo-islámico una realidad multicultural y dinámica. La religión es sin duda un factor esencial que articula los procesos de recepción en el pasado y en el presente. Sin embargo, conviene no olvidar que la religión cambia y se construye de acuerdo al contexto. La idea de que erigir una estatua o tener como referente identitario una figura de la antigüedad es un atentado contra los principios del Islam no es un rasgo definitorio, sino un argumento habitual en la historiografía medieval, moderna y contemporánea. Lo que resulta evidente en estos seis casos de estudio es que el proceso de recepción no se limita a esto, sino que trasciende la religión islámica. En realidad, son los factores políticos, económicos, sociales o culturales los que acaban teniendo más peso en el proceso de recepción y esto es algo que también se constata tanto en época medieval como contemporánea. De hecho, el argumento religioso suele ser esgrimido en un contexto de crisis y siempre como respuesta a una situación previa en la que la imagen preislámica goza de preponderancia y sentido en el seno de una comunidad. En Egipto, en los siglos XIII y XIV, las fuentes escritas aluden a varios ataques protagonizaos por fanáticos contra imágenes y estatuas, incluso contra la propia esfinge de Gizeh, que resultó afectada en la nariz y orejas: el argumento esgrimido es religioso, son ídolos de la Jāhiliyya adorados por el vulgo, pero las causas son otras, concretamente la crisis política y económica y una fuerte epidemia (Elices, 2020a: 36-38). Algo similar cabe señalar para el régimen iraní o DAESH. Ambos, pese a sus profundas diferencias religiosas, esgrimen este argumento para oponerse a los discursos nacionalistas y construir una identidad exclusivamente religiosa. Ambos acaban incurriendo también en contradicciones, asumiendo el papel de la imagen y la referencia al pasado como herramientas para construir un discurso político e identitario.

El argumento religioso es esgrimido tanto por musulmanes como por los que no lo son. Este último escenario permite observar las limitaciones de considerar la recepción de la escultura antigua en estas sociedades arabo-islámicas únicamente en base al Islam. Parto de un primer ejemplo. Thomas Roe (m. 1644), embajador inglés ante la Sublime Puerta entre 1621 y 1628, estaba interesado en hacerse con los relieves escultóricos que secundaban la Puerta Áurea de Constantinopla. Ante las dificultades y reticencias de las autoridades locales optó por "corromper a algunos clérigos para que rechacen los relieves aludiendo que son contrarios a su ley, y bajo esa pretensión, tomarlos y llevarlos a un lugar privado". Roe no consiguió persuadir a ningún alfaquí, pero lo que sí resultó efectivo fue el soborno pactado con el tesorero del sultán. Sin embargo, cuando se disponía a retirar los relieves, los soldados y la población local se opuso y le obligaron a huir alegando que las imágenes estaban "encantadas" y su

retirada provocaría consecuencias para la ciudad (Roe 1740: 387; Elices, 2020a: 50). El mismo argumento religioso subyace también en el discurso de Macron en la inauguración del Louvre Abu Dabi. El mandatario francés apelaba a una noción distinta del Islam que sea tolerante a los valores considerados intrínsecos a las obras de arte. En ambos casos lo determinante no es la religión, sino otros factores políticos y económicos que determinan la función que ejercen las esculturas y la construcción de un discurso o identidad a partir de ellas. El museo es fruto de un acuerdo político y un proyecto económico y cultural entre ambos países y por eso es quizás el caso de estudio más radical de todos, el más desconectado de los procesos de recepción de época medieval y moderna.

Un fenómeno global y transcultural …, no exento de particularidades

Aun formando parte de un proceso de recepción que se retrotraen a época medieval, los casos seleccionados se enmarcan también dentro de un fenómeno actual, transcultural y global, que reconsidera estatuas y monumentos a la luz de los debates sobre globalización y descolonización, y que es el resultado de una historia reciente construida en base a identidades consideradas fijas y antagónicas. Incluso en aquellos casos en los que se dota a la escultura de un contexto histórico o arqueológico, como sucede en el vídeo de DAESH, o cuando se exhibe la estatua junto con piezas auténticas, como en el caso de Zenobia, la escultura queda descontextualizada del pasado y amoldada por completo a las necesidades del presente. Ya sea en Egipto, Argelia o en México y Reino Unido, las esculturas antiguas se erigen o destruyen de espalda a su propia historia, son arquetipos vacíos amoldados a una identidad concreta.

Más allá del proceso de descolonización y de reescritura de una historia nacional en cada uno de estos países, los actos contra estatuas y monumentos denotan una extraordinaria interconexión, formando por primera vez un fenómeno que, si bien no es nuevo, sí resulta ser ahora simultáneo e inmediato a nivel global (Tenorio, 2023: 21). Ciertos eventos han sido catalizadores y dinamizadores de este fenómeno en el seno de las sociedades arabo-islámicas, en concreto la destrucción de los Budas de Bamiyán en 2001, la Primera Árabe en 2011 y la destrucción perpetrada por DAESH desde el 2015. La construcción de un discurso historiográfico e identitario contrapuesto a las destrucciones de DAESH y al tradicional argumento religioso que opone la escultura antigua al Islam es un rasgo compartido que funciona a nivel global, para actualizar viejos discursos en torno a "Oriente" y "Occidente", "Barbarie" y "Civilización", y a nivel local, para construir nuevos discursos políticos e identitarios: se constata

en Siria, por parte del régimen de Bashar al-Assad en 2015; en Argelia en la declaración del Movimiento Autonomista Chawi (MAC) que acusaba del incendio de la estatua de Kahina a correligionarios de DAESH en el país (Siwel, 2016), o en la inauguración del museo en Abu Dabi. Lo mismo se observa en las caricaturas que se hacían eco de la destrucción en Palmira o Mosul. Los artistas reproducían estos mismos discursos en diferentes lugares del mundo e incluso Irán acogió en 2015 el *International DAESH Cartoon Caricature Contest 2015*, una evidencia más de las conexiones y contradicciones en el uso y abuso de la imagen y la escultura (reproducida en estas caricaturas) en el seno de las sociedades arabo-islámicas (Elices, 2020c).

La realidad de las sociedades arabo-islámicas no puede, sin embargo, equiparase por completo a la del resto del mundo. Los procesos de recepción en estos países parten de la descolonización del siglo XX. En Argelia, la independencia del país supuso una ola de destrucciones de monumentos y el rescate y "exilio" de muchos de ellos en Francia (Amato, 1979). Las dinámicas actuales responden a este mismo escenario postcolonial. En 2001 se erigió una estatua de Kahina en el Parc de Bercy (París) como parte de una exposición titulada "Los Niños del Mundo" (Les Enfants du Monde) que celebraba la diversidad del mundo. La estatua de Kahina representaba a Argelia. Dos años después, posiblemente en respuesta a la obra parisina, se erigió la estatua de Baghai (Argelia) (Mark, 2019).

Junto con los procesos de descolonización, el conflicto perenne con Israel es un factor adicional, pues la antigüedad juega un papel destacado como recurso de legitimación y reafirmación de la identidad colectiva en base a una religión o etnia. El uso de la figura de Zenobia funciona en este sentido, equiparando enemigos antiguos y modernos. Mustafa Tlass, ministro de Defensa de Hafez al-Assad, publicó en 1985 una biografía de Zenobia que comparaba explícitamente su lucha contra Roma con el conflicto de Siria con Israel (Tlass, 2000: 230; Jones, 2018: 40). Igualmente, Israel observa con recelo el uso del pasado faraónico por parte del régimen egipcio de al-Sisi y en concreto el espectacular desfile organizado en 2021 (Lerman, 2022); hace de Kahina un referente judío al amparo de ciertas tradiciones historiográficas sobre su figura ya superadas (Hannoum, 1997: 113-114 y 123-124; Modéran, 2005; Becker, 2016, 113-116; Museum of the Jewis People, 2018); y se hace eco también de la exposición de un conjunto de tablillas con escritura cuneiforme en el museo de Teherán, devueltas a Irán tras un embargo judicial en Estados Unidos, contraponiendo la figura de Ciro como libertador de los judíos de su cautiverio en Babilonia frente al entendimiento en el presente entre Irán y Hamás (Anónimo, 2019). En

definitiva, el conflicto con Israel y el recurso a la antigüedad vuelve a remarcar el peso de las tres grandes religiones monoteístas en la construcción de las identidades en la región, algo que contrasta con el rol secundario que desempeñaba la religión islámica en los procesos de recepción de la escultura, tal y como argumentaba anteriormente, y que a su vez constituye una diferencia notable con los procesos y actos iconoclastas en otros lugares del mundo que no responden mayoritariamente a una lectura religiosa o étnica del pasado en términos identitarios.



Figura 6: Estatua de Kusaila en Ighzer Amokrane (Ouzellaguen), Argelia.Imagen de Creative Commons.

Más allá de las destrucciones y ataques contra de estatuas, los casos de estudio apuntan también a la restauración e incluso a nuevas estatuas erigidas. La escultura antigua como monumento es todavía un fenómeno vivo y en plena vigencia en las sociedades arabo-islámicas. Las estatuas de Hafez al-Assad que fueron derribadas en Siria han sido reinstaladas por el régimen a partir de 2015 (González, 2020, 6-9); en Teherán, la estatua de Ferdousí, el poeta medieval que ensalzaba el pasado preislámico de Irán,

una de las pocas imágenes que se remontan antes de 1979, ha sido recientemente restaurada (Anónimo, 2022); en Raqa se ha inaugurado de nuevo la estatua del califa Hārūn ar-Rashīd, destruida por DAESH (Ali, 2022). Argelia es el caso más significativo de todos. La estatua de Kahina erigida en 2003 ha dado pie a su vez a nuevas iniciativas. En Ighzer Amokrane (Ouzellaguen) se erigió en enero de 2014 una nueva estatua en honor de Kusaila, quien es comúnmente descrito como un jefe *amazig* predecesor de Kahina en la resistencia a las conquistas árabes (Modéran, 2005; Anon., 2014) (Fig. 6). En noviembre de 2019 se inauguró en Argel una estatua de Massinissa, rey de Numidia (c. 238 a. C.-c. 148 a. C.) como nuevo icono *amazig* (Anónimo, 2019). En enero de 2021, con motivo de la conmemoración del año nuevo *amazig*, se erigió en Tizi Ouzou una estatua a otro nuevo icono: Sheshonq, faraón de la XXII dinastía libia. El acto reunió a un número elevado de asistentes que participaron también en una serie de actividades divulgativas en torno a este personaje (Ouamer-Ali, 2024). Sin embargo, el acto también provocó airadas protestas de los gobiernos libio y egipcio (M. K., 2021) y una petición popular solicita su retirada, alegando que erigir estatuas está en contra de los preceptos del Islam (MohandKBL, 2021). En marzo de 2021, otra estatua de Kusaila, realizada por una asociación en At-Xlifa, una pequeña localidad rural perteneciente a At-Bu-Yusef (interior de Argelia), fue atacada antes de que pudiese ser inaugurada, lo que no impidió que, tras ser rápidamente restaurada, fuese finalmente erigida con motivo de las fiestas de primavera (Siwel, 2021). La escultura antigua y su monumentalización o culto memorial en Argelia es actualmente una herramienta que permite definir y disputar el espacio y la memoria de comunidades e identidades muy dispares y diversas. En definitiva, el estudio de la recepción de la escultura antigua en los países arabo-islámicos, su culto o destrucción, es necesario para entender la configuración de los procesos históricos, ya sea en el pasado o en el presente.

Referencias bibliográficas

ABDI, Kaymar. Nationalism, Politics, and the Development of Archaeology in Iran. *American Journal of Archaeology* 105 (1), 2001, p. 51-76.

AL-BAKRĪ, *Description de l'Afrique Septentrionale par Abou-Obeïd-El-Bakri*, trad., de Mac Guckin De Slane. París: Maisonneuve, 1965.

AL-BUSTAN̄Ī, Salīm. Zanūbya¯ malikat Tadmur. *Al-Jinān* 1–24, 1870–1871.

ALI, Ali. How Raqqa, once the Syrian capital of Daesh's caliphate, reclaimed its Arab cultural pride. *Arab News*. 15 de octubre de 2022. Disponible en: https://www.arabnews.com/node/2181736/amp

AL-MASʿŪDī, *Murūǧ* al-*ḏahab,* ed. Qāsim al-Samāʾī al-Rufāʿī. Beirut: Dār al-Qalam, 1989.

AL-ṬABARĪ, *Ta'rīḫ al-rusul wa-l-mulūk,* ed. M. J. de Goeje. Leiden: Brill, 1879-1901.

AMATO, Alain. *Monuments en exil*. Paris, Éditions de l'Atlanthrope, 1979.

ANÓNIMO. Zanūbyā. *Al-ʿArab* 14, Beirut: Dār al-ʿAwda, Series: Abta, 1975.

ANÓNIMO. Une statue à l'effigie d'Aksil à Ouzellaguen. 19 de enero de 2014. Disponible en: http://horizonsouzellaguen.centerblog.net/29.html

ANÓNIMO. Erasing the legacy of a ruined nation. *Dabiq* 8 2015, p. 22-24.

ANÓNIMO. Statue of 'iconic Amazigh king' Massinissa unveiled in Algiers. *Amazigh World News*. 1 de noviembre de 2019. Disponible en: https://amazighworldnews.com/statue-of-iconic-amazigh-king-massinissa-unveiled-in-algiers/

ANÓNIMO. Iran displays ancient clay tablets, returned by US, from empire that freed Jews. Time of Israel. 3 de octubre de 2019. Disponible em: https://www.timesofisrael.com/iran-displays-ancient-clay-tablets-returned-by-us-from-empire-that-freed-jews/

ANÓNIMO, Iconic Ferdowsi statue in Tehran to undergo meticulous restoration. Tehran Times. 11 septiembre de 2022. Disponible en: https://www.tehrantimes.com/news/476635/Iconic-Ferdowsi-statue-in-Tehran-to-undergo-meticulous-restoration

BAYOUMI', Amr. *Where did Ramses go?*. 2019.

BECKER, Cynthia. The Kahina: The Female Face of Berber History. *Mizan Project*. 26 de octubre de 2015. Disponíble en: https://mizanproject.org/the-kahina-the-female-face-of-berber-history/#_ftn2

BECKER, Cynthia. "Visual Culture and the Amazigh Renaissance in North Africa and Its Diaspora." In: VAN NIEUWKERK, Karin, LEVINE, Mark y STOKES, Martin, (eds.), *Islam and Popular Culture*. Austin: University of Texas Press, 2016, 100-121.

DE CORTE, Jan., Piercing the Cultural Diplomacy Veil: The Case of the Louvre Abu Dhabi, University of Antwerp. SSRN. 2019. Disponible en: https://ssrn.com/abstract=3733447

EL DALY, Okasha. *Egyptology: The Missing Millennium Ancient Egypt in Medieval Arabic Writings*. Londres: University College, 2005.

ELICES, Jorge. *Respeto o barbarie: el islam ante la Antigüedad de al-Andalus a DAESH*. Madrid: Marcial Pons, 2020a.

ELICES, Jorge. Caricaturas contra DAESH: construyendo y deconstruyendo Occidente, Oriente y el Islam, *Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo* 9 (2), 2020c, p. 75-94.

ELICES, Jorge. DA'ESH's Video in the Mosul Museum: Heritage Destruction or Heritage-Making?. In: CHRISTOFOLETTI R.; BOTELHO M.L. (eds) *International Relations and Heritage*. The Latin American Studies Book Series. Cham: Springer, 2021, p. 171-191.

ELSNER, Jas. Iconoclasm and the Preservation of Memory. In: NELSON, Robert y OLIN, Margaret, (eds) *Monuments and memory, made and unmade*. University of Chicago Press, Chicago, 2003, p. 209-232.

FLOOD, Fibarr. Between cult and culture: Bamiyan, Islamic iconoclasm, and the museum. *Art Bulletin* 84 (4), 2002, p. 641–659.

FLOOD, Fibarr. Idol breaking as image making in the islamic state. *Religion and Society: Advances in Research* 7, 2016, p. 116–138.

FRANTZMAN, Seth J. The Louvre Abu Dhabi: the best – and worst – of globalisation. *The Spectator*, 20 noviembre 2017. Disponible en: https://www.spectator.co.uk/article/the-louvre-abu-dhabi-the-best-and-worst-of-globalisation/

GASMI, Fouad. Les autorites locales de baghai doivent proteger et restaurer la statue. 2016. Disponible en: https://www.lematindz.net/news/21606-fouad-gasmi-les-autorites-locales-de-baghai-doivent-proteger-et-restaurer-la-statue-de-dihya.html

GONZÁLEZ, José Antonio y MUNAWAR, Nour. The unfallen statues of Hafez Al-Assad in Syria. *City* 24 (3-4), 2020, p. 642–655.

GREENHALGH, Michael. 'Travelers' Accounts of Roman statuary in the Near East and North Africa: From Limbo and Destruction to Museum Heaven. In: KRISTENSEN, Troels M. y STIRLING, Lea, (eds.), *The Afterlife*

of Greek and Roman Sculpture: Late Antique Responses and Practices. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2016, p. 330-348.

GRUBER, Christiane. *The Image Debate: Figural Representation in Islam and Across the World*. Berkeley, CA: Gingko Library, 2019.

HANNOUM, Abdelmajid. Historiography, Mythology and Memory in Modern North Africa: The Story of the Kahina. *Studia Islamica* 85, 1997, p. 85–130.

HANNOUM, Abdelmajid. *Colonial Histories, Post-Colonial Memories: The Legend of the Kahina, A North African Heroine*. Portsmouth, Heinemann, 2001.

HARMANSHAH, Ömür. DA'ESH, heritage, and the spectacles of destruction in the global media. Near East Archaeol 78 (3), 2015, p. 170–177.

HENDRICKX, Benjamin. Al-Kahina: The Last Ally of the RomanByzantines in the Maghreb Against the Muslim Arab Conquest?. *Journal of Early Christian History* 3 (2), 2013, p. 47-61.

IMANPOUR, Mohammad-Taqi. Re-establishment of Achaemenid History and its Development in the Nineteenth and Twentieth Centuries, *Iranian Studies* 48 (4) 2015, p. 515-530.

JONES, Christopher. Understanding ISIS's Destruction of Antiquities as a Rejection of Nationalism. *Journal of Eastern Mediterranean Archaeology and Heritage Studies* 6 (1-2), 2018, p. 32-58.

JONES, Christopher. Zenobia in Damascus: The Role of Classical Archaeology in Syrian Politics. 24 de julio de 2023. Disponible en: https://www.helsinki.fi/en/researchgroups/ancient-near-eastern-empires/news/zenobia-in-damascus-the-role-of-classical-archaeology-in-syrian-politics

KERVRAN, Monique. Une statue de Darius découverte à Suse. Le context archéologique. *Journal asiatique* 260, 1972, p. 235-239.

KINNEY, Dale. Spolia. Damnatio and renovatio memoriae. *Memoirs of the American Academy in Rome* 42, 1997, p. 117-148.

KOLRUD, Kristine y PRUSAC, Marina. *Iconoclasm from antiquity to modernity*. Ashgate, Burlington, 2014.

LAWLER, Andrew. Iran Reopens Its Past. *Science* 302 (5647), 2003, p. 970-973.

TIME. Iran. 20th-Century Darius. *Time*. 25 de abril de 1938. Disponible en: http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,931008,00.html

LERMAN, Eran. Abdel Fattah el-Sisi and the Re-Pharaonization of Egypt. *The Jerusalem Strategic Tribune*. Mayo 2022. Disponible en: https://jstribune.com/lerman-re-pharaonization-of-egypt/

LOUNÈS, B. Les chaouis restaurent la statue de La kahina à Khenchela. Tamurt. 16 de Agosto de 2016. Disponible en: https://tamurt.info/les-chaouis-restaurent-la-statue-de-la-kahina-a-khenchela/

M.K. Edification d'une statue du roi berbère Sheshonq à Tizi Ouzou: la Libye réagit. *Algerie Patriotique,* 15 de enero de 2021. Disponible en: https://www.algeriepatriotique.com/2021/01/15/edification-dune-statue-du-roi-berbere-sheshonq-a-tizi-ouzou-la-libye-reagit/

MANAL. Statue of Palmyra queen Zenobia in Damascus for four days, *Syrian Arab News Agency*. 6 de septiembre de 2015. Disponible en: https://sana.sy/en/?p=53820

MARK, Joshua. Kahina: Early Medieval Berber Warrior-Queen Standing against Arab Invasion. 19 de febrero 2019. Disponible en: https://brewminate.com/kahina-early-medieval-berber-warrior-queen-standing-against-arab-invasion/

MARTINS, Ivo dos Santos. Iran in Assen… An "intentional" exhibition?. 11 de septiembre de 2018. Disponible en:

https://persiababylonia.org/2018/09/11/iran-in-assen-an-intentional-exhibition/

MASOUMI, Parvaneh. Killing History. *Iran Wire*. 10 de marzo de 2015. Disponible en: https://iranwire.com/en/society/60933/

MODÉRAN, Yves. Kusayla, l'Afrique et les Arabes. In: BRIAND-PONSART, Claude (ed.), *Identités et cultures dans l'Algérie antique. Actes du colloque international (Rouen, mai 2003)*. Rouen-L. Havre: Presses Universitaires de Rouen et du Havre, 2005, p. 423-457.

MODÉRAN, Yves. Kahena, *Encyclopédie berbère*, 2005. Disponible en: http://journals.openedition.org/encyclopedieberbere/1306

MohandKBL. Contre la statue du Pharaon Chachnaq à Tizi Ouzou. 2021. Disponible en: https://www.mesopinions.com/petition/politique/contre-statue-pharaon-chachnaq-tizi-ouzou/122450

MONFERRER, Juan Pedro. La 'Caída de Palmira' o la 'Historia de Zenobia y Gadiïma'contada por la tradición norarábiga. *Anaquel de Estudios Árabes* 23, 2012, p.-83-108.

MULDER, Stephanie. *Imagining Antiquity in Islamic Societies*. Bristol/Chicago: Intellect Books, 2022.

MUSEUM OF THE JEWISH PEOPLE. Queen of the Desert: The Amazing Story of "Jewish Khaleesi". 14 de octubre de 2018. Disponible en: https://www.anumuseum.org.il/blog/dihya-al-kahina/

OUAMER-ALI, Tarik. Sheshonq Ier, le pharaon de Tizi Ouzou. 11 de enero de 2024. Disponible en: https://www.founoune.com/sheshonq-ier-le-pharaon-de-tizi-ouzou/

PERROT, Jean, (ed.). *The Palace of Darius at Susa: The Great Royal Residence of Achaemenid Persia*. Nueva York: I.B.Tauris & Co Ltd, 2013.

PERROT, Jean. How the Statue of Darius broke. In: PERROT, Jean, (ed.), 2013, *The Palace of Darius at Susa: The Great Royal Residence of Achaemenid Persia*. Nueva York: I.B.Tauris & Co Ltd, 2013, p. 176-177.

POWERS, David S. Demonizing Zenobia: the legend of al-Zabbā' in Islamic sources. En: MARGARITAI, Roxani, SABRA, Adam y SIJPENSTEIN, Petra (eds.) *Histories of the Middle East: Studies in Middle Eastern Society, Economy and Law in Honor of A.L. Udovitch*. Leiden-Boston: Brill, 2011, p. 127-182.

RAZMJOU, Shahrokh. Assessing the Damage: Notes on the Life and Demise of the Statue of Darius from Susa. *Ars Orientalis* 34, 2002, p. 81-104.

REID, Daniel Malcolm. *Whose Pharaohs? Archaeology, Museums, and Egyptian National Identity from Napoleon to World War I*. California: University of California Press, 2002.

REID, Daniel Malcolm. *Contesting Antiquity in Egypt: Archaeologies, Museums & the Struggle for Identities from World War I to Nasser*. Cairo: American University in Cairo Press, 2015.

ROE, Thomas. *Letters of Sir Thomas Roe, and his correspondents, relating to his embassy in Turkey*. Londres: Samuel Richardson, 1740.

RUPTLY (2015) 'Warrior Queen' Zenobia Statue Erected in Syria in Defiance of Islamic State. *Dailymotion*. Disponible en: https://www.dailymotion.com/video/x35g5w2

SANADJIAN, Manuchehr. Islamic Rule and the Pre-Islamic Blessing, the 'Homecoming' of the Cyrus Cylinder. *Dialectical Anthropology* 35 (4), 2011, p. 459-474.

SHAW, Wendy. Destroy your idols. *X-Tra Contemp Art Q* 18 (1), 2015, p. 73-94.

SIWEL. La statue de la reine Dihya incendiée à Baghaï: Le MAC réagit. *Siwel*. 12 de agosto de 2016. Disponible en: https://www.siwel.info/la-statue-de-la-reine-dihya-incendiee-a-baghai-le-mac-reagit_8595.html

SIWEL. La statue du héros amazigh Aksel (Koceila) vandalisée à quelques jours de son inauguration. *Siwel*. 24 de marzo de 2021. Disponible en: https://siwel.info/la-statue-du-hero-aksel-koceila-vandalisee-a-quelques-jours-de-son-inauguration_63186.html

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. Londres: Routledge, 2006.

SOHRABI, Narciss. Memorialization of War between conflicts of interest before and after the Islamic Revolution: Public Art and Public Space in Iran. *ARTis ON* 7, 2018, p 161-170.

TENORIO, Mauricio. *La historia en ruinas. El culto a los monumentos y su destrucción*. Madrid: Alianza Editorial, 2023.

TLASS, Mustafa. *Zenobia: the Queen of Palmyra*. Damasco: Tlass.

VICENTE, Álex. ¿Qué busca Francia al exportar sus museos?. *El País*, 15 de diciembre de 2019. Disponible en: https://elpais.com/elpais/2019/12/13/ideas/1576241625_837560.html

WAKEFIELD, S *Cultural heritage, transnational narratives and museum franchising in Abu Dhabi*. Oxford/New York: Routledge, 2021.

WOLTERING, Robert. Zenobia or al-Zabbā': The Modern Arab Literary Reception of the Palmyran Protagonist. *Middle Eastern Literatures* 17 (1), 2014, p. 25-42.

YOUTUBE, The Pharaohs' Golden Parade, 2021. Disponible en: https://www.youtube.com/watch?v=bnlXW7KZl0c

Recibido: 31 de julio de 2024 | Aceptado: 27 de septiembre 2024

REUTILIZAÇÃO E REINTERPRETAÇÃO DO CLÁSSICO NO PROTESTO SOCIAL: A REVOLTA SOCIAL CHILENA DE 2019

Carolina Valenzuela Matus[1]

Resumo

Em 18 de outubro de 2019, começaram manifestações sociais massivas no Chile que duraram até março de 2020. Durante esses meses ocorreram protestos, motins e uma intervenção radical no espaço público nas principais cidades do país. Durante a revolta social, as influências clássicas greco-latinas da cidade foram questionadas como referências ocidentais e associadas ao domínio das elites. No entanto, os manifestantes da revolta social chilena apropriaram-se de referências artísticas ocidentais, criando murais com estes temas — a liberdade guiando o povo, a Nice, o gênio da liberdade, querubins ou animais alados míticos — intervieram com mensagens de reivindicação social, enquanto as estátuas de inspiração greco-romana foram vandalizadas ou sofreram intervenções. Ao mesmo tempo, foram identificadas formas de recepção clássica na apropriação de um pertencimento coletivo que conectava os manifestantes aos antigos heróis do povo Mapuche, a partir de histórias épicas construídas a partir de referências clássicas, mas assimiladas como símbolos da resistência popular na atualidade. Desta forma, a antiguidade clássica passa a fazer parte das identidades complexas que emergem do discurso social de reivindicações em contexto de crise, revelando uma pluralidade de interpretações no discurso político e na arte urbana.

Palavras-chave

Explosão social; Recepção clássica; deuses míticos; estátuas; povos originários.

[1] Profesor Doctor - Universidad Autónoma de Chile, Santiago, Chile. **Proyecto ANIHO: PID2020-113314GB-I00**. E-mail: carolina.valenzuela01@uautonoma.cl

Resumen

El 18 octubre de 2019 comenzaron en Chile masivas manifestaciones sociales que se prolongaron hasta marzo de 2020. Durante esos meses hubo protestas, disturbios y una radical intervención del espacio público en las principales ciudades del país. Durante el estallido social, las influencias clásicas grecolatinas de la urbe fueron cuestionadas en su condición de referentes occidentales y asociadas a la dominación de las élites. Sin embargo, los manifestantes del estallido social chileno se apropiaron de referentes artísticos occidentales creando murales con estas temáticas —la libertad guiando al pueblo, la Niké, el genio de la libertad, querubines o animales míticos alados— intervenidos con mensajes de reivindicación social, mientras que estatuas de inspiración grecorromana fueron vandalizadas o intervenidas. A su vez, se identificaron formas de recepción clásica en la apropiación de una pertenencia colectiva que conectaba a los manifestantes con los antiguos héroes del pueblo mapuche, basados en los relatos épicos construidos desde los referentes clásicos, pero asimilados como símbolos de resistencia popular en el presente. De esta forma, la antigüedad clásica se hace parte de las identidades complejas que emergen del discurso social reivindicativo en el contexto de crisis, revelando una pluralidad de interpretaciones en el discurso político y en el arte urbano.

Palabras claves

Estallido social; Recepción clásica; dioses míticos; estatuas; pueblos originários.

Introdução

Os estudos de recepção da antiguidade clássica permitem explorar os diversos usos e apropriações que os clássicos greco-latinos tiveram ao longo da história e abriram um campo de estudo muito fértil na América Latina, onde as influências deste legado e suas transformações são estudadas há décadas, desde o século XVI até a atualidade. Segundo García Jurado, o rótulo de recepção clássica "contempla a riqueza das recepções da cultura clássica como tal, independentemente do tempo e do local onde tal recepção ocorre" (García Jurado, 2015: 18–19). Segundo o autor, na recepção traça-se uma espécie de caminho inverso por meio do qual as manifestações artísticas mais modernas podem se tornar uma espécie de introdução aos clássicos, das periferias. Estamos também diante da desierarquização do autor clássico em relação ao moderno, o que se explicaria através da chamada democratic turn (virada democrática) que, segundo Hardwick e Harrison (2013), pode ser definida como uma perspectiva aplicada às formas em que as ideias dos textos e imagens da Grécia Antiga e da Roma Antiga foram absorvidas, retrabalhadas e comunicadas no mundo mais amplo e em períodos mais recentes, atraindo o interesse de investigadores.

Da mesma forma, consideramos a conceituação de Global Classics (Clássicos Globais), que se refere à forma como os clássicos greco-latinos são recebidos fora do contexto da Europa Ocidental (Bertsch, 2022). Este conceito implica que os clássicos têm o potencial de abordar culturas diferentes das europeias através de prismas renovados e não eurocêntricos. A Antiguidade Clássica tem valor e significado para diferentes sociedades e em diferentes contextos, razão pela qual, para além de uma tradição europeia, o seu estudo deve ser considerado a partir de perspectivas multidisciplinares, transculturais e interligadas em um quadro cronológico e espacial global. Da mesma forma, para Hardwick e Harrison (2013), as perspectivas teóricas sobre a resposta do leitor e do espectador expandiram os grupos percebidos como envolvidos em várias fases de construção de significado e extensos estudos foram conduzidos sobre o uso de material antigo como base para contradiscurso ou resistência em situações de conflito político e opressão cultural em contextos diversos, como o aplicado no nosso estudo de caso.

Portanto, o surgimento dessas novas propostas metodológicas baseadas em novas conceitualizações, trabalhos interdisciplinares e avanços historiográficos na recepção clássica (Aurell, 2024; Duplá-Ansuategui; Emborujo Salgado; Aguado-Cantabrana, 2022) oferecem aos historiadores

amplas possibilidades de explorar novas formas de recepção dos clássicos. Exemplo disso são os estudos de Luis Unceta e Carlos Sánchez (2019) sobre a recepção dos clássicos greco-latinos na cultura de massa. De acordo com os autores, as formas de apropriação da referência clássica e como ela tem sido representada, na maioria das vezes atende a propósitos muito diferentes daqueles que tinha na época de sua criação e um exemplo claro disso são as criações contemporâneas que atribuem novos valores à cultura clássica (Unceta; Pérez, 2019) e que diferem dos valores tradicionais atribuídos pelas elites.

Na América Latina encontramos diversas propostas que analisaram essas formas de apropriação do clássico, embora muitas delas tenham se concentrado no século XIX, especialmente focadas nas influências clássicas no processo de independência e consolidação das novas repúblicas latino-americanas, onde o político tem uma importância central (Huidobro, Nieto, Casali, 2020; Huidobro, 2017), bem como as viagens e influências estéticas de Pompéia nos territórios americanos (Valenzuela, Romero y Huidobro, 2023; Del Molino, 2023; Romero y Salas, 2023). As formas de apropriação dos clássicos desta época estão majoritariamente associadas às manifestações de uma elite e os estudos parecem indicar que as classes populares não teriam assimilado este legado clássico da mesma forma (Aguilera; Valenzuela, 2024), o que deu origem a diversas discussões sobre o alcance dos clássicos nas sociedades latino-americanas contemporâneas[2].

Progressivamente, vemos alguns estudos do século XX que dão conta das influências do pensamento eugenista e fascista nos modelos de educação no Chile (Sánchez; Riobo, 2020), nas comemorações do centenário da República (Aguilera; Valenzuela, 2024) ou as influências clássicas no pensamento de intelectuais como Gabriela Mistral (Huidobro, 2022). No contexto internacional, há uma abertura importante ao estudo da cultura de massa[3] e a

[2] Muitos desses debates ocorreram dentro dos seminários: Semântica da Antiguidade Clássica, organizada pelo projeto: "Antigüedad, nacionalismos e identidades complejas en la historiografía occidental: De la historiografía académica a la cultura de masas en Europa y América Latina (1870–2020)" (PID2020-113314GB-I00), Ministério da Ciência e Inovação, Governo da Espanha, e foram novamente discutidos no contexto do I Congresso Internacional de Historiografia e Recepção da Antiguidade na Espanha e na América Latina, realizada em Madrid de 2 a 5 de julho de 2024.

[3] Segundo Luis Unceta "por 'cultura de massa contemporânea' costumamos referir-nos ao conjunto de produtos, práticas culturais e até conceitos associados à produção e ao consumo

recepção dos clássicos em espaços mais plurais e democratizantes (Unceta; Pérez, 2019) e até a sua influência nos jogos eletrônicos modernos, por exemplo, o que mostra que, durante o século XXI, é possível identificar novas interpretações em torno das artes e das diversas manifestações culturais. Apesar dos avanços e propostas metodológicas atraentes, a evolução quanto à recepção da antiguidade clássica no século XXI continua sendo um tema ainda pouco explorado que deve nos levar a investigar todas as formas possíveis como os clássicos greco-latinos são utilizados, reinterpretados e modelados em novos contextos globais.

O estudo dos clássicos greco-romanos no protesto social chileno adere a este quadro teórico e, neste contexto, tentaremos propor uma reflexão sobre as diversas, e até contraditórias, reinterpretações que pudemos identificar nas formas de apropriação ou rejeição dos clássicos durante a crise social no Chile em 2019. O objetivo do estudo é analisar vários usos e apropriações da Antiguidade Clássica durante a revolta social chilena de 2019, e identificar especificamente as influências clássicas na intervenção do espaço público como resultado dos protestos de rua, bem como revisar como se intensificaram, naquela época, os processos de identificação com os povos originários a partir do cânone clássico da epopeia do século XVI. No estudo privilegiaremos a análise de fontes secundárias e imagens que nos permitam identificar as formas de apropriação do clássico, suas características e contradições. Abordaremos primeiro as características do protesto social, os diversos usos do espaço público (murais de protesto e destruição de estátuas) e, por fim, a identificação e reivindicação dos povos originários através dos cânones clássicos. Com estes três elementos estabeleceremos algumas reflexões sobre o estudo.

Características do protesto social

O protesto que começou em 18 de outubro de 2019 em Santiago, no Chile e que duraria vários meses e em diversas cidades do país, foi considerado uma das maiores mobilizações sociais das últimas décadas. Em cada uma das manifestações que levaram as pessoas às ruas, juntaram-se a agitação social e o descontentamento pelas profundas desigualdades econômicas provocadas por um sistema neoliberal que parece ineficaz na superação da pobreza, apesar dos indicadores macroeconômicos e dos discursos que garantiram,

de massa, resultados estes últimos alcançados graças, fundamentalmente, às tecnologias de comunicação" (Unceta, 2021: 151).

durante décadas, que o mérito individual era um caminho seguro para alcançar a prosperidade econômica[4] em uma sociedade extremamente bem sucedida que começou a mostrar sinais de fadiga e frustração. Soma-se a isso as críticas ao processo de transição para a democracia, desde o fim da ditadura de Augusto Pinochet, nos anos 90, e a Constituição de 1980 também imposta na ditadura. Nos primeiros meses de revolta social, sentiu-se fortemente a exigência de um processo constitucional que gerasse uma certa articulação social em torno de câmaras municipais abertas, onde a comunidade se reunia para discutir as suas preocupações e as suas visões do país para o futuro em torno das possibilidades que uma nova Constituição poderia oferecer[5].

Diante das manifestações sociais, o Estado reagiu energicamente com a repressão, levando o exército e a polícia às ruas. O estado de emergência e o toque de recolher foram declarados não só em Santiago, mas também em diversas regiões do país. A opressão do Estado levou à violação dos direitos humanos. Muitos manifestantes acabaram feridos, com lesões oculares, detidos, torturados e também mortos[6], o que gerou grandes questionamentos sobre a atuação do governo e das instituições.

Por outro lado, os protestos massivos levaram a uma grande intervenção no espaço urbano: houve vários danos a bens públicos e privados, grandes pichações na Alameda e outras ruas da capital e também nas regiões do país. Muitas das infraestruturas danificadas só foram reparadas durante o período da pandemia. Em meio a esse caos urbano, nem todos eram simples grafites, destacando-se também algumas criações artísticas de rua, que nos interessa

[4] Por outro lado, "o mérito ou 'meritocracia', isto é, a possibilidade de sair da pobreza com base no esforço pessoal e familiar, parecia conectar-se bem com os valores do neoliberalismo, centrado no aproveitamento das oportunidades e do esforço pessoal, mais do que nas lutas coletivas e solidárias. No entanto, a evidência de um cotidiano precário, temeroso do futuro e devastado pelo endividamento, apenas deixou claro que esta desigualdade social e econômica permaneceu e aumentou nas últimas décadas" (Candina, 2019: 53).

[5] Por fim, o projeto de uma nova Constituição fracassou. A proposta da Assembleia Constituinte de 2022 não conseguiu convencer a população no plebiscito e uma segunda proposta, liderada por partidos de direita, também não obteve maioria, portanto, até hoje, a Constituição de 1980 continua em vigor no Chile.

[6] "No total, o INDH recebeu denúncias por 6.807 atos infratores. Os mais relatados pelas vítimas foram espancamentos, com 2.095 (30,8%); tiros, com 1.844 (27,1%); e desnudamento, com 381 (5,6%)." Disponível em: https://www.indh.cl/indh-presento-cifras-a-cuatro-anos-de-crisis-social-de-2019-de-3-216-querellas-solo-en-34-de-ellas-existen-sentencias-condenatorias/

analisar pela sua relevância para o tema que aqui tratamos. Um caso significativo são os murais de protesto, onde os usos da estética clássica e renascentista contribuíram para a criação de verdadeiras obras de arte de apoio ao protesto social.

Murais de protesto e uma estátua: o reaproveitamento de clássicos no espaço público

Como mencionamos anteriormente, alguns murais criados durante o protesto foram expressões genuínas de arte e reinterpretaram elementos da arte clássica e renascentista europeia para expressar demandas sociais em um contexto muito contemporâneo. Abaixo apresentamos exemplos de dois murais e uma estátua onde estas características são reconhecidas. No primeiro deles aparece um verdadeiro símbolo de protesto social, o cachorro "Matapacos" ou "Negro Matapacos"[7], um cão mestiço que, em 2011, se tornou popular em meio aos protestos estudantis por mostrar sua ferocidade contra a polícia, latindo alto toda vez que ocorriam manifestações em frente à Universidade de Santiago. Embora o cachorro "Matapacos" tenha morrido em 2017, ele se tornou um símbolo de protesto dos estudantes e das classes populares. Neste mural, o cão alado lembra uma espécie de Pégaso mitológico, o cavalo de Zeus e o primeiro do gênero a estar no Olimpo a viver entre os deuses. As asas simbolizam esse desejo de liberdade, mas são também o que aproxima o cão "Matapacos" de uma determinada condição de divindade. Nas suas costas, um querubim alado renascentista, cuja figura já era utilizada na decoração romana antes do cristianismo, segura em chamas a Constituição de 1980, transmitindo através desta imagem a urgência de pôr fim à atual Constituição.

[7] Apesar de andar pelas ruas, o cachorro "Matapacos" tinha um lar. Desde 2009, María Campos estava aos cuidados do cachorro, que morava perto da Universidade de Santiago (Usach), que cuidava dele, alimentava-o e também amarrava seus icônicos lenços no pescoço. O animal de estimação de Maria viveu até 2017 e morreu de causas naturais, deixando inúmeros descendentes e se tornando uma verdadeira lenda. Ver: ¿Cuál es la historia de la que todo el mundo habla sobre el perro Matapacos? Disponível em: https://www.gabrica.cl/negro-matapacos/



Figura 1: Imagem do cão alado "Matapacos" e de um querubim segurando em chamas a Constituição de 1980. Disponível em: La calle no calla: el arte alrededor de la revuelta social chilena. Natalia Rizzo, Fer Ninel. Disponível em: https://www.laizquierdadiario.com/La-calle-no-calla-el-arte-alrededor-de-la-revuelta-social-chilena

Em uma segunda imagem, um mural, encontramos a reinterpretação de uma pintura intitulada "A Liberdade guiando o povo", pintada por Eugène Delacroix, no contexto da Revolução de 1830, quando o povo francês pegou em armas contra o autoritário rei Carlos X da França, que assumia poderes cada vez maiores, chegando ao ponto de limitar a liberdade de imprensa. A liberdade é o valor que se destaca sobretudo neste mural, ela é a guia e é representada como uma mulher de grande beleza que pode ser comparada à Vénus de Milo, pelo seu torso nu, ou à alada Vitória de Samotrácia, que representa Nice, a deusa da vitória, que também é uma deusa alada. Nesta versão, a Liberdade segura uma bandeira negra chilena, também popularizada durante o protesto[8] (em vez da bandeira da República Francesa

[8]"No dia 19 de outubro, apenas um dia após as fugas no Metrô que desencadearam a revolta social, o Coletivo Músicos do Chile emitiu uma declaração pública rejeitando a repressão policial que já ocorria contra os manifestantes, que foi acompanhada pela imagem de uma bandeira negra, que até então passava despercebida apesar de protagonizar diversas ações musicais de seu autor, o poeta visual e sonoro Martín Gubbins (Santiago, 1971)." Espinoza Denisse. Martín Gubbins, autor de la bandera chilena negra: "Quedarme lo más callado posible fue una decisión ética y estética". In: Palabra Pública, Universidad de Chile. Obtido em: https://palabrapublica.uchile.cl/martin-gubbins-el-poeta-detras-de-la-bandera-chilena-negra-quedarme-lo-mas-callado-posible-fue-una-decision-etica-y-estetica/

na pintura original) e uma faixa que tem escrito: "Até que a dignidade se torne costume", lema que se popularizou durante a crise social e que capta em uma frase a luta pelas reivindicações sociais que as pessoas clamavam naqueles dias de eclosão. A escolha da liberdade guiando o povo não é caprichosa se lembrarmos que esta obra de Delacroix se tornou um ícone universal da luta pela liberdade, criada no auge do romantismo europeu e que tem claramente influências clássicas reconhecíveis nesta alegoria.



Figura 2 Liberdade guiando o povo do Chile com o lema: Até que a dignidade se torne costume. Disponível em: https://estallidosocial.com/archivo/frases/



Figura 3: Vitória Alada de Samotrácia, escola rodiana do período helenístico, realizada aproximadamente por volta de 190 AEC. Atualmente, encontra-se no Museu do Louvre, em Paris (França). Alguns especialistas veem a sua influência na pintura de Delacroix, A Liberdade guiando o povo, 1830. Fotografia cortesia de Guzmán García.

Um terceiro exemplo interessante é uma estátua instalada no Museo del Estallido Social[9]: é o busto de um manifestante encapuzado, que lembra os manifestantes da linha de frente do protesto, que enfrentaram diretamente os Carabineiros, enfrentando canhões de água e bombas de gás lacrimogêneo. A bela mulher emerge de potes de tinta (que nos lembram a espuma do mar) como se fosse uma Vênus[10]. Do que parecem restos, emerge esplendorosa uma imagem idealizada de uma estátua antiga, que parece vir de um mundo em ruínas: não tem braços, a cor do mármore branco é a que prevalece[11], mas,

[9] Ver: https://museodelestallidosocial.org/ O Museo del Estallido Social é uma plataforma autogerida que surge da necessidade de documentar testemunhos e acontecimentos derivados da revolta social ocorrida no Chile desde 18 de outubro de 2019. Ver: https://museodelosmuseos.com/2023/06/15/hablamos-del-museo-del-estallido-social/

[10] "Segundo Hesíodo, enquanto Urano (Céu) mantinha relações sexuais com sua parceira Gaia (Terra), seu filho Cronos o emboscou, castrou-o e jogou seus órgãos genitais ao mar. A espuma fluiu deles e dentro dela cresceu uma donzela. Os órgãos genitais finalmente chegaram ao Chipre, onde Afrodite desembarcou" (Hansen, 2011: 133).

[11] As antigas estátuas greco-romanas eram pintadas em cores berrantes que hoje chocariam o observador moderno. As cores destas estátuas perderam-se, pelo que o modelo estatuário ideal que reconhecemos é o destas figuras perfeitamente brancas.

ao mesmo tempo, transmite a perfeição da beleza clássica, ela é a personificação de uma deusa, neste caso, uma deusa da beleza (como a Vênus) mas também uma deusa da guerra (como se fosse uma Atenas grega ou uma Minerva romana). A imagem representa a perfeição do cânone clássico — altamente inspirado na Vênus de Milo — e é uma forma artística que legitima a luta social através de um modelo clássico greco-latino que comunica a beleza e a perfeição da causa, onde o manifestante da primeira linha é o protagonista, mas também é a personificação do sobre-humano, evocando uma deusa e uma heroína ao mesmo tempo.



Figura 4: O busto de um manifestante encapuzado, representado de acordo com um cânone clássico, emerge de uma série de latas de tinta. Disponível em: https://interferencia.cl/articulos/el-museo-del-estallido-social-un-espacio-de-arte-dinamico-y-cambiante-como-la-revuelta.



Figura 5: A Afrodite de Milo ou Vênus de Milo, do período helenístico grego. Imagem recuperada de: https://es.wikipedia.org/wiki/Venus_de_Milo.

Nos dois murais apresentados e na estátua podemos reconhecer a ideia de divindade, liberdade e beleza. Na primeira delas, o cachorro "Matapacos" torna-se um Pégaso divino, cujo lugar natural é o Olimpo, ao lado dos deuses, e um querubim nas costas reforça essa condição sobrenatural e divina do cachorro, que se tornou um símbolo importante de protesto social. No mural da liberdade que conduz o povo, além das influências românticas de Delacroix, encontramos a representação da Nice ou deusa da Vitória, que exalta ainda mais o ideal de liberdade. Na estátua do manifestante, reconhecemos outra deusa Vênus ou Afrodite, que se inspira nas estátuas do período helenístico que hoje se conservam. Em todas estas manifestações artísticas, o clássico desempenha um papel legitimador que eleva a mensagem de protesto social a uma categoria superior, a um ato sublime, quase divino, que convida o espectador a acompanhar a luta e a reconhecer novos heróis. No caso a seguir, revisaremos o que aconteceu durante o surto com a estatuária monumental localizada no espaço público e como reconhecemos as influências clássicas nas ações relacionadas à sua destruição ou substituição.

A destruição de estátuas de inspiração clássica, um ataque à autoridade

Durante a revolta social, os monumentos tornaram-se palco de reivindicação cidadã, o que demonstrou a condição política que se escondia por trás de cada um deles, e que levou ao questionamento da tradição colonial espanhola e a uma reação adversa, especialmente contra os heróis militares representados e que exerceu tanta influência no processo de nacionalização do país após a expansão militar do século XIX, o que nos permite mostrar que "as histórias nacionais e seus atores não representam a mesma coisa para todos os cidadãos que vivem juntos no mesmo espaço ou em locais distantes do território" (Martínez, 2019: 32) e que a identificação com as figuras tradicionais de uma história institucional vem perdendo força, surgindo uma demanda que convoca a revisão da historiografia chilena e a busca de novas perspectivas que construam a história nacional para o século XXI.

A destruição de muitos monumentos em plena revolta social começou como atos espontâneos e resultou em uma considerável deterioração dos monumentos no espaço público. O Conselho de Monumentos Nacionais estimou os danos em 66 monumentos históricos, 11 áreas típicas e 156 monumentos públicos, cujos danos vão desde pichação a incêndios[12]. Entre alguns dos monumentos afetados podemos citar o monumento ao General Manuel Baquedano[13], localizado no epicentro do protesto e que hoje foi retirado da Plaza Italia para evitar manifestações maiores em uma zona nevrálgica.

Em Temuco, as estátuas de Pedro de Valdivia e Dagoberto Godoy foram demolidas, a cabeça deste último foi carregada pelos manifestantes e colocada nas mãos da estátua do mapuche toqui (líder) Caupolicán. Em Cañete, foram demolidas as estátuas dos soldados e conquistadores espanhóis Pedro de Valdivia e García Hurtado de Mendoza. Em La Serena, foi demolida a estátua de Francisco de Aguirre, fundador da cidade. Em seu lugar, foi erguida uma

[12] Os monumentos nacionais danificados no âmbito dos protestos ultrapassam 230. Conselho de Monumentos Nacionais. Disponível em: https://www.monumentos.gob.cl/plan-recuperacion-patrimonial/noticias/monumentos-nacionales-danados-marco-protestas-superan-230.

[13] Manuel Baquedano foi um militar e político chileno. Participou das guerras contra a Confederação Peru-Boliviana (1836–1839), da Guerra do Pacífico (1879–1883) e do processo de Ocupação da Araucanía (1861–1883). Ele serviu como presidente provisório da República do Chile em 1891. Sua figura era muito popular em sua época e ele era considerado um herói de guerra.

estátua em homenagem à mulher Diaguita, chamada de Milanka pelos manifestantes[14], mas que em nada respondia à estética clássica tradicional deste tipo de estatuária monumental, neste caso, a estátua de influências clássicas é deslocada e substituída por uma manifestação mais espontânea e exigente dos povos originários.

Para Alvarado Lincopi e Quezada Vásquez (2021), esse processo de desmonumentalização foi uma manifestação contra a intenção homogeneizadora da história nacional, que revelou uma espécie de "secularização da religião estatal" (Alvarado Lincopi; Quezada Vásquez, 2021: s/ p). Para os autores agora citados: "cada monumento foi um apelo à homogeneização sob o signo das elites, que proclamaram o que Bolívar Echeverría chamou de "ethos da branquitude" (Alvarado Lincopi; Quezada Vásquez, 2021: s/p), uma forma de racismo identitário-civilizatório, onde certos "santos visíveis" sintetizavam o espírito da época e que a grande maioria refletia uma estética greco-latina que respondia muito bem aos processos de transformação urbana vividos no Chile, especialmente durante o último quartel do século XIX século em diante, onde as estátuas de heróis nacionais ocuparam um lugar relevante no espaço público.

Segundo José Luis Martínez, nem todas as estátuas foram destruídas ou danificadas irreversivelmente durante a explosão e os danos causados à estatuária da Fonte Alemã e do Gênio da Liberdade teriam sido apenas pinturas superficiais. Porém, consideramos que os danos foram bastante evidentes: o deus Mercúrio foi totalmente vandalizado, seus olhos banhados em sangue foram pintados e em seu peito escreveram: As balas vão voltar[15]e no Monumento Plaza Italia, a cabeça de um arcanjo é coberta por um grande olho[16], referindo-se às grandes perdas oculares ocorridas entre os manifestantes devido à resposta violenta da polícia.

---

[14] Durante a revolta no Chile vimos grandes esculturas de colonizadores e "heróis do país" caírem dos pedestais; também vimos isso recentemente em mobilizações nos Estados Unidos e na Europa contra a violência racista, onde monumentos de conhecidos proprietários de escravos foram demolidos; A propósito, os movimentos indígenas desenvolveram este repertório durante décadas na América Latina, especialmente no calor da "emergência indígena" (Alvarado Lincopi; Quezada Vásquez, 2021: s/p.).

[15] Las protestas de Chile cuestionan la historia oficial de las esculturas. Obtido de: https://elpais.com/cultura/2020/01/23/actualidad/1579806166_111949.html?event_log=regonetap.

[16] Idem.

Certamente, reconhece-se que a estátua do General Manuel Baquedano foi uma das mais danificadas por estar "coberta por cartazes e panos, envolta em bandeiras Mapuche ou coberta por uma máscara. A sua transformação mais radical foi, no entanto, a demolição da figura do soldado, que se encontrava em uma das extremidades da base do monumento" (Martínez, 2019: 28). Segundo Martínez (2019), nem as estátuas de Manuel Rodríguez nem de José Manuel Balmaceda foram significativamente afetadas além dos grafites em suas bases: "a razão de sua maior integridade tem a ver com as memórias sociais e as disputas pela narrativa da história nacional. Enquanto a figura do General Baquedano e suas ações no conflito bélico seriam questionadas, as de Rodríguez e Balmaceda teriam sido respeitadas pelo que esses personagens evocam para alguns manifestantes: Manuel Rodríguez foi exaltado na história nacional por liderar os movimentos de guerrilha contra os espanhóis durante o período da Reconquista e José Manuel Balmaceda, que foi presidente do Chile, foi considerado um político comprometido com a defesa dos interesses nacionais da indústria do salitre e do bem-estar do povo, razão pela qual ainda hoje é visto por alguns setores como um verdadeiro mártir da revolução de 1891, onde foi deposto como presidente da República, o que o levou a tirar a própria vida.



Figura 6: Danos ao monumento do General Baquedano, disponíveis em: https://www.monumentos.gob.cl/plan-recuperacion-patrimonial/noticias/monumentos-nacionales-danados-marco-protestas-superan-230

Outro caso de vandalização foi o sofrido pela estátua do Discóbolo, localizada fora do Estádio Nacional. Esta é a versão em bronze da escultura grega de Míron de Eleuteras (450 AEC) que representa um atleta prestes a lançar um disco. A estátua foi doada pela comunidade grega em 1958, alguns anos antes

da Copa do Mundo que o Chile sediou, e se tornou ponto de encontro dos frequentadores do estádio. É popularmente conhecido como "el pilucho", que em Mapudungún significa "estar nu"[17]. Durante a revolta social, o Discóbolo foi pichado com diversos slogans, tanto na escultura quanto na base, e também com cartazes anexados, também estava vestido como uma manifestante feminista e até hoje é uma obra que continua a ser vandalizada a cada vez que há um grande concerto no estádio ou confrontos na saída de eventos esportivos.



Figura 7: A Estátua de Pilucho ou O Discóbolo do Estádio Nacional. Obtido de: https://santiagoando.com/.

[17] Santiago nos habla: El Pilucho del Nacional. Obtido de: https://palabrapublica.uchile.cl/martin-gubbins-el-poeta-detras-de-la-bandera-chilena-negra-quedarme-lo-mas-callado-posible-fue-una-decision-etica-y-estetica/

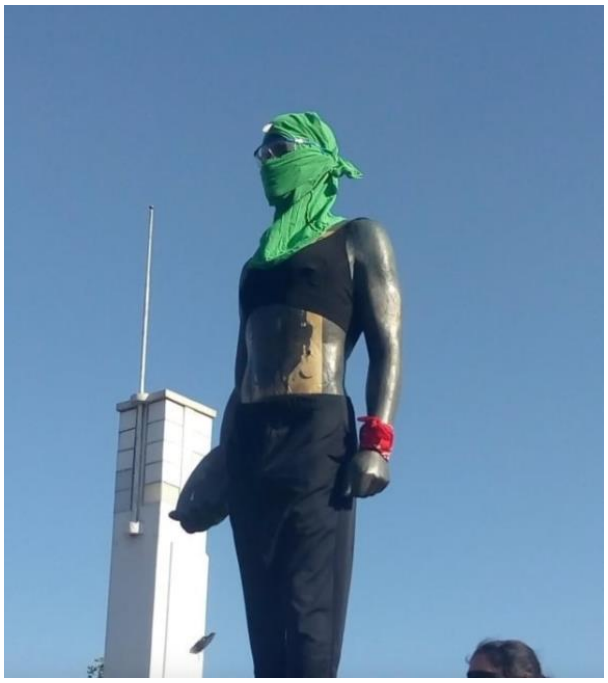


Figura 8: O Discóbolo do Estádio Nacional vestiu-se de manifestante feminista no contexto dos protestos sociais durante a eclosão. Obtido de: Estudiantes informados. https://www.facebook.com/Infestu/photos/a.470824396366909/2591779784271349/?type=3&paipv=0&eav=AfYZGTdAXC-sr3GbZ9WQtMWmztPEweDBqemZ1ZyjRXtd306WwWWYsL0irpZUxKulHuw&_rdr

As pichações ou a destruição destas e de outras estátuas em espaços públicos constituem um apelo a repensar a história nacional para além da tradicional ideia unitária, homogênea e eurocêntrica imposta no século XIX. Neste caso, as influências clássicas estavam ligadas às elites – por exemplo, as estátuas da Plaza Italia foram doadas no contexto das celebrações elitistas do Centenário da República — e foram atacadas como parte de um imaginário imposto e desligado das classes populares, o que nos ajuda a refletir se a intervenção material destes objetos é, em última análise, uma intervenção na memória hegemônica e eurocentrista.

Identificação com os povos originários baseada nos cânones clássicos

Os manifestantes da revolta social, embora rejeitassem a estatuária monumental dos heróis nacionais tradicionais, identificaram-se com os povos originários como os heróis autênticos e historicamente oprimidos. São personagens corajosos "mas que ao mesmo tempo escondem uma retórica complexa do símbolo cuja presença pode evocar significados heterodoxos"

(Valenzuela; Soler, 2020: 183). Diante das estátuas dos heróis tradicionais da nação, as estátuas dos heróis Mapuche simbolizaram mais uma vez a coragem, a resistência e a luta pela liberdade, e também acenderam o sentimento de reivindicação contra a derrota do passado onde os Mapuches foram subjugados pela primeira vez pelos espanhóis e, por fim, pelo exército chileno no século XIX, em uma época em que "as comunidades indígenas do sul do país foram desapropriadas de suas terras e deslocadas pelo discurso do progresso e da civilização, que não incorporava a diversidade dos povos originários no nacionalismo unificador que defendiam" (Valenzuela; Soler, 2020: 191).

As estatuárias que veneram a história nacional homogênea serão desafiadas e levarão ao ressurgimento de heróis originais, cujas estátuas serão respeitadas. Por exemplo, o líder toqui ou mapuche Caupolicán faz parte da idealização de um passado remoto e aparece como um líder rebelde, perturbador e libertador, como o corajoso Lautaro. Esta construção retórica que exalta os heróis não é nada original, mas provém do modelo dos cronistas dos séculos XVI e XVII: Alonso de Ercilla, Jerónimo de Vivar, Mariño de Lobera ou Alonso de Ovalle; utilizaram a epopeia clássico-renascentista para idealizar um passado remoto, em cada um destes autores reconhecemos o predomínio de uma visão erudita sobre os antigos mapuche-araucanos como figuras heroicas da perspectiva clássica.

Caupolicán e a particularidade de sua façanha, carregando um pesado tronco nas costas para ser eleito toqui [líder], é construída com base em influências clássicas. Alonso de Ercilla demonstra a admiração que lhe produz o feito "deste bárbaro". Pensa-se que um dos melhores exemplos da influência clássica de La Araucana se reflete em uma passagem particular que citaremos. Esses elementos são citados pelo mais destacado intelectual da tradição clássica, Gilbert Highet, que destaca: "a grande disputa da Araucana, em que o líder índio Caupolicán segura um enorme pedaço de madeira nos ombros durante vinte e quatro horas, é medido pelas aparições da esposa de Titão (Aurora) e do deus Sol (Apolo)" (Highet, 1996: 241–242), conforme lemos abaixo:

> Por entre os altíssimos caminhos,
>
> A esposa de Titão já aparecia,
>
> Seus cabelos dourados esparzidos,

Sacudindo o frio orvalho

Com o orvalho úmido, reverdeciam

Os prados antes murchos e florescidos,

E assim ficavam incrustados nas flores,

Como pérolas entre pedras coloridas.

O carro de Fáeton sai correndo

Do mar pelo caminho habitual,

Suas sombras vão recolhendo as montanhas,

Fugindo da vista do sol, e o esforçado

Jovem, mas persistente,

Move-se por todo lado sem se cansar,

Ainda que outra vez a sombra negra e espessa

Corresse rapidamente para aparecer.

A lua, que inicialmente era proveitosa,

Se prolongava por um longo espaço,

Ao final, turva, brilhante e preguiçosa,

Com o rosto e luz escassos se mostrava

Parou no meio do caminho mais bela,

Ao ver o estranho evento que a parava,

E ao vê-lo em seu ápice e ser o primeiro,

Caiu no Ártico Hemisfério.

(Ercilla, 1993 [1577] Canto II: 44)

Quanto a Lautaro, em outro trecho de seu poema, Ercilla apresenta um discurso inflamado do guerreiro quando já se tornou líder de seu povo e os clama para combater o inimigo:

Não se despojem dos hábitos e dos costumes

que dos nossos avós guardamos

nem o nome araucano do cume

ou estado tão infame, vamos demolir,

Fujam do pesado jugo e da escravidão;

ao duro ferro, demos nosso peito corajoso.

(Ercilla, 1993 [1577] Canto II: 145).

Reconhece-se que a intenção de Ercilla é, tal como fizeram os autores clássicos de sua época, exaltar o valor de seu inimigo (Valenzuela, 2013). Os elementos que nos permitem interpretar um Lautaro ou um Caupolicán como figuras heroicas encontram-se nos autores já mencionados. Foram esses cronistas espanhóis os primeiros a exaltar os povos originários, revestindo-os de atributos através da epopeia, mesmo que fosse para conscientizar as autoridades das dificuldades que o processo de conquista representava. Durante o século XIX, continuou a predominar uma visão erudita sobre os antigos mapuches araucanos com marcado destaque como figuras americanas, visão que recuperou força nos protestos sociais de 2019, que também se alimentou dessas influências intelectuais para reivindicar as demandas dos povos originários.

Conclusões

A recepção da antiguidade clássica torna-se uma ferramenta analítica que permite interpretar os clássicos em um contexto contemporâneo e globalizado, indo além da visão eurocêntrica. Por sua vez, a virada democrática permite a inversão de hierarquias – paralelizando os clássicos com as manifestações artísticas contemporâneas, sem subordinar uma obra atual a uma obra da antiguidade. Estas apropriações da cultura clássica no contexto do protesto social chileno de 2019 permitem-nos visualizar como o antigo pode servir de base para o contradiscurso ou resistência em situações de conflito político e opressão.

Em meio aos protestos sociais iniciados em outubro de 2019, identificamos importantes manifestações artísticas que se alimentaram de influências clássicas greco-latinas para reafirmar e legitimar o protesto social, enfatizando os conceitos de vitória, heroísmo e liberdade. Como exemplos representativos disso temos o cão alado "Matapacos" que, como um Pégaso canino, abre as asas em posição de levantar voo. A ligação com o divino é reforçada pela presença de um querubim alado que alude ao protesto social ao segurar em chamas uma Constituição. Por outro lado, o mural da Liberdade guiando o povo tira toda a inspiração romântica da pintura de Delacroix, que por sua vez evoca a Nice ou deusa da vitória. Na imagem, a liberdade é o valor supremo. O contexto em que emergem estas damas da Liberdade é muito semelhante na França do século XIX e no Chile do século XXI, um povo que se levanta contra o autoritarismo dos seus governantes e exige mudanças sociais.

No Museu da Memória, construído para relembrar os acontecimentos da revolta social, encontramos a estátua de um manifestante da linha de frente dos protestos de rua. O busto emerge de latas de tinta, que, de alguma forma, lembram as ondas do nascimento de Vênus. A beleza da peça evoca a deusa Vênus ou Afrodite, o mármore branco e a estátua mutilada refletem as influências clássicas, lembrando uma Vênus de Milo. A manifestante também é elevada ao nível dos deuses, sendo representada a beleza da sua causa, legitimando assim o protesto, ela representa não apenas uma deusa épica, mas também tantos outros manifestantes na linha de frente do protesto social.

No que diz respeito à estatuária monumental do espaço público, diversas estátuas de influência greco-latina foram vandalizadas ou destruídas durante a eclosão, embora, em muitos casos, de forma seletiva, de acordo com o que cada uma das figuras históricas representava para o público. No entanto, várias estátuas clássicas importantes foram profundamente modificadas, entre elas, o Discóbolo (ou "pilucho") do Estádio Nacional, o Mercúrio ou o Arcanjo da Plaza Italia. Esta estatuária foi colocada em espaço público para as comemorações elitistas do Centenário da República. Através das suas intervenções, é possível afirmar que os manifestantes também relacionaram esta estatuária com um discurso elitista e eurocentrista que pretendem combater. Portanto, são visíveis as contradições da recepção clássica e os diversos usos que as manifestações artísticas emprestam ao protesto. Por um lado, temos criações de murais e estátuas de inspiração clássico-renascentista e romântica para exaltar o valor da liberdade e reivindicar valores sociais; mas, por outro lado, a estatuária greco-romana é vandalizada e pichada na

busca de novos significados: o Discóbolo está vestido para defender a causa feminista e um Mercúrio (mensageiro) transmite uma mensagem desesperada sobre a violência que virá. Aqui estão as contradições e os contradiscursos: os antigos são destruídos, mas reconstruídos, rejeitados pela manifestação popular, mas ressignificados para exaltar os símbolos de liberdade e vitória de uma revolta popular fracassada.

Referências bibliográficas

AGUILERA, Tomás; VALENZUELA, Carolina. Cultura clásica en las celebraciones del Centenario de la República de Chile (1910). *Revista Iberoamericana*, v. 24, n. 85, p. 155-183, 2024.

ALVARADO LINCOPI, Claudio; QUEZADA VÁSQUEZ, Ivette**.** Derribar, sustituir y saturar: monumentos, blanquitud y descolonización. *Corpus* [online], v. 11, n. 1, 2021. Publicado em: 29 jun. 2021. Disponível em: http://journals.openedition.org/corpusarchivos/4560. Acesso em: 03 jul. 2021. DOI: https://doi.org/10.4000/corpusarchivos.4560.

AURELL, Jaume. What is a Classic in History? The making of a Historical Canon. Cambridge: Cambridge University Press, 2024.

BERTSCH, Shadi. Global classics. *TAPA*, v. 152, p. 33-42, 2022.

BROMBERG, Jacques. *Global classics*. Routledge focus on classical studies. Abingdon; New York: Routledge, 2021.

CANDINA POLOMER, Azun. La clase media que no era: ira social y pobreza en Chile. In: VV.AA. *Chile despertó. Lecturas desde la historia del estallido social de octubre*. Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2019. p. 53-58.

CRUZ, Nicolás; HUIDOBRO, María Gabriela (eds.). *América Latina y lo clásico. Lo clásico y América Latina.* Santiago: Ril Editores, 2018.

DUPLÁ-ANSUATEGUI, Antonio; EMBORUJO SALGADO, Amalia; AGUADO-CANTABRANA, Oskar (eds.). *Del clasicismo de élite al clasicismo de masas.* Madrid: Editorial Polifemo, 2022.

DEL MOLINO, Ricardo (ed.). *Ecos Pompeyanos: recepción e influjo de Pompeya y Herculano en España y América Latina.* Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2023.

ERCILLA, Alonso de. *La Araucana.* Edición de Isaías Lerner. Madrid: Cátedra, 1993.

GARCÍA JURADO, Francisco. Tradición frente a recepción clásica: historia frente a estética, autor frente a lector. *Nova Tellvs*, v. 33, n. 1, p. 9-37, 2015.

HANSEN, William. *Los mitos clásicos: una guía del mundo mítico de Grecia y Roma.* Barcelona: Crítica, 2011.

HARDWICK, Lorna; HARRISON, Stephen. *Classics in the Modern World: A Democratic Turn?* Oxford: Oxford University Press, 2013.

HIGHET, Gilbert. *La tradición clásica: influencias griegas y romanas en la literatura occidental.* México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

HUIDOBRO, María Gabriela. Por una educación más humana, humanista y femenina: Gabriela Mistral y los clásicos grecorromanos. *Historia* (Santiago), v. 55, n. 2, p. 303-327, 2022.

HUIDOBRO, María Gabriela; NIETO, Daniel; CASALI, Aldo. Recepción clásica en el primer proyecto educacional para la república de Chile: reflexiones de Juan Egaña en 1811. *Intus Legere Historia*, v. 14, n. 1, p. 270-292, 2020.

HUIDOBRO, María Gabriela. Clásicos grecorromanos en tiempos de la independencia de Chile: autores, libros e influencias. *Iberoamericana*, v. 17, n. 64, p. 129-146, 2017.

MARTÍNEZ, José Luis. Entre estatuas y memorias: rompiendo una(s) historia(s) de lo nacional. In: VV.AA. *Chile despertó. Lecturas desde la historia del estallido social de octubre.* Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2019. p. 28-42.

ROMERO, Mirella; SALAS, Jesús (eds.). *Pompeya y Herculano entre dos mundos: la recepción de un mito en España y América.* Roma: L'Erma di Brestchneider, 2023.

SÁNCHEZ, Marcelo; RIOBÓ, Enrique. Griegos, latinos y germanos en algunos escritos racistas y eugénicos chilenos de la primera mitad del siglo XX. *Historia* (Santiago), v. 53, n. 1, p. 183-210, 2020.

SOLER, Luisa; VALENZUELA, Carolina. Representación y (re)significación de un héroe moderno: Caupolicán en las retóricas clásicas y nacionalistas. *Boletín Americanista*, v. 70, n. 81, p. 177-199, 2020.

UNCETA, Luis. Cultura de masas contemporánea. In: GARCÍA JURADO, Francisco (Director científico). *Diccionario Hispánico de la Tradición y Recepción Clásica: conceptos, personas y métodos.* Salamanca: Guillermo Escolar Editor, 2021. p. 151.

UNCETA GÓMEZ, Luis; SÁNCHEZ PÉREZ, Carlos (eds.). *En los márgenes de Roma: la Antigüedad romana en la cultura de masas contemporáneas.* Madrid: Catarata, 2019.

VALENZUELA, Carolina; ROMERO, Mirella; HUIDOBRO, María Gabriela. Travelling to tell the tale: testimonies of three Chileans who visited Pompeii (nineteenth and twentieth centuries). *Intus Legere Historia*, v. 17, n. 2, p. 256-277, 2023.

VALENZUELA MATUS, Carolina. Influences of Pompeii in the elite of Santiago de Chile: visual arts, antiquities and architecture (XIX Century). In: ROMERO, Mirella (ed.). *Pompeii in the Visual and Performing Arts: its reception in Spain and America.* Londres: Bloomsbury Academic, 2023. p. 56-72.

VALENZUELA MATUS, Carolina. La búsqueda de emblemas nacionales en la novela histórica: los casos de Viriato y Lautaro. *Revista de Historiografía*, n. 18, v. 10, n. 1, p. 52-60, 2013.

Recebido: 31 de julho de 2024 | Aceito: 27 de setembro de 2024

REUTILIZACIÓN Y REINTERPRETACIÓN DE LO CLÁSICO EN LA PROTESTA SOCIAL: EL ESTALLIDO SOCIAL CHILENO DE 2019

Carolina Valenzuela Matus[1]

Resumen

El 18 octubre de 2019 comenzaron en Chile masivas manifestaciones sociales que se prolongaron hasta marzo de 2020. Durante esos meses hubo protestas, disturbios y una radical intervención del espacio público en las principales ciudades del país. Durante el estallido social, las influencias clásicas grecolatinas de la urbe fueron cuestionadas en su condición de referentes occidentales y asociadas a la dominación de las élites. Sin embargo, los manifestantes del estallido social chileno se apropiaron de referentes artísticos occidentales creando murales con estas temáticas —la libertad guiando al pueblo, la Niké, el genio de la libertad, querubines o animales míticos alados— intervenidos con mensajes de reivindicación social, mientras que estatuas de inspiración grecorromana fueron vandalizadas o intervenidas. A su vez, se identificaron formas de recepción clásica en la apropiación de una pertenencia colectiva que conectaba a los manifestantes con los antiguos héroes del pueblo mapuche, basados en los relatos épicos construidos desde los referentes clásicos, pero asimilados como símbolos de resistencia popular en el presente. De esta forma, la antigüedad clásica se hace parte de las identidades complejas que emergen del discurso social reivindicativo en el contexto de crisis, revelando una pluralidad de interpretaciones en el discurso político y en el arte urbano.

Palabras claves

Estallido social; Recepción clássica; dioses míticos; estatuas; pueblos originários.

[1] Professora Doutora – Universidade Autônoma do Chile, Santiago, Chile. **Proyecto ANIHO: PID2020-113314GB-I00**. E-mail: carolina.valenzuela01@uautonoma.cl

Resumo

Em 18 de outubro de 2019, começaram manifestações sociais massivas no Chile que duraram até março de 2020. Durante esses meses ocorreram protestos, motins e uma intervenção radical no espaço público nas principais cidades do país. Durante a revolta social, as influências clássicas greco-latinas da cidade foram questionadas como referências ocidentais e associadas ao domínio das elites. No entanto, os manifestantes da revolta social chilena apropriaram-se de referências artísticas ocidentais, criando murais com estes temas — a liberdade guiando o povo, a Nice, o gênio da liberdade, querubins ou animais alados míticos — intervieram com mensagens de reivindicação social, enquanto as estátuas de inspiração greco-romana foram vandalizadas ou sofreram intervenções. Ao mesmo tempo, foram identificadas formas de recepção clássica na apropriação de um pertencimento coletivo que conectava os manifestantes aos antigos heróis do povo Mapuche, a partir de histórias épicas construídas a partir de referências clássicas, mas assimiladas como símbolos da resistência popular na atualidade. Desta forma, a antiguidade clássica passa a fazer parte das identidades complexas que emergem do discurso social de reivindicações em contexto de crise, revelando uma pluralidade de interpretações no discurso político e na arte urbana.

Palavras-chave

Explosão social; Recepção clássica; deuses míticos; estátuas; povos originários.

Introducción

Los estudios de recepción de la antigüedad clásica posibilitan explorar los diversos usos y apropiaciones que los clásicos greco-latinos han tenido a lo largo de la historia y ha abierto un campo de estudio muy fructífero en América Latina, donde hace décadas se estudian las influencias de este legado y sus transformaciones desde el siglo XVI hasta el presente. De acuerdo a García Jurado, la etiqueta de recepción clásica "contempla la riqueza de recepciones de la cultura clásica como tal, independientemente del tiempo y lugar donde tenga lugar tal recepción" (García Jurado, 2015: 18-19). De acuerdo al autor, en la recepción, se traza una especie de camino inverso por el que las manifestaciones artísticas más modernas pueden convertirse en una suerte de introducción a los clásicos, desde las periferias. Nos encontramos también frente a la desjerarquización del autor clásico con respecto al moderno, lo que se explicaría a través del llamado democratic turn que, según Hardwick y Harrison (2013), puede ser definido como una perspectiva aplicada a las formas en que las ideas de los antiguos griegos y romanos, textos e imágenes han sido absorbidas, reelaboradas y comunicadas en un mundo más amplio y en periodos más reciente, atrayendo el interés de los investigadores.

De igual forma consideramos la conceptualización de Global Classics, que hace referencia a la forma en que los clásicos greco-latinos son recibidos fuera del contexto europeo-occidental (Bertsch, 2022). Este concepto implica que los clásicos tienen el potencial para acercarse a culturas diferentes a la europea a través de prismas renovados y no eurocéntricos. La Antigüedad clásica tiene un valor y significado para distintas sociedades y en distintos contextos, es por ello que, más allá de una tradición europea, tiene que considerarse su estudio desde perspectivas multidisciplinares, transculturales e interconectadas en un marco cronológico y espacial global. Asimismo, para Hardwick y Harrison (2013), las perspectivas teóricas sobre la respuesta del lector y del espectador han ampliado los grupos que se perciben involucrados en diversas fases de la construcción de significados y se han realizado extensos estudios sobre el uso de material antiguo como base para el contra-discurso o la resistencia en situaciones de conflicto político y opresión cultural en contextos diversos, como el que se aplica en nuestro caso de estudio.

Por ello, la emergencia de estas nuevas propuestas metodológicas en base a nuevas conceptualizaciones, al trabajo interdisciplinario y los avances historiográficos en la recepción clásica (Aurell, 2024; Duplá-Ansuategui;

Emborujo Salgado; Aguado-Cantabrana, 2022) ofrecen a los historiadores amplias posibilidades de explorar nuevas formas de recepción de los clásicos; ejemplo de ello lo constituyen los estudios de Luis Unceta y Carlos Sánchez (2019) sobre la recepción de los clásicos greco-latinos en la cultura de masas. De acuerdo con los autores, las formas de apropiación del referente clásico y cómo ha sido representado, sirve la mayor parte de las veces para finalidades muy distintas a las que tuvo en el momento de su creación y un claro ejemplo de ello lo constituyen las creaciones contemporáneas que asignan nuevos valores a la cultura clásica (Unceta; Pérez, 2019) y que difieren de los tradicionales valores asignados por las élites.

En América Latina, encontramos diversas propuestas que han analizado estas formas de apropiación de lo clásico, aunque muchas de ellas se ha centrado en el siglo XIX, especialmente focalizado en las influencias clásicas en el proceso de independencia y consolidación de las nuevas repúblicas hispanoamericanas, donde lo político tiene una importancia central (Huidobro; Nieto; Casali, 2020; Huidobro, 2017), así como también sobre los viajes y las influencias estéticas de Pompeya en los territorios americanos (Valenzuela; Romero; Huidobro, 2023; Del Molino, 2023; Romero; Salas, 2023). Las formas de apropiación de los clásicos durante esta época se asocian mayoritariamente a las manifestaciones de una élite y los estudios parecen indicar que las clases populares no habrían asimilado de igual manera este legado clásico (Aguilera; Valenzuela, 2024), lo que ha dado pie a diversas discusiones sobre el alcance de los clásicos en las sociedades contemporáneas de América Latina[2].

Progresivamente, vemos algunos estudios del siglo XX que dan cuenta de las influencias del pensamiento eugenésico y del fascismo en los modelos de educación en Chile (Sánchez; Riobo, 2020), en las celebraciones del centenario de la República (Aguilera;Valenzuela, 2024) o las influencias clásicas en el pensamiento de intelectuales como Gabriela Mistral (Huidobro, 2022). En el contexto internacional, hay una importante apertura al estudio de la cultura

[2] Muchos de estos debates se han dado al interior de los seminarios: Semánticas de la Antigüedad Clásica, organizados por el proyecto: "Antigüedad, nacionalismos e identidades complejas en la historiografía occidental: De la historiografía académica a la cultura de masas en Europa y América Latina (1870-2020)" (PID2020-113314GB-I00), Ministerio de Ciencia e Innovación, Gobierno de España, y se volvieron a discutir en el contexto del I Congreso Internacional de Historiografía y Recepción de la Antigüedad en España e Iberoamérica, realizado en Madrid del 2 al 5 de julio de 2024.

de masas[3] y la recepción de los clásicos en espacios más plurales y democratizadores (Unceta; Pérez, 2019) y hasta su influencia en los modernos videojuegos, por ejemplo, lo que evidencia que durante el siglo XXI es posible identificar nuevas interpretaciones en torno a las artes y a diversas manifestaciones culturales. A pesar de los avances y las atractivas propuestas metodológicas, la evolución en torno a la recepción de la antigüedad clásica en el siglo XXI sigue siendo un tema aún poco explorado que debe conducirnos a indagar todas las posibles formas en las que los clásicos greco-latinos se usan, se reinterpretan y modelan en nuevos contextos globales.

El estudio de los clásicos grecorromanos en la protesta social chilena se adhiere a este marco teórico, y en este contexto, intentaremos proponer una reflexión en torno a las reinterpretaciones diversas, y hasta contradictorias, que hemos podido identificar en las formas de apropiación o rechazo de los clásicos durante el estallido social en Chile durante 2019. El objetivo del estudio es analizar diversos usos y apropiaciones de la Antigüedad clásica durante el estallido social chileno de 2019, y específicamente identificar los influjos clásicos en la intervención del espacio público a raíz de las protestas callejeras, así como revisar cómo en ese momento se intensificaron los procesos de identificación con los pueblos originarios a partir del canon clásico de la épica del siglo XVI. En el estudio, privilegiaremos el análisis de fuentes secundarias e imágenes que permitan identificar las formas de apropiación de lo clásico, sus características y contradicciones. Abordaremos en primer lugar, las características de la protesta social, los diversos usos del espacio público (murales de protesta y destrucción de estatuaria) y finalmente la identificación y reivindicación de los pueblos originarios a través de los cánones clásicos. Con estos tres elementos estableceremos algunas reflexiones sobre el estudio.

Características de la protesta social

La protesta que comenzó el 18 de octubre de 2019 en Santiago de Chile y que se extendería por varios meses y por varias ciudades del país, ha sido considerada una de las movilizaciones sociales más grandes de las últimas décadas. En cada una de las manifestaciones que llevaron a la gente a la calle

[3] De acuerdo a Luis Unceta "con «cultura de masas contemporánea» solemos referirnos al conjunto de productos, prácticas culturales e incluso conceptos asociados a la producción en serie y el consumo masivo, conseguidos estos últimos resultados gracias, fundamentalmente a las tecnologías de la comunicación" (Unceta, 2021: 151).

confluyeron el malestar social y el descontento por las profundas desigualdades económicas propiciadas por un sistema neoliberal que se muestra inefectivo para la superación de la pobreza, pese a los indicadores macroeconómicos y a los discursos que aseguraron por décadas que el mérito individual era una vía segura para alcanzar la prosperidad económica[4] en una sociedad extremadamente exitista que comenzó a mostrar signos de fatiga y de frustración. A esto se sumaron las críticas al proceso de transición a la democracia, desde el fin de la dictadura de Augusto Pinochet en los años '90; y a la Constitución de 1980 impuesta también en dictadura. En los primeros meses de estallido social, se sintió con fuerza la demanda de un proceso constitucional que generó cierta articulación social en torno a los cabildos abiertos, donde se reunía la comunidad a discutir sobre sus preocupaciones y sus visiones de país para el futuro en torno a las posibilidades que podría ofrecer una nueva Constitución[5].

Ante las manifestaciones sociales, el Estado reaccionó de manera enérgica con represión llevando al ejército y a las policías a la calle. Se decretó el estado de emergencia y toque de queda no solo en Santiago, sino que también en varias regiones del país. La opresión estatal llevó a la violación de los derechos humanos. Muchos manifestantes terminaron heridos, con daños oculares, detenidos, torturados y también fallecidos[6], lo que llevó a un gran cuestionamiento sobre el actuar del gobierno y las instituciones.

[4] Por otra parte "el mérito o la 'meritocracia', es decir, la posibilidad de dejar atrás la pobreza en base al esfuerzo personal y familiar, parecía conectarse bien con los valores del neoliberalismo, centrados en aprovechar las oportunidades y en el esfuerzo personal, más que en las luchas colectivas y solidarias. Sin embargo, la evidencia de una vida cotidiana precaria, temerosa del futuro y asolada por las deudas, solo dejó claro que esa desigualdad social y económica se mantuvo y aumentó en las últimas décadas" (Candina, 2019: 53).

[5] Finalmente, el proyecto de una nueva Constitución fracasó. La propuesta de la Asamblea Constituyente de 2022 no logró convencer a la población en el plebiscito y una segunda propuesta, liderada por los partidos de derecha, tampoco obtuvo mayoría, por lo tanto, a día de hoy, se mantiene vigente la Constitución de 1980 en Chile.

[6] "En total, el INDH recibió denuncias por 6.807 hechos vulneratorios. Los más frecuentemente denunciados por las víctimas fueron golpizas, con 2.095 (30,8%); disparos, con 1.844 (27,1%); y desnudamientos, con 381 (5,6%)". Disponible en: https://www.indh.cl/indh-presento-cifras-a-cuatro-anos-de-crisis-social-de-2019-de-3-216-querellas-solo-en-34-de-ellas-existen-sentencias-condenatorias/

Por otra parte, las masivas protestas llevaron a una gran intervención del espacio urbano: hubo diversos daños a bienes públicos y privados, grandes pintadas en la Alameda y otras calles de la capital y también en las regiones del país. Muchas de las infraestructuras dañadas fueron reparadas recién durante el tiempo de pandemia. En medio de ese caos urbano, no todos fueron simples pintadas, también destacaron algunas creaciones artísticas callejeras, que nos interesa analizar por su pertinencia con la temática que aquí tratamos, un caso significativo son los murales de protesta, donde los usos de la estética clásica y renacentista contribuyeron a la creación de verdaderas obras de arte reivindicativas de la protesta social.

Murales de protesta y una estatua: la reutilización de los clásicos en el espacio público

Como comentamos anteriormente, algunos murales creados durante la protesta fueron expresiones genuinas de arte y reinterpretaron elementos propios del arte clásico y renacentista europeo para expresar reivindicaciones sociales en un contexto muy contemporáneo. A continuación, presentamos ejemplos de dos murales y una estatua donde se reconocen estas características. En la primera de ellas aparece un verdadero símbolo de la protesta social, el perro "Matapacos" o "Negro Matapacos"[7], un perro mestizo que el año 2011 se hizo popular en medio de las protestas estudiantiles por mostrar su fiereza contra carabineros, ladrando con fuerza cada vez que había manifestaciones en las afueras de la Universidad de Santiago. Aunque el perro "Matapacos" murió en 2017, se convirtió en un símbolo de la protesta de las clases estudiantiles y populares. En este mural, el perro alado rememora una especie de Pegaso mitológico, el caballo de Zeus y el primero de su especie que logró estar en el Olimpo viviendo entre los dioses. Las alas simbolizan este anhelo de libertad, pero también es lo que acerca al perro "Matapacos" a cierta condición de divinidad. A su lomo, un querubín alado renacentista, cuya figura ya era utilizada en las decoraciones romanas antes

[7] A pesar de andar por las calles, el perro "Matapacos" tenía un hogar. Desde 2009, María Campos estuvo al cuidado del perro, quien vivía cerca de la Universidad de Santiago (Usach), quien lo cuidaba, lo alimentaba y también ataba a su cuello sus icónicos pañuelos. La mascota de María vivió hasta 2017 y murió por causas naturales, dejando una numerosa descendencia y convirtiéndose en una verdadera leyenda. Véase: ¿Cuál es la historia de la que todo el mundo habla sobre el perro Matapacos? Disponible en: https://www.gabrica.cl/negro-matapacos/

del cristianismo, sostiene la Constitución de 1980 en llamas, transmitiendo a través de esta imagen la urgencia de poner fin a la Constitución vigente.



Figura 1: Imagen del perro "Matapacos" alado y un querubín sostiene la Constitución de 1980 en llamas. Disponible en: La calle no calla: el arte alrededor de la revuelta social chilena. Natalia Rizzo, Fer Ninel. Disponible en: https://www.laizquierdadiario.com/La-calle-no-calla-el-arte-alrededor-de-la-revuelta-social-chilena

En una segunda imagen, un mural, encontramos la reinterpretación de un cuadro titulado "La libertad guiando al pueblo", pintado por Eugène Delacroix, en el contexto de la Revolución de 1830, cuando el pueblo francés se levantó en armas contra el autoritario rey Carlos X de Francia, quien fuera tomando cada vez mayores atribuciones, llegando a limitar la libertad de prensa. La libertad es el valor que se destaca por sobre todo en este mural, ella es la guía y se representa como una mujer de gran belleza que puede ser comparada con la Venus de Milo, por su torso desnudo, o con la Victoria alada de Samotracia, que representa a Niké, la diosa de la victoria, que es también una diosa alada. En esta versión, la libertad sostiene una bandera chilena negra, popularizada también durante la protesta[8] (en vez de la bandera de la

[8] "El 19 de octubre, tan solo un día después de las evasiones en el Metro que detonaron el estallido social, el Colectivo Músicos de Chile emitió una declaración pública rechazando la represión policial que ya se estaba dando en contra de los manifestantes, la que fue acompañada por la imagen de una bandera negra, que hasta ese momento había pasado desapercibida a pesar de protagonizar diversas acciones musicales de su autor, el poeta

república francesa de la pintura original) y una banda que lleva escrito: "Hasta que la dignidad se haga costumbre", lema que se popularizó durante el estallido social y que recoge en una frase la lucha por las demandas sociales que clamaba el pueblo en aquellos días de estallido. No es antojadiza la elección de la libertad guiando al pueblo si recordamos que esta obra de Delacroix se convirtió en un ícono universal de la lucha por la libertad, creada en pleno auge del romanticismo europeo y que claramente tiene influjos clásicos reconocibles en esta alegoría.



Figura 2: La libertad guiando al pueblo de Chile con el lema: Hasta que la dignidad se haga costumbre. Disponible en: https://estallidosocial.com/archivo/frases/

visual y sonoro Martín Gubbins (Santiago, 1971)". Espinoza Denisse. Martín Gubbins, autor de la bandera chilena negra: "Quedarme lo más callado posible fue una decisión ética y estética". In: Palabra Pública, Universidad de Chile. Obtenido de: https://palabrapublica.uchile.cl/martin-gubbins-el-poeta-detras-de-la-bandera-chilena-negra-quedarme-lo-mas-callado-posible-fue-una-decision-etica-y-estetica/



Figura 3: Victoria alada de Samotracia, escuela rodia del periodo helenístico, elaborada aproximadamente hacia el 190 a.C. Actualmente, se encuentra en el Museo del Louvre de Paris (Francia). Algunos especialistas ven su influencia en el cuadro de Delacroix, La libertad guiando al pueblo, 1830. Fotografía gentileza de Guzmán García.

Un tercer ejemplo interesante lo constituye una estatua alojada en el Museo del Estallido Social[9]: se trata del busto de una manifestante encapuchada, que rememora a los manifestantes de la primera línea de la protesta, que se enfrentaban directamente contra Carabineros, afrontando los carros lanza-aguas y las bombas lacrimógenas. La bella mujer emerge de unos botes de pintura (que nos rememoran la espuma del mar) como si de una Venus se tratase[10]. De lo que parecen restos, surge esplendorosamente una imagen idealizada de una estatua antigua, que parece provenir de un mundo en

[9] Véase: https://museodelestallidosocial.org/ El Museo del Estallido Social es una plataforma autogestionada que surge de la necesidad de documentar testimonios y acontecimientos derivados del Estallido Social que han tenido lugar en Chile desde el 18 de Octubre del 2019. Véase: https://museodelosmuseos.com/2023/06/15/hablamos-del-museo-del-estallido-social/

[10] "Según Hesíodo, mientras Urano (Cielo) mantenía relaciones sexuales con su compañera Gea (Tierra) su hijo Crono le tendió una emboscada, lo castró y arrojó sus genitales al mar. De ellos manó espuma y dentro de ésta creció una doncella. Los genitales tocaron tierra finalmente en Chipre, donde Afrodita desembarcó". Hansen, 2011: 133.

ruinas: no tiene brazos, el color blanco mármol es el que prevalece[11], pero a su vez transmite la perfección de la belleza clásica, es la personificación de una diosa, en este caso, una diosa de la belleza (cual Venus) pero también una diosa de la guerra (como si fuera una Atenas griega o una Minerva romana). La imagen representa la perfección del canon clásico—muy inspirada en la Venus de Milo— y es una forma artística que legitima la lucha social a través de un modelo clásico grecolatino que comunica la belleza y perfección de la causa, donde la manifestante de la primera línea es protagonista, pero es también la encarnación de lo sobrehumano, evocando a una diosa y a una heroína a la vez.



Figura 4: El busto de una manifestante encapuchada representada según un canon clásico emerge desde una serie de botes de pintura. Disponible en: https://interferencia.cl/articulos/el-museo-del-estallido-social-un-espacio-de-arte-dinamico-y-cambiante-como-la-revuelta

[11] Las antiguas estatuas grecorromanas eran pintadas con estridentes colores que hoy en día chocarían a un espectador moderno. Los colores de estas estatuas se perdieron, por lo que el modelo estatuario ideal que reconocemos es el de estas figuras perfectamente blancas.



Figura 5: La Afrodita de Milo o Venus de Milo, del periodo helenístico griego. Imagen recuperada de: https://es.wikipedia.org/wiki/Venus_de_Milo

La destrucción de la estatuaria de inspiración clásica, un ataque a la autoridad

Durante el estallido social, los monumentos se convirtieron en un escenario de demanda ciudadana, lo que demostró la condición política que se esconde tras cada uno de ellos, y que llevó al cuestionamiento de la tradición hispano-colonial y a una reacción adversa, especialmente contra aquellos héroes militares allí representados y que tanta influencia ejercieron en el proceso de nacionalización del país tras la expansión militar del siglo XIX, lo que nos permite evidenciar que "las historias nacionales y sus actores no representan lo mismo para todos los ciudadanos que conviven en un mismo espacio o en lugares distantes del territorio" (Martínez, 2019: 32) y que la identificación con las figuras tradicionales de una historia institucional ha ido perdiendo fuerza, surgiendo un reclamo que llama a revisar la historiografía chilena y a buscar nuevas perspectivas que construyan la historia nacional para el siglo XXI.

La destrucción de muchos monumentos en medio del estallido social partió como actos espontáneos y trajo como consecuencia una cantidad considerable de deterioros de monumentos del espacio público. El Consejo de

Monumentos Nacionales cifró los daños en 66 monumentos históricos, 11 zonas típicas y 156 Monumentos públicos, cuyos daños van desde rayados con aerosol hasta incendios[12]. Entre algunos de los monumentos afectados podemos mencionar al monumento al general Manuel Baquedano[13], ubicado en el epicentro de la protesta y que hoy fue retirado de plaza Italia para evitar mayores manifestaciones en una zona neurálgica.

En Temuco, fueron derribadas las estatuas de Pedro de Valdivia y de Dagoberto Godoy, la cabeza de este último fue trasladada por los manifestantes y puesta en las manos de la estatua del toqui (líder) mapuche Caupolicán. En Cañete, se derribaron las estatuas de los militares españoles y conquistadores Pedro de Valdivia y García Hurtado de Mendoza. En La Serena, se produjo el derribo de la estatua de Francisco de Aguirre, fundador de la ciudad. En su lugar, fue erigida una estatua en honor de la mujer diaguita, llamada por los manifestantes como Milanka[14], pero que no respondía en nada a las estéticas clásicas tradicionales de este tipo de estatuaria monumental, en este caso, la estatua de influencias clásicas es desplazada y reemplazada por una manifestación más espontánea y reivindicativa de los pueblos originarios.

Para Alvarado Lincopi y Quezada Vásquez (2021), este proceso de desmonumentalización era una manifestación contra la intención homogeneizante de la historia patria, lo que dejó en evidencia una especie de "secularización de la religión estatal" (Alvarado Lincopi; Quezada Vásquez, 2021: s/p). Para los autores recién citados: "cada monumento fue un llamado hacia la homogeneización bajo el signo de las élites, quienes pregonaban lo

[12] Monumentos nacionales dañados en el marco de las protestas superan los 230. Consejo de Monumentos Nacionales. Disponible en: https://www.monumentos.gob.cl/plan-recuperacion-patrimonial/noticias/monumentos-nacionales-danados-marco-protestas-superan-230

[13] Manuel Baquedano fue un militar y político chileno. Participó en las guerras contra la Confederación Perú-boliviana (1836-1839), Guerra del Pacífico (1879-1883) y en el proceso de la Ocupación de la Araucanía (1861-1883). Ejerció como presidente provisional de la República de Chile en 1891. Su figura fue muy popular en su época y fue considerado un héroe de guerra.

[14] Durante la revuelta en Chile vimos caer de grandes plintos esculturas de colonizadores y "héroes de la patria", también lo hemos visto recientemente en movilizaciones en Estados Unidos y Europa contra la violencia racista, donde se han derribado monumentos de reconocidos esclavistas. Por cierto, los movimientos indígenas han desarrollado este repertorio por décadas en América Latina, sobre todo al fragor de la "emergencia indígena". Claudio Alvarado Lincopi y Ivette Quezada Vásquez, 2021, s/p.

que Bolívar Echeverría denominó como el "ethos de la blanquitud" (Alvarado Lincopi; Quezada Vásquez, 2021: s/p), una forma de racismo identitario-civilizatorio, donde determinados "santos visibles" sintetizaban el espíritu de la época y que reflejaban en su gran mayoría una estética greco-latina que respondía muy bien a los procesos de transformación urbana que se fueron experimentando en Chile especialmente durante el último cuarto del siglo XIX en adelante, donde las estatuas a los héroes patrios ocuparon un lugar relevante en el espacio público.

De acuerdo a José Luis Martínez, no todas las estatuas fueron destruidas o dañadas de forma irreversible durante el estallido y los daños ocasionados a la estatuaria de la Fuente Alemana y el Genio de la Libertad solo habrían tenido pinturas superficiales. Sin embargo, consideramos que el daño fue bastante evidente: el dios Mercurio fue completamente vandalizado, pintaron sus ojos bañados en sangre y en su pecho escribieron: Las balas van a volver[15]y en el Monumento de la Plaza Italia, la cabeza de un arcángel es cubierto por un gran ojo[16,] haciendo referencia a las grandes pérdidas oculares que se produjeron entre los manifestantes por la respuesta violenta de las policías.

Ciertamente, se reconoce que la estatua del general Manuel Baquedano fue una de las más dañadas al ser "cubierta por letreros y paños, envuelta en banderas mapuches o tapada con una máscara. Su transformación más radical fue, sin embargo, el derribamiento de la figura del soldado, que estaba en uno de los extremos de la base del monumento" (Martínez, 2019: 28). De acuerdo a Martínez (2019), ni las estatuas de Manuel Rodríguez ni de José Manuel Balmaceda fueron significativamente afectadas más allá de las pintadas en sus bases: "el motivo de su mayor integridad tiene que ver con las memorias sociales y con las disputas por el relato de la historia nacional. Mientras la figura del general Baquedano y sus actuaciones en el conflicto bélico estarían cuestionadas, las de Rodríguez y Balmaceda habrían sido respetadas por lo que esos personajes evocan a algunos manifestantes: Manuel Rodríguez fue enaltecido en la historia nacional por dirigir los movimientos de guerra de guerrillas contra los españoles durante el periodo de la Reconquista y José Manuel Balmaceda, quien fuera presidente de Chile, ha sido considerado como un político comprometido con la defensa de los intereses nacionales de

[15] Las protestas de Chile cuestionan la historia oficial de las esculturas. Obtenido de: https://elpais.com/cultura/2020/01/23/actualidad/1579806166_111949.html?event_log=regonetap

[16] Idem.

la industria del salitre y del bienestar del pueblo, por ello aún hoy es visto por algunos sectores como un verdadero mártir de la revolución de 1891, donde fue depuesto como presidente de la República, lo que le llevó a quitarse la vida.



Figura 6: Daños al monumento del general Baquedano, disponible en: https://www.monumentos.gob.cl/plan-recuperacion-patrimonial/noticias/monumentos-nacionales-danados-marco-protestas-superan-230

Otro caso de vandalización fue el sufrido por la estatua del Discóbolo, emplazada a las afueras del Estadio Nacional. Se trata de la versión de bronce de la escultura griega de Mirón de Eléuteras (450 a.C.) que representa a un atleta que está por lanzar un disco. La estatua fue donada por la comunidad griega en 1958, un par de años antes del mundial de Fútbol del que Chile fue sede, y se convirtió en un punto de encuentro de los asistentes al estadio. Ha sido popularmente conocido como "el pilucho", que en mapudungún significa "estar desnudo"[17]. Durante el estallido social, el Discóbolo resultó rayado con diferentes consignas, tanto en la escultura como en la base, y además con afiches pegados, igualmente fue vestido como una manifestante feminista y a la fecha, es una obra que sigue siendo vandalizada cada vez que

[17]Santiago nos habla: El Pilucho del Nacional. Obtenido de: https://palabrapublica.uchile.cl/martin-gubbins-el-poeta-detras-de-la-bandera-chilena-negra-quedarme-lo-mas-callado-posible-fue-una-decision-etica-y-estetica/

hay un concierto masivo en el estadio o enfrentamientos a la salida de los eventos deportivos.



Figura 7: La Estatua del Pilucho o El Discóbolo del Estadio Nacional. Obtenido de: https://santiagoando.com/



Fig. 8 El Discóbolo del Estadio Nacional vestido como una manifestante feminista en el contexto de las protestas sociales durante el estallido. Obtenido de: Estudiantes informados.https://www.facebook.com/Infestu/photos/a.470824396366909/2591779784271349/?type=3&paipv=0&eav=AfYZGTdAXC-sr3GbZ9WQtMWmztPEweDBqemZ1ZyjRXtd306WwWWYsL0irpZUxKulHuw&_rdr

Las pintadas o la destrucción de estas y otras estatuas del espacio público constituyen un llamado a repensar la historia nacional más allá de la tradicional idea unitaria, homogénea y eurocéntrica impuesta en el siglo XIX. En este caso, los influjos clásicos se vinculaban a las élites —por ejemplo, la estatuaria de la plaza Italia fue donada en el contexto de las elitistas celebraciones del Centenario de la República— y fueron atacadas como parte de un imaginario impuesto desconectado de las clases populares, lo que nos sirve para reflexionar si la intervención material de estos objetos es en el fondo una intervención a la memoria hegemónica y euro-centrista.

La identificación con los pueblos originarios a partir de los cánones clásicos

Los manifestantes del estallido social, a la vez que rechazaron la estatuaria monumental de los tradicionales héroes nacionales, se identificaron con los pueblos originarios como los auténticos héroes históricamente oprimidos. Son los personajes valerosos "pero que a la vez escoden una compleja retórica del símbolo cuya presencia puede evocar heterodoxos significados" (Valenzuela; Soler, 2020: 183). Frente a las estatuas de los héroes tradicionales de la nación, las estatuas de los héroes mapuche simbolizaban nuevamente el valor, la resistencia y la lucha por la libertad, y encendían asimismo el sentimiento reivindicativo frente a la derrota del pasado donde los mapuches fueron sometidos primero por los españoles y luego y ya definitivamente por el ejército chileno en el siglo XIX, momento donde "las comunidades indígenas del sur del país se vieron despojadas de sus tierras y desplazadas por el discurso del progreso y la civilización, que no incorporaba la diversidad de los pueblos originarios en el nacionalismo unificador que propugnaban" (Soler; Valenzuela, 2020: 191).

La estatuaria que rinde culto a la historia nacional homogénea será desafiada y dará lugar al resurgir de los héroes originarios, cuyas estatuas serán respetadas. Por ejemplo, el toqui o líder mapuche Caupolicán hace parte de la idealización de un pasado remoto y aparece como un líder rebelde, disruptivo y liberador, al igual que el valiente Lautaro. Esta construcción retórica que enaltece a los héroes no es para nada original, sino que proviene del modelo de los cronistas de los siglo XVI y XVII: Alonso de Ercilla, Jerónimo de Vivar, Mariño de Lobera o Alonso de Ovalle, utilizaron la épica clásica-renacentista

con el fin de idealizar un pasado remoto, en cada una de estos autores reconocemos el predominio de una visión erudita frente a los mapuche-araucanos antiguos como figuras heroicas desde la perspectiva clásica.

Caupolicán y la particularidad de su hazaña, el cargar un pesado tronco en sus espaldas para ser elegido toqui [líder], es construida sobre la base de las influencias clásicas. Alonso de Ercilla demuestra la admiración que le produce la gesta "de este bárbaro". Se piensa que una de las mejores muestras de la influencia clásica de La Araucana se refleja en un pasaje particular que citaremos. Estos elementos son mencionados por el intelectual más destacado de la tradición clásica, Gilbert Highet, quien señala: "el gran certamen de la Araucana, en que el caudillo indio Caupolicán sostiene en sus hombros un enorme madero durante veinticuatro horas, es medido por las apariciones de la esposa de Titón (Aurora) y del dios Sol (Apolo)" (Highet, 1996: 241-242), como leemos a continuación:

> Por entre dos altísimos exidos
>
> La esposa de Titón ya parecía,
>
> Los dorados cabellos esparzidos
>
> Que de la fresca helada sacudía
>
> Con que a los mustios prados florecidos
>
> Con el húmido humor reverdecía
>
> Y quedaba engastado así en las flores
>
> Qual perlas entre piedras de colores.
>
> El carro de Phaeton sale corriendo
>
> Del mar por el camino acostumbrado,
>
> Sus sombras van los montes recogiendo,
>
> De la vista del sol, y el esforçado
>
> Varón el grave, pero sosteniendo,
>
> Acá y allá se mueve no cansado
>
> Aunque otra vez la negra sombra espesa

Tornava aparecer corriendo apriesa.

La luna salida provechosa

Por un espacio largo dilatava,

Al fin turbia, encendida y perezosa

De rostro y luz escasa se mostraba

Parose al medio curso más hermosa

Al ver la extraña prueba en que paraba,

Y viéndola en el punto y ser primero

Se derribó en el Ártico Hemisphero.

(Ercilla, 1993 [1577] Canto II: 44)

En cuanto a Lautaro, en otra parte de su poema, Ercilla expone un encendido discurso del guerrero cuando éste ya se ha convertido en jefe de su pueblo y los arenga a combatir al enemigo:

«No os desnudéis del hábito y costumbre

que de nuestros agüelos mantenemos

ni el araucano nombre de la cumbre

o estado tan infame derribemos,

Huid el grave yugo y servidumbre;

al daro hierro osado pecho demos»

(Ercilla, 1993 [1577] Canto II: 145).

Se reconoce que la intencionalidad de Ercilla es, al igual que en su tiempo lo hicieron los autores clásicos, exaltar el valor de su enemigo (Valenzuela, 2013). Los elementos que permiten interpretar a un Lautaro o a un Caupolicán como figuras heroicas, se encuentran en los autores ya mencionados. Serán estos cronistas españoles quienes primero enaltecieran a los pueblos originarios,

revistiéndolos de atributos por medio de la épica, aunque sea para dar a conocer a las autoridades las dificultades que le plantea el proceso de conquista. Durante el siglo XIX, siguió predominando una visión erudita frente a los mapuche araucanos antiguos con un marcado protagonismo como figuras americanas, visión que volvió a recobrar fuerza en las protestas sociales de 2019, que se nutrió también de estos influjos intelectuales para reivindicar las demandas de los pueblos originários.

Conclusiones

La recepción de la antigüedad clásica se convierte en una herramienta de análisis que permite interpretar a los clásicos en un contexto contemporáneo y globalizado, yendo más allá de la visión eurocéntrica. Por su parte, el giro democrático permite que se inviertan las jerarquías—poniendo en paralelo a los clásicos con las manifestaciones artísticas contemporáneas, sin supeditar una obra actual a una obra de la antigüedad. Estas apropiaciones de la cultura clásica en el contexto de la protesta social chilena de 2019 permiten visualizar cómo lo antiguo puede servir como base para el contra-discurso o la resistencia en situaciones de conflicto político y opresión.

En medio de las protestas sociales que comenzaron en octubre de 2019 identificamos importantes manifestaciones artísticas que se nutrieron de las influencias clásicas grecolatinas para reafirmar y legitimar la protesta social, enfatizando los conceptos de victoria, heroísmo y libertad. Como ejemplos representativos de ello tenemos al perro "Matapacos" alado que, cual Pegaso canino, extiende sus alas en posición de emprender el vuelo. La conexión con lo divino viene reforzada por la presencia de un querubín alado que alude a la protesta social al sostener una Constitución en llamas. Por otra parte, el mural de La Libertad guiando al pueblo toma toda la inspiración romántica del cuadro de Delacroix que a su vez evoca la Niké o diosa de la victoria. En la imagen, la libertad es el valor supremo. El contexto en el que surgen estas damas de la Libertad es muy similar en la Francia del siglo XIX cuanto en el Chile del siglo XXI, un pueblo que se erige contra el autoritarismo de sus gobernantes y que demanda cambios sociales.

En el Museo de la Memoria, levantado para recordar los sucesos del estallido social, encontramos la estatua de una manifestante de la primera línea de las protestas callejeras. El busto emerge de unos botes de pintura, que asemejan de cierta forma las olas del nacimiento de Venus. La belleza de la pieza evoca

a la diosa Venus o Afrodita, el blanco marmoleo y la estatua mutilada dan cuenta de los influjos clásicos rememorando a una Venus de Milo. La manifestante también es elevada al nivel de los dioses, quedando representada la belleza de su causa, legitimando así la protesta, ella representa no solo a una diosa épica sino también a tantos otros manifestantes de la primera línea de la protesta social.

En lo que se refiere a la estatuaria monumental del espacio público, varias estatuas de influencias greco-latinas fueron vandalizadas o destruidas durante el estallido, aunque en muchos casos de forma selectiva, de acuerdo a lo que representaban cada uno de los personajes históricos para los manifestantes. No obstante, varias importantes estatuas clásicas fueron profundamente modificadas, entre ellas, el Discóbolo (o el "pilucho") del Estadio Nacional, el Mercurio o el Arcángel de la Plaza Italia. Esta estatuaria fue puesta en el espacio público para las conmemoraciones elitistas del Centenario de la República. A través de sus intervenciones, es posible afirmar que los manifestantes relacionaban también esta estatuaria a un discurso elitista y euro-centrista que se quiere combatir. Por tanto, son visibles las contradicciones de la recepción clásica y los diversos usos que prestan las manifestaciones artísticas a la protesta. Por una parte, tenemos creaciones de murales y estatuarias de inspiración clásica-renacentista y romántica para exaltar el valor de la libertad y reivindicar los valores sociales; pero por otra, la estatuaria grecorromana es vandalizada y pintada en la búsqueda de nuevos sentidos: el Discóbolo es vestido para defender la causa feminista y un Mercurio (mensajero) transmite un desesperanzador mensaje sobre la violencia que vendrá. He aquí las contradicciones y contra discursos: los antiguos son destruidos, pero reconstruidos, rechazados por la manifestación popular, pero resignificados para enaltecer los símbolos de libertad y victoria de una revuelta popular fallida.

Referencias bibliográficas

AGUILERA, Tomás y VALENZUELA, Carolina. Cultura clásica en las celebraciones del Centenario de la República de Chile (1910). *Revista Iberoamericana,* vol. 24, n°85, 2024 p. 155-183.

ALVARADO LINCOPI, Claudio y QUEZADA VÁSQUEZ, Ivette. Derribar, sustituir y saturar. Monumentos, blanquitud y descolonización, *Corpus* [En línea], Vol. 11, Nº. 1 | 2021, Publicado el 29 junio 2021, consultado el 03 julio 2021. URL: http://journals.openedition.org/corpusarchivos/4560; DOI: https:// doi.org/10.4000/corpusarchivos.4560

AURELL, Jaume. *What is a Classic in History? The making of a Historical Canon,* Cambridge: Cambridge University Press, 2024.

BERTSCH, Shadi. Global classics. *TAPA,* 152, 2022, p. 33-42.

BROMBERG, Jacques. *Global classics.* Routledge focus on classical studies. Abingdon, Routledge: New York, 2021.

CANDINA POLOMER, Azun. La clase media que no era: ira social y pobreza en Chile. In: VV.AA. *Chile despertó. Lecturas desde la historia del estallido social de octubre.* Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2019, p. 53-58.

CRUZ, Nicolás y HUIDOBRO, María Gabriela (eds.). *América Latina y lo clásico. Lo clásico y América Latina.* Santiago: Ril Editores, 2018.

DUPLÁ-ANSUATEGUI, Antonio; EMBORUJO SALGADO, Amalia y Aguado-Cantabrana, Oskar (eds.). *Del clasicismo de élite al clasicismo de masas.* Madrid: Editorial Polifemo, 2022.

DEL MOLINO, Ricardo (ed.). *Ecos Pompeyanos: Recepción e influjo de Pompeya y Herculano en España y América Latina.* Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2023.

ERCILLA, Alonso de. *La Araucana.* Edición de Isaías Lerner. Madrid: Cátedra, 1993.

GARCÍA JURADO, Francisco. Tradición frente a Recepción clásica. Historia frente a Estética, autor frente a lector. *Nova Tellvs,* 33,1, 2015, p. 9-37.

HANSEN, William. *Los mitos clásicos. Una guía del mundo mítico de Grecia y Roma.* Barcelona: Crítica, 2011.

HARDWICK, Lorna y HARRISON, Stephen. Classics in the Modern World: A Democratic turn? Oxford: Oxford University Press, 2013.

HIGHET, Gilbert. *La tradición clásica: Influencias griegas y romanas en la literatura occidental* 1, México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

HUIDOBRO, María Gabriela. Por una educación más humana, humanista y femenina: Gabriela Mistral y los clásicos grecorromanos. *Historia* (Santiago), vol. 55, n°2, 2022, p. 303-327.

HUIDOBRO, María Gabriela; NIETO, Daniel; CASALI, Aldo. Recepción clásica en el primer proyecto educacional para la república de Chile: reflexiones de Juan Egaña en 1811. *Intus Legere Historia,* 14 (1), 2020, p. 270-292.

HUIDOBRO, María Gabriela. Clásicos grecorromanos en tiempos de la independencia de Chile: autores, libros e influencias, *Iberoamericana,* XVII, 64, 2017, p. 129-146.

MARTÍNEZ, José Luis. Entre estatuas y memorias. Rompiendo una(s) historia(s) de lo nacional. In: VV.AA. *Chile despertó. Lecturas desde la historia del estallido social de octubre.* Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2019, p. 28-42.

ROMERO, Mirella y SALAS, Jesús (eds.). *Pompeya y Herculano entre dos mundos. La recepción de un mito en España y América.* Roma: L'Erma di Brestchneider, 2023.

SÁNCHEZ, Marcelo y RIOBÓ, Enrique. Griegos, latinos y germanos en algunos escritos racistas y eugénicos chilenos de la primera mitad del siglo XX. *Historia* (Santiago), vol. 53, n°1, 2020, p. 183-210.

SOLER, Luisa y VALENZUELA, Carolina. Representación y (re) significación de un héroe moderno. Caupolicán en las retóricas clásicas y nacionalistas. *Boletín Americanista*, LXX, 2, nº 81, 2020, p. 177-199.

UNCETA, Luis. Cultura de masas contemporánea. In: GARCÍA JURADO, Francisco (Director científico). *Diccionario Hispánico de la Tradición y Recepción*

Clásica. Conceptos, personas y métodos. Salamanca: Guillermo Escolar Editor, 2021, p. 151.

UNCETA GOMÉZ, Luis y SÁNCHEZ PÉREZ, Carlos (eds.). *En los márgenes de Roma. La Antigüedad romana en la cultura de masas contemporáneas.* Madrid: Catarata, 2019.

VALENZUELA, Carolina; ROMERO, Mirella; HUIDOBRO, María Gabriela. Travelling to tell the tale: testimonies of three Chileans who visited Pompeii (nineteenth and twentieth centuries). *Intus Legere Historia,* vol, 17, n°2, 2023, p. 256-277.

VALENZUELA MATUS, Carolina. Influences of Pompeii in the elite of Santiago de Chile: visual arts, antiquities and architecture (XIX Century). In: ROMERO, Mirella (ed.) *Pompeii in the Visual and Performing Arts: Its Reception in Spain and America,* Londres: Bloomsbury Academic, 2023, p. 56-72.

VALENZUELA MATUS, Carolina. La búsqueda de emblemas nacionales en la novela histórica: los casos de Viriato y Lautaro. *Revista de Historiografía,* n°18, X, 1, 2013, p. 52-60.

Recebido: 07 de julho de 2024 | Aceito: 27 de setembro de 2024

A COMUNICAÇÃO. MITOLOGIA NOS MUSEUS. PROBLEMATIZAÇÃO.

Filomena Barata[1]

Resumo

A Mitologia é uma fonte de comunicação de excelência. Para o seu entendimento é necessário procurar a génese dos mitos.

Palavras-chave

Mitologia; Comunicação.

[1]Doutoranda em História/Museologia. Universidade de Évora. CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades. Centro de Estudos Clássicos. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E-mail: barata.filomena@gmail.com

Abstract

Mythology is a source of communication of excellence. To understand it, it's necessary to look for the genesis of myths.

Keywords

Mythology; communication.



Imagem 01: Pormenor do friso de sarcófago dos filósofos e das Musas. Convento de Chelas. Lisboa. MNA: Museu Nacional de Arqueologia. Inv.: 994.21.1. Século III d.C. Fotografia: José Pessoa.

Introdução

A maior das motivações da tese que nos propusemos elaborar em torno de "**A Comunicação nos Museus. Mitologia nos Museus**" foi, sem dúvida, o facto de considerar que "contar e ouvir histórias" é das coisas mais enriquecedoras da nossa vida. O fenómeno não é novo.

Por outro lado, ao refletir a comunicação através dos grandes mitos da Antiguidade Clássica, não foi indiferente o facto de, direta ou indiretamente, continuarem ligados à nossa vida, às nossas emoções e reflexões, às nossas crenças, sim a elas, e às nossas expressões culturais: à Música, às Artes Cénicas, à Pintura, a Escultura, à Arquitetura, à Literatura e ao Cinema.

Podemos afirmar, sem lugar a dúvidas, que o Mito reside em nós, para além do tempo da sua origem, que não se consegue, pese as inúmeras análises em torno do tema, descortinar.

O ato de contar histórias é tão antigo quanto o próprio homem, sobrevivendo à passagem do tempo. "A narrativa é um dos pilares da humanidade. As histórias ligam os grupos, mas refletem as preocupações

do seu quotidiano" (Gonçalves, 2014: 13). Efetivamente, o Homem sempre precisou de narrativas para organizar o caos.

São essas narrativas tantas vezes as bases das sociedades, que em seu torno se congregam, funcionando como garantes da preservação da memória, de que Mnemosine é guardiã, pois tem a memória dos começos, filha que era da Terra e do Céu.

Mas afinal porque nos continua a acompanhar o mito e, ao mesmo tempo, a confrontar-nos?

Ainda antes de tentar responder a essa questão que será desenvolvida na tese em elaboração, foi necessário fazer um longo périplo sobre a história do próprio mito. Porque, na sua origem reside, do nosso ponto de vista, a sua permanência. Sobretudo tendo em conta que os mitos são elementos fundamentais de comunicação e de sociabilidade.

O Mito não é apenas uma complexa rede de "relatos tradicionais" que adquire relevância a partir da sua conexão com os ritos sagrados", (Burkert, 2007: 15), nem uma narrativa individual, mas uma história tradicional, partilhada publicamente e em contextos específicos, que pertence à memória de uma comunidade, na qual se reconhece: o mito está ancorado numa temporalidade e num espaço específicos e participa da sociedade, da cultura, da religião, da política. (Pantel, 2019: 21-28).

Mito significa em grego "palavra", podemos "chamar-lhe palavra da imaginação, da fantasia, em contraposição com o logos que é a palavra da razão, da inteligência (…) (Antunes, 2011: 16) . Ou "uma narrativa simbólica constitutiva de uma mentalidade e, particularmente, do seu credo teológico, filosófico e científico" (Durand, 1998: 42). Poder-se-ia afirmar que se trata de "contos relevantes para a sociedade envolvendo deuses ou heróis como protagonistas" (Bremmer, 2009: 684).

O longo Caminho dos Mitos

Por não conseguimos abeirar-nos facilmente neste trabalho das características que teria antes da escrita, iniciaremos pela *Teogonia* de Hesíodo, a única das narrativas das origens que nos chegou completa, ou cosmogonia[2] - entendida como repertório de mitos que nos remete para

[2] Lembremos que Homero considerava o titã Oceano, descendente de Gaia, a real origem dos outros deuses (*Ilíada* 14.200 e 246).

tempos imemoriais, ou o "nacimento da ordem do mundo (…) e da organização do espaço e do tempo" em que se inscreve também a religião, o espaço e o nascimento ordenado e sucessivo de todos os diferentes deuses". (Berbabé, 2008: 13, 15).

A *Teogonia* refere "O que primeiro existiu foi o Caos; e logo a seguir a Terra de seio fecundo, eterna e segura mansão de todos" partindo de uma natureza inerte, numa longa travessia até à negra Noite e ao Dia, concebendo, de permeio, Eros "o mais belo entre os deuses imortais". Nela a ideia de Caos é o vazio primordial. E segue-se a Terra "de seio fecundo, eterna e segura mansão de todos os imortais" e o céu "coberto de estrelas".

Embora existam outras "cosmogonias", a exemplo da que nos é apresentada por Aristófanes (*Nuvens* 424, 627 e Parábase, *Aves*)), nenhuma é tão completa como a que Hesíodo nos apresenta.

Mas vale a pena fixarmo-nos um pouco em Aristófanes que introduz, provavelmente influenciado por outras mitologias, no mundo grego, curiosos elementos em relação à versão de Hesíodo: a ideia de uma ser andrógino[3] – Eros - e de um ovo cósmico matricial. As aves situar-se-iam entre os seres primordiais.: "No princípio existia o Caos, a Noite, o negro Érebo e o vasto Tártaro. A Terra, o ar e o céu não existiam ainda. Finalmente a Noite de negras asas gerou no seio infinito do Érebo, um ovo sem germe, donde nasceu o Amor, após uma longa revolução de anos. Nas suas espáduas brilham duas asas de ouro e a sua velocidade iguala a dos ventos. O Amor, unindo-se às trevas do Caos alado, engendrou a nossa raça [as aves] no seio do vasto Tártaro e deu-a à luz. Antes de o Amor misturar tudo, ainda não existia a raça dos imortais; mas quando se efectuou a mistura de todas as coisas, apareceu o Céu, o Oceano. A Terra e a raça imortal dos deuses. Somos filhos do Amor e há milhares de provas que o atestam. Voamos como eles, e gostamos de viver com os amantes". (Aristófanes. *As Aves*. 58)

Já no século I a. C., Higino apresentar-nos-á o Oceano como filho de Éter e da Terra. Em Ovídio encontraremos, mais tarde, a ideia de que o caos era um estado de desordem, em que a massa primordial não tem uma forma duradoura, ou seja, em que todas as coisas se desfazem incessantemente no informe.

[3] Apresentado no *Banquete*, de Platão, Aristófanes diz que Eros, o primeiro dos deuses, tinha ambos os sexos.

O Mito, nas suas origens, para se perpetuar, cria em si mesmo a poesia com que as Musas inspiraram os *aedos*, os seus cantos e vozes, que chegaram até nós. Eram os "inspirados" aedos que perpectuavam a memória numa sociedade em que a palavra tinha uma importância fundamental. Assim cantavam um repertório composto de lendas e tradições populares ao som de instrumentos musicais. Homero teria sido um desses *aedos*.

E, é um facto, que desde os *Hinos Homéricos*, cantados em cerimónias, às duas epopeias atribuídas a Homero, *Ilíada* e *Odisseia*, ditas pelos *aedos*, centradas na guerra de Troia e no regresso de Ulisses a Ítaca, depois da guerra, até Plutarco, em muitas das suas obras, (46 d.C. - 120 d.C.), e Salústio, no século IV d.C., preocupado, já em época tardia, em compreender a verdade por detrás dos mitos, somos confrontados com uma miríade de narrativas mitológicas e de reflexões sobre as mesmas.

Depois de Homero, muitos outros mitógrafos se encarregarão de fixar os mitos, compondo mesmo recolhas, a exemplo de Paléfato, no século V, que nos dá a conhecer as suas várias versões, e nos faz equacionar a racionalidade das narrativas (Pena, 2010: 15).

É, pois, demasiado longo o caminho dos Mitos, a sua complexidade e longevidade.

Não esqueçamos que é, apenas em 356, que o imperador Constâncio II nega o acesso aos templos pagãos e, em 393 d. C., ao tempo de Teodósio, que são proibidos todos os cultos pagãos. Mas ainda se assistirá à tentativa da reabilitação ao tempo do imperador Juliano, o Apóstata, no século IV, que tentou restaurar as antigas práticas religiosas romanas, entrando em conflito com o cristianismo ascendente, altura em Salústio escreve a sua obra *Sobre os Deuses e o Cosmos*.

Múltiplas foram as reflexões e análises, desde a Antiguidade, que se dedicam à importância ou irrelevância do mito, designadamente com o desenvolvimento da Filosofia, em torno do novo conceito de *logos*.

A palavra *mythos* é empregue desde Homero (século IX a. C.) e o seu sentido vai variando ao longo do tempo.

Heródoto (c. 484 a.C. - c. 426 a.C.) o "pai da História", utiliza o termo *mythos* para designar uma narrativa que aos seus olhos não é verídica, tendência que, de algum modo é seguida por Tucídides que define o *mythodes* como algo que não pode ser comprovado, imprevisível, passando a designar um discurso insólito ou enganoso (Pantel, 2029: 263-264). Datam dos Sofistas as primeiras grandes reflexões em torno da interpretação dos

mitos, mas, embora tivessem inaugurado uma visão filosófica, nem em todos os filósofos se verificará uma ruptura em relação ao mito.

Platão (427-8 /348-7) herda dos sofistas uma certa forma de afastamento ou questionamento em relação ao pensamento mitológico, assumindo a insuficiência das narrativas mítico-religiosas para explicar a origem do universo. Trata o Mito na sua feição alegórica, questionando o caráter não verificável das narrativas de Homero e de Hesíodo (Pantel, 2029: 265). Não obstante, Platão socorre-se amiúde dos mitos para explicar aquelas realidades mais profundas que não se conseguem alcançar mediante o mero discorrer lógico (Olmos, 1985: 6), assumindo uma "visão utilitarista do mito", integrando-o nos elementos que poderão dar coesão social, representando a memória (Torrano, 1998: 19).

Antes de Platão já Heráclito (c. 500 a.C.- 450 a.C.) considerava as divindades mitológicas como questionáveis, embora não negasse a existência do divino, que, a seu ver, deveria ser mais conciso, unificado, e menos humano - ou seja, assumia uma certa recusa da ideia dos deuses antropomorfizados da tradição mitológica grega. Com Heráclito o ser humano conquista uma posição como ser cósmico. Quer Heráclito quer Xenófanes criticavam os mitos, em que aos deuses eram atribuídas as ações mais vergonhosas, sem que merecessem a devida crítica.

Píndaro (518-438), poeta que viveu na Beócia, é uma das fontes fundamentais para conhecer os mitos gregos. As suas *Odes* (Olímpicas; Píticas; Ístmicas e Nemeias) foram marcantes para a Cultura Helénica. Estas composições triunfais serviam não só para enaltecer as condições atléticas dos vencedores, como eram uma forma de exaltar os ideais gregos de beleza, equilíbrio e força física, afinal o "homem perfeito", que se transcende a uma dimensão quase divina.

Píndaro vive numa época de particular afirmação dos mitos e de exaltação das tradições helénicas face à ameaça persa, correspondendo ao Período Clássico, que verá surgir os grandes trágicos Ésquilo, Sófocles e Eurípides, entre outros, bem como uma iconografia mitológica pujante, a "dade de Ouro", que faz quase desaparecer as representações da vida quotidiana. (Barba, 2008: 21-22).

Lembremos as palavras de Tirésias, que refletem o pensamento de Eurípides, nas *Bacantes* "É inútil sofismarmos sobre as divindades. Nenhum argumento abaterá as tradições dos nossos pais, que eles nos deixaram em herança, por muitas subtilezas que descubram as mais profundas inteligências" (Eurípides, ed. s/d: 25)

O século IV a. C. assistirá ao triunfo da filosofia, ultrapassado, de algum modo, o pensamento incrédulo dos sofistas de finais do século anterior.

Protágoras (490 a.C. - c. 415 a. C) já tinha avançado consideravelmente no que respeita ao afastamento do pensamento mitológico para o *logos*, ao ponto de afirmar "sobre os deuses eu não posso saber nada", sendo a obscuridade do assunto e a brevidade da vida obstáculos intransponíveis, pouco ou nada resta para acrescentar e desenvolver (Almeida, 2015: 181). Foi um dos vários pensadores gregos do século V coletivamente conhecidos como Sofistas, que foi acusado de ateísmo, e defendia que "O homem é a medida de todas as coisas, das coisas que são, enquanto são, das coisas que não são, enquanto não são", considerando que as religiões e os deuses eram convenções humanas.

Poderíamos encontrar em Tales de Mileto, que se dedicou às áreas da matemática, filosofia e astronomia, no século VI, uma forma diversa de encarar a origem do mundo, ou seja, de algum modo concebendo uma "cosmogonia filosófica" (Bernabé, 2008: 24), procurando a sua explicação não no mundo sobrenatural, mas sim no natural. Questionava, desse modo, a explicação que Hesíodo procurara na sua *Teogonia*, tentando encontrar no elemento água a origem de tudo o que era vivo, ou seja, a essência de todas as coisas, e acreditava que a terra flutuava sobre a água como uma espécie de prato.

Pitágoras (570 a.C. - 497 a.C.) afirma que os números foram os principais elementos do seu estudo e reflexão. Por sua vez, Demócrito (520-440 a.C.), propunha a origem de tudo a partir do choque de partículas indivisíveis (átomos), e portanto, tudo era matéria: homens, deuses e até mesmo a alma.

Platão (428/427-348/347 a.C.) considerava poder utilizar-se o mito com fins pedagógicos, pelo que se serve de uma versão própria do Mito de Epimeteu e Prometeu. Confere-lhes a incumbência de dotar os humanos das qualidades necessárias à sobrevivência, de forma que nenhuma espécie aniquilasse a outra, sendo Epimeteu responsável pela distribuição das qualidades e Prometeu pela revisão final do trabalho (Platão, *Prot*. 320 e).

Pese todas as questões levantadas sobre a veracidade dos Mitos, colocando as mesmas dúvidas na boca de Sócrates, Platão considera, não obstante, que a investigação filosófica necessita do mito, e reconhece o poder que as histórias exercem na formação das crianças, desde que devidamente selecionadas. Contudo, na *República* de Platão, assistimos a uma crítica

violenta das histórias que geralmente as amas e as mães contavam às crianças (Pereira, 2014: 22).

Platão apresenta o mito como uma mensagem que uma determinada comunidade transmite, de geração em geração, conservada na memória, mas de que ele se distancia, por ser longínqua e não lhe poder aferir a veracidade. Os mitos em Platão apresentam personagens cujas imagens são pontos de partida para uma série de reflexões éticas, políticas, a que recorre sobre as mais diversificadas formas, ora como contos, ora como relato verdadeiro.

Considera-se assim que o mito começa a ser modificado, adaptado, "racionalizado" pela filosofia platónica, desempenhando um papel complementar no que respeita ao processo paidêutico, educativo, ético e político na formação do cidadão, estreitando a relação entre o mito e a razão, a narrativa e a argumentação na filosofia. (Véras, 2018: 33, 36).

Atentemos a este diálogo entre Gláucon e Sócrates, veiculado pela *República* de Platão:

> - Ora pois, havemos de consentir sem mais que as crianças escutem fábulas fabricadas ao acaso por quem calhar, e recolham na sua alma opiniões na sua maior parte contrárias às que, quando crescerem, entendemos que deverão ter?
> - Não consentiremos de maneira nenhuma.
> - Logo, devemos começar por vigiar os autores de fábulas, e seleccionar as que forem boas, e proscrever as más. As que forem escolhidas, persuadiremos as amas e as mães a contá-las às crianças, e a moldar as suas almas por meio das fábulas, com muito mais cuidado do que os corpos com as mãos. Das que agora se contam, a maioria deve rejeitar-se
> - Quais?
> - Pelas fábulas maiores avaliaremos das mais pequenas. Pois é forçoso que a matriz seja a mesma e grandes e pequenas tenham o mesmo poder. Ou não achas?
> - Acho. Mas não entendo quais são essas maiores que dizes.
> - As que nos contaram Hesíodo e Homero – esses dois e os restantes poetas. Efectivamente, são esses que fizeram para os homens essas fábulas falsas que contaram e continuam a contar. (*República*. Livro II. 377 b.c.d.)

Por seu lado, em Aristóteles, na sua *Poética*, *Mythos* remete-nos genericamente a "enredo", ou seja, uma história organizada, excetuando-se alguns momentos em que a palavra assume o sentido de "história" ou

"história tradicional". Afinal, o mito é a alma da tragédia (Torrano, 2017: 64)[4]

Lembremos que, no século V, a cultura de Atenas era rica em festivais e competições musicais. Surgem, assim, os concursos trágicos em ambiente urbano, que duravam três dias. Cada dia um poeta apresenta três tragédias e um drama satírico, assistindo-se, assim, à pujança das representações teatrais que consagrava os poetas vencedores, escolhidos por um júri. Exalta-se assim o teatro e todas as atividades em seu torno.

Não nos poderíamos, pois, omitir a importância dos mitógrafos do século V a. C., de Ésquilo, marcando o início da tragédia como a conhecemos, nem dos poetas helenísticos. Contudo, por não ser esse o tema desta tese, apenas nos deteremos nos que considerámos marcos importantes para a nossa abordagem específica do tema, os que de mais perto nos acompanharam na tentativa de melhor conhecer olongo caminho dos mitos.

O período clássico grego, atravessado pelo já pensamento filosófico, será, do ponto de vista iconográfico "A Idade de Ouro" da época clássica, a era do Pártenon, e quando se elaboram os princípios estéticos do classicismo com os escritos teóricos de Policleto e a prática de diversos escultores e a célebre cerâmica de "figuras vermelhas" enche-se de deuses e de narrativas heroicas. No século IV a. C. os vasos mantêm a iconografia mitológica que se vai centrando em alguns temas, como o séquito de Dioniso ou nos mitos mais representados no teatro. (Barba, 2008: 22).

Com o Helenismo surgem novas correntes filosóficas, a exemplo do evemerismo, que defendia que os deuses não são mais do que antigos reis e humanos divinizados. Evémero (c. 300 a.C.), propõe, assim, uma teoria, que teve bastante adesão, segundo a qual os deuses não são mais do que antigos reis divinizados pelos homens, fruto da importância que para eles assumiram. Era uma forma de justificar a divinização dos monarcas, que começava a expandir-se. O mito deixou de ser uma realidade para passar a ser a alegoria ou a fábula que a transmissão oral popular edificou (Semião, 2004: 64).

[4] Torrano (2017: 64) considera que a "tragédia surge no final do século VI e que o seu desenvolvimento coincide com o esplendor de Atenas. O comediógrafo Aristófanes e o filósofo Platão atribuíam à tragédia tão influente poder na formação dos cidadãos, que não erraríamos se reconhecêssemos em parte à tragédia a influência inspiradora e configuradora da grandeza intelectual, política e militar de Atenas."

Contudo, vai manter-se um grande interesse pela Mitologia entre os poetas, de que destacamos as *Argonáuticas* de Apolônio de Rodes (c. 295 a.C. - 215 a.C.), que dirigiu a Biblioteca de Alexandria.

As *Vidas Paralelas* de Plutarco (46 d.C. - 46 d.C. , de origem grega, mas que desempenhou um papel político importante como magistrado, são, essencialmente, um conjunto de biografias de personagens lendárias e histórias, colocadas em paralelo, em que Plutarco apresentava uma figura grega (como Teseu) e uma figura romana (como Rómulo), a que se seguia uma comparação entre ambas. São opostos Licurgo a Numa Pompílio, Péricles a Fábio Máximo, ou até Alexandre Magno a Júlio César, entre muitos outros. Na sua obra *De Ísis e Osíris*, introduz-nos a divindades de origem oriental, falando-nos do sincretismo com algumas conhecidas no mundo grego. Destacaremos Ísis, com forte representação no século II, como se confirma em Pompeios, e que se expande por todo o Império até em território atualmente português, a exemplo do Santuário de Panóias, viabilizando o sincretismo em torno de deusas de origem itálica (Cravinho, 2023: 42). Osíris terá também no Santuário de Panóias, Vila Real, através de uma forma sincrética – Serápis – igual representação.

> E logo que Osíris começou a reinar sobre os egípcios, ele os livrou de uma vida sem recursos e selvagem, mostrou-lhes os frutos, instituiu leis e os ensinou a honrar os deuses; mais tarde, percorreu toda a terra para torná-la habitável; poucas vezes necessitou das armas, persuadia e arrastava a maioria enfeitiçada por sua palavra acompanhada de todo tipo de canto e de música. Por isso, os helenos acham que ele é o mesmo que Dioniso. (Plutaco. *De Ísis e Osíris*. 9)

Diodoro da Sicília, ou Sículo, natural de Agírio na Sicília que viveu no século I a.C., foi autor da *Biblioteca Histórica* foi também marcante para este trabalho. Os seis primeiros livros são dedicados aos acontecimentos anteriores à guerra de Troia. Quer o Livro III, quer o livro IV incluem narrativas mitológicas bastante diversas, dedicadas a deuses e heróis. Tratará, assim, Dioniso, assumindo que vários "povos bárbaros" disputavam o nascimento do deus, designadamente os Egípcios que o adoravam sob a forma de Osíris (Liv. IV 6), Héracles, Teseu, os Sete contra Tebas, os Lápidas e os Centauros, Asclépio e ainda Pélops, Tântalo, Dédalo e Minos.

É recorrente afirmar-se que Roma havia entrado em contacto literário com as lendas e mitos gregos desde o escritor de provável origem grega Lívio Andrónico (c. 284 a.C. - c. 200 a.C.) que, desempenhando o seu papel de pedagogo, traduziu a *Odisseia* de Homero para latim, cerca de 250 a.C.

O século I d.C. assiste a uma particular apetência pelos temas mitológicos e astrais, que são reconhecidos na literatura, quer em todos os aspetos da vida, motivo pelo é recorrente encontrar objetos arqueológicos decorativos e de uso cotidiano com a representação dessa temática, seja em numismas ou lucernas, algo que não se pode desvalorizar, pois têm um consumo e circulação assinalável, sendo, por isso mesmo, usado também como propaganda.

Cícero, afastando-se da superstição e da "crendice" advogara, numa República em decadência, a religião tradicional, questionando-se sobre o papel das divindades, numa das suas obras magistrais *De natura Deorurn/Da Natureza dos Deuses*,

Mas a Mitologia permanece, mesmo com novos atores ou expressões. Na época de Augusto afirma-se a *Eneida* de Vergílio, não esquecendo as *Geórgicas* e *Bucólicas* que também nos acompanharão ao longo da tese que nos propusemos elaborar.

Embora a Religião Romana seja fortemente ritualizada, seguindo a celebração dos serviços religiosos - *sacra* e *caerimoniae* – onde os sacerdotes desempenham um papel fundamental (Barata, 2022: 165-167) e seguindo as tendências de um mundo e de um governo centralizado, logo, sujeito a uma religião oficial bastante marcada, ela não se libertará da herança grega e das narrativas mitológicas em torno das divindades.

Encontraremos, no Período Imperial Romano, grandes mitógrafos, a exemplo de Ovídio (43 a.C. - 17 ou 18 d.C.), sendo duas das suas obras as que mais seguiremos nesta tese: *Fastos* e *Metamorfoses*, que acabou por funcionar como um "manual" de mitologia por excelência. Séculos mais tarde, as suas traduções continuarão a influenciar toda a cultura ocidental, e influenciarão todas as artes.

Mas bastará também ler Horácio (65 a.C. - 8 a.C.) ou as tragédias de Séneca (ca. 4 a.C. - 65), amplamente revalorizadas no século XX (Séneca. *Tragédias* ed. 2022: 16), entre tantos, para percecionar como a mitologia era tudo menos ausente na sociedade romana, onde o teatro desempenhava um papel crucial[5].

[5] Em Época Romana representava-se normalmente a *tragoedia* e a *comoedia*, se bem que a *pantomima* (mímica e dança) o *mimus* , géneros populares tivessem sido muito apreciadas na Época Imperial. As representações cénicas romanas combinavam dança, canto e música.

Autores de comédias como Plauto (255 - 250 a.C. ? – 184 a.C./180 a.C. ?), ainda em Época Republicana, tinham convivido com a mitologia, pese Plauto ter sido acusado de satirizar os deuses. Mas bastará conhecer algumas das suas obras como a tragicomédia *Anfitrião* (194 a. C.), que relata a paixão de Júpiter por uma das suas conquistas amorosas, Alcmena, ou *Persa* (197 a. C.), onde quase ausente, a Mitologia praticamente só surge salpicando a obra com ironia. Logo no Ato I se compara as dificuldades do amor com os Trabalhos de Hércules e, na Cena III, apela-se a Júpiter "ilustre filho da Abundância" e se menciona os deuses propícios.

Em *Anfitrião* o enredo desenvolve-se em torno de um episódio mítico (o nascimento de Hércules).

O sincretismo é, sem dúvida, uma das características da religião romana, que se identifica através da assimilação de múltiplas divindades de diversas origens: latinos, etruscos, gregos e cultos orientais. Logo não se isentará das múltiplas narrativas mitológicas em torno das suas divindades.

Lembremos que a topografia religiosa era fundamental para os Gregos. Assim, quando muitas das divindades helénicas são incorporadas no panteão romano, há aspectos que, obviamente, se perdem, no que respeita aos rituais e aos locais de sacralidade que, muitas vezes, são refundados.

E, claro, em Ovídio (43 a.C. - 17 ou 18 d.C.), quer no *Fastos*, quer nas *Metamorfoses*, a Mitologia regressa no seu esplendor. As *Metamorfoses* são um extraordinário repositório de mitos helénicos em época augustana, que influenciou decisivamente a arte e a literatura europeia. Corresponde a um período que, pese as inúmeras discussões teóricas, se assiste ao reaparecimento dos grandes mitógrafos, sendo deuses e heróis um tema de eleição e de estudo. As suas *Heróides*, com a presença de figuras mitológicas, como de Penélope, Fedra, Dido, Medeia e Ariadne ou Hipermnestra refletem esse interesse pela herança helenística, tão presente na Roma imperial.

Uma das outras características que a sociedade romana vai acentuando é a superstição, a que não nos poderemos prender muito neste contexto, e a grande penetração da magia, tanto mais que havia uma clara diferenciação entre as esferas de atuação das atividades religiosas e a da feitiçaria e da magia (Júnior, 2011: 6).

As divindades e, particularmente, as narrativas mitológicas não têm grande presença nessas manifestações de crença/"crendice", embora

algumas delas a impregnem, como valor apotropaico, a exemplo da Medusa (Barata, 2017: 10-11).

Apuleio, no *Asno de Ouro* dá-nos a dimensão da complexidade de relação entre a magia e a religião, fazendo presentes divindades de várias origens que contribuam para que o Asno retome a sua dimensão humana.

Plutarco (c. 45-50 d.C. 120 d.C.), que tentara situar-se como historiador, n' as *Vidas Paralelas*, afirma: "1.2 Ora também eu, que, para redigir as *Vidas Paralelas*, passei em revista a extensão de tempo passível de um relato verosímil e suscetível de uma investigação que se atenha a factos, bem poderia afirmar das eras que a precedem: daí para trás fica o domínio dos prodígios e da matéria própria dos trágicos; ocupam-no os poetas e mitógrafos e não há lugar para credibilidade ou certeza".

A *Biblioteca* de Apolodoro, datada do século I da nossa era e compilada entre os séculos I e II d.C, é um trabalho fundamental, funcionando como uma espécie de catálogo ou compêndio, em forma de genealogias. Um pouco à forma de Hesíodo, inicia-se como uma espécie de *Teogonia*. Apolodoro situa-se entre os inúmeros autores que escreveram obras em língua grega durante o Império Romano, sendo a obra considerada como a mais completa catalogação de mitos gregos que chegou até nós, dada quantidade de relatos míticos registrados até aí. É uma das principais fontes latinas para o estudo da mitologia clássica (Lages, 2020: 179-198), a par das *Fábulas* do autor provavelmente de origem hispana, Higino (64 a. C. - 17 d.), uma das importantes fontes latinas, onde se coligem centenas de mitos, a partir de fontes gregas e que serrão fundamentais para o seu conhecimento, na Idade Média.

Já em Luciano Samosata (125 -190 d. C.), cuja vida literária se desenvolve na segunda metade do séc. II d.C., correspondendo o apogeu da atividade literária aos anos compreendidos 161 e 180, durante o reinado de Marco Aurélio, encontra-se uma dura crítica à mitologia, às velhas e novas crendices, à moralidade de deuses e homens. (Mangueiro: 17, 19-20). Nele encontraremos, através da sátira, uma forma de combater a crendice e a superstição que grassava em Roma no seu tempo.

Em *Luciano* [V]. "Como se deve escrever a História", assume mesmo que os mitos não pertencem ao mundo dos textos de História. São suas estas palavras, em *Luciano* [VI] "*O âmbar ou os cisnes*". " e fiquei mudo de vergonha pelo facto de ter feito uma autêntica figura de menino, ao acreditar nos poetas que contam mentiras tão incríveis, que já nada de sensato lhes basta".

Mais tarde, já no século IV, Salústio, um neoplatónico, amigo do Imperador Juliano, o Apóstata, que tentou restaurar as antigas práticas religiosas romanas, entrando em conflito com o cristianismo crescente, tentará na sua obra o *Sobre os Deuses e o Mundo,* retomar a importância dos Mitos, partilhando da ideia de que o mito é uma alegoria. Seguindo ainda Salústio, "Assim sendo, é digno que investiguemos por que os antigos deixaram de lado esses ensinamentos e fizeram uso dos mitos. E um primeiro benefício oriundo dos mitos é justamente a investigação e o fato de não mantermos nossa intelecção inerte. Por certo, é possível dizer que os mitos são divinos graças àqueles que os utilizaram: de fato, dentre os poetas, aqueles inspirados pelos deuses; dentre os filósofos, os melhores, os quais transmitiram os rituais iniciáticos; e os próprios Deuses fizeram uso de mitos em seus oráculos." (Salústio, *Sobre os Deuses e o Mundo.* III.1).

Teodósio I (379-395) acabará por declarar o cristianismo a única religião do Império e iniciar o combate ao paganismo, passando os velhos cultos à clandestinidade, embora, obviamente tardem a desaparecer por completo. Justiniano (c. 482 - 565) acaba, no século VI, por perseguir os últimos resistentes do paganismo.

Lembremos, contudo, todas as tentativas de conservação da "Cultura Clássica", designadamente a grandiosa obra de Macróbio que, sentindo já o universo cultural que ainda conhecera ameaçado, dedica ao filho uma obra que possa funcionar como uma espécie de compêndio. Macróbio, tanto nas *Saturnais,* como no *Comentario,* expressa a sua vinculação ao paganismo tradicional.

Estas obras dos mitógrafos tardo-antigos, a exemplo de Fulgêncio, autor de umas Mitologias que propõem significados novos para certas divindades acabaram por ser responsáveis pela sua sobrevivência.

De referir que as suas *Mitologias* circularão durante a Idade Média, até serem suplantadas por obras como a *Genealogia deorum gentilium*, impressa pela primeira vez em Veneza, em 1497 que cita Fulgêncio várias vezes. As *Mitologias* de Fulgêncio chegarão ao período das edições impressas e terão edições regulares nos séculos XV, XVI, XVII e XVIII.

Considera-se que com a obra *Genealogia deorum gentilium - Genealogia dos deuses pagãos* se inicia "a ciência mitográfica moderna" (Garcia Moreno, 2016: 9).

A partir do século XV, assistimos ao crescente interesse, no que se refere à Antiguidade, de reconstituir o seu património e redescobrir suas "obras-

primas", designadamente a escultura grega e romana, tendo contribuído também como base para a reflexão sobre o discurso plástico que se desenvolvia a partir dessa centúria.

Sabe-se que os Humanistas conheciam os repositórios da mitologia grega e, em 1556, o editor das *Metamorfoses* de Ovídio, "enumerava a lista dos que ele considerava os 'bons mitógrafos' Ovídio, Higino, Fornuto, Filóstrato, Plancíades, Paléfato, Boccaccio e vários outros (Pena, 2010: 19).

Entre o Renascimento e o século XIX, a história da arte ocidental - das artes plásticas à música, do bailado ao teatro - é fértil na representação de narrativas extraídas da mitologia clássica. O século XVIII assiste ao grande interesse pelas tragédias gregas, bem como ao incremento pelo interesse da cultura material, designadamente, pelas cerâmicas produzidas por cidades gregas, transformando-os em objetos de arte. Esse interesse estendeu-se às imagens presentes em moedas, mosaicos e pinturas parietais, surgindo vários *corpora* que lhes são dedicados (Silva; Sarian; Cerqueira, 2020: 142). Contudo, a maioria desses registos tinham como base objectos descontextualizados, até dado o crescente fenómeno de colecionismo que se vai incrementando a partir dessa altura.

No entanto, é notória a importância que a Mitologia vai assumindo entre os temas representados, designadamente os eróticos, sejam cenas de raptos mitológicos ou de mulheres seduzidas por divindades, tema que será comum entre o Renascimento e o Período Barroco, como o caso de Leda e o Cisne, bem como o Rapto da Europa ou a sedução de Antíope ou de Dánae.

Apenas, a título de exemplo, menciono o mito de Leda e o Cisne que, já no século XVI, havia tido grande êxito, quer em pintura, quer em gravuras, de que lembramos o estudo o estudo de Leonardo da Vinci (1505-1507), um caso raro de tema mitológico na sua obra; e que contagiará pintores como Miguel Ângelo; Correggio (1489-1534), Tintoretto que retoma o mesmo mito, numa pintura datada, aproximadamente, de 1550, bem como as várias versões de Rubens (1601 e 1602) e a de François Boucher (1703–1770), datada de cerca de 1740.

Esse fenómeno de reprodução dos mitos prende-se, numa primeira fase, com a obra de Boccacio, *Genealogia dos Deuses* e a influência que teve a publicação d' *As Metamorfoses* de Ovídio.

Em Portugal, embora de fase posterior, veremos vários exemplos da representação deste mito e de muitíssimos outros, em diversos suportes

desde gravuras, pinturas bem como exemplares escultóricos (Barata, 2021: 18).

Assim, terminaremos como começámos. Para que serve a Mitologia? E única resposta que conseguimos dar é que ela nos narra e interroga, tornando, por uma lado, mais complexo o nosso olhar e mas mais abrangente a forma de estar no mundo. Além disso, transporta-nos a um mundo sem tempo.

Bibliografia

ALMEIDA, João Paulo Barros Alves Rodrigues de. *O divino nos Sofistas e em Eurípides*. Tese de Doutoramento na área de Estudos Clássicos, ramo de Poética e Hermenêutica, orientada pela Prof. Doutora Maria do Céu G. Z. Fialho e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2015.

ANTUNES, Manuel. *Teoria da Cultura*. Edições Colibri. Lisboa. 1999.

ANTUNES Pe. Manuel. Theoria. Cultura e Civilização. *Obra Completa Padre Manuel Antunes*. Fundação Calouste Gulbenkian. 2011.

ARISTÓFANES. *As Aves*. Tradução, prefácio e notas de A. Lobo Vilela. Editorial Inquérito. 2ª edição.

BARATA, Filomena *Glossário de termos para a arqueologia. (M a Z)* – Sacerdotes. Lema d'Origem. 2022

BARATA, Filomena. Aprender mitologia nos museus, palácios e jardins, *Ensino de História Antiga*. pp.16-79. 2021.

BARBA, Miguel Ángel Elvira. *Arte y Mito - Manual de iconografía clássica*. Sílex® ediciones S.L Madrid. 2008.

BARBIERI, Pedro. Os Mitos imitam os próprios deuses. Projeto alegórico e apropriações mitológicas em Sobre os deuses e o mundo, de Salústio. *Boletim De Estudos Clássicos*, (64). 2019. pp. 55-81.

BARROS. Gilda Naécia Maciel de. Platão: Mito e Paideia. FEUSP Notandum Libro 10 CEMOrOC-Feusp / IJI-Universidade do Porto. 2008.

BERNABÉ, Alberto. *Dioses, Héroes y orígenes del mundo.* Lecturas de Mitologia Abada Editores. S.L. Madrid. 2008.

BURKET, Walter. *Religión griega arcaica y clássica*. Abada Editores. S.l. Madrid. 2007.

BREMMER, Jan N. Myth, Mythology, and Mythography. In BOYS-STONE, George; GRAZIOSI, Barbara; VASUNIA, Phiroze. The Oxford Handbook of Hellenic Studies. Oxford University Press. 2009.

CABECEIRAS, Manuel Rolph. As Metamorphoses de Ovídio, a Arte Poética na Roma Antiga e os Padrões Épicos. *Revista eletrônica Antiguidade Clássica*. 2008. pp. 70-90.

CABECEIRAS, Manuel Rolph. Conflito de bordados. A restauração augustana e o mito de Aracne na poesia de Ovídio. *Politeia*: História e Sociedade. 2007.

CARREIRA, Paula Cristina Ferreira da Costa. *As Argonáuticas de Apolónio de Rodes.* A arquitectura de um poema helenístico. Mestrado em Estudos Clássicos. Literatura Grega. Faculdade de Letras de Lisboa. Departamento de Estudos Clássicos. 2007.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Retomando a Arqueologia da Imagem: entre iconografia clássica e cultura material. *Revista Brasileira de História*. vol. 40, nº 84. 2020.

CÍCERO. *Da Natureza dos deuses*. Introdução, tradução e notas de Pedro Braga Falcão. Veja. Lisboa. 2004.

COSTA, Lilian Nunes. *Mesclas genéricas na "Tragicomédia Anfitrião de Plauto. Tradução da comédia Anfitrião de Plauto*. Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em Linguística. Campinas. 2010. Disponível em:https://www.academia.edu/18373573/Traducao_da_comedia_Anfitriao_de_Plauto

CRAVINHO, Graça. Atributos de Divindades, Alegorias e Personificações em gemas romanas de Portugal. *Divinidades femeninas:* Alegorías y símbolos sagrados en gemas romanas. Sabino PEREA YÉBENES (editor). Madrid – Salamanca. 2023.

DIODORO DE SICÍLIA. *Biblioteca Histórica*. Libros IV-VIII. Traducción y Notas de Juan José Torres. Esbarranch & Editorial Gredos. 2004. Disponível em: https://archive.org/details/diodoro-de-sicilia.-biblioteca-historica-libros-iv-viii-g-2004

DURAND, Gilbert. *Campos do Imaginário. Instituto* Piaget. Lisboa.1998.

EURÍPIDES*, As Bacantes*, s/d Tradução, Prefácio e notas de Fernando Melro. Clássicos Inquérito. 1998.

FIALHO, Maria do Céu. *Novas tendências narrativas nas Argonáuticas de Apolónio de Rodes*, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, Universidade de Coimbra. 2005.

FIDLER, Frederico. *Sobre os deuses e o mundo por Salústio Filósofo.* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Porto Alegre. Tese de Mestrado. Porto Alegre. 2023.

FONSECA JUNIOR, A. de O. Boccaccio e a inclinação poética: Genealogie *deorum gentilium* 15.10. *Rónai – Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios, Edição especial, 2022, p. 87-102* Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/ronai/article/view/38409. Acesso em: 5 jul. 2023.Grecia e di Roma.

FRANCISCO, Gilberto da Silva. *História Antiga:* Relações Interdisciplinares. Fontes, Artes, Filosofia, Política, Religião e Receção. Carmen Soares, José Luís Brandão & Pedro C. Carvalho (coords.). História Antiga: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2023.

GARCIA MORENO, Julia. Introducción. *Biblioteca* de Apolodoro.

GONÇALVES, Luís Jorge Gonçalves. Contar história é preciso. *Revista Alter*. Vol. I. pp. 13-18. 2016.

GRIMAL, P. Introdução. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Coord. ed. portug. de V. Jabouille, Algés.1993.

JÚNIOR, Márcio Meirelles Gouvêa. *Magae Romae*: As feiticeiras na literatura latina. *PhaoS*. 2011

HEISE, Pedro Falleiros. O Proêmio da Genealogia *Deorum Gentilium* de Giovani Boccaccio. Anu. Lit., Florianópolis, v. 19, n. 2, Universidade Federal de São Paulo. 2014.

LAGES, Luciene. Percursos mitográficos em busca de fontes para uma Biblioteca. In: BARACATJR., J. C., and SILVA, M. A. O., eds. A Escrita grega no Império Romano: recepção e transmissão [online]. Editora da UFRGS Porto Alegre. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9786557251218.0010.

LUCIANO DE SAMÓSATA. *Luciano* [IX] - Imprensa da Universidade de Coimbra. Tradução do grego, introdução e notas de Custódio Magueijo. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2013.

MELO, João Victor Leite. (2019) *Tradução poética de Íbis, Nux e Haliêutica:* três poemas de uma suposta quarta fase ovidiana. Tese de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora).

MOREIRA, Andreza Sara Caetano de Avelar (2014) Sociedade e Mito na Tragédia Grega. *Alétheia Revista de Estudos sobre Antiguidade e Medievo* – Volume 9, n. 1. p 20.

PANTEL, Pauline Schmitt. *Uma história pessoal.* Os Mitos Gregos. Tradução, Introdução à Edição Portuguesa e Notas Nuno Simões Rodrigues. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

PENA, Abel N. Mitografia. Um género literário helenístico? in *Géneros Literários. Continuidades e rupturas da Antiguidade aos nossos dias*. Centro de Estudos Clássicos. Faculdade de Letras de Lisboa. 2010.

PEREIRA, Maria Helena Rocha. *Enigmas em volta do mito*. Estudos sobre a Grécia Antiga. Artigos. Fundação Calouste Gulbenkian/ Imprensa da Universidade de Coimbra. 2014.

PEREIRA, Maria Helena Rocha. O Mito na Antiguidade Clássica in *Estudos sobre a Grécia Antiga*. Fundação Calouste Gulbenkian. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2014.

PEREIRA, Juliana Avila e WEISS, Jussemar. A Tragédia Grega Troianas e as mulheres que a envolvem: reflexões sobre Cassandra, Hécuba e Helena. *Mythos*. Ano V, Número II, Imperatriz – MA. 2021.

PLATÃO. *Diálogos* III *Fedón, Banquete, Fedro*. Traducciones, Introducciones y notas por C. García Gual, M. Martínez Hernández e Lledó Inigo. Editorial Gredos, S. A Ed. 1986.

PLATÃO. (*Górgias* 523a). Versão eletrônica do diálogo platônico "Górgias". Tradução: Carlos Alberto Nunes Disponível em: Homepage do grupo: http://br.egroups.com/group/acropo

PLATÃO. *República*. Introdução, Tradução e Notas Maria Helena Rocha Pereira. Fundação Calouste Gulbenkian. 15ª edição.

PLAUTO. *Persa*. Introdução, tradução do latim, notas e sugestões para encenação Maria Isabel Rebelo Gonçalves. Verbo, 1999.

SALÚSTIO. *Sobre Os Deuses e o Cosmos*. Tradução por Nogueira Sousa. https://www.scribd.com/document/289281209/Sobre-Os-Deuses-e-o-Cosmos-Salustio

SANTOS, Ana Cláudia Ramalho dos (2008) *Giambattista Vico: Poesia e Ciência Nova*. Mestrado em Teoria da Literatura. Universidade de Lisboa.

SEMEÃO, Viriato. A Genealogia dos Deuses. Comparando Hesíodo com Apolodoro. *Boletim de Estudos Clássicos* — 42. 2004. pp. 57-84

SÉNECA. *Tragédias*.Vol 2. Tradução, Introdução e Notas Ricardo Duarte. Edições 70. 2022.

TEIXEIRA, Cláudia. Estrutura, personagens e enganos: introdução à

leitura de As Báquides de Plauto. Coimbra – São Paulo. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2016.

TEIXEIRA, Cláudia. *As duas Báquidas*. Faculdade e Letras da Universidade de Coimbra – Imprensa Nacional Casa da Moeda. 2006.

TORRANO, Jaa. *Teogonia – a origem dos deuses – Hesíodo*. Estudo e tradução Jaa Torrano. 3. Iluminuras. ed. São Paulo. 1995.

VÉRAS, Andréa Karine de Araújo. *A Noção de Dikaiosyne: Análise do Mito do anel de Giges em* Natal. Platão, 2018.

A COMUNICAÇÃO. MITOLOGIA NOS MUSEUS. PROBLEMATIZAÇÃO.

Filomena Barata[1]

Resumo

A Mitologia é uma fonte de comunicação de excelência. Para o seu entendimento é necessário procurar a génese dos mitos.

Palavras-chave

Mitologia; Comunicação.

Abstract

Mythology is a source of communication of excellence. To understand it, it's necessary to look for the genesis of myths.

Keywords

Mythology; communication.

A versão em inglês deste texto será anexada oportunamente.

[1]Doutoranda em História/Museologia. Universidade de Évora. CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades. Centro de Estudos Clássicos. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E-mail: barata.filomena@gmail.com

Recebido: 28 de outubro de 2023 | Aceito: 23 de fevereiro de 2024

GESTA APUD ZENOPHILUM: AUTOS DE UM PROCESSO JUDICIAL PRESERVADOS EM UMA COLETÂNEA SOBRE AS ORIGENS DA CONTROVÉRSIA DONATISTA (SÉCULO IV D.C.). EDIÇÃO CRÍTICA, TRADUÇÃO E COMENTÁRIOS

Julio Cesar Magalhães de Oliveira[1]

Resumo

O objetivo desta publicação é apresentar (pela primeira vez em língua portuguesa) uma tradução comentada dos *Gesta apud Zenophilum*, autos de um processo julgado pelo governador da Numídia Domício Zenófilo, em 320, e transmitido como parte de um dossiê antidonatista no apêndice do tratado de Optato de Mileve contra o bispo donatista Parmeniano. Os autos desse processo são um dos documentos mais importantes de que dispomos para a compreensão dos primeiros tempos do cisma que dividiu a Igreja na África do Norte nos séculos IV e V entre donatistas e cecilianistas, mas possuem também um enorme interesse histórico pelas luzes que lançam sobre questões tão diversas quanto a evolução da língua falada e a história do Direito, o desenvolvimento das instituições públicas e as condições materiais da implantação das comunidades cristãs nos primeiros anos do século IV. Esta edição crítica propõe uma leitura do texto latino com aparato crítico, seguida de uma tradução com notas explicativas de caráter tanto filológico, quanto histórico. Ela é também precedida de uma introdução que visa apresentar aos leitores o contexto que levou à produção da coletânea antidonatista, a natureza do processo julgado pelo governador Zenófilo, as características e contribuições dos *Gesta* e as escolhas do tradutor.

Palavras-chave

África do Norte; Cristianismo antigo; Dontatismo; História do Direito; Língua Latina.

[1] Professor de História Antiga da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: jcmo@usp.br.

Abstract

The aim of this publication is to introduce, for the first time in Portuguese, a detailed translation of the *Gesta apud Zenophilum*. These are records of a case presided over by the governor of Numidia, Domitius Zenophilus, in 320 CE. They were included as part of an anti-Donatist dossier appended to the treaty of Optatus of Milevis against the Donatist bishop Parmenian. These records are crucial documents for understanding the early stages of the schism that split the Church in North Africa during the 4th and 5th centuries between Donatists and Caecilianists. Beyond their religious significance, they hold great historical interest, shedding light on various issues such as the evolution of spoken language, legal history, the development of public institutions, and the conditions surrounding the establishment of Christian communities in the early 4th century. This critical edition proposes a reading of the Latin text with a critical apparatus, followed by a translation with explanatory notes of both a philological and historical nature. Additionally, it includes an introduction aiming to provide readers with the context behind the creation of the antidonatist collection, the nature of the case overseen by Governor Zenophilus, the characteristics and significance of the *Gesta*, and the translator's choices.

Keywords

North Africa; Early Christianity; Donatism; History of Law; Latin language.

Ao longo de todo o século IV e, pelo menos, até o início do V, a Igreja cristã nas províncias romanas da África do Norte esteve continuamente dividida em duas organizações eclesiásticas paralelas e rivais. O estopim desse cisma foi uma eleição episcopal controversa em Cartago, no início do século IV, que resultou na oposição entre cecilianistas e donatistas, os partidários dos bispos concorrentes Ceciliano e Donato. Para provar a justeza de sua causa e o comprometimento de seus adversários, os partidários de Ceciliano desde muito cedo reuniram um dossiê de peças de arquivo oficiais que, depois, serviram de base aos escritos polêmicos de Optato de Mileve e Agostinho de Hipona. Esse dossiê nos foi transmitido, em mal estado e certamente incompleto, em um único manuscrito do tratado de Optato contra o bispo donatista Parmeniano. Trata-se de um manuscrito proveniente da abadia de Saint Paul de Cormery, diocese de Tours, o *Parisinus* 1711 (= *Colbertinus* 1951), hoje conservado na Biblioteca Nacional da França. O manuscrito contém o final do livro VI e o livro VII do tratado de Optato, seguidos de um Apêndice com o dossiê que nos interessa em seus fólios 17 a 37. Da forma como chegou até nós, o dossiê é composto por dez documentos. Os dois primeiros são atas de processos judiciais, a saber, os *Gesta apud Zenophilum*, autos de um processo julgado pelo governador da Numídia Domício Zenófilo em 320, e os *Acta purgationis Felicis*, atas da absolvição do bispo Félix de Abtugnos em 315, ambos transmitidos com lacunas importantes, o primeiro no fim e o segundo, no começo. Os demais documentos são seis cartas do imperador Constantino, uma carta do Concílio de Arles de 314 e um salvo-conduto dos prefeitos pretorianos assegurando aos representantes donatistas o transporte gratuito da corte imperial em Trier até a África, datado de 28 de abril de 315.

O objetivo desta publicação é apresentar (pela primeira vez em língua portuguesa) uma tradução comentada do primeiro desses documentos, os *Gesta apud Zenophilum*. Inserido na coletânea como uma prova da indignidade e do comprometimento durante a última perseguição aos cristãos de um dos principais líderes da facção donatista, os autos do processo julgado pelo governador Zenófilo são, certamente, um dos documentos mais importantes de que dispomos para a compreensão dos primeiros tempos do cisma da Igreja africana. Eles possuem também um enorme interesse histórico pelas luzes que lançam sobre questões tão diversas quanto a evolução da língua falada e a história do Direito, o desenvolvimento das instituições públicas e as condições materiais da implantação das comunidades cristãs nos primeiros anos do século IV. Esta introdução visa apresentar aos leitores o contexto que levou à produção da coletânea antidonatista, a natureza do processo julgado pelo

governador Zenófilo, as características e contribuições dos *Gesta* e as escolhas deste tradutor. Ela é seguida do texto latino do documento, com aparato crítico, e de uma tradução com notas explicativas de caráter tanto filológico, quanto histórico.

As origens do cisma

As origens do cisma que dividiu a Igreja africana no século IV remontam à última perseguição aos cristãos, ordenada pelos imperadores Diocleciano e Maximino, de 303 a 305. Como parte de um esforço mais amplo de restaurar a ordem após décadas de dificuldades políticas e militares que assolaram o Império Romano no século III, as medidas empreendidas pelos imperadores tinham por objetivo obter a conformidade de todos os habitantes com as práticas tidas como garantidoras da "paz dos deuses". Os cristãos se tornaram vítimas preferenciais dessa política em razão de sua própria organização, que já contava no início do século IV com estruturas de culto bem estabelecidas e congregações cada vez mais uniformes e hierarquizadas, unidas em torno de suas lideranças episcopais. Não por acaso, os editos da perseguição tinham todos como objetivo desbaratar a organização cristã. Promulgado em Nicomédia em 23 de fevereiro de 303, o primeiro edito previa, além da destituição dos cristãos que ocupassem cargos ou dignidades oficiais, o confisco dos bens eclesiásticos, a destruição dos edifícios de culto e a incineração dos livros sagrados cristãos (Eus. *HE* VIII, 2, 4; Rohmann, 2016: 27-31). Os três editos seguintes, promulgados em intervalos até 304, determinariam medidas cada vez mais duras, incluindo a detenção dos líderes eclesiásticos e o sacrifício obrigatório aos deuses imposto primeiro aos clérigos e depois a todos os cristãos, sob ameaça de execução (Eus. *HE* VIII, 2, 5). Não se sabe até que ponto os três últimos editos foram efetivamente aplicados na África, mas é certo que o *dies traditionis*, o "dia da entrega", decretado pelo primeiro edito foi a medida que provocou os maiores traumas nas comunidades cristãs da África. Isso porque, aos olhos dos cristãos rigoristas, a destruição das Escrituras, a Palavra de Deus, seria considerada um pecado mortal e um crime tão repugnante quanto a traição de Judas, implicando, no caso dos sacerdotes, na perda de todo poder sacramental (Kriegbaum, 1986: 150-172; Shaw 2011: 96-101). Os culpados eram chamados de *traditores*, literalmente "aqueles que entregaram" ao perseguidor exemplares dos escritos sagrados ou objetos pertencentes à Igreja. Essa seria a principal razão alegada pelos opositores de Ceciliano para não reconhecerem sua eleição como bispo de Cartago.

Com o fim da perseguição na África, já no final da primavera ou início do verão de 305, os cristãos puderam eleger novos bispos para as sés episcopais vacantes. Talvez já nos primeiros meses de 306, Ceciliano, que havia sido um diácono do falecido bispo Mensúrio, foi eleito como bispo de Cartago. O novo bispo, porém, encontrou de imediato a oposição dos candidatos derrotados, de uma parcela de sua própria comunidade e de outros bispos africanos que o acusavam de ter colaborado com as autoridades perseguidoras ou, pelo menos, de ter sido ordenado por um colaborador, o bispo Félix de *Abthugnos*. Logo em seguida, um sínodo de 70 bispos reunido na metrópole africana e presidido por Segundo de Tígisi depôs Ceciliano e instaurou em seu lugar o leitor Majorino, a quem, mais tarde, Donato viria a suceder.[2] Em 312, porém, Constantino se tornou senhor da Itália e da África e, já no início do ano seguinte, ordenou a restituição de todos os bens eclesiásticos confiscados durante a perseguição à "Igreja cristã dos católicos" (Eus. *HE* X, 5, 15-17). Ordenou ainda a distribuição de uma soma em dinheiro à mesma Igreja (Eus. *HE* X, 6, 1-5) e a dispensa aos clérigos de exercerem qualquer cargo público (Eus. *HE* X, 7, 1-2). Todos esses benefícios, porém, foram concedidos na África apenas ao bispo Ceciliano e aos colegas com os quais ele estava em comunhão, o que implicava reconhecê-los como os únicos e legítimos "católicos". Ignorados, seus opositores se viram assim obrigados a lutarem pelo seu reconhecimento como cristãos.

Em 15 de abril de 313, os líderes da oposição a Ceciliano reagiram entregando em mãos do procônsul Anulino, acompanhados de uma multidão do povo, um libelo em pergaminho intitulado "Libelo da Igreja Católica sobre os crimes de Ceciliano entregue pela parte de Majorino" (Aug. *Ep.* 88, 2). Com essa ofensiva, eles não pediam ao imperador que intermediasse a disputa, mas apenas buscavam demonstrar que Ceciliano não podia ser considerado o chefe da Igreja Católica na África (Rossi, 2013: 148). Ao receber a documentação enviada pelo procônsul, Constantino a transmitiu ao bispo de Roma, Milcíades, e ordenou o exame da questão por uma comissão episcopal (Eus. *HE* X, 5, 18). Em 2 de outubro de 313, um tribunal eclesiástico reunido na basílica do Latrão

[2] Sigo aqui a cronologia proposta por Shaw (2013: 812-819), que me parece a mais provável. A datação tradicional, adotada, entre outros, por Monceaux (2012: cap. 1) e Frend (1951: 15-21), supunha um intervalo mais curto entre a eleição de Ceciliano e a intervenção de Constantino, situando a sucessão em Cartago em 311 ou 312. Shaw, ao contrário, continua uma tendência mais recente de autores como Barnes (1975), Lancel (1979) e Rossi (2013: 87-94) de datar as eleições paralelas de Ceciliano e Majorino entre os anos 306 e 308. Kriegbaum (1986: 130-149) hesita entre as duas cronologias, datando a eleição entre 308 e 310/11. Nossa única fonte a respeito é o relato de Optato (I, 16-18), que é ambíguo em vários pontos.

assistiu ao confronto entre Ceciliano e Donato, que já havia substituído Majorino como bispo rival de Cartago (Opt. I, 23-24). Derrotados nesse julgamento e, depois, no Concílio de Arles de 314, Donato e seus partidários viram ainda o bispo Félix, o consagrador de Ceciliano, ser inocentado em 15 de fevereiro de 315 em um inquérito ordenado pelo imperador (Opt. *App.* II). Após sucessivos apelos dos opositores de Ceciliano, Constantino decidiu enviar a Cartago uma comissão formada por dois bispos italianos, Eunômio e Olímpio, para investigar as causas da divisão (Opt. I, 26). Em 10 de novembro de 316, o imperador notificou o vicário da África Eumélio de seu julgamento definitivo, absolvendo Ceciliano de todas as acusações (Aug. *C. Cresc.* III, 71, 82). Seguiu-se a primeira tentativa por parte das autoridades imperiais de reprimir os dissidentes, com a dissolução das comunidades donatistas e o confisco de suas basílicas, sob pena de exílio aos que resistissem às ordens (*PaDon* 3). A repressão resultou nos primeiros mártires donatistas, comemorados pela *Passio Donati* (6-7; 12), mas já em 5 de maio de 321 Constantino ordenava ao vicário da África Verino que liberasse os bispos donatistas de seu exílio. Com essa "conciliação" de 321, o imperador finalmente reconhecia sua incapacidade de resolver a disputa.

A história do cisma seria marcada, a partir daí, por fases de conciliação e de repressão, dependendo da política religiosa dos imperadores, mas também pelo aprofundamento das divergências dos dois grupos no que se refere às suas concepções sobre a natureza da Igreja e dos sacramentos. Desde o Concílio de Arles de 314, os bispos da parte de Ceciliano abandonaram uma tradição bem estabelecida de pensamento africano sobre a necessidade do rebatismo para quem havia recebido o sacramento por um clero separado e passaram a reconhecer como válida até mesmo a ordenação de um bispo consagrado por um *traditor* (*Conc. Arl.*, cânones 13 e 14; García Mac Gaw, 2008: 220-221). Da recusa dos donatistas em abandonar essa tradição resultariam, com o tempo, duas eclesiologias bem distintas: enquanto os donatistas fundavam suas concepções na defesa de uma Igreja pura e imaculada em termos sacramentais, na necessidade de um episcopado isento de todo compromisso com o perseguidor e na exigência de um novo batismo para todos os que o haviam recebido de um clero considerado como indigno, os cecilianistas consolidariam a visão de uma Igreja fundada na eficácia real e objetiva dos sacramentos (Frend, 1952: 315-332; Brown, 2008: 263-279; Zocca, 2004). Ainda assim, a discussão sobre as origens do cisma e a memória das violências perpetradas continuaria sempre no centro dos debates, pois os donatistas jamais deixaram de contestar a validade dos atos que

proclamaram a inocência de Ceciliano e Félix e de acusar seus adversários de serem cúmplices da repressão imperial (Labrousse, 1995: 57).

A constituição da coletânea antidonatista

Quando, na década de 370, o bispo Optato de Mileve começou a escrever o mais antigo dos livros de polêmica antidonatista que chegaram até nós, seu objetivo já era enfrentar seus adversários nesses dois campos: o debate teológico, sobre a eclesiologia e a natureza dos sacramentos, e a discussão histórica, sobre as origens da disputa. Foi para responder aos ataques dos donatistas nesse último aspecto que Optato se dispôs não apenas escrever uma exposição dos fatos, mas também apresentar provas irrefutáveis. No livro primeiro de seu tratado, Optato afirma ter reunido em um apêndice todas as peças de arquivo que provavam a justeza da causa de seu grupo e a culpabilidade de seus adversários (Opt. I, 14, 2: *Harum namque plenitudinem rerum in nouissima parte istorum libellorum ad implendam fidem adiunximus*). O primeiro documento ao qual Optato se refere é um texto controverso, o chamado "Protocolo de Cirta", supostas atas de uma reunião episcopal ocorrida em Cirta em 13 de maio de um ano não precisado durante a qual alguns dos mesmos bispos que iriam provocar a ruptura em Cartago teriam confessado a entrega das escrituras sagradas para serem queimadas e até mesmo um assassinato (Opt. I, 13-14; cf. Aug. *C. Cresc.* III, 27, 31 sobre a provável falsificação desse documento, ver Völter, 1883: 92-100; Barnes, 1975: 15; García Mac Gaw, 2008: 215-216, nota 3; Rossi, 2013: 99, nota 46). Segundo Optato, esse documento fazia parte dos *scripta Nundinarii*, os documentos reunidos pelo diácono Nundinário contra o bispo Silvano de Cirta, alguns dos quais, como veremos, foram apresentados na audiência presidida pelo governador Zenófilo, em 320. Optato se refere em seguida às "cartas escritas sob o impulso do ódio" pelos bispos númidas após a deposição de Ceciliano e a ordenação de Majorino. Trata-se, certamente, da carta sinodal enviada pelos bispos reunidos em Cartago para informar todas as comunidades africanas de sua decisão (Opt. I, 20, 1; cf. Aug. *C. Cresc.*, IV, 7, 9). Optato menciona ainda o texto de uma requisição feita pelos bispos dissidentes a Constantino solicitando a arbitragem de bispos gauleses no julgamento do Latrão (Opt. I, 22) e pode ter tido acesso às atas dessa mesma reunião. Seguiam-se os registros da investigação levada a cabo em Cartago pelos bispos Eunômio e Olímpio (Opt. I, 26, 3) e as atas do inquérito que absolveu o bispo Félix de Abtugnos.

Ainda que reverenciando a obra de Optato, Agostinho de Hipona utilizaria essa mesma coletânea de documentos, mas de forma independente e com ênfases diferentes das de seu predecessor. A partir dos resumos ou citações textuais que ele fez desses documentos em seus tratados e cartas, é possível elencar as peças que ele tinha em mãos (Aug. *Ep.* 43, 53, 76, 88, 89, 93; *de un. Eccl.* 46; *C. Cresc.* III, 67; IV, 9, 27-31; Duchesne 1890: 602-603). Esses documentos são: 1) os *Gesta apud Zenophilum*; 2) o "Protocolo de Cirta"; 3) a carta sinodal enviada pelos 70 bispos que condenaram Ceciliano; 4) a requisição endereçada pelos dissidentes a Constantino solicitando a arbitragem dos bispos da Gália; 5) uma carta pela qual Constantino ordenava o envio desses bispos a Roma; 6) as atas do julgamento do Latrão; 7) uma carta de Constantino ao vicário da África Eumélio com sua sentença favorável a Ceciliano; 8) os *Acta purgationis Felicis*; e 9) uma carta de Constantino ao procônsul Probiano na sequência do inquérito sobre o bispo Félix.

Os documentos utilizados por Agostinho, como se vê, diferem em parte daqueles que Optato compulsou, o que pode sugerir que ambos tinham em mãos o mesmo dossiê, mas que o utilizaram de forma diferente. A questão é: esse dossiê corresponde realmente ao Apêndice da obra de Optato transmitido pelo manuscrito de Cormery? O caráter lacunar do manuscrito entre o final do texto dos *Gesta apud Zenophilum* e o início dos *Acta purgationis Felicis* sugere que vários documentos foram perdidos e isso parece ser confirmado pela cláusula que conclui o manuscrito: *Expliciunt sancti Optati episcopi libri numero VII uel gesta purgationis Caeciliani episcopi et Felicis ordinatoris eiusdem, necnon epistola[e] Constantini imperatoris*. A cláusula indica que havia, de fato, no início do Apêndice, um conjunto de documentos que provavam a absolvição de Ceciliano e que, obviamente, não podiam ser reduzidos aos *Gesta apud Zenophilum*, documento que, como veremos, trata apenas de um dos bispos que condenaram Ceciliano. Ainda assim, nem Optato, nem Agostinho se referem às cartas de Constantino, à carta do Concílio de Arles e à carta dos prefeitos pretorianos que também compõem o Apêndice da obra de Optato no manuscrito de Cormery.

Duas questões surgem a partir dessas observações: quando e por quem esse dossiê antidonatista teria sido reunido e por que as listas de documentos citados por Optato e Agostinho diferem do Apêndice transmitido pelo manuscrito de Cormery? Louis Duchesne (1890), que foi o primeiro a estabelecer a autenticidade desses documentos contra as objeções de Daniel Völter (1883) e de Otto Seeck (1889), chegou à conclusão de que Optato e Agostinho tinham em mãos um mesmo dossiê

já estabelecido anteriormente por partidários de Ceciliano para a defesa de sua causa. Isso explicaria a presença na coletânea de documentos que não foram utilizados nem pelo bispo de Mileve, nem pelo bispo de Hipona, enquanto que a ausência no manuscrito de Cormery dos documentos citados por ambos seria devida às falhas na transmissão indicadas pelas lacunas que já identificamos. Além disso, algumas cláusulas narrativas, como o *incipit* dos *Gesta apud Zenophilum* e a conclusão da Carta do Concílio de Arles de 314, sugeririam que esses documentos já haviam sido organizados como parte de uma argumentação no debate com os donatistas (Duchesne, 1890: 594, 604-605). A anterioridade do dossiê também seria sugerida pela menção de Optato à *uetustas membranarum*, isto é, à antiguidade dos documentos em pergaminho que ele tinha em mãos (Opt. I, 14; Duchesne, 1890: 624). Assim, tendo em vista que o último dos documentos dessa coletânea é uma carta de Constantino datada de 330 (Opt. *App.* X) e que os partidários de Ceciliano não teriam mais interesse em defender sua causa durante os anos em que seus adversários estiveram na ilegalidade, com suas basílicas confiscadas, isto é, entre os anos de 347 e 362, Duchesne (1890: 625) atribuiu a composição desse dossiê antidonatista aos anos 330-347, no que tem sido geralmente seguido (assim, por Barnes, 1975).

Recentemente, porém, alguns autores levantaram objeções a essa interpretação. Para Mireille Labrousse, não existiriam provas suficientes para afirmar que a coletânea anexa ao texto já existiria nesta forma antes de Optato. Segundo a editora e tradutora do tratado de Optato na coleção *Sources Chrétiennes*, o próprio bispo de Mileve teria consultado os arquivos, reunido sua própria documentação e ordenado em uma coletânea todos os textos que poderiam fundamentar sua argumentação (Labrousse, 1995: 66). Para Mark Edwards, a coleção reunida no Apêndice do manuscrito de Cormery não teria sido a editada por Optato, porque o foco de toda a coletânea parece ser a atuação de Constantino e seus funcionários, enquanto o bispo de Mileve constrói sua narrativa em torno dos debates eclesiásticos (Edwards, 1997: xix-xx). Ele observa que, com a exceção da Carta do Concílio de Arles, todos os documentos reunidos no Apêndice transmitido pelo manuscrito de Cormery foram escritos ou pelo imperador e seus funcionários para autoridades atuando na África Proconsular e na Numídia, ou pelas autoridades dessas mesmas províncias. Longe de ser uma prova da anterioridade do dossiê em relação à obra de Optato, Edwards vê nessa discrepância uma prova de sua posteridade. Segundo sua interpretação, o arquivista que produziu o Apêndice seria um africano do partido cecilianista que tendo lido no tratado de Optato uma referência a um dossiê que não havia chegado até

ele, dispôs-se a coletar os documentos de que dispunha nos arquivos oficiais de sua região (Edwards, 1997: xxvi-xxix). No entanto, como Andrea Rizzotti notou recentemente, a tese de Edwards supõe que a coletânea do Apêndice da obra de Optato chegou até nós sem grandes perdas, mas as lacunas evidentes no manuscrito não permitem excluir a hipótese (já levantada por Duchesne) de que no trabalho de cópia documentos inteiros tenham sido perdidos (Rizzotti, 2016: xviii).

O processo contra o bispo Silvano

Como quer que seja, o primeiro documento da coletânea que nos foi transmitida pelo manuscrito de Cormery corresponde, sem dúvida, a uma das peças mais frequentemente citadas pelos adversários dos donatistas em todas as fases da controvérsia. O título de *Gesta apud Zenophilum consularem* nos é conhecido graças às referências a ele feitas por Agostinho em duas de suas cartas (*Epp.* 43, 7, 17; 53, 2, 4; De Veer, 1968). Trata-se de um documento de caráter oficial, proveniente dos arquivos judiciais da capital da província da Numídia, a antiga cidade de Cirta, chamada, desde 314, de Constantina, em homenagem ao imperador Constantino (Ruggieri, 1999). O documento consiste do registro taquigráfico da audiência presidida pelo governador consular da Numídia Domício Zenófilo na cidade Cirta, capital da província, em 8 de dezembro de 320, em decorrência de um processo intentado por um diácono de Cirta contra o bispo de sua Igreja (sobre a data e o local da audiência, ver, *infra*, nota 174).

Ainda que o documento tenha sido inserido na coletânea antidonatista como uma prova cabal de que um dos bispos que haviam condenado Ceciliano e ordenado Majorino em seu lugar, era, ele mesmo, um *traditor*, as causas desse processo não se encontram nas divergências doutrinárias entre cecilianistas e donatistas. Ao contrário, o processo, que expôs o passado da comunidade de Cirta e de seu bispo ao julgamento de um governador pagão, no contexto da efêmera tentativa de supressão autoritária da divisão entre os cristãos africanos por ordem de Constantino, é o resultado de uma disputa pessoal e interna à Igreja de Cirta que opôs, por razões que desconhecemos, um diácono, chamado Nundinário, ao seu bispo Silvano. Eleito, em circunstâncias que o documento revela terem sido conflituosas, como sucessor do bispo Paulo, após o fim da perseguição na África, Silvano havia tomado parte no concílio de 70 bispos que condenou Ceciliano em Cartago e elegeu

Majorino em seu lugar.[3] O cisma que ele havia assim contribuído para consumar não havia, porém, resultado na divisão de sua própria Igreja e, até o início de sua disputa contra Nundinário, Silvano parece ter governado a única comunidade cristã de Cirta sem jamais ter sido contestado. O próprio Nundinário havia sido durante anos um aliado bastante próximo de Silvano, a quem ele devia o reconhecimento por ter sido não apenas ordenado como diácono, mas também "alimentado" (espiritual ou materialmente) pelo bispo. No entanto, a disputa que opôs os antigos aliados, aparentemente desde 319, havia sido tão grave que acabaria por resultar na excomunhão do diácono.

Por mais drástica e pessoal que ela possa nos parecer, a atitude de Silvano havia sido apoiada por membros do clero ou da comunidade cristã de Cirta, personagens esses que um bispo descreveria, em uma das cartas lidas no processo de 320, como os "maus conselheiros que não querem a paz" (*Gesta*, 19b, p. 189). No entanto, a despeito dessa oposição, Nundinário não hesitou em empreender uma série de ações para ser reintegrado à comunidade e à sua posição na hierarquia eclesiástica. O conflito, porém, tornou-se cada vez mais violento quando o diácono divulgou um libelo atacando seu bispo, ao qual Silvano respondeu por uma demonstração brutal de sua autoridade episcopal, ordenando o apedrejamento de Nundinário. Incapaz de obter reparação recorrendo apenas à comunidade local, Nundinário solicitou então a intercessão de três outros bispos númidas, Purpúrio, Forte e Sabino. Contudo, a despeito da intervenção em seu favor desses bispos diante de Silvano, de seu clero e dos *seniores* (ou anciãos) da comunidade para evitarem um processo

[3] A data da eleição de Silvano, como a de Ceciliano em Cartago, tem sido objeto de controvérsia. Agostinho, em seu *Breuiculus collationis cum Donatistis* (III, 17, 32) ofereceu a data de 5 de março de 305 para o chamado "Protocolo de Cirta", as supostas atas de um sínodo de bispos reunidos em Cirta para a consagração de Silvano, mas essa é uma data inteiramente fabricada para salvar a credibilidade de um documento que os próprios donatistas já acusavam de ter sido forjado. A única data mencionada nesse documento é um dia 13 de maio de um ano não especificado. Tendo em vista que Optato afirma, em seu livro I, 14, que a reunião dos bispos ocorreu *post persecutionem*, mas em uma casa privada, *quia basilicae necdum fuerant restitutae*, alguns estudiosos propuseram situar a eleição de Silvano entre a "tolerância de fato", na primavera de 305, e a devolução das propriedades eclesiásticas, ordenada talvez já por Maxêncio, mas não antes de 311. A possível referência nos *Gesta apud Zenophilum* à eleição de Silvano *biduo post pacem*, "dois dias depois da paz" (*Gesta* 22b, p. 194) faz também alguns estudiosos pensarem em uma referência à *indulgentia*, isto é, a cessação das hostilidades ordenada pelo mesmo Maxêncio entre o final do outono de 306 e a primavera de 307. A partir dessas indicações, as datações propostas para a eleição de Silvano variam de maio de 306 (Shaw, 2011: 816-818) até 307 (Lancel, 1979) ou mesmo 308 (Kriegbaum, 1986: 149).

público entre as duas partes, o bispo de Cirta permaneceu irredutível. Com o fracasso dessa última tentativa de reconciliação, Nundinário finalmente impetrou um processo no tribunal do governador (sobre a campanha de Nundinário, ver *PCBE*, I, p. 788-789, s.v. *Nundinarius*; Duval, 2000: 190-195).

O processo intentado contra Silvano deveria ser, em princípio, um processo de ordem penal, no qual o diácono solicitava reparação por ter sido apedrejado por ordem de seu bispo. No entanto, Nundinário soube igualmente inscrever essa disputa no quadro da política imperial do momento, que visava a todo preço suprimir o cisma da Igreja da África. Por essa razão, a acusação de *traditio*, ou seja de colaboração com as autoridades pagãs durante a perseguição, acabou por se tornar o centro dos debates. Nundinário esforçou-se, desse modo, por provar na audiência a indignidade de Silvano como bispo, acusando-o de ter sido um *traditor* no momento da perseguição, de ter sido eleito como bispo em circunstâncias contestáveis e, durante seu episcopado, de ter cometido roubos e desvios de dinheiro (sobre as circunstâncias e a natureza do processo, ver Duval, 1998).

O manuscrito de Cormery não nos permite conhecer a última parte dos debates que tiveram lugar na audiência de 13 de dezembro 320, em Constantina, no tribunal do governador consular da Numídia e tampouco o veredito. É apenas Agostinho quem nos informa que, como resultado do julgamento, Silvano foi condenado ao exílio (Aug. *C. Cresc.* III, 30, 34). A parte do documento que chegou até nós consiste na exposição dos argumentos da acusação, que são fundamentados ao mesmo tempo nos depoimentos das testemunhas e nas provas documentais lidas durante a audiência. Mesmo tendo em conta o caráter lacunar do manuscrito, é notável a ausência de Silvano ou de qualquer advogado de defesa ao longo da audiência, o que por si só já nos diz muito sobre as circunstâncias do processo. Em virtude da ação de Nundinário, são convocados a prestar depoimento diante do governador na qualidade de testemunhas o gramático Vítor, professor de literatura romana, leitor e membro do conselho dos anciãos da comunidade; o diácono Casto; os subdiáconos Crescentiano e Januário e os coveiros Vítor, filho de Samsúrico, e Saturnino.

Em um processo direcionado pelo acusador, ademais resguardado pelos interesses da política religiosa do imperador, é natural que as testemunhas se mostrassem reticentes e temerosas de se comprometer. Durante a maior parte do processo, portanto, nós nos confrontamos a

uma visão bastante parcial do passado da comunidade de Cirta/Constantina, uma visão, no entanto, que não está isenta de falhas, através das quais emergem outras vozes que divergem desse discurso dominante. Assim, embora Nundinário se esforçasse por provar a oposição da imensa maioria da comunidade à elevação de Silvano ao episcopado por considerá-lo um *traditor*, Vítor, o gramático, ele mesmo um *traditor*, ainda que reconhecesse sua oposição ao então subdiácono, não deixava de dizer que suas objeções, como as dos demais *seniores*, eram estritamente políticas: tratava-se da relutância em aceitar como bispo alguém que não era, como eles, cidadão de Cirta e que não era, além disso, suficientemente íntegro aos olhos da "gente de bem". Do mesmo modo, embora Nundinário pretendesse justificar a escolha de Silvano não pelo apoio de uma maioria, mas pelo uso da força de uma tropa de choque composta por gladiadores e prostitutas, o depoimento do coveiro Saturnino acaba por revelar o apoio massivo de toda uma multidão, que carrega Silvano em triunfo após trancar em uma capela a minoria dos recalcitrantes.

A comunidade cristã de Cirta

Em que pese essas dificuldades de interpretação, os *Gesta apud Zenophilum* iluminam a vida da comunidade cristã de Cirta entre 303 e 320 com uma riqueza de detalhes raramente encontrada na documentação escrita do período. A leitura durante o processo de 320 do registro feito pelos estenógrafos da cidade de Cirta da ação de busca e apreensão dos bens da Igreja local por ordem de Munácio Félix, flâmine perpétuo e *curator reipublicae*, ocorrida em 19 de maio de 303, em cumprimento do primeiro edito da perseguição, revela uma comunidade cristã ainda pequena, mas já bem estabelecida e rica. A diligência é iniciada pela *domus in qua christiani conueniebant*, a "casa em que os cristãos se reuniam", uma expressão neutra e vista do exterior do que já era, aparentemente, um edifício cristão específico e que talvez deva ser identificado à "basílica" mencionada no processo de 320, embora fosse certamente muito mais modesto do que as monumentais basílicas pós-constantinianas (Riggs, 2006). A sala principal do edifício era dotada de uma cátedra episcopal, sem dúvida fixa, por não ter sido confiscada. É sentado nela que o bispo Paulo, acompanhado de todo seu clero e auxiliares, recebe as autoridades para o inventário e confisco dos bens da Igreja. O complexo episcopal de Cirta era também dotado de uma ou mais bibliotecas (a palavra no manuscrito aparece no plural) e de uma sala de jantar (*triclinium*).

O clero reunido em torno do bispo Paulo não era ainda muito numeroso. Além de dois padres (ou três, dependendo da leitura do manuscrito), havia apenas dois diáconos e quatro subdiáconos, número que contrasta com os 154 clérigos da Igreja de Roma em meados do século III (Eus. *HE* VI, 43, 11). Os coveiros (*fossores*) que são nomeados logo após o último grau da hierarquia eclesiástica não eram clérigos, mas apenas empregados da Igreja e seu número (seis nomeados e outros mais), que parece elevado para o tamanho da pequena comunidade de Cirta, talvez indique que muitos deles também trabalhassem para outros empregadores a maior parte do tempo (Rebillard, 2009: 117). Além dos clérigos e dos empregados da Igreja reunidos no edifício, os únicos membros da comunidade cristã mencionados nos registros de Munácio Félix são os leitores, que parecem ter mantido escondidos em suas casas os livros que, habitualmente, deveriam ser conservados na biblioteca do complexo episcopal. A condição social de muitos desses leitores nos é desconhecida, mas sabemos que um deles era um artesão qualificado (mosaicista ou mesmo alfaiate) e que outro, Vítor, a principal testemunha no processo de 320, era um gramático, professor de letras latinas, filho de um decurião da cidade e neto de um soldado (de origem moura) que serviu na guarda imperial, o que mostra o quanto a comunidade cristã de Cirta já representava um microcosmo da sociedade à qual pertencia.

O inventário dos bens eclesiásticos nos registros da busca e apreensão de 303 nos revela também, além dos objetos de uso litúrgico, a presença de numerosas reservas alimentares atestadas por seus recipientes. Havia, além disso um guarda-roupas contendo túnicas, sandálias, véus para mulheres e capas camponesas ou rústicas, peças essas que deviam ser destinadas às distribuições caritativas da Igreja e, sobretudo, às viúvas e virgens da comunidade, haja vista que as vestimentas e os calçados femininos aparecem em um número até cinco vezes maior do que os masculinos. A importância dessas práticas de assistência é também observada nos autos do processo de 320 na discussão sobre o destino da doação feita por Lucila, uma rica dama de Cartago que foi uma das principais opositoras de Ceciliano. Para saber se a doação podia figurar como uma tentativa de corrupção dos bispos que condenaram Ceciliano ou como uma obra de caridade, o governador e o acusador insistem para que as testemunhas digam se os "pobres" (*pauperes*), o "povinho" (*populus minutus*) ou as "velhinhas" (*aniculae*) não receberam nada, o que, de todo modo, ressalta a importância desses grupos assistidos pela Igreja.

Nos debates de 320 e pelas cartas lidas na audiência vemos ainda a importância de um grupo de notáveis laicos, os chamados *seniores* ou

anciãos da comunidade, que assumiam tarefas de gestão e de mediação de conflitos (Frend, 1961; Shaw, 1982). São eles que lideram a oposição a Silvano no momento da eleição e que, durante a crise provocada pelo conflito entre o bispo e o diácono Nundinário, são chamados a mediar um acordo. A evocação no processo de 320 da disputa pela sucessão do bispo Paulo, que opôs Silvano a um certo Donato, é também significativa sob vários aspectos. Ela nos mostra, em primeiro lugar, que a "politização" das eleições episcopais, no sentido de adoção dos costumes da cidade, já era uma realidade antes mesmo da ascensão ao poder do primeiro imperador cristão (Pietri; Duval; Pietri, 1992). A eleição parece ter levado a uma divisão do eleitorado em grupos definidos socialmente e com posições políticas que refletem seu pertencimento ou sua exclusão da comunidade cívica local. A eleição mobiliza, de um lado, os notáveis da comunidade e, de modo mais amplo, todos os que manifestam o orgulho de se chamarem de cidadãos da colônia de Cirta e, de outro, os camponeses e outros excluídos, como gladiadores e um grupo de mulheres (Magalhães de Oliveira, 2012: 159-175). Em segundo lugar, o local onde ocorre a eleição, num momento em que, segundo Optato (I, 14, 1), os edifícios de culto cristãos haviam sido confiscados, lança algumas luzes sobre a importância dos locais de enterramento dos mártires cristãos na vida dessas comunidades. A eleição ocorre no interior de uma *casa maior* situada em uma *area martyrum*. Essa última expressão foi durante muito tempo interpretada pelos estudiosos como se referindo a um "cemitério dos mártires", mas a ausência de qualquer atestação arqueológica de cemitérios comunitários especificamente cristãos no período tem levado historiadores como Éric Rebillard (1996) a interpretarem a expressão, de forma mais simples, como designando apenas um recinto funerário reservado a mártires cristãos dentro de um cemitério comum a pagãos e cristãos ou mesmo o local em que esses mártires teriam sido executados. A *casa maior* deve ter sido, portanto, a maior de duas capelas construídas dentro dessa *area*, o que, de qualquer forma, confirma o duplo foco do culto cristão já desde essa época, entre o complexo episcopal urbano e os lugares do culto dos mártires nos subúrbios das cidades.

Contribuições para a história do Direito romano e das instituições públicas

Os autos do inquérito sobre o bispo Silvano são, portanto, uma fonte inestimável para nossa compreensão sobre a vida das comunidades cristãs no início do século IV. Não se deve, porém, ignorar sua

contribuição para a história das instituições públicas e do Direito romano. O registro da ação de busca e apreensão dos bens da Igreja conduzido em 303 por ordem do *curator rei publicae* Munácio Félix, lido na audiência de dezembro de 320, é um testemunho essencial sobre uma reforma de grande envergadura: a transformação desse delegado da autoridade imperial, que tinha até então apenas a função de controlador das finanças municipais, no responsável pela administração geral e de polícia nas cidades, ocorrida a partir das reformas de Diocleciano. O fato de que a função fosse desempenhada por um flâmine perpétuo, isto é, um sacerdote do culto imperial selecionado entre os membros da elite da cidade, mostra que o curador já havia passado a ser escolhido entre os notáveis locais, ainda que permanecesse legalmente um delegado do imperador (Lepelley, 1979: 168-193; Lepelley, 2001). O mesmo documento também nos informa sobre a atuação dos funcionários municipais assalariados (*officiales publici*) e dos escravos mantidos pela cidade (*serui publici*) (Lepelley, 1979: 224-228). Vemos aí que os *exceptores*, ou escrivães, Edúsio e Júnio mantinham dossiês sobre a Igreja de Cirta e seus clérigos, que o *exceptor* Vítor, filho de Aufídio, acompanha as buscas e redige as atas e que um escravo público é o responsável pelo trabalho braçal de busca e confisco dos bens da Igreja.

Os autos do processo de 320, por sua vez, mostram a centralidade assumida pelo governador, a partir das reformas de Diocleciano, como juiz de primeira instância para todas as causas civis e penais de sua província e ilustram a natureza do sistema inquisitorial de audiência em vigor na Antiguidade Tardia (Harries, 1999: 101). Na época de nosso processo, não havia mais julgamentos por cortes e, ao contrário do sistema contraditório do final da República Romana, em que procuradores e advogados interrogavam diretamente as testemunhas, era sempre o juiz imperial, revestido de autoridade inquestionável, quem conduzia o interrogatório, ainda que um acusador, como é o caso de Nundinário, pudesse subsidiar o juiz com possíveis questões (Ferri, 2012-2013: 70). O princípio jurídico, enunciado por Ulpiano (*Dig.* 22, 5, 12), segundo o qual ouvir mais de uma testemunha era indispensável para estabelecer um argumento, continuava em vigor, mas o documento também mostra o quanto o valor do testemunho dependia do status social de quem o prestava (Harries, 1999: 109). Isso explica por que as sucessivas testemunhas no processo de 320 deviam indicar desde o início seu nome, ocupação e posição social e é significativo que a testemunha mais detidamente interrogada na audiência, o gramático Vítor, fosse precisamente aquela que detinha a posição de maior prestígio entre todos os convocados.

Os autos do processo de 320 são também um testemunho importante sobre a preeminência crescente concedida à palavra escrita, ao registro literal e aos documentos conservados em arquivos públicos como fonte de autoridade em disputas (Harries, 1999: 70-76). Isso pode ser visto não apenas na leitura feita durante a audiência dos *acta* de Munácio Félix e de várias cartas trocadas entre os bispos númidas, que são propostos pelo acusador como verdadeiras provas judiciais, mas também na própria transcrição *ipsis uerbis* dos diálogos ocorridos durante o processo de 320. A redação de relatos literais desse tipo se tornou possível com o desenvolvimento, a partir do século II d.C., das técnicas da estenografia, mas foi só no século IV que a redação de atas literais de processos judiciais se tornou uma prática generalizada (Roueché, 1984: 184-185). Até o século III, os registros judiciais consistiam, por um lado, no relato das ações de um juiz redigido pelo seu secretário na terceira pessoa do singular e, por outro, das declarações de uma parte legal registradas em ata na presença do juiz durante a audiência, mas sempre na terceira pessoa. A partir da época de Diocleciano, porém, o comentário em terceira pessoa sobre as ações do juiz é progressivamente eliminado e todas as frases pronunciadas em uma audiência passam a ser transcritas literalmente em uma cópia oficial, chamada de *gesta* ou *acta*, começando sempre com a apresentação formal da sessão, incluindo a indicação de data, lugar e pessoas presentes (*praesente NN*), seguida da transcrição das intervenções individuais (*dixit A, dixit B...*) (Rizzotti, 2016: xxi-xxii). Os responsáveis pela redação desses documentos eram *scribae* ou *exceptores* oficiais, eventualmente assistidos por outros secretários (*notarii*). Durante a audiência, as falas do juiz e das partes envolvidas eram transcritas em códigos e abreviaturas taquigráficas. A redação definitiva ocorria depois em duas etapas: a primeira, com a quebra dos estenogramas (*descriptio*) e a segunda, com a edição definitiva (*editio*) do texto controlado e corrigido (Lancel, 1972: 342-353; Teitler, 1985).

Língua e estilo dos autos

A natureza desse tipo de registro, que é comum tanto aos autos do processo diante do governador Zenófilo em 320, quanto aos *acta* de Munácio Félix em 303, nos conduz, finalmente, às informações que esses documentos podem nos fornecer sobre o latim jurídico e o latim da Igreja, o latim popular e o latim falado e sobre a própria evolução do latim rumo às línguas românicas. Todas essas questões foram objeto de dois extensos estudos, o primeiro por Pieter Willem Hoogterp, em 1940, e o segundo, mais recentemente, por Andrea Rizzotti, os quais me contento aqui em

resumir (Hoogterp, 1940; Rizzotti, 2016: xxiv-lxx). É claro que, enquanto pronunciamentos ditos diante de autoridades e depois corrigidos na versão final por um *exceptor*, mesmo os depoimentos de trabalhadores manuais, como os coveiros Saturnino e Vítor, filho de Samsúrico, não podem ser tomados como evidência direta do latim popular, falado no dia a dia, em um contexto informal. Os verdadeiros solecismos cometidos por eles são relativamente raros e não se pode extrair muita informação sobre quaisquer defeitos de pronúncia. As maiores evidências do latim popular e, de modo mais geral, da linguagem coloquial aparecem, antes, em aspectos de estilo. Ainda assim, é possível notar alguns erros gramaticais e irregularidades, cometidos até mesmo por personagens com maior instrução, como o gramático Vítor e o próprio governador Zenófilo, que se situam na fronteira entre o solecismo e o movimento típico da fala (Rizzotti, 2016: xxix).

No que se refere ao sistema nominal, apesar da tendência geral da língua que levará à perda do neutro, muitos substantivos masculinos ou femininos são declinados como neutros: por exemplo, *urceolus* passa a *urceola* e *cucumella* (ou *cucumula*) a *cuccumellum* (*Gesta* 18a, p. 187). Ainda mais importantes são as irregularidades nas declinações e preposições acompanhadas de casos diversos dos regularmente atestados. Em particular, o acusativo (que tendia a se tornar o único caso oblíquo em um sistema de dois casos) substitui o dativo de atribuição ou de finalidade (nas construções *dare/dicere/facere ad aliquem*), o ablativo-locativo (na forma *apud* + acusativo no lugar de *in* + ablativo ou de um locativo) e o ablativo de acompanhamento (*cum* + acusativo). Assim, o gramático Vítor diz, referindo-se a seu passado: *cum essem apud Carthaginem* (*Gesta* 17a, p. 185). Por outro lado, se os usos habituais do ablativo com a preposição *de* também tendem a ser substituídos pelo acusativo, a expressão *de* + ablativo tende a substituir o genitivo em todos os seus usos, as construções ablativas simples e às vezes também preposicionais (*a/ab, e/ex* + ablativo). É o que ocorre no depoimento do gramático Vítor, quando diz: *unus sum de populo christianorum* (*Gesta* 17a, p. 185), no testemunho do coveiro Vítor, filho de Samsúrico, reportando uma frase dita por Silvano: *ibi coepit alloqui populum dicens: de quo dicunt me traditorem esse, de lucerna et capitulata?* (*Gesta* 22a, p. 193) e mesmo em uma questão endereçada pelo governador ao acusador Nundinário: *quid aliud de Crescentiano putas esse requirendum?* (*Gesta* 24b, p. 197).

No que se refere ao sistema verbal, é possível constatar algumas irregularidades no número e concordância com o sujeito e nos modos e tempos verbais. Embora em muitos casos a mudança do singular ao

plural seja intencional, em outros ela não revela nenhuma intenção específica, mas um movimento típico da fala. Assim, na resposta de Vítor a Zenófilo a respeito de sua atuação durante a perseguição, o gramático passa de *fugeram* a *fugiuimus* sem nenhuma razão particular: *fugeram hanc tempestatem et, si mentior, peream. Cum incursum pateremur repentinae persecutionis, fugiuimus in montem Bellonae* (*Gesta* 17b, p. 186). Outro aspecto típico da fala é a concordância do verbo com apenas o mais próximo de dois sujeitos coordenados, como se o falante se recordasse do segundo sujeito apenas quando já havia começado a frase. Assim, na mesma resposta de Vítor sobre seu passado, o gramático diz: *ego sedebam cum Marte diacono et Victor presbyter* (*Gesta* 17b, p. 186) e não: *ego et Victor presbyter sedebamus cum Marte diacono*. As mudanças de modo não são verdadeiros erros gramaticais, mas usos bem atestados anteriormente em alguns setores e que apenas se generalizam na época: assim, a substituição do imperativo propriamente dito pelo presente ou futuro do indicativo (*Gesta* 19b, p. 188: *legimus epistulas episcoporum*) ou o uso do indicativo mais-que-perfeito em vez do subjuntivo para expressar irrealidade (*Gesta* 18b, p. 187: *mortuus fueras, si non illas inuenisses*). Quanto ao emprego dos tempos verbais, a irregularidade mais marcante e com implicações para a interpretação do texto é o uso do auxiliar *fui* em vez de *sum* no perfeito passivo e *fueram* em vez de *eram* no mais-que-perfeito passivo, formas que entram em desuso no latim tardio. Isso significa que a expressão *clausa fuit* se torna ambígua, podendo significar tanto "estava fechada" quanto "foi fechada". Assim, no depoimento do coveiro Saturnino, as frases *ciues in area martyrum fuerunt inclusi* e, em resposta à questão "onde estava o povo?", *in casa maiore fuit inclusus* conservam essa ambiguidade (*Gesta* 23a, p. 194).

Os aspectos mais característicos da língua falada, no entanto, revelam-se em questões de estilo, como a prevalência da parataxe e a abundância de elipses. A parataxe, ou justaposição de orações sem que a relação (de subordinação ou de coordenação) seja expressa por uma conjunção, é típica da linguagem coloquial porque nessas circunstâncias as referências extralinguísticas permitem a economia de indicações gramaticais. O encadeamento de pequenas frases, palavras ou grupos de palavras sucessivos é, de fato, uma característica recorrente nos depoimentos das testemunhas na audiência de 320. É o que se pode ver no início do testemunho de Vítor, o gramático, a respeito de sua origem familiar: *patre decurione Constantiniensium, auo milite, in comitatu miliatuerat* (*Gesta* 17a, p. 185); no depoimento do diácono Crescentiano, sobre o dinheiro distribuído pela nobre Lucila: *nihil inde nemo accepit, nescio, nec quis illos* [sc. *folles*] *erogauerit* (*Gesta* 24b, p. 196); ou nesta fala do coveiro Vítor, filho

de Samsúrico: *non uidi; quod scio, hoc dico* (*Gesta* 22a, p. 193). O caso inverso, o polissíndeto, a multiplicação de conjunções para ligar orações coordenadas, é também comum, como no depoimento do coveiro Saturnino: [*cupae*] *a Purpurio episcopo et acetum a Siluano et Dontio et Superio presbyteris et Luciano diacono* (*Gesta* 22b, p. 193-194). De um modo geral, as orações coordenadas, ligadas ou não por conjunções coordenativas, tendem a predominar nos depoimentos sobre as orações subordinadas, o que é outra característica da linguagem coloquial (Rizzotti, 2016: xxxix).

É frequente o uso dos pronomes *ipse* ou *idem* não no seu uso próprio, mas como elementos anafóricos para recuperar o sujeito de uma frase deixada em suspenso, como nesta resposta de Crescentiano, ao ser perguntado se sabia que Silvano era um *traditor*: *Priores, qui fuerunt clerici, ipse retulerunt singula* (*Gesta* 24a, p. 196). Crescentiano começa a resposta se referindo aos "antigos", "aqueles que me precederam", mas de repente se corrige e observa que se tratava apenas dos clérigos. Só depois retoma a frase com um *ipse* anafórico e opositivo, "aqueles, então". Os acréscimos ou autocorreções típicos da fala resultam, muitas vezes, no anacoluto, como se pode ver, na narração que Vítor, o gramático, faz das origens do cisma, na passagem do sujeito do bispo Segundo (*Secundus episcopus uenisset*) a uma terceira pessoa do plural (*dicuntur inuenisse*) usada em sentido genérico ou para se referir a todos os bispos reunidos em Cartago: *Siquidem cum essem apud Carthaginem, Secundus episcopus cum Carthaginem tandem aliquando uenisset, dicuntur inuenisse Caecilianum nescio quibus non recte constitutum: illi contra alium instituerunt* (*Gesta* 17a, p. 185). Outro aspecto notável é a inversão da ordem esperada de uma frase formulada sob o impacto de uma emoção, como quando o mesmo Vítor declara a Zenófilo: *sciebam enim in causam imperatorum ad hoc nos esse uenturos* = "bem que eu sabia que nós acabaríamos no tribunal dos imperadores" (*Gesta* 21b, p. 193).

Cabe, por fim, ressaltar os aspectos específicos da língua jurídica e dos tribunais e da língua da Igreja inevitavelmente presentes num texto dessa natureza. No primeiro caso, é preciso observar que as perguntas propostas pelo governador Zenófilo ou pelo *curator* Munácio Félix obedecem sempre a um formulário característico da prática judiciária, enquanto que o registro dos debates obedece a normas e exigências da comunicação oficial (Rizzotti, 2016: xlvii). Uma característica comum tanto às falas dos que presidem os interrogatórios como à narrativa oficial em terceira pessoa é a repetitividade e a necessidade da máxima explicitação e precisão, mesmo que isso resulte em redundâncias. Assim, os títulos oficiais e as ocupações dos personagens em diálogo são sempre

repetidos na fórmula que introduz as questões e respostas e as questões feitas por Zenófilo ou Munácio Félix seguem uma mesma ordem e padrão de um interrogado a outro. Expressões redundantes como *et inducto et adplicito* são utilizadas para maior clareza, o uso frequente dos pronomes anafóricos (*is*, *idem*) sem valor próprio constitui um puro formalismo, enquanto que *et* e *idem*, também sem valor próprio, são utilizados como elementos de transição de um testemunho a outro ou de um episódio a outro. Quanto aos traços específicos da língua da Igreja, eles aparecem, sobretudo, no uso pelos participantes (ou pelos autores das cartas lidas na audiência) de termos técnicos próprios do léxico religioso, como as funções na comunidade cristã (*episcopus, presbyter, diaconus, subdiaconus, clerici, lectores, seniores*), o uso de *plebs* para designar a comunidade cristã local ou de *populus Dei* para o conjunto dos fiéis, expressões como *remittere aliquo* ou *demittere aliquo* no sentido de "perdoar" ou "absolver os pecados de alguém", *communicare* no sentido de "estar em comunhão com" e o uso de *traditor* com a conotação de alguém em pecado mortal por ter entregado as escrituras ao perseguidor. Além disso, é preciso notar, nas cartas dos bispos Purpúrio, Forte e Sabino, o uso de apelativos típicos da linguagem cristã, como *noster filius* (dito de um bispo sobre seu diácono), *sanctissime* (epíteto próprio de um bispo) e *carissimi*, para se referir à comunidade cristã como um todo (Rizzotti, 2016: liii-lv).

Tradição manuscrita, edições e estabelecimento do texto

O único manuscrito dos *Gesta apud Zenophilum*, como vimos, é uma cópia de parte do livro VI e do livro VII do tratado de Optato, seguidos do Apêndice. Trata-se de um manuscrito em pergaminho com 37 fólios de 275 x 195 mm, proveniente da abadia de Saint Paul de Cormery, diocese de Tours, como o indica a nota do fólio 37b: *Hic est liber Sancti Pauli Cormaricensis Sancti Optati*. O códex, segundo Wallace Lindsay (1927: 59), pode ser datado dos últimos decênios do século VIII ou da primeira metade do século IX, devido ao uso de uma escrita semi-uncial com elementos pré-carolíngios, ainda que outros comentadores o situem dois séculos mais tarde (Duval, 2000: 5, Rizzotti, 2016: 9; Duchesne, 1890: 593 data o manuscrito do século IX; Ziwsa, 1893: 184 e De Veer, 1968: 802 o datam do século XI). Do século XVI ao XVII, o manuscrito pertenceu sucessivamente a Pierre Pithou e Jacques-Auguste de Thou (Baluze, 1679: 480), antes de ser adquirido por Jean-Baptiste Colbert, o célebre ministro do rei Luís XIV. Em 1732, o manuscrito passou a fazer parte da Biblioteca Real, origem da atual Biblioteca Nacional da França, onde é conservado. Uma versão digitalizada do manuscrito pode hoje ser consultada na

biblioteca digital Gallica da BNF neste link: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b10033753p/f18.item.

O texto dos *Gesta apud Zenophilum*, como os demais documentos do Apêndice ao tratado de Optato, foi publicado pela primeira vez em 1589 pelo humanista francês Jean-Papire Masson nos anexos de sua edição das *Atas da Conferência de Cartago de 411*. Ele foi, depois, impresso em 1679 por Étienne Baluze em uma miscelânea de documentos compilados a partir dos manuscritos latinos de várias bibliotecas francesas. A primeira publicação do documento em uma edição completa do tratado de Optato contendo o Apêndice é a de Louis-Ellie Dupin, publicada em Paris, em 1700, Amsterdã, em 1701, e Antuérpia, em 1702, reproduzida depois por Jean-Paul Migne em sua *Patrologia Latina*, em 1844. Os textos do Apêndice também foram publicados em Oxford, em 1846, no volume IV das *Reliquiae Sacrae* de Martin Joseph Routh. Uma edição comentada dos *Gesta apud Zenophilum*, dos *Acta purgationis Felicis* e do "Protocolo de Cirta" foi publicada em Berlim, em 1875, por Martin Deutsch. Um marco nos estudos sobre os *Gesta apud Zenophilum* foi a publicação em 1893 da edição crítica de Karl Ziwsa do texto de Optato, incluindo o Apêndice, para o volume 26 do *Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum*. Lamentando o caráter corrompido do manuscrito de Cormery, Ziwsa propôs reconstituições e correções com base nas leituras de Baluze (1679), Deutsch (1875) e Völter (1883). Em uma resenha publicada no ano seguinte, Michael Petschenig (1894) observou que o manuscrito não era tão corrompido quando Ziwsa propunha e que várias passagens poderiam ser esclarecidas graças à tradição indireta de Agostinho, que cita alguns trechos dos *Gesta* em seu tratado *Contra Cresconium* (III, 29, 33; IV, 56, 66), princípio que passou a ser adotado pelos editores seguintes. Outra edição crítica do texto dos *Gesta apud Zenophilum* foi publicada em Berlim, em 1913, por Hans Freiherr Von Soden, como parte de uma coletânea de documentos sobre o donatismo (coletânea republicada em 1950 por Von Campenhausen). O texto latino dos *Gesta* foi também reproduzido por Oscar von Gebhardt, em 1902, e por Jean-Louis Maier, em 1987, no último caso acompanhado de uma tradução para o francês. Os *Gesta apud Zenophilum* foram ainda traduzidos para o inglês por Oliver Rodie Vassal-Philipps, em 1917, e por Mark Edwards, em 1997. A última edição crítica dos *Gesta*, acompanhada de uma tradução para o italiano, é a tese de láurea de Andrea Rizzotti, defendida em 2016, que também inclui o texto dos *Acta purgationis Felicis*.

O texto que serviu de base para esta tradução, a primeira em língua portuguesa, é o da edição de Ziwsa (1893), mas incorporei muitas das

propostas de Duval (2000) e Rizzotti (2016) ao texto que propus. Para o aparato crítico, também tomei como base as edições de Ziwsa (1893) e Rizzotti (2016), mas verifiquei as proposições citadas por ambos consultando todas as edições referidas. Além disso, acrescentei as correções propostas pelo estudo de Duval (2000), que Rizzotti não cita, e algumas leituras próprias que fiz a partir da versão digital do manuscrito na biblioteca Gallica. Nas notas do aparato crítico, o único manuscrito dos *Gesta apud Zenophilum*, o manuscrito de Cormery, é indicado pela sigla *C* = *codex* BNF *Parisinus latinus* 1711 = *Colbertinus* 1951. A tradição indireta representada por Agostinho é indicada pela abreviação *Aug.* As restituições e conjecturas modernas são indicadas pelos sobrenomes dos propositores, que os leitores podem verificar consultando a lista de edições e estudos no final desta publicação. A numeração dos fólios do manuscrito de Cormery é indicada no corpo do texto entre parênteses e em negrito e as páginas da edição de Ziwsa são indicadas, também no corpo do texto, entre colchetes e em negrito. Para a clareza da leitura e para distinguir o registro da audiência de 320 dos documentos lidos na ocasião, optei por dispor cada intervenção dos participantes nesses debates em parágrafos separados, mas na leitura das atas de 303, deixá-las num texto corrido. A mesma disposição foi adotada na tradução.

Sobre a tradução

A tradução procurou manter ao máximo a mesma combinação do formalismo jurídico do documento com o coloquialismo das falas registradas. Para conservar o formalismo das partes introdutórias e narrativas, busquei manter por extenso a titulação do governador Zenófilo, do curador Munácio Félix e as qualificações dos demais participantes. Também mantive as expressões redundantes e outras repetições que, como vimos, são características da linguagem jurídica e dos tribunais. Por outro lado, para manter o coloquialismo das falas, estabeleci como diretriz não melhorar o texto do ponto de vista do estilo, mantendo tanto quanto possível a estrutura paratática, as elipses, a predominância de frases coordenadas, os acréscimos e autocorreções dos depoentes e suas ênfases. Para manter a vivacidade da linguagem coloquial dos diálogos, também preferi substituir a segunda pessoa do singular e do plural, utilizada no texto latino, pela terceira (você/vocês). Mantive, porém, a segunda pessoa no caso das cartas dos bispos númidas lidas na audiência, por se tratar de outro registro. No que se refere ao vocabulário, procurei me manter o mais próximo do original quando se tratava de termos técnicos ou com um significado particular. Assim,

traduzi *triclinium* como "triclínio" e não "sala de jantar", porque embora fosse uma sala de um complexo episcopal a referência permanece ambígua por se referir a uma estrutura típica da grande mansão aristocrática, a sala de banquetes com leitos para os convidados de honra. No entanto, no caso de vocábulos que só são atestados nesse manuscrito, a escolha nem sempre é fácil, como os leitores poderão constatar nas notas que acompanham a tradução. As notas explicativas pretendem justificar as escolhas mais difíceis, além de oferecer aos leitores comentários de caráter histórico ou contextual que, em paralelo com esta introdução, contribuem para a compreensão do texto.

Texto: Gesta apud Zenophilum consularem (Fólios 17a – 24b)

Incipiunt gesta, ubi constat traditorem Siluanum, qui cum ceteris ordinauit Maiorinum, cui Donatus successit.

Constantino maximo augusto et Constantino iuniore nobilissimo caesare[4] consulibus idibus decembribus[5] <…> Sexto Thamugadiensi, inducto et applicto[6] Victore grammatico, adsistente etiam Nundinario diacono, Zenophilus[7] uir clarissimus consularis[8] dixit: quis uocaris?

Respondit : Victor.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit[9]: cuius condicionis es?

Victor dixit: professor sum Romanarum litterarum, grammaticus latinus.

Zenophilus uir clarissimus consularis[10] dixit: cuius dignitatis es?

Victor dixit: patre decurione Constantiniensium, auo milite; in comitatu militauerat; nam origo nostra de sanguine Mauro descendit.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: memor fidei et honestatis tuae, simpliciter designa, quae causa fuerit dissensionis inter christianos.

Victor dixit: ego dissensionis originem nescio; unus sum de populo christianorum. Siquidem cum essem apud Carthaginem, Secundus episcopus cum Carthaginem tandem aliquando uenisset, dicuntur inuenisse Caecilianum episcopum nescio quibus non recte constitutum, illi contra alium instituerunt. Inde illic apud Carthaginem coepta dissensio est et inde originem scire dissensionis plene non possum, quoniam semper ciuitas nostra unam ecclesiam habet et, si habuit dissensionem, nescimus omnino.

---

[4] nobilissimo caesare *Aug.* : nobilissimis caesaribus *C*

[5] consulibus idibus] constat diebus *C* : consulibus idus decembres *Aug.*

[6] *ante* Sexto *lacunam pos. Ziwsa* : Sexto Thamugadiensi inducto, et adplicito *Dupin* : scribente *uel* excipiente *propos. Deutsch* : excipiente *uel* exceptore *propos. Duval* : sexto idus decembres Thamugadi in ciuitate *con. Monceaux* : Tamogadiensi *Aug.*

[7] Zenophilus *Aug. sic semper* : Zenophilus *C sic semper*

[8] *lineola del. C* : uir clarissimus *om. Aug. sic semper*

[9] Zenofilus uicarius consul dixit *C ex compendio* u. c. (*scil.* uir clarissimus) consularis *false accepto, sic plerumque*

[10] Zenofilus uictor consul *C*

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: Siluano **(17b)** communicas?

Victor respondit: ipsi.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: cur[11] ergo intermisso eo, cuius innocentia purgata[12] est? Et adiecit: adseueratur praeterea te aliud certissime scire, quod Sil-**[186]**uanus traditor sit; de eo confitere.

Victor respondit: hoc nescio.

Zenophilus uir clarissimus consularis Nundinario diacono dixit: negat se Victore scire, quod Siluanus traditor sit.

Nundinarius diaconus dixit: scit ipse, nam[13] tradidit codices.

Victor respondit: fugeram hanc tempestatem et, si mentior, peream. Cum incursum pateremur repentinae[14] persecutionis, fugiuimus in montem Bellonae[15]. Ego sedebam cum Marte diacono et Victor presbyter. Cum ab eodem Marte quaererentur omnes codices, negauit se habere. Tunc Victor dedit nomina omnium lectorum. Ventum est ad domum meam. Cum absens essem, ascensum[16] est a magistratibus et sublati sunt codices mei. Cum ego uenissem, inueni codices sublatos.

Nundinarius diaconus dixit: tu ergo respondisti apud acta, quoniam dedisti codices. Quare negantur haec, quae prodi possunt?

Zenophilus uir clarissimus consularis Victori dixit: simpliciter confitere, ne strictius interrogeris.

Nundinarius diaconus dixit: legantur acta. Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: legantur, et dedit Nundinarius et exceptor recitauit[17]:

"Diocletiano VIII et Maximiano VII consulibus XIIII Kal. Iunias ex actis Munati[18] Felicis flaminis perpetui[19], curatoris coloniae Cirtensium. Cum

[11] quur *C*
[12] purgata *C* : probata *Masson*
[13] nam *Masson* : non *C* : num *Baluze*
[14] repentine *C*
[15] bellone *C*
[16] assensum *C*
[17] et dedit Nundinarius et exceptor recitauit *C* : et legit Nundinarius exceptor *Aug.*
[18] Manati *C* : Munatii *Aug.*
[19] Felicis flaminis perpetui *Aug* : Felicis (*lacuna 6 litt.*) praepositi *C*

uentum esset ad domum, in qua christiani conueniebant, Felix flamen perpetuus[20] curator <reipublicae> Paulo episcopo dixit: proferte **(18a)** scripturas legis et, si quid[21] aliud hic habetis, ut praeceptum est, ut iussioni[22] parere possitis. Paulus episcopus dixit: scripturas lectores habent. Sed nos, quod hic habemus, damus. Felix flamen perpetuus curator <reipublicae> Paulo episcopo dixit: ostende lectores aut mitte ad illos. Paulus episcopus dixit: omnes cognoscitis. Felix flamen perpetuus curator reipublicae[23] dixit: non eos nouimus. Paulus episcopus dixit: nouit eos officium publicum, id est Edusius[24] et Iunius exceptores. Felix f<lamen perpetuus> curator[25] reipublicae dixit: manente ratione de lectoribus, quos demonstrabit[26] officium, uos quod habetis[27], date. Sedente Paulo episcopo, Montano et Vic**[187]**tore de Castello M<inore?> presbyteris[28], adstante Marte cum Helio diaconis[29], Marcuclio Catullino Siluano et Caroso subdiaconis[30], Ianuario Meraclo Fructuoso Miggine Saturnino Victore[31] et ceteris fossoribus, contra scribente Victore Aufidi[32] in breui sic: calices duo aurei, item calices sex argentei, urceola sex argentea, cucumellum[33] argenteum, lucernas argenteas[34] septem, cereofala duo, candelas breues aeneas[35] cum lucernis suis septem, item lucernas aeneas[36] undecim cum catenis suis, tunicas muliebres LXXXII, mafortea XXXVIII, tunicas uiriles XVI, caligas uiriles paria XIII, caligas[37]

---

[20] Felix flamen perpetuus *Aug.* : Felix (*lacuna 6 litt.*) praepositi *C*
[21] si quid *C* : quidquid *Aug.*
[22] ut praeceptum est ut iussioni *C* : ut et praecepto et iussioni *Aug.*
[23] reipublicae *om. Aug. sic semper*
[24] Edesius *Aug.*
[25] Felix flamen perpetuus curator *Aug.* : Felix f (*lacuna 8 litt.*) curator *C*
[26] demonstrabit *Dupin* : demonstrauit *C* : monstrabit *Aug.*
[27] quod habetis *C* : quod hic habetis *Aug.*
[28] Montano et Victore de Castello Minore presbyteris *Duval* : Montano et Victore Deusatelio et Memorio presbyteris *C* : Montano et Victore de Castello memor presbyteris *Aug.*
[29] Marte cum Helio diacones *C* : Marte cum Aelio et Marte diacono *Aug.* : Marte cum Helio et Marte diaconis *Deutsch*
[30] Murclio Catullino Siluano et Caroso subdiacones *C* : proferente Marcuclio Catullino et Siluano Caroso subdiaconis *Aug.* : proferente Marcuclio Catullino Siluano et Caroso subdiaconis *Rizotti*
[31] Ianuario Meraclo Fructuoso Miggine Saturnino Victore *C* : et Ianuario Marcuclio Fructuoso Miggene Saturnino Victore Samsurico *Aug.* : Victore Samsurici *Von Soden*
[32] Aufidii *Aug.* : autfidi *C*
[33] cuccumellum *C*
[34] lucernae argenteae *Deutsch*
[35] candelae aeneae *Deutsch* : candelabra aenea *Duval*
[36] lucernae aeneae *Deutsch*
[37] tunicae … caligae *Deutsch*

muliebres paria XLVII, coplas rusticanas[38] XVIIII. Felix <flamen perpetuus>[39] curator reipublicae Marcuclio[40] Siluano et Caroso subdiaconis[41] dixit: proferte hoc, quod habetis. Siluanus et Carosus dixerunt: quod hic fuit, totum hoc eiecimus. Felix <flamen perpetuus>[42] curator reipublicae Marcuclio Siluano et Caroso dixit: responsio uestra actis haeret[43]. Postea quam in bibliothecis inuenta sunt[44] <ibi> armaria **(18b)** inania, ibi protulit Siluanus capitulatam argenteam et lucernam argenteam[45], quod[46] diceret se post arcam[47] eas inuenisse. Victor Aufidi Siluano dixit: mortuus fueras, si non illas[48] inuenisses. Felix <flamen perpetuus>[49] curator reipublicae Siluano dixit: quaere[50] diligentius, ne quid hic remanserit. Siluanus dixit: nihil remansit, totum hoc eiecimus. Et cum apertum esset triclinium, inuenta sunt ibi dolia IIII et orcae[51] VI. Felix f<lamen perpetuus>[52] curator reipublicae dixit: proferte scripturas, quas habetis, ut praeceptis imperatorum et iussioni parere possimus[53]. Catullinus[54] protulit codicem unum pernimium maiorem. Felix f<lamen perpetuus>[55] curator reipublicae Marcuclio et Siluano dixit: quare unum tantummodo codicem dedistis? Proferte scripturas, quas habetis. Catullinus[56] et Marculius dixerunt: plus non habemus, quia subdiacones sumus; sed lectores habent codices. Felix f<lamen perpetuus>[57] curator reipublicae Marcuclio et Catullino[58] dixit: demonstrate lectores!

---

[38] coplae rusticanae *Deutsch* : capulas *uel* caplas *Duval*
[39] *post* Felix *lacuna 7-8 litt. habet C* flamen perpetuus *add. edd.*
[40] Acuclio *C*
[41] subdiaconis] fossoribus *C*
[42] *post* Felix *lacuna 12 litt. habet C* flamen perpetuus *add. edd.*
[43] heret *C*
[44] posteaquam in bibliothecis inuenta sunt *C* : posteaquam apertum est ad bibliothecam inuenta sunt *Aug. C. Cresc.* 4, 56 : posteaquam peruentum est in bibliothecam inuenta sunt *Masson* : posteaquam peruentum est in bibliothecis inuenta sunt *Deutsch*
[45] capitulata argentea et lucerna argentea *C* : capitula argentea et lucernas argenteas *Masson* : capsulatam argenteam et lucernam argenteam *Duval*
[46] quo *C*
[47] arcam *Aug.*, *Von Soden*, *Duval* : orcam *C*, *Ziwsa*, *Rizzotti*
[48] illas *Aug. C. Cresc.* 3, 29 : eas *Aug. C. Cresc.* 4, 56 : illos *C*
[49] Felix f (*lacuna* 7-8 *litt.*) *C*
[50] quaere *C* : inquire *Aug. C. Cresc.* 3, 29; 4, 56
[51] orcae] orcas *C* : arcae *Von Soden*
[52] Felix f (*lacuna* 7-8 *litt.*) *C*
[53] possimus *C* : possitis *Dupin*
[54] Catulinus *C*
[55] Felix f (*lacuna* 8 *litt.*) *C*
[56] Catulinus *C*
[57] Felix f (*lacuna* 11-12 *litt.*) *C*
[58] Catulino *C*

Marcuclius et Catullinus[59] dixerunt: non scimus, ubi maneant. Felix f<lamen perpetuus>[60] curator reipublicae Catullino[61] et Marcuclio dixit: si, ubi manent, **[188]** non nostis, nomina eorum dicite. Catullinus[62] et Marcuclius dixerunt: nos non sumus proditores. Ecce sumus, iube nos occidi. Felix f<lamen> p<erpetuus>[63] curator reipublicae dixit: recipiantur. Et cum uentum esset ad domum Eugeni, Felix f<lamen perpetuus>[64] curator reipublicae Eugenio dixit: profer[65] scripturas, quas habes, ut praecepto parere possis. Et protulit codices quattuor. Felix f<lamen perpetuus> curator[66] reipublicae Siluano et Caroso dixit: demonstrate **(19a)** ceteros lectores. Siluanus et Carosus dixerunt: iam dixit episcopus, quia Edusius et Iunius exceptores omnes nouerunt; ipsi tibi demonstrent ad domus[67] eorum. Edusius et Iunius exceptores dixerunt: nos eos demonstramus, domine. Et cum[68] uentum esset ad domum Victorini, protulit codices quinque; et cum uentum fuisset ad domum Proiecti, protulit codices V maiores et minores II; et cum ad grammatici domum uentum fuisset, Felix f<lamen perpetuus> curator[69] reipublicae[70] Victori grammatico dixit: profer scripturas, quas habes, ut praecepto parere possis. Victor grammaticus optulit codices II et quiniones quattuor. Felix f<lamen perpetuus> curator[71] reipublicae Victori dixit: profer scripturas; plus habes. Victor grammaticus dixit: si plus habuissem, dedissem. Et cum uentum fuisset ad domum Eutici Caesariensis[72], Felix f<lamen perpetuus> curator[73] reipublicae Euticio dixit: profer scripturas, quas habes, ut praecepto parere possis. Euticius dixit: non habeo. Felix f<lamen perpetuus> curator[74] reipublicae[75] Euticio dixit: professio tua actis haeret[76]. Et cum uentum fuisset ad domum Coddeonois, protulit uxor eius codices sex. Felix <flamen perpetuus>

---

[59] Catulinus *C*
[60] Felix f (*lacuna* 9-10 *litt.*) *C*
[61] Catulino *C*
[62] Catulinus *C*
[63] Felix f (*lacuna* 4 *litt.*) p (*lacuna* 6 *litt.*) *C*
[64] Felix f (*lacuna* 8-9 *litt.*) *C*
[65] profers *C*
[66] Felix f (*lacuna* 8-9 *litt.*) curator *C*
[67] domos *Deutsch*
[68] Et dum *C*
[69] Felix f (*lacuna* 11-12 *litt.*) curator *C*
[70] reipublicae *add. Rizzotti*
[71] Felix f (*lacuna* 7-8 *litt.*) curator *C*
[72] Cesariensis *C*
[73] Felix f (*lacuna* 7-8 *litt.*) curator *C*
[74] Felix f (*lacuna* 6-7 *litt.*) curatore *C*
[75] reipublicae *add. Ziwsa*
[76] heret *C*

curator[77] reipublicae dixit: quaere, ne plus habeatis, profer. Mulier respondit: non habeo. Felix f<lamen perpetuus> curator[78] reipublicae Boui seruo publico dixit: intra et quaere, ne plus habeat. Seruus publicus dixit: quaesiui et non inueni. Felix f<lamen perpetuus> curator reipublicae[79] Victorino Siluano et Caroso dixit: si quid minus factum fuerit, uos contingit periculum."

Quibus lectis Zenophilus uir clarissimus consularis Victori dixit: confitere simpliciter!

Victor respondit: non fui praesens.

Nundinarius dia**(19b)**conus dixit: legimus epistulas[80] episcoporum factas a Forte <et reliquis>[81]. Et legit<ur exemplum libelli traditi episcopis> **[189]** a Nundinario diacono[82]: "testis est Christus et angeli eius, quoniam tradiderunt, quibus communicastis[83], id est Siluanus a Cirta[84] traditor est et fur rerum pauperum; quod omnes uos episcopi, presbyteri[85], diacones, seniores scitis de quadringentis follibus Lucillae, clarissimae feminae[86], pro quo uobis[87] coniurastis, ut fieret Maiorinus episcopus, et inde factum[88] est schisma; nam et Victor fullo uestri praesentia[89] et populi dedit folles uiginti, ut factus esset presbyter, quod scit Christus et angeli eius."

Et recitatum est exemplum epistulae: "Purpurius episcopus Siluano coepiscopo in domino salutem. Venit ad me Nundinarius diaconus filius noster et petiit, has litteras deprecatorias a me ad te, sanctissime,

---

[77] Felix (*lacuna* 7-8 *litt.*) curatori *C*
[78] Felix f (*lacuna* 7 *litt.*) curator *C*
[79] Felix f (*lacuna* 7-8 *litt.*) curator reipublice *C*
[80] epistolas *C*
[81] et reliquis *addidi*
[82] legitur exemplum libelli traditi episcopis a Nundinario diacono *Von Soden, Duval, Rizzotti* : exemplum libelli traditi episcopis a Nundinario diacono *Aug.* : legit a Nundinario diacono *C* : legit exemplar libelli traditi episcopis a Nundinario diacono *Dupin* : et legitur a Nundinario diacono *Ziwsa*
[83] quoniam tradiderunt quibus communicastis *C* : quoniam traditoribus communicastis *Aug.*
[84] Cirtha *C*
[85] presbiterei *C*
[86] de quadringentis follis Lucillae clarissimae feminae] et de quadringentis follis Lucillae clarissimae feminae *Aug.* : et uos et lucilla consul felix (*ex compendio c. f.*) *C*
[87] pro quo uobis *Aug.* : pro quod uobis *C*
[88] et inde factum *Aug.* : et iure facta *C*
[89] presentia *C*

dirigerem, ut, si fieri[90] posset, pax inter te et ipsum sit. Hoc enim uolo fieri, ut nemo sciat, quid inter nos agatur, si uolueris scripto tuo, ut[91] et ego solus ibi in re praesenti ueniam et dissensionem ipsam de inter uos amputem. Manu sua enim mihi tradidit libellum rei gestae, pro qua causa tuo praecepto fuerit lapidatus. Non est uerum, ut pater castiget filium contra ueritatem, et scio, quia uera sunt, quae in libello mihi tradito sunt conscripta. Quaere remedium, quo modo poterit ibi malignitas ista extingui, antequam flamma exurgat, quae post demum extingui non poterit sine sanguine spiritali. Adhibete conclericos[92] et seniores plebis ecclesiasticos uiros et inquirant diligenter, quae sunt istae dissensiones, ut ea, quae fiunt, secundum fidei praecepta fiant. Non declinabis ad dexteram uel ad sinistram[93], libenter autem aurem commodare nolis malis introductoribus[94], qui nolunt pacem. Omnes nos occiditis[95].” Et alia manu: “uale.”

Item exemplum epistulae: “<Purpurius episcopus>[96] clericis et senioribus Cirtensium[97] in domino aeternam salutem! **(20a)** Clamat Moyses ad omnem[98] senatum filiorum Israel dixitque illis, quae dominus iubeat fieri. Sine consilio seniorum nihil agebatur. Itaque[99] et uos, carissimi, quos scio[100] omnem sapientiam caelestem et spiritalem habere, omni uestra uirtute cognoscite, quae sit dissensio haec, et perducite ad pacem. Dicit enim Nundinarius diaconus, quod **[190]** nihil uos lateat, unde haec dissensio est inter carissimum nostrum Siluanum et ipsum. Tradidit enim mihi libellum, in quo omnia sunt conscripta. Dixit enim et uos non latere. Ego scio, quia auris non est. Bonum quarite remedium, quomodo extinguatur haec res sine periculo animae uestrae, ne subito, cum personam[101] accipitis, in iudicio ueniatis.[102] Iustum iudicium inter partes iudicate secundum grauitatem uestram et iustitiam. Cauete uobis, ne declinetis in dexteram neque in sinistram: dei res agitur, qui scrutatur cogitationes singulorum. Elaborate, nemo sciat, quae sit coniuratio haec.

---

[90] fieri *corr. ex* fieret *C* (et *in rasura*)
[91] tuo (agatur *erasum est et lacuna* 3-4 *litt.*) ut *C*
[92] conclericos *Dupin* : cum clericos *C*
[93] ad dextera uel ad sinistra *C*
[94] malis instructoribus *Dupin* : mali instructionibus *C*
[95] *post* occiditis *lacunam pos. Ziwsa*
[96] *post* epistulae *lacunam habet C* Purpurius episcopus *suppl. Baluze*
[97] Cirthensium *C*
[98] ad *om. C*
[99] itaque] ita ne *C*
[100] scio *C* : sileo *Deutsch*
[101] persona *C*
[102] ueniatis *C* : ruatis *Deutsch*

Vestra sunt, quae libello continentur. Non est bonum; dicit enim dominus: 'ex ore tuo condemnaberis[103] et ex ore tuo iustificaberis'."

Item alia recitata: "<Siluano>[104] fratri carissimo Fortis in domino aeternam salutem! Venit ad me filius noster Nundinarius diaconus et retulit ea, quae inter te et illum contigerint ut per maliouli intercessum[105], qui uult animas iustorum a uia ueritatis auertere. Cum haec audirem, mente defectus sum, quod talis dissensio inter uos[106] uenit. Dei enim sacerdos ut hoc ueniat[107] quod non nobis expediat, ne[108] fiat. Nunc ergo petite eum, ut, quod potest, cum ipso[109] pax domini saluatoris Christi sit, non ad publicum ueniamus et a gentibus damnemur. Scriptum est enim: 'uidete, ne, dum mordetis et causamini inuicem, ab inuicem consumamini'. Ergo peto dominum, ut tollatur de medio nostrum hoc scandalum[110], ut possit res dei **(20b)** cum gratiarum actione celebrari domino dicente: 'pacem meam do uobis, pacem mea relinquo uobis'. Quae pax poterit esse, ubi dissensio est, aemulationes sunt? Nam cum ego a milite essem ass<…> separatus[111] et in illo uenissem cum iniuria tali, deo conmendaui animam meam et remisi tibi, quia deus uidet mentes hominum et eorum, siue a te ad illos perductus sum. Sed deus nos liberauit et tecum seruimus. Ergo sicuti dimissum est nobis, et uos reconciliamini paci, ut in nomine Christi possimus cum gaudio pacem[112] celebrare. Nemo sciat[113]."

"Fratribus et filiis, clero et senioribus Fortis in domino aeter**[191]**nam salutem! Venit ad me filius meus Nundinarius diaconus uester et retulit de ea, quae contra uos sunt gesta; nec non utique a uobis debuit conponi, ne uentum esset, ut talem insaniam passi a quibus lapidarentur pro ueritate, quod et uos et nos scimus, sicuti nobis retulistis; et scriptum est: 'non est sapiens quisquam inter uos, qui possit iudicare inter fratres? Sed et frater cum fratre iudicatur, sed apud[114] infideles', sicuti uos cum

---

[103] condemnaberis] condemnaueris *C*
[104] *post* recitata *lacunam* 9-10 *litt. habet C* : Siluano *suppl. edd.*
[105] intercessu *C*
[106] inter nos *C*
[107] *post* ueniat *lacunam pos. Ziwsa*
[108] ne (*siue* non) *add. Ziwsa*
[109] cum et ipsum *C*
[110] scandalu *C*
[111] A militesessem ass (*lacunam* 4 *litt.*) separatus *C* (*locus obscurus*)
[112] pacem *C* : Pascha *Baluze*
[113] *post* sciat *lacunam* 9 *litt. habet C*
[114] cum fratre iudicatur sed apud *C* : cum fratre iudicio contendit et hoc apud *Masson*

iudicio non intenditis[115]. Sic ad hoc exilitum est, ut gentibus demus tale exemplum, ut, qui per nos deo credebant, ipsi nobis maledicant, cum ad publicum peruenimus? Ergo ne ad hoc ueniatur, uos, qui spiritalis estis, facite, ut nemo sciat, ut cum pace pascha[116] celebremus et hortemini eos paci reconciliari et dissensio non sit, ne, cum ad publicum uentum fuerit, incipiatis et uos periclitari, si hoc factum fuerit, et postea uobis inputetis. Dabitis quam plurime tu, possessor Donati[117], presbyteri[118] singuli Valeri et Victor, qui omnia scitis acta, date operam, ut pax sit uobiscum."

Item alia recitata: "<Fratri Siluano Sabinus>[119] **(21a)** in domino aeternam salutem! Peruenit ad nos Nundinarius filius tuus, non tantum ad me sed et ad fratrem nostrum Fortem et grauem querelam referens. Miror grauitati tuae sic te egisse cum filium tuum[120], quem tu nutristi et ordinasti. Si enim aedificium terrae structum[121] sit, non additur[122] quid caeleste, quod per manum sacerdotis aedificatur? Sed non est tibi mirandum scriptura dicente: perdam sapientiam sapientium et prudentiam prudentium reprobabo, et iterum dicit: potius dilexerunt homines tenebras magis quam lucem, sicuti et tu facis. Sufficiat uobis omnia scire. Super quod et frater noster[123] Fortis tibi scripsit, nunc petierim de caritate tuae, frater benignissime, ut subpleas dictum Esaiae prophetae: 'expellite malignitatem de animis uestris et uenite disputemus, dicit dominus', et iterum: 'proicite malum de medio uestrum'. Sic et tu fac: subiuga et auerte seditionem eorum, qui[124] noluerunt esse pacem inter te et filium tuum. Sed filius tuus Nundinarius **[192]** in pace tecum pascha celebret, ne res ad publicum ueniat praeterea iam omnibus nobis nota. Rogauerim te, fater benignissime, mediocritatis meae conpleas petitionem; nemo sciat."

Item alia recit<ata …>[125]: "Fratri Forti Sabinus in domino aeternam salutem! Quae sit caritas, iuxta omnes collegas certus sum peculiariter; tamen secundum dei uoluntatem, qui dixit: 'quosdam diligo super

---

115 cum in iudicio non intenditis *C* : nunc in iudicio contenditis *Dupin* : cum in iudicio contenditis *Rizzotti*
116 pascham *C*
117 Donati *C* : Donti *Von Soden, Rizzotti*
118 presbyteri singuli *propos. Ziwsa* : presbyter singuli *C*
119 *post* recitata *lacunam habet C* : Fratri Siluano Sabinus *add. Baluze, Dupin*
120 cum filium tuum *C* : cum filio tuo *Deutsch*
121 in terra exstructum *propos. Ziwsa*
122 additur *Dupin* : aditur *C*
123 frater noster] pater noster *C*
124 seditionum eorum qui *Ziwsa* : seditionem quae *C* : seditionem qua *Deutsch, Rizzotti*
125 *post* recit *lacunam habet C* recitata *suppl. edd.*

animam meam', Siluanum te coluisse certus sum. Quare non dubitaui haec scripta ad te dare, quia scripta tua ad eum facta dari feci propter nomen Nundinarii; et qui inpigre agit, semper res dei impetu procedit. Ne praetendas excusationem; occupatio namque nos diebus istis stringit[126] et incunctanter commouet circa haec usque ante diem solemnissimum **(21b)** paschae, ut per te fiat pinguissima pax, ut digni coheredes Christi inueniamur, qui dixit: 'pacem meam do uobis, pacem meam relinquo uobis', et iterum peto, ut facias – Et alia manu: opto te in domino bene ualere et nostri memorem esse. Vale, sed rogo te, nemo sciat."

Quibus lectis <Zenophilus> uir clarissimus consularis[127] dixit: et actis et litteris[128], quae recitatae sunt, traditorem constat esse Siluanum. Et Victori dixit: simpliciter confitere, utrum scias eum aliquid tradidisse.

Victor dixit: tradidit, sed non me praesente.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: quid administrabat tunc Siluanus in clero[129]?

Victor respondit: sub Paulo episcopo orta est persecutio[130] et Siluanus subdiaconus fuit.

Nundinarius diaconus respondit: quando uentum est illic, ait, ut factus esset episcopus, respondit populus: alius fiat, exaudi deus.

Zenophilus uir clarissimus consularis Victori dixit: dictum est a populo: Siluanus traditor?

Victor dixit: ego ipse luctatus sum <ne esset>[131] episcopus.

Zenophilus uir clarissimus consularis Victori dixit: ergo sciebas traditorem? De hoc confitere.

Victor respondit: traditor fuit.

Nundinarius diaconus dixit: uos seniores clamabatis: exaudi, deus, ciuem nostrum <uolumus>[132], ille traditor est.

---

[126] stringet *C*

[127] Quibus lectis Zenophilus uir clarissimus consularis *Aug.* : Quibus lectis (*lacuna* 9 *litt.*) uicarius consul *C*

[128] et actis et litteris *Aug.* : et *ante* actis *om. C*

[129] clero *C* : clericatu *Aug.*

[130] orta est persecutio *C* : orta persecutione *Aug.*

[131] ne esset *propos. Migne*, *emend. Rizzotti* : ne fieret *propos. Routh*

Zenophilus uir clarissimus consularis Victori dixit: clamasti ergo cum populo, quod traditor esset Siluanus et non deberet fieri episcopus?

Victor dixit: clamaui et ego et populus. Nos enim ciuem nostrum petebamus, integrum uirum.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: qua causa putabatis eum non mereri?

Victor dixit: integrum petebamus et ciuem nostrum **[193]** sciebam enim <in> causam imperatorum[133] ad hoc nos esse uenturos, dum enim talibus conmittitur.

Item inductis et adplicitis Victore Samsurici et Saturnino fossoribus Zenophilus uir clarissimus **(22a)** consularis dixit: quis uocaris?

Respondit: Saturninus.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: cuius condicionis es?

Saturninus respondit: fossor.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: Siluanum scis esse traditorem?

Saturninus dixit: scio lucernam tradidisse argenteam.

Zenophilus uir clarissimus consularis Saturnino dixit: quid aliud?

Saturninus respondit: aliud nescio, nisi quia depost arcam[134] eam eiecit.

Et remoto Saturnino Zenophilus uir clarissimus consularis dixit adstanti: tu quis uocaris?

Respondit: Victor Samsurici.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: cuius condicionis es?

Victor dixit: artifex sum.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: tabulam argenteam quis tradidit?

---

[132] uolumus *om. C*

[133] enim in causam imperatorum *Ziwsa* : enim causam imperatorum *C* : enim ante imperatores *Baluze* : enim coram imperatorum adhuc *Völter*

[134] arcam *Duval* : orca *C* : orcam *Ziwsa, Rizzotti*

Victor respondit: non uidi; quod scio, hoc dico.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit Victori: licet iam constiterit ex responsione eorum, qui supra sunt interrogati, tamen tu confitere, utrum Siluanus traditor sit.

Victor dixit: Secundo primato <interrogante>[135] quomodo hoc dimisit, ut duceremur ad Carthaginem, ore ipsius episcopi audiui: data est mihi lucerna argentea et capitulata argentea et has tradidi.

Zenophilus uir clarissimus consularis Victori Samsurici dixit: a quo audisti?

Victor dixit: a Siluano episcopo.

Zenophilus uir clarissimus consularis Victori dixit: ab ipso audisti, quod tradidisset?

Victor dixit: ab ipso audiui, quod suis manibus tradidisset illas.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: ubi audisti?

Victor dixit: in basilica.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: apud Constantinam[136]?

Victor dixit: ibi coepit alloqui populum dicens: de quo dicunt me traditorem esse, de lucernam et capitulatam[137]?

Zenophilus uir clarissimus consularis Nundinario dixit: quid aliud putas ex his esse quaerendum?

Nundinarius dixit: de cupis fisci, quis illas tulit.

Zenophilus uir clarissimus consularis Nundinario dixit: quas cupas?

Nundinarius dixit: **(22b)** in templo Sarapis fuerunt et tulit illas Purpurius episcopus; acetum[138], quod habuerunt, tulit illum Siluanus episcopus, Dontius presbyter et Lucianus.

---

135 Secundo petato <interrogante *uel* dicente> *Duval* : Secundo petato *C* : Secundo petito *Rough, Rizzotti* : Siluano petato *propos. Edwards*
136 Constantina *C*
137 de lucerna et capitulata *edd.*
138 acetabulum *Baluze* : acetrum *Deutsch*

Zenophilus uir clarissimus consularis Nundinario dixit: sciunt id factum, qui adsistunt?

Nundinarius respondit: sciunt.

Inductus[139] Saturninus dixit: dicebant maiores nostri, quia sublatae sunt.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: a quo sublatae dicuntur?

Saturninus dixit: a Purpurio episcopo et acetum a Siluano et Dontio et Superio[140] presby**[194]**teris et Luciano diacono.

Nundinarius dixit: uiginti folles dedit et factus est presbyter Victor?

Saturninus[141] dixit. Et cum diceret, Zenophilus uir clarissimus consularis Saturnino dixit: cui dedit?

Saturninus dixit: Siluano episcopo.

Zenophilus uir clarissimus consularis Saturnino dixit: ergo ut fieret presbyter, Siluano episcopo uiginti folles praemium dedit?

Saturninus dixit: dedit.

Zenophilus uir clarissimus consularis Saturnino dixit: ante Siluanum positum est?

Saturninus dixit: ante cathedram[142] episcoporum.

Zenophilus uir clarissimus consularis Nundinario dixit: a quo pecunia sublata est?

Nundinarius dixit: ipsi episcopi diuiserunt eam inter se.

Zenophilus uir clarissimus consularis Nundinario dixit: Donatum desideras exhiberi?

Nundinarius dixit: utique ueniat, de quo clamauit populus biduo post pacem[143]: exaudi deus, ciuem nostrum uolumus.

---

[139] inductus *emend. Duval* : diaconus *C*
[140] Superio *emend. Baluze* : Luciano *C*
[141] Saturninus] Saturnini *C*
[142] cathedra *C*
[143] pacem *corr. Deutsch* : pare *C* : pascha *Routh* : post <quam Siluanus ascendit ad alt>are *Seeck* : parem *Duval*

Zenophilus uir clarissimus consularis Nundinario dixit: certe hoc clamauit populus?

Respondit: clamauit.

Zenophilus uir clarissimus consularis Saturnino dixit: traditorem clamauit Siluanum?

Saturninus dixit: utique.

Nundinarius dixit: quando factus est episcopus, non illi communicauimus, quia dicebatur traditor esse.

Saturninus dixit: quod dicit, uerum est.

Nundinarius dixit: uidi, quia Mutus harenarius tulit eum in collo.

Zenophilus uir clarissimus **(23a)** consularis dixit: sic factum est?

Saturninus dixi: sic.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: uera sunt omnia, quae dicit Nundinarius, quia ab harenariis factus est episcopus Siluanus?

Saturninus dixit: uera.

Nundinarius dixit: prostibulae illic fuerunt.

Zenophilus uir clarissimus consularis Saturnino dixit: harenarii illum gestauerunt?

Saturninus dixit: ipsi eum tulerunt et populus; nam ciues in area martyrum[144] fuerunt inclusi.

Nundinarius dixit: numquid populus dei ibi fuit?

Saturninus dixit: in casa maiore fuit inclusus.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: certe[145] omnia, quae dicit Nundinarius, uera sunt?

Saturninus dixit: uera.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: tu quid dicis?

---

[144] arca martyrum *Migne* : casa maiore *emend. Duval*
[145] certe] certa *C*

Victor dixit: uera sunt omnia, domine.

Nundinarius dixit: Purpurius episcopus tulit centum folles.

Zenophilus uir clarissimus consularis Nundinario dixit: de quadringentis follibus quos putas interrogandus?

Nundinarius dixit: Lucianus <dia>conus[146] exhibeatur, quia ipse totum scit.

Zenophilus uir clarissimus consularis Nundinario dixit: hine[147] sciunt?

Nundinarius dixit: non sciunt.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: exhibeatur Lucianus.

Nundinarius dixit: sciunt isti acceptos esse quadringentos folles[148], sed quia episcopi eos diuiserunt, nesciunt.

Zenophilus uir clarissimus consularis Saturnino[149] et Victori dixit: scitis acceptos esse folles a Lucilla?

Saturninus et Victor **[195]** dixerunt: scimus.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: pauperes non acceperunt?

Dixerunt: nemo nihil accepit.

Zenophilus uir clarissimus consularis Saturnino et Victori dixit: nihil de fano Sarapis sublatum est?

Saturninus et Victor dixerunt: Purpurius tulit cupas et Siluanus episcopus et Dontius[150] et Superius presbyteri et Lucianus **(23b)** diaconus tulerunt acetum.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: responsione Victoris grammatici et Victoris Samsurici et Saturnini claruit uera esse omnia, quae suggesserit[151] Nundinarius. Submoueantur et exeant.

---

[146] diaconus] dia *eras. C*
[147] hine] iine *C*
[148] follus *C*
[149] Saturnino *propos. Routh, emend. Maier* : Nundinario *C*
[150] Dontius] Donatus *C*
[151] suggessit *edd.*

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: quos alios putas interrogandos?

Nundinarius dixit: Castum diaconum, ut dicat, si non est traditor; ipse illum ordinauit.

Et inducto et adplicito Casto diacone Zenophilus uir clarissimus consularis Casto dixit: cuius condicionis es?

Castus dixit: nullam dignitatem habeo.

Zenophilus uir clarissimus consularis Casto dixit: licet nunc per Victorem grammaticum quam etiam per Victorem Samsurici et Saturninum uenerunt in confessionem, quae Nundinarius obicit, tamen etiam tu confitere, utrum traditor sit Siluanus.

Castus diaconus respondit: dicebant[152], quod inuenerit lucernam post arcam[153].

Zenophilus uir clarissimus consularis Casto dixit: etiam de cupas fano Sarapis sublatas et aceto confitere.

Castus respondit: Purpurius episcopus tulit cupas.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: acetum quis?

Respondit Castus, quod tulerunt inde acetum Siluanus episcopus, Dontius et Superius presbyteri.

Zenophilus uir clarissimus consularis Casto dixit: confitere, quot[154] folles dedit Victor, ut presbyter fieret.

Castus dixit: optulit, domine, saccellum[155], et quid habuerit, nescio.

Zenophilus uir clarissimus consularis Casto dixit: cui datum est saccellum[156]?

Castus dixit: illo tulit eum in casa maiore.

---

[152] dicebat *Ziwsa*
[153] arcam *Von Soden, Duval* : orcam *C*
[154] quod *C*
[155] saccellum *Ziwsa* : sacellum *C*
[156] saccellum *Ziwsa* : sacellum *C*

Zenophilus uir clarissimus consularis Casto dixit: populo non est diuisa pecunia?

Castus respondit: non est data nec uidi.

Zenophilus uir clarissimus consularis Casto dixit: de folles, quos Lucilla dedit, populus minutus nihil accepit?

Castus dixit: non uidi accipere neminem.

Zenophilus uir clarissimus consularis Casto dixit: quo ergo peruenerunt?

Castus dixit: nescio.

(24a) Nundinarius dixit: utique uel audisti uel uidisti, si[157] dictum est pauperibus: dat et uobis de re sua Lucilla?

Castus dixit: non uidi aliquem accipere.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: manifesta **[196]** est Casti confessio, quod folles, quos Lucilla donauit, populo diuisos esse nesciret[158], et ideo amoueatur.

<Item inducto>[159] et adplicito[160] Crescentiano subdiacono Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: quis uocaris?

Respondit: Crescentianus.

Zenophilus uir clarissimus consularis Crescentiano dixit: simpliciter sicut et ceteri confitere, utrum scias traditorem Siluanum.

Crescentianus dixit: priores, qui fuerunt clerici, ipsi retulerunt singula[161].

Zenophilus uir clarissimus consularis Crescentiano dixit: quid retulerunt?

Crescentianus dixit: referebant, quod traditor esse.

Zenophilus uir clarissimus consularis Crescentiano dixit: dixerunt illum traditorem? Et adiecit: qui dicebant?

---

157 si] sic *C*
158 nesciret *Ziwsa* : nescirent *C* : nescit et *Deutsch*
159 *ante* et adplicito *lacunam* 15 *litt. habet C* item inducto *suppl. Ziwsa*
160 applicito *C*
161 singulis *C*

Crescentianus dixit: qui cum illo conuersabantur in plebe, dixerunt, quod aliquando tradidisset.

Zenophilus uir clarissimus consularis Crescentiano dixit: de Siluano dicebant?

Crescentianus dixit: utique.

Zenophilus uir clarissimus consularis Crescentiano dixit: cum factus fuisset episcopus, praesto fuisti?

Crescentianus dixit: praesens cum populo fui inclusus in casa maiore.

Nundinarius diaconus dixit: campenses[162] et harenarii[163] fecerunt illum episcopum.

Zenophilus uir clarissimus consularis Crescentiano dixit: Mutus harenarius certe eum sustulit?

Dixit: manifeste.

Zenophilus uir clarissimus consularis Crescentiano dixit: cupas de fano Sarapis scis esse sublatas?

Crescentianus dixit: plures dicebant, quod Purpurius episcopus ipse sustulerit cupas et acetum, quod ad senem[164] nostrum Siluanum peruenisset, et filii Aelionis dicebant.

Zenophilus uir clarissimus consularis Crescentiano dixit: **(24b)** quid audisti?

Crescentianus dixit: acetum sublatum[165] a sene Siluano et Dontio et Superio presbyteris et Luciano diacono.

Zenophilus uir clarissimus consularis Crescentiano dixit: ex CCCC follibus, quos Lucilla donauit, populus aliquid accepit?

Crescentianus dixit: nihil inde nemo accepit, nescio, nec quis illos[166] erogauerit.

---

[162] campenses] campeses *C*
[163] harenari *C*
[164] senem] senecem *C*
[165] aceto sublato *C*
[166] illum *C*

Nundinarius dixit: aniculae numquam inde aliquid acceperunt?

Crescentianus dixit: nihil.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: certe quotiens aliquid tale donatur, omnes inde populares publice accipiunt?

Crescentianus dixit: non audiui uel uidi dedisse illum aliquos[167].

Zenophilus uir clarissimus consularis Crescentiano dixit: nihil ergo datum est de CCCC follibus populo?

Crescentianus dixit: nihil; utique peruenisset aliqua partiuncula ad nos.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: quo ergo sublati sunt?

Crescentianus dixit: nescio, nemo nihil accepit.

Nundinarius dixit: Victor quot[168] folles dedit, **[197]** ut fieret presbyter?

Crescentianus dixit: uidi allatos cophinos[169] cum pecunia.

Zenophilus uir clarissimus consularis Crescentiano dixit: cui dati sunt cophini[170]?

Crescentianus dixit: episcopo Siluano.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: Siluano dati sunt?

Crescentianus dixit: Siluano.

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: populo nihil datum est?

Respondit: nihil; necesse est, ut et nos aliquid acciperemus, si distribuerentur, sicut solet.

Zenophilus uir clarissimus consularis Nundinario dixit: quid aliud de Crescentiano putas esse requirendum[171]?

Nundinarius dixit: ipsud est.

---

[167] aliquo *C*
[168] quod *C*
[169] cofinos *C*
[170] cofini *C*
[171] requirende *C*

Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: quoniam de omnibus Crescentianus subdiaconus simpliciter[172] confessus est, submoueatur.

Item inducto et adplicito Ianuario subdiacono Zenophilus uir clarissimus consularis dixit: quis uocaris?

Respondit…[173]

* * *

[172] simpl**iter (*alterum* 1 *eras.*) *C*
[173] *post* respondit *gesta abrupta sunt in C fol. 24b*

Tradução: Autos do processo julgado pelo governador Zenófilo

Iniciam-se aqui os autos do processo nos quais consta que o bispo Silvano, que com outros ordenou Majorino, antecessor de Donato, foi um entreguista[174].

Nos idos de dezembro do ano dos consulados de Constantino, o Grande, augusto, e de seu filho Constantino, nobilíssimo césar, [sendo escrivão] Sexto Tamugadense[175] e tendo sido introduzido e apresentado Vítor, o gramático, em presença ainda do diácono Nundinário, Zenófilo, varão claríssimo e consular[176], disse: "Como você se chama?"

---

[174] A frase que introduz os *Gesta* é um acréscimo posterior ao documento de 320 e tinha por objetivo justificar sua inserção na coletânea antidonatista. Aos olhos de seu compilador, o valor do documento consistia em demonstrar a culpabilidade de um dos principais partidários de Donato na mesma falta que havia justificado a deposição de Ceciliano: a *traditio* ou, seja, a entrega dos livros santos às autoridades pagãs para serem queimados. Embora o termo *traditor* seja, com frequência, traduzido como "traidor", palavra, de fato, derivada do mesmo vocábulo latino, preferi aqui utilizar a palavra "entreguista", que em português contemporâneo designa, por exemplo, "aquele que entrega o que é de seu país ao capital estrangeiro", por conservar a ambiguidade da palavra *traditio*: ao mesmo tempo o ato de entrega e sua condenação moral como "traição".

[175] No manuscrito de Cormery: *Constantino maximo augusto et Constantino iuniore nobilissimis caesarib(us) constat dieb(us) decembrib(us) sexto Thamugadiensi*. A identificação da data e do local do processo depende da reconstituição dessa passagem do manuscrito, sem dúvida lacunar ou corrompida. Paul Monceaux (1912: 231, n. 6) propôs corrigir o texto em: *cons(ulibus) s(ex)to id(us) decembr(es) Thamugadi in ci(uitate)*, o que implicaria a realização do processo em *Thamugadi* (Timgad), em 8 de dezembro de 320. Aqui, segui a leitura muito mais plausível de Yvette Duval (1998; 2000: 30-36), que desenvolve as correções já propostas por Karl Ziwsa em: *consulibus Idibus Decembribus [excipiente] Sexto Thamugadiensi* (ou *consulibus Idibus Decembribus Sexto Thamugadiensi [exceptore]*), reconhecendo em Sexto Tamugadense um secretário ou escrivão originário da cidade de *Thamugadi* e responsável pela redação dos autos. O processo deve, então, ser localizado em Constantina, capital da Numídia e sede habitual do tribunal provincial, e datado de 13 de dezembro de 320.

[176] O presidente da audiência é apresentado como *uir clarissimus consularis*. *Vir clarissimus* é expressão que ressalta a dignidade senatorial de Zenófilo; *consularis*, sua função como governador consular da província da Numídia. Domício Zenófilo é também conhecido por uma inscrição (*AE* 1915, 30) mandada gravar em Lambése e dedicada aos deuses Esculápio e Hígia em agradecimento por uma cura, o que demonstra sua fidelidade aos antigos cultos (*PLRE*, I, p. 993, s.v. *Domitius Zenophilus*). Além do governador, que exerce a função de juiz, e do escrivão que redige os autos do processo, o cabeçalho dos autos anuncia apenas a primeira testemunha convocada e o

Respondeu: "Vítor".

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "Qual é sua condição[177]?"

Vítor disse: "Sou professor de literatura romana, gramático latino[178]".

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "Qual é sua dignidade[179]?"

Vítor disse: "Meu pai era decurião de Constantina; meu avô era soldado; prestou serviços na guarda imperial[180], pois nossa linhagem é de sangue mouro[181]."

---

acusador, Nundinário. É notável a ausência do acusado, Silvano, bem como de qualquer advogado de defesa.

[177] *Condicio*: ocupação ou profissão. Primeira etapa do interrogatório judicial, a indagação sobre a *condicio* da testemunha determinava a maneira como o inquérito seria conduzido, tendo em vista, sobretudo, os privilégios legais de que ainda gozavam todos os membros da sociedade tidos como *honestiores* (ou "mais honestos"), a exemplo dos profissionais liberais e dos membros das elites dirigentes locais.

[178] O gramático era um professor de nível secundário, que sucedia o mestre das primeiras letras (*magister ludi*), mas precedia o professor de retórica na educação literária de um estudante. Verdadeiro árbitro da linguagem erudita, o gramático baseava sua arte não apenas no estudo dos manuais, mas também na leitura dos autores clássicos, o que explica a menção da testemunha à sua profissão como "professor de literatura romana e gramático latino". Sobre o papel do gramático na sociedade romana tardia, ver Kaster (1988).

[179] *Dignitas*: status social ou prestígio, refere-se com mais precisão ao status no interior das ordens privilegiadas. A *dignitas*, neste caso, está associada à (e, na verdade, decorre da) *condicio* de Vítor enquanto profissional liberal. Note-se a diferença no interrogatório das demais testemunhas, quando a simples menção de uma profissão manual (coveiro, artesão) dispensará o governador de indagar sobre a *dignitas* do interrogado.

[180] A função do avô de Vítor no exército era aparentemente a de simples soldado (*miles*). No entanto, o sentido de *comitatus*, que no texto designa a unidade na qual ele prestou serviços, suscita uma ambiguidade. Em 320, *comitatus* designa tanto o círculo dos "companheiros" do imperador, quanto as tropas de campanha instauradas a partir das reformas de Diocleciano. Contudo, à época em que o avô de Vítor prestava seus serviços, nos anos 260-280, as tropas de campanha ainda não haviam sido instituídas. Tampouco se pode afirmar que o soldado fizesse parte da "comitiva do governador", que à época era constituída por simples colaboradores civis. Ao contrário, é possível pensar em uma unidade auxiliar de mouros na guarda imperial, o que é característico dos séculos II e III, quando a guarda do imperador era constituída por contingentes de elite e de importância numérica reduzida (Jean-Michel Carrié, comunicação pessoal).

[181] Mouros: apelação dada aos nativos do norte da África organizados em tribos e vivendo ainda segundo seus costumes ancestrais. A princípio, o termo designava apenas os habitantes da Mauritânia, mas ao final da Antiguidade já superava todas as outras apelações dadas aos grupos tribais no passado. Os mouros contribuíram para o exército romano com os principais contingentes auxiliares de cavalaria e de infantaria

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "Lembre-se de sua boa-fé e de sua honradez[182] e explique simplesmente qual foi a causa da divisão entre os cristãos."

Vítor disse: "Eu mesmo não conheço a causa da divisão; sou só mais um no meio do povo cristão. Só sei que, como eu estava em Cartago, quando o bispo Segundo[183] veio a Cartago certa vez, dizia-se que eles souberam que Ceciliano, não sei por que, tinha sido consagrado bispo incorretamente e, por isso, eles ordenaram outro bispo no lugar dele. Foi daí que começou a divisão em Cartago, mas não posso saber com certeza qual foi a causa dessa divisão, porque nossa cidade, como sempre, só tem uma Igreja e, se aqui já houve divisão, nós não sabemos de nada."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "Você está em comunhão com Silvano?"

(17b) Vítor respondeu: "Sim."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "Por que então ele se opõe àquele cuja inocência foi provada[184]?" E acrescentou: "Foi-me assegurado também que você sabe com certeza de outra coisa, que Silvano foi um entreguista: confesse!"

Vítor respondeu: "Disso, não sei."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse ao diácono Nundinário: "Vítor nega saber que Silvano foi um entreguista."

O diácono Nundinário disse: "Sabe sim, pois ele mesmo entregou os livros."

---

recrutados na África. A menção orgulhosa de Vítor às suas origens familiares lembra a do escritor Apuleio de Madaura, que se dizia "meio gétulo e meio númida" (Février, 1990: 144). Em ambos os casos, porém, essa menção explícita é a única indicação que nos permite identificar as origens berberes de uma família em todos os aspectos integrada às aristocracias urbanas e ao sistema político das cidades (Brett; Fentress, 1996: 53).

[182] *Fides* e *honestas* são qualidades tidas como inerentes aos *honestiores*. Sua menção pelo governador manifesta, portanto, o reconhecimento do status de Vítor.

[183] Segundo, bispo de Tígisi (hoje Aïn el Bordj, na Argélia), era o bispo primaz da Numídia à época da eleição de Ceciliano e presidiu o concílio que elegeu Majorino como bispo de Cartago em seu lugar (Aug. *C. Cresc.* III, 27, 31; *PCBE*, I, 1052-1054, s.v. *Silvanus 1*).

[184] Isto é, a Ceciliano, que o governador considera inocentado após as decisões do concílio de Arles de 314 e da absolvição de seu consagrador, Félix de *Abthugnos*, no inquérito de 315 conduzido pelo procônsul em Cartago.

Vítor respondeu: "Eu fugi dessa tempestade e que eu morra se estiver mentindo! Quando sofremos aquela perseguição repentina, nós fugimos para o monte Belona. Eu estava sentado com o diácono Marte e o padre Vítor também estava. Quando requisitaram todos os livros a esse mesmo Marte, ele negou que os tivesse. Então, Vítor entregou os nomes de todos os leitores. Vieram até minha casa quando eu não estava lá. Então os magistrados subiram e de lá levaram todos os meus livros. Quando voltei, vi que os livros tinham sido levados."

O diácono Nundinário disse: "Mas você respondeu nas atas que entregou os livros. Por que você nega o que pode ser provado?"

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Vítor: "Confesse simplesmente para não ser interrogado com mais rigor[185]."

O diácono Nundinário disse: "Que as atas sejam lidas".

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "Que sejam", e Nundinário entregou as atas ao escrivão, que passou a lê-las em voz alta:

"Décimo quarto dia antes das calendas de Junho do ano dos consulados de Diocleciano, pela oitava vez, e de Maximiano, pela sétima vez[186]. Do registro das atas de Munácio Félix, flâmine perpétuo[187], curador[188] da

[185] Embora a audiência não fosse, propriamente, uma *quaestio*, o interrogatório sob tortura empregado em audiências criminais e, ocasionalmente, civis, o governador parece aqui ameaçar a testemunha com o recurso à tortura, da qual, enquanto *honestior*, Vítor estaria, em princípio, isento (Harries, 1999: 74, n. 81). A ameaça talvez demonstre que esse privilégio nem sempre era mantido na prática, mas note-se, nos *Acta purgationis Felicis*, como um dos interrogados no processo de 315 sobre o bispo de *Abthugnos*, após ter sido ameaçado com a tortura, foi solto do cavalete à simples menção de pertencer à ordem dos decuriões (Opt. *App.* II, 28a-28b, p. 203, ll. 3-23).

[186] Ou seja, em 19 de maio de 303.

[187] O flâmine era o sacerdote responsável, nas cidades, pelo culto de Roma e do Imperador. A cada ano, eram nomeados um ou dois flâmines que, após o exercício de sua função, recebiam o título vitalício de *flamines perpetui*. Os flâmines eram, em geral, recrutados entre os antigos magistrados, o que fazia da função uma das mais altas dignidades numa carreira municipal (Lepelley, 1979: 165-167).

[188] O *curator ciuitatis* ou *curator reipublicae* era um delegado da autoridade imperial, em princípio responsável ocasional pelo controle das finanças municipais, mas tornado desde o reinado de Diocleciano um encarregado da administração geral e da polícia das cidades. O fato de Munácio Félix ser também um flâmine perpétuo mostra que a indicação do curador já era feita entre os próprios notáveis locais, o que se tornaria habitual desde então. O curador, porém, permanecia em direito um delegado do imperador, não sendo assimilado às magistraturas tradicionais às quais ele se

colônia de Cirta[189]. Quando chegaram à casa em que os cristãos se reuniam[190], Félix, flâmine perpétuo e curador da cidade, disse ao bispo Paulo: 'Entregue as Escrituras da lei e **(18a)** o que mais tiverem aqui para obedecer ao que foi prescrito e ordenado'[191]. O bispo Paulo disse: 'As Escrituras estão com os leitores. Mas nós, o que aqui temos, damos'. Félix, flâmine perpétuo e curador da cidade, disse ao bispo Paulo: 'Mostre-nos os leitores ou envie-nos até eles'. O bispo Paulo disse: 'Vocês conhecem todos eles'. Félix, flâmine perpétuo e curador da cidade, disse: 'Não os conhecemos'. O bispo Paulo disse: 'Os funcionários públicos[192] conhecem, isto é, os escrivães Edúsio e Júnio'. Félix, flâmine perpétuo e curador da cidade, disse: 'Enquanto esperamos a relação dos leitores que os funcionários vão mostrar, entreguem o que vocês têm'. Estando sentados o bispo Paulo e os padres Montano e Vítor de Castelo Menor (?)[193] e

---

sobrepunha. Sobre os curadores africanos e a evolução da função no Império Tardio, ver Lucas (1940) e Lepelley (1979: 168-193).

[189] Redigido anos antes da reconstrução da cidade patrocinada por Constantino, após as destruições decorrentes da revolta de Domício Alexandre (308-310), o documento, naturalmente, se refere a Constantina por seu antigo nome de Cirta. A manutenção do título de colônia, entretanto, é menos esperada e mostra como a titulatura oficial herdada do Alto Império ainda conservava, na África, todo seu prestígio, apesar da generalização da cidadania romana desde 212 que havia, na prática, tornado obsoletas as diferenças entre colônias, municípios e cidades peregrinas (cf. Kotula, 1974).

[190] *Domus in qua christiani conueniebant*: descrição neutra e vista do exterior do que já parecia ser um edifício cristão específico e que deve talvez ser identificado com a "basílica" mencionada pelos cristãos de Constantina no processo de 320. Para Yvette Duval (2000: 359-363), contra a interpretação de L. M. White (1990: 122), o fato de que o complexo episcopal fosse dotado de bibliotecas e de um triclínio não implica que o edifício fosse apenas uma casa privada improvisada, pois a expressão sugere que se tratava do lugar habitual para a reunião de toda a comunidade de Cirta. No entanto, como David Riggs (2006) ressaltou recentemente, o termo *basilica* designava antes de tudo uma *função* como local de reunião e poderia, portanto, ser aplicado até mesmo a um espaço doméstico para uma assembleia de culto, o que significa que a "basílica" de Cirta não podia ser comparada a nenhum dos edifícios monumentais construídos a partir de Constantino.

[191] Referência ao primeiro edito da perseguição de 27 de fevereiro de 303 que, segundo Eusébio de Cesareia (*HE*, VIII, 2, 4), ordenava "arrasar as igrejas até os alicerces e jogar as Escrituras ao fogo". No caso de Cirta, os *Acta* de Munácio Félix testemunham apenas o confisco dos livros e do mobiliário eclesiástico, mas não a destruição do edifício, que, segundo Optato (I, 14, 1), parece ter sido apenas confiscado.

[192] *Officium publicum*: literalmente o "ofício público", isto é, o corpo de funcionários públicos, permanentes e remunerados, responsável pelos serviços administrativos da municipalidade. Aí estavam incluídos secretários, escrivães, escribas e arquivistas, muitas vezes auxiliados, como veremos neste caso, por escravos públicos. Sobre o corpo de funcionários municipais, ver Lepelley (1979: 225-227).

[193] O manuscrito de Cormery apresenta, nesta passagem, a grafia *Montano et Victore Deusatelio et Memorio presbyteris*, o que suporia a presença de três padres em Cirta no

estando de pé os diáconos Marte e Hélio, os subdiáconos Marcúclio, Catulino, Silvano e Caroso, além de Januário, Meraclo, Frutuoso, Miguino, Saturnino, Vítor e outros coveiros[194], Vítor filho de Aufídio[195], tomou nota do seguinte inventário: dois cálices de ouro; seis cálices de prata; seis jarrinhos de prata; uma panelinha[196] de prata; sete lamparinas de prata; dois porta-velas; sete suportes pequenos de bronze com suas lamparinas; também onze lamparinas de bronze com suas correntes; 82 túnicas femininas; 38 véus; 16 túnicas masculinas; 13 pares de sandálias masculinas; 47 pares de sandálias femininas; 19 capas rústicas. Félix, flâmine perpétuo e curador da cidade disse aos subdiáconos Marcúclio, Silvano e Caroso: 'Tragam aqui o que vocês têm'. Silvano e Caroso disseram: 'Tudo o que tinha aqui, nós trouxemos para fora'. Félix, flâmine perpétuo e curador da cidade disse a Marcúclio, Silvano e Caroso: 'A resposta de vocês será registrada nas atas'. **(18b)** Depois que os armários

momento do inventário. No entanto, como ressalta Yvette Duval (2000: 50-55), o cognome *Deusatelius* é improvável, não apenas por não fazer sentido como um composto a partir da palavra *Deus*, como por não ser jamais atestado em todos os repertórios de onomástica. A leitura transmitida por Agostinho, no *Contra Cresconium*, é, nesse sentido melhor: *Montano et Victore de Castello memor*, mas *Memor*, nessa formulação, também não é satisfatória. No texto de Agostinho, *Memor* conserva, certamente, o traço de um predicado (substantivo ou adjetivo) de *castellum*, mas aparece no nominativo e não no ablativo ou no genitivo. Essa é a razão que leva Duval a ver em *Memor* uma deformação de *Minor* e de propor a reconstituição, no ablativo, como *de Castello Minore*.

[194] Embora sejam elencados após o último grau na hierarquia eclesiástica de Cirta, os coveiros (*fossores*) não eram membros do clero, mas apenas empregados da Igreja. Sua presença talvez revele o cuidado da Igreja pelo enterro de alguns de seus mortos (como clérigos e necessitados), mas seu número (seis nomeados nos autos e outros mais) parece excessivo para o tamanho real da comunidade cristã de Cirta em 303. É, portanto, possível que muitos deles também trabalhassem para outros empregadores a maior parte do tempo (Rebillard, 2009: 117). A presença em grande número desses trabalhadores braçais em Cirta, em 19 de maio de 303, talvez se explique pela necessidade de auxiliar as autoridades no transporte dos bens mobiliários confiscados. Sobre os trabalhadores funerários e as igrejas cristãs, ver também Bond (2016: 93-95).

[195] O nome deste estenógrafo, *Victor Aufidii*, significa que ele era quer o filho, quer o escravo de Aufídio. Em se tratando de um escravo, o *officium* municipal pode tê-lo alugado de seu proprietário, por reconhecer seu domínio das técnicas da taquigrafia (Lepelley, 1981: 394).

[196] A palavra *cucumellum* é um hápax, mas trata-se de um diminutivo de *cucuma*, palavra que designa uma panela ou outro recipiente para cozimento. Recipientes em forma de pequenas panelas ou frigideiras em metal precioso são, de fato, encontrados entre o mobiliário litúrgico paleocristão. Naturalmente, o recipiente de prata ao qual se faz aqui referência não era um utensílio para o cozimento, mas apenas para a apresentação dos ingredientes que continha (Duval, 2000: 409).

da biblioteca[197] foram encontrados vazios, Silvano apresentou aí mesmo uma caixa[198] de prata e uma lamparina de prata, que disse ter encontrado atrás de uma arca[199]. Vítor, filho de Aufídio, disse a Silvano: 'Você estaria morto se não as tivesse encontrado'. Félix, flâmine perpétuo e curador da cidade, disse a Silvano: 'Procure com mais cuidado, para que não fique nada para trás'. Silvano disse: 'Não ficou nada. Esvaziamos tudo'. E quando o triclínio[200] foi aberto, foram lá encontradas 4 talhas[201] e 6

[197] No manuscrito, a palavra "biblioteca" aparece no plural (*in bibliothecis*), o que pode tanto ser uma deformação gráfica do singular *in bibliotheca*, como indicar a existência de mais de uma sala com armários para livros.

[198] C*apitulata*: palavra rara e de difícil compreensão neste contexto. Derivada de *capitulum*, *capitulatus, a, um* é, em princípio, um adjetivo referente a uma pequena cabeça, a uma cobertura para a cabeça ou, em arquitetura, a um capitel, o que não é o caso aqui, a julgar pelo contexto. A maioria dos tradutores deste texto, portanto, baseando-se na ocorrência de *capsulam* no lugar de *capitulatam* em dois manuscritos do *Contra Cresconium* de Agostinho, em que esta passagem dos *Gesta* é citada, sugeriu a tradução desse substantivo como "caixinha" ou "pequeno estojo" para livros. Yvette Duval (2000: 74-77), por sua vez, propôs a correção de *capitulata* em *capsulata*, que, segundo a autora, seria um duplo diminutivo de *capsa* (caixa para livros), composto a partir de *capsula*. Esta última sugestão, entretanto, suscita perplexidade, pois implicaria a construção arbitrária de um hápax, tanto mais injustificável quanto no manuscrito de Cormery todas as ocorrências da palavra são grafadas como *capitulata* e mesmo na maioria dos manuscritos de Agostinho é esta a grafia adotada, não apenas no *Contra Cresconium*, mas também na *Ep.* 53, 4, aludindo a esse mesmo episódio. O rigor filológico exige, portanto, a manutenção da grafia *capitulata* (Lancel, 2002; Mattei, 2002). A melhor explicação para essa ocorrência parece-me a sugerida por Paul Mattei (2002), que pensa tratar-se aqui de um adjetivo substantivado a partir de uma elipse do substantivo qualificado, como é habitual em casos como *frigida* (no lugar de *acqua frigida*), *ferina* (para *caro ferina*) ou, no uso eclesiástico, *formata* (para *epistula formata*). *Capitulata* designaria então uma caixa para livros ou uma capa dura em prata (*argentea*) presa por pregos com cabeça decorada (*capitula*).

[199] O manuscrito de Cormery apresenta a leitura *orca* (vaso) o que parece pouco provável neste contexto de uma biblioteca. Trata-se, sem dúvida, de uma deformação de *arca*, como aliás aparece na transcrição deste trecho em Aug. *C. Cresc.* III, 29 (Duval, 2000: 358).

[200] *Triclinium* era habitualmente o nome dado à "sala de jantar em uma casa, *uilla* ou palácio romano, assim chamada devido aos três leitos de jantar (*klínai*) tradicionalmente colocados nas paredes laterais e traseiras da sala" (Ulrich; Quenemoen, 2014: 499). Apesar disso, é pouco provável que se trate aqui da sala de jantar pessoal do bispo Paulo, haja vista os grandes recipientes de alimentos e bebidas aí encontrados. É, portanto, preferível pensar, como propõe Duval (2000: 362), em uma sala destinada aos banquetes comunitários que ainda nessa época continuavam a ter uma grande importância nas celebrações cristãs. Ainda assim, não é impossível que a construção do edifício cristão tenha adaptado a estrutura de uma antiga *domus*, como ocorreria mesmo mais tarde, por exemplo, no complexo episcopal de Hipona (Lancel, 1999: 340-346). A tradução procurou, portanto, manter a ambiguidade da palavra.

vasos[202]. Félix, flâmine perpétuo e curador da cidade disse: 'Tragam as Escrituras que vocês têm para cumprirmos as prescrições e a ordem dos imperadores'. Catulino trouxe apenas um livro enorme. Félix, flâmine perpétuo e curador da cidade, disse a Marcúclio e Silvano: 'Por que vocês só nos deram um único livro? Tragam as Escrituras que vocês têm!' Catulino e Marcúclio disseram: 'Nós não temos mais nada, porque somos subdiáconos; mas os leitores têm os livros'. Félix, flâmine perpétuo e curador da cidade disse: 'Mostrem os leitores!' Marcúclio e Catulino disseram: 'Não sabemos onde estão'. Félix, flâmine perpétuo e curador da cidade, disse a Catulino e Marcúclio: 'Se não sabem onde estão, digam os nomes deles'. Catulino e Marcúclio disseram: 'Nós não somos traidores[203]! Aqui estamos, mande que nos matem!' Félix, flâmine perpétuo e curador da cidade, disse: 'Levem-nos'. E quando vieram à casa de Eugênio, Félix, flâmine perpétuo e curador da cidade, disse a Eugênio: 'Entregue as Escrituras que você tem, para cumprir o que foi prescrito'. E ele trouxe quatro livros. Félix, flâmine perpétuo e curador da cidade, disse a Silvano e Caroso: 'Mostrem-nos os outros leitores'. Silvano e **(19a)** Caroso disseram: 'O bispo já disse que os escrivães Edúsio e Júnio conhecem todos eles; que eles te levem às casas deles'. Os escrivães Edúsio e Júnio disseram: 'Nós te levaremos até eles, senhor.' E quando chegaram à casa de Félix, o mosaicista[204], esse entregou cinco livros. Quando chegaram à casa de Vitorino, esse entregou oito livros. Quando chegaram à casa de Projecto, esse entregou cinco livros grandes e dois pequenos. E quando chegaram à casa do gramático, Félix, flâmine perpétuo e curador, disse a Vítor, o gramático: 'Traga as Escrituras que você tem, para cumprir o que foi prescrito'. Vítor, o gramático, trouxe dois livros e quatro conjuntos de cinco cadernos. Félix, flâmine perpétuo e curador da cidade, disse a Vítor: 'Entregue as escrituras; você tem mais'. Vítor, o gramático, disse: 'Se tivesse mais, entregaria'. E quando

---

[201] *Dolia* (singular *dolium*) eram recipientes bojudos de grandes dimensões (cerca de 400 a 3000 litros) destinados ao armazenamento de produtos alimentícios, como vinho, azeite ou cereais ou mesmo conservas (Funari, 2000: 107; Peña, 2007: 20).

[202] *Orcae* (singular *orca*), eram contenedores bojudos de função semelhante ao dos *dolia*, mas de menor capacidade e, eventualmente, transportáveis (Funari, 2000: 108).

[203] *Proditores*, à diferença de *traditores*, refere-se apenas à entrega dos nomes dos companheiros e, portanto, à traição.

[204] *Sarsor*, aqui traduzido como "mosaicista", é na realidade um *unicum*, embora relacionado às numerosas menções do adjetivo *sarsorius*, sobretudo na expressão *opere sarsorio*, que se refere ao trabalho de elaboração de mosaicos. Não se deve, porém, excluir a possibilidade de que o manuscrito nos tenha transmitido a palavra *sarsor* no lugar de *sartor*, substantivo que designa a profissão de alfaiate (Duval, 2000: 57-60).

chegaram à casa de Eutício, o Cesariense[205], Félix, flâmine perpétuo e curador da cidade, disse a Eutício: 'Traga as Escrituras que você tem, para cumprir o que foi prescrito'. Eutício disse: 'Não tenho'. Félix, flâmine perpétuo e curador da cidade, disse a Eutício: 'Sua declaração constará nas atas'. E quando chegaram à casa de Codeônis, sua esposa trouxe seis livros. Félix, flâmine perpétuo e curador da cidade, disse: 'Procure bem e, se tiver mais, entregue'. A mulher respondeu: 'Não tenho'. Félix, flâmine perpétuo e curador da cidade, disse a Boi, o escravo público: 'Entre e procure para ver se ela não tem mais nada'. O escravo público disse: 'Procurei, mas não encontrei nada'. Félix, flâmine perpétuo e curador da cidade, disse a Vitorino, Silvano e Caroso: 'Vocês estão em apuros se o menor detalhe nos tiver escapado'."

Encerrada a leitura, Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Vítor: "Simplesmente, confesse!"

Vítor respondeu: "Eu não estava presente".

O diácono Nundinário disse: "Vamos ler as cartas dos bispos escritas por Forte e os outros". E procedeu-se à leitura de um exemplar do libelo entregue aos bispos **(19b)** pelo diácono Nundinário: "Cristo e seus anjos são testemunhas de que aqueles com quem estais em comunhão foram entreguistas. Ou melhor: Silvano de Cirta foi um entreguista e ladrão dos bens dos pobres[206]. Vós todos, bispos, presbíteros, diáconos e anciãos[207], tendes pleno conhecimento dos quatrocentos sacos de moedas[208] de

[205] Natural da grande cidade de Cesareia da Mauritânia ou, mais provavelmente, de Cesária ou Cesareia da Numídia, localidade conhecida apenas pela menção de seu bispo *Domnicus Caesariensis* em uma lista episcopal de 484 (Lancel, 2002: 256).

[206] A expressão *fur rerum pauperum* designa aquele que desvia em benefício próprio os bens da Igreja, tidos como bens destinados a ajudar os pobres.

[207] *Seniores*: membros de um grupo de notáveis que aconselhavam os bispos na administração das igrejas africanas (Frend, 1961; Shaw, 1982). No conflito que havia oposto Nundinário a Silvano, os *seniores* são vistos pelos bispos vizinhos como tendo um papel tão importante quanto o clero na mediação entre as partes.

[208] O *follis*, embora também viesse mais tarde a designar uma moeda de bronze específica, era, antes de tudo, um saco selado contendo um número definido de moedas, provavelmente de *nummi* (moedas consideradas como de prata, mas na verdade compostas de bronze banhado a prata). No ano 300, um *follis*/saco equivalia a 12 500 denários (ou 1000 *nummi* de 12,5 denários). Em 301, o valor oficial do *nummus* é redefinido a 25 denários e, desde então, o *follis*/saco deve ter contido 500 *nummi* de 25 denários. Em 308/309, o *nummus* havia sofrido uma forte desvalorização, com a perda de cerca de 22% da prata de sua composição (de acordo com *P. Cairo Isid.* 125). O valor equivalente em ouro de um *follis* nessa mesma época depende das diferenças entre o

Lucila, senhora de dignidade claríssima[209], por causa dos quais vós conjurastes para ordenar Majorino como bispo, provocando o cisma. Pois também Vítor, o pisoeiro[210], na presença de vós e do povo, deu vinte sacos de moedas para ser ordenado padre, como bem sabe Cristo e seus anjos."

E foi lido em voz alta o exemplar de uma carta: "Purpúrio, bispo, a Silvano, seu colega no episcopado, saudações no Senhor. O diácono Nundinário, nosso filho, veio até mim e me pediu que enviasse a ti, santíssimo, esta carta de intercessão para que, se for possível, seja feita a paz entre ti e ele. E isso é o que eu mais quero, para que ninguém saiba o que aconteceu entre nós. Se tu mostrares por escrito esse desejo, eu mesmo poderei ir sozinho até aí para tratar deste assunto e arrancar essa discórdia do meio de vós. Pois Nundinário entregou-me em mãos o libelo em que ele relata o ocorrido e por causa do qual ele foi apedrejado, por ordem tua. Ora, não é certo que um pai castigue o seu filho por dizer a verdade, e eu sei muito bem que tudo o que consta no libelo que me foi entregue é verdade. Busca um remédio para extinguir essa maldade,

---

câmbio oficial e o câmbio médio de mercado. Em 308/309, segundo a tarifa oficial, uma libra de ouro (322,56 g) equivalia a 70 talentos ou 105 000 denários e uma moeda de ouro (*aureus* ou *solidus* de 1/60 de libra) correspondia a 1750 denários. No câmbio do mercado, porém, (atestado pelos papiros egípcios) a libra de ouro podia ser cotada de 92 a 178 talentos (Bagnall, 1985: 28-30, e Jean-Michel Carrié, comunicação pessoal). Segundo a cotação oficial, os 20 *folles* recebidos por Silvano para ordenar o pisoeiro Vítor deviam, portanto, corresponder a cerca de 142 *solidi* ou 2,38 libras de ouro e os 400 *folles* de Lucila a 2857 *solidi* ou 47,61 libras de ouro, embora, na tarifa do mercado, esses valores possam ser reduzidos até pela metade.

[209] Dama cartaginesa de origem hispânica e dignidade claríssima (isto é, senatorial), Lucila havia se tornado inimiga figadal de Ceciliano desde antes da perseguição por ter sido repreendida pelo então arquidiácono por seu costume de beijar a relíquia de um suposto mártir antes de receber a comunhão. Lucila assumiu um papel importante na reação que culminou na deposição de Ceciliano, patrocinando inclusive a eleição de Majorino, um de seus agregados ou mesmo escravo (*domesticus*), como novo bispo da metrópole (Opt. I, 16-19; Aug. *Ep.* 43, 6, 17; *PCBE*, I, p. 649, s.v. *Lucilla 1*).

[210] *Fullo* ("pisoeiro" ou "lavandeiro") designa, antes de tudo, o artesão ou trabalhador encarregado de pisar as roupas ou tecidos em soluções alcalinas, como a urina, antes da lavagem propriamente dita. A profissão, aliás, não consistia apenas na lavagem de roupas usadas como um serviço prestado a usuários individuais como em uma lavanderia. Ao contrário, muitos desses profissionais estavam engajados no trabalho de acabamento de tecidos de lã novos, que deviam ser primeiro desengordurados e depois lavados antes de serem comercializados. Trabalhando por atacado, tais *fullones* serviam às necessidades não de consumidores individuais, mas de profissionais, como tecelões e negociantes de tecidos (Flohr, 2003; Wilson, 2003).

antes que se inflame aquela chama que depois não poderá ser extinta sem o sangue espiritual. Reúne teus clérigos e os anciãos da comunidade, varões da Igreja. Que eles investiguem com diligência as razões dessas discórdias e que façam tudo o que fizerem seguindo os preceitos da fé. Não te inclines à direita, nem à esquerda, e não presta ouvidos favoráveis aos maus conselheiros que não querem a paz. Tu matas a nós todos!" E com outra mão: "Passa bem."

E ainda outro exemplar de uma carta: "Purpúrio, bispo, aos clérigos e anciãos de Cirta, saudações eternas no Senhor! **(20a)** Moisés clama a todo o senado dos filhos de Israel e lhes diz o que o Senhor manda fazer: Que nada seja decidido sem o conselho dos anciãos. Assim também vós, caríssimos, que sei possuírem toda a sabedoria celeste e espiritual, investigai, com todo o vigor, qual é a causa dessa desavença e promovei a paz. Com efeito, diz o diácono Nundinário que vós não ignorais de onde vem a desavença que o opôs a nosso caríssimo Silvano. Pois ele me entregou um libelo no qual tudo isso está por escrito. Portanto, ele o diz e vós não o ignorais. E eu sei que não são palavras sussurradas ao pé do ouvido. Procurai o bom remédio para que essa causa se resolva sem perigo para a vossa alma e para que não aconteça que sejais, de repente, chamados a comparecer em justiça. Com um julgamento justo, julgai entre as partes de acordo com vossa responsabilidade e justiça. Tomai cuidado de não vos inclinardes nem à direita, nem à esquerda: tomai a causa de Deus, que sabe perscrutar os corações de cada um. Esforçai-vos para que ninguém saiba a respeito dessa conjuração. As palavras que constam no libelo, só a vós pertencem. Não é nada bom! Pois diz o Senhor: 'pela tua boca serás condenado e pela tua boca, justificado[211]'."

E foi lido ainda outro exemplar: "Forte ao caríssimo irmão Silvano, saudações eternas no Senhor! Veio até mim o diácono Nundinário, nosso filho, e me contou o que aconteceu entre ele e ti por obra do Maligno, que sempre quer desviar as almas dos justos do caminho da verdade. Ao ouvir isso, meu espírito ficou abatido por ver entre vós tamanha discórdia. De fato, que um sacerdote de Deus chegue a tal ponto, o que não é vantajoso para nós, não aconteça! Agora, então, roga a ele, o que é possível, para que, com ele, a paz de Cristo, nosso Senhor e Salvador, seja feita entre nós e para que não venhamos a público para sermos

[211] Mt. 12, 37.

condenados pelos pagãos. Pois está escrito: 'Vigiai para que não vos aconteça que, enquanto vos dilacerais e disputais mutuamente, não sejais também consumidos mutuamente[212]'. Então, peço ao Senhor que retire do meio de nós esse escândalo para que a obra de Deus possa **(20b)** ser celebrada com ação de graças ao Senhor que diz: 'Minha paz vos dou, minha paz vos deixo[213]'. Que paz pode haver onde está a discórdia, onde estão as rivalidades? Pois quando eu fui pelo soldado <…> separado e me encontrei naquela situação com tal injustiça, a Deus encomendei minha alma (porque Deus vê as mentes dos homens e deles) e te perdoei, ou antes por ti fui conduzido até eles[214]. Mas Deus nos libertou e contigo servimos. Então, da mesma forma que a paz nos foi concedida, também vós deveis nela vos reconciliar para que, em nome de Cristo, possamos com alegria celebrar a paz. Que ninguém saiba!"

"Forte aos irmãos e filhos, ao clero e aos anciãos, saudações eternas no Senhor! Veio até mim meu filho Nundinário, vosso diácono, e contou-me o que foi levantado contra vós, e também o que devia ter sido acordado por vós, para que não se tivesse chegado a tamanha loucura de vermos um homem ser apedrejado por dizer o que tanto vós, quanto nós sabemos que é a verdade, como vós mesmos o dissestes a nós. Está escrito: 'Não há nenhum sábio entre vós que não possa julgar entre os irmãos? Mas um irmão está em processo contra outro irmão, e isso diante dos infiéis![215]' É isso que acontece convosco, quando levais vossa disputa a um processo. Então, é a esse ponto que chegamos, para que os pagãos, a quem devíamos dar um exemplo tal que eles, por meio de nós, acreditassem em Deus, agora nos maldigam quando levarmos a público nossa disputa? Portanto, para que isso não aconteça, vós, que sois espirituais, fazei de tudo para que ninguém saiba e para que possamos, em paz, celebrar a Páscoa[216]. Exortai-os à reconciliação na paz e que não haja discórdia, para que não aconteça que, quando tivermos vindo a público, vós também

[212] Gl. 5, 15.
[213] Jo. 14, 27.
[214] Passagem lacunar e obscura. Não é possível nem mesmo compreender a situação ou a quais eventos Forte se refere.
[215] I Cor. 6, 5-6.
[216] A referência à proximidade da festa da páscoa, no início da primavera no hemisfério norte, mostra que Nundinário havia iniciado sua campanha com a divulgação de seu panfleto durante o inverno de 319-320, ou mesmo no inverno anterior, caso se considere demasiado curto o prazo que se estende do fracasso das tentativas de reconciliação e o julgamento diante do tribunal do governador em 13 de dezembro de 320.

comeceis a periclitar se isso for feito, e depois vos lamenteis. Concede sobretudo tua atenção, ó Donácio, fazendeiro[217], e cada um de vós padres, Valério e Vítor, que conheceis os atos, prestai atenção a esse assunto para que a paz esteja convosco!"

E foi lido ainda outro: "[Sabino ao irmão Silvano], **(21a)** saudações eternas no Senhor! Teu filho Nundinário veio até nós, não só a mim, mas também a nosso irmão Forte, e nos pôs a par de uma grave querela. Admiro-me de que Tua Gravidade possa ter agido assim com teu filho, a quem alimentaste[218] e ordenaste! Se o edifício terrestre foi assim estruturado, não pode ser acrescentado nada de celeste que pela mão do sacerdote seja edificado? Mas tu não te admiras do que diz a escritura: 'Destruirei a sabedoria dos sábios e repreenderei a prudência dos prudentes[219]'. E ainda: 'Os homens amaram mais as trevas do que a luz[220]', como fazes. Baste a ti saberem de tudo! Além do que nosso irmão Forte já te escreveu, pedirei agora que Tua Caridade, irmão benigníssimo, suplemente o que diz o profeta Isaías: 'Expeli a maldade de vossas almas, vinde e discutamos, diz o Senhor'. E ainda: 'Arrancai o mal de vosso meio[221]'. Assim, faz tu também: subjuga e afasta a rebelião daqueles que não quiseram que fosse feita a paz entre ti e teu filho. Mas que teu filho Nundinário celebre a Páscoa em paz contigo, para que a causa não venha a público depois de ter sido conhecida de todos nós. Rogarei a ti, irmão benigníssimo, para que completes o pedido de minha mediocridade. Que ninguém saiba!"

E foi lido ainda outro: "Sabino ao irmão Forte, saudações eternas no Senhor! Sei muito bem o que é o amor entre todos os colegas, mas segundo a vontade de Deus que diz: 'a alguns amo acima de minh'alma'[222], estou certo que Silvano te é particularmente caro. Por essa

[217] *Possessor Donatius*: referência provável a um laico proprietário de terras, tido como garante dessa tentativa de reconciliação talvez precisamente em função da honorabilidade de sua condição (cf. Duval, 2000: 182-183).
[218] *Nutristi*: alimentado pelo bispo em sentido metafórico (educado na palavra divina), mas talvez também em sentido próprio, se compreendemos nas palavras de Sabino uma alusão ao modo como Nundinário fora criado por Silvano como um filho.
[219] I Cor. 1, 19.
[220] Jo. 3, 19.
[221] Is. 1, 16-18.
[222] A passagem citada não corresponde a nenhum dos livros canônicos. Maier (1987: 229) identifica um paralelo com a *Didaquê* 2, 7 (*Neminem hominum oderis, quosdam amabis*

razão, não hesitei em te enviar estes escritos, porque eu mesmo fiz com que teus escritos sobre Nundinário fossem dados a ele e porque quem age com diligência, sempre o faz por inspiração de Deus. Que tu não pretendas nenhuma desculpa. Pois nossa ocupação nos pressiona nesses dias e nos leva a tratar disso, sem a menor hesitação, antes da mais solene **(21b)** festa da Páscoa para que, por teu intermédio, seja feita a mais rica paz. Assim nos veremos como dignos co-herdeiros de Cristo, que disse: 'Minha paz vos dou, minha paz vos deixo'[223]. E ainda peço mais uma vez que o faças tu. – E com outra mão: Desejo que passes bem no Senhor e que te lembres de nós. Passa bem, mas peço-te, que ninguém saiba!"

Terminada a leitura, Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "pelos autos e pelas cartas que foram lidos em voz alta pode-se constatar que Silvano foi um entreguista". E disse a Vítor: "Confesse simplesmente se você sabia que ele tinha entregado alguma coisa".

Vítor disse: "Entregou, mas eu não estava presente".

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "Naquela época, qual era a função de Silvano no clero?"

Vítor disse: "Quando Paulo era bispo, a perseguição começou e Silvano era um subdiácono".

Nundinário respondeu: "E quando chegou o momento, diz-se, de se escolher o novo bispo, o povo[224] respondeu: 'Queremos outro! Ouvi-nos, ó Deus!'"[225]

---

super animam tuam), enquanto Rizzotti (2016: 18) a aproxima de I Jo. 4, 9-10. Edwards (1997: 161) sugere tratar-se da citação de um evangelho apócrifo.

[223] Jo. 14, 27.

[224] *Populus*: em toda essa passagem do interrogatório de Vítor, *populus* designa ou uma parte (por oposição aos notáveis, os *seniores*), ou o conjunto dos opositores de Silvano, mas é sempre colocado em paralelo com o *ciuis noster* que esse grupo reclama como bispo. Trata-se, portanto, daquela parte da comunidade que sente o orgulho de se identificar como os cidadãos ou habitantes originários da colônia de Cirta, por oposição aos estrangeiros, ou ainda os originários de seu núcleo urbano por oposição aos camponeses. A palavra será utilizada depois pelo coveiro Saturnino num sentido diferente, que obrigará o diácono Nundinário a uma correção.

[225] Primeira citação literal de uma aclamação do povo feita pelo diácono Nundinário, que voltará à carga logo em seguida. Como observa Jill Harris (1999: 75), essas passagens "comprovam que o registro das aclamações não era uma formalidade vazia e que o que era afirmado pelo povo poderia ser citado como tendo autoridade num

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Vítor: "O povo disse: 'Silvano entreguista!'?"

Vítor disse: "Eu mesmo lutei <não fosse> bispo".

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Vítor: "Então, você sabia que ele era um entreguista? Confesse!"

Vítor respondeu: "Foi um entreguista".

Nundinário disse: "Vocês, anciãos, clamavam: 'Ouvi-nos, ó Deus! Queremos nosso concidadão! Esse aí é um entreguista!'"

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse disse a Vítor: "Então você clamou com o povo que Silvano era um entreguista e não deveria ser feito bispo?"

Vítor disse: "Clamei eu e o povo. Pois nós pedíamos um dos nossos concidadãos, um homem íntegro[226]."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse disse: "Por que motivo vocês pensavam que ele não o merecia?"

Vítor disse: "Pedíamos alguém que fosse íntegro e nosso concidadão. Bem que eu sabia que nós acabaríamos no tribunal dos imperadores, quando confiamos em tais pessoas!"

Do mesmo modo, foram introduzidos e apresentados os coveiros Vítor, filho de Samsúrico, e Saturnino. Zenófilo, **(22a)** varão claríssimo e consular, disse: "Como você se chama?"

Respondeu: "Saturnino".

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "Qual é a sua condição?"

---

contexto jurídico". A prática do registro literal das aclamações se tornaria cada vez mais comum na Antiguidade Tardia, mas é interessante notar que a tendência já estava em curso antes mesmo das iniciativas de Constantino e seus sucessores que incentivaram o envio à corte imperial do registro das aclamações feitas pelos habitantes das províncias (*Cod. Theod.* I, 16, 1 [331]; VIII, 5, 32 [371]; Roueché, 1984).

[226] *Ciuis* aqui se refere quer ao possuidor da cidadania local, quer, mais simplesmente, ao habitante natural da cidade. Nas palavras do gramático Vítor, um dos notáveis da comunidade, mas que havia sido ele mesmo um *traditor*, a verdadeira razão da rejeição de seu grupo à candidatura de Silvano parece ter sido sua condição de "estrangeiro" e o fato de não ser considerado, pelos notáveis, um "homem de bem".

Saturnino respondeu: “Coveiro”.

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: “Você sabia que Silvano era um entreguista?”

Saturnino disse: “Sei que entregou uma lamparina de prata”.

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: “O que mais?”

Saturnino disse: “Não sei de mais nada, só que tirou ela de trás da arca”.

E tendo sido retirado Saturnino, Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse disse à testemunha restante: “Como você se chama?”

Respondeu: “Vítor, filho de Samsúrico”.

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: “Qual é a sua condição?”

Vítor disse: “Sou artesão[227]”.

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: “Quem entregou a tabuinha de prata?”

Vítor disse: “Não vi; o que sei, eu digo.”

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Vítor: “Das respostas dos interrogados precedentes, já se pode concluir isso, mas é preciso que você também confesse se Silvano foi um entreguista.”

Vítor disse: “Quando o primaz Segundo <perguntou>[228] como ele tinha evitado isso, que nós fôssemos conduzidos para Cartago, eu ouvi do

---

[227] À diferença de Saturnino, Vítor, filho de Samsúrico, não se define, em primeiro lugar, como um coveiro, mas como um artesão (*artifex*). Essa é, talvez, mais uma indicação de que os coveiros mobilizados pelo bispo de Cirta não eram empregados exclusivos da Igreja, podendo inclusive exercer outras profissões.

[228] No manuscrito de Cormery: *secundo petato/quomodo*, frase incompreensível que Yvette Duval (2000: 160-168) propõe corrigir em *Secundo p[rima]to […interrogante* ou *dicente] quomodo*. A identificação de *Secundo* como um antropônimo, designando precisamente o bispo primaz da Numídia, proposta por Duval, tem sido aceita sem dificuldade, mas a correção de *petato* em *primato* suscitou o ceticismo de muitos comentadores, pois aparenta substituir um barbarismo por outro (Lancel, 2002; Mattei, 2002). No entanto, como ressaltou Paul Mattei (2007: 981), embora a forma latina mais comum nessa época para o título de bispo primaz fosse *primas* e não *primatus*, essa última forma é também mencionada em uma das cartas novas de Agostinho (Aug. *Ep. Divjak* 20*, 12) e sua restituição no manuscrito dos *Gesta*, no caso gramatical conveniente, não deve, por isso, suscitar objeção. Edwards (1197: 163) adota uma

próprio bispo: 'deram-me uma lamparina de prata e uma caixa de prata e essas eu entreguei'."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Vítor, filho de Samsúrico: "De quem você ouviu?"

Vítor disse: "Do bispo Silvano".

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Vítor: "Você ouviu dele mesmo que tinha entregado?"

Vítor disse: "Eu ouvi dele mesmo que, com suas próprias mãos, tinha entregado aquelas".

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "Onde você ouviu isso?"

Vítor disse: "Na basílica[229]".

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "Em Constantina?"

Vítor disse: "Sim, foi aí que ele começou a falar ao povo dizendo: 'Por que é que me chamam de entreguista? Por entregar uma lamparina e uma caixa?'"

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Nundinário: "Sobre o que mais você julga que ele deve ser interrogado?"

Nundinário disse: "Sobre os tonéis do fisco[230], quem carregou?"

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Nundinário: "Que tonéis?"

---

leitura alternativa e compreende *Secundo* como uma deformação de *Silvano*, mas a pergunta do governador em seguida perderia o sentido se o nome de Silvano já tivesse sido mencionado na fala do coveiro Vítor. Rizzotti (2016: 18) corrige *petato* em *petitus* e traduz *Secundo petitus* como "Quando foi perguntado a Segundo".

[229] *Basilica* era um termo usado, no mundo romano, para designar um grande edifício retangular com pórticos interiores e exteriores, servindo como tribunal, bolsa de comércio e lugar de passeio. No uso cristão, a palavra foi utilizada para designar uma igreja por sua conotação de "lugar de reunião" (Mohrmann, 1952; Riggs, 2006). Sua menção pela testemunha é uma prova de que a terminologia já era adotada desde o início do século IV. Ela, talvez, também nos permita situar o pronunciamento de Silvano diante do povo e na presença do bispo primaz não no momento de sua consagração (como propõe Duval, 2000: 154-168), mas anos depois, quando as basílicas confiscadas por ocasião da perseguição já haviam sido restituídas.

[230] *Cupae fisci*: tonéis contendo vinagre ou vinho avinagrado reservados para pagamento ao tesouro imperial de um imposto in natura (Millar, 1977: 199, n. 73).

Nundinário disse: **(22b)** "Foram até o templo de Serápis[231] e de lá o bispo Purpúrio carregou. O vinagre[232], que encontraram, quem carregou foi o bispo Silvano, o padre Dôncio e o Luciano".

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Nundinário: "Eles sabem desses fatos, os que estão aqui presentes?"

Nundinário disse: "Sabem".

Tendo sido reintroduzido, Saturnino[233] disse: "Os nossos superiores[234] diziam que tinham sido levados".

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse "Diziam terem sido levados por quem?"

---

[231] Divindade cultuada no Egito a partir do período ptolomaico e difundida na África, a partir de Cartago, provavelmente por mercadores alexandrinos (Rives, 1995: 64-65). Numerosas inscrições dedicadas às divindades egípcias Ísis e Serápis foram encontradas na Numídia, mas só uma em Cirta (Rizzotti, 2016: 89-90). Como o templo de Saturno em Roma, os templos no mundo romano podiam abrigar depósitos e tesouros pertencentes ao fisco; daí a referência aos "tonéis do fisco" desviados pelos bispos Purpúrio, Silvano e seus companheiros. A existência de bens destinados ao tesouro imperial no templo de Serápis permitia a Nundinário classificar esse ataque como um crime comum, mas é possível que a divisão do produto do saque entre os clérigos fosse apenas uma consequência de um conflito propriamente religioso, talvez como retaliação à perseguição sofrida pelos cristãos. Segundo essa interpretação, proposta por Henry Chadwick (2001: 384), nós teríamos aqui uma evidência de "um pequeno mas duro núcleo de crentes militantes empenhados na violência contra santuários pagãos".

[232] *Acetum*: vinagre ou vinho avinagrado consumido como bebida. A mistura de vinagre (ou vinho acre) e água (*posca*) era uma bebida típica dos soldados, das classes populares e dos escravizados e foi provavelmente a bebida oferecida em uma esponja a Jesus na cruz, antes de expirar, segundo os evangelhos (Jo. 19, 28-30; Lc 23, 36-37).

[233] *Inductus Saturninus*: a leitura transmitida pelo manuscrito, *diaconus Saturninus*, é claramente um erro de cópia, pois, dada a dinâmica da audiência, é improvável, para não dizer impossível, que uma nova testemunha tivesse começado a depor sem ter sido interrogada pelo governador sobre seu nome, ocupação e posição social. É muito mais provável, como propõe Duval (2000: 44-49), que o mesmo coveiro Saturnino, após ter sido retirado, tivesse retornado para continuar o depoimento. Essa é a razão da correção proposta por Duval e aqui adotada.

[234] *Maiores*: a maioria dos tradutores e comentadores desta passagem interpretam o termo *maiores* com o sentido de "antepassados", mas, como nota Rizzotti (2016: 91), isso parece estranho em se tratando de um evento recente. O termo *maiores*, porém, designa também as autoridades superiores numa hierarquia de poderes (*ThLL*, VIII, s.v. *magnus*, col. 130-132). É, portanto, provável que Saturnino se refira aqui aos maiores na hierarquia eclesiástica.

Saturnino disse: "Pelo bispo Purpúrio; e o vinagre, por Silvano e pelos padres Dôncio e Supério e pelo diácono Luciano".

Nundinário disse: "Não é verdade que Vítor deu vinte sacos de moedas e foi feito padre?"

Saturnino disse que sim. E em seguida, Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Saturnino: "A quem ele deu?"

Saturnino disse: "Ao bispo Silvano."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Saturnino: "Então, para ser feito padre, ele deu de presente a Silvano vinte sacos de moedas?"

Saturnino disse: "Deu."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Saturnino: "Foram colocados diante de Silvano?"

Saturnino disse: "Diante da cátedra dos bispos[235]."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Nundinário: "Quem ficou com o dinheiro?"

Nundinário disse: "Os mesmos bispos dividiram entre eles".

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Nundinário: "Você quer que Donato[236] compareça?"

Nundinário disse: "Sim, que venha aquele a respeito de quem o povo clamou dois dias depois da paz[237]: 'Ouvi-nos, ó Deus! Queremos nosso concidadão!'"

---

[235] A mesma cena é descrita por Casto, na sequência do julgamento, como tendo ocorrido numa *casa maior*. A existência de uma cátedra episcopal nesse contexto indica que, qualquer que fosse esse edifício, ele servia como local de reunião da comunidade nos primeiros tempos do episcopado de Silvano, talvez como igreja provisória, se consideramos que, segundo Optat. I, 14, as basílicas confiscadas durante a perseguição não haviam ainda sido restituídas.

[236] Como apresentado em seguida, trata-se do concorrente derrotado na eleição que elevou Silvano ao episcopado de Cirta.

[237] A tradução aqui adotada parte da correção, amplamente adotada pelos editores, da expressão *biduo post pare* em *biduo post pacem*: "dois dias após a recuperação da paz (religiosa)", isto é, o fim da perseguição. A proposta, no entanto, tem suscitado questionamentos. Routh (1883: 332) propôs corrigir *pare* em *pascha*, o que implicaria na tradução "dois dias após a páscoa". Edwards (1997: 165) crê que uma referência a "dois

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Nundinário: "Tem certeza de que o povo clamou por isso?"

Nundinário disse: "Clamou."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Saturnino: "Clamou que Silvano era um entreguista?"

Saturnino disse: "Sim."

Nundinário disse: "Quando ele foi feito bispo, nós não ficamos em comunhão com ele, porque se dizia que ele tinha sido um entreguista."

Saturnino disse: "O que ele diz, é verdade."

Nundinário disse: "Eu vi que Mudo, o gladiador[238], o carregou nos ombros!"

---

dias após a paz de Maxêncio" teria pouco sentido para um cristão de Cirta e entende, portanto, ambas as possibilidades ("após a paz" ou "após a páscoa") como se referindo a uma cerimônia religiosa. Duval (2000: 131-137) propõe a correção de *biduo post pace* em *biduo post parem*, entendendo *biduo* como um ablativo durativo ("durante dois dias") e *parem* como uma referência ao candidato adversário de Silvano (*par*). Traduzir a expressão como "durante dois dias diante do competidor", no entanto, implicaria em uma paráfrase muito desenvolvida para uma expressão tão condensada (Mattei, 2002). A passagem permanece um *locus nondum sanatus.*

[238] A palavra *(h)arenarius*, aqui traduzida como "gladiador", pode designar tanto o trabalhador ocupado em recolher areia, como os profissionais da arena. O espanto do governador diante desta menção indica que devemos pensar nesse último significado. Para Duval (2000: 110, n. 1), entretanto, a palavra designaria apenas um trabalhador responsável pela manutenção da arena, mas como Jiménez Sánchez (2011: 97) observa, os glossários que recolhem o uso deste vocábulo em outras fontes antigas, tanto literárias como jurídicas, não deixam dúvidas de que se trata propriamente de um combatente do anfiteatro, como um gladiador ou caçador (Du Cange, 1883-1887, t. I, col. 377b, s.v. *Arenarii*; *ThLL*, VI, 3, s.v. *harenarius*, col. 2531-2532). Assim, Tert. *Spect.* 22 associa os *harenarii* aos atores e aurigas e *Cod. Iust.* 3, 28, 11 (a. 224) compara o condenado à arena ao indivíduo que se tornou *harenarius* por vontade própria (*sua sponte harenario consituto*). Esse, aliás, não é o único caso atestado da atuação de *(h)arenarii* em uma eleição episcopal. Em 366, em Roma, Dâmaso mobiliza os *arenarii*, os aurigas do circo, os coveiros, uma parte do clero e uma multidão da plebe contra os partidários de seu adversário Ursino (*GestLibFel*, 5), mas aqui também os estudiosos se dividem entre os que veem nos referidos *arenarii* apenas empregados associados à manutenção, nesse caso do circo (Pietri, 1976: 497-414), e os que os compreendem como verdadeiros gladiadores (Jiménez Sánchez, 2011: 105-106). A dificuldade de muitos estudiosos em admitir a presença de combatentes do anfiteatro em eleições episcopais se deve à condenação explícita da Igreja, desde a *Tradição Apostólica* de Hipólito (16), que proibia a participação de gladiadores, como de outros profissionais do espetáculo,

Zenófilo, varão claríssimo **(23a)** e consular, disse a Saturnino: "Aconteceu isso mesmo?"

Saturnino disse: "Sim."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "É tudo verdade o que diz Nundinário, que Silvano foi feito bispo por gladiadores?"

Satunino disse: "É verdade."

Nundinário disse: "As prostitutas[239] também estavam lá!"

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Saturnino: "Os gladiadores o carregaram mesmo?"

Saturnino disse: "Eles carregaram ele e o povo[240] também carregou. Porque os cidadãos foram trancados na área dos mártires[241]."

---

nas assembleias cristãs (*Qui est gladiator uel docet eos qui sunt inter gladiatores pugnare, uel uenator qui est in uenatione, uel publicus qui est in re gladiatoria, uel cesset uel reiciatur*). Contudo, outros textos sugerem que, embora a integração dos profissionais do espetáculo colocasse problemas aos responsáveis religiosos, sua conversão ao cristianismo na mesma época da eleição de Silvano não era menos real: o Concílio de Arles de 314, por exemplo, teve que debater qual atitude os bispos deveriam tomar em relação aos aurigas do circo e aos atores do teatro *qui fideles sunt* (Opt. *App*. IV, *CSEL* 26, p. 207-208).

[239] A menção a um grupo de *prostibulae* nessa passagem é claramente polêmica. É verdade que Nundinário pode ter-se referido a um grupo de prostitutas convertidas ou, com maior probabilidade, de atrizes, profissão muitas vezes associada, de maneira pejorativa, à prostituição (o que explicaria o paralelo com os *harenarii*, enquanto profissionais do mesmo mundo dos espetáculos). Contudo, é provável que o termo tenha sido usado, à maneira de outros panfletários cristãos como o autor da *PaDon*, 4, como uma forma de condenar um grupo de mulheres cujo único erro teria sido o de tomar ativamente o partido de Silvano.

[240] Ao contrário do depoimento do gramático Vítor, na fala do coveiro Saturnino *populus* designa os partidários de Silvano, por oposição aos *ciues*. Trata-se, portanto, de uma multidão que os adversários de Silvano não reconheciam como "cidadãos" plenos de Cirta. A expressão, que, de todo modo, acaba por demonstrar que Silvano tinha um apoio expressivo no momento de sua eleição, obriga o diácono Nundinário a contornar os efeitos dessa declaração logo a seguir.

[241] *Area martyrum*: a expressão foi durante muito tempo interpretada como designando um "cemitério de mártires" (com base no significado funerário especificamente cristão que se atribuía à palavra *area*). No entanto, a ausência de qualquer evidência (tanto textual, como arqueológica) sobre a instituição de cemitérios especificamente cristãos no período tem levado os estudiosos a proporem outras interpretações. Éric Rebillard (1996) observa que a palavra *area* não assume o significado de "cemitério" no vocabulário cristão africano, mas mantém o seu significado atual de "área, lugar" e,

Nundinário disse: "Então quer dizer que o povo de Deus[242] estava aí?"

Saturnino disse: "Estava trancado na capela maior[243]".

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "Tem certeza de que tudo o que disse Nundinário é verdade?"

---

mesmo quando aplicada a um contexto funerário específico, não designa um cemitério comunal, mas apenas um recinto funerário. Yvette Duval (2002: 112, 426-457) chega mesmo a propor uma correção do manuscrito, compreendendo a expressão *in area martyrum* como apenas uma deformação gráfica de *in casa maiore*. Essa alternativa, porém, implica uma dupla correção que não se justifica por qualquer deformação habitual no processo de cópia dos manuscritos (como observam Lancel, 2002; Mattei, 2002; Simonetti, 2002). A melhor solução, como observa Rebillard (1996: 184), talvez seja simplesmente considerar a expressão *area martyrum* como um topônimo "em que *area* designa um lugar e *martyrum*, o que distingue esse lugar de outro, aqui a presença de sepulturas santas ou a memória do lugar onde os mártires sofreram a paixão". Note-se que, nos dois casos, a eleição de Silvano deve ser situada nos subúrbios da cidade.

[242] *Populus Dei*: a expressão designa literalmente "o povo fiel", os cristãos da cidade. Contudo, num contexto polêmico, dizer-se o *populus Dei* pode ser a forma de um grupo específico da comunidade ou de um partido se afirmar como o *verdadeiro* "povo fiel". Esse é exatamente o caso dos partidários de Ursino durante a controversa sucessão episcopal em Roma em 366, que se dizem o "povo de Deus" por oposição à "multidão ignorante" (*GestLibFel*, 5; Pietri 1976: 407-414). Do mesmo modo, nesta passagem, Nundinário parece querer minimizar a fala de Saturnino, indicando que, ainda que a multidão que carregou Silvano em triunfo fosse a maioria, ela não poderia legitimar a eleição do novo bispo, porque, aos seus olhos, ela não poderia ser identificada como o verdadeiro "povo fiel".

[243] *Casa maior*: a palavra latina *casa* designava, de início, uma choça, barraca ou cabana e, depois, uma edificação rural de pequeno porte. Ainda no século VI, Isidoro de Sevilha precisava que *casa est agreste habitaculum palis atque uirgultis harundinibus contextum, quibus possint homines tueri a frigoris uel caloris iniuria* (Isid. *Orig*. XV, 12, 1). É só no século VII que a palavra passa a ser aplicada também a uma boa construção urbana, como na expressão *casa regis* atestada nas leis lombardas, e só no século VIII passa a designar uma igreja, na expressão *casa Dei* (Du Cange, 1883-1887, t. II, col. 197c, s.v. *casa*). Em vista disso, a maioria dos comentadores de nosso documento compreendeu a expressão *casa maior* como uma construção improvisada como local de reunião da comunidade cristão num momento em que as basílicas haviam sido confiscadas e talvez mesmo como a maior de duas capelas situadas na área dos mártires (e.g. Monceaux, 1912: 34; Rizzotti, 2016: 96). Yvette Duval (2000: 373-382), ao contrário, excluiu o contexto funerário ou suburbano junto com a correção da expressão *area martyrum* e defendeu que *casa maior* seria apenas um outro nome para a igreja principal de Cirta devido à presença de uma cátedra episcopal nesse edifício no início do episcopado de Silvano (ver *supra* nota 234). O argumento, porém, é insustentável, não apenas porque depende de uma correção contestável do manuscrito, mas também porque não existe nenhuma atestação da palavra *casa* para designar uma igreja nesse período e menos ainda a igreja principal de uma cidade.

Saturnino disse: “É verdade.”

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: “E você, o que diz?”

Vítor disse: “É tudo verdade, senhor.”

Nundinário disse: “O bispo Purpúrio ficou com cem sacos de moedas[244].”

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Nundinário: “A propósito dos quatrocentos sacos de moedas, quem você julga dever ser interrogado?”

Nundinário disse: “Que o diácono Luciano compareça, porque ele, sim, sabe de tudo.”

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: “E esses, sabem?”

Nundinário disse: “Não sabem.”

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: “Que Luciano compareça!”

Nundinário disse: “Eles sabem que os quatrocentos sacos de moedas foram recebidos, mas não sabem que os bispos os dividiram entre eles.”

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Saturnino e Vítor: “Vocês sabem que o dinheiro foi recebido das mãos de Lucila?”

Saturnino e Vítor disseram: “Sabemos.”

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: “Os pobres não receberam nada?”[245]

---

[244] 100 *folles* = 710 *solidi* ou 11,9 libras de ouro.

[245] *Pauperes*, os pobres, um termo, porém, muito amplo que podia incluir tanto os pobres permanentes, como conjunturais, tanto mendigos, como trabalhadores assalariados, pequenos comerciantes ou artesãos independentes (Pietri, 1983). No contexto da questão colocada pelo governador, o termo se refere a todos os possíveis beneficiários da caridade organizada pela Igreja cristã. Já no século II, Justino Mártir testemunha a prática de uma coleta voluntária de dinheiro que era depositada junto ao presidente da assembleia dominical para socorrer os órfãos e viúvas da comunidade, os doentes e todas as pessoas pobres, tanto residentes locais como estrangeiros (Iust.Phil. *Apol.* 1, 67). No século III, essas distribuições já eram firmemente controladas pelo bispo. Em Cartago, por exemplo, o bispo Cipriano dirigia recursos da Igreja aos membros mais pobres de sua comunidade, mas apenas àqueles que se mantinham fiéis durante a perseguição de Décio (Cypr. *Epp.* 22, 2; 5, 1; 7; 10, 5 e 14, 2). Sobre o controle das distribuições caritativas pelo bispo, ver Brown (2002: 24-26).

Disseram: “Ninguém recebeu nada.”

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Saturnino e a Vítor: “E do templo de Serápis, nada foi levado?”

Saturnino e Vítor disseram: “Purpúrio levou os tonéis e o bispo Silvano, os padres Dôncio e Supério e o diácono Luciano levaram o vinagre.”

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: **(23b)** “Pelo depoimento de Vítor, o gramático, de Vítor, filho de Samsúrico, e de Saturnino ficou claro que tudo o que disse Nundinário é verdade. Que sejam retirados e dispensados.”

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: “Quem mais você julga dever ser interrogado?”

Nundinário disse: “O diácono Casto, para que diga se ele não é um entreguista; pois foi ele quem o ordenou.[246]”

Tendo sido introduzido e apresentado o diácono Casto, Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: “Como você se chama?”

Respondeu: “Casto.”

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Casto: “Qual é a sua condição?”

Casto disse: “Não tenho nenhuma posição importante[247].”

---

[246] Como observa Rizzotti (2016: 100), “a frase de Nundinário é fortemente alusiva: os sujeitos e os objetos ou são omitidos ou são substituídos por pronomes”. Poderíamos desenvolver a frase latina em: *[Puto esse interrogandum] Castum diaconum, ut dicat, si [*sc. *Siluanus] non est traditor; ipse [*sc. *Siluanus] illum [Castum] ordinauit*, e traduzi-la desta forma: “Creio que o diácono Casto deve ser interrogado, para que diga se Silvano não é um entreguista; pois foi Silvano quem ordenou Casto [como diácono]”. Preferi, no entanto, manter o caráter alusivo da fala, que reproduz a imediatez da linguagem coloquial.

[247] Literalmente: “não tenho nenhuma dignidade” (*nulla dignitate habeo*). A resposta de Casto parece, porém, incoerente, porque ao ser questionado sobre sua *condicio*, isto é, profissão ou ocupação, responde sobre sua *dignitas*, status social ou posição de prestígio. É possível que o copista tenha saltado as linhas em que Casto respondia sobre sua *condicio* e em que o governador lhe perguntava sobre sua *dignitas*, mas não há nenhum traço no manuscrito dessa lacuna (Rizzotti, 2016: 100).

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Casto: "Das confissões precedentes de Vítor, o gramático, e também de Vítor, filho de Samsúrico, e de Saturnino, pode-se concluir que as acusações de Nundinário foram confirmadas. No entanto, você também deve confessar se sabe que Silvano foi um entreguista."

Casto respondeu: "Diziam que ele tinha encontrado uma lamparina atrás da arca."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Casto: "Confesse também que os tonéis e o vinagre foram levados do templo de Serápis."

Casto respondeu: "O bispo Purpúrio levou os tonéis."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "E quem levou o vinagre?"

Casto respondeu que o bispo Silvano e os padres Dôncio e Supério levaram o vinagre.

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Casto: "Confesse quantos sacos de moedas Vítor deu para ser feito padre."

Casto disse: "Entregou, senhor, uma bolsa, mas o que tinha dentro eu não sei."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Casto: "A quem foi dada essa bolsa?"

Casto disse: "Ele a levou até a capela maior".

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Casto: "O dinheiro não foi dividido com o povo?"

Casto disse: "Não foi dado, nem vi nada."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Casto: "Do dinheiro que Lucila deu, o povinho[248] não recebeu nada?"

Casto disse: "Não vi ninguém receber."

[248] *Populus minutus*: a parte mais humilde do povo, a plebe mais ínfima, os mais pobres. A expressão, que se tornará corrente na Idade Média e dará origem ao francês *menu peuple* e ao italiano *popolo minuto* (Menant, 2019), aparece já em Petr. *Satyr.* 44, 3 numa passagem em que Ganimedes, um ex-escravo empobrecido, queixa-se da carestia que faz o *populus minutus* sofrer.

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Casto: "Com quem então ficou esse dinheiro?"

Casto disse: "Não sei."

(24a) Nundinário disse: "Diga também se ouviu ou viu se por acaso foi dito aos pobres: Lucila também fez uma doação de seus bens para vocês."

Casto disse: "Não vi ninguém receber."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "É evidente pela confissão de Casto que ele ignora se o dinheiro que Lucila doou foi dividido com o povo". E foi em seguida retirado.

Do mesmo modo, tendo sido introduzido e apresentado o subdiácono Crescentiano, Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "Como você se chama?"

Respondeu: "Crescentiano."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Crescentiano: "Como os outros, simplesmente confesse se você sabia que Silvano era um entreguista."

Crescentiano disse: "Os antigos, isto é, os que eram clérigos, esses, então, nos contaram isso."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Crescentiano: "O que contaram?"

Crescentiano disse: "Diziam que ele era um entreguista."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Crescentiano: "Disseram mesmo que ele era entreguista?" E acrescentou: "Quem dizia?"

Crescentiano disse: "Os que viviam em sua companhia na comunidade[249] disseram que, uma vez, ele entregou."

[249] *In plebe*: a palavra *plebs* é utilizada aqui em seu sentido de comunidade cristã local. O termo, tal como aparece já em Cypr. *Ep.* 63, conserva porém uma ambiguidade que divide os estudiosos: Cipriano se refere à *plebs in ecclesia constituta* como a totalidade da comunidade dos cristãos católicos enquanto beneficiários da salvação de Cristo. Mas quando a contraposição é entre o bispo e a *plebs*, esta última compreende apenas os

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Crescentiano: "Falavam de Silvano?"

Crescentiano disse: "Sim."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Crescentiano: "Quando ele foi feito bispo, você estava presente?"

Crescentiano disse: "Estava presente com o povo e fui trancado na capela maior."[250]

Nundinário disse: "Foi aquela gente do campo[251] e os gladiadores que o fizeram bispo!"

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Crescentiano: "É verdade que Mudo, o gladiador, o carregou?"

Disse: "É claro!"

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Crescentiano: "Por acaso você sabe se os tonéis do templo de Serápis foram carregados?"

Crescentiano disse: "Muitos diziam que o próprio bispo Purpúrio carregou os tonéis e o vinagre, que foi entregue ao nosso ancião[252] Silvano. Os filhos de Elião também diziam isso."

---

laicos ou também o clero? A primeira posição é a de Faivre (1999), a segunda a de Duval (2005), enquanto que Mattei (2007) propõe uma interpretação caso a caso, a depender do contexto. No caso desta passagem, é possível que Crescentiano se refira a todos os cristãos da comunidade de Cirta que conviviam com Silvano, independente de serem clérigos ou laicos.

[250] Frase ambígua: é possível entender que a testemunha estava trancada com o povo dentro da capela ou que, estando com o povo, foi em seguida trancada na capela com a minoria de recalcitrantes que se recusaram a aceitar Silvano como bispo.

[251] *Campeses* ou *campenses*: palavra muito raramente atestada, mas derivada de *campus*, o que explica sua tradução como "camponeses" ou "habitantes do campo", como o fizeram a maioria dos comentadores (assim, Lancel, 1967; Pietri, Duval, Pietri, 1992: 376; cf. *ThLL*, III, s.v. *campensis*: *qui in campis habitant*). Uma alternativa foi proposta por Albert de Veer (1969: 308-309), para quem *campus* deveria ser compreendido na acepção de campo de batalha, de caça ou de exercícios, o que faria desses *campenses* empregados do circo semelhantes aos *harenarii* que apoiaram a eleição de Silvano. O primeiro significado, no entanto, me parece o mais provável, primeiro porque o sentido agrícola de *campus* tendia a se tornar seu significado predominante e, em segundo lugar, porque a expressão de Nundinário parece ser aqui uma forma de qualificar o mesmo grupo que Saturnino definiu como *populus* e, portanto, uma multidão.

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Crescentiano: **(24b)** "O que você ouviu?"

Crescentiano disse: "O vinagre foi levado pelo ancião Silvano e pelos padres Dôncio e Supério e pelo diácono Luciano."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Crescentiano: "Dos 400 sacos de moedas que Lucila doou, o povo recebeu alguma coisa?"

Crescentiano disse: "Ninguém recebeu nada disso. Eu não sei nem a quem foram dados."

Nundinário disse: "Nenhuma velhinha[253] recebeu alguma coisa?"

Crescentiano disse: "Nada."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "É verdade que todas as vezes que alguma quantia é doada todos os populares recebem publicamente?"

Crescentiano disse: "Não ouvi, nem vi que esse dinheiro tivesse sido dado a ninguém."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Crescentiano: "Então, dos 400 sacos de moedas, nada foi dado ao povo?"

Crescentiano disse: "Nada; do contrário, alguma pequena parte teria chegado até nós[254]."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "Para onde foram levados então?"

---

[252] *Senex* é utilizado para se referir a Silvano apenas pelo subdiácono Crescentiano. Maier (1987: 238, n. 137) e Edwards (1997: 168, n. 93) entendem o termo como uma fórmula de reverência, algo como "reverendo".

[253] *Aniculae*, plural de *anicula*, diminutivo de *anus*, uma mulher idosa. Trata-se certamente de uma referência às viúvas assistidas pela Igreja. Segundo Eus. *HE* VI, 43, 11, no século III, a Igreja de Roma assistia "mais de mil e quinhentas viúvas e pessoas necessitadas".

[254] Desde o século III, as igrejas cristãs identificaram duas categorias de beneficiários dos recursos doados ao bispo para serem distribuídos: os pobres necessitados e o clero que, por ser constituído por pessoas de modestos recursos, precisava ser também mantido pela comunidade. Crescentiano, nesta passagem, confirma que padres, diáconos e mesmo subdiáconos, como ele, recebiam do bispo distribuições regulares de pequenas quantias de dinheiro a partir da coleta semanal de oferendas dos fiéis. Sobre essa prática, que se tornaria também comum nas comunidades judaicas no mesmo período, ver Brown (2002: 20-26).

Crescentiano disse: "Não sei. Ninguém recebeu nada."

Nundinário disse: "Quantos sacos de moedas Vítor ofereceu para ser feito padre?"

Crescentiano disse: "Vi que foram levadas cestas com dinheiro."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Crescentiano: "A quem foram dadas as cestas?"

Crescentiano disse: "Ao bispo Silvano."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "É a Silvano que foram dadas?"

Crescentiano disse: "A Silvano."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "Ao povo, nada foi dado?"

Respondeu: "Nada, pois seria necessário que nós também recebêssemos alguma coisa, se fosse distribuído o dinheiro, como é o costume."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse a Nundinário: "Sobre o que mais você julga que devemos interrogar a Crescentiano?"

Nundinário disse: "Isso é tudo."

Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "Visto em todas as questões o subdiácono Crescentiano ter simplesmente confessado, que ele seja dispensado."

Do mesmo modo, tendo sido introduzido e apresentado o subdiácono Januário, Zenófilo, varão claríssimo e consular, disse: "Como você se chama?"

Respondeu: …

* * *

Agradecimentos

A preparação desta edição crítica com tradução e comentários ocupou-me durante mais de duas décadas, durante as quais acumulei inúmeras dívidas. Ao longo de todos esses anos, várias pessoas leram versões deste texto, auxiliaram-me com passagens particularmente difíceis, incentivaram-me a publicar esta tradução ou me ajudaram de diversos modos: Aline Maria Magalhães de Oliveira Ávila, Pedro Benedetti, Jean-Michel Carrié, Adriane da Silva Duarte, Valérie Fauvinet-Ranson, Carlos R. Galvão-Sobrinho, Pedro Paulo A. Funari, Claude Lepelley (†), Paul Mattei, Juliana Marques Morais, Glaydson José da Silva e Paulo Sérgio Vasconcellos. A todos, sou imensamente grato. As falhas e idiossincrasias que subsistem são de minha inteira responsabilidade.

Abreviações

AE = *Année Épigraphique.*

Aug. *C. Cresc.* = AVRELIVS AVGVSTINVS EPISCOPVS HIPPONIENSIS (Agostinho de Hipona). *Contra Cresconium grammaticum et Donatistam libri quattuor*. In: PETSCHENIG, Michael (ed.). *Sancti Aurelii Augustini scripta contra Donatistas, Pars III*. *CSEL*, 53. Viena: F. Tempsky, 1910, p. 201-274.

Aug. *Ep.* = AVRELIVS AVGVSTINVS EPISCOPVS HIPPONIENSIS (Agostinho de Hipona). *Epistulae*. GOLDBACHER, Alois (ed.). *S. Aurelii Augustini Epistulae, Pars II: 31-123*. *CSEL*, 34/2. Viena: F. Tempsky, 1904.

Aug. *Ep. Divjak* = AVRELIVS AVGVSTINVS EPISCOPVS HIPPONIENSIS (Agostinho de Hipona). *Epistulae* 1*-29*. DIVJAK, Johannes (ed.). *S. Aurelii Augustini Epistulae ex duobos codicibus nuper in lucem prolatae*. *CSEL*, 88. Viena: Verlag der Österreischische Akademie der Wissenschaften, 1981.

Cod. Iust. = *Codex Iustinianus*: KRÜGER, Paul (ed.). *Corpus iuris civilis, vol. II: Codex Iustinianus*. Berlin: apud Weidmannos, 1915.

Cod. Theod. = *Codex Theodosianus*: MOMMSEN, Theodor; MEYER, Paul M. (eds.). *Theodosiani libri XVI, cum Constitutionibus Sirmondianis et Leges novela ad Theodosianum pertientes*. Berlin: apud Weidmannos, 1905.

Conc. Arl. = *Concilium episcoporum Arelatense*. In: MUNIER, Charles (ed.). *Concilia Galliae, a. 314-506*. Turnhout: Brepols, 1963, p. 4-6.

CSEL = Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum.

Cypr. *Ep.* = CYPRIANVS EPISCOPVS CARTHAGINIENSIS (Cipriano, bispo de Cartago). *Epistulae*: DIERCKS, Gerardus Frederik (ed.). *Sancti Cypriani episcopi Epistularum*, 4 vols. *CCL*, 3, 1-4. Turnhout: Brepols, 1994, 1996, 1999.

Dig. = Digesta: KRÜGER, Paul (ed.). *Corpus iuris civilis, vol. I: Digesta*. Berlin: apud Weidmannos, 1908.

Eus. *HE* = EVSEBIVS CAESARIENSIS (Eusébio de Cesareia). *Historia Ecclesiastica*: BARDY, Gustave (ed.). *Eusèbe de Césarée, Histoire ecclésiastique*. 4 vols. *SC*, 31, 41, 44 e 53. Paris: Éditions du Cerf, 1952-1960.

GestLibFel = Anônimo, *Quae gesta sunt inter Liberium et Felicem Episcopos*. In: GÜNTHER, Otto (ed.). *Epistulae imperatorum, pontificum, aliorum, inde ab a. 367 usque ad a. 553 datae. Avellana quae dicitur collectio*. *Pars I. CSEL*, 35/1, 1895, p. 1-4.

Isid. *Orig.* = ISIDORVS EPISCOPVS HISPALENSIS (Isidoro de Sevilha). *Origines (Etymologiae, opus imperfectum)*: LINDSAY, Wallace (ed.). *Isidori Hispalensis Episcopi "Etymologiarum" sive "Originum" libri XX*. 2 vols. Oxford: Clarendon Press, 1911.

Iust.Phil. *Apol.* = IVSTINVS MARTYR PHILOSOPHVS (Justino Mártir). *Apologiae*: MARCOVICH, Miroslav (ed.). *Iustini Martyris "Apologiae pro Christianis"*. Berlin: De Gruyter, 1994.

Optat. = OPTATVS EPISCOPVS MILEVITANVS AFER (Optato, bispo de Mileve). *Contra Parmenianum Donatistam*: LABROUSSE, Mireille (ed.). *Optat de Milève: Traité contre les Donatistes*, 2 vols. *SC*, 412-413. Paris: Éditions du Cerf, 1995-1996.

Optat. *App.* II = OPTATI Appendix II = *Acta purgationis Felicis episcopi autumnitani*. In: Ziwsa (1893: 197-204).

Optat. *App.* IV = OPTATI Appendix IV = *Concilium episcoporum Arelatense ad Siluestrum papam*. In: Ziwsa (1893: 206-208).

Optat. *App.* X = OPTATI Appendix X = *Epistola Constantini ad episcopos numidas*. In: Ziwsa (1893: 213-216).

PaDon = Passio sancti Donati: DOLBEAU, François. La "Passio sancti Donati" (*BHL* 2303b): une tentative d'édition critique. In: *Memoriam*

Sanctorum Venerantes: Miscellanea in onore di Monsignor Victor Saxer. Città del Vaticano: Pontificio Istituto di Archeologia Cristiana, 1992, p. 251-267.

PCBE, I = MANDOUZE, A. (ed.). *Prosopographie chrétienne du Bas-Empire. 1: Afrique*. Paris: CNRS, 1982.

PLRE, I = JONES, A.H.M.; MARTINDALE, J.R.R.; MORRIS, J. (ed.). *Prosopography of the Late Roman Empire*. Vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

Petr. *Satyr.* = PETRONIVS. *Satyricon*: MÜLLER, Konrad (ed.). *Petronii Arbitri Satyricon cum apparatu critico*. Munich: Heimeran, 1961.

SC = Collection Sources Chrétiennes.

Tert. *Spect.* = TERTVLIANVS. *De spectaculis*: TURCAN, Marie (ed.). *Tertullien, Les Spectacles*. SC, 332. Paris: Les Éditions du Cerf, 1986.

ThLL = *Thesaurus Linguae Latinae*, Leipzig, 1900-. Disponível online em: https://thesaurus.badw.de/tll-digital/tll-open-access.html

Edições e traduções dos *Gesta apud Zenophilum*

BALUZE, Étienne. *Miscellaneorum Liber II*. Parisiis: apud Franciscus Muguet, 1679, p. 91-106, 480-490.

DEUTSCH, Martin. *Drei Aktenstücke zur Geschichte des Donatismus.* Berlin: W. Weber, 1875.

DUPIN, Louis-Ellies (ed.). *Sancti Optati Afri Milevitani episcopi, De schismate donatistarum libri septem, Opera & studio*. Antuerpiae: apud G. Gallet, 1702, p. 167-174.

EDWARDS, Mark (ed.). *Optatus, Against the Donatists*. Translated and edited by M. Edwards. Translated Texts for Historians. Liverpool: Liverpool University Press, 1997.

GEBHARDT, Oscar von. *Ausgewählte Märtyrachten und andere Urkunden aus der Verfolgungszeit der christlichen Kirche*. Berlin: Kessinger, 1902.

MAIER, Jean-Louis. *Le dossier du Donatisme*, vol. I. Berlin: Akademie-Verlag, 1987, p. 211-239.

MASSON, Jean-Papire. Gesta purgationis Caeciliani et Felicis. In: *Gesta collationis Chartagini habitae Honorij Caesaris iussu inter catholicos & donatistas coram Marcellino*, Parisiis: apud Marcum Orry, 1589 (apêndice).

MIGNE, Jean-Paul. *Patrologia Latina*, vol. VIII. Paris: Vratet, 1844, col. 726-742.

RIZZOTTI, Andrea. *Drammi senza regista. Gesta apud Zenophilum e Acta purgationis Felicis episcopi Autumnitani: edizione con introduzione, traduzione e commento*. Tesi di laurea, Università di Pisa, 2016.

ROUTH, Martin Joseph. *Reliquiae Sacrae, sive Auctorum fere jam perditorum secundi tertiique saeculi post Christum natum quae supersunt*, vol. IV. Oxonii: ex Typ. Academico, 1846, p. 320-335.

VASSAL-PHILLIPS, Oliver Rodie (ed.). *The Work of St. Optatus Bishop of Milevi Against the Donatists with Appendix*. Translated into English with notes critical, explanatory, theological and historical. London; New York: Longmans; Green, 1917.

VON SODEN, Hans Freiherr. *Urkunden zur Entstehungsgeschichte des Donatismus*. Bonn: A. Marcus und E. Weber, 1913, p. 37-50.

ZIWSA, Karl (ed.). *Sancti Optati Milevitani libri VII, accedunt decem monumenta vetera ad Donatistarum historiam pertinentia*. Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum, v. 26. Vindobonae: F. Tempsky, 1893, p. 185-197.

Bibliografia citada

BAGNALL, Roger S. *Currency and Inflation in Fourth Century Egypt*. BASP Suppl. 5. Chico, California: Scholars Press, 1985.

BARNES, Timothy D. The Beginnings of Donatism. *The Journal of Theological Studies*, n.s., v. 26, n. 1, p. 13-22, Apr. 1975.

BOND, Sarah E. *Trade and Taboo:* Disreputable Professions in the Roman Mediterranean. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2016.

BRETT, Michael; FENTRESS, Elizabeth. *The Berbers*. Malden-MA: Blackwell, 1996.

BROWN, Peter. *Poverty and Leadership in the Later Roman Empire*. Hanover: University Press of New England, 2002.

BROWN, Peter. *Santo Agostinho:* uma biografia. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CHADWICK, Henry. *The Church in Ancient Society:* From Galilee to Gregory the Great. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DE VEER, Albert C. Les "Gesta apud Zenophilum consularem". In: *Œuvres de Saint Augustin:* Traités anti-donatistes, IV, BA 31. Paris: Institut d'études augustiniennes, 1968, p. 802-804.

DE VEER, Albert C. Compte rendu de Lancel 1967. *Revue de Études Augustiniennes*, v. 15, n. 3-4, p. 308-309, 1969.

DU CANGE, C. et al. *Glossarium mediae et infimae latinitatis*. Niort: L. Favre, 1883-1887.

DUCHENSNE, Louis. Le dossier du donatisme. *Mélanges de l'École française de Rome, série Antiquité*, v. 10, p. 589-650, 1890.

DUVAL, Yvette. Le gouverneur de Numidie dans sa capitale. Le lieu et les acteurs du procès de l'évêque de Cirta en 320. *Antiquité Tardive*, v. 6, p. 193-207, 1998.

DUVAL, Yvette. *Chrétiens d'Afrique à l'aube de la paix constantinienne*. Les premiers échos de la grande persécution. Paris: Institut d'études augustiniennes, 2000.

DUVAL, Yvette. *Les chrétiens d'Occident et leur évêque au IIIe siècle.* Plebs in ecclesia constituta *(Cyprien, Ep. 63)*. Paris: Institut d' Études Augustiniennes, 2005.

FAIVRE, Alexandre. *Les premiers laïcs.* Lorsque l'Église naissait au monde. Strasbourg: Éditions du Signe, 1999.

FERRI, Rolando. Witness and Lawyer in the Roman Courts. Linguistic Strategies of Evasiveness and Intimidation in Roman Trial Debates. *Incontri di filologia classica*, v. 12, p. 57-99, 2012-2013.

FÉVRIER, Paul-Albert. *Approches du Maghreb romain:* pouvoirs, différences et conflits. Vol. 2. Aix-en-Provence: ÉDISUD, 1990.

FLOHR, Miko. *Fullones* and Roman Society: A Reconsideration. *Journal of Roman Archaeology*, v. 16, p. 447-450, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo A. Considerazioni sull'anfora e la terminologia latina dei vasi recipienti. *Limes*, Santiago de Chile, v. 12, p. 106-115, 2000.

FREND, William. *The Donatist Church:* A Movement of Protest in Roman Africa. Oxford: Clarendon Press, 1952.

FREND, William. The *Seniores laici* and the Origin of the Church in North Africa. *Journal of Theological Studies*, v. 12, n. 2, p. 280-284, 1961.

GARCÍA MAC GAW, Carlos. *Le problème du baptême dans le schisme donatiste*. Bordeaux; Paris: Ausonius; De Boccard, 2008.

HOOGTERP, Pieter Willem. Deux procès-verbaux donatistes. Quelques aspects du latin parlé en Afrique au commencement du quatrième siècle. *Archivum Latinitatis Medii Aevi*, v. 15, n. 1, p. 39-112, 1940.

JIMÉNEZ SÁNCHEZ, Juan Antonio. Obispos y gladiadores: el recurso a los profesionales del anfiteatro en disputas por la elección episcopal. *Polis*, v. 23, p. 89-114, 2011.

KASTER, Robert A. *Guardians of Language:* The Grammarian and Society in Late Antiquity. Berkeley: The University of California Press, 1988.

KOTULA, Tadeusz. Snobisme municipal ou prospérité relative? *Antiquités Africaines*, v. 8, p. 111-131, 1974.

KRIEGBAUM, Bernhard. *Kirche der Traditoren oder Kirche der Märtyrer:* Die Vorgeschichte des Donatismus. Innsbruck; Wien: Tyrolia Velag, 1986.

LANCEL, Serge. Aux origines du Donatisme et du mouvement des Circoncellions. *Cahiers de Tunisie*, v. 57, p. 183-188, 1967.

LANCEL, Serge. *Actes de la Conférence de Carthage en 411.* Tome I: Introduction générale. Sources chrétiennes, v. 194. Paris: Cerf, 1972.

LANCEL, Serge. Les débuts du donatisme: la date du « Protocole de Cirta » et de l'élection épiscopale de Silvanus. *Revue des Études Augustiniennes*, v. 25, p. 217-229, 1979.

LANCEL, Serge. *Saint Augustin*. Paris: Fayard, 1999.

LANCEL, Serge. Compte rendu d'Y. Duval, *Chrétiens d'Afrique à l'aube de la paix constantinienne*. *Revue d'Histoire Ecclésiastique*, v. 97, n. 1, p. 180-188, 2002.

LEPELLEY, Claude. *Les cités de l'Afrique romaine au Bas-Empire*. 2 vols. Paris: Institut d'études augustiniennes, 1979-1981.

LEPELLEY, Claude. Chrétiens et païens au temps de la persécution de Dioclétien: le cas d'Abthugni. In: _____. *Aspects de l'Afrique romaine*: les cités, la vie rurale, le christianisme. Bari: Edipuglia, 2001, p. 321-328.

LINDSAY, Wallace M. (ed.). *Paleographia Latina*. Vol. 5. Oxford: Oxford University Press, 1927.

LUCAS, Christian. Notes on the *Curatores Rei Publicae* of Roman Africa. *Journal of Roman Studies*, v. 30, p. 56-74, 1940.

MAGALHÃES DE OLIVEIRA, Julio Cesar. *Potestas Populi.* Participation populaire et action collective dans les villes de l'Afrique romaine tardive (vers 300-430 apr. J.-C.). Turnhout: Brepols, 2012.

MATTEI, Paul. Compte rendu d'Y. Duval, *Chrétiens d'Afrique à l'aube de la paix constantinienne*. *Revue des Études Latines*, v. 80, p. 398-401, 2002.

MATTEI, Paul. Compte rendu d'Y. Duval, *Les chrétiens d'Occident et leur évêque au IIIe siècle*. *Revue d'Histoire Ecclésiastique*, v. 102, p. 972-981, 2007.

MENANT, François. "Qu'est-ce que le peuple au Moyen Âge?". *Mélanges de l'École française de Rome - Moyen Âge* [Online], v. 131-1, 2019. Disponível em: http://journals.openedition.org/mefrm/5291. Acesso: 15/10/2023.

MILLAR, Fergus. *The Emperor in the Roman World (31 BC – 337 AD)*. London: Duckworth, 1977.

MOHRMANN, Christine. Les dénominations de l'église en tant qu'édifice en grec et en latin au cours des premiers siècles chrétiens. *Revue des Sciences Religieuses*, Paris, v. 36, fasc. 3-4, p. 155-174, 1952.

MONCEAUX, Paul. *Histoire littéraire de l'Afrique chrétienne depuis les origines jusqu'à l'invasion arabe*. T. 4: Le Donatisme. Paris: E. Leroux, 1912.

PEÑA, Theodore J. *Roman Pottery in the Archaeological Record*. New York: Cambridge University Press, 2007.

PETSCHENIG, Michael. Besprechung der Ausgabe Ziwsas. *Berliner philologische Wochenschrift*, v. 14, p. 457-463, 1894.

PIETRI, Charles. *Roma Christiana:* Recherches sur l'Église de Rome, son organisation, sa politique, son idéologie, de Miltiade à Sixte III, 311-440. BÉFAR, 224. Roma : École française de Rome, 1976.

PIETRI, Charles. Les pauvres et la pauvreté dans l'Italie de l'Empire chrétien (IVe siècle). In: *Miscellanea historiae ecclesiasticae, Actes du VIe Colloque de Varsovie (1978)*. Bruxelles, 1983, p. 267-300.

PIETRI, Lucy; DUVAL, Yvette; PIETRI, Charles. Peuple chrétien ou *plebs*: le rôle des laïcs dans les élections ecclésiastiques en Occident. In: *Institutions, société et vie politique dans l'Empire romain au IVe siècle ap. J.-C. Actes de la table ronde autour de l'œuvre d'André Chastagnol (Paris, 20-21 janvier 1989)*. Publications de l'École française de Rome, 159. Rome: École Française de Rome, 1992, p. 373-395.

REBILLARD, Éric. Les *areae* carthaginoises (Tertullien, *Ad Scapulam* 3, 1): cimetières communautaires ou enclos funéraires de chrétiens? *Mélanges de l'École française de Rome, série Antiquité*, v. 108, n. 1, p. 175-189, 1996.

REBILLARD, Éric. *The Care of the Dead in Late Antiquity*. Translated by Elizabeth Trapnell Rawlings and Jeanine Routier-Pucci. Ithaca; London: Cornell University Press, 2009.

RIGGS, David. Placing the Christian Basilicas of Pre-Constantinian North Africa in Their Architectural Context. *Studia Patristica*, v. 39, p. 103-107, 2006.

RIVES, J. B. *Religion and Authority in Carthage from Augustus to Constantine*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

ROHMANN, Dirk. *Christianity, Book-Burning and Censorship in Late Antiquity*. Berlin: De Gruyter, 2016.

ROSSI, Alessandro. *Muscae Moriturae Donatistae Circumvolant.* La costruzione di identità "plurali" nel cristianesimo dell'Africa romana. Milano: Ledizioni, 2013.

ROUECHÉ, Charlotte. Acclamations in the Later Roman Empire: New Evidence from Aphrodisias. *Journal of Roman Studies*, v. 74, p. 181-199, 1984.

RUGGIERI, Paola. Costantino "conditor urbis": la distruzione di Carta da parte di Massenzio e la nuova Costantina. In: ____. *"Africa ipsa parens alla Sardiniae":* Studi di storia antica e di epigrafia. Sassari: Edizioni Sassari, 1999, p. 61-72.

SEECK, Otto. Quellen und Urkunden über die Anfänge des Donatismus. *Zeitschrift für Kirschengeschichte*, v. 10, p. 505-568, 1889.

SHAW, Brent D. The Elders of Christian Africa. *Cahiers des Études Anciennes*, v. 14, p. 207-226, 1982.

SHAW, Brent D. *Sacred Violence:* African Christians and Sectarian Hatred in the Age of Augustine. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

SIMONETTI, Mario. Recensione di Duval (2000). *Rivista di Storia e Letteratura Religiosa*, v. 38, p. 367-371, 2002.

TEITLER, H. C. *Notarii and Exceptores:* An Inquiry into Role and Significance of Shorthand Writers in the Imperial and Ecclesiastical Bureaucracy of the Roman Empire. Amsterdam: J. C. Gieben, 1985.

ULRICH, Roger B.; QUENEMOEN, Caroline K. *A Companion to Roman Architecture*. Malden, MA: Wiley Blackwell, 2014.

VÖLTER, Daniel E. J. *Der Ursprung des Donatismus nach den Quellen untersucht und dargestellt*. Freiburg: Mohr, 1883.

WHITE, L. Michael. *Building God's House in the Roman World:* Architectural Adaptation among Pagans, Jews and Christians. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1990.

WILSON, Andrew I. The Archaeology of Roman *fullonica*. *Journal of Roman Archaeology*, v. 16, p. 442-446, 2003.

ZOCCA, Elena. L'identità cristiana nel dibattito fra cattolici e donatisti. *Annali di storia dell'esegesi*, v. 21, p. 109-130, 2004.